

Iº SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E FRONTEIRAS



Oswaldo Guayasamín

“AS FRONTEIRAS DA INTERDISCIPLINARIDADE E
A INTERDISCIPLINARIDADE DAS FRONTEIRAS”

Anais

04 A 07
DE DEZEMBRO

DE 2012

Mais informações:

<http://www.ufrb.br/ppgsos>

Realização:

Apoio:



Revista on-line
TEXTOS & DEBATES



PPGSOS

Mestrado em
Sociedade e Fronteiras



CENTRO DE
CIÊNCIAS HUMANAS

RORAIMA

RORAIMA

ANAIS

Iº SEMINÁRIO INTERNACIONAL
SOCIEDADE E FRONTEIRA

Fronteiras da interdisciplinariedade e a
interdisciplinariedade das fronteiras

04-07 DE DEZEMBRO 2012



Boa Vista - Roraima
2012

ISSN On-line

Anais

Reitora
Gioconda Santos Martinez
Vice-Reitor
Reginaldo Gomes de Oliveira
Editoração
Tayná de Mello Leite

Comissão organizadora geral
Ana Lúcia de Sousa
Francilene dos Santos Rodrigues
Maria Luiza Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca central da Universidade Federal de Roraima

S481c Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras: as fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinaridade das fronteiras (1.: 2012: Boa Vista, RR)
Anais. - Boa Vista: EDUFRR, 2012
87p.

ISSN On-line

1 - Fronteiras. 2 - Famílias 3 - História. 4 - Escola. 5 - Trabalhos científicos

CDU - 911.3:32(81)



Editora da UFRR



Campus Paricarana: Av. Cap. Ene Garcez,
n° 2413. Bairro Aeroporto.
CEP: 69304-000 Boa Vista / RR
Telefone: (55) (95) 3621-3111
E-mail: editora@ufrr.br
www.ufrr.br

Direção
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz
Editoração Eletrônica e Capa
Rodrigo P. Chagas;
Tayná de Mello Leite

COMISSÃO ORGANIZADORA

Alessandra Rufino Santos
Alfredo Ferreira de Souza
Américo Alves de Lyra Júnior
Ana Lia Farias Vale
Ana Lucia de Sousa
Arieche Kitiane Silva Lima
Cristina Nascimento de Oliveira
Eliane de Souza da Cunha
Felipe Kern Moreira
Francilene dos Santos Rodrigues
Gilmar dos Santos de Oliveira Júnior
Iana dos Santos Vasconcelos
Janaina Rosa Lira
Jaci Guilherme Vieira
Luciana Mara Gonçalves de Araujo
Luziene Correa Parnaiba
Lysne Nozenir de Lima Lira
Maria Luiza Fernandes
Marlucia Silva de Araujo
Nathalia Santos Veras
Olendina de Carvalho Cavalcante
Paulo Sergio Rodrigues da Silva
Petra Caroliny Freitas Filgueiras
Rodrigo P. Chagas
Simone Refkalefsky Varela
Simone Ruiz Lima
Sulamita Oliveira Simões
Sylvio Marinho da Pureza Ramires
Tehany Barros Lima

COMITÊ CIENTÍFICO

Alfredo Ferreira de Souza
Américo Alves de Lyra Júnior
Ana Lia Farias Vale
Ana Lucia de Sousa
Antonio Tolrino de Rezende Veras
Calvino Camargo
Carla Monteiro de Souza
Carlos Alberto Borges da Silva
Devair Antonio Fiorotti
Eloi Martins Senhoras
Edison Riuitiro Oyama
Edna Maria Ramos de Castro
Evandro Ghedin
Fabio Almeida de Carvalho
Felipe Kern Moreira
Francilene dos Santos Rodrigues
Gersa Maria Neves Mourão
Jaci Guilherme Vieira
Leda Leitão Martins
Lourival Novais Neto
Madalena Vange Medeiros do Carmo Borges
Marcos Antonio Pellegrini
Marcos José Salgado Vital
Maria das Graças Santos Dias
Maria Luiza Fernandes
Maria Schirley Luft
Maxim Paolo Repetto Carreno
Nelvio Paulo Dutra Santos
Olendina de Carvalho Cavalcante
Paulo Rogerio Freitas da Silva
Roberto Mibielli
Sandra Maria Franco Buenafuente
Stephen Grant Baines

APRESENTAÇÃO..... 10

ARTIGOS

A PRESENÇA DE PERUANOS NA CIDADE DE BOA VISTA/RR: OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA 13
 Alessandra Rufino Santos

SECURITIZAÇÃO ENERGÉTICA NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O COMPLEXO DE GURI..... 27
 Alexandre Felipe Pinho dos santos; Jeniffer Natalie Silva dos Anjos e Elói Martins Senhoras

O PENSAMENTO INTERNACIONALISTA DO PSDB: DA ADOÇÃO NEOLIBERAL À CRÍTICA AO LULA..... 39
 Lucas Ribeiro Mesquita

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DIRETOR NAS CIDADES DE FONTEIRA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE PACARAIMA (RR)..... 47
 Amarildo Nogueira Batista; Elói Martins Senhoras; Antônio Tolrino de Rezende Veras

SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA NA AMAZÔNIA..... 59
 Ana Carla Nunes Marques; Kristiane Alves Araújo e Ricardo Alves da Fonseca

MULTITERRITORIALIDADE E MIGRAÇÃO: NORDESTINOS EM BOA VISTA (RR) 69
 Ana Lia Farias Vale

MIGRAÇÃO E MERCADO LABORAL TRANSNACIONAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA VENEZUELA (SANTA ELENA DE UAIREN)..... 89
 Ana Paula Texeira da Cruz

INDÍGENAS URBANOS DE BOA VISTA/RR: ASPECTOS DE MIGRAÇÃO E ESTADO DE POBREZA	103
Ana Hilda Carvalho de Souza	
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS COM OS PROFESSORES DE LÍNGUA WAPICHANA NA REGIÃO ERRA DA LUA UAIREN)	115
Ananda Machado	
UM OLHAR SOBRE SUJEITOS ENTRE-LÍNGUAS E ENTRECULTURAS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA.	127
Ancelma Barbosa Pereira	
ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO EXTREMO BAIXO RIO BRANCO/RR.	147
Antonio de Souza Nascimento	
CONCEITOS DA GEOGRAFIA NO ESTUDO DAS DINÂMICAS DOS PROCESSOS SOCIOCULTURAIS NA FRONTEIRA BRASIL- GUIANA.	161
Antonio Vaz de Meneses	
MIGRAÇÃO E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS . . .	175
Arieche Kitiane Silva Lima	
UMA ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO EM RORAIMA, SOB O ASPECTO DA LINGUAGEM COMO TRAÇO IDENTITÁRIO, NO CONTEXTO AMAZÔNICO	187
Arlete Alves de oliveira	
BACIAS HIDROGRÁFICAS TRANSFRONTEIRIÇAS EM RORAIMA.	201
Audrey Nery Oliveira Ferreira	
O CONTATO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O CASO YANOMAMI.	211
Brasilina Morais Hermano	
O ABUSO DO ÁLCOOL: UMA DROGA COMO PROBLEMÁTICA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS	229
Brasilina Morais Hermano e Marilia Ross dos reis pantoja	
POPULAÇÃO INDÍGENA E SAÚDE NA REGIÃO DE AUARÍS - TERRA INDÍGENA YANOMAMI	245
Denison Rafael Pereira da Silva	

AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	265
Ancelma Barbosa Pereira	
DO PONTO DE PARTIDA A LINHA DE CHEGADA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS GUIANENSES NEGROS EM BOA VISTA/RR	281
Edio Batista Barbosa e Francisco Alves Gomes	
REFLEXÕES SOBRE A TEORIA SOCIAL EM VILFREDO PARETO (1848*1923†)	293
Elizeu Vieira Moreira	
CULTURA DO LIXO: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE	305
Elizeu Vieira Moreira e Luciana Soares Vêras	
AS RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-GUYANA1: O CENTRO CULTURAL BRASILEIRO EM GEORGETOWN	315
Emanuel Henrique de S. Lourêto	
BRASIL E GUIANA EM TEMPOS DE GUERRA FRIA (1966-1991)	327
Eric Linhares e Thiago Gehre	
MIGRAÇÃO, GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MIGRANTES NA PANAMAZÔNIA	339
Francilene dos Santos Rodrigues e Iana Santos Vasconcelos	
A AMAZÔNIA NA CORRIDA PELOS RECURSOS ENERGÉTICOS GLOBAIS	367
Giane Porto e Thiago Gehre	
O LOCAL E O UNIVERSAL EM FLANNERY O'CONNOR: REGIONALISMO, IDENTIDADE E DESLOCAMENTO NOS CONTOS JUDGEMENT DAY E THE DISPLACED PERSON	381
Gustavo Vargas Gohen	
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO	391
Ivone Marli de Andrade Amorim e Iraíldes Caldas Torres	
A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE RORAIMA NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO REGIONAL DO NORDESTE DA AMÉRICA DO SUL	401
Jaime de Agostinho	

O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	421
Janeceley Martins Silva e Lucinete Gadelha	
LÓGICAS IMAGÉTICAS DE UMA SOCIEDADE INTERIORANA: USOS DA FOTOGRAFIA E NARRATIVA VISUAL NO BRASIL SETENTRIONAL. . . .	441
Jesus Marmanilho Pereira	
PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS E O USO DE MEDICAMENTOS TRADICIONAIS NE PREVENÇÃO DA CÁRIE DENTÁRIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MACUXIS EM R	459
José Soares de Sousa Júnior	
REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA AO AR LIVRE: A PRAÇA DA SAUDADE EM MANAUS/AM	475
Karla Patrícia Palmeira Frota	
TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE PRESOS AFRICANOS EM RORAIMA	489
Lenir Rodrigues	
FATORES INOVADORES NA PRODUÇÃO TEXTUAL DE LÍNGUA ESPANHOLA	503
Lidiane de Souza Almeida	
REFLEXOS ECONÔMICOS DA MINERAÇÃO DE BAUXITA NO BAIXO AMAZONAS	511
Luciana Mara Solçalves Araújo	
OS GRUPOS POLÍTICOS DO ESTADO DE RORAIMA E A PRÁTICA CLIENTELISTA	529
Manoel Lobo Junior	
A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA YANOMAMI NO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA HUTUKARA: PATA THËPË E A EMERGÊNCIA DE JOVENS LIDERANÇAS POLÍTICAS.	551
Maria Auxiliadora	
RACISMO, RE-VELADO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS	567
Marlete Lima Pereira e Lidia Montanha Castro	

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENA E ARTICULAÇÃO DE SABERES: ASPECTOS DA LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSIRIKAN/UFRR NA COMUNIDADE DO CANAUANIM/RR	579
Marly Cadete Golçalves	
CRÍTICAS AO NORTE, NORTES PELA CRÍTICA.	591
Maurício Adu Schwade	
A LÓGICA QUE SE ESCONDE NA PORTARIA ‘TOQUE DE RECOLHER’ BAIXADA PELO ESTADO-JUIZ	603
Mauro José do Nascimento Cmapello	
DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES NA JURISPRUDÊNCIA CONSULTIVA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	635
Nathália Santos Veras	
AS ESCOLAS INTERNACIONAIS BILÍNGUES NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA: CONTEXTO HISTÓRICO.	649
Olendina Bonet de Queiroz; Ana Carolina Viana e Adelson Alves de Lima Junior	
OLENDINA BONET DE QUEIROZ; ANA CAROLINA VIANA E ADELSON ALVES DE LIMA JUNIOR	665
Paloma Silva de Oliveira	
“FAMILIARES DE ASSASSINADOS PEDEM JUSTIÇA. NOSSOS PARENTES NOS DEIXARAM, MAIS (SIC) A LUTA CONTINUA”. CONFLITOS VIOLENTOS NO CENÁRIO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – QUESTÕES ESPECÍFICAS DE RORAIMA.	677
Paulo Sérgio Rodrigues da Silva	
AS FRONTEIRAS PROBLEMÁTICAS DO BRASIL COM A COLÔMBIA E OS PRONUNCIAMENTOS DOS POLITICOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	691
Paulo Sérgio Rodrigues sa Silva e Américo Alves de Lyra Júnior	
POR UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ÀS ESCOLAS NO MÉDIO SOLIMÕES (MARAÃ-AMAZONAS) - RELATO DE EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO ESCOLAR KANAMARI	701
Priscilla Lima e Artemis Soares	

CONFIGURAÇÕES E DESLOCAMENTOS: RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DE BOA VISTA (1987 – 1990)	721
Rodrigo Baldin Fernandes e Elói Martins Senhoras	
GEOGRAFIA DO TURISMO E O TEPEQUÉM DIANTE DAS REDES INTERNACIONAIS DE ECOTURISMO	733
Luciana Mara Solçalves Araújo	
PROJETO DO GADO - “UMA VACA PARA O ÍNDIO”: PROCESSO HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO. RORAIMA: 1980-2009	749
Ronalsom Moura Cavalcante	
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO REGULAR DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ, BOA VISTA/RR	769
Sandra Elaine Trindade da Paz e José Gomes da Silva	
PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA POSSIBILIDADE PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA	789
Simone Refkalefsky Varela e Lysne Nôzenir de Lima Lira	
ABORDAGENS TEÓRICAS AOS ILÍCITOS TRANSNACIONAIS: O CASO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA	797
Sulamita Oliveira Simões	
O USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA GESTÃO AMBIENTAL DA ATIVIDADE PECUÁRIA BOVINA: O CASO PARAGOMINAS/PA.	815
Teresinha Fonseca	
CRIMES TRANSNACIONAIS E A FAIXA DE FRONTEIRA: REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DO PODER PÚBLICO	825
Thiago Gonçalves de Araújo	

APRESENTAÇÃO

O II Seminário Internacional do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOE) se propõe nesta edição a realizar um grande evento em parceria com a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e o Centro de Ciências Humanas e o Colégio de Aplicação da UFRR realizando, conjuntamente, o 4º. Encontro Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia e a II Semana de Humanidades. O tema do evento: “Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazôniaas” é abrangente aglutinando os interesses institucionais e da SBS. Sendo assim, estes eventos promoverão discussões de temas relevantes sobre os processos atuais de desenvolvimento, os impactos e conflitos resultantes destas políticas, a crescente urbanização da região e seus reflexos nas relações sociais e sociabilidades das populações amazônicas. Pelo caráter internacional e regional o evento pretende, com o referido tema, proporcionar um debate interdisciplinar e a emergência de estudos comparativos sobre as Amazôniaas.

Espera-se que a reunião de especialistas das mais diversas áreas do conhecimento, das mais diversas instituições de ensino e pesquisa da Amazônia e de outros países contribuam significativamente para uma percepção de maturidade acerca das sociedades amazônicas. O evento, como já dito, terá como tema central “Fronteiras Contemporâneas: desenvolvimento, conflitos e sociabilidades nas Amazôniaas”, visando a prática de trabalho interdisciplinar, a produção, reprodução e socialização do conhecimento no campo das ciências humanas e sociais e educativo, fortalecer a perspectiva de construção do conhecimento sobre as realidades amazônicas e dialogar em todos os níveis de formação (ensino médio, graduação, pós-graduação).

Considerando estes aspectos, a dinâmica deste evento, incluiu, pela primeira vez, uma sessão paralela denominada “Jovens Cientistas da Amazônia: XII Encontro de Mostra Científica do Ensino Médio”, organizada pelo CAp da UFRR, com o intuito de aproximar a pós-graduação do ensino médio e vice-versa buscando fomentar o interesse pela produção do conhecimento, desde o princípio, no processo ensino-aprendizagem. Esta sessão objetiva, entre outras coisas, fomentar as relações entre a epistemologia e o pensamento lógico e coerente exigido para a pesquisa, ampliando as relações entre o pensamento técnico-científico e específico com os outros tipos de conhecimento e, ao mesmo tempo, promover o embasamento teórico para a realização da pesquisa e introduzir os discentes no mundo da cientificidade por meio da participação destes em eventos científicos. Vale salientar que este, constitui um

momento importante para discutir a pesquisa no Ensino Médio, com destaque ao Jovem Cientista Social amazônico do futuro. Trata-se, na verdade, de exercitar a reflexividade da pesquisa como domínios específicos de conhecimento organizado, nas redes de ensino integrado na Amazônia, seja na inteligibilidade das sociedades amazônicas em sua dinâmica, estrutura e processos sociais contemporâneos.

O PPGSOF que está vinculado ao CCH, da UFRR, uma instituição relativamente nova no contexto das universidades brasileiras, conseguirá aglutinar vários setores da instituição (Centro de Ciências Humanas, Instituto de Antropologia, Colégio de Aplicação), cursos (Ciências Sociais, Antropologia, História, Relações Internacionais, Geografia, Economia, Ensino Médio) e programas como Programa de Iniciação Científica (PIC), Programa de Iniciação Científica no Ensino Médio (PICEM), Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PICITEM), Pro-Docência, entre outros.

A realização de evento com este caráter, em região e localização geográfica tão singular, requer o envolvimento, apoio e colaboração das mais diferentes entidades e instituições.

OBJETIVOS DO EVENTO

Promover reflexões sobre as fronteiras e sociedades de fronteiras na região amazônica, por meio de conferências e trocas de experiências entre pesquisadores identificados com o tema. Pretende-se, ainda, difundir no âmbito institucional e nas sociedades regional, nacional e global as pesquisas e estudos sobre as complexidades das problemáticas amazônicas. O debate sobre diferentes temas ligados à Amazônia é fundamental para aprimorar e fortalecer a produção do conhecimento *na e sobre a* Amazônia.

A PRESENÇA DE PERUANOS NA CIDADE DE BOA VISTA/ RR: OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

Introdução

Nos últimos tempos, a migração tem se apresentado como um elemento-chave fundamental para ilustrar a globalização. Sua complexidade advém da grande diversidade de fatores que a estimulam e caracterizam. Dantas (2010, p.19) complementa destacando que “o fenômeno da migração decorrente da globalização capitalista industrial afetou e afeta a vida de milhões de pessoas”.

Levando em consideração o contexto da América do Sul, é possível inferir que nesta região tem ocorrido uma nova tendência no processo migratório marcada, sobretudo, pela freqüente circulação de pessoas nas fronteiras nacionais. De certa forma, a proximidade geográfica e cultural tem facilitado os movimentos migratórios nos países sulamericanos, visto que os custos com os deslocamentos tendem a ser menores.

Segundo Bonassi (2000, p.39), na América do Sul, “as políticas migratórias foram se estruturando, em função da relação migração e desenvolvimento, desde diferentes perspectivas: econômicas, sociais, culturais ou de consolidação territorial dos Estados Nacionais”. No entanto, diante do contexto internacional da globalização e de integração regional, as políticas migratórias dos diferentes países sulamericanos encontram-se obrigadas a mudar a perspectiva, a fim de adequar-se aos processos de integração e abertura econômica, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentado, centrado na pessoa humana.

O deslocamento de peruanos para o Brasil pode ser citado como exemplo dessa nova tendência da migração na América do Sul. A presença de peruanos em solo brasileiro não constitui um fenômeno novo, mas remonta ao início dos anos 1950 quando estudantes se deslocaram para o país estimulados por acordos bilaterais para fazer cursos de graduação ou especialização em alguma universidade brasileira. Nos anos 1970, o contexto político mudou e surgiu o fenômeno dos refugiados políticos,

* Mestranda em Sociedade e cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

que também eram considerados “refugiados” econômicos. Foi a partir desse período que se tornou cada vez mais numerosos os peruanos que saíram de seu país, pela persistente violência política, deterioração econômica e falta de perspectivas, dirigindo-se, sobretudo, na região, para a Argentina, o Brasil, o Chile e, fora da região, para os Estados Unidos, o Japão e a Europa. Sendo assim, os migrantes peruanos encontraram um mínimo de liberdade para reconstruírem suas vidas no anonimato dos grandes centros urbanos brasileiros.

Entretanto, para Silva (1997), foi a partir dos anos 1980, com chamada “década perdida”, que o Brasil passou a receber cada vez mais migrantes oriundos de países vizinhos como o Paraguai, Bolívia e Peru, favorecendo a prática das migrações laborais. Silva (2007, p.74) destaca também que durante a década de 1990, o cenário de estagnação econômica e instabilidade política “contribuíram para fomentar ainda mais a vinda de bolivianos, paraguaios e peruanos, os quais passaram a disputar vagas em setores do mercado de trabalho brasileiro que não exigem um alto grau de qualificação”. Os peruanos, por exemplo, voltaram-se para o comércio, particularmente de artesanato e bijouterias. Além dessas atividades, muitos passaram a se dedicar à educação e ao setor de serviços relacionados às demandas domésticas.

No contexto amazônico a realidade parece não ter sido diferente, pois de acordo com Oliveira (2006), já era possível constatar a presença de peruanos na cidade de Manaus desde o início da década de 1980. A Organização Internacional para as Migrações (OIM), com base em estimativas, calcula que três milhões de peruanos vivem no exterior (HUALLPA, 2009). Os fluxos de deslocamento mais intenso são oriundos da Amazônia ecológica ou, como também é chamada selva peruana. Muitos peruanos se deslocam, num primeiro momento, dentro dos próprios limites regionais do Peru. Esse processo se dá, principalmente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as cidades maiores, tais como Arequipa, Iquitos e Pulcallpa. No contexto da trajetória migratória de peruanos dentro da Amazônia Setentrional, a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, aparece como outro lugar de destino e de passagem. O deslocamento de peruanos para a referida cidade ganhou força na década de 1990 e início dos anos 2000, quando migrantes de nacionalidade peruana passaram a ser vistos vendendo produtos diversos, como roupas, objetos de plástico, cd’s e dvd’s piratas em locais públicos da cidade, como o centro comercial, a Praça das Águas e as feiras do Produtor e do Garimpeiro.

A crescente presença de peruanos em Boa Vista estimula uma série de questões relativas à construção social do migrante, para além dos fatores de expulsão e atração, privilegiados nas abordagens histórico-estruturais dos estudos migratórios

clássicos. Diante dessa preocupação é importante reconhecer que as redes pessoais desses migrantes, sejam elas familiares ou de amizades, desempenham um papel fundamental na criação, expansão e manutenção dos fluxos migratórios. Por isso, este trabalho também propõe compreender a migração peruana na cidade de Boa Vista através da sua construção e interação em redes de relações sociais efetivadas no cotidiano, através dos contatos, dos vínculos, das ajudas e das negociações identitárias.

2. *Brasil: Um lugar de destino para os migrantes peruanos*

Segundo divulgação do periódico “El Comercio”, em 2007, nas últimas décadas cerca de um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil peruanos saíram de seus países, vindo aproximadamente 31.532 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e dois) para o Brasil. Essa migração explicada, na maioria dos casos, pelas teorias migratórias tradicionais como estratégia predominantemente econômica para diferentes lugares do planeta intensificou-se a partir das últimas décadas do século XX.

Muitos peruanos procuraram se instalar nos países vizinhos, fortalecendo o movimento migratório entre os países de fronteira. O Brasil é o destino mais procurado, havendo, na maioria das vezes, opção pela cidade de São Paulo, como já foi mencionado anteriormente.

Lucena (2006, p.66) destaca que boa parte dos migrantes peruanos tinha a intenção de “utilizar a cidade de São Paulo como lugar de conexão para outros países europeus, porém acabaram se radicando na metrópole paulistana”. A mesma afirma ainda que os grupos de peruanos instalados em São Paulo são heterogêneos, compreendendo uma faixa etária de vinte a quarenta anos de idade, com um número acentuado de solteiros e com um grau de escolaridade mais elevado, geralmente com nível médio.

Como já foi ressaltado, além de São Paulo, os peruanos se encontram também em outros estados brasileiros, como é o caso do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Acre, Roraima, e outras áreas de fronteiras¹. Nessas regiões predominam entre os migrantes as profissões liberais, técnicas e outras relacionadas ao comércio, ao setor de serviços, educação e saúde. No que diz respeito a composição étnica desses migrantes, Silva (2001, p.491) destaca que “a maioria

1 Segundo Sales e Baeninger (2000, p.41) existem pelo menos 16 áreas de fronteiras que envolvem desde a Guiana Francesa até o Uruguai, nas quais se constata um deslocamento emergente de pessoas. São elas: Bonfim (Roraima) – Lethem (Guiana); Tabatinga (Amazonas) – Leticia (Colômbia); Pacaraima (Roraima) – Santa Elena de Uairén (Venezuela); Santana do Livramento (Rio Grande do Sul) – Rivera (Uruguai); Barra do Quaraí (Rio Grande do Sul) – Bella Unión (Uruguai).

apresenta um componente étnico indígena relacionado as etnias aimará e quéchua. Muitos também utilizam a naturalização como forma de inserção na sociedade brasileira”.

No cenário atual da globalização, as recentes tendências da migração de peruanos para o Brasil requer uma incorporação de novas dimensões explicativas e uma reavaliação do contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos direitos humanos desses migrantes. É bom lembrar também que Silva (2001, p.489) reconhece que “o discurso da globalização, quando tomado de forma generalizada, incorre o risco de nivelar as diferenças e dificuldades enfrentadas por cada grupo de migrantes, nos mais diferenciados contextos sociais”.

Os entraves jurídicos da documentação, por exemplo, é um elemento comum que nivela todos os migrantes peruanos, sejam eles qualificados profissionalmente ou não. Além de afetar os migrantes de forma direta, a indocumentação incide também sobre as famílias de cada um. Este anacronismo transforma-se num dos empecilhos que os migrantes encontram para poderem desfrutar dos direitos e deveres que a cidadania implica.

Ainda sobre a questão dos direitos sociais, Silva (2001, p.494) acredita que “as fronteiras geográficas e políticas precisam “desaparecer” para dar lugar a uma maior circulação não só de bens e serviços especializados, mas também de oportunidades e bens culturais para toda a população”. Isso nos estimula a perceber que os migrantes peruanos também são produtores de bens simbólicos e contribuem para tornar a dinâmica cultural brasileira mais plural e enriquecedora para todos.

Desta forma, é importante afirmar que os migrantes peruanos procuram ser sujeitos da sua própria reprodução cultural, conquistando espaço na sociedade receptora. Simmel (1983, p.183) compartilha dessa ideia ao afirmar que “a condição de estrangeiro significa que ele, que está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: É uma forma específica de interação”. Isso significa que na medida em que os grupos formados pelas redes migratórias se tornam mais visíveis, os espaços sociais são fundamentais para desencadear o processo de negociação das identidades.

3. A migração peruana no contexto amazônico

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente diversificada tanto em sua paisagem como em sua população. Localizada ao norte da América do Sul, atinge parte dos territórios dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano, colombiano, peruano, boliviano, equatoriano, surinamês e guianenses (República Co-

perativa da Guiana e Guiana Francesa). Segundo Aragón (2005) não existe consenso entre os pesquisadores para delimitar exatamente o tamanho dessa região e calcular sua população.

A Amazônia brasileira, por sua vez, abrange os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia, Tocantins e Roraima perfazendo uma área que equivale a 61% do território brasileiro. O IBGE divulgou, em 2009, que a população amazônica brasileira é estimada em 24,7 milhões de pessoas, das quais 62% habitam a zona urbana e 38% a zona rural. Ou seja, a Amazônia brasileira deixou de ser, nas últimas décadas, uma região rural para tornar-se predominantemente urbana.

No entanto, o crescimento da população urbana na Amazônia brasileira não foi acompanhado por implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida a seus habitantes. Estes problemas impactam fortemente as cidades amazônicas, entre elas, a cidade de Manaus que, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, continua sendo a mais populosa capital da Amazônia brasileira, com 1.718.584 (um milhão, setecentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e quatro) habitantes.

Neste sentido, é possível inferir que o processo histórico de ocupação humana da região amazônica teve influência das migrações, principalmente as transfronteiriças, uma vez que a região faz fronteira com vários países, ao mesmo tempo em que se encontra em fase de estruturação e cujas dinâmicas são intensas e instáveis. Esse processo de ocupação da região amazônica brasileira tem sido objeto de detalhados estudos, sobretudo por parte de cientistas e pesquisadores sociais, uma vez que os movimentos populacionais são fenômenos que influenciam não só a configuração e a ocupação da região amazônica, mas também, os processos de multiculturalização.

A migração internacional para a Amazônia brasileira não é uma prática contemporânea. De acordo com Aragón (2009), a Amazônia brasileira acompanhou o período das grandes migrações do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. O fluxo de migrantes internacionais para o Brasil se fortaleceu a partir de 1870 e, sobretudo, após a abolição da escravatura, em 1888, como resultado de diversas transformações socioeconômicas e demográficas da Europa, da expansão do capitalismo e de políticas estatais do Brasil para atrair europeus para suprir a escassez de mão-de-obra causada pela liberação dos escravos. Os migrantes procediam, sobretudo, de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão.

Emmi (2009) verifica que os censos de 1872 a 1950 esclarecem que embora os estrangeiros tenham se concentrado na região centro-sul do Brasil, espalharam-se

por todo o país. Para a Amazônia, por exemplo, dirigiram-se principalmente portugueses, italianos, espanhóis, e sírio-libaneses, atraídos pela economia da borracha. Ainda na época da borracha havia, também, ingleses, franceses, norte-americanos e de muitas outras regiões e países. Os japoneses só passaram a se deslocar para Amazônia na década de 1930.

Ao contrário do que geralmente se pensa, mesmo após o colapso da borracha, muitos migrantes continuaram se deslocando para a Amazônia. Cabe lembrar, que foram os estrangeiros, em especial os comerciantes, os pequenos industriais e trabalhadores em geral, os grandes responsáveis por sustentar a economia após o declínio da economia da extração do látex, já que chegaram a instalar pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais para abastecer o mercado local, substituindo produtos que não podiam ser importados para o mercado europeu (EMMI, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, apesar dos esforços dos governos das distintas províncias existentes na Amazônia em estabelecer colônias agrícolas com mão-de-obra européia, os projetos não prosperaram e a migração internacional passou a ocorrer de forma espontânea, concentrando-se principalmente nas cidades. Recentemente, a análise das migrações internacionais para a região amazônica tem se concentrado no fluxo de entrada dos países vizinhos como Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana, Venezuela, entre outros. Grande parte dos migrantes que se desloca para a Amazônia brasileira dirigiram-se ao estado do Amazonas à procura de empregos gerados pela Zona Franca de Manaus e/ou por oportunidades de exploração florestal ou mineradora. É importante ressaltar, que muitos deles permanecem na clandestinidade, isto é, sem documentação legal, à margem de qualquer levantamento estatístico.

A migração internacional na transfronteira amazônica, como em quase todos os processos de migração no mundo, é fruto de complexas redes sociais. Como afirma Oliveira (2008), a migração de países fronteiriços para o Brasil, em especial a Amazônia, não é um fenômeno novo, já que depois de receber grandes fluxos migratórios provenientes da Europa, no início do século XX, o Brasil passou por uma fase de migração interna muito intensa, marcada predominantemente pelo êxodo rural. Foi somente a partir da década de 1970, que o Brasil passou a ser grande receptor de migrantes dos países fronteiriços vizinhos, como Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e outros países latino-americanos.

A Amazônia brasileira, ao se inserir cada vez mais no circuito econômico internacional, reestrutura seus espaços e território numa malha de interesses cuja condição de fronteira mundial confere um sentido especial à mobilidade populacional. Os

investimentos em tecnologia e em infraestrutura tem colaborado com o desenvolvimento e, conseqüentemente, atraído mais pessoas para a região. Tal questão implica entender que neste início de século existe na Amazônia um novo patamar de expansão e integração nacional. O que antes era chamado de vazio demográfico, hoje simboliza uma realidade complexa constituída por múltiplos sujeitos portadores de diferentes matrizes de racionalidade, particularmente relevantes nesse momento em que mudanças de padrões tecnológicos e socioculturais se colocam em questão (BECKER, 2004).

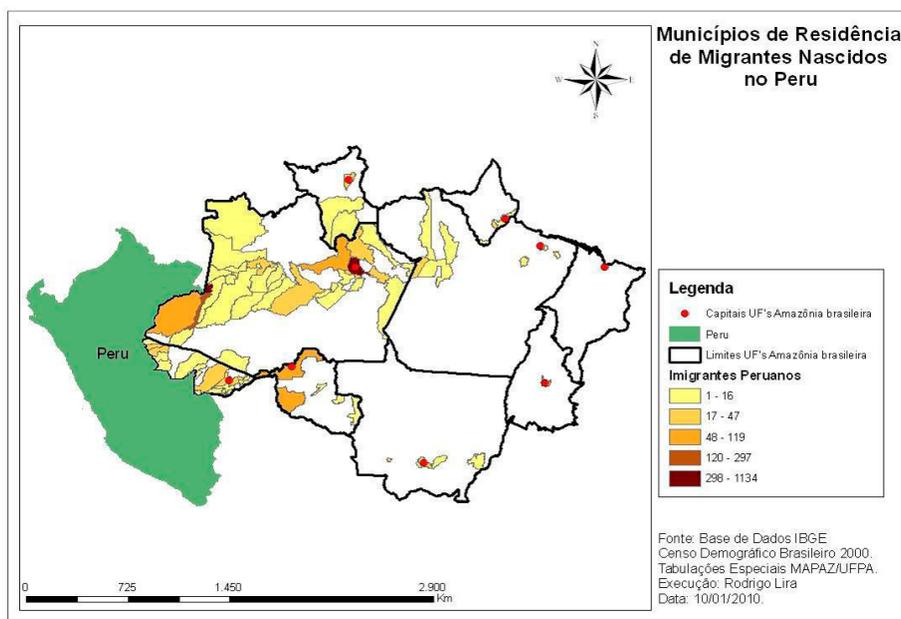
A Amazônia peruana é muito similar a Amazônia brasileira. Segundo Gow (2003), compreende 37% do território peruano e sua população se concentra principalmente em suas duas principais cidades, Iquitos, no rio Amazonas, e Pucallpa, no Ucayali. Sua base produtiva está centrada na agricultura, na extração florestal e na extração de hidrocarburos.

O PIB da Amazônia peruana representa 6,7% em relação ao PIB do Peru. O padrão de ocupação da Amazônia peruana é complexo, grande parte da população está concentrada em área de difícil acessibilidade e 50% delas vivem nos centros urbanos. Habitam esta região mais de 300 mil indígenas distribuídos por 1.500 comunidades nativas reconhecidas e pertencentes a 65 grupos étnicos e 14 famílias lingüísticas. Segundo Huallpa (2009), esta região tem um nível de pobreza altíssimo. Ou seja, 77% da população vive na faixa da linha da pobreza e a desnutrição infantil atinge 35% das crianças. Segundo este mesmo autor, a partir de 1960, a Amazônia peruana recebeu grandes contingentes de migrantes provenientes da serra e costa peruana. As causas para este fenômeno seriam a reforma agrária, o surgimento da subversão, a hiperinflação, a crise econômica, o empobrecimento da região andina do Peru, o desemprego e o narcotráfico.

Podemos destacar também os aspectos políticos e econômicos do Peru, os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e o os processos de industrialização nos moldes capitalistas como elementos responsáveis por impulsionar a saída de homens e mulheres do Peru. Como já foi exposto, muitos peruanos migram num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais do Peru. Entretanto, esse processo se dá, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as cidades maiores, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. De um modo geral, “a migração para a Amazônia Peruana, tem origem nas zonas altoandinas; já a emigração da Amazônia Peruana, tem como destino a capital Lima e as cidades costeiras” (HUALLPA, 2009, p.199).

Sobre a entrada de peruanos em território amazônico brasileiro, constata-se que essa prática migratória passou a ter maior relevância a partir de meados da década de 1980, estendendo-se até os dias atuais. Trata-se, na verdade, de um fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores que ingressaram na região sem os documentos necessários, permanecendo em situação irregular por muito tempo (Figura 01). Isso ocorre, inclusive, pela vastidão da selva amazônica que torna impossível um controle totalmente eficaz. O trânsito na fronteira é facilitado pela locomoção que é financeiramente mais viável, tanto via terrestre quanto via transporte fluvial (OLIVEIRA, 2008).

Figura 01: Fluxo de Migrantes Peruanos na Amazônia Brasileira



Fonte: LIRA (2010).

Os peruanos que migram para os Estados Unidos, Japão e/ou países da Europa são aqueles mais capitalizados ou que contam com uma boa rede de apoio, enquanto os que se deslocam entre os espaços transfronteiriços amazônicos seriam aqueles que dispõem de poucos recursos para uma migração, cujos investimentos iniciais seriam muito altos. A maioria dos peruanos que opta em migrar para o Brasil, em especial para a Amazônia Brasileira, tem o seguinte perfil: em grande parte são

homens, oriundos da região da selva peruana (Amazônia); apresentam um histórico de migração interna e um trânsito por distintas cidades da região norte do Brasil e alguns continuam a trajetória migratória com destino à países vizinhos, como é o caso da Venezuela. Outra característica do perfil de alguns peruanos é a baixa qualificação profissional. Quando chegam ao Brasil, muitos se tornam comerciantes informais e comercializam produtos diversos, como roupas e utensílios domésticos. Entretanto, apesar de algumas situações adversas enfrentadas pela maioria, o Brasil continua sendo um país das oportunidades e de múltiplas possibilidades de mobilidade econômica e social para parte dos migrantes peruanos (SILVA, 2009).

A dinâmica da mobilidade humana transfronteiriça

Como o universo empírico deste trabalho compreende uma discussão sobre fronteira e migração transfronteiriça, reconhecemos que a fronteira representa não só o desencontro de diferentes visões de mundo, como também, a coexistência de diferentes espaço-temporalidades. Desta forma, para Martins (1997, p.150),

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Oliveira (2008, p.03) também parte dessa abordagem e assume que “a fronteira é analisada enquanto uma “situação” que pode estar indicando um processo de transitoriedade”. Por isso, não se trata necessariamente de um “lugar”, mas sim de um determinado contexto que possui variadas significações. Essa concepção ajuda a compreendermos a fronteira enquanto a “passagem” de uma situação para outra adversa. Tal transição é dotada de conflitos que surgem ainda no processo migratório e fortalecem no encontro ou confronto com outros novos sujeitos sociais.

Castells (1999), por sua vez, esclarece que as fronteiras dão lugar as transformações simultâneas que podem ser influenciadas pelos sistemas de redes interligados. No caso da Amazônia, por exemplo, percebemos que, devido ao grau de complexidade dessa região, o conceito de fronteira também se torna complexo.

No que diz respeito a percepção dos estudos migratórios, Oliveira (2008) afirma que a fronteira pode ser analisada como um lugar onde as diferenças se evidenciam e são gerados os conflitos culturais e sociais. Por outro lado, é na região de fronteira que as distâncias também se estreitam e as diferenças passam por um processo de elaboração de novos significados e possibilidades.

Em um ambiente de fronteira as migrações transfronteiriças, são fortalecidas pelos processos de negociações das identidades, que para Castells (1999, p.22) representam “uma fonte de significado e experiência de um povo”. Sendo assim, a identidade de um grupo não pode mais ser enfocada de forma abstrata e imutável, mas sim ser contextualizada a partir de um espaço e tempo de referência.

Na concepção de Robertson (1999), a globalização provoca um efeito descentralizador de identidades organizadas em torno de uma cultura e de fronteiras bem definidas, proporcionando o surgimento de novas posições de identificações mais plurais. Fica visível, portanto, que as identidades mudam de acordo com o espaço-temporal ou o modo como o sujeito é conhecido e reconhecido.

Neste caso, à medida que os indivíduos migrantes venham a pertencer a dois mundos ao mesmo tempo, eles procuram preservar suas raízes, tradições e a memória que os ligam ao país de origem. No entanto, esses migrantes são motivados por novos diálogos que sustentam a necessidade de negociarem suas identidades em meio às novas culturas com as quais passam a ter contatos cotidianos.

Hall (1996, p.95) defende que “as negociações das identidades das pessoas que atravessam as fronteiras nacionais estão relacionadas ao surgimento de novas culturas”. Essa reflexão aponta para o fato de que, em tempos de globalização, não existe mais um único foco de identificação. As identidades podem ser ganhas ou perdidas.

Segundo Haesbaert (1997), a identidade territorial, por exemplo, é um tipo de identidade que se expressa na relação de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária. Neste sentido, os processos de negociação das identidades territoriais são efetivados a partir da interação entre os grupos sociais que se fortalecem por meio das redes migratórias.

Em relação ao percurso migratório de peruanos para o Brasil, o cruzamento de fronteiras de estados brasileiros que fazem divisa com o Peru é uma prática essencial para que, posteriormente, esses migrantes possam fixar moradia em algumas cidades da Amazônia brasileira, mais especificamente na região norte do Brasil.

Santos (2010) verificou que parte dos peruanos que decidem migrar para o Brasil saem da capital Lima ou de alguma cidade média da região denominada de “Selva Peruana”. Alguns pegam o voo até Iquitos e daí vão de barco até a pequena cidade peruana Santa Rosa, que faz fronteira com o estado do Amazonas. De Santa Rosa seguem até a cidade amazonense Tabatinga, situada na fronteira do Peru com a Colômbia. Essa cidade, além de outras cidades do interior do Amazonas é, para muitos, apenas um lugar de passagem, pois o objetivo da maioria é chegar até a capital amazonense, a cidade de Manaus.

De acordo com Silva (2010), na cidade de Manaus, as atividades desenvolvidas pelos peruanos não diferem das atividades exercidas por outros migrantes nacionais e internacionais em cidades do interior, que na maioria dos casos são atividades informais. A diferença é que na capital amazonense as possibilidades de trabalho aumentam. Mas, de um modo geral, são poucos os peruanos com mão-de-obra qualificada e, por isso, dispõem-se a aceitar qualquer tipo de trabalho para garantir o sustento de suas famílias.

Santos (2010) destaca também que a trajetória migratória de alguns dos peruanos que estão vivendo no norte do Brasil pode dar-se via o Acre ou Venezuela. Os peruanos que chegam ao Acre saem de Lima até Cusco, onde pegam o voo até Puerto Maldonado. Depois, seguem pela estrada do Pacífico, que cruza o Peru a partir da Amazônia peruana até o litoral, passando pela Cordilheira dos Andes até chegar a Iñapari, vilarejo peruano que faz fronteira com a cidade acreana Assis Brasil. Após chegarem a Iñapari, muitos seguem em direção a Assis Brasil. Outros se deslocam para Brasiléia, cidade acreana, que está pouco mais de 100 km de Assis Brasil e faz fronteira com a cidade boliviana Codíja. Após chegarem a Brasiléia, alguns fixam moradia, já outros vão a capital do Acre, Rio Branco, onde passam meses ou até anos e depois se mudam para Manaus. Após passar algum tempo em Manaus migram para Boa Vista, já que é bastante comum receberem convites de familiares ou, até mesmo de amigos. Depois de passarem algum tempo em Boa Vista, alguns chegam a migrar para outras cidades roraimenses, como Pacaraima, cidade que faz fronteira com a Venezuela. Outros vão mais adiante e adentram a Venezuela, mas após algum tempo retornam para Boa Vista.

Conforme se percebe na literatura acerca da migração, as decisões pessoais dependem da atuação dos indivíduos na sociedade e de suas relações com outros indivíduos, o que proporciona a compreensão de que a migração é um processo seletivo e não aleatório (ABUD et. al., 2008, p. 03). Neste sentido, o entendimento das redes migratórias possui importância fundamental para a compreensão da mobilidade humana em regiões de fronteira.

Para Sasaki e Assis (2000) os migrantes não são indivíduos que agem desconectados de relações sociais. Diante desta inferência é possível perceber que as redes migratórias são capazes de fornecer apoio psicológico e material necessário aos migrantes.

Ainda segundo Sasaki e Assis (2000, p.10),

As redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem e específicos pontos de destinos nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas.

De um modo geral, as redes migratórias são configuradas pelas redes de parentesco e sociabilidade. Assim, a escolha do destino migratório é determinada pela existência de um grupo de conterrâneos. Desta forma, a escolha do local de destino pode ser baseada no grau de consolidação das redes. Estas, ao ficarem cada vez mais consolidadas, representam maior possibilidade de atenuar os riscos das migrações de longa distância, aumentando as chances do migrante a se adaptar no novo local de moradia (ASSIS, 2003).

É importante reconhecer que o projeto migratório - ou seja, a decisão de migrar, quem da família vai migrar, a “escolha” do local de destino, como e quando migrar - é orientado, em geral, pelas representações que são construídas no local de origem e pelas redes migratórias que direcionam e, ao mesmo tempo, realimentam os fluxos migratórios (SILVA, 2010).

Para Hall (2000), a migração das populações tem produzido grupos sociais - como é o caso da comunidade peruana que vive na Amazônia brasileira - constituídos cultural ou etnicamente, que tentam construir uma vida em comum e criar estratégias de convivência e formas de comunicabilidade, ao mesmo tempo em que são fortemente marcados por manterem costumes e práticas sociais específicas na vida cotidiana. A base de sustentação deste tipo de sociedade é o estabelecimento de um referencial no qual os conflitos mais graves de perspectivas, crenças ou interesses são negociados.

Nesta perspectiva, a identidade precisa ser analisada a partir do contexto das práticas sociais. O conceito de identidade que adotado neste trabalho é aquele que permite abordá-la não enquanto fenômeno apenas relacional, mas como fenômeno performático. Como refere Velho (1994), os indivíduos mesmo nas passagens e trânsitos, entre domínios e experiências diferenciadas, mantêm, em geral, uma identidade vinculada a seu grupo social de origem. Contudo, os códigos culturais associados a distintos contextos permitem que os sujeitos migrantes estejam em permanente processo de negociação de suas identidades.

REFERÊNCIAS

- ABUD, Daniel Lamela et. al. Migração de retorno: entre significados e materialidades. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)**. Caxambu: 2008.
- ARAGÓN, Luis E. (Org). **Populações da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2005.
- _____. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, Luis E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Criciúma para o mundo – os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, A. C.; FLEISCHER, S. (Orgs.) **Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 .
- BONASSI, Marghetita. **Canta, América sem fronteiras! Imigrantes latino-americanos no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DANTAS, Sylvia D. Culturas em xeque e o desafio psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In: FERREIRA, Ademir Pacelli et. al. **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- EL COMERCIO. **Um millón 665 mil peruanos se fueron del país entre los años 1990 y 2005**. Disponível em: <www.elcomerciope.com.pe/edicionOnline/Html/2007/>. Acesso em: 12/11/2011.
- EMMI, Marília. Fluxo migratórios internacionais para a Amazônia Brasileira no final do século XIX ao início do século XX: O caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- GOW, Peter. “Ex-cocama”: Identidades em transformação na Amazônia Peruana. In: **Revista Mana**. 2003.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 24, 1996. pp.68-75.
- _____. **A identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HUALLPA, Luis Limachi. Procesos migratórios em la Amazonia Peruana: Uma mirada a las migraciones internacionales. In: ARAGÓN, Luis E. **Migração Internacional na Pan-Amazônica**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14/07/2011
- _____. **Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 14/07/2011.
- LUCENA, Cecília Toledo. Saberes e sabores do país de origem como forma de integração. In: **Cadernos Ceru**. Vol.19. nº1. São Paulo: USP, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. **Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **A mobilidade humana na tríplice fronteira:** Peru, Brasil e Colômbia. In: Estudos Avançados. V.20. nº 57. São Paulo, 2006.

_____. **Refugiados e deslocados na Amazônia:** Contribuições para a Sociologia dos deslocamentos compulsórios. (Dissertação de mestrado). Manaus: UFAM, 2008.

ROBERTSON, R. **Globalização.** Petropolis: Vozes, 1999.

SALES, T.; BAENINGER, R. Migrações internas e Internacionais no Brasil. In: **Travessia:** Revista do Migrante. São Paulo: Paulinas, 1997.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Trajetórias migratórias e identidades reveladas:** A presença de peruanos em Boa Vista/RR (Monografia). Boa Vista: UFRR, 2010.

SASAKI, Elisa Massa; ASSIS, Gláucia de O. Teoria das migrações internacionais. In: **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), da ABEP.** Caxambu – MG: 2000.

SILVA, Sidney Antonio da. **Costurando Sonhos:** Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Hispano-americanos no Brasil entre a cidadania sonhada e a concedida. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). **Migrações internacionais:** Contribuições para a políticas. Brasília: CNPD, 2001.

_____. Hispânico e latino: face de um processo identitário entre imigrantes sul-americanos em São Paulo. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). **Migrações internacionais:** Desafios para o século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

_____. **Hermanos Amazônicos:** Peruanos e colombianos na Tríplice Fronteira e em Manaus. **GT 14 – Migrações Internacionais: fronteiras e diversidade étnico-culturais. II Reunião Equatorial de Antropologia / XI Reunião de Antropólogos do Norte – Nordeste.** Natal – RN: UFRN, 19 a 22 de Agosto de 2009.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORARES FILHO, Evaristo (Org.). **Simmel.** São Paulo: Ática, 1983.

VELHO, Gilberto. **Projecto e Metamorfoses.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

SECURITIZAÇÃO ENERGÉTICA NA FRONTEIRA BRASIL-VENEZUELA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O COMPLEXO DE GURI*

Introdução

O Brasil possui um sistema de energia elétrica não integrado em sua totalidade, sendo a região norte a área mais vulnerável do setor elétrico nacional. Diante das fragilidades de parte desse sistema, o governo procurou formas diferenciadas para suprir esta necessidade. Em busca de solucionar os déficits do fornecimento elétrico dessa região o Estado firmou acordos internacionais com países vizinhos e repassou verbas para alguns estados da região norte, a fim de fazer melhorias ou instituir usinas elétricas.

O presente artigo está estruturado com base em duas seções que se articulam na discussão sobre a securitização energética da fronteira Brasil-Venezuela, incluídas esta introdução e uma breve conclusão à guisa de últimas considerações.

A primeira seção aborda o estudo da segurança como um campo alargado que possibilita uma nova visão das questões estratégicas que podem ser aplicadas em vários níveis do sistema internacional, incluindo o caso energético, gerador de polêmicas discussões que vão desde o conflito à cooperação.

A segunda temática aborda o processo histórico do acordo de Guri, firmado entre o Brasil e a Venezuela, apontando os principais episódios e os contextos políticos internos e internacionais que intervieram sobre o processo de consolidação do sistema elétrico no arco-norte da América do Sul que interfere na dinâmica energética do estado de Roraima.

* O presente artigo faz parte de um projeto maior de pesquisa cujos outros resultados estão publicados como monografias intituladas respectivamente: “Brasil e Segurança Energética na América do Sul: um estudo sobre as relações bilaterais de securitização elétrica e o caso do complexo de Guri” e “Segurança energética na América do Sul: o caso do gasoduto Bolívia-Brasil”. Endereço para contato: eloisenhoras@gmail.com ou www.works.bepress.com/eloi

O artigo discute que energia de Guri foi um marco para Roraima, pois significou naquele momento uma possível solução para os déficits que o estado sofria em decorrência da não estruturação do sistema elétrico eficiente, no entanto, aconteceu uma inflexão sobre a visão positiva desse empreendimento para um olhar cauteloso, gerado pelas instabilidades internas do governo venezuelano e pelo cumprimento parcial do acordo. Levando como base processos históricos, ações governamentais e as deficiências do sistema elétrico nacional o artigo é desenvolvido.

Segurança energética: conceito e importância

A segurança internacional é um tema clássico das Relações internacionais que esteve historicamente ligado ao estudo de defesa nacional e conflitos estatais, com a transformação do sistema internacional e a mudança no quadro dos conflitos no mundo, abriu-se espaço para a expansão da matéria dentro da disciplina de Relações Internacionais.

Os estudos sobre segurança internacional nas relações internacionais são apreendidos hodiernamente por duas grandes agendas que não são necessariamente excludentes, mas que antes trazem importantes *insights* específicos e que podem muitas vezes se complementarem para uma visão mais adequada da dinâmica internacional (BUZAN *et al.*, 1998).

De um lado, existe uma agenda de estudos tradicionais que aborda predominantemente temáticas estratégico-militares, centradas nos Estados com uma perspectiva minimalista da segurança, que se concentra nas discussões sobre as políticas de defesa nacional.

Nesse ramo os principais trabalhos são elaborados na perspectiva do paradigma nacional-realista, que possui uma visão da realidade internacional conflitiva e estado-centrista, que restringe os estudos de segurança internacional em áreas onde é empregado o aparato militar.

De outro lado, existe uma nova agenda, que se caracteriza por uma abordagem maximalista ou alargada de temas sobre a segurança internacional, que incorpora assuntos políticos, militares e econômicos da alçada estatal, além de temáticas diplomáticas e transnacionais, que partem desde a pessoa humana e vão até discussões sobre meio ambiente.

Nesse contexto está inserido o paradigma liberal, as críticas pós-modernas e pós-estruturalistas de relações internacionais, além de correntes influenciadas pela vertente construtivista, um paradigma de difícil classificação, e com várias vertentes internas, mas com enriquecida capacidade explicativa.

O estudo de segurança na escola de Copenhagen é influenciado pelo paradigma construtivista, pois reconhece a validade do discurso na criação de ameaças internacionais e apresenta um quadro de análise da segurança internacional que incorpora a dinâmica dos atores, abre espaço para novas agendas e cria um modelo analítico da segurança internacional em nível regional.

Na agenda de pesquisa da escola de Copenhagen, o conceito central é a securitização, que trata-se de um processo que ocorre quando um assunto é apresentado como ameaça real, requerendo medidas extraordinárias e que justificam ações fora dos procedimentos normais da política (BUZAN, 1998).

Dentro do estudo de segurança internacional, quando se analisa os marcos da segurança energética, observa-se que a antiga agenda minimalista de estudos de segurança internacional tem relevância ao revelar os vetores conflitivos existentes, todavia ainda mais importância têm os estudos maximalistas, com a abertura de espaços para análise de ameaças, atores de segurança e objetos de segurança, onde se revelam uma dimensão mais relacional entre vetores de cooperação e conflito.

Dentro da agenda maximalista de segurança internacional, o primeiro ponto para compreender a segurança energética é a sua definição, e as conseqüências do conceito escolhido. Os conceitos de segurança energética, em geral são criados nos países centrais, levando em consideração apenas os interesse dos países consumidores, todavia no contexto sul-americano existe a necessidade de um conceito que leve em consideração, diferentes perspectivas.

“Segurança Energética é definida como uma tentativa dos consumidores de energia de se protegerem de interrupções que podem ameaçar o fornecimento de energia, como um resultado de um acidente, terrorismo, falta de investimento na infra-estrutura ou falta de organização do mercado de energia. A definição de segurança energética geralmente enfatiza o preço e fornecimento eficiente e seguro como um preço razoável de energia.” (PALONKORPI, 2007, p. 1).

O conceito de segurança energética ao contrário do que parece não se restringe à dimensão econômica de suprimento de energia, preço e outros conceitos econômicos, mas inclui aspectos políticos como ameaças à segurança energética. Por isso a análise de segurança energética deve abranger o setor político e econômico, além de ter a capacidade de levar em consideração a perspectiva dos países produtores e consumidores.

Conforme PRONINSKA (2007), a visão de Segurança Energética muda conforme a posição do país no mercado de energia. Haja vista que para os exportadores o fundamental é a segurança da demanda para suas fontes de energia. Em contrapo-

sição para os importadores o foco é o desafio da dependência energética e o risco de corte no fornecimento.

Fora das discussões acadêmicas nas quais o setor energético ainda é negligenciado, as sociedades modernas estão como o seu nível de qualidade de vida intimamente ligado à capacidade dos países em oferecer energia para as suas populações e na competência das nações em manter seguro o fornecimento de energia.

O setor energético é fundamental atualmente, pois as sociedades são altamente dependentes dos serviços energéticos, como eletricidade, e interrupções demoradas no fornecimento de energia causariam efeitos imediatos e nocivos na economia, na estabilidade política e na vida das pessoas, pois, as residências, setor econômico e os governos dependem de energia para cumprir suas atividades fins (BAUMANN, 1998).

Nos últimos anos houve um forte crescimento no interesse pela área de segurança energética devida a fatores como: a) Aumento vertiginoso na demanda global de energia; b) as idiosincrasias do mercado de petróleo e o alto preço do combustível; c) um aumento no nível da interdependência no mercado de energia entre os países; d) problemas técnicos com eletricidade, ocasionando vários cortes de energia temporários; e) debilidades na infra-estrutura de energia em toda a cadeia energética de produção; f) liberalização e desregulamentação do mercado de energia. Além de fatores não econômicos que podem gerar problemas no fornecimento de energia, tais como catástrofes ambientais, o temor de ataques terroristas em infra-estruturas estratégicas no Oriente Médio e conflitos nos países produtores de energia (PRONISKA, 2007).

Quando se toma por referência a formulação de política energética dos países há que se considerar os níveis, nos quais os países operam para aumentar sua segurança, nessa perspectiva existem três níveis de operação da política energética, tal como observado por estudiosos latino-americanos como LE-FORT e MORALES (2006), que atribuem ao setor energético três níveis nos quais um país pode atuar visando conferir maior segurança para sua matriz energética.

Quadro 1 - Visão estratégica sul-americana da segurança energética

<i>Relações Exteriores</i>	As relações com os países produtores de energia, o aumento da cooperação regional no setor energético, trocas de conhecimento e informações e o aumento da transparência e competitividade nos mercados de recursos energéticos regionais e internacionais.
<i>Segurança Regional e Nacional</i>	O impacto sobre a segurança regional e global de temas como: ameaça de terrorismo sobre o fornecimento energético; crises internas ou internacionais em países ou regiões exportadoras de recursos energéticos e seu impacto no custo ou fornecimento desses recursos.
<i>Âmbito local</i>	Implementação de políticas públicas de longo prazo para responder às ameaças crescentes que enfrenta o abastecimento de energia, somadas ao desenvolvimento de sistemas de resposta de emergência para responder ao corte temporário de abastecimento. Avalia-se a perspectiva de aumento da demanda de recursos energéticos para os próximos anos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em LE-FORT, MORALES (2006).

Não obstante o primeiro enfoque mais detalhado para a apreensão de segurança energética, existe a visão de estudiosos europeus, como PRONISKA (2007) que atribuem ao setor energético apenas dois níveis de análise. Com uma abertura maior para a utilização da força em assuntos energéticos que focaliza a preocupação ambiental e a segurança.

Quadro 2 - Visão estratégica europeia da segurança energética

<i>Nível doméstico</i>	As medidas de securitização energéticas são escolha de fontes energéticas seguras, diversificação e otimização da energia nacional e conservação do meio ambiente, defesa da estrutura de energia nacional (refinarias, oleodutos, subestações de energia e outros), gerenciamento da demanda de energia, eficiência energética, liberalização e desregulamentação do setor de energia.
------------------------	---

<p><i>Nível Internacional</i></p>	<p>O nível das negociações internacionais envolve canais de cooperação para o desenvolvimento da segurança energética por meio da ênfase em diferentes fontes energéticas, diversificação de fornecedores estrangeiros, cooperação com exportadores, ou medidas não pacíficas para garantir o suprimento de energia como: uso da força; sanções; embargos ou uso da energia como uma arma política.</p>
-----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria. Baseada em PRONISKA (2007).

Segundo uma perspectiva unilateral, existem princípios que podem aumentar a segurança energética de um país através do fortalecimento das potencialidades da matriz energética e para minimizar as debilidades e lacunas estruturais (YERGIN 2006).

O primeiro princípio é o da diversificação das fontes: como base nesse princípio, o estado deve multiplicar as fontes de energia, pois reduz o impacto da interrupção do fornecimento de uma fonte de energia e diversificar as alternativas serve aos interesses de consumidores e produtores.

O segundo princípio é o poder de recuperação: segundo esse princípio o estado deve manter uma margem de segurança no suprimento de energia que possibilite defesa contra quebras de fornecimento e facilite a retomada após a interrupção. Este princípio pode ser alcançado através de produção suficiente de energia em espera, reservas estratégicas, *backup* em equipamentos, adequada capacidade de estoque em toda a cadeia produtiva e planos bem elaborados que contenham eventuais cortes de energia.

O terceiro princípio é reconhecer a realidade da integração: neste princípio o estado deve reconhecer que existe apenas um mercado de petróleo, um imenso sistema global que movimenta e consome aproximadamente 86 milhões de barris por dia, para os consumidores, segurança reside na estabilidade desse mercado. A interrupção desse mercado não é uma opção.

O quarto princípio é a importância da informação: Informação de alta-qualidade possibilita o bom funcionamento dos mercados. No nível internacional a Agência Internacional de Energia aumentou o fluxo de informação sobre energia. A qualidade da informação também é essencial em momentos de crises, quando o pânico dos

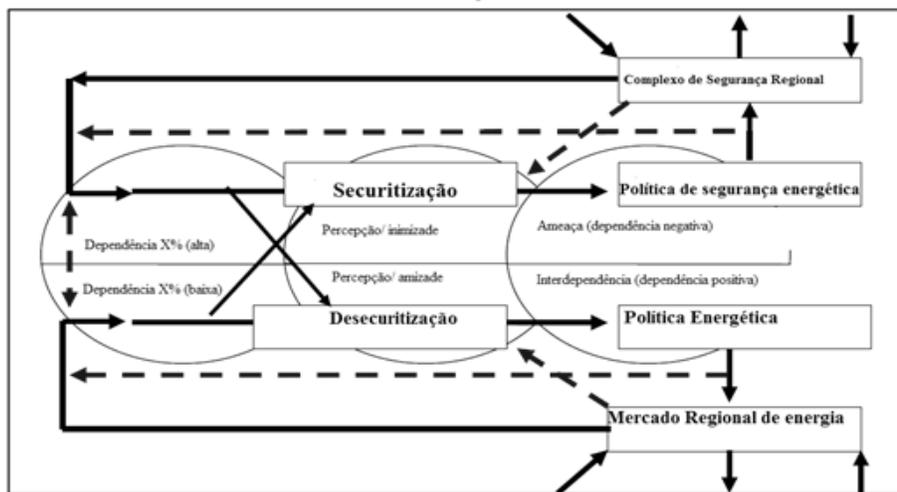
consumidores pode ser fomentado por medo e acusações criando uma percepção da realidade distorcida. Nesses casos, governos e empresas podem conter o pânico utilizando informação de alta qualidade

Na perspectiva de conflito e cooperação entre os países o setor energético tem a sua própria dinâmica. Partindo de uma análise geopolítica das relações internacionais entre os países produtores e importadores que impactam na segurança energética, observa-se dois padrões de relacionamento inter-estatal.

De um lado existe a perspectiva do conflito, mostrando que os conflitos energéticos atuais são divididos em duas formas: primeiro a tensão e as disputas entre os países no mercado de energia que possibilita o aumento da rivalidade, todavia na maioria das vezes sem a perspectiva de conflito armado. De outro lado, conflitos em regiões ricas em petróleo e gás podem resultar no uso da força.

Em um conflito armado por recursos o fator energético é predominante, no entanto existem conflitos nos quais as fontes de energia são apenas elementos do embate. Nesse sentido, são três formas que ocorre a ligação entre fontes de energia e conflitos armados. O primeiro acontece quando a fonte de energia é causa do conflito. O segundo é quando a fonte de energia desenvolve um papel, um alvo ou outro objetivo secundário em uma guerra; a terceira forma ocorre nos conflitos que o dinheiro obtido pelo comércio de energia financia um conflito armado.

Figura 1 - Fatores de impacto na securitização energética



Fonte: PALONKORPI (2007).

De outro lado, a cooperação ocorre, pois apesar de um país ter interesses divergentes de outros países no mercado de energia e competir por melhores condições com os demais países, as nações em conjunto têm objetivos comuns tais como: reduzir a vulnerabilidade do mercado de energia; melhorar a segurança física da infraestrutura de energia; fomentar estabilidade política e econômica em regiões produtoras de energia e construir segurança jurídica que possibilite investimento na área. Esses são assuntos nos quais países exportadores e importadores podem cooperar.

Neste contexto, outra forma de cooperação no mercado energético entre os países é a cooperação tecnológica, pois existe a necessidade de tecnologia, para aumentar a eficiência do consumo e produção de energia e o desenvolvimento de combustíveis renováveis entre outros objetivos de longo prazo no setor energético que só serão possíveis com cooperação tecnológica entre os países.

Conforme PALONKORPI (2007), tomando-se como referência a perspectiva relacional entre conflito e cooperação com base nas contribuições da escola de Copenhague para explicar a securitização energética, existem três vetores que podem ser apreendidos para se estruturar uma arquitetura analítica.

O primeiro vetor é a definição dos atores que devem ser analisados em um estudo de segurança energética. No setor energético utilizar as ferramentas da teoria da securitização é perigoso, pois não se percebe claramente qual é o ator principal, todavia de maneira simplificada, define-se o estado como ator principal quando os fatores políticos dominam a agenda e as empresas internacionais como atores centrais quando as questões econômicas dominam a agenda.

O segundo vetor da escola de Copenhague para o setor energético seria justamente a criação de um marco que auxilia o pesquisador a atribuir para uma determinada relação energética baseada em uma perspectiva espacial, o rótulo de *complexo regional de segurança energética*.

“O complexo regional de segurança energética é formado pela interação energética entre dois ou mais estados em uma limitada área geográfica que inclui uma relação de dependência energética entre os estados e uma percepção dessa dependência como uma ameaça.”

(PALONKORPI, 2007, p. 3)

O terceiro vetor, entre segurança energética e a escola de Copenhague é a contribuição desta para a compreensão do processo de securitização em si. Para o entendimento de como a segurança energética é intuída é necessário saber os padrões de amizade e inimizade que existe entre os países que afetam diretamente essa relação, e como a segurança energética é percebida, ou seja, além do comércio de energia,

os graus de amizade ou inimizade também explicam se a dependência energética é securitizada ou politizada.

Brasil, Venezuela e a segurança energética do complexo de Guri

As problemáticas da região norte em relação à energia elétrica foi ao longo dos anos observada como uma constante que oferecia riscos e incertezas para a população e para o estado como um todo. A insegurança quanto a instabilidade elétrica na área gerou muitas fraquezas na economia e na imagem do estado.

Sendo Roraima uma região geoestratégia, foi levantada em 1995 a possibilidade de realizar um estudo entre Brasil e Venezuela, no âmbito elétrico, a fim de, suprir os déficits dos estados de Roraima e o Amazonas. Logo após o surgimento da possível ideia integracionista entre esses dois países, o estudo pode ser iniciado.

No processo de pesquisa para viabilização da integração bilateral, técnicos dos dois países puderam participar, avaliando todas as possibilidades de efetivação das linhas de transmissão e os possíveis problemas que poderiam impedir a instalação elétrica como as questões latifundiárias e ambientais.

Com o término dos estudos pode-se constatar que para a região o modelo mais indicado para suprimento energético seria a importação de energia elétrica da Venezuela por meio da hidrelétrica de Guri/Macáguas, que é considerada a maior hidrelétrica venezuelana.

A participação de empresas brasileiras como a Eletronorte e a Eletrobrás foi significativa no firmar da parceria Brasil-Venezuela, pois foi por meio dessas instituições que se ratificou o acordo elétrico entre os países. A empresa venezuelana responsável pelo acordo foi a Eletrificación Del Caroni-EDELCA, empresa estatal na Venezuela administradora de várias usinas.

A preocupação em efetivar definitivamente o acordo era latente, principalmente para Roraima. Pode ser observado que ao longo das negociações as atenções e interesses de fechar a integração elétrica recaem sobre o estado do Amazonas, pois o foco era levar essa energia para o estado, o que resultaria por questões geográficas a utilização dessa eletricidade também em Roraima.

A proposta de uso dessa energia para Boa Vista pode assim ser entendida como uma resultante do principal objetivo, a eletricidade advinda de Guri até o Amazonas. No entanto, surge nesse meio a possibilidade de utilizar o gás da reserva de Urucu para gerar energia elétrica na cidade de Manaus, o que minimiza a ânsia pela ratificação do acordo por parte de algumas autoridades políticas e responsáveis por esse evento.

Diante da cooperação energética, ficou estabelecida no acordo, a exportação de 200MW e a construção de torres de transmissão ao longo do trecho entre o dois países para que a corrente elétrica pudesse chegar a subestação distribuidora. (Barbosa, 2009).

Ao surgir à possibilidade de firmar uma parceria com a Venezuela, o governo brasileiro já previa algumas problemáticas, por entender que a região a receber a energia está localizada em uma área conflituosa e de difícil acesso. Quando analisado o lado conflitivo, fala-se da convergência entre os índios e não índios, em Roraima essa “divisão” de interesses ou perspectiva pode ser observada com maior clareza.

O difícil acesso à região, está tratando sobre as dificuldades de encontrar naquele período outra alternativa, se não Guri, que pudesse resolver a instabilidade energética de Roraima e do Amazonas.

Outro problema que desgastou o processo de construção da Linha de Guri foram questões como a preservação ambiental e de reservas indígenas que atrasaram o início da efetivação das linhas de alta tensão. Nessa convergência de áreas preservadas foi de fundamental importância a intervenção diplomática que garantiu as partes sua integridade no processo de importação e exportação elétrica.

De acordo com o projeto das linhas de transmissão algumas torres deveriam se localizar dentro das reservas indígenas e ambientais, também sobre elas passariam as linhas de alta tensão. Reservas desse tipo asseguram o direito das populações e dos biomas que estão inseridos nessas áreas, premissa que gerou atrasos e instabilidades, pois as opiniões divergiam entre permitir ou não a construção da linha elétrica.

Assim, várias figuras políticas como os administradores dos estados e diplomatas iniciaram a discussão sobre a implementação dessas torres de transmissão, sendo considerado um interesse de todos, as mesmas puderam ser construídas, o que depois veio a gerar receio por parte da população em pensar que os indígenas e não simpatizantes da instalação dessas linhas pudessem boicotá-las.

Diante as dificuldades e empecilhos para efetivar o acordo, o estado roraimense passa agir com maior influência e de forma direta sobre a consolidação do empreendimento. Deste modo em 1997 foi firmada a importação de energia elétrica do parque gerador de Guri/ Macágua até a capital de Roraima e alguns municípios da mesma federação.

Ao longo de seis anos foram realizadas todas as obras necessárias para implantação da energia elétrica no estado de Roraima, passando por dificuldades já citadas e pela omissão em alguns momentos da Venezuela em firmar os procedimentos técnicos de construção das linhas.

Basicamente, os recursos utilizados na construção das torres foram quase em sua totalidade brasileiro. Com as linhas já instaladas e as devidas manutenções o Linhão de Guri pode entrar em operação comercial em 2001, estando a Eletronorte como a administradora oficial, responsável pela sua manutenção e outras atividades quanto à eletricidade dentro da cidade de Boa Vista, capital de Roraima. (Barbosa, 2009).

Com a utilização da eletricidade venezuelana não foi apenas Roraima que se beneficiou do recurso, mas também a cidade de Santa Elena de Uairén que fica localizada no Estado Venezuelano e faz fronteira com o município de Pacaraima pertencente ao Brasil.

Apesar, de Santa Elena está inserida no Estado da Venezuela, sua realidade parecia naquele momento está mais próxima do contexto roraimense que do seu próprio país, isso se deve a disparidade entre as regiões que fazem parte das áreas da Guiana ou ilha caribenha.

Nessa região existe uma integração muito forte entre suas extremidades ou limites fronteiriços, onde as pessoas que vivem nessas áreas absorvem mais características uma das outras por terem maior contato que com os demais estados dos seus próprios países.

Isso também pode ser explicado pela região ser um tanto afastada das demais áreas que compõem o país, o que se assemelha muito com a região norte brasileira, em especial, ao estado de Roraima que pode ser visto como um estado isolado não só eletricamente, mas em outras esferas importantes para o desenvolvimento econômico de qualquer país ou estado.

A região norte como já foi mencionada, possui uma disparidade em termos elétricos diante de outras regiões do Brasil quando se estuda as possíveis alternativas de interligação energética dessa área com as demais que compõem o Sistema Interligado Nacional.

Em concordância com as fragilidades internas da região norte são identificados problemas que inviabilizam sua integração ao resto do país em termos elétricos, isso se deve aos elevados custos de infra-estrutura e a inacessibilidade à área, tornando essa porção territorial um sistema isolado e de pouca participação ativa nos assuntos estatais relevantes para o país.

Com a participação de Guri na realidade roraimense, o estado passa a acreditar na possibilidade de se desenvolver e com a mesma surgir maiores oportunidades. Desde 2001 Roraima passou a utilizar uma energia limpa sem grandes interrupções

em seu fornecimento e de qualidade gerando assim uma visão positiva sobre sua situação elétrica.

Contudo, o ano de 2008 e 2009 foi observado um revés na situação elétrica da região de positiva para negativa e instável. Já acostumados com a receptividade da energia venezuelana, Roraima passa por um novo momento não tão favorável a seu sistema elétrico.

O que levou a esse cenário desconfortável foi à redução do envio elétrico da Venezuela para o Brasil, por motivos internos venezuelanos, como a redução da capacidade de geração elétrica do complexo de Guri e questões políticas quanto a não garantia do país em manter seu sistema elétrico e a distribuição da mesma para sua população.

Em virtude dessas deficiências o governo venezuelano, por meio do seu presidente e dos seus representantes legais afirmou que não poderia está fornecendo a mesma quantidade de energia antes exportada para Roraima, pois seu país estava passando por um período de racionamento elétrico.

Em relação aos problemas que fizeram a Venezuela manter um controle de racionamento elétrico e reduzir a energia enviada para Roraima, não se possui muitas informações claras, segundo o próprio governo e a os avaliadores energéticos do país o que levou o Estado a tomar essas atitudes foram questões hidrológicas. Isto é, os reservatórios estão em baixos níveis, o que advém da região venezuelana está em um período de poucas chuvas.

A atitude venezuelana gerou inúmeras especulações que vão desde a possibilidade de encontrar novas alternativas para geração elétrica até o receio do país suspender por vez o pouco de eletricidade que envia para o estado.

Baseada por esses receios a população roraimense passa a viver em constante alerta que durou apenas alguns meses após a declaração. O maior medo dos roraimenses e do próprio governo do estado que apresentou sua preocupação quanto ao tema era que a Venezuela interrompesse totalmente a exportação elétrica, o que causaria grandes transtornos para a cidade de Boa Vista e municípios que precisam desse recurso.

Em virtude da ação venezuelana e a tentativa de manter os padrões de envio elétrico no estado, a Eletrobrás reativa algumas usinas termoelétricas como a UTE Floresta na capital e demais regiões do estado. As termoelétricas foram muito utilizadas antes do acordo de Guri, sendo elas o principal instrumento de geração elétrica.

Segundo Tolmasquim (2005) as termoelétricas convertem energia térmica em energia mecânica e esta em energia elétrica. No entanto esse tipo de energia não ga-

rante ao estado um envio energético seguro e que corresponda a demanda total que a capital e alguns municípios necessitam, sendo ainda uma forma poluente de geração elétrica e de alto custo, levando em consideração a queima do diesel.

Quando a Venezuela comunica a redução do envio elétrico, nota-se o não cumprimento do que foi acordado entre as partes. Na realização de qualquer acordo internacional, sobre eles regem as leis internacionais que limitam e designam deveres e obrigações, contudo quando a ação (redução na exportação elétrica para o estado de Roraima) foi tomada houve pouca discussão quanto aos deveres que a Venezuela assumiu com o Brasil.

Acredita-se que maiores atitudes não foram tomadas contra o país venezuelano, pelo mesmo ser um uma nação amiga do Brasil e por passar problemas internos compreensíveis que colocaram em risco o bem-estar de sua população, contudo se pensar realisticamente tal atitude seria motivo de ações constrangedoras assim como aconteceu na Bolívia em relação ao gasoduto brasileiro.

Outro modo de analisar o possível motivo que o governo não tomou atitudes sobre o tema é quanto a pouca preocupação do resto do país para essa porção do Estado, Roraima nunca se apresentou como um ator influente e com participação em temas de importância para país, assumindo sim um caráter de dependência em relação aos demais estados brasileiros.

Voltando para as questões da segurança energética brasileira, pode-se analisar que a reativação de usinas termoelétricas e a redução de exportação elétrica, fazem crer que o governo mesmo tomando a atitude de realizar um acordo bilateral não pode garantir a segurança elétrica da região em questão, isso remete a analisar o motivo dessa falta de domínio sobre um fator estratégico de suma importância para todo o sistema e para qualquer país que busque ser forte e estável na dinâmica inter-estatal.

Para a economia Roraimense Guri representava uma percepção de desenvolvimento e crescimento interno que poderia ser logrado com um sistema elétrico eficiente que pudesse chamar atenção de empresas e indústrias para a região.

No entanto, essa percepção foi convertida em uma simples impressão que logo foi desmistificada quando a população se deu conta que em todo o processo de construção da linha e até suas resultantes não tinha poder de afetar diretamente as suas condições sociais e financeiras dentro do âmbito estatal (Agostinho, 2010).

Apesar das problemáticas vividas atualmente, a introdução da linha de Guri contribuiu positivamente em alguns pontos como o crescimento da cidade de Boa

Vista mais estável por conta da energia e um índice de desenvolvimento que pode ser presenciado conforme o período de comercialização elétrica.

Mesmo não existindo o desenvolvimento em alta escala como se imaginava, o estado pôde crescer um tanto e contou com a energia venezuelana como um importante fator para suas modificações econômicas.

A economia roraimense nunca apresentou índices relevantes, mas para os residentes da capital que conhecem a realidade do estado, foi possível distinguir o cenário anterior à utilização da energia venezuelana e o cenário pós Guri, isso decorre da participação de maiores empresas na capital e a atividade empreendedora dos gestores que viram na estabilidade elétrica dos primeiros momentos de sua implantação a possibilidade de crescimento comercial.

Além das implicações internas, o acordo possibilitou a maior aproximação entre os dois países, Brasil e Venezuela, pode-se dizer que foi nesse contexto que se iniciou o processo de integração regional entre esses Estados, promovendo a maior interação dos mesmos em outras áreas de cunho econômico e social.

Acordo de Guri como um objeto da securitização energética

A ótica da segurança energética necessita identificar o que poderá ser securitizado e os atores que serão responsáveis pela securitização. Geralmente é observado na maioria das análises de segurança, objetos materiais a serem ameaçados como áreas estatais ricas em algum minério ou fontes como petróleo e outros.

Nesse caso o que se busca introduzir no âmbito do que sofre ou poderá sofrer com ameaças é a instabilidade da população roraimense que se viu em uma situação instável quando a Venezuela deixou de exportar parcialmente o que foi acordado entre os negociadores. Assim surgem alguns aspectos que transpõem Roraima e o Brasil à situação de instabilidade.

Primeiro pode ser identificada a dependência do Brasil em relação à Venezuela no atendimento elétrico para o estado roraimense, depois é visto o não cumprimento do acordo em sua totalidade. Esses dois fatores são essenciais para entender o que levou a introduzir a securitização no contexto de importação elétrica de Guri.

Com a efetivação do contrato entre os dois países foi firmada a compra dessa energia por um período de vinte anos, dessa ratificação os parques termoelétricos que geravam energia para a capital e demais municípios de Roraima foram desativados, estando a unidade UTE Floresta ainda em utilização, sendo mantida para que caso ocorra algum problema a mesma pudesse ser utilizada. Como foi vista tal par-

que gerador está funcionando e gerando energia que substitui a quantidade elétrica enviada pelas linhas elétricas advindas do Estado venezuelano.

“Desde julho de 2001, com a implantação da interligação Brasil-Venezuela, o sistema elétrico da Bovesa passou a ser suprido com a energia adquirida pela Eletronorte junto à empresa venezuelana Edelca. Em consequência dessa interligação, parque gerador então existente foi parcialmente desativado, permanecendo apenas as unidades da UTE Floresta como reserva operativa parcial. A disponibilidade atual de intercâmbio dessa interligação é de 106,58MW, limite este imposto pelo transformador de corrente da linha. Saliente-se ainda que a Boa Vista Energia atende, com energia proveniente da Venezuela, a capital do estado, Boa Vista, respondendo pela geração e distribuição de energia elétrica, e realiza o suprimento a sete localidades do interior do estado, pertencentes ao sistema CER: Mucajaí, Tamararé, Vila Iracema, São Raimundo, Cantá, Santa Cecília e Bonfim”. (ELETRO-NORTE, 2003).

Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998), na conceituação de segurança energética faz-se necessário utilizar dois níveis de análise para que o caso possa ser aplicado sendo identificadas as características que o delimitem no processo de securitização.

Segundo esses estudiosos os objetos de referência e as ameaças existenciais se enquadram nas principais busca do pesquisador para poder assim compreender o que é o efeito da segurança.

No contexto da segurança energética, os objetos de referência são numerosos e as ameaças também, elas podem ser definidas por fatores que vão desde a escassez das matérias fornecedoras de energia, até a existência de ameaças sólidas sobre as matérias-primas energéticas.

Nesse caso, o objeto de referência pode ser compreendido como as demandas de energia por parte do Brasil, sendo um importante fator para manter a segurança energética dentro do estado de Roraima.

Já as ameaças podem ser representadas pelo grau de instabilidade venezuelana no que diz respeito a sua baixa potencialidade de manter o parque gerador de eletricidade de Guri que sofre com problemas de manutenção e de redução do índice pluviométrico de seus rios responsáveis pela geração energética.

Outro ponto se refere ao não cumprimento do fornecimento da energia elétrica em sua totalidade que se apresenta no discurso do governo venezuelano. Nesse caso é possível considerar tal variável como uma ameaça também ao bem-estar da população e ao estado de Roraima que depende do contrato Brasil-Venezuela para receber a energia.

A redução do envio da energia elétrica recebida da Venezuela, por conta do controle que o país vive, estabeleceu o clima de incerteza e insegurança vivencia-

do dentro do estado de Roraima que precisa da energia importada para atender as necessidades da população. Essa situação advém do discurso do presidente Hugo Chávez e do entendimento que as termoeletricas nacionais não são capazes de suprir a capital e demais localidades.

Quando se imagina resolver tal problemática diante do governo federal por se tratar de um acordo entre países é perceptível a atuação que Roraima representa em meio à esfera federal. Devido ao reduzido colégio eleitoral, o poder de barganha do estado torna-se enfraquecido quando há necessidade de se solucionar problemas no âmbito do governo federal. No entanto, o que pode tornar o quadro relevante dentro das questões de segurança para o país, é o fato de existir um acordo internacional que deve ser cumprido.

O que se teme dentro do quadrante de Guri é que as iniciativas da Venezuela que apresenta um quadro político interno instável possam ocasionar no cancelamento total da exportação da energia para o Brasil. Por esse motivo houve à reativação das usinas termoeletricas, pois a redução do envio de energia já foi concretizada e a desconfiança de que a mesma possa ser desativada totalmente envolve toda a sociedade.

Nos estudos de segurança internacional não é necessário existir ações que proporcione a insegurança para a população, Estado ou determinado objeto para que se possa elevar algo ao grau da securitização, mas apenas a percepção de uma eventual ameaça já poderá ser o suficiente para elevar tal assunto aos centros de discussão.

Como Charles Philippe David afirma, a segurança é entendida como “a ausência de ameaças militares e não militares que pudessem pôr em causa os valores centrais que uma pessoa ou uma comunidade querem promover, e que implicassem um risco de utilização da força” (DAVID, 2000, P. 27).

Baseadas nos conceitos que regem a securitização energética foram desenvolvidas quanto a problemática de guri quatro características que exemplificam o quadro de instabilidade do Estado brasileiro em relação a Roraima.

O primeiro ponto retrata a dependência brasileira em relação ao Estado venezuelano no suprimento da demanda interna em termos de energia elétrica. Isso decorre da matriz elétrica nacional possuir um sistema deficitário no âmbito de fornecimento de energia elétrica para todas as regiões que compõem seu território.

No segundo ponto é retratado o não cumprimento do acordo, o que é tido como uma variável latente, mas que sobre ela não existem ações que a resolva por existir forças maiores como a Política Externa que o Brasil adota ao longo de sua história, pautando-se pela reciprocidade.

A dependência do Brasil para com a Venezuela é visível, isso gera insegurança quanto ao tratado elétrico firmado.

No último ponto, é observado o grau de importância de Guri que mesmo tendo caráter internacional, sua realidade é muito restrita, interna a um estado que não possui influências nos debates centrais.

No que tange a temática de Guri, a ameaça existe, mas não é um fato que o Estado teme, assim pode-se dizer que a insegurança é vivida mais pela população local que pelo país como um todo.

No contexto da América do Sul essas iniciativas não representam medidas que necessitem utilizar a força para ser solucionada, pois não representa a ação de costume brasileiro no cenário internacional e nem um meio que possa resolver a problemática.

Últimas considerações

A temática de segurança foi recentemente expandida, sendo atribuída a ela outras questões não só de cunho militar como era tradicionalmente estudada. Com a transformação dos estudos de segurança internacional a temática energética pode ser desenvolvida, identificando níveis de insegurança e objetos vulneráveis a ameaças.

As teorias de segurança energética analisam seus objetos levando em consideração outras questões que não só de cunho econômico, mas temas políticos e estratégicos que se definem como essenciais no processo de securitização e nos modelos de políticas energéticas adotados pelos Estados.

Os primeiros comentários quanto à possibilidade de se realizar uma integração energética com a Venezuela surgiram em 1995 com uma comissão de técnicos para avaliar a área e suas peculiaridades que viabilizassem o projeto de importação elétrica para o Brasil.

O principal objetivo do governo naquele momento era levar energia estável e de qualidade para o estado do Amazonas, um pólo produtor que necessitava de um sistema elétrico eficiente que pudesse suprir suas necessidades quanto a capacidade de utilização elétrica. Entretanto a viabilização de Guri levaria também benefícios para Roraima, por o mesmo está localizado entre a Venezuela, o produtor e o Amazonas o receptor final.

O processo de implementação de Guri, foi iniciado em 1997 quando o Brasil e a Venezuela firmaram o acordo de exportação e importação energética. Nesse convênio a energia passa a ser enviada somente para Roraima, pois o Amazonas encontrou

outro meio de suprir suas necessidades elétricas com a utilização do gás do Urucu na conversão do mesmo em energia.

A construção desse empreendimento incitou muitos vislumbres quanto à possibilidade do estado de Roraima iniciar um desenvolvimento coeso e sólido. Basicamente a consolidação de Guri passou por inúmeras problemáticas como questões territoriais e ambientais.

Por um período de quase dez anos o estado de Roraima viveu um momento de estabilidade e crescimento comercial impulsionados pelas políticas internas e pela utilização da energia venezuelana que permitiu certo desenvolvimento na capital.

Contudo, o quadro de estável é modificado quando o governo venezuelano reduz seu envio de energia elétrica para a capital e parte dos municípios que utilizam essa energia. Isso decorre do ambiente interno político instável e da incapacidade das geradoras da hidrelétrica de Guri em produzir energia, devido seus baixos reservatórios de água.

Com o envio parcial de energia, o estado brasileiro, na figura da Eletronorte inicia a reativação de usinas termoeletricas para suprir a demanda total do estado de Roraima que utilizava a energia Venezuela em quase cem por cento da sua demanda. As afirmações do governo venezuelano e a ação da Eletronorte criaram sobre a população local o receio em relação à interrupção total do envio de energia.

Baseados nesses acontecimentos o presente artigo busca introduzir a teoria sobre securitização energética na temática de Guri, pois pode ser identificada nesse episódio a insegurança do estado de Roraima e a constatação da vulnerabilidade do sistema elétrico nacional em virtude das ações venezuelanas sobre eletricidade.

Por meio desse, buscou-se introduzir a temática de segurança e abordar a questão de Guri com maior propriedade entendendo que a mesma ainda não é observada com tanto interesse tanto por pesquisadores quanto pela população geral que depende dessa energia e faz parte do sistema de eletricidade que rege o país.

Assim, esse trabalho abarca todo o envoltório teórico do processo de securitização, questões históricas de construção das linhas de transmissão de Guri e a sobreposição dos modelos teóricos ao caso abordado, nesse caso a redução do envio elétrico da Venezuela para o Brasil-Roraima.

Referências Bibliográficas

- AGOSTINHO, J. “Usina Hidrelétrica do rio Cotingo-Roraima”. Disponível em: <www.ecoamazonia.org.br>. Acesso em: 08/08/2010.
- BARBOSA, O. F. Energia Elétrica: impacto no crescimento econômico do município de Boa Vista. Boa Vista: UFRR, 2009.
- BAUMANN, F. “Energy security as multidimensional concept”. C. A. P policy analysis, n. 1, March, 2008.
- MME - Ministério de Minas e Energia. Matriz energética nacional 2030. Brasília: MME/EPE, 2007.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. Security: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CEPIK, M. “Segurança na América do Sul: Traços estruturais e dinâmica conjuntural”. Análise de conjuntura OPSA, n. 9, agosto, 2005.
- COSTA, N. “A Questão Energética e o Papel (des)integrador da energia”. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1150_Costa_Natalia.pdf>. Acesso em 19/10 /2010.
- DAVID, C. P. A Guerra e a Paz: abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- DHENIN, M. P. P. “Interpretações a partir das análises de Barry Buzan e Ole Waever”. Anais do Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo: UNESP, 2009.
- ELETRONORTE. Diretoria de Engenharia e Planejamento. Superintendência de Planejamento de Expansão. Colaboração CER. Plano de Atendimento de Energia Elétrica. Roraima 2003.
- GEHRE, T. “América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008)”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol 52, n. 2, 2009.
- LE-FORT, M. A. P.; MORALES, M. A. C. “Seguridad energética: perspectivas de una visión nacional, regional y vecinal”. Documentos e Investigaciones Académicas, n. 20, Junio, 2006.
- OBANDO, H. “La Energía Como Tema De Seguridad En América Del Sur”. Instituto de Estudios Políticos y Estratégicos, s.d. Disponível em: <www.idepe.org/Oban3.doc>. Acesso em: 19/10/2010.
- PALONKORPI, M. “Energy Security and the Regional Security Complex Theory. Helsinki”. Helsinki: Aleksanteri Institute / University of Helsinki, 2007. Disponível em: <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/palonkorpi.pdf>>. Acesso em 07/07/ 2010.
- PRONINSKA, K. “Energy and security: regional and global dimensions”. SIPRI Yearbook 2007 – Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- RIVADAVIA, S. “Amazônia é fronteira energética”. Jornal do Brasil, 10 dezembro, 2007.
- SANTOS, A. F. América do Sul: o caso do gasoduto Bolívia-Brasil. Monografia. Boa Vista: UFRR, 2010.
- SILVA, J. N. Brasil e Segurança Energética na América do Sul: um estudo sobre as relações bilaterais de securitização elétrica e o caso do complexo de Guri. Monografia. Boa vista: UFRR, 2010.
- TOLMASQUIM, M. T. (Coord.). Geração de Energia Elétrica no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

A IMPORTÂNCIA DO PLANO DIRETOR NAS CIDADES DE FONTEIRA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO ESTUDO DE CASO DE PACARAIMA (RR)

Introdução

A gênese de Pacaraima (RR) está associada aos processos de instalação na região das Fazendas Reais, as quais tinham o intuito de garantir a posse e a ocupação das terras localizadas ao norte do Vale do Rio Branco ao governo lusitano, não obstante, tenha sua consolidação acontecido num período posterior, na década de 1950, com a instalação de um posto do Batalhão Especial de Fronteira (BEF), que tinha como objetivo guarnecer a fronteira e servir de apoio dado os contatos conflitos entre índios e posseiros na região (SILVEIRA e GATTI, 1988)

Nesse sentido, a implantação desse posto avançado do Exército deu início a formação de um vilarejo, que veio a se torna vila do Marco BV-8¹. Assim, pode-se considerar que “o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado com o período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional” (SILVA, 2007, p136).

Ressalta-se que o processo de ocupação dessa fronteira brasileira foi também influenciado pela implantação de projetos de assentamentos principalmente na região Amazônica. Isto contribuiu para o aumento populacional e para o crescimento dos aglomerados urbanos, e deu status à cidade de BV-8, que até 1995 pertencia ao Município de Boa Vista.

1 A denominação BV-08 associa-se ao marco divisor da Fronteira Brasil-Venezuela, número 08, a qual tem sido tradicionalmente cristalizada na mentalidade e na oralidade regional, como apelido de uma dinâmica fronteira, própria, de cidades-irmãs (SILVA, 2007)

* Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

Com o desenvolvimento das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e venezuelano, objetivando a integração comercial, a pavimentação da BR-174, dinamização do comércio fronteiriço e ainda as ações políticas de criação de novos municípios no interior do Estado, contribuíram para que em 17 de outubro de 1995, ocorresse a transformação da vila do BV-8 em Pacaraima, com a sede do município com o mesmo nome.

Esse *status* dotou o município de certa autonomia e contribuiu para que este passasse a receber órgãos públicos, Federais e Estaduais, como objetivo de arrecadação fiscal, fiscalização policial, no sentido de maior controle das atividades comerciais e de entrada e saída de pessoas na fronteira.

É importante destacar que o processo de espoliação das terras indígenas também corroborou para a formação do Município de Pacaraima, que teve um crescimento intensificado com distribuição de lotes urbanos e a criação da Área de Livre Comércio.

A localização fronteiriça do município, sua vocação turística e as questões socioambientais colocam a cidade de Pacaraima, segundo o Estatuto da Cidade como uma cidade que devem elaborar plano diretor, pelo qual se preveem diretrizes e orientações para a política urbana no sentido do direito à cidade.

O Município de Pacaraima, distante 214 km da Cidade de Boa Vista, está localizado na fronteira do Brasil com a Venezuela, tendo os seguintes limites: ao Norte, com a Venezuela; ao Sul, com os municípios de Boa Vista e Amajari; a leste, com os municípios de Uiramutã e Normandia e a Oeste com o Município de Amajari (Figura 1).

Figura 1 – Localização geoestratégica de Pacaraima (RR)



Fonte: SEPLAN-RR (2002)

O referido município foi incorporado ao Estado de Roraima como uma área geoestratégica, guardando uma relação de equidistância entre o Norte e o Sul do Estado, conectados por malha rodoviária (BR 174) e aérea, posição esta, que justificou o interesse de grupos externo à região na aplicação de investimentos produtivos através de ações técnicas, dadas as suas peculiaridades ambientais, estratégicas e étnico-culturais, bem como ser uma área que individualiza uma porção do país com potenciais de desenvolvimento voltados para a agropecuária e o comércio fronteiriço.

Em Pacaraima identifica-se que o processo de produção e (re) produção do espaço geográfico, algo não distante da intencionalidade decorreu de um processo de apropriação de território que pode ser revelado como um “ (...)jogo urbano se joga sobre um sítio determinado que é a sua ”mesa”. Aí se juntam parceiros que se enfrentam segundo os grupos e filiações a que pertençam. Há os políticos, técnicos e funcionários que representam o governo.” (SANTOS, 1988, p 88)².

Materiais e métodos de pesquisa

O método utilizado para a produção deste trabalho partiu de leituras em referenciais secundários e de uma pesquisa de campo, ambas, realizadas no curso de mestrado, quando se juntou as primeiras bibliográficas e quando se realizou visitas técnicas, registros fotográficos e enquetes com os moradores de Pacaraima.

Metodologicamente, o estudo foi construído com base em levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas e coletas de dados em diferentes instituições públicas e privadas do Estado de Roraima, bem como, trabalho de campo, empiricamente de fundamental importância para dar embasamento teórico à análise, o que facilitou definir o início do processo de produção do espaço urbano de Pacaraima.

Partindo-se de um método claramente dedutivo, de natureza exploratória, o presente artigo está estruturado em três seções subseqüentes e complementares que aprofundam o conhecimento fenomenológico sobre o caso de estudo proposto, no município de Pacaraima (RR).

Com base nesta estrutura o artigo apresenta na primeira seção uma discussão teórica sobre a organização sócio-espacial, a qual é complementada por outra discussão que afunila o discurso para a análise empírica, na segunda seção, por meio da

2 Assim, se aproximarmos da reflexão materialista histórica que a história é resultado da luta de classes, logo se compreende que as disputas de território físico, social e econômico são forças que determinaram a organização do espaço, representadas pelas intencionalidades de cada grupo de agentes promotores do espaço, onde aqueles que detém maior poder aquisitivo e o controle do Estado terminam deter o poder decisório.

abordagem do cenário urbano da apreciação da paisagem de Pacaraima. Por fim, a terceira seção discute a positiva normatividade do Plano Diretor, a fim de abrir o caminho para últimas considerações à guisa de conclusão.

A organização sócio-espacial

As forças e os determinantes políticos e econômicos produzem e reproduzem no município, por meio da dinâmica do mercado e o uso e consumo do espaço, alterações na sua organização territorial e, conseqüentemente, uma inevitável desigualdade da organização socioespacial, sendo o Estado o principal agente desse processo.

Considerando os aspectos mais gerais considera-se, não é a técnica que exige aos países, aos lugares serem competitivos, mas a política produzida pelos atores globais, isto é, empresas, bancos e instituições globais (SANTOS, 2004). Neste aspecto, o cenário da cidade de Pacaraima deve ser analisado em função da dinâmica espaço-temporal das políticas de desenvolvimento ali adotadas ou impostas e das mudanças destas decorrentes.

Em Pacaraima há forte concentração populacional na sede municipal, dada a falta de atividades econômicas nas áreas rurais, capazes de gerar renda e produto que deem suporte para a população. A busca de oportunidades para o desenvolvimento dessas atividades deverá ser preocupação dos gestores públicos (VERAS e BATISTA, 2012.)

A economia do município baseia-se no comércio formal e informal realizado na fronteira com a cidade venezuelana de Santa Elena del Uairén, que atualmente tem se intensificado devido o aumento da procura por produtos venezuelanos por parte de brasileiros, que aproveitam a valorização da moeda brasileira em relação a venezuelana para realizar compras.

Outro aspecto do comércio praticado nessa região ocorre pela procura produtos brasileiro por parte de venezuelanos que também procuram a utilizar serviços educacionais, médicos e assistenciais oferecidos com maior facilidade em Roraima.

O conjunto dessas relações comerciais termina por favorecer a busca por emprego e renda na região que se une a facilidade de obtenção terras, principalmente em períodos eleitorais.

Assim, percebe-se uma confluência de forças centrípetas (horizontalização) e forças centrífugas (verticalização) que tornam nítidas as relações de poder nesse território e promovem alterações na relação entre essa cidade e as outras, bem como na relação cidade e cidadão. Portanto, é fundamental “entender a dinâmica urbana da região de Pacaraima e sua inserção como cidade fronteira na Amazônia Seten-

trional” (VERAS e BATISTA, 2012.).

Esse processo revela que a dinâmica social e econômica nesse território fronteiro, as formas de regulação territorial decorrentes da ação de indivíduos presentes e ausentes nele, que interferem no processo de desenvolvimento sustentável local, por meio de normas, políticas públicas e alianças de cooperação.

Vale salientar ainda que o tratamento dado às questões ambientais urbanas e aos conflitos étnico-culturais no município parte de uma interação dos fixos e fluxos modificadores desse espaço, já que é através da compreensão da ação dos agentes sociais de produção do espaço urbano que se pode compreender a própria cidade e, dialeticamente, voltar-se à compreensão da mesma.

O cenário urbano da apreciação da paisagem de Pacaraima

A Cidade de Pacaraima apresenta um conjunto de relações sociais que produzem e criam espaços geográficos: comércios, ruas, becos, áreas de lazer, calçadas, entre outros elementos que podem ou não estar definidos por fronteiras “imaginárias” e conflitantes de uma região “mística-cultural”, que envolve uma eclética área de “Livre Comércio”.

Na cidade de Pacaraima há um desarranjo em sua estrutura urbana decorrente de conflitos territoriais, índios e não-índios, processos político-administrativos, ocupações irregulares e falta de diretrizes quanto ao uso e consumo do solo urbano revelando no âmbito morfológico que“(…) o traçado urbano de uma cidade concorre para o equilíbrio psicológico de seus habitantes, visitantes e transeuntes” (SILVA, 1997, p. 276.)

Embora ainda predomine no discurso que Pacaraima é um município e uma cidade novos, não se pode conceber que seja negado o direito à cidade, que inclui o direito do cidadão de participar da gestão do município e da cidade e ter acesso aos equipamentos e serviços urbanos.

Assim considera-se que não se pode planejar uma cidade objetivando apenas finalidade econômica ou habitacional, mas um ambiente agradável para se viver, morar e trabalhar, onde o cidadão encontre saneamento, transporte e áreas de lazer, recreação, esporte e cultura, refletindo na qualidade de vida de seus moradores.

Para Mendes (1996), o visual urbano é primordial para o bem-estar da população e de seus visitantes. Portanto, os aspectos de seu traçado urbano devem transparecer equilíbrio e harmonia, seus equipamentos devem formar um conjunto arquitetônico condizente com a cultura de sua população, e seus logradouros públicos devem ser limpos e acessíveis a todos, principalmente aos seus habitantes mais desfavorecidos

social e economicamente.

É fundamental compreender que os problemas socioambientais de Pacaraima envolvem um conjunto de obstáculos político-administrativos, socioeconômicos e culturais, os quais exigem para sua resolução a ação dos diferentes agentes locais e regionais, de sistemas normativos e de agendas e pactos sociais.

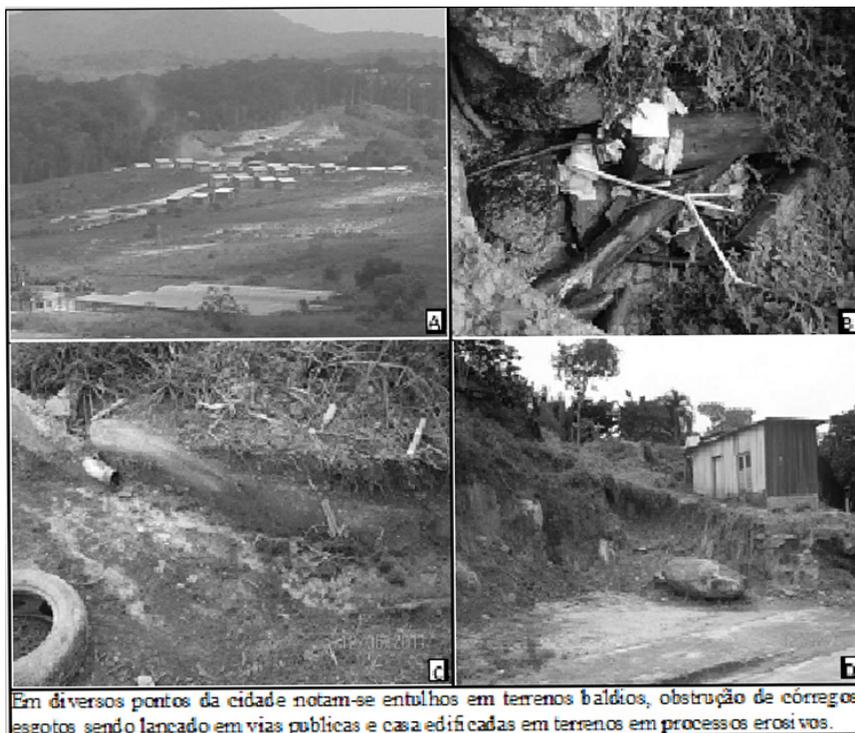
Dentre os diferentes elementos que integram o sistema de cidade, o planejamento e a gestão são fundamentais, pois por meio destes se pensa e executa a formação dela. Assim, a atual gestão de Pacaraima, quanto às questões relativas ao desenvolvimento socioambiental urbano, deve considerar os problemas como: dificuldade no acesso a terra, carência de habitações, falta de saneamento, desemprego, a instabilidade nas questões fundiárias entre outros.

Diante disso, observa-se que a mancha urbana de Pacaraima apresenta em seu traçado alguns pontos críticos, pois, percebe-se que suas paisagens são bastante heterogêneas entre si, nos aspectos ambientais e socioeconômicos, embora este último em menor proporção os quais devem ser planejados de acordo com o potencial do lugar.

Foi possível perceber que em diversos lugares há uma série de problemas ocasionados pela ausência de planejamento urbano, falta de cumprimento de legislação urbana e ambiental, ocupação e edificação indiscriminada em áreas sujeitas à erosão, ausência de uma política de governo quanto às questões fundiárias e ambientais.

Como exemplo da ausência de uma política urbana devidamente planejada podem ser mencionados, conjunto de moradias populares (figura 2a), córrego sendo soterrado (figura 2b), esgoto lançado na rua (figura 2c), casas edificadas em locais de risco (figura 2d), drenagens imperfeitas, ruas necessitando pavimentação, bueiros obstruídos, casas abandonadas sem utilização, esgoto exposto e depósito de lixo nos locais destinados ao passeio.

Figura 2 – Mosaico de problemas em Pacariama



Fonte: Arquivo pessoal. Fotógrafos: João Q.G. Carvalho, Antonio T. R. Veras, Amarildo N. Batista.

A ocupação e edificação relativamente indiscriminada em áreas/zonas potencialmente sujeitas a erosão trazem parcelas da comunidade e ao poder público dificuldades a serem superadas (investimentos de montantes substanciais de capital) que paralelamente à realidade, provavelmente terão apenas soluções paliativas. Esse contexto gerará num futuro dificuldades maiores, cada vez mais solicitando maior aplicação de escassos recursos, caso não venha enfrentados e corrigidos no presente. (MENDES, 1996).

Não menos importante, outro elemento que se manifesta nesse processo de expansão é o do surgimento de áreas privilegiadas, onde estão os mais abastados economicamente e de áreas mais periféricas, ocasionando o uma estratificação urbana, uma vez que “o urbano é mais do que produzir, é também um modo de consumir” (CARLOS, 2007 p.27)

A partir desse cenário, verifica-se que há a necessidade de ordenamento e disciplina dos espaços territoriais do perímetro urbano de Pacaraima, e para exercer esta tarefa o Poder Municipal deverá planejar a cidade e criar novos mecanismos de regulamentação do uso do solo urbano, tais como Código de Postura, que possam oferecer maior qualidade de vida, evitar problemas ambientais, segregação espacial e aprimore o crescimento econômico no âmbito urbano e rural do município.

A normatividade positiva do Plano Diretor

Atualmente a ocupação desordenada do espaço, a inexistência de reconhecimento social da necessidade em aceitar os limites que a insalubridade e a preservação ambiental colocam, traz como principal consequência ao meio ambiente de Pacaraima a falta de qualidade de vida dos seus moradores, o que é agravado pela ausência de um Plano Diretor e de uma legislação urbana adequada à natureza do município.

Destarte, esta questão central pode ser observada na maioria das cidades brasileiras, pois há uma *lógica de não-planejamento*, ou de falta de vontade política, em ordenar o espaço urbano da cidade, já que inexistem políticas públicas urbanas frente à pressão de alguns agentes econômicos que contribuem negativamente com esse processo de desorganização espacial.

Nesse sentido, embora exista corresponsabilidade de toda a sociedade de Pacaraima, é preciso “derrubar” o mito de que as pessoas de baixa renda e socialmente desfavorecidas estão degradando o meio ambiente. É fácil constatar que o crescimento desordenado da cidade hoje se faz com mansões, conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, poluição dos igarapés, entre outros.

Certamente existem setores que, pelo papel que desempenham na economia e na política local, devem ser especialmente responsabilizados pela situação atual e pelas suas consequências negativas no futuro da cidade. Os agentes (re) elaboram a natureza original de acordo com seus interesses, produzindo, por intermédio do seu trabalho, uma segunda natureza (SANTOS 1998).

Para garantir a qualidade social e ambiental de Pacaraima, o Centro de Estudos, Cultura e Cidadania (2002) revela que é necessária a adoção da gestão democrática e participativa, conforme estabelece o Estatuto da Cidade, fazendo com que os órgãos da administração pública e a comunidade estabeleçam articulações visando à formulação de políticas de desenvolvimento para a cidade.

Para isso um dos elementos fundamentais é Plano Diretor, desde que este esteja consubstanciado nas diretrizes do Estatuto da Cidade, do Código Florestal e

na vocação e sustentabilidade local. Este é um meio para equacionar os problemas socioambientais, de uso e ocupação do solo, conflitos étnicos e entre outros.

Para organização do município o Estatuto da Cidade obriga o poder público a planejar o desenvolvimento das cidades, com oferta adequada de equipamentos e serviços, além do ordenamento e controle do uso do solo.

Assim, o gestor municipal pode intervir na organização do espaço urbano da cidade através de políticas públicas voltadas para o planejamento urbano, pois, o Estatuto da Cidade instrumento político e jurídico capaz de amenizar as questões urbanas, outorga aos municípios o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano que não esteja sendo ocupado para atender a função social da propriedade.

O Estatuto coloca à disposição dos gestores um grande número de ferramentas para direcionar a gestão e o planejamento urbano, possibilitando que o poder público pudesse reduzir o abismo das desigualdades sócio-espaciais, combater a ociosidade da terra urbana, reduzir a especulação imobiliária e promover a gestão participativa.

O Plano Diretor, no âmbito das diretrizes do Estatuto da Cidade, inexistente na cidade de Pacaraima, no caso da sua efetivação, assumiria papel fundamental na implementação da política urbana, assegurando uma expansão urbana saudável, a criação de metas e diretrizes para o município, garantia de participação da população no processo decisórios das políticas públicas e ainda evitando os problemas comuns relacionados às cidade fronteiriças, considerando as questões de limites e fronteiras.

Assim, a cidade bem planejada poderá fazer uso de forma correta destes instrumentos de política urbana, sem distorções, o que favoreceria a implementação de desenvolvimento urbano sustentado a partir da consideração que o planejamento é importante instrumento de ação dos governos em todos os níveis, para promover o desenvolvimento econômico, em bases sustentáveis (CRUZ, 2000, p.9).

Considerações finais

Pacaraima encontra-se em processo de integração, onde podem ser identificadas mudanças na região em função das políticas oficiais de desenvolvimento no interior roraimense, combinadas a renovação do sistema viário e de comunicação, bem como redirecionando os diversos fluxos de pessoas, mercadorias, bens, serviços e informações e as novas relações políticas e comerciais existentes na fronteira.

Criam-se, dessa forma, novas hierarquias e especializações, agora voltadas para uma dinâmica cujo comando é nacional e internacional, haja vista o redimensiona-

mento da fronteira, que supera os discursos dos limites e recolocam a necessidade da cidade de se organização para atender as demandas sociais e econômicas.

Esse processo de inserção da cidade de Pacaraima faz-se de modo desigual, em termos espaciais, acirrando a diferenciação urbana através da complexidade funcional das cidades amazônicas, com uma maior divisão territorial do trabalho, criando e/ou readaptando velhas formas para novas funcionalidades.

A diferenciação sócio-espacial reflete processos complexos que se realizam de modo desigual entre Pacaraima e Santa Elena del Uairén, gerando diferenciações hierárquicas, territoriais e econômicas, provocados por insuficiência na produção, descompassos entre a oferta e a demanda de bens e serviços que exige da sociedade civil daquele município uma efetiva participação.

Assim, Estatuto da Cidade, apesar de apresentar algumas lacunas, representa um avanço para a política habitacional brasileira, no sentido da garantia à cidade na redução da desigualdade social e por meio do Plano Diretor Municipal ao instrumento de regularização do uso do solo urbano e de gestão e planejamento participativo.

Com relação à produção de bens e serviços, tomamos por base as potencialidades do município em todo o seu conjunto e não apenas em um único setor, porém o planejamento deve ter como ponto de partida as necessidades e lacunas existentes, não só do município, mas na região como um todo.

A modernização e a diversificação na produção de serviços urbanos é uma das formas de elevar o nível produtivo e de garantia de políticas públicas que contemplem a implantação dos equipamentos urbanos, ações de trabalho e renda no Município que venham contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

Para a implantação do plano diretor para o município é necessário que a gestão pública perceba que esse instrumento pode tornar um dos eixos de direcionamento para melhoria da qualidade de vida no sentido da garantia à população o acesso e disponibilidade de infraestrutura física e social, sustentabilidade ambiental e econômica e sobre tudo o direito de participar da gestão e do planejamento.

Conclui-se que o Plano Diretor seria o principal instrumento de definição da organização espacial, articulação dos sistemas produtivos, integração dos agentes de produção do espaço, no sentido democrático da participação com fim de distribuição justa de benefícios, minimização da segregação socioespacial e geração de renda e empregos com vista à redução da pobreza e o desenvolvimento econômico.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento da Faixa de
- CARLOS, Ana Fani A. A Cidade São Paulo: Contexto, 2007
- CENTRO DE ESTUDOS E CIDADANIA. Seminário: Problemas socioambientais e de expansão desordenada da cidade de Santa Catarina. 2002.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.
- Fronteira. PDF. Brasília, Julho de 2007.
- MENDES, Cesar Miranda. Um pouco da cultura do concreto: algumas experiências sobre verticalização urbana – Maringá/PR. UEM, Dep. Geografia. E-mail: dge@npd-lab.uem.br.
- PROGRAMA DE ESTUDOS E PESQUISA NOS VALES AMAZÔNICOS – PROVAM. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Área de Livre Comércio de Pacaraima. Composto e impresso pela gráfica da SUDAM. Belém-Pará. 1996.
- SANTOS, Carlos Nelson F. A cidade como um jogo de Cartas. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF: São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Edlamar Oliveira dos. O Processo de Produção do Espaço Fronteiriço da Amazônia: O caso de Pacaraima - RR. UFRR. 1998. (Monografia)
- SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec. 2004.
- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA Plano Plurianual 2000 -2003. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2000
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE-RR. Série Diagnóstico(s) Municipal – PACARAIMA. (1996).
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro, São Paulo: Malheiros..1997.
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese Doutorado).
- SILVEIRA, Isolda Maciel da; GATTI Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. Bol.do Museu Emilio Goeldi, Belém, Série, Antropoll 4 (1), 1988.
- VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; BATISTA, Amarildo Nogueira Batista. Universidade Estadual de Roraima-UERR. (Re) Pensando O Espaço Territorial de Pacaraima In VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins. Pacaraima: Um olhar geográfico. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

Ana Carla Nunes Marques*
Kristiane Alves Araújo**
Ricardo Alves da Fonseca***

SANEAMENTO BÁSICO E QUALIDADE DE VIDA NA AMAZÔNIA

Introdução

A urbanização da população mundial tem suas raízes na Revolução Industrial, quando se iniciaram movimentos migratórios para as áreas urbanas, locais que concentravam a produção e comercialização de bens de consumo. Como consequência, os centros urbanos ofertavam melhores oportunidades de emprego e educação. Porém, esse processo foi acompanhado de uma maior demanda de infraestrutura urbana e serviços básicos, trazendo consigo impactos sobre os ecossistemas e a saúde humana (FREITAS; PORTO, 2006).

Seguindo este padrão mundial, Gouveia (1999) afirma que as metrópoles brasileiras se formaram por um padrão urbano desigual, onde áreas periféricas foram ocupadas sem planejamento, criando-se espaços segregados e desordenados, designados de aglomerados subnormais. Este processo de urbanização desenfreada teve início durante a década de 50 do século XX e está presente até dias atuais, excluindo grande parcela da população do acesso a serviços públicos básicos.

Os precedentes parágrafos são ratificados pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940 o percentual da população urbana no Brasil era de 31,3% e em 2010 esta taxa subiu para 84% e na região Norte de 26,2% passou para 73,5% e o crescimento da densidade demográfica foi duas vezes maior que do Brasil. (IBGE, 2010).

Neste contexto, que de fato, é marcado por desigualdades sociais, grande parte dos problemas de saúde pública de um país ou região pode ser compreendida, em última instância, como problemas de injustiça ambiental. Pois, as dinâmicas que geram

* Discente do Mestrado Profissional em Ciências da Saúde (PROCISA) da UFRR.

** Discente do Mestrado Profissional em Ciências da Saúde (PROCISA) pela UFRR.

*** Docente do Mestrado Profissional em Ciências da Saúde (PROCISA) da UFRR.

discriminação, pobreza e miséria estão por detrás de importantes mudanças ambientais, assim como de modos de apropriação e uso de vários territórios, afetando mais intensamente a parcela mais pobre da sociedade (PORTO, 2004).

Britto (2006) afirma que em meio às atividades de saúde pública, os serviços de saneamento ambiental estão entre os mais importantes meios para a prevenção da transmissão de doenças. Entretanto, esses serviços ainda estão abaixo do desejável, e a distribuição destes serviços apresenta indícios de iniquidade social.

O Objetivo deste estudo é conhecer as condições de saneamento básico na Amazônia e sua relação com a saúde da população local. Espera-se levantar dados que possam apoiar ações que visam a redução das doenças relacionadas ao saneamento básico.

Revisão da Literatura

2.1 Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

O debate da relação entre qualidade de vida e saúde humana tem sido discutido ao longo da história. Buss (2000) relata que durante o século XVIII, Johann Peter Frank, através da publicação *A miséria do povo: mãe das enfermidades*, já discutia a pobreza e as más condições de vida como principais causas dos agravos à saúde. Também na primeira metade do século XIX, Edwin Chadwick afirmava que a saúde era afetada pelo ambiente social e físico.

Outra contribuição importante durante o século XIX foi o médico sanitariano alemão Rudolf Virchow, o qual defendia que a medicina é uma ciência social e que além de intervenções médicas é necessário para a saúde o acesso à educação, democracia, liberdade e prosperidade (RESTREPO, 2001).

Nesta perspectiva, a ideia de promoção da saúde começou a ter uma grande repercussão através do Informe realizado pelo governo canadense intitulado “Uma nova perspectiva sobre a saúde dos canadenses”, o qual ficou conhecido por Informe Lalonde (1974). Este trabalho foi amparado no pensamento sanitário com identificação no movimento de Promoção da Saúde e de Cidades Saudáveis e teve como principal referencial o trabalho de McKeown e Lowe (1989). Os dois estudaram as melhorias na nutrição e saneamento como fatores responsáveis pela redução na taxa de mortalidade da população inglesa entre os anos de 1840 a 1989 (BARRETO, 1998).

Em 1986, a I Conferência Mundial da Saúde realizada em Ottawa ficou mundialmente conhecida pela Carta de Ottawa (1996), onde foi estabelecido que a pro-

moção da saúde consiste em proporcionar aos povos os meios para melhorarem sua situação sanitária e exercer maior controle sobre a mesma. Essas discussões tiveram como parâmetros a Declaração de Alma-Ata para Cuidados Primários em Saúde, ocorrida em 1978 (RESTREPO, 2001).

No ano 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Milênio, acordo firmado por 191 países. Os oito objetivos que devem ser cumpridos até 2015 são: acabar com a fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre sexos e valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde das gestantes, combater a AIDS e a malária, ambiente sustentável e parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2000).

Na América Latina, um marco importante, foi a Declaração de Bogotá (1992), que reconheceu a relação entre saúde e desenvolvimento, e foram apresentados compromissos e estratégias relacionadas com políticas públicas locais (BRASIL, 1996).

A VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em março de 1986 no Brasil, foi considerada um marco histórico para a promoção da saúde no país, e o relatório produzido desta conferência serviu como referência para a elaboração da Constituição de 1988 (BUSS, 2000).

Como consequência do relatório citado a Constituição Federal do Brasil (1988), no artigo 196, afirma que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”, estabelecendo desta forma o Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo como base a Constituição Federal de 1988, foi elaborada a Lei 8080/90, a Lei Orgânica da Saúde, define o Sistema Único de Saúde como um conjunto de ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração Direta e Indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público e complementarmente pela iniciativa privada.

Vale ressaltar que o SUS foi conquistado através de um intenso processo de mobilização da sociedade e seus princípios doutrinários - universalidade, integralidade e equidade - tiveram como base o movimento sanitarista iniciado no Canadá em 1978.

Enfim, observa-se a ampliação e o aprofundamento teórico e prático dos conceitos Promoção da Saúde e Ambiente Saudável e também uma maior cooperação dos países através de acordos e metas visando melhorias na qualidade de vida da população.

2.2 Saneamento Ambiental

A importância do saneamento ambiental e sua relação com a saúde era existente nas mais antigas culturas, tendo se desenvolvido de acordo com a evolução de diversas civilizações. Desde Hipócrates, com sua famosa obra “Ares, águas e lugares”, se atribui um papel importante ao ambiente no processo saúde-doença (RATNER, 2009).

Das práticas de saneamento coletivo mais conhecidas na antiguidade, tem papel de destaque a construção de aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos romanos, tendo como símbolo histórico a cloaca Máxima de Roma (GUIMARÃES, 2007).

Mas, durante a Idade Média, houve um retrocesso no uso de práticas sanitárias, tendo como consequência um sucessivo número de epidemias, então a importância do ambiente foi novamente reforçada com a Teoria dos Miasmas, que acreditava que as doenças eram propagadas pelo ar e roedores (GOUVEIA, 1999).

Apenas após a Revolução Industrial com um processo de urbanização da população e a necessidade de melhores condições de vida para os trabalhadores, o meio ambiente passa a adquirir um caráter social (BARATA, 1990).

Atualmente, a definição de saneamento ambiental baseia-se na formulação da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000): “saneamento constitui o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos deletérios sobre seu estado de bem estar físico, mental ou social”.

Através deste conceito, fica evidente a relação do saneamento ambiental com enfoque na abordagem preventiva em saúde, considerando que a própria OMS define saúde como o perfeito bem estar físico, mental e social.

Entretanto, segundo a *Análise e Avaliação Global do Saneamento e Água Potável* (GLAAS), no Brasil faltam metas referendadas por pesquisas, principalmente em programas de promoção da higiene. Segundo o texto do documento, os programas nacionais estão limitados a uma pequena escala de implementação. Para Ban Ki-Moon, secretário geral da ONU, “nenhuma medida fará mais em reduzir as enfermidades e salvar vidas nos países em desenvolvimento que facilitar um acesso geral à água potável e aos serviços de saneamento” (ONU, 2012).

2.3 Saneamento Ambiental no Brasil

Diversos são os fatores responsáveis pela carência dos serviços de saneamento no Brasil. Dentre eles podem ser mencionadas a fragmentação das políticas públicas,

a falta de instrumentos regulamentadores e reguladores e a insuficiência e má aplicação dos recursos públicos (HELLER; NASCIMENTO, 2005).

O saneamento ambiental no Brasil começou a ser estruturado em 1808 com a chegada da família real ao país. Nesse período tornou-se necessário investimento em infraestrutura para atender as novas demandas da população urbana que crescia rapidamente, porém ainda restrito a coleta e águas pluviais (BRITTO, 2001).

Cavalcanti (1987) afirma que os investimentos em saneamento no Brasil estão relacionados com o início da industrialização do país, a partir da metade do século XIX, quando foram cedidas concessões privadas dos serviços para a Inglaterra. Porém até as primeiras décadas do século XX as redes de abastecimento de água e esgoto atendiam apenas os principais centros urbanos.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, 1919, com o declínio do investimento de capital exterior no Brasil, o setor público passa a ser mais cobrado pela população por serviços de saneamento mais efetivos, surgindo em 1930 as primeiras companhias de saneamento básico do país, formadas por governos locais e engenheiros (BRITTO, 2001).

Apenas no final da década de 60 do século XX, a preocupação com o saneamento aumentou sendo implantado o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), formulado e executado partir de 1971, priorizando os serviços abastecimento de água e esgotamento sanitário para as áreas urbanas, sendo responsável pelo aumento significativo da cobertura de abastecimento de água e esgotamento sanitário no país (MOTA, 1993).

Porém com a extinção deste plano em 1980, as políticas públicas em relação ao saneamento foram comprometidas, buscou-se, então, um novo pacto federativo, além de mecanismos inovadores de financiamento. Nesta perspectiva, o governo federal criou o Pró-Saneamento, visando financiar obras de saneamento e estimular ações de caráter educativo (CAVALCANTI, 1987).

Somente no início de 2007 foi promulgada a lei no 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. A lei definiu instrumentos e regras para o planejamento, fiscalização, prestação e regulação dos serviços, tendo sido estabelecido o controle social sobre todas essas funções.

Devido ao fato do termo saneamento ambiental incluir ações como saneamento de alimentos, das habitações, das indústrias e controle da poluição atmosférica, para efeito de padronização, a tendência predominante no Brasil tem sido a de se considerar, pela lei nº 11445/07, como integrantes do saneamento básico apenas as ações de:

- Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

- Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

- Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

- Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

A mesma lei estabelece que o acesso ao saneamento deve ser universal e que é imprescindível o controle social em todas as ações relacionadas ao saneamento ambiental no Brasil.

Atualmente o governo federal atua na área de saneamento através do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), sendo os investimentos provenientes do Ministério de Planejamento e Orçamento, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e das concessionárias dos serviços.

2.4 Agravos à Saúde e Saneamento Básico

O acesso a serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário reduzi-ram drasticamente, em países industrializados, a incidência por doenças infecto-parasitária. Porém em países considerados em desenvolvimento como o Brasil, essas doenças ainda representam causa relevante de morbimortalidade, especialmente em menores de cinco anos (HUTLLY, 1990).

Mara e Feachem (1999) propuseram a classificação unitária para as doenças e agravo à saúde relacionados com o saneamento, água e excretas, em revisão a estudos anteriores, sendo considerada um avanço em relação às classificações individuais existentes, devido ao fato de ações integradas dos serviços de saneamento oferecerem melhor forma de controle de doenças a longo prazo.

Com base nesta classificação, o Ministério da Saúde, através da FUNASA, estabeleceu, de acordo com a realidade local, um grupo de Doenças Relacionadas ao

Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), subdividido em cinco categorias:

1. Doenças de transmissão feco-oral: diarreias, febres entéricas e hepatite A;
2. Doenças transmitidas por inseto vetor: dengue, febre amarela, leishmanioses (tegumentar e visceral), filariose linfática, malária e doença de chagas;
3. Doenças transmitidas através do contato com a água: esquistossomose e leptotrose;
4. Doenças relacionadas com a higiene: doenças dos olhos, tracoma, conjuntivites, doenças da pele, micoses superficiais;
5. Geo-helmintoses e teníases: Helmintíases e teníases;

Conforme o relatório final da FUNASA (2010) sobre Impactos na Saúde Decorrentes de Agravos Relacionados a um Saneamento Ambiental Inadequado, as diarreias constituem a principal causa de morte por DRSAI, tendo sido registrado no Brasil, em 1999, 7.309 óbitos relacionados com diarreias, acometendo principalmente crianças menores de um ano e idosos acima de 60 anos.

3. Metodologia

Para responder ao objetivo proposto, este estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica buscando colher conhecimento e informações científicas através de artigos científicos publicados em periódicos nacionais, teses, dissertações, livros e banco de dados para a discussão sobre o saneamento básico e saúde na Amazônia.

4. Discussão dos Resultados

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, realizada pelo IBGE em 2008, as ações de saneamento básico na Região Norte ainda estão aquém da realidade nacional e muito abaixo dos resultados observados a nível mundial.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE (2008) mostra que, apesar de todos os municípios dos estados da região Norte do Brasil possuírem serviço de abastecimento de água, apenas 45,3% dos domicílios tem acesso a esse serviço e 20,8% da água distribuída não recebe nenhum tipo de tratamento.

Se for considerada a afirmação de Heller (1998), de que o acesso a instalações para excretas é geralmente mais protetor contra doenças do que acesso a melhor quantidade e qualidade da água, a situação do esgotamento sanitário na região Norte é mais preocupante que o abastecimento da água, segundo dados da mesma pesqui-

sa, apenas 3,8% dos domicílios da Região Norte são atendidos por uma rede geral de esgoto.

Em relação à drenagem urbana na região Norte apenas 12,5% dos municípios possuem algum tipo de infraestrutura de drenagem e 26% dos municípios estão sujeitos à inundação e/ou infestação por vetores (IBGE, 2008).

Por fim, apenas 34,3% dos municípios possuem manejo de resíduos sólidos e limpeza de vias públicas e não existe um sistema de coleta seletiva e reciclagem (IBGE, 2008). 65% dos municípios da região descartam os resíduos sólidos em saúde em conjuntos com outros resíduos. Outro dado relevante é que não existe na região um Estudo de Impactos Ambientais (EIA) nas áreas destinadas ao depósito de resíduos sólidos.

Através dos dados levantados, torna-se evidente, a carência de infraestrutura sanitária no estado e a necessidade de ações voltadas para que toda a população roraimense tenha acesso aos serviços de saneamento básico.

Relacionando com a saúde, o número de casos de Diarreia Aguda na região Norte foi de 472.323 no ano de 2011, dado preocupante devido à alta de caos em decorrência do ano anterior.

Outro dado relevante é que a região Norte concentra 98% dos casos de malária do país e também pode ser considerada uma área hiperendêmica para hepatite. Em meados aos anos 1990, houve no estado, o aparecimento de doenças consideradas re-emergentes como a cólera, a febre amarela e a dengue (CONFALONIERI, 2000).

No ano de 2000, segundo dados da FUNASA, 40% das internações por dengue estavam concentradas na Região Norte, acontecendo um aumento também nas internações por Leishmanioses.

Através destes dados, observa-se o a importância de ações voltadas para a redução da morbimortalidade por doenças relacionadas ao saneamento ambiental.

5. Resultados

Este estudo propiciou o levantamento de informações que podem apoiar as ações de prevenção e controle de agravos à saúde relacionados com o não acesso ao saneamento na região urbana da Amazônia.

Ao apontar os dados analisados e evidências encontradas durante a pesquisa busca-se mostrar os impactos gerados pelo modelo de desenvolvimento adotado na região e sua consequente geração de riscos à qualidade de vida da população.

Referências Bibliográficas

- BARATA, R. C. B. Avaliação dos Sistemas Locais de Saúde: A Perspectiva da epidemiologia. 2. ed. São Paulo: Mimeo, 1990.
- BARRETO, M. L. Ambiente e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. v.3, n.2, p20-22, 1998.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. p.168.
- BRASIL. Lei Orgânica da Saúde. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei 11445 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 2007.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Promoção da Saúde: cartas de Ottawa, Adelaide, Sundsvall e Santa Fé de Bogotá. Brasília: MS/IEC, 1996.
- BRASIL. Resolução nº196/ 96 do Conselho Nacional de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, 1996.
- BRISCOE, J. Evaluating water supply and other health programs: short-run vs long-run mortality effects. *Public Health*, 99, (3), 142 –145, 1985.
- BRITTO, A. L. A. Regulação dos serviços de saneamento no Brasil: perspectiva histórica, contexto atual e novas exigências de uma regulação pública. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, ANPUR, 2001. p. 1080-1093.
- BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciências e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, fev. 2000.
- CAVALCANTI, H. B. Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento. Brasília: Subsecretaria de Edições técnicas, 1996.
- CONFALONIERI, U. E. C. Saúde na Amazônia: um modelo conceitual para a análise de paisagens e doenças. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, Abr. 2005.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Atuação do Setor de Saúde em Saneamento. Brasília, 2002. p.48.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Impactos na saúde e no Sistema Único de Saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado. Brasília, 2010.
- GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 1, fev. 1999.
- HELLER, L.; NASCIMENTO, N. O. Pesquisa e desenvolvimento na área de saneamento no Brasil: necessidades e tendências. *Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 10, n. 1, p. 24-35, 2005.
- HELLER, L. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. *Ciências e Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jun. 1998.

- HUTTLY, S. R. A. The impact of inadequate sanitary conditions on health in developing countries. *World Health Statistics Quarterly*, v.43, p.118-126, 1990.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro, 2010.
- LALONDE, M. A new perspective of the health of Canadians: a work document. Ottawa, 1978.
- MARA, D. D.; FEACHEM, R. G. Water- and excreta-related diseases: unitary environmental classification. *Journal of Environmental Engineering*, v.125, n.4, p.334-339, 1999.
- MARCELO FIRPO, P. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, Ago. 2004.
- MOTTA, S. Saneamento. In Rouquayrol, M. Z. *Epidemiologia e Saúde*. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDS, 1993. p.343 – 364.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Análise e Avaliação Global do Saneamento e Água Potável. Suíça, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos do Milênio. Suíça, 2000.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial da Saúde. Geneva, 2000.
- RATTNER, H. Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. *Ciências e Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, Dez. 2009.
- RESTREPO, H. Generalidades sobre evaluación de experiencias y proyectos de promoción de la salud. In: H Restrepo y H Málaga (org). *Promoción de la salud: cómo construir vida saludable*. Bogotá: Médica Panamericana, 2001. p. 212-217.

MULTITERRITORIALIDADE E MIGRAÇÃO: NORDESTINOS EM BOA VISTA (RR)

1 Multiterritorialidade do Migrante no Território: do local ao global

A discussão proposta nesse diz respeito ao conceito território, numa ‘abordagem integradora’, a partir da conjugação de forças das relações de produções interconectadas de articulações integradas pelos aspectos sociais (econômicos, políticos e culturais), no tempo e no espaço, analisando as possíveis distinções entre as noções de território e de territorialidade.

Nessa discussão a territorialidade é a dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial, baseado nos estudos de Rogério Haesbaert (2004a, f. 10), que numa revisão teórica sintetizou formas da noção/conceito de territorialidade como abstrata, imaterial no sentido de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado.

Assim, há necessidade de esclarecer a que concepção de territorialidade ou a relação entre território e territorialidade nessa temática se refere a “multi” territorialidade do nordestino em Boa Vista / Roraima num sentido das dimensões funcional e simbólica, ou “vivida” do território, tenha ele existência concreta ou não, sempre mantendo as relações de poder, onde se percebe a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante está mergulhado.

Neste sentido, propõem-se definir território a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico ao poder mais simbólico das relações de ordem mais cultural.

Então, dentro dessa multiplicidade territorial em que todos (e não só os migrantes) estão mergulhados, analisam-se os traços fundamentais que marca a exis-

* Prof.^a Dr.^a

tência de múltiplos territórios (do mais simbólico, com os sujeitos que o promovem - empresas, o Estado, grupos culturais -, e com níveis de intensidade da atuação do ‘poder’), a experiência cada vez mais intensa daquilo que Haesbaert denomina ‘multiterritorialidade’.

Portanto, o território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, pois segundo Haesbaert (2004b) estas são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente.

Assim, levando em conta as concepções de território concebidos por Haesbaert (2004b), pode-se afirmar que o homem está desde sempre vivendo numa multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo (casa, bairros, cidade...), resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente.

Uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2004b, p. 344).

Pode-se viver ao mesmo tempo ao nível da família, de um grupo, de uma nação. Existe uma multiterritorialidade no sentido mais tradicional, de pertencer, resultante de uma sobreposição lógica de territórios, hierarquicamente articulados, “encaixados” na vida cotidiana conforme os distintos poderes no “tempo-espaço” representado em espaços superpostos.

Lacoste (1988, p. 49), reconhece então as diferentes representações do espaço referidas à mobilidade mais restrita, cotidiana (em nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana); as configurações espaciais não-coincidentes das redes das quais dependem todos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais de mais ampla escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, e que freqüentemente abarcam o mundo no seu conjunto.

Todos tecem sua própria rede, ou melhor, seu(s) próprio(s) território(s)-rede(s) - que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade, pois todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos. Além disso, mais do que de superposição espacial, como enfatiza Lacoste (1988, p. 50), trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à disposição do homem, de uma multiterritorialidade não apenas

por deslocamento físico como também por “conectividade virtual”, a capacidade de interagir à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios.

Dessa forma, a migração é dos condutores de uma multiterritorialidade, onde as identidades adquiridas se fundem, surgindo novas concepções conceituais (sem perder a valorização das anteriores), que completam a dinamicidade. Assim os migrantes desenvolvem vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características globais, muito mais híbridas, “multiterritorializando-se”. Não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem, seja no sentido de cultura como o conjunto de relações que os distinguem ou no sentido do que se refere à produção de significados, à dimensão simbólica.

A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle do e no espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais. (HAESBAERT, 2004b, p. 79).

Enfim, para uma análise territorial, tem-se que ter uma visão de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, onde o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais cultural (HAESBAERT, 2004b, p. 79).

Dessa forma, considerar o território como um lugar subjetivo, acrescenta algo mais, com dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas (do local ao global), pois há convergência de características misturadas (de comutação /disjunção, de comensalismo / simbiose, de dependência / apropriação). No centro da noção de território, encontram-se dois sentidos: o da “identidade”, a individualidade (a maneira particular), pois o território é um espaço diferente para cada sujeito que o compõe e o “temporal” através da evolução, das mudanças ao longo dos anos em uma localidade, uma nação que permanece substancialmente igual.

Há, portanto, uma acoplagem, um círculo dialético, dinâmico. E é este circuito em espiral que faz do território um lugar também subjetivo, onde a memória dos fenômenos culturais é e está expressa no espaço e que, como espaço produzido, é um território. A subjetividade, mesmo que em memória, modifica ou sugere um território distinto, particular; e o espaço, enquanto limite territorial fornece uma subjetividade estável, para que o tempo, que esboça (que é a base) o sujeito individual ou

coletivo, se exprima se transforme no lugar simbólico, na paisagem e no território, reproduzindo constantemente.

Assim, o espaço se multiterritorializa com ações num tempo histórico, com a sobreposição de identidades (híbridas), recriando num movimento constante, novas características aos territórios, tornando-os mais ‘comuns’ (portanto global), características estas, assimiladas por todos do lugar mesmo sem o deslocamento físico.

Partindo desse pressuposto, cada migrante ou grupo, em seus atos, celebra a identidade/subjectiva. As projeções espaciais de lembranças, reconstituídas no presente e nos diversos espaços anteriormente vividos (territórios) sustenta a memória tornando-o um sujeito híbrido e o espaço por esse produzido numa multiplicidade cultural.

O espaço é a oportunidade fornecida às memórias, pois coloca diante dos olhos coisas e sujeitos, oferecendo a possibilidade de repensar naquilo que os momentos vividos não permitiram, oferecendo uma espécie de regeneração interativa do tempo. O espaço é memória objetiva do futuro e interpreta um papel maior na formação de identidade num complexo contexto de multiterritorialidades contribuindo para a formação social do sujeito.

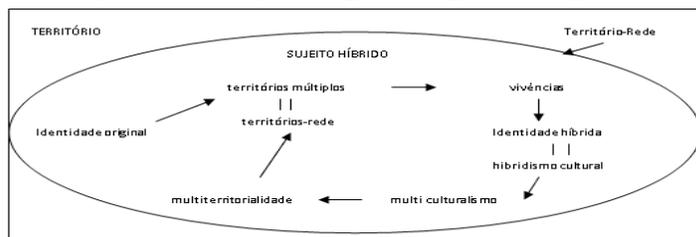
A partir da subjetividade (lembranças identitárias) e da objetividade do espaço (paisagens construídas que identificam o território), o sujeito enquanto migrante tem sua formação social sendo constantemente reformulada, que pode ser representada apenas no momento e espaço em que se encontra, pois a partir do instante que se segue no fluxo, esse passa a ter novas identificações, portanto outro território passa a se (re) formar e enquanto sujeito social, esse ainda se encontra em formação, pois novas cargas culturais serão justapostas às anteriores.

O território construído pelo migrante enquanto sujeito híbrido é (des) provido de uma identidade mestre, que logo de início já é híbrida pelo próprio fato de que o mundo cibernético (global) lhe assegura uma maior complexidade, mesmo sem se deslocar objetivamente do espaço, contudo essa identidade mestre (local), mesmo com novas relações impostas pela dinamicidade atual, tende a resistir a sua naturalidade (nata, própria).

Na percepção de múltiplos territórios (aqueles ainda não vividos, porém conhecidos pelos contatos cibernéticos), quando percorridos, vivenciados se arrumam se ajustam objetivamente, numa mescla de informações e imagens assimiladas e acopladas dinamicamente às anteriores, multidimensionando o poder de visão do sujeito (migrante). Mais uma vez, essa dinâmica contribui para a formação social do sujeito que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de

redes sociais que se forma, complementando o contexto analisado (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Formação social do sujeito enquanto migrante: o sujeito híbrido



Fonte: Vale, 2012, p. 118.

O sujeito híbrido possui concepções concretas e abstratas objetivas e subjetivas, com informações acumuladas tanto pelo hibridismo global como pelo aquele adquirido nas rotas dos fluxos. Assim, a multiterritorialização, envolve a criação de novos territórios pessoais ou coletivos, criando e defendendo várias formas de direitos permitindo que o migrante (mesmo em redes sociais) continue a se reproduzir.

Por todos os processos que o migrante passa, no decorrer da trajetória (Gráfico 1) carrega um conjunto de subjetividades adquiridas e acumuladas e que juntamente com a objetividade territorial (as paisagens construídas no espaço) formam o território muito mais significativo e cheios de perspectivas de uma estabilidade mais perene, formando, para si, território-rede, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla).

2 Migração e Multiterritorialidade em Boa Vista/Roraima

Em Roraima, as territorialidades, segundo Barros (1998, p. 109), apresentam-se compostas por elementos diferenciados (grupos indígenas, fazendeiros, posseiros, Estado) que se foram superpondo, fundindo-se à sociedade nacional (provocando muitas tensões sócio-cultural-espaciais), com domínio de multiterritórios: Instituições federais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), com reservas ecológicas; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com áreas indígenas com domínio territorial representando quase metade da superfície do Estado; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os mais variados tipos de Projetos de Assentamento; além de Igrejas que fomentam a consolidação de áreas indígenas, ecologistas com áreas de preservação ambiental

criadas pelo Governo Federal, garimpeiros sobrepõem-se ao território indígena e a criação de novos municípios sobrepondo reservas ambientais e áreas indígenas.

O migrante é responsável pela mais recente territorialidade, principalmente em áreas urbanas, ocorrida em Roraima. É necessário que se reconheça que as ondas migratórias tendem a ser também impulsionadas pela integração territorial através das redes de comunicações e combinados a esses meios, existem as “redes de interação social”, através das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” no lugar de destino são socializados entre os que migram (MASSEY, 1990, p. 162).

As “promessas” de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes tinha uma correspondência real; muitos migrantes conseguiam, de fato, ascender socialmente e só assim adquiria a força de uma ideologia motivadora e mobilizadora.

Além dos fatores de expulsão nas regiões de origem, a economia, com suas aceleradas taxas de crescimento e altíssima capacidade de geração de emprego, assim como a sociedade se modernizando criavam um amplo leque de oportunidades que, se não eram plenamente acessíveis a todos os migrantes, devido à seletividade, eram, de fato, reais e possibilitavam o êxito de alguns. Essa realidade, por certo, reforçava o sujeito a se estabelecer e firmar-se na terra nova.

É necessário levar em consideração a incipiente economia do Estado de Roraima, tendo em vista que os migrantes têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Os obstáculos encontrados pelo Estado, enquanto controlador do espaço aos mais diversos, pois este possui uma economia frágil, não conseguindo absorver toda a população migrante no mercado de trabalho, lembrando que o próprio Estado é o maior empregador.

O setor terciário (empresas comerciais e prestadoras de serviços) absorve pouca mão-de-obra, a média de pessoas efetivamente ocupadas por estabelecimento comercial em Boa Vista é de 4,05 (pessoas) segundo dados levantados pela Federação do Comércio de Roraima (FECOR/Roraima), vale ressaltar que o número de pessoas efetivamente ocupadas é independente de terem ou não vínculo empregatício (FECOR, 2000, f. 15).

A maioria da população migrante está inserida no mercado de trabalho, em atividade informal, tendo como alternativa a assistência do Estado que passa a assumir responsabilidades com essas famílias, tendo que dispor de recursos para reduzir os impactos sociais que possivelmente surgirão diante dessa nova realidade, pois se justifica primeiro pelo número reduzido de oferta de empregos e segundo, pela

exigência de uma qualificação do trabalhador (ensino médio completo e experiência de trabalho).

Nos anos de 1980, Roraima ainda tinha um fluxo migratório que se mantinha num nível constante, sem grandes alterações, não recebendo incentivos suficientemente fortes, pois ainda havia certo isolamento. Com a abertura da BR 174, com a homologação da constituição, com os projetos de assentamentos, entre outros fatores, a migração é promovida ora pelo capital para áreas urbanas, ora por incentivos públicos para áreas rurais nos assentamentos do INCRA e para frentes garimpeiras, e, por fim, consolidada pelas redes sociais entre parentes, amigos e conterrâneos que vivem em Roraima, assim conclui-se que esse fluxo migratório mais recente, não é espontâneo, pois há um conhecimento prévio com referencial constituído entre as redes formadas entre o Estado de Roraima e demais regiões brasileiras.

Roraima, com o passar dos anos, terá uma das populações mais mescladas do Brasil. Índios de várias tribos, garimpeiros de todas as regiões do Brasil, militares, pois esta é área de fronteira, colonos migrantes de todo o país. As características identitárias de todos estão sendo assimiladas, hibridizadas, compondo uma cultura que contribuirá na formação social do sujeito roraimense, que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de redes sociais que se forma na pluralidade de culturas hibridizando o território e os sujeitos.

Números apresentados e usados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista em programas sociais de assistência a população, coletados em 2001 e atualizados em 2003 através da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania com o Programa Braços Abertos, apresentava um total de 42 bairros e um conjunto habitacional, cadastrando um universo de 180.131 pessoas, num total de 50.156 famílias, em 47.908 domicílios visitados pelos pesquisadores. Para esta pesquisa, das 25 variáveis do referido programa, enumera-se somente os dados que dizem respeito à origem e à situação sócio econômica do chefe de família dos domicílios investigados. (BOA VISTA, 2001, 2003).

Do diagnóstico socioeconômico, dos moradores da cidade de Boa Vista, nas referidas áreas, foram cadastrados na pesquisa, 41.012 chefes de família economicamente ativos, onde apenas 10.978 destes são roraimenses (Quadro 1).

Quadro 1 - Chefes de família economicamente ativos residentes na área urbana de Boa Vista: naturalidade / 2003

Naturalidade	Total
Maranhão	12.458
Roraima	10.978
Pará	3.670
Amazonas	3.632
Ceará	2.806
Piauí	1.463
Paraná	574
Rio G. Norte	490
Paraíba	479
Pernambuco	449
Tocantins	427
Minas Gerais	413
São Paulo	403
Rio G. Sul	384
Goiás	352
Bahia	344
Rondônia	330
Rio de Janeiro	296
Acre	237
Mato G. Sul	187
Mato Grosso	176
Espírito Santo	131
Santa Catarina	99
Alagoas	87
Distrito Federal	72
Sergipe	41
Amapá	34
Total	41.012

Fonte: Adaptado de Vale, 2006, p. 256.

No que diz respeito à naturalidade dos chefes de família cadastrados na pesquisa, 2.325 não informaram a origem. Vale ressaltar que encontram-se representantes de todas as 27 unidades federativas do país na cidade de Boa Vista, com destaque para a presença do nordestino, principalmente maranhense.

3 Boa Vista: território de nordestino

Observando os dados da pesquisa anteriormente citada, foi detectada a presença de um grande número de nordestinos, tendo como destaque o Estado do Maranhão, com um total de 12.458 chefes de família maranhenses, superando o número de roraimenses (10.978), indicando a predominância destes na cidade.

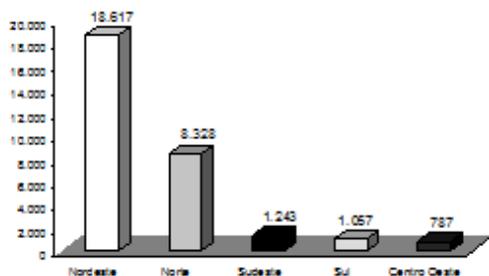
Considerando a naturalidade dos identificados nas 43 áreas urbanas da cidade de Boa Vista, pesquisadas pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, é sensível a diferença entre o número de migrantes (30.034 chefes de família) para com o número de roraimenses (10.978 chefes de família). Vale ressaltar que as áreas aqui analisadas, são de ocupação recente, onde somente cindo áreas, a ocupação ocorreu anterior aos anos de 1980, portanto produção do espaço impregnada de territorialidades impostas recentemente.

Pela localização dos bairros, segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Zona Oeste e Norte da cidade, há concentração de migrantes que necessitam da condição assistencialista do Estado, enquanto regulador do poder, pois estas zonas são destinadas ao programa de habitação social, onde a população locada é constituída de baixo poder aquisitivo.

Entre os migrantes, residentes nas 43 áreas da cidade de Boa Vista, os que se destacam pelo número são os nordestinos, com um total de 18.617 chefes de família. Mesmo que do total de migrantes sejam subtraídos os maranhenses, os nordestinos ainda possuem relevante realce no que diz respeito à quantidade, com 6.159 chefes de família (exceto maranhense), perdendo apenas para os nortistas, que perfazem um total de 8.328 chefes de família economicamente ativos (Gráfico 2).

Este fluxo interno é motivado principalmente pelo capitalismo que, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho, temporariamente ou não. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital, ocorrendo o deslocamento para regiões que serão impulsionadas economicamente.

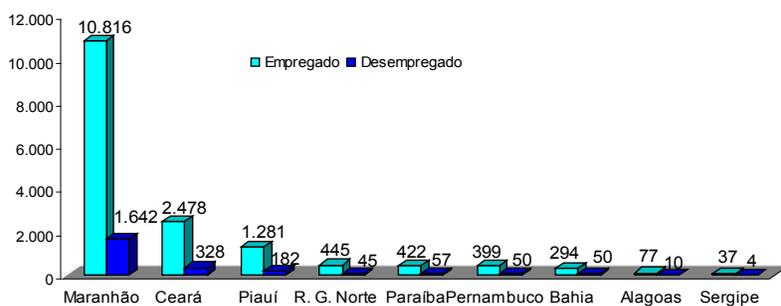
Gráfico 2 - Migrantes chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: por regiões



Fonte: Vale, 2007, 216 f.

Segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista (BOA VISTA, 2003), no que diz respeito aos chefes de família nordestinos que se deslocaram para área urbana de Boa Vista, pelos dados fornecidos, percebe-se que essa ascensão econômica tão almejada é conseguida por 85,5% dos nordestinos, com um índice de desemprego de apenas 14,5%, portanto, dos 18.617 nordestinos identificados na pesquisa, apenas 2.368 estão desempregados, portanto excluídos do mercado de trabalho (Gráfico 3).

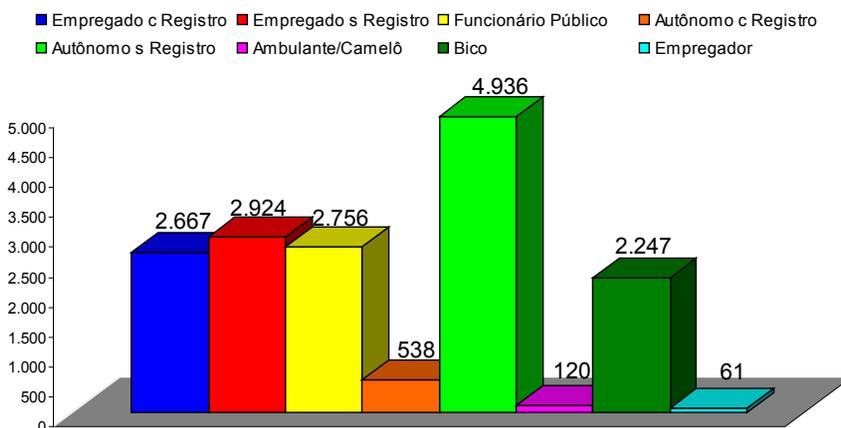
Gráfico 3 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista: desemprego



Fonte: Vale, 2007, 217 f.

Os nordestinos que não se encontram inseridos no mercado de trabalho em Boa Vista ficam destinados aos subempregos. São 10.227 chefes de família nordestinos, que se encontram nesta situação, desprovidos dos benefícios que lhes assegurariam estabilidade futura que lhes dariam direito à cidadania. Entre os que possuem cadastros estão os empregados e autônomos com registro e funcionários públicos, que junto perfazem um total de 5.961 chefes de família nordestinos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias



Fonte: Vale, 2007, 218 f.

No que diz respeito aos 61 empregadores nordestinos, identificados pela pesquisa, nas áreas analisadas, são pequenos empresários do setor terciário ligados ao comércio, em sua maioria, empregadores da própria família e/ou conta própria.

Como o número de maranhense (6.299 chefes de família) supera o restante dos nordestinos (6.159 chefes de família) identificados na pesquisa, este se destaca em todas as atividades. Analisando os demais nordestinos, a atividade de maior expressividade entre os cearenses, piauienses, sergipanos, alagoanos e baianos é autônoma sem registros, enquanto que os paraibanos e pernambucanos se diferenciam através da categoria funcionário público.

Essa dinâmica nos estados de Pernambuco e Paraíba pode ser analisada a partir do recrutamento feito pelo governo de Roraima, no início dos anos de 1990, nas

universidades públicas desse dois estados, onde eram convidados recém-formados a fazerem parte do quadro de funcionários públicos do estado, assegurando-lhes moradia e cesta básica por um período de três meses, até a devida contratação e recebimento do salário. É relevante a concentração dos maranhenses e cearenses chefes de família na categoria empregador e dos paraibanos e pernambucanos na categoria funcionários públicos (Quadro 2).

Quadro 2 - Chefes de família nordestinos economicamente ativos residente em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias/naturalidade

<i>Estados</i>	<i>Empregado c Registro</i>	<i>Empregado s Registro</i>	<i>Funcionário Público</i>	<i>Autônomo c Registro</i>	<i>Autônomo s Registro</i>	<i>Ambulante Camelô</i>	<i>Bico</i>	Empregador
Maranhão	1.849	2.043	1.608	291	3.271	72	1.654	28
Ceará	345	393	507	125	783	25	283	17
Piauí	195	222	221	50	404	15	170	4
R G Norte	81	67	99	25	127	3	40	3
Paraíba	63	62	127	18	112	1	33	6
Pernambuco	64	69	119	18	97	1	31	0
Bahia	43	55	52	7	108	3	24	2
Alagoas	17	7	17	3	23	0	10	0
Sergipe	10	6	6	1	11	0	2	1
Total	2.667	2.924	2.756	538	4.936	120	2.247	61

Fonte: Vale, 2007, 219 f.

Os nordestinos se encontram em todos os bairros da cidade de Boa Vista, indistintamente, independente dos dados levantados, onde estes impõem sua territorialidade e transformam o espaço, dando lhes novas paisagens e configurações. Em cada bairro, pode-se perceber a predominância de um determinado grupo: Bairro Asa Branca (ocupado em 1982): cearenses; no Bairro Pricumã (ocupado em 1982): pernambucanos e paraibanos; nos Bairros Tancredo Neves e Caimbé (ocupados respectivamente em 1985 e 1987): alagoanos; no Bairro Sílvio Leite (ocupado em 1986): potiguares; no Bairro Sílvio Botelho: (ocupado em 1993) sergipanos; no Bairro Cinturão Verde (ocupado em 1995): baianos e no Bairro Hélio Campos (ocupado em 1995) maranhenses e piauienses.

Nesta configuração, evidencia-se a concentração de migrantes conterrâneos, em redes que se articulam, se interagem, criando interfases entre circulação e comunicação, que tem o controle, o poder, também subjetivo, que cria e se apropria do território, manifestando a dinâmica e suas estratégias territoriais.

Entre o Nordeste e Roraima, existem as chamadas “redes de interação social”, através das quais as informações e o “sistema de apoio inicial” acontecem. O uso desses meios se intensifica entre os nordestinos, com o apoio daqueles que galgaram posições de relevância na vida econômica e/ou política da capital ou do estado. Cada vez mais, Roraima é ‘morada de nordestino’.

Observa-se habitualmente que os migrantes avançam, ao longo de rotas bem definidas, em direção a destinos sumamente específicos. Em parte, deve-se isto ao fato de que as oportunidades tendem a ser localizadas e, em parte, ao fato de que os migrantes, via de regra, seguem as tais rotas mediadas por fluxos de conhecimentos dos locais de destino para os de origem. O fato dos primeiros migrantes ter superado uma série de obstáculos diminui a dificuldade do deslocamento para aqueles que lhes seguem, criando-se, na realidade, sendas, oportunidades intervenientes, pontes.

4 Paisagem Urbana Reproduzida: território de nordestino

As práticas sócio-espaciais definem os conteúdos e imagens de cada parcela do território urbano e as multiterritorialidades praticadas pelos sujeitos tomam forma, dispostas nos arranjos urbanos e resultam em estruturas sobrepostas no tempo, com identidades multivariadas que refletem diretamente nos modelos urbanos (num movimento contínuo que vem a ser materializado no espaço em qualquer tempo dado, de tal modo que padrões observáveis de organização sócio-espacial são formas fenomenais) o hibridismo desse sujeito produtor de espaço.

Os traços distintivos da morfologia espacial estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social, um procede em interação com o outro, muito mais do que através de algum elo positivista entre causa social e efeito espacial.

As formas que emergem no processo imobiliário, e aí entram as imagens que retratam a Região Nordeste, não são produtos inexoráveis do destino, são produtos sociais abertos a um redirecionamento esclarecido e a um propósito ‘benéfico’ social (inclusão subjetiva do migrante no espaço) por meio da produção espacial, que tem como consequência a forma visual, aquela que deslumbra o sujeito, que o espaço assume e que não é necessariamente a mesma do lugar de origem, mas a maneira como é identificada reflete o que ideologicamente a subjetividade do nordestino identifica.

O território, como espaço produzido, a partir das imagens estabelecidas pelos migrantes oriundos da Região Nordeste é algo admirável. Por onde passa o nordestino deixa sua marca estampada de forma objetiva ou subjetiva, e não poderia deixar de ser diferente em Boa Vista, onde socialmente esse consegue expressar na paisa-

gem a identidade que diz conservar, mesmo que essa já hibridizada (não entendida como tal pelo sujeito, que resiste na ideologia da preservação identitária nata).

Os sujeitos são condicionados a demandar espaços de lealdade que constituem extensões do seu corpo. Para o nordestino, o território toma forma e se expande até seu corpo, com um argumento simples: 'onde quer que o nordestino esteja esse se encontra no Nordeste'. Aqui - longe do argumento romântico de que sangue, terra, língua e talvez raça sejam as fundações isomórficas do sentimento de nacionalidade - há o argumento especificamente invertido de que a exclusão social gera o território com similitudes.

Assim, o sentimento nordestino cria seu espaço, ao invés de ser seu produto. Esta inversão é uma patologia possível, mas não necessária, da diáspora, porque envolve um processo de reterritorialização que antecede o processo de desterritorialização. Trata-se mais exatamente da patologia do identitário territorial provocada pela especificidade histórica da exclusão, pela história particular da colonização do Nordeste do Brasil.

A divulgação da cultura nordestina em Boa Vista, não fica apenas no olhar, nas imagens que lembram o nordeste, está presente nos eventos promovidos por grupos culturais que tentam manter tradições nordestinas no território nortista, em associações comunitárias de bairros, em grupos de teatros que retratam em suas histórias a vida do nordestino, nas músicas compostas e cantadas por migrantes nordestinos, nos restaurantes que tentam territorializar a culinária nordestina.

O nordestino encontrou na dramaturgia a expressão mais direta de transmitir a informação desejada. A formação de um grupo de teatro, acompanhado por uma banda de 'farró pé-de-serra' (expressão usada para identificar o farró mais tradicional do Nordeste, aquele que é constituído por uma sanfona, um triângulo e um bumbo), com sanfona, triângulo e pandeiro é uma dessas expressões. O grupo se apresenta no interior e nos bairros da cidade de Boa Vista, retratando a própria realidade vivida pelos nordestinos de Roraima, retratando o agricultor com as dificuldades de infraestrutura para escoar o que foi produzido, para a cidade; a mulher sertaneja com seu machado nas costas lutando pela sobrevivência e buscando alcançar o sonho de uma terra acolhedora; os filhos que buscam a educação, enfim, retratando características indenitárias do nordestino de um sujeito que luta contra as adversidades, e permeia num fluxo contínuo em busca de qualidade de vida, de ascensão econômica, de um espaço.

Grupos tentam manter as tradições culturais do Nordeste brasileiro em Roraima, pode-se exemplificar a Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thian-

guá, que além de divulgarem a cultura nordestina através da dança desenvolvem um trabalho social reconhecido por toda a comunidade que reside em Boa Vista. Está registrada, legalizada e é uma associação que representa Roraima em competições na Região Norte, com dois grupos de dança ‘Mulheres Rendeiras’ e ‘Quadrilha Cangaceiros do Thianguá’.

A territorialidade também é imposta através da música nordestina com cantores que a divulgam em shows e gravações, como o cantor, compositor e locutor Jataí, que nasceu na Paraíba. Em 1994 veio para Roraima como cinegrafista na TV Macuxi e depois como locutor da Rádio Folha de Boa Vista, que na intenção de desenvolver o lado musical divulga seu perfil carregado num sotaque forte que, segundo o mesmo, diz ser o motor da audiência do programa.

Jataí ressalta o respeito que o roraimense tem para com as pessoas independente da profissão e fala das letras que escreve e musicaliza com uma miscigenação do nordestino que canta as belezas de Roraima, misturadas às belezas nordestinas.

Durante a semana faço um som normal e na sexta feira é pra nordestino e pra quem também simpatiza com trabalho dos nordestinos como Luis Gonzaga, Flávio José. Tem Eliakin cantando, ‘eu tenho o pé do Ceará, o meu avô era de lá’. Tem também o pessoal do Xaxado da Paraíba, que é um grupo que está também fazendo sucesso aqui. (...) Eu gostaria ao longo desse tempo, conviver sempre aqui tentando uma identidade própria para o Roraima musical, assim como caxiri na cuxa. A influência de pessoas de outros estados é muito grande, de modo que fica difícil a identidade própria.

Na declaração de Jataí, fica claro o quanto a cultura roraimense está influenciada pela identidade nordestina, e que esta, como todas se encontram numa constante, onde os sujeitos que compõem o território impõem identidades formando uma nova e híbrida cultura.

A culinária nordestina também está presente em Boa Vista, trata-se de restaurantes exclusivamente de comida nordestina e com caracteres que lembram a cultura. Os restaurantes “O Cangaceiro” e “Maria Bonita” são exemplos que ilustram a territorialidade imposta na paisagem, que desperta a subjetividade de uma comunidade composta em grande parte por nordestinos. Segundo a proprietária do Restaurante ‘O Cangaceiro’, as dificuldades são enfrentadas e vencidas pelos migrantes.

A ideia de ser restaurante nordestino foi porque (...) aqui em Boa Vista tem tanto nordestino (...) a maior população de Boa Vista é nordestino (...) a maioria da clientela é nordestino, mas todo mundo gosta da comida nordestina (...). Tentamos programar um cardápio fazendo pelo dia da semana, mas aqui em Boa Vista é muito difícil. Os fornecedores falham na entrega. Tenho um fornecedor lá na feira do produtor (...) ele é dono do Açougue

Tracema é um nordestino daquele bem nordestino mesmo! A gente compra lá dele sempre carneiro, buchada (...). No nosso cardápio temos sempre carneiro, todo dia temos a farofa de cuscuz, a carne seca com a abóbora, a macaxeira, essas coisas básicas; arroz tipo maria isabel, baião de dois, de vez em quando temos sarapatel (sangue de porco). (...) À noite tentamos atender o nordestino do litoral, o que a gente tem é o caranguejo, mas só o filé do caranguejo. Arroz com caranguejo, risoto de caranguejo e camarão grelhado, tudo de mariscos.

Enfim, a territorialidade social é bastante expressiva em Boa Vista, com uma cultura que em qualquer das formas em que se apresenta, transforma-se em um elo condizente do migrante ao seu meio ambiente ainda que subjetivamente.

Nas mais diversas formas de como essa territorialidade se manifesta, seja no teatro, na música, na culinária, na paisagem urbana, no forte sotaque, há uma representação identitária reproduzindo o espaço, e este por sua vez oferece conforto aqueles que sonham com uma estabilidade e não se amedrontam com as adversidades. Contudo não desprezam as origens, mesmo que estas representam instabilidade, sempre percebendo que na fraternidade do lugar de origem, como numa casa materna, que movida pela angústia da busca inconstante do filho pela sobrevivência não abandona o berço, o território primeiro.

Neste movimento constante em que a própria vida cotidiana se reproduz, sempre haverá novas territorializações dos espaços. É nato do sujeito humano, não importando a origem, sempre carregar consigo as culturas acumuladas e tentar de forma direta ou indireta demarcar fronteiras. Na sociedade moderna, os sujeitos são e estão multiterritorializados, desde a influência transmitida por meio da mídia até aquelas adquiridas nas ‘andanças’ movidas pelo capital.

Considerações Finais

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão dos estudos sobre território, sua variante (multiterritorialidade) e migração, que desenham um novo panorama econômico e cultural no território. A migração como ‘agente’ do processo redimensiona o território, com mudanças nas dimensões de forma simultânea num processo constante, gerando práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores, passando a ser vista, dentro de uma perspectiva histórico-estrutural, pelo aspecto econômico, relacionando-a com outros aspectos macrosociais.

A mobilidade que ocorre entre Nordeste e Roraima é antes de tudo movida pela força de trabalho, onde a acumulação de capital como relação social se configura em condições estruturais, da qual emerge essa mobilidade, produzindo um papel determinante no espaço roraimense, neste caso, fortemente marcado pela presença de nordestinos no conjunto de migrantes.

Portanto, a frequência e o volume da mobilidade existente entre Nordeste e Roraima, revelam a extensão de redes sociais, onde os migrantes passam a viver em Boa Vista numa perspectiva de mudança de sua trajetória, ao mesmo tempo em que cria novos espaços (expansão urbana), reproduz espaços existentes, dando novas configurações no contexto social, através de uma rede formada entre a população nordestina e roraimense, dando ao nordestino o controle *no* espaço e apropriação do território boa-vistense com fatores sociais integrados se destacando na economia e principalmente nos vários setores culturais da sociedade.

Há uma dinâmica simbólica ou “vívida” no território, com uma participação concreta do nordestino, mantendo relações de poder, em determinadas áreas de Boa Vista, onde se pode perceber a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante e toda a sociedade estão mergulhados. Esta multiterritorialidade confirma a hibridização do sujeito, enquanto migrante, reproduzindo o espaço, territorializando sua dimensão funcional e simbólica, numa tendência que cresce sob a fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção do espaço roraimense ocorre de maneira integral.

Qualquer análise de identidade/territorialidade do nordestino passa por implicações econômicas e culturais, e revela a construção de uma identidade para a sociedade roraimense, onde identidades se justapõem, resultando numa multiterritorialidade própria, ainda trabalhada, não definida, vendo que esse processo ainda está por acabar, pois a ocupação total da área ainda está por acontecer.

Sob a luz da subjetividade, o território roraimense é um lugar com dimensões (que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas) em que há uma acoplagem, dinâmica, que faz de Roraima um lugar, onde a memória dos fenômenos culturais nordestinos se expressa no espaço produzido, modificando e sugerindo um território particular onde o nordestino individual ou coletivo (Centro de Tradições Nordestinas e Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá), se exprime transformando Roraima simbólica e concretamente.

Enfim, o nordestino em maior número maranhense, cearense e piauiense, se encontram em todos os setores econômicos da sociedade (a variabilidade está diretamente ligada ao nível de escolaridade), responsáveis pela formação de uma multiter-

ritorialidade e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território (econômico, político e cultural), em Roraima, principalmente na área urbana de Boa Vista absorvida pela população expressa na paisagem urbana (em nome de estabelecimentos comerciais, bairros, grupos folclóricos, de pessoas), havendo dessa forma uma multiterritorialização do espaço roraimense, que se modifica no mesmo instante que conserva a influência de um povo simples, de valores tradicionais do lugar de origem.

Configuram-se, principalmente a partir de 1980, no extremo norte do país, mais uma ocupação de fronteira agrícola, incentivada e direcionada pelo Estado, enquanto poder de tramas nacionais, contudo diferenciada, pela acessibilidade de uma sociedade moderna inserida na diversidade dos meios de comunicações, que se populariza e facilita as redes sociais. É a rede social, formada pelo nordestino, através da migração intra-regional (entre os migrantes que se encontra em Roraima) e inter-regional (migrantes nordestinos de Roraima com os parentes que ainda se encontram na região de origem) o motor diferencial do fluxo ora analisado que contribui, mais uma vez nas pesquisas que formam a dinâmica histórica do país.

O inovador não está no nordestino e sim no redirecionamento da rota, na forma, intensidade e na intencionalidade como ela se desenrola, no novo fator histórico que se desenha em âmbito nacional em que as dinâmicas sociais (econômica, social e cultural) objetivas e subjetivas, de forma integradora e instantânea moldam novas características e articulam novo contexto na dinâmica nacional.

Referências Bibliográficas

BARROS, N. C. de C. A reconversão do 'Eldorado' pela expansão dos serviços das frentes agro-minerais às frentes ecoturísticas na bacia do rio Branco, Roraima, Brasil. Boa Vista. In: Vasconcelos; F. P. (Org.). *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: UECE, v.3. 1998, p. 109-137.

BOA VISTA. Prefeitura Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Pesquisa Qualitativa com Lideranças dos Bairros de Boa Vista. *Relatório*. 2001, 120 f.

_____. Prefeitura Municipal de Boa Vista. Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. Dados Socioeconômicos da População de Boa Vista. *Relatório*. 2003, 30f.

FECOR. INSTITUTO FECOR DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO. Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Censo Cadastro 2000*. Empresas comerciais e prestadoras de serviços de Boa Vista. Boa Vista: IFPD/SENAC/SESC FECOMERCIO-RR, 2000, 20 f.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: *I Seminário Nacional Sobre Multi-*

plas Territorialidades, 2004, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS; ULBRA; AGB, 25 f, 2004a (no prelo).

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004b, 400p.

LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1998.

MASSEY, D. The social organization of migration. *Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico*, Berkeley, University of California Press. 1990, p. 139-171.

VALE, A. L. F. Imigração de nordestinos para Roraima. In: Estudos Avançados. Dossiê Migração. v. 20, n. 57, ago. 2006, p. 255-261. ISSN 0103-4014.

_____. Migração e territorialização: as dinâmicas territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. 2007. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Multiterritorialidade e migração em área de fronteira. In: RODRIGUES, F. S.; PEREIRA, M. C. (Org.) Estudos transdisciplinares na Amazônia Setentrional: fronteiras, migração e políticas públicas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012, p. 102-127.

MIGRAÇÃO E MERCADO LABORAL TRANSNACIONAL: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA VENEZUELA (SANTA ELENA DE UAIREN)¹

As Migrações Internacionais e Mobilidade para o Trabalho

A migração internacional vem ocupando um papel fundamental no contexto da economia globalizada. Por um lado, a crise econômica global reduz o papel da mão-de-obra migrante, por outro, a demanda por mão-de-obra nos países desenvolvidos tem crescido à medida que a economia entra em franca recuperação requerendo mão-de-obra especializada e com domínio de línguas estrangeiras (PETTY, 2010).

Segundo Levy (1974) o processo migratório no Brasil é caracterizado por três momentos distintos. Ressaltamos que antes dos três principais períodos acentuados pela autora, houve a entrada dos portugueses em 1500, e, o tráfico de escravos africanos entre 1550 a 1850, foi adotado como mão-de-obra para atender as demandas econômicas vislumbradas pelos europeus. Podemos inferir que esses eventos dão início à história da migração no Brasil.

A partir da segunda metade do século XIX, a implantação da cultura do café conduziu a uma migração européia. No primeiro fluxo de estrangeiros para o Brasil de 1880 a 1903 entraram 1,9 milhões de europeus, principalmente italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães; na segunda onda que vai de 1904 a 1930 entraram no Brasil outros 2,1 milhões, destacando-se que nesta etapa – em particular no pós Primeira Guerra Mundial – além dos italianos, nota-se a presença de poloneses, russos e romenos; a terceira onda de migrantes estrangeiros vai de 1930-1953 e foi marcada por volumes bastante inferiores de entradas de estrangeiros. No entanto, foi o período das novas migrações, como por exemplo, a chegada dos japoneses

* Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia pela UFRR. Endereço eletrônico: anateixeira09@bol.com.br

1 Este trabalho é fruto de uma pesquisa do Grupo de Estudos GEIFRON, entrevistamos 18 brasileiros que vivem e trabalham em Santa Elena de Uaién.

entre 1932 a 1935; as migrações espanhola, grega e sírio-libanesa entre 1953 e 1960, migrações dirigidas em parte ao setor industrial (LEVY, 1974).

A migração internacional vem conquistando o cenário mundial em decorrência das enormes transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. No que diz respeito ao contexto nacional, a partir das últimas duas décadas do século passado o Brasil começou a se inserir no contexto das migrações internacionais, tanto em fluxos de saídas de brasileiros para o exterior, quanto em relação à entrada de estrangeiros no país (BAENINGER, 2003). O Brasil, por sua vez, passou de um país de imigração a país de emigração.

Segundo Cardoso (2002), o Brasil, em relação ao quadro das migrações internacionais, vem apresentando um contingente significativo na transferência de mão de obra para o exterior. A estagnação econômica brasileira na década de 1980 foi fundamental para a migração brasileira, que ganhou nova entrada da década de 1990, com a abertura econômica e o descrédito em relação às conquistas da redemocratização. A migração de brasileiros para outros países envolve inúmeros desafios: questões relativas à insegurança, às condições de fragilidade, a permanência para trabalhar no país escolhido sem o visto apropriado, seja pelo traslado arriscado como acontece na fronteira entre México e Estados Unidos, ou ainda pelas diferenças culturais e linguísticas com o país de destino, são questões levantadas no estudo sobre migrações internacionais.

Conforme Fusco (2006) o número exato de migrantes que constitui o contingente de brasileiros vivendo em diferentes países, assim como a distribuição proporcional dessa população, é algo difícil para se avaliar com a exatidão necessária. Esse problema existe, devido à falta do controle das instituições ligadas às estatísticas populacionais, que não captam de forma precisa os migrantes residentes em situação irregular. A grande parcela dos migrantes brasileiros não possui a documentação exigida para entrar, permanecer e trabalhar no país de destino. Quando se encontram nessa situação, de maneira geral, os migrantes tendem a não se expor aos levantamentos estatísticos, o que origina uma lacuna para os estudiosos do tema no Brasil.

O relatório de 2009 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) aponta um quantitativo de aproximadamente duzentos milhões de migrantes internacionais no mundo, cujas características relacionam-se à migração de um país em desenvolvimento para outro, ou, entre países desenvolvidos.

Para Lobo (2005), o Brasil se insere em uma dinâmica migratória regional, a migração dos países sul-americanos, essa migração chega a se concentrar na zona fronteira da bacia hidrográfica Paraguai / Brasil e em outras regiões fronteiriças do

Brasil, como a fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru; a fronteira do Amazonas com a Colômbia e o Peru; a fronteira de Roraima com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana; a fronteira do Pará com o Suriname e a Guiana Francesa e a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina.

Essa dinâmica migratória regional, também permite identificar determinadas territorialidades regionais, o que parece ser um reflexo de novos arranjos políticos e econômicos emergentes na América do Sul, bem como de novas alternativas diante dos desafios decorrentes da chamada globalização econômica e da política internacional de direitos humanos adotada em diversos países sul-americanos. A tentativa de integração regional com a criação do MERCOSUL é mais uma aposta nesse sentido (LOBO et al 2008:3).

Com o processo de inserção da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), vem ocorrendo um aumento da integração política e econômica dos países da América do Sul, possibilitando o fortalecimento econômico dos mesmos perante o mercado global. Nesse contexto geopolítico, Roraima se faz importante, à medida que se caracteriza como principal via de acesso terrestre entre Brasil e Venezuela (FARIA, 2010).

O Estado de Roraima localiza-se no extremo norte do Brasil, tem como capital a cidade de Boa Vista, e faz fronteira ao Norte e Nordeste com a Venezuela, ao Leste com a República Cooperativa da Guiana, além de divisas ao Oeste e ao Sul com o Estado do Amazonas e ao Sudeste com o Pará. O que caracteriza um lugar estratégico segundo Fernandes Neto (2003) como a segunda maior concentração de migrantes inter-regionais.

Além disso, Roraima é um estado de múltiplas fronteiras tanto geopolítica como étnica e cultural, portanto, caracterizando-se como um lugar de trânsito e de encontros culturais. O espaço transfronteiriço entre o Brasil e a Venezuela vem sendo modificado em função do processo de globalização e deslocamentos da força de trabalho e mão-de-obra. Na fronteira Brasil-Venezuela a mobilidade de mão-de-obra tem sido uma constante, mas tem se acentuado a partir da década de 1970, principalmente de brasileiros para a Venezuela. Essa dinâmica migratória transfronteiriça esteve, predominantemente, vinculada à atividade de mineração, seja no Brasil, seja na Venezuela (RODRIGUES, 1996).

De acordo com Rodrigues (2009) com o declínio da mineração nos anos 1980 ocasionado, entre outros fatores, pela diminuição da produção, pela queda do preço do ouro e pelo aumento dos custos dos insumos básicos utilizados nesta atividade, tais como combustível, reposição de peças, máquinas, motores e gêneros alimentícios; à demarcação das terras indígenas Yanomami, em 1991, que resultou na des-

truição de pistas de pouso, máquinas e equipamentos e a retirada da área de garimpeiros pela Polícia Federal, teve início na década 2000 e dura até hoje, o processo migratório que não está associado ao declínio da garimpagem.

O movimento migratório na Venezuela passa a caracterizar-se pelo estabelecimento dos brasileiros na área do turismo, e comércio não mais vinculado à mineração, mas na prestação de serviços no setor terciário. Esses brasileiros concentram-se, principalmente, na cidade de Santa Elena de Uairén. De acordo com Cardoso (2002) a busca por trabalho é o maior motivador dos deslocamentos dos brasileiros para a Venezuela, contudo, o pragmatismo que impregna as ações dos diversos atores envolvidos no processo migratório, oculta as intrincadas situações em que os brasileiros deparam-se ao chegar à Venezuela, como a legalização e a regularização para o trabalho.

Segundo Rodrigues (2009) os brasileiros que emigram em busca de trabalho passam por um processo de contato e convivência com outros hábitos e costumes, eles precisam lidar com novos elementos sociais e culturais. A adoção de novos elementos culturais não é tranquila, é até conflituoso.

Nesse processo de contato os brasileiros adquirem novos elementos culturais imprescindíveis para a vivência no lugar. O sujeito tece novas maneiras para construir uma vida em comum e ser aceito pelo outro. Dessa maneira, se pressupõe que o lugar de destino, ou seja, o mercado de trabalho se torna mais acessível.

A importância das Redes Sociais nos Processos Migratórios

Entendemos a migração como um processo social e em rede, que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse processo gera muitas relações e é condicionado por elas, as redes migratórias.

As unidades efetivas da migração não são nem indivíduos, nem famílias, mas conjuntos de pessoas conectadas por laços de amizade, parentesco ou trabalho (SOARES, 2003). E assim, o processo social da migração pode ser entendido como sendo organizado por meio de redes. Soares destaca muito bem o processo das redes migratórias

A teia de relações sociais interligadas, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de comportamentos determinados, que apóia o movimento de pessoas, bens e informações, que une migrantes e não-migrantes, que liga comunidades de origem a lugares específicos das sociedades de destino, constitui a rede migratória. Essa rede tende a se tornar auto-suficiente com o tempo, por causa do capital social acumulado, que faculta aos

migrantes em potencial contatos pessoais com parentes, amigos e conterrâneos, além de oportunidades de emprego, hospedagem e assistência financeira no destino. (2004:106).

A noção de rede migratória surge, então, do entendimento de que as redes sociais são de grande importância para o estudo das migrações. Elas se configuram como um tipo específico de rede social, que não apenas agrega redes sociais existentes como estimula a criação de outras, formando o que poderia chamar rede de redes, sendo que, estas redes proporcionam tanto funções como a viabilização de trabalho, hospedagem como de ligação com a terra natal, fazendo com que a conexão entre os dois lugares se configure como local de memória e de reafirmação da identidade de origem. (NETO & NAZARETH, 2009).

As relações que ligam os migrantes aos que permaneceram em suas regiões de origem são de importância fundamental para a compreensão dos mecanismos que intensificam os fluxos entre determinadas regiões e das estratégias utilizadas pelos migrantes que compõem as redes.

A escolha do destino migratório, geralmente, é determinada pela existência de um grupo de conterrâneos ou fluxos migratórios que se estabelecem. Se o migrante não estiver inserido na rede migratória, ou aos laços de conexões que permitem acionar essa rede migratória, é pouco provável que a migração se dê; é preciso que o migrante tenha os laços “certos” com os sujeitos “certos”. A migração internacional depende do perfil das conexões da rede social da qual toma parte o sujeito, depende da posição estrutural que os fluxos “relacionais” conferem a ele nessa rede social, isto é, a rede da qual o sujeito participa deve comportar vínculos que o inscreva na rede migratória internacional para a consecução da migração (SOARES, 2002).

Novas perspectivas de trabalho na fronteira: A realidade de Brasileiros em Uairén (Venezuela)

A motivação para viver em outro país é a de trabalhar, ganhar dinheiro e melhorar as condições de vida. São esses aspectos que organizam o discurso dos migrantes brasileiros que vivem em Santa Elena de Uairén, Venezuela. Neste sentido, torna-se importante compreender o quadro geral da situação econômica dos municípios de Pacaraima e Santa Elena e as perspectivas de mercado de trabalho.

A população de Roraima, conforme o Censo Demográfico de 2010 alcançou o número de 450.479 habitantes. É um dos estados de menor densidade populacional. O PIB é um dos menores do país, porém, manteve um desempenho crescente, si-

tuando em 14º lugar e em 3º da região norte. (SEPLAN COGEPE, 2011p. 31). De acordo com a SEPLAN, (2011) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Roraima passou de 0,746 em 2000, para 0,750 em 2005. A estrutura econômica de Roraima se divide nos setores primário, secundário e terciário, no entanto, é a administração pública que detém a maior participação no PIB do Estado. A maioria dos municípios tem o serviço público como maior empregador no mercado de trabalho formal.

O município de Pacaraima está localizado ao Norte do Estado de Roraima, limita-se ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela. A história do município de Pacaraima formou-se inicialmente com a implantação de um pelotão do exército chamado marco BV-8, que hoje é o centro do município. Pacaraima foi criado em 1995, porém, sua inauguração só aconteceu em 1997 com a posse do primeiro prefeito. Situada dentro dos limites da terra Indígena de São Marcos e Raposa Serra do Sol, destacam-se as etnias Macuxi, Wapixana e Taurepang. O município de Pacaraima possui uma área territorial de 8.028,43 Km² que corresponde a 3,58 % do território de Roraima (SEPLAN, 2010).

Conforme, os dados do IBGE (2010), Pacaraima possui uma população de aproximadamente de 10.448 habitantes e uma densidade demográfica de 1,30 habitantes/km². Um índice de desenvolvimento humano médio de 0,607 (IDH, 2000). E ocupando o 8º lugar no ranking do PIB dos municípios do Estado de Roraima.

Já a participação da Administração Pública no PIB do município foi de 49,50% no ano de 2008, o que corresponde a aproximadamente R\$ 88 milhões. Quanto aos principais produtos importados destacam-se ferro para construção civil e cimento. A atividade agrícola baseia-se no cultivo de arroz, feijão e milho (IBGE, 2007) e o comércio realizado com a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. (SEPLAN, 2010)

Por ser área de fronteira, a segurança é mantida por um pelotão especial de fronteiras, subordinado à 1ª Brigada de Infantaria de Selva de Boa Vista, e possui posto da Polícia Federal e da Receita Federal e Estadual. O funcionalismo público também o principal subsetor da economia da cidade. O comércio é, ainda, predominante pensado para atender o turismo.

A maioria da população, no entanto, seguindo o padrão de tantas pequenas cidades se enquadra no mercado de trabalho informal que é significativo, tanto por brasileiros, como por venezuelanos que montam suas barracas na Rua Suapi, via principal da cidade, onde se localiza o centro comercial.

De acordo com Pimentel e Oliveira (1997) o município fronteiriço também é marcado por intensos fluxos de entrada e saída de pessoas que se deslocam para a cidade de Santa Elena de Uairén para realizarem compras no centro comercial da cidade venezuelana, maximizando as interações entre as pessoas. Os fluxos diários contribuem para que os taxistas adquiram laços sociais com os fiscais da fronteira, pois efetuam traslado de pessoas cotidianamente. Isso facilita a estratégia de entrada ilegal na Venezuela.

A facilidade da travessia acaba contribuindo, de certa forma, para a prática de atividades ilícitas, como ressalta Rodrigues:

uma das características desse movimento migratório fronteiriço é o trânsito de pessoas ilegais e indocumentadas. Para cruzar a fronteira, não é necessário passaporte, mas apenas um documento de identidade e o cartão de vacina. [...] por isso, o acesso via terrestre é fácil devido a pouca fiscalização que favorecem o fluxo de migrantes ilegais que cruzam a fronteira tanto para se estabelecerem em Boa Vista e Pacaraima como em Santa Elena e outras cidades vizinhas na Venezuela (2006, p.201).

O Estado de Bolívar é o maior estado da República Bolivariana da Venezuela e abrange uma área de 240.528 Km², o que representa 26,24% do total nacional, está localizado no sudeste da Venezuela. Situa-se às margens do rio Orinoco, localizando-se a 742 km de Santa Elena de Uairén, cidade fronteiriça com o Brasil. A população é de 1.410.964 habitantes, conforme o Censo de INE¹ de 2011. A principal atividade econômica do estado de Bolívar é representada pelos setores secundário e terciário. No setor primário as principais produções são na agricultura com o milho, mandioca, batata doce, banana, cana, arroz, e caju. A criação de animais é composta pela suína. Já no setor secundário é o a indústria, destacam-se os minerais, e a produção de aço, ferro, bauxita. O setor terciário tem o turismo como um dos responsáveis pelo movimento da economia da cidade. O PIB² (2011) do estado Bolívar está estimado em 14.435 milhões e com PIB *per capita* de US\$ 9.405 e um IDH 0, 8123 alto ficando em 10º lugar.

A cidade de Santa Elena de Uairén é a capital do município da Gran Sabana e está localizada no sudeste da Venezuela, no Estado Bolívar, cerca de 15 km da fronteira com o Brasil. A cidade conta com serviços e comércio onde se podem adquirir bens das mais diversas ordens, principalmente os industrializados. A economia de Santa Elena gira em torno do comércio, bem como do setor turístico que vem se incrementando.

1 Instituto Nacional de Estatística da Venezuela. 2012.

2 Disponível: [http://es.wikipedia.org/wiki/Bol%C3%ADvar_\(estado\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Bol%C3%ADvar_(estado)). Acessado dia 20 de julho de 2012.

A migração de brasileiros para a Venezuela é motivada pela busca de mudança e melhoria na qualidade de vida. No relatório do PNUD (2009), a migração laboral aparece como sonho de construir uma nova vida. No entanto, esse processo de deslocamento nem sempre é fácil, há custos iniciais elevados e os benefícios não são imediatos, por exemplo, as recompensas no mercado do trabalho tendem a melhorar com o tempo à medida que se aprende e reconhece as especificidades de qualificação de cada país. Todavia, as dificuldades surgem com maior intensidade principalmente quando este migrante se depara com a exigência do mercado de trabalho. Comumente, os países desenvolvidos procuram profissionais qualificados, oferecendo pouca oportunidade de emprego para mão de obra não qualificada, ou seja, os empregos considerados ruins em setores como a agricultura, construção, serviços domésticos, hotelaria, são procurados por trabalhadores “irregulares” e mão de obra não qualificada.

No entanto, existem países receptivos, por exemplo, a Venezuela, que procuram maneiras de solucionar o problema da migração “irregular” criando sistemas de migração temporária que permitem a entrada de trabalhadores no país para ocuparem um posto específico durante um período de tempo determinado, ou seja, período que deverão voltar para seu país de origem.

Na República Bolivariana da Venezuela, a Ley Orgânica del Trabajo nasceu a partir da publicação da lei do trabalho no ano de 1928, porém, foi promulgada no ano de 1936, estabelecendo normas que regem os direitos e obrigações do trabalho.

A evolução da legislação trabalhista Venezuelana foi executada em paralelo com a história das lutas sociais dos trabalhadores na Venezuela. Entretanto, esta lei permaneceu por quase 55 anos, durante o qual ela foi submetida a sucessivas reformas parciais nos anos 1945, 1947, 1966, 1974 e 1983, passando por uma evolução substancial em 1991. Assim, a lei do trabalho surgiu a partir das contradições que surgiram com o modelo neoliberal. Após o avanço das políticas neoliberais uma grande reforma da Lei do Trabalho, foi promulgada, em 1997, uma das mais importantes conquistas da classe trabalhadora venezuela (VENEZUELA, 2012).

O quadro da legislação logo, abaixo, mostra algumas transformações da legislação trabalhista, um exemplo é a jornada de trabalho em 1997 que era de 44 horas e agora são 40 horas em 2012; a licença maternidade que era 18 semanas em 1997 agora em 2012 representa 26 semanas; ou seja, Venezuela surpreendeu muitos países, com essas mudanças.

Quadro das Legislações Trabalhistas da Venezuela 1997 e 2012

<p align="center"><i>1997- Ley Orgánica del Trabajo</i></p> <p>Art.1º. Esta Ley regirá las situaciones y relaciones jurídicas derivadas del trabajo como hecho social.</p> <p>Art.2º. El Estado protegerá y enaltecerá el trabajo, amparará la dignidad de la persona humana del trabajador y dictará normas para el mejor cumplimiento de su función como factor de desarrollo, bajo la inspiración de la justicia social y de la equidad.</p>	<p align="center"><i>2012-Ley Orgánica del Trabajo</i></p> <p>Disposiciones Generales Objeto de la Ley Artículo 1 Esta Ley, tiene por objeto proteger al trabajo como hecho social y garantizar los derechos de los trabajadores y de las trabajadoras, creadores de la riqueza socialmente producida y sujetos rotagónicos de los procesos de educación y trabajo para alcanzar los fines del Estado democrático y social de derecho y de justicia, de conformidad con la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela y el pensamiento del padre de la patria Simón Bolívar.</p>
<p align="center"><i>De la protección laboral de la maternidad y la familia</i></p> <p>Art. 385. La trabajadora en estado de gravidez tendrá derecho a un descanso durante seis (6) semanas antes del parto y doce (12) semanas después, o por un tiempo mayor a causa de una enfermedad que según dictamen médico sea consecuencia del embarazo o del parto y que la incapacite para el trabajo.</p>	<p align="center"><i>De la protección laboral de la maternidad y la familia</i></p> <p>Art. 340. La trabajadora a quien se le conceda la adopción de un niño o niña menor de tres años, tendrá derecho a un descanso de maternidad remunerado, durante un periodo de 26 semanas contadas a partir de la fecha en que le sea dado o dada en colocación Artículo 340. La trabajadora a quien se le conceda la adopción de un niño o niña menor de tres años, tendrá derecho a un descanso de maternidad remunerado, durante un periodo de 26 semanas contadas a partir de la fecha en que le sea dado o dada en colocación</p>
<p align="center"><i>Del trabajo de los menores y de los aprendices</i></p> <p>Se prohíbe el trabajo de menores que no hayan cumplido catorce (14) años de edad, en empresas, establecimientos, explotaciones industriales, comerciales o mineras. La infracción de esta norma acarreará las sanciones legales, pero en ningún caso el menor perderá su derecho a las remuneraciones y prestaciones que por el trabajo realizado corresponderían a una persona hábil.</p>	<p align="center"><i>Del Trabajo de los Menores y de los Aprendices</i></p> <p>Art. 32. Se prohíbe el trabajo de niños, niñas y adolescentes, que no hayan cumplido 14 años de edad, salvo cuando se trate de actividades artísticas y culturales y hayan sido autorizados por el órgano competente para la protección de niños, niñas y adolescentes. El Estado, las familias y la sociedad asegurarán, con prioridad absoluta, su protección integral.</p>

<p><i>De la Prescripción de las Acciones</i></p> <p>Art. 63. En los casos de terminación de la relación de trabajo, el lapso de un (1) año para reclamarlas cantidades que puedan corresponder a los trabajadores por concepto de su participación en los beneficios del último año de servicio, se contará a partir de la fecha en la cual sea exigible tal beneficio de conformidad con lo dispuesto en el artículo 180 de esta Ley.</p>	<p><i>De la Prescripción de las Acciones</i></p> <p>Art. 141. Todos los trabajadores y trabajadoras tienen derecho a prestaciones sociales que les recompensen la antigüedad en el servicio y los ampare en caso de cesantía. El régimen de prestaciones sociales regulado en la presente Ley establece el pago de este derecho de forma proporcional al tiempo de servicio, calculado con el último salario devengado por el trabajador o trabajadora al finalizar la relación laboral, garantizando la intangibilidad y progresividad de los derechos laborales. Las prestaciones sociales son créditos laborales de exigibilidad inmediata. Toda mora en su pago genera intereses, los cuales constituyen deudas de valor y gozan de los mismos privilegios y garantías de la deuda principal.</p>
<p><i>De la Jornada de Trabajo</i></p> <p>Art. 195. Salvo las excepciones previstas en esta Ley, la jornada diurna no podrá exceder de ocho (8) horas diarias, ni de cuarenta y cuatro (44) semanales; la jornada nocturna no podrá exceder de siete (7) horas diarias, ni de cuarenta (40) semanales; y la jornada mixta no podrá exceder de siete (7) y media (1/2) horas por día, ni de cuarenta y dos (42) por semana. Se considera como jornada diurna la cumplida entre las 5:00 a.m. y las 7:00 p.m.</p>	<p><i>De la jornada de Trabajo</i></p> <p>Art.173. La jornada de trabajo no excederá de cinco días a la semana y el trabajador o trabajadora tendrá derecho a dos días de descanso, continuos y remunerados durante cada semana de labor. La jornada de trabajo se realizará dentro de los siguientes límites: 1- La jornada diurna, comprendida entre las 5:00 a.m. y las 7:00 p.m., no podrá exceder de ocho horas diarias ni de cuarenta horas semanales (40).</p>

Fonte:(VENEZUELA,2007; 2012).

Na Venezuela as condições de trabalho são favoráveis para os brasileiros que estão legalizados, eles gozam dos mesmos direitos trabalhistas e sociais que os venezuelanos. Quanto os trabalhadores migrantes, em situação irregular, ele têm mais dificuldade em acessar aos serviços sociais (escolas, centros de saúde, pensões) e encontram-se mais expostos a pressões e a violências por parte da polícia.

A maioria dos brasileiros que imigraram para Santa Elena de Uairén estão inseridos no subsetor econômico de prestação de serviços, como salão de beleza, serviços de táxi, restaurante, etc. A relação de trabalho predominante é o de empregados/ assalariados, cujas principais funções são as vendedores e atendentes de consultório.

A Ley Orgânica del Trabajo é percebida pelos brasileiros que vivem em Santa Elena de Uairén como um avanço, no entanto, há alguns patrões que não a respeitam. Um dos entrevistados, narrou que “recebe todos os seus direitos trabalhistas” e que “o empregador usa no lugar da carteira de trabalho uma tarjeta ou cartão de saúde na qual é anotado todo o histórico desse empregado ate o dia que ele sair do emprego”. No entanto, outros relatos negaram que recebe todos os direitos trabalhistas. Outro dos nossos entrevistados afirmou que, “na Venezuela os venezuelanos não pagam os direitos trabalhistas”. Narrou que, quando os trabalhadores são demitidos, sendo brasileiro, o empregador não lhe paga o que deve e que não adianta reclamar na justiça. Muitos disseram que a garantia dos direitos trabalhistas depende muito de quem é o patrão e da negociação que se faz na hora de acertar o trabalho.

Alguns brasileiros trabalham com patrões brasileiros que, aliás, preferem contratar brasileiros por considerar que os mesmos são mais trabalhadores que os venezuelanos. A relação de trabalho com os patrões venezuelanos é analisada de forma negativa, uma vez que consideram que por serem estrangeiros recebem tratamento diferenciado e desta forma, os patrões determinam quais direitos e garantias devem ser “dados” ao trabalhador brasileiro. É evidente que esta situação ocorre, principalmente, com aqueles que estão indocumentados e que, por isso, não podem denunciar os abusos dos patrões. O desemprego é sempre uma grande preocupação tanto no lugar de origem ou no de destino, principalmente àqueles com pouca qualificação para o mercado de trabalho. Esses condicionantes, muitas vezes, fazem com que esse trabalhador se submeta a qualquer trabalho e salário para poder sobreviver. Estes imigrantes são de certa maneira marginalizados.

É preciso negociar com o patrão para se trabalhar em situação irregular, essa negociação acaba por responsabilizar o empregado para qualquer risco de o empregador ser multado. Além de que, esse empregado muitas vezes desempenha mais de uma função, como observamos uma funcionária que em uma loja era depositora (estoquista ou almoxarife) e vendedora ao mesmo tempo. Para desempenhar as duas funções ela recebia apenas o salário de um trabalhador que era de BF\$ 2.500 (dois mil e quinhentos bolívares) ou o equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) no cambio paralelo de 2011.

Essa situação de extrema exploração ocorre, entre outras coisas, devido à situação de irregularidade. Essa situação os torna vítimas de discriminações no trabalho. Certos empregadores aproveitam para lhes impor condições de trabalho mais desfavoráveis (salário inferior ao salário, mínimas horas extraordinárias não pagas, trabalhos perigosos, proibição a sindicalização, etc.).

A OIT estabelece que, “os direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias não têm sido suficientemente reconhecidos em todo o mundo, devendo, por este motivo, beneficiar-se de uma proteção internacional adequada”. Ademais desta Convenção, também tem uma legislação de proteção ao trabalhador migrante a Convenção 97. Segundo o PNUD (2009, p.101),

Garantir os direitos aos trabalhadores tem sido um apelo recorrente em todos os fóruns globais, tal como ilustram as declarações das organizações da sociedade civil no fórum mundial sobre Migração e Desenvolvimento de 2008 realizado em Manila. Porém, é também claro que o maior problema não é a falta de um sistema legal para a proteção de direitos – mas antes a sua eficaz implementação.

Segundo estimativas do Ministério de Relações Exteriores, em 2008 havia 11.288 brasileiros vivendo na Venezuela e em 2011 já eram 26.000 brasileiros (MRE, 2011). Não há dados formais sobre o quantitativo de brasileiros em Santa Elena, mas, basta circularmos pela cidade para percebermos a presença marcante desta nacionalidade aos comerciantes da cidade.

Segundo a Organização Social do Trabalho (OIT), os benefícios da migração são inseparáveis da proteção dos direitos dos migrantes, porque os trabalhadores migrantes contribuirão mais para o desenvolvimento econômico e social dos países de acolhimento e de origem, que usufruem das condições de trabalho dignas e seus direitos humanos e laborais respeitados. Deste modo, a migração significa tanto um ato de rompimento com a origem, quanto de afirmação dessa mesma origem. Afinal, é dela que surgem as condições básicas para o indivíduo partir. O migrante, na sua movimentação, tem como impulso a necessidade de melhorar de vida.

Considerações Finais

A migração de brasileiros para outros países, principalmente para aqueles com os quais o Brasil faz fronteira tem crescido nas últimas décadas. Dentre estes países esta a Venezuela que tem atraído brasileiros por diversos. A migração é um processo que acarreta inúmeros desafios para a maioria que decide viver fora do Brasil. Desta forma, é possível afirmar que os principais aspectos da migração laboral de brasileiros para a Venezuela é similar à grande parte das migrações, ou seja, a possibilidade de uma vida melhor e de ascensão social. A decisão de onde e quando migrar depende de vários fatores, mas, dentre eles se destaca um fundamental que é a rede migratória ou social. Deixar a família, os amigos, suas raízes, adaptar-se a outra cultura torna-se algo desafiador. O sujeito que migra, parte em busca de melhores

oportunidades existentes nos países de destinos procurando, com isso, benefícios para si e para a sua família que, frequentemente, os acompanha ou os segue.

A migração envolve um custo financeiro, tais como despesas de passagens, mas, também implica viver numa cultura diferente e deixar para trás todos os laços de afeto, de amizades e de relações pessoais. A migração significa, para muitas pessoas, um recomeço que é movido pelo sonho de construir uma nova vida. No entanto, esse processo migratório nem sempre é fácil. Ele tem custos iniciais elevados e os benefícios poderão levar algum tempo a surgir. Por exemplo, as recompensas no mercado do trabalho tendem a melhorar significativamente com o tempo à medida que se apreende e reconhece as especificidades de qualificação de cada país.

Este trabalho demonstrou que muitos brasileiros que migraram para a Venezuela estão inseridos no subsetor econômico de prestação de serviços, como salão de beleza, restaurante, etc. A relação de trabalho predominante é o de empregados/assalariados, cujas principais funções são as de vendedores e atendentes de consultório.

A legislação trabalhista na Venezuela é favorável ao trabalhador, mas, por serem estrangeiros e, em maior parte, estarem no país de forma irregular os brasileiros não tem acesso aos benefícios da lei. Os tratados internacionais de proteção dos trabalhadores são necessários, no entanto, carecem ainda, de aplicabilidade junto aos países receptores de migrantes. Torna-se fundamental a atenção dos países para as medidas de acolhida aos estrangeiros, uma vez que eles também contribuem para o fortalecimento e desenvolvimento do lugar ao qual escolheu.

Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. O Brasil na rota das migrações internacionais recentes. Campinas SP, Jornal da Unicamp. Edição 226, 25 a 31 de agosto de 2003. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2003/ju226pg2b.html acesso dia 15 de Março de 2012.

CARDOSO, Arnaldo Francisco, Migrações Internacionais: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra, São Paulo, Perspectiva. Vol.16, n. 2, 2002 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000200013> Acesso em: 06 de Março de 2012.

FARIA, Ana Carolina Viana. Fronteira Brasil-Venezuela: relações bilaterais entre os estados de Roraima e Bolívia. 2010 Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

FERNANDES NETO, Pedro. Caracterização Geográfica da Faixa de Fronteira Continental Norte do Brasil. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.

FUSCO, Wilson. Conexão Origem-Destino: Migrantes brasileiros no exterior. Trabalho apresentado no

XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso dia 22 de abril de 2012.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872 A 1972). Rev. Saúde Pública. São Paulo, 1974, p. 49-90.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo; TEIXEIRA, Rodrigo. Novas Territorialidades e a mobilidade espacial dos migrantes procedentes do Paraguai residentes no Brasil. III Congresso da Associação Latino Americana de População. Córdoba – Argentina, Setembro, 2008.

NETO, D'Avila, M. I. . NAZARETH, J. Redes Sociais nas Experiências Migratórias de Mulheres Nordestinas. Apresentação de Trabalho XVENABRAPSO /Simpósio EICOS/ UFRJ 2009. Disponível: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/315.%20redes%20sociais%20na%20experi%C3%Aancia%20migrat%20ria%20de%20mulheres%20nordestinas.pdf. Acesso dia: 19 de abril de 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Fórum da OIT sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa, Lisboa, 31 de Outubro–2 de Novembro de 2007.

PIMENTEL, Geysa Alves; OLIVEIRA, Rafael da Silva. Tráfico de Mulheres para fins exploração sexual na fronteira Brasil-Venezuela: O caso da BR 174. Organizado pelo grupo de pesquisa sobre violência, Exploração Sexual e Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes- VIOLES/ SER/Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

PETTY, Martin. Migrantes são vitais para a recuperação econômica, diz PNUD. Disponível em. www.estadao.com.br/Internacional. Acesso em: 29 de julho de 2010.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humano. PNUD/IPAD. Relatório. Coimbra/Portugal: Edições Almedina, 2009.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica. Dissertação (mestrado). PLADES\NAEA\UFPA. Belém, 1996.

_____. Migração para o trabalho: Uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Helena do Uairén (Estado Bolívar-Venezuela). Recife-PE: XIV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA, CGES/SEPLAN Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista-RR 2010/ Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas. 1ª edição Boa Vista, RR, 2010.68P.

SOARES, Weber. Para Além da Concepção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

_____. Análise das redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. Campinas: Revista Brasileira Estudos Populacionais, v. 21. n.1. pp.101-116, jan-jun de 2004.

INDÍGENAS URBANOS DE BOA VISTA/RR: ASPECTOS DE MIGRAÇÃO E ESTADO DE POBREZA

1 Introdução

A presença de indígenas nas cidades constitui-se em um fenômeno caracterizado por uma inserção marcadamente periférica, constituindo uma população esquecida e invisível, convivendo com o fenômeno da exclusão econômica, social e moral, ainda sendo alvo de forte discriminação (FERRI, 1990; NAMEN *et al*, 1999; BAINES, 2001; BRAZ, 2003).

Em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, esta população tem crescido muito. Segundo Silveira e Souza (2011), contabilizou-se em 2008 uma população indígena residente na ordem de 13 %, fazendo que essa capital figure, proporcionalmente, como a mais indígena do país. As pesquisas demonstram que a grave situação socioeconômica perdura na realidade desta população. Ferri (1990, p. 57), observou que “a situação de precariedade é característica dos indígenas em Boa Vista, tanto na primeira como na segunda geração”. Braz (2003, p. 153), destacou dentre os que pedem auxílio, “gente pobre, de rosto sofrido, sem e nenhuma perspectiva de vida. Gente com rosto indígena”.

Todavia, pesquisas recentes, mostram que a situação continua muito semelhante, senão igual ou pior. Souza e Repetto (2007), constatam bairros, geralmente de invasão, com graves problemas de infraestrutura e saneamento básico, inclusive na qualidade da água, com elevado número de famílias indígenas em situações socialmente agravantes.

Entretanto, o fato de os indígenas morarem em cidades tem sido equivocadamente compreendido como um indicador do desejo de eles não quererem conservar sua condição indígena, deduzindo-se automaticamente a renúncia à proteção já ga-

* Licenciada em Matemática (UFRR) e Mestre em Economia (UFRGS). Professora formadora Centro de Formação dos Profissionais de Educação de Roraima (CEFORR). Email anahildarr@hotmail.com

rantida pela legislação. Em geral, a tentativa dos indígenas da cidade de fazer valer os seus direitos acaba por resultar em diversos tipos de preconceito e discriminação, que desqualificam suas pretensões, quando lhes nega a condição de indígenas e, mesmo quando esse reconhecimento acontece, ele não é traduzido em garantia dos direitos correspondentes.

Frente a este contexto, essa pesquisa busca investigar quais os motivos que levam os indígenas a migrarem para os centros urbanos e como estes se encontram na cidade. Ademais, por apresentar uma relação com dados empíricos sobre os indígenas urbanos, favorece articulação entre realidade e ciência, viabilizando uma melhor compreensão e explicação do fenômeno. Enquanto tese normativa, influencia uma discussão nas esferas pública e privada, movimentando atores políticos e sociais com ações para pontos de estabilidade, de justiça, de melhor distribuição, elementos fundamentais à qualidade da vida.

2 Breve abordagem sobre as migrações indígenas

A migração constitui-se em movimentos de pessoas de um país a outro, ou dum lugar geográfico a outro dentro dum mesmo país, com mudança de residência (INE, 2008). Golgher (2004, p. 7) aponta que “no primeiro caso trata-se de migração internacional”, já no segundo “tem-se a migração interna”.

As migrações ocorrem por um conjunto de razões, que combinam dificuldades no local de origem e expectativas em relação ao local de destino. Com relação ao fenômeno do fluxo migratório dos indígenas para as cidades, estudos apontam que o contexto motivacional, está mediado por valores e normas peculiares da situação de contato com a sociedade.

Assim, para efeito deste estudo, tem-se a figura do indígena como um imigrante em processo de migração interna. Embora, havendo alguns indígenas de países fronteiriços como República Cooperativa da Guyana e República Bolivariana da Venezuela, que também se fixaram em Boa Vista (NAMEM *et al*, 1999), este deslocamento tem um aspecto interno, haja vista que para esses povos autóctones que habitam esta região não existe a imposição de uma fronteira internacional (BAINES, 2007).

Ademais existem redes de parentesco que se ramificam entre as aldeias nos três lados da fronteira, por dentro destes Estados nacionais e por toda a região do lavrado “buscando oportunidades que já não conseguem vislumbrar em seus lugares de origem” (SOUZA e SILVA, 2006, p. 17).

Em função desta expectativa, o centro urbano se configura como um atrativo, por oferecer o ilusório fácil acesso aos bens de consumo, de circulação de merca-

doria e dinheiro, para quem busca um melhor nível de vida e que a cidade parece prometer. Destarte, Golgher (2004, p. 37) observa que “pensar em migrantes no Brasil é ter em mente pessoas de baixa renda fugindo de precárias condições de vida em sua terra natal”.

3 Abordagem interdisciplinas dos Indígenas Urbanos

Uma vez inseridos em situações de contato interétnico, em relações sociais com segmentos da sociedade urbana, os indígenas alteram seu comportamento cultural e social, o que a antropologia aborda como o sincretismo e hibridação cultural (CANCLINE, 1998). Já Baines (2001), aponta que essas relações são desmedidamente desiguais, e merecem atenção especial frente a sua vulnerabilidade a pressões econômicas e políticas.

Cancline (1998), observa que em todas as culturas há “arames rígidos” equivalentes aos elementos que caracterizam uma cultura: o que existe que a diferencia das demais, o que a torna singular. Já os “arames caídos”, pode-se referir àqueles elementos que estão disponíveis a se misturar culturalmente. Embora o indígena, em contato com a cidade, procura enveredar por um caminho de transformações, alguns elementos de sua cultura (os arames rígidos) são inegociáveis e permanecem como elementos distintos de identidade desse grupo.

Uma retrospectiva histórica da colonização da região, contribui na aceção do conhecimento do papel que os indígenas exerceram neste processo, e, se torna fundamental para a valorização desse povo e no combate ao preconceito. A colonização do estado de Roraima ocorreu semelhante a do Brasil. Haja vista que, no processo de preservar a fronteira do extremo Norte de invasões estrangeiras, os conflitos entre portugueses, espanhóis e holandeses, deram origem a uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora na região, onde os povos indígenas foram atingidos com a captura em prol da construção dos empreendimentos militares, além de enfrentarem políticas de invasão e ocupação dos seus territórios (BARBOSA, 1993).

A partir das interações que ocorrem na vida em sociedade, uma abordagem sociológica levanta reflexões teóricas acerca das relações e laços de interdependência humana, mediada pelas relações de mercado. Neste contexto, Weber (1994) traz à luz uma forma por excelência de “socialização entre estranhos”. Haja vista, que quando o indígena é inserido no ambiente urbano passa a ser um demandante e/ou ofertante, na dinâmica do mercado, numa troca interétnica de objetos, serviços e alimentos.

Weber (1994, p. 419) fala claramente de “comunidade de mercado”. O autor aborda o fato de cada troca ser caracterizada como uma relação associativa, que se esgota no interesse que cada uma das partes deve ter no bem trocado, ou seja, cada uma das partes constitui uma sociedade efêmera, que se extingue no ato da troca. Dessa forma, reconhece-se, de saída, que os dois participantes de uma troca não precisam se importar um com o bem-estar do outro.

Uma abordagem econômica sobre falhas de mercado com informação assimétrica, identificável no contexto econômico dos indígenas urbanos, contribui no sentido de apontar como proceder frente à realidades onde o sistema de mercado se torna incapaz de garantir justiça social e melhoria da distribuição de renda.

Segundo uma linguagem simples, fala-se de assimetria na informação como um fenômeno que ocorre quando dois ou mais agentes econômicos estabelecem entre si uma transação econômica com uma das partes envolvidas detendo informações qualitativas ou quantitativamente superiores aos da outra parte. Neste sentido, Mankiw (2007, p. 484), sublinha “uma diferença de acesso a conhecimento relevante é chamada de Informação Assimétrica”.

Assim, os indígenas urbanos, sem conhecimento e experiência com a economia de mercado, passam a ser vítimas consequentes da assimetria de informação nas operações que fazem parte de sua vida econômica. Verifica-se que a intervenção do Estado é fundamental, inclusive para garantir o próprio funcionamento do mercado, segundo Mankiw (2007), leis que devem ser respeitadas por todos. Acrescentadas ao fornecimento de bens públicos como a educação, a qualificação profissional, o apoio aos pequenos negócios e as ações compensatórias para os segmentos sociais pobres, marginalizados e excluídos.

4 Abordagem sobre Pobreza e Renda

Os temas pobreza e desigualdade têm aparecido como temas importantes, principalmente em economias com desigualdades socioeconômicas significativas. Formam um dos traços estruturais mais perversos da sociedade brasileira, não se restringindo somente às áreas rurais. Estão presentes também na periferia das grandes cidades, em verdadeiros cinturões que reúnem milhões de pessoas em situação de precariedade e exclusão.

A pobreza aqui, será dimensionada na desigualdade na distribuição de renda, visando compreender melhor as situações de pobreza a que estão submetidos os indígenas urbanos de Boa Vista. Entretanto padrões culturais e sociais relativizam a

situação de pobreza. Assim, essa variável, em se tratando de povos indígenas, deve ser analisada com ressalva.

De acordo com o escritor indígena Daniel Munduruku (*apud* GOIS, 2005), ao avaliar o conceito de pobreza e desenvolvimento urbano em comunidades tradicionais, adverte que pode ser empregado a populações indígenas urbanas, mas não pode ser aplicado sem tratamento crítico aos indígenas que vivem em aldeias.

Neste sentido, do ponto de vista de uma economia monetária e de mercado, o autor acrescenta “se você pesquisar uma aldeia apenas pelo critério de renda, chegará a conclusão de que aquele é um lugar de muita miséria, porém há de se considerar que o povo indígena sempre viveu com muito pouco” (MUNDURUKU, *apud* GOIS, 2005). Aqui o autor se refere à economia de subsistência nas aldeias que tinha os recursos naturais de forma abundante.

Frente a esse contexto, faz-se importante trazer algumas definições sobre quem pode ser considerado pobre. Romão (1993) alerta para a complexidade que envolve o conceito de pobreza, com diferentes percepções e conceituações deste fenômeno. Conclui que o conceito de pobreza guarda uma estreita relação com a noção de desigualdade, embora não devam ser tratados como sinônimos.

De acordo com o relatório sobre pobreza rural elaborado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA, 2000), a condição de pobreza pode ser definida, de uma forma mais abrangente, como um fenômeno multidimensional, com aspectos culturais, sociais e econômicos. Assim se caracterizam pela exclusão e discriminação devida a origem étnica ou ao gênero, carência ou acesso limitado a serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas das famílias e níveis de renda inferiores à quantidade mínima necessária para obter um conjunto básico de bens e serviços para a família, incluindo os alimentos.

Embora havendo dificuldades a serem consideradas no aspecto metodológico, para se definir quem é pobre, as medidas de pobreza podem ser divididas em medidas monetárias e não-monetárias (LOPES *et al*, 2003). A abordagem monetária inclui as chamadas Linha de Indigência e Linha de Pobreza.

Seguindo a ordem de raciocínio dos autores acima, a Linha de Indigência caracteriza-se pelo valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência. Já a Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência acrescido do montante monetário capaz de arcar com despesas básicas de transporte, vestuário e moradia. Estas são medidas de pobreza absoluta que permitem a identificação do contingente de pobres de um país. Considerando o fato de que, reconhecidamente, a população indígena de Boa Vista, não

dispõe dos meios para atender às suas necessidades básicas, o conceito de pobreza relevante nesta pesquisa é o de pobreza absoluta. Portanto, a metodologia para avaliar o estado de pobreza dessa população, será definida pela renda como proporção do salário-mínimo (SM).

Os valores comumente utilizados como linha de pobreza são de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo. Assim considera-se como linha de pobreza *per capita* o valor de meio salário mínimo e como linha de indigência o valor de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Takagi *et al* (2001), apontam que sua vantagem está na praticidade e transparência do cálculo. Porém a desvantagem se configura no fato da variação periódica do salário mínimo, e que este dificilmente chegou, efetivamente, a suprir as necessidades básicas dos trabalhadores. A linha de pobreza é uma abordagem que cabe bem ao caso de Boa Vista devido seu nível de urbanização e desenvolvimento da sociedade de consumo, tornando a renda a melhor *proxy* do nível de bem estar.

5 Metodologia

O desenho desta pesquisa se justifica a partir de seus objetivos e de sua finalidade. Sob uma abordagem interdisciplinar, se descreveu a problemática da situação socioeconômica dos indígenas na cidade de Boa Vista. Neste sentido, ela tem caráter descritivo. Nessa ordem de raciocínio, Gil (2006) sublinha que as pesquisas descritivas são as mais solicitadas por pesquisadores sociais.

A pesquisa é tanto de natureza qualitativa, onde o uso dessa técnica ficou substanciada nas análises das justificativas das respostas dos questionários. Enquanto quantitativa, foi empregado recursos estatísticos, para estabelecimento das incidências, que sistematizaram as respostas objetivas dos questionários. Esta técnica de coleta de dados, foi elaborado com questões abertas e fechadas, com a finalidade de obter informações mais diversas possíveis a respeito do contexto socioeconômico dos pesquisados, na busca de dados em campo.

Considerando uma população infinita do ponto de vista estatístico, a coleta de dados se deu a partir de um espaço amostral de 384 pessoas que se auto-identificam como indígenas, e que moram em Boa Vista, para uma margem de erro de 5% nos resultados. Frente à impossibilidade de constituir uma amostra representativa, os entrevistadores visitaram as casas de famílias indígenas por eles conhecidas, recebendo de casa em casa a indicação de outras famílias indígenas, o que abrangeu vários bairros da cidade.

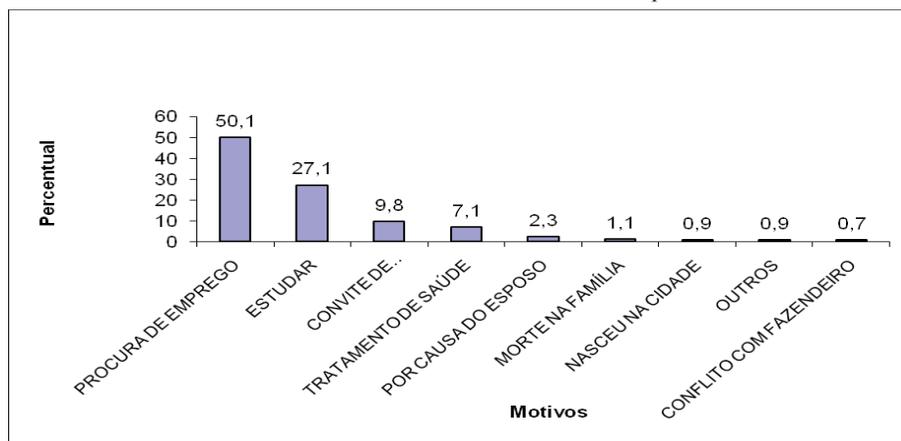
6 Análise e discussão dos resultados das motivações para migração, renda e estado de pobreza

Na decisão de migrar prevalecem os fatores que apontam para a possibilidade de vida mais digna, mediada pelo contato interétnico. Assim, para os indígenas, a cidade oferece novos modelos de vida, de perspectiva e os atrai com a promessa de uma vida melhor (NAMEN *et al*, 1999; FERRI, 1990; BRAZ, 2003; SOUZA e REPETTO, 2008).

Desse modo a busca por emprego e estudo mostra-se sempre um fator constante. Conforme gráfico 01, a pesquisa mostrou que 50,1%, saíram de sua comunidade a procura de emprego, de uma possibilidade real de ganhar dinheiro. O segundo motivo com (27,1%) também reflete uma das principais causas da mudança, os indígenas absorveram que os estudos são importantes para a melhoria da qualidade de vida.

A saída também é oriunda por problemas de saúde. Em torno de 10,0 % dos indígenas se deslocam para a cidade em busca de tratamento médico. Haja vista, que as incursões da sociedade envolvente, levaram o indígena a adquirir edemias, nas quais suas pajelanças não sabem tratar (FERRI,1990). Em suma, as razões para migração se mantêm intermediados pelas relações de contato interétnico entre os indígenas com a sociedade nacional (BAINES, 2007).

GRÁFICO 01: Percentual dos motivos do deslocamento para Boa Vista



FONTE: Pesquisa Própria

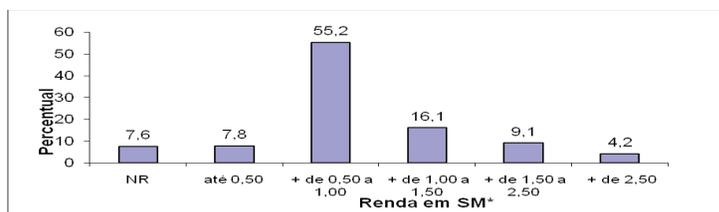
Dentre as dificuldades enfrentadas pelos indígenas na cidade, o desemprego tem maior incidência com cerca de 29,0%. Neste sentido o principal motivo da migração para a cidade continua sendo uma frustração para eles. A falta de moradia, o desejo de ter um lugar para morar é outra dificuldade apontada com 21,0%, o preconceito e discriminação corresponde a 18,2% das dificuldades desse povo. Fator como baixa renda, falta de atendimento a saúde, falta de alimento, alcoolismo, dentre outros, intensificam as dificuldades dessas pessoas.

Esses dados corroboram com as temáticas mais relevantes e que mais preocupam os indígenas urbanos, publicadas na obra Diagnóstico da Situação dos Indígenas na Cidade de Boa Vista/RR, onde os indígenas urbanos, apresentaram suas dificuldades e reivindicações políticas, subordinadas à suas próprias experiências e percepções na cidade.

O item renda familiar define a situação de pobreza que este povo se encontra. Segundo a literatura, a grande maioria se encontra nas faixas de baixo poder aquisitivo e se ocupa de atividades de baixa remuneração. O gráfico 02 mostra que 55,2% das famílias dos entrevistados vivem com no máximo 1 SM, seguido de 16,1% com renda de 1 até 1 e 0,5 SM. Assim de todas as famílias, da amostra, que vivem com até 1 e 0,5 SM, tem-se um total de 79,1%. Considerando a média da composição familiar por habitação que é 4,59 pessoas, constata-se que 79,1% destas famílias estão vivendo abaixo da Linha de Pobreza, ou seja, tem renda per capita familiar inferior a ½ salário mínimo.

Ainda dados da presente pesquisa mostram que aquelas famílias que recebem até 1 SM, vivem abaixo da Linha de Indigência, ou seja, tem renda per capita familiar inferior a ¼ salário mínimo, que neste caso corresponde a 63,0% da amostra. Dado que caracteriza uma situação de extrema pobreza para esta população, pois são pessoas que não dispõem do valor monetário necessário para a aquisição de uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência (LOPES *et al*,2003).

GRÁFICO 02: Entrevistados por classe de renda familiar



FONTE: Pesquisa Própria

* SM = R\$ 415,00 (Salário Mínimo de 2008).

Devido ao fato de que nas tradições dos povos que vivem no lavrado, o parentesco ocupa um lugar importante em termos sociais, econômicos e culturais (FERRI, 1990), a pesquisa mostrou que 43,0% afirmaram ter hóspedes e abrigavam em média 6,32 parentes em casa. Neste sentido, os rendimentos da família se tornam muito reduzido, dificultando a aquisição de cestas mínimas de alimentos necessários à sobrevivência.

Embora as formas de inserção das populações indígenas em território urbano estão fortemente relacionadas ao fator econômico da obtenção do emprego e renda atrelado à perspectiva de melhoria de vida. A amostra expressou que somente 24,7% dos entrevistados admitiram ter um trabalho. O trabalho aqui entende-se aquele em que há uma relação de contrato, muitas vezes verbal, entre empregado e empregador, ou seja um emprego fixo.

Ao que se refere aos 75,3% dos desempregados, averigua-se que para sobreviverem recorrem as mais diversas alternativas econômicas viáveis. Assim, destacam-se aquelas atividades autônomas e informais, já abordadas pela literatura, como capina de quintal, vendedor ambulante, faxinas e trabalhos de diárias (relacionados à construção civil). Dentre as outras atividades se destaca o artesanato, serviços gerais, garçoneiro, catador de lata, pescador, ajudante de oleiro, caseiro, plantador de melancia e maracujá, entre outros.

Esses dados levam a concluir que na cidade, para sobreviver, os indígenas, desenvolvem qualquer atividade à qualquer tempo, independente do tempo de desemprego, haja vista que há indígenas que nunca foi empregado na cidade (FERRI, 1990). Ao verificar a renda obtida com o desenvolvimento desta atividade, constata-se que 43,9% dos indígenas recebem até meio salário mínimo mensal, seguido de 42,2% que recebem de meio até um salário mínimo. Adicionando os dois valores tem-se que cerca de 86,0% recebem no máximo até um salário mínimo com atividades informais.

6 Conclusão

A discussão sobre pobreza e distribuição de renda mostra-se de grande importância, considerando que é incumbência do Estado programar e implementar políticas econômicas que atrelem o crescimento econômico às metas para elevação

do bem estar social. Os dados coletados consentem sintetizar conclusões e fazer análise da situação sócio-econômico dos indígenas que saíram de suas comunidades de origem e se encontram na cidade de Boa Vista.

Esta população merece atenção especial frente a sua vulnerabilidade nas relações sociais com segmentos da sociedade urbana, onde se procura manter uma dominação por meio da diferença cultural. Demonstra a necessidade da intervenção do estado na melhoria da qualidade de vida dessa população com políticas públicas capaz de atendê-los em suas especificidades. Assim, apresenta possíveis alternativas estratégicas de política públicas para orientação de ações e planejamento de desenvolvimento socioeconômico. Em destaque para setores como renda e educação, ressaltando alguns caminhos que poderiam trazer resultados positivos em sua implementação. Dentre os quais, destacam-se:

a) A necessidade de desenvolver ações de formação profissional e de inserção no mundo do trabalho, voltada para a necessidade das diferentes etnias indígenas, que venham garantir condições de alimento e renda para as famílias indígenas;

b) A elaboração de estudos e planos para a criação de escolas indígenas na cidade que seja diferenciada, com a valorização das línguas, além de desenvolver uma proposta de educação cidadã intercultural para todos;

c) Promover a estruturação de um sistema de informações, sobre direitos e cidadania para comunidades e lideranças, discutindo questões sobre migração das famílias das comunidades para a cidade, bem como preparar os que trabalham no serviço público no tocante aos atendimentos dispensados aos indígenas;

Nessa perspectiva, espera-se servir como parâmetro, auxiliando na elaboração de políticas e estratégias, que venham contribuir de forma significativa no desenvolvimento socioeconômico dos indígenas que moram na cidade de Boa Vista.

Referências Bibliográficas

BAINES, Stephen G. As “chamadas aldeias” urbanas ou índios na cidade. Revista Brasil Indígena – Ano I - nº 7 Brasília/DF – Nov- Dez/2001. Disponível

em:<<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em 15 jun. 2011.

_____. Etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guyana: os povos Macuxi e Wapichana entre os dois Estados nacionais. UNB. Departamento de

Antropologia. Projeto de Pesquisa, 2007.

BARBOSA, R. Imbrózio. Ocupação Humana em Roraima I: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 1993.

BOA VISTA, Prefeitura Municipal de. Plano Diretor de Boa Vista/2006. Disponível em: <<http://www.boavista-rr.gov.br>>. Acesso em 12 jan. 2011.

BRAZ, Azenate Alves de Souza. Relações interculturais: a vivência do índio Macuxi em Boa Vista. Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ/UFRR. 2003.

CANCLINE, Nestor Garcia. Culturas híbridas. São Paulo: Edusp, 2ª ed., 1998.

COIMBRA JR, Carlos E. Alvares; SANTOS, R. Ventura. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. Ciênc. saúde coletiva vol.5 n°.1 Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

FERRI, Patrícia. Achados ou Perdidos? A imigração indígena em Boa Vista. MLAM, Goiânia, 1990.

FIDA – International Fund for Agricultural Development. Hacia una region sin pobres rurales. Santiago: FIDA, 2000.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2006.

GOLGHER, André Braz. Fundamentos para migração. Texto nº 231, maio de 2004.

GOIS, Antônio. 505 anos depois: Índice de desenvolvimento de índio é o da Bolívia. São Paulo: Folha de São Paulo, 19/04/2005. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1904200521.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 jan. 2012.

LOPES, Marra H; MACEDO, P. B Rocha; MACHADO, Ana F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, out, 2003. (Texto para discussão Nº 223).

MANKIW, N. Gregory. Introdução á Economia. São Paulo:Thopsom Learning. 2007.

NAMEM, Alexandre; FIORETTI, Elena; RODRIGUES, Lana; CARNEIRO, Orlando; SILVA, Evilene. Trabalho e Marginalização Indígena em Boa Vista/RR. PNOPI/CAPES (Bênio jul/1996-jul/98), Relatório Final, UFRR, 1999.

PEREIRA, Orlando P. Importância da Intervenção Pública na Política de Mercado. In: Estudos Econômicos de Desarrollo Internacional, vol. 5, nº 001, jan/jun de 2005.

SILVEIRA, Edson Damas da; SOUZA, Ádria S. Duarte. *Políticas públicas e direitos indígenas*. Manaus: UEA Edições, 2011.

SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes da (Orgs). Migrante e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista: Ed. UFRR, 2006.

SOUZA, Eliandro Pedro de; REPETTO, Maxim. ODIC (orgs). *Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista*. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

TAKAGI, Maya; SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro. *Pobreza e Fome*: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil. IE/UNICAMP, n.101, jul. 2001. (Texto para Discussão).

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva (vol. 1). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1994.

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES E INTERCULTURAIS COM OS PROFESSORES DE LÍNGUA WAPICHANA NA REGIÃO SERRA DA LUA

Introdução

A partir do encontro com alunos, professores de língua Wapichana e artesãos nas comunidades indígenas e no Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, na Universidade Federal de Roraima, percebemos e propomos aqui identificar e problematizar algumas fronteiras nas relações entre pessoas, comunidades, visões pedagógicas, povos e países. Além das fronteiras entre as áreas de conhecimento que ainda existem e de forma marcante, ainda que o objetivo seja atingir uma interdisciplinaridade e interculturalidade equilibradas.

Este ensaio é um esboço de nossas primeiras análises, lembrando que merecem ser ainda testadas e os estudos aprofundados. Um dos livros que estudamos durante o processo de pesquisa foi o livro de Homi Bhabha, o local das culturas. O autor interpreta nossa existência como fronteira, como se nós fossemos fronteiras e vivêssemos nas “fronteiras do presente”. Visão interessante, que merece ser pensada em profundidade, na direção de interpretar o conceito de fronteira de forma tanto física como abstrata.

O processo de pesquisa partiu das observações realizadas durante os encontros de Língua Wapichana com os professores de língua indígena da Região Serra da Lua que acompanhamos e assessoramos junto ao professor Manoel Gomes dos Santos desde abril de 2012.

Dentre todas as outras experiências, as trocas vividas na região Serra da Lua, que faz fronteira com a República Federativa da Guiana, as mais marcantes aconteceram quando compartilhamos momentos de interpretação de textos tradicionais e criados pelos Wapichana. Em movimento intercultural e interdisciplinar, levantamos

* Ananda Machado, doutoranda em História Social UFRJ, Professora do curso Gestão Territorial Indígena- UFRR, machado.ananda@gmail.com

e entendemos questões consideradas importantes e que esclarecem a existência das fronteiras culturais entre os povos Macuxi, Wapichana e os não indígenas.

Assim como buscamos estratégias que, pelo diálogo, encontrem respostas a essas questões, uma vez que esses povos compartilham o território da Serra da Lua, nos municípios do Cantá e Bonfim. Muitas Terras Indígenas (TIs) fazem fronteira com fazendas e são como ilhas entre plantações de acácias, por exemplo, cultura que foi espalhada em grandes áreas nas terras que não são demarcadas como indígenas na região.

Paisagens estranhas fazem com que senhores que ficaram algum tempo sem passar de uma comunidade para outra deixem de reconhecer o território. Não há nome na língua Wapichana para esse tipo de planta e estas começam a ocupar até as Terras Indígenas, levadas pelos passarinhos que atravessam as fronteiras com as fazendas.

Da mesma forma que a monocultura de acácias torna homogênea a paisagem há processo que vem avançando na direção de acabar com a diversidade sociocultural e massificar as culturas. Dessa forma o consumo e o capital sobrepujam qualquer outro valor. E por mais que exista legislação com vistas a monitorar e controlar tais cultivos, na prática isso ainda não acontece.

A luz elétrica chegou recentemente a muitas comunidades, enchendo-as de televisores que falam de tudo, menos da cultura Wapichana e muito menos na língua indígena. Pelo contrário, mesmo a língua portuguesa falada parece estranha à linguagem local na língua oficial do país. Há, portanto, fronteira estabelecida entre o que o povo assiste, pode projetar e o que ele é.

A primeira parte deste texto trata da experiência com língua, cultura, discurso, produção de material didático, movimento interdisciplinar¹ e intercultural. Como fundamento da nossa ação, temos os estudos de Silvana Serrani quando considera o discurso como ponto de partida para o ensino de uma língua, ultrapassando visões que consideram os conhecimentos lingüísticos como os únicos objetivos nas aulas de língua.

Assim iniciaremos a primeira parte do texto lembrando que “uma fronteira não é onde algo termina [...] é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (HEIDEGGER apud BHABHA, 1998, p. 19). Desse modo o ser humano vive em situações de fronteira: nasce e morre, lê e escreve, viaja, vai ao encontro do outro e até aprende outras línguas.

1 Em nossa assessoria, o professor Manoel colaborou enquanto lingüista e eu como antropóloga. Conseguímos assim contemplar aspectos do trabalho que sem a interdisciplinaridade seria difícil de chegar.

1. A experiência de confecção de material pedagógico intercultural com enfoque discursivo

No processo de confecção em grupo de um livro didático na língua Wapichana e na portuguesa “Bayda’aptan: gramática intercultural e bilíngüe Wapichana- Português” para ser usado com alunos de 5º a 8º séries, percebemos que o movimento precisava incluir questões interdisciplinares, interculturais e discursivas. Começamos a listar temas e buscar textos com referências culturais consideradas importantes pelos Wapichana. Assim, com o livro que já tem um volume concluído e pronto para diagramação, o professor poderá ensinar gramática, a partir do discurso, do uso da língua Wapichana impregnado de questões culturais, mais do que estudando a língua como mero instrumento esvaziado de sentido.

Os encontros dos professores de língua Wapichana acontecem desde os anos 1990. Segundo Zeimar Pereira, em 1992 foi publicado “Watuminpen wapichana da’y”, que registrou textos sobre animais, palavras, material organizado pelos professores de língua Wapichana, com assessoria de Bruna Franchetto. Em 1993 o projeto “a língua wapichana formação de professores indígenas e produção de material didático” contava com assessoria de Franchetto tinha como metas básicas a retomada de valores da língua indígena e a elaboração de subsídios à prática dos mestres da língua.

Outro livro foi “Wa aichiandun wryry karichi wamanhikynytan wakadyz (Nós aprendemos através da nossa escrita os nossos costumes) foi publicado em 1995 com a colaboração de Irmãs da caridade. Em janeiro de 2006 a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR) e a Diocese de Roraima, trabalharam “Watuminhap wapichan da’y!” (Vamos aprender wapichana) Apostila com lições de 1 a 26 do programa de língua Wapichana para o Rádio FM Monte Roraima, com realização da Pastoral Indigenista (no prelo) (PEREIRA, 2012).

Nos encontros de língua Wapichana da região Serra da Lua sempre são produzidos materiais. Em 2008 foram elaborados pelos professores “Watuminpen waparadan da’y”, “Wnhykyinhan wakadyz pawa’a it” (Resgatando a nossa cultura de novo (no prelo) e “Kynyi na’ik kutyainhau” (Cantos e histórias (no prelo). A mini gramática bilíngüe da Região Serra da Lua, foi feita com o apoio do Centro Regional Pedagógico Indígena Waruminpen Kaimena’u Da’y, com alfabeto, consoantes, vogais, nomes de animais, números cardinais e ordinais, suas pronúncias (no prelo) (Idem ibidem).

Outra obra que está sendo publicada com o apoio do Programa de Valorização

das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, com recurso do PROEXT 2011 e que foi organizada a partir do curso de linguística, ministrado por Ronald B. McDonell, é “Paradakary Urudunaa” (Dicionário de Wapichana- Português e Português- Wapichana), que vem sendo trabalhado e aperfeiçoado a cada ano, desde 1995, e em 2010 ficou pronta uma nova edição.

Assim o grupo de professores de língua Wapichana da Região Serra da Lua vinha trabalhando também na confecção de um livro ilustrado de textos narrativos, dentre outros materiais. Para esta experiência de criação de um livro, que vimos desenvolvendo desde abril de 2012, começamos por selecionar quais textos seriam interessantes para interpretação, relação e análise dos sentidos entre identidades e culturas, compreensão do uso da língua, sem que o cultural servisse apenas de pretexto para o tratamento do aspecto lingüístico, e inspirador de produções textuais.

Vale aqui pontuar que os textos selecionados para o referido livro são histórias indígenas, com narrativa que vem sendo trabalhada e atualizada pelos contadores de história Wapichana há anos. Durante nossos encontros, alguns textos tomaram nosso tempo de debate mais do que outros, por tratarem de temática relevante para a cultura, como por exemplo, “a origem do timbó”. Com o processo de “desterritorialização” o uso do timbó para pescar anda sendo proibido e rediscutido em algumas comunidades indígenas. A história da origem do pajé e das manivas também, por possuírem elas uma lógica de pensamento diferente, o que ficou evidente.

Outros pontos que mereceram mais tempo de reflexão foram os aspectos gramaticais que são específicos da língua Wapichana e ainda não foram estudados o suficiente. Para contornar essas dificuldades, além da idealização do projeto do livro, a presença do professor Manoel Gomes dos Santos e sua assessoria com base na gramática da língua Wapichana escrita como sua tese de doutorado, foi fundamental. Além das contribuições pelos professores de língua Wapichana da Região Serra da Lua, a partir de seus exemplos de uso da língua.

Decidimos deixar os aspectos mais complexos, que surgiram no processo de construção do material didático, para o próximo livro a ser elaborado em 2013 para ser direcionado ao ensino médio das escolas indígenas nos territórios Wapichana. Pretendemos continuar com a mesma fundamentação teórica, uma vez que estamos felizes com o que conseguimos organizar até então.

Silvana Serrani considera que alguém que é alfabetizado e passa a dominar a leitura e a escrita, por construir nova relação com a linguagem, passa a ser uma nova pessoa. Pois “sua posição sócio subjetiva mudou” (2005, p. 29). A pessoa bilíngüe, seja ela indígena ou “ocidental”, tem a possibilidade de selecionar e juntar elementos

de cada patrimônio. O ser bilíngüe vive a dialética “fronteira - transposição da fronteira” pelo veículo da língua.

Da mesma forma ao aprender a língua Wapichana e ao ouvir suas histórias, passamos a enxergar novos contextos e valores culturais, nos renovando também enquanto pessoas e profissionais, ultrapassando fronteiras ao entender e compartilhar com os Wapichana sua língua e seu mundo.

Lembramos que a abordagem neste texto não é lingüística, apenas tratamos de fenômenos no âmbito da língua. Nossas percepções são construídas principalmente sobre a situação atual e lingüística no território Wapichana e suas questões sociais, políticas e de identidade cultural.

O território Wapichana, ou os contextos nos quais a língua é criada e usada, incluindo o espaço geográfico, social (sua história, conflitos e alianças), merecem ser e foram considerados. As diferentes perspectivas discursivas com ricos materiais verbais do povo Wapichana também apareceram nos textos trabalhados. E nas questões elaboradas de interpretação dos textos selecionados buscamos fazer com que o aluno percebesse também os olhares externos à sua identidade, cultura ou comunidade.

Para Silvana Serrani usar uma língua deve ser finalidade necessária, mas não suficiente. “Os legados culturais e os domínios identitário, social e emocional do sujeito estão relacionados. Esses conteúdos e as atividades vinculadas facilitam a mobilização subjetiva indispensável para a enunciação significativa, seja em qual língua for” (2005, p. 32).

Assim escolhemos este caminho, incluímos no livro sugestões de estratégias metodológicas a serem trabalhadas pelo professor, mas ainda nos falta saber como se dará o uso do material. Quais escolhas no manuseio do material os professores e alunos farão e quais mudanças, contribuições e problemas surgirão.

2. Língua Wapichana, escolhas e impactos socioculturais

Como muitos estudos já abordaram, o uso ou não de uma língua é produto de um processo político que implica escolha. E as mudanças são de grande impacto sociocultural. O dilema lingüístico vivenciado pelos Wapichana, os discursos que partem de reflexões acerca do uso e preservação dessa língua e as propostas práticas que acompanham os processos de educação escolar, evidenciam a necessidade de refletir sobre a relação língua e poder.

O uso da língua Wapichana está portanto freqüentemente permeado por questões de autoridade e identidade. Apesar da presença constante do uso da língua

Wapichana nas atividades que se desenrolam no dia-a-dia da população indígena, o português permanece ocupando lugar de destaque como língua oficial. Sobretudo na escola, mesmo em comunidades de população toda de falantes, os professores alfabetizam na língua portuguesa e usam língua indígena apenas nas aulas de língua Wapichana, praticamente todas as outras disciplinas são trabalhadas na língua portuguesa.

Há poucas situações nas quais as lideranças usam a língua e outra pessoa faz tradução simultânea, mas muitas das vezes as falas ficam sem sentido, o que comprova as tão discutidas dificuldades e fronteiras de tradução linguística e cultural. Talvez nesses casos, seria interessante deixar usarem apenas a língua indígena e quem quisesse buscaria entender. E o secretário precisa ser bilíngüe e ter condição de traduzir o que ouvir da língua Wapichana para a portuguesa.

A língua Wapichana é a língua do território desse povo, mas a 'língua oficial' é o português. Já ouvi indígenas dizerem, quando conversávamos sobre co-oficializar a nível municipal a língua Wapichana: “mas o Wapichana que estava antes aqui, essa língua que deveria ser a oficial”.

Nas atas de reuniões indígenas e em outros documentos oficiais do movimento ouvi quem estava secretariando dizer quando alguns professores de língua indígena falavam em Wapichana: “fale em português senão como irei escrever?” Situações que indicam dois campos em conflito: o do uso da língua territorial (isto é, o Wapichana) e o da língua oficial (o português). A demanda do secretário na reunião mencionada para que as intervenções fossem na língua portuguesa, para que conseguisse transcrever para a ata e a fala/solicitação do falante de língua Wapichana apontam para a necessidade do secretário ser bilíngüe e saber inclusive traduzir permitindo que a fala seja transcrita em língua indígena e depois em português. Tal acontecimento colocou em evidência a tensão presente na delimitação desses dois campos. E ainda não se discute o suficiente e se age para planejar o que desejam desenvolver como política lingüística.

Embora fosse uma prática um tanto incomum, em comunidades próximas às cidades algumas lideranças ainda encontravam espaço para utilizar a língua Wapichana em suas intervenções nas reuniões comunitárias e nas Assembléias regionais da Serra da Lua das quais participamos, sobretudo quando querem que apenas alguns entendam o que é dito ou estão indignados com a situação que narram. Nesse caso a língua seria uma chave para a compreensão e participação.

Mesmo que se tratasse de uma atividade “oficial”, a predominância da oralidade nessas situações de reunião permitia à população fazer tal uso. Contudo, ao passar

para o plano do documento escrito — a ata, importante símbolo desse universo oficial —, não havia mais lugar para o Wapichana. Dessa forma o universo territorial Wapichana entrava em oposição ao mundo das regras “oficiais”. Para ultrapassar essa fronteira perguntamos: por que não uma ata bilíngüe?

Se não é possível formalizar o Wapichana como língua oficial, que seja regulamentada como co-oficial dos municípios que ocupam território Wapichana. Essa iniciativa foi tomada para ser apresentada como proposta na reunião regional da Serra da Lua, por decisão dos professores no último encontro de língua Wapichana. Essa conquista ajudará até para garantir o uso da língua em documentos oficiais e conseguir emprego para tradutores. Placas poderão ser escritas na língua Wapichana e o povo sentirá que tem algo seu também no meio urbano, ficando mais a vontade nas cidades.

O debate sobre a co-oficialização do Wapichana aqui abordado de modo algum deve ser tomado como neutro e imparcial. “A língua é um *locus* privilegiado do processo político”, de tal forma que a discussão em torno do uso do Wapichana envolve “complexas relações de poder e jogos de interesse, especialmente quando seus interlocutores são eles próprios falantes” (DIAS, 2002, p.4).

Outro aspecto que merece reflexão é o trabalho realizado por grupo de professores de língua Wapichana da região Serra da Lua que, dentre outros objetivos, quer padronizar a escrita da língua Wapichana, pois os materiais são produzidos de modo coletivo e são resultado de construções de consenso a partir de muito debate, entre os professores mais antigos e os mais jovens, assim como os de comunidades diferentes.

Vale aqui lembrar que a escrita corre o risco de padronizar também os valores à língua associados, o que poderá ter conseqüências significativas para a configuração das relações de poder no interior da sociedade Wapichana. Há então ênfase em valores associados ao mundo ocidental e afirmação de valores associados aos referidos autores. Portanto “a convenção e a padronização estão carregadas de valores que remetem diretamente à hegemonia do modelo ocidental de organização social”. Logo o domínio de sentido exercido sobre a língua portuguesa poderá se estender também à língua Wapichana escrita.

Com a fixação na escrita, o “novo” uso do Wapichana, pode passar a ser uma língua “domesticada”. Tal como foi quando a escrita foi introduzida pelos Beneditinos na região, na língua portuguesa e com textos bíblicos. Assim o Wapichana, antes associado à oralidade e à pajelança, poderá passar a ser assimilado e subordinado às instituições do Estado e religiosas que financiam as publicações e imprimem

também nelas suas ideologias. Por isso também, como assessores convidados pelo grupo, procuramos dialogar, perceber os conflitos e evidenciá-los no material criado com os professores de língua Wapichana.

A padronização escrita pode ter como resultado a descaracterização dos traços mais fortes da língua Wapichana: a dinâmica, a variabilidade, a flexibilidade, a inventividade, o caráter contextual — todas estas tendências associadas à oralidade (GOODY, 1996). “Na passagem para a escrita, novos valores são priorizados: a fixidez, a regularidade, a rigidez, a estabilidade, a uniformidade, o distanciamento em relação ao contexto” (DIAS, 2002, p.16). Mas como o que buscamos é apenas construir novos registros e a cultura oral continuaria prevalecendo, inclusive em sala de aula entre os Wapichana, a questão seria relativizada, e a tomada de consciência a esse respeito é fundamental. Inclusive no livro elaborado são sugeridas ao professor muitas atividades de produção textual oral para serem trabalhadas com os alunos Wapichana.

A dinâmica das culturas orais possibilita a preservação de um contexto rico em diversidade. “A oralidade tende a favorecer a coexistência de uma multiplicidade de narrativas na construção da memória, da identidade e da própria nação. A adoção da escrita vem modificar profundamente este quadro” (DIAS, 2002, p.17). Citamos a autora apenas para que se tenha consciência sobre a questão. Porque afinal estamos escrevendo, mas sabemos que não é a língua escrita que vai revitalizar o uso da língua Wapichana.

Percebemos que há espaços distintos na escola: o da literatura escrita, transmitida em português que inclui os materiais didáticos enviados pelo Ministério da Educação (MEC); o segundo é o da literatura oral, transmitida em Wapichana e praticada entre a maioria da população na Região Serra da Lua, cheia de referências culturais. Há, no entanto, um confronto hierárquico entre a escrita e a oralidade; entre o alto valor conferido ao que vem de fora para dentro das comunidades indígenas e a manutenção da produção na roça, de artesanato, da pajelança e de alimentação indígena.

O que ainda está disponível e o que foi conquistado pelo movimento indígena tem seu lugar. No entanto, da mesma forma que a sabedoria indígena, por um complexo processo, extrai o ácido cianídrico da macaxeira, há que se filtrar o que vem sendo empurrado goela abaixo e consumido sem discussão pelas comunidades indígenas.

A língua Wapichana pode, nesse processo, ser considerada um dos veículos de transmissão e manutenção desses conhecimentos e valores indígenas. O uso da língua pode contribuir na produção de estranhamentos e na diminuição do consumo

desregrado. Algumas perguntas deixamos em aberto: o que, no processo intercultural, parece saudável aos Wapichana? O que faz o povo viver melhor e mais feliz? O que atrapalha e descaracteriza a vida dos Wapichana nas comunidades indígenas?

3. *As Fronteiras dos discursos e das identidades Wapichana*

Há por um lado uma fragilidade e subalternidade do uso da língua Wapichana em relação ao português, sobretudo na escola indígena. Essa situação de diglossia, isso é, a coexistência desigual entre duas línguas, é permeada por uma complexa relação de poder, o que exige uma política urgente de proteção à esta língua.

Uma das soluções poderia ser uma política lingüística em prol do bilingüismo. Nas escolas indígenas, até a quinta série os alunos estudariam apenas a língua Wapichana e depois a escola passaria a ser bilíngue. Nos meios de comunicação a língua Wapichana seria ouvida no rádio e assistida em materiais audiovisuais que prestigiem a língua, a memória e a cultura Wapichana.

A língua Wapichana, símbolo da identidade desse povo, ainda precisa conquistar mais espaço de uso para que as duas línguas coexistam em pé de igualdade nos mais diversos domínios da sociedade. Mas há fronteiras que são forçadas e parece que um rolo compressor vem passando na direção de padronizar as culturas e fixar valores e a língua portuguesa. O vestibular para o tão almejado ingresso na UFRR por indígenas por exemplo, em 2012 fixou fronteira e corrigiu até a redação em língua indígena após tradução, isto é a tradução na língua portuguesa é que foi corrigida. O que significa jogar a língua indígena e os valores culturais que não são traduzíveis no lixo.

Dentre outros processos de mudança sociocultural, o pajé, antes da evangelização, era o líder mais importante entre os indígenas e tinha suas qualidades reconhecidas por seu povo. Ele sempre ultrapassou fronteiras, recebe ajuda dos espíritos ancestrais e usa a língua e os conhecimentos indígenas para trabalhar. Com o processo contínuo de “endemoniação” dos pajés, a igreja e junto dela a escola e outras instituições se desfizeram dos pajés e fizeram do tuxaua o mais prestigiado, sendo ele intermediário entre seu povo e o governo brasileiro. E para desempenhar tal papel esse líder precisa dominar a língua portuguesa.

Homy Bhabha fala do “passado como algo projetivo”, aponta as “retóricas da indeterminação”, quando discute em seu livro sobre o que “poderia ter sido” a relação com a condição de nascer novamente. Para o autor se ao invés de “poderia” usasse “podia”, seria criada “toda diferença entre o pulso da morte e o ventre inundado do nascimento” (2003, p.349)

Portanto, para que a língua Wapichana alcance privilégios até então restritos ao português, para que aconteça uma nova reconfiguração do contexto lingüístico, teria origem um novo Wapichana falado, escrito, moderno e atuante. Essa proposta traz uma ideologia que sugere a relação de igualdade entre o Wapichana e o português, ambos como símbolo de “indianidade”.

Assim como propõe que a língua indígena escrita e falada teria o mesmo grau de valor. A preservação de ambas as línguas é vista como a preservação tanto do território Wapichana como da história nacional e fronteiriça da região. Assim como estratégia de preservação cultural, de retomada e criação de novos espaços de uso da língua indígena.

Outra observação que merece ser mencionada aqui é sobre a ausência de fronteiras entre países para os povos indígenas, consideram que o território Wapichana é contínuo entre Brasil e Guiana por exemplo. Mas para os Estados Nacionais há dificuldade dos indígenas que migram da República Cooperativista da Guiana e da Venezuela conseguirem o Registro Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI). No entanto há propaganda dos políticos brasileiros no outro lado da fronteira e os indígenas conseguem com facilidade a identidade brasileira e o título de eleitor.

Homi Bhabha compara a preocupação com a compreensão da ação humana e do mundo social como se fôssemos criaturas literárias e animais políticos. Nessa direção o autor reconhece o caos “[...] no momento em que algo está fora do controle, mas não fora da possibilidade de organização” (2003, p.34). Em relação ao uso da língua Wapichana, mesmo que muito fuja ao controle, a forma na qual ela existe hoje e o projeto do povo para este uso pode ser organizado e fortalecido.

A luta aqui sugerida e muito divulgada como necessária pela adoção do bilíngüismo representa a urgência em construir e assumir a identidade Wapichana em sua totalidade, isto é, mantendo a interpretação da identidade como construção. E o bilingüismo defendido é para ser constante e não de transição.

A reforma ortográfica de nossa língua oficial, que os portugueses não gostaram, e da linguagem da internet, a condição “mutante” da língua portuguesa e das línguas em geral merece muita discussão. A relação da língua culta e da falada pela população em geral. A visão da língua como algo que não é estático, e sim passível de transformação inerente às línguas (e às sociedades) quando se busca exatamente a preservação delas para que não desapareçam.

Inclusive a escrita desse artigo seria em Wapichana, para reforçar a luta nessa direção. Mas como ainda não dominamos a língua e não há, além do dicionário de

Casemiro Cadete, que já está esgotado, como o leitor ao menos tentar entender o texto. Deixamos por enquanto mais esta fronteira de lado, para ser evidenciada no futuro próximo.

O bilingüismo ou o multilinguismo é então a única maneira do povo Wapichana atingir esse duplo pertencimento: no território e povo Wapichana e na nação brasileira. E é também o caminho do aprendizado necessário para quem decide ultrapassar fronteiras, trabalhar com e melhor conhecer esse povo.

Considerações Finais

Para concluir o texto, que como foi explicitado é apenas um ensaio, um início de discussão, continua a necessidade de se desenvolver um novo olhar sobre a questão lingüística Wapichana, de forma a confrontar os campos da língua, da política e da identidade, o que ainda não conseguimos estudar o suficiente. No futuro pretendemos continuar a enfrentar os desafios na busca de aprofundar reflexões sobre o uso, a compreensão da estrutura da língua Wapichana e questões interculturais importantes.

O trabalho estará sempre aprofundando as relações entre língua e poder, identidade e autoridade. Que são conceitos fundamentais, e merecem ser relacionados com a idéia de fronteira.

Esperamos aqui ter conseguido ressaltar o poder de atuação e reivindicação dos Wapichana, mesmo diante de tanta imposição da “sociedade dominante” tanto no que se refere ao uso da língua, quanto o conteúdo enunciado por ela, o falar desse povo é mantido e renovado como estratégia social.

Assim como Bhabha considera o presente provisório, essas mal traçadas linhas também o são. Problematizamos os ângulos a partir dos nossos enquadramentos e reconhecemos o quanto obscura ainda é a compressão do processo histórico que nos propomos a estudar. Visto que a história sempre poderá ter muitas versões possíveis e damos conta apenas do que conseguimos traduzir e interpretar, apagando tantas outras vozes que deixamos de ouvir. Além de apenas inventariarmos discussões necessárias que pretendemos aprofundar no processo de pesquisa no doutorado em História Social que ingressamos no segundo semestre de 2012.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

DIAS, Juliana Braz. Língua e poder: transcrevendo a questão nacional. *MANA* 8(1):7-27, 2002.

GOODY, Jack. *The Logic of Writing and the Organization of Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PEREIRA, Zeimar. *Makinhautinkery tuminpen waparadan day: o jogo e a brincadeira no ensino da língua Wapichana*. Monografia, curso Licenciatura Intercultural, UFRR 2012.

SERRANI, Silvana. *Discurso e cultura na aula de língua/ currículo- leitura- escrita*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

UM OLHAR SOBRE SUJEITOS ENTRE-LÍNGUAS E ENTRE-CULTURAS NA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um recorte de uma pesquisa¹ linguística realizada na fronteira Pacaraima-BR¹/ Santa Elena-VE que, dentre outros ambientes, compõe o cenário de diversidade linguística e cultural do estado de Roraima.

Sob a ótica de que o mundo transcultural em que vivemos hoje carece cada vez mais de questões sobre linguagem e identidade, sobretudo em contextos de fronteiras – defino fronteira não apenas como espaços geográficos, mas, sobretudo como produto da capacidade de representação do indivíduo. Neste sentido, as perguntas de pesquisa que norteiam este estudo são: (a) de que forma os brasileiros, alunos de uma escola estadual no município de Pacaraima-RR e residentes de Santa Elena – VE, se situam no contexto de mobilidade geográfica e linguística na fronteira Brasil/Venezuela? (b) como se dão as práticas linguísticas dos alunos brasileiros na fronteira enquanto resultado do contato linguístico e intercultural entre os venezuelanos e brasileiros?

Tal problemática ajuda a compreender como se constroem as identidades desses alunos entre-línguas e entre-culturas. À luz do aporte teórico/metodológico da Linguística Aplicada, os registros foram coletados através de diário de campo, atividade de grupo focal – GF (gravada em vídeo) e entrevistas individuais (gravadas em áudio). Os dados gerados para esta pesquisa foram analisados a partir de teorias de distintas áreas – Linguística Aplicada, Sociolinguística Interacional e Estudos Culturais, por assim citar. A análise feita propõe que o indivíduo está localizado em uma

1 PEREIRA, Ancelma Barbosa. Linguagem e construção identitária de alunos brasileiros em mobilidade geográfica e linguística no contexto da fronteira Brasil/Venezuela. 2102. Dissertação (Mestrado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal de Roraima. Rio de Janeiro, 2012.

* – PG/UFRJ

escala ponderada pelo peso discursivo que oscila entre a atitude polarizada de avivar e neutralizar a fronteira, marcada por estratégias de proficiência linguística, de identificação nacional e pelo modo de situar-se localmente dos participantes envolvidos.

1. Alguns aspectos da Fronteira Pacaraima-BR/Santa Elena-VE

Pacaraima, exceto a sede, está inserida nas reservas indígenas de São Marcos e Raposa Serra do Sol, esta última recentemente demarcada em 2009, tendo uma área de 8.063,9 Km² (3,58% da área total de Roraima), sendo a maioria das terras de domínio indígena com participação de 98,81% em relação ao total do Município (SANTOS, 2010). O município possui uma população de 10.433 habitantes segundo informações do Censo de 2010 (IBGE²) e uma renda baseada no serviço público e na produção de alguns produtos agrícolas. No caso das comunidades indígenas, o potencial produtivo concentra-se na criação de gado bovino de corte e na agricultura baseada nos produtos básicos³. Além disso, Braz (2010) aponta que o comércio turístico é entendido pelos brasileiros que vivem na cidade como a atividade econômica de maior importância.

O município de Pacaraima localiza-se ao Norte do Estado de Roraima, a 215 km da capital Boa Vista, fazendo fronteira com cidade de Santa Elena-VE. Limita-se ao Sul com os municípios de Boa Vista e Amajari, ao Leste com Normandia e Uiramutã e ao Oeste com o município de Amajari.

Do outro lado da fronteira brasileira está Santa Elena, capital de Gran Sabana que é município do Estado de Bolívar. A cidade foi fundada em 16 de setembro de 1923 por Lucas Fernandez Peña, atraído pelo auge diamantífero do território⁴. Sua população está estimada em 29.795 habitantes (Censo de 2006) composta não só por venezuelanos, mas também por brasileiros, chineses, japoneses e outras nacionalidades hispano-americanas, além de etnias indígenas. A economia consiste na atividade do comércio, turismo ecológico e extração de minério.

Na fronteira, as cidades Pacaraima-BR e Santa Elena-VE são separadas por uma distância de aproximadamente 15km, na divisa entre os dois territórios os postos de controles dos respectivos países permitem o fluxo de pessoas das 6h às 22h. Embora exista uma relativa distância entre as duas cidades, a movimentação diária de um lado para o outro é bastante intensa devido a grande concentração de brasileiros e

2 Fonte: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_urb_rur.php?codigo=140045. Acesso em: 15 de maio de 2012.

3 Segundo informações da página eletrônica oficial do estado de Roraima.

4 Fonte: <http://www.lagransabana.com/santaelena.htm> Acesso em 13.07.2010.

venezuelanos que vivem em Pacaraima ou Santa Elena e atravessam a fronteira para trabalharem no país vizinho, sendo essa situação mais comum entre os brasileiros. Outras situações contribuem para essa relação entre as duas cidades: o trânsito livre de taxis venezuelanos em Pacaraima; a opção de uma parte significativa de brasileiros e venezuelanos residentes em Santa Elena em estudar nas escolas brasileiras; a presença constante de turistas na fronteira, principalmente dos boa-vistenses que atraídos pelos valores mais em conta das mercadorias venezuelanas e pela considerável diferença de preço do combustível aproveitam para fazer compras e abastecerem seus carros. Além disso, Santa Elena é rota para os turistas brasileiros que vão à região de Gran Sabana e Isla de Margarita.

Embora a convivência na fronteira pareça harmoniosa, há alguns discursos estigmatizados a respeito dos brasileiros e venezuelanos que foram construídos ao logo desse intenso contato entre os dois povos na zona fronteira. Esses discursos são diversificados e estão por todas as partes. Por exemplo, os venezuelanos se queixam que os brasileiros são “um povo abusado” no sentido de querer sempre reivindicar algo. No que diz respeito às mulheres, embora seja perceptível a união matrimonial de brasileiras com venezuelanos, há indícios de que em algumas situações sejam vistas como prostitutas, sobretudo se trajam roupas mais curtas, essa representação é construída principalmente devido ao grande número de brasileiras que emigram para a Venezuela para trabalhar em casa de shows ou prostíbulos, inclusive em Santa Elena.

Da parte dos brasileiros, não é raro ouvirmos, em Boa Vista e Pacaraima, críticas a possível falta de educação dos venezuelanos, principalmente no que diz respeito à passagem no posto de controle fiscal venezuelano e durante as compras no comércio em Santa Elena.

A relação consumidor/fornecedor existente respectivamente entre os brasileiros, sobretudo os boa-vistenses, e os venezuelanos é representada de forma diferente pelas partes envolvidas, pois de um lado os venezuelanos acham que estão fazendo um favor aos brasileiros por venderem seus produtos a preços mais em conta que os praticados em Boa Vista e, por outro lado, os brasileiros reclamam que são maltratados pelos venezuelanos apesar de estarem contribuindo com uma das principais fontes de arrecadação da cidade venezuelana que é o comércio.

Outro ponto que compõe este cenário é o contrabando de gasolina de Santa Elena para Boa Vista. Devido esta situação, atualmente é comum a fiscalização e cobrança na barreira venezuelana para que os carros brasileiros entrem no território vizinho com o tanque relativamente completo. Santa Elena possui dois postos de

combustível, mas os brasileiros apenas podem abastecer seus carros no posto internacional que se localiza logo após a Receita Federal, já em território venezuelano. Neste posto o combustível é vendido por um preço bastante inferior⁵ aos de Boa Vista e relativamente superior aos do segundo posto localizado após o centro da cidade de Santa Elena, onde, a princípio, somente os venezuelanos podem abastecer. Na tentativa de diminuir o contrabando de combustível, segundo informação do delegado da Polícia Federal Nelson Kneip⁶, criou-se um sistema de rodízio de placas para o abastecimento dos veículos, onde cada veículo pode abastecer duas vezes por semana, no caso de não coincidir a placa do carro de turista com a do dia estabelecido no rodízio, preenche-se uma ficha de autorização na Polícia Federal para a liberação do abastecimento. Ainda assim esse processo de abastecimento é demorado, podendo durar até quatro horas de espera, formando filas muito extensas.

Este cenário complexo de contato cultural, e consequentemente linguístico, mediado por interesses, sobretudo, econômico na fronteira Brasil/Venezuela, também influencia na análise das representações constituídas pelos participantes desta pesquisa a respeito das práticas de linguísticas e identitárias resultantes da interação entre os dois povos, já que o reconhecimento do diferente implica refletir sobre as representações que circulam em uma determinada comunidade a respeito das culturas e línguas que a contextualizam.

2. *Uma perspectiva transdisciplinar*

Este trabalho está embasado no pressuposto teórico/metodológico da Linguística Aplicada (LA) por entender que esta perspectiva trata a linguagem numa abordagem interdisciplinar e transdisciplinar agregando outros conhecimentos quando necessário para explicar um determinado fenômeno que apareça na pesquisa.

A LA estuda a linguagem em seu contexto real, pois entende que uma teoria que compreende o social como questão secundária jamais terá êxito num campo de prática que seja, antes de qualquer outra coisa, social. Além disso, parto do pressuposto, na companhia de Rajagopalan (2006), de que não se pode descrever a língua e seu uso fora do contexto, isto é, da sociedade na qual ela é utilizada. Neste sentido, a LA tem como grande desafio compreender o processo da vida social explorando a

5 A gasolina, por exemplo, é vendida atualmente aos brasileiros por R\$ 0,55/litro.

6 Em uma notícia jornalística, sobre o contrabando de gasolina venezuelana em Roraima, publicada no dia 29 de fevereiro de 2012, em <http://www.portalamazonia.com.br/ editora cidades/cresce-contrabando-de-gasolina-venezuelana-em-roraima>. Acesso em 31 de maio de 2012.

relação entre teoria e prática, sem separá-las, ou seja, parte de um problema prático de uso da linguagem, busca teorias e retorna à prática.

Seguindo os pressupostos da LA, faço uma distinção entre a coleta dos registros e os dados da pesquisa, pois nem tudo o que é coletado em campo necessariamente será usado para a análise. Portanto, os registros passam por uma sistematização que resulta na seleção dos dados para a pesquisa. Devido à complexidade do contexto deste trabalho, optei por três procedimentos de coleta de registros, a saber: diário de campo – DC, atividade de grupo focal – GF (gravada em vídeo) e entrevistas individuais semiestruturadas –EI (gravadas em áudio).

A coleta de registros foi realizada em dois momentos: o primeiro ocorreu na escola em Pacaraima-BR onde desenvolvi o GF com os participantes da pesquisa, no mês de julho de 2010⁷. A atividade consistiu numa discussão, a partir da leitura do texto jornalístico⁸ “Venezuela quer melhor tratamento a brasileiros” e algumas perguntas relacionadas ao texto, na qual os participantes relataram alguns depoimentos da vivência no contexto de mobilidade geográfica ao qual estão inseridos. No segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais com os participantes nas suas respectivas residências em Santa Elena no mês de julho de 2011. No total, foram realizadas de 06 visitas à fronteira, 03 no primeiro momento e 03 no segundo.

2.1 Os sujeitos da pesquisa e a mobilidade geográfica

No mês de julho de 2010 realizei a atividade de Grupo Focal com 05 participantes dos quais 04 se dispuseram a fazer a entrevista individual em julho de 2011. Todos os participantes eram alunos brasileiros com no mínimo três anos de residência no município de Santa Elena, estudantes da 1º e 2º série do ensino médio em uma escola de Pacaraima e filhos de pais brasileiros ou pelo menos pai ou mãe brasileira. Na condição de moradores de Santa Elena e estudantes de Pacaraima, todos os participantes atravessam a fronteira no geral 05 vezes por semana, de segunda-feira a sexta-feira, por volta das 7h às 12h30, e esporadicamente no horário da tarde quando precisam fazer algum trabalho ou atividade escolar. Os participantes receberam no-

7 Diário de pesquisa: Essa coleta aconteceu após cursar o primeiro semestre de disciplinas do programa, em Boa Vista-RR, sob orientação da minha co-orientadora, pois por ser este um mestrado interinstitucional – MINTER, as últimas disciplinas do semestre seguinte tiveram de ser cursadas no Rio de Janeiro, momento em que aproveitei para compartilhar pessoalmente a coleta de registro com o meu orientador. O segundo momento da coleta foi efetuado após cursar as últimas disciplinas do programa.

8 Publicado na “Folha de Boa Vista”, um dos jornais de maior comunicação do Estado de Roraima, em 27 de maio de 2010.

mes fictícios para manutenção do seu anonimato e melhor compreensão da análise. Na tabela a seguir apresento outras informações a respeito dos mesmos.

Identificação	Sexo	Idade	Tempo de residência em Santa Elena	Nacionalidade dos participantes	Nacionalidade dos responsáveis.	Lugar de origem	Motivo da imigração da família
Júlia	F	16	03 anos	Brasileira	Pai brasileiro e madrasta venezuelana	Boa Vista-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano
Fernando	M	15	03 anos	Brasileiro	Pais brasileiros	Boa Vista-RR	Trabalhar como autônomo
Daniel	M	17	15 anos	Brasileiro	Padrasto venezuelano e mãe brasileira	Manaus-AM	Não sabe informar
Camila	F	16	05 anos	Brasileira	Pais brasileiros	Boa Vista-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano
Sara	F	16	05 anos	Brasileira e venezuelana	Pai brasileiro e mãe venezuelana	Alto Alegre-RR	Trabalhar no garimpo venezuelano

3. Representações do indivíduo na (da) fronteira

O uso do espanhol ou português pelos participantes da pesquisa é determinado pela situação em que se encontram, pelos seus interlocutores, pelos temas discutidos nas interações verbais, com já era previsto, mas, principalmente, no caso do uso da

língua espanhola, pela postura de cada participante em se sentir pertencente ou deixar-se pertencer ao espaço considerado “país alheio”, mas onde, “já tem um pouco de direito” conforme relatam duas participantes na atividade de GF referindo-se ao lugar onde residem, à Santa Elena-VE. É claro que essa postura advém de vários fatores, como: o propósito da emigração desses indivíduos ocasionado, principalmente, pela oportunidade de trabalhos nos garimpos da Venezuela ou nos comércios de Santa Elena, logo, a busca por melhores condições de vida; a forma como esse sujeito imigrante imagina o olhar do outro, o venezuelano, sobre ele e, conseqüentemente, os conflitos interculturais marcados por esses fatores. Todas essas questões estabelecem uma rede de interseções que definem as práticas linguísticas desses sujeitos ao longo da sua trajetória.

Além disso, é importante ressaltar alguns pontos observados durante a coleta de registros que me ajudaram a compreender as práticas e representações linguísticas dos participantes quanto ao uso e função das línguas em questão. No primeiro momento, na atividade de GF realizada na escola em Pacaraima, todos os participantes, talvez motivados pela leitura de um texto que abordava o desentendimento entre os turistas brasileiros e os guardas venezuelanos na alfândega venezuelana, se detiveram em apontar os conflitos socioculturais entre os povos dos dois municípios, marcados, principalmente, pela cobrança de propina dos guardas aos brasileiros, pela exigência dos venezuelanos para que os brasileiros falem em espanhol, pela relação comercial entre consumidor (brasileiros) e fornecedor (venezuelano) resultado, principalmente, do comércio em Santa Elena, e pela necessidade de ignorar a compreensão linguística entre ambos, quando lhes era conveniente. Todos esses conflitos foram apontados pelos participantes na intenção de marcar a diferença entre ser brasileiro e ser venezuelano, demonstrando certa rejeição à cultura vizinha e tentando manter sempre um discurso de autoafirmação da identidade brasileira. Num segundo momento da coleta, as entrevistas individuais realizadas nas residências dos participantes proporcionaram-me a oportunidade de conhecer melhor as suas respectivas famílias, de observar como acontecia a interação entre eles e, principalmente, de aproximar-me um pouco mais dos sujeitos da pesquisa.

Como veremos a seguir, essa aproximação forneceu-me registros que em alguns momentos reiteravam e, em outros, anulavam a postura dos participantes na atividade de GF citada acima, principalmente quando se tratava de Daniel. Por exemplo, no caso da segunda opção, em lugar de negação, distanciamento do outro e da língua do outro, o estrangeiro; apareceu a afirmação, a aproximação, o nós.

Essas observações mostram como os participantes se constituíram e se reconstituíram enquanto sujeito da pesquisa de acordo com o ambiente e a situação aos quais estavam expostos, assim como os interesses envolvidos. Por exemplo, pude perceber que a escola de alguma forma homogeneizou os sujeitos da pesquisa. As informações fornecidas pela ficha cadastral escolar e pelos próprios participantes num primeiro momento, durante observações e conversas nos corredores da escola, foram suficientes para conhecê-los como o sujeito aluno: brasileiro, estudante de Pacaraima, residente em Santa Elena, etc., assim como, talvez, o local e o conteúdo do texto selecionado para realização do GF fizeram com que os alunos se sentissem partidários do mesmo discurso. Mas, apesar de ter traçado um perfil para a escolha dos participantes, me deparei nas entrevistas individuais, como já mencionei, com a relatividade de algumas informações adquiridas na escola e na atividade do GF, que não poderia contemplá-las na minha análise sem considerar os participantes como sujeitos singulares que apenas se deixaram revelar no segundo ambiente da coleta de registro, ou seja, nas suas respectivas residências em Santa Elena.

Como já afirmei anteriormente a escolha de determinada língua para as interações verbais depende, entre outras coisas, da forma como os participantes se sentem nessa mobilidade geográfica e linguística. Considerar meus sujeitos de pesquisa nesse espaço deslocado implicou a emblemática tentativa de definir fronteira não só da perspectiva espacial, mas também como produto da capacidade de representação do indivíduo. Na concepção de Hanciau (2010), as fronteiras não só compreendem amplos domínios, mas também se mostram “tanto reais como imaginárias, intransponíveis e escamoteáveis” (id., p.133) o que as tornam mais complexas na tentativa de assimilá-las. Nesse “entre-dois-mundos”, emprestando o termo usado por Hanciau (id.), espaço atribuído pela mobilidade territorial e linguística vivenciada pelos participantes da pesquisa, surgem novos discursos, novas práticas linguísticas, diferentes sujeitos constituídos por processos culturais gerados a partir da interação entre os dois povos na fronteira. Para compreender melhor as singularidades desencadeadas nesse espaço, relembro a metáfora da viagem proposta por Clifford (1999) para sugerir as práticas de deslocamentos como elementos constituintes de significados, ou seja, para o autor a imagem de localização constitui-se a partir do ajuste entre o deslocamento e a permanência.

Neste sentido, tentar compreender as nuances dos participantes neste contexto de pesquisa implica considerá-los como um sujeito composto por uma identidade flutuante, fragmentada, mutante, móvel, conforme Bauman (2005), Hall (2006) e Silva (2000; 2006), definida através das negociações que ocorrem nas interações sociais

a partir da convivência, algumas vezes conflituosas, entre brasileiros e venezuelanos. A ideia de que o indivíduo tenha uma identidade fragmentada não significa que ele não tenha identidade, ou mesmo que não se possa dar credibilidade à identidade do sujeito, mas sim que ele tem uma identidade para coisas diferentes em diferentes momentos, ou seja: os participantes improvisam realizações a partir de determinados contextos, recorrendo a representações que constroem das línguas e nacionalidades envolvidas, assim como de outros símbolos, por assim citar, o vestuário venezuelano, o horário de funcionamento dos estabelecimentos públicos em Santa Elena, o sistema de ensino escolar e etc. No fragmento a seguir, podemos ver como essa mobilidade é entendida por Sara ao relatar como se sentia na dinâmica de residir em Santa Elena e estudar em Pacaraima:

(...) é bem cansativo, mas ao mesmo tempo é legal porque você... porque... por exemplo muitas vez a gente já brincou a maioria das vezes a gente tá no mesmo lugar ao mesmo tempo (sic) aí a gente fica com esse negócio assim mas... as vezes a gente confunde porque, tem hora que a gente tá aqui a gente começa a falar em espanhol, tem hora que a gente tá lá e enrola o espanhol com o português, aí a gente as vezes até na escrita na escola se confunde também por exemplo esse negócio de tá aqui tá lá, tá aqui tá lá, mas como já acostuma as vezes só cansa (...)

É curioso pontuar que as perguntas formuladas aos participantes na entrevista individual não apontavam um aspecto específico dessa mobilidade, deixando espaço para questões de cunho linguístico ou extralinguístico. Reitero que tomei essa decisão levando em consideração a experiência do primeiro momento da coleta de registros, onde havia percebido, como citei antes, que o texto para atividade do GF de alguma forma influenciou na postura dos participantes que se detiveram mais em apontar os conflitos socioculturais entre os brasileiros e venezuelanos, deixando as questões linguísticas num plano secundário, embora nesta pesquisa um aspecto esteja intimamente associada ao outro. No caso do fragmento acima, podemos perceber que Sara centralizou sua resposta na marca linguística ao relatar o comportamento de alternância de código (code-switching) na escrita e no nível fonológico. Entretanto, a participante não parece dar muita importância ou mesmo parece vê essa alternância como um fator negativo dessa situação de mobilidade. Claro que essa questão, da alternância de código, não está precisamente determinada pela mobilidade geográfica, pois esse é um fenômeno frequente em situações de bilinguismo, sobretudo quando as línguas envolvidas são historicamente e estruturalmente parecidas, como é o caso das línguas aqui em foco. O deslocamento “tá aqui tá lá” narrado pela participante é visto enquanto desconforto apenas pelo esgotamento que a participante sente ao ter que se deslocar de um ambiente para o outro, ou seja, “*como já acostuma... as vezes*”

só cansa”, tendo em conta a distância de 15 km entre as duas cidades e o fato desse deslocamento acontecer, na maioria das vezes para os participantes, com a finalidade de frequentarem a escola e, conseqüentemente, dependerem do ônibus escolar que circula toda a cidade de Santa Elena antes do seu trajeto final.

Júlia, que possui residência nos dois territórios, vê com bastante naturalidade a situação de mobilidade geográfica e linguística. Assim como no relato anterior a participante também coloca em pauta o fenômeno da alternância de código, como podemos ver no fragmento a seguir:

(...) assim quando eu acho que lá tá meio parado eu venho pra cá, só que as vezes a gente se complica acostumado a falar diariamente assim o espanhol quando a gente vem prá cá varias coisas a gente fala em espanhol por exemplo quando eu vou no supermercado alguma coisa eu penso primeiro em espanhol do que em português as vezes a gente se enrola, uma vez eu cheguei lá em Boa Vista e fui comprar pão eu falei eu quero cinco mil bolívars de pão o homem olhou pra mim (a participante riu) “não eu quero cinco reais”... “ah tá” (disse o homem), às vezes a gente se enrola com isso mas eu acho bom [a mobilidade] (...)

As expressões “às vezes a gente se enrola com isso, mas eu acho bom” no fragmento acima e “as vezes só cansa” no fragmento anterior apontam uma atitude das participantes de neutralidade em relação não só à alternância de código, mas também à própria fronteira enquanto espaço físico.

Considerando as colocações de Pasavento (2001), sugiro esse espaço neutralizado como um lugar de “ir-e-vir” que possibilita o surgimento de algo novo, de um terceiro lugar, onde as trocas linguísticas e socioculturais podem resultar tanto em processos conflituosos como consensuais. Esse caráter bifronte vem sendo detalhado, através de aspectos linguísticos e extralinguísticos, e se manterá ao longo desta discussão. Portanto, essa postura de neutralidade quanto à mobilidade geográfica apresentada acima pode converte-se em outro momento numa forma acentuada de marcar a diferença. Um exemplo bastante elucidativo desta situação ocorreu em uma das interações verbais durante o GF, que tratava dos desentendimentos entre brasileiros e agentes venezuelanos na alfândega, onde Camila expõe o não pertencimento ao “país alheio” como um elemento complicador no julgamento da cobrança de propina a brasileiros:

Só que aí tem que ver que a gente está no país alheio... A gente critica, claro tudo bem, a gente vê que isso está errado, mas a gente está no país alheio (...)

Na concepção da participante, o lugar onde o brasileiro reside é o lugar do outro, onde não se tem o direito a reivindicações. Contrariamente, Júlia reivindica o

direito que o pai brasileiro tem ao território venezuelano devido ao fato de viver ali há muito tempo e ter filhos venezuelanos:

Mas tem que ver também (ínt.) por exemplo o meu pai tem vinte anos de Venezuela, aí né, ele já tem a identidade como residente daí, E tem um filho venezuelano ou seja ele já tem um pouco de direito na Venezuela (...)

Da mesma forma Daniel afirma:

É a mesma coisa da minha mãe também, minha mãe já tem vinte e poucos anos morando aí, ela tem dois filhos venezuelanos, a maioria dos meus irmãos mais velhos são todos nacionalizados venezuelanos (...)

Dessa relação, podemos entender que há uma tendência dos participantes em acentuar os traços, através do modo de situar-se localmente, que marcam a existência da fronteira estabelecendo a diferença entre os venezuelanos e os brasileiros através do (não) pertencimento ao chamado “país alheio”, mas, ao mesmo tempo, há um posicionamento de cancelamento dessa fronteira que se caracteriza pela postura de reivindicação do território considerado “alheio”.

Couto (2009) caracteriza as situações de fronteiras como um quarto tipo de contato linguístico. Porém classifica as fronteiras em dois tipos: o caso onde há acidente geográfico, possibilitando uma situação na qual os falantes de uma respectiva comunidade podem falar sua mesma língua quando se deslocam para a comunidade vizinha; e a fronteira inexistente de acidente geográfico na qual haveria uma espécie de convergência linguística intitulada pelo autor como portunhol. Como exemplo desta última situação Couto (id.) citou o caso da fronteira Chuí/Chuy afirmando que nessa comunidade usa-se o espanhol como língua dominante, o português como língua secundária e uma terceira alternativa, intitulada por ele como portunhol. Ao que tudo indica, embora o autor deixe restrições, o segundo tipo de fronteira, dentro da abordagem ecolinguística, não se qualifica no quarto tipo de contato linguístico uma vez que o autor considera que nesses casos há apenas um território, composto por um povo – o da fronteira, brasileiros e uruguaios – e uma comunidade de fala. Essa proposta parece ser bastante compreensível, principalmente no que concerne a noção de território, se consideramos o exemplo da fronteira Chuí/Chuy, embora não fique claro se o autor considera a fronteira como um único território em todos os casos onde há inexistência de acidente geográfico ou apenas no caso Chuí/Chuy.

Quanto à fronteira de Pacaraima/Santa Elena, inexistente de acidente geográfico, pode ser caracterizada pela presença do português, do espanhol e da mescla linguística entre estas duas línguas, nomeado pelos participantes da pesquisa como portunhol. Embora o contato entre os falantes de ambos os territórios esteja esta-

belecido, num contexto geral, principalmente pelas interações através do comércio, há uma diferença entre a postura dos comerciantes brasileiros e dos venezuelanos quanto à aceitação da língua do vizinho nas negociações comerciais. Por exemplo, Braz (2010) ao referir-se sobre as línguas usadas no comércio de Pacaraima afirma que o turista venezuelano motiva o comerciante brasileiro a tentar usar o espanhol para se comunicar, embora o conhecimento da língua seja, segundo a autora, “absolutamente contextualizado, que satisfaz uma necessidade prática e imediata, puramente comercial” (id., p. 89). O mesmo parece não acontecer com o venezuelano que possui uma resistência maior em tentar comunicar-se na língua do brasileiro. Porém, essa atitude não impede que ambos falantes se comuniquem em suas respectivas línguas quando estão em território vizinho. No fragmento a seguir, Júlia, ao afirmar que prefere o uso da língua portuguesa para se comunicar nos respectivos territórios, relata a insistência dos venezuelanos para que os brasileiros falem em espanhol quando estão em Santa Elena:

(...) eu não sou muito assim de falar o espanhol eu falo quando realmente é necessário, até porque eles entendem meio o português, agora quando vem uma pessoa de fora (um venezuelano de outra cidade) pedir uma informação que realmente não conhece Santa Elena a gente tem que falar né, mas eu falo mais o português mesmo eu vou nos lugares e ele brigam comigo “ah você tem que falar o espanhol” “não eu sou brasileiro e vou falar o português e vocês tem o direito (dever) de entender porque aqui é a fronteira e é as duas línguas eu entendo o espanhol vocês tem que entender também o português.

Embora Júlia domine a língua espanhola, como vimos no fragmento anterior ao relatar que realiza algumas alternâncias linguísticas do espanhol para o português quando está em território brasileiro por falar diariamente o espanhol em Santa Elena, a insistência da participante em usar a língua portuguesa em território venezuelano para marcar a sua brasilidade e a desaprovação à exigência que os venezuelanos fazem para que os brasileiros falem em espanhol são atitudes que advêm dos fatores extralinguísticos citados anteriormente, principalmente no que diz respeito ao primeiro fator, o propósito de imigração. No caso da participante, essa postura está estritamente ligada à relação conflituosa que seu pai possui com alguns venezuelanos devido à atividade profissional que exerce que consiste na extração de minério nos garimpos venezuelanos. Uma consequência dessa relação, como pude constatar nas anotações de campo, foi a decisão do pai em residir em Pacaraima, embora as filhas permaneçam vivendo em Santa Elena. Dessa forma, a participante manifesta um descontentamento à cultura venezuelana, atribuído por ela aos maus tratos que os brasileiros imigrantes sofrem no território venezuelano, como podemos ver na sua narrativa a seguir quando relata sobre a experiência de morar em Santa Elena:

(...) mas tem a questão ruim também por causa da humilhação porque brasileiro mora aí o pessoal quer... ontem a gente saiu no carro né os carro da gente é venezuelano meu pai tava dirigindo aí passou um brasileiro no carro e xingou o meu pai porque tava no carro aí meu pai disse “o que você tá pensando que eu sou venezuelano eu sou brasileiro só porque eu tenho um caro venezuelano pensa que sou venezuelano, queria arrumar confusão eles implicam muito com a questão dos brasileiros.

Embora a participante afirme que os brasileiros são humilhados, o episódio narrado acima apresenta exatamente o inverso, ou seja, essa relação de rechaço muitas vezes é recíproca entre as duas culturas. É curiosa a preocupação do pai da participante em defender, naquela circunstância, a sua nacionalidade brasileira apesar de em outros momentos ter seus direitos reivindicados pela filha ao território venezuelano devido ao fato de viver ali há muito tempo e ter filhos venezuelanos. Neste sentido, existe uma relação entre a identidade do sujeito e as coisas que ele usa e possui, portanto, os símbolos carro, filhos, residência e território são significantes importantes para a constituição do processo de significação de ser venezuelano. De alguma forma, as diferentes representações do termo “identidade como residente daí”, ou seja, ter identidade como residente da Venezuela, o aproxima da cultura venezuelana e o permite ter direitos no país vizinho, como residência fixa e carro, mas, por outro lado, também o deixa bastante confortável para ser apenas um residente migrante que insiste em defender sua brasilidade.

A análise da situação dos participantes enquanto indivíduos bilíngues se encaminha, à luz da concepção teórica, principalmente, de Mello (1999), *Savedra (2009) e Salgado (2009)*, numa perspectiva que contempla a inter-relação entre língua, indivíduo e sociedade, levando em consideração a situação em que os participantes da pesquisa atuam como sujeitos bilíngues. Neste sentido, não há como falar de indivíduo bilíngue sem falar de bilinguismo na sociedade, já que todo indivíduo é um ser social, que influencia e é influenciável por um grupo, por isso a relação entre o bilinguismo na sociedade e o indivíduo, principalmente tendo em conta este contexto, é extremamente necessária para que eu possa considerar os motivos que encaminham os participantes deste estudo ao uso de uma determinada língua.

O uso da língua portuguesa é predominante para todos os participantes nos dois municípios, quanto à língua espanhola, como já afirmado nos parágrafos acima, a maior ou menor frequência de uso está condicionada ao sentimento que cada participante tem de pertencimento ao território venezuelano, resultado de uma série de fatores já relatados, mas que retomarei quando necessário. Daniel e Sara, apesar de afirmarem que quase sempre usam o português nas suas atividades rotineiras, narram alguns episódios que revelam também uma relação mais familiar com a lín-

gua espanhola, motivados por um envolvimento maior com os venezuelanos e sua cultura.

Por exemplo, Daniel vive há quatorze anos em Santa Elena e manifesta bastante contentamento com o fato, possui uma família bastante numerosa, composta por brasileiros e venezuelanos que vivem em casas vizinhas senão no mesmo terreno, o cunhado venezuelano tem uma oficina mecânica ao lado da própria residência onde há um grande fluxo de clientes venezuelanos, hispano-falantes e brasileiros. Embora seja comum o uso das duas línguas entre os familiares nesses ambientes, segundo o participante, o uso da língua portuguesa é predominante:

(...) aqui em casa é muito difícil falar espanhol também porque todo mundo entende o português e o espanhol, meu cunhado entende bem o português só não fala bem mas entende (...) é muito difícil falar o espanhol a gente fala mais é o português.

A entrevista com esse participante foi realizada na oficina mecânica do cunhado venezuelano, uma nota interessante do diário de campo é que, antes de começar a entrevista, ora o participante falava com o sobrinho em espanhol ora conversava comigo ou com uma de suas irmãs em português e durante a entrevista fomos interrompidos pelo cunhado venezuelano, dono da oficina, que interrogava Daniel em espanhol sobre o que fizera na noite anterior, após essa pequena pausa para a conversa dos dois em espanhol retornamos nossa entrevista em português. Em casa, o participante fala espanhol com os dois cunhados venezuelanos e português com as irmãs; no trabalho, numa serralheria, onde a maioria dos companheiros de trabalho é brasileira, interage em português, mas quando precisa conversar com algum cliente venezuelano o faz em espanhol. Esses dados me levam a crer que a escolha do participante por uma das línguas está condicionada ao local e aos interlocutores envolvidos nas interações do seu cotidiano. A alternância dessas duas línguas é determinada pelo que Fishman e Romaine (1986; 1995 apud MELLO, 1999) chamam de domínios sociais, ou seja, uma situação particular na qual ocorre uma determinada interação, essa noção permite localizar o falante bilíngue em um contínuo situacional no qual ele alterna os seus modos de fala.

O comportamento linguístico dos participantes também deve ser analisado levando em consideração as funções externas que uma determinada língua exerce, conforme apresenta Mackey (1972 apud MELLO, 2006). Nos dados gerados para este trabalho essa função caracteriza-se por dois ambientes, a escola e o comércio.

No ambiente escolar a função externa da língua é marcada pelos conflitos interculturais entre os alunos brasileiros residentes em Pacaraima e venezuelanos ou

brasileiros, usuários da língua espanhola, residentes em de Santa Elena, conforme relata Daniel:

(...) até o ano retrasado quando eu estudava de manhã era muita briga por causo que “ah que os venezuelanos não sei o que e tal”... entendeu todo tempo eles falavam isso (os brasileiros falavam mal dos venezuelanos), muitos não gostavam por a gente porque muitas vezes a gente se juntava o pessoal daqui de Santa Elena como todo mundo se conhece muitas vezes a gente ficava conversando em espanhol, aí o pessoal se sentia assim... aí muitos não gostavam.

Embora o local de interação, o ambiente brasileiro, e a pressão de uma parte dos alunos conduzam o comportamento linguístico escolar para o uso da língua portuguesa, Sara, durante a entrevista, afirma usar a língua espanhola na comunicação com amigos na escola, quando estes são de nacionalidade venezuelana, para desenvolver atividades muito particulares como cantar, dizer palavras, fazer brincadeiras ou falar sobre outros companheiros, apesar de relatar que na maioria das situações do seu cotidiano, seja em Santa Elena seja em Pacaraima, predomina o uso da língua portuguesa:

(...) a gente só fala espanhol com amigo venezuelano que não entende o português (...)

Essa postura também é compartilhada por Daniel que, em ambiente escolar, apesar de falar português na maior parte das vezes, usa a língua espanhola com os amigos brasileiros que assim como ele residem em Santa Elena e usam as duas línguas na comunicação:

(...) lá muitas vezes a gente fala o espanhol também aí porque a maioria dos meninos que estudam lá (em Pacaraima) são daqui aí quase todos falam espanhol (...)

Porém, para se comunicar com os amigos em uma lan house em Santa Elena o participante usa a língua portuguesa, este último dado foi obtido através do diário de campo. A língua falada por Daniel e pelos seus amigos para interação entre eles na escola poderia ser o português, assim como acontece quando estão em território venezuelano, mas, neste caso, possivelmente, a escolha pela língua espanhola tenha o propósito muito mais de identificação do participante como pertencente a um grupo, neste caso ao grupo dos venezuelanos, do que estabelecer a comunicação entre os falantes. Quando Daniel diz “*a gente (...) o pessoal daqui de Santa Elena*” refere-se a ele próprio e aos companheiros brasileiros como sujeitos venezuelanos, entretanto, em outro momento da coleta de registros, na atividade de GF, define, pelo vestuário, a si mesmo e aos amigos como brasileiros, como diferente do outro, sendo este outro o venezuelano. No fragmento abaixo exponho esta última informação:

(...) eu quando eu saio assim é só com os que estudam aqui (em Pacaraima) né só que eles moram lá (em Santa Elena)... porque são todos brasileiros e todos os que eu conheço lá... tudo (é) brasileiro, é difícil eu andar com venezuelano e eu conheço vários só que é difícil porque... até mesmo assim pelo jeito que eles se vestem (inint.) dá até vergonha pelo jeito (...)

Na dinâmica de definir-se ou redefinir-se enquanto sujeito no discurso há um jogo de diferença marcado por uma dada situação e pelos interesses envolvidos no ato da fala, ou seja, num momento Daniel denomina-se como “*a gente*” incluindo-se no grupo dos venezuelanos, noutro usa “*eles*” excluindo-se do grupo. Reitero que essas duas formas de identificar-se enquanto sujeito, de algum modo, estão associadas ao local onde foram coletados os registros, sendo o primeiro termo usado nos depoimentos durante a entrevista em Santa Elena e o segundo nos relatos do GF em Pacaraima. Ao relatar como os colegas brasileiros e venezuelanos reagem à disciplina de espanhol no ambiente escolar Daniel demonstra uma terceira forma de identificação que fortalece ainda mais esse jogo de diferenças:

(...) muitos estrangeiros (os brasileiros) não gostam por ter dificuldade de aprender aí... mas outros já gostam já, praticamente os que moram aqui já gostam.

Na primeira parte do fragmento o participante refere-se aos brasileiros que vivem em Pacaraima como estrangeiros, logo, como diferente dele que é nativo, venezuelano. Analisando essa postura é possível supor que o participante compreenda o sujeito venezuelano em dois tipos de sujeitos: o primeiro refere-se ao indivíduo que nasceu, sempre viveu em Santa Elena e se veste diferente do brasileiro; o segundo indivíduo é de nacionalidade brasileira, que reside em Santa Elena há muito tempo, que fala espanhol, que tem direito ao território venezuelano, que se veste diferente do primeiro tipo de sujeito.

Já no segundo ambiente, no comércio de Santa Elena, a função externa da língua está condicionada, na maioria das vezes, por questões de ordem econômicas prevalecendo o uso do espanhol pelos participantes, como podemos verificar respectivamente nos relatos da Júlia, Daniel e Camila:

Com a minha família eu sempre falo português né uma vez na vida a gente fala uma palavra em espanhol assim né no dia a dia mas é difícil, falo mais o espanhol quando eu vou pegar um taxi daqui pra lá né aí eu falo no caso de eu ir também no supermercado assim aí eu falo também, só nessas ocasião mesmo ou quando alguém liga no meu celular e fala em espanhol aí eu falo né... a procura do meu pai é algum negócio aí eu falo.

(...) no comércio todo tempo o espanhol porque aqui é uma coisa assim se a gente for falar o português eles querem aumentar o preço de tudo, entendeu? aí você tem que chegar lá falando logo o espanhol, porque até pelo jeito que eu me visto eu todo tempo me vesti assim (como) brasileiro, aí eles já sabem já (que é brasileiro), só que como a gente chega falando tudo em espanhol eles não... [aumentam os preços] (...)

(...) como a gente tem mais amigos brasileiros na família que entende o português a gente não fala muito espanhol por exemplo assim a gente só fala espanhol com amigo venezuelano que não entende o português ou quando eu realmente preciso pra comprar alguma coisa más tá falando frequentemente isso não (...)

Os dados acima me permitem supor que os participantes têm a língua espanhola como um “elemento não marcado”, no sentido em que o termo é atribuído na linguística, para as interações no comércio. Dada a circunstância, como afirma Daniel, de que no comércio venezuelano há um aumento no valor das mercadorias vendidas à clientes brasileiros quando a língua para a interação é o português, parece ser obvio para os participantes que haja apenas a possibilidade da escolha da língua espanhola no tratamento com os comerciantes uma vez que o uso da língua portuguesa determinaria a nacionalidade brasileira do cliente e esta, por sua vez, o encarecimento dos produtos.

Quando o participante relata *“aí você tem que chegar lá falando logo o espanhol... porque até pelo jeito que eu me visto eu todo tempo me vesti assim (como) brasileiro”* é possível constatar duas formas de identificação para o participante: a primeira refere-se à forma brasileira de se vestir que representa a identidade brasileira; e a segunda é determinada pelo uso da língua espanhola que representa a identidade venezuelana. É notório que há um jogo de poder entre as duas formas de identificação, onde, embora a vestimenta caracterize Daniel como cliente brasileiro, o uso da língua espanhola na interação com os comerciantes venezuelanos o permite receber tratamento de cliente venezuelano, pelo menos no que se refere aos valores das mercadorias. Conforme em Hall (2006, 2008), Woodward (2000) e Silva (2006, 2008) as características comuns que definem um determinado grupo são resultado de um processo de criação de símbolos, narrativas e mitos que se consolidam representando e definido a identidade do grupo. Neste sentido, é através da representação que surgem criações e imposições de significados particulares que perpassam por relações de poder não equilibradas. É precisamente o poder que promove o caráter produtivo da representação, permitindo que uma dada situação seja ressignificada a partir de novos critérios de pertencimento moldados de acordo com os interesses da comunidade.

Palavras finais...

Durante a pesquisa, sobretudo, no momento da análise dos dados, partindo da perspectiva de que cultura é uma forma particular de enxergar o mundo e de atribuir sentido para as coisas, pessoas e acontecimentos que o compõe, tentei interpretar as representações dos sujeitos a respeito das línguas e, inevitavelmente, das culturas, aqui em foco, considerando os diferentes olhares de cada participante sobre os diálogos entre venezuelanos e brasileiros na fronteira.

No que diz respeito às línguas consideradas nacionais nos territórios da fronteira, os participantes falam o português e o espanhol, embora usem com mais frequência o português em ambas as cidades. De modo geral o comportamento linguístico dos participantes está condicionado: a) pela função externa da língua marcada por dois ambientes, a escola e o comércio em Santa Elena, onde, neste segundo, o espanhol prevalece; e b) pela necessidade de marcar a diferença, logo, a identidade, nas diferentes situações de interação.

Os dados coletados na pesquisa me permitem a análise de que o indivíduo está localizado em uma escala ponderada pelo peso discursivo que oscila entre a atitude polarizada de avivar e neutralizar a fronteira, marcada por estratégias de proficiência linguística, de identificação nacional e pelo modo de situar-se localmente dos participantes envolvidos na pesquisa, que revelam um sujeito da(na) fronteira composto por uma identidade flutuante, construída através das negociações nas interações sociais a partir da convivência, algumas vezes conflituosa, entre brasileiros e venezuelanos.

Na maioria dos casos, os conflitos apresentados pelos participantes estão marcados muito mais por questões de cunho econômico e cultural do que aspectos propriamente linguísticos. Porém, quando é de interesse dos participantes reivindicarem algum direito, como o território venezuelano ou uma das duas nacionalidades da fronteira, a língua funciona como um símbolo mais forte que qualquer outro no jogo de poder e identificação. Nesse processo de significação outros símbolos, como vestuário brasileiro/venezuelano, escola brasileira/venezuelana, carro com placa venezuelana, tempo de residência em Santa Elena e filhos venezuelanos também são usados pelos participantes. É através da representação dessas marcas que surgem criações e imposições de significados particulares que perpassam por relações de poder não equilibradas permitindo que uma dada situação seja ressignificada a partir de novos critérios de pertencimento moldados de acordo com os interesses da comunidade.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zaha, 2005.
- BRAZ, Evódia de Sousa. *Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas –SP, 2010.
- CLIFFORD, James. *Itinerários transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999.
- COUTO, Hildo Honório do. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FREITAS, Débora de Brito Albuquerque Pontes. *A construção do sujeito nas narrativas orais*. In: CLIO Revista de Pesquisa Histórica. Recife – PE: Ed. Universitária da UFPE, 2007.
- GOZÁLEZ, Elena Palmero. *Deslocamento, deslocamento*. In: Bernd, Zilar. Et al. (org.). *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010. p. 109-127.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro – RJ: DP&A, 2006.
- _____. *Quem precisa de identidade?*. In: SILVA, T. T. da. (org.). *Identidade e Diferença: as perspectivas dos estudos culturais*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 102-133.
- HANCIAU, Nubia. *Entre-lugar*. In: FIGUEIREDO, Eunice. (org.). *Conceitos de Literatura e Cultura*. 2. Ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010. P. 125-141.
- MELLO, Heloíse Augusta Brito de. *O falar bilingue*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.
- PESAVENTO, Sandra (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.
- RODRIGUES, AryonDall Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- SALGADO, Ana Claudia Peters. *Medidas de Bilingualidade: uma proposta*. In: SAVEDRA, Barreto Mônica; SALGADO, Ana Claudia Peters (orgs.). *A Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em /de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2009, p. 141-162.
- SANTOS, Adair J. *Estado de Roraima*. In: _____. *Roraima História Geral*. Boa Vista - RR: Editora da UFRR, 2010. p. 323-367.
- SAVEDRA BARRETO Mônica. *Bilinguismo e Bilingualidade: uma nova proposta conceitual*. In: SAVEDRA BARRETO Mônica; SALGADO Ana Claudia Peters (orgs.). *A Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em /de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2009, p. 121-140.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: _____. *Identidade e Diferença*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como representação*. In: _____. *O currículo como fetiche: a poética e a política no texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p.31-69.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença*. 8. Ed. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000. p. 7-71.

CONCEITOS DA GEOGRAFIA NO ESTUDO DAS DINÂMICAS DOS PROCESSOS SOCIOCULTURAIS NA FRONTEIRA BRASIL- GUIANA

Introdução

Estudar os processos socioculturais na fronteira Brasil-Guiana se justifica à medida que permitirá compreender as dinâmicas decorrentes das migrações, dos encontros culturais, das identidades entre as duas nações relativas ao trânsito de informações, mercadorias e força de trabalho. Os conceitos geográficos são importantes para compreender as especificidades da fronteira e assim apreender os significados e implicações do encontro de culturas e do processo de construção e reconstrução de identidades, bem como das configurações sociais e econômicas decorrentes.

O estudo sobre realidade espacial da regionalização transnacional na América do Sul implica reconhecer que há uma multiplicidade de fatores que se inter-relacionam como forças profundas de maneira persistente ao longo do tempo.

É sabido que na fronteira internacional entre Brasil e Guiana diariamente transitam pessoas e mercadorias que configura um trânsito transfronteiriço, por envolver sujeitos sociais dos dois países, e que de ambos os lados da fronteira, encontram-se migrantes nacionais e guianenses.

1 Caracterização do Locus da Pesquisa

O ponto focal desta pesquisa será a fronteira da Unidade Federativa de Roraima, envolvendo do lado brasileiro o município fronteiriço de Bonfim e do lado guianense a cidade de Lethem que faz fronteira com o Brasil. A guisa de explicação traçam-se breves esboços sobre essas localidades.

* Mestrando em Sociedades e Fronteiras, pós graduado em Educação Inclusiva UNISEB-COC/SP, graduado em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia pela Universidade Federal de Roraima.

O estado de Roraima, cuja capital é Boa Vista, estende-se por uma área de planaltos e escarpamentos que integram o planalto das Guianas, com altitudes bastante diferenciadas. Essa Unidade Federativa está localizada na região Norte do Brasil. Segundo Freitas (1998), os seus limites são: ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela e República Cooperativa da Guiana; ao Sul com o estado do Amazonas e com o estado do Pará; a Leste com a República Cooperativa da Guiana; a Oeste com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela.

O Município de Bonfim, localizado no Estado de Roraima, surgiu no século XIX, como núcleo de comércio para atender a demanda regional da pecuária bovina, se mantendo neste contexto econômico no século XXI. Possui plano urbano de disposição de casas e ruas, fonte de eletricidade estável interligada ao Sistema de Interiorização da Energia de Guri e capital regular para investimentos básicos (GUIA, 2009).

A ligação do referido município à Boa Vista é feita pela BR-401, que é totalmente pavimentada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o Censo Demográfico de 2010, foi detectado uma população de 10.951 habitantes para todo o município, fala-se, além do português, também o inglês em decorrência da forte presença de guianenses na cidade.

Segundo Silva (2005), Lethem é uma pequena vila pertencente à República Cooperativa da Guiana, localizada à margem direita do Rio Tacutu, fronteira com o Brasil, a uma distância de 128 km de Boa Vista, sede administrativa do estado de Roraima e a 700 km de Georgetown.

Cerca de 22.000 pessoas vivem na região do Upper Takutu-Upper Essequibo, da qual Lethem é a capital, cuja população é de aproximadamente 3.000 habitantes, considerando Tabatinga e Cuvelt City, vilas anexas. Da população que vive em Lethem, 40% são indígenas, excluindo a Missão St. Ignácio, que tem uma população de 1.600 pessoas, das quais 1.400 dessas são indígenas (SILVA, 2005, p.9).

1.1 Fluxo entre Bonfim e Lethem

A zona de fronteira é composta por “faixas” territoriais de cada lado do limite internacional. No que se refere ao Brasil corresponde “à faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (BRASIL, 1988, art.20 § 2º).

A palavra fronteira evoca um limite ou linha divisória entre entidades diferen-

tes e, por conseqüência, o lugar substantivo ou simbólico onde essas entidades se encontram. A noção de fronteira pode referir-se tanto aos bordos formais que demarcam o fim e o começo das diferenças como ao espaço concreto que emerge do encontro dos diferentes e aos discursos que constroem sua especificidade enquanto lugar onde a continuidade cultural e identitária se interrompem.

As estruturas sociais desenvolvidas nos lugares de fronteira não são apenas locais, mas também inovadoras, em virtude do hibridismo e/ou multiculturalismo que as caracterizam. A fixação de limites concretos entre Estados-nação e seus dispositivos culturais e políticos produzem efeitos materiais e simbólicos, que muitas vezes implica na falta de coincidência entre fronteiras dos sistemas políticos e as fronteiras culturais. A fronteira não pode mais ser descrita apenas como algo que divide, mas como zonas permeáveis e porosas onde os processos de interculturalidade se acentuam.

A fronteira Brasil-Guiana estabelece a divisão espacial que marca a soberania de cada Estado-nação sobre seu respectivo território. Entretanto essa mesma fronteira apresenta-se como importante zona de intercâmbio, onde os avanços da tecnologia, no âmbito dos meios de transporte e comunicação, contribuem para a intensificação das trocas de mercadorias e informações, bem como o fluxo de pessoas, sejam elas turistas ou migrantes (temporários ou não).

No entanto, de acordo com Retis (2005), na América do Sul, grande parte das áreas de fronteiras possui um baixo nível de desenvolvimento, baixa densidade populacional, tendências à monocultura, e forte dependência em termos comerciais, financeiros e políticos dos principais centros de decisão de seus respectivos países.

Levando em consideração o contexto social o qual o Brasil está inserido, há um intenso trânsito migratório nas áreas de fronteira. Segundo Pereira (2006), esse trânsito migratório de pessoas, explica os deslocamentos de mercadorias e de significados simbólicos de um lado a outro da fronteira dos dois países. Além da movimentação de mercadorias, existe um intercâmbio de etnias e nacionalidades em torno do interesse comercial e econômico.

Na fronteira entre o Brasil e a Guiana, com o evento da inauguração da ponte¹ sobre o rio Tacutu que ligou efetivamente estes dois países, foi aberto um novo corredor que veio facilitar não só o comércio e transporte de mercadorias, mas de pessoas, que até então, eram obrigadas a cruzar a fronteira utilizando a balsa e os barqueiros, pagando por esse serviço.

1 A ponte é parte do projeto estratégico do Arco Norte, que liga Roraima às capitais da Guiana, Suriname, Guiana Francesa ao estado brasileiro do Amapá, integrando o norte brasileiro ao Caribe

Com a ponte houve um acirramento no fluxo de pessoas em direção a Lethem para fazer compras no comércio, principalmente turistas vindo da Metrópole Regional (Manaus), intensificando o comércio, promovendo um rápido crescimento e desenvolvimento econômico local, inclusive com significativas melhorias nas lojas, nas ruas, além do aumento do número de vagas de trabalho e renda.

Os eventos, como construção de fixos e ligam fluxos, mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. Segundo Brunhes (1962 apud, SANTOS, 1997, p. 116), “o cenário geográfico permanece o mesmo, mas os homens que nele habitam passam por necessidades crescentes, mutáveis e crescentemente complexas”².

Estes eventos podem ser naturais e/ou sociais ou históricos, onde os primeiros resultam do próprio movimento da natureza e os eventos sociais ou históricos resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais.

Com a inauguração da ponte internacional ligando os dois países (inaugurada em 2009), houve aumento do trânsito transfronteiriço com transformações provocadas por esse evento, percebidas já de imediato, como o deslocamento, outrora fluvial, agora terrestre, tanto de pessoas como de veículos com de mercadorias, em que era exigido um tempo maior para a travessia, portanto, a construção e abertura da ponte aos deslocamentos é um evento social e histórico e no contexto de fronteira internacional é também global.

Do ponto de vista do evento, no caso específico, da ponte é necessário discernir entre a existência do objeto e o valor do objeto. O objeto, de acordo com Santos (1997, p. 124), “tem um valor como coisa, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional”. Essa valoração do objeto está ligada à maneira como a sociedade dele se utiliza. Com a liberação do tráfego sobre o rio Tacutu que liga a cidade de Bonfim no Brasil e Lethem na Guiana, o governo brasileiro terá o seu principal objetivo atendido e que foi a razão primeira da sua construção, visando o escoamento da produção da Zona Franca de Manaus, já que a construção da referida ponte foi de iniciativa federal.

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Assim, fluidez é ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado;

2 BRUNHES, Jean. Geografia humana. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos. Esses objetos transmitem valor às atividades que deles se utilizam. Nesse caso, podemos dizer que eles “circulam”. É como se, também, fossem fluxos (SANTOS, 1997, p. 218).

Não é à toa que palavras de ordem atuais são a fluidez e a competitividade. A exigência da fluidez manda baixar fronteiras, melhorar transportes e comunicações.

Assim, de acordo com Pereira (2006, p. 4), as observações de campo, confirmadas pelas entrevistas locais, demonstraram que, no mercado informal, a composição étnica assim se distribui: os barraqueiros, que são, em sua maioria, guianenses se estabelecem em Boa Vista e Bonfim; os atravessadores, a maior parte é de brasileiros regionais (notadamente no comando da venda de peixes e de produtos hortigranjeiros); os indígenas, que estão na feira em três situações: os de diferentes nacionalidades (incluindo bolivianos), que vendem pequenas mercadorias industrializadas, na condição de vendedores ambulantes (sem barraca); os indígenas barraqueiros (especialmente brasileiros), que vendem produtos hortigranjeiros e temperos e são moradores de Boa Vista e por fim, os indígenas das malocas que, com apoio das prefeituras municipais, trazem suas produções para serem comercializadas - a farinha, o milho, o arroz, a mandioca e poucas peças artesanais. Isso demonstra uma forte presença de migrantes e de indígenas que transitam em ambos os lados da fronteira, levando consigo seus hábitos, costumes, crenças, valores etc., que, via de regra, tende a influenciar a cultura do outro, ao mesmo tempo em que são influenciados pelo outro.

De acordo com Laraia (2009, p. 95), qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. E afirma que “existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro”.

Do lado da Guiana, em Lethem, é comum encontrar brasileiros que emigram em busca de melhores oportunidades de trabalho. Segundo Pereira (2006), existe um fluxo migratório contínuo de brasileiros para Lethem, que são atraídos para trabalhar nos comércios como vendedores (que atendem grande número de brasileiros que adquirem produtos guianenses para revenda) e pela aquisição de produtos como açúcar e alho; além da busca de trabalho no garimpo, adentrando, desse modo, além da fronteira.

Do mesmo modo, há o fluxo de guianenses para Bonfim e Boa Vista com a finalidade de vender seus produtos e procurar emprego em serviços e baixa qualificação e renda. Enfim, ambos os povos deslocam-se diariamente em busca por serviços

públicos (saúde e educação) nos dois lados, sendo que alguns desses deslocamentos acabam efetivando-se numa permanência mais longa, tornando-se migração.

2 *Conceitos e Mensurações no Contexto da Ciência Geográfica*

Vários são os conceitos encontrados na Ciência Geográfica, que viabilizam a percepção numa análise de valorizar a cultura segundo sua dimensão simbólica, mostrando o papel do homem como agente essencial na transformação do espaço e faz-se perceber e reconhecer os mecanismos que movem as pessoas e as coisas dos lugares, numa perspectiva de verificar e compreender as dinâmicas que se estabelecem.

2.1 *Territorialidade e Fronteira*

É grande a dificuldade para caracterizar as noções de fronteira e limite no contexto da teoria do estado moderno, porque segundo Machado (2002, p. 1), “sabemos que passaram por muitas evoluções e que são usados numa variedade de sentidos. Ambos mudam com o tempo.” A fronteira, portanto, é um perímetro instaurado por um *poder* cujo projeto político é de afirmar e distinguir-se das outras entidades territoriais.

É o que Meira Mattos (1975) assinala de distinção do “meu do teu”, ao se referir a domínios territoriais às margens de Estados Nacionais. Ela supõe efetivamente a descontinuidade que o limite mesmo implica e freqüentemente apresenta-se como uma zona vulnerável que, sujeita a um risco, pode clarear em um conflito, como muito ocorria até meados do século passado e ainda hoje ocorre, porém de forma mais pontual.

Conforme menciona Costa (1999), uma fronteira política, é um espaço privilegiado de afirmação e reconhecimento de poderes políticos. É o atributo de um poder que fixa limites muitas vezes impostos no espaço, nascendo assim o território, formado fundamentalmente a partir de relações de poder de determinado agente.

Espaço e território não são termos equivalentes. O espaço é anterior ao território, pois de acordo com Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. O espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso. O território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço.

A territorialidade do espaço segundo Raffestin (1993, p. 160), pode ser definida como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional

sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

As fronteiras territoriais também são essenciais, uma vez que delimitam a área alcançada por essas relações de poder, sendo as mais conhecidas, as fronteiras nacionais e outras delimitações políticas.

A abordagem da territorialidade dentro de uma pesquisa supõe uma crítica política de problemas do espaço, em uma perspectiva de análise de lutas étnicas como processos geopolíticos que envolvem disputas territoriais entre Estados Nacionais. Nessa perspectiva segundo Lefebvre (1978, p. 259), ”entende-se território como um espaço no qual se inscrevem relações sociais, visto que nele se projetou trabalho humano, o que lhe confere uma significação histórica”.

O resultado da ação de atores sociais diz respeito a lugares nos quais se imprimem relações de poder entre indivíduos e redes sociais. Esses lugares, por definição, não são homogêneos, pois expressam clivagens sociais, relações entre alteridades, associadas à sua territorialidade, que “reflete a multidimensionalidade territorial do vivido pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” Raffestin (1993, p. 143).

Portanto, a interação entre os estados territoriais na zona de fronteira se expressa freqüentemente através da vinculação social e cultural, adotando-se reciprocamente usos, costumes, valores e expressões idiomáticas que são próprias e distintivas das cidades que, mesmo separadas por um limite estabelecido, criam um lócus de interação próprio, só perceptível naquele espaço geográfico. Nessas cidades se produz uma interface, cujas influências recíprocas determinam comportamentos socioeconômicos e culturais que as diferenciam do restante de seus respectivos países, em que se formam verdadeiras *sociedades transfronteiriças*, conforme menciona Farret (1997).

Dessa forma, as culturas se interligam e se reconstroem utilizando elementos materiais como o território. Elas existem num lugar. A forma como se relacionam com o espaço é um elemento básico para a compreensão de uma identidade. O território ao mesmo tempo em que expressa uma cultura, a condiciona. Porém, é possível uma cultura se afirmar fora de seu território tradicional ou é possível ser brasileiro fora do território chamado Brasil. Aliás, é provável que um brasileiro se sinta até mais brasileiro fora do Brasil, pois contrastará com o diferente.

Cabe aqui denominar as cidades de Bonfim e Lethem como cidades fronteiriças, onde as culturas, dos dois lados, são ao mesmo tempo separadas pelo papel do território constituinte nacional, elas interagem num entrelaçamento permanente de idas

e vindas de pessoas e mercadorias que se misturam, formando algo peculiar com atrativos, pois segundo Ravenstein (1980, p. 69), as “cidades que se situam próximas a fronteiras de Estados tornam-se, virtualmente, centros de atração de emigrantes dos dois Estados.” Ambas também podem ser classificadas de “cidades-gêmeas” devido a,

serem núcleos urbanos simetricamente dispostos dos dois lados de um limite internacional, usualmente vinculados à posição privilegiada em relação às redes de comunicação. Dessa proximidade deriva intenso intercambio de pessoas, serviços, capitais e informação, mas de modo assimétrico, às vezes complementar, às vezes competitivo (HOUSE,1980, p.458).

Sobre as zonas de fronteira Becker, (2006, p. 57) assinala que é uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado da fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas. Caracterizam-se por serem locais de instabilidade e mutabilidade, onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas (nacionalistas, libertadores, econômicas, etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas.

2.2 Emigração e Imigração em Área de Fronteira

Por se tratar de um estudo que envolve deslocamentos populacionais na região da fronteira tendo como referência as cidades de Bonfim no Brasil e Lethem na Guiana pretende-se considerar não só a proximidade geográfica, os laços históricos, econômicos, sociais, culturais que constituem o processo de mobilidade populacional, como também a compreensão do tipo de migrações e suas características.

O deslocamento realizado por um indivíduo ou por um grupo de pessoas, que se desloca de um lugar para outro no qual pretende viver, fixar residência denomina-se por migração. A população que realiza esses deslocamentos é chamada migrante; se esse movimento for de saída (de seu país de origem, por exemplo), também é conhecida como emigrante. O movimento contrário, de entrada, distingue os imigrantes.

Define-se migração como uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento, ou à natureza voluntária ou involuntária do ato, como também não se estabelece distinção entre migração externa e a migração interna. Assim, considera-se como ato migratório:

tanto um deslocamento que se processa de um departamento do lado direito do corredor

para um departamento do lado esquerdo, como um deslocamento de Bombaim, na Índia, para Cedar Rapids, Iowa (USA), embora seja natural que o início e as conseqüências desses dois deslocamentos apresentem diferenças imensas (LEE,1980, p. 99).

Os conceitos geográficos e suas definições fornecem subsídios para a caracterização desse deslocamento populacional, no entanto, dificuldades são encontradas para classificar essa modalidade, se como migração internacional ou como extensão da migração interna entre os países, pois documentos de transito entre as aduanas não são exigidos, ficando o livre tráfego de mercadorias e pessoas.

Pelo fato exposto acima, existe a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para definir como este tipo de deslocamento pode ser mais bem analisado, para se buscar uma definição que possa encaixá-lo nos conceitos de migração. No entanto, percebe-se que, a definição de migração pendular poderá caracterizar este tipo de migração, por esses deslocamentos serem diários envolvendo trabalhadores que moram numa cidade e retornam a seus lares após a jornada de trabalho, como também poderá ser identificado como transfronteiriço, que é o movimento de pessoas que diariamente atravessam a fronteira entre dois países para trabalhar, usar serviços, etc.

As dinâmicas dos processos socioculturais são provocadas pelos deslocamentos de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico. Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é segundo Sayad (1998, p. 15), “também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente”.

É este deslocamento que ele define como imigração, e falar de imigração é falar da sociedade como um todo, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e de seu funcionamento, sem nos desprender de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração.

Este autor ainda salienta que:

o imigrante só existe na sociedade que o assim denomina a partir do momento em que atravessa as suas fronteiras e pisa seu território; quando nos interrogamos sobre o nascimento para a imigração, ou seja, na verdade, sobre o nascimento da emigração, somos impelidos a buscar as causas, a razão, o princípio explicativo, em suas próprias estruturas internas (suas estruturas econômicas, o mercado de trabalho, suas estruturas demográficas, suas estruturas sociais,etc)(SAYAD,1988, p. 15).

2.2.1 Fatores do fluxo em área de fronteira

Quando se estuda a imigração deve-se sempre buscar saber quando acontece esse “nascimento” e buscar as causas, a razão, o princípio explicativo em suas

próprias estruturas internas, ou seja, em suas estruturas econômicas, o mercado de trabalho, estruturas sociais e demográficas.

Neste sentido já foram evocados, um após outro, o déficit demográfico, a expansão econômica de determinados períodos e o mercado de trabalho quando a oferta de emprego se torna, pelo menos em alguns setores, superior à demanda local.

Esse modo de explicação, para ser mais completo e mais esclarecedor, deve levar em conta que, de acordo com Sayad (1998, p. 18), “se lembrasse que o imigrante, antes de nascer para a imigração, é primeiro um emigrante”. Afirmo que o imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito.

A maior parte das informações disponíveis sobre movimentos migratórios é proveniente de levantamento em que a unidade a que se referem os dados é o indivíduo ou, na melhor das hipóteses, a família. Desta maneira, as causas das imigrações quanto aos motivos que os teriam levado a essa condição, quase sempre as respostas da maioria dos imigrantes são: motivação econômica (procura de trabalho, melhora das condições de vida, etc.) e para acompanhar o esposo, a família ou algo deste estilo.

Torna-se evidente o lado econômico, o que é comprovado por Singer (1980, p. 236), quando afirma: “as causas são sempre de fundo econômico”, mesmo levando em conta que essas informações combinem unidades de análise a níveis individual e agregado, o motor da imigração é sempre a desigualdade regional, e a sua motivação é sempre o econômico.

Para um aprofundamento nas análises das características dos imigrantes da região de fronteira ora estudada, faz-se necessário um trabalho *in loco* que questione aspectos sociais (idade, sexo, estado civil, grau de instrução, profissão) pois segundo a ONU (1980, p. 340), “os dados permitem acesso ao extenso campo de análise dos diferenciais e seletividade migratória”.

De acordo com Lee (1980, p. 100), “em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las”, portanto, faz-se necessário também, investigar os fatores que entram na decisão de migrar que são: fatores associados ao local de origem; fatores associados ao local de destino; obstáculos intervenientes; além dos fatores pessoais.

Ainda segundo Lee (1980, p. 322), a área de origem (de saída) e área de destino (de entrada), deve ser analisada prioritariamente, pois, os lugares e tempo do deslocamento são individualmente diferentes e requer um aprofundamento para se

aproximar da problemática a ser analisada, principalmente em áreas de intenso fluxo, como no caso das cidades fronteiriças, pois baseado em Ravenstein (1980, p. 55) “o processo de absorção é o inverso do de dispersão, mas assemelha-se a este de que cidades absorvem primeiramente migrantes de suas (...) fronteiras, antes de atraírem recursos humanos de partes mais distantes do país”.

Considerações Finais

O espaço fronteiro entre Brasil e Guiana, vem sendo modificado em função dos avanços tecnológicos de comunicação e transporte, que o torna local de encontro e lugar privilegiado que permite o estudo e o entendimento das diferentes realidades culturais sobre esse espaço. Este é caracterizado por deslocamentos contínuos, que favorecem a migração e ao mesmo tempo, este processo migratório proporciona encontros culturais e jogos de identidades.

A Geografia é a ciência que trabalha na interface sociedade/natureza, por excelência. Neste sentido, os conceitos geográficos são de grande importância por através deles, se chega ao conhecimento tanto da dinâmica humano/social, como físico/natural quando incluídos na reprodução do espaço. Estes, não devem ser estudados isoladamente, mas sim as inter-relações que se estabelecem no processo de reprodução formado no contexto do modo capitalista de produção global.

Neste sentido, será importante para o pesquisador o conhecimento do espaço e suas dimensões físicas, humanas e de como se dá sua apropriação na reprodução sócio-espacial. É a partir da visualização da diversidade espacial da paisagem, que será compreendido o espaço geográfico na sua totalidade.

Mais do que refletirem uma realidade, os conceitos são “instrumentos” não apenas no sentido analítico, como auxiliares de interpretações.

Referências Bibliográficas

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. 2 ed. Rio de Janeiro:Garamond, 2006.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Fronteira: Faixa, Ocupação e Utilização – art. 20, § 2º, e art. 91, § 1º, III Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao>. Acesso em: 03 maio 2012.

- COSTA, W. M. Políticas territoriais brasileiras no contexto de integração sul-americana. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, p. 25-41, jul/dez. 1999.
- FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteiras. In: IARA, R. C.; KOCH, M. R.; OLIVEIRA, N.; SCHÄEFFER, N. O. & STROHAECKER, T. (org.) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.
- FREITAS, L. A. S. de. *Estudos Sociais Roraima Geografia e História*. São Paulo: Cor Print, 1998.
- GUIA Turístico de Roraima: ecológico, histórico e cultural. Boa Vista/RR: SEPLAN, 2009.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HOUSE, J. W. "The frontier zone: a conceptual problem for policy makers". In: *International Political Science Review*, vol. 1, n° 4, 1980.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 03 maio 2012.
- LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: BNB. *Migração Interna: textos selecionados*. Tradução de Hélio A. de Moura. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 89-114. (Estudos Econômicos e Sociais, 4). (Traduzido do original: a Theory on migration).
- LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.
- MACHADO, L. O. *Sistemas, Fronteiras e Território*. UFRJ, 2002.
- MEIRA MATTOS, Carlos. *Brasil Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. *Conceitos Básicos, Definições e Mensuração da Migração Interna: excertos do Manual VI da ONU*. Tradução de José Alexandre Robatto Orrico. In: BNB. *ETENE. Migração interna: textos selecionados*. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 313-353. (Estudos Econômicos e Sociais, 4). (Traduzido do original: Naciones Unidas, Manual VI: métodos de medición de La migración interna).
- PEREIRA, M. C. Processos migratórios na fronteira Brasil-Guiana. In: *Estudos Avançados*. [online]. v. 20, n. 57, p. 209-219, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 abr. 2012.
- PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: *Revista e Experimental*, São Paulo, FFLCH/USP, v.2, mar. 1997, p. 11-24.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, 269p.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: BNB. *Migração interna: textos selecionados*. Tradução de Hélio A. de Moura. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980, p.20-88 (Estudos Econômicos e Sociais, 4). (Traduzido do original: The laws of migration).
- RETIS- DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em: <<http://fronteiras.igeo.ufrj.br>> Acesso em 05 maio.2012.
- RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. Departamento de Turismo. *Inventário Turístico do Município de Amajari*. Boa Vista, 2010.

OLIVEIRA, R. C.; STEPHEN, G. B. (Org.). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1991, Campinas. *ANAIS...*Campinas: ABEP, 1992, p. 119-144.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 1997.

_____. *A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo*. In: *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 190 p. (Geografia: teoria e realidade; 25).

SAYAD, A. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, C. A. B. da. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Campinas, 2005. 267f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA L. R. da . *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1991.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BNB. ETENE. *Migração interna: textos selecionados*. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 211-244 (Estudos Econômicos e Sociais, 4).

VALE, A. L. F. *Migração e Territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR*. Presidente Prudente, 2007. 293f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista.

ETNODESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE A SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS QUE VIVEM NO EXTREMO BAIXO RIO BRANCO/RR

Introdução

A realização deste trabalho tem como objetivo analisar a realidade vivida pelas comunidades ribeirinhas do extremo¹ Baixo Rio Branco a partir das discussões sobre o etnodesenvolvimento.

Etnodesenvolvimento significa satisfazer a necessidade básica do maior número de pessoas possíveis, ao invés de priorizar o acúmulo de capital; priorizar a resolução de problemas e necessidades locais; valorização do conhecimento e tradição local; busca pelo equilíbrio com o meio ambiente; possibilidade dos grupos auto-sustentarem-se e tornarem-se independente dos recursos técnicos. Sua característica é promover ações integrais e de cunho participativo entre os membros que compõem a comunidade.

A partir desta definição é imprescindível a realização de uma leitura crítica sobre os diversos contextos pontuados pela ideia arcaica de desenvolvimento da Amazônia defendida pelo Estado de Roraima, assim como o uso descontrolado dos benefícios disponíveis pela natureza ao homem explorado pelos grandes barcos de pescas que vem do estado do Amazonas realizar pesca predatória na região em discussão.

Na região vivem sujeitos com identidade dupla, porque necessitam da pesca e da agricultura para sobreviverem, e é nestas duas linhas de frente que enfrentam seus maiores dilemas, de um lado o conflito de terra e do outro, conflito de água. No que tange a organização social do grupo, o Estado de Roraima quer transformá-la em

1 A utilização deste termo ocorre para identificar as comunidades que vivem na divisa do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas, na região do rio Jauaperi, já que é muito comum a identificação do termo “Baixo Rio Branco” com a comunidade Santa Maria do Boiaçu.

* Formado em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia Social, pela Universidade Federal de Roraima - UFRR.

Assentados do Estado, o que vai na contramão do que eles anseiam, que é a transformação da área em uma Reserva Extrativista – RESEX, por acreditar que esta é a única forma de conseguirem defender a natureza, tirando dela apenas o necessário para sobrevivência, e manter o seu modo de vida.

Para o Estado a RESEX é inviável, porque contraria suas expectativas de explorar a área, principalmente no aspecto madeireiro e grilagem de terras para produtores de fora de Roraima.

Na outra frente, que envolve a pesca nos rios, estão os barcos geleiros que vem do estado do Amazonas realizar pesca predatório nos locais aonde as famílias locais pescam para sua sobrevivência e vender o excedente àquele Estado. A pesca predatória consiste no uso de grandes redes de pesca em arrastões², que não faz a seletiva dos peixes que servem para o abate e aqueles que devem permanecer no rio ainda por mais tempo.

Esta prática predatória tem deixado os ribeirinhos sem opção de pesca, pois saem de casa sem a expectativa de voltar com peixe, dada a escassez provocada pela pesca descontrolada dos barcos geleiros.

As informações presente neste trabalho foram colhidas junto a lideranças, que moram na região, em encontros realizados no Estado do Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Estadual do Amazonas – UEA em 2010 e pelo Instituto Socioambiental – ISA na Universidade Federal de Roraima – UFRR em 2011.

O conhecimento de tais conflitos se deu ainda quando estava na Comissão Pastoral da Terra – CPT, e aproveitei estes eventos para conversar com as lideranças do extremo Baixo Rio Branco sobre o momento vivido por eles. Na conversa me falaram sobre o andamento da transformação da área em RESEX, dos conflitos de terras com madeireiros e o Estado, que quer transformá-los em assentados, que tem resultado em diversas ameaças de morte e queima de algumas casas. E os conflitos de água, especificamente sobre a questão da pesca, que resultou, inclusive, no assassinato, em 2006, de um morador da região, que trabalhava como fiscal voluntário para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

2 Técnica utilizada entre duas embarcações, onde uma fica de lado do rio a outra fica na outra extrema, descem as redes, que suportam toneladas de peixe, e saem puxando por uma distancia que considerarem suficiente para a quantidade de peixe suportado pela mesma. Em parte rasa do rio, os pescadores descem e vão pegando os peixes e jogando para dentro das embarcações, que tem o seu porão como geleira, onde ficam armazenados os peixes. A seleção dos que servem para a venda e os que não servem acontece apenas quando atracam no porto, tempo em que os peixes já estão todos mortos, e jogado fora os que não servem para o mercado.

Foi este contexto que me motivou a escrever este artigo, que está dividido em duas partes, na primeira procuro fazer uma discussão teórica sobre o etnodesenvolvimento, tema este que serve de introdução para compreensão da realidade vivida pelas famílias no extremo Baixo rio Branco, assim como da importância da criação da RESEX naquela região, que é a segunda parte desenvolvida neste trabalho.

1 Interfaces do Desenvolvimento sustentável e Etnodesenvolvimento

Vemos em Bellen (2004) que a construção da consciência social a respeito da degradação ambiental, provocado pelo desenvolvimento, ocorre no final do século XX. O envolvimento da sociedade neste campo de discussão, assim como sua mobilização, contribuiu para construir na década de 90 um novo conceito de desenvolvimento.

A invenção de um modelo de desenvolvimento capaz de explorar a biodiversidade respeitando sua diversidade, ou seja, mantendo um equilíbrio entre capital e recursos naturais, foi a nova estratégia encontrado pelo capitalismo para continuar explorando de maneira agressiva o meio ambiente e as pessoas que vivem nele e dependem dele para continuar sobrevivendo.

Esse é o eixo que norteia e define o desenvolvimento sustentável. Bellen (2004) ainda ressalta que na acaloração das discussões em busca de um modelo diferenciado para explorar a biodiversidade amazônica, o conceito de desenvolvimento sustentável não foi debatido o suficiente, pois não houve, naquele momento, a construção de uma plataforma que pudesse discutir, criticamente, todas as etapas que compõem esse ideal de desenvolvimento. O autor acredita que, por conta dessa situação, existe nos dias atuais uma disparidade sobre a definição do que realmente vem a ser desenvolvimento sustentável, pois há correntes distintas pensando o conceito de desenvolvimento sustentável, cada uma com o objetivo de responder suas próprias inquietações, enquadrando-a de maneira que legitime suas práticas. Essa situação faz com que as avaliações realizadas a respeito da eficácia ou não do projeto não seja consensual.

Essa des-consonância a respeito do conceito que norteia a idéia de desenvolvimento sustentável chegou ao extremo porque, segundo Pellaud (2002), a comunidade européia não o reconheceu como objeto necessitado de importância científica, ocupando espaço apenas em discussões políticas, cujo objetivo se pautava no esforço de justificar a atuação, de forma predatória, do capital mercadológico em regiões detentora de riquezas naturais, tornando-se fontes inesgotáveis de matéria-prima. Por outro lado, mostra a autora, que se a propaganda tornou o uso do termo popu-

lar, em outras circunstâncias, a operacionalização do mesmo teve suas dificuldades.

Conforme assinala Pellaud (2002, p. 2) “(...) De fato, há uma omissão mundial da discussão de temas ligados à Educação Ambiental seja em espaços escolares ou não o que provoca sérias conseqüências para a conceituação geral do desenvolvimento sustentável”.

No alarde efervescente das discussões, as questões que envolvem tanto a biodiversidade como desenvolvimento sustentável ganharam espaço dentro das ciências, tornando-se objetos de trabalho dos mais variados pesquisadores do mundo, seja institucional ou não. Essa nova realidade em que se encontra a biodiversidade faz florescer os mais variados estudos com o objetivo de entendê-la melhor, dando suporte, dessa forma, às teorias que passam a ser formuladas a partir desse contexto. Essas teorias, por sua vez, servem como arcabouço para a construção de cursos universitários e suas infindáveis disciplinas acadêmicas, cuja finalidade das ementas é se aprofundar com mais propriedade do assunto. (GOMES, 1996; BARBIERI, 1997; NUNES, 2002).

Milaré (2001) elabora uma crítica a definição etimológica do meio ambiente. Segundo suas palavras:

Tanto a palavra *meio* como o vocábulo *ambiente* passam por conotações, quer na linguagem científica quer na vulgar. Nenhum destes termos é unívoco (detentor de um significado único), mas ambos são equívocos (mesma palavra com significados diferentes). *Meio* pode significar: aritmeticamente, a metade de um inteiro; um dado contexto físico ou social; um recurso ou insumo para se alcançar ou produzir algo. Já *ambiente* pode representar um espaço geográfico ou social, físico ou psicológico, natural ou artificial. (MILARÉ, 2001, p. 63)

Nesse aspecto, encontram-se diversos conceitos nos trabalhos científicos defendidos e apresentados pelas academias ou fora delas. Esse leque de possibilidades do significado de meio ambiente, cria espaço para que ele seja configurado nos mais variados desdobramentos, como sua assimilação à cultura, ao trabalho, dentre outros. Porém, um fato importantíssimo é que o modo como compreendemos o meio ambiente não pode fugir da envergadura que o coloca de encontro com as relações humanas. Importante lembrar que nessa relação é criado não um compromisso de preservação, mas um vínculo de cuidado. O cerne dessa relação não é só preservar, mas, imprescindivelmente, cuidar ao mesmo tempo em que é cuidado através da colheita dos nutrientes que a floresta fornece. (SANTOS, 1997).

Segundo a concepção de Santos (1997):

(...) Dessa forma, o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de “natureza primeira” para contrapor à “natureza segunda” *já é segunda nature-*

za. A natureza primeira como sinônimo de “natureza natural”, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social (...). (SANTOS, 1997, p. 8).

Aquilo que os teóricos acima nos apresentam como formas de compreender o meio ambiente conceitualmente, por mais que não exista, uma definição precisa sobre o que realmente venha ser “meio ambiente”, nos ajuda a perceber que tratar dessa questão sem a inclusão do ser humano passa a ser praticamente impossível. Mesmo porque a natureza não pensa a si mesmo e não auto-contribui para satisfazer as necessidades dessas pessoas.

Não se pode deixar de ressaltar que essa relação homem e natureza acontece nos mais diferenciados graus possíveis, indo desde sua predação³ até a conservação dela como santuário ecológico. Dessa forma, compreende-se que o meio ambiente não se pauta apenas pela preservação da biodiversidade ecológica, mas também pela disposição de elementos, como fauna, flora, água potável, clima, que dá ao ser humano uma vida saudável e de qualidade, (ROCHA (1997).

Uma discussão a respeito do meio ambiente não pode está desatrelada da idéia de espaço. Um espaço voltado mais para o aspecto geográfico. Neste sentido, com seu vasto estudo no ramo da geografia, Santos (1996 e 1997) apresenta o espaço, aqui citado, de forma clara e objetiva, procurando conhecer, compreender e apresentar o espaço em que está inserido o homem. Mesmo sendo uma definição perspicaz e exigente ao mesmo tempo, o autor consegue fazer uma leitura diferenciada daquilo que é o espaço geográfico ocupado pelo homem e espaço das relações sociais. Seguindo o autor (1996):

(...) O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 1996, p. 120)

Ao lado da problematização do espaço está à concepção de recursos naturais, que é considerado uma temática estimulante de diversos debates. As divagações sobre o seu sentido e definição são as mais polarizadas possíveis, pois tais discussões não estão agregadas apenas nos estudos ambientais, mas ganha espaço, principal-

3 Mesmo que predador, relação alimentar em que um predador se alimenta de outros animais ou plantas.

mente, no cenário político e econômico. Esta situação promove uma visão a respeito de recursos naturais que o concebe, de certa forma, atrelado a processos que faz do homem a centralidade do espaço ocupado. Recursos naturais, homem e espaço se associam de tal maneira que se torna difícil separar um do outro, ou seja, não se tornam compreensíveis desagregados; o conhecimento dessa realidade é acometido pela interligação desses três elementos.

Na linguagem mercadológica, a visão e concepção que a idéia de recursos naturais passa a representar é a do capital. As mobilizações em prol da defesa da biodiversidade não ocorrem por questão de sentimento de perda futura da riqueza natural que ela representa, mas está imbuído nessa idéia o desejo de detenção desse espaço para si, garantindo, dessa forma, o aumento de capital.

Na verdade, a partir do aspecto acima, tanto a exploração como a conservação se associam à necessidade de produção. O diferencial nessa produção são as formas como os atores ali dentro resolvem explorar aquilo que a biodiversidade tem a oferecer. O capital industrial fomenta suas práticas através do desenvolvimento sustentável, já a população que ocupa, tradicionalmente esses territórios, faz uso dos recursos não com a pretensa do desenvolvimento, mas apenas de subsistência do grupo familiar ou comunitário, fomentando, assim, o etnodesenvolvimento.

Segundo Raffestin (1993), essa é:

(...) uma atitude que tende para relações simétricas e que está marcada por um forte espírito de gestão a longo prazo (...). Por isso, sem dúvida, coloca em dificuldade os países industrializados (...). Estes últimos devem aprender também um outro comportamento na sua utilização dos recursos. O consumo está para o gasto, assim como a exploração está para a produção. (RAFFESTIN, 1993, p. 236).

Assim, o que se esconde por trás da idéia de conservação é a prática do desenvolvimento sustentável. Na contramão desta política, de forma a desenvolver as comunidades tradicionais, a partir de aspectos diferenciados em relação ao método utilizado pela sociedade capitalista, nasceu o etnodesenvolvimento. Para o criador deste termo, Stavenhagen (1985), o significado do etnodesenvolvimento é o de uma etnia, autóctone, tribal ou outra, que detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Encontramos em Stavenhagen (1985) duas terminologias que tem como objetivo dar uma melhor definição ao significado de etnodesenvolvimento. A primeira delas é que o etnodesenvolvimento pode ser concebido como desenvolvimento eco-

nômico de um grupo étnico; a segunda definição é que ele seja o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social.

Como podemos perceber, uma não exclui a outra, mas há uma complementação. Existe uma relação bem próxima porque a manutenção do grupo étnico, de acordo com a moderna política econômica, já não depende apenas daquilo que a biodiversidade de seus territórios oferece, a dinâmica é manufaturar essa matéria-prima e comercializar. A diferença dessa técnica para a usada pelo desenvolvimento sustentável, é que nela é a própria comunidade que faz a colheita do material e o beneficia. No desenvolvimento sustentável é o estranho, o de fora, que adentra, por meio de financiamentos, à região para explorá-la sem medir as gravidades.

O etnodesenvolvimento dar vida às comunidades e povos que estão ligados diretamente com a biodiversidade, morando em seu seio, o que possibilita que a própria comunidade produza e gerencie os recursos, visando não o capital, mas a sustentabilidade do grupo social que ali vive por séculos. O seu processo de desenvolvimento cria mecanismos que combate diretamente a marginalidade e a pobreza dos povos que vivem em seus territórios étnicos.

O capital, fruto do projeto que promove o desenvolvimento sustentável, ataca diretamente as bases de uma identidade étnica, porque a existência de grupos que tem optado por tal prática tem fortalecido cada vez mais a luta contra qualquer tipo de exploração e transformação dos recursos naturais em produtos para a indústria. Em detrimento disso, o capital elabora suas estratégias para inserir-se na cultura desses povos, com o objetivo de promover ações que a neguem.

No caso da população indígena, por exemplo, no tocante as demarcações de seus territórios, são construídos discursos anti-indigenismo, de que os indígenas não precisam de tanta terra, porque são preguiçosos; que a demarcação simboliza atraso para o progresso do Estado, dentre outros.

O que menos interessa à sociedade capitalista é deixar claro nesse complexo jogo de interesse de que desenvolvimento se estar falando; o que realmente está em jogo; se a garantia de um território para as futuras gerações desses povos, capaz de garantir a sua sustentabilidade, ou apenas fazer com que os grupos econômicos se tornem cada vez mais dominante.

A respeito do etnodesenvolvimento local, Little (2002) contribuir com algumas reflexões sobre o conceito do mesmo. Na perspectiva deste autor:

Há muitas maneiras de conceitualizar o etnodesenvolvimento local, sendo que cada uma delas leva consigo um conjunto de valores políticos e culturais. A análise do etnodesenvolvimento local apresentada aqui não pretende ser exaustiva, antes procura colocar alguns

dos temas e problemas principais vistos desde uma perspectiva informada por minha formação como antropólogo. O foco central de quaisquer programas ou atividades que visam o etnodesenvolvimento é o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente porque é nesse nível onde existem maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, como consequência, promover mudanças nas suas práticas econômicas e sociais. É no nível local que começa o processo de construção da autogestão étnica. (LITTLE, 2002, p. 40).

Segundo o autor, quando nos atemos com bastante atenção a esse fato, nos deparamos com uma dualidade de forças que torna constante a tensão no processo do etnodesenvolvimento local. A primeira delas é a organização e mobilização política do grupo em defesa de sua autonomia cultural; a segunda é trazer para si a responsabilidade de operacionalizar os mecanismos de sua integração à estrutura econômica. Em outras palavras, os protagonistas da administração do processo que serve de extensão entre o grupo étnico e o sistema econômico devem ser eles próprios e não quem está de fora.

As famílias que vivem no extremo Baixo Rio Branco

Na região do extremo Baixo Rio Branco/Jauaperi as famílias pela criação de uma Resex, cuja área chega a 580 mil hectares, esta extensão cobre os territórios de Rorainópolis, no Estado de Roraima e Novo Airão, no Amazonas. O número de famílias que moram dentro área chega a 150, e sobrevivem da pesca artesanal e extração da “castanha do Pará”.

Conforme relato de duas lideranças, por meio de conversa informal, em Manaus, me informaram que o processo de reconhecimento da área iniciou em 04 de julho de 2001, por meio de um abaixo-assinado, promovido entre as comunidades de Santa Maria Velha, Vila da Cota, Remanso, Itaquera, Floresta, Samaúma e Xixuaú, e enviado ao IBAMA solicitando que o mesmo desse início ao reconhecimento extrativista da área, com o nome de Reserva Extrativista do Baixo Rio Branco/Jauaperi.

Depois de refletirem a respeito dos benefícios que a Resex traria às comunidades, somaram-se à luta as comunidades de Tanauá, Palestina, Gaspar e São Pedro, que ficam à margem esquerda do rio Jauaperi, já pertencentes ao município de Novo Airão, estado do Amazonas.

A aprovação da Resex é considerada pelos moradores, segundo as duas lideranças, como instrumento de proteção dos recursos naturais presente em toda a região, principalmente da madeira, peixes e quelônios.

A luta, anos depois, ganhou reforço do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICM-Bio, que foi o responsável pela realização dos estudos requeridos para a criação de uma Resex, cujo resultado dos trabalhos recebeu pleno apoio do programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, que pertence ao governo Federal, que financiou os estudos de caráter socioambiental e as consultas públicas. Recebeu também o apoio de ONGs nacionais e internacionais, como a WWF, Fundação Vitória Amazônica e Instituto Socioambiental – ISA.

Em 2006 as famílias entraram com o processo no Ministério do Meio Ambiente. Em 2007, o processo foi encaminhado pelo Ministério à Casa Civil, onde ainda está parado. O passo final para criação da Resex depende do despacho da mesma. O maio imbróglio é o Estado de Roraima, cujo governador à época era o falecido Otomar de Souza Pinto, que desde então, entrou com processo de reconhecimento da área como sendo pertencente ao Estado. Uma das pressões utilizadas pelo Estado foram a aprovação do Decreto Nº 6345, de maio de 2005, e a reserva de recurso para continuidade de abertura da BR-431, localizada no Jundiá.

O Decreto 6345 antecipa o processo de possível criação da área em Resex, transformando-a em área de assentamento. O Decreto não implica apenas na transformação da região em assentamentos, mas na negação de uma identidade coletiva afirmada pelo grupo de moradores da área, que se consideram populações tradicionais, e não assentados. Tal documento implica ainda na desconstrução do modo de vida dessas famílias, que deixam de gerir sua própria sustentabilidade para passar a depender das políticas de reforma agrária estaduais.

A continuidade da abertura da estrada não foi autorizada com o objetivo de atender às famílias que ocupam a região, ou facilitar a entrada do Estado para lhes garantir as políticas sociais básicas, como educação e saúde, mas para permitir melhor acesso aos grileiros de terras, pois esta é uma área rica em biodiversidade e propicia ao turismo. Também muito propicia à exploração de madeiras. A exploração dos recursos naturais por empresários de fora do Estado, o que acontece comumente, é um dos motivos que motiva o Estado a manter-se inflexível sobre o assunto.

Este Decreto e a continuação de abertura da BR-431 motivou as comunidades presente na região elaborar uma nota de repúdio contra a decisão do Estado, cujo abaixo se encontram alguns trechos:

Nôs, moradores tradicionais das comunidades do Rio Jauaperi vimos a público, através deste documento, pra declarar a nossa total contrariedade ao Decreto Estadual No 6345-E do 5 de Maio 2005. Percebemos o plano de assentamento promulgado pelo Governador Otomar De Souza Pinto como injusto e injurioso para as nossas comunidades e todos os moradores do Rio Jauaperi. Julgamos este decreto uma violação dos nossos direitos de voz,

de liberdade e de moradia e meio-ambiente saudável. Portanto queremos afirmar que qualquer plano do assentamento no Rio Jauaperi só pode exasperar todos os problemas que estamos lutando pra resolver. Seria um ato irresponsável trazer assentamento aqui onde o povo e a cultura da nossa floresta já estão ameaçados de tantas outras formas. Confiamos na compreensão do Governador Otomar Pinto e toda a sociedade civil. Repetimos que o Decreto No 6345-E de 5 de Maio 2005 (Boa Vista –RR- 9 de Maio 2005) acaba com todas as nossas esperanças e aspirações para um futuro melhor pra nós e nossos filhos. Portanto pedimos com respeito que o Decreto 6345-E do 5/5/05 seja anulado imediatamente, junto com o projeto de construção da estrada BR 431. (ATA FORMAL DE REPUDIO DO DECRETO No 6345 – E DO 5 DE MAIO 2005 E DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA BR 431)

Enquanto a Casa Civil não se decide sobre a transformação ou não área em Resex, as famílias vivem em intensos conflitos com madeireiros, pescadores comerciais, tartarugueiros⁴ e com o Estado de Roraima, que através do Instituto de Terras de Roraima – ITERAIMA vem titulando, ilegalmente, lotes na região, já que ainda se trata de terras da União, e fomentando uma política assistencialista, aproveitando suas visitas “técnicas” para doar cestas básicas e roupas usadas às famílias da região. Esta é uma manobra, cujo objetivo pretende fragilizar a luta, dividir as famílias, assim como tentou fazer com os indígenas na Raposa Serra do Sol. Este tipo de política é característica do Estado de Roraima.

Com o objetivo de deixar bem claro às famílias que lutam pelo reconhecimento da área que ocupam em Resex, de que isto nunca deve acontecer, em 2007 foi organizada pelo Governo estadual uma Operação chamada de “Operação Marco”, formada por policiais militares e civis, técnicos da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, na época Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT, do ITERAIMA, da Secretaria Estadual do Índio, já o local faz fronteira com a reserva indígena Waimiri-Atroari, Corpo de Bombeiro e Secretaria de Comunicação Social. Esta foi uma estratégia encontrada pelo Estado para dizer que ele não está ausente.

Na verdade, esta Operação teve duas linhas de frente, tentar prestar um serviço técnico às famílias, assim como averiguar a denúncia feita sobre o avanço feito pelos índios Waimiri de 15 km sobre o marco que demarca a reserva, e coagir as lideranças que se opunham ao projeto do Estado de transformar tudo aquilo em um grande assentamento rural sob sua égide.

Enquanto a criação da Resex está travada na Casa Civil, perseguições e ameaças são feitas, e em alguns casos há a concretização das mesmas, como o assassinato de

4 Caçadores de tartarugas, que vendem os animais clandestinamente.

José Santos Cruz, em 2006, e o incêndio da residência do Sr. Chico Caetano, uma das lideranças mais atuante na transformação da área em Resex.

Em abril de 2011 aconteceu no município de Parintins o Encontro em Defesa da Floresta e da Produção Sustentável, que contou com a presença da Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que foi filmada afirmando que a Resex do Baixo Rio Branco/Jauaperi poderia ser homologada ainda em junho do mesmo, porém, ainda o Decreto de criação não saiu.

Enquanto isso, o Estado continua se aproveitando da situação para perseguir as famílias que ali moram. A mais recente investida do Estado foi a divulgação, em 2011, de uma decisão judicial que desapropria as famílias que moram na comunidade de Xixuaú, alegando serem aquelas terras de interesse do Estado que foram ocupadas ilegalmente. Em março de 2011 os ministérios públicos Federal e do Estado divulgaram a informação de que o ITERAIMA estava se apropriando de terras federais e fazendo doação das mesmas desordenadamente, sem nem mesmo realizar o georreferenciamento, técnica utilizada para evitar sobreposição de terras.

Analisando esta realidade a parti do conceito norteador do etnodesenvolvimento local, percebe-se a urgência de legitimar a criação desta Resex, porque as famílias que residem nesta região estão refém de um Estado que pauta suas políticas apenas para o fortalecimento de uma sociedade capitalista que em nada contribui para o crescimento do Estado, apenas o explora, como fazem os empresários plantadores de soja que ganham terra do Governo para produzir aqui e fortalecer seu Estado natal.

Implementar políticas que atendam os anseios de grupos sociais, como as famílias que vivem no extremo Baixo Rio Branco, não é prioridade ao Estado, que busca a dissolução de grupos assim, para colocar em seu lugar grupos de empresários, como vem fazendo na região do Água Boa do Univini, que também faz parte do Baixo Rio Branco. Nesta região, por meio de uma Portaria baixada pela FEMARH, proibiu que os ribeirinhos continuassem a realizar sua profissão de pescador, liberando toda a área para um grupo de empresários, que construíram na região hotéis de selva, atender sua clientela, que os procura para realizar a pesca esportiva.

Considerações

A relação cultural construída no pensamento econômico se dirige a um grande desafio, que, por sua vez, só é possível pensá-lo a partir de uma extensa construção social. Não se pode pensar ou falar em desenvolvimento cultural sem levar em consideração a questão econômica e o sujeito que a pensa e a movimenta, o ser humano

É indicativo nesse estudo que a cultura delega significados para as relações estabelecidas entre indivíduos e meio ambiente, assim como à junção de todos os elementos que ajudam a formar o modo de vida das pessoas e lhes proporcionar uma condição de vida digna, o que confere reconhecimento de suas tradições e saberes.

Sendo a cultura uma dimensão subjetiva ao indivíduo, não tem como o econômico estratificá-la, pois como algo abstrato, constrói nos indivíduos a contenção de uma reflexão a respeito de si mesmo que, por sua vez, leva ao discernimento de seus valores e das escolhas.

Através da cultura o indivíduo se expressa, pois tem consciência de si mesmo, se reconhecendo como projeto inacabado; e como tal estar sempre a procura de novas criações e novos significados. Este espaço *multidimensional* do homem não tem como ser compreendido pelo raciocínio economicista. Não é possível porque o pensamento econômico constrói seu alicerce na quantificação, no objetivismo, no determinismo. Esses elementos nos conduzem ao discernimento de que o vislumbre do capitalismo é o de defender o progresso sem considerar os custos sociais e humanos.

O resultado da discussão acima, aponta que o projeto de desenvolvimento defendido por Roraima fragmenta a construção de uma identidade coletiva. A desarticulação que o mesmo vem pautando nestes anos de luta tem provocado uma tensão social na região do extremo Baixo Rio Branco, inibindo a criação da Resex, cujo tem como propósito o bloqueio às construções sociais da sustentabilidade da floresta.

A nova configuração social, econômica e política, o etnodesenvolvimento, é fruto de uma reorganização social comprometida com as dinâmicas culturais e econômicas do amazônica tradicional na sua convivência com o rio e a floresta, e dos novos segmentos sociais rurais e urbanos que demandam políticas de dinamização econômica. A complexidade das políticas em favor da sustentabilidade da floresta reside, exatamente em como organizar as complementaridades dos antagonismos em favor de um sistema de desenvolvimento regional sustentável.

Referências Bibliográficas

ALBAGLI, Sarita. Geopolítica da biodiversidade. Brasília: Edições Ibama, 1998.

_____. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. In: Biodiversidade, pesquisa e desenvolvimento na Amazônia. Parcerias Estratégicas - Número 12 - setembro 2001.

ALENCAR, Gisela Santos de. Mudança ambiental global e a formação do regime para proteção da biodiversidade. Brasília: Universidade de Brasília. 1995 (Tese de mestrado).

ALMEIDA, M - Desenvolvimento e Responsabilidade dos Antropólogos: um ponto de vista - mimeo, sd

AYRES, José Márcio et alii. Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade no Brasil: os corredores das florestas neotropicais. (PPG7, Subprograma Parques e Reservas). Brasília, setembro de 1996.

AZANHA, G - Comentários e observações sobre o desenho preliminar do PDI - mimeo, 1999

BECKER, Berta et al., 1990, Fronteira Amazônica- questões sobre a gestão do território.

Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

BELLEN, Hans Michael. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade* – Vol. VII nº. 1 jan./jun. 2004.

CAMPBELL, Joseph, 1990, O poder do mito. São Paulo: Palas Athena.

FOSTER, George M. As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

GARRIDO FILHA, I. Manejo florestal: questões econômico-financeiras e ambientais. *Estudos Avançados - USP, São Paulo*, v. 16, n. 45, p. 91-106, 2002.

GONDIM, Neide, 1994, A Invenção da Amazônia. São Paulo: Marco Zero.

INGLEZ DE SOUSA, C. - Etnodesenvolvimento, globalização e os desafios dos antropólogos - Comunicação apresentada no XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. *Estudos Avançados - USP, São Paulo*, v. 16, n. 45, p. 37-61, 2002.

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. 2001, p. 39-47.

_____. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out.2002. Campo Grande – MS. P. 33-52.

MACHADO, Paulo Affonso Lemes. *Direito Ambiental Brasileiro*. 7.ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MÜLLER, R. - Duas décadas de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas: da resistência às frentes de expansão do capitalismo nacional à globalização e ambientalismo dos anos 90 - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997

NUNES, Paulo Henrique Faria. Desenvolvimento sustentável e mineração. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 2002, São Paulo. Congresso internacional de direito ambiental. 6. Anais... São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, 2002. p. 625-647.

PARESCI, Ana Carolina. Desenvolvimento sustentável e pequenos projetos: entre o projetismo, a ideologia e as dinâmicas sociais. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

PELLAUD, Francine. (2000). A utilização de concepções do público durante a difusão de um conceito complexo, o desenvolvimento sustentável, em um projeto de museologia. Tese de doutorado, FAPSE - Universidade de Genebra.

_____. Concepções, paradigmas e valores para o desenvolvimento sustentável. *ENSAIO – Pesquisas em Educação em Ciências*, Volume 04 / Número 2 – dezembro de 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia* 34: 59-101, 1992.

ROCHA, Julio César de Sá da. Direito ambiental e meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.

SACHS, Ignacy. Rumo à Ecosocioeconomia. Editora: Cortez, 2007. Ed. 1.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção. *Mana: estudos de antropologia social* 3(1):41-73 e 3(2):103-150, 1997.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SERRA, Maurício Águia; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico* 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13-56, 1985.

STROH, Paula Yone Sustentabilidade da biodiversidade florestal da Amazônia: um desafio complexo de construção da democracia participativa. Trabalho respaldado na tese de doutorado Fitzcarraldo e a Agenda 21: desafios da sustentabilidade amazônica, Departamento de Sociologia da UnB, 1998.

VEIGA, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento - comunicação apresentada no seminário “A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil”, CEDEPLAR/ANPUR, MG – 1991

_____. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.29, n.4 (116), p.421-35, out./dez. 2009a.

MIGRAÇÃO E SUBJETIVIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO E SUAS IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS

Introdução

Tendo em vista a discussão que se desenvolve no estudo da migração e considerando a trajetória científica em que esta está inserida, pretende-se integração de visões científicas sobre a migração internacional através da revisão das teorias da geografia humana, a sociologia, a economia e de publicações que tratem da influência da migração na subjetividade das pessoas e em suas configurações familiares.

Conforme Ribeiro (2012), pessoas de diferentes culturas estão interagindo cada vez mais, principalmente devido à globalização, que se constitui através da reunião de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos de diversas localidades que são transmitidos por todo o mundo através da circulação de coisas, informações e pessoas.

Hall (2006) contribui informando que a globalização possui caráter assimétrico e desconstrói as ideias estabelecidas sobre as identidades nacionais, principalmente por interconectar comunidades e organizações, ocasionando o crescimento de questões (homogeneização cultural, reforço de identidades nacionais, identidades híbridas) múltiplas e por vezes divergentes.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2009), enquanto temas como o comércio internacional e as relações políticas entre os países tem vastos estudos acadêmicos, a migração somente agora se estabelece como agenda em destaque. Deve-se desenvolver uma maior preocupação com este campo de estudo que pode representar um ganho para o Estado no aspecto político e econômico, além de se obter a diminuição dos infortúnios a que são expostas as pessoas envolvidas pelo processo migratório internacional.

*Psicóloga Graduada pela Universidade Federal de Roraima. Mestranda do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima.

As condições em que ocorre o deslocamento e a recepção dos migrantes - ressaltando-se a importância das questões socioculturais - tem fundamental relevância para se entender as condições de desenvolvimento desta população (HELMAN, 2009; PNUD, 2009). Silva (2005) contribui indicando que entre os benefícios da migração relacionam-se o aumento da qualidade de vida (economia, educação, saúde, lazer) e oportunidades para os migrantes, seus filhos e família estendida, representando maior possibilidade de autonomia, de segurança pessoal e social. O PNUD (2009) também verifica que a deslocação significa maior probabilidade de ter acesso a serviços básicos e essenciais, entretanto ressalta as perdas afetivas que ocorrem durante o processo e que podem ser intensas.

Constata-se que as populações envolvidas em situações de mobilidade vivem inúmeras circunstâncias que precisam ser analisadas e mensuradas quanto a suas especificidades. É importante o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem as deslocações tendo em vista que milhões de pessoas são migrantes internacionais e que isto traz consequências não só para estes como para as populações dos países de origem e dos países de destino.

1 Exposição Teórica sobre o Processo Migratório

Para entender o modo como se estabelecem os movimentos migratórios, assim como os diferentes estilos de encarar o processo de inserção dos migrantes nas sociedades hospedeiras e a manutenção de vínculos com a localidade de origem, é importante apresentar o conjunto das principais teorias que conduzem ao estudo da migração.

Migração é um processo sócio-histórico complexo que subjaz inúmeras transformações e que possui múltiplos condicionantes como fatores históricos, a globalização, redes sociais, o desenvolvimento tecnológico e outros elementos (LEE, 1980; SINGER, 1980; SALIM, 1992). Não há um consenso sobre o conceito de migração, sendo importante destacar que este é um ponto que suscita bastante debate, pois não se consegue incluir em uma definição todas as situações características dos deslocamentos. Roca (2010, p.21) colabora informando que “Los propios conceptos de emigrante e inmigrante serán pronto obsoletos, seremos más bien transmigrantes, con identidades culturales fluidas, mixtas y múltiples de acuerdo con los diversos contextos en los que viven, antes y después de la partida”.

DeBiaggi e Paiva (2004) entendem que a migração se associa à exposição a uma série de culturas, valores, religiões e estilos de vida, e resulta no questionamento das próprias normas e valores do indivíduo. Salim (1992, p. 121) aponta que a análise de

categorias como distância, tempo e local são essenciais para entender o fenômeno migratório, entretanto ressalta que outras variáveis são agregadas ao conceito e que não se deve limitá-lo a uma “simples mobilidade da força de trabalho”. A este respeito Rocha-Trindade (1995, p. 61) salienta que:

Os movimentos migratórios são movimentos colectivos, cujo impacto afecta o desenvolvimento das populações e não podem ser separados dos factos sociais e culturais que, em larga medida, os determinam. São fenômenos histórica e culturalmente determinados, irreduzíveis a comportamentos objectivos e racionais, quer individuais quer em grupos e obrigam a considerar o estabelecimento de redes de inter-relações entre indivíduos, grupos e sociedades, em contextos com graus de desenvolvimento diversificados, complexos e interdependentes.

Segundo PNUD (2009), a mobilidade internacional, em sua maioria, acontece entre países com níveis de desenvolvimento semelhante. Fato que pode ocorrer devido aos custos desta mudança, a necessidade de recursos e qualificação ou a determinação para correr riscos. Também prevalece a organização para o deslocamento em regiões adjacentes ou fronteiriças, com aspectos socioculturais semelhantes.

Rocha-Trindade (1995) verifica que até finais do século XIX era predominante análise econômica (clássica e neoclássica) no estudo da mobilidade populacional, posteriormente, as grandes teorias do campo social se estabeleceram e passou-se a estudar os aspectos estruturais associados ao deslocamento. De acordo com a autora, o crescente desenvolvimento científico nos últimos 70 anos proporcionou a multiplicação de quadros conceituais relacionados ao processo migratório, também verificam a interdisciplinaridade entre as áreas que se propõem a atualizar ou construir novos modelos analíticos, desenvolvendo estudos que consideram os inúmeros aspectos envolvidos nos fenômenos atuais.

Peixoto (2004) e Rocha-Trindade (1995) enfatizam que inúmeras teorias tentam explicar o processo migratório, sendo que estes modelos concentram-se em dois polos principais, o primeiro relaciona-se a perspectiva da busca de equilíbrio e o outro traz um ponto de vista histórico-estrutural. As teorias relacionadas à busca por equilíbrio trabalham com a ideia de que o deslocamento ocorre em função dos desequilíbrios na distribuição de terras, trabalho, capital e recursos humanos, considera que no processo da migração o indivíduo efetua escolhas racionais em função das suas necessidades (ROCHA-TRINDADE, 1995). O segundo polo de concentração, identificado pela autora como perspectiva histórico-estrutural ressalta que as migrações são processos macrosociais que devem ser analisados no contexto das transformações sócio-históricas em que estão inseridas.

Ravenstein, com as suas *Leis da Migração* no final do século XIX, foi o precursor de estudos sobre os deslocamentos populacionais; Peixoto (2004) e Lee (1980) afirmam que a leitura deste teórico é imprescindível para entender os modelos modernos de atração-repulsão. Ravenstein (1980) defende a ideia de que o deslocamento populacional ocorre principalmente a curtas distâncias e para grandes centros comerciais e industriais, sendo importante verificar, quando se desenvolver estudos sobre migração, os quantitativos de migrantes nos locais de expansão e nos locais de absorção.

Outras teorias centrais para a perspectiva do equilíbrio são o modelo de atração-repulsão; o modelo microeconômico; as teorias do capital humano e os modelos macroeconômicos (ROCHA-TRINDADE, 1995). Segundo a autora, as principais críticas a estas linhas de trabalho relacionam-se a diferença existente entre estes modelos e a realidade do processo migratório. Neste sentido, Peixoto (2004) ressalta o fato de o mercado não ser livre e a existência de fatores que interferem nas decisões ditas individuais e racionais, sendo importante estabelecer alternativas que permitam visualizar a migração no nível macroestrutural e microestrutural.

Soares (2002) insere a perspectiva histórico-estrutural, modelo inicialmente usado para análise de deslocamentos rural-urbanos, como uma possibilidade de pensar os fluxos migratórios internacionais considerando a existência de *constrangimentos estruturais* no cerne dos deslocamentos. O autor conclui que:

Para esse tronco teórico, a migração é vista como fenômeno (relação, processo) social, no qual a unidade de análise é o fluxo composto por indivíduos de determinado grupo socioeconômico, que emana de estruturas societárias geograficamente delimitadas e não como ato soberano ou soma das escolhas individuais (SOARES, 2002, p.13).

Rocha-Trindade (1995) relata que o enfoque histórico-estrutural tem como principal categoria de análise as correntes migratórias, e está inserido em inúmeros modelos tais como a teoria da dependência; a teoria do colonialismo interno; a análise *centro-periferia* que dá destaque as teorias da nova divisão do trabalho, teorias do mercado de trabalho dualista; da acumulação e do agregado familiar e das redes sociais. A autora destaca como principais categorias de estudo a segmentação do mercado de trabalho, a composição e destino dos movimentos migratórios, dos enclaves econômicos além do estudo das redes sociais.

Não se pode deixar de citar como fator importante na construção do campo de investigação das migrações os estudos da Escola de Chicago, iniciados nos anos 20 e 30, que trouxeram ao foco os processos sociais associados aos deslocamentos e etnicidade. Segundo Sasaki e Assis (2000) entendia-se que os migrantes passariam por

um processo de assimilação estrutural e cultural na localidade hospedeira, abandonando, progressivamente, os valores e normas da localidade de origem; destacam-se o conceito de *melting pot* e cultura emergente além da aplicação do modelo interacionista.

Rocha-Trindade (1995) ressalta que a constatação de que os grupos de migrantes acabam transformando-se em grupos étnicos, mantendo elementos significativos de suas culturas, desfez a ideia de assimilação a uma cultura emergente (*dominante*) e dá destaque aos diferentes grupos, principalmente às minorias, nas localidades hospedeiras.

Sasaki e Assis (2000) esclarecem que, atualmente, no estudo dos deslocamentos internacionais, se traz ao foco a investigação dos locais de origem e destino, considerando as múltiplas relações que os ligam ao migrante e o seu papel no estabelecimento de laços sociais e convivência entre diferentes culturas. Parte-se do pressuposto de que os deslocamentos contemporâneos não se limitam à perspectiva econômica, mas possuem outros elementos determinantes como a estruturação de redes.

Singer (1980) afirma que a migração vai além da motivação puramente econômica e introduz os laços sociais, através de redes de familiares, amigos e conhecidos que são migrantes mais antigos, como um importante fator de atração. Este autor diz ainda que “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos” (SINGER, 1980, p. 240). Nessa linha de raciocínio Póvoa-Neto (1997, p. 22) esclarece que:

A presença destas redes de contato contribui para explicar a intensidade dos deslocamentos populacionais mesmo numa situação social em que os diferenciais de renda e de condição de vida se tornam pouco perceptíveis. Tais redes se tornam forças sociais vivas, a estabelecer “pontes” entre os lugares e a permitir o fluxo de informações e de pessoas que fizeram da mobilidade geográfica a sua principal estratégia de sobrevivência.

É relevante enfatizar que a análise da migração centrada nas redes sociais proporciona uma transação entre modelos analíticos macro e microscópicos e uma ênfase nos atores sociais (SOARES, 2002; ROCHA-TRINDADE, 1995). Santos (1997) concorda que a rede pode ser material, onde permite o deslocamento de elementos concretos por diversos pontos, mas também pode ser simbólica, social e política se constituindo através da abstração e favorecendo a globalização. Além disso, o teórico expõe que interligadas por elementos imateriais, as redes ultrapassam fronteiras estabelecidas e hoje são constantes, precisas e velozes fazendo com que as concepções de tempo e espaço sejam revisadas. No que diz respeito às redes sociais

Roca (2010, p.21) complementa que:

El hecho migratorio no es un hecho individual, nadie emigra solo, emigran las redes. En todo itinerario migratorio, desempeña un papel básico la red social del inmigrante. Corresponde a la perspectiva psicosocial mostrar que no hay dos itinerarios migratorios iguales, ya que son inseparables de su propia historia (...).

Sasaki e Assis (2000) confirmam que as redes sociais relacionam-se às múltiplas ligações que se estabelecem entre as sociedades de origem e de destino, além de se constituírem como agendas fundamentais dos estudos contemporâneos sobre os novos fluxos migratórios. Dentro deste contexto, as autoras sugerem que outro ponto de destaque é o transnacionalismo, processo que desponta como uma categoria de análise da migração baseada nas redes construídas em torno do deslocamento entre Estados-nações.

2 Migração e suas implicações psicossociais

A dinâmica migratória implica em processos macroestruturais, como também, em decisões pessoais, familiares e coletivas, estas deliberações envolvem custos, desafios e oportunidades, além de que a inserção em outro contexto sociocultural envolve uma constante ressignificação que tem várias implicações incluindo-se um inegável impacto subjetivo (AVILA, 2007).

A população envolvida nos deslocamentos internacionais traz como características principais o desejo de manter os laços com os países de origem e de por em prática os projetos construídos em relação à localidade de destino (HELMAN, 2009). Woodward (2011) informa que a migração está associada à constituição de identidades plurais que por vezes são contestadas e desestabilizadoras. Bossé (2004) complementa informando que a identidade é um conceito interdisciplinar, está associado à subjetividade das pessoas, lhes permite um sentimento de pertencimento, mas também é conflitiva, pois está sempre em embate entre o ser e o vir-a-ser.

Ao estabelecer contato com pessoas de outra cultura o migrante vivencia uma nova realidade que pode implicar em rupturas no seu modelo de socialização, onde, por vezes, todos os quadros conceituais de seu mundo anterior – configuração familiar, manifestações religiosas, papéis de gênero, ocupações, etc. - não possuem mais o mesmo significado e se faz necessário refletir sobre os parâmetros de referência, sentido e de pertencimento (FERREIRA, 2005; HELMAN, 2009).

DeBiaggi e Paiva (2004) completam que a inserção de migrantes num contexto sociocultural diferente, e quase sempre adverso, é um processo marcado por con-

flitos devido à necessidade de conviver com várias normas, valores e identidades e requer constante negociação.

Segundo Hall (2006), as identidades não funcionam através de binarismos, mas pertencem a fronteiras tênues, que são contextuais, recriando-se de forma dinâmica nas relações que vão se estabelecendo cotidianamente.

Destacar-se que as alterações na vida das pessoas nunca são fáceis de lidar, sendo que os seus efeitos são vivenciados em graus diversos, em conformidade com os sujeitos envolvidos. Em consonância com a ideia proposta, Ferreira (2005; p.21) continua informando que experimentar o conflito faz parte do cotidiano de todo indivíduo e que são fatores sociais e subjetivos que estabelecem a forma como se vai lidar com ele, o autor complementa que:

É interessante lembrar que a palavra “crise” em chinês é formada por dois ideogramas, em que um significa “perigo” e o outro significa “oportunidade”. Há, portanto, a possibilidade dessa crise ser insuperável, devido a uma série de fatores situacionais e internos, assim como a possibilidade de mudança poder significar ampliação do *self* e transformação. Esta advém de um complexo processo de negociação relativo à própria identidade grupal, aos próprios valores, envolvendo questões étnico-raciais, vivência de preconceito, educação dos filhos, relações familiares, questões intergeracionais, de gênero, enfim, uma gama de questões relativas à própria existência humana. Esse desconcerto envolve a vivência da crise psicológica e sua posterior elaboração, quando possível.

Ferreira (1996) constata que o lugar do migrante na estrutura social da localidade de destino, a possibilidade de conviver com outras pessoas da mesma localidade original, e as relações estabelecidas com a população hospedeira são fatores significativos ao se considerar o estudo de aspectos psicossociais de populações migrantes. Verifica-se que o migrante e seus familiares na comunidade de origem e descendentes vivem constante negociação entre mundos de referências culturais distintas, cotidianamente as fronteiras simbólicas são cruzadas e estas pessoas têm que lidar com um duplo quadro de referência, sentido e pertencimento (FERREIRA, 2005).

Segundo Parella (2007), o estudo das relações sociais que vão se firmando com o início do processo migratório e a forma como isso afeta a subjetividade dos atores sociais envolvidos interessa principalmente quando se observa que os estes podem ter a sua configuração familiar alterada. Fernández (2006, p.58) colabora com esta ideia relatando que:

Al emigrar se produce un cambio de medio geográfico, de medio social y de medio humano, objetivo y subjetivo. Pero ¿dónde se ejecutan con mayor intensidad esos cambios?

Cualesquiera sean los niveles de impacto que se quieran enfocar, la familia emerge como espacio, tiempo y lugar preferencial donde se vivencian con mayor intensidad las relaciones humanas, las identidades y las redes sociales, laborales, religiosas, de amistad, de parentesco y transfamiliares en el proceso migratorio.

Pedone (2008) informa que as alterações nos laços familiares podem seguir diversos percursos, mas que se dá ênfase maior ao estudo das redes familiares integradas ao processo de deslocamento. Estes estudos, de acordo com Parella (2007) e Rincón e Pineda (2010), buscam averiguar a existência de práticas transnacionais, enfocando principalmente as relações entre gêneros e gerações, a forma como os migrantes constroem e reconstroem suas vidas, simultaneamente em mais de uma localidade e os estilos de vínculos afetivos mantidos. A respeito da manutenção dos laços afetivos apesar fragmentação de membros da família em diferentes localidades, Fernández (2006, p. 58) evidencia que:

Muchas veces los miembros de las familias no precisan de la convivencia espacial diaria para sentirse parte de la misma red de relaciones. Recrean vínculos de tipo horizontal que se entrelazan en los márgenes del tiempo para cobrar vida dentro de imaginarios colectivos y representaciones sociales que se expresan como contenidos del sentido común y compartido por las familias (...).

Helman (2009) corrobora expondo que os deslocamentos têm múltiplos impactos nas pessoas, que a migração pode conduzir uma família, principalmente quando está reunida na localidade hospedeira, à maior integração, através da necessidade de proximidade, o sentimento de pertencimento, a partilha de lembranças, preservação dos costumes e tradições, ou à desagregação, com a vivência de realidades que são contrárias ao que se tinha como certo, problemas econômicos como o desemprego, e a quebra dos vínculos até então estabelecidos. Woodward (2011, p. 32) trata sobre a vivência de conflitos, isto é, quando o sujeito se vê permeado por demandas, muitas vezes antagônicas, no seguinte comentário:

A complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades, mas essas diferentes identidades podem estar em conflito. Podemos viver, em nossas vidas pessoais, tensões entre nossas diferentes identidades quando aquilo que é exigido por uma identidade interfere com as exigências de uma outra.

Observa-se uma expressiva mudança dos papéis sociais tradicionais a partir da experiência da migração. A mulher adquire uma maior emancipação através do trabalho remunerado, o homem passa a participar mais das atividades domésticas, ocorrem transformações nas concepções de família e de relação entre gêneros; assim

como os jovens migrantes podem desafiar as estruturas tradicionais estabelecidas pelo seu grupo social e adotar novas perspectivas (PNUD, 2009; ROSAS, 2010).

A questão da nova dinâmica com a qual a família deverá conviver pode ser visualizada a partir das possíveis questionamentos e dificuldades que suscitam na vida do migrante. Para Fernández (2006), os conflitos surgem principalmente quando há uma diferença muito grande entre as concepções difundidas no local de destino e no local de origem da pessoa e quando não há flexibilidade para e integrar novas perspectivas de vida aos modelos conceituais já estabelecidos.

Helman (2009) denomina como *inversões* estas interrupções que podem ocorrer nos papéis sociais e na visão de mundo do imigrante. Para o autor, o mais recorrente é que ocorram *inversões de gerações*, onde as relações de poder entre as gerações são muitas vezes trocadas devido a maior facilidade que o jovem encontra para integrar-se e se locomover entre normas diferentes. Assim como, o autor emprega a ideia de *inversão de papéis de gênero*, a participação feminina nas migrações traz oportunidades e desafios para a mulher, implica em possíveis reestruturações socioculturais e psicológicas que atingem diretamente o seu repertório identitário, social, familiar e econômico.

Deve-se relacionar, igualmente, a *inversão de tempo*, onde há um arrependimento quanto à decisão de migração e nostalgia do tempo passado; e por fim identifica-se a *inversão de espaço*, que se caracteriza pela ênfase significativa que é dada ao local de origem e não ao espaço onde se fixou residência.

É importante apontar que a *família extensa* é um elemento de destaque nos estudos que fazem a intersecção migração e família, pois se entende que aqueles que permanecem na localidade de origem também são afetados pelo processo migratório e têm um papel ativo neste fenômeno. O PNUD (2009) e Parella (2007) indicam as diversas vantagens proporcionadas, tais como: recepção de dinheiro (“*remessas sociais*”), alterações positivas nas concepções de família, reprodução, emprego, política, ideologia, etc., melhora significativa das condições de vida, principalmente em questões como alimentação, saúde e educação. Os estudos também constataam que não se deve ignorar que a ausência do migrante vai, em maior ou menor grau, afetar negativamente a família estendida, principalmente quando o deslocamento envolve a separação entre cônjuges e entre pais e filhos, assim como, demonstram que:

(...) os impactos são complexos, apresentam especificidades contextuais e estão sujeitos a alterações com o decorrer do tempo. A natureza e o alcance dos impactos dependem de quem se desloca, de como os migrantes se saem no estrangeiro e da sua tendência de manter os elos, o que se poderá manifestar através dos fluxos de dinheiro, conhecimento e ideias, e na intenção de regressarem em algum momento no futuro (PNUD, 2009, p.71).

Entende-se então que a mobilidade pode representar transformações intensas nas hierarquias sociais, de classe e étnicas tanto entre o grupo dos migrantes quanto na vida dos permaneceram na comunidade de origem. Essas mudanças podem relacionar-se a melhoria na saúde pública, ao estabelecimento de relações mais igualitárias, sem violência ou coerção, ou agravar conflitos que estavam latentes. É imprescindível que se desenvolvam estudos para apurar os encontros e desencontros psicossociais e culturais no que diz respeito à organização familiar, quais as demandas existentes no que se refere às relações familiares, enfocando as repercussões da migração principalmente no relacionamento conjugal, na parentalidade e no contato com a família extensa.

Considerações Finais

A revisão literária realizada aponta para as múltiplas teorias que tentam explicar a migração e as complexas relações estabelecidas durante o processo migratório. Verifica-se que há uma tendência em considerar os constituintes do deslocamento internacional, perpassando aspectos macro e microestruturais, o que possibilita o desenvolvimento interdisciplinar da produção do conhecimento sobre migrações, sendo o estudo das redes sociais um dos destaques.

Os aspectos subjetivos participam deste fenômeno ao se considerar os atores sociais como protagonistas do processo. Sem dúvida há elementos complexos que devem ser visualizados em seus múltiplos constituintes, desde as possíveis rupturas nos sistemas simbólicos da localidade de origem, até a influência na dinâmica das relações familiares.

Efetivamente a migração provoca transformações, e pode ser percebida, num primeiro momento, como um fator de desagregação familiar. Entretanto, a análise dos dados revela que o deslocamento tem vantagens e limitações que são ultrapassadas de acordo com variáveis relacionadas à ressignificação de vínculos, a proximidade e manutenção de costumes e tradições, além da forma como se dão as relações com a comunidade do local de destino.

Assim, não se pode pensar a migração apenas como geradora de rompimentos nas relações familiares, ela também possibilita o seu fortalecimento além de que há a perspectiva de estabelecer novos arranjos familiares, como os de gênero, que podem quebrar relações de dominação ultrapassadas e redefinir suas configurações.

Referências Bibliográficas

- AVILA, Carlos Federico Domínguez. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. *Revista Brasileira de Política Internacional*. n. 2, p. 118-128, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a08v50n2.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2012.
- BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zenir; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 157-179.
- DEBIAGGI, Sylvia Dantas; PAIVA, Geraldo José de (Org.). *Psicologia, E/Imigração e Cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, 278p.
- FERNÁNDEZ, Consuelo Martín. Nuevas direcciones para estudios sobre familia y migraciones. Venezuela. *Revista Aldea Mundo*, nov./abr., v. 11, n. 22, 2006, p. 55-66. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=54302206>>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- FERREIRA, Ademir Pacelli.(orgs.) A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- _____. Ademir Pacelli. “A migração e suas vicissitudes: Análise de uma certa diversidade”. 1996. 259 folhas. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/teses/ademir_ferreira_migracao.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2012.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELMAN, Cecil G. Migração, globalização e saúde. In: Cultura, Saúde e Doença. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 271-295.
- LEE, Everett S. Uma teoria sobre a Migração. In: BNB. Migração interna: textos selecionados. Tradução de Hélio A. de Moura. It. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 89-114. (Estudos Econômicos e Sociais, 4) (Traduzido do original: a Theory on migration).
- PARELLA, Sônia. Los vínculos afectivos y de cuidado em las familias transnacionales: Migrantes ecuatorianos y peruanos em Espana. *Revista Migraciones Internacionales*. v. 4, n. 2, jul./dez., p.151-188, 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/151/15140206.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012.
- PEDONE, Claudia. “Varones aventureros” vs. “Madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Ano XVI, n. 30, 2008, p. 45-64. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392005000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa. n. 11. Lisboa: SOCIUS Working Papers, 2004, 36 p. Disponível em: <<http://mim2010.eu/wp-content/uploads/2010/11/joa-peixoto-teorias-explicativas.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para a análise. In: Revista e Experimental. São Paulo: FFLCH/USP, v.2, mar. 1997, p.11-24.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Ultrapassar barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf> Acesso em: 15 mar. 2012.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: BNB. Migração Interna: textos selecionados. Tradução de Hélio A. de Moura. 1t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 20-88. (Estudos Econômicos e Sociais, 4) (Traduzido do original: The laws of migration).

RINCÓN, Luz Adriana González; PINEDA, Jair Eduardo Restrepo. Práticas de continuidade de los vínculos parentales en las familias transnacionales colombianas en España (Comunidad Valenciana, España - Eje Cafetero, Colombia). Revista Latinoamericana de Estudios da Família. v. 2, jan./dez., 2010. p. 79-97. ISSN 2145 - 6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392005000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RIBEIRO, Gustavo Lins. SÉRIE ANTROPOLOGIA: Antropologia da Globalização - circulação de pessoas, mercadorias e informações. Vol. 435. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

ROCA, Joaquín García. Enfoque psicosocial e incidência pública. Las necesarias transiciones. In: La persona más allá de la migración: Manual de intervención psicosocial con personas migrantes. Luisa Melero Valdés (coord.). Espanha: Fundación CeiMigra, 2010, p. 17-29.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Sociologia das Migrações. Universidade Aberta: Portugal, 1995.

ROSAS, Carolina. Género y transmigraciones al interior del hogar em la posmigración: mujeres y varones peruanos em Buenos Aires. Revista Latinoamericana de Población. n. 5, jan./jul., p. 147-172, 2010. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=217&Itemid=236>. Acesso em: 31 mar. 2012.

SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1991, Campinas. Anais...Campinas: ABEP, 1992. p. 119-144.

SANTOS, Milton. O tempo (os eventos) e o espaço. In: A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ed. São Paulo: EdUSP, 1997, p. 114-133.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. GT - Migração: Sessão 3 – A migração internacional no final do século. In: XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, outubro de 2000, Caxambu. Anais... Disponível em: <http://abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=184&nivel=2>. Acesso em: 11 abr. 2012.

SILVA, Sidney. A migração dos símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo. São Paulo em Perspectiva. v. 19, n.3, p. 77-83, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392005000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 mar. 2012.

SINGER, Paul I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BNB. ETENE. Migração interna: textos selecionados. 1t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 211-144. (Estudos Econômicos e Sociais, 4).

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. 344 folhas. Tese (Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FACE-5NGJ5E/1/weber_soares.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu da Silva (Org.); STUART Hall; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 7-72.

UMA ANÁLISE DO PROCESSO MIGRATÓRIO EM RORAIMA, SOB O ASPECTO DA LINGUAGEM COMO TRAÇO IDENTITÁRIO, NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Para começar...

Há, ainda, certo desconhecimento geográfico quando se trata da região Norte – exceto quando o tema é a Floresta Amazônica, amplamente divulgada por sua riqueza e importância para o planeta. Mesmo no Brasil, é frequente referir-se ao Norte como se também contemplasse o Nordeste do país; e, ainda, como se todos os estados que a compõem tivessem as mesmas características físicas, sociais, culturais e demográficas. Isso não procede em nenhum dos estados. Na parte mais setentrional, onde se situa Boa Vista, capital de Roraima, há uma heterogeneidade de proveniências, costumes, falares e anseios que resultaram da formação do Estado.

Semelhante ao que aconteceu em todo o país, inicialmente, Roraima era habitado somente por índios de diversas etnias. Porém, no processo de sua construção, o Estado tornou-se, marcadamente, pluriétnico e multicultural. São indígenas de diversos troncos linguísticos, como macuxi, taurepang, ingarikó, waimiri/atroari, waiwai, patamona, ye'kuna, Wapixana e ianomâmi que se misturaram a não índios, vindos de todos os lugares do Brasil, da República Bolivariana da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana.

Essa diversidade étnica gerou, fundamentalmente, uma diversidade cultural que não pôde ser ignorada. Ao se juntarem em espaço tão restrito, – no início, eram somente dois (2) municípios, um deles a capital do ex-Território Federal, Boa Vista, e o outro, Caracarái –, a troca ou o intercâmbio entre essas diversidades foi inevitável. As diferenças tornaram-se visíveis, ora se preservando ou coexistindo, ora se mesclando. Estudos sobre migração e relações interétnicas, no Estado, (FREITAS, 2009; OLIVEIRA, 2003; RODRIGUES, 1996; VALE, 2007; SANTOS, 2010) asseguram

*

que, neste cenário, um grupo, pelo crescente populacional migratório, destacou-se. Trata-se do contingente formado por maranhenses que, por contingências sociais em sua região de origem e em decorrência da atividade garimpeira e dos assentamentos dirigidos pelo INCRA, foram atraídos para o extremo Norte do Brasil.

O contingente populacional muito significativo mostrou-se de forma preponderante na maneira de falar. Expressões como “Tu é do Maranhão?” ou “Só pode ser maranhense!”, tornaram-se comuns, empregadas em Roraima, notadamente a partir de meados da década de 1980. Na maioria das vezes, para criticar uma pessoa, por algum comportamento distinto, como empregar uma modalidade “destoante” da língua portuguesa falada padrão. Não significa, no entanto, que os falantes roraimenses sejam usuários exigentes e/ou atendam tão somente à variante culta da língua portuguesa. Mas, o vocabulário daquele migrante e a entonação diferenciaram-se do que, em Boa Vista e nos demais estados do Norte, era convencional. Foi o suficiente para segregar esse grupo que trazia, em si, outros elementos diferenciadores. Tal estigma permaneceu nas décadas seguintes.

Semprini (1999, p. 41), ao tratar da estruturação do espaço americano, afirma que “as modalidades e o ritmo de integração são tradicionalmente estabelecidos “de cima para baixo” por uma elite monocultural “iluminada””. Se a analogia se aplica, a corrente migratória que se intensificou nas décadas seguintes, em Roraima, confirma o que o autor chamou de saber explorar as possibilidades oferecidas pelas instituições liberais e por um sistema político democrático. Logo, as diferenças que a presença do migrante causou e as perdas que se sucederam parecem explicar a manutenção da linguagem, como uma reivindicação identitária, ainda que de forma adversa ou não compreendida em um primeiro momento.

A observação que a experiência profissional em sala de aula proporcionou e o olhar atento para tais fatos permitem-me afirmar que, em relação aos maranhenses, o tom dos comentários sobre o jeito de falar desse grupo aparece em manifestações distintas: xingamento, agressão, comparação ou piada. Isso a ponto de, às vezes, o migrante negar a naturalidade ou buscar atenuante para justificar a forma de se expressar. Por outro lado, quando esse falante pertence a um grupo socialmente privilegiado há uma variante para o tom do comentário: “Nem parece que você é maranhense”. Em ambos os casos suscitam elementos importantes para uma análise.

A diferença na linguagem evidencia-se, geralmente, quando uma pessoa usa um vocábulo ou construção diferente daquilo que foi convencionalizado no uso corrente da língua; seja por desvios da norma vigente – comumente produzidos na fala –, seja por razões históricas, ou por variações, linguisticamente, diferentes dos referidos

falantes. A primeira frase citada, no início desse texto, para identificar o falante do Maranhão, contraria a norma padrão da língua, quanto à flexão verbal. Isso quer dizer que não é a cobrança por regras gramaticais o motivo da crítica. Normalmente, esse desvio de concordância é comum, no país, em se tratando de língua informal, na competência pragmático-discursiva (AZEREDO, 2002). Parece haver, implicitamente, outras razões.

Em relação à segunda frase, o comentário é mais contundente. Empregado em situações fora do convencional, não tem valor positivo. Dizer que alguém só pode ser maranhense, em Boa Vista, é uma clara insinuação de que ela “contrariou” alguma norma esperada para compreender algo ou que já é previsível não entender, porque a linguagem a ser empregada comumente deve ser outra. Parecem tais marcas identificarem as pessoas pela origem ou procedência ou, ainda, tornarem-se características marcantes a ponto de se sobreporem a outros aspectos. Na capital de Roraima, é muito frequente observar, em diversos contextos, posturas e situações que justificam tal afirmação.

Mas, o intrigante é ser, exatamente, esse traço tão diferenciador a ponto de marcar as pessoas, ora de forma constrangedora, ora de maneira que as identifique em situações tão díspares. Se o estado teve – em sua formação – a contribuição de índios e de brasileiros provindos de regiões muito distintas, culturalmente, como querer uma uniformidade? E, ainda, até que ponto essa multiplicidade de informações encontra-se ou se choca? Quem assimilou o quê? Qual a forma padrão estabelecida? Quais as possíveis consequências em desobedecer à norma? Seria apenas preconceito linguístico? Ou, o fato de a maior população de migrantes no Estado de Roraima ser de maranhenses responsabiliza-os, também, pelas influências que disso resultam? São questionamentos que requerem uma investigação.

Por que uma investigação dessa ordem?

A importância de uma pesquisa, no campo das Ciências Sociais reside na oportunidade de investigar até que ponto a variante linguística empregada pelo maranhense, especialmente aquele que se instalou no bairro Santa Luzia, na capital Boa Vista, é uma possibilidade heurística aberta para o traço identitário desse ator no contexto de suas relações sociais, na sociedade roraimense. Como isso é revelado pela forma de falar e pelas expressões linguísticas, acionadas como separadores de classes sociais e grupos étnicos.

Para justificar o universo da pesquisa que se propõe demarcar, buscou-se um fato incontestável: o processo migratório. Até por que “Tomou água do Rio Branco

não vai embora” ou, “Se for, volta”. Tais chavões são comuns por aqui e denotam o crescimento populacional com as contribuições que a migração justifica, proporciona e instiga quanto à necessidade de se referenciar a diferença. É importante investigar, no Brasil, as diferentes razões que levam as pessoas deslocarem-se de seus lugares de origem. A literatura, a música, as artes, a ciência e toda forma de registro, sempre reservaram um lugar para esse fato.

No início da década de 1980, a população de Roraima inflou, conforme o recenseamento extraordinário do IBGE (1991). De 40.885 habitantes, naquela época, para 217.583. Destes, 27,39% provindos do Maranhão¹. Com presença tão significativa no Estado, esse migrante tornou-se protagonista, em diversos segmentos, e alcançou notoriedade que lhe renderam um comprometimento. O inchaço populacional chegou ao extremo Norte, e de dois (2) municípios, Roraima, com a Constituição de 1988, ganhou o status de Estado e, hoje, a população de 451 227 habitantes está distribuída em quinze (15) municípios. Destes, dois predominantemente povoados por maranhenses: Alto Alegre e São Luiz (IBGE, 2009).

Roraima mudou, e o tímido Território Federal deu lugar a mais uma unidade da federação brasileira. Com a mudança, vieram também os problemas ou desafios. Além da adaptação à nova estrutura política e questões socioeconômicas, os protagonistas destacaram-se pela sua procedência e contribuições. Eles vieram de lugares distintos e, consigo, trouxeram uma carga cultural que, naturalmente, seria assimilada, socializada. Ou não.

Neste contexto, os maranhenses assumiram um papel de destaque nos grupos migratórios. Em princípio, por ser a maior população, conforme o IBGE; depois, pelo jeito de falar, no que tange ao vocabulário linguístico ou campo lexical. E a primeira barreira se estabelece: Preconceito, e/ou intolerância? Talvez, pudesse se afirmar que, no início da migração, os dois podiam ser identificados. Para Leite (2008:20), preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir à intolerância. Os dois traços evidenciaram-se: comumente os noticiários locais registram discussões, brigas que – em alguns casos – culminaram com mortes, em razão de piadas, chacotas ou ofensas outras, cujo teor tinha como objetivo ridicularizar o maranhense ou alguém a ele assemelhado.

Ainda sobre a formação de Roraima, nos anos 80, segundo Freitas (2009), o Estado tornou-se um eldorado brasileiro para migrantes de várias regiões do Brasil e, ainda, dos países circunvizinhos. Os que vinham eram atraídos pelos garimpos de ouro e diamantes, – fechados em 1989, pelo governo federal. Depois, pelas possibi-

1 FREITAS, Aimberê. História e Geografia de Roraima (2009).

dades anunciadas por programas políticos de assistência do Estado, que o divulgavam como “Terra de oportunidades”.

A região do Brasil que mais se deixou atrair foi a Nordeste, especialmente a população dos estados do Maranhão, Ceará, Paraíba. Em Roraima, há comunidades e/ou municípios fundados e, até pouco tempo, com população predominantemente dessas unidades da federação, segundo o censo do IBGE (1991). Mas também, migrantes da região Sul do país deslocaram-se e, aqui, estabeleceram-se. Com todos eles, vieram costumes, exigências e a linguagem, naturalmente. Afinal de contas, é ela que orienta para a percepção das coisas e das relações entre estas e as pessoas (AZEREDO, 2002).

Para esse autor, “uma língua é um sistema abstrato reconhecível nos muitos usos, orais e escritos, que seus falantes fazem dela” (2002:30). Daí, talvez, resultaria o que Semprini (1999: 93) denominou de nó górdio, quando definiu multiculturalismo. Ao tratar da igualdade versus diferença, afirma que a primeira desconsidera as especificidades étnicas, históricas e identitárias, uma espécie de síntese dessa última. Autores vários (FREITAS, 2008; JANNUZZI, 1993; REZENDE, 2012) já se dedicaram a analisar esse tema, abordando os diferentes aspectos que implicam a migração.

A capital de Roraima, Boa Vista, segundo dados do IBGE, localiza-se a centro leste do Estado, na mesorregião Norte e microrregião Boa Vista, situada nas coordenadas geográficas 60°40’24” de longitude Oeste e 02°49’11” de latitude Norte, com uma altitude de 85 metros em relação ao nível do mar, limitando-se ao norte com o município de Amajari; ao sul com o município de Mucajaí e Cantá; a leste com Normandia e Bonfim e a oeste com Alto Alegre (SEPLAN/CGPTERR-2010)².

Pelos dados dessa instituição, a capital de Roraima é composta de 53 bairros, a saber: Aeroporto, Alvorada, Araceli Souto Maior, Asa Branca, Bela Vista, Buritis, Caçari, Caimbé, Calungá, Cambará, Canarinho, Caranã, Cauamé, Centenário, Centro, Cidade Satélite, Cinco de Outubro, Cinturão Verde, Conjunto Cidadão, Distrito Industrial Governador Aquilino Mota Duarte, Bairro Dos Estados, Doutor Silvio Botelho, Doutor Silvio Leite, Equatorial, Jardim Caranã, Jardim Floresta, Jardim Primavera, Jardim Tropical, Jóquei Clube, Liberdade, Marechal Rondon, Mecejana, Nossa Senhora Aparecida, Nova Canaã, Nova Cidade, Olímpico, Operário, Paravianá, Pintolândia, Piscicultura, Pricumã, Raiar do Sol, Santa Luzia, Santa Tereza, São Bento, São Francisco, São Pedro, São Vicente, Senador Hélio Campos, Tancredo Neves, Treze de Setembro, Trinta e Um de Março e União.

2 Secretaria de Estado do planejamento e Desenvolvimento/ Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais/ Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista- 2010.

À época da expansão do plano diretor da cidade, os migrantes estabeleceram-se nos mais diferentes pontos da cidade, conforme a condição socioeconômica. Um bairro da periferia, Santa Luzia, iniciado como Pintolândia III – em homenagem ao governante que promoveu o processo migratório no Estado, na década de 1980 –, destacou-se pela predominância de maranhenses de uma mesma localidade. Sabe-se que o nome do distrito está diretamente relacionado ao lugar de procedência da maioria de seus moradores, uma cidadezinha do interior do Maranhão³. É nesse distrito que se pretende buscar informações, tornando-o universo desta pesquisa.

Uma visão geral da História da Amazônia

O contexto da ocupação na região amazônica é, notadamente, marcado por exploração dos recursos econômicos no Brasil. Iniciou-se com o ciclo da borracha, no século XIX, e, a partir disso, a política desenvolvimentista do governo federal intensificou a migração para essa região. Daí, surgiram as demandas sociais, a exemplo da necessidade de estradas como vias de acesso, urbanização, assistência médica, educação, habitação, entre outros, que, por não serem plenamente atendidas, passaram a gerar outra sorte de problemas.

Segundo Ianni (1979), em estudos denominados *A “Fronteira” do Capitalismo na Amazônia*, o desenvolvimento na região, nos anos de 1964 a 1978, a partir da expansão do extrativismo, agropecuária e mineração, caracteriza-se, também, como a época da política de demarcação e titulação de terras devolutas, tribais e ocupadas, bem como da colonização dirigida. Para esse autor, o que ocorreu nessa região foi um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Argumenta, ainda, que não há dúvidas de que foi o extrativismo, inicialmente, o setor econômico que motivou o desenvolvimento da região e do país, fato confirmado com o apogeu do ciclo da borracha.

Só a partir do momento em que iniciativas governamentais foram adotadas, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia S.A (BASA), ambos em 1966, e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), em 1967, que se dinamizou e diversificou-se o setor produtivo, promovendo a transformação da região.

A criação do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) firmou a política econômica estatal para a região, ao mesmo tempo em que solidificou a força e a aliança entre Estado e empresa privada, nacio-

3 Jornal Folha de Boa Vista on line, 23/01/2001 – www.folhabv.com.br - Acesso em 02/07/2012.

nal e estrangeira. Mas, Ianni (1979b) critica a política de desenvolvimento capitalista extensivo dessa época, a qual ignora a presença dos vários grupos indígenas e não lhes garante direitos.

Para esse autor, *a expropriação da terra, da força de trabalho, da cultura ou da própria vida do índio tem sido facilitada pela ideologia racial dos beneficiários diretos e indiretos do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia* (p.203). A tal situação deve-se a aculturação agressiva, o descaso das organizações responsáveis pela defesa dos direitos indígenas, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e a guerra da sociedade brasileira contra o índio, marcada pela expropriação da terra e da cultura.

Para essa situação, ainda, não se pode afirmar que, atualmente, haja mudanças no cenário. São comuns os casos de desrespeito divulgados pela mídia. Em Roraima, mesmo com a demarcação das terras indígenas e, talvez, até pela forma como isso se deu, os conflitos são constantes e a aceitação do índio na sociedade é controversa. Com a exploração mineral em terras indígenas e o processo migratório, a população de índios diminuiu. De aproximadamente vinte etnias no território de Roraima, no século XVIII, para 25.000 pessoas no final do século XX, além do desaparecimento de muitos grupos étnicos (NEVES, 2010). Certamente, políticas públicas de assistência ao índio e um compromisso maior das instituições de defesa e amparo a esse grupo étnico precisam ser fomentadas e, de fato, funcionarem.

O contexto amplo da migração e suas decorrências

Pensar os espaços que se organizam conforme os processos migratórios tem um significado mais abrangente, quando se analisa a partir do conceito de Martins (1997) sobre fronteira. Para ele, *a fronteira, como frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios ocupados por indígenas, é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o Homem e o humano* (p. 11). Ao situar as posições “do lado de cá” e “do outro lado”, o autor confronta o comportamento antagônico dos chamados civilizados, cujo ambiente é marcado pela intolerância, ambição e morte, mas também pela concepção de esperança na busca do novo. Em contrapartida, a fronteira torna-se limite de território para os grupos étnicos e as concepções de espaço e do homem. É desse ponto de vista que se quer analisar e discutir o processo migratório, quando os elementos envolvidos dizem respeito àqueles que buscam condições de vida diferentes e a eles se impõe uma fronteira.

Martins (1997b) destaca a fronteira como lugar privilegiado de observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano, naquilo que esse autor denomina como encontro de sociedades

que vivem no seu limite e no limiar da História. Se se personificar o migrante do Maranhão e o indígena, nesta teoria, segundo a visão de que é na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem, teríamos como constituir a figura central e sociologicamente reveladora, proposta pelo autor: a de vítimas e não de pioneiros.

As condições sociais em que vivem esses atores, o acesso a bens, a qualificação para o trabalho, além de outros direitos, lhes são negligenciados. Assim acabam por caracterizar uma situação de conflito social. O autor em estudo analisa, nesse conflito, a fronteira como lugar essencialmente de alteridade. Segundo ele, há uma realidade singular e, à primeira vista, torna-se “*o lugar de encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro*” (p.150). Talvez, isso se aplique, também, àqueles que, por diversas razões, deixam seus lugares de origem e aventuram-se em outras terras, tendo como opositores as divergentes situações com que se deparam para se estabelecer.

As relações de espaço no contexto migratório em Boa Vista

O ponto de partida para essa análise é a possibilidade de vislumbrar o espaço urbano e as classes que nele se estabelecem. Para isso, buscou-se a fundamentação conforme Scalon (2007). Embasada em Bourdieu, ela afirma a necessidade de estabelecer uma relação lógica entre o espaço das relações e o geográfico. Destaca, também, do ponto de vista sociológico, a necessidade de se estabelecer conexão entre as redes de relações e chances no mercado de trabalho. Assim se estabelece o vínculo entre classe social e formas de sociabilidade, cujo elemento principal é o espaço que compõe as redes, organiza e localiza os grupos sociais.

É nesse contexto que se quer buscar explicações de como o Estado de Roraima passou (e passa) por processos reprodutivos do seu espaço. Buscou-se em Vale (2007) informações precisas, posto que a pesquisadora debruçou-se sobre um estudo em sua tese intitulada *Migração e Territorialização – As Dimensões Territoriais dos Nordestinos em Boa Vista-RR*. Ali, apresenta uma configuração de espaço que, segundo ela, é *produzido* pelos *interesses capitalistas, resultado da intervenção estatal em busca da legitimação de grupos, controlando lugares, a hierarquia das partes, a segregação das partes, segregação e homogeneidade, garantindo a promoção dos interesses* (p.103). Tal posicionamento fundamenta-se em estudos que apontam para essa direção, a exemplo de Martins (1997c).

Houve, sem dúvida, uma transformação do espaço urbano de Boa Vista motivada pela evolução do próprio estado. Até quase final dos anos de 1980, todo o poder

e os recursos eram centrados na capital, disponibilizados pela União. Hoje, a cidade dispõe de infraestrutura básica que favorece um processo de setores econômicos e funciona como centro de apoio receptivo. A proximidade com as cidades de fronteira da República Bolivariana da Venezuela e da República Cooperativa da Guiana, bem como a reorganização do espaço com a criação dos municípios, a partir da Constituição de 1988, quando adquiriu o status de estado da federação, garantiu-lhe uma densidade demográfica significativa, de 3,43 hab./km² para 26,95 hab./km², conforme dados da tese acima citada.

No entanto, daquela Boa Vista dos idos de 1980 pouco restou. A cidade assim como todo o Estado sofreram os efeitos das políticas estadual e federal, para as quais o objetivo maior era incentivar a economia, através da exploração mineral e da agropecuária. A demarcação das terras indígenas boicotou esse propósito e propiciou a acentuação dos estados de fronteira, para retomar os conceitos de Martins (1997 d). Não houve estrutura para as demandas sociais que se depreenderam do processo de migração.

Os dados não são animadores quando se trata da organização urbana, haja vista a miséria que se acentua, quando há pessoas instaladas nas zonas de periferia sem condições necessárias para vida digna. “Os ‘bolsões de miséria’ que, segundo Oliveira (2003, p.182, in: NEVES, 2010), se instalaram nos arredores da cidade aumentam e acumulam a situação de miséria. Os percentuais mostram rendimentos insuficientes para a maior parte da população e a restrição dos ganhos para alguns privilegiados. Certamente, o acesso a bens e a consequência dos problemas que se levantam são proporcionais a cada um dos referidos grupos. Destacam-se, nesse triste contexto, pessoas oriundas da população indígena que se estabeleceram na cidade e os migrantes do Nordeste, em especial, os maranhenses.

Dados demonstram uma expansão significativa da periferia na capital Boa Vista. Conforme estudos por Neves (2010), *os indicadores sociais de pobreza atingem mais de 50% da população*. O autor põe em xeque a perífrase de cidade planejada, haja vista não levar em conta dado tão alarmante, ao mesmo tempo em que a representação de cidade organizada confere segurança, pertencimento, e, conseqüentemente, valor positivo à identidade local, ainda que se contraponha a questões negativas de ordem política e administrativa. Indubitavelmente, há em Boa Vista, como em todo o estado de Roraima, uma desigualdade das condições materiais e das representações resultantes de seu processo histórico de formação. Isso parece que ainda vai se repetir por muito tempo, posto que a mobilidade torna-se decorrente da atrativa força de trabalho ainda muito necessitada de mão-de-obra qualificada em vários setores.

A relevância da linguagem para a interação social

O diálogo que se quer estabelecer, nesse texto, consiste na intenção de buscar uma compreensão de sociedade, uma rede de relações conforme Cohn (1993b), a partir da teoria da ação de Habermas (1975) e da ação social em Weber (2002b). A forma intrincada como essa entidade se constitui, segundo esse autor, e como se impõe a seus integrantes é pela ação social, princípio weberiano. Mas, quando esta *diz respeito ao intercâmbio entre os atores sociais que se dá mediante a linguagem*, passa-se ao campo da ação comunicativa, objeto em que se centram os estudos habermasianos. Nesse caso, é afirmada a supremacia do processo comunicativo sobre a circunstância em que os participantes desse processo estejam. Segundo Cohn, isso diverge na teoria marxista que prioriza processos mais abrangentes.

A partir desse suporte teórico, pode-se compreender que a forma de falar do migrante maranhense em Roraima é um traço peculiar e distintivo desse grupo populacional, o qual pode – pela variante linguística empregada – ser reconhecido, respeitado, mas também discriminado. Tal dedução resultou da reflexão advinda do seguinte questionamento: (...) *de que modo a ação comunicativa responde à exigência intrínseca à modernidade, de expansão da racionalidade por todos os domínios da vida social?* (in: COHN, 1993, p.65)

Ora, as comunicações estabelecidas entre os sujeitos, mediadas por atos de fala, dizem respeito sempre a três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e instituições e o mundo subjetivo das vivências e dos sentimentos. As relações com esses três mundos estão presentes, embora não na mesma medida, em todas as interações sociais.

Numa hierarquia, primeiro as pessoas coordenam as ações quando interagem. Do conhecimento partilhado sobre o mundo objetivo dependerá o (in)sucesso de ações conjuntas, mas com punição caso violem as normas. Em segundo lugar, as pessoas vão interagir conforme as normas sociais existentes ou produzidas durante a interação. Constroem-se, assim, expectativas para a reciprocidade do comportamento, com o conhecimento dos participantes. Nesse caso, a avaliação não será pelo êxito, mas pelo reconhecimento intersubjetivo e pelo consenso de valor. A violação será punida. Por fim, as interações pessoais revelam vivência, intenções, necessidades, temores, dentre outros, suficientes para revelar a interioridade, de onde se podem tecer conclusões. Dessa forma, compreende-se que a forma de falar do migrante maranhense, por suas características peculiares, pode diferenciá-lo.

Conforme Habermas, o modelo ideal de ação comunicativa é aquele através do qual as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna. Vinculado a esse modelo, o autor apresenta a situação linguística ideal: o discurso.

A etimologia do termo *discurso* “*Diskurs*” diz respeito a uma das formas da comunicação ou da “fala” (Rede), cujo objetivo é fundamentar as pretensões de validade das opiniões e normas em que se baseia implicitamente a outra forma de comunicação ou “fala”, que chama de “*agir comunicativo*” ou “interação”. Teórico ou prático, conforme se refira a pretensões de validade de opiniões ou de normas sociais, o discurso para Habermas possui um aspecto *intersubjetivo*, que serve para classificá-lo como uma espécie do gênero “comunicação”, e um sentido *lógico-argumentativo*, que serve para determiná-lo como caso específico da fundamentação de pretensões de validade problematizadas.

Assim, o processo de comunicação que visa ao entendimento mútuo está na base de toda a interação, pois somente uma argumentação em forma de discurso permite o acordo de indivíduos quanto à validade das proposições ou à legitimidade das normas. Por outro lado, o discurso pressupõe a interação, isto é, a participação de atores que se comunicam livremente e em situação de simetria.

Habermas debate com o pensamento de Weber e outros que não fizeram parte do movimento da tradição crítica. Da teoria weberiana, tem-se a concepção de racionalidade e de ação social, as quais são base de análise das sociedades ocidentais em vários aspectos. Por outro lado, a teoria da ação comunicativa habermasiana favorece a reflexão filosófica sobre a própria educação e constituintes marcantes definidores das referências em processos de aprendizagem e sociabilidade como o conhecimento, a comunicação, a linguagem, a emancipação, a liberdade, e em destaque, aspectos éticos como o *diálogo*.

A perspectiva linguística da filosofia de Habermas, por não se centrar unicamente na semântica da linguagem, na análise formal das frases, na sintática, na semiótica das relações entre os signos, envolta na unidade de linguagem - a proposição-, mas por se completar com a dimensão *pragmática* – que é a proposição inserida num ato de fala – favorece, então, um estudo, no qual se pode pensar o traço identitário do migrante maranhense e analisá-lo sob essa ótica, a fim de se compreender a relação entre falantes e ouvintes a partir da intersubjetividade.

Considerações Finais

O propósito é que esse trabalho some-se a estudos com o mesmo intuito, ou que suscite outros que sistematizem dados e informações favoráveis à compreensão das consequências do processo migratório e, disto, para o enriquecimento sociocultural do Estado de Roraima. Afinal, investigar “O que faz o Brasil Brasil?” – como questiona DaMatta (2001), sobre a nossa identidade – é um desejo que já moveu muitos desbravadores, segundo a história da formação do Brasil. Coadunar esse anseio com a racionalidade da pesquisa, tendo como fio condutor o traço identitário marcado pela linguagem, a fim de entender a migração como agente do processo que redimensiona o território, com mudanças noutras dimensões, principalmente, quando há atuação explícita e direta do Estado. Porque isso gera consequências outras e favorece análises do ponto de vista histórico-cultural, mas também do econômico, relacionados a aspectos macrossociais.

Referências Bibliográficas

- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de Gramática do Português*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2002.
- COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.) *Teorias da ação em debate*. SP: Cortez/FAPESP, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco Ed., 2001.
- FREITAS, Aimerê. *Geografia e História de Roraima*. 7.ed. Boa Vista-RR: IAF Ed, 2009.
- FREITAS, Lúcia Gonçalves de Freitas. *Discurso e Identidade em Narrativas de Migrantes*. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de Brasília-UnB, Brasília-DF, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria tradicional e teoria crítica*. São Paulo: Abril Cultura, Coleção Os Pensadores, Vol. 48. 1975.
- LANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura; o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. [Cap. III, IX, X, XI, p. 55-73; 199-249].
- JANUZZI, Paulo de Martino. *A mobilidade social dos migrantes no contexto da crise e instabilidade dos anos em São Paulo*. Tese de Doutorado em Demografia no IFCH/UNICAMP, Campinas-SP, 1998.
- LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. [Sumário, Introd., Cap. 2 e Cap. 4, p. 1-24; 79-112; 145-203].
- NEVES, Leandro Roberto. *Cidade Planejada versus Cidade Corrompida : aspectos da desigualdade e da*

vida urbana. In : MÉLO, José Luiz Bica de. & LOPES. José Rogério. Desigualdades sociais na América Latina : outros olhares, outras possibilidades. São Leopoldo-RS : Oikos, 2010.p.81-97.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese de Doutorado submetida ao Departamento de História, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, da Universidade e São Paulo-USP. São Paulo, 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Garimpendo a Sociedade Roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará-UFPA, Belém-PA, 1996.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e desenvolvimento. Informações Socioeconômicas do município de Boa Vista-RR 2010. Disponível em www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/municipio/Boa_Vista. Acesso em 30.06.2012

SANTOS, Adair J. Roraima – História Geral. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, 2010.

SEMPRINI, Andrea. Trad. Laureano Pelegrin. Multiculturalismo. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

SCALON, Celi, OLIVEIRA, Maria Aparecida. Desigualdades de Classe e Desigualdades Espaciais. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE) - Grupo de Trabalho 11.

VALE, Ana Lia Farias. Migração e territorialização: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista-RR. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista- Unesp, do campus Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de Desenvolvimento Regional. Presidente Prudente - SP, 2007.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, [2002].

BACIAS HIDROGRÁFICAS TRANSFRONTEIRIÇAS EM RORAIMA

Introdução

Roraima é o Estado mais setentrional do Brasil, tendo uma área com um pouco mais de 224 quilômetros quadrados estando inserido integralmente na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas, a maior do mundo com mais de sete milhões de quilômetros quadrados. Sua rede hidrográfica é composta de 24 bacias hidrográficas em seu território geográfico (SEPLAN-RR), dentre as quais vão existir duas bacias hidrográficas transfronteiriças referentes aos rios Maú ou Ireng e Tacutu, ambas divididas territorialmente com a República Cooperativista da Guayana e estando a montante da bacia do Rio Branco, afluente do Rio Negro e este com sua foz no Rio Amazonas.

Independentemente de algumas intenções meramente protocolares desenvolvidas no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica – TCA, do programa Iniciativa para a integração da Infraestrutura Regional Sul – Americana – IIRSA e dos Comitês de Fronteira, não existem ainda ações conjuntas dos governos do Brasil e da República Cooperativista da Guayana específicas para disciplinar os usos da água nestas áreas transfronteiriças, situação que exige imediatas ações de regulamentação através de projetos de compartilhamento binacional para definição dos usos múltiplos destas bacias.

O compartilhamento dos recursos hídricos destas duas bacias transfronteiriças exige esforços de cooperação para uma gestão eficiente da bacia, e também de forma a prevenir conflitos pelo uso destes recursos. Na Amazônia já existem algumas iniciativas de cooperação transfronteiriça para a gestão conjunta de recursos hídricos compartilhados em regiões de fronteira, destacando-se a denominada região MAP (Rios Madre de Dios, Acre e Pando), sendo desenvolvidos diversos projetos de pes-

* Engenheira Agrônoma, Chefe da Divisão de Outorga da Diretoria de Recursos Hídricos da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – FEMARH - Roraima

quisa da Bolívia, Perú e Brasil, tendo uma importante participação das comunidades residentes nesta região transfronteiriça nas discussões visando o desenvolvimento de projetos sustentáveis (SANT'ANNA, 2012).

Rios e águas fronteiriças

Rios fronteiriços são aqueles que formam fronteira com dois ou mais países. Já os transfronteiriços atravessam o território de dois ou mais países, segundo definição dada pelo art. 2º da Resolução nº. 467, de 30 de outubro de 2006, da Agência Nacional das Águas, que dispõe sobre critérios técnicos a serem observados na análise dos pedidos de outorga em lagos, reservatórios e rios fronteiriços e transfronteiriços. Já as Águas internacionais vão ser as águas transfronteiriças, compostas por rios e bacias hidrográficas que abrangem os territórios de duas ou mais nações. Podendo ser rios contíguos (servem de linha divisória, fronteira) ou rios sucessivos (cortam mais de um Estado) (GLOSSÁRIO – ANA, 2007).

O Brasil possui cerca de 60 por cento de seu território coincidindo com bacias hidrográficas transfronteiriças, uma vez que é drenado por duas das cinco maiores do globo (Amazônica e Platina), além de outras sete de dimensões pouco expressivas.

As *águas transfronteiriças* são águas que escoam em *bacias hidrográficas* internacional isto é: bacias estas que pertencem a mais de um país. As águas transfronteiriças representam uma grande quantidade de *água* doce disponível no planeta e são suscetíveis a várias ameaças das quais se podem destacar o consumo excessivo; a extração incorreta de recursos hídricos; a falta de projetos de compartilhamento internacional; e conseqüentemente a geração de conflitos internacionais.

No território brasileiro segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), no Brasil há 83 cursos d'água transfronteiriços e vamos ter como as maiores bacias detentoras de rios fronteiriços e transfronteiriços as da Amazônia e do Prata, destacando os rios Madeira, Amazonas, Quarai, Paraná e Apa.

Diretrizes internacionais sobre compartilhamento de recursos hídrico

A conceituação de uma bacia hidrográfica internacional determina que rios principais ou secundários de um rio internacional sejam também considerados internacionais. Essa é a ordenação na União Européia que através da Diretiva 200/60/CE estabeleceu que “Os Estados-Membros garantirão que uma bacia hidrográfica

que abranja o território de mais de um Estado-Membro seja incluída numa região hidrográfica internacional”.

A água é dentre todos os recursos naturais é o que participa e dinamiza todos os ciclos de vida no nosso planeta. As sociedades humanas necessitam e utilizam a água tanto para as suas funções vitais de sobrevivência e de bem estar como em outras atividades onde se destacam diversos usos múltiplos tais como a geração de energia, a navegação para o transporte de pessoas e escoamento de mercadorias, irrigação de culturas agrícolas para a produção de alimentos, dessedentação de animais, turismo e lazer dentre outros. A água quando escassa torna-se uma moeda de troca ou razão para conflitos armados pela posse dos mananciais, principalmente quando em regiões transfronteiriças com deficiências hídricas sazonais ou permanentes.

O fato dos divisores de água, que delimitam as bacias hidrográficas raramente corresponderem às fronteiras dos Estados nacionais, potencializa a complexidade da questão tornando-a transnacional. O maior agravante é que, diferentemente das bacias hidrográficas exclusivamente nacionais, estas bacias compartilhadas encontram-se submetidas à soberania territorial de dois ou mais países, possuidores de distintos interesses, muitas vezes conflitantes (MENEZES, 2004).

O conceito de recurso de água compartilhado, por sua vez, foi trazido pela Convenção de Nova Iorque, em 1997, ou “Convenção das Nações Unidas sobre a Utilização dos Cursos de Água para Fins Diversos da Navegação” ou ainda CCAI – Convenção dos Cursos D’Água Internacionais. Essa conceituação seguiu uma terminologia já alcançado em 1973 pela Assembléia-Geral da ONU, que através da Resolução n. 3.129 traçou diretrizes sobre a cooperação em matérias de recursos naturais compartilhados.

A noção de rio internacional, e sua evolução até o conceito de bacia hidrográfica internacional surgiu em 1966 no encontro da “International Law Association” realizado em Helsinque, e por isso conhecida como “Regras de Helsinque”. Essa convenção estabeleceu que o curso de água internacional fosse “um sistema de águas de superfície e de águas subterrâneas que constituem, pelo fato de suas relações físicas, um conjunto unitário e chegam normalmente a um ponto comum.” (SOBRAL, 2008).

A maior parte das legislações internacionais sobre recursos hídricos transfronteiriços contém em seu bojo uma série de instrumentos que podem facilitar ou complicar a sua efetiva aplicação, principalmente quando enseja intervenções territoriais em um país, já que devem ser seguidos os princípios da não intervenção, independência e soberania o que demanda uma perfeita política de coordenação internacio-

nal entre eles. Em alguns casos específicos os países transfronteiriços desenvolvem acordos bilaterais que não necessariamente sigam os regramentos internacionais.

Caso surjam conflitos na utilização dos recursos hídricos transfronteiriços amazônicos existem três caminhos que podem ser seguidos, quais sejam:

1. Acordos multilaterais, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA;
2. Acordos bilaterais /trilaterais, na formação de instâncias “*ad hoc*” para a solução de conflitos;
3. Ação local, com a formação de Comitês de bacia internacional.

O Brasil tem realizado diversos eventos, organizados principalmente pela Agência Nacional de Águas, onde tem se recomendado a inclusão da agenda de águas em tratados internacionais, com a criação de observatórios de recursos hídricos e operacionalização de sistema transnacional de compartilhamento de informações hidrometeorológicas e de qualidade da água.

Em fevereiro de 2007, foi realizado em Curitiba o encontro de *Gestão de Águas Transfronteiriças*, organizado para apresentar as metodologias do Programa de Gestão de Águas Transfronteiriças no intuito de facilitar os avanços das pesquisas relacionadas a este tema. Outro evento importante ocorreu em maio de 2010, em Brasília, onde foi realizado o I Seminário Internacional de Direito de Águas sob organização da Agência Nacional de Águas (ANA) e pela Advocacia Geral da União (AGU); com o apoio da GWP Sudamerica, onde se procurou o estabelecimento do debate sobre questões *legais* para a gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços. O resultado deste evento foi encaminhado para os governos sul-americanos representados na ocasião do evento: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Compartilhamento de rios e suas água

Há duas maneiras de compartilhar os rios e suas águas entre o Brasil e os países com os quais tem fronteira. Este compartilhamento dá-se por um limite longitudinal do canal fluvial, que neste caso serve também como limite entre dois países ou o rio cruza este limite perpendicularmente vindo do território de um país para outro. No Brasil, segundo informações da Agência Nacional de águas temos 40 rios transfronteiriços longitudinais que fazem limites com outros países e 34 que atravessam as fronteiras entre países.

O compartilhamento longitudinal pode ser constituído por um rio inteiro, seja um principal como é o caso do rio Maú ou Ireng, sejam afluentes inteiros, como é o caso dos rios Pirara na Guyana e Uailã no Brasil ou ainda por trechos de rios. Nos casos do compartilhamento longitudinal de um rio inteiro, seja ele canal principal de uma Bacia ou afluente, a avaliação dos impactos positivos ou negativos deve levar em conta a rede de canais afluentes, assimetria da bacia, volumes transportados pelos contribuintes e condição das águas, limpas ou poluídas, tendo que neste caso deveriam ser verificados se os poluentes são contaminantes ou não.

No caso de trechos de rios serem limites, a análise deve considerar a contribuição de volumes de água e sua carga de sólidos provenientes de toda a área a montante, além daquela proveniente dos afluentes laterais desse trecho.

No caso de rios que transpõem fronteiras, isto é, que atravessam os limites internacionais perpendicularmente, há que se observarem as situações a montante e a jusante do respectivo limite. O exemplo mais marcante na Amazônia é o do rio Solimões-Amazonas.

As águas transfronteiriças são aquelas que transpõem qualquer fronteira, seja econômica, jurídica ou política, tanto aquelas que cruzam as divisões territoriais internas de um mesmo País ou as que alcançam o território de dois ou mais Países soberanos, caso em que podem ser denominadas “internacionais”.

Nesse sentido, a legislação de gerenciamento das águas transfronteiriças no Brasil é bastante avançada, havendo incorporado a visão integrada como sistema de água superficial e subterrânea (Art. 2º, II da Lei 9433/1997 que incorporou o Princípio da abordagem integrada presente na Declaração de Dublin, 1992 cuja inspiração deriva do Art. 2º das Regras de Helsinque de 1966). Além disso, as bacias hidrográficas, e rios transfronteiriços que ultrapassam a fronteira de um único estado da federação passam a ser abordados de maneira sistêmica e integrada dentro do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SOBRAL, 2008).

Impactos ambientais em rios transfronteiriços

Conforme os usos dos recursos hídricos vão se diversificando e tornam-se mais complexos principalmente pela inserção da variável econômica, o ciclo hidrológico tradicional fica sujeito ao denominado ciclo hidrosocial, cujo impacto ecológico é significativo. Como exemplos disto podem ser citados o grau de urbanização das cidades que interfere diretamente na área de drenagem, diminuindo a capacidade de reserva de água na superfície e nos aquíferos; a retirada ou represamento de água para irrigação de culturas agrícolas em grandes áreas; a construção de reservatórios

para hidrelétricas; e outras atividades antrópicas de magnitudes variadas. A situação é mais delicada quando os corpos d'água ou toda uma bacia é compartilhada entre dois ou mais países, momento em que o bom senso e relações internacionais deve imperar.

Em rios transfronteiriços que tenham os cursos superiores em território de um e que aí venham a se desenvolver ações que produzam em seus cursos d'água alterações ambientais, com certeza teremos problemas no país da jusante. Atualmente uma das principais atividades que gera os maiores problemas ambientais em rios transfronteiriços amazônicos é a mineração, particularmente a de ouro de aluvião ao longo dos vales e mais recentemente a exploração de petróleo.

Temos como exemplo, a exploração de petróleo na Bacia amazônica equatoriana e peruana por empresas estrangeiras, a partir do final da década de 1960, tem prejudicado as populações locais de várias maneiras, poluindo os rios com óleos e solventes, tanto nos países onde se desenvolvem estas atividades, como principalmente nos que se situam a jusante (PERKINS 2005: 172-173; 236-241).

No Brasil, com relevante importância nas sub bacias amazônicas são bem conhecidos os impactos produzidos pelos garimpos de ouro, com a utilização de mercúrio no processo extrativo, afetando inicialmente a vida aquática por metais pesados que entram na cadeia biológica, implicando em severos danos à saúde dos garimpeiros, dos ribeirinhos e nas populações de áreas urbanas próximas a rios contaminados que geralmente consomem peixes contaminados.

Um outro exemplo interessante de como ações realizadas para um determinado fim em um rio transfronteiriço podem produzir grandes impactos nos países a jusante foi o de uma proposta como parte do Plano Colômbia em 1998 de combate ao narcotráfico em que seria feita a aplicação de um fungo, o *Fusarium oxysporum*, para erradicar plantações de coca, nas margens dos rios Putumayo e Caquetá, afluentes do rio Solimões, que no Brasil mudam de nome para, respectivamente, Içá e Japurá. Na seqüência, em 2005 veio a idéia de se utilizar a heloria *noyesi* até que se descobriu que poderiam destruir toda a floresta Amazônica, pois o cardápio da *noyesi* não se limitava à folha de coca.

Na época, estas propostas despertaram grande preocupação internacional, principalmente no Brasil, devido aos danos que poderia causar na Amazônia colombiana, brasileira e peruana, já que nada se sabia como esse fungo transgênico poderia atingir a biodiversidade da Amazônia, inclusive a fauna e flora aquática dos rios amazônicos.

Os sistemas hidrográficos transfronteiriços ou não estão suscetíveis a inúmeros impactos ambientais gerados por atividades humanas e se considerarmos que todo o fluxo de sua rede é determinado pela gravidade, os impactos gerados à montante repercutirão necessariamente na qualidade e/ou quantidade das águas à jusante. As dificuldades iniciam-se na medida em que os distintos usos tornam-se concorrentes entre si e agravam-se em função da dinâmica própria de uma bacia hidrográfica. Estas atividades podem ser classificadas em:

- Uso público: o que vai gerar uma diminuição do volume, devido a bombeamentos intensivos para abastecimento público e contaminação/poluição, devido a descargas de esgotos domésticos e resíduos sólidos de áreas urbanas onde faltam os serviços básicos de saneamento.

- Uso industrial: promovendo diminuição do volume, devido à necessidade de bombeamentos intensivos de altos volumes de água para suprimento das demandas industriais e conseqüentemente a poluição/contaminação, devido a descargas de efluentes líquidos, calor e resíduos sólidos.

- Uso agrícola: Diminuição do volume, devido a bombeamentos de grandes volumes de água principalmente para irrigação e a conseqüente Poluição/contaminação, devido a utilização de adubos e agrotóxicos.

- Uso navegacional: Contaminação/poluição, devido a acidentes envolvendo de vazamento de cargas, principalmente petróleo e combustíveis bem como alterações na velocidade e volume das águas, devido a obras hidráulicas necessárias para funcionamento de uma hidrovia.

- Uso energético: Alterações de grande impacto alterando entre outros o regime de vazão do corpo hídrico, afetando tanto a montante como a jusante devido à construção de barragens, além da influência na migração dos peixes, alterações na fauna, inundação de cobertura vegetal, geração de metano afetando o efeito estufa, perda de água, devido ao aumento da evaporação nas represas, mudanças microclimáticas, inundação de águas agricultáveis, cidades e monumentos históricos e arqueológicos (SANTOS, 2004)

Os rios fronteiriços do Estado de Roraima

Roraima possui duas bacias hidrográficas transfronteiriças: Rio Maú ou Ireng e Tacutu, ambas divididas territorialmente com a Republica Cooperativista da Guyana e estando a montante da bacia do Rio Branco. Os usos da água nestas áreas transfronteiriças devem urgentemente ser regulamentados através de projetos de compartilhamento binacional para definição dos usos múltiplos destas bacias, visando

com isto sua proteção contra consumo excessivo de água por irrigação, alterações da qualidade devido à poluição por sedimentos e por metais pesados provenientes de garimpos em franca atividade no lado guianense da bacia do Maú. As atividades agropecuárias do lado brasileiro crescem dia a dia principalmente culturas irrigadas para a produção de sementes de arroz, plantios de melancias e outras culturas, bem como também pelos rebanhos de bovinos em franco crescimento.

Outra atividade que está crescendo dia a dia é o crescimento urbano das cidades lideiras das duas bacias, quais sejam:

Normandia: localizada na margem brasileira do Rio Maú ou Ireng com uma população urbana de 2 311 habitantes (IBGE, 2010) sem rede de coleta e tratamento de esgotos e precariedade na coleta e disposição final do lixo doméstico.

Bonfim: localizada na margem esquerda do Rio Tacutu, quase defronte à cidade guianense de Lethen, com uma população urbana de 3 716 habitantes, com coleta e tratamento de esgotos domésticos deficiente, bem como a coleta e disposição do lixo doméstico.

Lethen: cidade guianense localizada na margem direita do rio Tacutu, com uma população de aproximadamente 1 000 habitantes, mas com um fluxo de turistas brasileiros que chega a dobrar a população nos fins de semana quando vão às compras na zona livre. O esgoto não tem sistema de coleta e tratamento, o mesmo ocorrendo com o lixo doméstico que é coletado e disposto precariamente.

Ourindue: pequena vila guianense localizada na margem esquerda do Rio Maú, ao lado das corredeiras de mesmo nome. Apesar de poucos habitantes o local tem um hotel que recebe constantemente um número significativo de hóspedes, com perspectivas de expansão.

O Rio Maú é caracterizado por ter as suas águas escuras devido ao material húmico em suspensão, sendo semelhante as suas águas às do Rio Negro em função de drenar com suas águas solos porosos cobertos por florestas e com alta pluviosidade em boa parte do ano principalmente no seu alto curso. É um rio com inúmeras corredeiras, tendo somente uma cachoeira, a do Caracol, de grande beleza cênica. As margens do lado brasileiro vão fazer parte da Terra Indígena homologada denominada de Raposa Serra do Sol. (BARBOSA, 2000).

A bacia do Rio Maú ou Ireng sempre foi uma área tradicional no garimpo de diamantes, com garimpos famosos tais como Quem, Laje, Ourindue, Caveira, Fazenda Capim, Mina Velha, Volta Redonda, Onça, e muitos outros e que tiveram intensa atividade nas décadas de 60 a 90 quando em função da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol os garimpeiros tiveram de ser retirados, ficando só

os garimpos do lado guianense ainda em franca atividade nos dias atuais . No final dos anos 60, um piloto e empresário do setor de garimpo, Atlas Brasil Cantanhede iniciou a abertura de um canal na área denominada Volta Redonda visando a melhor exploração do diamante, só que quase provocou um incidente internacional já que o canal separaria parte do território brasileiro e o anexaria à Guayana, mas a obra foi paralisada em tempo pelo Exército Brasileiro.

A bacia do Rio Tacutú possui poucas atividades humanas nos seus médio e alto cursos. As maiores atividades vão se concentrar no seu baixo curso em função das cidades de Bonfim no lado brasileiro e Lethen no lado guianense, além de pequenas propriedades agropecuárias ao lado de Bonfim e na Serra da Lua. Como curiosidade temos a hidronímia Tacutu, que aparece nos mapas a partir de 1600 como Takutu deriva do tronco lingüístico Aruaque, e não como alguns insistem em dar o nome de Itacutu uma conotação em língua geral ou nhengatú (tupi-guarani) que não teve penetração nesta região.

No caso destas duas bacias transfronteiriças de Roraima, em função dos poucos dados que temos a respeito das mesmas seria muito importante que fossem desenvolvidos estudos binacionais que chegassem através de um diagnostico realista destes espaços fronteiriços e a partir daí proporem-se sugestões para um futuro gerenciamento compartilhado binacionalmente, a fim de evitarem-se surpresas ou conflitos no futuro.

Como alguns princípios fundamentais para o gerenciamento integrado dos recursos hídricos destas duas bacias transfronteiriças de Roraima temos: considerar como unidade territorial de planejamento a bacia hidrográfica; a descentralização da gestão com participação de todos os atores que dependam direta ou indiretamente dos recursos hídricos da bacia, o gerenciamento conjunto de qualidade e quantidade de água através de comitês de bacias com participação da sociedade, a proteção do solo com proteção de nascentes e recuperação de áreas degradadas, o gerenciamento de conflitos através de comitês específicos e a atenção aos usos múltiplos dos recursos hídricos , evitando superconsumo em atividades não essenciais.É importante quando se tratar de solução ou prevenção de conflitos que envolvam estudos hidrológicos a utilização de estudos integrados e prospectivos que envolvam os processos ecológicos, sociais e econômicos de uma bacia hidrográfica, o que certamente levará a termos soluções mais satisfatórias.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio et al. *Notas de uma expedição às nascentes do Rio Mau (Ireng), Roraima, Brasil*. Manaus, INPA, Série Documentos, 7, 26 p., 2000.

BRASIL. *Glossário de termos referentes à gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em:

< http://www.cnrh.gov.br/sitio/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=896>.

Acesso em 15 nov. 2012.

MENEZES, Vitor Hugo Mota de. *Poluição transfronteiriça: sua proteção jurídica em face da soberania*. 186 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2004

PERKINS, John – *Confissões de um assassino econômico* - São Paulo: Editora Cultrix, 2010, 272 p.

SANT'ANNA, Fernanda Mello – *As fronteiras políticas na Bacia Amazônica e a cooperação para a utilização dos recursos hídricos compartilhados*. Anais *Colóquio Internacional de Geocrítica*, 12, Bogotá, Colômbia, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/05-F-Mello.pdf>

SANTOS, Sinval Neves. *Segurança ambiental internacional versus soberania nacional: a questão das águas transfronteiriças*. In: Seminário do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, 1, São Paulo, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/sinval_neves.pdf acesso em 10 nov. 2012.

_____ O compartilhamento das águas transfronteiriças superficiais: um subsistema da ordem ambiental internacional, In: *Encontro da ANPPAS*, 2, Indaiatuba/SP, 26 a 29/05/2004. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/sinval_neves.pdf acesso em 10 nov. 2012.

SOBRAL, Maria do Carmo et al - *Classificação de corpos d'água segundo a diretiva-quadro da água da União Européia– 2000/60/ce*, *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, v.11, São Paulo, dezembro 2008. Disponível em:

http://www.rbciamb.com.br/images/online/11_artigo_4_artigos136.pdf acesso em 10 nov. 2012.

O CONTATO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: O CASO YANOMAMI

Introdução

O artigo que ora escrevo é uma versão preliminar do estudo que pretendo desenvolver com mais profundidade na dissertação de Mestrado, aqui abordarei o aspecto do contato na década de 70 até os dias atuais e suas consequências, entre elas as várias epidemias, o uso de bebidas alcólicas que para a saúde dos povos indígenas, sobretudo dos Yanomami, tem trazidos transtorno no âmbito da Casa de Apoio à Saúde do Índio de Roraima – CASAI/RR. Esta prática da ingestão da bebida alcóolica tem resultado em situações de conflito, morte por afogamento, por acidente de trânsito, desagregação familiar, abandono no tratamento de saúde, agressões físicas, trazendo insegurança aos profissionais de saúde e aos demais internos. Para a realização deste estudo baseei-me em fontes bibliografia e nas minhas próprias observações durante os anos de 2009, 2010 e 2011 envolvendo usuários indígenas dos serviços de saúde da CASAI, e as situações de abuso do álcool interferindo no processo saúde-doença daquela unidade de saúde. Considerando que o abuso do álcool é uma problemática nacional, o Ministério da Saúde, através da Secretaria Executiva e Coordenação Nacional de DST e AIDS, instituiu Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outra Drogas, mas considera também que o uso do álcool é cultural em todas as sociedades do mundo e que as informações a respeito do saber beber com responsabilidade e as consequências do uso inadequado desta substância ainda são consideradas insuficientes e por isso não contemplam a população de maior risco para o consumo, que são os adolescentes e os adultos jovens, (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

* Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia Social; Especialista em Saúde Pública; Especialista em Etnodesenvolvimento e Mestranda em Antropologia- MINTER UFPE/UFRR

Como podemos observar, a Política do Ministério da Saúde para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas ainda não disponibiliza uma ação efetiva de prevenção através de educação em saúde que atenda a população nos seus aspectos étnico, mas coletivamente. Sua prática curativa está voltada para os Transtornos Mentais e Comportamentais decorrentes do uso do Álcool e Drogas, assim como os Transtornos Mentais e Comportamentais decorrentes de outras Substâncias Psicoativas, bem como a prevenção do HIV/AIDS, através dos Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas – CAPSad, estes atuam de forma articulada com a rede básica de saúde e os Programa de Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde, (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003).

1. O contato da sociedade envolvente e o povo Yanomami

Os Yanomami constituem uma sociedade de caçadores-coletores agricultores de coivara do norte da Amazônia, habitam as florestas tropicais do Maciço das Guianas, ocupam um espaço territorial de 192.000 Km² na fronteira entre Brasil e Venezuela. Subdividido em quatro subgrupos falantes de línguas Yanomami, Yanomae ou Yanomama, Sanõma e Ninam ou Yanam, com um contingente populacional de 33.100, compreendendo os Países, Brasil e Venezuela. O centro histórico do território yanomami está situado na Serra Parima maciço montanhoso há 1.700m de altitude considerados a área mais povoada da terra indígena (ALBERT, 2009). Os primeiros contatos esporádicos do povo Yanomami com a população nacional se deu entre os anos de 1910 e 1940, no primeiro momento o encontro foi acidental, estes eram coletores de produtos da floresta como balata, piaçaba, militares das expedições de delimitação de fronteiras, sertanistas do Serviço de Proteção ao Índio – SPI ou viajantes (ALBERT, 2009).

Ainda sobre o contato diz:

Entre os anos 1940 e 1960, abertura de postos do SPI e, em seguida, a vinda de missões evangélicas americanas (Novas Tribos do Brasil, Missão Evangélica da Amazônia) e católicas italianas (Salesianos, Consolata) criaram pontos de contato permanentes no território. Esses estabelecimentos rapidamente se tornaram focos de concentração populacional e de sedentarização, franqueando o acesso a bens manufaturados e a certa assistência paramédica. Foram também a porta de entrada de muitas epidemias devastadoras (sarampo, coqueluche, gripe, tuberculose, as quais os Yanomami, até então praticamente isolados, eram muito vulneráveis (ALBERT, 2009, p. 14).

Fica evidenciado que desde os primeiros contatos da população envolvente com a população indígena foi sobre tudo danosa, esse fenômeno não feriu somente o

corpo através dos agravos de saúde adquiridos, mas sobretudo ferir a cultura através de suas imposições, de regras, costumes e de novos comportamento que os deixavam sedentários, tudo isso para atender interesses daqueles que aqui chegaram e nesse jogo, muitas vidas foram ceifadas principalmente daqueles que não aceitavam a situação de submissão e de exploração e sua desagregação cultural, sua língua, seus valores, sua crença e de sua visão de mundo, além de outros fatores como descreve a autora:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, eufemismo envergonhado, “o encontro” de sociedade do Antigo e do novo Mundo. Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e microorganismos, mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil. Motivos mesquinhos e não uma deliberação política de extermínio conseguiram esse resultado espantoso de reduzir uma população que estava na casa dos milhões em 1500 aos poucos mil índios que hoje habitam o Brasil (CARNEIRO, 1992, p. 12).

Além das frentes de expansão, outros projetos surgiram no século XX, contribuindo para o extermínio de grande parte da população indígena no Brasil, sobretudo na região amazônica. Nos anos 70 o governo brasileiro tinha como proposta de desenvolvimento para Amazônia o Plano de Integração Nacional, o qual tinha como meta de desenvolvimento para a Região Amazônica a integração da Região Norte às demais regiões do Brasil. Esse programa representava uma ansiedade dos governos militares que tinha como lema “homens sem terra no Nordeste” e “terra sem homens na Amazônia”, por entenderem que no nordeste havia longo período de estiagem e que a Amazônia representava a essência para o desenvolvimento deste projeto, já que Amazônia era considerada despovoada, desta forma houve incentivo por parte do Governo Federal aos nordestinos para povoamento da Região Amazônica, proporcionando a construção da Rodovia Transamazônica que integraria a Amazônia ao restante do país através da BR Perimetral (MAGALHÃES, 2001).

Sobre o projeto Polamazônia um estudioso do povo Yanomami diz:

A abertura dos canteiros de obra da estrada e a chegada dos colonos foram responsáveis por um primeiro grande choque epidemiológico entre os Yanomami, que resultou em severas perdas demográficas. A Perimetral Norte foi abandonada em 1976, deixando atrás de si um rastro de degradação sanitária e de desestruturação social perceptível até os dias de hoje, em especial na região do rio Ajarani (VERDUM, 1996 apud ALBERT, 2009, p.15).

Corroborando com o autor, o Centro de Informação de DIOCESE de Roraima (1988), essa rodovia foi construída no período de três anos 1973 a 1976 e que contemplaria uma parte da região norte do Brasil bem como a Venezuela e as Guianas. Os primeiros Quilômetros dessa rodovia foram ocupados por fazendeiros, posseiros e madeireiros. A consequência dessa construção em todo seu trajeto foi de devastação, causando desequilíbrio ecológico e afugentando uma das principais fontes de alimentação a população indígena, as caças, por outro lado desequilibrando o meio ambiente e como consequência doenças como a malária, como cita:

Em consequência, a população Yanomami dos vales “dos rios Ajarani e Catrimani é devastada, sendo que quatro aldeias do Ajarani perdem 22% de sua população, entre 1973 a 1975 e quatro outras do Alto Catrimani perdem metade de sua gente em epidemias de sarampo (...). Concomitantemente instalam-se projetos de colonização no Ajarani e Apiaú tendo como consequências pauperização e estabelecimento de novas portas de entrada doenças com alta letalidade nas aldeias (MAGALHÃE, 2001, p.119)

Como ressalta o autor, a política de desenvolvimento do Governo Federal voltada para a Amazônia não trouxe benefício para as populações indígenas, naquele momento beneficiou apenas aqueles que se apossaram de suas terras em nome de um progresso que destruiu o ambiente e vidas humanas, deixando um rastro de desequilíbrio, social, moral, cultural, ambiental e de saúde, como enfatiza a seguir:

A partir de 1978 são implantados os primeiros projetos de colonização e núcleos populacionais rurais vizinhos a fronteira leste Yanomami (Albert, 1991), tais como Tepequém, Paredão e Roxinho, e em 1981 o projeto do Apiaú passa a tornar-se uma das principais frentes de pressão agropastoril nesta região limítrofe com os Yanomami (PITHAN, 2005, p. 38).

Outro projeto danoso às populações indígenas foi o Projeto RadamBrasil, que atendendo *lobby* das mineradoras nacionais e multinacionais, cujo governo brasileiro pretendia realizar levantamento das riquezas minerais, beneficiando-se da própria legislação brasileira de que as terras indígenas o usufruto do subsolo é domínio federal (CARNEIRO, 2009, p.282).

O Projeto Radam revelava o potencial minerário da Serra Parima, esta notícia foi suficiente para que em 1975, ocorresse a primeira invasão de garimpeiros na terra yanomami, no alto rio Parima na serra das Surucucus. Esse evento desencadeou várias evasões na década seguinte, o que transformou-se em numa verdadeira corrida ao ouro no Estado de Roraima. Isso foi suficiente para entre os anos de 1987 a 1990, existissem cerca de 90 pistas de pouso clandestinas somente na região da Serra do

Parima, nas cachoeiras do Rio Uraricoera, Parima, Mucajáí, e Catrimani, estimam-se que 30 a 40 mil garimpeiros estiveram na área (ALBERT, 2009, p.16).

Os efeitos dessa ocupação desenfreada causaram um impacto dramático superior ao dos projetos rodoviários e agrícolas da década de 1970. As epidemias de malária e de infecção respiratórias proporcionaram à época, a morte de aproximadamente 13% da população yanomami do Brasil. Além da destruição do leito dos rios bem como a poluição da suas águas trouxeram prejuízos consideráveis para o meio ambiente que é fonte de vida para os índios. Na década de 1990, as retiradas dos garimpeiros aos poucos foram contidas por operações de expulsões pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Polícia Federal. Apesar da retirada dos garimpeiros estas práticas persistem até hoje, embora numa quantidade limitada, continuam submetendo os Yanomami a doenças e a violência, onde o mais dramático foi o massacre de Haximu, em 1993, na ocasião morreram 16 pessoas entre crianças, mulheres e anciãos (ALBERT, 2009, p. 16 - 17).

Para uma melhor compreensão do pensamento Yanomami em relação às doenças causadas pela ação das atividades de garimpagem, trecho cita da entrevista de Davi Kopenawa:

Vou te dizer o que nós pensamos. Nós chamamos estas epidemias de xawara A xawara que mata os Yanomami. É assim que nós chamamos epidemia. Agora sabemos da origem da xawara. No começo, nós pensávamos que ela se propagava sozinha, sem causa. Agora ela está crescendo muito e se alastrando em toda parte. O que chamamos de xawara, há muito tempo nossos antepassados mantinham isto escondido. Omamë mantinha a xawara escondida. E a mantinha escondida e não queria que os Yanomami mexessem com isto. Ele dizia: “não! Não toquem nisso!”. Por isso ele a escondeu nas profundezas da terra. Ele dizia também: “se isso fica na superfície da terá todos Yanomami vão começar a morrer à toa!”. Tendo falado isso, ele a enterrou bem profundo. Mas hoje os nabëbë, os brancos, depois de terem descoberto nossa floresta, foram tomados por um desejo frenético de tirar esta xawara do fundo da terra onde Omamë a tinha guardado. Xawara é também o nome do que chamamos booshikë, a substância do metal, que vocês chamam “minério”. Disso temos medo. A xawara do minério é inimiga dos Yanomami, de vocês também. Ela quer nos matar. Assim, se vocês começa a ficar doente, depois ela mata você. Por causa disso nós Yanomami estamos muito inquietos. Quando o ouro fica no frio das profundezas da terra, aí tudo está bem. Tudo está realmente bem. Ele não é perigoso. Quando os brancos tiram o ouro da terra, eles o queimam, mexem com ele em cima do fogo como se fosse farinha. Isto faz sair fumaça dele. Assim se cria a xawara que é esta fumaça do ouro. Depois esta xawara wakëxi, esta “epidemia-fumaça”, vai se alastrando na floresta, lá onde moram os Yanomami, mas também na terra dos brancos, em todo lugar. É por isso que estamos morrendo. Por causa desta fumaça. Ela se torna fumaça de sarampo. Ela se torna muito agressiva e quando isso acontece ela acaba com os Yanomami... Quando os brancos guardam o ouro dentro de latas, ele também deixa escapar um tipo de fumaça. É o que dizem os mais velhos, os verdadeiros anciãos que são grandes pajés. Quando

os brancos saem com ouro dentro de latas com tampas bem fechadas e deixam estas expostas à queimadura do sol, começa sair uma fumaça uma fumaça que não se vê e que se alastra e começa a matar os Yanomami. Ela faz também morrer os brancos, da mesma maneira. Não é só os Yanomami que morrem. Os brancos podem ser muito numerosos, eles acabarão morrendo todos também. É isto que os Yanomami falam entre eles... Quando esta fumaça chega no peito do céu, ele começa também a ficar muito doente, ele começa também a ser atingido pela xawara. A terra também fica doente. E mesmos os hekurabë, os espíritos auxiliares dos pajés, ficam muito doentes. Mesmo Omamë esta atingido. Deosimë (Deus) também. É por isso que estamos agora muito preocupados (...) Trecho de entrevista de DAVI KOPENAWA YANOMAMI. Realizada em Brasília, em 9 de março de 1990. Concedida ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação-Cedi, através do Antropólogo, Bruce Albert.

Através deste trecho podemos perceber tão grande foi a violência deste contato desastroso da população garimpeira para com os Yanomami, violações irreparáveis para vida social intelectual, espiritual, ambiental, mas sobretudo o desequilíbrio do processo saúde doença dos povos Yanomami. Ainda no aspecto da violência gerada pela ação do garimpo nas terras dos povos Yanomami, o autor Leonardi relata dados de sua pesquisa a seguir:

Precisamos considerar ainda a questão da violência física direta, estimulada não só pela cobiça, que o ouro em grandes quantidades sempre provocou ao longo da história, mas também pela presença de inúmeros prostíbulo na área Yanomami, nos quais o consumo de álcool era muito elevado. Os índios conviveram com isso durante anos, e essa convivência alterou hábitos ancestrais e deixou seqüelas. Logo no início da invasão garimpeira, em agosto de 1987, quatro índios do Paapiú “foram assassinados a bala e seus corpos esquartejados pelos garimpeiros “. Em 1991 quatro índios Sanumã foram “baleados na pista do Olomai, com um óbito (...) Em 1994, o Líder indígena Davi Kopenawa denunciava à ONU a ação de garimpeiro, afirmando que esses estavam prostituindo as mulheres, espalhando doenças fomentando brigas entre grupos Yanomami com distribuição de armas e cachaça. Muitas índias foram estupradas por garimpeiros, nas roças onde trabalhavam. Houve caso de estupro e assassinato de mãe e filha, na mesma roça. No Ajarani, por onde passou a Perimetral Norte, muitos índios passaram a visitar e a freqüentar as currutelas do município de Caracaraí. Nessas beiras de estrada, algumas índias eram seduzidas por brancos em troca de miçangas (LEONARDI, 2000, p. 84).

Como evidencia o autor a violação causada pela ação do contato ultrapassou os limites possíveis de superação da condição humana, a sua própria vida. Esta realidade afetou diretamente a condição física, moral e social, levando os povos indígenas a uma situação de risco como presença em locais vulneráveis consequência do sedentarismo imposto pela ação da conquista dos garimpeiros ali presentes e consequentemente pelo barulho das máquinas e das aeronaves que afugentaram as caças

e pela utilização do mercúrio que contaminaram as águas dos rios, tornando os indígenas sem opção da busca de sua própria alimentação. Esta realidade é citada a seguir:

Ao instalar-se num sítio dentro da área Yanomami os garimpeiros vêm primeiro em pequenos grupos. Sendo poucos, sentem-se vulneráveis perante a população indígena. Temendo uma reação negativa dos índios, tentam comprar a sua anuência com farta distribuição de bens e comida. Por sua vez, os índios têm pouca ou nenhuma experiência com brancos e tomam essa atitude como uma demonstração de generosidade que se espera de qualquer grupo que quer estabelecer laços de alianças intercomunicarias. Enquanto se desenrola esse mal-entendido cultural, os índios ainda não sentem o impacto sanitário e ecológico das atividades de garimpo. Aos seus olhos, o trabalho dos garimpeiros parece ainda enigmático e irrelevante. Com ironia e condescendência, chamam-nos comedores de terra, ao compará-los a um bando de queixadas fuçando na lama. Num segundo momento, o número de garimpeiros aumenta substancialmente e já não é preciso manter aquela generosidade inicial. Os índios passam de ameaça a estorvo, com suas insistentes demandas pelos bens que se acostumaram a receber. Os garimpeiros irritam-se e tentam afastá-los dos garimpos. A essa altura, os índios já começam a sentir uma rápida deterioração de sua saúde e meios de subsistência. Os rios foram poluídos, a caça foge e muita gente morre em constantes epidemias de malária, gripe etc. (ALBERT, apud LEONARDI, 2000, p.82).

O autor enfatiza que os fatores relacionados e que põem a saúde dos indígenas em situação de alerta agrava-se ainda mais com a possibilidade de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como por exemplo o HIV. Segundo o autor as aldeias mais vulneráveis a este fator são as que pertencem aos pólos-base de Paapiú, Surucucus, Homoxi, Ericó e Mucajái. Acredita-se que a transmissão heterossexual pode ter ocorrido nos casos em que os militares mantiveram relações com índias yanomami, essas denúncias foram feitas através dos indígenas Davi Kopenawa e José Yanomami, que afirmavam que militares do Pelotão de Infantaria de Selva da região de Surucucus estão abusando sexualmente de índias em troca de alimentação, anzóis e facas. Em Surucucu um cabo do exército teria engravidado uma indígena surda-muda de 12 anos de idade. Outro problema, que segundo o autor, merece atenção é o uso indiscriminado de armas de fogo em garimpos e em pequenas currutelas vizinhas à terra indígena yanomami, o que é sem dúvida “um fator agravante das condições sanitárias daquela população”. Sobre esse assunto, o autor diz:

A partir de 1996, ano em que a Funai paralisou os trabalhos de retirada de garimpeiros da área Yanomami, notou-se um incremento da violência interna em alguns grupos Yanomami. Isso está relacionado com a presença garimpeira e o fornecimento de armas e munições aos Yanomami (LEONARDI,2000, p. 85-86).

Para o autor os Yanomami antes da invasão garimpeira, as suas diferenças eram resolvidos através de enfrentamentos coletivos e que raramente resultavam em óbitos, mas agora com o uso de escopetas calibre 20, esse contexto foi drasticamente alterado:

A sua letalidade provoca uma situação-limite; estreitam-se alianças para vingar os os mortos e mobilizam-se todos os membros da comunidade, alterando-se a rotinas e vivendo-se em constante sobressalto. Ficam prejudicadas as atividades produtivas, os intercâmbios sociais, as viagens comerciais, a busca de socorro no posto médico (LEONARDI, 2000, p. 86)

De acordo com o autor, essa facilidade com que os indígenas adquirem armas de fogo e munições têm levado muitas pessoas acreditarem que esse acesso com facilidade há uma hipótese de ser uma estratégia maquiavélica, por parte de algum branco de Roraima, de eliminar os índios por meio de brigas entre os próprios índios. Embora essa questão não possa ser provada, mas o autor deixa registrado o que segundo ele ouviu em Boa Vista. O autor diz que o sentimento antiYanomami é tão forte entre alguns roraimense que essa hipótese, por mais cruel que seja, não pode ser totalmente descartada (LEONARDI, 2000). Outra preocupação do autor é com a epidemia de HIV/Aids, acredita que seria uma situação “calamitosa” se essa doença atingisse os Yanomami, recomendando a necessidade de trabalho de prevenção urgente voltado para essa questão, essa é uma das preocupações do líder indígena Davi Kopenawa, essa preocupação está explícita num texto de autoria do próprio líder escrito em Boa Vista, em setembro de 1994, em que assim ele relata:

Na região do Parafuri, os garimpeiros estão trabalhando e contaminando aquela maloca [...]. Fizem os Yanomami se embriagarem com caxiri misturado com cachaça. Esta cachaça o garimpeiro levou para eles. Houve briga entre os Yanomami que ficaram bêbados. Na pista pé na Cova os garimpeiros estão trocando arma de fogo e comida com índios, que entregam mulheres índias para os garimpeiros dormirem com elas. Essa arrumação dos garimpeiros está fazendo muita sujeira para transmitir a doença venérea. Agora eles estão contaminando as mulheres, os maridos. Ficou muito ruim para fazer tratamento. Então eles pegaram esta doença venérea, e estou muito preocupado se eles pegarem as doenças mais contagiosas, como Aids que não tem cura (KOPENAWA, 1994 apud LEONARDI, 2000, p.86-87).

Neste relato do líder Yanomami Davi Kopenawa fica claro a situação de vulnerabilidade por que passou e continua passando os povos yanomami, não só na questão da contaminação dos rios, da destruição do meio ambiente, da escassez da sua fonte de alimentação, mas do contato com as doenças venéreas e Aids,

as epidemias como malária, gripe, diarreia, sarampo, tuberculose, oncocercose¹, e sobretudo a fome e a desnutrição, porta de entrada para as demais enfermidades, dentre todas as mazelas deixadas pela questão do contato da sociedade envolvente e as populações indígenas em particular dos Yanomami, estes fatores foram considerados como desagregadores deixando marcas profundas de destruição e dor entre os Yanomami. Além das doenças outros costumes dos não índios foram deixados e que é considerado um dos males tão letal quanto às grandes epidemias, um destes, trata-se da ingestão de bebidas alcoólicas entre os indígenas, esta prática deixa rastro de destruição tanto no campo social, psicológico, moral e implicando diretamente no processo saúde doença, sendo esse fenômeno da alcoolização considerada uma das dificuldades enfrentadas pela instituição que trata de saúde de povos indígenas, onde podemos considerar a alcoolização entre os povos indígena que compõem os usuários dos serviços de saúde da Casa de Apoio a Saúde do Índio de Roraima-CASAI/RR, como sendo um dos fenômenos desencadeador de conflitos e violência com influência direta no processo de recuperação dos usuários daquela instituição.

Com a situação de vulnerabilidade por que passava os povos indígenas do Brasil, mas com destaques para os povos Yanomami, durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, essa população indígena encontrava-se fragilizados com o advento do contato massivo de mais de 50 mil invasores das Terras Indígenas-TI, trazendo desequilíbrio ambiental social e cultural deixando um rastro de agravos de saúde aos povos indígenas como consta o relato a seguir:

Em relação à morbidade, verifica-se uma alta incidência de infecções respiratórias e gastrointestinais agudas, malária, tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, desnutrição e doenças preveníveis por vacinas, evidenciando um quadro sanitário caracterizado pela alta ocorrência de agravos que poderiam ser significativamente reduzidos com o estabelecimento de ações sistemáticas e continuadas de atenção básica à saúde no interior das áreas indígenas (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO SAÚDE DOS POVOS INDIGENAS, 2002, p.10).

Dentre os agravos de saúde, a tuberculose é a de maior frequência chegando ao coeficiente de incidência anual de tuberculose de 450 por 100.000 pessoas em 1991 para 881.4 por 100.000 pessoas em 1994. Em 1998, era de 525.6 por 100.000, se-

1 Conforme Chaves (1994), é uma doença infecciosa crônica causada pela *Onchocerca volvulus*, uma filaria transmitida por insetos do gênero *Simulium* SP., que amadurece e se reproduzem em nódulos subcutâneos, onde são produzidas as microfíliarias, responsáveis, praticamente, pela doença oncocercótica. (...) A partir dos nódulos oncocercóticos, as fêmeas produzem microfíliarias que migram especialmente para a derme superior e aparelho visual, onde desencadeiam, especialmente depois de mortas, patologia dermatológica e ocular. Tese apresentada ao Departamento de Oftalmologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto-São Paulo, 1994.

gundo os dados da Comissão-Pró Yanomami-CCPY. Outras infecções como HIV/Aids tem ameaçado um grande numero de comunidades, os primeiros casos entre os índios se deram a partir do ano de 1988. Dos 36 casos conhecidos até o ano 2000, oito foram notificados em 1998, distribuídos por todas as regiões do Brasil. O curto período de tempo decorrido entre o diagnóstico e o óbito dos pacientes e a falta de informações entre os índios sobre o modo de transmissão do vírus e prevenção da doença, bem como as limitações de ordem linguística e cultural para a comunicação com eles, são desafios a serem enfrentados e que os coloca em situação de alta vulnerabilidade frente a interiorização da epidemia no país. Com relação às DST, considerado um co-fator que potencializa a infecção pelo HIV em qualquer grupo social, indicadores a partir de estudos de casos revelam números preocupantes. O relatório da FUNASA de 1998 indicou 385 casos registrados em algumas regiões do Brasil em que as populações indígenas têm uma relação estreita com a população regional, nota-se o aparecimento de novos problemas de saúde relacionados às mudanças introduzidas no seu modo de vida especialmente, na alimentação é resultante a hipertensão arterial, o diabetes, o câncer, o alcoolismo, a depressão e o suicídio são cada vez mais freqüentes em diversas comunidades (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDIGENAS, 2002, p.11-12). Diante dos impactos existentes, o médico e antropólogo Marcos Pellegrini assim resume a saúde dos Povos Yanomami:

Tiveram um número de casos de malária proporcionalmente sete vezes maior que a população de Roraima; um coeficiente de mortalidade duas vezes maior que a cidade do Rio de Janeiro; mortalidade infantil duas vezes e meia maior que a da cidade de Fortaleza. Segundo M. Pellegrini, “são dos piores indicadores de saúde do Brasil”. Mais grave: “Os entraves administrativos e o corporativismo burocrático impedem um bom aproveitamento dos recursos destinados a recuperação da saúde desses índios” PELLEGRINI, 1996 apud LEONARDI, 2000, p.89).

E para solucionar problemas existenciais de saúde com as populações indígenas começa a ser implantada a política Nacional de Saúde na década de 1990, como o que passa a descrever:

Foi criada Fundação Nacional de Saúde, órgão do Ministério da Saúde, através da Lei nº 8.029, de 12/04/90, regulamentada pelo decreto nº 100 de 12/04/91 e regida pela Lei nº 8.112/90. A partir daí a FUNASA passa a assumir diretamente as ações de saneamento da antiga Fundação Sesp-FSESP como também as atividades de execução da assistência a saúde dos povos indígenas, iniciando no estado a estruturação do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Ye'kuana, que a partir de então suas ações passaram a ser voltadas para o cuidado da saúde dos povos Indígenas. A partir dos decretos nº 3.450 de 09/05/2000, 4.726 de 09/06/2003, 4.727 de 09/06/2003, a FUNASA efetivou seu papel

no SUS, assumindo as ações de prevenção e controle de doenças; na assistência a saúde das populações indígenas, em substituição a FUNAI e no fomento de ações de saneamento e educação em saúde, (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDIGENAS, 2002).

A institucionalização da política de saúde dos povos indígenas se concretiza somente a partir de 1999 com a criação efetiva dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, esta iniciativa foi considerada um momento histórico na atenção a saúde dos índios do Brasil, que até aquele momento não havia uma política sistematizada para a saúde indígena no País consequentemente não era uma prioridade, diante de tal situação não contava com os recursos adequados e tampouco uma organização eficiente que norteasse a relação profissional e comunidade no planejamento e atendimento (LANGDON, 2005, p.115). Assim fica evidenciada que essa política não foi estabelecida de uma hora para outra, mas que foi um esforço de longo período como assim descreve a autora:

1ª e 2ª Conferências Nacionais de Proteção à Saúde do Índio (1986 e 1993, respectivamente) enfocaram a questão da saúde indígena e estabeleceram dois princípios: (a) a necessidade de implantação de um subsistema específico, mediante a criação de uma agência para esse fim, vinculado ao Ministério da Saúde, garantindo ao índio o direito universal à saúde e a inclusão da comunidades no planejamento, gesto, execução e avaliação dos serviços de saúde; (b) a necessidade de um modelo de atenção diferenciada que respeitasse as especificidades culturais e práticas tradicionais de cada grupo. Para realizar o primeiro princípio, foi sugerida a organização de um subsistema operacionalizado através dos DSEIs e a criação de conselhos locais e distritais, objetivando o controle social. Para último, foi recomendado o acompanhamento do processo por antropólogos, mas ainda não está claro para os profissionais de saúde o que esta noção de “respeito às tradições” implica para suas intervenções nas comunidades indígenas (LANGDON, 2005, p. 115).

Foi nesse contexto histórico que foi instituído os 34 Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígenas no Brasil, aos se constituírem assumiram também as Casa de Apoio a Saúde do Índio – CASAI, assim como a contratação de um número de 3.437 profissionais de saúde entre médicos, enfermeiros e dentistas formando assim uma equipe multidisciplinar de saúde.

2. Como uma instituição de saúde indígena lida com a interferência do abuso do álcool pelos seus usuários?

A CASAI/RR, instituição ligada diretamente ao Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami e Yekuna, tendo como Missão desenvolver ações de saúde e assistência social que promovam a qualidade de vida da população indígena de Roraima.

Até o ano de 1999, a instituição era conhecida por Casa do Índio e administrada pela FUNAI em parceria com a Fundação Nacional de Saúde, a partir do ano de 1999 a FUNASA, assume a responsabilidade pela a saúde do índio em todo Brasil e conseqüentemente todas as CASAI. Em outubro de 2010 foi instituída através do Decreto 7.336/2010 a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, que a partir de então passou a responder pela saúde dos povos indígenas do País. A organização dos serviços de saúde indígena continuou sendo desenvolvidas através da dinâmica de referência e contra-referência como descreve abaixo:

A remoção dos pacientes que se encontram nas áreas indígenas é executada pela SESAI, através dos Distritos Sanitário Especial Indígena Yanomami Yekuana-DSY e Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima – DSL. Os casos de emergência, que não podem ser resolvidos na área indígena, são encaminhados diretamente para os hospitais da rede pública de saúde da Capital, já os casos não graves, mas que necessita de investigação criteriosa para o seu diagnóstico, são removidos à CASAI, onde são assistidos ou em caso de intercorrências internas, são encaminhados para os hospitais da rede pública de saúde em Boa Vista-RR e, dependendo da complexidade do caso, são encaminhados para hospitais localizados em outros Estados, através de Tratamento Fora do Domicílio -TFD. Os pacientes internados nos Hospitais de Boa Vista-RR ou em hospitais de outros estados, ao receberem alta, são encaminhados a CASAI para concluir o tratamento e posteriormente retornarem a sua comunidade de origem, RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CASAI/RR, 2008.

Neste processo, a CASAI/RR atende um fluxo oriundo de 37 pólos-base do DSEI-Yanomami, que representa aproximadamente 249 aldeias, a cerca de 1.228 Xaponos² com uma população aproximada de 33 mil pessoas compreendendo os Estados de Roraima e Amazonas. O DSEI-Leste é composto de 33 pólos-base, 290 comunidades, uma população de 36.795 indígenas. A população da CASAI/RR é fluante composta por pacientes e acompanhantes, que estão divididos entre crianças, jovens, adultos e idosos, oscilando entre 350 a 600 pessoas por mês. A presença deste número elevado de pessoas na CASAI pode ser justificada pelos fatores de risco abaixo descrito:

Risco de descontinuidade das ações devido às mudanças na política de atenção à saúde indígena; presença constante de invasores em alguns pólos-base como: garimpeiros, piaçabeiros, caçadores, pescadores e piabeiros – levando à contínua reintrodução de doenças (DST, gripe, TB, diarreias, malária) e danos ambientais (contaminação dos rios por mercúrio, formação de criadouros do vetor da malária, dispersão da caça, etc), e incremento dos conflitos intercomunitários devido ao fornecimento de armas, munição e álcool aos índios; dificuldades operacionais e logísticas relacionadas à grande dispersão entre as comunidades

2 Yano, o espaço da família demarcado pelas redes e pela fogueira dentro da grande Xapono (a maloca), apesar de existirem famílias vivendo em malocas pequenas e separadas da grande casa comunal.

e entre os pólos-base; Inexistência de agentes indígenas de saúde totalmente formados; dificuldade de se conseguir recursos humanos com perfil indigenista e qualificação técnica adequada para as excepcionalmente difíceis condições de trabalho na área yanomami; os municípios interioranos não possuem um suporte assistencial de referência que atenda as demandas locais e da área indígena; rede pública retrata um déficit assistencial por possuir apenas um hospital geral, um hospital pediátrico e uma maternidade para atendimento das demandas municipais e da área indígena; recíproca dificuldade no processo de inserção da população indígena as unidades tradicionais; conflitos de demarcação de terras, exploração de minérios, interesses fundiários, forças políticas com preceitos anti-indigenistas; dificuldade de comunicação linguística entre as equipes de saúde e os índios; ausência de assistência à saúde dos Yanomami na Venezuela, promovendo agravos na patogenicidade destas populações; desfavorecimento no Sistema Único de Saúde mediante baixa representatividade política RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CASAI/RR 2008.

A CASAI - Casa de Apoio à Saúde do Índio, foi institucionalidade a partir da implantação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, está ligada diretamente a SESAI e aos distritos sanitários, em Roraima os DSEI-Yanomami e Leste de Roraima, tem por missão prestar o serviço de apoio aos pacientes encaminhados à rede do Sistema Único de Saúde, alojar, alimentar pacientes e acompanhantes, prestar assistência de enfermagem 24 horas por dia, marcar consultas, exames complementares ou internação hospitalar, providenciar o acompanhamento dos pacientes nessas ocasiões e o seu retorno às suas comunidades de origem, acompanhados das informações sobre o caso. Cabe as Casais promover as atividades de educação em saúde, produção artesanal, lazer e demais atividades para os acompanhantes e pacientes em condições para o exercício dessas atividades (BRASIL, Fundação Nacional de Saúde, 2002, p.15). Dentre as CASAIS do Brasil a CASAI/RR é um diferencial com os serviços de ambulatório, laboratório de análises clínicas, atendimento a saúde da mulher, saúde da criança, SAME, Serviço Social, nutrição, enfermagem especial e isolamento para paciente infecto contágios, farmácia, postos médicos, consultórios e outros. Os atendimento de alto e médio complexidade, obedece o sistema de agendamento na rede do SUS. Nos hospitais da rede pública A CASAI/RR, conta com uma coordenação indígena para orienta e acompanha os pacientes indígena nessas unidades de saúde. A CASAI/RR, tem um fluxo de atendimento mensal em média de 350 indígenas das etnias: Yanomami (Xiriana, Xirixana, Sanumã), Yekuana, Macuxi, Wapixana, Taurepang/Pemon, Ingariçó, Patamona, Wai Wai e Saporá. Por ser um espaço pluriétnico com uma quantidade expressiva de povos de diferentes etnias existindo assim fenômenos que caracterizam desafios para a instituição, um deles é o uso de bebidas alcoólicas, como descreve o autor:

Os pacientes recebem muitas visitas, de seus parentes residentes na capital, por meio dos quais é possível obter bebidas alcoólicas. Como a Casa do Índio não está no centro de Boa Vista, mas no campo, a vários quilômetros da cidade, e é uma construção aberta, formada por vários pavilhões separados uns dos outros, sem muro ou portão de entrada, é praticamente impossível controlar à noite as atividades dos pacientes que ali estão por longas temporadas, e então ocorre relacionamento sexual entre índio e índia de etnias diferentes, e o alcoolismo existe, como confirmou-me Auristela Stinghen (...) O problema é ainda mais grave quando se recorda que alguns desses índios (justamente aqueles mais dados à embriaguez) viveram com os garimpeiros durante anos como é o caso dos Xiriana, LEONARDI, 2000, p. 73).

Como bem descreve o autor, a CASAI/RR, é uma instituição que não possui muros, no sentido de ser uma instituição fechada que impeça a saída dos seus usuários, muito embora a saída oficial destes usuários se dê através de autorização prévia do Serviço Social. As saídas sem autorização são consideradas ilegais, o que não impede de ocorrerem costumeiramente, apesar de haver o serviço de segurança na CASAI. O fácil acesso a cidade de Boa Vista proporciona a estes indígenas o contato com familiares, amigos, conhecidos, e conseqüentemente o acesso a bebidas alcólicas fenômenos que para a instituição é considerado como um dos principais problemas enfrentado, e que nos faz levantar a alguns questionamentos: será que este fenômeno está relacionado ao processo do contato? Será que estes pacientes ou acompanhantes têm o hábito da bebida alcóolica na sua comunidade? Estes pacientes e/ou acompanhantes têm a consciência dos efeitos causados pela ingestão da bebida alcóolica e suas conseqüências? O que poderá levar um paciente e/ou acompanhante sair às escondidas e voltar bêbado causando problemas para si e para outros pacientes? O usuário da CASAI/RR tem consciência do que a bebida alcóolica pode causar em sua vida? O usuário da CASAI/RR tem consciência do que é bebida alcóolica? Estes questionamentos serão observados em outra oportunidade. Porém esta prática do uso da bebida alcóolica pode ser considerada como resultante do processo de ocupação da Amazônia através dos projetos do governo federal, mas que se intensificaram com a invasão dos garimpeiros às Terras Yanomami, deixando hábitos e costumes danosos a saúde destas populações, entre esses, a ingestão de bebidas destilada como cita a seguir:

Alguns aspectos resultante do processo de contato no Brasil, que devem ser levado em conta no entendimento da atualidade dos povos indígenas, permitindo compreender as possíveis raízes do alcoolismo entre eles. Este processo tem sido violento de várias maneiras. Podemos citar as guerras contra os índios e as agressões físicas que continuam até o presente em certas regiões do país (2005, LANGDON, 2005 p. 114) .

Ainda sobre o assunto diz a autora:

Outro exemplo, ainda mais trágico e recém documentado, é o extermínio dos Xetá do Paraná durante as décadas de 1950 e 1960; em dez anos, o grupo de 300 pessoas foi reduzido a pouco mais de uma dúzia de crianças e adolescentes. Em ambos os casos, a violência se tornou ainda mais marcante com a introdução de novas doenças e o rapto sistemático das crianças que, às vezes, se encontram numa situação de quase escravidão em que poucos chegaram à idade adulta (LANGDON 2005, p. 114).

Continuando ainda sobre o assunto a autora relata:

O caso dos Xetá trata-se de um genocídio acontecido a menos de 40 anos. Porém, a violência e as doenças que o grupo sofreu são características do processo de dominação em todo o Brasil. O papel das epidemias como fator importante no contato não deve ser subestimado. Sabemos que, ao primeiro contato com as doenças européias, as sociedades ameríndias perderam entre 50% e 70% de seus membros. Deste modo, as epidemias trazidas pelos brancos desempenharam um papel central na redução drástica da população indígena. Mas é importante reconhecer que estes fatores biológicos se combinaram com fatores sociais e políticos para terem resultados tão letais (LANGDON, 2005, p. 114-115).

O fenômeno da ingestão da bebida alcoólica pelos usuários da CASAI/RR, tem trazido no âmbito institucional, preocupações com situações graves no contexto do tratamento de saúde realizados por estes usuários como situações de abandono do tratamento, perdas de vidas por parte de acompanhantes e pacientes, agressões físicas com lesões corporais graves, relacionamentos fora do casamento, agressividade, perturbação aos servidores no âmbito do trabalho, trazendo assim insegurança aos profissionais de saúde bem como os demais pacientes e acompanhantes da CASAI. Dentre as etnias que fazem parte da população interna, percebe-se que a dinâmica do abuso do álcool é mais frequência entre duas ou três destas etnias, mas esta observação necessita ser observada com mais critérios o que deverá ser feita no futuro.

Segundo LANGDON (2005), este fenômeno complexo, resultante de vários fatores, entre os quais o contexto sociocultural, tem um papel determinante nas variações de comportamentos e propicia a ingestão de bebidas alcoólicas. As consequências desta perspectiva são múltiplas exige que reexaminemos nosso entendimento de alcoolismo como conceito de doença; que reconhecemos os diversos estilos de beber entre os diferentes povos indígenas e, também, entre os vários grupos de um mesmo povo; e, que as estratégias para contornar o problema sejam baseadas na participação da comunidade em todas as fases de pesquisa e ações práticas. Estes fatores em que enfatiza a autora, contextualizando aos usuários da CASAI, pode estar relacionado ao longo período de ausência de sua comunidade, compromissos estabelecidos e não cumpridos, ausência de sucesso no tratamento de saúde de seu

acompanhante, saudades de familiares, em fim são aspectos peculiares que requer uma análise baseada nas Ciências Sociais e não uma definição voltada para a ótica da biomedicina que entende como uma doença que se manifesta igualmente em todas as culturas. Para LANGDON a descrição abaixo, remete uma visão retrograda que coloca o usuário de bebida em situação pejorativa como explica a abaixo:

O uso atual de bebidas destiladas, também traz consequências negativas para as relações externas ao grupo. Além dos problemas de ordem pública e judicial, o abuso do álcool acarreta um aspecto negativo para a representação étnica dos grupos indígenas, no sentido de que ser alcoólatra é uma característica que a sociedade brasileira atribui ao índio para justificar sua exclusão social (LANGDON, 2005, p. 113).

É necessária que possamos analisar o contexto em que a bebida está sendo consumida, para entendermos com clareza o conceito, nas pesquisas antropológicas têm constatado que as variações têm sido consideradas como desiguais entre cultura e grupos diferentes, deixando explícito que o alcoolismo não é igual para todos como se atribui, mas que se aplica as particularidades de cada contexto cultural de cada povo, é preciso entender o ato de beber, como beber e onde beber. Como podemos observar a maneira de beber, quando e o quanto beber é definido em cada cultura indígena conforme fatores étnicos específicos. O consumo de bebidas fermentadas, tradicionalmente, é uma manifestação das atividades construtivas para o grupo social, expressando sensações e valores particulares de cada grupo. Os índios aprendem a beber segundo seus próprios valores e conforme os comportamentos manifestados por seu grupo (LANGDON, 2005, p. 112).

Considerações Finais

Podemos considerar que o fenômeno do contato da população envolvente com os Povos Indígenas do Brasil ao longo dos anos tem sido danoso, mas em especial com os Yanomami. Este processo teve início na década de 1910 com coletores de produtos da floresta e posteriormente com os missionários, militares, agentes do Serviço de Proteção do Índio-SPI. A partir da década de 1970 com a implantação do Projeto de Integração Nacional que consistia dos Projetos de Desenvolvimento para Amazônia (Projeto de construção da BR Perimetral Norte e implantação do projeto de Colonização) com isso o governo federal buscava a integração da Amazônia com o restante do País, a Venezuela e as Guianas, bem como a povoação da Amazônia, com o lema integrar para não entregar. E por fim com o Projeto RadamBrasil, que realizou uma pesquisa sobre recursos minerais na Amazônia e Roraima, revelando que nas terras ocupadas pelos yanomami havia grande quantidade de minérios como

cassiterita, ouro e materiais radiativos. Isto foi o suficiente para que na década de 80 ocorresse a grande evasão de garimpeiros chegando no ano de 1989 uma quantidade de 50.000 garimpeiros nas terras dos Yanomami. Este evento foi considerado como um dos mais danosos nos aspectos social e cultural da vida dos povos Yanomami. Este fenômeno não mudou somente hábitos, mas destruiu vidas através da aquisição de doenças, de violência e eximação de pessoas como o caso de Haximu. A destruição do meio ambiente, fonte vitais para a vida das populações indígenas Yanomami, Yekuana. Outro fator importante foi aquisição de várias doenças até então desconhecidas por aqueles povos, sendo um reflexo direto na saúde dos yanomami o que é evidenciado pelo grande número de pacientes internados na CASAI. Outro fator desagregador adquirido com o processo do contato e que também reflete no processo saúde doença foi aquisição e a utilização de armas de fogo, este instrumento tem sido utilizado nos conflitos interétnicos sendo o resultado letal que tem deixado mulheres sem seus maridos e filhos sem seus pais. Dentre os vários costumes deixados pelo processo do contato podemos relacionar a utilização de bebidas não fermentadas (alcoólicas) o que tem demonstrado ser um desencadeador de vários fatores desagregadores tão letal quanto a utilização de arma de fogo e o reflexo desse problema social reflete na instituição de saúde CASAI, que tem vivenciado a problemática (brigas, agressões física, mortes por acidentes e por afogamentos, descompromissos com acompanhantes no tratamento de saúde) da utilização deste causando transtornos para os profissionais de saúde e pacientes. Podemos observar que a pesar de existir uma Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de Álcool e outras Drogas, não existe especificamente uma ação efetiva voltada para a população indígena o que existe são ações voltadas para o tratamento dos Transtornos Mentais causados por estas drogas e outros psicoativos, estes atendimentos estão disponíveis nos CAPSad, em cadeia com a rede pública de saúde.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce. *Ouro Canibal e a Queda do Céu: Uma crítica xamânica da Economia política da Natureza*. Brasília, 1995

_____. Urihi A. a terra-floresta YANOMAMI. Bruce Albert & William Miliken-colaboração de Gale Goodwin Gomez. Instituto de recherche pour Le développement. São Paulo, SP-Brasil, 2009.

BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção À Saúde dos Povos Indígenas. – 2.

Edição – Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. Apolítica do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CARNEIRO, da Cunha, Manuela. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. 1992

CARNEIRO da Cunha, Manuela e ALMEIDA, Mauro W.B. Populações tradicionais e conservação ambiental In: CARNEIRO, DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CHAVES, Cláudio do Carmo, Oncocercose ocular na Amazônia Brasileira. Tese apresentada ao Departamento de Oftalmologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto – SP, 1994.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed.-São Paulo: Atlas, 2010.

LANGDON, E. J. A Doença como experiência: a construção da doença e seu desafio para a prática médica. In: BARUZZI, R. G. e JUNQUEIRA, C. (orgs.). Parque Indígena do Xingu: Saúde, Cultura e História. São Paulo: Terra Virgem, 2005. p. 115-133.

_____, Revista Tellus, Ano 5, n. 8/9, p. 103-124,abr./out. O abuso de álcool entre os povos indígenas no Brasil: uma avaliação comparativa. Campo Grande MS, 2005.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social – Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.

MAGALHÃES, Edgar Dias. O Estado e a saúde indígena: a experiência do Distrito Sanitário Yanomami, Brasília: UNB, 2001. Dissertação de Mestrado em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Brasília, 2001.

PITHAN, Oneron de Abreu. “O Modelo Hekura para Interromper a Transmissão da Malária: Uma Experiência de Ações Integradas de Controle com os Indígenas Yanomami na Virada do Século XX”. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2005.

Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos da Universidade Federal de Roraima, 2011.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CASAI, 2008.

RORAIMA. CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE. O Crepúsculo do Povo Yanomami: sobrevivência ou genocídio? Boletim n. 13, 1988.

YANOMAMI: A Todos os Povos da Terra. Segundo relatório da Ação pela Cidadania sobre o caso Yanomami, referente a acontecimentos no período de junho de 1989 a maio de 1990.

O ABUSO DO ÁLCOOL: UMA DROGA COMO PROBLEMÁTICA ENTRE OS POVOS INDÍGENAS

Introdução

Os grandes conflitos sociais, políticos, educacionais e econômicos estão relacionados de forma direta ou indireta com “as drogas”. Ao se analisar os diversos problemas de um país, a fome, AIDS, o terrorismo, os desastres ecológicos, a criminalidade em grande escala, com certeza ainda assim podemos apontar como pior pesadelo de uma sociedade contemporânea o combate do consumo de drogas.

Nenhum ser humano está livre do efeito maléfico da droga¹, tendo em vista que existe, as drogas lícitas e a ilícitas, segundo Vargas (2003, p.587):

Diz-se, frequentemente, que o uso de drogas compromete a vida dos consumidores, ao arruinar sua saúde, suas economias, sua moral, sua inserção social, a vida daqueles que lhe são/estão próximos, ao propagar doenças e comportamentos anti-social, e a vida dos coletivos mais amplos, ao por em risco os valores morais, a saúde e a ordem públicas, o desenvolvimento econômico e a estabilidade política das nações, entre várias outras coisas.

O consumo de substâncias psicotrópicas é bastante frequente em nossa sociedade, pode-se observar que a droga se fez presente no cotidiano do homem desde as primeiras notícias de sua existência. Tanto nas civilizações antigas quanto nas indígenas, as plantas psicotrópicas como o ópio, a coca e a maconha, eram bastante

1 É toda e qualquer substância, natural ou sintética que, introduzida no organismo modifica suas funções. As drogas naturais são obtidas através de determinadas plantas, de animais e de alguns minerais. Exemplo a cafeína (do café), a nicotina (presente no tabaco), o ópio (na papoula) e o THC tetrahidrocannabinol (da maconha).

* Mestranda em Antropologia (MINTER UFRR/UFPE; Especialista em Entnodesenvolvimento UFRR; Bacharel em Ciências Sociais- UFRR e Servidora SESAI e Boa Vista-RR.

** Mestranda em Antropologia (MINTER- UFRR/UFPE; Especialista em Gestão Escolar UFAM; Especialista em EJA-UFRR; Bacharel em Direito (Cathedral) e Pedagoga(UFRR) Professora das redes municipal e estadual de Boa Vista-RR.

utilizadas para curar doenças, afastar espíritos maus, obter sucesso nas caçadas e nas conquistas e atenuar a fome e o rigor do clima de determinadas regiões. Essas plantas estavam ligadas a rituais religiosos, culturais, sociais, estratégico militares, entre outros. No cenário atual o droga alcança uma dimensão sem controle, pelos problemas criado em tornos dos usos e dos tráficos.

Alguns estudos apontam um crescimento assustador e alarmante da produção e do consumo de drogas sintética de uso ilícito (maconha, cocaína, ecstasy, enfetamina). O total da área de cultivo de ópio aumentou para 235,7 mil hectares no ano de 2007.² Esse aumento de 17% comparado a 2006 coloca o cultivo mundial exatamente no mesmo nível, embora ainda marginalmente inferior aos 238 mil hectares registrados em 1998. Conforme afirma Vargas (2003, p.589):

A cadeia de produção e distribuição das drogas de uso ilícito envolve uma infinidade de pessoas oriundas dos segmentos sociais os variados e habitantes mais ou menos nômades de diferentes pontos do planeta: camponeses empobrecidos, traficantes sem escrúpulos, banqueiros executivos gananciosos, milícias clandestinas, policiais e políticos corruptos, olheiros e soldados mirins “mulas” jovens ou idosos, químicos e pilotos, médicos, advogados, entre outros profissionais dispostos a vender suas expertises a quem pagar melhor.

Uns dos questionamentos abordados por Vargas é a questão do usuário ou do ponto de vista do consumo, uma visão de ordem orgânica ou psíquica, ignorada no contexto social e econômico, no qual afirma que os argumentos tidos por científicos usados para pensar o problema do uso contemporâneo de drogas provém dos discursos terapêuticos. Por conseguinte tenta uma definição sobre o que seja droga no seu termo generalizado?

Em seu estudo o termo “droga” ganhou uma amplitude genérica, por se tratar de uma noção polissêmica. Se por um lado podemos afirmar que a droga é benéfica por outro acarreta danos físico e moral. Questionamo-nos, portanto, se os remédios são uma droga, cocaína e álcool também se enquadra nessa categoria, o seu uso com isso, constitui um grave problema de saúde pública, com sérias consequências pessoais e sociais para a sociedade.

Alguns estudiosos afirmam que o álcool é uma das drogas mais consumidas e produzidas em grande escala, fazendo parte do estilo de vida de algumas comunidades, nos países europeus e americanos. Nas últimas décadas, o consumo de álcool vem aumentando no mundo todo, sendo que a maior parte deste aumento vem acontecendo em países em desenvolvimento.

O consumo de bebidas alcoólicas, quando excessivo, pode provocar disfunções

2 www.unodc.org.br Acessado em 10/10/2011- Relatório Mundial sobre Drogas 2008 do UNODC.

como violência, suicídio e acidentes de trânsito, causar dependência química e outros problemas de saúde como cirrose, pancreatite, demência, polineuropatia, miocardite, desnutrição, hipertensão arterial, infarto e certos tipos de cânceres. Conforme afirma Menéndez & Pardo (2003, p.570):

Desde nuestra perspectiva el consumo de alcohol presenta una dualidade sumamente interesante, ya que puede generar cirrosis hepática o alcoholismo dependiente en quien consume, pero tambien consecuencias de gravedad muy diferente en sujetos y grupos que no consumen o lo hacen moderadamente, como puede observarse sobre todo a traves de la morbimortalidad por violencias.

Nas comunidades indígenas a ingestão de bebidas fermentadas como, o Caxiri, Caiçuma e Pajuaru já é uma prática cultural e comum nas aldeias indígenas urbanas na realização de celebrações ou rituais. Frutas como macaxeira e cará são usadas como matéria-prima na fabricação. Os itens são fabricados num contexto social representativo de cada povo. Segundo a coordenadora de pesquisas em sociodiversidade da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND)³, Chris Lopes, o consumo das bebidas serve para fortalecer relações socioculturais, mas atualmente a análise desta prática revela outra realidade. Nessa perspectiva o artigo propõe uma discussão crítica e reflexiva de uma problemática polêmica e preocupante entre os povos indígenas.

1. O abuso, a dependência e a violência: fatores ligados ao consumo do álcool

As discussões e debates sobre a questão do alcoolização perpassa em ponto complexo e amplo, desde a sua prevenção, políticas públicas não muito eficaz e seu diagnóstico como doença biológica. Considerando sua amplitude de usuários, que são homens, mulheres, jovens e se propagando nas comunidades indígenas, propiciando um repensar no campo social e antropológico por alguns teóricos.

Esta perspectiva não define a alcoolização como uma doença universal, caracterizada por um processo de dependência biológico que ocorre igualmente e universalmente em todos os seres humanos. Mas, ao considera como um fenômeno complexo, resultante de vários fatores, entre os quais o contexto sociocultural, tem um papel determinante nas variações de comportamentos e propicia a ingestão de etanol, a substância ativa nas bebidas alcoólicas.

3 OLIVEIRA, Dérik. Alcoolismo aumenta violência em aldeias indígenas do Amazonas. Revista de História. Manaus-AM, 29.06.2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigo-revista/embriaguez-indigena>> Acesso em 10 nov 2011.

As consequências desta perspectiva são múltiplas, exige que se reexamine os modelos de entendimentos na questão do alcoolismo como doença, reconhecendo os diversos estilos de beber entre os diferentes povos indígenas e, também, entre os vários grupos de um mesmo povo e, que as estratégias para contornar o problema sejam baseadas na participação da comunidade em todas as fases de pesquisa e ações práticas.

Buscar uma definição sobre alcoolismo demanda um processo amplo de discussão, com questões controvertidas, nessa perspectiva Langdon (2005, p.105) questiona algumas definições:

[...] se o alcoolismo é um fenômeno com características universais ou se possui especificidades e, se e verdade o dito que afirma que uma vez alcoólatra sempre alcoólatra. [...] o alcoolismo é definido como uma doença que tem a mesma causa e que se manifesta igualmente em todas as culturas. O alcoolismo é definido pela OMS e pela medicina moderna, implica em um comportamento crônico que, a partir de um determinado momento, não é passível de ser interrompido espontaneamente, havendo inclusive, o risco de uma crise aguda em casos de abstinência forçada, tal o nível de impregnação celular que transmuta o próprio metabolismo básico do organismo.

Segunda autora a variação entre grupos se manifestam não só nas diferenças de taxas de alcoolismo, mas também, o álcool libera as inibições e leva a pessoa a outro estado de ânimo e consciência, o comportamento resultante desta liberação varia de um grupo para outro, porque valores diferentes estão sendo expressos.

Assim, estar embriagado não se manifesta igualmente em todos os grupos, é necessário considerar a cultura e seus valores como fatores determinantes dos diferentes estilos de beber e de agir quando se está bêbado.

Segundo Langdon (2005), em seu estudo afirma que os autores levantaram vários fatores que influenciam o ato de beber e concluem que o contexto é tão importante quanto os fatores biológicos e psicológicos. Portanto, é necessário reconhecer a heterogeneidade dos estilos de beber e das possibilidades de moderar ou parar de beber.

A pesquisa confirma resultado de outras, apontando que o alcoolismo tem uma história natural como doença progressiva que, necessariamente, tenha de terminar na abstinência ou na morte (VAILLANT, 1983; EDWARDS, 1984, apud LANGDON, 2005, p.108).

A autora utiliza-se do conceito de “carreira”, referindo-se ao comportamento sequencial de um indivíduo dentro de um papel social”, e contesta a visão clínica do alcoolismo, cuja definição remete à evolução sequencial de processos biológicos em um organismo individual (KUNITZ e LEVY, 1994 apud, LANGDON, 2005,

p.106). O aspecto social refere-se ao contexto em que aprendeu a beber e aquele em que continua bebendo, o que acarreta diferentes carreiras entre as pessoas que abusam do álcool.

Para Zinberg em seu estudo, demonstrou que o uso controlado de maconha e heroína depende largamente do contexto no qual o uso foi aprendido e dos contextos subsequente do seu uso (ZINBERG,1984 apud LAGDON, 2005, p.109). Corroborando com essa idéia, Langdon (1992), argumenta que a experiência positiva de *ayahuasca* entre os índios Siona é determinada em maior parte pelo contexto, e não meramente pelas substâncias químicas encontradas nas diferentes misturas que eles bebem. Nesse contexto afirma:

[...] se queremos estabelecer programas de prevenção e tratamento, é necessário preocupar-se com as manifestações e contextos particulares do abuso de álcool de um grupo indígena específico, e não trabalhar com a visão de alcoolismo como uma manifestação universal e abstrata ou como resultado de causas psicológicas que podem explicar por que determinada pessoa se torna alcoólatra e outra não. As taxas de alcoolismo, o comportamento do bêbado, e as principais causas de abuso de álcool representam fenômenos coletivos. Os estudos citados concluíram que o comportamento ligado a ingestão de bebidas alcoólicas é determinado pelo meio social. Por tanto, para ser entendido, é necessário explorar os valores culturais, o processo histórico, a atualidade sócio-política do grupo e as situações nas quais aprende-se a beber e continuar-se bebendo (Singer, 1986; SINGER ET AL., 1992; Quiles, 2000; Ferreira, 2001b,c, apud Langdon, 2005, p.109).

Os problemas da alcoolização abordados por Menéndez (2003) no que se refere ao consumo do álcool esta associado à conduta agressiva, aos suicídios, e as agressões dirigidas a outras pessoas causando lesão ou homicídios. O mesmo faz referência as violências anti-feminina praticada no México, enfatizando a violência doméstica provada pelo consumo do álcool.

O autor afirma que o álcool e o tabaco encontram-se como substâncias que causam a dependência, ao sistema legal e que não são proibidas. Sua abordagem é uma análise de forma histórica o processo da biomedicina na questão da dependência do abuso do álcool que decorreu aos anos 40 até os dias atuais para Menéndez (2003, p.576).

De aplicar técnicamente los criterios biomédicos de dependencia y/o de consecuencias para la salud – tanto em términos clínicos como epidemiológicos, toda una serie de sustancias y productos deberían ser considerados ilegales o por lo menos deberían ser controlados, como lo acabamos de observar.

A discussão perpassa o descaso de uma política pública, no que se refere à proibição do consumo de drogas, a criminalidade e corrupção que afetam em especial a

sociedade de menor renda. A questão da legalização da produção e do consumo das drogas consideradas ilícitas, comparar-se a legalidade da produção e consumo do álcool que ocorreu nas décadas de 30.

Em seu estudo feito no México afirma que parte da biomedicina e em especial o setor da saúde reconhece alguns dos aspectos identificados como ignorados pelas autoridades sanitárias nas questões das drogas e do álcool. Em seu texto afirma Menéndez (2003, p. 579):

Alguns especialistas han señalado que parte de estas negaciones, exclusiones y olvidos obedece a presiones de tipo económico e incluso político, lo que se puede observar a través de los propios testimonios médicos [...].

Esta omisión o secundarización se observa en muy diversos campos (estudios sobre grupos étnicos, salud de los trabajadores, culturas juveniles, etcetera), pero se detecta particularmente em los estúdios de género dedicados a la salud y especialmente a la salud reproductiva, que prácticamente excluyen el consumo de alcohol de sus investigaciones y reflexiones e incluso de sus acciones em el caso de los grupos vinculados a la acción como lo hemos demostrado em un reciente estudio aún no publicado.

Em um estudo feito por Singer e Valentin (1992) com portorriquenhos residentes no Estados Unidos, questiona a utilidade social de definir o alcoolismo como um problema intra-psíquica ou micro-social. O mesmo aponta um modelo de doença do alcoolismo é uma construção ideológica compreensível apenas em termos dos contextos histórico e político-econômico de suas origens.

Os autores afirmam que “tem sido uma tendência dos sistemas globais e dos teóricos da dependência em focar sua atenção no macro-nível enquanto” dão atenção insuficiente ao fatores contextuais locais, “incluindo a particular configuração das classes, gêneros e relações étnicas, a disponibilidade de recursos e tecnologia, fatores demográficos e ecológicos, fatores históricos e culturais, que contribuem para os longos e curtos efeitos da penetração capitalista no cuidado da saúde, bem como a qualquer habilidade das micro-populações em resistir aos agentes, agenciadores e agenda da biomedicina”.

Em outro lugar, Singer e Valentin (1992, p.80) afirmaram que a análise da experiência do sofrimento, situada na relação para “as categorias socialmente constituídas de significado e as forças políticas e econômicas da vida diária”, o centro para o projeto crítico da medicina antropológica. O problema da bebedeira na classe trabalhadora em que pese seus trágicos efeitos na saúde e vida social dos alcoólatras, expressa a rejeição desde todos esses serviços. O alcoolismo não seria somente a

doença de um grupo ou de um ser humano, mais uma doença do sistema econômico mundial, e ao mesmo tempo uma expressão de sofrimento humano.

2. *O alcoolismo entre os povos indígenas*

O artigo de Eber (2001) publicado pela revista “Social Science & Medicine”, que aborda caso de abuso de álcool pelos índios em Chiapas-México, uma Vila de San Pedro de Chanalhó, tendo 32 vilas habitadas por indígenas que se declaram independentes dos Zapatistas⁴ em 1994. Na década de 1990 foi considerada tumultuada para os índios em Chiapas, México, Vila de São Pedro de Chanalhó, uma das 32 vilas habitadas por indígenas que declararam independência dos Zapatistas em 1994⁵.

O artigo ilustra três temas sobre o álcool em Chenalhó, o projeto de autodeterminação dos indígenas pedranos que se relacionava com o álcool. O segundo tema: é a importância da análise dos Pedranos sobre as mudanças ocorridas na região, desenvolvendo perspectiva críticas sobre o álcool. E por último a relação dos Pedranos com o álcool é profundamente assentados em crenças locais sobre a natureza da realidade dialética e multifacetada.

Conforme relata a autor a falta de terra e a necessidade de dinheiro, aos nativos, levaram a trabalhar fora da comunidade. Na primeira metade do século XX os homens e algumas famílias trabalharam como escravos por dívidas nas plantações de folhosas, café, açúcar ou algodão (FAILLER TZOTZIL,1986). O trabalho assalariado nas plantações está menos disponível, e as condições de trabalho são geralmente de exploração. Os proprietários e os enganadores (homens que procuravam trabalhadores) utilizava-se do álcool para induzirem os indígenas trabalhadores, que sempre mantêm débitos com os patrões.

O texto ilustra três temas sobre o álcool em Chenalhó⁶, o projeto de autodeterminação dos indígenas Pedranos que se relacionava com o álcool. O segundo tema: é a importância da análise dos Pedranos sobre as mudanças ocorridas na região, desenvolvendo perspectiva críticas sobre o álcool. E por último a relação dos Pedranos

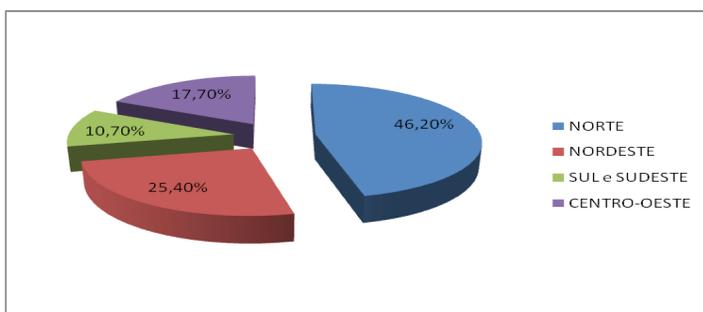
4 ELZN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, tendo como Antonia que busca justiça para as suas comunidades.

5 Os grupos religiosos divididos em três grupos: 1. Tradicionais que seguem o catolicismo. Esse grupo admite o uso da bebida alcoólica no contexto social; 2. Protestantes que abrange uma variedade de denominações, esses pregam a abstenção total do álcool; 3. Membros da palavra de Deus, este grupo denominado pelos próprios Pedranos para opção preferencial pelos pobres da Diocese Católica, Eber (2001).

6 Os índios em Chiapas, México, Vila de São Pedro de Chanalhó, uma das 32 vilas habitadas por indígenas que declararam independência dos Zapatistas (México) em 1994.

com o álcool é profundamente assentados em crenças locais sobre a natureza da realidade dialética e multifacetada

O abuso do álcool não é um fato isolado nas comunidades indígenas do Brasil, mais uma problemática em várias etnias do mundo. O estudo realizado pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)⁷, apresentou em 2010, um total de 600.518 indígenas cadastrados e distribuídos em 4.774 aldeias no limite de 615 terras indígenas, correspondendo o 448 municípios em 24 estados brasileiros. Segundo os dados do SIASI - Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena os índios distribuem-se no Brasil por regiões, conforme gráfico abaixo:



Fonte: Siasi/2010

O artigo de Langdon (2005) “A construção sociocultural da doença e seu desafio para a prática médica” se refere à criação de órgãos relacionados à saúde indígena, há necessidade de um subsistema específico com vínculos ao Ministério da Saúde. Na década de 70 antropólogos⁸ propõem alternativa a biomedicina sobre o conceito de saúde. Segundo a autora, destaca a diferença entre a etnomedicina tradicional e atual, com ênfase nos elementos culturais de forma conceitual, afirmando que a cultura “não é mais uma unidade estática e homogênea de valores, crenças, normas, etc., mais uma expressão humana frente a realidade” (LANGDON, 2005, p.118).

Em relação especificamente as populações indígenas, alguns cientistas argumentam que, por causas de ordem genética, os índios são mais susceptíveis que as outras populações para o desenvolvimento da dependência biológica (SAGGERS e GRAY, 1998 apud LANGDON, 2005, p.112).

7 MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNASA <<http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografialIndigena.asp>>. Acesso em 07 dez .2011.

8 FABREGA (1974), GOOD (1977);HAHN e KLEINMAN (1983),KLEINMAN (1980).

E necessário examinar a interação com a substância, a disposição psicológica, e o contexto para entender o fenômeno do “alcoolismo” num grupo particular. Assim as pesquisas antropológicas comparam as variações nas taxas de alcoolismo entre culturas e grupos diferentes.

As pesquisas comparativas realizada nos Estados Unidos e na Austrália também demonstram que os índios, de fato, nem sempre bebem mais, nem têm estilos diversos de beber dos da população regional (Kunitz e Levy, 1994; Sagggers e Gray, 1998 apud Langdon, 2005).

Segundo Langdon, as taxas de alcoolismo variam entre diferentes grupos da mesma etnia, grupos caracterizados por diferenças tais como idade, gênero ou religião. Há poucos dados epidemiológicos no Brasil comparando grupos diferentes afirma a autora ontem as taxas variam entre grupos étnicos e também entre grupos diferentes da mesma etnicidade. Uma pesquisa registrou uma taxa global de alcoolismo de 17,6% entre os Terenas, que é pelo menos entre 5% a 6% acima da taxa para os brasileiros não índios.

Algumas pesquisas no Brasil confirmam a necessidade de investigar as causas particulares do consumo e abuso de álcool entre a população indígena, em vez de definir o alcoolismo como um fenômeno universal/biológico/individual. O consumo de bebidas alcoólicas entre índios de diversas etnias aumenta a criminalidade e muda as relações sociais em aldeias indígenas do Estado. A constatação preocupa as entidades e órgãos públicos em favorecerem a adoção de medidas de prevenção contra a incidência do vício entre os grupos.

A ingestão de bebidas fermentadas como o Caxiri, Caiçuma e Pajuaru já é uma prática cultural e comum nas aldeias e comunidades indígenas urbanas na realização de celebrações ou rituais. Frutas como macaxeira e cará são usadas como matéria-prima na fabricação. As substancias citadas tendem a ser ingeridas em situações controladas e seu uso é marcado pela integração com a cosmologia e visão de mundo do grupo. As razões que levam ao uso e os efeitos desejados e separados são claramente definidos pelos participantes do grupo, e estes são estimulados e compartilhados através de várias técnicas rituais. Langdon (2005, p.110-111) afirma:

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que as bebidas fermentadas formam parte integrante da construção de vínculo social, pois são uma manifestações importante de sociabilidade inter e intragrupal. Entre os povos amazônicos a rotina da vida cotidiana é suspensa pelos ritos e festas coletivas, nos quais as bebidas fermentadas são ligadas ao sagrado, ao divertimento, à reciprocidade e, em certos casos, à política. Muitas festas são cíclicas, marcando épocas específicas do calendário anual: a colheita de certas frutas, a mudança de estações, etc.. Estas podem levar semanas de preparação e envolver a participação de outras comunidades, durante dias. A preparação e ingestão de *caiçuma*, *chicha*, ou

outras bebidas semelhantes foi, no passado, indispensável para estimular a sociabilidade e facilitar as negociações de casamento e outras alianças com outras comunidades. Existem também festas que têm uma natureza mais espontânea, marcando momentos particulares, como uma boa caçada ou colheita, um empreendimento coletivo, ou uma festa familiar. Além de contribuir para a sociabilidade e o divertimento, entre alguns grupos, as bebidas fermentadas são usadas em ritos que contribuem para a expressão simbólica da própria sociedade, de sua manifestação frente ao divino e da consciência coletiva.

Nas comunidades indígenas as bebidas típicas têm sido substituídas ou incrementadas para serem consumidas no dia-a-dia e em outras ocasiões, como em festas de comunidades próximas às aldeias. O álcool em excesso acaba por alterar a rotina, a cultura e o estilo de vida dos índios. Na cidade de Manaus (AM) a coordenadora da Seind (Secretaria de Estado para os Povos Indígenas), Chris Lopes esclarece as consequências do aumento no consumo de álcool sendo constante cada vez mais evidentes. “Hoje, é muito frequente nas Casas de Saúde do Índio encontrar indígenas fazendo tratamento de doenças ligadas ao uso abusivo de álcool como cirrose hepática, hipertensão e diabetes”⁹.

No que tange o consumo do álcool, sendo acessível aos índios tanto nas cidades quanto nas aldeias, apesar da proibição na venda de bebidas alcoólicas para o grupo prevista na Lei Federal 6.001/73. Estudo recente da Seind na área que abrange o entorno do rio Marau, no município de Maués, mostra que entre os vários motivos encontrados na facilidade de contato dos indígenas com o álcool, está a fragilidade de fiscalização realizada pela Funai nas terras indígenas. “A fiscalização nas terras e comunidades indígenas é ineficiente”, afirma Lopes. Outra agravante é a estreitamento das relações do grupo com as comunidades urbanas. “O período de maior consumo em Maués é no início e no final de cada mês, quando os professores e aposentados vão receber e fazer suas compras na cidade.

Como nesse período eles podem comprar a bebida e ninguém fiscaliza, nas aldeias, apesar da proibição na venda de bebidas alcoólicas para o grupo prevista no artigo 58 desta lei, proíbe a comercialização e distribuição de bebidas alcoólicas aos indígenas. Embora a venda de bebida alcoólica seja proibida por lei aos indígenas, ela vem se intensificando no dia-a-dia das aldeias

De acordo com um estudo da Secretaria Nacional Anti Drogas, a bebida mais consumida entre os indígenas é a cerveja seguida da cachaça. As pesquisas têm sido marcadas pela interdisciplinaridade envolvendo a colaboração dos campos etnobiologia, etnofarmacologia, neurofisiologia, psiquiatria e antropologia, e, também, por uma abertura maior na interpretação dos efeitos da ingestão destas substâncias

9 FONTE: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/embriaguez-indigena>.

como resultado da interação entre a substância, a cultura e o contexto. Em geral, o uso tradicional desta substância é caracterizado principalmente como o sagrado e a cosmologia.

Entre os índios sul-americanos, particularmente os da Amazônia, substâncias psicotrópicas são empregadas para entrar em contato com o mundo invisível e/ou aumentar o poder do indivíduo para obter resultados positivos na cura, na caça e pesca, na guerra, na agricultura, etc. Em geral a literatura enfatiza o uso positivo coletivo destas substâncias, a pesar de o uso para fins de feitiçaria também fazer parte de seu papel nas tradições xamânicas. Os ingredientes empregados para a preparação, o modo de preparar e a maneira de tomar, variam de um grupo étnico para outro. De todas as substâncias conhecidas, o tabaco é a mais empregada de forma ritual, mas existem muitas outras que são utilizadas, dependendo da região e do grupo.

A pesquisa de Langdon (2005) com os índios Siona¹⁰, apresenta um aspecto construtivo do consumo do álcool, o costume e a tradição do uso de chicha feita de mandioca, milho ou frutas fermentadas, faz parte de sua rotina. Os índios Siona organiza-se para as festas, tomando a chicha durante dois ou três dias e noites contínuos, como parte de seus processos políticos e sociais. Entre eles, a chicha é tradicional consumida para criar um consenso comunitário quando há divergências sobre certos assuntos, as reuniões têm o caráter de divertimento e alegria, sendo momentos de demonstração da capacidade para a oratória política e reafirmação de sentimentos coletivos e alianças entre grupos.

Outro exemplo é o caso da Festa do Kiki realizada pelos índios Kaingang do Sul do Brasil¹¹, a festa é conhecida localmente como a “farra dos índios”. Até o início do século vinte, parece que este rito em homenagem aos mortos foi realizados em todas as aldeias Kaingang. Hoje este ritual é realizado somente pelo Kaingang de Xapecó, como afirmação simbólica de sua identidade étnica, da sua organização social e das relações recíprocas entre vivos e os mortos e entre as duas metades que formam sua sociedade. Esse rito liga o grupo ao ciclo anual da natureza, à sua mitologia e as mortes que aconteceram no período desde o último Kiki. Ele é marcado por vários momentos rituais.

10 O Siona é um povo indígena que habita as margens do rio Putumayo desembocando entre os rios Cuhembi e Piñuña Blanca, na Colômbia.

11 Estimava-se uma população kaingang de 25.875 pessoas vivendo em 32 Terras Indígenas (Funasa, 2003). No entanto, verifica-se a presença de famílias vivendo nas zonas urbanas e rurais, na grande Porto Alegre-RS surgiram três grupos kaingang que passaram a viver na cidade e um já conseguiu local para construir a aldeia. AMBROSETTI, J. B. Los índios Kaingángues de San Pedro de Misiones. Revista del Jardín Zoológico, Buenos Aires, s.n., 1894.

Hoje em dia, a cachaça acompanha quase todas as atividades do rito e também é colocado junto ao mel no cocho, fazendo o rito ter a aparência de uma grande bebedeira. Para o observador, que não entende o significado simbólico do rito, atingir um estado exagerado de embriaguez parece ser a razão central de sua realização. Porém, o caráter construtivo para o grupo social, a reafirmação da identidade étnica e das relações com os grupos de parentesco, com os mortos e com a natureza, se mantém como a função principal do rito.

Segundo Langdon (2005), quando consideramos a problemática do Alcoolismo nas comunidades indígenas é importante ter clareza de como estamos conceituando alcoolismo. Para a autora, é melhor que este conceito de alcoolismo seja deslocado do campo físico/individual para o campo coletivo/social, no qual o alcoolismo deve ser pensado como um fenômeno construído através do tempo e da história de contato dos índios com a sociedade mais ampla.

Enfim, a maneira de beber, quando e o quanto beber são definidos em cada cultura indígena conforme fatores étnicos específicos. O consumo de bebidas fermentadas, tradicionalmente, é uma manifestação das atividades construtivas para o grupo social, expressando sensações e valores particulares ao grupo. Os índios aprendem a beber segundo seus próprios valores e conforme os comportamentos manifestados por seu grupo. (LANGDON, 2005,p.112).

Os estudos esclarecem que os usos do álcool de forma tradicional contribuem positivamente para a coletividade, como vimos no caso dos Kaingang e Siona, não diferem dos dias atuais. Os índios não estão bebendo as mesmas substâncias, aprenderam a beber em contextos novos e continuam a beber em contextos diferentes dos tradicionais. Estas mudanças trazem consequências altamente negativas para os grupos indígenas, propiciando no interior de suas comunidades, violência geral e familiar, desnutrição, danos à saúde das crianças na forma de Síndrome Fetal Alcoólica em mães alcoólatras, atropelamentos nas estradas e etc.

O uso atual de bebidas destiladas, também traz consequências negativas para as relações externas ao grupo. Além dos problemas de ordem pública e judicial, o abuso do álcool acarreta um aspecto negativo para a representação étnica dos grupos indígenas, no sentido de que ser alcoólatra é uma característica que a sociedade brasileira atribui ao índio para justificar sua exclusão social. Todos já ouvimos, certas pessoas questionando os direitos indígenas ou os programas sociais a favor deles, acusando-os de serem bêbados, pobres, sujos e preguiçosos e, em virtude disso, alegando que não merecem ser respeitados. Uma reportagem feita nas terras in-

dígenas “Raposa Serra do Sol” (RR)¹² pela equipe do JN no Ar, e com os índios Yanomami no qual representa 7,5 da etnia de todo o estado. A repórter Cristina Serra, relata duas questões que lhe chamaram atenção. A primeira é que os diferentes grupos indígenas que vivem dentro das terras demarcada hoje em dia têm uma convivência bem menos tensa do que há 2 anos e meio, outro ponto foi os problemas grave com o alcoolismo.

A reserva tem 17 mil quilômetros quadrado de área, vivendo lá 20,8 mil índios em pequenas comunidades. Um do problema número um apontado pelas comunidades é a bebida alcoólica. Segundo Cristina Serra em sua matéria, a maior parte dos indígenas está dependente do álcool. Praticando o escambo de seus produtos, seus alimentos e animais pela bebida, uma problemática grave que atinge todas as comunidades.

As campanhas de orientações para o combate a bebida alcoólica é feita pela FUNAI, todavia o grande desafio perpassa examinar a questão do alcoolismo de uma perspectiva social, precisando deslocar a problemática do alcoolismo não só do campo individual, mas também do raciocínio de que o alcoolizado é culpado, seja por irresponsabilidade ou por fraqueza mental ou biológica.

É necessário deslocá-lo para o campo político-histórico, procurando as soluções em conjunto com as comunidades, construindo programas de prevenção junto às sociedades indígenas, indagando a elas os fatores coletivos e específicos ao grupo que contribuem para a incidência do alcoolismos. Os fatores biológicos e psicológico não são suficientes para explicar a diferença nas taxas de alcoolismo entre grupos indígenas, nem a razão das manifestações comportamentais exibidas pelos bêbados.

A problemática da alcoolização não é fato isolado na região da Raposa Serra do Sol, propagando-se em outras etnias do estado. No período eleitoral os políticos locais contribuem para propagação do alcoolismo nas comunidades, enchendo caminhões de bebidas e mulheres, fazendo festas nas fazendas.

Segundo Leonardi (2000, p.70) afirma que as índias tornaram-se prostitutas entre as comunidades do baixo Cotingo, havendo o consumo constante do álcool, embora não exista vila ou cidade nas imediações, apenas fazenda de gado. Percebe-se o alcoolismo e prostituição, fazem parte da vida de alguns desses índios.

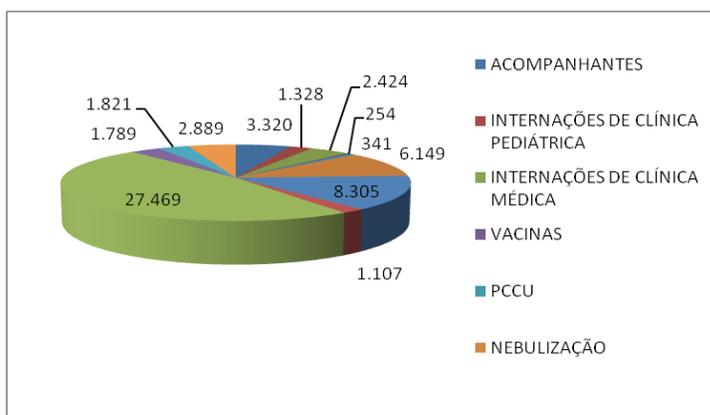
12 Jornal Nacional 13/09/2011 < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/09/indigenas-da-reserva-raposa-serra-do-sol-tem-problemas-com-o-alcoolismo.html> > Acesso em 03 nov 2011

Para entender melhor os problemas entre as etnias indígenas e o abuso de álcool no Estado de Roraima é essencial que se faça uma visita na Casa do índio de Boa Vista¹³, no sentido de que:

Como a Casa do Índio não está no centro de Boa Vista, mas no campo, a vários quilômetros da cidade, e é uma construção aberta, formada por vários pavilhões separados uns dos outros, sem muro ou portão de entrada, é praticamente impossível controlar à noite as atividades dos pacientes que estão ali por longas temporadas, e então ocorre relacionamento sexual entre índio e índia de etnias diferentes, e o alcoolismo existe, como confirmou Auristela Stinghen (LEONARDI, 2000, p.73).

Os indígenas assistidos pela CASAÍ são organizados através de Distritos Sanitários Especiais Indígenas, são eles o Distrito do Leste de Roraima¹⁴ e o Distrito Yanomami e Yekuana. Os problemas graves ocorrido na CASAÍ, estão justamente relacionado ao abuso do álcool entre os índios em tratamentos ou/e os acompanhantes, propiciando a embriaguês entre as etnias.

Encantado pela cidade e pelos produtos industrializados, alguns têm parentes ou amigos podendo pernoitar, no qual usufruem dos eventos e festas na cidade. No ano de 2010 os atendimentos podem ser analisado no seguinte gráfico:



Fonte: CASAÍ/2010.

13 A CASAÍ - Casa do Índio de Boa Vista, foi criada com objetivo de tratar determinadas doenças com as etnias, considerando as dificuldades de alojamentos e outros. Inicialmente sendo construído um quarto em 1975, já em 1976 houve uma ampliação e em 1982 o Estado fez uma doação de um terreno à FUNAI, na zona rural de Boa Vista, no qual foi construído um grande malocção a atual CASAÍ - Casa dos Índios de Boa Vista, composta por uma equipe de médicos clínicos e de diferentes especialistas, odontólogos, enfermeiros, auxiliares, técnicos de enfermagem, farmacêuticos, bioquímicos, técnicos de laboratório, administrador, assistentes sociais, nutricionistas cozinheiros e outras profissionais.

14 Etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang, Ingarikó, Wai-Wai, Patamona, Maiongong,

Há, assim, outros aspectos do contato que fazem parte da história dos índios frente ao Estado que devem ser explorados. Quais são as consequências da perda de território e confinamento que inviabilizam as práticas tradicionais de subsistência? Qual é o impacto da política de tutela do povo indígena na construção de sua identidade na sociedade pluri-étnica, um sujeito a ser protegido pelo Estado, mas sem direitos plenos da cidadania? Quais mecanismos de controle têm sido exercidos pelos brancos? A introdução da bebida destilada fez parte destes mecanismos de dominação e controle, como aconteceu em outros lugares do mundo.

As doenças como desnutrição, parasitas alcoolismos, são todos indicadores da falta das necessidades básicas da vida: garantia de substância, educação, saúde e tolerância com seu modo de vida (UNESCO, 1997 apud, Langdon, 2005, p.117).

Considerações Finais

Enfim, o mais importante é a necessidade de se trabalhar junto com as sociedades envolvidas, indagando a seus membros o significado das bebidas alcoólicas na relação entre cosmologia e as tradições culturais indígenas, buscando entender quais são suas preocupações e as possíveis respostas aos problemas da alcoolização entre os índios. Os programas devem ser orientados para a educação e prevenção em grupos específicos identificados como tendo problemas de abuso de álcool, tais como mulheres e os adolescentes. O significado de beber vem em parte dos usos tradicionais das bebidas fermentadas do grupo em questão: quando e quanto foi ingerido e para que fins.

Referências Bibliográficas

EBER, Christine. *Take my water: liberation through prohibition in San Pedro Chenalhó, Chiapas, Mexico*. Social Science & Medicine. 23, p. 253-260, 2001.

LANGDON, E.J. *A doença como experiência: a construção da doença e seu desafio para a prática médica*. In: BARUZZI, R.G. e JUNQUEIRA, C. (orgs.). Parque Indígena do Xingu: Saúde, Cultura e História. São Paulo: Terra Virgem, 2005. p.115-133.

_____. *O abuso de álcool entre os povos Indígenas no Brasil: uma avaliação comparativa*. Revista Tellus, Ano 5, n, 8/9, p.103-124, 2005.

LEONARDI, Victor. *Fronteiras amazônicas do Brasil: saúde e história social*. São Paulo: Marco Zero, 2000.

MENÉNDEZ, Eduardo; DI PARDO, Renée. *Alcoholismo, otras adicciones y varias imposibilidades*. In: MINAIO, MCS & COIMBRA, CEA (org) *Críticas e Atuantes - Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*: FIOCRUZ, 2003. p. 567-586.

SINGER, Merrill. *Toward a bio-cultural and political economic integration of alcohol, tobacco and drug studies in the coming century*. *Social Science & Medicine*. 23, p. 201-210, 2001.

SINGER, Merrill; VALENTIN, Freddie; BAER, Hans. *Why Does Juan García Have a drinking problem? The perspective of Critical Medical Anthropology*. *Medical Anthropology*, 14, p. 77-108, 1992.

VARGAS, Eduardo. *Drogas: armas ou ferramentas?* In: MINAIO, MCS & COIMBRA, CEA (org) *Críticas e Atuantes - Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*: FIOCRUZ, 2003. p. 587-609.

POPULAÇÃO INDÍGENA E SAÚDE NA REGIÃO DE AUARÍS - TERRA INDÍGENA YANOMAMI

Introdução

A Terra Indígena Yanomami, localizada nos estados de Roraima e Amazonas, tem como objetivo principal preservar a cultura e modos de vida do povo Yanomami e Ye'kuana. Essa terra é marcada por constantes conflitos entre indígenas e garimpeiros, uma vez que as reservas minerais são alvo de cobiça, trazendo sérios problemas ambientais e para a saúde desses povos.

A situação da saúde foi marcada por uma ausência de dados, quadro que tem se alterado após a implantação da Lei nº 9.836/99 que dispõe sobre a criação de subsistemas específicos para a saúde indígena. Com uma nova atuação por parte do órgão oficial de saúde (Fundação Nacional da Saúde/FUNASA, atualmente desmembrada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena/SESAI), em atendimento a essa nova legislação, a disponibilidade de informações populacionais sobre os índios do Brasil tem se ampliado. Este estudo objetiva analisar a dinâmica populacional no Polo Base Auaris depois da criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. A metodologia consistiu em coletar dados na SESAI e no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena/SIASI e analisá-los juntamente com a experiência do pesquisador, que é da etnia Ye'kuana e morador no polo-base Auaris.

A partir da análise da finalidade de uma terra indígena e das especificidades da Terra Indígena Yanomami, é indicada a forma como as equipes de saúde indígena

* Graduando do curso e Gestão Territorial Indígena da Universidade Federal de Roraima; bolsista CNPq de Iniciação Científica do projeto "Banco de dados: uma ferramenta para a gestão das terras indígenas de Roraima".

** Professora do curso de Gestão Territorial Indígena/UFRR, coordenadora e orientadora do projeto de pesquisa "Banco de Dados: uma ferramenta para a gestão das terras indígenas de Roraima".

se organizam com base na legislação e visando otimizar esse atendimento através a criação dos polos-base. Para se compreender as interações e diálogos que são construídos entre os diferentes grupos que habitam ou transitam por uma terra indígena, é necessário, primeiramente conhecer os habitantes tradicionais. Por isso são apresentadas informações sobre os povos que habitam a região do Auaris – os Sanumá e os Ye'kuana – através de dados populacionais fornecidos pelo sistema de saúde do DSEI Yanomami e SESAI/RR.

Esses dados permitiram, juntamente com informações acumuladas em material bibliográfico e a experiência de um dos pesquisadores, analisar a situação de fenômenos que interferem na dinâmica demográfica e suas implicações na vida das comunidades, destacando a interferência dos garimpos ainda bastantes presentes na área.

As análises indicam o enorme desafio que é garantir a saúde desses povos, bem como sua reprodução física e cultural frente às constantes invasões por parte de garimpeiros. Como explicita a legislação brasileira, é função do Estado garantir essa reprodução, porém muitas vezes os direitos dos indígenas não são respeitados devido a questões burocráticas ou pela ineficiência da adoção de políticas de proteção à diversidade cultural no país. Presenciamos alguns avanços, mas os estudo revelam o longo caminho, marcado por lutas, conquistas e alguns retrocessos por que passam esses povos.

Terra Indígena Yanomami e sua divisão espacial

A Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas, em seu Artigo 26, aponta que “os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que possuem e ocupam tradicionalmente ou que tenham de outra forma utilizado ou adquirido”. O mesmo artigo estabelece que esses povos têm o direito de posse, utilização, desenvolvimento e controle das terras, territórios e recursos, devendo o Estado garantir juridicamente esses direitos (SILVA, 2008, p. 30). Diante desse apontamento a Constituição Federal Brasileira, de 1988, dispõe em seu Art. 231, o reconhecimento da organização social, os costumes, as línguas, crenças e tradições indígenas, bem como os direitos originários sobre as terras que ocupam tradicionalmente. No § 1º desse artigo, define-se o que deve ser considerado para uma terra indígena, apontando os princípios de inalienáveis, indisponíveis e o direito a esse espaço como imprescritível:

são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (SILVA, 2008, p. 44).

A Amazônia tem como uma de suas características, além da diversidade da flora e fauna, uma diversidade étnica que foi preservada graças a uma colonização tardia frente a outras regiões brasileiras. Por isso tornou-se um espaço impar quando trata-se de povos indígenas, destacando-se pelo volume de terras indígenas já homologadas ou em processo de identificação e reconhecimento, mesmo com a consciência de que existem conflitos entre indígenas e outros novos ocupantes da Amazônia, como fazendeiros, madeireiros, áreas urbanas além de programas de desenvolvimento propostos e implementados pelo governo federal. Nesse cenário o estado de Roraima possui trinta e duas terras indígenas homologadas, perfazendo 46,2% de seu território e envolvendo diversas paisagens como áreas de floresta e lavrado além das etnias Makuxi, Wapixana, Wai-wai, Taurepang, Patamona, Yanomami, Ye'kuana, Ingaricó, Wamiri-Atroari.

A década de 1990 destaca-se como momento em que o Governo Federal reconhece a necessidade de proteger a cultura e os territórios indígenas através da identificação e homologação de terras indígenas. Muitas dessas terras estão localizadas em áreas de fronteira e, por isso, possuem como características.

a livre mobilidade transfronteiriça dos grupos indígenas, fruto de antigos laços de parentesco, redes de escambo, ou presença do mesmo grupo étnico-cultural expressa às vezes na continuidade física das reservas indígenas nos países do outro lado da linha fronteira; a constante invasão de terras indígenas por frentes mineradoras, madeireiras, agrícolas, gerando sérios conflitos; as diversas e divergentes visões (visão estratégica, desenvolvimentista, ambientalista, indigenista oficial- FUNAI, entre outras) a respeito do direito indígena à terra (e sua extensão territorial ideal); a crise identitária de muitos grupos indígenas. Esta última resulta tanto da hostilidade com que geralmente são tratados por outros grupos, como de conflitos internos sobre o grau e os caminhos de integração à sociedade não-indígena (Peiter, 2005, p. 71-72).

Em Roraima encontram-se em regiões fronteiriças as terras indígenas Yanomami, Raposa Serra do Sol, Bom Jesus, Jacamim e Wai-wai.

Dentre as terras indígenas de Roraima, destacou-se para este estudo a Yanomami com área contínua de 9.419.108 hectares de floresta tropical úmida localizada numa área que envolve os estados de Roraima e do Amazonas, numa área de fronteira com a Venezuela, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas e Iracema, Amajari, Caracará, Mucajá e Alto Alegre em Roraima. A área foi homologada através do Decreto S/N

de 25 de maio de 1992, com uma área de 9.664.980 ha e uma população de 15.686 (FUNASA, 2005, apud RICARDO;RICARDO, 2006).

Peiter (2005) inclui a Terra Indígena Yanomami na região que classificou como Arco Norte do vale do rio Amazonas. Na região, de uma forma geral, existe a predominância da rede fluvial como eixo de povoamento, com exceção dos aglomerados que se formaram ao longo das rodovias, como é o caso em Roraima da BR 174, que liga Manaus e Boa Vista à fronteira com a Venezuela, e a BR 210, ou Perimetral Norte. A situação de ruralidade da população, bem como a existência de comunidades indígenas distantes das áreas urbanas impõe dificuldades no atendimento à saúde, principalmente pela falta de vias de acesso terrestres, como a maior parte do território Yanomami, onde o acesso é somente por via fluvial, em rios de difícil navegação, ou por via aérea. Outra possibilidade de acesso é por via terrestre para os polos bases de Apiau e Ajarani, localizados, respectivamente, na parte centro e sul da Terra Indígena.

A população do Arco Norte é composta por indígenas, ribeirinhos, religiosos ocupantes das missões da igreja Católica ou de grupos evangélicos, assentados agrícolas, militares que encontram-se nas fortificações e unidades de fronteira, funcionários de órgãos federais, Organizações Não Governamentais, seringueiros, garimpeiros e madeireiros. A interação entre esse grupo tão diverso é permeada por conflitos, muitas vezes violentos por envolverem a posse da terra e uso e extração de recursos naturais.

A área é habitada pelos povos Yanomami e Ye'kuana que vivem tradicionalmente nessa área de fronteira localizada no extremo norte do Brasil e no sul da Venezuela. A paisagem é formada por um relevo movimentado do Maciço das Guianas, contornada pelas serras da Neblina, Imeri, Tapirapécó, Gurupira, Uruaizeiro, Parima, Urutanin e Pacaraima marcando a divisa do Brasil com a Venezuela. A região é recoberta pela floresta tropical e manchas de savana, ou lavrado como é conhecida regionalmente, onde localizam-se as cabeceiras de importantes rios, como o Uraricoera, Mucajaí, Ajarani e Catrimani, integrantes da bacia do rio Branco e Demini, Aracá, Paduari e Marauaiá que desaguam no rio Negro. Para efeitos de organização da saúde dos povos que habitam a Terra Indígena Yanomami, dividiu-se a área em polos-base (QUADRO 1). A divisão territorial dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas/DSEI no formato de polo-base tem como objetivo atender grande parte das demandas de saúde das comunidades indígenas. Estas unidades constituem a primeira referência para os Agentes Indígenas de Saúde que atuam nas aldeias, quando cada um cobre um conjunto de aldeias e sua equipe, que é comporta por

médico, enfermeiro, dentista e técnico de enfermagem. Atualmente no pólo base de Auarís existem três técnicos de enfermagem e três guardas de endemias (profissionais responsáveis pelo controle da malária) da etnia Ye'kuana. Os indígenas possuem a preocupação com a formação na área de saúde para atenderem nas próprias comunidades e, com isso, passaram a ocupar postos de saúde antes ocupados pelos não-indios. Essa troca se mostrou eficiente, uma vez que passa a ter uma relação de confiança dos pacientes ao procurarem os postos de saúde, situação também facilitada pelo domínio da língua. O pólo base de Auarís ainda enfrenta problemas de falta de recursos humanos, situação comum, também, em outros pólos. A crescente demanda esbarra, ainda da falta dos médicos: na Terra Indígenas Yanomami existem apenas dois médicos para atender a uma população de mais de dezoito mil indígenas.

O polo-base é uma instância de atendimento de um Distrito Sanitário Especial Indígena, porém em situações graves quando não é possível o atendimento local, encaminham os pacientes que apresentam demandas mais complexas (cirurgias e exames) para os hospitais de cidades próximas, normalmente as capitais. Esses encaminhamentos muitas vezes passam por triagens na Casa de Saúde do Índio/CASAI que possui uma estrutura e equipe médica, para alguns atendimento, sendo encaminhados apenas casos extremos. Importante destacar que a CASAI mantém a mesma estrutura há anos e, por isso não comporta mais a demanda da população indígena do estado, considerando um crescimento populacional, conforme apontado pelos censos demográficos sobre a população indígena de Roraima. A preocupação em atender inicialmente na CASAI, é reduzir ao máximo os impactos para os indígenas, onde a equipe já é especializada na relação da interculturalidade. No caso de Roraima, a Casai localiza-se na cidade de Boa Vista que recebe indígenas dos dois DSEI, o Yanomami e o Leste, sendo que este último concentra as demais terras indígenas, agrupando as etnias Macuxi, Wapixana, Taurepang, Wai-Wai, Patamona e Ingaricó. No Brasil existem trinta e quatro DSEI que abrigam 351 polos-base. O DSEI Yanomami atende uma população de 18.995 indígenas (2010), distribuída entre as etnias Yanomami (95%) e Ye'kuana (5%), que habitam a região do Auaris.

Os povos Yanomami e Ye'kuana da região do Auaris

A região do Auaris corresponde a área da bacia hidrográfica do rio com o mesmo nome e está localizada no município de Amajari, na parte mais setentrional da Terra Indígena Yanomami, divisa com a Venezuela (FIG. 1).

Quadro 1

DIVISÃO DA TERRA INDÍGENA YANOMAMI POR PÓLO-BASE

Pólo-base	Município	UF		
Auaris	Amajari	RR		
Wailéia				
Palimíú				
Saúba				
Ericó				
Uraricoera				
Parafuri	Alto Alegre	RR		
Aratháú				
Waputha				
Surucucu				
Hakoma				
Haxiu				
Xitei				
Kayanáú				
Alto Mucajai				
Baixo Mucajai				
Alto Catrimani			Mucajai	RR
Apiaú				
Maloca do Paapiú			Iracema	RR
Homoxi				
Ajarani				
Missão Catrimani				
Baixo Catrimani	Caracarái	RR		
Balawáú	Barcelos	AM		
Toototobi				
Demini				
Ajuricaba				
Novo Demini				
Alto Padaviri				
Médio Padaviri				
Cachoeira do Aracá				
Aracá				
Maia	Santa Izabel	AM		
Marari				
Marauá				
Maturaca	São Gabriel da Cachoeira	AM		
Inambu				

Fonte: DESI-Y/SESAI Roraima

Organizado pelos autores

Trata-se de uma região com relevo marcado por serras recobertas por florestas e rios encaixados, com um clima marcado por temperaturas que podem chegar a 8 ou 10°C durante a noite em algumas épocas do ano. Com uma população de 2.805 moradores em 2011 (DSEI-Y, 2012), é a parte mais habitada da terra indígena e já sofre as consequências do sedentarismo devido a novos hábitos introduzidos nas comunidades, a falta de recursos naturais essenciais para a sobrevivência tanto dos Ye'kuanas quanto dos Sanumá, povo Yanomami que também habita esse espaço (QUADRO 2). O acesso das equipes que trabalham no polo-base ou outros profissionais de entidades públicas e civil é feito por avião. O caminho fluvial é utilizado pelos indígenas.

Figural

TERRA INDÍGENA YANOMAMI - REGIÃO DO AUARIS-RR



Fonte: DSEI-Y/SESAI-RR

O povo Ye'kuana pertence ao tronco linguístico karibe e habita as regiões das cabeceiras dos rios Auaris, Caura, Cunucunuma, Ventuari e Metacuni. A sua história inicia-se, no Wotunnä, quando Deus mandou o primeiro homem, que se chamava Yuduwaana. Yuduwaana chegou exatamente em uma serra chamada Ye'kuana, localizada em território venezuelano. Nas proximidades dessa serra existia uma comu-

nidade, a Kamasoinha que é considerada a primeira comunidade Ye'kuana. A partir dessa comunidade, aos poucos os Ye'kuana começaram a se expandir para outros lugares iniciando a ocupação de territórios ao longo dos rios.

Outro fator importante a destacar e que acelerou a expansão do território Ye'kuana no início do século XX, foi a invasão promovida pelo espanhol Tomas Junes. Ele capturava homens e mulheres, transformando-os em escravos e levados para as áreas de extração de borracha. Na tentativa de se proteger, os Ye'kuanas começaram fugir descendo os rios, principalmente do lado brasileiro até chegarem ao rio Uraricoera, pouco acima da ilha Maracá. Nome das comunidades anteriores dos Ye'kuanas: Waadi'jödönha, Maijenha, Yaaki A'täinha e Tadamjaadunha (Rocha, 2009, p.10).

Os Ye'kuana fazem grandes roças e produzem seus próprios alimentos como a mandioca, banana, batata, abacaxi, milho, inhame, tu'da, madiicha e madaawi, wiy Eichä, tu'naamo, shaaku e suka; entre os meses de agosto a novembro realizam a derrubada da roça, replantando nos meses de fevereiro e março. O significado da atividade, diretamente relacionada com a reprodução física das comunidades, possui, também, sua ligação com a reprodução cultural. No final da derrubada da roça sempre acontece uma cerimônia e uma festa denominada de Odajä Edeemi'jä dö, com um trabalho sempre comunitário e almoços produzidos no próprio local das roças. Os aspectos sociais e políticos também estão relacionados com a produção da roça. Nessa atividade o líder da comunidade consulta ou reúne os pais de família quem irão fazer novas roças; a partir desse momento, ocorre o planejamento das datas do início do trabalho e término da atividade, envolvendo todas as etapas. No Wotunnä os Ye'kuanas comiam as frutas do mato e argila porque não havia mandioca outros alimentos na terra. A argila que comiam não era qualquer argila, precisando que fossem buscar bem distante. Certo dia as crianças ficaram sozinhas na aldeia enquanto os pais foram buscar argila. Quando chegou meio dia as crianças começaram chorar de fome, então Wanaasedu ficou com pena das crianças e enviou seu auxiliar para Terra Edaawisheeweedu e trouxe todos os tipos alimentação presas ao seu corpo. Assim surge a alimentação que os Ye'kuana até hoje cultivam.

Para os Ye'kuana as comunidades devem ter um limite de habitantes, quando não deve ultrapassar o total de 500 moradores. Quando uma determinada comunidade atinge esse número, uma parte do grupo se desloca e cria uma nova comunidade, como é o caso da comunidade Fuduwaadunha que desde a década de 1970 já realizou duas divisões, sendo a primeira com a criação da comunidade Waikás e, mais recentemente, a comunidade Kuratainha. Essa situação relaciona-se dire-

Quadro 2

POPULAÇÃO DA REGIÃO DO AUARIS- TERRA INDÍGENA YANO-
MAMI

Comunidades	Etnia	1991	1996	2001	2006	2011
Aiamo Yano	Sanumá	6	8	11	13	16
Auaris Posto	Sanumá	105	135	180	233	297
Hewena(Casa ddo Jose)	Sanumá	41	48	58	77	97
Hokolasiimu	Sanumá	58	70	90	112	136
Kalissi	Sanumá	73	86	100	132	167
Karonau	Sanumá	65	84	112	138	172
Kasinapiu	Sanumá	9	12	15	19	22
Katanã	Sanumá	35	41	59	82	107
Katarrinha	Sanumá	25	27	35	49	61
Katimani	Sanumá	24	29	37	49	64
Kululu Garape	Sanumá	24	31	40	51	74
Kolulu Roça	Sanumá	14	18	21	28	35
Kolulu	Sanumá	54	60	75	101	122
Koraimatiu	Sanumá	22	25	31	37	43
Kulapoipu(Taila)	Sanumá	36	45	59	72	90
Kuratainha-Tukuxim	Ye'kuana	22	31	41	53	65
Leitão	Sanumá	6	6	7	12	15
Macacheira- Onkiola	Sanumá	25	28	39	50	61
Makusima- Onkiola	Sanumá	5	5	8	11	12
Matoola	Sanumá	23	30	42	52	63
Mausia	Sanumá	24	28	41	58	70
Momoipu	Sanumá	23	34	39	54	69
Olomai	Sanumá	32	40	53	75	106
Onkopiu	Sanumá	32	40	54	71	88
Pedra Branca	Ye'kuana	8	10	10	12	12
Pista- Onkiola	Sanumá	31	32	40	52	65
Polapiu	Sanumá	56	67	84	115	144
Roça- Onkiola	Sanumá	43	48	57	77	104
Samauma	Sanumá	13	14	17	21	30
Saula-u- Onkiola	Sanumá	23	24	31	36	46
Sitiho Yano	Sanumá	16	18	20	27	32
Takunemoinha	Ye'kuana	6	8	11	13	15
Wakahakune	Sanumá	7	8	11	16	18
Yekuana	Ye'kuana	124	148	183	240	287
Total		1.110	1.338	1.711	2.238	2.805

tamente com as questões de sobrevivência e de disponibilidade de recursos para a reprodução. A organização política desse grupo sempre se pautou no respeito aos homens mais velhos e a liderança comunitária, que deve ter conhecimento da origem e do Wotunnã.

Existe, também, outro povo que habitam nesta região de Auaris, denominada, pelo povo Ye'kuana, desde primeiro contato, com o nome Shidishana. Por eles mesmo se auto-denominavam o Sanöma (yanomami), mas hoje são reconhecidos como o povo Sanumá. Antes das décadas de 1920 e 1930 a região não era habitada por este povo. Eles também não acostumavam realizar grandes e longas viagens para conhecer a realidade das outras culturas que viviam nas áreas de contato, bem como não acostumavam visitar ou comercializar com outros povos. A sobrevivência das comunidades Sanumã vem da prática da agricultura, com o plantio de roças de mandioca, banana, cana-de-açúcar, inhame, taioba, pupunha, mamão, abacaxi e milho. A alimentação é complementada com a coleta de frutos, a caça (que está rara) e a pesca mas de pequenas espécies como carás, piabas, além de caranguejo, camarão, minhocas e alguns anfíbios como rãs e sapos, além de reptéis, como cobras.

As relações entre os Sanumá e os Ye'kuana, apesar da diferença entre as culturas, mas com o passar dos tempos os Sanumá começaram a adquirir os conhecimentos dos Ye'kuana, como por exemplo, o artesanato, a forma das roças, como fazer as casas, o jeito embelezar e pintar e os nomes de objetos que antes desconheciam. O primeiro contato desses povos não foi fácil, gerando vários conflitos, como foi o caso, muito conhecido pelos Ye'kuana, que ocorreu na comunidade de Waju Antadöinha no rio Uraricoera. Um grupo de Yanomimi chegou a essa comunidade num momento em que estavam apenas dois Ye'kuana do sexo masculino e, aproveitando da situação, mataram os dois Ye'kuana e levaram várias mulheres. Um mês depois teve retaliação com várias mortes de Yanomami, devido ao uso de armas de fogo pelos Ye'kuana.

O convívio com os Ye'kuana não foi sempre pacífico, mas atualmente conseguem manter uma relação diplomática, tornando-se parceiros em várias situações, mas isso não dizer que existe uma tranquilidade entre os povos Yekuana e Sanuma. Persistem as brigas de menor relevância, como as queixas dos Yekuana de roubos nas roças e brigas pelo terreno na região de Auaris.

Saúde em Auaris

A região do Auaris, como outras áreas da Terra Indígena Yanomami, foi invadida por garimpeiros desde a década de 1980. Além dos problemas ambientais de-

correntes dessa atividade, outro impacto foram as doenças até então desconhecidas pelos indígenas, situação agravada uma vez que a maior parte dessa população não tinha resistência contra as doenças. A malária é um forte exemplo, sendo uma das principais causas da mortalidade. Segundo publicação da Comissão pela Criação do Parque Yanomami/CCPY (1990, p. 30), a malária:

atinge cerca de 20% da população total examinada, com uma distribuição heterogênea. Algumas comunidades tinham até 91% de seus membros infectados, com predominância da forma grave. Mesmo comunidades longe de garimpos revelaram índices maláricos elevados em função das frequentes visitas intercomunitárias. Os mosquitos transmissores têm a proliferação enormemente facilitada pelos empoçamentos de água, surgidos com a alteração das margens dos igarapés, decorrentes da garimpagem predatória.

Foi um dos piores e desastres que os Yanomami receberam, morreram muitos indígenas principalmente causado pela malária, doenças respiratórias e outros tipos de doenças que foi introduzido pelo homem não-indígena.

A morte de 1.600 índios Yanomami no final da década de 1980 até o final dos anos 1990 por uma epidemia de malária, chamou a atenção da imprensa nacional e dos órgãos governamentais como a Fundação Nacional de Saúde/FUNASA e Fundação Nacional do Índio/FUNAI. Oliveira e Francisco (2006) apontam que, apesar do elevado volume de recursos financeiros investidos, os órgãos se mostraram incapazes de solucionar o problema.

Em 1999 é criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde/SUS (Lei nº 9.836/99). Em seu artigo 19 tem a previsão de que o Subsistema deverá ser descentralizado, hierarquizado e regionalizado, e terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas/DSEI. Uma das ações originadas da nova lei foi um mapeamento da Terra Indígena Yanomami com a localização de

áreas mais vulneráveis à infestação malárica, organizado um rigoroso e permanente sistema de vigilância epidemiológica no campo e estabelecida uma rede bem-estruturada de assistência com amplo envolvimento dos Yanomami e de suas lideranças. Essas medidas, que vigoraram até julho de 2004, permitiram praticamente debelar a incidência de malária na maioria das regiões da área yanomami (OLIVEIRA; FRANCISCO, 2006, p. 346).

Segundo os autores, em 2004, através de uma nova reforma, o governo voltou a concentrar a gestão de insumos essenciais ao atendimento à saúde indígena nas Coordenações Regionais da FUNASA, significando um retrocesso ao centralizar a burocracia e ampliar o

acesso das forças políticas locais ao orçamento da saúde indígena [...] sem preparo mínimo para assumir a gestão direta da saúde Yanomami, a Funasa desmontou a fórmula bem

sucedida do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) e implementou no seu lugar uma estrutura altamente burocrática, perdulária e ineficiente, rapidamente loteada por indicações de políticos locais e alvo de suspeitas de graves irregularidades (OLIVEIRA; FRANCISCO, 2006, p. 346).

Essas modificações no sistema trouxeram, também, prejuízos na capacidade de vigilância, colocando em dúvida a qualidade das notificações de óbitos. Dessa forma, “após a reforma de 1999, um recenseamento realizado em janeiro de 2000 na área Yanomami, evidenciou 15% de óbitos ocorridos no ano anterior e que não haviam sido notificados pelas equipes da Funasa (então FNS) no DSEI-Y já em plena desorganização” (OLIVEIRA; FRANCISCO, 2006, p. 347).

A atenção à saúde dos povos indígenas teve vários processos ao longo de história, o mais importante delas foi reconhecimento pelo Estado brasileiro pela suas diferenças, na nova Constituição Brasileira de 1988, quando se reconheceu a cultura, a língua, os costumes e tradições (Art. 230). Com implantação de um Sistema Único de Saúde mais específico para população indígena, trouxe um pouco de esperanças para população indígena.

Com a criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena pela Lei nº 9.836/99 organizou a saúde indígena no Brasil e também passou a responsabilidade exclusiva a ministério de Saude. Atendimento a saúde indígena foram criados Distritos Sanitário Especiais Indígenas (DSEIS).

Na região do Arco Norte, sub-região Parima-Alto Rio Negro, conforme classificação apresentada por Peiter (2005, p. 84), onde está inserida a Terra Indígena Yanomami, houve uma expressiva invasão de garimpeiros na década de 1980, quando o número alcançou 25 mil homens, causando impactos como doenças, alcoolismo, prostituição, a violência para os indígenas. Essa situação foi controlada em 1991 com a operação “Selva Livre”, que retirou cerca de 3.600 garimpeiros da área Yanomami. Como aponta o autor, estima-se que em 2005, ainda existiam cerca de 2 mil garimpeiros na região. Nesse mesmo período inicia-se a implementação de uma proposta específica para a saúde indígena, resultando, mais tarde, na formação dos Distritos Especiais de Saúde Indígena/DSEI.

Peiter (2005) aponta alguns dados sobre o Distrito Sanitário Yanomami – DSY, como a sua sede em Boa Vista (RR) e seu atendimento que envolve cerca de 12.795 Yanomami, incluindo os Ye’kuana, que tem suas comunidades em Roraima. As ações de saúde contam com parcerias como “as ONGs URIHI - Saúde Yanomami, Instituto de Desenvolvimento Sanitário em Meio Tropical (IDS), Inspeção Salesiana Missionária da Amazônia (ISMA) e Serviço de Cooperação com o Serviço e

Cooperação com o Povo Yanomami (SECOYA), mediante convênios” (PEITER, 2005, p. 87). Os vinte e quatro polos-base são atendidos através de uma rede de atenção básica composta por seis equipes multidisciplinares; em situações de atendimento de alta complexidade, o Sistema Único de Saúde atua em articulação com os municípios e o Estado. Em 2001 as equipes contavam com 157 profissionais, com quatro médicos. A estrutura conta com a Casa de Saúde do Índio, localizada em Boa Vista e cinco postos de saúde.

Conhecer aspectos da população é um dos elementos fundamentais para se compreender fenômenos humanos. Como bem lembra Damiani (2011), a população é um dos elementos que nos permite compreender um mundo complexo e dinâmico, que envolve política, economia, sociedade e ambiente.

Entender a dinâmica populacional implica em considerar os componentes da natalidade, a mortalidade e a migração, como indicadores do comportamento demográfico. Porém, Damiani (2011, p. 28) atenta que esses componentes, traduzidos em dados numéricos, devem ser contextualizados e, “eles podem ser traduzidos em fórmulas, codificados em quantidades, mas é preciso situá-los no interior de uma relação com outros fenômenos sociais, que podem explicá-los, constituindo o que poderíamos chamar de suas causas determinantes ou condicionantes sociais”.

Ao associar os dados populacionais de uma determinada sociedade com processos existentes, sejam externos, oriundos de políticas públicas nacionais ou locais e de organizações sociais específicas de determinados grupos étnicos, possibilitam ricas análises e “abrem perspectivas de análise dos dramas humanos, nascidos das contradições e constrangimentos recentes de nossa sociedade, e das relações e valores, que de maneira deteriorada ou não, são preservados, definindo os termos da reprodução da vida e da morte” (DAMIANI, 2011, p. 46).

Nesse sentido torna-se importante buscar os fatores históricos e sociais que geraram um fenômeno. No caso aqui apresentado, é essencial compreender o histórico do atendimento à saúde indígena e as políticas que permitiram uma maior visibilidade da realidade dos povos que vivem na Região do Auaris, na Terra Indígena Yanomami.

Estar situada em uma área de fronteira traz como questão adicional um forte movimento migratório entre os Yanomami, especificamente os Sanumá. O atendimento à saúde indígena na Venezuela apresenta deficiências e, por isso, vários indígenas migram para o Brasil em busca de atendimento médico e assistência. Esses grupos trazem várias doenças, como a malária e a gripe, fragilizando os indígenas que vivem no Brasil.

O movimento demográfico gerado pela migração vem revelar a abrangência de sistemas sociais e econômicos, como bem lembra Damiani (2011, p. 40) ao resgatar o pensamento de Pierre George, incluindo-se uma “irradiação geográfica de um dado sistema”, tornando-se reflexo de uma política específica. Nesse sentido, a política de atendimento à saúde indígena (LEI Nº9.836 de 23 de setembro de 1999), aparece como motor de um processo migratório dos Sanumá, que residiam na Venezuela, em direção ao Brasil, instalando comunidades na região do Auaris. Cabe destacar que a Região do Auaris teve um crescimento demográfico de 153% em duas décadas (1991 a 2011), conforme levantamentos do DSEI-Y. Esse fenômeno traz com consequência uma maior pressão sobre a natureza e a disponibilidade de recursos (caça, pesca, uso do espaço para roças e retirada de vegetação para construir as casas e cozinhar alimentos). Outra doença que atingiu essa população foi a tuberculose, que no ano de 1999 teve uma incidência 40 vezes superior ao que se verificou no restante da população brasileira.

Ramos (1991) analisa dois momentos na Região do Auaris – 1970 e 1991 – no que se refere ao crescimento populacional, suas características e possíveis causas. Destaca que a primeira mudança que se observa é o número de crianças e velhos, quando o total de crianças aumenta consideravelmente e, de outra parte, os de adultos reduz, principalmente na faixa etária entre 30 e 40 anos. Para a pesquisadora essa alteração tem como causa a existência de missionários da MEVA, uma missão evangélica que atua na Amazônia. Apesar da vida sedentária dos religiosos, existe um esforço em treinar os Sanumá no reconhecimento e na administração de medicamentos para atuarem nas aldeias. A influência religiosa muitas vezes é pouco percebida, uma vez que poucos homens evitam a poligamia e ainda se pratica o xamanismo. Porém, outra influência apontada pela antropóloga é a dos garimpeiros: na década de 1990 os Sanumá já conheciam as técnicas de garimpo e já alteraram sua forma de vestir (roupas) e utilizam objetos domésticos comuns aos não-índios, além de frequentarem a cidade de Boa Vista com mais frequência.

Segundo Peiter (2005) o contato de um crescente grupo de não-índios com os indígenas tem gerado uma mortandade, como a que ocorreu com os Yanomami na década de 1970 devido a invasão de suas terras por garimpeiros. Além da malária, outras doenças são levadas, como a leishmaniose e a AIDS. Assim,

A mineração informal dos garimpos é mais disseminada, causando forte impacto ambiental e instabilidade pela atração de constantes fluxos populacionais. Estas atividades apresentam particularidades quanto à saúde, representando por vezes fortes condicionantes da difusão de doenças transmissíveis [...]. As “frentes pioneiras” que avançaram sobre a

floresta, desmatando grandes áreas nos últimos trinta anos, tiveram grande impacto no quadro geral da morbidade da população regional (Peiter, 2005, p. 71).

Na saúde destaca-se a incidência de malária, quando registrou-se 151 casos em um grupo de 133 pessoas, num percentual que chegou a 114%. A explicação está no fato de que muitos indígenas foram infectados primeiramente pela malária *falciparum* e, posteriormente pela *vivax*, que tem um período de incubação mais longo. Como conclusão de sua passagem pela região do alto Auaris apresenta que as epidemias:

são o resultado direto e reconhecível da passagem e estada temporária de garimpeiros nas aldeias, roças e zonas de caça dos Sanumá e Maiongong [...] garimpeiros que nunca chegam a curar suas malárias acampam e transitam pelos igarapés e trilhas da mata como se fossem viveiros ambulantes de *plasmodium* alimentando a infestação de anofelinos (RAMOS, 1991, p. 15).

Os efeitos do contato com não-índios infectados traz como efeito direto a malária e outras doenças, além de interferências no modo de vida, principalmente alimentação, existente entre as comunidades da região do Auaris, o que torna mais frágil a resistência desse grupo. Nesse sentido, Ramos (1991) indica um resultado positivo a atuação da equipe médica e da atuação da missão no controle da malária após várias mortes registradas nas comunidades.

Atualmente, de acordo com os registros das equipes do polo-base Auaris, ocorreram 6 casos em 1991 e um caso por ano em 1999, 2000, 2002, 2009 (DSEI-Y/SESAI, 2012). Os dados indicam o controle da malária e uma maior regularidade dos registros referentes à saúde dos indígenas, fato ampliado pelas políticas de atendimento aos povos indígenas que, apesar da precariedade que ainda se encontra, tem demonstrado alguma melhora.

A experiência do pesquisador em relação à saúde indígena na região do Auaris (da etnia Ye'kuana e com atuação junto às equipes de saúde do polo-base) vem reforçar os dados apresentados, uma vez que é difícil um caso de óbito por malária devido ao fato da equipe estar preparada para diagnosticar e tratar, porém isso não significa que a malária acabou na região. Entre a população infantil, principalmente os recém-nascidos, é possível destacar a pneumonia como causa da morte. Entre os Ye'kuana um fenômeno existente é a prática do suicídio, quando cerca de 90% das tentativas nos últimos dez anos levou a morte.

Moreira (2006) aborda o fenômeno do suicídio entre os Ye'kuana. De acordo com as informações da autora, os suicídios ocorrem principalmente na comunidade do Auaris, com algumas vítimas também nas comunidades de Waikas e Pedra Branca, além de um caso registrado na cidade de Boa Vista. A situação envolve

principalmente os jovens com idade entre 14 e 22 anos que praticam o suicídio por envenenamento (com plantas da comunidade como o timbó, usado para a pesca), por enforcamento e uso de arma de fogo (um caso). As explicações variam de acordo com quem os interpreta – indigenistas, profissionais da saúde, missionários e os próprios Ye'kuana. São citadas causas como a atração exercida pelos centros urbanos, o consumo de bebidas alcoólicas e as alterações nos padrões de consumo. A autora destaca que:

os números oficiais apresentam divergências em relação aos nossos dados, pois algumas mortes foram classificadas pelos Yekuana, como decorrentes de ataques de Kanaima. Porém, no mesmo período, ocorreu mais de uma dezena de tentativas e ameaças de suicídio entre jovens de 14 a 25 anos [...] para os Yekuana, a tragédia era um sinal de que sentimentos de tristeza, pesares e conflitos poderiam provocar outras mortes, pois os espíritos se aproveitavam de tal comoção para atrair outros jovens para o suicídio (MOREIRA, 2006, p. 356).

A situação sensibilizou o grupo vizinho, os Sanumá, que além de chorarem pelas mortes dos jovens, mobilizaram seus xamãs e, “segundo os Yekuana, esses xamãs confirmaram aquilo que o xamã Yekuana havia dito, a saber, que aquela comunidade estava sendo vítima de uma guerra e precisava se proteger” (MOREIRA, 2006, p. 356). Essa visão enfatizava que o fenômeno ameaçava a região e, por isso, os Yekuana precisavam buscar um local protegido. A complexidade do fenômeno e a diversidade de explicações leva Moreira (2005, p. 357) a alertar que

o que move os Yekuana são as suas explicações e o seu próprio diagnóstico sobre o problema que os aflige. Toda intervenção realizada sem levar em consideração o processo interno, poderá contribuir para acirrar os ânimos entre indivíduos ou famílias. Enquanto eles procuram um lugar seguro, alguns cantos e plantas mágicas voltam a ser utilizados na proteção dos mais próximos. A maioria das tentativas de suicídio foi frustrada pela intervenção de familiares e pela utilização de diversos antídotos conhecidos pelos Yekuana.

Independente do fator gerador dos óbitos entre os indígenas da região do Auaris, bem como de todos os indígenas brasileiros, é importante a ampliação do conhecimento sobre realidade e a identificação das causas que levam a fenômenos específicos, seja de epidemias ou de suicídios, como apontado acima.

Considerações Finais

A legislação brasileira de atenção à saúde indígena que prevê um atendimento diferenciado aos povos, tem contribuído ao fornecer bancos de dados que vêm permitir um maior conhecimento da situação dos povos que vivem na área Yanomami,

como os que indicam crescimento populacional, dados de óbitos e nascidos vivos e incidência de doenças, organizados por pólo-base e comunidades. Cabe destacar esse acesso à informação vem ampliar reflexões e identificar movimentos populacionais relacionados à questão da saúde, como os impactos do garimpo na Terra Indígena Yanomami e do movimento migratório existente entre os Sanumá na fronteira com a Venezuela.

O povo Yanomami que vive do lado venezuelano, na fronteira com o Brasil, teve sua área transformada, em 1991, na Reserva da Biosfera Alto Orinoco-Cassiquiare, com uma superfície de 84 mil km², abrigando aproximadamente 14 mil Yanomami e 4 mil Ye'kuana. Porém apenas a transformação da área em uma reserva da biosfera não tem impedido o tráfego de garimpeiros pela fronteira, que é marcada por labirintos aquáticos e florestais e cortado por trilhas que ligam os dois territórios – Venezuela e Brasil – facilitando a entrada não apenas de indígenas em busca de atendimento médico, mas de garimpeiros que trazem, além de doenças, conflitos que geram mortes entre os indígenas, como bem registrou Ramos (1991) e CCPY (1990).

As denúncias de garimpo em terras indígenas é tema freqüente na imprensa, em ações da Polícia Federal, juntamente com outros órgãos como IBAMA, Exército e FUNAI. Esse fato vem indicar a vulnerabilidade em que se encontram os Yanomami e Ye'kuana, uma vez que possuem em seu território recursos cobiçados pelos não-indígenas, que não possuem limites para sua atuação, apesar de no Brasil ter uma legislação ambiental rigorosa, o que não parece intimidá-los.

A disponibilidade de informações sobre a população da região do Auaris em Roraima traz como ponto para discussão os impactos do crescimento populacional e sua pressão sobre os recursos disponíveis, permitindo análises sobre o movimento populacional visando contribuir para uma melhor gestão territorial das áreas.

Referências Bibliográficas

- CCPY et al. Yanomami: a todos os povos da terra. São Paulo: CCPY/CEDI/CIMI/NDI, 1990.
- DAMIANI, Amélia. População e geografia. 9.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. 107p.
- MOREIRA, Elaine. Diálogos e diagnósticos. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 356-357.
- OLIVEIRA, Cláudio Esteves de; FRANCISCO, Deise Alves. Nova epidemia de malária. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, p. 346-347.

PEITER, Paulo Cesar. A Geografia da saúde na faixa de fronteira continental do Brasil na passagem do milênio. Orientadora: Lia Osório Machado. 2005. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, Aulcida Rita. Auaris revisitado. Série Antropologia. Brasília: UNB, 1991.

RICARDO, Beto; RICARDO, Fany (Ed.). Povos indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 879p.

ROCHA, Reinaldo Wadeyuna Luiz. 2008. Atualização da política escolar para Povo Ye'kuana

SILVA, Luiz Fernando Villares (Org.). Coletânea da legislação indigenista brasileira. Brasília: CGTDTI/FUNAI, 2008. 818p.

AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES ACERCA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Introdução

Pretendemos neste ensaio tecer algumas considerações acerca das famílias vulneráveis no contexto amazônico dentro da perspectiva da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, com intuito de contribuir com a reflexão da temática em voga.

Para tanto, traçaremos um histórico da assistência social brasileira e sua consolidação, enquanto direito social. Assim, daremos visibilidade a esta política, bem como às suas ações socioassistenciais.

Nesse sentido, faremos uma discussão a respeito do conceito de família, enfatizando as famílias em vulnerabilidade social atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que é executado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

Esse tipo de política devem assegurar a proteção social, reconhecendo a família como sujeitos de direitos potencializadores das ações propostas.

Dentro dessa perspectiva, destacamos duas assertivas a serem analisadas. Primeiro, que ao se tratar de uma política pública (social), estaremos necessariamente pensando em pessoas, alvo de tais ações, bem como no local no qual serão executados os programas, projetos e serviços. Segundo, tomamos a Amazônia e seus atores sociais (famílias em vulnerabilidade social) como o território e os público alvo de intervenção estatal através da Política de Assistência Social.

Assim, a Amazônia deixa de ser espaço idílico e paraíso de indígenas pintados e torna-se palco dos reais conflitos e problemas sociais existentes.

* Graduado em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia; Especialista em Psicossociologia das Relações Afrobrasileiras e em Educação à Distância com ênfase em Produção de Material Didático; Mes-trando no Programa de Pós-graduação de Sociedade e Fronteiras pela UFRR.

Estabelecendo a Assistência Social brasileira

Com intuito de estabelecer uma reflexão a respeito da Assistência Social, enquanto afirmação de direito, pretende-se aqui alcançar os seguintes objetivos: a) estabelecer a ruptura de atividade benevolência e caridosa como prática paliativa no âmbito da assistência social; b) dar visibilidade à política de assistência social e suas ações socioassistenciais; c) contribuir com a discussão sobre a proteção da família (vulnerável).

Entende-se que os avanços nessa área, enquanto direito social, deve ser levado em consideração no âmbito da política pública (social), requerendo tanto do Estado brasileiro quanto da sociedade civil seriedade, efetivação e compromisso. Mas isto não isenta das veementes críticas que circundam no campo prático dessas ações governamentais e do terceiro setor (público/privado) quanto à gestão da pobreza e as atividades pautadas na bondade alheia.

Práticas de ajuda caridosa e de benevolência ou benemerecência estiveram presente no contexto brasileiro de forma tão natural que anestesiou a população e se perpetuou a figura do “Estado grande família” (Estado protetor), bem como a exploração de uma elite dominante ligada direta ou indiretamente a estrutura governamental. Estas ações não tinham como escopo o “bem comum” e nem a ascensão social desses beneficiados.

É importante destacar também que esse “cuidado dos mais pobres (carentes)” não é iniciado com o Estado. Desde o século XVIII, tanto a filantropia quanto a assistência social estavam intimamente associadas às práticas de caridade na sociedade brasileira. Assim, estas passavam a depender de iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos da “sorte”. Estas práticas partiam, sobretudo, de instituições religiosas que - pautadas no prisma da herança moral cristã da esfera privada - dispensavam seus cuidados, oferecendo abrigos, roupas e alimentos, em especial às crianças abandonadas, aos velhos e doentes em geral. Por fim, seria mais do que reconhecido a importância do papel desempenhado pelas organizações como as Santas Casas de Misericórdia, bem como das demais atividades desenvolvidas por várias ordens religiosas (ESCORSIM, 2008, p. 2).

No Brasil, somente no século XX na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, que a assistência social configurou-se como “coisa pública” a partir da criação do Conselho Nacional do Serviço Social e a criação do Legião Brasileira de Assistência - LBA. Entretanto, o modelo apresentado estava focado somente no reconhecimento dos necessitados e não nas necessidades sociais existentes. Apesar

de manter a mesma lógica anterior, não bastou para ofuscar a histórica mudança para este setor de demandas sociais.

Hoje, a assistência social brasileira tem de enfrentar um enorme desafio de romper com um arraigado campo secular das benéncias e transcender rumo a efetivação das diretrizes e princípios presentes no campo jurídico¹ norteadores das ações socio-assistenciais. Este desafio não é fácil de ser alcançado, haja vista os inúmeros exemplos que compõe práticas reiteradas de assistencialismo e programas paliativos.

Rolim (2009, p. 26) informa que é neste sentido que se torna essencial “desmistificar o fetiche sobre o assistencialismo, um vez que historicamente a Assistência Social brasileira se estruturou acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil”.

Campos (s/d, p. 2) acrescenta também, afirmando que “do ponto de vista da organização, a assistência social no Brasil, durante séculos, mesmo como iniciativa governamental, se caracterizou pela dispersão e pela desvinculação de outras políticas de caráter sócio-econômico, *não se apresentando como estratégia de efetivo enfrentamento da pobreza* [grifo meu]”.

Desse modo, tomamos o marco histórico-jurídico como elemento central dessa primeira discussão, ou seja, os dois dispositivos² da constituição de 1988 que tratam sobre a assistência social e a elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS³, de 1993 – pois estas determinam quem é alvo da política e quais os critérios para utilizá-la.

Assim, percebe-se de forma ainda questionável, mas evidentemente relevante, a passagem de uma assistência social assistemática e imediatista, assumindo uma postura de previsibilidade e planejamento dentro do contexto nacional.

É notório que essa assistência, enquanto ação governamental, enquadra-se como serviços ofertados a alguns segmentos da população brasileira. Estes usuários

1 O marco jurídico se dá pela presença dos artigos 203 e 204 da Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, bem como demais documentos posteriores.

2 Seção IV - Da Assistência Social. Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família (...); Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa (...) [grifo meu] (BRASIL, 2006).

3 “A política nacional de assistência social, entretanto, consolida-se somente após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1993. A LOAS institui como eixos de ação uma política de mínimos sociais e uma política de atendimento de necessidades básicas, universalizada para grupos particularmente vulneráveis da sociedade: crianças, jovens, idosos e deficientes, além de famílias pobres” (CARDOSO JR; JACCOUD, s/d, p. 220).

dos serviços são caracterizados como necessitados sociais. Ainda que certa de forma precária, esta assistência é o principal mecanismo através do qual os necessitados têm acesso aos serviços sociais (ROLIM, 2009, p. 25).

No entanto, para Gomes e Pereira (2004, p. 362), o Estado tem o dever de pensar as políticas públicas em caráter universalistas e não em políticas focalizadas para alguns segmentos. As políticas devem assegurar a proteção social, reconhecendo a família como sujeitos de direitos potencializadores das ações propostas.

Diante disso, buscaremos estabelecer uma estrutura cronológica pós-88 da consolidação de uma assistência social brasileira de caráter público, destacando, assim a década de 1990 como período importante para tal feito. Já que no final dessa década, edita-se a Norma Operacional Básica, criando um suporte a assistência social quanto às competências e responsabilidades dos entes federados e dos repasses dos fundos para receber recursos federais.

Outro marco importante é o ano de 2001, visando estruturar esse sistema, o governo federal lança o cadastro único para programas sociais para mapear as áreas que necessitam de “atenção do Estado” e propor políticas públicas direcionadas, conforme a realidade de cada região. Mas no campo prático, estes objetivos são diluídos num o discurso ideológico de valorização da heterogeneidade, haja vista que a grande maioria dos programas criados pelo governo federal são executados pelos municípios orientados por manuais únicos para todas as regiões.

É válido elucidar que dentro desta perspectiva histórica dos avanços e conquistas, houve a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cuja criação se deu no ano de 2003, por deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social em pacto federativo⁴, cujo organização segue lógica em níveis de complexidade: Proteção Social Básica - PSB e Proteção Social Especial – PSE. O primeiro visa promover os vínculos afetivos, integrando os indivíduos no seio familiar para potencializar seu desenvolvimento em todos os níveis; já o segundo, trata-se de média e alta complexidade, desse modo, necessita-se a retirada do convívio familiar os indivíduos “anômicos”⁵ para tratamento em instituições adequadas⁶.

4 No *caput* do artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil versa que o Brasil é uma união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Assim, entendendo estas unidades, o pacto federativo dá atribuições aos três entes da federação (União, Estados, Municípios), visando a devida efetivação da política pública.

5 Indivíduos que vão de encontro ao “dever-ser” jurídico e social, violando as normais jurídicas e desobedecendo, conseqüentemente. De acordo com Durkheim, estes estão desintegrados do meio social.

6 Conforme a Lei nº12.435/11, no seu Art. 6º-A, inciso I: a proteção social básica é: conjunto de servi-

No ano posterior a implantação do SUAS, cria-se também o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que surge para substituir o Ministério de Bem Estar Social. Neste mesmo ano, vê-se editada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, estabelecendo o modelo de gestão para a política de seguridade social. Além disso, tem-se o Programa Bolsa Família – BPF que entrara em vigor por medida provisória no ano anterior; passa, em 2004, a vigorar por força de lei.

Dentro desse contexto de estruturação, implementação e consolidação da Política Nacional de Assistência Social, surgem os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que seguem a lógica da proteção social básica no qual o objetivo principal - enquanto política pública - é prevenir, proteger e promover as famílias em vulnerabilidade e risco social⁷.

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2010, p. 31), esta “proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”.

Diante disso, percebemos dois eixos importantes a ser destacado nessa política, tomando como base sistema produtivo capitalista em que estamos inseridos: a enorme atenção dada aos desempregados e/ou indivíduos que não possuem vínculo formal de trabalho e, conseqüentemente, às famílias devido o seu potencial socializador e núcleo precípua da sociedade.

Todo esse corpo histórico-conceitual apresentado fornece subsídios suficientes para que possamos discorrer a respeito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, pois entendemos sua relevância dentro do debate de política social.

Assim, é importante que inicialmente compreendamos alguns conceitos e pressupostos básicos presentes na Política de Assistência Social brasileira que norteiam as ações socioassistenciais nos estados e, sobretudo, nos municípios. Conceitos como o de família e vulnerabilidade estarão presente nesta reflexão.

ços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

7 Art. 2º, inciso II, da Lei Orgânica da Assistência Social, que reza: “o amparo às crianças e adolescentes carentes”. Este termo está em desuso, aplicando-se agora famílias e indivíduos em vulnerabilidade e risco social.

Família e vulnerabilidade

Há uma grande dificuldade em se definir a palavra família. Este entendimento vai depender muito mais do contexto sociocultural em que se está inserido do que de uma definição generalizadora e simplista no qual o senso comum tem costume de usar. Portanto, podemos afirmar que, dentro desta perspectiva, a família é uma construção social.

Para compreensão da Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2010, p. 90), a família é entendida como espaço de protagonismo social, núcleo afetivo, “vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero”.

Já para Gomes e Pereira (2004, p. 358), “a família é um espaço em que são absorvidos os valores éticos morais, aprofundando os laços de solidariedade (...) [Esta] não é algo concreto, mas algo que se constrói a partir de elementos da realidade”. É neste espaço de grupo primário que são estabelecidas e concretizadas as primeiras e fundamentais experiências societárias.

Constituído como membro da sociedade, é na família que o indivíduo estabelecerá as as primeiras relações de sociabilidades, pois ela é “como canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais, (...) [é um] *locus* primário por onde os indivíduos desenvolvem suas primeiras experiências como membros da sociedade em geral (MACIEL, [20--], p. 3)

O fato é que quando o indivíduo nasce, é inserido na sociedade pela família. Além disso, é a partir dela que este indivíduo se torna pessoa, aprendendo valores, comportamento, costumes, entre outros, ou seja, esta instituição é responsável pelos primeiros processos socializadores. Assim, a criança passa a interiorizar uma impressão de realidade a partir do entendimento de mundo do grupo social que está inserida, levando em consideração também a sua própria leitura de realidade (subjetividade).

Entretanto, é importante destacar que hoje - devido a fragilização das famílias que as tornam vulneráveis e/ou ao ritmo de vida que o sistema produtivo tem imprimido nas pessoas, independente da classe social que faz parte - a família tem cedido muitas vezes este papel a outras instituições sociais (creches, escolas, igrejas, entre outros). No entanto, muito mais crítico está a família pobre que é “marcada [também] pela fome e pela miséria, a casa [passa a representar] um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade” (GOMES; PEREIRA, 2004, p. 359).

A vulnerabilidade dessas famílias passa a está relacionada diretamente a um problema estrutural, maximizada pelas crises econômicas que afeta a qualidade de vida, o convívio familiar e suas relações, pondo estes em condição de desempregados, subempregados ou mesmo submissos aos benefícios de transferência de renda do Estado. Nas palavras de Gomes e Pereira (2004, p. 360), “a pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida, impõe a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência”.

Escorsim (2008, p. 1) nos informa que no período medieval na Europa o que se prevalecia na vida comunitária nos feudos e pequenas propriedades rurais era a ajuda mútua entre os habitantes tanto nas necessidades materiais de existência quanto aos fenômenos ligados com os ciclos de vida e defesa. “O fato é que a proteção do grupo tinha como *locus* essencial a família, cujo pressuposto era a proximidade entre seus membros”.

Hoje a família ainda se faz essencial no contexto societário, mas no Brasil - de acordo com a constituição de 1988⁸ - é competência precípua do Estado a proteção a essa instituição social e não tão somente a ajuda mútua entre os habitantes. Mas não se pode menosprezar a importância dos laços de solidariedade e vínculos comunitários.

Dito isso, passamos a refletir a respeito da implementação e funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e, conseqüentemente, da execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF nos municípios brasileiros.

CRAS/PAIF: um olhar sobre a família

É sabido que em cada município deve-se planejar, formular e desenvolver essas ações, compreendendo as peculiaridades de sua localidade, seguindo a diretriz da descentralização político-administrativa.

De acordo com o manual de orientações técnicas (BRASIL, 2009, p. 9), partindo do princípio de territorialidade, os Centros de Referência de Assistência Social são responsáveis por ofertar os serviços de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social. Estes centros representam uma unidade pública estatal de caráter descentralizado da política de assistência social brasileira.

Ainda de acordo com o manual (BRASIL, 2009) os objetivos desses centros são: a) desenvolver as potencialidades e aquisições das famílias; b) promover o for-

8 Artigo 194, parágrafo único e artigo 203, I - CF.

talecimento dos vínculos familiares e comunitários; c) ampliar o acesso aos direitos de cidadania.

Desse modo, podemos afirmar que o eixo central dessa política está focado na família, pois esta apresentar dois aspectos bastante relevantes: primeiro, possui um ambiente de contradição repleto de violência e desigualdades; segundo, é espaço de proteção, socialização primária e protagonismo social. Por este motivo que os serviços neles ofertados passam a ter caráter preventivo, protetivo e proativo.

Nessas unidades públicas são ofertados diversos serviços à comunidade. Entretanto, o PAIF⁹ apresenta-se como a principal oferta por seu caráter exclusivo ao CRAS, por isso tem como eixos estruturantes, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, e princípios norteadores, a universalidade e gratuidade de atendimento.

Por se entender que a família exerce a função de núcleo básico da sociedade, é desenvolvido um trabalho social diretamente com estas, referenciado a uma equipe técnica de referência composta obrigatoriamente por assistentes sociais, psicólogos e, preferencialmente, por sociólogos, antropólogos e pedagogos.

Assim, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF visa encontrar possibilidades de enfrentamento às vulnerabilidades sofridas pela família em si mesma, promovendo espaço de troca de experiências. Seus usuários são, sobretudo, as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social dentro do território que abrange a cobertura total da unidade, ou seja, famílias que estejam em situação de pobreza, que estejam sofrendo pelo precário ou nulo acesso aos serviços públicos (saúde, educação, entre outros), fragilizadas em seus vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes dentro da área estabelecida para atendimento.

Essas unidades tem a função de consolidar o SUAS, bem como está em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Assim, entende-se que a presença de um coordenador no centro de referência seja fundamental para gerir territorialmente a proteção social básica, enquanto que a equipe técnica para executar o PAIF.

Outra característica a ser destacada é que o CRAS/PAIF apresenta também intrinsecamente um caráter simbólico, pois expressa a presença estatal por entre a comunidade e as famílias através da equipe de referência, adentrando suas subjetividades e seus espaços de pertença.

Assim, para se executar todas as ações socioassistenciais nos municípios, estes devem elaborar seus planos de assistência social em consonância com a Política Na-

9 O Programa de Atenção Integral à Família - PAIF hoje é considerado Serviço de Proteção e Atendimento à Família.

cional de Assistência Social, Norma Operacional Básica do SUAS, a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos e ser expressos no orçamento somente depois de aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Diante disso desse cenário montado acerca da Assistência Social, podemos elencar alguns elementos importantes: a) esta foi por muito tempo instrumento de assistencialismo e caridade; b) desde a constituição de 1988 passa a compor a seguridade social no Brasil; b) é fundamentada pela CF e demais normas infraconstitucionais; c) possui um serviço centrado na família; d) almeja atender famílias em vulnerabilidade social.

Dentro dessa perspectiva e norteado pelos pressupostos da Política Nacional de Assistência Social que visa atender todo território brasileiro desde área urbana até área rural, apresentamos duas assertivas. Primeiro, que ao se tratar de uma política pública (social), estaremos necessariamente pensando em pessoas, alvo de tais ações, bem como no local no qual serão executados os programas, projetos e serviços. Segundo, levando em consideração o debate inicialmente proposto, tomamos a Amazônia e seus atores sociais (famílias em vulnerabilidade social) como o território e o público alvo de intervenção estatal através da Política de Assistência Social.

Amazônia: lugar de políticas públicas?

Tratar sobre a Amazônia brasileira (meio ambiente de modo geral) na atual conjuntura e suas peculiaridades (equipamentos culturais e recursos materiais disponíveis e todas as consequências resultante da ausência destes), bem como da relação do Estado com os atores sociais presentes nesse contexto social é uma temática cuja complexidade encontra-se um universo particular.

É válido lembrar que, grosso modo, o imaginário presente acerca da Amazônia é permeado ainda pelo mito coletivo de lugar inexplorado, grande vazão, celeiro do mundo, de matas e tesouros infindáveis, escamoteando todo um complexo de relações e conflitos que necessitam ser “tragos à luz” do debate.

Maciel ([20--], p. 6-7) vai além, afirma que “estas denominações caricatas reforçavam a justificativa ideológica de que a região possuía problemas tão imensos que os moradores dela eram incapazes de solucioná-los”.

Nessa Amazônia apresentada de espaço idílico e paraíso de indígenas pintados de arco e flexa nas mãos, existem um mosaico de grupos étnicos que necessitam ser ouvidos, pensados e assistidos pelo Estado brasileiro. Não se trata somente de uma “floresta”, mas também de um lugar urbanizado com pessoas que pensam, se relacionam e produzem.

A taxa de urbanização no Brasil, segundo o IBGE (2010), atingiu 84% , sendo que na Região Norte essa taxa é de 77,9%. Nos estados dessa região o que tem maior taxa de urbanização é Amapá com 97,8% e a menor é Rondônia com 72,7%.

Esses dados nos mostra algo bastante relevante: apesar da região ser a segunda menos urbanizada do país - ficando a frente somente da Região Nordeste - possui mais de 50% da região amazônica é urbanizada, conforme tabela abaixo:

REGIÃO	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
Brasil	84,0
Nordeste	72,8 (menor)
Norte	77,9 (2º menor)
Sul	83,2
Centro-Oeste	87,9
Sudeste	92,2 (maior)

Fonte: IBGE (2010) - Elaboração própria do autor

Além disso, ainda de acordo com o IBGE (2010), a Região Norte possui 45,2% da área total do território brasileiro e 8,1% do total da população, sendo apenas 4,0 habitantes por km². Em contrapartida a esta realidade, a Região Sudeste apresenta 42,0% da população total com densidade de 87,0 habitantes por km².

Quanto à taxa de analfabetismo, a Região Norte apresentou no último censo a segunda maior taxa do país: 10,6%, conforme tabela abaixo:

ANALFABETISMO	
Região	Pessoas de 15 ou mais anos (%)
Brasil	9,7
Norte	10,6 (segunda maior)
Nordeste	18,7 (primeira)
Sudeste	5,7
Sul	5,5 (menor)
Centro-Oeste	8,0

Fonte: IBGE (2010) – Elaboração do próprio autor

Na verdade, que o existe são carências concretas enfrentadas por não-indígenas no espaço urbano (negros, migrantes, estrangeiros, etc.), bem como indígenas (urbanos e aldeados), quilombolas, nordestinos vindo de ciclos migratórios, ribeirinhos,

entre outros que são ou deveriam ser alvos das políticas públicas do Estado brasileiro. Estes grupos demandam hoje de políticas específicas de inclusão social. Mas a atenção do Estado a esta realidade não iniciou-se dentro desta perspectiva.

O avanço para novas fronteiras sempre foi um episódio da expansão capitalista e, no caso brasileiro rumo à Amazônia, marcado pela construção de um sentimento de nação, sobretudo, entre os anos de 1930 a 1960 (CASTRO, 2010, p. 109).

Inicialmente com a idéia de progresso, a construção do imaginário sobre a Amazônia marca tanto a fronteira entre o conhecido e o desconhecido quanto a ação estatal nesse local, almejando a concretização da noção de integração da região no contexto nacional.

Os discursos voltados para esta região constituíram-se em construções teóricas e ideológicas distantes da realidade regional que visavam e ainda visam “formatar a Amazônia”, não comportando toda a dimensão acerca da diversidade que a caracteriza.

Para Castro (2010, p. 111), “a fronteira é sempre um lugar de reatualização dos mitos que muitas vezes esconde os reais conflitos sociais, e com isso coloca como um desafio ao conhecimento a desconstrução dos mitos que se produzem e na atualização da Amazônia”.

Os reais problemas e conflitos sociais nessa região são de diversas formas, ordens e magnitudes. Grosso modo, o homem amazonida oriundo de diversas realidades e experiências societárias não encontra garantido pelo Estado brasileiro as mínimas condições sociais para exercer sua cidadania, sendo a exclusão de espaços públicos ou dos serviços de infra-estrutura apenas a parte mais evidente de todo o processo que os torna vulnerável e o põe em risco social.

Devido a precariedade e/ou inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana, como na área rural, tem contribuído para um processo de empobrecimento generalizado da população brasileira como um todo e da população da Região Norte, em particular (NASCIMENTO; SÁ, s/d, p. 6).

Em meio a essa complexidade de relações e problemas sociais na Amazônia, deve-se pensar em um urgente debate sobre a vulnerabilidade social das famílias amazonidas. Em outras palavras, a expressiva pobreza presente nos Estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Pará, Acre e Amapá¹⁰ expressada pela violência, analfabetismo, abuso sexual infantil, expropriações de diversos níveis, entre

10 Trata-se Amazônia Legal. Segundo Silveira (2009, p. 45), foi na década de 1960 que o governo federal propôs uma nova divisão geopolítica para a Amazônia, dividindo-a em duas regiões: Amazônia Oriental (Pará, Amapá, parte do Maranhão, Goiás e Mato Grosso) e a Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia e Roraima).

outros problemas tem demonstrado o quanto é importante promover o debate neste sentido.

Teixeira (2008, p. 143) questiona-se quem são as pessoas na Amazônia que buscam o serviço social. Retificamos seu questionamento, fazendo a seguinte indagação: quem são os “sujeitos” que necessitam da formulação, implementação e execução das políticas sociais, inclusive da Assistência Social, na Amazônia? Teixeira (2008) diz que estes seriam os vulneráveis, despossuídos com os seus carecimentos. Poeticamente, apresenta-nos estes vulneráveis com seus rostos e corpos estampados com os sinais, às vezes de forma indelével, dos danos sofridos, necessitando do que existe em abundância nas prateleiras dos supermercados, dos *shoppings* e das feiras.

Acrescentamos a este pensamento - como forma de ratificar a argumentativa de Teixeira (2008) - que “a população pauperizada na Amazônia é aquela que, [por exemplo] nas cidades como Belém, capital do estado do Pará, habita aquelas áreas denominadas de baixadas. Nelas, as condições de saneamento são as piores possíveis” (NASCIMENTO; SÁ, s/d, p. 7). Isto expressa-se como um dos vários exemplos da real situação de vulnerabilidade dessas “famílias”.

Quando o Estado brasileiro deixa de atender as necessidades sociais da população não investindo ou reduz os investimentos na educação, habitação, saúde, transportes, geração de renda, o faz em detrimento de uma lógica da sociedade de mercado onde o capital é mais importante.

Complementar a isso, Cavalcante, Reis e Lira (2011, p.7) acrescentam que a modernização capitalista que chega ao espaço regional afeta todas as esferas da vida social dos homens e mulheres da Amazônia. A cidade de Manaus¹¹, por exemplo, deixa na história a idéia de porto de lenha e seu velho passado extrativista. E na atual realidade, passa a conviver com as contradições da nova ordem capitalista, produzindo um caos urbano em que a riqueza e a pobreza justapõem-se numa estranha mistura.

Por esses motivos a Amazônia não pode ser vista do ponto de vista natural, mas do ponto de vista histórico, como uma confluência das ações objetivas do homem social sobre ela nos diversos momentos de sua construção. Pensar a Amazônia de forma natural é idealizar uma região como um *locus* sagrado, tanto para o bem quanto para o mal, obliterando assim as condições de conhecê-la em suas potencialidades e limitações. Isto impede que seja realizada a região uma ação planejada que tenha a substância da realidade concreta em sua fundamentação e da legitimidade social daqueles que a constroem (MACIEL, [20--], p. 8).

11 Para Kupfer (2010, p.204), ao tratar do desenvolvimento econômico no Norte Brasil com ênfase em Manaus, afirma que o foco de debate deve ser por toda o Amazonas, “pois o progresso é bom, mas progresso em demasia produz efeitos destruidores”.

Como podemos vê, o modo de vida centrada no capital tem se posto como único e verdadeiro, desconsiderando a diversidade dos modos de vida, histórias e identidades presentes na Amazônia.

“Todavia, parece-nos que a configuração das políticas públicas na atualidade, em particular na Região Norte, ainda enfrenta o desafio de considerar como legítima a importância da família como foco objetivo nas políticas públicas” (*idem*, p. 14).

A ação estatal nessa região é extremamente importante, mas deve ser levado em consideração todos os aspectos sociais e culturais presentes no contexto regional, pois a Amazônia é expressa pela diversidade das famílias amazônicas: ribeirinhos, indígenas, egressos de grandes projetos, que determinam que tipo de modelo de família está se tratando.

Ainda dentro dessa perspectiva, não basta a existência de programas, projetos, serviços ou ações socioassistenciais que “chegam” aos lugares mais longínquos do território brasileiro, tais como o Programa Bolsa Família, PAIF, entre outros, já que a aplicabilidade da política de assistência social na Amazônia, enquanto ação estatal, tem sofrido, inclusive, pelas próprias diretrizes que versam sobre a descentralização político-administração na execução dessas ações. Seguramente, os milhares de municípios brasileiros se apresentam em condições bastantes diferentes para assumirem os encargos e as prerrogativas resultantes do ordenamento institucional descentralizado. Isto é visivelmente observável no que concerne à existência de recursos humanos (CAMPOS, s/d, p. 5). Assim, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro são tratados do mesmo modo que pequenos municípios no interior da Amazônia, sem recursos humanos e financeiros suficientes para executar tais ações.

Seguindo o exemplo, em vários municípios do Estado do Pará a cultura do centralismo político local tem impedido que os prefeitos estabeleçam cooperação com a sociedade civil. Os Conselhos que em tese são paritários, na grande maioria, passam a não desempenhar as prerrogativas que lhes são imputadas por lei, enquanto órgão fiscalizador. Os Conselhos, assim aprovam, de maneira formal os planos municipais de assistência social de sua localidade, apesar de não concordar com estes. Torna-se quase regra a não fiscalização das atividades desenvolvidas na esfera municipal (*idem*, p. 5).

Isso demonstra que devido as grandes transformações econômicas e sociais que o Brasil tem passado, especialmente com o rearranjo do mercado capitalista, a regionalização dos mercados e a crescente concentração do capital financeiro, a pobreza ou o aumento destas, a exclusão de vastos contingentes populacionais, bem como a gestão dessas mazelas tornou-se eixo central das ações governamentais, tornam

a família como pano de fundo para as políticas sociais. Nesse cenário, vemos uma crescente demanda por ações estatais voltadas à proteção social por se encontram fora do mercado de trabalho ou pela sua precarização que atinge diretamente a família (MARTINS, 2007, p. 124).

Embora se apresentem contraditórias em sua essência, essas políticas sociais parecem apresentar-se como uma das formas de enfrentamento ou minimização das situações de vulnerabilidade social expressas nas questões sociais. Entretanto, estas contradições expressadas pelo capital e o trabalho, de forma isolada não são suficientes para alcançar a igualdade social almejada, devido a própria característica do sistema capitalista (FONSECA *et. al.*, s/d, p. 04).

Referências Bibliográficas

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2011.

_____. *Lei n.12.435*, de 6 de julho de 2011. Altera a lei n.8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social. 06/07/2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>> Acessado em: 01/10/2011.

_____. *Lei n.8.742*, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Disponível em: <<<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1993/lei-8742-7-dezembro-1993-363163-normaatualizada-pl.pdf>>> Acessado em: 01/10/2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

_____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010.

_____. *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais* – resolução 109, de 11 de novembro de 2009.

CAMPOS, Edval Bernardino. *A complexa descentralização da política de assistência social*. Disponível em: << www.joinpp.ufma.br/jornadas/.../Edval_Bernardino_Campos160.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

CASTRO, edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In.: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, I, s/1, 2011. CAVALCANTE, Andreia Santos; REIS, Milane Lima; LIRA, Suzete Araujo de. *Interdisciplinaridade e questão social*: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia. s/l: IPEA, 2011.

ESCORSIM, Silvana Maria. *A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social*. (REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO) n.86. jul/2008. Disponível em: << <http://www.espacoacademico.com.br/086/86escorsim.htm>>> Acessado em: 01/07/12.

FONSECA, Kely Hapuque Cunha; SANTOS, Isabel Cristina dos; TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues; CARNIELLO, Monica Franchi; KAMIMURA, Quésia Postigo. *A Trajetória das Políticas Sociais e a Assistência Social no Brasil: Avanços e Espaços de Conquistas*. Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: << www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/.../0016_1038_01.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

FONSECA, Kely Hapuque Cunha; SANTOS, Isabel Cristina dos; TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues; CARNIELLO, Monica Franchi; KAMIMURA, Quésia Postigo. *A Trajetória das Políticas Sociais e a Assistência Social no Brasil: Avanços e Espaços de Conquistas*. Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em: << www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/.../0016_1038_01.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. 2004 Disponível em: << www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Síntese de indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira/ 2010. (ESTUDOS E PESQUISAS: INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA, n.27) Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: << www.ibge.gov.br/.../condicaoodevida/indicadoresminimos>> Acessado em: 01/07/12.

KUPFER, Eckhard E.. Amazônia: do cacau à boracha, da boracha à alta tecnologia. In.: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEJKA, Marcel. *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. [20--]. Disponível em: << www.pia.ufpa.br/Arquivos/Familia.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; SÁ, Maria Elvira Rocha de. Amazônia, multinacionais e “questões sociais”: reflexões à luz da teoria crítica. (VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS). Disponível em: << www.ifch.unicamp.br/formulario.../6072_Nascimento_Nadia.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

Resenha: MARTINS, Valter. A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 123-125 jan./jun. 2007.

ROLIM, Dayana Cury. Efetividade do sistema de informação, monitoramento e avaliação da assistência social: limites, potencialidades e desafios. (DISSERTAÇÃO DE MESTRADO). Manaus: UFAM, 2009. Disponível em: << pggss.ufam.edu.br/attachments/007_Dayana.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

TEIXEIRA, Pery et. al. (pesquisadores). Ser criança na Amazônia - uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região Norte do Brasil. Belém: UNICEF/Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: << www.unicef.org/brazil/pt/ser_crianca_amazonia.pdf>> Acessado em: 01/07/12.

DO PONTO DE PARTIDA A LINHA DE CHEGADA: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS GUIANENSES NEGROS EM BOA VISTA/RR

1 Atração e repulsão: elementos que contribuem para a migração

Este trabalho tem por objetivo principal expor uma reflexão acerca do movimento migratório dos guianenses negros para Boa Vista/RR a partir dos elementos que contribuíram para a migração desses agentes sociais para a cidade em questão. Para tanto, iniciamos nossa abordagem partindo do princípio hermético de que migração se constitui de uma ação que abrange tanto o ato da partida quanto o da chegada, na qual o lugar de origem tem tanta importância quanto o lugar de destino. Nesse sentido, cabe ressaltar que esta tentativa teve como base entrevistas e depoimentos coletados em campo, no ano de 2006, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima.

O estado de Roraima é historicamente novo. Ele passou de território para estado em 1991. Com sua transformação em estado houve uma grande onda migratória. Vale lembrar que anteriormente, na década de 80, Roraima já reunia um grande número de migrantes que vieram em busca das riquezas disponíveis nos garimpos da região. Esta transformação implicou em um movimento migratório interno¹ muito intenso, trazendo não só garimpeiros, mas pecuaristas e agroindustriais (BAINES, 2006). Esta migração superou as fronteiras interestaduais, atingindo níveis internacionais. Pessoas de países vizinhos se deslocaram para o estado de Roraima e, consequentemente, para sua capital, Boa Vista.

A cidade de Boa Vista é o reflexo de um estado que “(...) está localizado, em sua totalidade, na faixa oficial de fronteira internacional do Brasil” (FERNANDES,

1 Conforme Beaujeu-Garnier (1980, p. 210), migração interna é quando os migrantes “não atravessam fronteiras internacionais, contentando-se com movimentar-se dentro de seu país”.

* Alunos do Mestrado Interinstitucional em Antropologia Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em parceria com a Universidade Federal de Roraima - UFRR

2003, p.23). Assim sendo, impossível de se pensar em Boa Vista sem um contingente razoável de estrangeiros e em um espaço de construção de identidades que fogem aos modelos pré-estabelecidos. De um lado, nós temos a República Bolivariana da Venezuela e do outro, a República Cooperativista da Guiana; além de existir mais de 10 grupos indígenas, que estão em constante contato com a cidade de Boa Vista.

Apesar deste trabalho não seguir, religiosamente, a linha de uma antropologia da fronteira proposta por Cardoso de Oliveira (2005, p.14), acreditamos na pertinência da seguinte citação:

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de imigração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sócio-cultural extremamente complexa.

“Vim para Boa Vista é uma longa, longa história” (sic), esta citação foi retirada de uma das entrevistas realizadas no ano de 2006. Geralmente, a decisão de migrar é tomada com base em motivos externos ao indivíduo. Não é apenas uma vontade, um querer; são situações que, muitas das vezes, envolve questões políticas, econômicas e culturais. Nesse sentido, destaca-se a parte histórica deste trabalho, na medida em que oferece um panorama da situação do lugar de origem do nosso ator social. Assim, de certa forma poderemos verificar os motivos que levaram os entrevistados a tomar a decisão de migrar para Boa Vista.

Ianni (2004) em “Uma longa viagem”, como muitos outros autores, indica pontos que contribuem para a tomada da decisão de migrar. Eles variam desde questões pessoais às situações políticas, econômicas e sociais: “estão metidos em situações e acontecimentos, guerras e convulsões sociais, lutas políticas e revoluções, carências e esperanças” (p.160). O que não seria diferente com os migrantes guianenses, pois eles enumeram as mais diferentes situações que os fizeram migrar, como veremos a seguir em um dos trechos de uma entrevista gravada em 2006 com o Sr. João:

[...] eu estava no garimpo na época, eu era garimpeiro e aí todo mudo falava “oh, o Brasil está bem aí” (o entrevistado abaixou o volume da voz como se estivesse contando algum segredo) Aí eu disse é mesmo! Aí era época, essa época aí de junho, julho aí deu uma lavagem mesmo com uma água lá! (o entrevistado sorrir) Como foi agora invadiu a minha casa. Aí eu disse puxa, sabe que é... a única solução é pra vim pro Brasil inclusive (sic).

Pode-se verificar de imediato, que o fator influenciador foi climático. Somente após um fenômeno natural, que desencadeou a perda de algum bem material e, talvez a perda da esperança de algo melhor, foi que este ator social migrou. Giddens (2004) em uma de suas colocações sobre a migração cita as situações climáticas como um dos motivos pelos quais há deslocamento de pessoas, ou grupos para outros países. De forma singular, Hall (2003, p.28) cita outros elementos que contribuem para decisão de migrar: “[...] a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades – os legados do Império em toda parte – podem forçar as pessoas a migrar [...]”.

O que é preciso ter em mente é que nunca os fatores de tomada de decisão estão sós e que, também, nunca deverão ser isolados, pois se tornam insuficientes para uma análise comprometida com a seriedade do estudo. Assim sendo, ocorre uma inter-relação do externo para o interno, do macro para o micro, não que seja apenas numa relação dicotômica, mas que envolve vários níveis de análise. Beaujeu-Garnier (1980) trabalha isto em sua obra “Geografia de população”, quando discorda de alguns estudos sobre migração, que consideraram apenas a questão econômica:

Parece, entretanto, difícil aceitar tal asserção categórica pois os fatores psicológicos exercem papel saliente, papel às vezes vital, e, de qualquer maneira, mesmo numa decisão provocada por fatos econômicos bem definidos, encontra-se também algum outro aspecto, do qual o próprio indivíduo mal percebesse mas que exerceu seu papel no movimento final de decidir. Não devemos, naturalmente, procurar isolar os dois fatos – econômico e psicológico – e sim, pelo contrário, deveríamos esforçar-nos para mostrar suas íntimas interpenetrações (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.245).

Esta questão é complexa. Apesar de não ser confiável dissociar os fatores que contribuem para a tomada de decisão, é possível verificar a ordem de importância em que eles aparecem no discurso desses agentes sociais. O motivo econômico, geralmente é o primeiro que aparece: “[...] primeiro coisa, eu vim aqui em Boa Vista porque atrás de emprego, para melhorar, melhorar a minha vida. Aí vem aqui começo para trabalhar, volto para Guiana, volto aqui de novo, aí fica aqui mesmo porque gostava, para trabalhar(sic) (Pedro, junho de 2006)”, seguindo esta mesma linha, Maria diz: “oportunidade, porque no meu país eu [...] eu não trabalhava, a gente não tinha assim uma vida estável, então eu achei que Boa Vista seria este ponto ideal para nós, para minha família”², ela afirma o que foi dito no início deste parágrafo. Tudo é muito escorregadio. A mesma entrevistada quando é perguntada sobre a situação étnica em seu país diz o seguinte:

² Existe porque lá tem os africanos e tem os indianos e... muito coisa que eu não to sabendo
2 Entrevista concedida em junho de 2006.

é porque eu não estuda, eu acho que eu não quero saber de muita coisa, mas as pessoas lá, os negros tem muito preconceito em si e eles tem esse intriga entre os dois, porque os negros foram lá como escravos, já os indianos elas foram lá trabalhar e depois de um certo trabalho, depois de um certo tempo de trabalho daria terras para eles. Então, a maioria das pessoas lá no meu país quem tem terra, quem tem as riquezas são os . . . as pessoas indianas, ai os negros acham, não acham direito que os indianos tenha tudo isso e que eles não tem nada, dá certa revolta nos negros porque sofreram tanto e ainda sofrem, mas eles tem que pensar bem que não foram os indianos que colocaram eles na situação onde eles estão, tenta melhorar, tenta tocar a vida, esquece o que passou para trás (sic).

Não se busca deturpar o discurso da entrevistada, muito menos dobrá-lo para que se encaixe na explicação. Já existe muita discussão sobre a pretensão de se querer enquadrar o objeto à teoria. Aqui se pretende observar alguns pontos de ligação. No final da citação acima, a entrevistada tenta desempenhar um papel de uma estrangeira para com os seus semelhantes “ái os negros acham”. Talvez para demonstrar que nunca concordou com a atitude dos demais para com os indo-guianenses. Todavia, no final ela acrescenta “tenta melhorar, tenta tocar a vida, esquece o que passou para trás”, ou seja, será que a tomada de decisão dela tem haver com a tentativa de fugir daquela situação de enfrentamento étnico? O período em que a referida entrevistada migrou para o Brasil coincide com a tomada de posse do governo guianense pelos indo-guianenses. Esses fatos ligam o discurso e o processo político-étnico na Guiana.

A maioria dos entrevistados migrou para o Brasil depois que os indo-guianenses assumiram o poder, no início da década de 90 do século passado. Isto é perceptível no trabalho de Baeninger (2002), quando apresenta um quadro que indica a evolução da migração de guianenses para o Brasil a partir de 1970 com 364; em 1980 com 696 e; em 1991 com 1131, aumentando praticamente o dobro da década anterior. Em processos migratórios, como foi visto, o todo pode influenciar a parte, assim como a parte pode influenciar o todo. A Guiana passou por um processo de formação muito complexa, com uma distinção de grupos étnicos muito acentuada que não se pode ignorar. Se a entrevistada pontua a divisão entre estes dois grupos – sendo que há hostilidades entre eles – e ao mesmo tempo tenta esquecer, aconselha esquecer. Dessa forma, se pode retornar ao pensamento de Beaujeu-Garnier, pois a decisão não partiu somente do econômico, mas também do psicológico.

Pode-se verificar este fenômeno localizado da migração de negros guianenses para Boa Vista, sob a ótica da economia global. A globalização da economia está despertando uma onda de migração de trabalhadores pelo mundo, em busca de bens e serviços, sobretudo de mercados de trabalho (WOODWARD, 2000). Nesta,

a discussão segue para uma linha de raciocínio, na qual existem dois pontos para a tomada de decisão de migrar: a expulsão e a atração, “a migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento. Nesse processo, o fator de ‘expulsão’ dos países pobres é mais forte do que o fator de ‘atração’ das sociedades pós-industriais e tecnologicamente avançadas” (WOODWARD, 2000, p.21). O único problema nessa visão é que ela percebe os migrantes como coadjuvantes da mudança e não como sujeitos atuantes.

Em uma linha em que os migrantes são vistos como sujeitos, Beaujeu-Garnier (1980) afirma existir os tais fatores que repelem e os que atraem, no entanto, acrescenta o fator psicológico que os permeiam:

Uma causa de partida não é em si mesma suficiente, deve haver também algo para atrair os imigrantes. O fator de atração pode ser real ou imaginário, e é também nisso que se fundem os aspectos psicológicos e econômicos; a atração da cidade pode corresponder a uma realidade, significando menos trabalho árduo, salários mais regulares e melhor padrão de vida, mas quase sempre acontece ser isso simplesmente miragem e a verdadeira situação ser, simplesmente, outra forma de luta contra pobreza (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.249).

Realmente, criam-se perspectivas boas sobre o local de destino que somadas as más condições do local de origem, contribuem na tomada de decisão de migrar, o que pode ser visto no discurso de Maria “(...) então objetivo de lá era para mim vim (para Boa Vista) fazer trança, lá eu não trabalhava também”³ (sic). Ou seja, a sua escolha estava entre ficar em seu país sem uma perspectiva de emprego, ou vir para Boa Vista, onde a possibilidade de desenvolver a atividade de trançar cabelo era mais consistente, assim pode-se dizer que ela estava sob a pressão dessas duas forças.

Torna-se pertinente informar que estes fatores foram pensados por um alemão chamado Ravenstein, no final do século XIX. Ele os pensou como base para possíveis “leis da migração”, que abordaria os movimentos populacionais conforme os fatores relacionados aos lugares de destino e de origem. Já em meados do século XX, o americano Everett Lee acrescentou aos fatores “push-pull”, os “obstáculos intervenientes”, bem como os fatores pessoais para dar respostas a questões tão variadas referentes ao fenômeno da migração. Assim, o modelo de repulsão e atração tornou-se um marco para os estudos migratórios, sendo utilizados em níveis de análises macro e micro (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Pereira (2005), quando em seu trabalho trata do trânsito de pessoas na fronteira entre Bonfim (Brasil) e Lethen (Guiana) deixa a entender que esta movimentação

3 Entrevista concedida em junho de 2006.

ocorre por dois principais motivos, “busca de serviços públicos e de relações mais estáveis de comércio e de trabalho”, onde conclui que é “devido à crise econômica estabelecida” (p.14) naquele país que se dá este movimento na fronteira. Há uma força de atração que leva as pessoas cruzarem a fronteira e ao mesmo tempo, uma força de repulsão reconhecida na situação econômica do país.

Os fatores pessoais se mesclam, de certa forma, com a situação econômica que, quando perguntamos a um dos entrevistados o motivo pelo qual migrou, a resposta quase de imediato remeteu-se a questão econômica. Entretanto, mais adiante, no desenrolar da entrevista, o mesmo revela uma informação preciosa. A tomada de decisão de migrar tinha estreita relação com motivos sentimentais: “lá eu tava com a vida boa. Só porque a mulher entra na minha vida estraga tudo, a mãe da minha filhas. Por isso que eu fui no garimpo⁴”. Somente após ir para o garimpo que ele decide migrar para Boa Vista. Ele continua dizendo:

Esse mulher coolie eu morar com ela 12 anos, né. Mas ela nunca conseguiu ficar grávida. Aí essa outra mulher entrou na minha vida, aí ligeiro barriga! [...] Rapaz! Eu tava com um comércio, com uma oficina de moto [...] eu tava na boa. Aí eu ia no garimpo pra vê se eu abria um negócio no garimpo. Aí eu passo 6 meses. Quando eu volto não tem nada! Nada! Nada! Nada! Ela gasta tudo com outro peão [...] Rapaz, eu volto para o garimpo só pra ficar longe dela. (sic)

Estes tipos de relatos pessoais são muito importantes, pois demonstra como são amplos os fatores influenciadores na tomada de decisão de migrar e que estes sujeitos, além de buscarem um destino, possuem um passado, uma história, um lugar de origem que deixaram por escolha ou por imposição dos mais variados motivos.

O modelo de atração-repulsão também reconhece a distância do trajeto como um elemento importante para o ato de migrar. Em vários estudos de mobilidade entre fronteiras, foi identificada como elemento impulsionador da corrente migratória, entre países vizinhos, a proximidade das fronteiras.

Quando João migrou para Boa Vista, ele teve como fator motivador a perda de seus bens devido a uma reação climática. No entanto, se for verificado a questão da distância entre o local de origem e do destino, perceberá a relativa proximidade, pois o percurso foi feito a pé: “Eu não sabia que a capital era Boa Vista, de Roraima, né! Aí eu disse puxa vamos lá! Aí eu cheguei aqui andando nove dias de lá de Guyana, de la Guyana de fronteira para fronteira de Mutum. Aí eu vim bater aqui” (sic) (João, junho de 2006). Em conversas informais, verificou-se que da capital da Guiana – Georgetwon – para Boa Vista a viagem de ônibus dura aproximadamente 12 horas.

4 Roberto, entrevista concedida em março de 2008.

Ou seja, a distância e facilidade de acesso ao Brasil são elementos importantes para a decisão de migrar, assim como os outros fatores já citados, sejam de ordem política, econômica, psicológica ou climática.

2 Algumas dificuldades enfrentadas

2.1 O idioma

A República Cooperativista da Guiana sofre de uma alta taxa de emigração. Desde sua independência ocorreram várias correntes imigratórias, mas geralmente todas foram direcionadas a Europa (Inglaterra) ou ao norte do continente Americano: Estados Unidos e Canadá⁵. Lugares esses que apareceram no depoimento de Carlos, quando questionado sobre os países que receberam maior número de guianenses: “Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Caribe e Brasil agora abriu as portas para a Guiana”⁶.

Este fenômeno não parece estranho, uma vez que, a maioria dos países citados tem como idioma oficial o Inglês, língua falada por estes agentes sociais que impulsionados por fatores econômicos ou psicológicos buscaram melhores condições de vida. Contudo, este mesmo elemento (o idioma) que facilita o deslocamento transcontinental e intercontinental é uma das barreiras enfrentada quando a corrente migratória toma outra direção, como no caso entre Brasil e Guiana: “de jeito nenhum! (risos) Português que eu sabia falar era ‘vem cá’ e água. Aí depois eu aprender ‘o senhor tem trabalho?’(risos) Eu já sabia sim ou não, aí quando tem eles diz sim, quando não eles diz não. Aí daqui pra lá convivendo com todo mundo e tal, aí começou a falar um pouco, até agora estou aprendendo” (sic) (João, junho de 2006).

A princípio, todos os entrevistados citam o idioma como o maior obstáculo enfrentado, pois dependem dele para as relações de comércio, de trabalho e pessoais. A falta do conhecimento da língua ocasiona certas situações de mau entendimento, de preconceito e intolerância. Como no caso em que um dos entrevistados relatou que ao tentar se comunicar com uma criança, o pai da mesma reagiu de forma agressiva e explosiva, faltando pouco para agressão física.

5 Ver Almeida. Até o Tacutu nos separa: um estudo acerca da relação entre a política externa brasileira e a política de segurança pública na fronteira Brasil – Guiana, 2007, p.06.

6 Entrevista concedida em março de 2008.

2.2 Situação de indocumentado

A situação de “indocumentado” também é um dos obstáculos mencionados pelos entrevistados. Pois, esta situação dificulta o acesso a certos benefícios. O senhor Roberto relatou em uma das várias conversas que, estava fazendo tratamento de controle de tuberculose em Manaus e que, a cada três meses retornava à cidade para dar continuidade ao tratamento. Segundo Roberto, este tratamento seria custeado pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Contudo, ele teve problemas em sua documentação, faltava um item, assim impossibilitando a este órgão cobrir os gastos referente ao tratamento. Se não fosse pela atitude de um médico em pagar o tratamento, Roberto diz que teria morrido⁷. Maria confirma esta dificuldade referente a documentação:

A dificuldade é assim para resolver coisas, documentos essas coisas eu acho que muito difícil para mim que tenho 15 anos quase no Brasil, que eu já fui dois vezes para pedir a permanência, sair dois vezes. A primeira vez eu não peguei, por causa de meu companheiro que não queria ficar, mas na segunda vez saiu não me comunicaram que saiu, aí eu perdi. Agora estou batalhando novamente e é uma burocracia muito grande, eu acho que esse é um ponto muito difícil⁸. (sic)

2.3 Não reconhecimento da educação

Outro ponto considerado como fator de dificuldade é o não reconhecimento da educação. Na República Cooperativista da Guiana, como já vimos no capítulo I, o idioma oficial é o inglês, portanto, o aprendizado nas escolas se dá através deste idioma, por sua vez, não é reconhecido aqui no Brasil. Fator que influencia diretamente na vida do migrante guianense negro. Dos oitos entrevistados sete possuíam - o que chamamos no Brasil de - ensino médio completo e um o nível superior, no entanto, desempenham funções estigmatizadas, como podemos verificar na fala de Carlos: “[...] Então, os guianenses que vem pra cá, a maioria são da região sul do país da Guyana, e o fato que não tem a educação reconhecida aqui no Brasil, acaba sendo empregadas, peões nas fazendas, pedreiros. Ah, ‘what’ empregos que aqui no Brasil, aqui em Boa Vista é visto como que tem menos glória [...]”⁹. (sic)

7 Caderno de Campo, 15 de março de 2008.

8 Entrevista concedida em junho de 2006.

9 Entrevista concedida em março de 2008.

2.4 Esquemas tipificadores

O desempenho de funções estigmatizadas por esses sujeitos é possível de ser verificada empiricamente em alguns lugares da cidade de Boa Vista como oficinas, mecânicas, salões de beleza, feiras, em frente de locais de festas. Em sua grande maioria compoendo o mercado de trabalho informal. Eles vendem bebidas, comidas, bombons, produtos de higiene, para cabelos entre outras coisas. Entretanto, esses são os mais visíveis dessa categoria. Não podemos ser ingênuos, ou omitir neste trabalho que existem outros que desenvolve outras atividades ou que até mesmo estão empregados no serviço público. No entanto, mesmo os não expostos como os expostos, eles não possuem uma visibilidade. Na verdade, criou-se um estereótipo do guianense negro, uma imagem genérica do “inglês”, do “my friend”¹⁰ que representa a todos. Imagem essa, ligada a notícias correntes na imprensa local, como assaltos, tráfico de drogas, estupros, gerando uma identidade nacional desprestigiada.

Estes fatores tornam-se tão importantes quando aparecem na fala dos sujeitos. Na entrevista concedida pelo Sr. João¹¹ apareceu o seguinte relato:

[...] É só que não é todo que precisam viver pelo lado sociais, social. Mas olha, é o seguinte o pessoal pensa quando for para Guiana, que Guyana é um país de drogas, que é inadequado, que vem muito maconha de lá e tudo mais, mas é o que você vai procurar. Se você vai em qualquer país e você procurar droga você acha, ate porque aqui em Brasil em todo lugar. Bom, o Brasil para os Guyaneses é um bom lugar, especialmente aqui em Boa Vista e, aceitam muitos guyaneses aqui, porque alem desse preconceito que a gente sofreu é porque muitos negros guyanês já veio aqui em Boa Vista/Roraima e fizeram muita besteira. Então, os que estavam de autoridades, eles acham porra, que aquele ali é outro! [...]

Nesse relato, Sr. João deixa bem claro o tratamento e os obstáculos que ele teve que superar devido aos estereótipos¹² que os nacionais formularam referente à Guiana e aos guianenses. Para Goffman (2007), os indivíduos buscam informações uns dos outros para que possam saber a melhor forma de agir e interagir, quando não se tem uma informação prévia ou um mecanismo que possa transmiti-la, pode ocorrer a situação relatada por Sr. João. Para estes casos, o mesmo autor diz o seguinte: “se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior

10 Termo utilizado para designar um guianense negro.

11 Entrevista concedida em junho de 2006.

12 “Estereótipos são clichês, chavões que são repetidos sem serem questionados. O estereótipo parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.” (BERND, 1994, p.13).

que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados” (idem, p.11). Berger e Luckmann (1985) acrescentam dizendo que isto faz parte de esquemas tipificadores anônimos, pois se distanciam de uma interação face a face, parando numa interpretação da conduta como resultante da própria tipificação, ou seja, de quadros elaborados para identificar certos sujeitos.

É importante entender que as relações que se dão dentro dos esquemas de tipificações não estão para explicar somente casos de estereótipos, mas como forma de explicar a realidade social da vida cotidiana. Pois segundo os mesmos autores, a sociedade é feita da soma dessas tipificações. A questão de estereótipo está relacionada com a identidade e diferença que, por sua vez, somam-se as dificuldades enfrentadas por esses agentes sociais neste novo espaço de convívio.

Considerações

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível perceber que sentimentos, vontades, desejos e esperanças contribuem para a tomada de decisão de migrar. Não é só a questão econômica. Existe um passado por trás, uma história singular que o movimenta até atravessar as fronteiras regionais, nacionais, internacionais, culturais, políticas entre outras e; que nesse processo, o passado histórico serve como uma base de símbolos, um estoque de significados, orientados e manipulados para as exigências do presente no lugar de destino.

Observou-se que é por meio desse passado que as relações sociais são percebidas nesse novo espaço de convívio por estes agentes sociais. Que ora lhes apresentam como relações de conflitos, preconceitos e discriminações, ou, simplesmente como uma relação de indiferença.

Referências Bibliográficas

BAINES, Stephen Grant. A fronteira Brasil-Guiana a partir de perspectivas dos índios Macuxi e Wapichana. In: ROCHA, Leandro Mendes (Org.). *Etnicidade e nação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006. p.85-97

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia de população*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. 2ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1980

BAENINGER, Rosana. *La migración internacional de los brasileños: características y tendencias*. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía\ Naciones Unidas, 2002. (seri Población y Desarrollo 27)

- BERND, Ziliá. Racismo e anti-racismo. São Paulo: Editora Moderna, 1994. (coleção polêmica)
- BERGER, Peter L.; LUKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. 26ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. (antropologia, 5)
- FERNANDES, Pedro. *Caracterização Geográfica da faixa de Fronteira Continental Norte*. Monografia submetida ao Departamento de Geografia como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- GIDDENS, Anthony. Raça, etnicidade e migração. In: _____. *Sociologia*. 4ª. Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p.244-281.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- IANNI, Octavio. *Uma longa viagem*. In: Revista Tempo Social. São Paulo: USP, 2004. p. 153-166.
- PEREIRA, Cunha Mariana. *A Ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese apresentada ao CEPPAC/ UnB, como exigência parcial para obtenção do título de doutor em Antropologia. Brasília, 2005, p. 172.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz et al. *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p.7-72.

REFLEXÕES SOBRE A TEORIA SOCIAL EM VILFREDO PARETO (1848*1923†)

Introdução

Vilfredo Pareto diz no *Trattato di Sociologia Generale* que a ideologia serve para defesa dos interesses particulares, isto é, de um grupo com interesses específicos (Cf. PARETO, 1916). O grupo que almeja perpetuar-se no poder vale-se da ideologia subjetiva e da ideologia utilitária, isto é, de um uso ideológico da teoria. Por exemplo, o partido político ou o político pode encontrar na ideologia a legitimidade subjetiva e o apoio utilitário para se perpetuar no poder.

O fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão são dois episódios históricos oriundos da aplicação de ideologias que justificaram a permanência no poder de um grupo. O primeiro, se auto-introjetou a crença na nulidade do valor do indivíduo como indivíduo, enquanto o grupo do nazismo apelou para a raça, ariana, pura e superior que tinha direito ao poder para o bem da coletividade e o dever moral de depurar o entorno das raças degradadas que infeccionavam a sociedade alemã.

O estudo do pensamento sociológico de Vilfredo Pareto ganha relevância para o esclarecimento das interpretações essencialistas da sociologia na medida em que, sendo positivista, desempenha papel ativo no movimento de crítica do positivismo que teve lugar no início do Século XX na Itália (Cf. BOBBIO, 1986, p. 11), uma vez que haviam se tornado senso comum fazendo das minorias dirigentes e da inaptidão da massa para a política um fenômeno imutável.

* Doutorando em Sociedade e Cultura da Amazônia pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Educação pela Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB), pesquisador cadastrado na Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e, também, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Docente dos cursos de Pós-graduação na área de Políticas Públicas e Gestão Escolar oferecidos pelas IES do Estado do Amazonas, professor e pedagogo na Escola Estadual Professor José Bernardino Lindoso localizada no município de Manaus.

Vilfredo Pareto expressava que a sociologia não havia ainda se tornado uma ciência porque os sociólogos - também os positivistas - não haviam se libertado da velha ideia metafísica da existência de uma ordem racional no universo, ao contrário do que os sociólogos afirmavam, a maior parte das ações dos homens não são orientadas pela razão, isto é, os homens agem movidos pelos seus instintos e sentimentos, mas procuram dar uma explicação racional a estas ações (PARETO, 1923, v. 2, § 1401, p. 331).

O pensamento de Vilfredo Pareto sobre a elite é proveniente de sua concepção gnosiológica, tendo em vista que para ele, existem ações humanas lógicas, como as econômicas, e aquelas não lógicas como as sociológicas. As primeiras apontam para um fim de maneira subjetiva e objetiva, são racionais, enquanto que as ações não lógicas são guiadas por motivações sentimentais. É por isso, segundo ele, que as ciências humanas, de modo geral são caracterizadas por ciências de solução aproximativa.

Vilfredo Pareto identificava a explicação para o problema da relação entre fenômeno objetivo e sua aparência entre a biologia e a psicologia (BOBBIO, 1986, p. 39), no intuito de propor uma ciência da política de caráter histórico e realista, baseada no pensamento de Nicolau Maquiavel (1469* 1527†), capaz de transcender as formulações abstratas do positivismo vulgar, e, por esta razão, se distinguindo da filosofia da história, negando a toda e qualquer manifestação de idealismo.

O subjetivismo é marcante em sua obra. Vilfredo Pareto correlaciona o fenômeno subjetivo e objetivo nos indivíduos e por intermédio da ação dos mesmos tenta dar explicação às relações de poder na sociedade, ficando o Estado em plano secundário. Ao estudar os fenômenos sociais, considera sempre dois aspectos da ação humana, o objetivo, como se apresenta na realidade, e o subjetivo, como se apresenta ao espírito humano, mas trata ambos como subjetivos.

Vilfredo Pareto afirmava que “*não devemos nos enganar com os nomes dados a estes dois tipos de fenômenos (fenômeno objetivo e fenômeno subjetivo)*. Ambos são, na realidade, subjetivos, pois todo conhecimento humano é subjetivo, e eles se distinguem não por uma diferença de natureza, mas por uma soma mais ou menor de conhecimentos de fato” (p. 55). O modelo sociológico adotado seguia o velho aforisma comteano: todo real é racional.

O homem, seu tempo e seu pensamento.

Vilfredo Pareto (1848* 1923†), filho de Raffaele Pareto e Marie Méténier, nasceu em Paris em 1848. Na ocasião seus genitores viviam na França, pois Raffaele, por ser adepto das ideias de Giuseppe Mazzini (1805* 1872†), fora expulso da sua terra natal. Por conta de uma anistia decretada nos anos 1850 a família Pareto regressou a Itália em 1867 tendo Vilfredo realizado então seus estudos secundários. Posteriormente concluiu sua formação escolar na Universidade Politécnica de Turim.

Nasceu numa época que vai do *Risorgimento*¹ até a unificação da Itália em 1870 e, por isso, sua formação intelectual se dá num período de grandes revoluções sociais na Europa. Engenheiro trabalhou como diretor de uma companhia de estrada de ferro, mas voltou-se para o estudo da economia, da sociologia e da política. O contexto histórico de sua época, seu trabalho e formação intelectual, sem dúvida contribuíram para formulação de suas principais ideias e teorias.

Vilfredo Pareto pode ser conhecido por ter criado a *Teoria das Elites* e associado ao fascismo italiano, mas teve em sua vida alguma postura liberal, desvelando críticas a diversos intelectuais sobre a negligência da sociedade e a preponderância do Estado em seus estudos. Esse é o ponto que nos chama a atenção, Vilfredo Pareto fala de relações de poder e sua conservação e, ao mesmo tempo, pouco fala de Estado, prende-se apenas na relação do sujeito e a sociedade.

Geralmente, suas ideias podem ser classificadas na corrente do pensamento sociológico conhecida por *mecanicismo sociológico*, que se originaria no século XIX juntamente com o mecanicismo filosófico, influenciado pelo progresso das Ciências Físico-Químicas, alcançado no século passado XX. Vilfredo Pareto, assim como os demais mecanicistas, pensa sociologicamente com categorias da mecânica, mas também usa o pensamento matemático.

1 É o movimento na história italiana que buscou entre 1815 e 1870 unificar os pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras. Na luta sobre a futura estrutura da Itália, a monarquia, na pessoa do rei do Piemonte-Sardenha, Vítor Emanuel II, da Casa de Saboia, apoiado pelos conservadores liberais, teve sucesso quando em 1859-1861 se formou a Nação-Estado, sobrepondo-se aos partidários de esquerda, republicanos e democráticos, que militavam sob a liderança de Giuseppe Mazzini (1805* 1872†) e Giuseppe Garibaldi (1807* 1882†). Na primeira fase do ressurgimento italiano, que se deu entre 1848 a 1849, se desenvolveram vários movimentos revolucionários e uma guerra contra o Império Austríaco, que na época possuía um número significativo de terras ao norte do território italiano (as províncias Trentino, Tirol Meridional, Trieste e Ístria estavam sob o domínio do Kaisertum Österreich), mas não alterou o status quo. A segunda fase do ressurgimento, que ocorreu entre 1859 e 1860, prosseguiu no processo de unificação e se concluiu com a declaração da existência de um Reino de Itália. O ressurgimento se completou em 20 de setembro de 1870 com a anexação de Roma, antes a capital dos Estados Pontifícios, que eram propriedade do Papa Pio IX.

Os pressupostos de sua *Teoria das Elites*, que combinam matemática e mecânica com a observação, essencial aos núcleos sociais, levaram Vilfredo Pareto a estabelecer uma metodologia que transformou a sociologia em ciência lógico-experimental. A sociologia, diz ele, deve se fundar não em dogmas ou em axiomas, mas na experiência e na observação. Desta forma propôs estudar os fatos sociais com único fim de descobrir suas uniformidades (leis) e as relações que os entrelaçam.

Em 1897 executou um estudo sobre a distribuição de renda e de riquezas em diferentes países, e por meio deste estudo concluiu que uma minoria das pessoas (20% da amostra) controlava a grande maioria da riqueza (80%). O modelo de análise foi adotado no mundo produtivo empresarial e ficou conhecido como o *efeito de Pareto*, um efeito que pode ser observado no Controle de Qualidade onde normalmente 80% dos problemas se originam de apenas 20% das causas².

Busino (1983 apud FREITAS, 2011) afirma que essa pesquisa é reconhecida como precursora do *estruturalismo genético*. Freitas (2011, p. 3) afirma que essa identificação remete a um trabalho de aproximação de suas formulações com os desenvolvimentos teórico-metodológicos desta corrente da sociologia, uma vez que seu prestígio contemporâneo é produto de muitas clivagens, acomodações e rupturas epistemológicas entre várias tradições do pensamento social.

Bouvier (1999 apud FREITAS, 2011) assevera que as teorias sociológica e econômica se inscrevem, hoje, em uma antropologia cognitiva, como o demonstram as pesquisas sobre a cognição que visam ultrapassar a teoria das escolhas racionais, já que esta, ao contrário das versões clássicas, aplica a noção de ação lógica aos comportamentos econômicos e sociais, enquanto as teorias paretianas elaboram uma ciência social geral, incorporando, por sua vez, estudos de ações lógicas e de ações não lógicas.

Vilfredo Pareto elabora uma *teoria sociológica* que contribuiu para a elevação desta disciplina ao estatuto de ciência que se recusa em atribuir um

2 Quando se fala em problemas e causas, uma das propostas de abordagem é o famoso Gráfico de Pareto (ou Diagrama de Pareto). O Diagrama de Pareto é utilizado para mostrar a ação do princípio. Os dados são dispostos de acordo com uma lógica derivada do estudo das funções que os poucos fatores que causam a maioria dos problemas podem ser observados. O Diagrama de Pareto, ou diagrama ABC, 80-20, 70-30, é um gráfico de barras que ordena as frequências das ocorrências de problemas, da maior ocorrência para a menor ocorrência, permitindo a priorização dos problemas, procurando levar a cabo o princípio de Pareto (poucos essenciais, muitos triviais) para resolver aspectos centrais da situação, ou melhor, há muitos problemas sem importância diante de outros mais graves. Sua maior utilidade é a de permitir uma fácil visualização e identificação das causas ou problemas mais importantes, possibilitando a concentração de esforços de resolução sobre os mesmos. Nossas pesquisas, realizadas até o presente momento, nos habilitam a afirmar que o famoso Diagrama de Pareto é uma das sete ferramentas que repousam sobre o estatuto epistemológico da Qualidade Total.

caráter utilitário a própria ciência produzida, mas antes tenta buscar a verdade independente de sua utilidade, e é isso que o faz distinguir como objeto da sociologia as ações não-lógicas. Ao estudar os fenômenos sociais, considera sempre dois aspectos da ação humana, o objetivo, como se apresenta na realidade, e o subjetivo, como se apresenta ao espírito humano.

O estatuto sociológico elaborado por Vilfredo Pareto sobre o homem é dominado e direcionado por certo subjetivismo, ou seja, o que advém do homem é subjetivo. Pareto (1984) ressalta que não devemos nos enganar com o qualificativo objetivo e subjetivo. Os qualificativos são, na realidade, subjetivos, pois todo conhecimento humano é subjetivo, e eles se distinguem não por uma diferença de natureza, mas por uma soma mais ou menos grande de conhecimentos de fato.

A *teoria econômica* de Vilfredo Pareto abandona a concepção empirista usada para analisar o fenômeno econômico, porque essa lhe dava, segundo ele, caráter abstrato³. De um lado porque sua crítica à teoria que repousa na crítica a economia política de Karl Marx, que tem a exploração no centro da construção da mais valia capitalista, provoca em Vilfredo Pareto o desafio de examiná-la a partir de sua discordância à teoria do valor trabalho e a distinção entre capital constante e capital variável.

O homem para Vilfredo Pareto não é um ser racional, mas um ser que raciocina tão somente, e, por conta disso, tenta atribuir justificativas lógicas para suas ações ilógicas deixando-se levar pelos sentimentos: “elle fournit la matière que met en ouvre la première; nous lui devons les connaissances qui revent efficace l'action, et d'utiles modification ou sentiment, grâce auxquelles il s'adapte peu à peu, très lentement il est vrai, aux conditions de l'ambient”.⁴

3 O pensamento sociológico de Vilfredo Pareto parte da premissa que as ações humanas, ponto central de sua teoria sociológica, possuem inúmeras variações. Inicialmente, imagine um indivíduo chegando e entrando na sala, aproxima-se de uma cadeira, pedindo licença e sentando-se fazendo, ainda, alguns movimentos para se ajeitar. Seguindo os fundamentos da teoria sociológica paretiana, poderíamos afirmar que o homem agiu educadamente ao sentar na cadeira, pois (ele) “deve agir assim” (ou) “porque é o costume”; em ambas as variações da ação praticada, não é possível, segundo Vilfredo Pareto, racionalizar com precisão a ação “sentar na cadeira”; podemos, somente, dizer que a ação “sentar na cadeira” é uma ação não lógica porque não há um raciocínio lógico imediatamente relacionado. Outro raciocínio é empregado para descrever a ação de projetar e construir a cadeira. O homem que projetou e construiu a cadeira sabia o que ia construir e o material que teria que utilizar para que outro homem ao se sentar na cadeira não caísse. O indivíduo que projetou e construiu a cadeira, concebeu logicamente, a princípio, uma relação meios-fins na sua consciência que é a realidade subjetiva, projetando, assim, a cadeira.

4 Cf. Vilfredo Pareto. *Discours de Pareto (Jubilé 1917)*. Centre Walras-Pareto, Université de Lausanne. 2001, p. 3-5.

A teoria sociológica de Vilfredo Pareto repousa nas mil cento e dezoito páginas do *Traité de Sociologie Général*. Um tratado considerado por muitos, segundo Freitas (2011), como precursor da sociologia sistemática e um dos primeiros a ter tentado dar conta das mudanças políticas e sociais em curso no seu tempo. É do debate sobre essas mudanças que emerge sua contraposição ao reformismo do século XIX e que resulta no enfrentamento teórico com o pensamento socialista.

A guerra civil europeia, que se tornaria mundial, e a situação da Itália após esse conflito, deprimem o entusiasmo de Vilfredo Pareto em relação ao comportamento das democracias, razão de sua aproximação ao socialismo nacionalista de Benito Mussolini. Esta aproximação política traria profundas implicações à compreensão do pensamento sociológico paretiano, fazendo com que ele se tornasse tributário da tarefa de especificar a natureza subjetiva das relações sociais. (FREITAS, 2011).

Vilfredo Pareto expõe no *Traité de Sociologie Général* (1916) a sistematização de um longo trabalho de elaboração de uma teoria sociológica cujas bases começam a ser expostas antes mesmo no *Cours de Economie Politique* (1897). Ele postulava que a sociologia, enquanto ciência lógico-experimental, não tem por objeto dar lições de moral, mas de constatar que os seres humanos disputam entre si as vantagens da existência e treinam de legitimar sua sede de enfraquecer o rival.

Os comportamentos humanos são as unidades fundamentais necessárias a explicação da produção da sociedade segundo a teoria sociológica paretiana. A forma e o fundo dos comportamentos humanos constituem o aspecto subjetivo por meio do qual os fenômenos sociais se apresentam: o aspecto subjetivo é a forma pela qual o espírito humano representa os fenômenos, representação geralmente deformada, ao passo que o aspecto objetivo é o feito real, constante, imutável.

Segundo Freitas (2011, p. 2 apud BUSINO, 1968, p. 135)⁵, a *teoria sociológica* de Vilfredo Pareto mostra que as ações sociais podem ser distinguidas em duas grandes categorias: primeira, as ações lógicas que são ao menos na sua parte principal, o resultado dos raciocínios, ou seja, são aquelas ações que usam de meios apropriados ao objetivo e unem logicamente os meios aos objetivos; segunda, as ações não lógicas que provêm principalmente de certo estado psíquico: sentimentos, subconsciente etc.

Freitas (2011, p. 2 apud BUSINO, 1968, p. 135) expressa, ainda, que as ações não lógicas são aquelas ações onde o nexó lógico entre meios e fins é inexistente. Outrossim, para que uma ação seja efetivamente lógica não é necessário que ele

5 Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Général*. 1968, § 161; cf. G. Busino, p. 135.

tenha uma conexão, para o sujeito da ação, entre ação e objetivo; é necessário que a conexão entre ação e objetivo exista também “*para aqueles que tenham conhecimentos mais extensos*”⁶. Neste caso a ação é lógica seja objetivamente seja subjetivamente.

Delas e Milly (p. 48 apud FREITAS, 2011, p. 3)⁷ esclarecem: as ações não lógicas, denominadas por Vilfredo Pareto de *resíduos*, remetem aos instintos, as pulsões, as necessidades e variam segundo os indivíduos e as civilizações. Sobre estes resíduos vêem-se se grafar as *derivações*, quer dizer as ideologias, as construções pseudo-rationais que são as autojustificações. A potência das ideologias e das crenças têm aí um esclarecimento como causa das ações não lógicas.

O jogo social dos resíduos e das derivações formam as elites existentes em toda sociedade hierarquizada; as elites que conhecem a mobilidade, e que desaparecem nas sociedades hierarquizadas que são mortais. As sociedades hierarquizadas são formadas de dominantes e de dominados. Os dominantes que compreendem as elites estão em constante mobilidade, em circulação, subindo e descendo. O movimento de descida das elites termina no cemitério dos aristocratas.

Vilfredo Pareto⁸ expressa que os interesses impulsionam os indivíduos a se apropriar dos bens úteis, ou agradáveis para a vida, assim como procurar a consideração e a honra. Os interesses estão na base da circulação das elites e esta, por sua vez, é que move a história das sociedades pela mudança que provoca no poder, e não a luta de classes. Elas são também fundamentais para os processos de mobilidade social que equilibram a alternância de poder nas sociedades hierarquizadas.

Vilfredo Pareto postulava que a sociologia deveria fornecer uma base de análise mais sólida que a economia para a compreensão do comportamento humano, motivo pelo qual reformou o ensino de ciências sociais na Universidade de Lausanne (janeiro de 1911), separando o ensino das ciências comerciais das ciências sociais e econômicas. O seu posicionamento rejeitava o patrimônio comum, o positivismo, a abordagem utilitarista da ação, o esquema analítico meios-fins.

Giovanni Busino (apud FREITAS, 2011, p. 17) assinala, ainda, que Vilfredo Pareto é o único a recusar a inatingibilidade da racionalidade dada ao mundo histórico-social, a propor abordagens analíticas muito problemáticas, a se localizar na contra corrente da letra e do espírito dos paradigmas comuns, a excluir da vida ordinária a universalidade metodológica do princípio de racionalidade, lá onde a fé, os conflitos e a comunicação persuasiva se fazem hegemônicas.

6 Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie générale*, 1968, §150.

7 Cf. J-P Delas e B. Milly. *Op. cit.* p. 48.

8 Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie générale*, 1968, § 2009.

Freitas (2011) assevera que a perspectiva de Giovanni Busino repõe no devido lugar o pensamento paretiano como uma produção intelectual de grande envergadura epistemológica na construção da sociologia. Da perspectiva dos que se dedicam à pesquisa do pensamento e da ação humana, a *teoria sociológica* produzida por Vilfredo Pareto é um empreendimento de investigação em curso, cujos desdobramentos sobre a questão social são ainda incontáveis e imprevisíveis.

O exemplo da ação relacionada à cadeira é emblemático. Vilfredo Pareto dizia que os homens dão razões lógicas não reais aos fenômenos sociológicos. O indivíduo que projetou e construiu a cadeira produziu uma ação lógica porque “as operações que estão logicamente associadas aos seus objetivos, não só com relação ao sujeito que as efetua, mas também com relação àqueles que possuem um conhecimento mais amplo, isto é, ações que têm, subjetivamente e objetivamente, o sentido acima explicado”.

Dessa maneira, o indivíduo que projetou e construiu a cadeira, concebeu logicamente, a princípio, uma relação meios-fins na sua consciência que é a realidade subjetiva, projetando assim a cadeira. Depois empregou uma ação na realidade objetiva, aplicando a mesma relação meios-fins produzida na realidade subjetiva, sendo o fim objetivo igual ao fim subjetivo.

Então, o indivíduo associou logicamente os meios aos fins, uso tal material para construir uma cadeira que agüente uma pessoa sentada. Na realidade objetiva o fim está logicamente associado ao meio. A cadeira resiste uma pessoa sentada porque o material da cadeira suporta realmente uma pessoa sentada. Dessa forma, o fim objetivo, uma cadeira que agüente uma pessoa sentada é igual ao fim subjetivo, uma cadeira que agüente uma pessoa sentada.

As ações estão quase sempre misturadas, sendo uma ação em grande parte não-lógica e em uma pequena parte lógica, ou vice-versa. Por isso que Pareto classifica as ações não-lógicas subdividindo-as em gêneros e assim podemos perceber graus de ações não lógicas que comportam por vezes partes lógicas. Para isso reconstruímos um gráfico de Pareto⁷ que se encontra reproduzido no livro do Aron.

Teoria das Elites

O pensamento de Vilfredo Pareto sobre a elite é proveniente de uma concepção que há ações humanas lógicas, como as econômicas, e ações não-lógicas, como as sociológicas, e, por conta disso, os fenômenos sociológicos são produzidos por múltiplas causas, ocorrem raramente, e lentamente, conseqüentemente, o pesquisador não consegue captá-los na totalidade; e, por fim, qualquer fenômeno sociológico relacionado ao sentimento não pode ser medido com precisão.

Há outro aspecto dessa concepção política: “é difícil conhecermos nossos próprios sentimentos, mais difícil ainda é conhecermos os sentimentos alheios (PARETO, 1980, p. 69), mas o homem, segundo Vilfredo Pareto, quer relacionar os sentimentos com uma determinada logicidade e, quando a lógica se estabelece, dão significado às ações por meio da moral, da religião e mesmo da filosofia. Disso derivam os resíduos e as derivações que são justificativas pretensamente racionais das ações.

Os resíduos são as manifestações observáveis dos sentimentos mediante ações e as derivações são o resultado da tentativa de racionalização dos sentimentos que produziram essas ações. Os resíduos e as derivações estão em interação recíproca e, por conta dessa biunivocidade, são os responsáveis pelo equilíbrio relacional entre os homens, combinando os interesses diversos e mesmo conflitantes diante de uma realidade social extremamente heterogênea (o Estado).

A partir desse axioma paretiano de heterogeneidade, podemos deduzir que há uma camada superior da sociedade, formada por uma elite detentora dos índices mais elevados dentro do ramo de atuação. Isso significa que na organização política do Estado, há a elite governamental que é um grupo minoritário que detém o poder de dar a direção política e econômica ao Estado e é uma constante na história das sociedades, e a elite não-governamental, que, por sua vez, é extremamente heterogênea.

Isso nos conduz epistemologicamente a crer que, segundo a concepção paretiana de organização política do Estado, há na sociedade os que são dominados por fins ideais, caracterizando-se por uma classe social dominada pelos sentimentos, por exemplo: as agregações etc., mas há também nessa mesma organização os políticos que querem trabalhar no interesse da população e, dessa maneira, são dominados pelo instinto das combinações.

Chatelet (1993, p.926-34) nos ensina que Vilfredo Pareto dividiu os políticos em dois substratos sociais: os que dominam a força física (Classe I) e os que se sobressaem intelectualmente (Classe II). Isso significa que para se perpetuar no poder, a elite política precisa cooptar indivíduos capacitados dentro da sociedade. Os indivíduos dotados da força não se deixarão cooptar, conseqüentemente, os astutos aceitam a cooptação e, por conta disso, ingressam em maior quantidade na elite.

Conclusão: os talentosos se tornaram majoritários ou, no mínimo, hegemônicos. No entanto, dentro da sociedade cresce a elite dos fortes que forçam a entrada para a elite política, formando uma contra-elite e, quando se sentem suficientemente fortes, promovem uma evolução e ascendem à elite formando um governo de classe

II. Com o passar do tempo também precisam renovar-se e novamente se reinicia o processo. É a teoria da circulação das elites.

Busino⁹ retoma a teoria das elites de Pareto e comenta: “É o eterno ciclo opressores e oprimidos, elites x massas, é a sucessão de fenômenos que se renovam em uma ordem imutável sem solução de continuidade; os fenômenos sociais não se reproduzem jamais na mesma ordem, pois eles são sujeitos aos efeitos de retorno, à retroação ao feed-back, no qual a presença criou uma situação onde a regulação fica possível. Nos fenômenos sociais é este bem o ponto que joga em favor da racionalidade.

Vilfredo Pareto nos conduz a pensar que elite é a algo natural, que independe da vontade humana e está acima dela. A elite não se faz nem se adquire. É um dado. Por isso, o político é uma realidade independente da vontade da comunidade e, conseqüentemente, seu agir independe do crivo da comunidade. Ele não é escolhido, mas dado pela natureza e, assim, pode prescindir da comunidade. Como não está no poder, mas é poder, justifica-se a perpetuação no poder.

Algumas possíveis considerações finais.

Vilfredo Pareto procura formular por meio do processo *lógico-experimental*, as relações invariantes entre chefes políticos e militantes e entre governantes e governados, reconhecendo a existência de elites em todas as atividades sociais, procurando observá-las independentemente de uma perspectiva moral. Neste sentido, considera que a *classe governante e o governo efetivo* tanto usam a força, pela coerção, como o sentimento manipulado, mediante a *arte política*.

Os governantes usam as técnicas para estarem no poder, e como estas raramente se reúnem na mesma pessoa, gera-se uma *circulação de elites*, entendida como a passagem da elite não governamental para a elite governamental, dado que a elite não é estática, vivendo uma situação de transformação que embora lenta seja contínua. Toda essa perspectiva se assenta no dualismo *elite versus massa*, uma variante psicologista que pretendia substituir o dualismo economicista de Karl Marx.

Os fundamentos da *Teoria das Elites* nos conduz a concluir que historicamente o poder se concentra nas mãos de um grupo restrito (a elite). Os defensores da perpetuação no poder não faz sentido o pluralismo político ou a democracia horizontal e é

9 Cf. Giovanni Busino, p. 19. Vilfredo Pareto, *Traité de Sociologie Général*. 1968, § 161; cf. G. Busino, p. 135

por isso que o modelo seria uma espécie de pirâmide política, semelhante à pirâmide econômica. Sempre haveria uma oligarquia no poder, embora a sociedade seja constituída de individualidades díspares.

Não há dúvidas que a *Teoria das Elites* se põe como uma maneira de explicar o fenômeno da perpetuação de um partido ou grupo no governo, que se imbuí da idéia de que é elite e, por isso decide permanecer no comando político do Estado. Vilfredo Pareto salienta, ainda, que se o fim da ação for à permanência no poder, e isso for justo para o governante porque é elite, também é justo, no pensar dele, prover-se dos meios para concretizar tal objetivo.

Diante disso, pensamos que uma reflexão sobre a Teoria das Elites seja válida desde que se leve em conta o seguinte: não há algo especial, um dom, que faça de alguém elite porque, ocasionalmente, detém o poder num determinado tempo e espaço. Não é por ser elite que alguém ocupa o topo da política, mas pelo inverso: porque ocupa o governo é que é elite.

A ideologia da perpetuação no poder pode encontrar guarida na Teoria das Elites desde sua formulação mais radical, de ser natural assim, até na sua formulação mais branda, da renovação democrática das elites.

Referências Bibliográficas

- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ASOR ROSA, A. “La cultura”, in Storia d’Italia, v. 4, tomo II, Einaudi, Torino, 1975
- BARATTA, G. Le rose e i quaderni - il pensiero dialógico di Antonio Gramsci. Roma, Carocci/IGS, 2003.
- BOBBIO, Norberto. Profilo ideologico del Novecento italiano, Torino: Einaudi, 1986.
- BONETTI, Paolo. Il Pensiero Político di Pareto. Bari: Laterza, 1994.
- BURNHAM, J. The Machiavellians, defenders of freedom. Chicago: Gateway, 1963.
- BUSINO, G. “Introduzione”. In PARETO, V., I Sistemi Socialisti. Torino: UTET, 1974.
- CACCIATORE, G. Filosofia della prassi e marxismo critico. In: Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. disponível em www.igsitalia.it. Consultado em 16/07/2010.
- CERRONI, U. Teoria política e socialismo. Lisboa: Europa-America, 1976.
- CHATELET, François. Dicionário de Obras Políticas. Tradução de: Glória de C. Lins e Manuel Ferreira Pinto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- COUTINHO, C. N. “Scienza della Política”, in LIGUORI, G.; VOZA, P., Dizionario Gramsciano, Roma, Carocci, 2009.

FILIPPINI, “Gramsci e le Scienze Sociali”. In: Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”, Cagliari-Ghilarza- Ales, 2007. disponível em www.igsitalia.it. Consultado em 16/07/2010.

FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Pareto e a Questão Social: elementos para uma discussão acerca dos sistemas de solidariedade. Manaus: UFAM, mimeo, 2011.

GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, v. 1, Torino, Einaudi, 2007.

_____. Lettere dal carcere. Turim, Einaudi, 1977.

KANOUSI, D. “Nota breve sul Machiavelli dei Quaderni del Carcere”, in Atti del III Convegno della IGS: “Antonio Gramsci, un sardo nel ‘mondo grande e terribile’”, Cagliari-Ghilarza-Ales, 2007. disponível em www.igsitalia.it. Consultado em 16/07/2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe: edição bilingüe. São Paulo: Hedra, 2007.

MEDICI, R. La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci. Modena: Muchi, 1990.

PARETO, Vilfredo. Trattato di sociologia Generale. Firenze: G. Barbera, 1923.

_____. I Sistemi Socialisti. Torino: UTET, 1974.

_____. Manual de Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, Col. Os Economistas, 2 volumes, 1984.

SUPPA, S. “Politica”, in LIGUORI, G.; VOZA, P., Dizionario Gramsciano, Roma, Carocci, 2009.

CULTURA DO LIXO: SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE

Introdução

Várias são as dissertações, teses de Doutorado e Pós-doutorado e outros tipos de pesquisas que apontam o impacto ambiental de um consumo exagerado por parte da sociedade como o responsável pelo aumento da degradação do ambiente uma vez que é necessário um aumento da produção para cobrir a demanda e este aumento está vinculado com a aceleração do uso de recursos naturais.

Não é preciso ser um gênio da envergadura científica do professor Albert Einstein para saber que o planeta Terra e os próprios seres humanos não suportam o atual modelo de consumo praticado nas sociedades ocidentais. Essa problemática é tão evidente que o próprio Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente definiu *consumo sustentável* como sendo:

[...] o fornecimento de serviços e de produtos correlatos, que preencham as necessidades básicas e dêem uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se diminui o uso de recursos naturais e de substâncias tóxicas, assim como as emissões de resíduos e de poluentes durante o ciclo de vida do serviço ou do produto, com a ideia de não se ameaçar as necessidade das gerações futuras.

* É doutorando em Sociedade e Cultura da Amazônia pelo Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação, Especialista em Gestão Escolar pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, pesquisador credenciado a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas e, também, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. É professor nas Licenciaturas em Pedagogia, História, Química etc., assim como professor da Escola Estadual Professor José Bernardino Lindoso.

** É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas.

Em 1987, o documento *Our Common Future*, ou Relatório Brundtland¹, apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. É a partir daí que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar conhecido.

Neste relatório, cuja tradução é *Nosso futuro comum*, encontra-se o conceito de desenvolvimento sustentável, isto é, um desenvolvimento que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Ele foi criado após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, contendo ainda análises sobre as transformações climáticas.

O Relatório já apresentava ações a serem tomadas pelos Estados e também definia metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições multilaterais. Mas, os resultados estão muito aquém das expectativas que repousam na letra do relatório e decorrem da complexidade de estabelecer e pactuar limites de emissões, proteção de biodiversidade, notadamente pelos países mais desenvolvidos.

Por que é tão difícil vivermos em sociedade? Por que é tão difícil construirmos coletivamente uma sociedade sustentável para além do capital? Por que os indivíduos não conseguem se realizar socialmente e, por conta também dos efeitos do capital, procuram uma possível felicidade nos produtos comprados?

Consumo e consumismo

O homem é um ser fadado a consumir o que a natureza oferece, e durante muito tempo ele tem consumido e modificado sua relação homem natureza graças à sofisticação das mediações tecnológicas, mas sem se preocupar com o descarte daquilo que não se faz necessário a sua existência. O que mudou de uma sociedade caracterizada por sua ligação mais harmoniosa com a natureza e com outros homens, uma sociedade de produtores, para uma sociedade cujo estado de espírito, conhecido

1 O Relatório Brundtland é resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, daí o nome final do documento. A comissão foi criada em 1983, após uma avaliação dos 10 anos da Conferência de Estocolmo, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento enfatizou problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época), e expressou preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas e de nossas habilidades de avaliar e propor soluções, como está na publicação *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial – GEO 3*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

como felicidade, está substanciado ao consumo compulsivo de produtos oferecidos freneticamente pela Indústria Cultural?

O sociólogo *Bauman* (1925) nos ensina que essa sociedade, por nós entendida como a sociedade da pseudofelicidade, está precisamente constituída não mais por produtores, mas por consumidores, ambigualmente caracterizados, ora como indivíduos bestiais seduzidos pelas mercadorias, ora como sujeitos autônomos procurando uma sustentabilidade só por meio do discurso; a vocação consumista desses indivíduos desejantes não tem gênero e é individualmente alcançada por seu respectivo empenho, configurando assim, o estado líquido globalizado da *Modernidade*.

O consumidor do estado sólido da Modernidade esperava que os bens fossem duradouros como suas posições sociais porque isso constituía um patrimônio de uma geração a ser deixada a outra futura. Diferentemente do estado líquido da Modernidade, que conforme a intensidade e o volume dos desejos implicam na substituição cada vez mais rápida dos objetos destinados a satisfazê-los, resultando em descarte em massa. E quão grandes implicações a conjuntura da liberdade de tomar empréstimo facilitado vão implicar na sociedade de consumidores, onde todas as coisas têm preço!

O consumidor numa sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui. Se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir.

Zygmunt Bauman descreve o consumismo como algo capaz de destruir a memória, pois no mesmo momento que as pessoas são impulsionadas a adquirir algo novo, estas também são levadas a esquecer do antigo: a memória do arcaico e ou a sensação de estar fora do meio daqueles que já possuem as novidades é algo comum no estado líquido da *Modernidade*; é um ato de liberdade que, dentre outras experiências humanas, quando realizadas, proporciona satisfação, mas decorre que esse ato de liberdade nem sempre é guiado com responsabilidade, especialmente a responsabilidade ambiental.

O consumo, o consumismo e a produção de lixo estão relacionados aos efeitos nocivos da publicidade porque a sociedade além de consumir produtos, consome padrões de felicidade, de beleza, de bem estar etc. Baudrillard (1991) salienta que a sociedade capitalista constitui-se em um estilo de vida hedonista forjando toda uma práxis do consumo, principalmente, porque a explosão da produção e do consumo,

que teve início com o american way of life dos anos 1950 do século 20, chegou ao seu ponto mais alto nos anos oitenta e anos seguintes.

O sistema produtivo do capital produziu objetivamente não só uma solução mais ou menos duradoura para a contradição que repousa sob a tríade produção, consumo e distribuição, mas produziu também um novo tipo de subjetividade consumidora porque o consumidor passou a deparar-se com duas situações: a liberdade de escolha diante de uma infinidade de possibilidades de consumo, que acarretam em responsabilidade na felicidade e realização individual e o medo em conjunto com a insegurança de tomar qualquer decisão, por causa de suas implicações no meio social.

Layard (apud BAUMAN, 2008) oportuniza-nos uma grande contribuição para essa discussão na obra *Happiness: has social science a clue? (Felicidade: a ciência social tem uma pista?)*. O economista inglês afirma que a felicidade cresce de acordo com os incrementos de renda, mas o próprio *Zygmunt Bauman* contraria esse pensamento ao afirmar que não existe qualquer evidência empírica de que, com o crescimento do volume geral (ou médio) de consumo, o número de pessoas que afirmam que se sentem felizes também vá aumentar.

Quem é o dono da razão? É muito cedo para opinarmos.

Uma coisa é certa! O resultado do ataque massivo das mídias numa sociedade que vive mais é funesto, pois divide a sociedade em duas frações de indivíduos, o que *Zygmunt Bauman* e *Jean Baudrillard* vão classificar como turistas, ou seja, aqueles indivíduos que têm acesso a ir e vir de diversos lugares consumindo tudo o que lhe apraz; e aqueles considerados vagabundos, ou seja, aqueles indivíduos restritos a um nicho de produtos setorizado em um único lugar. Isso significa que o consumo tem dimensões de lugar, tempo e espaço, e que isto é que vai organizar as sociedades modernas.

Zygmunt Bauman esclarece, ainda, que as facilidades de liberdade de crédito fácil junto a entidades financeiras sejam elas nas formas de cartão de crédito ou empréstimos pessoais consignados tem incentivado um determinado quadro macroeconômico de endividamento, até mesmo entre os indivíduos considerados não pobres.

Os ricos que compõem a burguesia e a classe média, por exemplos, são as pessoas que “não possuem nome limpo no mercado”. É uma forma de endividamento que abriga a promessa de felicidade, enfim, um engodo que a sociedade moderna tem comprado e usufruído de maneira obsessiva.

O processo subjetivação dá sentido à cultura da sociedade de consumo envolve, sobretudo, o esquecimento, não o aprendizado que se tinha do estado sólido da Modernidade: quando a capacidade de consumo dos consumi-

dores pode ser esticada muito além dos limites estabelecidos por quaisquer necessidades naturais ou adquiridas; também a durabilidade física dos objetos do desejo não é mais exigida.

Cultura do Lixo

O consumo, catapultado desde a *Revolução Francesa* até os dias atuais, extrapolou a harmonia do circuito bem-utilidade-consumidor porque a publicidade levou os indivíduos a comprar, mesmo que isso signifique pouca ou nenhuma satisfação. O consumir já não se dá em função da utilidade ou necessidade do bem e do que antes isso representava, mas, sim, em função do impulso, da extravagância, enfim dos muitos motivos psicológicos, antropológicos etc., transformando a lógica da necessidade na lógica do desejo².

Os produtos adquiridos também são geradores de novas necessidades, e se tornam obsoletos ora pela *Obsolescência Programada*, que ocorre porque a indústria prevê para produzir num determinado espaço de tempo e, assim, os produtos já estão programados a se tornarem obsoletos em determinado espaço de tempo; ora pela *Obsolescência Perceptiva*, que é aquela que por intermédio dos veículos de mídia, o marketing convence o consumidor de que tal produto é melhor que outro similar, às vezes com funções a mais somente³.

O educador sintetiza esse circuito perverso escrevendo: “sob a égide da sociedade de mercado, se intensifica e noutras vezes se cria uma *mentalidade de consumo*, cujo objetivo reside mais na avidez por dinheiro do que na obtenção de satisfação de necessidades ou desejos reais”. O consumidor é moldado, também, pela crença não mais no prazer ou na satisfação obtidos a partir da utilidade reconhecida que subjaz o bem consumido, mas, porque o consumidor acredita, piamente, que sua felicidade se produz no ter as coisas.

J. B. L. de Andrade esclarece, em tempo recentíssimo⁴, que o consumismo está conectado à substituição da lógica da necessidade pela lógica do desejo, e isso deixa patente que é especificamente sobre o desejo que age um poderoso conjunto de mediações que direciona a sociedade para o individualismo: a publicidade. É essa

2 Cf. ANDRADE, J. B. L. de, 2012, p. 15 ss.

3 Idem, p. 24.

4 O Pós-doutorado resultou num modelo de saneamento ambiental com indicadores de sustentabilidade para a gestão dos Resíduos Sólidos Industriais, no qual as dimensões ambiental, econômica, social, política e cultural foram as contempladas. O modelo é útil aos gestores privados e públicos, haja vista que também permite: (i) a conciliação de interesses; (ii) a ampliação do espaço para o atendimento de novas expectativas; (iii) a flexibilidade na sua utilização; e (iv) o envolvimento efetivo de todos os responsáveis pelos RSIs.

mesma publicidade que nos faz confundir individualidade com egoísmo, nos conduzindo ao mais baixo nível dos valores humanos mais profundos.

O homem tem feito com que o lixo tome conta do planeta inteiro. Tanto nos países identificados como desenvolvidos quanto naqueles que vegetam sob a condição de subdesenvolvidos e nos emergentes o lixo não tem representado mais apenas o subproduto rejeitado das funções vitais. Estamos submersos numa cultura do lixo, na qual o crime, o vício, a indigência mental, o obscurantismo, a desinformação, o mau gosto e a corrupção – inclusive de nosso interior - têm se colocado como objetos de desejos das massas e das elites⁵

Com o panorama de uma sociedade extremamente consumista, o lixo torna-se um problema que vem ganhando abrangência e preço quando se pensa em descarte correto. Levando-se em consideração que nem tudo o que consumimos é realmente reutilizado dentro da lógica do descarte correto, o que temos é um grande problema que cresce e vem custando cada vez mais caro.

Em conjunto com a Indústria do Entretenimento, surge a Indústria de Remoção e Administração dos Resíduos Sólidos. Sendo os resíduos um problema de quem gera – as indústrias, mas o Estado não possui mais condições para financiar sozinha essa despesa, passa a terceirizar o serviço de coleta, antes era responsabilidade do Estado.

Inclusive em virtude dos apelos ambientalistas, conscientizou-se que são desperdiçados milhões de reais em materiais que poderiam ser reutilizados, surgindo assim uma cadeia de empresas, que reciclam papel, plástico, vidro, placas de equipamentos eletroeletrônicos, microempresários, bem como os catadores e as associações de bairros. Estes formam o que Bauman (2008) chamou de *economia do descarte*.

Nesse contexto de discussões ambientais, tomaram mais fôlego pela insurgência de casos de resíduos viajando em contêineres para serem destinados a países do terceiro mundo. E conforme a Revista Galileu⁶, que apresentam um mapa com as rotas de descarte de resíduo eletroeletrônico (*e-waste*), podem ver as proporções da situação no mundo (ver Mapa 01).

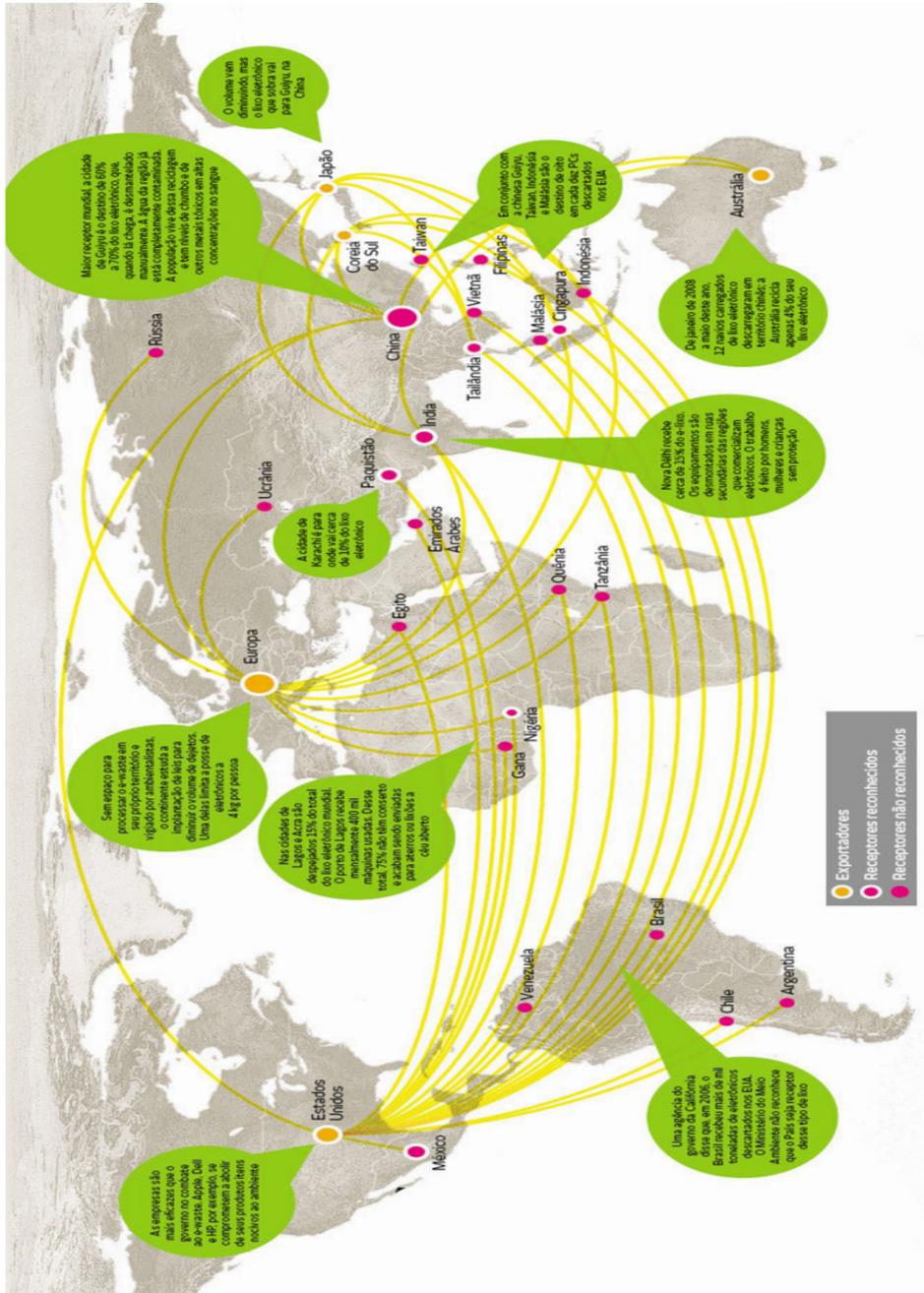
O Mapa 01 ilustra alguns lugares do mundo onde há a preocupação com os Resíduo de Equipamentos Eletroeletrônicos (REEE), da mesma maneira que há lugares sem nenhuma preocupação. Contudo, isto não quer dizer que outros tipos de resíduos não viajem para países do terceiro mundo, sendo este mapa uma exemplificação da gravidade da situação. Bauman (2005) descreve uma entre outras cidades que são receptáculo dos resíduos mundiais:

5 ANDRADE, J. B. L. de, 2012, p. 41.

6 Edição de julho de 2004.

O Mapa 01 ilustra alguns lugares do mundo onde há a preocupação com os REEE, da mesma forma que há lugares sem nenhuma preocupação. Contudo, isto não quer dizer que outros tipos de resíduos não viajem para países do terceiro mundo, sendo este mapa uma exemplificação da gravidade da situação. Bauman (2005) descreve uma entre outras cidades que são receptáculo dos resíduos mundiais:

Em Guiyu, aldeia chinesa convertida em depósito de lixo eletrônico, assim como em numerosos outros lugares na Índia, Vietnã, Singapura ou Paquistão, habitados por ex-camponeses que caíram (ou foram jogados) do carro do progresso econômico, o refugio eletrônico do Ocidente é reciclado. (p. 77).



Na análise de Bauman (1999) sobre os refugos humanos, que surgem em torno de uma sociedade globalizada, sendo esta a prova de que essa globalização não chegou para todos. Ou seja, muitos perderam o trem do progresso e foram excluídos e ou deixados para trás, sob pena do ostracismo de uma modernidade sólida que em certos lugares do mundo não existe mais. Ou ainda, que para que poucos tenham modernidade e globalização, muitos precisam estar na miséria.

Considerações Finais

O homem é um ser fadado a consumir o que a natureza oferece, e durante muito tempo ele tem consumido e modificado sua relação homem-natureza graças à sofisticação das mediações tecnológicas, mas sem se preocupar com o descarte daquilo que não se faz necessário a sua existência.

O que mudou de uma sociedade caracterizada por sua ligação mais harmoniosa com a natureza e com outros homens, uma sociedade de produtores, para uma sociedade cujo estado de espírito, conhecido como felicidade, está consubstanciado ao consumo compulsivo de produtos oferecidos freneticamente pela Indústria Cultural?

Bauman (2005) nos ensina que a sociedade da pseudofelicidade, está precisamente constituída não mais por produtores, mas por consumidores, ambigualmente caracterizados, ora como indivíduos bestiais seduzidos pelas mercadorias, ora como sujeitos autônomos procurando uma sustentabilidade só por meio do discurso.

Acreditamos que a Teoria crítica nos ajuda a entender que a vocação consumista dos indivíduos desejantes da atualidade não tem gênero e é individualmente alcançada por seu respectivo empenho, configurando assim, o estado líquido globalizado da *Modernidade*.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, João Bosco Ladislau de. *Indicadores de Sustentabilidade Aplicáveis à Gestão e Políticas Públicas para os Resíduos Sólidos Industriais: uma contribuição com foco no Polo Industrial de Manaus*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. *Tese de Pós-Doutorado em Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos*.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Traduzido por: Artur Morão. Rio de Janeiro. Edições 70. 1991. Tradução de: *La Société de Consommation*.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Traduzido por: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro Editora Zahar, 2005. Tradução de: *Wasted Lives (Modernity and Its Outcasts)*.

_____. *Modernidade Líquida*. Traduzido por: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2000. Tradução de : *Liquidy Modernity*.

_____. *Vida para Consumo*. Traduzido por: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2008. Tradução de: *Consuming Life*.

_____. *Globalização: As consequências humanas*. Traduzido por: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. Tradução de: *Globalization: The Human Consequences*.

AS RELAÇÕES CULTURAIS BRASIL-GUYANA¹: O CENTRO CULTURAL BRASILEIRO EM GEORGETOWN

Introdução

O presente artigo trata-se do tema de Iniciação Científica¹ e monografia² que se encontra em fase de desenvolvimento. O objetivo da pesquisa é compreender o papel do Centro Cultural Brasileiro em Georgetown na República Cooperativista da Guyana, estabelecendo uma análise do intercâmbio cultural entre os dois países. Por meio de levantamentos bibliográficos, entrevistas e análise de dados, buscar-se-á explicar como a promoção, divulgação e ensino (por meio da língua portuguesa) da cultura brasileira é operada no respectivo Centro.

Este esforço intelectual tentará trazer para o meio acadêmico discussões acerca da interação cultural Brasil-Guyana e explicar o fenômeno da interculturalidade entre os dois países utilizando o CCB de Georgetown como objeto de estudo. Por fazer parte da região de fronteira, torna-se pertinente a pesquisas sobre a relação cultural o vizinho anglófono por parte dos acadêmicos da Universidade Federal de Roraima.

A República Cooperativista da Guyana é o único país que possui a língua inglesa como idioma oficial na América da Sul e faz fronteira com Brasil, no entanto, pouco se discute a interação entre as duas nações, que possuem características bem distintas.

1 Programa de Iniciação Científica- 2012 promovido pela Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRR, categoria “B”, orientado pela Professora Msc. Julia Faria Camargo.

2 Trabalho de Conclusão de Curso com defesa prevista para fevereiro de 2013, com orientação de Professora Msc. Julia Faria Camargo.

1 Adotamos nesta pesquisa a grafia Guyana em detrimento a Guiana, pois, para os guyanenses “Guiana é uma grafia que identifica a ex-colônia Britânica. Eles dizem que não são mais ‘Bristsh Guiana’ desde 1966, quando aconteceu a independência daquele país” (OLIVEIRA, 2010, p.7).

* Acadêmico do 8º semestre de Relações Internacionais na UFRR.

Quando se estuda a região fronteira, deve-se atentar para o fato de que esta é uma região com múltiplas diferenciações. Neste sentido, observa-se que esta deve ser estudada de modo diferenciado do contexto doméstico e também internacional, por se tratar de uma área de constante transição e troca de costumes, experiências, produtos, etc.

Deste modo, a teoria das Relações Internacionais utilizada como marco teórico será o Construtivismo, por possuir uma sensibilidade com as questões sociais, ao afirmar que o mundo é socialmente construído, porém, a principal contribuição desta teoria para o trabalho é sua conceituação da identidade, e sua relação com o interesse nacional, formando diferentes povos com diferentes visões de mundo.

Neste sentido, traz-se o conceito antropológico de cultura para que assim se possa abordar a relação entre os seres humanos de melhor modo. Com isso, busca-se uma correlação entre estas duas áreas das Ciências Humanas para melhor explicar o fenômeno da Interculturalidade.

Será abordada a Diplomacia Cultural, como conceito e como esforço estatal de promoção da cultura brasileira internacionalmente. Será discutido também, sobre a atuação dos Centros Culturais Brasileiros, com suas definições e áreas de atuação.

O histórico da aproximação entre Brasil e Guyana é abordado pormenorizadamente, para que se entenda como ocorrem as relações culturais entre ambos. Com estes conceitos definidos, as relações Brasil-Guyana serão explanadas, de modo sucinto, em campos estratégicos, como meandro para compreender as afinidades culturais.

O conceito antropológico de cultura, a perspectiva construtivista na formação identitária e a Diplomacia Cultural

Para se compreender a natureza da cultura, é necessário recorrer aos conceitos antropológicos. O autor Roque de Barros Laraia, faz a síntese desta temática, ao mostrar que os homens preferem suas culturas em relação às outras, pois estão convencidos que seus costumes são melhores que os dos outros. Cita autores como Heródoto (484 – 424 a.C) e Montaigne (1533 – 1572) que buscaram entender o comportamento singular de diferentes povos.

A partir dessa afirmação o autor empenha em conceituar, antropológicamente o conceito de cultura, faz uma abordagem histórica, demonstra a origem do termo cultura, com junção sintetizada de *kultur*, palavra de origem germânica com *civilization* de origem francesa, feita por Edward Tylor (1832 – 1917) no final do século XVIII, no entanto já era bordado por Jhon Locke (1632 – 1704), Jacques Turgot (1727 –

1781) e Jean-Jacque Rousseau (1712 – 1778), todos abordavam o papel da educação na formação cultural do homem.

Laraia atenta-se em discutir como opera a Cultura, mostra que herança cultural dos indivíduos acabou por nos fazer intolerantes em relação às pessoas que não seguem os padrões aceitos por elas mesmas, conseqüentemente, em suas famílias e no meio social como um todo. Prova-se assim, que o modo de ver o mundo é valorativo, ou seja, de acordo com as concepções de certo e errado de cada um, acredita-se que a sociedade vive o dilema dicotômico do “ nós e outro”.

No que consta o Construtivismo, advindo das Ciências Sociais, este surge nas Relações Internacionais tardiamente, em um momento no qual sua agenda estudo englobava novos temas que não poderiam ser estudados somente pelo viés das teorias “tradicionais”. Neste sentido, evidencia-se o dilema entre o agente e a estrutura, para saber qual influenciava primordialmente o outro, assim a perspectiva construtivista revela um debate, não mais metodológico como outros que ocorreram anteriormente, mas na verdade ontológico (MESSARI e NOGUEIRA, 2006).

Os acontecimentos sociais adquiriam cada vez mais relevância nos estudos das relações internacionais, na medida em que as questões étnicas foram responsáveis por fatos como a Guerra da Bósnia e o genocídio de Ruanda, no Pós-Guerra Fria. A abordagem construtivista trouxe à tona vários temas, mas cabe citar neste artigo, a identidade.

Um dos principais difusores dos estudos de identidade nas RI foi Alexander Wendt. Para o teórico, esta é formadora do interesse nacional, “Identities are the base of interests [...]” (1992, p.398), pois acredita que o mundo é socialmente construído. Deste modo, observa-se que Wendt acredita na identidade como um pressuposto à formação dos Estados, assim os interesses nacionais tornam-se difusos, não somente na manutenção do *status quo* e no aumento de poder como acreditam os realistas. Surge, desta forma, a necessidade de se abordar a questão estatal em nível doméstico, ou seja, endogenamente.

A identidade pessoal e afirmação social não dependem estrutura formalizada estatal, em princípio, o Estado fora se desenvolvendo ao longo do tempo, mas emoldurado pela organização de sociedades (MARTINS, 2005). Para o professor Estevão Martins, “A construção (ou, para alguns, desvelamento) da identidade constitui-se em um passo essencial da legitimidade do ser histórico das coletividades”. (2005, p.31).

Ao considerar o papel do Estado nas relações culturais, adentra-se no papel da Diplomacia Cultural, como esforço de estabelecer relações diplomáticas entre

as Nações por meio do ator cultura. Segundo o cientista político e autor Dr. Milto C. a Diplomacia Cultural consiste em ser “O intercâmbio de idéias, valores, sistemas, tradições, crenças, e outros aspectos da cultura, com a intenção de promover a compreensão mútua.” (Disponível em: http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en_culturaldiplomacy. Acesso em 14 de abril de 2012)

Apesar das interações culturais de cunho diplomático ocorrerem há muitos séculos, a Diplomacia Cultural só foi reconhecida recentemente. Porém, a mesma tem se revelado como importante mecanismo de manutenção da paz, por elevar a interação sociocultural entre as nações.

Neste sentido, ao se constatar o nível de interdependência do Sistema Internacional, observa-se o importante papel da diplomacia cultural como promotora da paz e da estabilidade na conjuntura globalizada mundial. No que consta o prisma do ensino, a Diplomacia Cultural, possui como objetivo primordial influenciar a Opinião Pública Global e a ideologia individual e coletiva.

A Diplomacia Cultural, como área do conhecimento acadêmico, está fundada em cinco princípios:

1. Respeito e Reconhecimento da Diversidade Cultural e Patrimônios;
2. Diálogo Intercultural Global;
3. Justiça, Igualdade e Interdependência;
4. A Proteção dos Direitos Humanos Internacionais;
5. Paz e Estabilidade Global.

Neste sentido, abordar-se-á os Centros Culturais Brasileiros (CCBs) como uma iniciativa Governamental, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, como forma de promover, divulgar e, nos casos de países que já contam com um alto número de brasileiros, manter as raízes da cultura brasileira pelo mundo. Como instituições diretamente subordinadas ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país, constituem o principal instrumento de execução da nossa política cultural no exterior.

A princípio instituídos como Centros de Estudos Brasileiros, a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), gerenciada pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Ministério das Relações Exteriores, focalizavam tradicionalmente suas atividades apenas no ensino da Língua Portuguesa. Entretanto, ao longo dos últimos anos, essas atividades têm-se intensificado e expandido, passando a abarcar, além da divulgação da cultura brasileira nas suas diversas manifestações, a

divulgação de manifestações artísticas e culturais locais, transformando-se em genuínos centros culturais.

A denominação “centro de estudos” deixou de alcançar conceitualmente a ampla esfera de atuação dessas unidades. Justifica-se, deste modo, fazer refletir em sua denominação essa nova realidade: “Centro Cultural Brasil-(nome do país onde o centro está localizado)”. Os Centros Culturais Brasileiros (CCBs) têm o objetivo de difundir o idioma português falado no Brasil e de promover a cultura brasileira no exterior. Eles desenvolvem, nesse sentido, o ensino sistemático da língua portuguesa falada no Brasil, a difusão da literatura e da cultura brasileiras, a organização de exposições de artes visuais, espetáculos teatrais e participação em feiras de livros, a distribuição de material informativo sobre o Brasil, a difusão da música erudita e popular brasileira, a divulgação cinematográfica brasileira, a organização de palestras e seminários sobre temas relacionados à civilização e à atualidade brasileira e a promoção de outras formas da cultura do Brasil.

Os Institutos Culturais são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas. No momento, existem 21 (vinte e uma) unidades, assim distribuídas: 12 (doze) no continente americano, 3 (três) no continente europeu e 6 (seis) no continente africano.

A Tríplice Fronteira: Brasil-Guyana-Venezuela

Localizada ao norte do estado de Roraima, no centro da Amazônia Caribenha³, a tríplice fronteira: Brasil-Guyana-Venezuela, é pouco estudada no contexto nacional. Por muito tempo, a região foi considerada uma “ilha”. Segundo Bertha Becker (2007), esta ideia é obsoleta, pois, através da conectividade tecnológica atual. No entanto, constata-se que esta integração não deve ser entendida como uma nova versão

3 “Amazônia Caribenha todo o território da Ilha das Guianas que compreende o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/ Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco. Faz-se necessário reinterpretar o processo histórico-cultural da Amazônia Caribenha, observando o Tratado de Tordesilhas como primeiro documento na literatura histórica que celebrou o acordo entre os reinos Ibéricos (Espanha e Portugal) na delimitação das fronteiras no Novo Mundo. Com o processo de colonização européia, o Novo Mundo foi denominado de América, cuja fronteira foi reorganizada em três grandes regiões: Norte, Central e Sul. Amazônia Caribenha é um território ao Norte da América do Sul e que no processo de colonização foi dividido entre cinco países amazônicos: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Guiana Francesa” (OLIVEIRA,2011)

da “marcha para oeste” ocorrida no “Estado Novo” de Getúlio Vargas, que buscou levar os modelos desenvolvimentista do centro-sul para a Amazônia.

Este meio de integração e desenvolvimento já fora defendido como a melhor alternativa, no entanto, observa-se que desenvolvimento amazônico ocorre internamente. Becker salienta o processo de integração regional (internacional) nas fronteiras amazônicas ao denominar as cidades da região transfronteiriça de “cidades gêmeas”. Estas “cidades vizinhas localizadas em cada lado fronteiriço, é importante indicador das redes de relações” (p. 58).

A Tríplíce fronteira localizada em Roraima é composta pela fronteira ao Norte e a Noroeste com Venezuela e a Leste e Nordeste com a Guayana. Assim, no contexto roraimense estas cidades gêmeas (BECKER, 2007, p. 59) são Bonfim no Brasil e Lethem na Guayana, Pacaraima (BV8) no Brasil e Santa Helena de Uairén na Venezuela.

Desta forma, para estudar a questão cultural amazônica deve-se levar em consideração que o extremo norte brasileiro é contemplado por uma enorme miscigenação. Uma parcela no surgimento dos caboclos pode ser considerada como uma herança da colonização portuguesa na Amazônia, entretanto, esta não ocorreu por meio de um processo natural, pois houveram fins políticos neste processo (RIBEIRO, 1995).

Assim, Darcy Ribeiro quando disserta sobre “O Brasil Caboclo” em sua obra “O Povo Brasileiro”, explicita como se deu o aprimoramento da interação entre dois povos totalmente distintos, os indígenas e os europeus (no caso brasileiro, maioria era portuguesa) contribuindo para riqueza cultural no Brasil, mas se leva em consideração que isto ocorreu, também, em toda região amazônica (a internacional):

Desse modo, ao lado da vida tribal que fenecia em todo o vale, alçava-se uma sociedade nova de mestiços que constituiria uma variante cultural diferenciada da sociedade brasileira: a dos caboclos da Amazônia. Seu modo de vida, essencialmente indígena enquanto adaptação ecológico-cultural, contrastava flagrantemente, no plano social, com o estilo de vida tribal. Em suas comunidades originais, voltadas exclusivamente para o preenchimento das suas condições de existência, os índios haviam conseguido, com as mesmas técnicas, uma grande fartura alimentar e a manutenção de sua autonomia cultural. (1995, p. 314)

A região Pan-Amazônica⁴ tem em sua composição uma diversidade cultural que mesclou tanto nativos como colonizadores, além da enorme variedade linguística, que vai das línguas indígenas até idiomas como português, o inglês, o holandês, o

4 Pan-Amazônia, entende-se de um modo mais abrangente, ou seja, busca a inserção amazônica em seu contexto supranacional, no sentido em que é composta por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Vale ressaltar que Meira Mattos não considera “as três Guianas”, como partícipes da conjuntura pan-amazônica (MATTOS, p. 23, 1980).

francês e o espanhol, todavia, este fato é pouco considerado pelos estudos do mainstream das Relações Internacionais no Brasil.

No que diz respeito à Tríplice Fronteira do Extremo Norte brasileiro: Brasil-Guayana-Venezuela, esta encontra-se praticamente obsoleta nos discursos de RI do Brasil. Apesar dos recentes estudos sobre a Venezuela (principalmente nas áreas securitária e energética), assuntos no âmbito cultural e social na região transfronteiriça do extremo norte continuam incipientes, e há muitos objetos de estudo. Deste modo, Julia Camargo demonstra em seu artigo “Diplomacia Cultural: Uma Alternativa para Integração na Tríplice Fronteira Brasil-Venezuela-Guayna” o quanto rico é campo de estudos culturais em RI na Tríplice Fronteira:

A tríplice fronteira é uma região cosmopolita no sentido que permite a convivência com inúmeras culturas e tradições que se construíram no decorrer da história. É como as grandes cidades do mundo, com a diferença de situar-se marginalizada na sociedade internacional, atualmente, também enfrenta desafios sobre como lidar com essa multiculturalidade. (2011, p.3)

Deve-se, portanto, observar o caráter diferenciado uma identidade de fronteira, esta não pode ser simplesmente enquadrada como uma simples junção de identidades nacionais, visto que as identidades se diluem nas regiões transfronteiriças, juntamente com identidades étnicas e nacionais (GRIMSON,2000 apud BOTÍA, 2008).

A interculturalidade na região de fronteira

Primeiramente, se faz necessário compreender que existe diferença entre interculturalidade e transculturalidade (JUNIOR, 2004 apud ANDRADE,2004), porém, neste artigo será abordado somente o processo intercultural. Este é gerado por duas ou mais redes de conversação, que geram outras redes de cultura em diversos domínios, como a religião, a arte, a moda, etc.

O professor Luiz Antonio Botelho Andrade, em seu artigo “Cultura e Interculturalidade: Comentários de uma longa conversa”, tenta explicar como se dá o complexo entrelaçamento de redes sociais na atual conjuntura mundial globalizada. Com isso explicita que, quando uma identidade torna alguma característica cultural de determinada região, como o exemplo da culinária francesa, utilizado pelo autor para mostrar que quando esta transcende local de origem acontece um fenômeno de reafirmação identitária. “Não é por acaso que maior resistência contra a globalização dos mercados se deu nas pequenas cidades e sob a liderança de agricultores e/ou produtores rurais” (2004, p.90.).

Neste contexto, observa-se que, segundo o autor citado acima, o entrelaçamento das redes sociais e culturais, além de revelar um processo de afirmação de identidade, demonstra haver certo tipo de negociação, no sentido em que mesmo que uma cultura se aproprie de certos costumes de outra, ela sempre sofrerá modificações, cita-se o caso do ritmo musical *funk* que é de origem norte-americana, mas ao alcançar os morros do Rio de Janeiro foi adaptado tornando-se o famoso *funk carioca*.

Ao se estudar relações internacionais, no entanto, deve-se estar ciente da atuação quase primordial do Estado. Este delimita fronteiras por meio de um processo de territorialização que não considera a característica transnacional da identidade, porém é fundamental importância para compreensão da mesma, Neste sentido o professor Jorge Luiz Barbosa afirma em seu artigo *Considerações sobre a realização entre cultura território e identidade*:

O território guarda os elementos mais recônditos e, ao mesmo tempo, contribui para exteriorizar os significados de dada cultura. No território estão presentes as cristalizações de símbolos, memórias e valores que encarnam o sentido primordial da cultura. Porém, ele mesmo não pode ser interpretado como uma demarcação rígida e intransponível. O território também representa uma fronteira de comunicação de culturas, reclamando a presença do *Outro* como possibilidade de realização renovada da experiência social (2004, p.100).

Desta forma, Barbosa compreende que as identidades na se fazem por si mesmas, os seus processos de afirmações se dão por interseção e mobilização das trocas em uma dimensão territorial (2004, p.103).

Neste sentido, acredita-se que a fronteira é por si mesma, produto da interação de atores, agente e instituições nacionais (BOTÍA, 2008, p.49). Para o professor colombiano Carlos Gilberto Botía, os estudos sociológicos não abordam devidamente os desenvolvimentos de sociedades e sistemas sociais modernos. Este processo leva ao que autor chama de *sociedades de frontera*, estas divergem das sociedades modernas, ou seja, aquelas que na concepção de Anthony Giddens teriam alto grau de “sistemicidade” (GIDDENS, 1995, p. 28 apud BOTÍA, 2008 p.52).

Botía acredita que a identidade de fronteira é formada pela interação entre duas ou mais sociedades nacionais. Defende que, além das identidades nacional e étnica, existe uma identidade adicional, com caráter transnacional (2008, p.64). Portanto, com esta afirmação torna-se evidente que os povos da região amazônica da Tríplice Fronteira: Brasil – Guiana –Venezuela, que possuem características institucionalizadas, como a língua e a religião, estas se misturam com os costumes étnicos ancestrais e faz com que povos que antes eram uma só tribo, no sentido literal da palavra, se diferenciem por estarem em outras dimensões territoriais divididas por linhas

imaginárias, porém, ao mesmo tempo se correlacionem para formar esta complexa relação chamada: Interculturalidade. No entanto, nem sempre ocorre o processo intercultural, pois a ideia do “eu” e o “outro” começa na primeira esfera de Waltz, ou seja os próprios cidadãos.

Este fenômeno, já pode ser observado no Estado de Roraima, haja vista sua localização limítrofe brasileira com a Guyana e Venezuela. Há eventos de interação cultural e já pode se observar guyanenses e venezuelanos morando em Boa Vista, a recíproca também ocorre, algo que se apresenta de uma maneira tão cotidiana, que acaba por tornar-se natural.

Estes ocorrem, portanto, com vizinho brasileiro que possui o inglês como língua oficial: a República Cooperativista da Guyana, como as atividades desenvolvidas pelo CCB de Georgetown contribuem com isto, torna-se uma das principais indagações para pesquisa, se há interculturalidade desenvolvida por meio do esforço estatal, algo pode ser dado como certo, o estado de Roraima torna-se o mais sensível às estas questões.

A Construção do elo cultural com a Guyana e o CCBG

A República Cooperativista da Guyana é concebida, por meio de seu processo colonizador e de povoamento, principalmente, de povos indígenas, holandeses, franceses, ingleses, africanos, portugueses, indianos e chineses. Recentemente, já no século XXI, pode-se constatar a forte presença de brasileiros que de certo modo já exercem sua considerável parcela de contribuição para a mistura cultural guyanense.

Para que se entenda a relação cultural entre Brasil e Guyana é necessário primeiramente compreender os caminhos históricos deste último. Apesar da unidade geográfica sul-americana, a área conhecida como litoral das guianas não teve uma colonização ibérica. Como reflexo disto, o inglês, herança de um dos seus colonizadores, tornou-se a língua oficial do país e a fase transitória de colônia para nação independente ocorreu bem tardiamente em relação a maioria seus vizinhos sul-americanos.

A Guyana é considerada a Terra dos Seis Povos, mas isso não significa que os mesmo vivessem, ou vivam em harmonia. Os nativos ameríndios, a colonização europeia, a vinda da mão-de-obra africana, negra e escrava, a chegada dos *indentured laboures* portugueses/madeirenses, indianos e chineses, esse povos são os principais contribuintes da formação cultural guyanense. A herança e carga histórica carregado por essa população de uma enorme diversidade cultural, que acarretara ao longo desse período lutas.

Após a conquista do status de Nação Independente em 1966, a República Cooperativista da Guayana despertou o interesse brasileiro em estabelecer relações bilaterais. Esta aproximação ultrapassou meandros tidos como estratégicos. Desta forma, incidem visitas para que ocorram convênios de cooperação técnica, nas áreas comerciais, políticas e comerciais é o gênese das relações diplomática entre os dois países. É aprovado em 1969, o Convênio Cultural Brasil-Guiana assinado em 28 de agosto de 1968.

A presença da cultura brasileira na Guayana fora institucionalizada com inauguração do Centro de Estudos Brasileiros, em 1974, (atual Centro Cultural Brasileiro) em Georgetown.

Buscou-se posteriormente a aproximação. Neste contexto, ocorre em 1982 a visita do Presidente Burnham ao Brasil, como um marco para estreitar as relações bilaterais entre os Governos Guayanense e Brasileiro. Na visita foram tratadas questões nos planos político, econômico, social, securitário e cultural. Ressalta-se nesse último o acordos de cooperação técnica e educacional. “Reafirmaram sua convicção de que tais programas podem contribuir para o fortalecimento dos laços culturais entre os dois povos. Elogiaram os esforços realizados pelo Centro de Estudos Brasileiros de Georgetown nesse sentido”.

A década de 1980 fora marcante para a conjuntura da América Latina como todo, como expõe Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2008), acontecimentos como a Crise da dívida externa, a Guerra das Malvinas, a esterilização do diálogo Norte-Sul, a intervenção norte-americana na América Central e no Caribe contribuíram para uma aproximação dos países latino-americanos. Mas é, especificamente no ano de 1985 ocorrem acontecimentos de fundamental importância política, tanto para o Brasil, quanto para Guayana, no qual suas histórias se coincidem nos fatos.

O processo de “abertura lenta, gradual e segura” iniciada por Geisel findava na eleição de Tancredo Neves em 1984, que assumiria o cargo de primeiro Presidente civil em mais de vinte anos. No entanto este falecera no dia de sua posse em 15 de março de 1985, em 21 de abril do mesmo ano, o vice José Sarney assume o posto de Presidente do Brasil.

Na Guayana, após governar o país por mais de 20 anos, morria inesperadamente Forbes Burnham, assumindo em seu lugar Desmond Hoyte, que abandonou o “Socialismo Cooperativo” de seu antecessor em detrimento a uma política pelo mercado. Neste sentido, buscou aproximação, principalmente na década 1990, com os EUA, Canadá, Inglaterra e com a Comunidade do Caribe (CARICOM).

No que consta o âmbito social, paralela aos tratados e acordos ocorria imigração

brasileira para Guyana, mas uma atividade merece destaque para este acontecimento: o garimpo. Segundo David Cleury (1990) em 1979, ocorreu uma repentina e sem precedente supervalorização do ouro, houve um aumento na Botas de Metais de Londres o que impulsionou uma corrida de ouro na Amazônia, que afetou não somente o Brasil, mas outros países amazônicos, entre eles a Guyana.

Sabe-se o que as zonas de garimpo estes se tornam um problema justamente porque a maioria deles segue às margens da lei. Infelizmente, no Brasil, muitos garimpos quase sempre estão associados a confrontos, assassinatos, roubos, disputas de terra, prostituição, vícios, insegurança, impunidade, patrocínio de armas e narcotráfico e à degradação ambiental (PEIXOTO, 2005) (Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/11/11.shtml> Acesso em 26 de nov. de 2012).

Atualmente, o Centro Cultural Brasil-Guiana (CCBG), localizado ao lado da Embaixada do Brasil, conta com serviços de divulgação e promoção da cultura brasileira para população de Georgetown. O ensino da língua portuguesa é o serviço oferecido pelo CCBG que possui maior demanda, não somente de guyanenses, mas também de estrangeiros que moram Georgetown, há um ciclo de filmes brasileiros e a tradicional Festa Junina é sucesso de público.

Considerações Finais

Como citado na introdução, a pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, portanto os resultados neste artigo, são parciais.

Já se pode observar, que as relações culturais entre Brasil-Guyana se mostram promissoras, algo que se observa ao longo da pesquisa, é que há afinidade da população guyanense, principalmente, para com a cultura brasileira, entretanto, no que convém aos brasileiros, são muitas vezes vistos como o estrangeiro que chegaram para apropriar-se do comércio, aumentando seu capital por meio da mão-de-obra e dos clientes nativos.

O idioma, a colonização britânica, a proximidade geográfica, o contencioso com a vizinha Venezuela, podem ser considerados uns dos fatores determinantes para que a cultura guyanense seja mais caribenha do que latina. Percebeu-se, embasado em pesquisas e algumas entrevistas com nativos e brasileiros que vivem em Georgetown, que o Brasil é visto como “Colosso Sul-Americano” e que poderá sufocar a Guayana, por outro lado, os Estados Unidos são enxergados como o “Big Brother”.

Assim o Centro Cultural Brasil-Guiana é um meio de estreitar as relações entre Brasil e Guyana, sabendo que a cultura é modo efetivo e pacífico de aproximar os dois países, todavia, são os imigrantes brasileiros que desempenham o principal pa-

pel como difusores da cultura nacional, pois são eles levam um pouco do Brasil por meio da culinária, da música, dança dentre outras manifestações culturais, somam mais uma cultura a esse efervescente caldeirão cultural chamado Guyana.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luiz Antonio Botelho. *Cultura e Interculturalidade: Comentários de uma longa conversa*, Livro: *Interculturalidades/* Leonardo Guelmam e Vanessa Roccha (org.).83-90. Niterói: EdUFF, 2004;

BARBOSA, Jorge Luiz. *Considerações sobre a relação entre cultura, território e identidade*, Livro: *Interculturalidades/* Leonardo Guelmam e Vanessa Roccha (org.). 100-104 Niterói: EdUFF, 2004;

BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro, Garamond. 2007

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. *Silvícolas, Siringueros y Agentes Estatales: El surgimento de una sociedad tranfronteriza em la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia*, Leticia: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Amazónico de Investigaciones (IMANI), 2008;

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 23.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2009;

MATTOS, Meira, *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1980.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007;

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 6ª reimpressão.

PUC-Rio, Certificação Digital nº 0210270/CA.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. São Paulo, 2003. Tese de doutorado/USP;

RIBEIRO, Darcy, *O Povo Brasileiro*. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WENDT, Alexander. *Anarchy is What States Make of It: The Social Constriction of Power Politics*. *International Organization* 46: 391-425, 1992.

Páginas eletrônicas:

<http://www.dc.mre.gov.br/outras-noticias/conheca-o-departamento-cultural>. Acesso em 03 de dez. de 2011.

http://www.culturaldiplomacy.org/index.php?en_culturaldiplomacy. Acesso em 14 de abril de 2012

<http://www.guyana.org/>. Acesso em 27 de set. de 2012.

<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais>. Acesso em 09 de nov. de 2012.

<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/11/11.shtml>. Acesso em 26 de nov. de 2012.

BRASIL E GUIANA EM TEMPOS DE GUERRA FRIA (1966-1991)

Introdução

O renovado interesse do governo brasileiro com países como Guiana e Suriname tem se traduzido em um conjunto de ações bilaterais e multilaterais que visam ampliar as redes de contato do Brasil com seus vizinhos amazônicos, buscam fortalecer a presença brasileira na fronteira norte da América do Sul e, conseqüentemente, vislumbram contribuir para a redução das assimetrias regionais sul-americanas. Portanto, é preciso compreender como as relações entre Brasil e Guiana tem superado o desafio do sentimento de distanciamento mútuo em favor de uma parceria em potencial entre os dois vizinhos.

Este trabalho busca resgatar o comportamento de Brasil e Guiana durante o período de Guerra Fria, cobre desde a independência guianense em 1966 até o fim do conflito bipolar em 1991. Apresenta o contexto que deu origem às relações bilaterais brasileiro-guianenses, discute o envolvimento de ambos na política amazônico-caribenha no período em voga, bem como analisa as transformações operadas no relacionamento bilateral com aquelas ocorridas na sociedade internacional e no sistema sul-americano, com o fim da Guerra Fria. Em especial, voltam-se os olhares para a compreensão das relações internacionais de Brasil e Guiana no ambiente fronteiriço, suas manifestações de “vivacidade” que preenchem a existência de uma vizinhança em comum.

Em suma, ao avaliar o impacto da lógica política da Guerra Fria em reduzir ou ampliar janelas de aproximação ou afastamento entre Brasília e Georgetown, objetiva-se lançar luz sobre o momento atual em que se encontram no processo de integração regional sul-americana.

*

A conformação das relações fronteiriças

Ainda no século 19, o governo colonial britânico, baseado no trabalho de seu explorador Robert Schomburgk, pôs em dúvida a linha divisória de sua então colônia com a Venezuela. Em 1899, o laudo arbitral definiu a fronteira, sendo legalmente estabelecida e demarcada. A inconsolável reação da Venezuela, com essa decisão arbitral, segundo Argemiro Procópio: “ocorreu porque acertos políticos entre a Rússia e a Inglaterra viciaram tal laudo arbitral de 1899, manipulado por Friedrich Fromhold Von Martens. Desde então, a reclamação venezuelana por terras da Guiana, como um vulcão, ora lança cinzas, ora se acalma” (PROCÓPIO 2009, 325).

Em fevereiro de 1966, foi feito um acordo entre os governos da Venezuela e da Grã-Bretanha que reconhecia oficialmente, pela primeira vez, o problema colocado sobre a região do Essequibo. O laudo de Paris de 1899, que favoreceu a Inglaterra, seria considerado passível de revisão, perdendo seu caráter, até então, de intangibilidade diplomática e política. O contencioso venezuelano-guianense se agravou quando a Venezuela proclamou, por decreto presidencial, o domínio sobre as águas do rio Essequibo, por ser senhora daquele território.

O parlamento guianense reagiu considerando nulo tal decreto. O líder da oposição no Congresso, Cheddi Jagan, qualificou o presidente venezuelano, Raúl Leoni, de títere dos EUA e instou o governo a apresentar o caso ao CSNU. Além disso, para Jagan, o país deveria abandonar as negociações da Comissão Mista Venezuela-Guiana, vigente naquele momento, e chegar ao extremo de romper relações com Caracas.

O primeiro-ministro Burham estava politicamente acuado e optou por seguir o discurso exaltado da oposição, admitindo a possibilidade de invasão armada por parte da Venezuela. Burham se questionava: “quem poderá impedir que a mentalidade venezuelana se convença a si mesma que a entrada na região não é uma invasão, senão voltar a tomar o que já lhes pertence?”¹

Na concepção venezuelana, “*el infortunado laudo de 1899*” dava a pretensa posse britânica e guianense sobre a zona do Essequibo, mas que tinha como base o respeito venezuelano aos princípios do direito internacional que levaram a acatar sua autoridade. Entretanto, as constantes disputas e reclamações evidenciaram os vícios do laudo de 1899 e a falta de força do instrumento jurídico. Em síntese, a tese venezuelana abraçou então que a posse resultante do laudo de 1899 foi irregular.²

1 Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado Telegrama, confidencial, n 144, 26-4-1968. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

2 ACMRE, DPI, Brasil, 1969, Diferendo territorial, expediente 2-7, caixa 6, tramo 14.

Ao fazer algumas reflexões sobre o Acordo de Genebra de 1966, Anibal Vale-ro, ministro conselheiro da embaixada venezuelana em Londres, opinaria sobre a posição do Brasil, diante das notícias da imprensa, adversas à Venezuela, tendência brasileira a ser entusiasta dos laudos arbitrais. Acreditava que o *Brasil no apoyaría a Venezuela sino en la medida en que esté convencido de la legitimidad y juridicidad de la reclamación venezolana*.

O Embaixador da Guiana, Brasith Wai Yole, disse ao encarregado brasileiro Alfredo Rainho que não notou na Venezuela qualquer intenção de precipitar a solução do litígio, mas admitiu que a situação poderia mudar pelo advento de um “fato novo”.

Mas o que seria esse “fato novo”? Poderia ser tanto uma mudança de orientação política em Caracas, o que era pouco provável, quanto um endurecimento na posição do novo governo guianense, o que acabou acontecendo.

A situação ganhou traços de dramaticidade quando Jagan, como líder da oposição, fez menções a se buscar ajuda para o diferendo fora da esfera de influência ocidental, nos chamados “amigos com foguetes”, numa clara referência à URSS e à China.

Portanto, a internacionalização do problema venezuelano-guianense significava a internalização da Guerra Fria na América do Sul. Todavia, o cortejo de Jagan com o mundo da Guerra Fria não interessava ao Brasil que, gradativamente, buscava ampliar sua margem de manobra internacional na gestão do chanceler Juracy Magalhães.

Forbes Burnham foi eleito primeiro-ministro em 1966, personificando os anseios nacionalistas guianenses. Diante do quadro que se afigurava, o Brasil decidiu se engajar na construção de um ambiente mais seguro na fronteira norte, evitando os riscos de a crise escalonar para o uso da força, na medida em que a Guiana se sentisse preterida em seus anseios ou ameaçada em sua integridade e soberania.

Neste caso, a presença da missão diplomática brasileira em Georgetown, com a instalação da embaixada no final de 1968, era vista como um fator de apaziguamento dos ânimos. Assim, na medida em que Caracas ensaiou um endurecimento na questão do Essequibo, o Brasil assumiu uma postura vigilante às consequências do contencioso venezuelano-guianense.³

A posição brasileira oficial foi constituída nos debates sobre a situação colonial portuguesa no Conselho de Segurança da ONU em 12 de agosto de 1963, quando

3 Embaixada Brasil Georgetown para Secretaria de Estado, Carta-telegrama, confidencial, n 48, 3-1-1969. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

as conclusões da delegação brasileira davam uma indicação da posição do Brasil na matéria: O Brasil está convencido de que a melhor solução para qualquer questão colonial se encontra na evolução pacífica, sobretudo, quando se encara a questão no contexto geral do problema da paz e da segurança internacionais.⁴

Tal posição foi reforçada em 22 de agosto de 1963, quando tomou posse o chanceler Araújo Castro, que reafirmou a “vocação universalista, humanitária e generosa de nossa política externa”. Além disso, no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 17 de setembro de 1963, Araujo Castro exaltou a “liquidação e erradicação do arca simo histórico e sociológico do colonialismo”.⁵

A defesa da autodetermina o e da não intervenção levou o Brasil a defender a causa da descoloniza o como um imperativo internacional do país. Desse modo, era fundamental garantir a sobrevivência da Guiana, como país independente, e afastar de vez as ameaças de intrusão por missões militares ou auxílio militar advindos de potências extracontinentais.

O delegado brasileiro na OEA chegou a receber um telefonema do representante guianense, Insanally, que afirmou de fontes seguras que a “Venezuela estaria movimentando tropas para a zona fronteira com a Guiana para um próximo ataque armado”. O diplomata brasileiro ponderou que, apesar de grave a situa o, mantinha-se a “impressão de que os guianenses estão se deixando dominar por uma certa histeria”.⁶

Já a Venezuela procurou distender suas rela es com alguns países, examinando, por exemplo, o reatamento das rela es com a Argentina, a fim de se evitar uma aproxima o do vizinho do sul com a Guiana. A Casa Amarela, sede do governo venezuelano, considerou que, apesar de haver aplicado a doutrina Betancourt ao regime Ongania, contaria sempre com a simpatia argentina em sua disputa territorial com a Guiana em virtude de ter aquele país problema similar em rela o às ilhas Malvinas.⁷

4 FRANCO,  lvaro da Costa (org). Documentos da Política Externa Independente. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 158.

5 Idem. p. 179; 204.

6 Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Caracas, despacho, telegrama secreto, n 455, 24-9-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço  nico, Brasil-Venezuela, ano 1968.

7 Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Buenos Aires, despacho, telegrama confidencial, n 723, 16-10-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Os anos 1960 e a revolta do Rupununi

Rashleigh Jackson, ex-ministro de Relações Exteriores da Guiana, disse que a antiga expressão de que “é melhor um vizinho de que um amigo distante” não é das mais corretas, pois o amigo se pode escolher, o vizinho não. Neste caso, as reclamações da Venezuela por dois terços do território guianense não a torna o tipo de vizinho que se queira por perto. Em razão disso, observa ele, as relações com a Venezuela sempre ocuparam espaço proeminente na agenda externa da Guiana.

Na década de 1960, a Venezuela ressuscitou a reclamação por Essequibo e reivindicou dois terços do território da Guiana. Mas não é só. Os métodos empregados por Caracas foram agressivos, desde ofensiva militar com a ocupação da ilha de Ankoko, em 1966, subversão na tentativa do vice-consul da Venezuela, Leopoldo Talyhardat, de atrair apoio indígena para a pretensão venezuelana por Essequibo, até pressão econômica, com o veto à construção da hidrelétrica de Alto Mazaruni.

Gibson Barbosa, ministro brasileiro de Relações Exteriores de 1969 a 1974, em suas memórias⁸, fala de uma proposta venezuelana ao Brasil para que reabrisse a questão do Pirara, e que, em troca, receberia parte do território de Essequibo. Brasília teria se recusado a tratar do assunto em nome da paz no continente e da estabilidade regional.

Contudo, Caracas não desistiu, como demonstra a Revolta do Rupununi ocorrida em 1969, no sul da Guiana, considerada por Georgetown a maior ameaça venezuelana contra sua soberania. A Venezuela teria apoiado um movimento armado de fazendeiros, acompanhados por um grupo de indígenas, dispostos a criar um novo país na região, o que daria oportunidade à Venezuela de recuperar a *Zona en Reclamación*. O governo de Forbes Burnham reagiu energeticamente para sufocar o movimento e enviou a *Guyana Defense Force* para a região, forçando a retirada dos revoltosos para a Venezuela e Brasil, na condição de exilados, e capturando alguns deles (SILVA, 2005).

A participação brasileira, no episódio permanece pouco estudada historicamente carecia de esclarecimentos. Segundo o Boletim Interno n.º 18, do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), de 27 de janeiro de 1969, o tenente coronel Jorge Teixeira de Oliveira teria se deslocado em 5 de Janeiro de 1969, para a região de fronteira do Brasil com a Guiana com destacamento militar brasileiro em razão da revolução interna que ocorreu na região do Rupununi.

8 Barboza, Mário Gibson. Na Diplomacia, o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Record, 1992.

Coincidentemente, militares venezuelanos, em 1969, foram localizados e presos em território brasileiro, no local chamado Boqueirão da Lua, dando apoio aos revoltosos de Rupununi. Duas toneladas de armas foram apreendidas pelo Exército brasileiro, em pleno lavrado de Roraima. Vários venezuelanos foram presos e trazidos para Manaus, onde ficaram presos no 8.º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) e depois liberados. Como a região de fronteira entre a Venezuela e a Guiana, ao norte do Estado de Roraima é muito ‘dobrada’ (expressão para dizer que a geografia é montanhosa), para fazer tal manobra, as tropas venezuelanas levariam mais tempo e teriam limitações de meios para serem empregados na ação (DONETTO JUNIOR, op. cit., p. 44.)

Como resultado da revolta do Rupununi, cresceu o interesse dos governos militares brasileiros pela fronteira norte, o que levaria a criação de destacamentos militares que vieram a ser permanentes em Bonfim e em Normandia, logo transformados em pelotões de fronteira, assim como projetos de interligação viária, como a BR 401, que liga Boa Vista a Normandia. Ademais, estimularam-se assentamentos e povoados a partir de migrações espontâneas, como os de Vila São Francisco, Vilena, Taboca, Surrão, Nova Esperança, entre outros, localizados na área do Município de Bonfim, e a consolidação de vilas como as sedes dos municípios de Normandia e Bonfim.

Afora a tênue repressão à mencionada revolta pela *Guyana Defence Force*, o máximo que Georgetown conseguiu foi uma política de respeito às fronteiras e a seus tratados demarcatórios, especialmente diante da situação de pequeno Estado, recém-independente. Desde então, o objetivo da política externa da Guiana, diante da pressão venezuelana, tem sido administrar a controvérsia e evitar tensão. Simultaneamente, incrementa a cooperação econômica e governamental com Caracas, na esperança de que o desenvolvimento dessa rede de relações entre os dois Estados facilite a solução do problema.

Aproximações e desconfianças nos anos 1970

O chefe da Divisão de Amazônia do Itamaraty, Luiz Orlando Gelio, enxergou na ratificação do Protocolo de *Port of Spain* o caminho para se encerrar o período de tensão e disputas venezuelano-guianense. Ademais, criaria condições para que o Brasil ativasse “sem maiores reservas” programas de cooperação com a Guiana, concomitante com a intensificação de relações com a Venezuela.

Logo, a tática do Itamaraty na fronteira norte da América do Sul era a de equilibrar as relações entre Brasília, Caracas e Georgetown, para que não se gerasse a percepção de que o Brasil estaria favorecendo um dos dois vizinhos.

Essa postura, até então não anunciada, significava aproximar-se com a maior cautela possível do vizinho anglófilo, para aproveitar oportunidades, por exemplo, na cooperação técnica na formação de militares especializados no combate às guerrilhas.

Em uma cativante batalha midiática, o matutino venezuelano *El Universal* denunciou a cooperação entre o Brasil e a Guiana, como sendo feita “às custas dos direitos” da Venezuela, especialmente pelo projeto de construção de uma rodovia que atravessaria parte do território reclamado pela Venezuela.

Pelo Protocolo de Georgetown, o Brasil concederia uma linha de crédito básica de três milhões de dólares para a Guiana adquirir produtos brasileiros. Ademais, planejava-se a instalação em Georgetown de um entreposto franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil; além da criação de uma linha regular de navegação com participação de empresas brasileiras como o Loyd; da participação de engenheiros guianenses na inspeção da transamazônica, para familiarizar-se com as novas técnicas de construção que estavam sendo empregadas; e da participação de engenheiros brasileiros na construção da estrada ligando Georgetown a Lethem na fronteira.

Para o Brasil seria interessante, pois ganharia através do território guianense uma vantagem sobre as Antilhas, ampliando e dinamizando a Zona Franca de Manaus em importação e exportação.

Na trincheira brasileira, o Jornal do Brasil rebateu o jornal venezuelano ao noticiar que “suspeitas de um inexistente expansionismo têm sido levantadas ultimamente contra o Brasil [e] longe de ser um pomo de discórdia, o Brasil pode orgulhar-se de uma tradição de bom entendimento com seus vizinhos”.

Mesmo diante das “imperfeições da bipolaridade”, a ordem internacional da Guerra Fria continuou marcando o compasso das políticas exteriores de Brasil e Venezuela.

Vale recordar que Forbes Burnham e seu partido, o Congresso Nacional do Povo (CNP), conduziram a Guiana à independência política em 26 de maio de 1966 e que em 1970 foi implantado um modelo de socialismo cooperativista no país. Burnham desenvolveu um sentimento de amizade por Fidel Castro e definiu como estratégia de inserção internacional a aproximação com Havana e Moscou. A insegurança cresceu no lado brasileiro, que reagiu preventivamente instalando o 6.º Ba-

talhão de Engenharia e Construção em Boa Vista e transferindo o Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus.

Portanto, continuavam fazendo sentido os receios propagados na mídia e nas chancelarias da região sobre a aproximação entre Georgetown e Moscou, mascarada em programas de cooperação, como o de compra de bauxita e alumina pelos soviéticos. O objetivo guianense era “ter com a URSS relações mais próximas e maiores”, admitiu o primeiro-ministro da Guiana Forbes Burnham.

Ao mesmo tempo, a imprensa de Georgetown empreendeu violenta campanha contra a aproximação com o Brasil, por conta da provável satelitização da Guiana ao imperialismo brasileiro. Nesse momento, estava em andamento a 1.^a Reunião da Comista Brasil-Guiana, o que colocou em evidência o estreitamento das relações entre Georgetown e Brasília. O principal objetivo guianense era conseguir do Brasil a promessa de construção da ponte sobre o rio Tacutu, o que de fato aconteceu, ficando decidida a localização bem como o cronograma tentativo das obras.

Não obstante, o latente litígio fronteiriço com a Venezuela se constituía na maior preocupação da política externa guianense e freava a desejada colaboração brasileira. Por exemplo, na reunião de técnicos rodoviários brasileiros e guianenses em Boa Vista, a delegação guianense absorveu instruções específicas de evitar a aprovação de qualquer programa de cooperação cujas dimensões pudessem vir a comprometer a acalentada imagem de “não-alinhado”.

Não era interessante para o Gabinete de Fobers Burnham utilizar as relações com o Brasil como um cavalo de batalha interna. Ao contrário, ganhava-se mais em manter o silêncio e tacitamente abraçar as boas relações com Brasília; por um lado, para não ferir o Brasil com as provocações da mídia e, por outro, para evitar problemas com os amigos “não-alinhados”; dentre eles alguns países africanos mais exaltados contra a postura colonialista de Portugal.

O caso da Hidrelétrica do Alto Mazaruni

Carlos Andres Perez, primeiro presidente venezuelano a visitar a Guiana, desembarcou, como lembra Argemiro Procópio, “com cesto de propostas desprezadas por Georgetown. Perez proclamou que abandonaria desideratos históricos, abriria mão do leste de Essequibo em troca de uma faixa ao longo da costa, logo acima do rio Cuyuni. Prometeu em troca construir uma hidrelétrica no Alto Mazaruni, afluente do Essequibo. Nenhuma oferta a Guiana aceitou.” Ainda assim, a visita se deu em espírito de cordialidade (PROCÓPIO, 2009, p. 327).

Também em tom de amizade, Burnham retribuiu a visita, no início de 1981. No dia seguinte à sua partida, ante as respostas negativas dadas aos venezuelanos, Caracas reiterou sua reivindicação sobre Essequibo e rejeitou terminantemente a construção de hidrelétrica em Alto Mazaruni. Georgetown elevou a voz, Burnham disse que se o tratado demarcatório de fronteira era inválido, a Guiana reivindicaria as regiões de Amakura e Barima, estendendo seu território até a boca do Orinoco e ao rio Cuyuni. Essa interpretação pegou os venezuelanos de surpresa. Rotulada de arrogante, provocou um sentimento antiguiana, existente na sociedade venezuelana da época.

A comunidade internacional, ciente dos perigos que a Guiana enfrentava, preferiu silenciar para não contrariar os petrodólares de Caracas. Georgetown estava isolada. Até na OEA a Venezuela criou óbices ao seu ingresso e lhe negava acesso aos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A diplomacia guianense conseguiu remover esses obstáculos, mas outros se apresentaram. O ministro venezuelano das Relações Exteriores enviou carta ao Banco Mundial expressando a oposição da Venezuela ao financiamento da hidrelétrica em Alto Mazaruni, pois o projeto se encontrava em área de litígio, sobre os danos ambientais nada disse.

O Reino Unido, embora apoiasse a Guiana, viu-se tentado pelo crescente mercado venezuelano do petróleo. A ambivalência britânica durou pouco. Em 1982, a Argentina invadiu as Malvinas. A Venezuela apoiou a nação platina e a Guiana, o Reino Unido. Em Caracas, inicialmente a reconquista das Malvinas despertou sentimento de nacionalismo que clamava pela recuperação de Essequibo. Neste caso, são fortes os indícios de que a diplomacia de pragmatismo circunstancial da Guiana, ora acoplada a uma potência, ora a outra, fora sistematicamente acionada para defender sua integridade territorial.

Impactos do fim da Guerra Fria

Em janeiro de 1982, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, visitou Georgetown e assinou vários tratados, destaque para aquele que previa a construção da ponte sobre o Rio Tacutu, inaugurada definitivamente em setembro de 2009. As relações seguiriam pela trajetória da redução das distâncias com o convite do presidente Figueiredo para que o presidente Burnham visitasse Brasília, o que ocorreu entre setembro e outubro de 1982.

Após uma breve descontinuidade, os contatos foram retomados em 1988, quando o ministro brasileiro das Relações Exteriores Roberto de Abreu visitou Georgetown e, quatro meses depois, o então presidente José Sarney esteve na Guiana, no

que seria a primeira missão oficial de um presidente brasileiro ao vizinho. Sarney enalteceu a etnia, a natureza amazônica e o ideal de democracia, recebendo, no ano seguinte, o presidente Hugh Desmond Hoyte (1986-1991) que retribuiu a visita.

Diante da investida brasileira no Cone Sul da América do Sul, onde fazia avançar diálogos profundos na cooperação nuclear e para o estabelecimento de um bloco comercial, as relações com os países da fronteira norte adquiriram menor relevância estratégica, eclipsando a atuação do Itamaraty, que parecia manter apenas relações protocolares com o vizinho na década de 1990.

Pode-se dizer que a Guiana não era encarada como um “nicho de oportunidade”, logo, não seria prioridade na estratégia diplomática brasileira durante os anos 1990. Da mesma forma, após a ascensão de Cheddi Jagan ao poder (1992-1997) a *State House* respondeu com uma política de seletividade e baixa intensidade. Com a morte de Jagan em 1997, sua esposa Janet elegeu-se presidente, mas renunciou dois anos depois por problemas de saúde, abrindo caminho para a eleição de Bharrat Jagdeo que retomou a aproximação com o Brasil na tentativa de cumprir com o destino continental, tantas vezes adiado.

Considerações Finais

A Guerra Fria caracterizou-se como fonte de oportunidade e de perigo. Se, por um lado, o conflito incentivava as grandes potências a prestarem atenção a regiões periféricas e aos pequenos Estados, colocando em marcha fluxo substancial de recompensas pelo alinhamento; por outro lado, sempre houve o perigo de que interferissem nos assuntos internos e desestabilizassem esses países, em especial a Guiana, ante a reivindicação da Venezuela por dois terços de seu território (questão de Essequibo).

Georgetown, sensível aos perigos da *détente*, manteve equilibrada suas relações com as superpotências. Daí a razão para a aproximação com a China e da eleição de um descendente de chineses, Arthur Chung, como seu primeiro Chefe de Estado. O maior triunfo dessa época – a negociação para a independência – resultou de intervenção diplomática de Washington para afastar a ameaça do comunismo representada pelo PPP, partido pró-Moscou. As oportunidades do sistema bipolar, manifestados na Guerra Fria, viabilizaram que Forbes Burnham assumisse o poder. Permitiu que a Guiana recebesse ajuda econômica de ambos os grupos, sem necessariamente ficar dependente de nenhum deles.

A pesquisa adentrou pela história das relações bilaterais entre Brasil e Guiana, investigando seu dinamismo político e diplomático, em um contexto de Guerra

Fria; no qual Georgetown confiava em uma diplomacia pendular entre Washington e Moscou. E Brasília exercitava uma postura independentista e pragmática em suas relações com as grandes potências e com os países da região.

Se por um lado a postura cooperativa do Brasil facilitou o tratamento de questões sensíveis à paz e estabilidade regional; da mesma maneira, o compasso binário da política externa da Guiana abriu espaço no cenário internacional e marcou sua presença no Conselho de Segurança da ONU. Atualmente, as relações entre Georgetown e Caracas oscilam entre tensão e cooperação. A Venezuela continua com seus esforços para impedir os investimentos externos em Essequibo, e Brasília permanece como interlocutora para a solução pacífica do conflito.

Referências Bibliográficas

- BARBOZA, Mário Gibson. *Na Diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BERNARD, Cecily Philippa (1993). *A República da Guiana e o mundo: Fundamentos para uma inserção guianense no contexto internacional*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. 1993.
- BURNHAM, Linden Sampson Forbes (1970). *A destiny to mould*. Trinidad and Jamaica: Longman, 1970.
- CARDOSO, Rodrigo Bertoglio (2010). *Cooperação internacional e segurança na fronteira norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003-2008)*. Rio Grande do Sul: Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2010.
- DONETTO JUNIOR, Jorge. *Dissuasão Convencional na América do Sul: O Caso da Tríplex Fronteira Venezuela-Brasil-Guiana*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST-UFF), 2010
- FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008.
- GALVAO, Thiago Gehre. *Uma história de parceria: as relações entre Brasil e Venezuela (1810-2012)*. Belo Horizonte: FinoTraço, 2012.
- HOYTE, Desmond (1997). *Guyana's Economic Recovery: Leadership, Will-Power and Vision*. Selected Speeches of Hugh Desmond Hoyte. Georgetown: Free Press, 1997.
- JACKSON. Rashleigh (2003). *Guyana's Diplomacy*. Georgetown, Guyana: Free press, 2003.
- JAGAN, Cheddi (1972) *The West on Trial*. The Fight for Guyana's Freedom. Berlin: Seven Seas Publisher, 1972.
- LINHARES, Erick Cavalcanti (2011). *Política externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana*. Tese Doutorado. UnB, Brasília 2011.
- PROCÓPIO, Argemiro (1992). *Amazônia: ecologia e degradação social*. São Paulo: Alfa-ômega, 1992.
- _____(2011). *Subdesenvolvimento sustentável*. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
- RABE, Stephen G (2005). *U.S. Intervention in British Guiana: a cold war story*. University of North Carolina Press, 2005.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta de Rupununi: uma etnografia possível*. Campinas: Tese de Doutorado, Unicamp, 2005.

TURNO A., Sadio Garavini di (1988). *Política Exterior de Guyana*. Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudos de América Latina, 1988.

MIGRAÇÃO, GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MIGRANTES NA PAN-AMAZÔNIA¹

Introdução

O presente ensaio aborda o processo de (re) significação dos códigos culturais e da identidade de gênero de mulheres migrantes que transitam entre fronteiras nacionais e culturais do Brasil-Venezuela e Guiana. Para tanto, partimos do reconhecimento da validade dos estudos que têm apontado para o significativo aumento dos fenômenos da “feminização da pobreza” e da “feminização da migração”. Nesse sentido, os dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas apontam para o fato de que 70% dos pobres de todo o mundo são mulheres e que estas, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) na condição de sujeitos autônomos em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.

É sabido, todavia, que a migração há muito tempo tem se configurado como um problema para os países receptores de imigrantes já que, na maioria dos casos, os imigrantes são pessoas com baixa qualificação profissional, quando não mesmo sem nenhuma qualificação. Por esses e outros inúmeros motivos é que os imigrantes são vistos como os responsáveis pelos gastos públicos e sociais para a economia dos países ricos e industrializados como EUA e Europa, que são os principais países de

1 Este texto condensa alguns resultados do projeto da linha de pesquisa Migração, cultura e identidade do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras - GEIFRON/ UFRR e contou com a participação das alunas Carla Host e Alessandra Rufino. Um dos produtos desta pesquisa foi a monografia de Carla Regina Host, intitulada: Tecendo Vidas, Contando Histórias: Mulheres Guianenses Imigrantes em Boa Vista-RR.

* Doutora em Ciências Sociais, professora na UFRR e coordenadora do GEIFRON - Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras. Email: francerodrigues@yahoo.com.br.

**Especialista em História Regional, mestranda em Antropologia Social pela UFPE/MINTER/UFRR e membro do GEIFRON. Email: ianasvasconcelos@yahoo.com.br

destinos dos imigrantes sulamericanos. Esse estado de coisas contrasta com o fato de que os migrantes também são vistos como aqueles que sustentam a economia desses países, realizando os trabalhos braçais e de baixa remuneração que os nacionais se recusam a fazer.

Ao reconstituir-se a história dos movimentos humanos é possível afirmar que os mesmos sempre causaram grandes mudanças na formação sócio-histórica dos povos dos diferentes continentes. O Fórum Mundial das Migrações, realizado em Porto Alegre em 2003, afirmou que “os migrantes são profetas de mudanças”. Segundo o relatório da Organização Mundial emigraram anualmente para países desenvolvidos. A OIM (2008) avalia que, entre 2005 e 2010, este número se elevará para 2,5 milhões por ano. A projeção é que até 2050, 2,3 milhões de indivíduos migrarão anualmente para países industrializados. Segundo os cálculos da Organização em seu último relatório havia mais de 200 milhões de migrantes no mundo, ou seja, duas vezes e meia a mais do que 1965.

Os estudos migratórios vêm apresentando novas tendências dos movimentos humanos, principalmente no que diz respeito aos sul-americanos. Observa-se um crescimento do movimento intra-regional, principalmente das migrações entre os países de fronteira, possibilitado pela proximidade das cidades fronteiriças e pelo baixo custo deste tipo de mobilidade. A migração internacional, por outro lado, faz parte da história dos países Ibero-americanos. No início, os deslocamentos estavam muito ligados à questão do povoamento e desenvolvimento dos países Ibero-americanos, ou seja, a migração acontecia do continente europeu para o americano. Na segunda metade do século XIX e início do século XX foi o período em que os países da América Latina e Caribe receberam o maior número de imigrantes oriundos da Espanha, Portugal e Itália, os quais emigraram predominantemente para a Argentina, Brasil e Uruguai. Estima-se que nos anos 1970, desembarcam aproximadamente 21 milhões de imigrantes ultramarinos na América (BAENINGER, 2002).

Essas pessoas migravam com o objetivo primeiro de suprir a carência de mão-de-obra nas lavouras de países como o Brasil, por exemplo, que, de 1880 a 1903, recebeu o primeiro grande contingente de europeus, totalizando mais de 1.850.985 de pessoas. O segundo maior movimento da imigração européia para o Brasil foi registrado nos anos de 1904 a 1930, período em que a Europa vivia a primeira grande guerra mundial. Na época, foi contabilizada a entrada de 2.142.781 imigrantes portugueses, polacos, russos e japoneses (LEVY, 1973). O terceiro movimento ocorreu durante os anos de 1940, no período da segunda guerra mundial.

A partir da década de 1950, a América Latina e o Caribe começaram o processo de emigração, processo este que, nos dias de hoje, constitui um fenômeno de grande dimensão. O número de emigrantes latino-americanos e caribenhos cresceu consideravelmente nos últimos anos, chegando a pouco mais de 21 milhões de pessoas em 2000 e a quase 26 milhões em 2005 (CEPAL, 2005).

A década de 1970 destacou-se pelo aumento significativo de migrantes internacionais e intra-regionais entre os países ibero-americanos. Com relação à migração intra-regional, pode-se dizer que os países tradicionalmente tidos como receptores desses imigrantes são a Argentina, Costa Rica e República Bolivariana de Venezuela. No entanto, é a partir dos anos 1990, que essa migração toma uma projeção mais significativa, sobretudo, entre países fronteiriços. Os novos acordos para a formação do MERCOSUL e da Comunidade Andina favoreceram tal mobilidade dentro dos limites desses países. A fronteira internacional do Amapá com a Guiana Francesa é um exemplo desse movimento. Nessa zona fronteiriça os brasileiros frequentemente adentram a Guiana Francesa em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essa migração teve início na década de 1960, devido ao auge da construção das instalações da cidade de Kourou¹ e intensificou-se nos anos 1990, de forma que a saída de nortistas brasileiros para cidade de Caiena tornou-se uma opção para milhares de trabalhadores desempregados (PINTO, 2008).

Se tivesse bola de cristal, talvez o governo francês tivesse pensado melhor antes de descontratar quase mil brasileiros que serviram de mão-de-obra barata para a construção da base espacial europeia de Kourou, no norte da Guiana Francesa. Foi aí, em 1964, que começou a história de amor e ódio entre a Guiana Francesa e os compatriotas de seu país vizinho. Depois de Kourou, começou a correr no Pará, Maranhão, Amazonas e Amapá a notícia de que trabalhar na Guiana era a salvação para o desemprego e a baixa renda salarial que maltratava os trabalhadores no Brasil (ALMEIDA, Apud PINTO, 2008.p.3).

Outros autores também atestam o mesmo movimento:

Foi aqui nos anos de 1964-1965, na ocasião do início dos canteiros do Centro Espacial Guianês em Kourou, que foi verdadeiramente deslançada a imigração organizada (com brasileiros, mas igualmente colombianos). Paralelamente, uma imigração espontânea principiava: a maior parte dos brasileiros entrava ilegalmente sobre o território e poucos regularizaram sua situação. O elemento atrativo principal era o salário, elevado em comparação com o de seu país de origem. (AROUCK, 2002.p.3).

Segundo Pinto (2008), paraenses, maranhenses, amazonenses e amapaenses são os que mais atravessam essa fronteira, encantados pela moeda forte daquele país. Atividades braçais que no Brasil renderiam 300 ou 400 reais, em Caiena giram em

1 Cidade localizada a 78 km a noroeste de Caiena, perto da base de lançamento de foguetes.

torno de 1000 euros. Na perspectiva de gênero, o autor afirma ser comum que os homens emigrem primeiro e depois retornem para buscar toda a família. Nesta migração as mulheres aparecem ainda como acompanhantes de seus esposos e companheiros, pois não foi encontrado nenhum registro ou menção de migração por projetos idealizados por mulheres nessa fronteira.

Outro exemplo de espaço fronteiriço e de migração de fronteira diz respeito aos brasileiros que se deslocam para o Suriname, país que tem uma população de aproximadamente 480 mil habitantes e é constituído de diversas expressões étnicas. Em razão dessa diferença é que a população da cidade de Paramaribo apresenta profundas diferenças culturais. Os brasileiros estão concentrados na região norte da cidade, denominado de Klein Belém, local que concentra o maior número de habitantes e o comércio de brasileiros. A maior parcela de emigrantes brasileiros em Paramaribo é constituída por garimpeiros e pela atividade de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, o que causa uma impressão negativa dos brasileiros em Paramaribo, retratados de forma pejorativa nos meio de comunicação local. (HÖFS, 2006).

Todavia, a nova tendência do movimento migratório intra-regional e fronteiriço é a significativa presença feminina nesses deslocamentos, apesar de ainda estarem ligadas de forma predominante às redes familiares. Dito de outra forma, as mulheres ainda deslocam-se para encontrar-se com seus companheiros e familiares, já migrados de seus países de origem. Mas dados estatísticos já apontam mudanças nesse movimento, haja vista que, cada vez mais, mulheres emigram sozinhas com objetivos próprios e independentes, tanto no cenário mundial quanto no da América Latina. É tão significativa essa mudança que hoje chega-se ao ponto de se falar de uma “feminização” dos deslocamentos populacionais.

Dados da ONU (2005) revelam que cerca de metade dos imigrantes internacionais em todo o mundo são mulheres, ou seja, aproximadamente 95 milhões. Na América Latina, até os anos 1960, as mulheres não passavam de 44%. Atualmente, representam 50,2% do total. No cenário migratório internacional, até pouco tempo, o termo “migrante” era usado com a conotação apenas referente ao gênero masculino, o que negligenciou por muito tempo a contribuição das mulheres na economia, na política e na vida social nos países receptores de imigrantes (PESSAR, 1986).

Nesse novo cenário, o crescimento da migração feminina tem contribuído para chamar a atenção para a importância e contribuição das mulheres, tanto para a economia dos países de destino quanto para os de origem. Segundo dados da ONU (2005), os fundos enviados pelos migrantes para os seus países de origem foram de aproximadamente 232 mil milhões de dólares, cabendo 167 mil milhões de dólares

do total aos países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o caso mais singular é o da cidade mineira de Governador Valadares, que possui aproximadamente 260 mil habitantes e, desse total, cerca de 15% encontra-se fora do país, cujo destino é o Estados Unidos. Vale ressaltar, que desse total grande parte é constituída de mulheres. Essa migração teve origem na década de 1940 e 1950, desencadeada pelo contato com a moeda americana, devido à instalação de empresas norte americana na cidade. Hoje, a economia do município sustenta-se basicamente do funcionalismo público e das remessas enviadas por parentes imigrantes dos valadarenses que se encontram nos EUA (REIS, 2008).

Assim como em Governador Valadares, no Sri Lanka a maior parte das remessas é enviada por mulheres. Em 1999, as mulheres contribuíram com mais de 625 do total dos mais de mil milhões de dólares do fundo migrante desse país. Nas Filipinas, nos anos 1990, um terço do valor transferido coube às mulheres. Um estudo das Nações Unidas demonstra que isso ocorre a despeito dos salários das mulheres serem inferiores aos dos homens, inclusive em todo o mundo. São elas que destinam aproximadamente 72% do total de seus ganhos aos seus familiares que ficaram nos país de origem. Segundo Buscarón (2005), esses rendimentos são designados à alimentação, educação e saúde. Essas remessas são essenciais na melhoria das condições de vida dos familiares que ficaram no país de origem.

Outra característica dessa migração está relacionada com a concentração desses imigrantes nas zonas urbanas, o que ocorre, talvez, em razão do aumento da migração de trabalhadores com qualificação profissional nessas regiões. Outro traço que se destaca nessa migração feminina é a inserção segmentada no mercado de trabalho, uma vez que, no caso das mulheres é muito mais acessível a alocação em serviços similares às tarefas domésticas. As trabalhadoras imigrantes estão empregadas nas profissões com menores remunerações ou ocupam cargos inferiores a dos homens, também imigrantes. O serviço doméstico constitui uma das oportunidades mais frequentes de emprego para as migrantes. No caso da migração de mulheres latino-americana mais de 27% estão empregadas no serviço doméstico. Dentre as nacionalidades que representam mais de 25% desse contingente estão, primeiramente, as colombianas, seguidas, de guatemaltecas, nicaragüenses, paraguaias e peruanas (CEPAL, 2005).

Essas trabalhadoras imigrantes estão inseridas no mercado secundário, que no caso, são aqueles que não exigem qualificação profissional e oferecem os menores salários e apresentam pouca ou nenhuma mobilidade (CARDOSO, 2002). Devido a essas condições, elas vivem submetidas a uma jornada de trabalho quase sempre

excessiva e extenuante, sem salário definido, sem direito a folga, privacidade ou acesso a cuidados médicos, ao mesmo tempo em que são submetidas a abusos físicos e psicológicos. Essas trabalhadoras não têm acesso aos direitos trabalhistas ou a quaisquer benefícios.

Considerando o cenário acima descrito é que podemos adiantar, desde já, que, se a migração é capaz de proporcionar, por um lado, a obtenção de trabalho e de oportunizar, por conseguinte, uma vida melhor para as mulheres, por outro, as expõe a uma grave situação de vulnerabilidade e de exploração de toda ordem.

Segundo dados da ONU (2005), apenas dezenove países dispõem de leis e/ou regulamento que tratam especificamente do trabalho doméstico. E quando se é migrante, o cumprimento das leis torna-se mais difícil, haja vista que, na maioria das vezes, esse grupo é composto por pessoas com pouca instrução e que, por não conhecerem seus direitos, não procuram ajuda por estarem irregulares e/ou por sua condição de estrangeiros os deixarem em uma situação de vulnerabilidade social e pessoal.

Eis as condições propícias para que empregadores se aproveitem dessa condição para obterem mão-de-obra barata, deixando o imigrante em situação de risco social. Segundo dados da CEPAL, divulgados na IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, 46% das mulheres latino-americanas maiores de 15 anos não têm renda própria, enquanto somente um entre cada cinco homens, ou seja, 21% está na mesma situação. A consequência lógica desse estado de coisas é o fato de que a renda per capita dos lares comandados por mulheres é menor do que a dos lares encabeçados por um homem. Outros dados do mesmo estudo apontam que 48% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade estão inativas; 28,1% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade são donas de casa ou empregadas domésticas; 12,6% das mulheres entre 20 e 24 anos de idade estão desempregadas, o que perfaz uma média maior que entre os homens. Também digno de nota é o fato de que na América Latina o risco de a mulher morrer por causas vinculadas à gravidez ou parto é 14 vezes maior que dos países desenvolvidos. (SPRANDEL, 2007)

Esses dados acima elencados corroboram o fato de que a pobreza atinge, principalmente, as mulheres e, dentre elas, podemos adiantar, as mais atingidas são indígenas e negras. O quadro de crise das economias nacionais e o agravamento das condições de vida têm forçado um número significativo de mulheres a se deslocarem sozinhas, deixando os filhos com os parentes e só retornando em feriados para revê-los.

Segundo Costa (1998), isso tem um impacto na configuração social familiar e na articulação dos inúmeros papéis dessas mulheres. Elas emigram por diversas razões, mas principalmente para inserirem-se no mercado de trabalho e, assim, buscarem sua independência econômica e autonomia de gênero, ou seja, o seu “empoderamento”, o que significa tomar o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino. Para essas mulheres, sair do seu país de origem em busca de espaço no mercado de trabalho possibilita não apenas a emancipação econômica, mas também o acesso a uma qualidade de vida e mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades.

Migração intra-regional e transfronteiriça

Desde o início dos anos 1990, tem-se observado nos países latino-americanos o aumento considerável da migração intra-regional e transfronteiriça. As cidades fronteiriças tornam-se cada vez mais viáveis, uma vez que o custo dessa migração é relativamente baixo, devido à proximidade e à facilidade de acesso terrestre. Outro fator que contribui para o aumento desse fenômeno social diz respeito ao intercâmbio de moedas, que favorecem alguns países e apresentam amplo poder de compra em áreas fronteiriças.

Desse modo, o fator econômico, o desemprego e os baixos salários determinam, em certa medida, os fluxos migratórios e cooperam com alternativa de migrar para outro país. E assim ocorre, sobretudo, quando o que se ganha no país de origem não é suficiente para a manutenção familiar entendida não apenas como sobrevivência, mas, como a aquisição de bens, tais como casa própria, transporte e bens de consumo e, também, com acesso a serviços de saúde, transporte e saneamento básico. Outros fatores que estimulam novas migrações são as condições insuficientes ou inadequadas de infraestrutura.

Roraima, por sua vez, apresenta-se como um lugar de trânsito e de permanência dos migrantes sul-americanos e fronteiriços. Na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana o fluxo migratório é intenso e faz parte do dia a dia das pessoas que vivem tanto nas cidades fronteiriças como em Boa Vista. De forma que o trânsito de pessoas e mercadorias nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana é uma constante e tem-se intensificado nos últimos anos.

Roraima também se configura como um estado de migração interna. Na cidade de Boa Vista há concentração de um número significativo de imigrantes nacionais, majoritariamente maranhenses, seguido dos paraenses e demais nordestinos. Os imigrantes provenientes do Sul e Sudeste do Brasil estão, predominantemente, no

serviço público setor que absorve a maioria absoluta dos trabalhadores assalariados e nos cargos mais altos, como de juízes, promotores e outros cargos políticos. Essa estratificação no mercado de trabalho local reflete-se nas relações sociais dos que vivem em Boa Vista, acarretando certa marginalização, principalmente dos maranhenses, que compõem o grupo dos mais desfavorecido economicamente, muitas vezes vítimas de preconceito pela população local e responsabilizados pelo “atraso” do estado, enquanto os migrantes vindos do sul e sudeste são, contrastivamente, responsabilizados pelo desenvolvimento do estado.

A imigração de internacionais é mais significativa a de imigrantes intra-regionais e fronteiriços. Assim, apesar da imigração guianense para o estado ter se iniciado desde os anos 1960, é a partir dos anos 1990 que essa imigração ganha força; a corroborar esse cenário, devemos acrescentar outras imigrações mais recentes, como a de colombianos, bolivianos e peruanos. Já nos anos 2000, o deslocamento para a transfronteira Brasil-Venezuela-Guiana de imigrantes intra-regionais e fronteiriços tornou-se uma constante no estado. E, apesar de os dados oficiais subestimarem a realidade migratória, uma vez que a maioria vive em situação de clandestinidade e ilegalidade, apresentam uma tendência de crescimento.

Na fronteira Pacaraima, estado de Roraima (Brasil) e Santa Elena do Uairén, estado Bolívar (Venezuela) o processo migratório é histórico e teve início nos anos de 1970. Segundo Rodrigues (2009) a emigração de brasileiros para a Venezuela é mais significativa do que de venezuelanos para Roraima. Ainda segundo, Rodrigues (2006; 2008; 2009) esse processo se deu em três fases distintas: a *primeira* deu-se no final da década de 1970, a partir do declínio do garimpo em Roraima e da estabilidade econômica na Venezuela. Esses imigrantes estabeleceram-se principalmente na cidade fronteiriça de Santa Helena do Uairén, cidade de apoio e porta de entrada no país vizinho, mas, também em Ciudad Bolívar, capital do estado Bolívar e em Maturin. Esses brasileiros inseriam-se prioritariamente no comércio vinculado à mineração. A *segunda* fase teve início e perdurou por toda a década de 1990 e esteve associada ao declínio da garimpagem em Roraima. Um dos motivos desse declínio foi a demarcação das Terras indígenas Yanomami, em 1991 e a retirada dos garimpeiros pela Polícia Federal (RODRIGUES, 1996; 2009). As restrições e fiscalizações nos garimpos em Terras indígenas serviram de estopim para o aumento considerável de garimpeiros brasileiros na Venezuela nessa época. A *terceira* fase migratória de brasileiros para a Venezuela teve início na década de 2000 e apresenta novas características, dentre elas a migração de retorno. Muitos brasileiros atravessam a fronteira diariamente para trabalharem no comércio e retornam para Pacaraima no final do

dia, outros atuam no contrabando de combustível, que passou a ser uma forma de sobrevivência de muitas famílias fronteiriças e boa-vistenses.

Historicamente, o fluxo na fronteira Brasil-Guiana tem-se efetivado desde o século XIX. Um dos momentos deste deslocamento populacional nesta fronteira ocorreu nos anos de 1820, 1838, 1902 e 1922 em que ocorreu o reconhecimento do direito consuetudinário das terras indígenas na Guiana, contrastando com o caso do Brasil, da época, cujo projeto de fronteira da região do rio Branco sofria uma inflexão radical (SANTILLI, 1994). Segundo Santilli (1994) outro momento do trânsito populacional na fronteira Brasil-Guiana ocorreu no início do século XX, no processo de colonização e recrutamento de mão-de-obra forçada de indígenas brasileiros para o trabalho de extrativismo vegetal e, mais tarde, para o garimpo e a pecuária. Ao final de 1920, ocorreram vários movimentos migratórios de indígenas do Brasil para a Guiana motivados pela fuga dos atos violentos de fazendeiros brasileiros contra os povos indígenas, da invasão de terras brasileiras por pecuaristas e alguns garimpeiros nos anos de 1920 a 1930 (BAINES, 2004). Outro fator de motivação da emigração de brasileiros para a Guiana foram os serviços de educação e saúde, oferecidos pela então colônia inglesa. Esse processo de deslocamento transfronteiriço inverte-se depois da Independência da Guiana, em 1966.

Nos dias atuais, a presença dos guianenses em Boa Vista é significativa, embora os deslocamentos de wapixana e macuxi entre as fronteiras desde os tempos coloniais fossem constantes, com a independência da República Cooperativa da Guiana e a crise que se estabeleceu no país resultando nos conflitos étnicos entre os afro-guianenses e indo-guianenses ocorreu um grande fluxo migratório nesta transfronteira. Outro movimento de imigrantes guianenses para Roraima ocorreu durante todo o ano de 1990, em decorrência da crise econômica do país. Já nos anos 2000, essa migração tornou-se uma constata, formando o grupo mais numeroso e integrado de imigrantes internacionais na cidade de Boa Vista. Esse fluxo populacional foi favorecido pela crise econômica na Guiana e, portanto, os imigrantes guianenses visualizavam oportunidades de empregos e trabalho na informalidade, mas também pela rede de serviços sociais, sobretudo, educação e saúde mais estruturados e acessíveis que na Guiana.

Gênero e empoderamento na transfronteira Brasil/Venezuela/Guiana.

Na migração transfronteiriça as mulheres têm se tornado figuras constantes, mesmo que ainda em menor proporção que a masculina. É notável o caso de mulheres guianenses que imigram para Boa Vista sem a presença de companheiros ou

de familiares, sendo elas mesmas as gestoras de seu projeto migratório. Elas tomam essa decisão, sobretudo, pensando na família e em si mesmas, munidas do desejo de uma vida melhor. Assim, Boa Vista, aparece em seu imaginário como o lugar dos sonhos. Essa construção se deve, principalmente, aos relatos dos que já imigraram e que, ao retornarem, falam de Boa Vista com entusiasmo e esperança. O relato de uma guianense demonstra esse aspecto:

Olha! Eu morava no interior de Lethem, na comunidade, tu imagina como eram as dificuldades, se em Lethem já é difícil no interior então! ...meu irmão e nosso tio já moravam aqui [Boa Vista] há algum tempo, às vezes eles iam até a comunidade, não era sempre, mas quando podiam eles iam lá deixar um dinheiro para nossa mãe ou pra passear... Eles sempre falavam muito bem de Boa Vista. Isso fazia com que eu tivesse vontade de vir também, mas, quando eu engravidei vi que não teria mais como continuar na Guiana, não teria como criar meu filho. Lá [Guiana] não tem empregos como aqui. [Boa Vista]. (mulher, guianense, 25 anos).

Porém, o que parece ser uma boa oportunidade nem sempre se confirma ao chegar a Roraima, uma vez que as imigrantes oriundas da Guiana encontram-se, em geral, trabalhando nos serviços informais como vendedora nas feiras públicas do Produtor e do Passarão, nos camelódromos e, ainda, no trabalho doméstico, como diaristas ou babás. Ademais, grande parte das que imigram vivem em condições precárias, recebem baixa remuneração e sem acesso a qualquer direito trabalhista ou seguridade social. As próprias guianenses expressam essa situação de exploração, tal qual se pode apreender do relato que segue:

Agora arrumei um emprego de caixa de um supermercado pequeno aqui perto mesmos. O único problema é que eles não querem assinar minha carteira, não sei por quê? Já fui à Polícia Federal e falei que era guianense e fiz tudo que eles pediram, já tenho todos os documentos brasileiros, até a carteira. Vou falar com eles de novo essa semana. (mulher, guianense, 32 anos).

Essa situação de trabalhos precários e de violação dos direitos humanos é aceita pelas imigrantes, por falta de informação e, às vezes, por medo de serem expulsas do País, uma vez que, as mesmas, quase sempre estão irregulares. Essa situação faz parte da vida de muitos imigrantes internacionais em todo o mundo. Estima-se que existam entre 30 a 40 milhões de migrantes vivendo como *indocumentados*.² A realidade das imigrantes que sobrevivem do emprego doméstico é bem diferente do que a lei determina como constatamos na narrativa a seguir:

Quando vim pra Boa Vista, fui morar na casa de uma família. Cuidava de tudo: da casa e dos dois filhos do casal. Eu ganhava a moradia e a comida. Às vezes quando eu precisava,

2 NAÇÕES UNIDAS. United Nations trends in total migrant stock: the 2003 Revision.

eles me davam algum dinheiro mais não era sempre. Depois que saí de lá, fui morar em outra casa e melhorou um pouco, passei a ganhar R\$150,00, e comida e dormida. (mulher, guianense, 29 anos).

É por essa e por outras similares que a terra dos sonhos produzida no imaginário das imigrantes torna-se uma realidade extremamente frustrante. Mesmo assim, elas preferem continuar vivendo em Boa Vista a retornar ao seu país. Alegam que lá a vida é ainda mais difícil e precária e que as condições oferecidas por suas cidades são bem piores que as encontradas aqui. Os salários são ainda mais baixos e o desemprego maior. Isso alimenta o desejo de emigrar, sobretudo, um desejo de busca contínua de melhor qualidade de vida. É isso que justifica, apesar da precariedade das condições, o movimento ininterrupto dessas pessoas.

Tal estado de coisas é corroborado por uma das entrevistadas que relatou que as chances de mudar de vida são bem superiores para aqueles que imigram para o Brasil, em relação àqueles que ficam. A narrativa de uma das entrevistadas é bem significativa para perceber a migração como alternativa de melhoria das condições de vida:

Lá [na Guiana]eu tive que sair da escola. Era muito longe e não tinha mais estudo pra mim. Lá só tinha até a 3ª. Série. Depois que cheguei aqui, procurei aprender a língua de vocês, saber falar foi uma das coisas mais difíceis para mim. Mas, como meu pai é brasileiro foi um pouco mais fácil então, depois que já sabia falar um pouco o português entrei no EJA a noite e, fiz até a 8ª série (mulher, guianense, 25 anos)

Da mesma forma, outra entrevistada narrou que;

Aqui eles pagam melhor, sei disso por que quando ainda morava em Lethem trabalhei em uma lojinha lá e ganhava bem menos que ganho hoje trabalhando na casa dessa senhora. E eu também pergunto quanto as outras ganham e, elas também me dizem isso. Ninguém aqui quer voltar pra Guiana, não! De lá só tenho falta do meu filho, o mais velho. Ele quis ficar lá com o pai dele (mulher, guianense, 32 anos).

Como se pode perceber, as narrativas das imigrantes apontam para o fato de que a migração funciona como uma forma de obter liberdade e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares, por meio da conquista de seu próprio espaço, de sua casa, de seu trabalho, de seu salário. A migração abre oportunidades antes não esperadas, não apenas quanto à qualidade de vida, mas, principalmente, quanto ao processo de “empoderamento”.

Em meio à diversidade étnico-cultural das cidades fronteiriças e da cidade de Boa Vista, formada por diversos imigrantes nacionais e internacionais, emergem lugares (TUAN; 1983) que vão se constituindo como fronteiras étnico-culturais e onde experiências migratórias são vivenciadas de forma muito particular. Muitos dos migrantes tendem a se concentrar em espaços em que ocorre identificação com um

suposto igual. Muitos desses espaços encontram-se indivíduos que são estigmatizados pela sociedade local, como é o caso dos guianenses, em parte decorrente de um histórico de migração e colonização na República Cooperativista da Guiana. Esse país expressa grandes diferenças étnicas e sua população é dividida em diferentes grupos étnicos como, europeus, indianos, africanos, chineses, mulçumanos e os nativos da região como os povos macuxi e wapixana. A múltipla formação étnica desse país misturou conflitos entre os diferentes grupos étnicos e sociais, que, muitas vezes se reproduzem fora do país. Alguns bairros em Boa Vista como o Monte das Oliveiras, Brigadeiro, 13 de Setembro são espaços que surgem do encontro da diversidade étnica e representa o palco das reformulações das relações econômicas, políticas e culturais dos indivíduos que vivem ali e que, mesmo distantes de suas origens, conservam elementos identitários como referência para manterem vínculos entre si e, assim, reforçarem a identidade nacional.

O encontro desses indivíduos com outros, de sua mesma nacionalidade ou que vivem em situação análoga a sua, faz com que reproduzam nos espaços do bairro ou de lugares de encontro, como as feiras públicas e os bares da cidade, signos, crenças e hábitos que favorecem a reprodução de elementos da sociedade de origem em Boa Vista. É nesse pequeno espaço, do encontro das diferenças, que os imigrantes reforçam a origem comum, apegando-se à sua nacionalidade para criarem um “nós” étnico que caracteriza o caráter da identidade como algo socialmente construído. Assim, compreender a identidade como uma construção social permite pensá-la como algo inacabado, como um processo e algo em constante construção.

Nesses espaços, em que os sentimentos de insegurança e de vulnerabilidade contrastam o todo tempo com a idéia do ser guianense, venezuelano, peruano, etc, as identidades são reinventadas por meio da reprodução de signos da cultura. Assim, nesse lugar, vivem guianenses que falam o inglês da Guiana, o *creolese*, as línguas maternas indígenas e o português, escutam forró e o reggae, se alimentam com o açaí, cupuaçu, buriti, tapioca, bacuri, mungunzá, churrasco, feijão, mas, também, de *casareep*, carne cozida na mandioca amarga, com os mais variados molhos com pimentão, saladas de frango com *Kaury*, uma erva muito apreciada pela culinária guianense, o *roti*, um bolinho caseiro feito de farinha de trigo, chá preto no café da manhã; mas também com o peixe, o alimento preferido entre os indígenas macuxi e wapixana, e outras misturas com ervas, herança da culinária indiana. Usam roupas coloridas, camisetas da seleção brasileira e do flamengo, ao mesmo tempo em que continuam

fascinados pelo *crequite*, um esporte muito popular no caribe³. Esses atores mesclam elementos de sua cultura de origem e da local, que tornam esse espaço uma comunidade peculiar gerando um modo de ser guianense “abrasileirado”.

Para Das (1995) são nessas comunidades que os imigrantes constroem uma estrutura afetiva que serve de referência para os que a integram. A comunidade não apenas cria laços afetivos, mas estrutura um sentimento de solidariedade entre os iguais. A comunidade torna-se aqui, ao mesmo tempo, o espaço de solidariedade e de rede social. As redes migratórias consistem em laços sociais que ligam as comunidades aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. São esses laços que unem migrantes e não-migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. (ASSIS, 2007).

As redes sociais mais utilizadas pelas imigrantes ainda são as baseadas em parentesco, amizades e origem comum. Essas redes apresentam-se para essas imigrantes como um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais mais individualistas. As redes sociais servem de apoio para os migrantes com pouca ou nenhuma qualificação para o mercado de trabalho, com pouca ou nenhuma experiência profissional e com baixo nível de escolaridade. Esses lugares de encontro ou de moradia nos países de destino aparecem como um refúgio seguro, ao mesmo tempo em que serve de ferramenta para melhor adaptação na nova sociedade. As trajetórias de saída e chegada, da saudade e adaptação constituem um longo e árduo percurso. A narrativa de uma guianense, de 25 anos, demonstra bem essa fase:

Tudo no começo é mais difícil. Quando cheguei a Boa Vista, vim direto para cá [*Monte das Oliveiras*]. Nos primeiros dias tive vontade de retornar para casa. Foi difícil me acostumar a viver aqui, mesmo que as pessoas que me rodeavam fossem de lá [Guiana] não era a mesma coisa que estar com a família os amigos. Fazer novas amizades também não foi fácil. Sentia-me sozinha. Eu acho que se não tivesse arrumado emprego logo não teria ficado (mulher, guianense, 25 anos).

A relação de solidariedade auxilia nos primeiros momentos da vida em Boa Vista, minimizam a distância e a saudade dos seus parentes e amigos. Assim que se estabelecem criam e manejam sua própria rede social e buscam os filhos e parentes que ainda estão na Guiana. A narrativa de uma das guianenses é significativa em relação à manutenção dos vínculos afetivos:

3 A Guiana e os demais países caribenhos de língua inglesa formam uma das mais importantes seleções de *crequite*, o West Indies.

[...] depois de um tempo tudo vai melhorando, a gente conhece os vizinhos com histórias parecidas com a da gente, isso dá força... Dois anos depois que vim, mandei buscar meu filho que tava com minha mãe e agora já mandei buscar minha mãe também, com eles aqui comigo não vou mais ter vontade de voltar, eles eram a única coisa que ainda me fazia pensar em voltar (mulher, guianense, 25 anos)

Os lugares frequentados por esses imigrantes vão se constituindo em espaços de refúgio, de pausa e de estabilização. A narrativa de uma entrevistada revela como se dá a construção do pertencimento na sociedade de acolhimento.

Aqui [*Monte*] a gente se sente bem melhor. Quando saí da Guiana morei primeiro em Bonfim, lá não tinha muita diferença de Lethem, porque quando eu sentia falta de alguma coisa era só atravessar o rio e tava em casa de novo! Mas quando vim pra Boa Vista, senti muito! Não conhecia ninguém. Vim porque meu irmão que morava lá no 13, [bairro 13 de Setembro] me chamou. Sofri muito. Ele trabalhava com construção e passava o dia fora e eu ficava sozinha, não conhecia ninguém. As pessoas de lá ficam tudo em casa. Saía na rua e não via ninguém pra conversar era tudo fechado. Foi quando conheci meu companheiro; ele já morava aqui [Monte]. Logo a gente foi morar junto, foi quando vim pra cá. Aqui as pessoas são mais amigas, ajudam no que precisar, conquistei muitos amigos aqui, até brasileiros eu já conheço (mulher, guianense, 19 anos)

Como se percebe na narrativa acima reproduzida, o convívio cotidiano entre guianenses e brasileiros cria novas relações e é forjado um novo grupo étnico-cultural. Para Hall (2002) um grupo étnico cultural é constituído por um povo que compartilha da mesma língua, religião, tradição, costumes e de sentimento de pertença a um mesmo lugar e, nesse caso, os imigrantes apropriam-se de sua nacionalidade para (re) elaborarem sua identidade cultural.

Em meio a esse contexto, as imigrantes guianenses estão reconstruindo suas identidades, a partir das novas relações construídas no contato com a sociedade de destino. Elas trazem uma bagagem cultural muito rica e diversificada que, ao entrar em contato com a cultura receptora, estabelece novas relações. E desse modo, estão ressignificando sua identidade na interação com a sociedade local. Como afirma Hall (2002), a identidade é formulada na interação do eu com a sociedade, uma vez que é a identidade que costura o sujeito na sociedade. Por outro lado, essas experiências, segundo Velho (1999), abrem um campo de possibilidades, de jogo de papéis e identidades em diferentes contextos e momentos. Assim, o processo migratório permite a essas mulheres explorarem múltiplas *performances* no campo das representações e, ao mesmo tempo ressignificarem suas identidades, inclusive a sua identidade de gênero. Além do mais, no universo dos símbolos, a identidade é permanentemente reconstruída como assevera uma das entrevistadas:

Quando a gente sai de onde nasceu e vê coisas novas, assim, por exemplo, pessoas diferentes, aprendemos com elas coisas novas que podem ajudar melhorar a vida da gente. Por isso, quando cheguei em Boa Vista, não quis fazer como muita gente que fica se escondendo com medo de tudo; eu quero conhecer as pessoas daqui [Boa Vista] e aprender com elas, como elas também aprendem comigo. (mulher, guianense, 30 anos).

Para Hall (2002), as identidades não são fixas ou permanentes, mas sim móveis, construídas historicamente ao longo das vidas. Pode-se dessa forma, assumir diferentes identidades em diferentes momentos, como se pode depreender a partir dos discursos e das atribuições de significado feitos pelos imigrantes. Dito de outra forma, as imigrantes reconstróem suas identidades ao longo das suas vidas, ao mesmo tempo em que incorporam novos códigos e ressignificam a cultura e as representações da sociedade em que se encontram. Reformulam assim, uma identidade singular e redefinem os padrões estabelecidos.

Segundo Geertz (1978), as práticas de deslocamentos devem ser entendidas como constituídas de significados culturais e identitários, visto que é no processo de se deslocar entre espaços fronteiriços que os imigrantes reelaboram, selecionam e se reapropriam de novos signos culturais e identitários.

Nesse contexto, o fato de imigrar torna-se um grande paradoxo. Por um lado, surgem novas oportunidades de trabalho, possibilitando certa independência econômica; por outro, representa grandes perdas, tanto materiais como afetivas. Nesse caso, quando as perdas são maiores que os ganhos, poderá ocorrer a migração de retorno, numa volta ao “lugar” de origem. Entretanto, ao retornarem, muitos se deparam com a sensação de sentirem-se estrangeiros em seu próprio país (HALL, 2002). Em uma das entrevistas essa sensação ficou nítida e foi relatada por uma das entrevistadas. Ao narrar o retorno a sua cidade depois de anos vivendo em Boa Vista, assim expressou o estranhamento e a sensação de não pertencer a lugar algum:

Eu voltei para Georgetown depois de uns 15 anos que eu tava aqui, fui pra passear e ver meus parentes que ainda estão lá, mas quando cheguei lá achei tudo diferente, parece que tudo tinha assim mudado, as pessoas não eram mais as mesmas, as ruas as casas tudo diferente mesmo. Até assim, as pessoas elas eram diferentes, não era como eu morava lá, eu nem senti vontade de ficar muito lá, logo eu voltei, queria era chegar logo em casa, depois dessa vez nunca mais eu fui pra lá, nem tenho vontade. (mulher, guianense, 41 anos)

Para Hall (2002), os imigrantes estabelecem fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. São obrigados a negociar com a cultura do lugar em que vivem, sem, simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades de origem. Portanto, migrar

significa transitar por diferentes nacionalidades e diversas culturas, que podem disseminar novas idéias e práticas sociais.

Porém, é inegável a relação de poder dos atores locais nessas relações. O imigrante é visto como um estranho, como o “outro”. O “imigrante representa, para o ideal autóctone, um intruso que vem confrontar a sua ilusão de familiaridade” (FERREIRA, 1996. p.35). Esses imigrantes sentem-se forçados a negociar certos elementos culturais, para só então conseguirem conviver e serem aceitos na nova sociedade.

Não obstante, ao chegarem, as imigrantes tendem a superar as barreiras da fase de adaptação, principalmente a barreira imposta pela língua falada por essas mulheres, o dialeto próprio de sua cultura. Uma das entrevistadas guianenses relatou sua experiência, em que esse aspecto do domínio da linguagem do “outro” é fundamental, mas também um processo doloroso:

Vim pra Roraima por causa de uma guerra que tinha na Guiana. Mas, quando cheguei aqui pra mim o que foi mais difícil foi falar, não sabia falar nada em português e quando via as pessoas na rua, me escondia, sentia vergonha, entrava em casa e não falava com mais ninguém. Aos poucos fui aprendendo a falar algumas palavras, mas quando falava com alguém as pessoas ficavam rindo de mim, isso me deixava muito triste (mulher, guianense, 41 anos).

O fato dessas mulheres não falarem o português nem o castelhano é um problema para a adaptação. O caso das venezuelanas é diferente, haja vista que conseguem se estabelecer e criar vínculos mais rapidamente, devido a melhor aceitação de sua presença por parte dos nativos. As guianenses sofrem com o preconceito e a exclusão da sociedade roraimense, uma vez que a linguagem é um dos elementos essenciais de qualquer cultura e também um diacrítico identitário de primeira importância. Em muitos casos, mesmo que elas aprendam o básico para sua sobrevivência, os “nativos” ou “locais” tendem a discriminar essas mulheres, principalmente pelo sotaque indígena.

Outro problema sentido pelas imigrantes é a xenofobia aliada ao racismo. Em Boa Vista há uma grande dificuldade das pessoas aceitarem bem os imigrantes guianenses. Algumas migrantes guianense relataram que se sentem estigmatizadas e estereotipadas. Pode-se observar, também, nas narrativas destas mulheres guianenses a sensação de todo o tempo serem percebidas como estrangeiras, como diferentes. Segundo elas, isso é expresso no olhar das pessoas quando elas chegam a um determinado local. “As pessoas ficam olhando a gente com uma cara de assustados ou de deboche”.

No caso específico da fronteira Brasil-Guiana, os guianenses são vítimas de tais preconceitos e carregam marcas e sinais dos estigmas atribuídos aos imigrantes de

origem guianense (GOFFMAN, 1988). Os jornais locais⁴ retratam essa imigração criando e reforçando aspectos negativos, caracterizando-os como “preguiçosos”, “sujos” e “ladrões”. Essa diferenciação estigmatizante, em parte, favorece a criação de um sentimento de rejeição e de manifestações preconceituosas da população local. Algumas narrativas demonstram esse sentimento:

Uma vez quando tava procurando emprego de doméstica ou de diarista nas casas, bati palma numa casa e uma moça veio me atender ela tava assustada com medo de mim, sei por que ela me olhava de longe sem olhar pra mim direito nem chegava perto do portão. Também, uma vez, quando eu tava no ônibus escutei uma mulher falando pro seu filho segurar o celular por que eu tava olhando muito pra ele...e assim, são muitas as vezes que a gente escuta essas coisas, mas finge que não escuta por que não adianta falar nada eles pensam assim e pronto. (mulher, guianense, 30 anos).

A gente sempre sofre preconceito quando é estrangeiro ou índio, as pessoas pensam que a gente não sofre por ser excluído, eles nunca trata a gente por igual. Digo isso por que já trabalhei e uma casa junto com outra mulher brasileira, era nois duas por que a casa era muito grande eu limpava e cuidava das crianças e ela só cozinhava e lavava a roupa eu sempre ouvia ela e a patroa conversando baixinho, mais eu ouvia que elas falava de mim... ela não pode cozinhar por que a comida dela não presta, ela não sabe lavar as roupas por que eles [guianenses] são sujos, fedem.... (mulher, guianense, 34 anos).

Não só eu quem sofro por ser negra, mas meus filhos também. Uma vez estava indo para Bonfim de ônibus, eu sentei em uma cadeira e meu filho em outra por que estava cheio, quando meu filho sentou do lado de uma outra criança branca ela rapidamente puxou o braço para longe dele como se estivesse com medo ou nojo, e olhou para sua mãe que estava logo do outro lado. Sua mãe consentiu com a cabeça e depois chamou a menina para sentar no seu colo. Fico triste com isso, mas não culpo a criança que ainda não entende direito o que esta acontecendo, culpo as mães que passam esse medo para os filhos, sem ter por que. Não somos perigosos ou sujos para se ter medo ou nojo, somos apenas diferentes, por que Deus quis assim (mulher, guianense, 45 anos)

Os meios de comunicação, principalmente os de mídia televisiva e impressa, reproduzem as representações da vida social e estes são mecanismos utilizados na formação da opinião pública das sociedades. Nesse sentido, a representação social sobre o objeto está relacionada ao significado e interpretação a respeito do objeto e por parte de determinado grupo. (GUIMELLI, 1994).

De acordo com a análise feita por Rufino (2009) acerca das representações dos imigrantes em Boa Vista reproduzidas pelo jornal “Folha de Boa Vista”, as reportagens dizem respeito a pontos negativos dessa migração. São manchetes envolvendo

4 O Jornal a Folha de Boa Vista é o periódico diário de maior circulação em Boa Vista-RR. Rufino (2009) publicou os resultados de pesquisa em artigo na 26ª Reunião de Antropologia: As representações sociais da fronteira e dos migrantes estrangeiros na mídia impressa roraimense.

os guianenses em atos ilícitos, como por exemplo: “guianenses acusados de matar doméstica”; “guianense dá dez facadas”; “guianense é morto brutalmente”; “guianense denuncia Guarda Nacional da Venezuela”; “dez mil guianenses ilegais vivem em Boa Vista”. O discurso que predomina na mídia impressa roraimense é o da criminalização, marcado por nomeações como ilegais, violência, intolerância, preconceito, fiscalização, tráfico ou detenção. As representações dos imigrantes guianenses são reproduzidas no imaginário da população local e materializadas em forma de atos preconceituosos contra esse grupo social. Com o tempo essas diferenças vão amenizando, apesar de sempre estarem presentes nas sociabilidades. Os imigrantes vão adaptando-se e incorporando novos elementos da cultura local e recriando uma nova identidade social (HALL, 2002).

Esse processo de ressignificação das identidades não ocorre sem conflitos. As imigrantes guianenses vivem o dilema de repensarem sua identidade cultural e de gênero a todo o momento, incorporando e reorganizando novos elementos que as fazem sentir parte de sua nova condição. Há uma preocupação constante por parte dessas mulheres na manutenção de alguns elementos da sua cultura de origem, reafirmando os valores identitários da cultura nacional que, também é transformada no interior das representações, como aparecem nas narrativas das imigrantes:

Quando perguntam quanto tempo estou aqui, e respondo 22 anos, eles dizem, há você já é roraimense. Então eu sempre digo assim. Não, eu sou guianense, mas gosto de morar no Brasil. E sempre procuro não perder o meu sotaque. Nossa! gosto de mais dele! Como também da música de lá [Guiana] pra mim são muito mais bonitas do que as do Brasil (mulher, guianense, 45 anos, entrevista realizada em 15.03.08)

Essas mulheres atravessam as fronteiras em busca de novas oportunidades, com objetivos que estão fortemente atrelados à necessidade de uma emancipação econômica e de gênero. Sofrem barreiras socioculturais, tais como a língua, a cultura local e as condições precárias de trabalho. O processo de adaptação é longo e doloroso, mas o desejo de emancipação é maior e determina sua permanência, forçando as imigrantes a serem mais criativas na descoberta de novas estratégias culturais e sociais.

Não obstante esse quadro, nos últimos anos, mudanças profundas estão acontecendo nas sociedades em todo o mundo, com repercussão na vida de mulheres de todos os segmentos sociais. De fato, dados dão conta de que, nas últimas décadas, as mulheres entraram no mercado de trabalho alcançando níveis de formação acadêmica e de qualificação profissional cada vez mais elevada e elas passaram a exercer maior controle sobre sua vida. Apesar disso, o que esses avanços têm representado na vida cotidiana das mulheres e de que forma essas mudanças contribuem para o

processo de “empoderamento” delas ainda é pouco discutidos no meio acadêmico. Neste sentido, utilizo o sentido de “empoderamento” como os mecanismos pelos quais as pessoas e, em especial as mulheres, tomam o controle de sua própria vida e a consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar.

A categoria de *empoderamento* surge com forte influência no meio acadêmico a partir da década 1990, como forma de análise, tanto das organizações como dos indivíduos, em relação a si mesmo, ou seja, na capacidade das pessoas descobrirem e desenvolverem suas capacidades para vencerem e superarem seus problemas, tanto de caráter pessoal e individual, como sócio estrutural. Para Stark (1996), através do *empoderamento* as pessoas passam a tomar suas próprias decisões. *Empoderamento* requer igualdade e equidade entre as pessoas envolvidas nas tomadas de decisão, tanto no ambiente privado como no ambiente público, no cotidiano de seus lares, dividindo as tarefas e partilhando das tomadas de decisões referentes à família, assuntos políticos e econômicos. Sendo assim, o empoderamento vai ser sempre relativo, uma vez que vivemos em uma sociedade extremamente desigual. Mas, isso não impede de associarmos o “empoderamento” à reorganização dos papéis sociais na sociedade atual.

Os papéis sociais ou os papéis de gênero estão associados ao espaço e ao tempo, ou seja, ele é determinado e diferenciado por uma época e um povo, faz parte da cultura das sociedades e são transmitidas pelas famílias de geração em geração. Nas famílias migrantes são os homens, pelo menos na maior parte dos casos, que detêm o poder, seja nos espaços privados ou público. Isso se deve, entre outros fatores, à formação histórica e cultural desse país. A República Cooperativa da Guiana é formada por povos de múltiplas nacionalidades: indígenas, chineses, indianos (crioulos), africanos, portugueses, ameríndios, norte americanos e ingleses; bem como por diversas religiões: os hindus representam 37% da população, protestantes 16% e os anglicanos 14%, devido a essa formação de cultural tradicional, podemos inferir que as famílias guianenses são mais rígidas do que as brasileiras.

Na Guiana a estrutura familiar é formada pelo marido/pai responsável por manter materialmente a casa e tomar as decisões por todos pertencente a sua família; a mulher (mãe) é responsável pela manutenção do bem estar da casa e da família, restringindo-se à educação das crianças, e, por último, pelos filhos. Este é ainda um padrão seguido. No Brasil, a pesar de ainda ser um país de cultura “machista, já são visíveis as modificações, haja vista que as estruturas familiares são heterogêneas, flexíveis e plurais; muitas são chefiadas por mulheres separadas ou mães solteiras e, a cada dia, crescem as estatísticas nas quais elas aparecem como as maiores provedoras

dos lares brasileiros, seja parcial, seja total (VAITSMAN,1994). As mulheres são ativas e já estão presentes em quase todos os espaços públicos. As mulheres brasileiras dividem o seu tempo entre a família, a vida social e o trabalho e, é justamente por terem esse perfil de mulheres independente ou *empoderadas* que as imigrantes guianenses, de certa forma, espelham-se e almejam ser incluídas nessa sociedade.

As imigrantes, em grande parte, são mães solteiras ou separadas, que arcam com o sustento da casa sozinha ou, quando vivem com um parceiro, trabalham e contribuem de forma significativa com as despesas familiares. Nesse processo de sair do espaço privado para atuarem também nos espaços públicos, os papéis de gênero são (re) pensados e reavaliados por elas e, conseqüentemente, também a divisão dos papéis sociais no seio da família, tal como explicita o teor do depoimento que segue:

(...) antigamente ainda em Lethem ele dizia: aqui em casa quem manda é eu. Ai, eu não dizia nada, às vezes me escondia na rede pra chora sozinha, por que tinha vontade de sair, conversar ou até compra uma comida diferente pra meus filhos, mas quem decide tudo era ele, o que eu comia, vestia tudo mesmo. Agora, às vezes ele fica com raiva e fala quem manda nessa casa sou eu! Finjo que não escuto vou lá e faço o que tenho vontade, depois a raiva dele passa e a gente se acerta de novo. (mulher, guianense, 29 anos, entrevistada em 02.05.09)

A pesar de manterem diacríticos de sua cultura nacional, na qual a figura do homem ocupava a condição de “cabeça da casa”, a migração e o leque de possibilidades e representações proporcionadas por sua nova condição dá às mulheres a segurança de poderem discordar das decisões do parceiro e, reavaliar sua posição dentro da casa e nas decisões familiares, surge, assim, a possibilidade de (re)configurarem sua identidade de gênero, como está fazendo uma das entrevistadas:

A única coisa que ainda não consigo mudar é que ele não faz nada em casa, quando chego do trabalho, cansada tenho que fazer tudo aqui também, as mesmas coisas que acabei de fazer pra lá, lavar as louças sujas que ele deixa tudo jogado no jirau lá fora, nem a comida pros meninos ele esquenta, que já deixo pronto, eles ficam tudo com fome até a minha menina mais velha chegar da escola e esquentar pra eles...a gente briga sempre por causa disso, eu digo pra ele que tem que me ajudar, pelo menos lavar uma louça. Ele só diz, não quis trabalhar agora se vira... Mas quando recebo no final do mês e faço o rancho[feira mensal] ele gosta! (mulher, guianense, 29 anos, entrevistada em 02.05.09)

Mesmo com as conquistas e as mudanças ocorridas nos papéis de gênero, em geral, as estruturas familiares e domésticas ainda discriminam as mulheres, seja nas famílias guianenses ou brasileiras, e essa situação tem dificultado o processo de “empoderamento” das mulheres, por uma divisão de tarefas dentro de casa e por maiores espaços fora delas.

Tenho quatro meninas, quando eu morava com o pai da mais velha lá na Guiana onde ela nasceu, em Georgetown, o pai dela não me ajudava em nada com ela, nem dentro de casa, mas também eu não trabalhava, tinha mais que cuidar dela mesmo. Quando eu vim pro Brasil eu conheci o Pai da M.F.G, ele também é da Guiana, mas com ele já foi um pouco diferente, às vezes ele até lavava uma louça pra mim. Só o pai da segunda mais nova a V.F.G que era brasileiro, me ajudava muito com ela, lavava as calcinhas dela, ajudava com tudo na casa, varria, lavava roupa e às vezes até fazia alguma comida, mas deixei dele por que bebia muito. Já o pai dessa mais nova aqui, nunca nem quis viver comigo, eu crio as quatro sozinha, nenhum me ajuda com nada, mas eu não ligo elas não, como tem mãe que faz por ai O que eu passar, elas passam comigo. (mulher, guianense, 32 anos, entrevista 02.05.09).

Em muitos casos essas mulheres são as “chefes de família”, da casa e arcam com todas as despesas sozinhas, como narrado acima. E quando os maridos ou companheiros passam por períodos de desemprego, são as mulheres que encontram formas de suprir as necessidades básicas da família, revoltam-se com o comodismo dos homens, com a falta de solidariedade nos serviços domésticos.

Quando eu morava com o pai dos meus filhos eu tinha que trabalhar na casa de família para ajudar em casa, ele trabalhava como ajudante de pedreiro e nem sempre tinha serviço pra ele. Por isso, eu tinha que ter esse emprego para garantir comida dentro de casa pra mim e pros meus filhos. Ele não se preocupava muito, só às vezes que ia trabalhar. Quando acabava um serviço pra ele sair pra procurar outro era só depois de eu brigar muito. Mesmo assim, ele ainda era quem mandava aqui em casa, não fazia nada sem ele dizer que sim. Mas, agora que ele foi embora, disse que ia pro garimpo e mandava dinheiro pra gente, mas já faz uns dois anos mais ou menos, não lembro direito quanto tempo, mas já tem muito tempo que ele foi e nunca mandou dinheiro e nem notícias. Então, aprendi a me virar sozinha, em ele. Agora, se ele voltar eu não sei se vou querer ele ainda, não! Agora só quero alguém se for pra me ajudar com as despesas e com os serviços. Senão, fico sozinha com os meus filhos. (mulher, guianense, 28 anos. 22.04.09).

Essa situação é comum entre as mulheres guianenses, cujos maridos ou companheiros não têm qualificação profissional e que só arranjam trabalho informal e aparecem esporadicamente. Nesse caso, são as mulheres que assumem as responsabilidades dentro da casa. Mesmo assim, alguns homens ainda têm a última palavra nas decisões familiares. As mulheres levam um tempo para repensar essas posições. Em geral, quando passam por um período em que ficam separadas ou longe da presença dos companheiros, dos pais isso a força a compreenderem que são capazes de gerir a sua própria vida e de manterem a família. Essa experiência de “autonomia” frente às resoluções dos problemas faz com que ganhem mais confiança em si mesmas, coragem para manterem seus posicionamentos e desejos frente aos do homem.

Ao retomarem a vida a dois, os conflitos são inevitáveis, uma vez que elas já não aceitam mais ficar em uma situação inferior dentro da casa; as ordens já não são mais

bem vistas e aceitas e, assim sendo, torna-se necessário o estabelecimento de diálogo para chegarem a uma decisão conjunta. Mas, para que isso ocorra as mulheres desenvolvem estratégias e mecanismos para que os homens não percebam que sua autonomia já não é mais a mesma, principalmente quando sai do espaço doméstico.

Meu marido até me ajuda, ele não gosta muito, mas quando não tenho tempo e preciso trabalhar no sábado até mais tarde, ele lava as roupas pra mim, só não estende por que o varal fica perto da rua e os vizinhos vão ver ele estendendo. Ele morre de vergonha de dizer que faz coisas de casa. Às vezes eu digo, X varre essa casa pra mim que estou ocupada cuidando das crianças, ele diz: “*se você não sair falando pra rua toda*” (risos). Sei que ele não me ajuda mais só de vergonha. (mulher, guianense, 25 anos, 02.05.09).

Quando falamos em relação de gênero, falamos em poder; assim, por mais que as mulheres estejam em uma situação mais confortável do que no século passado, conseguindo alguns avanços, seja na esfera familiar (privada), seja nas instituições (pública), as relações de poder ainda são ordenadas pelo elemento masculino. Afinal, historicamente as mulheres estão do lado oposto, do lado da subalternidade.

Para Costa (1998) essas relações de poder são mantidas por diversos motivos e envolvem os diferentes atores, os que dominam e os que são dominados e “aceitam” essa dominação. Essa aceitação é resultante dos mecanismos de socialização, dos “aparelhos ideológicos”, das crenças religiosas, ou seja, é fruto da dinâmica das culturas. Nesse sentido, a autora conclui que ainda hoje, pesadas todas as transformações ocorridas na condição feminina, muita mulheres não podem decidir sobre suas vidas porque não se constituem enquanto sujeitos, não exercem o poder e, principalmente, não acumulam este poder, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato controlam o poder. As pequenas parcelas de poder ou pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais.

Os movimentos feministas em todo mundo conseguiram grandes avanços contra a opressão masculina sobre as mulheres; não podemos ignorá-los, mesmo porque eles estão explícitos nas relações sociais entre homens e mulheres. A partir dos anos 1930, o movimento feminista conseguiu garantir muito dos direitos civis dos que lutavam por igualdade entre homens e mulheres. Mas o que não se tinha dado conta, até aquele momento, é que a conquista legal não seria o suficiente para que a igualdade existisse na prática. Decorrente disso, as relações continuam desiguais e desfavoráveis às mulheres.

Considerações Finais

Como visto, a mobilidade humana é um dos processos sociais de maior relevância para os estudos culturais. Com a globalização os processos migratórios estão cada vez mais difundidos e dinamizados e, por isso, dá-se o aumento significativo de pessoas que deixam seu país de origem e se aventuram em outros espaços em busca da tão sonhada qualidade de vida. O principal objetivo dos imigrantes, apelo preponderante no início da trajetória migrante, está voltado para a questão econômica, isso tanto no que diz respeito à migração masculina, como à feminina. Isso justifica serem os Estados Unidos, juntamente com os países de a União Européia, os principais destinos dos migrantes, em especial, dos brasileiros. Na América Latina, os números apontam para o aumento do movimento intra-regional, uma vez que os países de fronteiras estão configurando-se como os grandes pólos dos imigrantes latinos americanos e caribenhos, devido, sobretudo, ao baixo custo do projeto migratório e às redes de serviços sociais, principais motivadores dessa migração.

Já a presença feminina no âmbito da migração está associada, de forma predominante, às redes sociais de parentesco, amizade e de origem comum. No entanto, grandes mudanças vêm ocorrendo em todo o mundo com relação às formas e os mecanismos utilizados por elas durante toda a realização das várias etapas do processo migratório. Durante muito tempo, a contribuição das mulheres na migração foi negligenciada pelos dados estatísticos. Uma das consequências deste “silenciamento” da presença feminina nos processos migratórios é que trabalhos e pesquisas acadêmicas não mencionavam a categoria gênero e acabavam por escamotear a importância desse movimento na conjuntura atual.

Atualmente, as mulheres são figuras constantes e significativas no cenário migratório mundial e intra-regional. Sua inserção no mercado de trabalho e os níveis cada vez maiores de qualificação profissional das mulheres vão paulatinamente proporcionando autonomia econômica e independência pessoal. Esses fatos condicionam o aumento crescente dessa migração: se antes elas imigravam predominantemente como acompanhantes ou para encontrarem-se com seus pais e esposos, hoje, são elas as gestoras do seu próprio projeto migratório, criam suas próprias redes sociais, haja vista que vêm na migração a chance de mudança na relação de opressão e discriminação que limitam a sua liberdade e suas potencialidades. Assim, a migração é uma forma de obter liberdade de circulação e autonomia das repressões e amarras comunitárias e familiares. Ao obterem sucesso, refazem seu papel no seio da família, na comunidade e no ambiente de trabalho.

Quanto aos projetos migratórios na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana, algumas características marcam essa migração, como por exemplo, o intercâmbio de moedas, o poder de compras da moeda brasileira nas cidades fronteiriças, de Lethem (República Cooperativa da Guiana) e Santa Elena do Uairén (Venezuela) impulsionam diariamente brasileiros para essas duas cidades. Trata-se de imigrantes de passagem, elas emigram predominantemente com o objetivo de comprarem produtos de bens de consumo e bens permanentes, com marcas mundialmente conhecidas, a preços mais baixos que os encontrados no mercado brasileiro.

As redes de serviços públicos, disponibilizados nas cidades brasileiras de Pacaraima, Bonfim e Boa Vista (RR) são características do projeto migratório de guianenses e venezuelanos para o estado de Roraima, seguido da inserção no mercado informal e maior facilidade de aquisição de bens materiais, como a casa própria.

A migração feminina na fronteira Brasil/Guiana aparece ainda em menor proporção que a masculina; no entanto, já são figuras presentes no dia a dia da fronteira. Nossa pesquisa encontrou alguns casos de mulheres que imigraram sozinhas e outras que já formaram sua própria rede social; elas buscam familiares e parentes por meio dessas redes e estão inseridas no mercado informal da cidade de Boa Vista; são encontradas nas casas de famílias trabalhando no serviço doméstico, como diaristas e babás ou vendendo salgadas nas repartições públicas dos vários município ou do estado. Sobrevivem e sustentam a sua família com seu próprio salário.

Na divisão de papéis no espaço doméstico, coube à algumas mulheres a “chefia de família” e isso as levou a enfrentarem as dificuldades do cotidiano da casa e da família, são as responsáveis pela manutenção das necessidades básicas, tais como: subsistência, proteção, afeto, educação dos filho, lazer etc. Essa situação exigiu delas decisões imediatas, a execução de múltiplas tarefas (mãe, dona de casa, mulher, trabalhadora, chefe de família, entre outros) e a divisão de escassos recursos financeiros fez delas mulheres com autodeterminação, ao mesmo tempo em que lhes proporcionou enfrentar e vencer os obstáculos das fases de adaptação na nova sociedade.

Outra característica importante na migração feminina e maior facilidade de estabelecerem novas relações na sociedade de destino. Os homens demoram mais do que elas para construir as novas relações de amizade e de trabalho. São elas que levam seus filhos às creches e escolas; fazem as compras do mês; não têm dificuldades em encontrar trabalhos de domésticas e faxineiras. Nesses locais, elas encontram outras mulheres que vivem as mesmas situações e problemas que elas e, assim, iniciam o processo de sociabilidade. Já os homens, ficam mais em casa, chegam do trabalho cansados e logo vão dormir para descansar e começarem a rotina no outro dia.

Eles também apresentam maiores dificuldades em aceitar o seu novo papel social e organização familiar em que a mulher trabalha fora de casa (no serviço remunerado) e eles precisam ajudar nos serviços domésticos e na educação dos filhos.

Contudo, as identidades sociais e de gênero das mulheres migrantes são modificadas e (re) inventadas todos os dias, nas dificuldades e nas novas situações e relações na sua nova comunidade de pertencimento.

Referências Bibliográficas

AROUCK, Ronaldo de Camargo. Brasileiros na Guiana Francesa: fronteiras e construções de Alteridades. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui... estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, SC.

BAENINGER, Rosana. La migración internacional de los brasileños: características y tendencias. Santiago de Chile: CELADE – División de Población, 2002.

BAINES, Stephen G. Os Índios Macuxi e Wapixana e suas relações com Estados Nacionais na fronteira Brasil-Guiana. 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago: Chile, Julho, 2004.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: FIELDNAN-BIANCO, Bela (org.), Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São PAULO: Global Universitária, 1987.

BARROS, Nilson Cortez Crócia. Roraima paisagens e tempo na Amazônia Setentrional. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas Fronteiras. In. O GURU iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BECKER, Bertha. Amazônia. 6º Ed. São Paulo: Atica, 1998.

BOTT, Elisabeth. Família e rede social. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. CASTRO, Mary Garcia. Mulheres latino americanas e caribenhas na migração: bibliografia comentada. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBA, 1989.

BUSCARÓN, O. América Latina: a migração com rosto de mulher. [Http:// www.galizacig.com/index.html](http://www.galizacig.com/index.html).

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.

CARDOSO, Arnaldo Francisco. Migração Internacional: os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão de obra. São Paulo Perspectiva, 16 (2), pp. 112-124, 2002. CELADE. La migración internacional y el desarrollo en las Américas, Santiago de Chile, CEPAL-CELADE, 2002.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Um Olhar desde a América Latina e o Caribe. Santiago do Chile, março, 2005.

CEPAL. Padrões e tendências das migrações internacionais na Ibero-América. Disponível em: [www](http://www.cepal.org).

eclac.org/publicaciones/xml/0/27150/icg2328p_cap6pdf acesso em 26 de dezembro de 2008.

CLIFFORD, J. Itinerários transculturales. Barcelona: Gedisa, 1999.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Panorama Social de América Latina 2004. Disponível em: <http://www.eclac.cl>. Acesso em 29.11.2007.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000.

COSTA, Ana Alice. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA e Assembléia Legislativa da Bahia. 1998 (Coleção Bahianas, vol. 2).

DAS, Veena. Critical events: An anthropological perspective on contemporary India. Delhi: Oxford Univ Press, 1995.

FERREIRA, A. Pocelli. A migração e suas vicissitudes. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, PUCRJ, 1996. Tese de doutorado.

FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. Paper apresentado no II Encontro Nacional de Migração ABEP/GT Migração. Ouro Preto, 1999.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. Stigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GORDILLO, Gastón; LEGUIZAMÓN, Juan Martín. El Rio y la Fronteira: mobilizaciones aborígenes, obras públicas y mercosur en el Pilcomayo. Buenos Aires: Biblos, 2001.

GUIMELLI, Christian. Transformação das representações sociais, novas práticas e esquemas cognitivos de base. Trad. José Delfino S L, com a colaboração de Maria do S. M. Lima e Marisa M. B. da Justa Neves, revisado por Ângela Maria de Oliveira Almeida In: Ch. Guimelli. Structures et transformations des représentations sociales. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1994.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Rio de Janeiro: tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 7. ed.. DP& A editora, 2002.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-Chave da antropologia transnacional. Mana 3(1), pp. 7-39, 1997.

HEILBORN, Maria Luiza. Cidadania para as mulheres. Revista Ciência Hoje, v.5, n.28, p.13-15, jan./fev. 1987.

HÓFS, Carolina Carret. Yu Kan Vertrouw Mi/ Você pode confiar. 2006. 174f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília, DF.

HONDAGNEU, Sotello. Gendered Transitions: Mexicans Experiences of Immigrations. Berkeley: University of California Press, 1994.

LEÓN, Magdalena. El empoderamento en la teoría y práctica del feminismo. In. LEÓN, Magdalena. Op. cit. p.21.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). Revista de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, Suplemento, 1973.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. Estudos Feministas. Universidade Federal de Santa Catarina. CFCH/CCE. v. 7, n.1-2 (1999), Florianópolis: UFSC, 1999. pp.895-822.

OIM (Organização Internacional das Migrações). Estado da Migração no Mundo em 2005. Genebra, agosto, 2005

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na triplíce fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006. p. 183 – 196.

ONU (Organização das Nações Unidas). Informe sobre a Juventude Mundial 2005. Informe do Secretário-Geral. Programa de Ação Mundial para os Jovens, Nova York, dezembro 2004.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

PELLEGRINO A. International Migration in Latin America: Trends and Emerging Issues. Seminário Políticas Migratórias –ANPOCS, São Paulo..2000.

PEREIRA, Mariana Cunha. A Ponte Imaginária: O trânsito de Etnias na Fronteira Brasil-Guiana, dissertação de doutorado em Antropologia Social, CEPPAC/UnB. Brasília, 2005.

PERES, Roberto Guimarães. As mulheres na migração internacional: As diferentes trajetórias migratórias. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Caxambu – MG – de 20 de Setembro de 2004.

PESSAR, P. The Role of Gender, Households and Social Networks in the Migration Process: A Review and Appraisal In: DEWIND, J., HIRSCHAMN, C. & KASINITZ P. (orgs) *Becoming American/America Becoming*. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. A vida no limite: Atividades ilegais, Migração Irregular e Direitos Humanos na Fronteira entre o estado do Amapá e a Guiana Francesa. *PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP*. N. 1 dez 2008.

REIS, Ellem Saraiva. Imigração, Risco e Família. *Novas Configurações Familiares e Direitos Humanos em Governador Valadares*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/Centro Scalabriniado de Estudos Migratórios*. v.16, n..31, pp. 229-237, (2008) Brasília: REMHU, 2006 – semestral.

REIS, Rossana Rocha. Construindo fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998).2003. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. *Ver. Estud.Fem.* Vol. 13 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2005.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política*. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará,1996. Dissertação.

RODRIGUES, F. S. PESQUISA DE CAMPO. Projeto de pesquisa intitulado: “Deslocamento populacionais na Triplíce Fronteira Brasil-Venezuela-Guiana”, realizado em Roraima, Venezuela e Guiana, tendo como orientadora a professora Dr^a. Francilene Rodrigues, junto ao CNPq/UFRR, Boa Vista, 2008.

RUFINO, Alessandra Santos. A mídia impressa roraimense e as representações sociais sobre a fronteira e os imigrantes. XIV Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste – CISO, GT – 23 Migrações Internacionais, Recife – PE, 2009.

SALES, T. – Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas questões para pesquisa, In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, ABEP, vol.9 nº1, pg.50-64, jan./jun. 1992.

- SALES, Teresa; SALLES, Maia do Rosário R. (Org). Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no Exterior. São Paulo Sumaré: IDESP, 2002.
- SERBIN, Andrés. Nacionalismo, Etnicidad y Política en La Republica Cooperativista de Guyana. Caracas – Venezuela: Editora Bruguera Venezolana S. A, 1981.
- SILVA, Márcia Bastos da. Gestão Feminina do Projeto Migratório e suas Questões. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/Centro Scalabriniado de Estudos Migratórios. v.16, n. 31, pp. 257-262, (2008) Brasília: REMHU, 2006 – semestral.
- SPRANDEL, Márcia Aníta. Antropóloga, Membro da Comissão de Relações Étnicas e Raciais da comissão brasileira de antropologia, 2007. Informe disponível em: http://www.csem.org.br/revistas/mulheres_migrantes_port22.doc. Acesso em 26.01.09.
- STARK, Wolfgang. Empowerment: neue handlungskompetenzen in der psychosozialen práxis. Freiburg und Breisgau, Lambertus, 1996.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.
- VAITSMAN, Jeni. Flexíveis e Plurais: Identidades, casamento e família em circunstancias pós-moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Jorde Zahar, p. 121-132, 1999.
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metormofose: antropologia das Cidades Complexas. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

A AMAZÔNIA NA CORRIDA PELOS RECURSOS ENERGÉTICOS GLOBAIS

Introdução

O contínuo crescimento populacional e a expansão econômica das potências emergentes têm gerado fortes pressões nas sociedades em termos de alimentos e insumos energéticos. Há alguns anos, é crescente a competição por recursos naturais como petróleo, diamantes e madeira. Ademais, elementos como urânio, lítio, nióbio e terras raras têm sido considerados como “estratégicos”, não só para o domínio do ciclo nuclear como para a nova indústria de alta tecnologia que movimentará a sociedade da informação no século 21.

Ao mesmo tempo em que ocorre um processo de exaustão dos depósitos de recursos do planeta, especialmente aqueles mais facilmente acessíveis, testemunha-se a crescente preocupação dos países periféricos em superar sua posição de marginalização, o que demanda uma estratégia de controle sobre seus recursos naturais, em particular os energéticos. Com isso, governos nacionais perceberam que tanto a manutenção como a obtenção dos recursos naturais tornou-se um elemento do poder nacional e da segurança internacional. É nesse sentido que se estabeleceu uma corrida pelo que restou, ou seja, uma busca frenética de governos e corporações por fontes de exploração das “fronteiras finais”, áreas antes consideradas muito perigosas ou remotas como o leito profundo dos oceanos, o Ártico e a Amazônia.

Por isso, ganha relevância a compreensão da dimensão regional de integração na Amazônia no setor energético. O foco desta comunicação é entender o panorama da questão energética global no século 21 e seus desdobramentos para a realidade amazônica. Aborda-se a integração no campo da eletricidade entre Brasil, Venezuela

* Doutora em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional Pela Unb, Professora da UFRR. gianeporto@gmail.com.

** Doutor em Relações Internacionais Pela Unb, Professor Da UFRR. thiago.gehre@gmail.com

e Guiana; pretende-se apresentar os movimentos de integração energética existentes na América do Sul; bem como o estágio atual do quadro de insegurança energética que caracteriza o estado de Roraima, desconectado do Sistema Interligado Nacional (SIN) e dependente do fornecimento da hidrelétrica de Guri, na Venezuela.

Razão de ser do tema

Para muito especialistas, no tempo longo a determinação energética não deixará de influenciar, direta ou indiretamente, sobre o movimento da produção e das trocas econômicas, muito menos de guiar as decisões tecnológicas mais decisivas assumidas na esfera política.

A constituição da vida internacional, em seus aspectos primordiais como habitação, produção de alimentos, manutenção do funcionamento da economia e o estabelecimento dos fluxos de transporte e comunicação, depende dos insumos energéticos como sua força motriz.

A nova sociedade da informação e a tradicional política de poder das Grandes Potências, com seu aparato industrial-militarista, tornaram-se reféns dos recursos energéticos. Como consequência, a ordem internacional neste século 21 vem adquirindo um perfil peculiar, com duas características: o encolhimento dos recursos disponíveis no planeta e a ascensão de novos poderes como China, Índia e Brasil.

Logo, o papel da energia é de pivô nos assuntos internacionais da atualidade. Por isso, os estudos sobre o papel do petróleo na política internacional, política externa energética e guerras por recurso, com uma abordagem marcadamente estratégica e geopolítica, tornaram-se cada vez mais importantes e justificam reflexões sobre os transbordamentos deste fenômeno para a Amazônia e o Brasil.

A principal contribuição dessa comunicação é aprofundar o debate e atualizar as discussões sobre a problemática energética mundial e seus reflexos para a realidade amazônica. Apresenta uma visão de mundo condizente com os anseios e preocupações da sociedade global, com o crescimento da demanda energética por nações de grande porte como China, Índia e Brasil e evidencia a provável escassez de recursos vitais como petróleo, gás e minérios em geral. Busca, em suma, intensificar o debate sobre o papel das potências e de empresas nacionais e multinacionais na conformação de uma ordem energética internacional.

Em termos de fontes, trabalha-se com dados recentes, retirados de instituições dedicadas a monitorar o setor energético de países e regiões do mundo, como empresas multinacionais, organizações internacionais, agências governamentais e organizações não governamentais. Do ponto de vista metodológico, é possível analisar o

objeto proposto a partir da discussão conjuntural e produzindo cenários a partir do acompanhamento da mídia corrente, utilizando-se de premissas geopolíticas, pressupostos teóricos e conceitos realistas, respaldados em contextualizações históricas.

Contexto energético global

A nova geopolítica da energia nas relações internacionais tem alterado a função do estados e suas relações mútuas. Um processo de exaustão da matriz energética de combustíveis fósseis, já bem encaminhado, faz com que a era do petróleo fácil (easy oil) seja paulatinamente substituída pela era do petróleo difícil (tough oil), na qual a extração torna-se crescentemente mais difícil e onerosa. Um dos resultados é uma luta feroz entre novos consumidores de energia dependentes de fontes tradicionais.

Diante de um quadro em que busca cada vez mais recursos e se encontra cada vez menos, estabelece-se uma corrida por recursos entre países, baseada na percepção de que os estoques de commodities energéticas estão encolhendo. Nesse sentido, a disponibilidade global de petróleo está se aproximando de seu cume e tende a cair: o mundo está enfrentando uma ampliação da fenda entre oferta e demanda e as dúvidas persistem quanto à panaceia do gás natural como substituto energético.

Além disso, carvão, urânio, nióbio, terras raras e outros minerais estão na alça de mira das grandes potências, como a China, que necessitam destes produtos para dar continuidade a seu crescimento econômico. Portanto, a insaciável sede por recursos coloca à prova sua finitude e o futuro do planeta.

Da mesma forma, os impactos da mudança climática sobre a segurança energética sistêmica. As alterações climáticas passam a afetar tanto regiões fornecedoras de energia quanto produtoras de alimentos, o que deve gerar gastos energéticos excessivos e desnecessários com novas formas de extração de recursos e até a assistência a refugiados ambientais.

Nesse sentido, em evidência está o que Michael T. Klare denomina de desafio “Chindia”. A modernização chinesa com a instalação de um moderno parque industrial na região de Shangai e a atuação das estatais chinesas por recursos energéticos, a emergência da Índia e o medo da colaboração entre os dois vizinhos marcam a face do novo perfil da ordem internacional dos dias atuais. Não se pode deixar de abordar a contra-ofensiva ao desafio Chindia no setor energético mundial, pelo posicionamento de países como Japão e Estados Unidos que procuram formar alianças com outras nações para garantir o acesso aos recursos energéticos necessários a suas sociedades.

Neste jogo por recursos, a Ásia Central como espaço de disputas energéticas mundiais, com ênfase diferenciada no papel da Rússia nesse contexto. De fato a Rússia apresenta-se como um colosso energético que tem se reerguido politicamente após o final da Guerra Fria com base em sua riqueza energética. O soerguimento russo como uma superpotência energética relaciona-se ao papel do líder Vladimir Putin que apostou todas as fichas políticas na renacionalização do setor no país, na criação da maior empresa gaseífera, GASPROM, e na utilização da energia como uma arma política. O destino russo definitivamente passou por uma reviravolta em um curto período de tempo.

O grande jogo energético segue pelas intrincadas redes de prospecção, produção, transporte e comercialização de gás e petróleo da Ásia Central, especificamente na Bacia do Mar Caspio, e que coloca em rota de colisão importantes competidores: russos, de volta ao tabuleiro energético mundial; norte-americanos, em expansão na região após os atentados ao WTC em 11 de setembro de 2001; e chineses, em sua estratégia de avanço para o oeste. Paralelamente, correm outros competidores, principalmente europeus, japoneses e iranianos, tornando a região extremamente vulnerável. Logo, os problemas internos locais se juntam à possibilidade que potências externas assumam lados opostos em disputas locais ou regionais para proteger seus investimentos e suas empresas.

O processo de expansão dos fronts da contenda energética, evidencia o assalto global ao continente africano em três momentos: a ameaça chinesa encontra-se com a invasão americana em um espaço de predominância histórica europeia. Perpetua-se uma visão trágica sobre o futuro da África como um continente de espaços vazios e conflitos interstícios, de guerras relacionadas a recursos e insurgências que normalmente afetam muito mais a população civil.

Com relação ao contexto energético global, os EUA assumem uma posição defensiva no Oriente Médio em relação à luta por depósitos energéticos. As incursões indianas, chinesas e russas – por meio de parcerias público-privadas ou atuações diretas das empresas governamentais desses países – passam a afetar o domínio norte-americano nas terras do médio Oriente. Pode-se afirmar, seguindo o que pensa Klare, que o Golfo Pérsico foi transformado em um “lago estadunidense”, a partir da década de 1970, quando os interesses energéticos associados a esta região transformam-se em interesse vital, perpassando governos e sendo acoplado à política exterior norte-americana como um desígnio histórico.

A resultante deste contexto é um cenário de possibilidade de conflito armado e embate entre grandes potências. A conexão entre transferência de armas e a bus-

ca por energia, o recrudescimento do uso da chamada *gunboat diplomacy* (recurso à ameaça do uso da força), a formação de protoblocos na Ásia e a aliança Japão-EUA. Todos estes elementos podem levar a um cenário de insustentabilidade ou combustão infernal.

Após esta contextualização, pergunta-se o que seria essa ideia de segurança energética e quais os reflexos sobre o espaço amazônico e o Brasil em particular?

Sobre a ideia de segurança energética

A interdependência estabelecida entre energia e outras variáveis avança por dinâmicas específicas que interferem mutuamente como causas e conseqüências de acontecimentos e fenômenos. Especialmente a forte ligação entre a noção de segurança e energia nas relações internacionais é uma regularidade da vida internacional, parte integrante dos processos históricos que possibilita a conformação de aportes teoricamente perceptíveis.

Em um primeiro plano de entendimento, a esfera de segurança pode ser vista como parte constituinte da esfera política, mas não subordinada a ela. É verdade que toda decisão sobre segurança internacional é uma decisão política, assim como decisões sobre meio-ambiente ou energia, quando tomadas no âmbito do Estado. A partir do momento que se admite a questão energética como vital para todos os países da América do Sul, sejam eles grandes ou pequenos produtores e grandes ou pequenos consumidores, cristaliza-se um processo histórico de identificação entre a questão energética e a dimensão da segurança nacional e internacional, que gera impactos nos cálculos estratégicos de homens de estado.

Um segundo plano de entendimento aponta para o fato de que energia e segurança se entrelaçaram historicamente às práticas das grandes potências imperialistas que atuam na política do poder motivadas, primordialmente, pela busca por recursos naturais. Ou seja, a sociedade internacional testemunhou a voracidade com que espanhóis, portugueses, holandeses, franceses, ingleses, alemães, russos e norte-americanos, se lançaram em conquistas territoriais que proporcionassem o suprimento seguro, constante e abundante de recursos naturais essenciais à sobrevivência e desenvolvimento destes grandes centros de poder.

O que os acontecimentos recentes têm demonstrado é uma volta a esta corrida por recursos, com uma diferença com relação a outros momentos históricos: existe na ordem internacional do século 21 uma clara tendência de securitização do setor energético nacional e mundial, alimentada por ameaças reais e imaginárias¹. Na

1 O termo “securitização” se refere quase a um anglicismo, uma tradução livre do termo em língua

América do Sul, por exemplo, a crise do gás entre Brasil e Bolívia e a política armamentista venezuelana alimentada pela força do petróleo; e no mundo, as guerras localizadas em regiões possuidoras de reservas de recursos energéticos são evidências de que uma aproximação histórica se estabelece entre energia e segurança.

Não se trata, portanto, de coincidências ou contingências históricas, mas da construção de uma identidade explicativa entre energia e segurança nas relações internacionais que leva a compreensão das continuidades e recrudescimentos do uso da força e da violência em épocas de rivalidade atenuada entre grandes potências (KLARE, 2006).

Além disso, terrorismo internacional, instabilidade em nações exportadoras, medo de lutas por suprimento energético, rivalidades geopolíticas e necessidade pela energia para alimentar o crescimento econômico nacional conformam um quadro multifatorial que tem como pano de fundo uma ansiedade crescente e permanente sobre a existência de recursos suficientes para preencher as demandas internacionais de energéticos nas próximas décadas. Isto explicaria, em parte, porque a noção de segurança energética deveria ser reconsiderada e reavaliada pelo Brasil e por seus vizinhos sul-americanos (KLARE, 2006; YERGIN, 2007).

Com relação ao perfil energético brasileiro, o país possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, sendo de 35,9% a parcela de energia advinda de fontes renováveis. Neste quadro, o destaque é o potencial hidrelétrico brasileiro, um dos maiores do mundo, que tem o seu aproveitamento na casa dos 25%. Existe, portanto, a possibilidade de se expandir este aproveitamento, mas que sofre limitações ecológicas, restrições econômicas em razão dos altos investimentos e pelo longo prazo para execução dos empreendimentos (KLARE, 2006; YERGIN, 2007).

Reflexos sobre o espaço amazônico

No mundo globalizado, a competição global abre espaço de oportunidade para a América Latina, tendo em vista suas notórias vantagens comparativas na produção de alimentos e em biodiversidade. No entanto, nada disso será possível, sem acesso a fontes seguras e viáveis de energia, sobretudo as limpas e renováveis, como por exemplo, a hidroeletricidade e biomassas, encontradas na região em abundância (BIATO; CASTRO, 2011).

No entanto, o processo de globalização não conduz necessariamente a um impulso gerador de incremento uniforme do progresso e do desenvolvimento, uma vez

inglesa “*securitization*”, muito peculiar e restrito ao quadro conceitual do campo de estudo das Relações Internacionais e ao sub-campo dos estudos estratégicos e de segurança internacional.

que os acontecimentos constatam o favorecimento de certas regiões, países e sub-regiões destes países. A globalização é desigual e fragmentada e tem concentrado vantagens do desenvolvimento em uma porção relativamente reduzida da população mundial (LIMA; LEITE, 2012).

Das diversas fontes disponíveis, do ponto de vista da integração regional, talvez a mais promissora seja a energia elétrica. Os condicionantes tecnológicos e técnicos da energia elétrica, já consagrados na América Latina, favorecem a instalação de redes de transmissão integradoras capazes de garantir fornecimento contínuo e ininterrupto por longas distâncias. Nesse propósito, o Brasil tem todas as condições para servir de indutor desse esforço, devido a sua localização estratégica como ponto de encontro das principais bacias hidrológicas do continente.

Apesar desse cenário promissor, de acordo com Simões (2011), na matriz energética mundial projetada para 2030, o peso relativo das fontes renováveis seria apenas de 4%.

A questão central não é só ter tecnologia, uma vez que a energia deve ser vista não apenas pelo seu lado econômico e tecnológico, mas sobretudo pelo lado político. O fundamental é entender a dificuldade de acessibilidade dos recursos naturais, seja por fatores como nacionalização ou instabilidade política.

No mundo, a divisão dos recursos energéticos não acompanha o grau de desenvolvimento das economias. Assim, as regiões mais ricas são, em geral, carentes de recursos energéticos que são buscados nas áreas mais pobres. O crescimento cada vez maior, de áreas do mundo em desenvolvimento, como a China e a Índia, tende a aumentar a competição pelos escassos recursos disponíveis, levar à elevação dos preços e ao aumento da tensão política mundial (SIMÕES, 2011, p. 82).

A América do Sul é um continente autossuficiente em energia e essa grande concentração de recursos energéticos levou ao desenvolvimento de um processo de integração regional pela via energética, tendo de um lado, governos mais conscientes das vantagens de um maior grau de integração para os diferentes povos e, por outro lado, a existência de um mercado que aponta na direção de uma integração cada vez maior para gerar energia para os habitantes da região.

O Brasil construiu com o Paraguai a hidrelétrica de Itaipu, sendo esta uma das maiores hidroelétricas do mundo em termos de geração de energia. A Argentina explora gás natural na Bolívia e tem contratos de venda de gás de suas reservas para o Chile. A PDVSA tem contrato de associação com a Petrobras para a construção de refinaria no nordeste do Brasil e possui interesses na Bolívia e Argentina. A empresa

venezuelana também desenvolve estudos sobre a construção do chamado Grande Gasoduto do Sul, que levaria gás das reservas venezuelanas para Brasil, Argentina e Uruguai, sendo a Bolívia eventualmente interligada ao sistema, existindo ainda a possibilidade de outros países da região (Paraguai e Chile) se integrarem ao sistema (SIMÕES, 2011).

Com o intuito de promover o aproveitamento integral, sustentável e solidário dos recursos da América do Sul, a UNASUL elaborou o Tratado Energético Sul-Americano, estabelecendo, entre outras ações, a ampliação da produção de energia através de empreendimentos binacionais na Argentina; a diversificação da matriz energética com fontes renováveis no Paraguai, através do impulso à produção de biocombustíveis; o aumento da participação de empresas brasileiras no mercado chileno de energia; o aumento de investimentos de empresas brasileiras no Equador. Além dessas ações, a UNASUL pretende ainda contribuir para o desenvolvimento dos biocombustíveis no Brasil e nos países vizinhos (Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname); buscar o aumento da geração elétrica sustentável e da segurança energética do Brasil e dos países vizinhos; contribuir com os países vizinhos no enfrentamento de situações conjunturais de crises na geração e distribuição de energia; e incrementar exploração e produção conjunta de hidrocarbonetos².

No âmbito nacional, o Sistema Interligado Nacional – SIN se desenvolveu utilizando uma grande variedade de níveis de tensão em função das distâncias envolvidas entre as fontes geradoras e os centros de carga. A rede básica de transmissão compreende as tensões de 230 kV a 750 kV, tendo como uma das principais funções (EPE, 2010) a interligação entre as bacias hidráulicas e regiões com características hidrológicas heterogêneas de modo a otimizar os recursos e aumentar a confiabilidade do sistema.

Assim, o sistema elétrico brasileiro é constituído por um grande sistema interligado de porte continental, e de centenas de pequenos sistemas isolados, localizados principalmente na região amazônica³. Para atender a um mercado abrangente, o sistema elétrico brasileiro baseia-se em um parque hidrotérmico, constituído predominantemente por usinas hidrelétricas, e uma malha de linhas de transmissão e de redes

2 Disponível em <www.itamaraty.gov.br/temas/balaco-d-politica-externa-2003-2010/1.16-america-do-sul-energia> Pesquisa em 28 nov. 2012.

3 A Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Os Estados que compõe a Amazônia Legal são: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Disponível em <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/amazonia-legal/>> acessado em 25/02/2010.

de distribuição interconectadas, dada a grande distância entre as fontes geradoras e os centros de carga (DOMINGUES, 2003).

As fronteiras no norte do Brasil: a Amazônia e os recursos naturais

Pensar a questão das fronteiras no Norte do Brasil é, necessariamente, tratar da Amazônia, a maior das regiões brasileiras e aquela que estabelece fronteiras com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e as três Guianas. O Norte brasileiro – Pará, Amazonas, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia, para além da Amazônia, são estados de fronteira internacional, à exceção do Maranhão, e podem estabelecer estratégias considerando essa possibilidade geográfica, sendo esse um fator positivo de globalização, uma vez que as oportunidades de intercâmbio de diversa natureza são ampliadas (LIMA; LEITE, 2012).

Na região amazônica, a riqueza natural, a biodiversidade e o crescimento expressivo da região atraem o interesse dos investidores nacionais e internacionais e têm gerado muitos conflitos e violência, no tocante às culturas indígena, cabocla e branca.

Souza e Santos (2006) enfatizam que a evolução da história da região Norte no Brasil se deu sob uma lógica descomprometida com o atendimento das demandas internas e ainda, desconexa da perspectiva da preservação ambiental. Isso porque existe um dilema entre o potencial energético da região amazônica e a provável catástrofe ambiental que um aproveitamento desordenado desses recursos deve causar (GEHRE, 2008). O equilíbrio entre esses dois fatores está diretamente relacionado com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Assim como afirma Gehre (2008), são óbvias as externalidades negativas provenientes da exploração energética, assim como a exploração maciça e sem regulamentação de recursos naturais. A constatação desse fato torna uma possível integração energética sul-americana na região amazônica vulnerável, com uma intensificação do grau de insegurança para a população que habita a região.

Em suma, o paradoxo amazônico delinea-se em torno de um epicentro das indefinições energéticas regionais e mundiais, que compõe o quadro de indefinições de expansão da sociedade internacional pela via energética, mas que pode ser ao mesmo tempo solução para o dilema energético sul-americano (GEHRE, 2008, P. 59).

A identificação entre a questão energética e a dimensão da segurança nacional e internacional é um fator primordial e surge naturalmente na análise de um processo de integração energética, quando se tem de um lado um país fornecedor de energia

e do outro lado um país receptor e dependente dessa energia. Essa relação envolve a capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infraestrutura energética por parte do fornecedor, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e afirmativas, “com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema”. É nesses termos que Gehre (2009, p. 186) se refere à segurança energética.

Esse grau de dependência energética e a capacidade de preservação (manutenção) dos meios de fornecimentos de energia são fatores de análise apresentados no período de funcionamento da Interligação Elétrica Venezuela-Brasil (2001-2011)⁴ para suprir o déficit energético do estado de Roraima. Esses fatores estão diretamente relacionados com a imprevisibilidade e as consequências do acordo bilateral entre os dois países.

O estágio atual do quadro de insegurança energética no Estado de Roraima: a vigência da energia de Guri

A Interligação Elétrica Venezuela-Brasil foi a alternativa escolhida pelo governo de Roraima para resolver o déficit energético do estado na década de 90. O contrato específico foi celebrado no Brasil, em Boa Vista, capital de Roraima, na presença dos Presidentes Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, e Rafael Caldera, da Venezuela. Tratava-se do “Contrato de Prestação de Serviço Elétrico” entre as partes: Corporación Venezolana de Guayana (CVG)/Eletrificación Del Caroni C.A (Edelca) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (Eletronorte), com a garantia da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras), no dia 11 de abril de 1997. A Interligação foi inaugurada em agosto de 2001, sendo atrasada por quase três anos pelos ambientalistas e indigenistas que protestaram contra o impacto ecológico na Venezuela. Na ocasião da inauguração, o governo venezuelano prometeu promover projetos sócio-econômicos, demarcar as terras indígenas e dar títulos aos índios das áreas (PORTO, 2011). O contrato com a Venezuela é de 20 anos, contatos a partir de julho de 2001 (início da operação comercial da interligação), ou de 200 MW (SADI, 2011).

Conforme explica o técnico da Eletronorte Jorge Curi Sadi (2011), a diversidade entre os regimes hidrológicos do Brasil e da Venezuela permite a chamada com-

4 A Interligação Elétrica Venezuela-Brasil foi objeto de estudo da Tese intitulada “Integração regional pela via energética” apresentada por Giane Porto no Programa de Doutorado Interinstitucional em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional pela UnB, UFRR e FLACSO/BRASIL, Brasília, 2011.

plementaridade entre os dois sistemas: quando um lado “tem água”, gera para seu sistema e consegue exportar para o outro que atravessa seu período de estiagem.

Esse evento, realizado pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez ocorreu após nove encontros entre os dois presidentes (reuniram-se em média a cada três meses em dois anos). Para o presidente venezuelano, a interconexão pretendia construir um modelo de integração (CORREIO BRAZILIENSE, 14/08/2001).

Após a inauguração da linha de transmissão da energia elétrica de Guri começou outra etapa na vida dos roraimenses. A tão esperada energia de Guri chegava ao estado de Roraima. Entretanto, essa energia trouxe também alguns percalços para a população. A expectativa dos atores que participaram dessa decisão foi a de que o estado iria receber uma energia mais barata, mais limpa e mais confiável.

Com relação a qualidade da energia Venezuela, Antonio Carramillo, técnico da atual Eletrobras Distribuição Roraima – EDRR afirmou não ter confiança na energia produzida pela Venezuela por motivos técnicos e políticos. Segundo ele, na Venezuela, existem problemas técnicos: máquinas quebradas por falta de manutenção. A energia que vem de lá é para atender 20 anos – 200 MW é a capacidade de transporte da linha, mas tem uma série de implicações técnicas até 2020, uma série de problemas técnicos no meio de caminho. Em 2009 a Venezuela enfrentou um racionamento, o qual repercutiu de forma negativa no estado de Roraima, gerando custo, conforme seu relato:

No final de 2009 eles sinalizaram que estavam com problemas pedindo que nós gerássemos energia aqui. Só que as máquinas são máquinas velhas e não estavam produzindo, então houve várias reuniões – até que o Presidente da República assinou um Decreto dizendo que a Boa Vista energia ficasse com essa incumbência – contratar produtores independentes. Contratamos duas locadoras por dois anos: uma de 40 MW e outra de 20 MW – desde abril de 2010 até 03 de setembro de 2010 produziu energia para complementar a energia de Guri. Gerou custos: aluguel das máquinas. Deve haver uma prorrogação desse contrato. A energia não está chegando de boa qualidade por conta de falta de investimento na Venezuela (entrevista realizada em 05 maio de 2011, Brasília)

A energia elétrica da Venezuela está chegando à capital Boa Vista e em algumas localidades pela Interligação Venezuela-Brasil por meio da Eletronorte, sendo que as duas usinas termoeletricas, Floresta e Distrito, com capacidade total de 60 MW estão em regime de reserva fria, ou seja, na indisponibilidade da Interligação Venezuela-Brasil, a EDRR realizará suprimento ao sistema somente por geração termoeletrica com capacidade de 60 MW, atendendo assim cargas prioritárias e demais cargas em regime de racionamento.

Diante desse cenário, a situação atual do estado não é muito diferente da situação vivida pelos roraimenses nos anos 80 e 90, antes mesmo da vigência da energia de Guri no estado. Um dos itens não preenchidos pela energia de Guri, dentro da expectativa da população por uma energia confiável está relacionado com a segurança. O racionamento contínuo pelo qual o estado está passando comprova a falta de segurança na energia de Guri.

Segundo o técnico da Eletronorte, Jorge Curi Sadi (2011), a eventual ampliação do intercâmbio (mais para suprimento a Venezuela do que de recebimento da energia deles) está condicionada hoje a construção da LT 500 kV Manaus-Boa Vista, já leiloadada, com previsão atual para 2015. Como Manaus deverá receber energia da UHE Tucuruí a partir de julho de 2013 (previsão do Ministério das Minas e Energia - MME), parte dessa energia deverá suprir Roraima através da interligação com Manaus.

A linha Manaus-Boa Vista deverá trazer mais segurança energética para o suprimento energético a Roraima, permitirá o escoamento de energia para o SIN das futuras hidrelétricas inventariadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que vierem a ser leiloadas e construídas, possibilitando ainda o suprimento a Venezuela (Jorge Curi Sadi, técnico da Eletronorte, em 07 nov. 2011).

Diante do depoimento do técnico da Eletronorte, os estudos foram desenvolvidos com a finalidade de ampliar o intercâmbio energético entre os dois países, identificando uma maior disponibilidade de exportação do lado brasileiro do que a de recebimento do lado venezuelano. No entanto, o que prejudica esse intercâmbio é a dificuldade na obtenção de informações sobre as condições de atendimento do sistema elétrico da Venezuela, inclusive de parâmetros elétricos para as simulações necessárias. A *internet* é o meio utilizado pelos técnicos para verificar os sinais de crise do país vizinho.

Percebe-se, portanto, que nesse processo de integração energética, que ocorreu na fronteira amazônica entre a Venezuela e Brasil, região considerada vulnerável pelas suas características, resultou em um processo de integração estratégico, com a aproximação entre os dois países, mas que, pela sua configuração e vulnerabilidade, gerou “insegurança energética” para o estado de Roraima. A relação entre a Venezuela, país fornecedor de energia e do outro lado, o Brasil, país receptor e dependente dessa energia não foi perfeita nos itens “capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infraestrutura energética por parte do fornecedor”. Apesar da região favorável, com recursos disponíveis, os fatores tecnológicos e políticos (instabilidade política da Venezuela) dificultaram a acessibilidade desses recursos.

Referências Bibliográficas

BIATO, Marcel; CASTRO, Nivalde J. de. Integração regional na América do Sul e o papel da energia elétrica. Textos de discussão do setor elétrico –TDSE – n. 32. Grupo de Estudos do setor elétrico – GESEL – UFRJ. Rio de Janeiro: abr. 2011.

BRASIL. América do Sul. Relações com países sul-americanos. Energia. Disponível em <www.itamaraty.gov.br/temas/balaco-d-politica-externa-2003-2010/1.16-america-do-sul-energia> Pesquisa em 28 nov. 2012.

DOMINGUES, Paulo César Magalhães. *A interconexão elétrica dos sistemas isolados da Amazônia ao sistema interligado nacional*. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós – Graduação em Engenharia de Produção, Universidade de Santa Catarina, 2003

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. *Bacia hidrográfica do Rio Branco/RR: estudos de inventário hidrelétrico*. Relatório Final. Hidros Engenharia. Volume 8/9. Apêndice D – estudos socioambientais. Brasília: abr. 2010.

GEHRE, Thiago Galvão. Efervescência energética na América do Sul: tendências e indefinições no século 21. In: Amazônia: discursos e realidades. Boa Vista: editora UFRR, 2008.

LANNOY, Carlos de. Correio Braziliense. *Mais energia para o Brasil: o presidente venezuelano, Rafael Caldera, chega hoje a Brasília em busca de integração e pronto para vender petróleo e eletricidade*. 19 de maio de 1994.

LIMA, Marcos Costa; LEITE, Maria de Jesus de Britto. A questão do espaço das fronteiras no norte do Brasil: a Amazônia. In: governabilidade e fronteira: os desafios da Amazônia. LIMA, Marcos Costa; BOLTÁ, Carlos Gilberto Zárate; LYRA JR., Américo Alves de. Boa Vista: Ed. UFRR, 2012.

PORTO, Giane M. Aguiar. Integração regional pela via energética: o caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília(UnB), Brasília, 2011.

RUSSI, Joyce. *Integração americana*. Correio Brasiliense. Brasília, 14 de ago. de 2001

SIMÕES, Antonio José Ferreira. Integração: sonho e realidade na América do Sul. Brasília: Ministério das Relações Exteriores - Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOUZA, Rubem Cezar Rodrigues; SANTOS, Eyde Cristianne Saraiva dos Santos. Estado e desenvolvimento regional: a falta de compromisso com o setor elétrico na Amazônia. In: Amazônia: Políticas Públicas e diversidade cultural. Orgs. Elenise Sherer e José Aldemir de Oliveira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

O LOCAL E O UNIVERSAL EM FLANNERY O'CONNOR: REGIONALISMO, IDENTIDADE E DESLOCAMENTO NOS CONTOS JUDGEMENT DAY E THE DISPLACED PERSON

Introdução

A escritora norte-americana Flannery O'Connor (1925-1964) foi uma das grandes personalidades do subgênero do Gótico chamado *Southern Gothic* (ou Gótico Sulista), exclusivo do sul dos Estados Unidos. Foi vencedora do prestigiado *National Book Award for Fiction*, que anualmente reconhece a excelência na produção literária de cidadãos americanos. Em sua curta carreira, foi altamente respeitada por seus pares, ambos escritores e críticos, igualmente. Em três ocasiões diferentes foi recipiente do prestigiado *O. Henry Memorial Award*, por duas vezes recebeu a bolsa *Kenyon Review*, além de ser contemplada com bolsas nacionais, com especial destaque para uma substancial quantia da *Ford Foundation* (WESTARP, 1993). Sua obra *A Good Man is Hard to Find* é um dos três contos mais antologizados da história literária de seu país - juntamente com *An Occurrence at Owl Creek Bridge*, de Ambrose Bierce, e *The Lottery*, de Shirley Jackson (HWANG, 2009). Seu romance mais célebre é *Wise Blood*, publicado em 1952. No Brasil, O'Connor é estudada principalmente em seletos cursos de graduação e de pós-graduação em Letras, embora produção crítico-científica a seu respeito seja praticamente inexistente. Além disso, não possui grande reconhecimento por parte da mídia ou de público leitor em nosso país.

O presente texto busca contribuir para o estudo e para a difusão desta importante figura do *milieu* literário internacional no mundo lusófono. Inspirado em palestras proferidas pelo professor Arnold Weinstein, do Departamento de Literatura Comparada do Brown University, este texto pretende explorar como a obra de O'Connor, por meio dos contos *Judgement Day* e *The Displaced Person*, contribui para a compreensão dos estudos de regionalismo, identidade e deslocamento nas ciências humanas em geral, e na crítica e historiografia literária em específico.

*Prof. Dr. da UFRR.

Portanto, se o objetivo é auxiliar na ação de fomentar uma reflexão que possibilite uma melhor percepção da plasticidade do conceito de *fronteira* - que neste sentido ultrapassa objetivos geopolíticos e traços cartográficos de Estados Nacionais - então ambos os contos proporcionarão rico material para uma reflexão sobre a multiplicidade das relações societárias, da diversidade de línguas, de etnias e de imaginários coletivos, sendo portanto, de grande relevância para o pensamento político, cultural, artístico, nacional e internacional, não só dos estudos de literatura, mas de uma visão interdisciplinar. Da mesma forma, se o objetivo é articular e consolidar reflexões sobre as fronteiras e sociedades de fronteiras em uma perspectiva interdisciplinar, então a análise destas estórias permitirá uma melhor compreensão da complexidade das problemáticas (inter)regionais, em especial, no tocante a temas como: deslocamentos populacionais, processos identitários e culturais, dinâmicas socioespaciais no contexto rural e urbano, e representações e imaginários coletivos. Para que isto se concretize, precisamos conhecer um pouco sobre a autora, sobre o período histórico em que viveu, e sobre o contexto artístico em que produziu.

Conhecendo a Realista Flannery O'Connor

O'Connor nasceu em 25 de março de 1925 em Savannah, GA, publicou dois romances, trinta e dois contos e uma série de resenhas e comentários literários; e morreu aos trinta e nove anos de idade em Milledgeville, GA. Certa vez descreveu a si mesma como uma “Realista das Distâncias” (WEINSTEIN, 1997), e por esta razão faz-se lógico dedicar alguma atenção, neste primeiro momento, às convenções do Realismo, não só como período artístico, mas como uma forma de produção literária, para que se possa melhor compreendê-la. Uma das notações mais óbvias sobre a proposta Realista é, naturalmente, a capacidade que os textos que se enquadram sob sua égide têm de representar o mundo conforme ele é (ou pelo menos conforme ele é visto por olhos humanos, de uma maneira geral). Neste sentido, pessoas e coisas são descritas para o leitor do texto Realista sem qualquer traço voluntário que envolva fenômenos sobrenaturais ou fantásticos. Este tipo de escrita gera um corpo de comentários sobre acontecimentos sociais, relacionamentos interpessoais e inter-classes. Um típico texto Realista carrega um respeito por ações e atividades tal qual elas acontecem na vida real, especialmente nas dimensões de tempo e espaço (e aqui entende-se tanto tempo interno quanto externo ao personagem e espaço como lugar existente no presente ou no passado - renunciando-se, portanto, estórias que tenham reviravoltas extraordinárias ou deslocamentos no tempo-espaço contínuo). Muitas vezes este tipo de texto pode até mesmo se tornar mais previsível que outros dado

seu comprometimento com a autenticidade do desenrolar das coisas, construído assim um caminho prontamente reconhecível para a percepção do leitor, e fazendo da relação causa-efeito uma ocorrência não incomum. Naturalmente, muitas outras características permeiam o empreendimento Realista, porém estes poucos detalhes devem ser suficientes para dar-se início à compreensão do rótulo que O'Connor deu a si mesma. Consonante com o exposto, o texto Realista não é provido de material suficiente para dar conta da representação de alguns fenômenos imateriais como, por exemplo, a alma humana - objeto recorrente nos textos de O'Connor.

Ao utilizar-se do código Realista, entretanto, o escritor encontra maneiras de descrever o mundo atribuindo às superfícies visíveis uma característica que aponta para o que há além, isto é, ele discute o tangível apenas aludindo ao transcendente. neste caso, o Realista faz uso de uma trama que se move através da lógica causal e em direção a uma “lógica da revelação” (WEINSTEIN, 1997). Os textos de O'Connor são repletos de epifanias, de revelações, tanto para o leitor quanto para os personagens, tornando o doméstico em extraordinário, o cotidiano em transcendente.

O que faz as obras de O'Connor tão brilhantes é o fato de esta transformação não ser aparente. É necessário olhar com cuidado, ou melhor, ler com perspicácia para compreender as sutilezas que conduzem às revelações e às epifanias proporcionadas pelos textos ficcionais da escritora. Não se trata de uma leitura fácil, por estes motivos e por outros, i. e., mesmo tratando-se de textos Realistas, a escritora não utiliza as regras do Realismo no sentido convencional, quebrando portanto com a previsibilidade supramencionada, e também com a lógica natural que se torna, muitas vezes, extraordinária. Por estes motivos, ela se auto-intitula “Realista das Distâncias”, e em suas palavras, explica que:

The fiction writer should be characterized by his kind of vision. His kind of vision is prophetic vision (...) The prophet is a realist of distances, and it is this kind of realism that goes into great novels. It is the realism which does not hesitate to distort appearances in order to show a hidden truth (O'CONNOR, 1969, p. 97-98).

O escritor de ficção deve ser caracterizado pelo seu tipo de visão. Seu tipo de visão é a visão profética (...) O profeta é um realista de distâncias, e é esse tipo de realismo que vai para grandes romances. É o realismo que não hesita em distorcer as aparências, a fim de mostrar uma verdade escondida (T. do A.)

Enquanto Realistas, no sentido tradicional da palavra, as obras de O'Connor não têm muito a oferecer. Ela escreve sobre Georgianos moribundos, pessoas de classe média baixa, caipiras, brancos social e culturalmente pobres, negros com trabalhos manuais pesados (WEINSTEIN, 1997), compondo um sistema alimentado

por racismo calmo e complacente, reconhecido como racismo mas não censurado como tal (WOOD, 2004), que pode parecer para leitores que não são do estado da Georgia ou do Sul dos Estados Unidos como grotesco e exótico (ambos termos não necessariamente em suas acepções com carga semântica positiva). por este motivo se entende porque em muitas universidades do mundo, especialmeee nas norte-americanas, as obras de O'Connor são negligenciadas (visto que as leituras contemporâneas de textos ficcionais - como os dela - estão fortemente imbuídos de compromissos ideológicos e políticos invasivos).

Em suas obras, O'Connor apresenta sua visão do que William Faulkner se referiu como o “CEP de seu solo” (in: WEINSTEIN, 1997), mais especificamente a cultura sulista de seu estado natal, a Georgia. em respectiva, nota-se que O'Connor não escreveu sobre a Georgia ou sobre o sul dos Estados Unidos mas sobre algo que acontece *através* dele, e é por isto talvez que ela tenha tido tamanho reconhecimento em seu tempo de vida de figuras proeminentes do leste americano, talvez especialemnte de Nova Iorque. não é coincidência que algumas de suas estórias mais marcantes relatem as experiências de sulistas na *big apple*, como é o caso do conto *Judgement Day*.

Uma Meditação Sobre Regionalismo, Identidade e Deslocamento I: Judgement Day

Judgement Day foi o último conto de O'Connor. Ela literalmente o escreveu pouco antes de morrer, tendo pouco tempo para revisá-lo (WATKINS, 2009). Ao mesmo tempo, marcou a culminação de uma estória que teve início em seu primeiro conto publicado, uma obra curta chamada *The Geranium*, de 1946. Depois deste, O'Connor fez outras três tentativas de reescrever a mesma história; a primeira em 1954, chamada *An Exile in the East*; mais tarde *Getting Home*, em 1964; e finalmente *Judgement Day*, finalizado no mesmo ano (DARRETTA apud LOGSDON & MEYER, 1987, SIMPSON, 2005). As quatro estórias proporcionam ao leitor de O'Connor um acompanhamento do progresso do desenvolvimento artístico da autora do início de sua vida artística até seu fim.

O conto apresenta como personagem um homem branco já em idade avançada e com a saúde debilitada que mora em Nova Iorque com sua filha. Desde o início o leitor aprende de sua vontade de retornar a seu estado natal, a Georgia. Sua vontade é tamanha que ele não se importa de chegar lá vivo ou morto. Sua vontade extrema o faz escrever um bilhete, para guardar em seu bolso e para ser achado por quem encontrá-lo morto. O bilhete dá ordens para que seu corpo seja despachada para sua cidade na Georgia aos cuidados do negro Coleman, seu funcionário e amigo de

longa data. O objetivo do protagonista, o velho Tanner, é receber o cheque de sua pensão e aproveitar um momento em que sua filha esteja ausente do apartamento para dar início a sua fuga de volta para o estado que ele considera seu lar. No meio da narrativa um vizinho se muda e um casal ocupa o apartamento ao lado. O homem do casal é um jovem negro arrogante que ignora com violência as tentativas do velho Tanner de fazer amizade com ele. Tanner busca a amizade do novo vizinho como forma de simbolicamente matar a saudade de seu amigo negro que permanece na Georgia. Ao final do conto, depois de fazer sua filha prometer que levaria seu corpo para ser enterrado em sua terra de origem, Tanner parte para sua fatídica jornada, morrendo ao descer às escadas do prédio. A filha quando chega vê o pai morto e descumprida sua promessa e enterra em Nova Iorque. Mais tarde, sem conseguir dormir de remorso, desenterra os restos mortais do pai e os encaminha para o lugar tão desejado.

Nesta estória os negros são apresentados como iguais ou melhores que os brancos, pelo menos no sentido de o quanto entendem a vida (WATKINS, 2009). O deslocamento inicial de Tanner se dá pelo fato de sua casa na Georgia encontrar-se, por força de circunstâncias alheias a estória, no terreno de um negro que lhe dá a opção de trabalhar para ele ou se mudar. O leitor tem acesso a esta informação através de um flashback e conclui que Tanner se recusou a trabalhar para o negro, visto que quando o conto começa ele já está no apartamento de sua filha em Nova Iorque. Sua vontade de retornar ao lar é tão grande que ele sequer se importa de volta à Georgia vivo ou morto. O'Connor deixa isto bem claro em mais de uma ocasião durante a narrativa. Questões de identidade afloram nas relações interpessoais entre Tanner e o novo dono das terras onde sua casa se encontra, visto que o branco não aceita de maneira nenhuma trabalhar para o negro, mesmo que isto signifique fazer o maior sacrifício e, possivelmente a escolha mais difícil de sua vida, que é deixar seu lar.

Uma Meditação Sobre Regionalismo, Identidade e Deslocamento II: The Displaced Person

Deixar o lar é um tema recorrente nas obras de O'Connor. No caso de *The Displaced Person*, publicado em 1954, certamente um dos contos mais ricos e talvez mais complexos de O'Connor, vemos mais um deslocamento forçado.

A consciência central da estória é a Sra. Shortley, uma mulher de estatura considerável, metafóricamente falando, que possui uma visão de mundo muito pobre no tocante a questões raciais. Esta visão, entretanto, traz o estranhamento necessário

para que o leitor possa interpretar os eventos do conto a medida que eles são filtrados por ela. A Sra. Shortley trabalha na fazenda que pertence a Sra. McIntyre, uma viúva protestante que é a líder absoluta de seu terreno. Quando a estória começa a fazenda recebe a visita de um padre católico - que é em si uma figura estranha ao local, visto que todos são protestantes lá - e este padre traz consigo uma família de exilados - daí o título *Displaced Person* (referindo-se à pessoa deslocada, removida involuntariamente de seu local de origem). estes exilados são poloneses - os Guizacs - que vieram à América fugindo da guerra na Europa (a Segunda Guerra Mundial).

A estória é sobre muito mais do que a chegada destas pessoas estranhas que vieram para trabalhar na fazenda, é sobre as consequências disto. Inicialmente o leitor recebe as informações sobre a chegada filtradas pelos olhos e pelo preconceito da Sra. McIntyre que, provavelmente devido ao último, sequer consegue pronunciar o nome dos Guizacs adequadamente - ela os chama de Gobblehooks. Levando em consideração o fato dos deslocados não falarem a sua língua - inglês - ela constata que conseqüentemente eles também não devem saber o que são cores.

A visão da Sra. Shortley dá a impressão de ser um pouco mais informada, no sentido de que talvez ela entenda o porquê de eles estarem ali. Ela lembra de ter visto uma filmagem de um quarto com corpos empilhados.

No entanto, o raciocínio que ela desenvolve dissolve seu discernimento em mais preconceito, pois ela pensa que se eles, os Guizacs, vem de um lugar onde as pessoas fazem isso com eles, talvez eles também sejam capazes de fazer as mesmas atrocidades com outros.

Atualmente os Estados Unidos continuam obcecados com questões de imigração, de xenofobia, de preconceito racial, o que leva a interpretação válida de que algumas coisas ainda não evoluíram - isto não significa que avanços não tenham acontecido, no entanto, algumas coisas, importantes para o bom convívio humano e para o futuro, permanecem as mesmas que há poucas décadas atrás.

Os Guizacs são aceitos na fazenda apenas porque esta está prestes a ser perdida se a produção não aumentar - os negros que trabalham lá, segundo O'Connor, não são muito produtivos. Estes *deslocados* representam uma esperança. A fazenda não pertencia anteriormente à família da Sra. McIntyre, ela apenas casou com seu dono, o Sr. McIntyre, e se ela não conseguir fazê-la funcionar adequadamente, ela precisará partir. Os Shortleys temem os Guizacs por que se estes últimos trabalharem mais e melhor os primeiros precisarão partir. Os negros, descritos como preguiçosos, sabem que se não trabalharem mais e melhor eles também precisarão partir. E os

Guizacs sabem como operar os tratores e dominam a tecnologia de produção mais rápida e mais eficiente e portanto constituem uma ameaça.

Esta é uma estória sobre a “dança do deslocamento” (WEINSTEIN, 1997), sobre personagens que acreditam estar de certa maneira amarrados à terra em que vivem, que enxergam como permanente, natural e dada a eles por Deus e todos eles descobrirão que estes conceitos são falíveis, são ficcionais e que no final, ninguém possui raízes impossíveis de serem arrancadas. É uma estória sobre guerra - o Sr. Shortey está convencido de que os Guizac são os alemães contra quem ele lutou na guerra -, sobre xenofobia, sobre o *ethos* conservador que irá avisar àqueles que estão chegando sobre possíveis ameaças, dado que brancos e negros neste cenário Georgiano compartilham traços que os europeus não compartilham, e isto é visível em seus comportamentos e nas frases que eles usam:

Panoramicamente, é possível notar que esta é uma estória sobre a quebra de uma ordem estabelecida, sobre Georgianos tendo que mudar para se adaptar a um mundo novo; é um conto darwiniano sobre o início de um Sul novo para os Estados Unidos (WEINSTEIN, 1997). Homi Bhabha descreve este processo de quebra e reestabelecimento de nova ordem em seu seminal texto *DissemiNation*:

Gatherings of exiles and émigrés and refugees; gathering on the edge of ‘foreign’ cultures; gathering at the frontiers; gatherings in the ghettos or cafés of city centres; gathering in the half-life, half-light of foreign tongues, or in the uncanny fluency of another’s language; gathering the signs of approval and acceptance, degrees, discourses, disciplines; gathering the memories of underdevelopment, of other worlds lived retroactively; gathering the past in a ritual of revival; gathering the present. Also the gathering of people in the diaspora: indentured, migrant, interned; the gathering of incriminatory statistics, educational performance, legal statutes, immigration status (...) The gathering of clouds from which the Palestinian poet Mahmoud Darwish asks ‘where should the birds fly after the last sky?’ (BHABHA, 1994, p. 139).

Encontros de exilados e emigrados e refugiados; reunindo-se à beira de culturas “estrangeiras” ; reunindo-se nas fronteiras; encontros nos guetos ou nos cafés dos centros das cidades; reunindo-se na meia-vida, meia-luz de línguas estrangeiras, ou na peculiar fluência da língua de outro; reunindo os sinais de aprovação e aceitação, graus, discursos, disciplinas; reunindo as memórias de subdesenvolvimento, de outros mundos retroativamente; reunindo o passado em um ritual de avivamento, reunindo o presente. Também a reunião de pessoas na diáspora: contratados, migrantes, internados, a reunião de estatísticas incriminatórias, o desempenho educacional, estatutos legais, status de imigração (...) A reunião de nuvens a partir das quais o poeta palestino Mahmoud Darwish pergunta “Onde os pássaros devem voar após o último céu?” (I. do A.)

Bhabha se refere à reunião destas pessoas que foram arrastadas do lugar em que sentiam que pertenciam, juntamente com seus mitos e fantasias e experiências. Para estas pessoas o termo *Displaced Person* (pessoa deslocada) foi inventado. Tornou-se a nomenclatura oficial dos refugiados, especialmente dos judeus e russos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Muitas das pessoas liberadas dos campos de concentração nazistas decidiram não voltar para suas casas de antes da guerra por medo de retalhações, por memórias traumáticas ou pelo fato das residências terem sido destruídas durante os bombardeios na Europa. Campos para refugiados de guerra foram instituídos nos Estados Unidos entre os anos de 1945 a 1952. Registros históricos estimam que duzentos e cinquenta mil judeus refugiaram-se nestes campos americanos ou em áreas urbanas designadas pelos Aliados (KIRK, 2008).

O'Connor recusou-se a vender sua obra para editoras polonesas em 1956 por medo de vê-la utilizada como propaganda política, como havia acontecido com textos de Jack London (WOOD, 2004).

Em termos da questão de identidade, é interessante notar que os personagens negros em *The Displaced Person* recebem tratamento descritivo de personalidade semelhante ao dos brancos, visto que ambos conspiram juntos para negligenciar ajuda ao europeu deslocado na ocasião do acidente que custa sua vida.

Considerações Finais

Tendo em mente o objetivo de apenas evidenciar o potencial que ambos os contos de O'Connor, *The Judgement Day* e *The Displaced Person*, têm para explorar questões de regionalismo, vemos igualmente a oportunidade que eles apresentam para aprofundar questões sobre deslocamentos populacionais, processos identitários e culturais, dinâmicas socioespaciais no contexto rural e urbano, e representações e imaginários coletivos. Ao final de ambos os contos, têm-se uma situação em que todos os personagens principais são obrigados, direta ou indiretamente, a deixar suas terras, seja por forças econômicas, culturais ou até por motivo de falecimento, porque o que O'Connor está realmente dizendo com seus textos é que, todos têm que deixar suas vidas, sejam figuras fictícias representando pessoas reais ou de fato pessoas reais, pois nem terra nem vida são dadas ao ser humano para sempre.

Referências Bibliográficas

- BHABHA, Homi. DissemiNation: Time, narrative and the margins of the modern nation. In: *The Location of Culture*. New York: Routledge, 1994.
- DARRETTA, John L. From The Geranium to Judgement Day: Retribution in the Fiction of Flannery O'Connor. In: LOGSDON, Loren & MEYER, Charles W. (eds.). *Since Flannery O'Connor: Essays on the Contemporary American Short Story*. Macomb: Western Illinois University, 1987, pp. 21-31.
- HWANG, Eunju. "Writing is the way out": Shirley Jackson's domestic stories and We Have Always Lived in the Castle. *Feminist Studies in English Literature*. Vol. 17, No. 2, 2009, p. 103-104.
- KIRK, Connie Ann. *Critical Companion to Flannery O'Connor: A Literary Reference to Her Life and Work*. New York: Facts on File Inc., 2008.
- LOGSDON, Loren & MEYER, Charles W. (eds.). *Since Flannery O'Connor: Essays on the Contemporary American Short Story*. Macomb: Western Illinois University, 1987, pp. 21-31.
- O'CONNOR, Flannery. *Mystery and Manners*. Sally and Robert Fitzgerald (eds.). New York: Farrar, Straus & Giroux, 1969.
- _____. *The Complete Stories*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1971.
- SIMPSON, Melissa. *Flannery O'Connor, a biography*. Westport, CT: Greenwood Press, 2005.
- WATKINS, Steven R. *Flannery O'Connor and Teilhard de Chardin: A Journey Together Towards Hope and Understanding About Life*. American University Studies. New York: Peter Lang Publishing Inc., 2009.
- WEINSTEIN, Arnold. Lectures on Flannery O'Connor (audio). The Teaching Company, 1997. Disponível em: <http://www.teach12.com/storex/professor.aspx?id=81>. Acesso em: 4 jul 2010.
- WESTARP, Karl-Heinz. *Flannery O'Connor: The Growing Craft*. A Synoptic Variorum Edition of The Geranium, An Exile in the East, Getting Home, Judgement Day. Southern Literary Series, Vol. 4. Birmingham, AL: Summa Publications Inc., 1993.
- WOOD, Ralph C. *Flannery O'Connor and the Christ-Haunted South*. Grand Rapids, MI: Wm. B. Eerdmans Publishing Co., 2004.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO

O desenvolvimento da espécie humana corresponde à seleção natural biológica de suas diferenças sexuais. No reino animal, os seres sexuados dividem-se em macho e fêmea. O organismo do macho é diferente do da fêmea, essa diferença sexual marca o desenvolvimento da espécie humana.

A reprodução da espécie humana e seu desenvolvimento ocorrem do acasalamento de dois seres, o masculino e o feminino, para perpetuá-la os homens e as mulheres foram criando uma relação de convivência permanente dando origem à sociedade humana com valores e normas sociais, que desde então, definiram questões de gênero em sua estrutura cultural e institucional. Isto está posto desde o mito fundador conforme Almeida (2000, p. 73):

No mito fundador temos inscrita uma relação hierárquica entre homem e mulher; uma definição do primeiro como superior, mas condenado ao sacrifício do trabalho, da transformação da natureza, por ter sucumbido à sua parte feminina (já que saída de si, e invertendo assim a consciência de o homem nascer da mulher); e a mulher condenada à obediência ao homem e definida pela sua função reprodutiva. A expulsão do paraíso, que pode ser interpretada como fundação da vida em sociedade, assenta em razões sexuais. A sociedade nasce com a divisão sexual e, na linguagem de hoje, com a definição de dois gêneros.

Nesse sentido a existência de gêneros já se manifesta de forma desigual na distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade desde então estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência. Assim, desde que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico (entre 8.000 a 4.000

* Mestranda do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM

** Orientadora Doutora em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

anos a. c.), começaram a definir papéis para os homens e para as mulheres nas sociedades agrícolas, divididas em clãs, tribos e aldeias, já havia a divisão sexual do trabalho, marcada desde sempre pela capacidade reprodutora da mulher, o fato de gerar o filho e de amamentá-lo. Para Stearns (2007, p.31),

À medida que as civilizações se desenvolvem, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero – relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também (...). O deslocamento da caça e da agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíam com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes, e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou, mudou isso, beneficiando o domínio masculino.

Percebe-se que o aprendizado da atividade de cuidar dos filhos e da casa foi sendo desenvolvido como uma tarefa da mulher mesmo com limitações, ela também participasse do trabalho do cultivo e da criação de animais.

A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar. O homem, associado à ideia de autoridade devido a sua força física e poder de mando, assumiu o poder dentro da sociedade. Assim, surgiram as sociedades patriarcais, fundadas no poder do homem, do chefe de família. Stearns (2000, p.27) considera que,

Por volta do quarto milênio a.c., também, a maior parte das sociedades agrícolas tinham desenvolvido novas formas de desigualdades entre homens e mulheres, num sistema geralmente chamado de patriarcal – com o domínio de maridos e pais. As civilizações, de uma forma geral, aprofundaram o patriarcado e, ao mesmo tempo, definiram seus detalhes de formas distintas que combinavam com crenças e instituições mais amplas de cada civilização em particular. Nesse sentido, pondo um selo próprio no patriarcado, cada civilização uniu as questões de gênero com aspectos de sua estrutura cultural e institucional.

A ideia de posse dos bens e a garantia da herança dela, para as gerações futura, levaram o homem a interessar-se pela paternidade. Assim, a sexualidade da mulher foi sendo cada vez mais submetida aos interesses do homem, na ausência do pai cabe ao filho mais velho, o repasse dos bens materiais, através da herança, como na reprodução da sua linhagem. O homem passou a ser dono da mulher, como forma de ele perpetuar-se através da descendência. A função da mulher foi sendo restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem. O sociólogo Frances Pierre Bourdieu escreveu sobre as maneiras como a “divisão do mundo”, fundada sobre “as diferen-

ças biológicas particularmente àquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação e da reprodução”, opera como “a mais fundamentada das ilusões coletivas”. Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. (01). Nesse sentido o conceito de gênero tem bases normativas da tradição cristã do mundo ocidental.

A Categoria Gênero

O conceito de Gênero foi construído socialmente buscando compreender as relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis que cada um assume na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

As diferenças sexuais e as condições classistas existentes entre homens e mulheres definiram a divisão sexual do trabalho como um importante conceito para a compreensão do processo de construção dos gêneros. O uso de práticas sociais nos permite analisar o gênero de forma mais abrangente em que homens e mulheres são sujeitos históricos sem distinção de sexo.

A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas do feminismo contemporâneo sob a perspectiva de compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação de desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência como sexo, classe e raça, sendo que esta relação com a realidade comporta uma visão particular do mesmo como produto de processos sociais e culturais. Scott,(1991, p. 04) assinala que

‘Gênero’, como substituto de ‘mulheres’, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre homens, que implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.

A autora enfatiza a ideia de desconstruir o conceito de gênero como indivíduo isolado, como representação de um signo, um objeto, ou ser inanimado. O termo gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma

classe, um grupo, uma categoria. Portanto, gênero representa as relações sociais entre homens e mulheres e como os sexos se organizaram, dividem tarefas e funções através do tempo e, por sua vez, constituíram as relações de poder.

As sociedades patriarcais se perpetuaram ao longo dos tempos, mesmo na sociedade moderna no qual o mundo do trabalho se divide do mundo doméstico. As famílias e suas gerações tradicionais vão desaparecendo e forma-se a família nuclear (pai, mãe e filhos). Permanece o poder patriarcal na família, mas a mulher das camadas populares foi submetida ao trabalho fabril. No século XVIII e XIX a saída do lar pelas mães que trabalhavam nas fábricas levou a sérias consequências para a vida das crianças. A desestruturação dos laços familiar das camadas trabalhadoras e os vícios decorrentes do ambiente de trabalho promíscuo fez crescer os conflitos conjugais.

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. No processo de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituíam-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens substituídos pelas mulheres na produção fabril acusavam-nas de roubarem seus postos de trabalho. A luta contra o sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero, a qual se colocava como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador.

Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

Ao ser incorporado ao mundo do trabalho fabril a mulher passou a ter uma dupla jornada de trabalho. A ela cabia cuidar da prole, dos afazeres domésticos e também do trabalho remunerado. As mulheres pobres sempre trabalharam. A remuneração do trabalho da mulher sempre foi inferior ao do homem. A dificuldade de cuidar da prole levou as mulheres a reivindicarem escolas, creches e pelo direito da maternidade.

Na sociedade capitalista persistiu o argumento da diferença biológica como base para a desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres eram vistas como menos capazes que os homens. Na sociedade capitalista o direito de propriedade passou a ser o ponto central, assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a desenvolver uma série de restrições à sexualidade da

mulher. Cada vez mais o corpo da mulher pertencia ao homem, seu marido e senhor. O adultério era crime gravíssimo, pois colocava em perigo a legitimidade da prole como herdeira da propriedade do homem.

No século XX as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. A luta feminina também tem divisões dentro dela. Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como «mal amadas» e discriminadas pelos homens e também pelas mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal. Segundo Letelier (1997, p. 07),

Nesse contexto, o processo de validação assume o peso da história do feminismo o qual é neutro socialmente nem muitas vezes vem aceito. As mal amadas feministas antigas vão ser agora as novas mal amadas feministas da academia; a categoria de gênero entra na produção de saber/poder com um certo preconceito difícil de dissolver, se trata de: “fala de mulheres”, “questão de mulheres”, “feminismo”, “questão de feministas”, ou mesmo “movimento social de mulheres” ou “movimento feminista”. Também conhecimento “militante” ou não objetivo, “não científico”.

A busca pela igualdade de gênero ganhou força, mesmo com todas as contradições, a luta feminina tinha o objetivo de construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura. É uma luta pela democracia, que deve nascer da igualdade entre homens e mulheres e evoluir para a igualdade entre todos os homens, suprimindo as desigualdades de classe.

Após a década de 1940 cresceu a incorporação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, havendo uma diversificação do tipo de ocupações assumidas pelas mulheres. Porém, no Brasil, foi na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho. A mulher ainda ocupa as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (nos hospitais, a maioria das mulheres são enfermeiras e atendentes, são professoras, educadoras em creches), serviços domésticos (empregada doméstica), comerciárias e uma pequena parcela na indústria e na agricultura.

No final dos anos 1970 surgem movimentos sindicais e movimentos feministas no Brasil. A desigualdade de classe juntou os dois sexos na luta por melhores condições de vida. O movimento feminista ganhou força com o apoio de partidos políticos, sindicatos e associações que juntaram força e assumiram a luta pelos direitos da mulher. Conforme Costa (2008, p. 80),

Na década de oitenta os temas mais ligados ao papel da mulher estão nas instâncias políticas, na sua participação nos sindicatos, nos partidos, no parlamento em virtude das várias formas de discriminação que ela passa nessa conjuntura e também temos que lembrar que foi uma década marcada pelos movimentos sociais que incidem no Brasil no final da década de setenta e início da década de oitenta. Salientamos inclusive, a criação do Partido dos Trabalhadores que propiciou uma entrada de representantes no Parlamento que vieram de movimentos sociais e conferiram maior legitimidade à representação política. Os demais temas como saúde, família, velhice, estudo de gerações e outros, representaram desdobramento de pesquisas anteriores ou frutos da demanda conjuntural, na primeira metade da década de oitenta.

Pode-se dizer que a luta pela democratização das relações de gênero persistiu e com a Constituição Federal de 1988, a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem deixou de ser o chefe da família e a mulher assumiu determinadas profissões que antes só cabiam aos homens e passou a ser considerada tão capaz quanto o homem.

Na década de 1990, no Brasil, a classe trabalhadora enfrentou o problema da desestruturação do mercado de trabalho, da redução do salário e da escassez do emprego. As mulheres são as mais atingidas pela escassez do trabalho e pela gravidade da falta de investimentos em equipamentos sociais (creches, escolas, hospitais). Embora sejam mais empregáveis que os homens, isso decorre da persistente desigualdade da remuneração do trabalho da mulher. A mulher passou a ter um nível educacional igual e às vezes até superior ao do homem, porque como enfrenta o preconceito no mundo do trabalho, ela deve se mostrar mais preparada e com maior escolarização para ocupar cargos que ainda são subalternos.

Os critérios de contratação das mulheres no mundo do trabalho estão impregnados pela imagem da mulher construída pela mídia e colocada como padrão de beleza. O empregador ainda busca a moça de «boa aparência».

Assim, as mulheres sofrem dupla pressão no mercado de trabalho, a exigência de qualificação profissional e da aparência física. O assédio sexual ainda é uma realidade para a mulher no mundo do trabalho, isso decorre da própria cultura patriarcal que foi colocando o homem como o senhor do corpo da mulher.

Apesar de tantas dificuldades as mulheres conquistaram um espaço de respeito dentro da sociedade. As relações ainda não são de igualdade e harmonia entre o gênero feminino e o masculino. O homem ainda atribui à mulher a dupla jornada, já que o lar é sua responsabilidade, mas muitos valores sobre as mulheres já estão mudando. O homem também está em conflito com o papel que foi construído so-

cialmente para ele, hoje ser homem não é nada fácil, pois as mulheres passaram a exigir dele um novo comportamento que ele ainda está construindo.

Mesmo quando a igualdade de gênero se coloca, cresce o espaço da democracia dentro da espécie humana. A democratização efetiva da sociedade humana passa pela discussão das relações de gênero, neste sentido a luta das mulheres não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade.

Concluindo, lembramos que embora o conceito de gênero tenha adquirido força e destaque enquanto instrumento de análise das condições das mulheres ele não deve ser utilizado como sinônimo de “mulher”. O conceito é usado tanto para distinguir e descrever as categorias mulher e homem, como para examinar as relações estabelecidas entre elas e eles. Segundo Caldas Torres (2001, p.88)

Sob esses aspectos as relações de gênero são percebidas como um ponto de intersecção nas relações sociais. Diferentemente das concepções deterministas, que buscam no fator biológico explicações para a sujeição da mulher na sociedade, dentre as quais se destacam as ideias de Rousseau, as relações de gênero são parte da estrutura social e são vistas dentro das complexas relações sociais, políticas, econômicas e psicológicas entre homens e mulheres.

A emergência do conceito de gênero e sua utilização estão fortemente impregnadas de uma dimensão política, tanto no que diz respeito as suas origens, no que diz respeito aos seus propósitos. Ele ganha força a partir do movimento feminista, cujas principais propostas estão voltadas às mudanças nas relações de poder tanto no âmbito público como no privado, procurando abolir qualquer forma de dominação-exploração no conjunto das relações sociais. O uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história abraçada pelos movimentos sociais numa trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito.

NOTA

01 – Pierre Bourdieu, *Le sens pratique*. Paris 1980, p. 246-47, 333 – 461 et em particulier p. 366.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2 ed. Lisboa: Fim de Século Edições Ltda, 2000 (texto 1.1),
- BRETON, David Le. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sônia m. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006 (texto “Corpo e sociologia: etapas”)
- LETELIE, Lilian. O gênero na academia. In: ALVARES, M^a Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira dos (org). *Desafios de identidade: espaço – tempo de mulher*. Belém: Cejud, Gepem, redor, 1997
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história Social. In: *Cadernos Pagu* n^o 3. São Paulo, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- TORRES, Iraíldes Caldas. A perspectiva de poder em Foucault e suas conexidades com as relações de gênero. In: *Revista Pensamento e realidade* N. 9. Ano IV. São Paulo: Faculdade São Luis. Ed. Loyola, 2001.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, 1991 (mimeo).
- STEARNS, Peter N. *História das Relações de gênero*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007 (texto “A base tradicional: civilizações e patriarcado”)

A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE RORAIMA NO CONTEXTO FRONTEIRIÇO REGIONAL DO NORDESTE DA AMÉRICA DO SUL

1 - Introdução

A Amazônia sempre foi motivo de atração para os europeus seduzidos pelos relatos de imensas riquezas ali existentes, alardeadas inicialmente por correspondências enviadas à Europa em 1555 pelo espanhol Francisco Orellana que primeiro desceu o Rio Amazonas desde os Andes até a sua foz.

Outra descrição fantasiosa e altamente atraente foi realizada por Antonio Berrio que realizou três expedições à grande região do interior das guianas de 1591 a 1595 e que relata ao rei da Espanha a existência do El Dorado, as margens de um grande lago com muitos habitantes e muitas riquezas em ouro e pedras preciosas (BERRIO, 1966).

A seguir temos os relatos de Sir Walter Raleigh (também chamado de Raleigh) favorito da corte da rainha Elizabeth da Inglaterra que após sua expedição ao Rio Orinoco e costa guianense entre 1594 e 1595, publicou o livro “The Discoverie of Guiana” onde lança o mito do reino do Eldorado, com uma cidade rica em ouro denominada de Manoa, que estaria localizada no centro da região por ele denominada “do grande, rico e belo império da Guiana” (RALEIGH, 1986).

Todos estes relatos aguçam a cobiça e atraíram inúmeros aventureiros engajados em expedições organizadas por ricos comerciantes ou por potências européias visando à conquista, ocupação e exploração da grande ilha da guiana.

Desde então os interesses ainda perduram, tanto que os governos europeus procuram ter um controle direto (Guiana Francesa) ou indireto (Suriname e Guayana) sobre esta região, onde além da importância estratégica / militar temos um elevadíssimo potencial de recursos naturais (minerais, florestais e de biodiversidade), ra-

* Geógrafo, Professor Doutor Associado do Departamento de Geografia da UFRR.

ção dos inúmeros conflitos fronteiriços e territoriais que existiram no passado e que ainda persistem entre países em algumas áreas da denominada “ilha das guianas”.

2 - O antes e o durante do início da colonização

Em épocas pré-colombianas, há aproximadamente 1200 anos atrás tivemos todo aquele imenso território do Nordeste da América do Sul ocupado por uma série de grupos humanos com um desenvolvimento técnico e cultural bem maior que o dos ocupantes que os sucederam após a chegada dos europeus às Américas.

Estes grupos eram normalmente agregados socialmente em grandes cacicados tais como dos conduris, uabois, aruaques, tarumãs entre outros, e desenvolveram trabalhos mais aprimorados em cerâmica policromática, com formas humanas e de animais, inscrições e desenhos em baixo relevo em rocha, que ainda hoje podem ser encontrados em inúmeros sítios arqueológicos em toda a região da grande ilha da guiana. Estes povos, ainda com a sua origem discutida, possivelmente provenientes da América Central ou da região andina, tiveram um breve contato com os europeus, sendo extintos ou dispersos pelos mesmos, como também por inúmeros grupos indígenas mais primitivos que vieram a ocupar posteriormente os seus territórios.

Estes fatos são estudados timidamente pela arqueologia regional que conseguiu separar em dois momentos cronológicos as fases da ocupação territorial: uma mais antiga abrangendo aproximadamente datas entre 1000 a 1500 anos atrás e outra mais contemporânea, praticamente coincidindo com a conquista europeia. Esta fase mais recente é denominada Fase Rupununi (EVANS; MEGGERS, 1960; PLEW, 2007), que através de inúmeras pesquisas e datações chegaram a idades que são dos séculos 18 e 19, caracterizados por artefatos cerâmicos pouco desenvolvidos, enteramentos em urnas funerárias e produzindo em toda a região inúmeras inscrições rupestres bastante primitivas, normalmente representadas por pinturas coloridas em lajedos protegidos, coincidindo temporalmente sua ocorrência com a migração relativamente recente dos aruaques (uapixanas) e caribes (macuxis).

Com a chegada dos espanhóis na região do Caribe a partir de 1522, os índios Tainos, segundo MANN, (2012) que eram os principais habitantes do litoral caribenho, do tronco lingüístico aruaque foram sendo exterminados ou forçados a se retirarem para o interior, fugindo através das vias de circulação já tradicionalmente por eles utilizadas. Diversas etnias do mesmo tronco lingüístico dos caribes também foram empurradas pela violenta ocupação dos espanhóis para o Sul da bacia do Rio Orinoco, chegando através de grupos cada vez mais numerosos à área até então de

domínio dos aruaques, provocando inúmeras guerras tribais em toda a região da interlândia guianense.

O estabelecimento de colônias inglesas e holandesas no fim do século XIV na atual região das Guianas mudou o tipo de relacionamento destes novos europeu com o indígena. Na maior parte das vezes os holandeses e ingleses tinham como aliados diversas etnias da área, destacando-se os monaikós, do tronco caribe (BALDWIN, 1946), os quais eram destacados para expedições de captura de escravos indígenas de todo o vale do Rio Branco, vitimando principalmente os aruaques (paravianas, pauxianas, uapixanas e outros). Como troca por estas capturas de cativos, os holandeses forneciam aos indígenas aliados armas de fogo e facões além de gêneros alimentícios, roupas, miçangas e bebidas alcoólicas destacando-se o gim holandês.

Ao contrário, os espanhóis provocaram verdadeiro extermínio dos indígenas da bacia do Orinoco através de ações violentas que visavam apoiar as denominadas “encomiendas” tinham como principal objetivo a captura de indígenas para trabalho escravo. O interessante é que eram utilizados os próprios caribes armados pelos espanhóis para a execução desta tarefa.

Os portugueses não fugiam muito da linha dos espanhóis com relação aos indígenas, que iniciaram a conquista da região no fim do século XV e durante o século XVI, baseando-se nos objetivos de redução dos índios à sujeição portuguesa, captura e comércio de índios escravos através dos denominados “descimentos” além da coleta de drogas do sertão e prospecção mineral, sendo que estas incursões vieram a reduzir drasticamente as populações das pequenas tribos ali existentes e deixando vazias grandes áreas territoriais.

3 - Estratégias e ações geopolíticas moldando territórios coloniais

Portugal e Espanha após fixarem-se respectivamente na costa brasileira na sua porção Sul e na costa venezuelana e Caribe ao Norte deixaram para um segundo momento a ocupação da costa guianense o que lhe custou caro principalmente aos espanhóis, já que os holandeses seguidos posteriormente de ingleses e franceses já tinham se fixado de um modo quase permanente neste setor marítimo da grande ilha da Guiana que ia desde o delta do Rio Orinoco até a foz do Rio Amazonas.

Os espanhóis, que por volta de 1531, chegaram ao Orinoco e entre 1588 e 1590 tornaram-se aliados dos caribes contra os ipurugotos, que dominavam a região entre os rios Caroni e Paragua, estabelecendo algumas pequenas povoações ao longo destes rios, o que os ajudou a manter seu território até o delta do Orinoco, onde implantaram o forte de San Francisco de Assis em 1676, com grande dificuldade logís-

tica e material devido às necessidades de proteção imediata dos pontos de embarque da prata peruana destinada à Espanha que chegava do Pacífico através da América Central estando localizados no Golfo do México e costa caribenha.

Em seguida, ainda em 1700, e durante os anos seguintes, o capitão Francisco Ferreira, residente em Caburiz, localidade próxima da foz do Rio Branco, ocupa-se em fazer numerosas viagens por esse rio. Percorre-o por inteiro, explorando também dois de seus afluentes, o Uraricoera e o Tacutu, alcançando as nascentes do Tacutu, e passando pelo lago Amucu. Em 8 de julho de 1719, uma ordem real, por proposta do governador Bernardo Pereira Berredo, decide fortificar “o furo do Javapery” – bifurcação do rio –, a vinte dias de viagem do rio dos holandeses”, que as memórias brasileiras identificam como Rio Essequibo (RIO BRANCO, 1945).

Nesta época a conquista portuguesa tinha inúmeras algumas dificuldades com as populações nativas na área, já que no início do século XVIII os indígenas monaikós com território principal definido na bacia do Rio Maú circulavam com grande facilidade através dos vales dos rios Negro, Jauaperí, Branco e Tacutú, atingindo o alto Rio Essequibo, realizando trocas de escravos capturados em suas guerras com outras tribos da região por mercadorias nos postos holandeses, principalmente no de Arinda, na foz do Rio Rupununi. Neste momento as preocupações da Coroa Portuguesa com relação à penetração do Rio Branco pelos Holandeses aumentaram principalmente com a informações recebidas em 1720 de que o frade carmelita, Jeronymo Coelho, mantinha a algum tempo, através do Tacutu, um comércio intenso e permanente com os holandeses.

Para tanto era urgente que aquele grande vazio territorial fosse conhecido, explorado e consolidado como território do reino português. Durante este período iniciam-se as denominadas tropas de resgate, montadas normalmente por particulares que visavam a captura de indígenas para trabalhos forçados além de extração de drogas do sertão. Uma das primeiras tropas de resgate foi a de Manoel Braga que é atacado em 1723 por uma confederação dos manaos (denominados monaikós pelos holandeses e ingleses (BALDWIN, 1946) comandados pelo líder Ajuricaba no Rio Negro, gerando uma outra grande expedição militar comandada por Belchior Mendes de Moraes que durante os anos de 1723 a 1729 consegue vencer os indígenas.

Com a prisão e morte de Ajuricaba, líder dos monaikós, aliados dos holandeses, denominados de manaos pelos portugueses, inicia-se no vale do Rio Branco através de religiosos carmelitas, processo de “libertação” dos gentios do Rio Branco, fazendo as operações de captura de escravos, denominadas “descidas”, onde mi-

lhares de indígenas foram exterminados ou capturados, sendo levados para outras regiões, principalmente Pará e Maranhão. Os remanescentes, que não fugiam para áreas de difícil acesso, foram aldeados e condicionados à agricultura e à pesca nos denominados pesqueiros reais, que forneciam gêneros às tropas portuguesas dos Fortes São Joaquim, no Rio Tacutú e o da Barra, no Rio Negro.

Estes aldeamentos produziram uma diminuição brutal destas populações devido às constantes e intensas epidemias de varíola e sarampo que atacavam quase que exclusivamente os indígenas caracterizados por sua baixa resistência orgânica e ao íntimo contato com os portugueses, além de estarem concentrados muitos indivíduos em poucos locais, o que facilitava o mecanismo de transmissão das doenças.

Em 1726 outra tropa de resgate comandada por Francisco Xavier de Moraes sobe o Rio Negro e através do Rio Casequiare atinge as cabeceiras do Orinoco.

Um pouco mais tarde, em 1736, tendo sido completamente pacificados os manaos, Cristóvão Ayres Botelho inicia a exploração do Rio Branco e afluentes com outra tropa de resgate, seguido posteriormente por Lourenço Beufort, rico fazendeiro do vale do Rio Mearim no Maranhão, que juntamente com Francisco Xavier de Andrade atingem as cachoeiras do Rio Uraricoera junto à Ilha de Maracá realizam o descimento de centenas de indígenas por eles capturados e que são levados para o Maranhão.

Francisco Xavier de Andrade organiza novas tropas de resgate em 1744 e sobe novamente o Rio Branco e afluentes, encerrando esta fase que provocou uma intensa depopulação do Rio Branco. Este tipo de ação foi proibida por algum tempo pelo denominado Diretório Pombalino de 1757 que abolia o cativeiro indígena e determinava o pagamento pelos seus trabalhos.

Nos anos seguintes tivemos uma série de expedições tanto de caráter administrativo, militar ou científico que exploraram o vale do Rio Branco, quase todas chegando até as cabeceiras dos rios Essequibo e Rupununi, sendo todas bem documentadas através de extensos relatos.

A expedição administrativa do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio – 1744 a 1745 (SAMPAIO, 1985) que levantou dados importantíssimos do vale do Rio Branco, tanto em aspectos geográficos, de recursos naturais, economia regional, distribuição demográfica, nominação de etnias e suas localizações e muitos outros aspectos de relevante importância para o domínio português poder melhor administrar e dominar aquele território geográfico.

Em 1766, foi realizada pelo alferes José Agostinho Diniz uma expedição militar que realizou levantamentos e explorações de toda a bacia do Rio Branco che-

gando até o Rio Maú , dali através das nascentes do Rio Rupununi entrou em contato com postos de comércio holandeses, na bacia deste mesmo rio, ocorrido que foi registrado em documentos da Companhia das Índias Ocidentais, onde o diretor holandês do Essequibo a escreve que os portugueses tinham pleno e permanente domínio na região

Em 1780 foi realizada uma expedição visando levantar informações da região, elaborar mapas, obter informações astronômicas e realizar inspeções sobre a influência dos holandeses na região, tendo sido designados para esta tarefa o capitão engenheiro Ricardo Franco Senna e o matemático Antonio Pires da Silva Pontes (SENNA, 1844).

Como as informações coletadas por Senna não foram consideradas consistentes as autoridades portuguesas decidiram em 1787 por uma outra inspeção, desta vez comandada pelo coronel geógrafo Manoel da Gama Lobo d'Almada, que subiu os rios Branco e Uraricoera até a foz do Araricapará, gerando um extenso e completo relato de toda a situação social, econômica e militar do Rio Branco (ALMADA, 1787).

Em 1790 o porta bandeira real Francisco José Ribeiro Barata (BARATA, 1944), é incumbido em Belém do Pará de realizar uma expedição ao Suriname usando a rota pelos rios Amazonas, Negro, Branco, Tacutu, Pirara, Rupununi e Essequibo, atingindo a costa atlântica em Demerara, passando por Essequibe, localidades sob domínio inglês e Berbice sob domínio holandês, e daí se dirigindo a Paramaribo onde simbolicamente entrega uma carta de saudações dos judeus de Belém aos judeus portugueses de Paramaribo. A seguir retorna pelo mesmo roteiro a Belém, demonstrando com isto que Portugal tinha domínio sobre todo o interland da grande ilha da guiana.

Don Manuel Centurión ao assumir a “Comandância de Nuevas Poblaciones” na Província de Guayana em 1767 elabora uma estratégia ambiciosa de ocupação do território teoricamente pertencente à coroa espanhola que compreendia toda a região das guianas, abrangendo as bacias dos rios Orenoco, Negro, Parimé (Uraricoera), Tacutu e Essequibo.

Antecipando às expedições planejadas por Centurión, os padres capuchinos realizaram em 1772 uma desastrosa incursão que acaba com a morte de todos os padres vítimas de indígenas nas margens do Rio Amajari, afluente do Rio Uraricoera ou Parimé como era chamado na época.

Centurion inicia a organização de uma série de expedições à parte sul da cadeia montanhosa de Pacaraima, sendo a primeira em 1772 que fracassa na metade do trajeto.

A segunda expedição foi realizada em 1773 consegue alcançar o Rio Tacutu e até na boca do Rio Maú, onde acreditam ter chegado ao mítico lago Parimé, já que a região encontrava-se totalmente alagada por ser época de chuva (AMODIO, 1995).

No retorno da região do Rio Maú os espanhóis conseguem arrebanhar alguns macuxís e leva-los para serem aldeados a fim de dar suporte para três pequenos núcleos que fundam nas margens do Uraricoera, quais sejam: San Juan Bautista de Cada Cada localizada próxima à confluência dos rios Uraricoera com o Tacutu; Santa Barbara próxima à foz do Rio Parimé no Uraricoera; e Santa Rosa de Curaricaca localizada junto à foz do Rio Amajarí no Uraricoera (AMODIO, 1995). Estes núcleos podem ser considerados o início da ocupação pelos europeus (espanhóis) do Vale do Rio Branco, anterior mesmo aos portugueses.

A terceira e última expedição enviada por Centurion em 1775, comandada pelo cadete Antonio Lopez visando consolidar a ocupação dos povoados implantados pela expedição anterior. Na incursão aos rios Maú e Pirara, ainda à procura do lago do eldorado e da montanha dourada, parte da expedição é morta por selvagens que aparentemente eram aliados dos holandeses. No retorno são interceptados e presos pelas tropas do capitão Felipe Sturm na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, devido os portugueses terem sido alertados desta expedição e também da implantação de povoados espanhóis no Rio Uraricoera por Gervásio Leclerc, holandês ou francês, que se dizia desertor do posto comercial e forte holandês de Arinda, no alto Rupununi, de onde partiu e daí tendo visitando e realizando levantamentos dos povoados espanhóis do Rio Uraricoera, informações estas repassadas às autoridades portuguesas quando chegou a Barcelos (AMODIO, 1995).

Isto fez com que o governador Joaquim Tinoco Valente, ainda em 1775 enviasse tropas sob o comando do capitão Felipe Sturm, engenheiro alemão a serviço do exército português, com duas missões: uma de destruir e expulsar os espanhóis dos estabelecimentos no Rio Uraricoera e outra de construir uma fortificação que pudesse evitar tanto a invasão do vale do Rio Branco pelos espanhóis como pelos holandeses e ingleses.

Sturm inicia com sucesso e sem muita resistência a operação de desintrusão dos espanhóis daquela região, destruindo os núcleos implantados, tomando os armamentos, capturando e prendendo os militares e civis espanhóis além de alguns indígenas aldeados nestas povoações.

Os prisioneiros, com exceção do cadete Antonio Lopes foram acorrentados e obrigados a trabalho forçado na construção do forte de São Joaquim, carregando terra com conchas de tartaruga, além de pedras (AMODIO, 1995). O forte foi finalmente concluído e colocado em operação no ano seguinte, mas o conflito diplomático em função destes incidentes entre Portugal e Espanha durou ainda mais alguns anos.

D. José Linhares que vem a substituir a Centurion em 1777 elabora um gigantesco plano de defesa para a Província da Guayana com o objetivo da retomada dos territórios ocupados pelos portugueses, visando como objetivo final a conquista de todo o território brasileiro.

Com a assinatura em outubro de 1777 do Tratado de Santo Idelfonso entre Portugal e Espanha a proposição portuguesa de ter como limites a cordilheira de Pacaraima, acordada anteriormente em 1750 passa a valer, não tendo sido aceita a proposta espanhola de manter as localidades implantadas no Rio Uraricoera, encerrando assim esta longa disputa fronteiriça. (AMODIO, 1995).

4 - A definição das fronteiras

A partir de 1843 iniciou-se a discussão relativa à fronteira do Brasil com a então Guiana Inglesa, onde a Inglaterra pretendia a anexação de extensa área compreendida pelas bacias dos rios Pirara, Maú e Cotingo. O império brasileiro concordou em neutralizar a região contestada e em 1901, Joaquim Nabuco negociou com os ingleses uma solução através do arbítrio internacional. Em 1904 o rei italiano Vitor Emmanuel III arbitrou para o Brasil 13 550 Km² e para a Inglaterra 19 630 Km². Esta decisão foi ratificada em 1926 pelo “Acordo de Londres”.

Quanto às fronteiras do Brasil com a Venezuela, diversas tentativas foram feitas para a sua demarcação. A primeira foi entre 1879 a 1884, quando o Tenente Coronel Francisco Lopes de Araújo, “Barão de Parima” iniciou o processo, mas as condições insalubres das áreas atravessadas fizeram com que a missão fracassasse. Em 1912 foi retomada a questão com a montagem de comissão mista Brasil – Venezuela, que também não conseguiu complementar o trabalho com sucesso.

No fim da década de 30 o Comandante Dias Brás de Aguiar, em nova comissão mista Brasil – Venezuela delimita a fronteira, ainda que de uma forma muito rudimentar, mas define pela primeira vez o ponto extremo do Brasil localizado na Serra do Caburá (AGUIAR, 1943). A partir de trabalhos após a década de 70, através da Comissão de Fronteiras é que começam a ser adensado os marcos fronteiriços

definindo-se melhor os limites do Brasil com a Venezuela, principalmente na região das serras Parima e Pacaraima, palco de muitos desentendimentos entre autoridades dos dois países principalmente devido ao garimpo clandestino da área e possíveis massacres de indígenas. Na década de 90 a CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais executou um exaustivo trabalho de campo, aerofotogrametria e posicionamento por satélites que gerou como produto um mapa realista da atual linha de fronteira entre estes dois países, sendo que o ajuste fronteiriço ficou por volta de 4 000 quilômetros a favor da Venezuela.

Temos ainda dois fatos curiosos relativos a conquistas territoriais na região guianense que caíram no esquecimento da maior parte das pessoas. Um é relativo a uma expedição realizada pelo regime nazista de Adolf Hitler entre 1935 e 1937 à Amazônia Brasileira, mais precisamente ao Rio Jarí no Amapá, descritas no livro escrito pelo geólogo e piloto Otto Schultz-Kampfenker em 1938 com o título “Mistérios do inferno da mata virgem”. A expedição compunha-se um numero expressivo de militares e cientistas, acompanhados por 11 toneladas de suprimentos e munição para 5000 tiros, além de últimas tecnologia em comunicação e orientação geográfica, hidroavião e diversos barcos, tendo gerado 2500 fotografias, 2700 metros de filmes 35 mm., de mais de 1000 animais de diferentes espécies coletados, além de 1500 artefatos indígenas. O objetivo principal era o de fornecer ao 3º Reich informações militares e estratégicas para uma futura invasão, via Brasil, até então simpatizante do Eixo, das guianas inglesa, holandesa e francesa, pertencentes a países que estavam combatendo a Alemanha nazista. Desta ocupação teria dois objetivos principais: um geopolítico estratégico visando a instalação de bases aéreas e navais tornando mais fácil a realização dos planos expansionistas da Alemanha; e outro econômico já que as guianas tinham e ainda tem um potencial mineral que ajudaria bastante no esforço de guerra alemão. Após uma série de acidentes e mortes por doenças tropicais a expedição retornou à Alemanha, ocasião em que o apoio brasileiro não mais existia devido termos declarado guerra ao eixo.(ZALIS, 2012)

Outro fato curioso de tentativa de expansão territorial na região guianense ocorreu em 1961 durante o governo do Presidente Jânio Quadros que preparou um plano secreto para a invasão e conseqüente anexação brasileira da Guiana Francesa. A operação chegou a entrar em fase de treinamento militar, mas foi abortada pela inesperada renúncia do Presidente. *Quadros chegou a convocar, para uma audiência secreta em Brasília, o governador do Amapá, Moura Cavalcanti, quando se acertou que a anexação da Guiana Francesa começaria com uma visita de Jânio Quadros à Amazônia.*

O presidente além de suas idéias de expansão geopolítica brasileira também queria evitar a

saída de minérios do território brasileiro que na época eram carregados para a Guiana Francesa.

5 - Disputas fronteiriças atuais

5.1 - Guyana x Venezuela

Esta disputa territorial secular existe desde os tempos em que a atual Guyana era uma colônia britânica, e ainda não foi resolvida na atualidade. A Venezuela reclama da Guiana a região de Essequibo, a qual corresponde a praticamente dois terços do atual território guianense que equivale a aproximadamente 160 mil km².

Em 18 de junho de 1970, foi assinado o protocolo Port of Spain entre Guyana e Venezuela, congelando a reclamação venezuelana por 12 anos. Dentro das linhas do Protocolo, a Venezuela não reacendeu mais suas pretensões sobre a região do Essequibo, embora movimentos nacionalistas, tanto militares como civis, sempre estiveram ativos. Após assinatura desse protocolo, as relações entre os dois países vêm melhorando.

Esse ambiente de paz foi somente quebrado em 2007, quando militares venezuelanos bombardearam duas dragas utilizadas para garimpagem de ouro, no lado guianense do rio Cuyuni. O caso teve ampla repercussão na opinião pública guianense, apesar de as declarações oficiais terem indicado que o episódio não tinha nenhuma relação com a questão do Essequibo.

5.2 - Guyana x Suriname

A Guyana disputa com o Suriname território nas cercanias do rio Corentyne e áreas próximas a “Neiuw Nickerie”. A área é denominada de Triângulo do New River e tem cerca de 15.000 quilômetros quadrados de floresta intocada que chega quase a 10% do território do Suriname, localizada no sul da Guiana, entre os rios New e Courantyne.

Esta área é reivindicada desde o século XVIII por ingleses e holandeses, região rica em diamantes e ouro, na qual vivem os Marrons, mestiços de negros e indígenas. A Guyana invoca sobre esta região o princípio do *uti possidetis*, já que alega o domínio efetivo daquele território há mais de 150 anos. Por ser uma área de difícil acesso, onde nenhum dos dois países tem domínio físico territorial, estando o litígio em compasso de espera.

Existiu até recentemente entre a Guyana e Suriname um grande litígio por áreas marítimas na plataforma continental, potenciais campos de petróleo, onde a

marinha surinamense chegou a expulsar canadenses que estavam trabalhando para o governo guianense realizando prospecção de petróleo nessas águas. Houve julgamento em Washington em setembro de 2007 pelo Tribunal Internacional do Direito do Mar que decidiu através de sentença arbitral favorável à Guiana, que obteve direitos sobre a maior parte da zona em litígio (PROCÓPIO, 2007).

5.3 - Suriname x Guiana Francesa

A disputa territorial em torno dos rios Litani e Marouini ou Maroni que ocorre entre Suriname e a Região Administrativa da Guiana Francesa tem evidentemente um caráter mais econômico do que histórico. A região em litígio é rica em bauxita, ouro, diamante e recursos hidroelétricos.

A fronteira entre os dois estados foi fixada no rio Maroni Marouini ou pelo Tratado de Utrecht de 1713 quando ainda o Suriname era então uma colônia holandesa. Uma arbitragem de Alexandre III da Rússia em 1891 precisou o limite, que deve ser entendido como seguindo o rio Lawa a montante da confluência com o rio Tapanahoni.

Esta arbitragem não reconciliou as duas posições, com a França a estimar que o rio Litani constitui o curso superior do Lawa, e a Holanda, depois o Suriname afirmarem que é constituído pelo rio Marouini. Subsiste então uma zona de aproximadamente 6000 km² na prática controlada pela França mais reivindicada pelo Suriname, entre os rios Litani e Marouini.

6 - Políticas públicas brasileiras de interesse transfronteiriço:

6.1 - O Projeto Calha Norte

O Projeto Calha Norte é um programa de desenvolvimento e defesa da Região Norte do Brasil idealizado em 1985 durante o governo Sarney, já previa a ocupação militar de uma faixa do território nacional situada ao Norte da Calha do Rio Solimões e do Rio Amazonas. Atualmente, é subordinado ao Ministério da Defesa do Brasil, sendo implementado pelas Forças Armadas.

Considerando-se somente a calha Norte do Rio Amazonas o projeto abrange 160 quilômetros de largura ao longo de 6,5 mil quilômetros de fronteiras com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia, essa faixa abriga quase 2 milhões de pessoas e ocupa 1,2 milhão de km², uma área correspondente a um quar-

to da Amazônia Legal e a quase 15% da área total do país. O Programa, atualmente, atende a 194 municípios em seis estados, sendo que destes, 95 municípios ficam em área de fronteira.

O Programa Calha Norte (PCN) tem como objetivo principal a manutenção da soberania na Amazônia e contribuir para a promoção do seu desenvolvimento ordenado, aumentando a presença do poder público na sua área de atuação e contribuindo para a Defesa Nacional.

São duas dimensões de atuação do PCN: a “vertente militar”, que corresponde à “Manutenção da Soberania e Integridade Territorial”, e a “vertente civil”, que corresponde ao “Apoio às Ações de Governo na Promoção do Desenvolvimento Regional”.

6.2 - O projeto SIVAM/SIPAM

O Sistema de Vigilância da Amazônia ou SIVAM é um projeto elaborado pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia. Conta com uma parte civil, o Sistema de Proteção da Amazônia, ou SIPAM, e teve um custo final de US\$ 1,4 bilhão, o maior investimento individual na área de defesa feito pelo Brasil nos anos 1990. Este projeto atende um antigo anseio das forças armadas que desejavam garantir a presença das forças armadas brasileira na Amazônia, com a finalidade de fazer frente a manifestações de líderes internacionais contra os direitos do povo brasileiro sobre esta região. Os sucessivos projetos de internacionalização da Amazônia fortaleceram esta percepção de ameaça sobre a soberania territorial da Amazônia Brasileira.

As Forças Armadas, juntamente com pesquisadores civis da região Amazônica planejaram a construção de uma ampla infra-estrutura de apoio à vigilância aérea e comunicação na região amazônica, fazendo parte desta infra-estrutura a integração com o satélite brasileiro de sensoriamento remoto, que permite fiscalizar o desmatamento na Amazônia.

Atualmente alguns países fronteiriços da Amazônia demonstraram interesse em participar de projetos conjuntos com o SIPAM visando a cobertura de seus territórios, destacando-se o Suriname e a Colômbia.

6.3 - Tratado de Cooperação Amazônica - TCA

O Tratado de Cooperação Amazônica celebrado em Brasília, Brasil, 1978, pelos oito países da Amazônia Internacional: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru,

Suriname e Venezuela, é um instrumento jurídico de natureza técnica que tem por objetivo promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica, de maneira a permitir a elevação do nível de vida dos povos daqueles países, a plena integração da região amazônica às suas respectivas economias nacionais, a troca de experiências quanto ao desenvolvimento regional e o crescimento econômico com preservação do meio-ambiente.

Para tanto, o tratado prevê a cooperação entre os membros para a promoção da pesquisa científica e tecnológica, a utilização racional dos recursos naturais, a criação de uma infra-estrutura de transportes e comunicações, o fomento do comércio entre populações limítrofes e a preservação de bens culturais.

Em 1995, os Ministros do Exterior dos países-membros, reunidos em Lima, Peru, acordaram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de modo a fortalecer institucionalmente o TCA e dar-lhe personalidade internacional. A emenda ao tratado foi aprovada em Caracas, Venezuela, em 1998, permitindo o estabelecimento da Secretaria Permanente da OTCA em Brasília que coordena diversas câmaras de discussão de problemas amazônicos das quais podem ser destacadas: Assuntos indígenas, Ciência, Tecnologia e Educação, Meio Ambiente, Saúde, Transporte, Turismo e Comunicação.

6.4 - Projeto RadamBrasil

O Projeto RadamBrasil, executado entre 1970 e 1985, foi dedicado à cobertura de diversas regiões do território brasileiro (em especial a Amazônia) por imagens aéreas de radar, captadas por avião.

O uso do radar permitiu colher imagens da superfície, sob a densa cobertura de nuvens e florestas. Com base na interpretação dessas imagens, foi realizado um amplo estudo integrado do meio físico e biótico das regiões abrangidas pelo projeto, que inclui textos analíticos e mapas temáticos sobre geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra e capacidade de uso dos recursos naturais renováveis, que até hoje é utilizado como referência nas propostas de zoneamento ecológico da Amazônia brasileira e serve de modelo para os países fronteiriços.

6.5 - Projeto Arco Norte:

O Arco Norte corresponde à faixa de Fronteira dos estados de Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Amapá, Pará com países vizinhos, ou seja, o arco que envolve a Bacia Amazônica brasileira, tendo como limites a Guiana Francesa, Su-

riname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, O interesse do governo federal, é o de estimular maior articulação com os vizinhos sul-americanos, tornando estratégico o estudo dos elementos geográficos da faixa de fronteira, particularmente do Arco Norte, que se inicia em Manaus, Amazonas continuando pela rodovia BR-174 que liga Manaus à região do Caribe, bifurcando em Boa Vista, Roraima para a rodovia BR-401 até Bonfim e sua ligação com a futura rodovia ligando Lethen a Georgetown na Guyana dará continuidade à conexão internacional que passará por Paramaribo, no Suriname, Caiena na Guiana Francesa e fechando o arco em Macapá, Estado do Amapá.

6.6 - Macrozee da Amazônia:

O Macro ZEE da Amazônia é um instrumento fundamental de planejamento e gestão ambiental e territorial estabelecido na Política Nacional do Meio Ambiente e consolidado pelo Decreto Federal nº.7378 de 01 de dezembro de 2010. A principal proposta é promover a transição do padrão econômico atual para um modelo de desenvolvimento sustentável na região, capaz de contemplar as diferentes realidades e prioridades de territórios da Amazônia.

O Ministério do Meio Ambiente coordenou grupo de estudos composto pelos representantes de todos os ministérios e dos estados amazônicos que gerou documento dividindo a região em 10 macrozonas para as quais foram definidas macro estratégias de desenvolvimento e proteção ambiental. O Estado de Roraima foi dividido em duas macrozonas: uma pequena porção no Sul e Sudoeste do Estado, nas áreas cobertas por floresta amazônica e abrangendo na sua maior parte terras indígenas, macrozona esta denominada de Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas. A outra macrozona, que abrange a maior parte do Estado foi denominada de Fortalecimento do corredor de integração Amazônia Caribe, valorizando a importância do estado como corredor estratégico para a ligação de toda a Amazônia Ocidental ao Caribe. Foram estabelecidas as seguintes estratégias gerais para esta macrozona: organização do pólo agropecuário, madeireiro e de ecoturismo da fronteira Norte Caribenha, com a consolidação do corredor Manaus – Boa Vista – Caribe (Venezuela e Guyana) através dos eixos das BRs 174 e 401, mostrando nitidamente a importância de Roraima na integração transfronteiriça por meio de ações de incentivo ao turismo no norte de Roraima, onde está a Terra Indígena Raposa-Serra do Sol e o Parque Nacional do Monte Roraima; Sítio arqueológico da Pedra

Pintada. O item também inclui as áreas de livre comércio, ZPE Boa Vista e Porto Seco em Boa Vista com incentivos à produção com a promoção da infra-estrutura de processamento, armazenamento e escoamento.

6.7 - Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de Roraima

O ZEE em Roraima teve o seu processo iniciado em 1992, com o treinamento de equipe técnica e implantação do primeiro laboratório de geotecnologia e sensoriamento remoto a ser instalado no Estado. Como primeiro resultado desta iniciativa foi elaborado em 1994 o ZEE para o vale do Rio Cotingo, no Norte-Nordeste do Estado na escala 1:250 000, sendo o primeiro estudo nesta escala na região amazônica e com o critério inédito de ordenamento territorial por bacia hidrográfica.(AGOSTINHO -2001).

Em 2000 foi realizado para o Estado pelo Consórcio Ecologus /AGRAR/ Chemonics International, o Plano de Desenvolvimento Ambientamente Sustentável da Área de Influência da BR-174.

Em 1997, a CPRM – Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais juntamente com a CVG, elaborou o Projeto conjunto Brasil Venezuela para o ZEE e Ordenamento Territorial da Região Fronteiriça entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

O ZEE de Roraima, após um período de paralisação por mudanças de governo foi reiniciado em 1999 através de um convênio com a CPRM, com o objetivo de realizar o ZEE da área central do Estado contemplando aproximadamente 32 % de seu território. O referido estudo foi concluído em 2002, mas não implementado.

Em 20 de dezembro de 2005, foi instituído o Comitê Gestor do Programa de Geotecnologia, Cartografia e Ordenamento Territorial do Estado de Roraima e o Grupo de Trabalho Permanente para a elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico, composto pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, responsável pela coordenação, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Infra-Estrutura, Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima e Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. Este Comitê tem como responsabilidade a conclusão do ZEE para o Estado, tendo como suporte técnico o Centro de Geotecnologia, Cartografia e Ordenamento Territorial.

7 - A importância geopolítica de Roraima no contexto transfronteiriço

Roraima possui, ao contrário da maior parte dos Estados brasileiros, e até dentro da Região Amazônica, uma matriz geopolítica mais voltada para fora do País do que para o seu interior, devido à proximidade com a Venezuela e Guayana, e também às dificuldades de transporte tanto terrestre, hidroviário como aéreo para o resto do Brasil.

Boa Vista está aproximadamente a 400 km do porto fluvial de Linden, 600 km do porto livre marítimo de Georgetown e menos de 700 km do futuro porto de águas profundas de Barbice, todos localizados na República Cooperativista da Guayana, necessitando para ter-se acesso permanente a estes portos a conclusão da malha rodoviária guianense, já que temos mais de 150 km asfaltados no lado brasileiro (BR-401), além da ponte internacional sobre o Rio Tacutu, ligando Bonfim no Brasil com Lethen na Guayana.

Esta ligação é de importância vital para a ligação de toda a Amazônia Ocidental com o Atlântico e daí para a Europa, Estados Unidos e Ásia. Além disto, a Guayana faz parte e é sede do CARICON, bloco econômico que envolve praticamente todos os países do Caribe e tem proteções comerciais e tarifárias dos Estados Unidos. A Guayana está se interligando com um novo cabo submarino internacional para transmissão da Internet e poderá trazer uma derivação para Manaus, passando por Roraima e melhorando nossas comunicações da web banda larga.

Da mesma forma a capital do Estado está a 200 km de Santa Elena do Uairén, no Sul da Venezuela, ligação através de rodovia asfaltada. O porto marítimo venezuelano de Puerto La Cruz dista menos de 1.500 km, enquanto que o porto fluvial de Puerto Ordaz fica a somente 650 km de Boa Vista, também por asfalto. Com o recente ingresso da Venezuela no Mercosul, Roraima será o elo entre os mercados do resto do Brasil e dos países platinos. A interconexão da Venezuela com os países do Pacto Andino ajudará a fechar o imenso ciclo comercial da América do Sul. Outro projeto em gestação é o do polduto (petróleo e gás) que a Venezuela pretende construir ligando seus campos de hidrocarbonetos com o cone Sul da América do Sul.

O Estado de Roraima limita-se por aproximadamente 958 km com a Venezuela ao Norte e Oeste; 964 km com a República Cooperativista da Guayana a Leste e Nordeste; com o Estado do Amazonas ao Sul e Sudeste e com o Estado do Pará a Sudeste. Possui atualmente uma área total de 225.017 km² (IBGE) tendendo haver

uma redução para 219.000 km² devido ajustes na linha de fronteira com a Venezuela na área da Serra do Parima. Boa Vista liga-se a Manaus através da BR-174, rodovia já asfaltada, a uma distância de menos de 750 km, a partir da capital de Roraima.

Também é de grande importância estratégica da rodovia BR 210 (Perimetral Norte) que possui boa trafegabilidade em mais de 200 km de Novo Paraíso (BR-174) até Entre Rios, no Sul do Estado. A rodovia passa relativamente próximo do Sul da área de disputa entre Venezuela e Guiana e também de outra área litigiosa entre o Suriname e Guiana (Coureyne New) muito rica em ouro, diamante e bauxita. Esta Rodovia, sendo estendida em aproximadamente 400 km poderá ligar-se ao Porto Trombetas no rio de mesmo nome (Porto da Companhia Vale do Rio Doce), dando uma melhor alternativa para esta área que considerada pelo Projeto RADAMBRA-SIL na década de 60 como uma grande província mineral (AGOSTINHO, 2001; 2010).

Outro grande potencial de Roraima, que é poderia se compartilhado com a Venezuela e Guiana, é a atividade turística, atualmente pouco explorado no Estado, ao contrário da Venezuela que tem nesta atividade uma importante fonte de renda e a Guiana que começa a despontar neste setor. A extensão e ampliação dos roteiros já existentes e a troca de experiências acumuladas poderão alavancar o turismo transfronteiriço.

A matriz energética regional poderá potencializar-se com as relações interfronteiriças, interligando-se com futuras hidrelétricas de grande porte tais como as previstas para a Guiana: Amália com 165 MW e Alto Mazaruni: com 800 MW, esta com promessa de financiamento brasileiro; as expansões do potencial hidrelétrico da Venezuela no Rio Caroni e outros afluentes do Orinoco; o projeto das hidrelétricas no Rio Cotingo com 800 MW, nos Rios Maú e Uraricoera com potencial a ser ainda avaliado; e somando-se a tudo isto temos o linhão de Guri proveniente da hidrelétrica Macagua IV com contrato de 200 MW para o Brasil e fechando todo este circuito teremos o linhão de Tucuruí que já chegou a Manaus e está em caminho para Roraima, bem como as futuras interligações com as hidrelétricas que estão em fase de construção nos rios Madeira, Xingu e Tapajós.

Além disto, podemos pensar no aproveitamento comercial na própria região do petróleo e gás da bacia sedimentar do Tacutu, com ocorrências já confirmadas na Guiana a poucos quilômetros da fronteira com o Brasil, nos fortes indícios estudados pela Petrobrás na região do Tucano / Serra da Lua em Roraima e nas recentes descobertas de petróleo na plataforma continental da Guiana na fronteira com o Suriname, origem inclusive de pendência de limites já resolvida entre estes dois países.

A Guiana comprovadamente tem petróleo, não só no mar, mas também no interior, onde a empresa de exploração de petróleo Groundstar aposta nas regiões dos rios Karanambo, Rewa e Pirara. Nesta região junto à fronteira brasileira já houve produção de petróleo em 1982 em Karanambo de 409 barris de óleo/dia.

Sob o ponto de vista estratégico - militar, a posição do Estado de Roraima é decisiva em termos de potenciais conflitos de âmbito regional. Como exemplo ilustrativo é o da área litigiosa entre a Venezuela e Guiana, na Região do Essequibo, onde no início da década de 60 a Venezuela solicitou para o General Euclides Figueiredo, comandante do Comando Militar da Amazônia por duas vezes a utilização do território brasileiro (BV8 - Surumú - Contão - Normandia) para passagem de tropas blindadas. Este pedido visava a invasão da referida área da Guiana, tendo na época a negativa do Governo Brasileiro. (Revista Veja 12/4/1963). Este caminho seria obrigatório para tal tipo de operação em função à grande barreira de montanhas e selva densa existente na fronteira Sul da Venezuela com a Guiana, e também devido à inacessibilidade de desembarque de equipamentos pesados na costa guianense, composta quase que basicamente por largos estuários (rios Kaituma, Waini e Essequibo) com uma extensa área de manguezais e alagadiços, além de importante base aeronaval com um futuro projeto de instalações para lançamento de foguetes com colaboração norte americana na foz do Rio Essequibo.

Em 1969 tivemos a Revolta do Rupununi, no Sul da Guiana, um movimento armado preparado por fazendeiros com objetivo de criar um novo país na região, e que a Venezuela pretendia com isto a recuperação territorial da denominada “Zona en Reclamación”, os revoltosos foram apoiados clandestinamente pela Venezuela, que forneceu armamentos possivelmente descartados da fracassada invasão da Baía dos Porcos em 1961 e adquiridos no mercado negro de armamentos.

A Revolta contou com a participação criadores de gado do Rupununi, sendo que depois de dois dias de iniciado o movimento, devido à violenta reação do governo guianense, alguns fazendeiros, acompanhados por um grupo de índios, retiraram-se para a Venezuela na condição de exilados, outros foram capturados pela Guyana Defense Force, chamada por Forbes Burnhan, presidente da Guiana à época, para sufocar o movimento armado, e alguns poucos fugiram para o Brasil onde o Exército capturou em território nacional junto à fronteira com a Guyana diversas armas, munições e veículos utilizados pelos revoltosos além de um pequeno avião repleto de armamentos.

A preparação, a organização, o desfecho e o fracasso do movimento explicam relações políticas e sociais tensas entre a Venezuela e a Guiana, fazendeiros e índios,

bem como revelam disputas étnicas conseqüentes da colonização britânica no país (SILVA, 2006).

Em setembro de 1993, notícias de movimentos de tropas americanas na fronteira Brasil – Guayana próximo às corredeiras do Ourindaque detectados por aviões brasileiros que atendiam a garimpos na região (SIMÕES, 1993), complementadas por informes da área de inteligência, do Centro de Informações do Exército - CIE e pela embaixada brasileira em Georgetown, descobriu-se que o Comando Sul dos EUA estava prestes a realizar - sem prévio aviso ao Brasil, uma manobra com 600 homens na Guayana, perto da fronteira, entre as corredeiras de Ourindaque no Rio Maú na região de Uiramutã, e a Serra Cuano-Cuano, defronte Bonfim, o que gerou por parte do Brasil a montagem e a deflagração de uma grande operação militar denominada Operação Surumú, tendo como Chefe do Comando Militar da Amazônia (CMA), o general de Exército José Sampaio Maia – ex-comandante do CIGS em Manaus, e o general de Brigada Luíz Alberto Fragoso Peret Antunes.

Os rios Maú, Tacutu e Uraricoera enxamearam de “voadeiras” cheias de soldados. Aviões de caça fizeram dezenas de vôos rasantes nas fronteiras do Norte. O Exército também participou com a sua aviação de helicópteros, que contou com 350 homens do 1º, 2º e 3º esquadrões, trazendo 15 Pantera (HM-1) e 4 Esquilos, que fizeram um total de 750 horas de vôo. Vieram também cerca de 150 pára-quedistas militares e gente treinada em guerra na selva.

A Marinha e a Força Aérea contribuíram com um número não declarado de homens, navios e aeronaves. O Exército desencadeou a Operação Surumu em parceria com a FAB, despejando e entrenchando 5.300 pára-quedistas e homens das forças especiais em Roraima, ao mesmo tempo em que o espaço aéreo fronteiriço era percorrido por dezenas de vôos de patrulha. Para demonstrar ao adversário a capacidade nacional de levar todo esse dispositivo militar a Roraima em tempo recorde, três aviões da Varig e da Vasp foram requisitados no transporte de um terço da tropa. Desta forma, a Operação Surumu pôde coincidir com a presença das forças americanas a 300 km dali, sem nenhum atraso (CRUZ; MATHIAS, 2009).

Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, Jaime. *Contribuição para a discussão de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Estado de Roraima*, 400 f. – Tese (Doutorado em Ciências) –FFCLH –USP – São Paulo, 2001 (Disponível no site www.ecoamazonia.org.br) acesso em 12 nov.2012.

_____. Projeto para um Estado de Roraima sustentável – in *AMAZÔNIA: Dinâmica do Carbono e impactos socioeconômicos e ambientais* – Boa Vista RR, Editora UFRR, 2010, p.339-350.

AGUIAR, Braz Dias de. *Nas fronteiras da Venezuela e Guianas Britânica e Neerlandesa*, Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – 1ª Divisão 1930 a 1940 Congresso Brasileiro de Geografia, 9, Separata dos Anais – Serviço gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1943, 182 p.

AMODIO, Emanuelle. El dorado ilustrado: las expediciones españolas al Parimé

(Guayana) – 1770 – 1777 *Revista de Índias*, Madrid – Espanha, v.55, p.67-100, janeiro-abril 1995.

AMOROSO, Marta Rosa; FARAGE, Nádia (Org.) *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII – Documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira*. – Capítulo: Diário do Rio Branco, São Paulo, NHII/USP – FAPESP – 1994.

BALDWIN, Richard. *The Rupununi Record* — Barbados, B.W.I., The Barbados Advocate Company Limited, 1946.

BARATA, Francisco José Ribeiro. *Diário da viagem ao Surinam – 1790*, Congresso Brasileiro de Geografia, 10, Belém, Gráfica Revista da Veterinária, 1944.

BERRIO, Antonio – “Carta al Rey de España”(1585), In Pablo Oier, *La Formación del Oriente venezolano*, Caracas, Ed. UCAB, Venezuela, 1966.

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos; MATHIAS, Suzeley Kalil, *Desafios dos serviços de inteligência das forças armadas: A projeção de cenários como subsídios à capacidade de pronta resposta e à estimativa dos prazos críticos de mobilização* – Franca, 2009, Disponível em :

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty Jane. *Archaeological Investigations in British Guiana*. Washington D.C,197, Bureau of American Ethnology, 197, Smithsonian Institution, 1960.

FEHLBERG, Carlos. *Jânio queria invadir a Guiana Francesa: chegou a dar ordem antes da renúncia*. Portal qualidade com., disponível em:

<http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=760254> acesso em 12 nov. 2012.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, v.48(1):1-234; 1886, 49(1)123-288; 1887, 50(2): 11-141; 1888, 51(1):5-166, 1888 a 1888.

MORAES NETO, Geneton. *Delírios no planalto central do Brasil : o dia em que um presidente brasileiro quis anexar um vizinho!*, Portal G1, Globo com., disponível em:

<http://g1.globo.com/platb/geneton/2010/02/22/delirios-do-poder-o-dia-em-que-um-presidente-brasileiro-quis-anexar-um-pais-vizinho/> acesso em 15 nov.2012.

LOBO D’ALMADA, Manoel da Gama. *Descrição relativa ao Rio Branco e seu território – 1787*, Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil, Rio de Janeiro, Vol XXIV: 617-673, 1861.

MANGAR, Tota C. Guiana: história e desenvolvimento econômico, Diplomacia, Estratégia e Política, Brasília, n.10, p. 149-61, out./dez. 2009.

MANN, Charles C. – 1493 – Como o intercâmbio entre o novo e o velho mundo moldou os dias de hoje , Campinas SP, Verus Editora, 2012.

RALEIGH, Sir Walter – El descubrimiento del grande, rico y bello império de guayana – 1596 Tradução de Antonio Requena Juvenal Herrera , Caracas, Venezuela, 1986.

REZENDE, Tadeo Valdir Freitas de – A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras, (Tese de doutorado em Ciências), FFLCH.USP, São Paulo, 2006, disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-16072007-123916/pt-br.php> acesso em 12 nov. 2012.

RIO BRANCO, Barão – Questões de limites Guiana Britânica, In Vol.II, Obras completas do Barão don Rio Branco, Rio de Janeiro, Ministério de Relações Exteriores, 1945.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de – As viagens do Ouvidor Sampaio (1744 – 1745) – Fac símile de documento editado pela Typographia da Academia com licença de S.Magestade, Lisboa 1825, Manaus, Associação Comercial do Amazonas, Fundo Editorial , 1985, 143 p.

SENNA, Ricardo Franco. Documento oficial sobre o Rio Branco ou Parima – 1780 – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.6,n.21, p.84-90, 1844.

STRADELLI, Ermanno. Rio Branco, Roma, Bollettino della Societa Geografica Italiana, março-abril 1889, 36 p.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de – Os Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos de Relações Internacionais. Simpósio Nacional de História, 25, Anais ANPUH, São Paulo, julho, 2011.

PLEW, Mark G. – A note on a radiocarbon date for the Rupununi phase, Southern Guyana. Ocasional papers of the Caribbean Amerindian Centrelink, Idaho, USA, v.7, n.1, 2007.

PROCÓPIO, Argemiro - A Amazônia Caribenha. Ver. Bras. Polít. Int. Brasília, 50(2), p.97-117, 2007.

REIS, Arthur César Ferreira. Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. In A fronteira com as colônias espanholas, Rio de Janeiro, v.2, Imprensa Nacional, 1948.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível (Tese de Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH UNICAMP, Campinas, 2006.

SIMÕES, Izidro. 1993 – “Operação Surumu” - O dia em que o Brasil quase entrou em guerra em Roraima, disponível em: <http://oberrodaformiga.blogspot.com.br/2008/09/1993-operao-surumu-o-dia-em-que-o.html>, acesso em 12 jan 2010.

THOMPSON, Alvin O. Colonialism and Underdevelopment in Guyana 1580-1803 Bridgetown, Barbados, Carib Research & Publications Inc., 1987.

VIANA, Hélio. História das fronteiras do Brasil, Biblioteca Militar, v.132 e 133, Rio de Janeiro, 1948.

ZALIS, Pieter. Nazistas na Amazônia. Super Interessante, ed.302, São Paulo, Editora Abril, 2012, p.56-61.

O CURRÍCULO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Introdução

Considerando as relações dos saberes na formação de professores, relacionamos sempre tal atividade aos processos cognitivos como: observação, compreensão, interpretação, análise e a criação intelectual. Também podemos relacionar aos saberes científicos, disciplinares, curriculares, conhecimentos técnicos e de ação que os professores adquirem na formação e ao longo da caminhada profissional.

No contexto histórico, os saberes docentes relacionados aos conhecimentos da Pedagogia, da Didática e do Ensino são saberes que compõem a identidade, a experiência e a sua história profissional com as suas relações com os alunos em sala de aula. Esses elementos constituem no processo de concepção do conhecimento tanto em relação ao ensino quanto em relação à aprendizagem.

Podemos dizer que nesse processo de formação de professores, tanto o saber do formador quanto o saber dos formandos, é um saber social que, segundo Tardif (2007) é partilhado por todos os agentes que possuem uma formação comum. As relações de trabalho são postas através de representações ou práticas desses agentes que são sujeitos por causa da estrutura coletiva de seu trabalho. Ou seja, por mais diferenciado que seja um programa, ou matéria, ganham sentido, quando disposto em relação a essa situação coletiva de trabalho, reforça Tardif (2007).

Outro aspecto importante a considerar na formação da identidade profissional docente, é sobre como legitimar seu saber social através de agências formadoras. Devemos ser criteriosos quanto a definição e utilização desses meios de formação:

* Licenciada em Pedagogia, Mestranda em Educação em Ciências na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia, pela UEA. janeceleymartins@gmail.com

** Licenciada em Pedagogia, Doutora em Educação pela UFPB, professora no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia na UEA. lucinetegadelha@gmail.com

universidades, grupos científicos, pós-graduação, instância de atestação e de aprovação das competências, etc. Nesse sentido, o que um “professor deve saber ensinar” não constitui, acima de tudo, um problema cognitivo ou epistemológico, mais uma questão social, tal como mostra a história da profissão docente (NÓVOA, 1995; LESSARD & TARDIF, 2005).

Entretanto, seguindo o raciocínio desse autor, o que um professor sabe depende daquilo que ele não sabe, ou daquilo que os outros sabem em seu lugar ou em seu nome. Ou até mesmo dos saberes que os outros lhe opõem ou lhe atribuem Tardif (2007). Dessa forma, construiremos nossa identidade profissional, através dos saberes já instituídos pela ciência, onde poderemos ter base para dar forma a outros novos saberes.

Podemos ressaltar nesse processo de formação a forma como os objetos se relacionam com os sujeitos. Ambos são sociais e suas práticas são sociais. No processo de formação o professor não forma apenas um “objeto”, ele forma sujeitos em função de sua formação docente, ou seja, é o conhecimento e o reconhecimento dos papéis recíprocos que se manifesta nas relações complexas entre professor formador e professor em formação.

Nesse sentido, Tardif (2007, p. 13) nos mostra:

[...] a história das disciplinas escolares, a história dos programas escolares, e a história das idéias e das práticas pedagógicas, o que os professores nos ensinam (os saberes a serem ensinados) e sua maneira de ensinar (“o saber ensinar”) evoluem com o tempo e suas mudanças sociais. No tempo da Pedagogia, o que era “verdadeiro”, “útil” e “bom” ontem já não o é mais hoje. Desse ponto de vista, o saber dos professores (tanto os saberes a serem ensinados quanto o saber-ensinar) está assentado naquilo que Bourdieu chama de arbitrário cultural: ele não se baseia em nenhuma ciência, em nenhuma lógica, em nenhuma lógica, em nenhuma evidência natural. Noutras Palavras, a Pedagogia, a Didática, a Aprendizagem, e o Ensino são construções sociais cujos conteúdos, formas e modalidades dependem eminentemente da história de uma sociedade, de sua cultura legítima e de suas culturas (técnicas, humanistas, científicas, populares, etc.) e de seus poderes e contrapoderes, das hierarquias que predominam na educação formal e informal, etc.

Diante desses aspectos, o que devemos considerar dos saberes docentes no processo de formação dos professores, é sua natureza social e como ela se constitui na prática profissional. Para Marx (1978), não se trata apenas de aprender uma profissão, mas de compreender o processo de organização do trabalho. O ensino e o trabalho constituem-se na maneira de sair da alienação crescente, reunificando o homem com a sociedade.

Outro princípio importante a ser considerado na formação de professores, diz respeito ao *descarte da teoria* e da *racionalidade* que desqualifica os conhecimentos clás-

sicos e universais e em concepções negativas sobre o ato de ensinar Moraes (2001) e Duarte (1998).

O que esses autores referem-se a esses termos, é a respeito do esvaziamento teórico presentes em diferentes níveis da educação escolar, confirmando o irracionalismo cultural que é uma das marcas da pós-modernidade, ou seja, a construção dos saberes docentes que identifica a inteligibilidade do professor e de sua práxis, está cada vez mais negada em seu contexto profissional.

Ao refletirmos sobre *Formação de Professores* faz-se necessário rompermos com os paradigmas do tecnicismo pragmático o qual segundo Ghedin (2008) impõe uma razão técnica e um modelo epistemológico de conhecimento prático que negligencia o papel da interpretação teórica na compreensão da realidade e na prática formativa dos docentes impregnados nos currículos dos cursos.

Portanto, devemos transpor os modelos de alienação técnica do trabalho docente para uma dialética que compreenda, por meio do currículo, os saberes de sua ação social, indicando o movimento intelectual e científico do professor que deve conduzi-lo para uma práxis crítica e emancipatória.

Segundo Gadotti (2006, p.165), que nos diz sobre a luta por uma educação emancipatória:

Contra essa tendência dominante, caminha e se forma uma tendência popular inspirada numa concepção dialética. Ao mesmo tempo, a pesar da escola burocrática, o povo tem na luta sua sobrevivência a sua escola. O saber aí gerado não é um saber burocrático, batizado pelos exames, mas testado diariamente pelas suas próprias condições de vida. Educar-se, para ele, é assumir a consciência dessas suas condições, aliando o trabalho, a sobrevivência e a resistência.

O caminho que buscamos na reflexão no processo de formação de professores propõe novos modelos de cursos de licenciaturas que dispõe de currículos que desenvolvem um nível teórico e prático capaz de ver, perceber e atuar nesse processo, afirma Ghedin (2008).

Nesse sentido, o valor cultural, social e epistemológico dos saberes está na capacidade de renovação e transformação dos formadores de professores e professores em formação, estabelecidas por atividades cognitivas e científicas. A partir dessa forma de produção dos saberes, podemos reconhecê-lo como temporal que implica num processo histórico na aquisição da aprendizagem.

Tardif (2007, p.36), nos chama atenção quando reflete sobre formação no seguinte texto: Formações com base nos saberes e produção de saberes constituem, por conseguinte, dois pólos complementares e inseparáveis. Nesse sentido, e mesmo limitando sua relação com os saberes a uma função improdutiva de transmissão de conhecimentos, pode se admitir

se não de fato pelo menos em princípio, que o corpo docente tem uma função estrategicamente tão importante quanto a da comunidade científica e dos grupos produtores de saberes.

De acordo com essa relação, podemos perceber que os saberes não se reduzem em atividades de transmissão de conhecimentos já elaborados. A prática docente inter-relaciona diferentes saberes mantendo sempre diferentes relações promovido pela formação profissional de saberes disciplinares, saberes curriculares e saberes experienciais, conceituados por Tardif (2007).

Para este autor os *saberes disciplinares* são produzidos pelas ciências da educação e dos saberes pedagógicos Tardif (2007). Tais saberes são incorporados nas práticas docentes por meio da formação inicial e contínua dos professores. Esses saberes são construídos a partir do contato social e cultural do professor com as diversas áreas do conhecimento.

Os *saberes curriculares* imprimem os discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos programas que cada instituição organiza e define como cultura e modelos de formação Tardif (2007). Nesse sentido, escolas e professores se organizam sob a forma como irão desenvolver o processo de ensino/aprendizagem no contexto educacional.

Nessa perspectiva, os *saberes experienciais*, são construídos a partir de elementos baseados na prática do cotidiano escolar e do conhecimento de seu próprio meio Tardif (2007). São saberes incorporados às experiências individuais e coletivas a partir do saber fazer e do saber ser.

O esse processo de formar professores e de formação profissional, perpassa pelas condições de trabalho, pela valorização profissional, que envolve formação inicial e continuada, articulada, identitária e profissional Lima et al. (2006). Nessa lógica, podemos dizer que todo esse processo é o que reconhece a identidade do professor como um campo de conhecimento específico, configurados nos saberes aqui mencionados.

É nesse sentido que definimos desenvolver nossa pesquisa na formação inicial do professor que atuará em áreas de assentamentos, e partindo desse contexto de formação, compreender quais as concepções de currículo compostas no Projeto do Curso e nos saberes em construção experienciados em sala de aula, tanto pelos professores formadores, bem como, pelos professores em formação. Sendo assim, o objetivo geral da nossa pesquisa é analisar as concepções curriculares no processo na formação de professores no Curso de Pedagogia da Educação do Campo.

O Currículo no curso de Formação de Professores

Pensar em um currículo para o curso de Pedagogia implica, primeiramente, assumir algumas convicções sobre o objeto de tal formação, afirma Franco (2002). Devemos questionar de que pedagogos precisamos, e quais funções sociais esse profissional responderá a sociedade.

Tais convicções nos levam assumir uma perspectiva dialética de currículo, configurada em práticas sociais, culturais, incorporadas em seu objeto de conhecimento, respeitando o campo epistemológico da Pedagogia. Nesse sentido, tal proposta deverá buscar aspectos articuladores, em um processo constante de reflexão, avaliação e reconstrução de suas especificidades socioculturais.

De acordo com Franco (2002) *apud* Carr e Kemmis (1988),

[...] currículo e ensino são situações que estão sempre historicamente localizadas, pois são práticas sociais que possuem um imaneente caráter político, modificando os sujeitos que intervêm nas práticas e sendo estes por elas transformados. Assim, não cabe, conforme os autores, pretender do currículo uma perspectiva redutora, técnica, ou mesmo normativa, que não considere essa condições de sua dinâmica (FRANCO, 2002, p. 173).

O currículo deve possibilitar no processo de formação de professores, perspectivas de reflexão, indicando uma construção de conceitos numa condição emancipatória, sustentada na interação do papel fundamental do professor formador e em formação, onde a práxis se constrói na dinâmica entre o atuar e o refletir, entre a teoria e a prática.

Tal perspectiva nos mostra que o currículo tem sido desenvolvido nos cursos de formação, de acordo com o momento histórico que configura uma estratégia político-ideológica para o enfrentamento da crise capitalista. As exigências de qualificação e requalificação por meio dos cursos de formação de professores, nos moldes propostos nas ultimas décadas, vêm impondo às universidades uma frenética política de ajustes nos currículos para atender a demanda da totalidade, afirma Lima et al. (2006).

Esse discurso de qualificação, muitas vezes, implementado pelo neoliberalismo, é um indicador da reorientação social e de políticas de formação ao processo de “reestruturação produtiva”, conforme Lima et al. (2006), que ocorre nos discursos neoliberais como forma de regulação para consolidação de um mercado globalizado.

No entanto, é preciso repensarmos sobre a construção dos currículos que são propostos nos cursos de Pedagogia, a forma como os currículos são elaborados e

as políticas de formação docente num momento de rupturas e de crises sociais e culturais.

Quando repensamos na estruturação dos currículos dos cursos de formação de professores, devemos pensar primeiramente na identidade do professor formador e de sua profissionalização docente, que ocorrerá continuamente no processo de formação de professores. Segundo Cavalcante (2007), devemos partir da complexidade de ser humano e, conforme a expressão citada no texto da autora, Arroyo (2011), nos aponta a expressão “humana docência”, que nos dá a possibilidade de reconhecê-los como sujeitos participantes das propostas e da implantação de mudanças.

Ao questionarmos a respeito dos currículos dos cursos de formação de professores, devemos considerar, sobretudo, o *locus* da formação, às condições do exercício dessa prática profissional, as questões organizacionais e institucionais, o projeto pedagógico do curso, a participação coletiva entre os pares do curso, as condições de trabalho docente, a profissionalização dos professores, a identidade epistemológica (os saberes que são próprios de cada grupo), a construção dessa identidade docente (vida, história, trajetória pessoal, profissional), as relações sociais, culturais e de trabalho.

Então qual é o papel da docência e o seu significado na relação entre formadores de professores e professores em formação? Tardif nos explica que:

Fundamentalmente, o ensino é visto como uma ocupação secundária ou periférica em relação ao trabalho material e produtivo. A docência e seus agentes ficam nisso subordinados à esfera da produção, porque sua missão primeira é preparar os filhos dos trabalhadores para o mercado de trabalho. O tempo de aprender não tem valor para si mesmo; é simplesmente uma preparação para a “verdadeira vida”, ou seja, o trabalho produtivo, ao passo que, comparativamente, a escolarização é dispendiosa, improdutiva ou, quando muito, reprodutiva (2007, p. 17).

Vemos isso claramente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quando, em seu Art., 2º menciona:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRANDÃO, 2007, p.19).

A transformação que tem ocorrido nos cursos de formação de professores tem destacado um certo *status* no ofício e na profissão docente, afirma Tardif (2007), onde o “ser humano” é visto como “objeto de trabalho”, que a grosso modo, deverá ser encaixado no mercado de trabalho de acordo com seus serviços e oportunidades.

É importante considerar que o professor em formação possui sua complexidade no processo de formação inicial e deve ser reconhecido todas as suas experiências pessoais, históricas, culturais que construirá sua identidade docente.

Cavalcante (2007) sugere em seu texto, uma agenda para professores que podemos adaptar para reorientar na elaboração de currículos e projetos pedagógicos dos cursos de formação de professores:

*Desburocratização do trabalho docente, priorizando o pedagógico;

*Institucionalização de práticas coletivas;

*Estabelecimento de formação continuada (principalmente com os egressos do curso), articulado ao Projeto Pedagógico do Curso;

*Expansão dos espaços de participação dos professores formadores e estabelecimento de margens mais alargadas de autonomia na direção de seu trabalho;

*Efetivação da pesquisa como parte integrante do processo de formação da práxis do professor em formação;

*Busca de unidade entre as lutas pedagógicas e as demais lutas sociais;

*Formação e profissionalização na perspectiva de um projeto contra-hegemônico (CAVALCANTE, 2007, p. 61).

Os projetos pedagógicos de cursos são instrumentos que, muitas vezes, podem ser aplicados mecanicamente, ou dependem relativamente de manobras dos professores que os utilizam, para adaptar de acordo com a realidade do curso. Um currículo por mais elaborado que seja, sempre haverá uma distância entre o currículo e a sua realização efetiva. As diferenças entre os alunos, os recursos disponíveis, o tempo que passa, tudo isso pode influenciar nas situações cotidianas em sala de aula, conforme o entendimento de Tardif (2007).

Os acadêmicos trazem consigo saberes importantes construídos a partir das vivências da sua própria cultura, o que Tardif (2007) discute em sua obra, como saberes disciplinares, onde há um certo distanciamento entre a teoria e a prática, e os professores formadores agregam saberes vivenciados pela própria profissionalização, a esse respeito podemos considerar o pensamento de freirianiano sobre currículo:

O currículo padrão, o currículo de transferência é uma forma mecânica e autoritária de pensar sobre como organizar um programa, que implica, acima de tudo, numa tremenda falta de confiança na criatividade dos estudantes e na capacidade dos professores! Porque, em última análise, quando certos centros de poder estabelecem o que deve ser feito em

classe, sua maneira autoritária nega o exercício da criatividade entre professores e estudantes. O centro, acima de tudo, está comandando e manipulando, à distância, as atividades dos educadores e dos educandos (FREIRE, 1987, p.97).

Não encontraremos um conceito definido de currículo na obra de Freire, porém, sua obra se acha impregnada do caráter político, social, histórico e cultural de currículo, bem como, é ressaltada a importância de descaracterizar a ideologia interposta ao currículo e propõe que se busquem novas formas de resistir às imposições autoritárias de um currículo dominante.

Para Tardif (2007), toda descrição do trabalho docente se fundamenta em opções conceituais relacionadas à natureza dessa atividade, ou seja, os currículos dos cursos de formação de professores devem ser estruturados de modo que, professores formadores e professores em formação sejam orientados as concepções históricas, epistemológicas, filosóficas e metodológicas dos conteúdos a serem trabalhados nas disciplinas das respectivas matrizes curriculares. Esses elementos que consideramos integradores e geradores devem, ao nosso entendimento, contribuir para definir o trabalho docente no contexto da formação inicial.

A questão é saber para quem estão fazendo os currículos dos cursos de formação de professores? Que tipo de profissionais as instituições de ensino superior pretendem formar? Mais uma vez, ao consultar a obra de Freire, podemos refletir que:

Não há prática educativa sem conteúdo, quer dizer sem objeto de conhecimento a ser ensinado pelo educador e apreendido, para poder ser aprendido pelo educando. Isto porque a prática educativa é naturalmente gnosiológica e não é possível conhecer nada a não ser que nada se substantive e vire objeto a ser conhecido, portanto vire conteúdo. A questão fundamental é política. Tem que ver com: que conteúdos ensinar, a quem e a favor de que e de quem, contra quê, como ensinar. Tem que ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar, que participação têm os estudantes, os pais os professores, os movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos (FREIRE, 1991, p. 44-45).

O professor no exercício da formação de professores e os alunos em formação precisam exercer sua dialeticidade que deverá ser proposto nas ações teórico-metodológicas dos cursos de formação de professores. Para isso, faz-se necessário encontrar no interior das disciplinas, condições para desenvolver uma metodologia dialética baseada na ação-reflexão-ação onde a problematização será o cerne das questões entre a teoria e a prática. Nesta concepção, o diálogo se apresenta como condição fundamental para sua realização.

Concepções de Currículo do Curso de Formação de Professores para Educação do Campo

A realidade de *Formação de Professores do Campo* exige um tratamento específico daquele meio, onde os agentes envolvidos nesse processo deverão considerar aspectos importantíssimos, como etnias, distâncias geográficas, culturas, ritmo de vida, cronologia do tempo, clima, plantio, colheita, e outros aspectos ambientais e socioculturais não mencionados aqui, mas que são imperativos nesse processo de formação.

Para compreendermos a concepção de currículo e as práticas pedagógicas na formação de professores em curso de pedagogia que formam professores para atuar na Educação do Campo, sugerimos analisá-lo a partir das propostas educacionais dos movimentos sociais do campo fundamentados em princípios históricos, filosóficos, políticos e pedagógicos críticos, que possui origem no pensamento educacional socialista, na pedagogia do oprimido de (FREIRE, 1987) e na denominada Pedagogia do Movimento sustentada por (CALDART, 2004).

A base fundamental para sustentar esse paradigma deve ser o trabalho vinculado a realidade social concreta, ao trabalho social, como uma atividade social útil, afirma Meszáros, (2005).

Nesse sentido, Pisttrak (1981) e Makarenko (1985), foram dois teóricos que pensaram o trabalho como princípio educativo, conforme os autores mencionados acima. Para eles, a escola seria estruturada a partir da organização coletiva dos estudantes, sendo autônoma, criativa e participativa. Com isso, o currículo deveria ser pensado nessa perspectiva. Um curso que forma professores para esse contexto deve ter a preocupação em organizar as disciplinas por sistemas de complexos temáticos, para que os professores em formação possam ter condições de trabalhar com temas geradores, em sala de aula, como propõe Paulo Freire.

A proposta de trabalho desenvolvida através de temas voltados para a cultura dos assentados enriquece as situações de ensino e aprendizagem em sala de aula, problematiza as situações do cotidiano, relacionando com os conteúdos e metodologia, a fim de buscar orientar os conteúdos curriculares à realidade do assentamento, promovendo assim, ações que buscam integrar a escola com a comunidade e a participação dos assentados no projeto político pedagógico da escola; registrando e compartilhando com os colegas, a fim de produzir saberes advindos do processo de reflexão teórica e da prática histórica (FREIRE, 1987, p. 163).

Quando nos referimos à utilização dos temas geradores, falamos na possibilidade de diálogo como princípio educativo em busca da emancipação dos sujeitos

do campo, de modo que nesse diálogo sejam enfrentados os contextos políticos, sociais, culturais do oprimido e da reflexão crítica. Os temas geradores que Freire (1987) define na *Pedagogia do Oprimido*, que Pistrak (1981) e Makarenko (1985), chamam de eixos temáticos, usam elementos que caracterizam a realidade do indivíduo.

O currículo elaborado por um curso de formação para Educação do Campo deve se organizar por sistemas de complexos temáticos, temas geradores, como diria Freire. A teoria de Freire na educação do campo, o diálogo é o princípio educativo da emancipação dos sujeitos do campo, de modo que o instrumento dessa superação da opressão seja através da educação política, da cultura do campo e da reflexão crítica.

Os temas geradores são importantes no processo porque a partir da realidade do indivíduo é que se constrói o conhecimento, conforme a teoria de Marx, a organização social do homem é decorrente das relações de produção da vida material dos indivíduos:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX & ENGELS, 1993, p.37).

Esse pensamento contradiz ao idealismo, onde atribui a realidade pela imaginação do indivíduo. Marx (1978) reforça que os sujeitos devem produzir suas condições e ter sua vida material de acordo suas necessidades. Nesta proposta de trabalhar a realidade, no qual o aluno é sujeito construtor de sua história, além de desenvolvermos autonomia, a consciência crítica da realidade, buscando a transformação social, Marx (1978) coloca que a consciência só pode ser transformada a partir da mudança das relações sociais que incidem sobre a formação e não pela força da autoconsciência como diziam os idealistas, afirma Meszáros (2005).

A proposta de Freire expressa suas idéias pela educação libertadora, onde o diálogo se constrói a partir de situações problemas, como um instrumento de mediação na relação professor/aluno no processo ensino/aprendizagem. A educação libertadora se contrapõe a educação bancária, onde os alunos são depositários dos conteúdos transmitidos por esta escola: enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade (FREIRE, 1987, p.80).

Nesse sentido, vemos que tanto os professores em seu processo de formação, quanto aqueles em sua atuação profissional, sejam revestidos da consciência que irá impulsionar ou frear a luta política contra a desigualdade, afirma Ghedin (2007).

O processo de construção da Educação do Campo, afirma CALDART (2004), nos leva a pensar a educação do campo como um projeto educativo para os trabalhadores do campo, que possui uma trajetória de luta e de organização. Articulando o projeto educativo, com um projeto político e social, pois não se pode pensar em concepção de campo, sem pensar em educação. E pensar em política pública significa pensar em relação à política agrária e rural. Na concepção pedagógica significa discutir os processos de profissionalização, a partir dos parâmetros de um ser concreto e historicamente e etnicamente situado.

Conforme o pensamento de Ghedin,

Enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas idéias sobre as coisas, mas não as próprias coisas. Essa transformação da consciência das coisas é pressuposto necessário para se operar, ao nível teórico, um processo prático (2007, p. 27).

Para este autor, é necessário que haja uma mudança no processo de formação de professores a partir da epistemologia da prática para a epistemologia da práxis, pois, a práxis é um movimento operacionalizado simultaneamente pela ação e reflexão, que traz no seu interior, a inseparabilidade entre teoria e prática. A separação entre teoria e prática se constitui na negação da identidade humana, afirma Ghedin (2007).

Freire nos chama a atenção sobre conduzirmos nossos alunos em formação para um processo reflexão, pois “o que se visa é a formação de cidadãos críticos, ativos que intervenham no processo de transformação da sociedade. Esse processo comporta o domínio das formas que permitem chegar à cultura sistematizada. E por esse motivo já estaria justificada a importância da reflexão (1987, p. 24).

O modo crítico como refletimos nossa práxis nos liberta e nos faz desenvolver um movimento inverso a própria ideologia. O pensamento crítico é questionador da própria prática, e a partir dela, há um processo contínuo de reflexão que vai ao pensamento e assim, ao seu modo de fazê-lo, segundo afirma esse autor.

Como política cultural e nacional, o currículo acaba sendo um conjunto de conhecimentos compartimentados em saberes disciplinares que devem fazer parte do processo educativo. Eles são efetivados por um saber oficial, que na prática, desconsideram os saberes culturais das comunidades de cada povo ou região. O saber

oficial se configura pelos livros didáticos, e na maioria das vezes, torna-se o único recurso utilizado pela escola, em virtude da precariedade das bibliotecas e da falta de recursos dos órgãos mantenedores das escolas públicas.

No entanto, o currículo, principalmente da Educação Básica, venha como determinação pela política oficial, é possível discutirmos no curso de formação de professores e, no contexto de formação para educação do campo, que o currículo seja refletido por professores e os alunos e que podem redefinir a abordagem curricular, como comenta Alves,

Consideramos, nesse sentido, que para se entender o conceito de currículo é preciso ter em atenção a forma como esses processos se desenrolam na prática. É no espaço-tempo da escola que se desenha o currículo, através de acordos e mudanças que é necessário rever quase quotidianamente, e não através de determinações legais (2005, p. 11).

O tipo de currículo a ser trabalhado na escola, depende muito da ideologia a ser seguida e implementada pela comunidade escolar e pelo movimento social determinado por cada grupo rural. Cabe a escola, juntamente com seus grupos definidos, identificar a linha ideológica e sistematizar o currículo de acordo com os saberes na perspectiva da teoria crítica do currículo.

O Curso de Formação de Professores do Campo pode ser um meio de difusão cultural e de formação do indivíduo que poderá contribuir para formar identidades individuais e sociais daí a importância do currículo, pois ele pode viabilizar a construção de conhecimentos e saberes dos sujeitos do processo de formação, possibilitando uma reflexão crítica sobre a realidade e as relações sociais que são estruturadas pelo modelo de sociedade, contribuindo para que esses sujeitos a partir dos conteúdos estudados e dos processos pedagógicos vividos assumam uma práxis de transformação de suas realidades.

Percurso da Pesquisa

O método dá a dimensão operacional das ações práticas da pesquisa, através das concepções epistemológicas, filosóficas e metodológicas desse processo de construção. Sendo assim, o método nos dá a possibilidade de olhar o todo, a partir do todo, no todo (MORIN, 2008).

Nossa pesquisa investigará no curso de Pedagogia do Campo quais concepções de currículo perpassam a formação de professores de acordo com a realidade em que estes irão atuar como futuros profissionais no campo da educação. Nesse sentido, nosso estudo nos levará a analisar quais concepções curriculares estão presentes

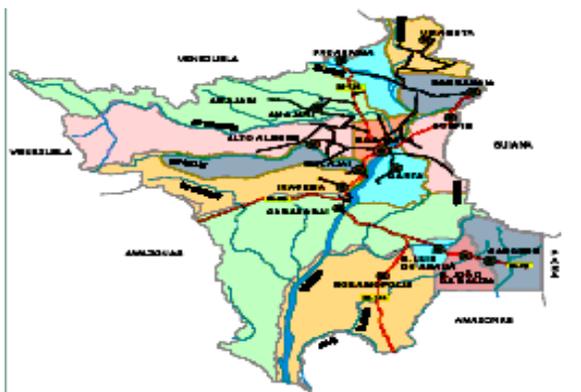
no Projeto Pedagógico do Curso e, como se dá o processo de formação de professores no Curso de Pedagogia da Educação do Campo.

Como o foco da nossa pesquisa é analisar como os professores formadores e professores em formação compreendem o currículo do curso de Pedagogia do Campo/*Campus Baliza*. Compreendemos que o nosso estudo parte das vivências acadêmicas onde os sujeitos estão inseridos, a partir de um processo pedagógico, numa dimensão interativa dos saberes, articulados na relação social dos envolvidos.

Em nosso contexto da pesquisa, o Curso de Pedagogia do Campo conta trinta e dois alunos regularmente matriculados e tem como objetivo formar professores que atenda às características do Campo, para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, podendo também atuar como Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos específicos em Educação do Campo. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa serão os alunos da referida turma e os professores que atendem o curso no decorrente semestre.

A proposta que desejamos assumir nessa pesquisa será de desenvolver nosso estudo em um Curso de Formação de Professores na área da Educação do Campo. Em nosso caso, escolhemos o 3º semestre do Curso de Pedagogia do Campo, situado no Município de São João da Baliza, onde a Universidade Estadual de Roraima possui um *Campus* que atende os demais municípios situados na Região Sul do Estado de Roraima.

No mapa representado abaixo, podemos ter uma visão geográfica da localidade do Município onde será desenvolvida nossa pesquisa.



Fonte: imagem retirada do Plano de Desenvolvimento Institucional da UERR.

Nosso estudo analisará como os professores formadores e professores em formação compreendem o currículo do Curso de Pedagogia do Campo/*Campus*/Baliza/UERR, e como esses contribuí para uma educação científica.

O Campus de São João da Baliza, conforme podemos observar na foto a seguir, atende os municípios adjacentes como, São Luiz do Anauá, Caroebe e Entre Rios, com os cursos: Matemática, Pedagogia do Campo, Química, Administração, Letras, Sociologia e Eng Florestal.



Fonte: arquivos de fotos da UERR

O Curso de Pedagogia do Campo é pioneiro nesse Município, sendo que, em 2012.2 a UERR abriu uma turma dessa modalidade de Curso em uma região de assentamentos, localizado no Município do Cantá, na Vila Felix Pinto.

Este Município possui uma economia baseada na agricultura e no comércio, destacando os produtos agrícolas como: o arroz, o milho e a banana. Segundo os dados do IBGE, a partir do censo de 2010, o Município de Baliza conta com uma população estimada em 6.778 habitantes.

A coleta de dados será realizada em duas etapas. A primeira, que compreenderá os meses de outubro e novembro de 2012, que consistem em encontros com os sujeitos envolvidos na pesquisa (professores e acadêmicos do curso), afim de uma aproximação maior e apresentação da pesquisa no primeiro momento. Posteriormente, inicia-se as primeiras entrevistas com os professores do curso.

Na segunda fase da pesquisa, serão realizadas as entrevistas com os alunos do curso de Pedagogia do Campo onde, já estarão no 4º semestre do curso, compreendendo os meses de fevereiro e março.

Depois de darmos conta dessas etapas da pesquisa faremos nossa interpretação do trabalho. A compreensão e a interpretação subjazem a todo trabalho afirma Ghedin (2008). Só é possível ver, o que é possível representar, através de nossa análise e compreensão. É o nosso olhar sobre a realidade em construção.

Conclusão

Desenvolver uma pesquisa sobre o processo de formação de professores em um curso de Educação do Campo é desafiador porque propõe questões para reflexões e implicações dos saberes socioculturais que os sujeitos envolvidos, trazem consigo em todo seu contexto histórico.

Ao pensar na construção de um projeto pedagógico de curso de graduação nessa área, há de se refletir sobre a organização do currículo por áreas do conhecimento, ou por eixos temáticos. Assim concebido, o curso nos exige que pensemos além dos campos disciplinares que foram instituídos na medida em que o curso foi desenhado, é necessário refletirmos sobre as possibilidades de realização de um trabalho integrado, onde haja o fortalecimento do processo de ensino/aprendizagem, através de práticas inter/multi/transdisciplinares.

Regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 – para esta modalidade de educação, o curso ganha relevância na medida em que fortalece os sujeitos no lugar em que realizam a sua prática. O curso de Pedagogia do Campo – objeto da nossa pesquisa – localiza-se em uma região privilegiada, onde alcança geograficamente, a proximidade de escolas localizadas em áreas de assentamentos, dando a oportunidade aos professores que atuam nessas localidades, de buscarem formação docente em nível superior.

Para compreendermos quem são esses sujeitos que buscam essa formação docente, partimos do pressuposto que a educação é fundamental na vida do homem. Se entendermos que a ação educativa transforma o homem e o torna emancipado, então sua construção social e identitária como sujeito, deve favorecer sua autonomia a partir das suas experiências.

Neste sentido, é que na discussão sobre a formação do professor do campo, ressaltamos os resultados alcançados a partir das lutas dos movimentos sociais, em prol da elaboração de políticas educacionais que atendam as escolas e a formação de professores do campo.

Podemos considerar nessa luta que, o movimento pela educação do campo ganha maior significado, na medida em que o processo se estrutura e se constitui nas representações sociais, em relação às determinações gerais do capital.

Sendo assim, a educação do campo é necessária para demarcar e qualificar as práticas docentes especialmente nos cursos que formam professores para essa modalidade, vinculados aos sujeitos que vivem no e do campo.

Outro aspecto importante a ser destacado na formação do professor, são as possibilidades de (re)significar e qualificar a ação dos sujeitos que estão envolvidos na ação educadora do e para o campo, pois uma vez que todo processo educativo tem como preocupação o modo como esses novos sujeitos poderão intervir socialmente, e com isso, fortalece as relações no e do campo, e a luta pela terra.

É necessário insistirmos na discussão da relação trabalho e educação para que sejam vistas as várias faces do trabalho humano, de modo que, seja percebido que o capitalismo, a partir da reprodução do capital, o trabalho humano é uma preparação para que o futuro trabalhador possa extrair a mais valia relativa.

Portanto, devemos considerar que os trabalhadores do campo produzem por sua prática e os seus conhecimentos jamais deverão ser desprezados pelo saber acadêmico/científico. Ao rebuscarmos a pedagogia freiriana, vemos esta discussão partindo dos princípios da leitura do mundo que precede a leitura da escrita, onde Paulo Freire deu início ao seu trabalho de alfabetização para pescadores em Pernambuco.

Assim, os cursos de licenciaturas do campo devem incentivar as diversas possibilidades de diálogo entre os vários saberes, as várias culturas, presentes nas comunidades envolvidas no processo educativo.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. Alda. GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa*. São Paulo: Pioneira, 2001.

ARROYO, G. Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB: Passo a passo*. Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei n. 9394/96. Comentada e interpretada artigo por artigo. 3ª Ed. – São Paulo: Ed. Avercamp, 2007.

CALDART, Roseli Salete. *Sobre a educação do campo*. In: *política da educação*. Coleção por uma educação do campo. V.7. Brasília, DF: NEAD, 2008.

- CAVALCANTE, Luciola Inês Pessoa. *Perspectivas em formação de Professores*. In: Formação continuada, profissionalização docente e a complexidade de ser professor. Manaus: Editora Valer, p. 53-64, 2007.
- DUARTE, N. *Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar*. Cadernos CEDES, Campinas, nº 44, p. 85-106, 1998.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Políticas Organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. In: Indicativos para um currículo de formação de pedagogos. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, p. 173-189, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 30 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GHEIDIN, Evandro (Org.). *Currículo e ensino básico*. Manaus: AM: UEA Edições, 2007.
- _____, Evandro. FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Questões de método na construção da pesquisa em educação*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____, Evandro. *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____, Evandro. O vôo da Borboleta. In: FERNANDES, Cleilson. *A questão da formação da consciência política na educação de jovens e adultos*. p.207-246. Manaus: Edições UEA/Ed. Valer. 2008.
- LESSARD, Claude. TARDIF, Maurice. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LIMA, Claudia Gonçalves de; CARMO, Francisca Maurilene do; RABELO, Jackeline; FELISMINO, Sandra Cordeiro. *Trabalho, educação e a crítica marxista*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.
- MAKARENKO, Anton S. *Poema Pedagógico*, 3 vols., Tradução de Tatiana Belinky. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- MARX, Karl. *A crítica da educação e do ensino*. Lisboa, Moraes, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1993.
- MESZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MORAES, M. C. M. *Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação*. Revista Portuguesa de Educação, Braga, v.14, n.1, p.7-25, 2001.
- MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Tradução Juremir Machado da Silva. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- NÓVOA, Antônio. *Formação de professores e profissão docente*. In: NÓVOA, Antonio (Org.). Os Professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- PISTRAK. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. (Tradução: Daniel Aarão Reis Filho). São Paulo: Brasiliense, p. 07-23, 1981.
- TARDIF, Maurice. *Saberes e formação profissional*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LÓGICAS IMAGÉTICAS DE UMA SOCIEDADE INTERIORANA: USOS DA FOTOGRAFIA E NARRATIVA VISUAL NO BRASIL SETENTRIONAL

1. Introdução

Será possível entender uma sociedade por meio dos registros fotográficos do cotidiano? Observar nas imagens, sinais de disputas de poder, estratificações sociais, relações de reciprocidade, de produção e tantas outras características que constituem os objetos de estudo das Ciências Sociais?

O presente estudo visa analisar a relação entre fotografia e etnografia, buscando similaridades e aspectos específicos que apontem limites e possibilidades dos usos da fotografia na produção etnográfica. Nesse sentido, serão levantados alguns aspectos importantes sobre a inserção de fotografias nas pesquisas antropológicas, algumas reflexões teórico-metodológicas e por fim uma narrativa visual realizada em uma pequena cidade do interior chamada Rorainópolis, localizada no estado de Roraima.

Empiricamente, o trabalho de campo foi realizado ao longo de três meses com uma inserção cotidiana pelas ruas da cidade, onde se realizou registros fotográficos e anotações sobre aspectos estruturais e simbólicos que auxiliassem na compreensão da dinâmica da própria cidade. Foram feitos 100 registros fotográficos de aspectos cotidianos, dos quais foram selecionadas seis fotografias, com as quais buscamos interpretar algumas características da sociedade rorainopolitana. Essa foi analisada em seus elementos mais estruturais, presentes no sistema econômico, nas redes mais amplas da qual faz parte, na História e na relação desses com os símbolos e significados fundamentais para a reprodução do dia a dia. (WOLF, 2003)

Para alguns autores como KOURY (2004), ECKERT (2009), ROCHA (1995), COLLIER (1973) e SAMAIN (1995), a utilização de imagem nas pesquisas em Antropologia e Sociologia é considerada de muita relevância e por isso tem se tornado

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Estadual de Roraima. E.mail: jesusmarmanillo@hotmail.com

tema bastante problematizado em termos metodológicos. Por sua vez, os estudos de DURKHEIM (2007), MAUSS (2003), BACHELARD (1996), CARDOSO OLIVEIRA (1998) discutem sobre questões epistemológicas e metodológicas que podem ser trabalhadas nas formas de registros, baseados em imagens. Da relação entre o trabalho empírico e dos estudos citados resultou um texto organizado em três partes onde serão tratados: 1) os encontros entre etnografia e fotografia; 2) as questões epistêmicas referentes ao ato de observação; 3) uma narrativa visual.

2. *Etnografia e Fotografia: História e encontros*

Como apontam alguns pesquisadores (SAMAIN, 1995; COLLIER, 1973 e FREIRE, 2006), a utilização de imagens na elaboração de etnografias não é algo recente na pesquisa Antropológica, remontando ao início do século XX, com a obra “Argonautas do Pacífico ocidental” (1922) de Bronislaw Kasper Malinowski, “Balinese Character: a photographic Analysis” (1942) de Gregory Batizem e *The North American Indian* (1915) do etnógrafo amador Edward Sheriff Curtis.

Em relação ao Brasil, a utilização e problematização dessa fonte tem sido preocupação recente. Pesquisando no site “Grupo de Trabalho de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia”¹ percebe-se que os grupos de pesquisa em Antropologia Visual remontam a década de 1980 e continuam a surgir após os anos 2000. Notamos que, em 1989, já havia o Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL-UFES), e que após a década de 1990 emergiram outros em várias partes do Brasil, entre os quais destacamos o Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA-USP) em 1991, o Núcleo de Antropologia e Imagem (NAI-UFF) em 1994, o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem (GREI-UFPPB) em 1995, o Laboratório de Antropologia Visual (LAV-UFPE) em 1999, o Núcleo de Antropologia Visual (NAVIS-UFRN) em 2001, o Núcleo de Antropologia Visual (NAVIS-UFAM) em 2001, o grupo de Antropologia Visual em Alagoas (AVAL-UFAL) em 2004 e o Grupo de pesquisas Visuais e Urbanas (VISURB - UNIFESP) em 2007.

O número crescente de grupos e núcleos de pesquisa sinaliza uma concepção crescente, que entende a imagem enquanto trabalho de campo e fonte de informação. Sobre essa integração do uso de imagens na pesquisa Antropológica Koury (2004) parte da ideia de que:

Antropologia busca compreender todos os tipos de comunicação. As verbais e as não verbais, as imagéticas e as não imagéticas, as concretas e as simbólicas. A comunicação, assim, é para mim uma parte integrante do corpo compreensivo da disciplina Antropologia. (KOURY, 2004, p.8)

1 <http://antropologiavisualaba.blogspot.com.br/p/nucleos-laboratorios-e-grupos-de.html>

Tal citação sugere uma associação entre antropologia e comunicação (em todas suas formas) o que nos possibilita considerar a imagem enquanto signo presente entre um comunicador e um receptor, como um elemento mediador de relações, tornando assim, o próprio pesquisador como inserido no “diálogo” entre a fonte de informação e seu produtor. Uma forma de abordagem desse processo comunicativo, na pesquisa com fotografias, seria entendê-la como uma técnica de assimilação do real que não pode ser desvinculada do sujeito que a faz (KOSSOY, 2001).

Dessa forma, se faz necessária a problematização da imagem enquanto enquadramento ou produção socialmente construída, ou seja, é uma forma de leitura e interpretação cujas percepções são sustentadas em determinadas experiências e perspectivas. Em termos weberianos diríamos que “não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural dos “fenômenos sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais.” (WEBER, 2001, p.124). Isso permite aferir que um passo fundamental é a vigilância epistêmica sobre a relação sujeito-objeto, construída nas pesquisas baseadas em fotografias.

3. *Questões epistêmicas e olhar disciplinado*

Uma atitude comum indispensável tanto para a realização do registro fotográfico quanto para a produção etnográfica, é a observação. Seja atrás ou não das lentes de uma máquina fotográfica, o Antropólogo estará sempre observando de forma sistematizada os aspectos mais regulares, mais específicos e mobilizando uma série de percepções (acadêmicas, sociais e culturais) para dar sentido e compreender as imagens que lhes são apresentadas.

Considerando essas percepções e condicionantes anteriores à observação, num viés mais funcionalista, *há quem creia que* “Aprendemos a ver apenas o que praticamente precisamos ver. Atravessamos nossos dias com viseiras, observando somente uma fração do que nos rodeia.” (COLLIER, 1973 P.3). Em outros termos temos a indagação: quais são os “filtros” presentes no olhar do fotógrafo e pesquisador e como esses *são manifestados nos privilégios ou exclusão de determinados ângulos?*

Se relacionarmos a ação de observação enquanto campo analítico, Mauss (2003) afirmaria que, em toda sociedade, todos sabem e devem saber e aprender o que devem fazer em todas as condições e que tais aprendizados são fundamentados na autoridade social. Dessa forma, “os filtros” citados anteriormente podem ser mais bem compreendidos de acordo com um processo educativo sobre o “olhar”. Nesse

sentido, a relação entre as imagens e sensações de prazer ou de repulsa representa um processo muito mais complexo cujo resultado manifesta-se nas retinas e na atitude do observador.

Em raciocínio semelhante, Cardoso de Oliveira (1998) percebe que o objeto pesquisado em campo não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual trabalhado ao longo da vida acadêmica, deixando claro assim a existência de condicionantes que caracterizam a forma como o pesquisador realizará observações em campo. Sobre isso, Durkheim (2007), em seu texto intitulado “Regras relativas à observação dos fatos sociais” utiliza a “atitude de observação” para diferenciar o fazer científico do senso comum. Segundo ele, quando contentamos em tomar consciência das nossas ideias, usando o campo para justificar ou legitimar uma ideia já pré-concebida, não fazemos senão uma mera análise ideológica.

Tanto Durkheim (2007) quanto Mauss (2003) sugerem primeiramente a descrição e comparação, atentando sempre para o afastamento das pré-noções, definição do objeto de estudo e exterioridade do mesmo. Em se tratando da atitude de observação do pesquisador, isso significaria tomá-la enquanto problema epistemológico, considerando a importância da autoreflexão do próprio pesquisador e exercício de um trabalho de abstração sobre a atitude de observação e também sobre os produtos (fotografias ou etnografias) dela originários. Nesse sentido, Mauss (2003) ressalta que a forma concreta e experimental como se apresenta um processo ilimitado de objetivação do sujeito seria a justificativa do avanço da etnografia (conhecida também como antropologia social e cultural) por vários países.

Em relação ao processo de descrição e observação Bachelard (1996) destaca a importância de geometrizar as imagens evidentes aos olhos e trabalhá-las mentalmente por meio de abstrações caminhando assim para a via psicológica normal do pensamento científico. Para o autor:

A primeira experiência ou, para ser mais exato, a observação primeira é sempre um obstáculo inicial para a cultura científica. De fato essa observação primeira apresenta-se repleta de imagens; é pitoresca, concreta, natural, fácil. (BACHELARD, 1996, P.25)

Entre outras coisas, essa geometrização e fuga da observação pitoresca ocorrem mentalmente e imageticamente por meio da atitude reflexiva que posteriormente se manifesta em atitudes na forma de delineamento da pesquisa. Nas palavras de Rocha (1995), isso significaria reconhecer que o “estatuto do pensamento científico reside no fato de que o pensamento humano não tem outro conteúdo que não sejam imagens, expressando-se através do apelo às formas simbólicas.” (1995, p.111)

Considerando esse viés epistêmico, é possível aferir que a importância da construção de imagens perpassa o âmbito empírico e faz parte de toda consciência e processos cognitivos relacionados à percepção do mundo e significados atribuídos ao mesmo. Dessa forma é necessário considerar que a imagem pode ser entendida tanto como processo mental e também como produto nos trabalhos de campo, daí a necessidade de problematizar os aspectos mais subjetivos relacionados ao processo de construção de imagens, seja no âmbito mental ou empírico.

Essa observação incide diretamente no problema da objetividade das Ciências Sociais que para Weber (2003) depende do fato empiricamente dado estar constantemente orientado por ideais de valor que são as únicas a conferir-lhe valor de conhecimento, ou seja, depende de valores e sentidos atribuídos por indivíduos, daí as ciências sociais focarem sobre a interpretação dos aspectos qualitativos dos fatos e da realidade cultural.

Nesse sentido, a problematização de questões epistêmicas e do olhar disciplinado envolve uma autoreflexão do próprio pesquisador em relação ao sistema cultural no qual está inserido e como esse mesmo pode influenciar seus processos imagéticos em todos os âmbitos. Entre outras coisas isso significaria analisar os meios comunicativos que conferem sentido ao referido sistema cultural, ou seja, a ponte existente entre os homens e a cultura- uma análise simbólica.

Assim, vale ressaltar que nas ciências humanas, a abordagem semiótica- aquela que busca os signos e significados existentes no ato comunicativo- tem ganhado espaço, seja no ato de tentar desvendar uma intrincada rede de significações, cujos signos interagem constantemente com a realidade (CARDOSO e MAUAD, 1997), seja como uma concepção de cultura² e de descrição densa (GEERTZ, 2008) útil no processo de interpretação das relações e hierarquizações de estruturas significantes que, em última instância essas apresentam conexão com determinadas posições e sentidos produzidos socialmente.

Como apontam Cardoso e Mauad (1997) a fotografia traz consigo o desafio de descobrir aquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico, e também ressaltam o fato de que:

Com efeito, os sistemas de signos, tanto verbais como não verbais, são fundamento dos programas sociais de comportamento. Sendo fruto do trabalho social, compõem o quadro cultural de uma sociedade. Neste sentido, a compreensão da cultura, enquanto forma de apreender e transformar as relações sociais, passa pela análise dos sistemas de signos. Sob

2 Geertz (2008) defende um conceito de cultura essencialmente semiótico e reafirma sua aproximação com Max Weber, quando considera que o homem é um animal amarrado a teias de significados tecidas por ele mesmo.

este aspecto, a própria fotografia integra um sistema signico não-verbal que pode ser compreendido através de um duplo ponto de vista: enquanto artefato produzido pelo homem e que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança etc.; enquanto mensagem que transmite significados relativos à própria composição da mensagem fotográfica. (CARDOSO e MAUAD, 1997, p.577)

Por meio do raciocínio dos autores é possível aferir que as fotografias também denotam relações sociais pelo fato de integrarem um sistema de signos construídos coletivamente, podendo ser entendida tanto como representação de determinada cultura e como mensagem carregada de significados – que também revelam aspectos culturais.

Em outros termos, é possível afirmar que os registros fotográficos - enquanto produtos do social - carregam as características do mesmo e dessa forma podem fornecer evidências de disputas de poder, da História, de estratificação social, de relações de reciprocidade, de produção e outros aspectos relacionados aos objetos de estudo das Ciências Sociais.

4. “Polis” de Roraima ou Rorainópolis

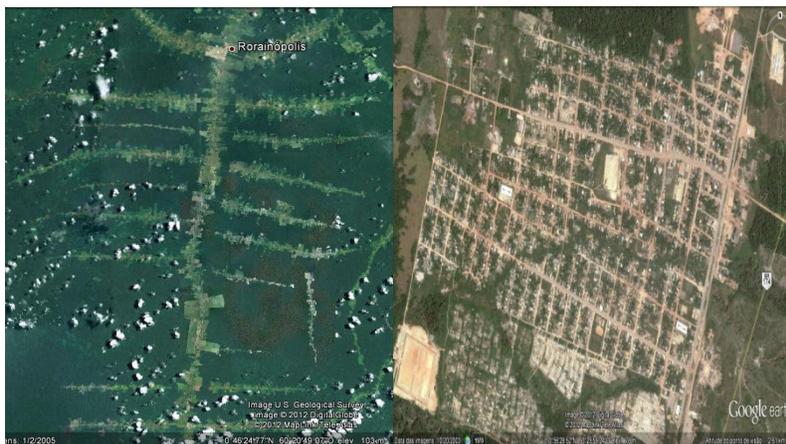
A seis horas de Manaus, a seis horas da Venezuela e a quatro horas de Boa Vista, assim costumava localizar a pequena cidade de Rorainópolis emergida em meio à densa floresta amazônica. A etimologia da palavra traz significado imponente fazendo menção à totalidade de um estado, pois se trata da “cidade ou polis de Roraima” conhecido como Rorainópolis.

Tal nomenclatura não pode ser dissociada dos significados atribuídos ao próprio estado de Roraima, uma vez que a cidade foi originada a partir de uma vila de assentamento do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1995, daí a população local ser praticamente resultante de um forte processo de migração. Segundo Vale (2007), embora a maioria dos sujeitos, que busca o estado de Roraima, se instale em Boa Vista, números do IBGE mostram que outras cidades como Rorainópolis tem se destacado na absorção de migrantes, principalmente maranhenses, cearenses, potiguares e paraibanos.

Nesse sentido, interpreta-se que a “cidade de Roraima” possa simbolizar uma referência de região norte no imaginário do nordestino migrante. Sobre essas movimentações demográficas, Martins (1996) explica que nas sociedades latinas americanas as relações sociais e políticas são marcadas pela expansão demográfica sobre as terras não ocupadas ou insuficientemente ocupadas e que a última grande fronteira é a Amazônia.

Uma consequência dessa ocupação espacial por meio de assentamentos pode ser observada diretamente na forma de organização espacial da cidade cuja expansão iniciou-se da BR174 por meio de estradas construídas perpendicularmente a BR, conhecidas como vicinais. Essas constituíram as três principais avenidas da cidade, que por sua vez são cortadas por várias ruas paralelas formando um aspecto de rede.

Imagens I e II-Espinha de peixe e cidade de Rorainópolis



Fonte: googleearth, 2012.

Essa forma de expansão, conhecida localmente como espinha de peixe (Imagem I), caracteriza bem a origem distributiva dos lotes realizada segundo os critérios do INCRA, tal fato diferencia Rorainópolis (Imagem II) das principais cidades mais próximas do litoral brasileiro, cuja igreja católica possui forte influência, sendo ponto de partida para surgimento de algumas cidades. Diferentemente, o referido município surgiu por influência do INCRA e seu processo de expansão foi iniciado a partir dos terrenos próximos à prefeitura da cidade, que não por acaso é o órgão responsável pela legalidade da posse da terra por meio dos títulos. Talvez seja um dos poucos casos em que a igreja matriz *não ocupe uma posição central na cidade e seja localizada* em um lote de esquina, com medidas um pouco maiores que os lotes vizinhos³.

3 A não centralidade geográfica da igreja católica pode ser interpretada no âmbito do poder de influência da mesma, uma vez que por conta da característica de formação recente da cidade, tal instituição surgiu no mesmo período de algumas igrejas evangélicas, chegando duas a ter mais destaque arquitetônico que a católica.

5. *Uma clareira para o mundo: Limites sociais e Fronteiras verdes*

Quais são os limites de urbanos? Quais são os limites humanos? Tais perguntas são fundamentais para a compreensão da lógica de expansão da cidade e mecanismo de conexão entre essa e o restante do mundo. Se visualizarmos a referida cidade por meio de uma imagem de satélite se terá a impressão de estarmos observando um espaço aberto no meio da floresta amazônica, no entanto, caminhando pelas ruas da pequena cidade é possível problematizar as noções de limites e fronteiras para além dos delineamentos territoriais.

Na paisagem citadina, antenas, ruas e estradas além de caracterizarem visualmente ações e mecanismos de projeção da vida cotidiana de Rorainópolis, são também, formas de expansão e delimitação de novos limites e fronteiras. Esse debate sobre expansão das fronteiras parece estar presente na História brasileira, praticamente, desde o século XIX, quando Euclides da Cunha, com a intenção da inacabada obra “Um Paraíso Perdido” saiu em expedição pela Amazônia. Sobre esse contato de Euclides com as terras do norte, Lúcia Lippi relata:

Seu contato com a natureza da região o leva a falar de uma terra inacabada, imprópria à ocupação humana, adversária mesmo do homem. Esta natureza poderosa e considerada invencível, entretanto, acaba cedendo lugar à demanda por uma ação organizada e sistemática do governo nacional sobre a região visando torná-la parte efetiva do território nacional. (OLIVEIRA, 1998, p.7)

Tal citação enfatiza um elemento importante na construção de um pensamento social da Amazônia que é a expansão e ocupação dos territórios do norte brasileiro sempre demonstrando a relação de tensão entre a experiência humana e a natureza. Numa noção de fronteira que poderia ser problematizada naqueles espaços ainda desconhecidos, Martins (1997) considera que a mesma se constitui sempre em contexto de conflito e enquanto lugar de alteridade. Nas palavras do autor significa:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (MARTINS, 1997, p.27)

Nesse sentido, as diferentes temporalidades, concepção de vida e a tensão relação homem- natureza parece constituir fronteiras permanentes no delineamento da

cidade e nos diferentes modos de vida que emergem na paisagem urbana rorainopolitana.

Imagem III- Casa de madeira conectada com o mundo



Fonte: Marmanillo, 2012

A Imagem III demonstra bem aspectos históricos e econômicos relacionados à forma de vida inicial de parte dos habitantes locais. Assim como em muitas casas, observa-se a presença de antenas no telhado. Contudo o que chamou atenção foi a diferença temporal de existência de cada uma das três antenas que sinalizavam um tipo de consumo de determinado serviço e de período específico da comunicação, de modo geral. As antenas parabólicas (maiores) datam no Brasil desde meados da década de 1980, enquanto a menor ao lado passou a ser comercializada dez anos depois. No lado esquerdo da casa, observa-se uma antena de internet a radio, valendo lembrar que os serviços de internet datam desde o final da década de 2010 e com certa precariedade⁴.

4 No curta-metragem “Logo Ali” promovido pela empresa OI e dirigido por Calvito Leal, há uma entrevista realizada com o dono de uma LAN house chamado Salomão Rodrigues de Araújo. Segundo o documentário, o proprietário iniciou a distribuição desse serviço com um link de 1 MB dividido entre a LAN house e mais 100 clientes. A própria Oi disponibilizou o vídeo em 01/12/2011 no link. <http://www.oi.com.br>

O aspecto do consumo sinaliza importantes informações sobre a forma como a ideia de fronteira pode ser ultrapassada pelos meios de comunicação e que esses em diferentes momentos estiveram presentes durante o desenvolvimento da cidade. A grande utilização de madeira nas construções de casas, pontes, cercas, postes e pisos, sinalizam que a extração de madeira é uma das principais atividades econômicas da cidade. Segundo o relatório da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN, 2010), os produtos madeireiros são os produtos mais exportados do município.

Tal relação de exploração existente entre os homens e os recursos naturais constitui uma das mais importantes atividades econômicas locais e conseqüentemente é de onde emergiram as possibilidades de consumo da natureza, convertido em consumo de bens de serviços comuns à maioria da população. Nesse sentido destacam-se as várias antenas e outras fontes de comunicação e expansão da cidade por meio da extração de madeira e aumento da clareira urbana de Rorainópolis. Em outros termos, os hábitos de consumo e produção do espaço não estão dissociados da capacidade de comunicação que insere a pequena cidade numa lógica de rede e de relação com outros espaços geográficos e culturais. Em raciocínio próximo, explicando a relação entre estrutura social, informacionalismo e produção capitalista Castells percebe que:

A comunicação entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção (e seu complemento, o consumo), experiência e poder cristalizam-se ao longo da História em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas. (CASTELLS, 2005, p.52)

Se a composição social da cidade constitui-se de contingentes de origens diferenciadas que ao chegarem na *Polis* de Roraima travavam um embate com a natureza e com tantos outros aspectos culturais e naturais, os hábitos de consumo sinalizam uma proto cidade que se reproduz segundo a mesma lógica de muitas outras cidades de outros cantos do Brasil. Tomando como base os clássicos (Weber, 1967 e Marx, 2005) poderíamos pensá-la enquanto local de satisfação das necessidades e *locus* do próprio sistema capitalista.

Nos caminhos de satisfação dessas necessidades, a sociedade rorainopolitana expande suas ruas até as grandes paredes verdes que cercam a pequena cidade. Ul-

[youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=x00_96WQg2w](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=x00_96WQg2w)

trapassar essas fronteiras significa tomar consciência do desconhecido incorporando-o à lógica das ruas, preenchendo e expandindo a estrutura da “espinha de peixe” na qual se projetou o modelo de cidade-assentamento.

Imagem IV- Limites entre cidade e floresta



Fonte: Marmanillo, 2012

Na imagem IV onde um rapaz caminha em direção à mata, é possível verificar um dos limites da apropriação social do espaço e ter uma ideia do tamanho e densidade da floresta que cercam a pequena cidade. Em termos geográficos e naturais as fronteiras parecem ser bem definidas, já em termos de ideias e cultura há um *continuum* que se desenvolve através dos meios de comunicação, fazendo com que não haja limites entre a pequena cidade e o que ocorre nos outros cantos do Brasil. Na verdade pode-se dizer que tal *continuum* é fundamental na orientação das formas de ocupação e desenvolvimento da cidade, não é por acaso que uma população migrante não pode ser dissociada de seus locais e costumes de origem. Nesse sentido a comunicação se coloca como necessidade fundamental para permanência do migrante.

Em outros termos, podemos dizer que é a comunicação que transmite um ideal de cidade que se materializa nas formas das casas com suas largas janelas, avenidas, comércio, *LAN houses* e tantos outros serviços que chegam de empresas oriundas de Boa Vista (RR) ou Manaus (AM) - presentes em tantos outros locais do Brasil. Tal especificidade está vinculada à própria história da formação desse espaço geográfico.

Imagem V - Centro comercial na Avenida Yandara



Fonte: Marmanillo, 2012

Nesse sentido não seria estranho afirmar que a *Polis* Roraima, que é afirmada como segunda maior cidade do estado, seja delineada sobre um padrão homogêneo de cultura de consumo que põe em cheque o próprio sentido de fronteira. Sobre isso Martins explica que:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o *outro* se torna a parte antagônica do *nós*. Quando a História passa a ser a *nossa História*, a História da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou. (MARTINS, 1996, p.27)

Dessa forma, aspectos como *fusão* e *conflito*, são constantes nessa cidade cuja origem esteve relacionada com problema nacional, que é o da reforma agrária. A sociabilidade rorainopolitana, e sua relação com a construção de uma identidade comum, transitam por esses dois extremos, tanto funcionalmente nas formas de solidariedade desenvolvidas para a própria manutenção da cidade, quanto nos *usos sociais* de uma suposta identidade que na verdade se constrói de acordo com seu processo histórico.

Em relação às diferentes origens, vale destacar que em Rorainópolis é possível almoçar em restaurante cujo proprietário é cearense, solicitar internet para um micro empresário gaúcho e fazer compras de casa no supermercado de um baiano. Na pró-

pria universidade estadual implantada recentemente em 2007, existem funcionários de São Paulo, Sergipe, Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Maranhão e Amazonas.

Esses poucos pequenos exemplos cotidianos não estão dissociados do denso processo migratório e da importância estratégica da região norte para o restante do Brasil e do mundo, em termos de fornecimento de matérias primas e de uma consolidação do estado brasileiro no norte do país⁵. Por outro lado, o norte representou também uma possibilidade de *mobilidade social* para as pessoas de diversos cantos do Brasil.

Nesse contexto, vale ressaltar que Rorainópolis obteve um quadro de aproximadamente 4.000 migrantes, que chegaram à cidade pela BR174, entre janeiro de 1996 e dezembro de 1999, em 2000 possuía 17.477 habitantes e atualmente conta com 24.276 habitantes, dos quais 10.673 habitantes vivem na sede do município. (IBGE, 2010). A forma como esses realizaram seus investimentos habitacionais possibilita interpretar características dessa população, e como essa constrói uma forma de segregação espacial.

A própria classificação local feita sobre algumas habitações, mais simples que se proliferaram com o crescimento da cidade, sinaliza um tipo de estratificação e também a característica migratória. Nesse sentido, as chamadas *estâncias*, são vários conjuntos de *kitnets* que recebem pessoas por preços mensais mais baixos, que variam entre R\$100 e R\$ 200. É importante ressaltar também, que tal terminologia no Rio Grande do Sul significa uma estrutura rural (formada por casa, galpões, currais) utilizada para criação de gado bovino, ou seja, caracteriza um tipo de classificação relacionado a determinado tipo de migrantes. Nessa opção mais simples e barata de habitação geralmente há um quarto com porta e janela e um banheiro anexo. A falta de circulação de luz e ar, a umidade e o calor são características permanentes nessas estruturas mais simples onde geralmente o piso é de cimento e as paredes de alvenaria ou madeira. Na ilustração é possível visualizar um exemplo de estância verde de madeira, com um pequeno córrego na frente e ao fundo uma mulher lavando roupas perto de um varal com peças de roupa estendidas.

5 Nesse âmbito pode-se destacar a ideologia do “integrar para não entregar” difundida no regime militar, durante o governo Castelo Branco.

Imagem VI- Habitação precária conhecida como Estância



Fonte: Marmanillo, 2012

Os conjuntos de Kitnets mais sofisticados são classificados como *apartamentos*-nomenclatura mais universal. Além do melhor acabamento e maior número de cômodos, em alguns são oferecidos serviços extras, como centrais de ar condicionado e TV por assinatura. Uma característica importante também é que a maioria possui uma área de serviço interna valorizando muito mais os aspectos privados e individuais de cada morador, diferentemente das estâncias onde as áreas de serviço, com tanques e varais, são coletivas. Os preços dos “apartamentos” variam entre R\$ 400 e R\$ 750, gerando um tipo seletividade de inquilinos que não pode ser pensada se não considerarmos as profissões dos mesmos.

Enquanto os apartamentos são ocupados por policiais, juízes e professores do Instituto Federal e da Universidade Estadual, as estâncias estão historicamente associadas à construção da BR 174, possuindo um papel fundamental no acomodamento dos operários que trabalhavam na construção da estrada. Essas duas formas de habitação sinalizam uma forma de divisão social do trabalho na recente cidade e são associadas às situações de adaptação dos recém chegados ou de permanência temporária.

Em termos de residências fixas é possível verificar palafitas, construídas em áreas sem infra-estrutura alguma, e também casas nas áreas mais altas com melhor

condição urbana. Uma distinção básica entre as formas de residência ocorre quanto ao material de construção e localização, ou seja, se é madeira ocorre com mais frequência nas áreas baixas, alagadiças e periféricas, as casas de alvenaria localizam-se, na maioria, nas áreas de maior altitude e próximas as regiões centrais da cidade.

Imagens VII e VIII – Casebres e vizinhança em área nobre



Fontes: Marmanillo, 2012

A distância entre centro e periferia revela uma tendência de precarização conforme ocorra o afastamento geográfico das áreas centrais. A altimetria da cidade também sinaliza um tipo de diferenciação que fica mais evidenciada quando a água das chuvas escorre pelas ruas asfaltadas e melhor estruturadas para as áreas mais baixas e periféricas, enchendo os canais e alagando os casebres, nesse sentido a falta de saneamento acentua ainda mais a diferenciação. Mais que registros de construções, as imagens (VII e VIII) sinalizam características econômicas de determinados perfis de moradores, que individualmente acabam delineando a segregada paisagem urbana de Rorainópolis.

Considerando a forma precível dos casebres e a resistência, em contraposição da melhor estrutura nos espaços privilegiadas, é possível pensar a idéia de *variações paisageiras* (ECKERT, 2009), uma vez que, na disputa contra as intempéries do tempo, as edificações que se manterem “narrarão” os lugares vividos e serão as verdadeiras guardiãs da memória de seus habitantes. Nesse sentido, enfatiza as relações entre as experiências humanas e a paisagem e a forma como é percebida pelos sentidos.

Além das questões espaço-temporais, as fotografias nos possibilitaram narrar modestamente o município em relação a aspectos como a comunicação, os limites da cidade, e relação entre diferenças sociais e habitacionais. Utilizando a idéia de

fronteira de Martins (1996), podemos dizer que a referida cidade caminha para a fusão das temporalidades e para um processo antropofágico de construção de identidade que só pode ocorrer com as tensões que emergem da pluralidade que serve de base para a transformação da cidade assentamento para segunda maior cidade do estado.

A importação e mistura de referências simbólicas associadas a processos identitários locais se faz não apenas, espacialmente, em relação à capital, mas também em relação à História, uma vez que é possível visualizar o esforço de construção de uma ideia de cidade Rorainopolitana por meio dos nomes das principais ruas e avenidas. Nesse sentido, destacam-se às avenidas Yandara, Airton Sena e Tancredo Neves, que fazem referência, respectivamente, à cultura indígena, ao campeão brasileiro do automobilismo mundial e a o primeiro presidente civil após ditadura militar. Nota-se então, uma cidade que cresce com referências nacionais incluso em seu processo de construção de identidade regional e local, como se existisse primeiro enquanto um “lugar” (do norte) do Brasil e posteriormente como cidade.

São diferentes temporalidades e culturas anteriores que coexistem na tensa relação entre os homens e recursos naturais, e homens entre si. Não se trata do exótico ambiente equatorial percorrido por Euclides da Cunha e embora seja semelhante a uma clareira no meio da floresta amazônica, sua conexão econômica e cultural com o restante do país é forte e representa a força motriz de todas as mudanças nesses dezessete anos de existência do jovem município. Nesse aspecto, foi necessário romper com um senso comum permeado de exotismo e ideia de isolamento histórico e populacional referente à região norte.

Conclusões Preliminares

Mais que um estímulo sobre nossas retinas, toda imagem apresenta uma lógica e sentido de existir. Se tomarmos as imagens enquanto processos é possível pensá-las enquanto signos de determinadas dinâmicas sociais e históricas, ou seja, mais que um objeto ilustrativo, as imagens nos instigam a buscar os elementos não visíveis que resultam no que se apresenta aos nossos olhos.

Num breve histórico sobre o uso das fotografias, percebemos que a utilização de imagens nas pesquisas antropológicas remonta o início do século XX e que no final do mesmo século cresceram, no Brasil, o número de grupos de pesquisa voltados para explorar as possibilidades analíticas sobre as imagens. Juntamente com esse movimento cresceram também as preocupações epistêmicas referentes ao ato de ob-

servar, que se constitui como uma atitude científica principal tanto para a etnografia quanto para a produção de imagens.

A problematização da atitude referente à observação não está desvinculada de um debate teórico metodológico existente necessário para a consolidação das Ciências Sociais, principalmente em se tratando dos processos de objetivação científica necessários à observação dos fatos sociais e também dos aspectos culturais e subjetivos que devem ser considerados nesse processo de objetivação.

Nessa perspectiva, desenvolvemos uma narrativa visual a partir de duas imagens de satélite e seis fotografias, que junto com fontes dos órgãos oficiais e aspectos históricos, possibilitaram uma reflexão com conceitos de *limites* e *fronteira*, trabalhados por José de Souza Martins. Conceitos esses que, relacionados com aspectos da produção material, com a lógica de expansão da cidade, formas de habitação e suas respectivas clientelas possibilitaram uma definição para a cidade narrada.

Enfim, considerar as imagens enquanto produto da sociedade implica pensar que a interpretação se faz no diálogo de informações históricas e sociais dessa mesma, uma vez que são projetados nas imagens símbolos que carregam diferentes temporalidades. Em outros termos, a cultura e percepções de vida de uma sociedade ficam mais evidenciadas nas imagens, que essas produzem, quando são considerados os elementos externos presentes nas teias de significados tecidas pelos homens.

Referências Bibliográficas

BACHELARD, Gaston. *Discurso preliminar*, in: A Formação Do Espírito Científico. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/ Editora da Unesp. 1998.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução Roneide V. Majer. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CARDOSO Ciro Flamarion e MAUAD Ana Maria. *Historia e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema* in: *Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia/* Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLLIER Jr, John. *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária/Ed. USP, 1973.

DURKHEIM, Émile. *Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Editora Martin, Claret, 2003.

ECKERT, C. . *As variações paisageiras na cidade e os jogos da memória*. In: Flávio Leonel da Silveira e

Cristina Donza Cancela. (Org.). Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. 1ed.Belém: EDUFPA - Editora Universitária, 2009, v. 1, p. 87-97.

ECKERT, C. ; ROCHA, A. L. C. . Imagem recolocada: pensar a imagem como instrumento de pesquisa e análise do pensamento coletivo. Porto Alegre: *Illuminuras*: série do Banco de Imagem e Efeitos Visuais, v. 8, p. 1-12, 2000.

FREIRE, Marcuis. Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês. *Notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em Balinese Character.A Photographic Analysis* ALCEU - v.7 - n.13 p. 60 a 72 - jul./dez. 2006.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE in: bestatistica/populacao/censo2010/default.shtm Dados com base em levantamentos utilizando os resultados do Censo 2010 do IBGE. Acesso em 28 out 2012.

MARTINS, José de Souza. José de Souza. *O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.* São Paulo: Tempo Social Revista de Sociologia USP, 8 (1) maio de 1996.

MARQUES, Altyvir Lopez; BERNHARD, Tânia;SCHULL, Sirlei; OAIGEN, Edson Roberto. *A poluição do igarapé do Chico Reis (Rorainópolis – RR) e suas consequências para a saúde pública. Caderno de Pesquisa série Biologia*, vol.20, número 2, p.63-75, jun./ago. de 2007.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia.* São Paulo: Cosac Naify, [1950], 2003

MENDES, Ricardo. *Once upon a time: uma história da história da fotografia brasileira* São Paulo: Anais do Museu Paulista, N. Sér. v. 6/7. p. 183-205 (1998-1999). Editado em 2003.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro . *Sociologia da Imagem - Ensaios Críticos* (CD-Rom). João Pessoa: Edições do GREI, 2004 (Cadernos Especiais de Pesquisa)

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2001

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro.* Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Da antropologia das formas sensíveis: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 1, n. 2, p. 107-117, jul./set. 1995.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw malinowski e a fotografia. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos , ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995.

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. *Informações Socioeconômicas do Município de Rorainópolis – RR 2010*[Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas] 1ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010.70p.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C. . *Migração e Mudança Social: A Influência do Migrante do Sertão Nordestino no Norte do Brasil.* Barcelona: Scripta Nova. V, p. 79-104, 2001.

WEBER, Max. *Conceito e Categoria de Cidade.* In VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 73-98.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais* [1904]. In: *Max Weber: sociologia.*(Gabriel Cohn org.). São Paulo : Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais; 13) p.79-127.

WOLF, Eric. *Antropologia e Poder.* Brasília: Editora da UNB. 2003.

PRÁTICAS CULTURAIS INDÍGENAS E O USO DE MEDICAMENTOS TRADICIONAIS NA PREVENÇÃO DA CÁRIE DENTÁRIA ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES MACUXIS EM RORAIMA

Introdução

Existem inúmeras práticas culturais populares de aplicação no âmbito da saúde bucal para sua proteção, prevenção e recuperação, com uso de produtos fitoterápicos ou não. A Amazônia brasileira é detentora de uma extensa flora, fauna e recursos minerais, dos quais são manufaturados vários produtos para uso em saúde. Os povos amazônicos, ao longo do tempo, experimentaram estes métodos e suas eficácias, apropriando-se, de geração a geração, deste conhecimento, que passou a ser intrínseco a suas culturas, gerando saberes terapêuticos ora secretos, ora de domínio público.

Entre os indígenas, o conjunto destes saberes, suas práticas, seus produtos, sua inserção cultural e espiritual é comumente chamado de medicina tradicional indígena. A busca pelo resgate e preservação desta medicina tem se constituído um marco para a saúde indígena. A investigação e observação destas práticas e fenômenos têm sido pouco realizadas no campo da saúde, diferentemente da antropologia, que tem vários trabalhos importantes nesta área.

Como afirma SOYAMA (2007), os profissionais da área da saúde, inclusive dentistas, e pacientes fazem pouco uso das plantas medicinais e práticas populares por falta de conhecimento. Um dos maiores entraves para que os dentistas ampliem o uso de fitomedicamentos e métodos terapêuticos alternativos é a falta de comprovação científica de eficácia e segurança desses compostos e práticas. Pelo código de ética profissional, não podemos optar por tratamentos sem comprovação científica definitiva, o que derruba a medicina tradicional em relação à medicina ocidental.

* CD MS Odontologia Social

Justificativa

Com a implantação do Subsistema de Saúde Indígena em 1999 no Sistema Único de Saúde houve atenção diferenciada para a medicina tradicional indígena. Embora houvesse muita resistência entre os profissionais da saúde em aceitar, compreender e integrar saberes. Aos poucos os preconceitos foram diminuindo e o respeito ao “outro diferente” foi surgindo.

Na saúde bucal não é diferente, a medicina tradicional está enraizada na cultura indígena, não sendo prudente seu descarte em detrimento ao uso da ciência odontológica. A observação e investigação destes eventos, bem como a aferição científica é um passo que não se pode negar a um saber milenar que está, aos poucos, se esvaindo pela aculturação ocidental. Não apenas com o intuito de, simplesmente, validar ou refutar tais fatos, mas para valorizar e recomendá-los até mesmo na ausência de benefícios visíveis cientificamente, considerando seus efeitos culturais, psicológicos e espirituais, a menos que haja malefícios comprovados.

Em Roraima, embora se exista alguns registros e relatos do uso da medicina tradicional em saúde bucal entre as etnias indígenas (macuxi, Wapixana, yanomami, dentre outras), não há dados científicos claros acerca destas práticas, sendo isto o que se pretende abordar, ainda que preliminarmente, neste trabalho científico, dando ênfase às práticas dos macuxis.

Objetivos

a)Objetivo Geral

Atentar a realidade da cultura indígena macuxi, na sua abordagem tradicional da saúde bucal, buscando identificar estas práticas, categorizá-las e investigar suas propriedades “in vitro” quando aplicável.

b)Objetivos Específicos

- a) Analisar bibliografia, documentos e relatos “in loco” da abordagem da medicina tradicional indígena na saúde bucal de macuxis, identificando práticas e recursos naturais utilizados para as doenças bucais;
- b) Categorizar estes eventos antropológicos encontrados.

c) Prover investigação científica dos produtos catalogados, denotando seus aspectos físicos, químicos, biológicos e terapêuticos;

d) Analisar os dados e trazer considerações e recomendações, respeitando a cultura indígena e a ética científica.

Referencial Teórico

a) Etnobotânica e Medicina Tradicional

O conhecimento acerca de plantas medicinais representa frequentemente a única medida terapêutica de muitas comunidades e grupos étnicos. O uso de plantas para tratar e curar enfermidades é tão antigo quanto a espécie humana. Ainda hoje nas regiões mais necessitadas do país e até mesmo nos grandes centros brasileiros, plantas medicinais são vendidas em feiras livres, mercados populares e estão presentes em quintais residenciais. (MACIEL, PINTO e VEIGA JÚNIOR, 2001)

Para GALVÃO Apud COSTA (2009), o conhecimento botânico e seu uso terapêutico têm correspondência direta com a religiosidade popular e com as concepções acerca do sobrenatural, associadas ao universo dos rios e das matas. A vida religiosa, portanto, poderia ser tomada como exemplo característico do processo de adaptação do homem ao ambiente tropical. Assim, as crenças e práticas mágicas derivadas dos índios teriam sido historicamente sincretizada a elementos correspondentes dos novos povoadores da região (portugueses e africanos), o que veio a transformar a vida religiosa em denominador comum das relações sociais entre ribeirinhos, caboclos, roceiros e gente da cidade.

O registro do saber tradicional destes povos é indispensável, uma vez que informações sobre o uso empírico das plantas encontram-se sob ameaça de desaparecimento. Some-se a esse fato, o risco de desaparecimento a que muitas das espécies utilizadas nas práticas de cura sofrem na atualidade. Nesse contexto, a etnobotânica segundo AMOROZO (1996), apresenta um instrumental teórico-metodológico que inclui muitos aspectos das ciências biológicas e das ciências sociais, especialmente a antropologia, ficando, assim, bem equipada para colaborar com a tarefa de modificar as formas de vida das populações devido ao contato com sociedades nacionais que podem levar ao abandono ou inadequação das antigas estratégias de manejo, ou à sobre-exploração dos recursos, resultantes de um aumento da densidade populacional humana.

MACIEL, PINTO e VEIGA JÚNIOR (2001) trazem que a seleção dos espécimes vegetais tem várias abordagens. A abordagem etnofarmacológica é a seleção da espécie de acordo com o uso terapêutico evidenciado por um determinado grupo étnico. A seleção etnofarmacológica favorece com maior probabilidade a descoberta de novas substâncias bioativas. Nesta abordagem as plantas medicinais são consideradas não apenas como simples matéria prima. A descrição do histórico da planta como um recurso terapêutico eficaz para o tratamento e cura de doenças de determinado grupo étnico, se traduz na economia de tempo e dinheiro, dois dos fatores mais perseguidos pelas economias ocidentais.

A Medicina Tradicional, também chamada de medicina indígena na maioria dos países Latino-Americanos, tem se tornado cada vez mais popular e utilizada com diferentes finalidades, em países de alta e baixa renda, nas últimas décadas. Na América Latina, a medicina indígena, considerada por alguns, medicina complementar e alternativa também mostraram um uso crescente. No Chile, 71% da população e na Colômbia 40%, usaram medicina indígena ou medicina complementar/alternativa de acordo com relatório da Regional para as Américas da OMS. (ZHANG, 2008).

Para o mundo indígena, não há choque de culturas, nem conflito entre a ciência ocidental e a medicina tradicional indígena. O conflito está dentro da cabeça do branco (nome genérico para todo aquele proveniente do mundo cristão ocidental), principalmente, dos médicos, enfermeiros e odontólogos, mas não está na cabeça dos índios, os quais, até agora, mostraram que a sua medicina é extremamente dinâmica e criativa e não estática e fadada a desaparecer ou a morrer frente à alegada superioridade da medicina ocidental.

A medicina indígena é capaz de mudar e absorver coisas estranhas aos seus valores. Os indígenas através de seus itinerários terapêuticos se mostram extremamente abertos a experiências e eles usam a medicina ocidental de modo complementar às suas práticas médicas sem que isso represente para eles, um conflito ou um confronto. No mundo indígena, os convidados são os profissionais de saúde que precisam respeitar as regras da casa, uma vez que esta integração permitirá ganhos futuros nos resultados da saúde indígena como um todo.

Os especialistas em medicina tradicional, aqueles que aprenderam a longa narrativa do surgimento do universo e suas doenças e respectivos tratamentos, ganharam a aura xamânica do curandeiro... ou “pajé”. Sendo a cultura de transmissão oral, o processo de informação e formação do curandeiro é lento, longo e fortemente embasado no conhecimento dos mais velhos. Para tal, é preciso um jovem para ouvir, o candidato à formação. O velho é o livro, o jovem é quem lê.

Hoje são poucos os pajés e rezadores. Por conseguinte, permanecem as doenças e a necessidade de explicação dos sintomas (de onde surgem) e seus intentos de cura; portanto, a mitologia persiste porque explica aquilo que não tem explicação de outra forma, criando mecanismos de compreensão e aceitação e, ídem, o intento de cura com benzimentos e aplicação de fitoterapia. Porém há a ameaça de se perder o maestro do processo: o “pajé”, o benzedor, o conhecedor da medicina tradicional indígena, o detentor eficiente da sabedoria e dos segredos do universo.

Apesar dos índios terem culturas com importantes elementos médicos xamânicos e fitoterápicos, a agressão da medicina ocidental, no seu ato operatório e seus rápidos resultados, aparentemente, não encontram espaço nos métodos tradicionais de cura ou melhora. Os elementos de proposta de cura tradicionais envolvem, quase que invariavelmente, elementos metafísicos, uso de ervas e infusões, por via oral, e emplastros variados aplicados sobre áreas de lesões ou representativas de doença. SOARES (2006).

Para SOUZA (2007) pode-se classificar os detentores de saberes tradicionais indígenas Fulni-ô (Pernambuco) conforme as seguintes categorias: pajé, mais velhos, rezadeiras, rezadores, parteiras, garrafeiro e conhecedor de plantas medicinais. Os mais velhos, incluindo o pajé, são geralmente lideranças religiosas e políticas que possuem conhecimento sobre a cosmologia, o ritual do Ouricuri e a natureza, concentrando saberes relativos às plantas de uso medicinal. O garrafeiro é o especialista na produção de garrafadas à base de plantas. Ele diagnostica a doença e produz as garrafadas. Já o conhecedor de plantas medicinais prepara remédios do mato, bem como ensina às pessoas que o procuram, geralmente com um diagnóstico prévio efetuado, a elaborá-los. As rezadeiras e os rezadores curam através de rezas recitadas em português e em yaathe e também utilizam como recurso terapêutico os remédios do mato.

Entre os Fulni-ô, quando os primeiros sintomas são identificados, a busca de explicação e tratamento terapêutico adequado é freqüentemente realizada pelo grupo familiar do doente. Muitas vezes, a mulher, como esposa e mãe, tem um papel fundamental nos cuidados primários com a saúde da família. No âmbito familiar os saberes sobre o processo saúde/doença/tratamento são construídos a partir das experiências com episódios de adoecimento.

É comum o doente recorrer ao uso dos remédios do mato e/ou de medicamentos alopáticos que já foram usados em casos de adoecimentos anteriormente vivenciados pelo grupo familiar e que apresentam sintomas semelhantes. No entanto, observa-se que os recursos terapêuticos mais usados provêm do sistema médico

Fulni-ô, cujos saberes e práticas, que vão além dos remédios do mato, rezas e outros rituais de cura, sendo compartilhados entre a comunidade. Os remédios do mato são considerados provenientes de um saber sagrado que vem da natureza, estando intimamente relacionado à Eedjadwà e ao ritual do Ouricuri. Eles são preparados obedecendo à normas rituais específicas, muitas vezes situadas na dimensão do segredo, e utilizados sob diversas formas que vai desde o uso da planta in natura, a preparação de banhos, de defumadores, lambedores e garrafadas. SOUZA (2007).

ALMEIDA (2007) comenta que para os Manoki existem regras de coleta das plantas que devem ser obedecidas para a eficácia da cura através dos remédios com plantas medicinais. Caso essas regras sejam ignoradas, ao invés de trazer benefício, a planta pode prejudicar a saúde. Para a planta preservar o poder de cura, a coleta não deve ser iniciada onde se localiza o limite do ambiente no qual elas estão situadas. Os Manoki estabelecem uma continuidade entre a doença e o ato de colher a planta. Se a pessoa inicia colhendo de “fora” para “dentro” do ambiente, a doença tende a piorar. As plantas não devem ser extraídas onde as pessoas circulam, pois isso enfraquece o poder de cura das mesmas. Há plantas que devem ser colhidas pela manhã; outras só podem ser colhidas durante o período de seca. Para a confecção de remédios, as plantas não podem ser colhidas em dias chuvosos ou em ambientes molhados. Como afirmam os especialistas: “é preciso deixar secar”. As plantas não podem ser cheiradas durante a coleta, é como se cada vez que a pessoa inspira o odor da planta, subtraísse um pouco do poder de cura inerente a ela; Assim, quando os especialistas referem-se a tal regra explicitam um processo de classificação das plantas medicinais através do odor: gostoso é todo cheiro bonito; em acréscimo, a fragrância da planta está associada a sua capacidade de extrair a dor. Após a coleta, a planta não deve ser transportada em contato direto com as mãos. Após ser colhida, a planta deve ser embrulhada. E assim que chegar à casa deve ser preparado o remédio imediatamente. Se for uma folha, ela deve ser colocada na água assim que colhida. Entre o momento da coleta e a medicação do doente não deve passar muito tempo. Produzir o remédio logo após a coleta é uma forma de manter as propriedades curativas da planta, isto demonstra que a mesma carrega consigo o poder de cura do ambiente de origem.

Para MENDONÇA (2004) dentro do sistema de cura dos povos indígenas existem diferentes tipos de intervenção, dependendo da interpretação do problema. Entre os pajés, por exemplo, existem diferentes graduações e poderes, existem os grandes pajés, os auxiliares, os fazedores de bonecos, os donos de determinado espírito, como do gavião, da onça, entre outros. Existem ainda os raizeiros ou “do-

nos de ervas”, os rezadores, as parteiras, e, de maneira geral, há um conhecimento coletivo sobre determinadas ervas, banhos, massagens e rituais, para os problemas cotidianos. Assim como em todas as culturas, o itinerário terapêutico dos portadores de doenças vai depender da história e da evolução de seu quadro.

Para muitos povos indígenas, a maior parte das doenças que acometem as crianças, principalmente as pequenas, menores de um ano, são causadas porque os pais romperam algum tabu, alguma regra social relacionada à alimentação do casal, ou ao comportamento sexual, ou ainda ao tipo de trabalho que os pais realizam nesta fase de maior vulnerabilidade das crianças. Também é comum atribuírem os males das crianças, um pouco maiores, aos espíritos brincalhões, espíritos que entram no corpo da criança, se materializam na forma de dentes de macaco ou espinhos e que machucam determinados órgãos ou partes do corpo. Eles podem se fixar no ouvido levando a uma otite, ou na barriga, levando à diarreia, ou podem se localizar em várias outras partes do corpo, dependendo da sintomatologia da criança. Existem ainda os casos mais graves, de crianças que, de repente, apresentam uma evolução clínica muito severa, brusca, que pode ser atribuída a uma feitiçaria. Ou seja, aquele estado de doença foi provocado deliberadamente por um feiticeiro que deverá ser descoberto e morto.

A saúde indígena representa uma temática complexa e polêmica. Quando se pensa em saúde indígena, o imaginário comum remete a rituais sagrados de cura, pajés, ervas, mitos, e outros elementos sociais que se entende como pertencente exclusivamente aos povos indígenas. Todavia, ao tentar conhecer a atual e diversa realidade indígena brasileira veremos que a situação está diferente. Muito pouco se sabe sobre a saúde dos povos indígenas no Brasil, além do fato de que as doenças infecciosas contribuíram muito no processo de subjugação frente a dominação ocidental. O levantamento de dados a respeito da saúde indígena faz-se relevante pelo fato de ainda não serem notáveis os estudos científicos a respeito das características epidemiológicas desses pacientes. Portanto, o conhecimento específico da situação epidemiológica indígena em Roraima é importante, pois reflete a realidade desses povos e ajuda na elaboração de políticas favoráveis à melhoria da assistência aos indígenas. HAYD *et al*, 2008.

A partir do contato com o homem branco, foram introduzidas muitas doenças infecto-contagiosas, como é o caso da tuberculose, da malária, sarampo e varicela, para as quais a medicina indígena nativa não possui alternativas de cura. Assim , para

estas novas doenças, reconhecidas como doenças “de branco”, não há possibilidade de domínio por meios conhecidos, e os recursos da medicina ocidental passam a ser uma necessidade de sobrevivência.

Não há incompatibilidade entre a medicina indígena e a medicina ocidental. Ambas podem trabalhar para o bem-estar das comunidades indígenas brasileiras. As populações indígenas devem ter à sua disposição terras não só para morar, mas também para manter recursos naturais suficientes inclusive para a prática da medicina indígena. Desde que a família e a comunidade indígena participem livremente da escolha, entre os recursos da medicina tradicional e os recursos da medicina ocidental, os recursos da medicina ocidental podem e devem ser disponibilizados para as comunidades indígenas, incluindo recursos diagnósticos e terapêuticos, sejam pertinentes à medicina básica ou à hospitalar. YAMAMOTO (2007).

b) Medicina Tradicional Indígena em Roraima e a Saúde Bucal

Em Roraima, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), organização indígena com mais de trinta anos de experiência, tem pautado o seu trabalho na luta por direitos indígenas com ênfase nas questões territoriais. Manteve também um convênio com a Funasa para prestar os serviços de atenção básica aos povos indígenas na região conhecida como Leste de Roraima. Também, há quinze anos, o CIR realiza Encontros Estaduais sobre Medicina Tradicional. Esses eventos tinham como objetivo incentivar o resgate dos saberes e das práticas de saúde que estariam sendo esquecidas pelas novas gerações. MOREIRA (2007).

A presença quantitativa e qualitativa de lideranças do CIR, assim como dos especialistas em cuidados e cura indígena nos encontros mais recentes trouxeram para o debate a discussão sobre as práticas de cura destes povos como recursos terapêuticos eficazes. Relembrando a vivência do luto; os segredos dos pajés; os pajés do bem e do mal; o dom para se tornar pajé, em suma, se fala de um contexto de práticas na busca do bem estar social, moral e físico. Esse é um aspecto importante para se pensar os projetos de Medicina Tradicional Indígena. Os agentes indígenas de saúde fizeram um apanhado de receitas tradicionais com o apoio de tuxauas, professores indígenas, Diocese de Roraima e do CIR, para que houvesse maior empenho e valorização das plantas medicinais, tendo em vista o contato entre indígenas e não índios, que trouxeram sérias conseqüências para estes (doenças desconhecidas para a realidade indígena, como câncer, AIDS, etc), respeitando os mitos e as culturas indígenas, com ajuda de pajés, rezadores e parteiras, porque vêm a doença não só

como um mal físico, mas também espiritual, por isso não devem faltar as plantas, rezas, defumações, que unem os indígenas com a mãe natureza. CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (2000).

MOREIRA (2007) traz que a criação de hortos foi uma das propostas para o projeto Vigisus II de Medicina Tradicional no DSEI Leste de Roraima. Este projeto vêm responder às demandas do CIR: de um lado, valorizar seus especialistas indígenas; por outro, incentivar o uso das plantas medicinais como recursos terapêuticos e assim promover a circulação destes conhecimentos e práticas tradicionais de cuidado com a saúde. Tudo que acontece no entorno do horto é tão importante quanto viabilizar o acesso às plantas e ao plantar, pois criam dinâmicas socioculturais que devem ser consideradas nos Projetos de Medicina Tradicional Indígena.

Há necessidade de mútuo respeito dos saberes tanto dos povos indígenas quanto os dos médicos ou da ciência ocidental. Porém, o respeito mútuo vai ao contrário da legislação atual que estipula que a eficácia da medicina tradicional deve ser comprovada pela ciência. Este paradoxo entre respeito mútuo e o poder de um sistema oficial de saúde decidir sobre o valor do sistema médico do outro, espelha um problema maior relacionado ao poder hegemônico em que estamos envolvidos e somos sujeitos. FERREIRA (2007).

As populações indígenas amazônicas estão em contato com frentes de colonização desde o século XVII. Durante os contatos estas populações sofreram um processo de aculturação que influenciou tanto suas tradições quanto seus hábitos alimentares. Estas mudanças na alimentação, através da introdução do açúcar e alimentos industrializados na dieta provocaram elevada prevalência e incidência de cárie desde a infância. Soma-se a isso o fato de que, na contra-mão desse processo, não foram introduzidos os hábitos benéficos de higiene oral. SOARES (2006).

CASTILHO, MURATA e PARDI (2007?) demonstraram na literatura várias pesquisas apontando para o efeito antimicrobiano de compostos obtidos de produtos naturais. O emprego desses compostos em saúde bucal pode ser considerado um instrumento de apoio na terapia de diversas patologias bucais, na prevenção e no tratamento de cárie dentária, doença periodontal e candidíase oral. Porém o desenvolvimento de medicamentos ainda é extremamente complexo, envolvendo conhecimentos da biodiversidade de produtos medicinais com estudos químicos, farmacológicos e clínicos e, muitas vezes, o conhecimento da população sobre os produtos naturais que as rodeiam (etnobotânica) pode auxiliar pesquisas a direcionar suas buscas por produtos que apresentem efetividade contra enfermidades.

A saúde bucal é marcada por uma escassez de dados que inviabiliza o delineamento de um quadro epidemiológico amplo e robusto, que inclusive leve em consideração a heterogeneidade que certamente existe no âmbito dos povos indígenas. Mesmo sendo a saúde bucal dos índios ainda pouco conhecida, o contato com os brancos é sem dúvida o principal problema para a queda da qualidade da saúde bucal indígena, devido ao conseqüente aumento do consumo de açúcares e produtos industrializados (ARANTES *apud* AMABILE; ROCHA e PEREIRA, 2005).

O incentivo ao uso de meios alternativos para a higiene bucal, como por exemplo, fio de tucum à fio dental, escova de galho verde na ausência de escova dental convencional e, também, o incentivo ao uso da medicina tradicional e da ingestão dos alimentos tradicionais, são fatores de profunda importância. SOARES (2006).

PINTO *Apud* BRANDÃO (2004) recomenda que o trabalho odontológico junto às comunidades indígenas deva basear-se em quatro princípios: Respeito às tradições e aos costumes tribais; Não interferência na vida da aldeia, com implantação de serviços curativos e hábitos da odontologia ortodoxa somente quanto justificado do ponto de vista epidemiológico, ou seja, pela constatação do deterioramento dental conseqüente ao contato com outras culturas; Ênfase na educação do pessoal encarregado de contatar as populações indígenas pertencentes a instituições governamentais, religiosas, etc., visando a não introdução de hábitos alimentares prejudiciais à saúde bucal, especialmente o consumo de açúcar; Utilização de mão de obra não indígena apenas em ultimo caso, quando for inviável o aproveitamento de elementos da própria tribo.

A perda de algumas formas tradicionais de higienização bucal, aliadas a uma modificação na consistência alimentar, leva também a um maior acúmulo de placa bacteriana, ocasionando mais caries e uma piora no periodonto. Como em Roraima não tem havido um prosseguimento na atenção á saúde, nem curativa nem preventiva, o que encontramos é um grande número de dentes serem extraídos, muitos a serem obturados e um aumento expressivo na necessidade de próteses dentárias. Provavelmente, se não houver uma modificação no sistema de atenção á saúde indígena, daqui a alguns anos a saúde bucal das crianças e adultos jovens deverá estar em condição muito precária, e o aumento da necessidade protética terá alcançado níveis alarmantes. A necessidade protética entre os Macuxi está crescendo a cada dia. O número de indígenas com ausência parcial ou total de dentes tem gerado uma preocupação por parte dos profissionais da saúde. AMABILE; ROCHA e PEREIRA (2005).

Quando os indígenas estão pescando, caso um peixe caia do anzol, a mocinha que está se formando (menarca), não deve comê-lo para que os seus dentes não

venham a cair. A moça na primeira menstruação também não deve comer frutas doces, carne salgada se não forem rezados anteriormente. Caso não seja feita a reza, ela terá seus dentes apodrecidos. Para o menino não “ter buracos” (cárie) no dente não é bom que ele coma da carne do primeiro animal caçado por ele. Todos os demais indígenas podem comer desta caça, mas o índio que a caçou não deve comê-la. Quando o casal de indígenas tem um bebê, o pai não deve trabalhar com afiação de instrumentos de trabalho (enxada, terçado, foice) para que os dentes da criança não furem. AMABILE; ROCHA e PEREIRA (2005).

É importante a participação dos mais velhos com o relato dos seus hábitos de alimentação na infância, comparando com os atuais praticados pelos filhos e netos ou por eles mesmos. Esta reflexão coletiva é muito rica e eficaz, onde pode haver a conscientização das perdas de saúde como, por exemplo, a introdução, muitas vezes desnecessárias, de hábitos deletérios (mamideiras e chupetas) e de alimentos industrializados na sua dieta (principalmente açúcar e farinhas refinados, refrigerantes, etc.). BRANDÃO (2004).

Metodologia

Inicialmente, este projeto tem na pesquisa e na documentação ações primordiais, onde o trabalho de campo se torna importante para o entendimento das práticas e do manejo indígena dos recursos terapêuticos que estão à sua disposição. Não seria, portanto, apenas identificar o que é ou não prática tradicional, mas conhecer os recursos e atitudes destes atores na busca pela melhoria da saúde, em especial a saúde bucal.

ETAPA 1 - A investigação destas práticas e produtos utilizados na saúde bucal em aldeias macuxis pré-selecionadas no estado de Roraima acontecerá através da pesquisa bibliográfica, documental e exploratória através de observação participante, seguindo a categorização destes dados. Tendo como ponto de partida, os referenciais teóricos encontrados e roteiro aberto para identificação da cosmologia indígena com respeito às doenças bucais e suas formas de prevenção e abordagem.

A busca por parcerias e autorizações junto às organizações indígenas locais e comunidades envolvidas para a bioprospecção de conhecimento tradicional, bem como aos órgãos competentes como o IPHAM e comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Roraima são alguns dos passos a serem seguidos para realização da pesquisa.

Os critérios iniciais de escolha destas aldeias são, assim, que seja predominante a etnia macuxi, de maioria bilíngüe e na qual haja ações de medicina tradicional indígena.

Com a identificação dos principais métodos tradicionais utilizados, se procederá a categorização destes, a princípio, em termos metafísicos, culturais e terapêuticos. Alguns produtos apareceram na literatura, estes quantos estão listados a seguir: carvão de casca de mirixi, de darora, de angico, de mori-mori, pau-rainha; pimenta malagueta ou pimenta kanaimé; chá do dente da capivara ou do porco; fio de Kurawá (uma planta nativa); lesma no dente; fel de boi, talo da folha do buriti, coco e outras árvores para limpar os dentes; chá de mangaratai; água de morcego, tudo isto para cuidar dos dentes. AMABILE; ROCHA e PEREIRA (2005).

ETAPA 2 - Com base nos princípios éticos, respeitando o conselho comunitário e as legislações vigentes, proceder a coleta, quando possível, destes recursos. Em se tratando de plantas medicinais, faz-se inicialmente a coleta prévia, para identificação botânica da espécie e depois faz-se a coleta definitiva com quantidades maiores para o estudo fitoquímico do material.

ETAPA 3 - Proceder avaliação física dos materiais denotando características como: resistência, consistência, abrasividade, pigmentação, condutividade, adstringência, magnetismo, dentre outros, isto relacionado ao modo de uso relatado e atividade do material.

ETAPA 4 - A avaliação biológica deverá usar recursos “in vitro” para se conhecer a letalidade do produto, a toxicologia, através de ensaios biológicos estabelecendo atividade antimicrobiana bactericida ou bacteriostática.. Em microbiologia oral, se procederá avaliação do efeito de cada uma das substâncias, seja “in natura”, em extrato ou óleo essencial extraído (hidrodestilação) sobre a microbiota oral (cepas de laboratório ou doadas para coleta “in vivo”) pela técnica de antibiograma com observação de halo de inibição, fazendo uso de meios de cultura próprios destas cepas.

ETAPA 5 - A investigação preliminar de constituintes químicos, o que representa, muitas vezes, um estímulo motivador da curiosidade, já que possibilita o conhecimento prévio dos extratos e indica a natureza das substâncias presentes. MACIEL, PINTO e VEIGA JÚNIOR (2001). Uma análise inicial destes materiais e plantas será feita para classificação química dos medicamentos tradicionais.

ETAPA 6 – Tratamento estatístico e análise das informações coletadas para proceder a finalização do trabalho. Também, a depender dos resultados, fazer inferências epidemiológicas utilizando o banco de dados do Sistema de Informação da Saúde Indígena (SIASI) das aldeias participantes, relacionados ao uso de medicina tradicional e distribuição de doenças bucais.

Não se trata de buscar resultados satisfatórios e de comprovação científica para então recomendar ou refutar tais elementos, mas para estabelecer significados e res-

peito cultural às práticas tradicionais, ainda que seu maior benefício não seja o mensurável científico, mas o místico inconsciente que é capaz de proceder bem-estar e melhorar a condição do doente.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a participação da antropologia é recomendável, seja em forma de co-orientação ou em assessoria, o que se sugere, mais uma vez, a parceria com a Universidade Federal de Roraima - Núcleo Insikiran.

Resultados e impactos esperados

O conhecimento da abordagem da Medicina Tradicional na saúde bucal entre os Macuxis, identificando algumas práticas culturais de uso comum e os recursos naturais utilizados para o processo de cura das doenças;

Transformação em categorias os eventos antropológicos encontrados, classificando como espirituais, culturais e terapêuticos;

Realização de investigação científica dos produtos catalogados, com seus aspectos físicos, químicos, biológicos e terapêuticos para dar suporte científico para cada produto pesquisado e encaminhar investigações futuras mais detalhadas.

Emissão de considerações e recomendações, respeitando a cultura indígena e a ética científica para fortalecer o conhecimento acerca da prática da Medicina Tradicional entre os macuxis e subsidiar pesquisadores e profissionais da saúde para atuarem entre indígenas.

Considerações Importantes

Existe um conhecimento muito rico de como cuidar de sua saúde sem se utilizar da alopatia ou de técnicas modernas. Todavia a influência da tecnologia e da cultura do não – indígena tem influenciado bastante à mudança de hábito da maioria dos índios Macuxi. Obteve-se um bom conhecimento quanto à cosmologia Macuxi e quanto aos métodos tradicionais utilizados em saúde bucal, no entanto, a maioria destes métodos está em desuso. As gerações mais antigas é que se utilizavam destas técnicas tradicionais, mas após contato com o “branco” e posterior entrada dos profissionais de saúde e do fornecimento de cremes dentais e escovas, a maioria dos índios abriu mão de sua tradição para utilizar estes recursos.

AMABILE; ROCHA e PEREIRA (2005) trazem algumas importantes contribuições:

A causa da doença cárie e da doença periodontal, para os Macuxi, é bastante diferente da etiologia biomédica. De acordo com a crença da população estudada, o feitiço pode causar cárie e fazer cair os dentes. Este feitiço pode ser lançado quando

há situações que envolvam, sentimentos de ciúmes, desavença pessoal, inveja, ou atritos interpessoais. De acordo com as informações e citações obtidas, quando um casal tem um filho; quando uma mocinha estiver se formando (menarca), caso não peçam para que sejam feitas rezas sobre eles antes de comer milho, jerimum, goiaba e outros alimentos, isso pode acarretar o desenvolvimento de cáries.

Quanto às técnicas tradicionais, para cuidados com a higiene bucal, os Macuxi fazem uso de recursos retirados da natureza. É possível encontramos indígenas que fazem limpeza dos dentes com carvão de casca de mirixi, de darora, de angico, de mori-mori; ou com pau-rainha (plantas nativas da região); pimenta malagueta ou pimenta kanaimé. Eles esfregam o carvão esfarelado ou a pimenta com os dedos e depois lavam a boca com água. Alguns indígenas relataram que bochecho de água com sal também é bom para preservar os dentes.

Outros fazem chá do dente da capivara ou do porco e bochecham para não pegar a cárie. Eles quebram o dente, colocam para ferver e depois que esfria fazem o bochecho da mistura para lavar a boca. Alguns indígenas limpam os dentes com fio de Kurawá (uma planta nativa). Quanto aos antepassados, alguns indígenas relataram que se passava a lesma no dente para que ele ficasse mais duro. Os antepassados utilizavam também fel de boi, talo da folha do buriti, côco e outras árvores para limpar os dentes; chá de mangaratai e mastigavam raiz de timbó também para limpeza dentária.

Alguns indígenas mais antigos relataram que se usava água de morcego para cuidar dos dentes. Eles capturavam o morcego, colocavam-no de molho em água e depois faziam bochechos com essa água.

Muitos macuxis já abandonaram por completo a tradição do uso de recursos naturais para higiene bucal. Se faz necessário um trabalho educativo que possa não apenas resgatar essas tradições, mas também avaliar a sua eficácia. Todavia, percebe-se que, em termos cosmológicos da origem das doenças, a grande maioria dos Macuxi ainda preservam os conhecimentos recebidos dos seus antepassados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. K. Oficinas de Medicina Tradicional entre os Manoki. In: Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento. Luciane Ouriques Ferreira e Patricia Silva Osório (org.). Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007, p. 70-77.

AMABILE, A. C.; ROCHA, B. M. e PEREIRA, F. A. O estado da arte de saúde bucal na população indígena macuxi no estado de Roraima. Boa Vista/RR: IBPEX, 2005. 39p. Monografia, Pós Graduação em Saúde Pública no Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão, Boa Vista 2005.

- AMOROZO, M.C.M. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L.C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência*. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996. p. 47-68.
- BRANDÃO, M. E. M. Saúde Bucal. *Manual de atenção à saúde da criança indígena brasileira*. FUNASA. Brasília 2004.
- CASTILHO, A., MURATA, R., PARDI, V.. Produtos Naturais em Odontologia. *Revista Saúde - UnG*, Guarulhos, Vol. 1, n. 1, 2007, p. 11-19.
- CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. Medicina Tradicional – Caderno de Receitas. Boa Vista. DSEI Leste de Roraima. Convênio CIR/FUNASA. Jan 2000. (Mimeo)
- COSTA, A. M. D. Pesquisas antropológicas urbanas no “paraíso dos naturalistas”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, V. 52 Nº 2.
- FERREIRA, L. O. Debate sobre Oficina de Manipulação de Plantas Medicinais Fulni-ô. In: *Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento*. Luciane Ouriques Ferreira e Patricia Silva Osório (org.). Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007, p. 63-69.
- HAYD, R. L. N. *et al.* Um olhar sobre a saúde indígena no estado de Roraima. *Mens Agitat*, Vol. III, No. 1, p. 89-98, 2008.
- MACIEL, M. A. M.; PINTO, A. C. e VEIGA JÚNIOR, V. F. Plantas Medicinais: A necessidade de estudos multidisciplinares. *Quim. Nova*, Vol. 25, No. 3, 429-438, 2002.
- MENDONÇA, S. B. M. Relação médico-paciente: valorizando os aspectos culturais x medicina tradicional. *Manual de atenção à saúde da criança indígena brasileira*. FUNASA. Brasília 2004.
- MOREIRA, E. Considerações sobre a construção do Projeto de Medicina Tradicional Indígena em Roraima: Convênio CIR – Saúde. In: *Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento*. Luciane Ouriques Ferreira e Patricia Silva Osório (org.). Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007, p. 48-54.
- SILVA, N.M. A fitoterapia na história do Brasil. *Informativo Herbarium Saúde*. n.29, 2004.
- SOARES, O. E, et al. Ações em Saúde Indígena Amazônica: O modelo do Alto Rio Negro. FOIRN, São Gabriel da Cachoeira, ap. FAPESP, 2006.
- SOUZA, L. C. Remédios do Mato e Remédios de Farmácia: relações entre o sistema médico Fulni-ô e o sistema oficial de saúde. In: *Medicina Tradicional Indígena em Contextos – Anais da I Reunião de Monitoramento*. Ferreira, L. O. e OSÓRIO, P. S. Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2007, p. 55-62.
- SOYAMA, Paula. Plantas medicinais são pouco exploradas pelos dentistas. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 59, n. 1, Mar. 2007.
- YAMAMOTO, R. M. Medicina ocidental e medicina indígena: a favor da saúde da criança indígena brasileira. *Manual de atenção à saúde da criança indígena brasileira*. FUNASA. Brasília 2004.
- ZHANG, X. *Terceira Conferência Interparlamentar de Saúde*. Disponível em: <www.parlatino.org/comis/III_conf_saude/Dra_Zhang_pt.doc>. Acessado em: 4 abr. 2008.

REPRESENTAÇÃO E MEMÓRIA AO AR LIVRE: A PRAÇA DA SAUDADE EM MANAUS/AM

Introdução

Para compreender a ligação existente entre as representações na memória, os sentidos atribuídos a essas representações e o espaço físico que as evoca é bastante adequado recorrer ao conceito de lugares na memória, do autor Nora (1993, p. 09), que elucida que: “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. E, assim, ela é composta de pontos de referência que são ao mesmo tempo: materiais, onde a memória social se ancora e pode ser apreendida; funcionais, visto que possuem a função de sustentar as lembranças coletivas e permitir sua transmissão; e por fim, simbólicos, já que caracterizam acontecimentos ou experiências vividos por diferentes pessoas fazendo parte de suas memórias.

Em consonância com o pensamento do referido autor, propomo-nos neste trabalho, discutir e analisar a questão do lugar na memória que apresenta como foco principal a Praça da Saudade, como reflexo das representações simbólicas e afetivas. Para embasarmos as nossas considerações, tomamos como referência os autores Le Goff (2000) e Nora (1993), na abordagem sobre a memória; Certeau (1994) na fundamentação teórica sobre o espaço e o lugar; além de outros autores que também servirão de apoio para que possamos fundamentar as ideias acerca do tema em questão.

Num primeiro momento, discutiremos a noção do que verdadeiramente significa o espaço e o lugar e suas relações sociais. Em seguida, apresentaremos um breve panorama sobre a questão da história da Praça da Saudade e suas alterações em períodos diferentes. Ainda faremos uma exposição acerca do lugar na memória e sua relação na representação entre o passado e o presente.

* Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Por fim, apresentaremos e analisaremos a questão da representação e o papel da Praça da Saudade na memória coletiva, a partir de quatro entrevistas realizadas com pessoas que moraram ou vivenciaram momentos marcantes em épocas pretéritas, e que foram frequentadores dessa praça na cidade de Manaus, no Amazonas.

O lugar e as relações sociais

Com o passar do tempo, as sociedades defrontam-se constantemente com novas e variadas definições e diretrizes para o desenvolvimento de diferentes percepções acerca do mundo, isso tudo relacionado a uma constante busca por uma economia e uma vida social mais igualitária, mais justa.

Cada civilização, grupo social e indivíduo vai deixando uma marca, um rastro no decorrer de sua caminhada pela História. Assim, diante de tais vestígios é possível compreender as temporalidades e as espacialidades. O indivíduo como um ser social, estabelece relações com o outro e com o meio onde vive.

As cidades tornam-se, então, os verdadeiros palcos das relações existentes entre os sujeitos em suas vivências, exprimindo em seus equipamentos, espaços e lugares, os seus anseios e as suas necessidades. O ser humano precisa ler o ambiente em que se insere na busca por referências e orientação, o que o ajudará na construção de uma percepção sobre o espaço e sobre o lugar.

Sobre a distinção entre o espaço e o lugar e de acordo com Certeau (1994, p. 201), temos que:

Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do 'próprio': os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Ainda entrando na seara das distinções acerca desses dois conceitos, temos que o espaço é uma dimensão universal, enquanto que o lugar apresenta uma dimensão mais particularizada. E a leitura da imagem formada pelo indivíduo, enquanto usuário é um fator muito importante no que diz respeito a utilização desses espaços e lugares, especialmente quando se tratam de áreas históricas com possíveis intervenções urbanísticas. Visto que, também é trabalhado nesse caso a memória coletiva dos indivíduos aliada aos traços históricos desse lugar, que na maioria das vezes são recriados e atualizados de acordo com as vivências, as práticas desenvolvidas pelas

pessoas e as representações que cada um traz consigo.

Cabe assinalar que Pesavento (1995) informa que:

Naturalmente, a forma de uma cidade, seus prédios e movimentos contam uma história não verbal do que a urbe vivenciou um dia, mas, por mais que este patrimônio tenha sido preservado, os espaços e sociabilidades se alteraram inexoravelmente, seja enquanto forma, função ou significado. No caso das cidades modernas, metrópoles de fato ou por atribuição de seus habitantes, que a veem e sentem como tal, a complexidade da vida e as sucessivas intervenções urbanísticas são agentes de descaracterização e mesmo de degradação da cidade. Ocorre muitas vezes o que se poderia chamar uma ‘pasteurização’ ou uniformidade do urbano no pior dos sentidos: a destruição da memória, a substituição do ‘velho’ pelo novo, a uniformização das construções e a generalização do caráter de impessoalidade ao contexto urbano (PESAVENTO,1995, p. 11).

Assim, temos que existem diferentes terminologias para classificar a memória. Há a sua classificação segundo a biologia, a filosofia, a psicologia, a antropologia, a museologia e outros. Mas, aqui vamos nos ater ao sentido original de memória que de acordo com Le Goff (2000, p. 09) a “memória, como capacidade de conservar certas informações, recorre, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o indivíduo pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa como passadas”.

Na maioria das sociedades ou comunidades existe sempre – e sempre há de existir – uma preocupação em manter uma lembrança viva da história vivida por eles ou por seus antepassados. Há a preocupação de manter viva as suas identidades. São preocupações comuns e que caracterizam certas sociedades.

E de acordo com a visão de Chapouthier (2005) tem-se que na biologia, o conceito assume uma extensão maior, possuindo três sentidos. No sentido restrito, seria: “a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento”. Já no sentido mais amplo, seria todo traço ou marca deixada no mundo ou em alguns elementos deste, como “traços, resíduos ou fósseis, bem como de memória genética, citoplasmática ou imunológica”. E, há ainda as memórias artificiais criadas pelo ser humano.

A diversidade de discursos e de possibilidades para a sua interpretação, se por um lado pode estabelecer dificuldades metodológicas, por outro revela que a memória também pode ser constituída em um objeto de disputa, e que vai possibilitar perceber que a variabilidade das percepções tem origem em sua ligação a interesses diferentes. E tais diferenças vão nos remeter ao conceito de representação, possibilidade de pensar os fenômenos sociais evocando imagens às quais são atribuídos

sentidos e que tornam presente aquilo que está ausente (PESAVENTO, 1995).

Deste modo, o ambiente urbano típico (que são as cidades) reunindo imagens reais (cenários e paisagens) e metafóricas (que são suas interpretações nos discursos), constitui espaços apropriados para a construção de significados que se manifestam e são percebidos no ambiente urbano, e de acordo com a visão de Moser (2005, p. 282), temos que:

Nas ciências sociais, o ambiente é geralmente considerado como uma construção daquele que o percebe. De modo evidente, a dimensão cultural está presente na relação com o ambiente. O enquadramento ambiental não é um espaço neutro e isento de valores, ele é culturalmente marcado.

Mais adiante, ainda conforme o mencionado autor, ele apresenta que:

O ambiente, enquanto tal, veicula significações; nossa visão da natureza humana se exprime na maneira como nós moldamos o espaço construído; e este espaço construído retorna a nós, resignificando quem nós somos e o que devemos fazer (IBIDEM, 2005, p. 282).

Deste modo, temos que é então reconhecido o efeito do ambiente nas ações dos indivíduos, pela sua possibilidade de propiciar sentido, identidade, situação social, econômica e cultural.

Todos os seres humanos possuem memórias recentes ou antigas acerca de um espaço ou lugar. A memória então se apresenta como uma construção feita pelo sujeito a partir de informações guardadas em seu imaginário, que o auxilia nas recordações de vida, como refúgios emocionais, e como testemunhos vivos (ou não) de tudo aquilo que foi vivido ou que ainda está sendo vivenciado. Enfim, como algo que possui alguma representação para o indivíduo atrelado a discussão sobre a possibilidade de compreensão da memória.

Abbagnano (2003) aponta a seguinte variante:

A representação é um vocábulo de origem medieval, que indica a imagem ou ideia. Imagem significa semelhança ou sinal das coisas que pode conservar-se independentemente da coisa; ideia significa um objeto qualquer do pensamento humano, isto é, como representação em geral.

E para Ockhan citado por Abbagnano (2003), existem três significados para o termo. No primeiro, aquilo por meio do qual se conhece algo, a representação é a ideia mais geral. Nesse sentido, o conhecimento é representativo, e representar significa ser aquilo que se conhece ou ter ideia daquilo que se conhece.

No segundo significado, entende-se conhecer alguma coisa, e após o conhecimento, conhecer outra coisa. Nesse sentido, a imagem representa aquilo de que é

imagem no ato de lembrar.

No terceiro significado, entende-se por representação o modo como o objeto causa o conhecimento. Assim, no primeiro caso, a representação é a ideia no sentido mais geral. No segundo, é a imagem. E no terceiro, é o próprio objeto.

Já etimologicamente, o termo representação é derivado do vocábulo latino *re-presentationis* – que significa a ação de pôr sob os olhos – e daí aparecem as variantes imagens e retrato.

De acordo com Ginzburg (2001) no ensaio “Representação: *a palavra, a idéia, a coisa*”, ele se reporta à representação como:

Por um lado, a ‘representação faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas, a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar’(GINZBURG, 2001, p.85).

E conforme o que expõe Pesavento (1995), ela informa acerca da memória de imagens que:

Essa memória é constituída pelas representações visuais e mentais do mundo, que todos carregamos, e é transmitida como que em herança, social e individual. A imagem é um órgão da memória social.

É a partir desse ponto de vista que todo sujeito, enquanto sujeito individual e coletivo possui inúmeros olhares para um mesmo ângulo, para um mesmo lugar, com diferentes nuances de memória e representação.

O indivíduo por meio de suas relações com o meio e com a cidade exprime em todos os seus equipamentos e lugares os seus anseios e necessidades, e os de todos os membros de sua espécie também.

E a praça que funciona como um equipamento das cidades onde podemos analisar os usos da memória e de sua representação no imaginário individual e coletivo, sempre foi um local muito privilegiado por todos.

Assim, a praça torna-se um local de passeio, de diversão, de lazer, e pode ser também um local de trabalho, de onde diversos ambulantes, donos de bancas, quiosques e barracas de produtos alimentícios retiram seu sustento.

Como qualquer outro equipamento urbanístico, a praça é um lugar pensado, planejado e construído para servir de local de lazer, espaço de encontro e de diversas manifestações socioculturais dos moradores das cidades.

A história da Praça da Saudade e suas alterações urbanísticas em diferentes períodos

Essa Praça possui aproximadamente 12,6 mil metros quadrados. Limita-se com as ruas Epaminondas, Ramos Ferreira, Ferreira Pena e Simão Bolívar, localizando-se em plena área central da capital amazonense. Ela foi batizada pela população manauara de 'Saudade' e assim é conhecida até hoje, embora seu nome oficial seja o de Praça 5 de Setembro.

A Praça da Saudade foi inaugurada em 1865 e inicialmente era conhecida como Largo da Saudade. Seus limites eram desde o antigo cemitério velho chamado de São José (nome também do primeiro bairro de Manaus) – localizado onde atualmente é a sede do Atlético Rio Negro Clube até o Instituto de Educação do Amazonas (local onde seria construído o Palácio do Governo).

Um dado curioso da praça registra que na época do governo provincial do Presidente Francisco José Furtado em 1858, o cemitério foi cercado e a praça não passava de um largo com pouca arborização.

Então, em 1865 foi proposta pela Câmara Municipal, a construção da praça e a proposta de se oficializar o nome de Praça da Saudade.

FIGURA 1 - IMAGEM AÉREA DO LARGO DE SÃO SEBASTIÃO ATÉ A PRAÇA DA SAUDADE NO FIM DA DÉCADA DE 1890



FONTE: <http://blogs.d24am.com>

De acordo com registros documentais, ela passou à denominação de praça em 1897, mas só passou a adquirir forma em 1932, na gestão de Emmanuel Morais com a construção de jardins e passeios. O cemitério nesta época já havia sido fechado. Após a demolição, os restos mortais que haviam no local foram transferidos para o

Cemitério São João Batista. O nome de Largo ou **Praça da Saudade** foi batizado pelo povo por estar localizada bem em frente ao cemitério de São José, que também emprestava nome ao bairro.

FIGURA 2 - PRAÇA DA SAUDADE NOS ANOS 1900



FONTE: <http://blogs.d24am.com>

Em 1938 teve seu traçado original modificado e seus canteiros foram renovados com a colocação de uma vegetação diferente, mas as estátuas de bronze que representam os homens primitivo e moderno só foram colocadas em 1963, época em que foram retiradas as pérgolas laterais.

O nome oficial de Praça 5 de Setembro é em homenagem a data da elevação do Amazonas à categoria de Província e uma homenagem a Tenreiro Aranha que tanto lutou pela emancipação do Grão-Pará, e que figura na história deste Estado como o primeiro governador (mandato de 1852-1853). Porém, esse nome oficial nunca se tornou popular. O certo é que mesmo o nome oficial estando inscrito na placa da estátua de Tenreiro Aranha, o manauara a conhece, principalmente, por *Praça da Saudade*.

FIGURA 3 - VISTA AÉREA DA PRAÇA DA SAUDADE NO COMEÇO DOS ANOS 1980



FONTE: <http://blogs.d24am.com>

Em relação ao resgate da Praça da Saudade, tudo começou no ano de 2006. Naquele ano, já havia uma intenção para que o prédio que havia sido construído na praça em frente ao Rio Negro Clube fosse demolido. Este assunto acabou virando processo administrativo no Ministério Público, que envolveu a Prefeitura de Manaus e o Governo do Estado, chegando-se a conclusão de que não bastava a demolição do prédio, havia a necessidade de realizar o resgate histórico da praça.

A nova Praça da Saudade foi então restaurada, revitalizada e revigorada retratando o desenho que ela possuía na época de sua concepção, em 1932. Retornaram também as pérgolas (ou caramanchões) de madeira fazendo sombra aos bancos.

O projeto de revitalização inclui pistas externas (pedras tipo carranca) e internas (pedras tipo Miracema), a iluminação com postes estilo republicano e pergolado em madeira de lei. Além de bancos em estilo francês, lixeiras tipo joy (ferro fundido), bancas de revistas, cabines telefônicas e espaços gastronômicos.

Outro símbolo marcante do lugar é o monumento a Tenreiro Aranha, que foi totalmente restaurado, inclusive com granito da base da estátua semelhante ao utilizado na época em que a praça foi construída. E diversas linhas de todos os cantos da Praça levam diretamente ao monumento central de Tenreiro Aranha.

As ruas do entorno da praça receberam melhorias no pavimento e a sinalização horizontal foi refeita. A fachada emblemática do Atlético Rio Negro Clube que compõe aquela área histórica ganhou nova pintura, por meio de uma parceria entre uma empresa de tintas e a Prefeitura de Manaus.

O paisagismo é outro detalhe importante dessa obra que recebeu atenção especial, com o plantio de mudas de mini-ixórias, almandas, durantas, palmeiras, açaizeiros, bougainvilles, oitizeiros e pau-pretinho.

A jardinagem remonta aos jardins europeus que enfeitavam nossa cidade no período áureo da borracha. A aplicação de todos esses detalhes faz parte do empenho da Prefeitura em resgatar um patrimônio histórico e cultural que tem 154 anos, e que agora, renovado, volta a receber a população como mais uma alternativa de lazer.

Na data de 30 de abril de 2010, a Praça da Saudade foi reinaugurada. O local passou por uma ampla, demorada e nova reforma. Espaços históricos foram recuperados, constituindo atualmente uma das mais belas praças da cidade de Manaus, no Amazonas.

FIGURA 4 - PRAÇA DA SAUDADE REINAUGURADA EM 2010



FONTE: <http://semulsp.manaus.am.gov.br>

O lugar na memória: entre o passado e o presente

Segundo a dialética do espaço democrático, o espaço urbano põe-se como recurso favorável ou desfavorável. Como determinação do lugar físico e político organiza a densidade da cidade. Daí a importância da quadra, do bairro, dos pontos, mas também das ruas, das avenidas, dos viadutos, das praças. É onde a população se expressa como espaço produzido e espaço em produção.²

O ser humano, enquanto ser social expressa sua sociabilidade estabelecendo relações com o outro, com o meio, com as cidades e com os lugares por onde passa, por serem esses os palcos das relações que vão sendo construídas e que vão se estabelecendo.

Todos temos memórias recentes ou antigas acerca de um lugar. Isso se dá como se fora um exercício de lembrar de fatos pretéritos juntamente com uma relação

subjetiva entre o que vivemos e o que guardamos conosco.

A memória aparece como uma construção feita pelo sujeito a partir de coleções de fatos, acontecimentos e experiências vivenciadas que auxiliam nas recordações de vida.

Alguns lugares aparecem como que refúgios emocionais ou testemunhos vivos (ou não) de tudo aquilo que foi vivenciado por anos a fio. O tempo fotográfico ou visual surge como instantes irregulares e arbitrários ligados e separados pelo esquecimento.

Por terem apego à história do seu tempo, algumas pessoas têm muitas recordações do passado, e especificamente de alguns lugares em especial, que marcaram de alguma forma e muito fortemente a vida dessas pessoas.

A praça surge então, como o local ideal para a celebração da memória, bem como sua representação para o indivíduo, principalmente se levarmos em consideração o valor da mesma para os cidadãos de uma cidade.

A contradição se põe como um espaço urbano que é concebido, ora como estrutura, ora como forma. A questão que se abre é se a estrutura é a manifestação da forma ou o contrário. Por exemplo: a praça é uma estrutura ou uma forma? (não é um jogo de palavras). A ideologia liberal tenderá a defini-la como estrutura ou como forma? E a ideologia socialista? No movimento, a forma se põe como fenomenologia e a estrutura como ontologia.³

Conforme alguns estudiosos sobre o assunto em questão, a memória se apresenta como o resultado do entrelaçamento das experiências de um tempo já vivido e vivenciado pelo indivíduo. Ela passa a ser encarada como uma espécie de guardiã da integridade dessas experiências obtidas pelo indivíduo, enquanto sujeito que experimenta durante toda a sua existência, um incontável número de acontecimentos.

É a partir do registro de um processo de identificação do indivíduo com o lugar onde está inserido e suas representações e memória acerca desse lugar, de suas relações com esse lugar, em relação ao tempo presente e ao tempo passado é que identificações passam a se firmar.

As trocas simbólicas entre os indivíduos se dão no tempo e no espaço, e acerca de um dado lugar e, essas trocas são resultantes de um processo identificado como comunicação e representação. Trata-se de reconhecer que novas espacialidades são (re) significadas, culturalmente, atravessadas pelo tempo por meio do imaginário do sujeito individual e coletivo.

^{2 e 3} SILVA, Armando Corrêa da. De quem é o pedaço? Espaço e cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

A memória aqui tem a ver então, com o registro imediato ou a narrativa testemunhal de uma experiência vivenciada baseada em acontecimentos pretéritos, onde percebemos a nuance que nos enlaça: cidade e cidadão têm a mesma raiz semântica. E esse sentimento de recordação sobre um dado lugar é essencial para a legitimação da memória como constituinte da representação simbólica desse dado lugar.

O lugar apresentado na presente pesquisa - a Praça da Saudade - não foi selecionado de forma aleatória. Esse lugar foi escolhido, porque se constitui como um centro de referência em Manaus e porque é um lugar de convergência de sentidos. É também um lugar que permite uma coordenação de atividades urbanas e que cria condições para a comunicação entre os atores sociais. E ainda é qualificado e carregado simbolicamente de vestígios que representam, em sua maioria, um passado feliz para a maioria dos indivíduos residentes da cidade de Manaus, e que tiveram experiências junto a esse local.

Nessa praça, situada na área central da cidade, foram realizadas algumas entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas e fechadas acerca do lugar, com alguns sujeitos que por lá passavam ou que lá estavam. Esse trabalho etnográfico aconteceu no início do ano de 2011, quando visitamos mais proximamente o referido lugar, e quando pudemos constatar seu valor histórico e cultural, mas, principalmente, afetivo para os habitantes da cidade.

Ao apresentar algumas falas dos sujeitos de nossa pesquisa registramos os dados de uma mulher sobre seu tempo de infância vivenciado nesse lugar:

Vim muito aqui com meus pais e meus irmãos. Brincava bastante. Corria de um lado para o outro. Tomava sorvete, comia pipoca. E a gente ainda brincava naqueles brinquedinhos que tinham por aqui. Era uma verdadeira farra. Eu e meus irmãos não tínhamos vontade de ir embora. Não lembro de ouvir falar sobre violência ou assalto aqui não. Acho que ainda não tinha naquela época, porque eu não presenciei nenhum. Ainda bem, né? (M.L.C.D.S., entrevista / 2011).

As significações de imagens do passado fazem com que o sujeito refaça por diversas vezes o trajeto experimentado entre o presente e o passado. E esse passado só existe porque nós temos o presente que nos faz lembrar esse passado. Uma outra mulher entrevistada revelou o seguinte:

Eu gostava muito de brincar de 'manja' com os meus irmãos. Mas, a gente também brincava de bola. Mas a minha mãe não gostava não. Porque a bola corria pra longe e ela ficava preocupada. O que a gente fazia sempre era comer pipoca, quentinha, cheirosa, boa, muito boa (H.D.S.G., entrevista / 2011).

Essa mulher, cujas lembranças são repassadas aqui de forma sucinta deixou transparecer diferentes momentos de sua vida marcados no tempo. Apesar de não ter morado nas ruas próximas a essa praça, a nossa entrevistada buscou suas recordações e lembranças sobre o tempo passado na Praça da Saudade no tempo de sua infância como algo realmente marcante em sua trajetória de vida.

Para Lefebvre (2001) o direito à cidade não se refere apenas à natureza, mas à vida urbana renovada e transformada. O espaço urbano dentro da perspectiva do direito à cidade é muito mais amplo do que somente morar na cidade. O direito à cidade tem que estar relacionado com todos os outros direitos inerentes às necessidades do ser humano.

Um entrevistado ao ser questionado sobre o que presenciou e o que vivenciou na Praça desenhou o seguinte quadro: “eu passei bons momentos nessa praça. Eu sempre vinha namorar aqui depois da Escola, e era bom. Depois que eu casei, eu demorei pra voltar aqui, nem sei por que” (J.L.S.V., entrevista / 2011).

Esse nosso informante morava bem próximo da praça (no mesmo bairro) só com algumas ruas de distância. Para ele, o passado experimentado nessa lugar estabelece as lembranças e a memória do que é bom e do que é ruim.

A praça aqui serve de cenário para um encontro entre o passado já ido e o presente ainda em desenvolvimento. Esse encontro se dá com os acontecimentos da infância e da juventude que marcaram as experiências individuais e em grupo.

Para outro informante a mudança de endereço representou uma transformação significativa em sua vida, marcada pelas diferenças e pelas ausências entre o novo e o velho endereço, que ele aponta entre os dois lugares:

Brincando e passeando naquela praça eu sentia a vida ‘livre’ e despreocupada, como as brincadeiras que eu fazia com os meus irmãos nesse lugar que parecia que era nosso. E tinham coisas boas para comer a qualquer hora, pelo menos eu gostava. Quando a gente se mudou daqui de perto, eu senti muita diferença. Pra onde a gente se mudou era um lugar pequeno e não tinha praça lá não. Mas era o jeito (F.R.G.M., entrevista / 2012).

Para Harvey (2004, p. 209), “a cidade é também lugar de ansiedade e de anomia. É o lugar do estranho anônimo, [...] espaço de uma incompreensível alteridade”. Na infância e no início da juventude de nosso informante, o tempo experimentado nesse lugar público representou uma fase muito boa, visto que quando ele estava com cerca de 13 para 14 anos e por motivos financeiros, ele e sua família tiveram que se mudar do bairro. Essa mudança e o afastamento daquele universo mágico para ele e seus irmãos refletiu-se de forma muito amarga em sua memória.

Considerações finais

O espaço é verdadeiramente uma das presenças mais marcantes na organização e na produção sobre o pensamento do indivíduo em sociedade. O espaço e o tempo estruturam as narrativas e as representações humanas.

O lugar na memória significa um confronto entre o presente e o passado. Algo já vivido e vivenciado, e um outro tempo que ainda está em andamento. Ele é apresentado e adotado por necessidades e vivências sociais que ao evocar o passado se transformam em memória. E essa memória não diz respeito apenas ao passado. Diz respeito também a uma interpretação que ainda é e está no presente.

Desta forma, as imagens que cada sujeito tem de um dado lugar revelam algo que apenas a memória pode demonstrar. E na incessante busca da permanência ou ainda dos marcos que são capazes de construir nexos entre passado e presente é que repousa a essência da representação simbólica de um dado lugar para um indivíduo.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: M. Fontes, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAPOUTHIER, Georges. *Registros evolutivos*. Viver Mente & Cérebro, p. 8-13, 2005. Especial memória.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MOSER, Gabriel. *A psicologia ambiental: competência e contornos de uma disciplina*. Comentários a partir das contribuições. Psicologia USP, São Paulo, Vol. 16, nº 1/2, 2005.

NORA, Pierre. *Entre a memória e a história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo, Vol. 10, p. 7-28, dez., 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 16, p. 279-290, 1995.

SILVA, Armando Corrêa da. *De quem é o pedaço? Espaço e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1986.

Fonte: <<http://www.bauvelho.com.br>> Acesso em 26 de maio de 2010.

Fonte: <<http://jmartinsrocha.blogspot.com.br>> Acesso em 01 de dezembro de 2012.

TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DE PRESOS AFRICANOS EM RORAIMA

Introdução

A fronteira não é um limite, mas um fenômeno construído com natureza imaginária, embora fisicamente e geograficamente demarcada como uma linha, que traz uma ideia de fluxos, circulação de pessoas, trajetórias, deslocamentos e processos migratórios.

O presente trabalho é o registro do marco inicial de uma pesquisa em andamento que visa analisar as trajetórias de vida de indivíduos oriundos de países africanos, atualmente encarcerados em Boa Vista, estado de Roraima, sob acusação de tráfico de drogas ou falsificação de documentos (passaporte), tendo em vista que representam o maior percentual de presos estrangeiros no Estado nestes tipos penais. Além de registrar os relatos das trajetórias biográficas dos africanos, incluindo as estratégias de mobilidade para a chegada ao Brasil, busca ainda identificar a motivação que levou os africanos ao encarceramento.

O contexto da investigação trata da prisão como ferramenta de identificação de circulação de pessoas do continente africano na tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela, o choque cultural e a violação de Direitos Humanitários. Assim, o problema a ser estudado gira em torno da seguinte questão norteadora: Como acontece a circulação de pessoas do continente africano na tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela?

À princípio, a hipótese é de fluxos ou circulação de pessoas, e que o fenômeno não se trata de migração no sentido tradicional de deslocamentos para efeito de fixação em outro lugar. Os materiais analisados são textuais (entrevistas, documentos) e os próprios textos construídos a partir dos questionários aplicados contendo per-

* Mestrado e Doutorado em Direito Internacional (UAA/PY); Professora e Defensora Pública, Aluna no Programa de Mestrado em Antropologia (UFPE/UFRR). lenirdperr@gmail.com.

guas abertas e dispostas conforme o roteiro das categorias a serem analisadas. O questionário, instrumento construído com questões abertas, possibilita um grande número de dados para identificar outras dimensões, níveis de significância e categorias contidas nas asserções dos discursos dos participantes.

A aproximação com o tema e os procedimentos metodológicos empregados para o levantamento de dados advém de uma larga experiência da autora como defensora pública estadual, que nas oitivas dos assistidos foi solicitando autorização, por escrito do sistema prisional e dos participantes para fins de registro dos dados, embora os autos dos processos sejam de ação penal pública e sem qualquer segredo de justiça, além de preservar identidades. O que interessa nesse estudo é realizar uma análise temática, perceber categorias que configuram a situação.

Processo de aproximação com o tema

As Ciências Sociais como grande área do conhecimento vem focando várias temáticas. A antropologia é definida por Hoebel e Frost (1981, p.3) como “a ciência da humanidade e da cultura” (*apud* Marconi, 1998, p.23), portanto em várias dimensões, seja social, humana ou natural, o estudo do homem é transversal. Na antropologia não bastam os conceitos, o foco de cada temática contém vários campos de interesse e neste estudo focaremos as trajetórias migratórias de presos africanos em Roraima como resultado dos deslocamentos populacionais e ilícitos transnacionais.

Trata-se de um estudo exploratório com levantamento de dados, com metodologia de estudo de caso e utilização da técnica de pesquisa de narrativas de vidas. O tema surgiu da experiência da autora como Defensora Pública Estadual por meio de sua atuação com Direito Penal, Processo Penal, mas especificamente, Execução Penal, onde em contato com presos sentenciados e, alguns deles, com trânsito em julgado da sentença, eram presos estrangeiros do continente africano.

Não obstante a necessidade de se utilizar a técnica de descrever por meio de esquetes das narrativas de vida, o foco etnográfico rompe com a transcrição convencional. É uma postura fiel e ética do que vai se ouvir de forma coloquial e direta, garantindo a riqueza do momento em que se obteve os dados das narrativas de vida

Escrever sobre a presença de pessoas africanas desde a perspectiva do preso implica compreender a sua cultura, o seu perfil, suas condições sociais, suas angústias, violações de direitos humanitários, seus sonhos e na maioria dos casos, o desejo de viver no Brasil e as implicações do processo de expulsão.

Para tal abordagem, além da técnica utilizada de narrativas de vidas, buscou-se na literatura o suporte teórico sobre as noções de fluxo e de trânsito culturais, problematizando os fluxos externos dentro e fora das fronteiras.

Diante disso, é importante buscar na literatura de Antropologia Contemporânea, as bases de sustentação que o estudo etnográfico das trajetórias de vida com foco na ideia de circulação. Pois tais estudos poderão contribuir para o Estado na formulação de políticas públicas que visem a preservação dos Direitos Humanos, considerados mínimos nos acordos internacionais.

Temos um fenômeno global que é trânsito de pessoas e com elas, um arcabouço cultural segue os indivíduos, e na instituição prisional isso se evidencia, quando indivíduos de raça, língua, etnia, modos de se alimentar, de cuidar da higiene pessoal, adentram na instituição prisional.

Paul Gilroy, professor da Universidade de Yale, que por meio da descrição de teses de outros autores e da trajetória dos intelectuais negros, explica como os fluxos e trocas culturais originaram um sistema de comunicação globalizado que fortaleceram as estruturas transnacionais modernas. A argumentação de GILROY (1993) é a existência da cultura do atlântico negro, como resultado híbrido de uma cultura miscigenada a partir da diáspora africana no hemisfério ocidental em que as populações negras, devido aos fluxos culturais sofreram influências americana, britânica, caribenha e principalmente africana. Mas, devido a tais influências e às fronteiras étnicas e nacionais, não se pode determinar a origem cultural dessas populações negras.

Desta forma, trânsito de pessoas é o fluxo populacional onde um grande número de pessoas circulam dentro de seu próprio país ou entre países, esses são denominados de migrações internacionais.

Esse fenômeno pode ocorrer por atração das pessoas em busca de melhores condições econômicas ou por repulsão, onde a migração ocorre por problemas políticos, perseguições, guerras, problemas de parentesco, religiosos, climáticos ou geográficos. A BBC NEWS afirma que :

“Over the past 15 years, the number of people crossing borders in search of a better life has been rising steadily. At the start of the 21st Century, one in every 35 people is an international migrant. If they all lived in the same place, it would be the world’s fifth-largest country.”(http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/world/04/migration/html/migration_boom.stm - acesso em 03/06/2012).

Isso significa em uma tradução livre que “Nos últimos 15 (quinze) anos, o número de pessoas que atravessam as fronteiras em busca de uma vida melhor tem vindo a aumentar. No início do século XXI, uma em cada 35 (trinta e cinco) pessoas

é um migrante internacional. Se todos eles fossem viver no mesmo local, seria o país do mundo com a quinta maior população”.

Nesse contexto, surgem o fluxo de pessoas que, em tese, transitam com o objetivo de cometer crimes, ou ficam vulneráveis a serem envolvidos em fato social ilícito.

Segundo Rogério Greco (2010), penalista brasileiro, “No Brasil, não existe um conceito legal de crime, ficando esse conceito a cargo da doutrina. Cita em seus comentários Giuseppe Bettiol (*in* Direito Penal, v. I, p.209) que afirma existir duas concepções, uma formal onde crime é *sub specie iuris*, no sentido de considerar o crime “todo o fato humano, proibido pela lei penal”; e a concepção de caráter substancial que supera o formalismo considerando o crime “todo o fato humano lesivo de um interesse capaz de comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade”.

GRECO (2010, p. 25), diz que há autores, no entanto, a exemplo de Damásio, Dotti, Mirabete e Delamnto, que entendem que o crime, sob o aspecto formal, é um fato típico e antijurídico, sendo que a culpabilidade é um pressuposto para a aplicação da pena.

Partindo do conceito de crime como prática de uma infração penal e a presença da culpabilidade, surge a prisão como medida social. Assim, Direitos Humanitários se constitui como o conjunto de medidas contidas nos acordos, convenções e tratados internacionais, visando a proteção dos direitos mínimos dos indivíduos, como pessoa humana.

Fernando Salla, sociólogo da Universidade de São Paulo, em seu artigo “O persistente desafio do sistema prisional”, escreve: “Não teria muita dúvida em afirmar que o sistema prisional se constitui, nos dias de hoje um dos maiores focos de violações de Direitos Humanos na sociedade brasileira, impondo enormes desafios a governantes, instituições do sistema de justiça criminal, à sociedade civil organizada e aos cidadãos em geral, para a reversão de um cenário que não deixa de ser *constrangedor*”(p. 16).

As Ciências Sociais discutem a prisão como mecanismo de controle social com base em legislações específicas nacionais de repressão à criminalidade, porém a prisão com foco na identificação de fatores sociais está longe de ser tema relevante, principalmente porque o que interessa à sociedade é o afastamento do indivíduo do convívio social. Mas, a prisão é uma ferramenta de identificação de trânsito de pessoas. Assim, pressupõe-se, hipoteticamente, que a circulação de pessoas do continente africano na tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela não ocorre, inicialmente, pela fronteira. Porém, é pela fronteira que ocorre a saída desses estrangeiros, que no

período que passa pelas prisões do Brasil sofre discriminação, choque cultural e a Violação de Direitos Humanitários.

Tais fatores ocorrem pelo contexto geográfico do local da prisão. Roraima é a unidade da federação brasileira mais distante do Distrito Federal, onde se concentram as Embaixadas de todos os países que possuem relações internacionais com o Brasil. Para se resolver qualquer problema de presos estrangeiros, necessariamente as Embaixadas tem que ser contatadas.

Contextualização da situação de presos estrangeiros no Brasil

O Brasil é o país com mais embaixadas no exterior da América Latina. Possui representações diplomáticas com praticamente todos os Estados do mundo, com exceção de 67 de 193 países da atualidade, entre eles Afeganistão, Butão, Belarus, Camboja, Iemen, Micronésia, Nepal, Samoa, Ilhas Salomão, Islândia, Mônaco, Tonga, Ilhas Marshall, Fiji, Kiribati, Nauru, Palau, Tuvalu, San Marino e Taiwan. Totalizando uma relação com 126 países em todos os continentes do mundo. Atualmente o Brasil tem intensificado suas relações com o BRIC (Rússia, Índia e China) e outros países em desenvolvimento. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Miss%C3%B5es_diplom%C3%A1ticas_do_Brasil acesso em 03/06/2012).

O Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça anunciaram em 25 de setembro de 2012 a organização de um sistema sobre presos estrangeiros. O objetivo é implantar o Sistema de Cadastro Nacional de Presos Estrangeiros, elaborar estudos, realizar treinamentos e eventos sobre a situação de presos estrangeiros no Brasil.

A informação contida no portal do Ministério da Justiça coloca que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ressaltou que o sistema de informações sobre presos estrangeiros agilizará a troca de informações e tornará o sistema penal mais eficiente. “Se cumprir pena no próprio país já é difícil, imagina em outro país. É uma sobrepena”, afirmou.

Por meio de Termo de cooperação, o CNJ cederá ao Ministério da Justiça o Sistema de Cadastro Nacional de Presos Estrangeiros que ficará hospedado no site no Ministério da Justiça, no endereço <http://presosestrangeiros.mj.gov.br>.

O Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça será o gestor das informações. De acordo com o juiz Luciano Losekann, o sistema é um instrumento inédito nas Américas. “Trata-se de uma interface que viabilizará a inserção de dados dos presos estrangeiros, incluindo informações relativas à prisão, denúncia, ação penal e execução penal”, explicou.

De acordo com o Infopen em dezembro de 2011, o perfil da população arceária brasileira era de 514.582 presos, dos quais 42% eram presos provisórios, e dos sentenciados, apenas 17% eram de regime aberto e semiaberto. Com uma divisão de 93% de homens e 7% de mulheres. E 0,6% na categoria de estrangeiros, totalizando 3.191 pessoas.

A ressocialização nem sempre ocorrerá pelo cumprimento da pena no país de origem. Isso se revela nas narrativas dos presos africanos, que possuem um grande desejo de ficar no Brasil, pelo acesso ao trabalho e ao estudo. Embora, o Brasil tenha firmado acordos para transferência de presos com diversos países, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai e Venezuela, como signatários da Convenção Interamericana sobre o cumprimento de sentenças penais no exterior. Existem acordos com países da América Latina como Argentina e Bolívia; além de países europeus como Espanha, Portugal e Reino Unido.

No primeiro semestre de 2012, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça (DEEST/SNJ), efetivou 10 transferências ativas para brasileiros que estavam no exterior para cumprirem pena no Brasil e outras 9 transferências passivas, para permitir os estrangeiros a cumprirem as penas em seus países de origem. Outro trabalho realizado pelo DEEST/SNJ são as expulsões. A expulsão é a retirada de um estrangeiro do Brasil, por conduta incompatível com os interesses nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro está impedido de retornar ao nosso país, exceto se revogada a portaria que determinou a medida. No primeiro semestre de 2012, foram efetivadas 45 expulsões de estrangeiros. (www.mj.gov.br e www.infopen.gov.br acesso em 27/09/2012).

Comparando a vida de estrangeiros presos com os clássicos textos “A origem das desigualdades entre os Homens” e “O contrato social” de Jean-Jacques Rousseau, retira-se duas reflexões práticas: a desigualdade é produto do poder e a positivação dos direitos é o reflexo desse poder.

Cristhian Teófilo da Silva, da Universidade de Brasília – Brasil, apresenta resenha do livro *Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras*, organizado por Roberto Cardoso de Oliveira e Stephen Grant Baines a partir das comunicações proferidas por antropólogos sul-americanos no Seminário Internacional: Antropologia em Fronteiras (Ceppac, Universidade de Brasília, 25 a 26 de outubro de 1999), representa uma didática e provocativa iniciação à complexa realidade etnográfica das populações que vivem entre as fronteiras nacionais do continente americano.

Na resenha apresentada, o exemplo de Fredrik Barth (1976) em “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras”, citado por Roberto Cardoso de Oliveira introduz a discussão da coletânea propondo uma abordagem antropológica às nacionalidades nas fronteiras. Sua proposta parte da revisão das lições de Barth e Cohen sobre a etnicidade e a identidade étnica, porém sublinha a complexidade dos sistemas de interação entre nacionalidades que tendem a sobredeterminar as relações interétnicas.

Diz que para Roberto Cardoso de Oliveira, se a lição da etnicidade é que esta é essencialmente uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns, então as áreas de fronteira (como as áreas de fricção interétnica, noutro momento) representam contextos privilegiados para a descrição e análise da produção social da diferença nacional; em suas palavras: “[...] isso confere à população inserida no contexto de fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa” (p. 14).

Nesses termos, o processo transnacional adquire nas fronteiras uma espessura empírica passível de descrição sistemática (p. 14), pois encontra nas nacionalidades em conjunção um objeto de investigação antropológica ao mesmo tempo evidente e central para as populações envolvidas.

Trata-se de um sistema inter e transnacional, onde as identidades e relações interétnicas não ocorrem no interior de um único Estado-Nação (a exemplo do que ocorre nas áreas de fricção interétnica), mas no interior de (no mínimo) dois Estados nacionais. (<http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n27/v13n27a17.pdf>, acessado em 28/02/21012).

A entrada de estrangeiros em países diversos de sua nacionalidade, gerado por deslocamentos populacionais de migração e transfronteiriços geram indagações sobre movimentos migratórios, territorialização, soberania, segurança nacional, nacionalidade, conflitos interétnicos e conflitos identitários. Assim, o contexto regulatório e legal está contido na Lei dos estrangeiros no Brasil. Mas, outra abordagem é dos aspectos culturais: Continente africano *versus* Brasil, Guiana e Venezuela, a partir da visão dos encarcerados.

Relatos das trajetórias biográficas dos africanos

O Brasil é considerado um país de liberdade, de democracia, de aceitação, de relações internacionais bem sucedidas, é um verdadeiro continente de deslocamentos internos e externos. O Estado de Roraima é um espaço privilegiado de fluxo e des-

locamento de pessoas, situado na tríplice Fronteira Brasil, República Cooperativista da Guiana e República Bolivariana da Venezuela.

[...] fui convidado por um amigo a conhecer o Brasil e tive a informação que havia muito trabalho. Não pensei duas vezes. Aceitei sair da Venezuela e ir para São Paulo. Eu sabia que não estava fazendo “coisa certa”, mas achei que como eu não carregava nada, não ia ser preso. Estava enganado, fui preso, sofri, mas quero ficar aqui! (Nigeriano - Entrevista em 24/09/2012).

[...] quando eu fui preso, estava vindo de São Paulo, mas já tinha morado na Venezuela, tinha vindo a Boa Vista e voltei para Santa Elena de Uaiarén, de táxi. De lá, fui de avião para São Paulo e vim de avião até Manaus. De Manaus a Boa Vista, vim de ônibus, mas já conhecia Boa Vista, já conhecia Letten na Guiana, também, porque já tinha trabalhado lá. (Nigeriano - Entrevista em 14/09/2012).

No espaço transfronteiriço convergem distintas trajetórias migratórias, dentre elas a dos migrantes africanos. Uma diversidade de experiências e saberes.

[...] já vivi em Portugal, Espanha, Venezuela e São Paulo. Fui aprendendo a viver em lugares diferentes, me comunicar sem conhecer a língua do lugar, usando o inglês. Aprendi a comer os alimentos dos lugares. Vim para o Brasil porque um conhecido nigeriano que mora na Venezuela me garantiu trabalho, a princípio aceitei o trabalho de vigiar, não pensei que a lei acusava quem apenas vigiava. Não me “pegaram” com nada. (Nigeriano - Depoimento em 24/09/2012).

Aqui, as narrativas são partes fragmentadas das falas dos interlocutores, por meio de observação *in situ*, apenas como uma amostra do conteúdo pesquisado, parte de uma pesquisa sobre o tema, que está em andamento¹.

[...] no meu país tudo é difícil. É triste não ter trabalho. Não tem como pagar escola. Eu estava com vinte e dois anos quando um conhecido da família me disse que era fácil chegar ao Brasil e ter trabalho. Aceitei vir para a Venezuela, entreguei meu passaporte original e recebi outro para poder ir para São Paulo[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

Nesta perspectiva, a trajetória migratória é problematizada tanto como fruto da fuga do país de origem, como da situação de cometimento de ilícitos transnacionais, quanto o resultado do próprio projeto migratório. O ambiente da prisão também é analisado como um espaço de reelaboração de novas lógicas identitárias/pertencimento e da construção de redes de apoio.

[...] eu nunca pensei que ia trazer a mala com a droga de São Paulo até Boa Vista e que outra pessoa estava me seguindo e me vigiando. Era um nigeriano que me seguia durante o “serviço”. Pensei que ia dar tudo certo, que ia ganhar mil reais, que pra mim era muito

1 Projeto de pesquisa em andamento – Barrados na fronteira: presos africanos em Roraima – do MIN-TER (UFRR/UFPE) em Antropologia. Orientador: Prof. Dr. Antonio Motta.

dinheiro, mas isso custou minha liberdade e muito sofrimento para meus filhos e minha mãe. Pra completar, só conheci os nigerianos na penitenciária. Ainda fiquei grávida de um deles. Lá, “aceitei Jesus” e Jesus foi meu apoio, com o pessoal da Igreja. Na penitenciária a gente tem regras, tem grupos, pessoas que mandam e precisa ter amigos pra conseguir suportar a vida lá dentro[...] (Ex-presidiária - Depoimento em 22/10/2012).

As falas das narrativas apresentam características de descrição, narração, exposição, não tem natureza indivisível, porém o foco do discurso de base é a argumentação.

A argumentação é um discurso que apresenta fatos, problemas e raciocínios com base em uma opinião, geralmente a do autor. Em geral é possível identificar os quatro seguintes elementos: a. análise ou apresentação de um problema; b. apresentação de fatos e discussões que constituem a base de argumentação; c. proposta de uma solução ou tese e seu desenvolvimento através da exposição de fatos e argumentos lógicos; d. crítica de outras soluções ou teses alternativas. (1989, p.163).

Nesse sentido é importante destacar que a argumentação utilizada pelos interlocutores pretendem justificar seus comportamentos e atitudes. E para entendermos o processo identitário pelo qual passam os presos estrangeiros, em especial os africanos, analisaremos os aspectos da comunicação, em relação à língua e a tradução, inclusive no trâmite processual.

[...] eu falo inglês misturado com minha língua original e quando aprendi um pouco português, já estava condenado e li parte do meu depoimento. Não foi o que eu disse. Mas, a palavra de preso não tem valor. E quando eu recebi a sentença em português eu não sabia o que estava escrito, mandaram eu assinar e eu assinei. Tinha medo de desobedecer.[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

Por outro lado, é interessante a análise da Cultura: religião, alimentação, modos de olhar o mundo; acesso ao trabalho entre outros direitos humanitários contidos nos tratados.

[...] eu já me acostumei com a religião daqui que tem um só Deus. Na minha, temos vários Deuses. Mas, fico quieto e digo que já “aceitei Jesus” para participar do Coral. Quem participa do Coral sai para cantar fora da cadeia, e pode ver a vida lá fora no dia da apresentação[...] (presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/06/2012).

[...] na cultura do meu país ninguém olha no olho da pessoa, é falta de respeito, aqui no Brasil, se não olhar pra pessoa, no olho, dizem que a pessoa está mentindo, escondendo a verdade. Custei aprender isso, minha defensora me ensinou que olhar no olho faz a verdade de ser segura[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

[...] no início, trabalhei na prisão limpando banheiros, o corredor, as áreas internas, até chegarem novatos para assumirem esses serviços. Teve um tempo que houve uma amplia-

ção de alas, construção de prédios, fui trabalhar de ajudante de pedreiro, quase de graça, porque sem documentos não tem contrato[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

[...] vi muita gente sofrer, mas a principal lei na cadeia é a lei do silêncio. Se você comentar alguma coisa, pode ser considerado “cagueta”, traidor, e o “chefe”, toda ala tem um chefe, faz acertos de contas, ninguém que “dedura” fica sem uma lição, então, é melhor ficar quieto, não falar nada, não ver nada, não ouvir nada[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

Diante desse quadro, por meio da técnica de narrativas, gera um mosaico de situações, sobre a circulação dos presos africanos.

[...] quando fui preso “ficaram” com meus documentos, agenda com os endereços de contatos com a minha família, com os números de telefones, tinha um pouco de dinheiro. Nunca mais pude ter essas anotações. Agora que saí, consegui contato com minha família pelo facebook[...] (Ex-presidiário Nigeriano - Depoimento em 22/10/2012).

Considerações finais

Dentre tais aspectos, a circulação dos presos africanos e o modo como esse fenômeno ocorre, favorecem possíveis contribuições para a Antropologia Contemporânea.

O choque nas relações interpessoais com pessoas muito diferentes, o olhar, o dever de não adoecer, as transferências de presídio em que se separa presos de uma mesma nacionalidade e a justificativa de segurança dos mesmos, são aspectos que estão relacionados diretamente com a cultura dessas pessoas presas.

Júlio Fabbrini Mirabe, jurista brasileiro, apresenta a Criminologia como uma ciência que vê o crime de forma diferenciada do Direito Penal. Afirma:

O delito e o delinquente, na Criminologia, não são encarados do ponto de vista jurídico, mas examinados, por meio da observação e experimentação, sob enfoques diversos. O crime é considerado como fato humano e social; o criminoso é tido como ser biológico e agente social, influenciado por fatores genéticos e constitucionais, bem como pelas injunções externas que conduzem à prática da infração penal, e numa postura moderna, agente de *comportamento desviante*. Em resumo, estuda-se na Criminologia a causação do crime, as medidas recomendadas para tentar evitá-lo, a pes soa do delinquente e os caminhos para sua recuperação (2004, p. 31).

O Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional afirma que existe 1.006 estabelecimentos penais no Brasil, com objetivo de alojar pessoas presas: cadeias públicas, penitenciárias, colônias agrícolas e industriais, casas

de albergados, centros de observação criminológica e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Os Direitos Humanitários deixam de ser atendidos devido a superlotação das cadeias descumprindo as normas do Conselho Nacional de política Criminal e penitenciária, que estabelecem o alojamento dos presos de forma individual, com exceção de razões especiais, como por exemplo, os presos condenados devem ser alojados em locais distintos dos provisórios.

A LEP – Lei de Execução Penal assegura aos presos condenados e provisórios, alimentação, vestuário, produtos higiênicos, assistência social, jurídica e consular. A pesquisa demonstrará as implicações, aplicabilidade e acessibilidade aos direitos legislados.

Segundo os dados do DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária brasileira mais que dobrou nos últimos dez anos. Em 1992, Brasil tinha 114.377 pessoas presas e acordo com os dados do Censo Penitenciário de 2010 totalizam 336.358 pessoas presas no Brasil. Ora, somados os encarcerados do ano de 2011 já ultrapassam 343.131 pessoas presas, o que significa que triplicou o número de pessoas presas.

Para sobrevivência, posteriormente, alguns desses indivíduos envolveram-se com redes de tráfico, o que determinou suas prisões. É no ambiente da prisão que tais indivíduos reelaboram suas lógicas identitárias e de pertencimento, reativam novas redes de apoio e constroem projetos de um dia poderem retornar aos seus países de origem ou então iniciarem a vida em Roraima ou na tríplice fronteira Brasil, Guiana e Venezuela.

Estamos diante de um fenômeno global que é trânsito de pessoas e com elas, uma enorme diversidade cultural. Ocorre, todavia, que na instituição prisional isso não é levado em consideração. Várias línguas são faladas pelos presos (dialetos crioulo do Palope, nigerianos, congolezes, da Costa do Marfim, Benin, entre outros).

Os modos de alimentação, os tabus religiosos (sobretudo Mulçumanos), o cuidado com a higiene pessoal são particularidades culturais não levadas em consideração pelos operadores do direito nem tampouco pelos agentes penitenciários. Ao adentrarem na instituição prisional, os estrangeiros presos são considerados pela administração judiciária com a mesma lógica dos nacionais.

Referências Bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 6 p.
- _____. NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.
- _____. NBR 10550: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7 p.
- ATHIAS, Renato. Apresentação dos procedimentos metodológicos da pesquisa de campo. Saúde Reprodutiva e Programas de Saúde entre os Pankararu. UFPE/PPGA, 1999.
- BAPTISTA, Makilim Nunes. *Metodologia de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa*/ Makilim Nunes Baptista, Dinael Corrêa de Campos. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2007. 299 p.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*; tradução de DONALDSON M. GARSCHAGEN. 23. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.
- BERTAUX, Daniel (1979), «Écrire la sociologie», in *Information sur les sciences sociales*, Londres e Beverly Hills, Sage, 19 (1), pp. 7-25.
- _____. (1988). Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche, in *Sociétés, revue des sciences humaines et sociales*, Paris, Ed. Masson, n.º 18 pp. 18-22.
- _____. (1997). Les récits de vie, Paris, Ed. Nathan (col. 128), 127 p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (Org.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora UnB, 2005. 278 p. (Coleção Américas, Coordenação Ana Maria Fernandes).
- COLEÇÃO AMÉRICAS. Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen Grant; FERNANDES, Ana Maria. Universidade de Brasília. Centro de Pesquisas e Pós-Graduação das Américas. Editora UNB, 2005. 277p.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GILROY, Paul. 1956. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*/Paul Gilroy: tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001. 432 p.
- GRECO, Rogério. *Código Penal: comentado. 4ª edição*. Niterói, RJ. Impetrus, 20102. 1020 p.
- HAGUETTE, Maria Teresa Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- MARCONI, Marina de Andrade. *Antropologia: uma introdução*. Marina Marconi/Zélia Presotto. 4ª ed. São Paulo. Atlas, 1998.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Manual de Direito Penal*. Editora Atlas, 21ª edição. São Paulo, 2004, 457p.
- MOTTA, Antonio (Org.) . *O Japão não é longe daqui: interculturalidades, consumo e estilos de vida*. 1ª. ed. Tóquio-Recife: Japan Foundation, 2011. v. 1000. 282 p.
- REVISTA HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 341-346, jan./jun. 2007, resenha de CRISTHIAN TEÓFILO DA SILVA.

REVISTA DIREITOS HUMANOS. Fernando Salla, sociólogo da Universidade de São Paulo, em seu artigo “O persistente desafio do sistema prisional”(p. 16/17).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: Coleção Os Pensadores. Nova Cultural. São Paulo/SP, 1989.

SANTOS, Jonildo Viana dos. Relações sociais e mecanismos de conflito na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2004.

TRAJANO, Wilson. Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva internacional. Brasília, ABA Edições, 2010.

(http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/world/04/migration/html/migration_boom.stm - acesso em 03/06/2012)

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Miss%C3%B5es_diplom%C3%A1ticas_do_Brasil acesso em 03/06/2012).

FATORES INOVADORES NA PRODUÇÃO TEXTUAL DE LÍNGUA ESPANHOLA

Introdução

O presente projeto fundamenta-se na perspectiva específica a uma metodologia que utiliza como instrumento inovador a produção de textos na língua espanhola, ou seja, desenvolver uma metodologia no processo de construção de textos que valorizem as diversas formas de representações linguísticas, promovendo assim atividades metodológicas que ressalte a produção de textos em língua espanhola; e proporcionando um espaço que permite representações linguísticas que valorize o conhecimento da língua espanhola, essa pesquisa norteará a aplicação e produção de fábulas, e slogans que serão desenvolvidos e acompanhados na sala de aula. Promovendo, contudo a produção de textos de forma prazerosa e significativa para os alunos estudantes da língua espanhola.

Sabe-se que nos níveis fundamental de escolas públicas, geralmente o ensino da língua estrangeira torna-se mais difícil o ensino-aprendizagem porque de um lado há o professor que tem que fazer um esforço maior e ter mais paciência para que o aluno assimile melhor o conteúdo, e de outro o aluno que devido à falta de conhecimento prévio, tem certa dificuldade para que haja um pouco de domínio da disciplina.

Considerando a importância do espanhol no mundo globalizado e essas limitações do espaço ensino-aprendizagem desse idioma, é que se decidiu inovar na produção de textos de língua espanhola e uma vez que o aluno escrevendo e lendo o que gosta, torna-se mais fácil entendimento dele e a satisfação do professor.

* Graduada do Curso de Letras Espanhol e Literatura Hispânica do Instituto de Ciência e Tecnologia de Roraima -IFRR e aluna bolsista do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBICT.
E -mail: lidianesouza53@hotmail.com

Materiais e Métodos

Na primeira etapa da execução do projeto foi elaborado e aplicado um questionário com seis (06) perguntas abertas e fechadas relacionadas ao conhecimento da língua espanhola aos alunos.

Na segunda etapa constatado o nível de conhecimento dos alunos, deu-se início as atividades planejadas, os alunos foram conduzidos a sala de multimídias e foram expostas imagens e vídeos via retroprojetor os alunos, nesta desenvolveram um só texto em equipe em língua espanhola, logo depois apresentarem para seus colegas. Com essa atividade identificaremos que através das imagens utilizadas, há de se alcançar uma produção de texto em espanhol.

Na terceira etapa vamos trabalhar com as fábulas em espanhol, Logo após a exposição das fábulas, os alunos deverão fazer grupos de no mínimo três (3) alunos, estabelecido os grupos cada grupo estará desenhando e escrevendo a moral da fábula escolhida por eles, depois estarão lendo cada fábula em voz alta para todos na turma e entregá-la manuscrita para o professor.

Depois de finalizado as atividades na quarta etapa serão aplicadas um questionário contendo perguntas abertas e fechadas sobre o que foi desenvolvido em sala de aula tanto não aluno como ao professor.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Análise dos questionários aplicados



Gráfico 01
Idade

Conforme o gráfico acima se constatou que 81% dos alunos têm 11 anos de idade, ou seja, estão de acordo com a série inserida, e apenas 15% já repetiram esta série uma vez e os 4% representado no gráfico são os alunos que estão um pouco mais a frente da série na qual está inserida. O elevado número de crianças fora do sistema de ensino, acrescido do processo de retardamento da escolaridade provocado pelos elevados índices de evasão e repetência, acabam por provocar também altíssimas taxas de defasagem idade/série.

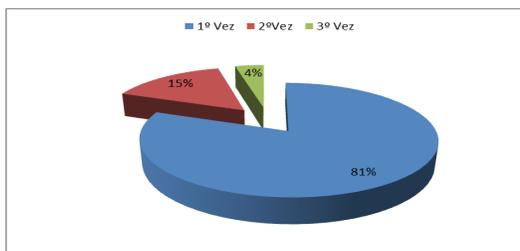


Gráfico 02

Cursa a 5ª série – 6ª

Nota-se que 81% dos alunos entrevistados estão cursando pela primeira vez a 5ª série do ensino fundamental, ou seja, esse é um excelente percentual, pois o desenvolvimento da capacidade de aprender, e os meios básicos como o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores estão formando um cidadão apto para viver em harmonia com a sociedade. E uma vez que o ensino fundamental é obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade.

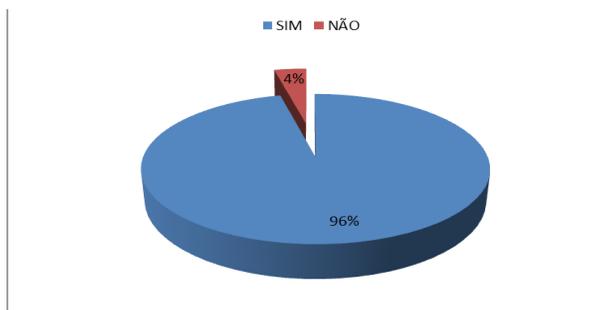


Gráfico 03

Já presenciou alguém falando em espanhol

No gráfico 03 perguntou-se em algum momento já tinha visto alguém falando espanhol, e onde ouviram e viram. Constatou-se que 81% desses alunos já ouviram e já se comunicaram com alguém que falava a língua espanhola, e a grande maioria respondeu que já viram na escola, em casa, na televisão, curso, viaje a outro país, ou seja, nota-se que a importância de estudar essa língua que hoje está entre os idiomas mais falados no mundo e, é exatamente na fala, na prática da oralidade que o indivíduo mais sente necessidade de saber com fluência o idioma em questão. E se tratando de uma segunda língua, como no caso o espanhol, constituiu-se um desafio para o educador fazer com que o aluno adquira uma boa fluência e torne-se um falante ao menos na sala de aula.

Na pergunta de número quatro (4) perguntei como o espanhol havia sido apresentado para eles. Analisando a resposta de cada um chego a uma conclusão, que para todos os alunos da 5ª série foi uma surpresa ter o espanhol como língua estrangeira para eles, pois os mesmos não sabiam que teriam esta disciplina, e disseram ser algo novo e diferente e que podia se acostumar que eles poderiam sair falando espanhol se quisessem e poderiam aprender através de muitas brincadeiras esta disciplina. Uma vez que o espanhol não é obrigatório no ensino fundamental e apenas optativo, a escola acaba sendo a responsável pela escolha de qual língua estrangeira escolher para seus alunos.

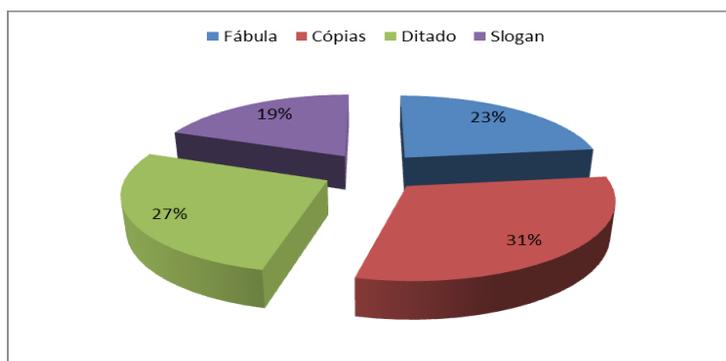


Gráfico 05

Como você gostaria de aprender o espanhol

Neste gráfico nota-se que 31% dos alunos que participaram do questionário disseram gostar de aprender o espanhol através de cópias, ou seja, a professora levar atividades já redigidas e os mesmos respondê-las. Essa metodologia aplicada torna a

aula mais prática e há mais tempo para executar outras tarefas na sala de aula, porém os alunos não devem somente submeter-se a isto, a professora procurar diversas outras formas de realizar suas aulas. Com 27% de escolha o ditado está como segunda opção, o ditado tradicional também é uma forma válida de trabalhar audição, não obstante, para aprender um novo idioma resulta monótono. Para usar de forma mais lúdica o ditado devemos mudar e assim sempre obter um ditado diferente e original.

“Las transformaciones en los métodos de enseñanza de idiomas a través de la historia han evidenciado cambios de los planteamientos sobre el tipo de competencia lingüística que necesitan los alumnos, con un énfasis mayor, por ejemplo, en la competencia lingüística oral, en vez de en la comprensión escrita, como objetivo fundamental.” Richards e Rodgers (1998, p.9)

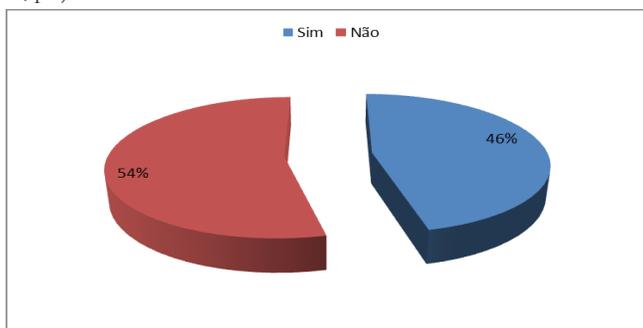


Gráfico 06

A língua espanhola no seu dia a dia

Neste gráfico percebe-se claramente que 54% dos alunos disseram que a língua espanhola está presente no seu dia a dia se tratando de uma segunda língua, como no caso o espanhol, constitui-se um desafio para o educador fazer com que o aluno adquira uma boa fluência e torne-se um falante ou compreende dor da língua para que assim ocorra uma comunicação.

Jogos e Brincadeiras	12
Histórias e leituras	8
Músicas	5
Outros	1

Tabela 07

Sugestões dos alunos para uma aula animada de língua espanhola

Na sétima (7) pergunta do questionário perguntou-se o que eles teriam de sugestões para uma aula animada de espanhol. Foram sugeridas diversas formas como: gincanas na sala de aula, brincadeiras relacionados ao espanhol, momentos de histórias, música, jogos, ditado, pinturas. Todas essas sugestões foram feitas pelos alunos, percebi que os mesmo sentem muita dificuldade para aprender o idioma, porém se a professora proporcionar alguns desses momentos na sala de aula, de fato seus alunos estarão aprendendo de forma divertida.

Uma vez que os recursos auditivos e visuais também motivam o aluno para a prática da oralidade. Acredita-se que é instigante falar sobre algo que se gosta ou que condiz com a própria realidade. A pronúncia pode ser trabalhada de forma espontânea, sem desviar a classe de seu objetivo principal e pode ser corrigida conforme surgirem dúvidas. Sempre lembrando de elogiar as evoluções do aluno em seu aprendizado. A oralidade pode ser trabalhada de maneira descontraída, de modo que o aluno não se sinta pressionado e tenha segurança na hora de fazer uso de uma segunda língua.

Conclusão

Nas observações e o questionário que fora aplicados na 5° série do ensino fundamental percebeu-se que os alunos gostam bastante da prática oral, principalmente porque faz com que interajam com o grupo e também com que aprendam o conteúdo de uma maneira lúdica. E as mudanças metodológicas podem representa inovações na área das línguas, ao passo que, em uma perspectiva histórica, a escrita sempre foi mais importante. Essa afirmação pode ser relacionada com a prática, pois a fala é um resultado constante de um aprendizado, ou seja, o aluno lê, memoriza, armazena, produz e executa. A fala é a execução desse conhecimento. E enquanto ao professor estará proporcionada a ele uma metodologia diferenciada enquanto a aprendizagem em espanhol. Uma vez que trabalhando e utilizando a linguagem de acordo com a situação sociocomunicativa, bem como as diferentes formas de falar, pensar e agir do individuo e a valorizar tornasse a aprendizagem eficaz.

Este projeto está proporcionado uma outra forma de aprendizagem em língua espanhola, onde as fábulas contribuindo uma vez que a cultura adquirida através de fabulas contribuem muito para a aprendizagem de crianças, e os textos que também estão são escritos na forma imperativa e os slogans, formados por uma frase, repetidas com frequência.

Referências Bibliográficas

MOREIRA, Marco Antonio, 1942-*Teorias de Aprendizagem* SP: EPU, 1999.

MACHADO, Freire A. *A Literatura e Redação*. São Paulo: Simeone, 1994.

NOVAK, J.D. e GOWIN, D.B. (1996). *Aprender a aprender*. Lisboa, Plátano Edições técnicas. Tradução para o português de Carla Valadares, do original *Learning how to learn*.

TERRA, Ernani. *Português para todos*. São Paulo: Simeone, 2002.

RICHARDS, J.C. e RODGERS, T.S. *Enfoques y métodos en la enseñanza de idiomas*. Espanha: Cambridge University, 1998.

REFLEXOS ECONÔMICOS DA MINERAÇÃO DE BAUXITA NO BAIXO AMAZONAS

1 Introdução

A Amazônia no cenário da mineração assume, além de seu papel fundamental na sustentabilidade, o de fronteira econômica do capitalismo. Jazidas minerais ganham destaque no cenário internacional e despertam interesses.

Nas décadas de 1970 e 1980 o capital nacional e internacional se materializou na forma dos grandes projetos mineradores. Com apoio do governo brasileiro esses projetos começaram a se instalar culminando para a entrada de grandes empresas mineradoras na Amazônia motivados pela reestruturação produtiva da região. Esse volume de capital poderia servir como ferramentas de promoção de melhorias. Entretanto, é necessário conhecer os impactos promovidos pelas mineradoras, alguns já perceptíveis e diagnosticar os prováveis problemas que poderão ser causados na região.

A Amazônia brasileira, mais especificamente o estado do Pará, principal estado mineiro da Amazônia possui uma das maiores e mais diversificadas reservas minerais do planeta. A importância econômica do setor mineral, em nível agregado, é significativa. No Estado do Pará, o setor mineral responde por 40% das exportações e 12% do Produto Interno Bruto estadual. Apesar dessa riqueza e dos altos valores da produção, o setor mineral não tem sido um vetor de desenvolvimento regional. O setor mineral emprega apenas 0,45% da mão de obra economicamente ativa da Amazônia, contribui com menos de 4% das arrecadações de impostos e seus efeitos multiplicadores em outros setores da economia regional são ínfimos.

* Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Cathedral, Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF, Professora na Faculdade Cathedral no curso de Ciências Contábeis nas disciplinas Apuração e Análise de Custos e Controladoria.

Os minérios são recursos não renováveis e sua exploração diminui o estoque de capital inicial comprometendo o fluxo de renda no futuro. A preocupação em relação à incapacidade em gerar benefícios para a sociedade local, tanto no presente quanto no futuro vem aumentando. Em função desta preocupação, no início dos anos 90, foi implantado no Brasil a “compensação financeira pela exploração dos bens minerais (CFEM)”, popularmente chamado *royalty*, cujo objetivo é recuperar parte da renda referente à diminuição do estoque mineral. Quando bem aplicados, os *royalties* têm a possibilidade de gerar um fluxo de renda sustentado ad *infinitum*.

2 A As políticas de ocupação da Amazônia: da borracha à bauxita

A região Amazônica viveu, no final do século XX, um surto de desenvolvimento econômico patrocinado pela extração da borracha, com o objetivo de abastecer o mercado automobilístico. Sendo a borracha o segundo produto de exportação, perdendo apenas para o café, e o Brasil possuir a maior reserva de seringueiras do mundo, vislumbrou uma perspectiva econômica nessa atividade extrativista. Apesar da riqueza produzida pela borracha privilegiar os comerciantes e donos dos seringais, o maior beneficiado foi o capital financeiro inglês.

O empreendimento da borracha, desde o financiamento, a comercialização e o consumo do produto industrializado não beneficiaram o Brasil e tampouco a região produtora. Ao Brasil restara apenas a função de produzir a matéria-prima.

Com a crescente demanda da indústria automobilística, em especial a fordista, a produção de borracha brasileira não atendia à demanda e a necessidade desse mercado. Sementes de seringueiras foram contrabandeadas e plantadas na Ásia causando enfraquecimento no comércio local. Com isso, a partir de 1910, os preços da borracha sofreram uma acentuada e repentina queda ocasionando a decadência econômica da região e provocando o deslocamento populacional para outras regiões do país.

O restabelecimento da economia da borracha só aconteceu com a Segunda Guerra Mundial, uma vez que a produção asiática estava sob domínio japonês. A falta de látex seria um grave problema para a indústria bélica dos aliados, deixando a borracha da Amazônia como a única alternativa.

Junto ao crescimento econômico veio também o crescimento populacional do Pará que passou de 332.847 em 1872 para 1.439.052 em 1920, correspondendo, sobretudo a nordestinos, em especial os cearenses.

No intuito de driblar o monopólio inglês do látex asiático e assegurar a produção de pneus para seus automóveis, Henry Ford, cria em 1927 a Companhia Ford Industrial do Brasil.

Surgia, assim, Fordlândia, uma *company-town* construída nos moldes e com materiais norte americanos, fruto da concessão de cerca de um milhão de hectares de terras nos municípios de Aveiro e Itaituba, às margens do Rio Tapajós, no Estado do Pará.

Na cidade de Fordlândia a produção ocorreu de forma planejada, ao contrário do ocorrido anteriormente na região. Outro ponto de diferenciação foi a forma de pagamento aos seringueiros, que nos novos moldes recebiam em dinheiro ao contrário do ocorrido em outros seringais, cujo pagamento baseava-se em “aviamento” ou “barracão”, uma troca da borracha por produtos de consumo deixando o seringueiro numa eterna condição de dependência.

Com o aparecimento do mal-das-folhas, o fim da Segunda Guerra e as novas possibilidades produtivas voltadas para a borracha sintética, a empresa devolve ao governo brasileiro as concessões e recebe o pagamento de uma indenização pelas benfeitorias. À população restaram apenas as lembranças dos “tempos dos americanos” e suas construções (LOURENÇO, 2006).

Na tentativa de acabar com a dependência amazônica em relação à borracha, novas tentativas de inserção foram tomadas.

O governo de Juscelino Kubitschek defendia o discurso político do “plano de metas”, cujo objetivo era “crescer 50 anos em 5”. Desenvolver a indústria de base, investir na construção de estradas e de hidrelétricas e fazer crescer a extração de petróleo, manter o objetivo de mudar o Brasil em relação ao subdesenvolvimento era transformá-lo em um país industrializado (NEUSA PRESSLER).

Partindo desse discurso, Juscelino continuou com a política de integração da Amazônia com o restante do país. Iniciou a construção de estradas como Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho que mais tarde tornariam importantes eixos de ocupação da Região Norte.

Com o golpe de Estado, em 1964, os militares tomam o poder. A primeira atitude em relação à Amazônia aconteceu em 1966 intitulada “Operação Amazônica”, voltada para a integração econômica e defesa das zonas de fronteiras.

A integração da região amazônica ao resto do país fazia parte da “ideologia do desenvolvimento” do governo militar. Estratégias e planos de crescimento regional foram marcados por uma euforia desenvolvimentista que tinha por objetivo preservar e legitimar a ditadura militar.

Com o projeto dos militares surgem a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituindo a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Banco de Crédito da Borracha, mais tarde

chamado de Banco da Amazônia(BASA). Em 1967 é criada a Zona Franca de Manaus com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região.

O grande objetivo dos programas de integração dos militares era ocupar a Amazônia considerada um enorme vazio demográfico que precisava ser preenchido.

Para garantir o sucesso da ocupação agrária da Amazônia, uma série de discursos foi previamente elaborada a fim de desenvolver, no imaginário da população rural, o ideal de que ali estaria a possibilidade de concretização de todos os seus sonhos, terra própria e solo fértil. “São terras sem homens para homens sem terra”, esse era o discurso promovido pelo governo, apresentando a região como um vazio demográfico, em que um paraíso idealizado ocupou o imaginário coletivo. (NEUSA PRESSLER)

As inúmeras tentativas de trazer famílias de trabalhadores rurais do Nordeste e Centro-Oeste visavam facilitar o acesso a terra e desenvolver a agroindústria na Amazônia. Os resultados não foram os esperados. A migração aconteceu de forma espontânea e desordenada, impulsionando uma ocupação sem planejamento. Os reflexos são percebidos até hoje, por intermédio de conflitos e tensões sociais ligados a terra e ao meio ambiente.

Em 1973 a economia nacional desacelera atingida pela crise do petróleo marcando déficits na balança comercial e aumento no endividamento externo.

Instaurada a crise petrolífera, a Amazônia passa a ser o foco das atenções para o crescimento da economia nacional e global. No Brasil sua função seria gerar recursos para solucionar a crise, priorizando o processo de ocupação além dos investimentos de grande porte, como abertura de estradas e construção de hidrelétricas. Para o capital internacional, seria fundamental para a expansão de seus investimentos em um momento de reestruturação produtiva.

O Brasil intensificou as ações para implantar na Amazônia setores industriais de bens intermediários e de capital, atuando na criação de novos espaços de investimentos. O governo tinha por objetivo investir em infraestrutura e canalizar incentivos fiscais para a região Amazônica para atrair capital privado. Nesta ótica, a Amazônia atrairia empreendimentos que possibilitariam o desenvolvimento de diversas atividades econômicas que iriam gerar empregos e renda, possibilitando o bem estar e melhorias sociais para a população.

Este foi o momento propício para empresas estatais associarem-se ao capital nacional e internacional e desenvolverem grandes projetos na área industrial voltados para o setor minero-metalúrgico, como foi o caso da Mineração Rio do Norte, Projeto Ferro Carajás e ALBRÁS/ALUNORTE.

O governo acreditava que somente o capital seria capaz de promover o desenvolvimento e modernização da economia regional.

Grupos estrangeiros e nacionais motivados por incentivos fiscais e financeiros do governo brasileiro trouxeram para a Amazônia empreendimentos no setor mine-ro-metalúrgico. Além do favorecimento advindo dos incentivos, o governo precisou investir em infraestrutura, com destaque as obras de geração de energia elétrica mar-cadas pela construção das usinas Hidrelétricas de Tucuruí, Balbina e Samuel.

Atraídos pelo potencial mineral da Amazônia e as facilidades oferecidas pelo go-verno, os principais empreendimentos produtivos que se instalaram na região ama-zônica, mais especificamente no Estado do Pará, foram estes: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), sobre o rio Tocantins; o da Mineração Rio do Norte (MRN), de ex-ploração de bauxita metalúrgica, a noroeste do Estado, no município de Oriximiná; o da ALBRÁS e ALUNORTE de produção de alumínio e alumina, respectivamente, localizados nas proximidades de Belém, no município de Barcarena; o Projeto de Ferro Carajás (PFC), no sudeste do Estado, no município de Parauapebas.

A finalidade era intensificar a integração da Amazônia à economia nacional, promover a ocupação da região e aumentar o nível de segurança por meio da exten-são da fronteira econômica e com isso elevar as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto(PIB).

Nesse projeto de integração estava, entre outros, o Pólo do Trombetas, constru-ído no município de Oriximiná, que abrigara a Mineração Rio do Norte: produtora de minério de bauxita, matéria- prima do alumínio.

A bauxita é um minério de importância industrial para obtenção do alumínio metálico e de muitos compostos de alumínio. Forma-se em regiões tropicais e sub-tropicais por ação do intemperismo sobre aluminossilicatos. Apesar de ser frequen-temente descrita como o minério do alumínio, a bauxita não é um mineral propria-mente dito, mas um material heterogêneo formado de uma mistura de hidróxidos de alumínio hidratados contendo impurezas.

No Brasil, o primeiro uso da bauxita para produzir alumina e alumínio metálico em escala industrial foi feito pela ELQUISA (hoje, ALCAN) durante a Segunda Guerra Mundial, em 1944. A produção nacional de bauxita aumentou desde então, e chegou recentemente a cerca de 13 milhões de toneladas/ano, colocando o Brasil entre os quatro principais produtores. Em 1999, os maiores produtores, em ordem decrescente, foram: Austrália, Guiné, Brasil e Jamaica, com um total de 70% da produção mundial.

3 O liberalismo econômico e a mineração no Baixo Amazonas

Após a Segunda Guerra Mundial, os investimentos em pesquisas referentes à descoberta de depósitos de bauxita foram reduzidos em virtude da nacionalização dos recursos naturais em alguns países periféricos à Amazônia.

Segundo MACHADO, a empresa *Kaiser aluminium and Chemical Corporation*, uma das maiores produtoras de alumínio do mundo, na década de 50 realizou pesquisas voltadas à localização de bauxita na Amazônia brasileira a partir da foz do rio Amazonas. Os resultados não foram satisfatórios e em 1959 a empresa desistiu de continuar com as pesquisas geológicas.

Ao contrário do acontecido com a *Kaiser aluminium and Chemical Corporation*, outra empresa no ramo de mineração obteve êxito na localização do minério. Tratava-se da *Aluminium Limited of Canada* – ALCAN, a maior empresa de alumínio do Canadá e a terceira maior do mundo atrás apenas da ALCOA (da qual se separou em 1928) e da RUSAL.

Em 1963, a ALCAN iniciou suas pesquisas através de sua subsidiária Bauxita Santa Rita Ltda, instalada na região e responsável pela descoberta da matéria-prima do alumínio na Amazônia. Em 1967 já propagava a descoberta de reservas de elevado valor comercial entre o rio Nhamundá e o Trombetas, no município paraense de Oriximiná. Em seguida a empresa canadense criou a Mineração Rio do Norte S/A – MRN e implantou, em 1971, o projeto Trombetas que seria suspenso em seguida em função da depressão no mercado mundial do alumínio.

A crise energética dos anos 1970, a independência da Guyana em 1966 e as mudanças da política no Brasil, em 1964, viabilizaram a valorização da bauxita na região e incentivaram o interesse da ALCAN pela bauxita amazônica.

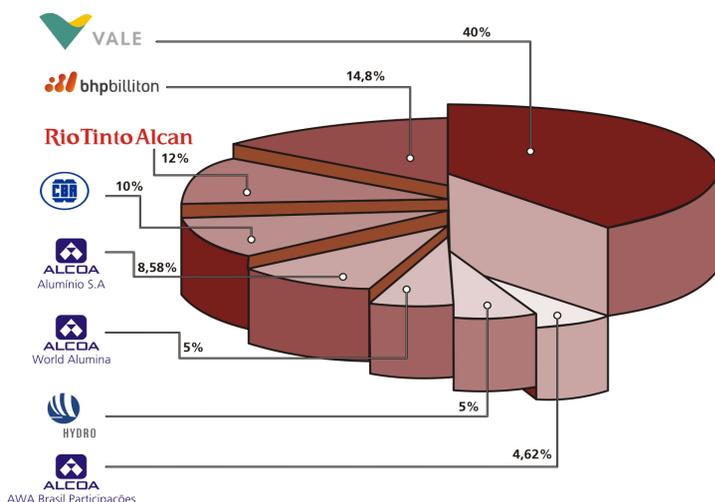
Em 1972, mais precisamente em outubro, a ALCAN e a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), escalada para representar o governo brasileiro, iniciaram negociação envolvendo a criação de uma *joint-venture*, visando a continuidade na implantação do projeto. Em 1974, o acordo foi assinado. A MRN contou inicialmente com a participação acionária da CVRD (51%); da canadense Alcan (19%); da Companhia Brasileira de Alumínio (10%), vinculada ao Grupo Votorantin; da subsidiária de empresas holandesas, a Mineração Rio Xingu (5%); da Reynolds Alumínio do Brasil, subsidiária da empresa norte americana Reynolds (5%); da subsidiária da norueguesa Norsk Hydro (5%); e da Alumina Española (5%).

Com a integração de capitais, a Amazônia brasileira passa a integrar o cenário de expansão do capital internacional na América Latina associada à possibilidade de

“desenvolvimento” regional. Com isso, o governo conseguiu desenvolver sua estratégia de associação do capital privado nacional e internacional ao capital estatal numa proporção de 51% do capital da CVRD e 49% distribuídos em capitais nacionais e internacionais, associando o local ao internacional visando, sobretudo o mercado internacional de exploração do ferro.

Atualmente, a composição societária é a seguinte:

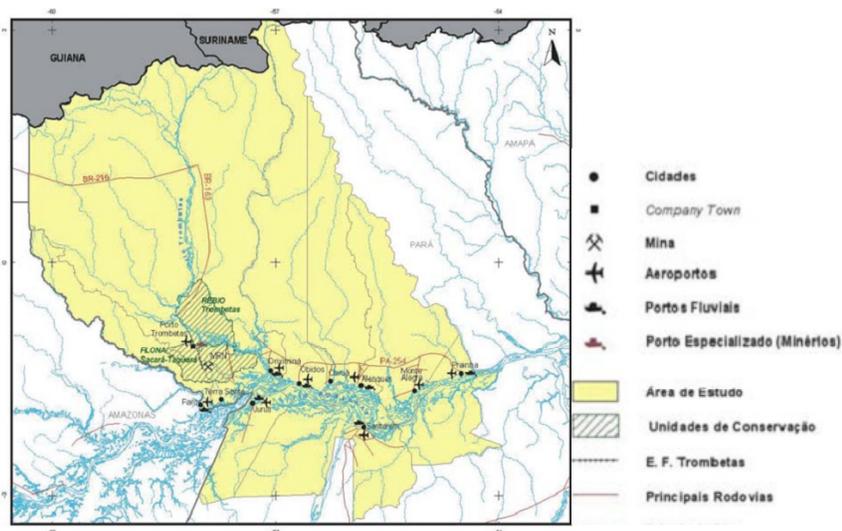
Gráfico 1: Composição societária



Fonte MRN

Em 1976, a construção do projeto foi retomada e as atividades de lavra deram início em 1979. Ainda neste ano foi comemorado o primeiro embarque do minério. O primeiro navio recebeu uma carga de bauxita de 21.054 toneladas de minério, saindo de Trombetas com destino ao Canadá. Nesta ocasião, iniciaram-se as explorações e o escoamento do minério de bauxita, matéria-prima destinada a compor o circuito espacial produtivo do alumínio na Amazônia Oriental brasileira. Assim, inaugurou-se a circulação de um novo fluxo no espaço regional ligando Porto Trombetas aos mercados nacionais e internacionais especializados na produção e circulação desta *commodity*.

Localização da área de estudo – Médio Vale do Amazonas Paraense:



Fonte: Grupo Rétiis de Pesquisa/UFRJ

4 Os resultados econômicos e sociais da mineração na região do Trombetas

4.1 ROYALTIES COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA A REGIÃO DE MINERAÇÃO

4.1.1 Estrutura Legal dos Royalties no Brasil

Royalty é a “Compensação Financeira pela Exploração dos Bens Minerais”- CFEM com objetivo de resgatar parte do valor da renda proveniente da redução do reserva mineral.

Os royalties definidos na Constituição de 1988 devem ser entendidos como uma compensação ou uma prestação financeira paga, principalmente, a Estados, Distrito Federal e Município, para compensar os danos e os custos sociais e ambientais decorrentes do ato de exploração dos recursos naturais (BUNKER, 1999; COELHO et al., 2000).

Segundo Hartwick, 1997, esse imposto, se bem investido em outros setores da economia, tem a possibilidade de gerar um fluxo de renda sustentado *ad infinitum*.

A Constituição de 1988 relata que a União é a proprietária do subsolo e é ela quem concede o direito de exploração mineral como também os percentuais que serão administrados com a essa atividade.

A legislação federal (Lei n°.8. 876 de maio de 1994) que trata da indenização a ser paga pelas empresas aos Estados, Distrito Federal e Municípios para compensar os danos e custos sociais e ambientais decorrentes do ato de exploração dos recursos naturais, estipulou entre outras coisas e taxas, critérios para distribuição entre beneficiários e para o uso.

O montante a ser pago é calculado a partir do “faturamento líquido” que, segundo a lei, é “a receita bruta das vendas deduzidas as despesas com transporte e tributos sobre a comercialização”, que variam de acordo com o bem mineral: 1% para ouro, 3% para manganês, bauxita metalúrgica e potássio e 2% para as demais substâncias.

A definição dessas alíquotas é reconhecida como instrumento de política mineral, já que seus percentuais podem incentivar ou dificultar o crescimento da atividade mineral. A decisão por uma alíquota ou outra envolve, além de critérios econômicos, disparidades regionais, necessidade de distribuição funcional da carga fiscal, além da geração de divisas.

4.1.2 Critérios para distribuição dos royalties nos Brasil

Em relação aos critérios para a distribuição entre os beneficiários o município minerador recebe 65% dos *royalties* recolhidos, o Estado 23% e a União 12%. O critério adotado para o uso dos *royalties*, segundo a legislação, impede que a sua utilização seja destinada à contratação de pessoal permanente e pagamento de dívidas, mas não indica de que forma essa receita deve ser gasta, com exceção da obrigatoriedade em aplicar 25% da receita municipal no setor da educação. Dessa maneira o atual critério, por sua vez, é ruim por não estar conduzindo a um uso adequado, na medida em que deixa o recurso livre ao critério da boa vontade do gestor público municipal.

Alguns países adotam critérios diferenciados para a determinação dos percentuais dos *royalties*, considerando o tipo de propriedade, o teor da jazida e o tempo de retorno do capital investido (MARIA AMÉLIA RODRIGUES DA SILVA). É conveniente fazer uma análise comparativa entre os percentuais administrados no Brasil com os de países como Estados Unidos, Canadá e Venezuela.

Quadro 1: Royalties da exploração mineral: uma análise comparativa entre EUA, Canadá, Venezuela e Brasil

Questão/ País	EUA	Canadá	Venezuela	Brasil
Que taxa é adotada	5% a 12,5%	3% a 9%	1% a 4%	1% a 3%
A taxa varia em função de que?	1. recurso mineral, 2. tipo de propriedade.	1. recurso mineral, 2. teor da jazida, 3. retorno do capital investido.	1. recurso mineral, 2. teor da jazida.	1. recurso mineral.
Como se denomina?	<i>Customary royalty rate</i>	<i>Provincial mining tax</i>	<i>Taxa de laral royalty</i>	Compensação financeira sobre exploração mineral(CFEM), royalty
Qual a base de incidência da taxa?	receita bruta	receita bruta e líquida	receita bruta	faturamento líquido
Como se distribui em função dos beneficiários?	terras públicas: 50% Estado; 40% reclamation fund; 10% general fund of Treasury. terras indígenas: BIA distribui entre as tribos. Propriedades privadas: Acordos.	Províncias são as proprietárias e estabelecem critérios próprios.	*	65% Município 23% Estado 12% União

Fonte: Maria Amélia Rodrigues da Silva

Ao comparar os critérios para a determinação dos percentuais dos *royalties* no Brasil com outros países mineradores dois entraves são percebidos. Primeiro, constata-se que o atual percentual praticado no Brasil é baixo e essa participação sofrerá ainda mais redução com o incentivo fiscal sobre as exportações de produtos minerais isentando-os do recolhimento de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Analisando apenas os *royalties*, o percentual médio ficou em 1,15% da receita bruta mineral, valor aproximado ao da Venezuela e bem distante do praticado nos Estados Unidos e Canadá.

O segundo entrave menciona a cobrança dos *royalties* sobre o faturamento líquido. Determinar o valor deste tipo de faturamento torna-se dificultoso agravado pela falta ou omissão de dados que levam ao cálculo dos lucros da empresa como, por exemplo, a discriminação das despesas com transportes. Fato observado nas Demonstrações Contábeis da MRN Exercícios 2010 e 2011, nas quais não descrevem como chegaram aos valores das receitas líquidas.

Vislumbrando a possibilidade senão de resolver, mas amenizar os conflitos motivados por esses entraves, após dois anos de negociações internas, o governo praticamente concluiu um novo marco regulatório da mineração e decidiu fazer mudanças que devem desagradar às grandes empresas.

Em 19.07.2011, a então Presidenta Dilma Rousseff com Edison Lobão (Minas e Energia) colocam a mineração em pauta. A intenção é aproximar o modelo de cobrança de *royalties* aplicados à mineração ao do setor petrolífero.

Dois projetos de lei estão sendo analisados pelo Congresso. Um trata do novo código de mineração e da criação da agência reguladora. O outro cuida do cálculo da CFEM, *royalties* da mineração. O governo está decidido a mudar as alíquotas da compensação. Serão estabelecidos os *royalties* para cada minério via decreto. A hipótese considerada hoje mais forte por setores do governo é fixar um teto de 10% sobre o faturamento da empresa.

Depois de aprovada a nova lei, o governo estuda publicar imediatamente decreto definindo os *royalties*. O mais provável é que o incidente sobre o ferro suba de 2% para 4%. Haverá nova alíquota para cada minério. Em alguns casos, ela pode ser reduzido.

O projeto também muda a base de cálculo da compensação, que passará a incidir sobre o faturamento bruto da mineradora, e não sobre o líquido. Em outros casos, serão usados os valores do minério cotado em Bolsa. A expectativa é acabar com o conflito de interpretação. Outra mudança é a cobrança de participação especial nas jazidas altamente lucrativas. A medida deve afetar grandes empreendimentos - em

torno de 25% de todas as minas concedidas. O foco serão as grandes empresas. A ideia do governo é ter participações sobre minas estratégicas como um sócio.

Com a aprovação do novo marco regulatório, o setor estima um aumento de 150% na arrecadação de CFEM. Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, o país arrecadou em 2011 R\$ 1.544.749.140,35, 43% a mais em relação a 2010. A estimativa para 2012 é de ultrapassar R\$ 1,8 bilhão.

Dentro dos critérios para a distribuição dos *royalties*, o município minerador é atualmente o único beneficiário. A legislação não beneficia municípios sob a área de influência da atividade mineral. Aos municípios atingidos negativamente pela mineração como crescimento demográfico, danos ao meio ambiente, entre outros, não recebem nenhuma participação nos *royalties*.

O município minerador é aquele onde a frente de lavra está localizada. No instante em que a frente de lavra mudar para o município vizinho, automaticamente este terá sua receita elevada e o primeiro terá sua receita subitamente reduzida.

Eliezer Brás in Brasil, 1992, afirma que o *royalty* é um “mecanismo concentrador de renda”, porque o município minerador já se beneficia com empregos gerados, aumento da demanda por bens e serviços e arrecadação dos tributos sobre a comercialização, decorrentes da mineração. Critica a legislação de incoerente ao priorizar o município, quando a União é detentora dos direitos de propriedade mineral. Acrescenta que na Austrália e no Canadá, onde as províncias são as proprietárias, efetivamente são os Estados e as províncias que cobram e se beneficiam dos *royalties*.

4.2 Impactos Sociais Nas Áreas De Mineração

Uma região produtora de bauxita, como a do Médio Amazonas, formada pela combinação de recursos naturais e sociais tem seu espaço alterado, renovado e suprimido para dar lugar a outra forma que atenda às necessidades da mineração industrial.

As alterações pelas quais o Médio Amazonas vem passando não são atribuídas apenas a sua paisagem. Na verdade, as alterações ocorrem no âmbito econômico, social e político, onde as mudanças alteram continuamente os espaços e comportamentos para que a população se adapte às novas necessidades.

Novos espaços emergiram com a criação da infraestrutura viária e a instalação do Projeto Trombetas. Nestes novos espaços destacam-se a *company town* de Porto Trombetas, criada pela MRN e comunidades que nasceram de forma espontânea às margens da mineradora como Beiradão, Caranã, entre outros.

Houve neste período uma aceleração no processo de urbanização ocasionado pelo declínio das atividades produtivas rurais e o atrativo financeiro proporcionado pela mineradora. Junto ao processo de urbanização veio o abandono do campo e inchaço das cidades. Os “grandes projetos” trouxeram como consequência para a região um considerável aumento populacional e o surgimento de comunidades ao redor do projeto ocasionando a criação de novas cidades.

Considerando o novo cenário em construção em função do Projeto Trombetas e dos efeitos em seu entorno e pela construção de rodovias, é notório que as áreas de maior crescimento populacional encontram-se nos espaços seguindo o percurso das rodovias e a via fluvial e das minas de bauxita, no trecho entre Oriximiná, Terra Santa e Juriti, três cidades mineradoras, apesar de apresentar um crescimento e uma ocupação restrita em função da criação de áreas de preservação ambiental da mineradora. Esta foi uma estratégia adotada pela MRN para conter a ocupação das áreas de expansão futura de extração da bauxita.

A *company town* de Porto Trombetas está localizada no Médio Vale do Rio Trombetas, no município de Oriximiná e difere das demais *company towns* situadas em outras áreas de mineração, tanto em sua história como em suas características atuais. Sua construção a 80km da cidade sede foi planejada, sugerindo uma evolução do projeto(ou não) e singular não encontrada em outras vilas planejadas da Amazônia. Em função da distância tornou-se uma *company town* mais fechada que as demais, caracterizada por um núcleo habitacional padronizado de uso exclusivo da empresa fadado ao segregacionismo hierárquico e ao isolamento. O planejamento espacial hierarquizado estabelece uma vida cotidiana programada e manipulada como também determina o espaço a ser ocupado por cada um de seus moradores. Outra peculiaridade refere-se à sua localização entre uma via fluvial e a floresta.

Por ser uma cidade planejada, fechada e isolada serviu como referencial para a construção de uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre a *company town* e a região ao seu entorno. Apresenta uma autossuficiência planejada que a mantém isolada das demais cidades do médio Amazonas paraense. Segunda a própria mineradora o que a mantém isolada das demais cidades da região é o nível de exigência e a qualidade dos serviços solicitados pela mineradora que geralmente estão acima dos padrões regionais. Como para a *company town* todos os seus equipamentos urbanos são destinados a atender exclusivamente os funcionários e trabalhadores da MRN, seus serviços exercem ações extra-locais reduzidas e esporádicas, sendo seu alcance restrito e praticamente exclusivo, fazendo com que a vila residencial não gere relações de concorrência ou de complementaridade com as cidades da região.

O início das relações da mineradora com as cidades ao entorno do projeto foram registradas na fase inicial que compreendia a construção do conjunto industrial até a finalização da infraestrutura urbana. Neste período houve intensa relação do projeto de mineração com as pequenas e grandes cidades da região, uma vez que tudo era provisório. Não existiam instalações administrativas, residências fixas, tampouco área comercial. Os escritórios de apoio para o desenvolvimento do projeto eram instalados em cidades como Belém, Manaus, Santarém e Oriximiná. Fornecimento local de mão de obra e de suprimento para a alimentação dos trabalhadores foram determinantes neste início de implantação.

As relações regionais se intensificaram com a dificuldade de adaptação da mão de obra vinda de outras regiões do país, principalmente a não especializada, fazendo com que a empresa optasse pela mão de obra local.

As relações foram diminuindo à medida que as obras de infraestrutura do Projeto Trombetas iam avançando.

Podemos dizer que, a partir do primeiro embarque da bauxita, as relações de integração entre a cidade empresa e a região acontecem de forma precária e descontinuada. De um lado temos a vila de Porto Trombetas como um conjunto de objetos técnicos fixos marcados por dois circuitos econômicos: o primeiro ligado ao comércio de exportação e o segundo ligado a negócios de pequenas dimensões e de outro lado cidades que pouco têm a oferecer em termos de estrutura, transporte, mão de obra especializada, comércio e lazer.

Embora o transporte da matéria prima do alumínio ser transportado por via fluvial nenhuma conexão ocorria com as cidades da região, pela natureza do produto transportado, volume e escala. A única alteração percebida no percurso dos navios pelos rios da Amazônia foi a instalação de sinalizadores que permitiu a circulação à noite dos navios responsáveis pelo transporte da bauxita.

As relações regionais mais relevantes se dão com cidades como Santarém, por localizar-se em um centro regional com possibilidades diversificadas e por oferecer alternativas de comércio e lazer para os moradores da vila como também proporcionar uma logística mais eficiente de deslocamento.

Esse novo contexto marcado pela mudança no padrão de circulação da região, com novas atividades econômicas voltadas para a mineração, acelerou o ritmo de vida e movimentação de pessoas e mercadorias.

5 Considerações Finais

A internacionalização da Amazônia brasileira em meados das décadas de 1970 e 1980 apresentava-se com seu apelo nacionalista

O processo de ocupação econômica da Amazônia brasileira promovido pelo Estado contou com a parceria do capital estatal, do privado e do internacional. Essa ocupação intensificou-se com as crises do petróleo e com a necessidade de reestruturação da produção de borracha global, culminando para a nova divisão do trabalho. A ocupação da Amazônia como a sua integração ao circuito produtivo nacional e internacional ocorreu de forma externa à região.

O estado do Pará, por ser o maior estado mineiro da região amazônica, foi palco dos “Grandes Projetos” do governo federal. Em função disso contou com a construção de obras de infraestrutura como hidrelétricas e rodovias para dar suporte à instalação de empresas mineradoras na região.

Na fase de implantação, a região Amazônica, mais precisamente o oeste do Pará, vivia uma economia tradicional baseada no extrativismo, pesca e etc, e protagonizou as transformações nas relações sociais, no deslocamento da população na própria região e de outros estados, como também os impactos ambientais.

A união do capital estatal ao capital privado nacional e internacional e a forma como a indústria mineradora se organizava visando o mercado externo deixava a população no entorno da mineradora em uma condição de fragilidade em relação ao grande capital. Essa forma de organização inviabilizava qualquer vínculo com a economia local, dificultando a criação de empregos e renda à população. Ao contrário do que se pensou no início do projeto, o setor mineiro-metalúrgico não atraiu empresas e atividades agregadas que pudessem gerar mais empregos e promover melhores condições de vida à região. Pelo contrário, “a dimensão que o setor extrativo-exportador assume na totalidade da macroeconomia regional, constituindo, em última instância, um fator inibidor da formação de novos setores industriais”(TRINDADE, 2001, p. 90).

Além da falta de vínculo com a economia regional outros problemas podem ser verificados:

#A dependência em relação às receitas originadas da atividade de exploração mineral cria uma situação de instabilidade ao município sede da mineradora. Como a economia mineradora é baseada na exploração de *commodities* minerais, as alterações nos preços podem atingir diretamente a economia regional;

#As receitas originadas da atividade mineradora, os *royalties*, recebidos como

Compensação Financeira pela Exploração dos Bens Minerais”- CFEM com objetivo de resgatar parte do valor da renda proveniente da redução do reserva mineral, abre precedentes a questionamentos, uma vez que a legislação não estabelece a forma como essa receita deve ser usada pelo município arrecadador. Dessa maneira os recursos provenientes do CFEM estão sendo conduzidos a um uso inadequado, na medida em que deixa o recurso livre ao critério da boa vontade do gestor público municipal. Seu uso fica restrito apenas ao pagamento de dívidas do município e contratação de pessoal permanente.

#Outro agravante do CFEM está relacionado à compensação apenas ao município sede da mineradora, deixando aos municípios no entorno apenas as externalidades da mineração.

#Os percentuais cobrados a título de compensação financeira pela exploração mineral no Brasil são os mais baixos quando comparados com outros países como estados Unidos, Canadá e Venezuela, além do que esses percentuais são calculados sobre o faturamento líquido e determinar o valor deste tipo de faturamento torna-se dificultoso agravado pela falta ou omissão de dados que levam ao cálculo dos lucros da empresa como, por exemplo, a discriminação das despesas com transportes;

#A exploração mineral é temporária, haja vista que os recursos minerais são finitos e não renováveis e a exaustão das minas um fato a ser trabalhado com o objetivo de criar alternativas para o futuro;

#As políticas desenvolvimentistas para a Amazônia estão voltadas apenas para o capital, seja nacional ou internacional, e não pautadas em benefícios para a população.

Assim conclui-se que a extração mineral no oeste do Pará que deveria promover o desenvolvimento econômico com a criação de empregos, tornou-se um gargalo para o surgimento de atividades alternativas de geração de renda para a região.

6 Referências Bibliográficas

A FACE SOCIAL DOS GRANDES PROJETOS. *Pará-desenvolvimento*. Belém: IDESP, 1988.

ALMEIDA, Humberto Mariano de. *Mineração e meio ambiente na Constituição Federal*. São Paulo: LTr, 1999.

BECKER, Berta. *Geopolítica na Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. “Avaliação da carga tributária incidente sobre o setor mineral”. Por Eduardo Vale, Eliezer Brás e Ozires Carvalho (Estudos de Política Mineral nº 06). Brasília: DNPM, 204 p, 1992.

BUNKER, S. (2001). *Notas Sobre a Renda do Solo e a Tributação no Pará*. Belém, Paper do NAEA, No. 159.

BUNKER, S. *Joint Ventures em Ambiente Frágeis: O caso do alumínio na Amazônia*. Novos Cadernos do NAEA. V.3, N.1, Jun 2000. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

CARDOSO, Fernando H. e MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Ed. Brasil, 1977.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Verticalização da Produção e Variedade de Situações Sociais no Espaço Funcional do Alumínio nos Baixos Vales do Amazonas e Tocantins*. Territórios/LAGET, UFRJ. Ano VII n. 11, 12 e 13 Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 29-48.

COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu (Orgs.). *Mineração e Reestruturação Espacial na Amazônia*. Belém: NAEA, 2007.

DEPARTAMENTO NACIONAL. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=156&IDPagina=1156>. Acesso em 05.07.2012.

PINTO, Lúcio Flavio. *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1982.

PROST, Gérard. *História do Pará: do período da borracha aos dias atuais*. Volume II. Belém: Secretaria de Estado de Educação, 1998.

MACHADO, R. C. (1985). *Apontamentos da história do alumínio primário no Brasil*. Ouro Preto: Edições da Fundação Goreix.

MINERAÇÃO RIO DO NORTE. *Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras 2011*. Disponível em: <http://www.mrn.com.br/index_1024.htm>. Acesso em: 12.07.2012.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. *A metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da mineração Rio do Norte*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HARTWICK, J.M. *Intergenerational equity and the investing of rents from exhaustible resources*. The American Economic Review 67 (5), p. 972-974, (1977).

OS GRUPOS POLÍTICOS DO ESTADO DE RORAIMA E A PRÁTICA CLIENTELISTA

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa monográfica realizada entre os anos de 2007 e 2008, objetivando perceber como se dão as relações de poder dos principais grupos políticos ou grupos de pressão do atual Estado de Roraima a partir da criação do ex-Território Federal do Rio Branco em 1943 com o decreto 5. 812. Neste sentido nessa pesquisa procuramos a partir das fontes encontradas, destacando aqui os jornais da época e outros documentos e bibliografias, e fundamentado na ciência política compreender como se operam e se são as práticas clientelísticas responsáveis pela alternância de poder dentro das esferas do poder público do Estado, nossa principal linha de preocupação para a realização deste trabalho.

A criação do Território Federal do Rio Branco se apresenta para nós como ponto de partida para buscar entender a formação dos grupos políticos e a criação do Estado como período em que se dá a sua reorganização, em torno da máquina estatal e as possibilidades geradas para a prática clientelística, possibilitando a esses grupos a continuidade no poder. Sendo essa uma condição prioritária para a sua ampliação e sobrevivência enquanto grupo político,

Os mecanismos utilizados para os ganhos políticos são apresentados aqui a partir de análises que nos remota a velha política do mandonismo e coronelismo da República Velha, trabalhado com grande propriedade por Victor Nunes Leal (1997) Raymundo Faoro (1998) E, sobretudo, nos ajuda a compreender outro fenômeno escopo de nossa investigação o clientelismo. Estou Usando como referencia a análi-

* Especialista em história regional pela Universidade Federal de Roraima – UFRR, mestrando no curso de pós-graduação em sociedade e fronteira PPGSOF/CCH/UFRR. e-mail: manolloborr@yahoo.com.br. Cel. 91192398.

se do cientista político Luiz Henrique Bahia (2003) que faz uma importante pesquisa de como esse fenômeno é permeado nas estruturas políticas do Estado.

Em outro momento analisaremos a formação dos grupos políticos com os governadores militares e suas influências nessa região. A criação do Estado de Roraima com a Constituição Federal de 1988 possibilita a ampliação e a criação de novos grupos, já que a prática da clientela se dá efetivamente em torno do Estado, ou seja, aos que agora pelo sufrágio universal conseguem o poder político, através do executivo e do legislativo.

O Clientelismo como mecanismo de poder dos grupos políticos do Estado de Roraima

“Na área do clientelismo, os políticos de Roraima, na expectativa de ganhos pessoais, procurando conquistar e manter o poder aliciam votos prestando assistência a todo tipo de clientela” (SANTOS, 1998, p. 14). Para entender como se desenvolve os diversos elementos da prática clientelística com o mecanismo que possibilita o poder político e consecutivamente o econômico do Estado de Roraima, episódio consolidado através do aliciamento de votos como troca de favores como vimos na citação de Santos, precisamos fazer uma reflexão, já que essa análise nos permite instigar ou investigar como esses políticos do Estado de Roraima reforçam essa prática na busca de ganhos políticos, sobretudo, compreender de onde surge esse fenômeno.

Neste sentido a leitura do clientelismo à luz da obra Luiz Henrique Bahia, nos possibilita perceber a sua complexidade como relata o próprio autor citando Eisensandt e Roniger:

O clientelismo é um complexo, de fato de uma relação paradoxal, que combina traços contraditórios como desigualdade e solidariedade, voluntarismo e coerção, recursos simbólicos e instrumentais, e que permuta desses recursos é usualmente levada a cabo através de arremate em uma só transação de vários itens (nenhum deles pode ser permutado separadamente, mas só em um conjunto que inclui ambos os tipos de recursos).” (EISENSTADT & RONIGER apud BAHIA, 1984, p.14).

Portanto na política do Estado de Roraima podemos considerar que a prática clientelística está baseada na relação de troca de favores, com o objetivo de ganhos pessoais, e essa relação se dá de forma assimétrica. Pois ela propicia a um grupo detentor do poder político e econômico a parte maior ou o melhor pedaço do “bolo”, que são as benesses oferecidas pela máquina estatal.

Raízes Históricas do Clientelismo.

Na Antiga Grécia, o historiador Tucídides registra relações de amizade e de permuta de favores como típicas de uma sociedade ainda influenciada pelos padrões anteriores à apropriação dos bens e serviços, na tradição da família consanguínea (BAHIA, 2003, p. 106).

A formação do Estado brasileiro desde que se tornou independente de Portugal em 1822 concebeu-se a partir de interesses de grupos, especificamente neste primeiro momento dando poderes aos senhores de terra, ou seja, não houve em nenhum momento uma proposta ou projeto coletivo de nação. Mas se sobrepôs interesses de particulares de uma camada da sociedade, que resultou em um modelo “coronelista”. Uma prática da política brasileira que possibilitou poder aos estados e aos particulares com maior ênfase durante a República Velha. “O coronel era o comandante máximo da guarda nacional. Essa guarda foi criada em 1831, e substituiu as ordenanças da época colonial” (CARVALHO, 2004, p.27).

Na política brasileira o clientelismo está intensificado de maneira mais explícita no período republicano, onde se estabelece relações de compadrio, em uma sociedade oligárquica e patriarcal, em que os mandatários do poder, os latifundiários, eram os coronéis e mantinham através da força o controle local. Neste contexto o poder político, ou os destinos da população daquele município dependia totalmente do prestígio desse coronel, provendo para aqueles que estavam do seu “lado” os benefícios da política do Estado, já para aqueles que não aceitassem seu mando, o rigor da força de seu braço.

Como aborda Victor Nunes Leal “o ‘coronelismo’ é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (1997, p.40).

Portanto, em uma estrutura onde prevalecia o poder regional, se construiu um mecanismo de arregimentação de votos através da troca de favores. O “coronel” exercia influência sobre aquela população, na sua grande maioria miserável, analfabeta e desprovida totalmente de perspectivas de ascensão econômica política e social, o que significa de fato um controle sobre o que deveria acontecer ou não, quem deveria ganhar na política e quem deveria perder. Dessa forma percebemos que na figura do coronel se estabelece o verdadeiro fenômeno do mandonismo, já que as relações políticas, econômicas e sociais e até religiosa passam pelo seu inteiro crivo. Na região do Rio Branco no final do século XIX e nas primeiras cinco décadas do século XX, a economia estava baseada na criação de gado, desenvolvendo uma sociedade de

grandes fazendas, e todos os moradores desta região queriam ser fazendeiros que era o que estabelecia *status quo*¹. Com isso a montagem da sociedade riobranquense se configurou propícia à formação do clientelismo, sobretudo com a criação do Território Federal do Rio Branco, sendo, essa prática intrinsecamente ligada à instituição do aparelho governante burocrático (BAHIA, 2003, p.122).

O Estado passa a ser o sujeito principal do processo, tomando para si as demandas de patronus com objetivos pessoais e, ao mesmo tempo, dos clientes por ele representados. O Estado, em si, torna seu próprio recurso (empregos públicos, estabilidade, etc.). (BAHIA, 2003, p. 138).

A luta das forças políticas pelo poder dentro de um Estado se torna fundamental para a sua existência como grupo, de outra maneira a sua estadia fora do círculo do poder estatal, não lhe confere ampliar suas bases políticas já que se reduzem seu poder de cooptação, não tendo, portanto, mecanismos de troca, ou seja, a sua relação clientelística se torna obsoleta, quando não se tem recursos como: empregos, licitações de serviços.

Neste sentido, é preciso destacar o trabalho importante do pesquisador Víctor Nunes Leal (1997), por se tratar de um clássico sobre aquilo que podemos considerar como matriz do fenômeno clientelístico no Brasil. Na obra intitulada “Coronelismo Enxada e Voto”, Leal aborda de forma notável a sociedade baseada no mandonismo regional do coronelismo na sociedade oligárquica da República Velha. Este estudo nos permite perceber a formação das estruturas políticas fundada em um processo extremamente desigual, mesmo quando prevalece a “democracia”.

Outro trabalho importante que nos ajuda a analisar a estrutura política do fenômeno clientelístico instalado aqui, intensificado a partir da criação do Território Federal do Rio Branco é a abordagem de Faoro em “Os donos do poder”, no qual traz a seguinte definição,

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropas de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças²

Esse fenômeno nos ajuda a compreender como se opera as práticas clientelísticas no Estado de Roraima já que o mando se dar a partir da figura do executivo, que

1 OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima. Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

2 FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro (p.632)

escolhe os seus representantes e candidatos na eleição cooptando através de verdadeiros “tentáculos eleitoreiros”, com os cargos em secretarias e câmaras municipais locais configurando-se em um verdadeiro “curral eleitoral”.

O Decreto 5.812, criação do Território Federal do Rio Branco e a organização dos grupos políticos

Compreender em que conjuntura se dá a formação dos grupos políticos ou grupos de pressão do Estado de Roraima passa, sobretudo, pela análise da criação do Território Federal do Rio Branco a partir do Decreto Lei, 5.812 de 13 de setembro de 1943, que instituiu o então Território, desanexando-o do Estado do Amazonas³.

Neste contexto é preciso ter claro que essa ação fez parte da geopolítica do governo brasileiro, na época governada por Getúlio Vargas. Percebe-se que há um interesse latente com essa região, no sentido de fomentar uma maior ação do Estado nacional através de uma intervenção, que se configura na ocupação desses espaços de fronteiras. Com a transformação do Vale do Rio Branco em Território, vamos ter uma nova dinâmica política nessa região, caracterizada pela nomeação de governadores, que estava fundamentada nos princípios da constituição de 1937, e propagava fundamentos de interesses voltados para a ocupação e a defesa do Território nacional.⁴

A criação do Território, como elemento de manipulação que conferia ao Governo Federal as terras dos Estados, foi um mecanismo fundamental de estratégia da união, criando por decreto territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e/ou direito de propriedade⁵, pois o governador nomeado era delegado do Presidente da República, neste caso, os temas pertinentes ao Rio Branco se desvincularam do palácio do Rio Negro, em Manaus e se transferiram para o palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Para Freitas⁶ (1997), com a criação do Território Federal essa região

3 Decreto 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.

4 OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*, Tese (Doutorado em História Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

5 BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Editora. Ática, 1998.

6 Aimerê Freitas, aqui citado é um dos membros da política local que fez parte da administração do ex-território no governo do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e em outras administrações, portanto é alguém que faz parte do eixo político e administrativo local, e não sendo um historiador de ofício e escreve a partir do pensamento das elites locais.

vai sair da letargia que se encontrava na época em que era município do Estado do Amazonas⁷.

Todavia, é importante considerar a forma de nomeação desses governadores, escolhidos pelo detentor do poder supremo federal o presidente da república, obedecendo na sua grande maioria a indicações políticas. Desta forma possibilitava a influência de políticos estranhos, forasteiros, que acabavam indicando seus apadrinhados, já que esses governadores eram alheios à realidade do recém criado Território Federal do Rio Branco, e essa era uma visão dos ditos “pioneiros”, que se intitulavam então os donos dessas terras e já merecedores do título de “nativos”, sendo também, aos olhos dos indígenas “forasteiros”. Outro fator novo neste contexto era relacionado ao curto período de tempo em que permaneciam no Território, essa característica prevaleceu a grande maioria dos governadores nomeados, sobretudo no período compreendido entre 1943 e 1964⁸, o pós-64 se configurou como uma época distinta, pela conjuntura de mudanças que ocorrera neste período no Brasil⁹.

O momento em questão nos permite compreender a lógica que se produziu a partir da criação dos novos Territórios Federais incluindo aí especificamente o Território do Rio Branco, que, segundo Freitas (1997, p.120) “baseava sob o objetivo de ocupação dos espaços vazios, a segurança nacional e por tabela a aproximação com os países vizinhos do continente sul-americano”.

O discurso da integração nacional, que assume forma elaborada no início dos anos 70, ajuda a desvendar o papel da territorialidade na construção do autoritarismo brasileiro. A incorporação de “espaços vazios” ao domínio da nação foi parte essencial do projeto geopolítico de modernização e de ascensão a potencia regional, revela um novo significado do território na mediação entre Estado e sociedade. Ele “é um recurso simbólico de formação do individuo coletivo, em detrimento de uma comunidade nacional de cidadãos”.¹⁰

O primeiro governador escolhido para instalar o governo territorial foi o carioca capitão Ene Garcez, um homem acostumado a trabalhar em regiões de fronteiras, ele havia conhecido o presidente Getúlio Vargas em Rondônia na época da visita do presidente a Amazônia. Segundo relata o próprio Ene Garcez, citado por Freitas, “sempre que eu conversava com o presidente, ele tocava no assunto. Precisava nomear alguém para o Rio Branco. Até que, em abril de 1944, eu me ofereci para ir ser governador, do Rio Branco. Ele não me convidou eu é que de tanto ouvir o Pre-

7 FREITAS, Aimerê. *História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985*. São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

8 Idem.

9 Idem.

10 BECKER, Bertha K. *Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo*/Bertha K. Becker, Cláudio A. G. Egler. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

sidente falar no assunto comigo, resolvi apresentar-me para ser governador e fui nomeado no dia 19 de abril, dia do aniversário do presidente” (FREITAS, 1993, p.34).

O Território Federal de Roraima e o Governo Militar

Em 1964, os militares assumem o governo brasileiro através de um golpe após a deposição do presidente João Goulart, o Jango. Essa troca de comando trouxe mudanças significativas para o então Território Federal de Roraima, que recebeu essa nova nomenclatura em 1962, devido a um problema de correspondências que ocorria pela duplicidade de nomes do Território Federal do Rio Branco, com a capital do Acre.

A presença dos militares no processo político brasileiro não teve início em 1964, durante momentos cruciais da história política do nosso país tivemos a intervenção direta dos militares em várias fases. Portanto mesmo que se busque delimitar a entrada dos militares no processo político apenas a partir de 1964, a história tem demonstrado que, em vários momentos de crise institucional, As Forças Armadas apresentam-se como elementos políticos atuantes. Foi assim, em 1889, com a proclamação da República, na década de 1930 com a instalação do Estado Novo, em 1945 quando se buscou romper com a ditadura Vargasista e em 1955, para garantir a posse de Kubitchek¹¹.

Todavia é com o golpe de 1964 que vai se instalar o regime militar que perdurou até os anos de 1980, e trouxe uma política ditatorial extremamente dura com o fim da democracia e a cassação dos direitos políticos e civis e a instalação da Doutrina de Segurança Nacional, trazendo para a Amazônia e para o Território Federal de Roraima, regiões estratégicas do ponto de vista geopolítico, projetos desenvolvimentistas, cujos governadores nomeados, eram os representantes dessa política¹².

A principal mudança a ser percebida desse período foi a duração ou permanência desses governadores no território, que ao contrario de seus antecessores, governaram por um período maior. O período que compreendeu o ano de 1964, ano em que se deu a tomada de poder pelos militares, até 1985, ano em que se consolidou o processo de redemocratização se configurou para o Território Federal de Roraima um tempo de mudanças significativas. E essas mudanças não se deram só pela maior durabilidade e estabilidade dos novos governadores, mas pela nova dinâmica e pelo

11 BORGES, Nilson. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

12 Idem.

acirramento das políticas de ocupação e integração da região amazônica, com os projetos desenvolvimentistas¹³.

No final da década de 1960, o clima político no Caribe era conflituoso¹⁴, e Roraima por estar numa área estratégica do ponto de vista militar, vai operar na decisão da transferência do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus, e apressar a abertura da rodovia BR 174, que possibilitaria o deslocamento de vários contingentes militares para a fronteira com a Guiana e a Venezuela. É nesta perspectiva é que começaram a construir no Território Federal de Roraima uma infra-estrutura física, com a solidificação de edifícios públicos e militares e casas para abrigar os militares, mudando o perfil da capital e do Território¹⁵.

Deste período destaca-se governador o Tenente-Coronel Hélio da Costa Campo militar da Aeronáutica, foi o governador que permaneceu no comando do Território por mais tempo, de 1967 a 1969 e de 1970 a 1974. Portanto em dois períodos, sendo o seu segundo mandato o mais significativo do ponto de vista de êxito de sua governabilidade, pois lhe propiciou um maior conhecimento da realidade local e dos anseios e lutas dos grupos políticos locais. Neste sentido procurou fazer seu governo com apoio desses grupos. Como representante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) precursor do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido da Frente Liberal (PFL), procurou logo neutralizar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), hoje Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo na pessoa do Dr. Silvio Lofego Botelho, da ARENA, o candidato único a deputado no pleito de 1970.

Com o fim do governo de Hélio Campos, veio para o Território Federal de Roraima o Coronel Aviador amazonense Ramos Pereira, que ficou conhecido no Território pela sua intransigência e sua postura firme, o que lhe rendeu uma grande resistência das lideranças locais. Uma característica importante de seu governo foi que Ramos Pereira se apresentava como um entusiasta do II PND¹⁶, e para isso procurou construir as bases para a implementação da política desenvolvimentista do governo militar. Foi no seu governo que fora construída a BR 174, possibilitando

13 SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

14 A situação política da Guiana ex-Inglesa, com revoltas desde a independência em 1966, que se transformaram em guerra civil iniciada em 1969. Um dos lados em luta, o dos descendentes de indianos, o grupo étnico mais numerosos, liderados por Chedi Jagan, abertamente advogava teses marxistas e era apoiado por Cuba.

15 Idem.

16 Plano Nacional de Desenvolvimento.

uma maior ligação do Território com o resto do Brasil, e, sobretudo serviu para a implantação dos projetos de colonização.

O sucessor de Ramos Pereira no governo do Território foi o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, pernambucano de família humilde, encontrando na aeronáutica o caminho para chegar ao posto máximo dessa carreira. Um homem estrategista. Ottomar instalou uma política diferente de todos os seus antecessores, ficou conhecido como o “governador da paz”, pois soube como ninguém arregimentar para o seu lado as lideranças locais. De forma estratégica formou sua secretaria com representantes das duas correntes políticas locais, deixada por Pereira. De um lado os partidários de Hélio Campos eleito Pela ARENA, com os votos de oposição ao governo Ramos Pereira e, do outro lado os correligionários de Julio Martins, também eleito pela a ARENA, e os amigos de Ramos Pereira.

Portanto se tratava de duas correntes antagônicas e Ottomar procurou pacificar a situação, buscando tê-los no seu governo. Para a secretaria de planejamento escolheu Getúlio Cruz, que representava a ala “nativa” de seu governo, ainda compunha o primeiro escalão do governo: Mozarildo Cavalcanti, Luiz Aimberê, Haroldo Amoras, Alcides Lima e Terezinha Calegari. Com isso o início do governo Ottomar foi traduzido em diversos projetos, sobretudo no setor da agricultura.

De 1985 a 1998: O processo de redemocratização, a luta pela criação do Estado, a reorganização dos grupos políticos

A década de 1980 se configurou como um momento importante para a redemocratização da política brasileira. As lutas sociais se espalharam pelo Brasil, o movimento pelas diretas já ganhou força, e o poder dos militares já se deteriorava, e era praticamente insustentável a permanência de um regime fechado e ditatorial. Era a chegada da redemocratização que veio sem violência, embora tivessem ocorrido algumas tensões por conta da vitória no colégio eleitoral de um candidato a presidente da oposição, o deputado Tancredo Neves, tendo como vice um ex-representante e ex-presidente nacional do PDS, José Sarney. No entanto Tancredo Neves nem chegou a assumir, adoecendo logo após sua vitória e falecendo em seguida, com a sua morte assume a presidência o vice José Sarney (COUTO, 2003, p. 238).

Neste período os governadores dos territórios passaram a ser indicados politicamente, sendo escolhidos por voto direto os prefeitos das capitais. Entretanto a escolha em Roraima foi retardada por causa do agravamento da doença do presidente Tancredo Neves, fato que produziu inquietação nas lideranças locais. Em uma

sessão de cinco de março daquele ano na Câmara Federal o deputado federal pelo PFL, acusa a interferência do governador do Amazonas Gilberto Mestrinho no processo de escolha. Na sessão do dia dezenove do mesmo mês o deputado Mozarildo Cavalcanti¹⁷ declara esperar que o processo de nomeação de governador de Roraima “(...) obedçam pelo menos a critérios que levem em conta as lideranças políticas locais, que levem em conta os valores daquele povo, que sofra com nosso povo”. Em sessão do dia 28 de maio do mesmo ano, o deputado Alcides Lima declarava na mesma tribuna: “O clima de expectativa que antes existia no território, com o advento da Nova República, começa a se transformar em angústia e desencanto, com tendência para o caótico”.

Nesses apelos dos deputados federais reforçados pelos outros deputados territoriais se estendiam para a cobrança da criação do Estado de Roraima. E essa busca por autonomia se produziu pelo interesse de montar aqui empresas de exploração mineral, propiciada pela abertura da BR 174 junto ao levantamento feito pelo projeto RADAM.

No ano de 1985, depois de muita espera assume o governo do Território de Roraima Getúlio Alberto de Souza Cruz, representante das forças locais. Um jornal local anunciara assim a escolha de Getúlio Cruz: “Getúlio, uma esperança para Roraima”: Uma vitória incontestável”. Uma vitória do entendimento, da composição e da conciliação. Este, o resultado e as causas da escolha de Getúlio Alberto de Souza Cruz para governar o Território Federal. Com o fim da era dos governadores militares, espera-se uma nova vida para Roraima. A escolha de Getúlio é o acordo entre o PFL e o PMDB. (Jornal Folha de Boa Vista, 28 de junho de 1985).

Em entrevista com o ex-governador Getúlio Cruz, ele explica como se deu a sua indicação para o governo do ex-território¹⁸,

Quando da escolha do governador em 85, o meu nome surgiu por conta do trabalho que eu havia feito como secretário do planejamento, presidente do Banco de Roraima, aí uma parcela das lideranças significativa chamadas locais me procuraram, Mozarildo, Alcides Lima que na época era deputado me propuseram indicar meu nome pra ser nomeado a partir de um compromisso um candidato que assumisse essa liderança e aí surgiu duas outras opções uma do PMDB local que apoiava o advogado Silvío Leite e a outra uma (...) pequenas ramificações locais aqui, mas sobretudo de pessoas de fora baseada num papel que desempenhava apoiava o Luciano de Castro, que havia sido secretário aqui do Arídio e foi pra Brasília e lá montou um lobby na suíte presidencial e essas coisas, e aí o Silvío Leite um certo dia me procura por que essa nomeação o decreto está pronto o doutor Ulysses

17 Discurso na sessão da Câmara dos Deputados: 05 de março de 1985.

18 Entrevista com o ex-governador do ex-território de Roraima, o economista Getúlio Alberto de Souza Cruz, em 26 de julho de 2008.

Guimarães me ligou por que o Ulysses Guimarães era quem trabalhava lá essa nomeação, e eu pensei e eu vim aqui pra de dizer o seguinte te convidar pra gente ir lá pra Brasília e ao deputado Ulysses Guimarães e a liderança do então PFL, que eu desisto da minha pretensão e que o PMDB daqui te apóia, porque nós não podemos aceitar que alguém lá de Santa Catarina que não tem nada a ver com a nossa historia ta bom aí fomos pra Brasília conversar com o Ulysses Guimarães e foi assim que o meu nome apareceu em consenso da maioria das lideranças locais e assim se formou um forte consenso de políticos muito ligado a situação no caso o PFL e ligado ao PMDB, sobretudo o Silvio Leite.

Todavia o governo de Getúlio Cruz não durou muito tempo, mesmo com o relativo peso que detinha, já que fora indicado pelos partidos que compunham a base aliada do governo, o que o possibilitou dar continuidade a muitas obras do governo anterior, como: a construção de casas, aberturas de estradas, assentamentos rurais e o projeto de uma hidrelétrica que chegou a ser iniciada. A escolha de Getúlio Cruz para governar o Território Federal de Roraima se deu através da aliança PFL/PMDB, denominada “Aliança Democrática”, essa mesma aliança foi vitoriosa no ano de 1985 nas eleições municipais. Além de garantir a vitória na capital Boa Vista, ganhou em mais seis municípios, totalizando sete dos oito existentes na época¹⁹.

Com a exoneração de Getúlio cria-se uma expectativa pelo nome do novo governador, e as lideranças políticas locais com o apoio dos empresários, estes esperam que seja escolhido entre eles, sendo cogitado a volta de Getúlio e o nome de deputados como Chagas Duarte.

No entanto, o presidente nomeou o General Roberto Klein mais um “forasteiro” para desespero dos líderes locais que não aceitam de forma pacífica conforme matéria no “Tribuna de Roraima”²⁰, destacada em manchete “Empresários repudiam a intervenção alienígena”, pelo fato de não ter havido “[...] consultas as bases políticas e produtivas locais”. A elite local teve que engolir outra figura alheia a seus interesses Klein governou buscando não bater de frente com as forças políticas locais, e dando continuidade as obras deixadas por seu antecessor.

A conjuntura social e política do Território são tomadas pela presença de milhares de garimpeiros, ávidos pelo ouro que brotava fácil das terras de Roraima em regiões da área indígena yanomami, fazendo com que as forças políticas locais se aliem, a esse novo grupo de potenciais eleitores. O novo governador indicado Romero Jucá, compreendeu bem essa dinâmica, procurou defender em suas ações governamentais

19 ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

20 SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

a exploração do ouro e a permanência das atividades garimpeiras na terra indígena. Na ocasião o governador Romero Jucá apresentou o “Projeto Meridiano 62” que naquele momento foi aprovado pelo Ministério de Minas e Energia²¹.

Foi também através dessa conjuntura de redemocratização, a criação da UDR local, composta pelos fazendeiros se apresentava como um importante mecanismo de luta da elite para garantir o poder político e econômico a partir da posse das terras do Estado, já que a idéia de poder nessa ocasião está ligada à posse da terra, e remota ao período de 1822, quando as elites brasileiras compostas por fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela tomaram o poder²².

A UDR fomentou na política local um elemento conciliador dos grupos políticos, sejam os nativistas, sejam os forasteiros, a luta contra as demarcações de terras indígenas. Portanto o tema que aproxima os grupos antagônicos é a briga ferrenha para impedir a retomada das terras indígenas, que foram consolidadas com a constituição de 1988. Esses conflitos pelas demarcações das terras indígenas colocam bem claros a posição unânime dos grupos de interesses, que os utilizam como “bode expiatório” para a falta de políticas públicas²³.

Os Partidos Políticos e a prática clientelista

“Aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como lugar onde se opera a mediação política” (Bernstein, 2003: 60). De fato o enunciado de Bernstein nos permite analisar as forças políticas contemporâneas, organizadas a partir de um partido político, que representa os interesses de diversos grupos dentro de uma sociedade. Todavia temos que diferenciar os partidos de associações, clientelas, clubes, sindicatos e outros. Segundo os cientistas políticos americanos utiliza-se de quatro critérios para fazer essa diferenciação, são eles: a duração no tempo; a extensão no espaço; a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar o apoio da população²⁴. Portanto o partido se torna um organismo capaz de aglutinar forças para sua atuação e existência, “de fato, uma vez nascido, o partido político se torna um organismo vivo que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo

21 RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

22 VIOTTI, Emília da Costa. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo ed. UNESP, 1999.

23 VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra*. Boa Vista, ed. UFRR: 2007.

24 BERSTEIN, Serge. OS PARTIDOS, in RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003.

os meios de durar. Se ele é mais que um fogo de palha (o poujadismo, por exemplo), torna-se depositário de uma cultura política com a qual comungam seus membros e que dá origem a uma tradição, muitas vezes transmitida através das gerações” (BERSTEIN, p. 69, 2003).

A conquista do sistema pluripartidário no Brasil, do ponto de vista da sua significação como elemento eficiente de ações democráticas é bem recente. Pois vivemos um longo período de ditadura, onde prevaleceu um sistema bipartidário, e que atuava apenas como legitimador das ações ditatoriais. Já no século XIX, “com a chamada primeira república, a política nacional passou a ser dominada por dois partidos maiores: o PRP de São Paulo e o PRM de Minas Gerais” (FLEISCHER, 2004). Com a redemocratização na década de 1980 vamos ter a retomada do pluripartidarismo, muitos desses partidos nascido antes e no período da ditadura militar, só mudaram de sigla, mas a essência continua a mesma.

Para Fleischer esses partidos podem ser divididos da seguinte maneira: os partidos “grandes”²⁵, representados pelos partidos que ao longo da história política brasileira tiveram influência, seja através de mandatos no legislativo e no executivo, seja em coligações que lhes propiciaram cargos e participação direta no governo. Mais que isso, os partidos que conseguiram um número de votos significativo em todo país elegendo o maior número de representantes para o Congresso Nacional. De 1945 a 1965 o Brasil chegou a ter treze partidos representados no Congresso Nacional, três grandes: Partido Social Democrático, União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro (PSD, UDN e PTB respectivamente), dois médios: (PSP e PDC). Os partidos médios, no período citado anteriormente representado pelo Partido Democrata Cristão (PDC), nascido da Liga Eleitoral Católica, era liderado por intelectuais católicos leigos nos anos 30. E o Partido Social Progressista (PSP), que segundo Fleischer, foi um veículo político pessoal de Ademar de Barros, naquele período fora interventor do Estado de São Paulo por duas vezes²⁶.

Os partidos pequenos tiveram representação pequena ou quase nenhuma no Congresso Nacional. E os partidos ideológicos, o mais significativo foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo também o mais “histórico”, fundado em 1922, vivendo a maior parte de sua existência na ilegalidade. E nos moldes do integralismo tivemos o Partido de Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado. O

25 FLEISCHER, David. OS PARTIDOS POLÍTICOS, in AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antonio Octávio. Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução São Paulo, ed. UNESP, 2004.

26 Idem.

Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado da fusão da Vanguarda Socialista com a Esquerda Democrática em 1950.

Com a retomada da democracia o PMDB, antigo MDB surge como um grande partido no cenário político brasileiro. Essa força foi importante para as eleições presidenciais republicana, que seria definida pelo colégio eleitoral. Nessa conjuntura o PMDB se aliou a Frente Liberal, tendo como candidatos Tancredo Neves para presidente e José Sarney como vice. Portanto temos as principais forças políticas representadas no Congresso Nacional por esses partidos. É importante ressaltar nesse cenário o surgimento de três importantes partidos o Partido Democrático Trabalhista (PDT) como uma alternativa ao PMDB, que se tornou uma importante força de oposição ao governo, o PFL a antiga Frente Liberal, hoje DEMOCRATAS, sempre apoiou os governos desde Sarney, passando por Collor aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, E o Partido dos Trabalhadores (PT).

Partidos Políticos em Roraima

“A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente a vontade dos chefes políticos. Salvo as organizações de esquerda que contam nas suas hostes com um pequeno número de adeptos” (SANTOS, 1998, p. 12). Com essa definição de Santos acerca da atuação dos partidos políticos do Estado de Roraima nos convida a uma reflexão sobre o papel das forças políticas através dos partidos, que nesse contexto serve para atender as aspirações dessas ao poder político institucional.

Já na época da criação do Território, com os governadores indicados, as forças políticas locais utilizam-se da organização partidária para combater os forasteiros, como ocorrera no caso da formação da Frente Única composta pelos partidos PTB, PSD e a UDN, que tinha como objetivo derrubar o deputado Félix Valois e eger um de seus representantes para deputado federal. Já na década de 1980, mais precisamente no ano de 1985 a disputa política no Território Federal de Roraima estava acirrada entre dois partidos o PMDB e o PFL, que curiosamente se aliam formando a chamada “Aliança Democrática”, lançando para candidato a prefeito e vice respectivamente, Silvio Leite (PMDB) e Roberio Araújo (PFL). Na outra ponta estava o PTB, liderado pelo ex-governador o brigadeiro Ottomar de Souza Pinto e o PDT, liderado pelo também ex-governador Hélio da Costa Campos.

Essa aliança entre o PFL e PMDB, foi importante para que esses dois partidos obtivessem ganhos eleitorais, assim como a indicação depois de um longo tempo de um representante local para governador do Território (Getúlio Cruz), a vitória de

Silvio Leite e Roberio Araújo para prefeito de Boa Vista. A “Aliança Democrática” elegeu sete prefeitos dos oito municípios do Território, foram eles²⁷:

#Boa Vista, Silvio Leite.

#Caracarái, Sebastião Portela.

#Mucajaí, Roldão Almeida.

#São Luis do Anauá, Gentil Gomes.

#Normandia, Sebastião de Oliveira Costa.

#Alto Alegre, Fernando Alves Nicaço.

#Bonfim, Vicente Josemar Saraiva.

A “Aliança Democrática” resistiu até julho de 1986, quando foi rompida por divergências políticas, como podemos observar na manchete de um jornal local, “Desfeita a Aliança Democrática no Território”, “O governo agora é só do PFL”²⁸.

Na prática o governador Getúlio Cruz (PFL), decide substituir assessores do PMDB, por membros do PFL. Começa uma disputa entre o prefeito e o vice, que trocam acusações pública. O acirramento desta disputa se dá quando o prefeito Silvio Leite fecha as portas da prefeitura para que o vice Robério Araújo não assuma o cargo na sua ausência. A briga entre os dois só encerra com a morte do prefeito em outubro de 1987²⁹.

Nesse período surgem novos partidos que vão acomodando as diversas lideranças políticas, em maio são formados os quadros de dois partidos o Partido Liberal (PL), que tem a frente Vera Regina e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), liderado por Carlos Libório. No ano de 1986 ocorreu a eleição para a escolha dos quatro deputados federais, de um lado o PTB de Ottomar Pinto, que elegeu dois nomes, o seu próprio e o de sua esposa Marluce Pinto. No outro lado a coligação “Frente Social Liberal” composta pelos partidos (PFL, PDT, PSB, PL e PDS), que elegeu os outros dois nomes: Mozarildo Cavalcanti (PFL) e Chagas Duarte (PFL). Nesse contexto podemos perceber como se configura o poder político local, neste momento e durante muito tempo, nas mãos de dois principais grupos políticos que se alternam em diferentes situações. E esse poder personificado em torno dos nomes de Ottomar e Jucá.

27 ALIANCA DEMOCRÁTICA, vence em sete. Jornal O Roraima, 20 de novembro de 1985.

28 ALIANCA DEMOCRÁTICA, resistiu até julho. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de julho 1986.

29 PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. Jornal Folha de Boa Vista, 30 de novembro de 1986.

Grupos Intermediários:

Acreditamos ser importante ressaltar neste espaço sobre os diversos grupos ou forças políticas intermediárias que se colocam frente ao desafio de romper com esse modelo de sociedade, onde prevalece a prática política clientelística. E junto a ela vícios como o nepotismo, o assistencialismo num verdadeiro “pão e circo”³⁰ que afronta o bom senso e o respeito pela dignidade humana.

Cabe aqui abordar alguns aspectos importantes dos grupos, ou forças políticas que começaram a surgir pela necessidade de organização dos trabalhadores objetivando a luta por direitos sociais e políticos dentro de uma conjuntura extremamente desfavorável, onde a grande maioria da população dos centros urbanos são funcionários públicos, já que esse setor atualmente se apresenta a como à atividade econômica, com maior índice de participação no PIB do Estado, sendo que as outras atividades como: indústria, comércio, agropecuária e construção civil, têm resultados pífios ou quase nenhum. Como podemos observar na tabela abaixo.

TABELA 7 - Participação das Principais Atividades Econômicas no PIB de Roraima

Evolução	1994	2002	2003	2004
Comércio	19,40%	10,00%	9,70%	9,30%
Construção Civil	11,50%	6%	5,90%	6,00%
Agropecuária	17,50%	4%	3,40%	3,80%
Adm. Pública	21,40%	56,10%	56,20%	58,20%

Fonte: SEPLAN/DEPLAE

Vejamos o quadro abaixo que mostra a evolução da população desde a década de 1950, e a inversão população urbano-rural.

TABELA 8 - População de Roraima 1950/2000

ANO	TOTAL	URBANO	RURAL	% URBANO	% RURAL
Anos 50	18. 116	5. 132	12. 984	28, 33	71, 67
Anos 60	28. 304	12. 148	16. 156	42, 92	57, 08
Anos 70	40. 885	17. 481	232. 404	42, 76	57, 24

30 Termo cunhado durante a idade antiga no Império Romano, onde o povo recebia pão nos eventos de massa do Coliseu Romano.

Anos 80	79.159	48.734	30.425	61,56	38,44
Anos de 1991	217.583	140.818	76.765	64,72	35,28
Ano de 1996	247.131	187.294	59.837	75,79	24,21
Ano 2000	324.397	247.016	77.381	76,15	23,85
2004	381.896	Estimativa			

Fonte: IBGE/RR/2000

Os números mostram que o processo clientelístico funciona como um círculo vicioso, se alimentando da situação de miséria de grande parte da população que em um fenômeno de migração interna, ou seja, rural/urbano contribuem na formação das massas que compõem as periferias da capital. Essa situação corrobora para o continuísmo de seus ganhos políticos. Pensar a história política do atual estado de Roraima passa, portanto, pela compreensão dessas forças, ou grupos políticos apresentados aqui após esse breve ensaio. Observamos a força dos grupos políticos que oram se revezam no poder a partir da prática clientelista que a máquina estatal os oferece.

Mas acreditamos que essa conjuntura se torna propícia a formação de grupos opostos, com objetivo de fomentar novas organizações, outros discursos capazes de sensibilizar parte da população para uma reação. Neste sentido, além dos partidos tradicionais de “esquerda”, PC do B, PT, PSTU, PCO e mais recentemente o PSOL, que de forma ainda tímida se apresentam como alternativas de mudança à conjuntura local, sem muito êxito do ponto de vista de ganhos de cargos eletivos, seja para o poder legislativo, sejam para cargos executivos, temos o Partido dos Trabalhadores (PT). Entretanto é importante ratificar o que já havíamos relatado anteriormente, destes, o Partido dos Trabalhadores (PT) na atual conjuntura não mais se encaixa no mesmo patamar de seus pares. Já que desde o ano de 2003 o Partido dos Trabalhadores garantiu o mais alto cargo político do país, a presidência da república. Portanto ele se apresenta como situação, e essa nova posição na esfera federal possibilitou mudanças na sua estrutura regional, com novos filiados que já detinham cargos eletivos.³¹

Dentro dessa conjuntura temos também os sindicatos que nasceram para garantir os direitos das diferentes categorias de classe. Um dos primeiros sindicatos fundado em Roraima foi o SEEB³²,

o Sindicato dos Bancários de Roraima foi fundado no dia 26 de agosto de 1986, quando deixou de ser Associação dos Bancários, tornando-se sindicato. A associação foi criada

31 Entrevista com Titonho Bezerra, um dos fundadores do PT em 1985 atualmente vice-presidente do diretório Regional, em 21 de julho de 2008.

32 Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário.

no em 1985, por bancários e bancárias que se organizaram em busca de uma entidade combativa e representativa. Atualmente o sindicato representa a categoria profissional, abrangendo os (as) empregados (as) dos bancos comerciais, investimentos, fomento, desenvolvimento, múltiplos, caixa econômica, cooperativas de crédito, cadernetas de poupança, financeiras, casas de câmbio, estabelecimentos de crédito e órgão afins, perfazendo um total de 300 bancários (as) na capital Boa Vista e nos municípios de Mucajaí, Caracará, Rorainópolis, São João da Baliza e Pacaraima.³³

Na mesma década com a constituição de 1988³⁴ que possibilitou a formação dos sindicatos do funcionalismo público, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Roraima (SINTER), fundado em 12 de novembro de 1988, esse sindicato protagonizou um grande embate durante a gestão do então governador Neudo Campos na década de 1990, quando promoveu uma grande paralisação dos trabalhadores em educação³⁵. A esse fato nos relata Santos,

Os sindicatos, a maioria ocupando prédios públicos doados pelo governo, não possuem uma presença relevante na sociedade, desenvolvem suas atividades sem reconhecimento da maioria da classe trabalhadora e são privados da capacidade de exercer alguma influência sobre os rumos da política do estado. Os que conseguem eventual destaque são: o Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima, SINTER, que em 1995 deflagrou uma greve paralisando as escolas públicas por 45 dias. (SANTOS, 1998, p. 16)

Dessa participação sindical, e o fortalecimento dos sindicatos, surgiu a Pró-Cut em 1994 desencadeando no primeiro Congresso da Central Única dos Trabalhadores, em sete de agosto de 1999, que deliberou pela criação da CUT/RR³⁶. No meio Rural tivemos a fundação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima FETAG/RR, fundada em 02 de setembro de 2000³⁷, e é formada por 12 sindicatos rurais. No ano de 2003, da junção dos trabalhadores rurais, dos povos indígenas e dos trabalhadores urbanos nasceu em 2003 o movimento “Nós Existimos”, com o objetivo de colocar em pauta discussão que são comuns aos três segmentos³⁸. Essa iniciativa se apresenta como uma alternativa de enfrentamento a situação analisada, com possibilidades de rupturas ao modelo de clientela que fomenta a ação das forças políticas

33 Histórico do SEEB. Disponível em < <http://www.bancariosrr.org.br>>. Acesso em 14 de Agosto de 2008.

34 Artigo 8º, Incisos, I a VIII.

35 Entrevista com Ornildo Roberto, atual presidente do SINTER.

36 Entrevista com Lúcia Glória, presidente da entidade no período (2004-06) e Rosa Maria Barbosa, atual presidente.

37 Entrevista com Luís Carlos Gomes de Lima, atual Presidente.

38 Histórico da ONG. Disponível em< <http://www.nosexistimos.org.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

Considerações Finais

O que fica após essa pesquisa são ainda algumas inquietações acerca do que tínhamos proposto a trazer para apreciação daqueles que se comprometerem ler, pois as possibilidades de interpretações a partir da sistematização da pesquisa realizada se apresentam em diversos focos, e isso nos instiga a uma ampliação da mesma em um trabalho mais completo em um espaço maior de tempo e com critérios melhor definidos.

Destarte a leitura das fontes que nos foram disponibilizadas, através de uma investigação priorizando o que nos possibilitaria maior compreensão de como se deu ao longo do período proposto nessa pesquisa (1985-1998), acerca dos grupos políticos que ora se revezam nas esferas de poder do Estado. E a partir da fala de alguns dos entrevistados e a leitura dos documentos que nos serviram como fontes podemos concluir que, a luta desses grupos políticos ou grupos de pressão que aqui se instalaram, de forma bipolarizada entre aqueles que vieram para governar o ex-território desde a sua criação em 1943, e os grupos locais se deram de forma muito clara pelo poder político que lhes provia o governo do ex-território e do atual Estado. Portanto trata-se de grupos antagônicos, mas que em determinado período se aliaram objetivando o poder político.

Neste contexto percebemos que a grande disputa dos grupos políticos se acirra em torno de conceber o governo do Estado, ou seja, ter sob seu comando a máquina estatal, pois é ela que lhes possibilitam uma maior intervenção na política e na economia do Estado, possibilita status, poder e prestígio. Não existindo uma distância entre quem está com a máquina governamental e quem vai obter as benesses econômicas, claramente serão aqueles que fazem parte do mesmo grupo político de quem está com a máquina nas mãos. Na maioria dos casos os próprios representantes da Assembléia Legislativa são os donos de empreiteiras que “estranhamente” ganham as licitações para operar obras do Estado. Reforçamos essa afirmação com Rémond que aborda, “nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno o Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo de organização política; é também o principal objeto das competições”. (RÉMOND, 2003, P. 20)

Portanto é neste espaço que se dão as políticas de interesses, e no Estado de Roraima, observamos que a sua formação obedece ao interesse de uma elite política e econômica e a priori na sua formação não se permite que ocorra uma dialética. Já que as relações são assimétricas, unilateral de submissão de uma grande maioria a um

pequeno grupo de representantes da elite. Essa concentração de poder nas mãos de uma minoria só é possível dentro de uma organização onde prevalece a prática do clientelismo. Em Roraima, as ações mostram de forma muito clara que é essa lógica a grande responsável pela manutenção do poder político dessas elites.

Convém ressaltar que uma ruptura com esse modelo clientelista que opera institucionalmente ou não, em formato de rede no Estado de Roraima, só ocorrerá no momento em que o mesmo se desenvolver econômica, política e culturalmente, e isso deverá acontecer com uma maior intervenção de novos grupos. Enquanto permanecer como carro chefe das políticas governamentais os meros programas assistencialistas que escraviza a população, tornando-a dependente do “vale alimentação” e outros mecanismos indignos, as pessoas corroborando com a manutenção da clientela, não podemos vislumbrar mudanças significativas na conjuntura política local.

Referências Bibliográficas

- ALIANCA DEMOCRÁTICA, Vence nos sete municípios. *Jornal O Roraima*, 20 de novembro de 1985.
- ALIANCA DEMOCRÁTICA, resistiu até julho. *Jornal Folha de Boa Vista*, 30 de julho 1986.
- BECKER, Bertha K. *Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo*/Bertha K. Becker, Cláudio A. G. Egler. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Editora. Ática, 1998.
- BERSTEIN, Serge. OS PARTIDOS, in RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- BORGES, Nilson. A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E OS GOVERNOS MILITARES: REGIME MILITAR E MOVIMENTOS SOCIAIS EM FINS DO SÉCULO XX, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida. *O Brasil Republicano, O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.
- CARVALHO, José Murilo de. FUNDAMENTOS DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE BRASILEIRA. In: AVELAR, LÚCIA et al (org.). *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação KONRAD – Adenaver-Stiftung, São Paulo: Fundação UNESP, 2004
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo ed. UNESP, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura*, Brasil: 1964-1985. São Paulo, Ed. Record, 2003
- DECRETO 5.812 de 13 de setembro de 1943, que criou os Territórios do Amapá, Ponta Porã, Rondônia, Guaporé e Rio Branco.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro (p.632)
- FLEISCHER, David. OS PARTIDOS POLÍTICOS, in AVELAR, Lúcia, CINTRA, Antonio Octávio. *Sis-*

tema Político Brasileiro: Uma Introdução São Paulo, ed. UNESP, 2004.

FREITAS, Aimerê. *História Política e Administrativa de Roraima 1943-1985*. São Paulo: Editora Umberto Calderaro Ltda., 1993.

HISTÓRICO da ONG. Disponível em < <http://www.nosexistimos.org.br>>. Acesso em 14 de agosto de 2008.

HISTÓRICO do SEEB. Disponível em < <http://www.bancariosrr.org.br>>. Acesso em 14 de Agosto de 2008.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro. ed.Nova Fronteira 4ª edição, 1997

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A Herança e os Descaminhos na Formação do Estado de Roraima*, Tese (Doutorado em Historia Social) Universidade do Estado de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

PREFEITO, fecha as portas da prefeitura. *Jornal Folha de Boa Vista*, 30 de novembro de 1986.

RÉMOND, René (org). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 2003.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpendo a Sociedade Roraimense: Uma Análise Sócio-Política*. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 1996.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará/NAEA. Belém, 2004.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a Disputa Pela Terra*. Boa Vista, ed. UFRR: 2007

A DINÂMICA SOCIOPOLÍTICA YANOMAMI NO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA HUTUKARA: *PATA THËPË* E A EMERGÊNCIA DE JOVENS LIDERANÇAS POLÍTICAS.

Introdução

O desafio de enveredar pela temática da dinâmica política Yanomami, tomando as lideranças tradicionais e os jovens representantes, no campo da experiência de representação institucionalizada, nasceu da inserção e participação ativa nos processos de mobilização e construção da Hutukara Associação Yanomami, especialmente na região do Toototopi, em função do trabalho de acompanhamento aos Professores do Projeto Yarapiari – Formação de Professores Yanomami em Nível de Magistério Indígena - desenvolvido pelo Programa de Educação Intercultural da Comissão Pró-Yanomami¹ no período de abril de 2002 a agosto de 2006, como assessora pedagógica de campo.

A totalidade da população é fluente nas línguas nativas, e em outros dialetos dos diversos subgrupos Yanomami, por isso, a obtenção de informações, registros de reuniões, assembléias, cursos e discursos das lideranças, foram feitas por meio de traduções das diversas línguas Yanomami.

Dentro do quadro de construção de uma rede de apoio aos Yanomami intensificados após homologação de seu território em 1992, estão as Organizações Governamentais nacionais e internacionais, as Organizações Não Governamentais, Organizações Indígenas locais, regionais e nacionais e Organizações religiosas. Os Projetos de Educação implantados pela CCPY, Diocese de Roraima e Secoya – Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami, nas várias regiões da terra Yanomami, criaram as condições para um significativo contingente de crianças e jovens fossem alfabetizados, criando as bases para alavancar a formação de microscopistas e professores.

1 ¹ A Comissão Pró-Yanomami, uma Organização Não-Governamental criada em 1978, desenvolveu trabalho de apoio às escolas e formação de Professores por meio do Programa de Educação Intercultural PEI, iniciou o apoio à educação escolar indígena inicialmente nas regiões do Demini, Toototopi e Parawau, sendo posteriormente ampliado para as regiões do Papiu, Kaynau, Catrimani I, Auaris e Homoxi.

*

Em decorrência ao crescente domínio da língua portuguesa pelos os professores, agentes indígenas de saúde, alguns agentes agro-florestais, e os carregadores², as falas e discursos destes jovens foram obtidos na língua portuguesa.

Não constitui objetivo desse estudo, fazer análise histórica do discurso das lideranças tradicionais ou do discurso jovem fora do contexto da experiência de organização política, e sim tratar das falas dos *pata thëpë* e dos jovens Yanomami, onde seus atos e escolhas serão o principal objeto de análise para compreensão de processos de apropriação e sustentação dessa forma de organização política.

O lugar da Associação na dinâmica política Yanomami, e as implicações entre essa forma de organização política não-indígena, de atuar por meio de representantes escolhidos, e as bases sob as quais as lideranças tradicionais (*pata thëpë*) e os jovens (*hiya thëpë*), se movimentam dentro dessa dinâmica sociopolítica, tomando como fio condutor os grupos locais, seus *pata thëpë* e as ligações destes com uma forma de organização política, e a adoção da escolha de jovens lideranças para atuar em novos fóruns de representação, constitui objetivo deste trabalho.

Os PATA THËPË e a adoção da representação Política

Muitas das características que definem a posição da chefia Yanomami se assemelham àquelas que definem a chefia em outros grupos indígenas (CLASTRES, 1982; RIVIÈRE, 2000) e colocam em discussão as questões relativas às origens e legitimidade do poder político, a relação líder e corpo social, as questões relativas às qualidades que definem uma chefia indígena.

A construção das qualificações da chefia local tem nos processos de sociabilidade, nas relações sociais existentes dentro do grupo, o lugar privilegiado para seu entendimento.

Os Yanomami não possuem classe de idade definida, nesse sentido, as categorias nativas *oxewi*, *hiya*, *wãro* e *pata*, serão tratadas como categoria relacional direcionadas ao entendimento da proeminência do *pata thë*.

A categoria *oxewi* não se restringe exclusivamente a identificação das crianças, e sim, a sabedoria de uma pessoa, que se constrói de forma não progressiva, não linear, sendo os *pata thëpë* os sintetizadores da amplitude de uma pessoa imbuída de sabedoria.

2 Carregadores são jovens responsáveis em carregar todos os pertences, equipamentos e medicamentos dos trabalhadores da Saúde, Educação e prestadores de serviços em geral, nos percursos de deslocamento do Posto de apoio até as aldeias.

No plano da interação social os *oxewi* são completamente dependentes de suas mães, que representa a principal fonte de conforto, de alimentos e de segurança dos recém nascidos. Onde quer que vá ou se desloque, são carregados em uma tipóia, e têm a completa liberdade de mamar quando bem quiserem, e recebem por único alimento, o leite materno, e eventualmente, de outras mães, as irmãs da mãe.

Ainda nos primeiros meses de vida as crianças recebem um cordão de miçangas, colocados na altura do quadril, para que suas nádegas se desenvolvam sem problemas anatômicos, e também servem como escudo para espantar os maus espíritos. À medida que se encontra em condições de acompanhar seus pais nas incursões na floresta, brincam e realizam, quando querem, pequenas tarefas, estando livres para experimentar e descobrir.

A construção da autonomia pode ser observada no ato de uma queda, por exemplo. Ao caírem, ou se machucarem, devem levantar-se sozinhos, não sendo permitida nenhuma interferência dos adultos, somente à mãe é consentida, num segundo momento, o ato de ajuda e consolo.

No processo de identificação como *hyia*, os mesmos passam a *ser* requisitados para determinados aprendizados das tarefas que seu sexo exige. Os meninos recebem de seus pais arcos e flechas, que utilizam em passarinhos, borboletas, em troncos de bananeiras, e realizam a beira d'água pequenas pescarias.

As meninas passam pelo processo de perfuração do nariz (somente as mulheres que manuseiam com habilidade o objeto pontiagudo feito de osso de animais, é quem podem fazer a perfuração), de furos nas laterais próximas às bocas, embaixo do lábio inferior, nos quais serão introduzidas pequenas hastes feitas de uma espécie bem fina de bambu com pontas adornadas com penas de mutum. Ainda nesta fase, passam a usar os ornamentos de miçangas usados na parte frontal, e outros circulando o quadril, logo acima do *pesimaki* (pequena tanga feita de algodão, tingida de vermelho), e na parte superior dos braços, local onde são inseridas flores e folhas perfumadas. É nessa fase que são prometidas aos seus futuros maridos.

Meninos e meninas reúnem-se separadamente, formam grupos infantis para tomar banho nos rios; é comum os meninos provocarem choros nas meninas, em conseqüência das brincadeiras muitas vezes agressivas.

As brigas envolvem exclusivamente os meninos, e ninguém pode interferir, brigam até se cansarem, enquanto aos pais e os demais adultos estimulam-nos a mostrar sua valentia, nas disputas infantis masculinas, poucas vezes há um vencedor, a luta corporal se encerra quando chegam ao limite do cansaço físico; não há fuga das partes, seria uma desonra. Quase sempre saem chorando, as mães os recebem,

tratam de seus ferimentos, consola-os; é o aprendizado da prática dos atributos do ser guerreiro, forte e destemido.

O processo de passagem ou de iniciação das meninas para a vida adulta ocorre durante a primeira menstruação. Nesse período, as meninas ficam reclusas, dentro de uma pequena casinha feita de palha dentro da maloca. Não podem comer sal, carne de anta, queixada, caititu, macaco guariba, beber água sem pimenta (evita alergia), não pode comer mamão (evita o surgimento de ínguas), não podem andar na floresta (senão aparece onça e cobra), tampouco pode andar na roça (senão as plantas secam), não podem ver o céu (senão a chuva cairá sem parar), não podem ver outras pessoas (só a mãe) ou ficar perto dos homens (senão o homem fica medroso, não participa de guerra, sua alma enfraquece), comem bem pouco; não usam tabaco, não podem tomar banho, ficam com olhar fixo ao chão. Somente após a interrupção do fluxo sanguíneo, é que a mãe poderá dispensar os cuidados com a higiene corporal e o seu embelezamento. A mãe é quem lhe dá banho, e pinta com urucum (para não espantar onça), adorna com flores nos braços, e junto com outras mulheres dirige-se à floresta para caçar carangueijos.

Já os meninos, quando entram na fase de transformação da voz, mantêm-se deitados em suas redes, aproximadamente seis dias. Nesse tempo, é o pai e a mãe quem os aconselha e lhes oferecem comida. A alimentação se restringe a banana pequena assada e cozida com pimenta, alguns tipos de peixes como a piaba, que devem ser ingeridas, sem sal e com pimenta.

Nesse período não podem andar muito, não pode comer nenhum tipo de caça, não podem beber suco de açaí, de bacaba, de patauá, comer macaxeira, beiju, taioba, usar tabaco (para não cair os dentes), beber água sem pimenta, não podem comer banana grande (acarretará futuramente dores de coluna). Quando termina o período de “reclusão”, ao menino é permitido caçar em lugares distantes.

Tais processos como atesta Alcida Ramos (1999) simboliza a atribuição de um status condicional que o grupo concede aos membros jovens, e podem redundar na primeira oportunidade séria de passagem para o grupo de adultos.

A admissão de jovens desta categoria no grupo de homens tem no *benimou* (momento em que grupos de homens saem em grupos para realizar caçada para os cerimoniais fúnebres) uma prática simbólica de aceitação para as exigências da vida adulta.

O ingresso definitivo aos novos processos e exigências para a vida adulta, começa a partir do casamento, que marca de forma simbólica o início de novas vivências, cabe-lhe o dever de proteger os pais da mulher e prestar-lhes obrigatoriamente

diversos tipos de serviços. Mais adiante, o atributo de *nãro pata* “homem adulto”, é dado a partir do momento em que tornar-se avô, sendo a referência *pata thë* a designação de identificação da pessoa madura, e se constitui na mais importante fase na vida de um homem, é quando obtém status e o reconhecimento do grupo, da sua maturidade.

O *pata thë* é o representante do seu grupo na relação com outros grupos, com parentes, afins próximos, outros grupos locais, com outros povos indígenas e com os não-índios; é a figura que estabelece e desempenha a relação formal com os grupos ou pessoas visitantes. Sua projeção como líder é respaldada no conhecimento que demonstra ao longo de seu processo de socialização, percurso que evidencia sua sabedoria e qualidades reconhecidas pelo grupo.

O homem que não vai caçar e não consegue carne para repartir, não é apenas preguiçoso, mas é também mesquinho, já que ele recebe carne de caça das outras pessoas, mas ele não retribui na mesma proporção. Os sovinas, egoístas, excessivamente bravos, briguentos, que roubam, mentem, são preguiçosos, bravos e valentes, incapazes de ajudar os outros, de repartir com parentes e amigos o que têm, de agradar os companheiros com presentes, não são bem vistos para assumir qualquer tipo de chefia.

Em muitos grupos, a figura do xamã coincide com a do chefe, e a ligação entre o xamanismo e a chefia realça o entrelaçamento entre essas duas formas de domínios de conhecimentos. O xamã se relaciona com as elaborações cosmológicas buscando manter ou restituir o equilíbrio do grupo. O chefe é o representante do seu grupo local na relação com outros humanos: parentes próximos, afins distantes, de outras regiões, de outras etnias e também os não-índios.

A formação de um xamã ocorre de duas formas: por transferência, isto é, aos filhos dos xamãs são repassados os espíritos auxiliares que compõem a vida de seus pais. Esses espíritos auxiliares acompanham e os protegem os filhos dos xamãs desde a tenra infância. Outra forma de iniciação xamânica são as motivações pessoais, baseados em critérios espirituais. Ambas as motivações não se excluem, porém, em ambas a sedução dos espíritos são os elementos centrais motivadores, conforme narrativa registrada por Smiljanic (1999, p. 104).

Quando eu era criança, os espíritos me assustavam. Minha rede ficava coberta de penugens brancas, depois eu tinha sono, mas não dormia assustado, eu chorava e pensava: o que está acontecendo comigo? Quando cresci, continuei a ver os espíritos auxiliares. A floresta se transformava e eu via os cupins cobertos de penugem correndo, eu os seguia e eles então voltavam pelo caminho correndo. Eu sentia medo e por isso continuava pelo caminho, o “espírito do caminho” também me assustava. Um sapo também me assustou,

ele mordeu meu pé e por isso eu bati nele, então ele me disse: “não, não me bata, sou eu” e desta forma me assustou. Os espíritos das folhas e dos cipós também me assustavam cobrindo-se de penugens brancas.

Quando atinge a fase adulta, novas sinalizações são emitidas pelos espíritos auxiliares, por meio dos sonhos, obtenção de maior êxito nas caçadas, evidenciando sua condição de potencial xamânico, até que em determinado momento será iniciado pelos espíritos e dirigidos pelos xamãs mais velhos.

Ainda, segundo Smiljanic (1999) não basta que um homem tenha se submetido à iniciação ou tenha sido seduzido pelos espíritos da floresta para se tornar um xamã socialmente reconhecido. Um xamã deve procurar ampliar seus conhecimentos, respeitar os tabus relativos ao sexo, e seguir as prescrições alimentares.

As habilidades dos xamãs, expressas por meio das leituras espirituais que fazem de todo os processos da vida social, podem ser percebidas nos cuidados com as pessoas do grupo, no fornecimento de informações sobre os perigos que rondam a aldeia, sobre a chegada de doenças, ou ainda, nas situações de pescaria e caça em que orientam para o sucesso das atividades de sobrevivência.

A emergência e legitimidade de uma liderança se respaldam no conhecimento que é posto a serviço da coletividade: um bom caçador agricultor ou pescador, um bom orador, um bom xamã, ou um bom administrador são bons por que desenvolveram técnicas, conhecimentos e sabedoria acima da média, sobre essas diferenças físico-sociais é possível construir diferenças sociopolíticas (RAMOS, 1995, p. 67).

Nas falas cotidianas, os Yanomami referem-se aos conhecimentos de uma pessoa - seja ela criança, adulto ou idoso -, diagnosticado em quatro níveis: o *thai waisipi mabionvi* (sabe muito pouco), *thai waisipini* (sabe um pouco), *thai hatbobho* (sabe mais ou menos) e *thai mabi* (sabe muito), uma espécie de diagnóstico que se aplica a várias situações, não se prendendo à faixa etária ou à idéia de etapas fixas, rígidas, o saber muito *thai mabionvi*, é um qualificador empregado aos *pata thëpë*.

Ao se referir aos *pata thëpë*, em contextos de definições políticas, perguntar a um jovem Yanomami sobre assuntos decisórios, comumente se ouve: “*taimi; pata thëpë xiro thai*” “*não sei, os homens velhos é quem sabem*”. Por outro lado, é comum ouvir advertência por parte dos velhos, relacionados a pouca experiência, ao pouco conhecimento dos jovens quando diz respeito a coisas de homens sábios. Sabedoria está vinculada à idéia de homem maduro, não de jovens.

Ao líder, possuidor de um indiscutível talento oratório, cabe à tarefa de realizar diariamente, o *hereamou* - um dos principais mecanismos de educação dos jovens e perpetuação da tradição indígena, pois articula o passado, desde os tempos imemoriais, ressignificando o presente -, assim, logo nas primeiras horas da madrugada,

antes do sol nascer ou no horário de transição tarde-noite, se dirige ao centro da aldeia, por meio de muita gesticulação e fala forte, produz longos discursos.

O *hereamou* diário ocorre dentro de uma rotina em que co-residentes, mantêm sem alterações, suas tarefas corriqueiras, seus afazeres. Deitados em suas redes, ou se alimentando - nos horários de suas principais refeições -, ninguém pára seus afazeres para prestar atenção às falas do *pata*. Quando há algum tipo de manifestação, quase sempre é das mulheres, que se manifestam em voz baixa, em forma de murmúrio, resmungos para que seja captada somente pelo marido. Este, alimentado pelas informações da esposa, manifesta-se em tom jocoso, sendo suas observações recebidas pelos demais, com risos e gracejos.

Para ser um *pata* respeitado inter e entre as aldeias, é preciso saber falar, falar bem, falar forte, falar bastante. Seu conhecimento sobre a história dos Yanomami é uma qualidade indispensável e definidora da posição de chefia.

É por meio da fala, dos longos discursos, que o *pata* convence as pessoas a atuarem de forma adequada, e de acordo com a situação, a mudarem de atitude, de opinião, etc. Nos discursos matinais ou à boca da noite, por meio de histórias dos antepassados, buscam legitimar seus pontos de vista, chamando atenção para a mudança de pensamento ou enfatizando aspectos que seja necessários às respostas para as questões colocadas. Os velhos esperam que os jovens escutem seus discursos, aprendam sua forma e seu conteúdo. A oratória dos *pata pë* é para ser ouvida e aprendida, não se espera um debate ou qualquer processo de discussão em cima do que está sendo ensinado, desta forma, o atributo de gerar consensos e administrar os dissensos são elementos constitutivos das lideranças tradicionais.

Questões mais amplas relativas à saúde, educação, a Associação e outros, são discussões realizadas em conjunto com outras aldeias, os *hereamou* inter-aldeões, com caráter mais político, ocorrem nos espaços públicos, não há um local exclusivo, fora dos espaços comunais, destinados exclusivamente para realização das grandes reuniões.

A capacidade retórica das lideranças, tanto no conteúdo quanto na forma, constando na designação *pata thë ã kohipëvi* a fala forte do líder, semelhante aos Wãiapí, de acordo com Gallois (2000, p. 222) “*remete à construção de uma retórica como estratégia cultural de produção de uma imagem de si, por outro lado, tematizam vários aspectos da reprodução econômica, social e simbólica desta sociedade, destacando e definindo, para fora, os elementos do seu modo de ser*”.

A oratória, a fala, é uma qualidade bastante citada nos estudos etnográficos que discutem associadas à posição da chefia nas populações indígenas. As questões

levantadas por Marcos Pellegrini (2008: 14) sobre o falar, em que examina o uso da linguagem entre os Yanomami em suas relações com os não-índios, partindo de suas próprias preocupações com a comunicação, e as estratégias utilizadas na ação política num contexto que extrapola sua própria sociedade, apontam a importância desta qualificação para o exercício do poder da chefia nos grupos Yanomami.

Há entre os Yanomami uma expectativa generalizada de que todas as pessoas devam se casar, pois o casamento, além das funções de procriação e de natureza sexual, torna-se necessário, entre outros fatores, por razões econômicas, decorrentes da divisão sexual do trabalho. Previamente combinados se efetivam definitivamente, assim que as moças encerram seu período de reclusão, logo após sua primeira menstruação.

A regra de residência indica uma forte tendência a uxorilocalidade, em que, após o casamento, o marido passa a morar na aldeia da família da moça não se aplica aos chefes polígínicos. Quando, no ato de tomar em casamento uma segunda mulher, esta é que passa a residir na casa do marido. Com isso, o líder-sogro acumula mais prestígio à medida que se torna líder de muitos parentes por reunir em sua residência, irmãos, filhos e genros.

Geralmente os *pata thëpë* são casados com duas ou mais mulheres. Em conversas com o jovem professor Enio Mayanawa Yanomami da aldeia Piau sobre a poliginia dos chefes, este enfatizou ser uma prática comum aos *pata thëpë* de sua região.

Na minha região do Toototopi os *pata pë* têm duas mulheres. O *pata* do Apiahiki tem sua primeira mulher, com quem tem cinco filhos, e tem a segunda, com quem teve um filho que já morreu. O outro *pata* do Rasasi, também tem duas mulheres; o *pata* do Xiroxiropi, também tinha duas mulheres, só que uma já morreu, só ficou a mais nova. Quando o *pata* pega outra mulher, a primeira fica muito triste, tem ciúme, com o tempo, depois que a outra esposa vem morar junto, ela se acostuma (CARVALHO, fevereiro de 2004).

Como podemos observar a poliginia, como entre outros povos indígenas da Amazônia, constitui entre os Yanomami uma prática social comum.

Tomando a jornada de trabalho como base comparativa entre dois chefes polígínicos, um da aldeia *Apiahiki* e outro da aldeia Rasasi, ambas da região do Toototopi, percebe-se jornadas de trabalho distintas entre um e outro. Certo dia, perguntei ao *pata* do Rasasi porque trabalhava tanto. Disse-me que tinha duas mulheres, sete filhos, dos quais, cinco homens e duas mulheres, por isso, tinham que trabalhar muito na roça para não deixar as mulheres passarem fome. Sem comida, as mulheres ficam zangadas, os filhos pequenos choram.

O *pata* do *Apiahiki*, que já tinha uma esposa, disse-me que estava pegando uma outra esposa jovem, da aldeia do Koyopi, por isso, tinha que trabalhar em sua roça, e

também na roça do novo sogro, entregar-lhe comida, presentes (facões, redes, etc.). Refletindo sobre tais informações, fiquei a pensar: qual a vantagem de ter duas mulheres e um número grande de filhos? A resposta reside na compreensão, no sentido em que a poliginia se estabelece.

Pierre Clastres (1990, p. 27) estabelece uma relação entre instituição política e a poliginia (prática que garante ao líder exercer um direito sobre um número maior de mulheres) diz tratar-se, na vida política do grupo, de um mecanismo pelo qual se mantém o equilíbrio entre a estrutura social e a instituição política, entre líder e corpo social, circunscrita à relação de troca, isto é, o grupo permite-o tomar mais de uma mulher, porém, em troca, o grupo, tem o direito de exigir do seu chefe generosidade de bens e talento oratório, tarefas que suas esposas, em grande medida, ajudam-nos a sustentar.

A construção permanente do líder local, não pode ser vista como uma simples troca de perpetuação do poder do líder, mas de doação pura e simples do grupo ao seu líder, doação sem contrapartida, aparentemente destinada a sancionar o estatuto social do detentor de um cargo instituído para não se mexer (CLASTRES, 1982:107).

Os *pata thëpë* são os planejadores das atividades econômicas e cerimoniais do grupo, são os que recebem os visitantes, sejam eles Yanomami ou não-índios, todavia, os parentes dos co-residentes não são necessariamente recebidos pelos *pata thëpë*, são geralmente recebidos e acolhidos por seus familiares, mas sempre conversam com os *pata pë* da aldeia, a quem vão procurar em momentos determinados.

O líder não possui qualquer poder decisório; ele nunca está seguro de que as suas orientações serão executadas, não há simetria entre a orientação e a execução, fato que marca a constante fragilidade de um poder sempre contestado, o poder do chefe depende da boa vontade do grupo.

A quantidade de *pata thëpë* por aldeia não encontra nenhuma simetria com o contingente populacional, que não se caracteriza por aglomerar grandes concentrações populacionais, como podemos inferir.

À figura do *pata* se agrega a responsabilidade de escolha do lugar para abrir uma nova roça e construir uma nova casa coletiva, e também reunir em torno de si genros e cunhados, além dos filhos e irmãos. Entretanto, nem sempre são processos que procedem sem ausência de longos e duradouros processos de conversas entre os grupos locais.

A adoção da representação

É no contexto histórico de contato interétnico que a noção de representação ganhou estatuto de ação política. O emprego da categoria “representante” é aqui usado, tomando como noção de representação, a idéia de “alguém falando em nome de”, “tomando decisões e agindo em nome de”.

Os cursos de formação deram aos jovens professores, agentes de saúde, uma qualificação diferenciada que os capacitaram para o exercício de cargos como secretários, tesoureiro, coordenadores da Associação, intérpretes. No contexto de acirramento das relações com órgãos estatais, concomitante à intensificação das viagens promovidas por pessoas ligadas aos movimentos indígenas, expandiu o alcance da experiência social de vários jovens, e, indiretamente, esse processo acabou por ressoar também no contexto aldeão.

As solicitações, demandas e expectativas que os *napë pë* têm sobre os representantes, tem gerado muitas vezes, sobreposições entre a figura do *pata* e do representante por selecionarem previamente os mediadores privilegiados para o estabelecimento da comunicação. Os *napë pë* em diversas situações frequentemente solicitam aos Yanomami pessoas que os representem, querem saber quem é o chefe da aldeia. Essas contínuas solicitações têm contribuído para a construção de referenciais de líderes locais à revelia da ordenação de *pata* conforme os critérios Yanomami.

No contexto Yanomami, novos padrões de diálogos e construção de conhecimentos estão sendo fertilizados, delineando novas relações entre *pata thëpë* e os jovens. O domínio da língua portuguesa pelos jovens, associados à necessidade de tradução dos discursos dos *napë pë* pelos jovens para os *pata thëpë*, impõem novo ritmo e entendimento desta modalidade de comunicação.

Reunião envolvendo lideranças do Apiahiki, Koyopi, Xiroxiropi para discutirem a criação da Hutukara, 06 de setembro de 2005.

O *pata* da aldeia Apiahiki (aproximadamente 52 anos, cinco filhos e duas mulheres) iniciou falando do pedido do Davi Kopenawa para que discutissem sobre a formação da Associação. Fez uma retomada da história dos antigos, desde quando moravam no *Marakanã* e encontraram os garimpeiros. Naquele tempo ele não conhecia os brancos, não sabia qual era o seu pensamento, agora já sabe. Os espíritos *hekura pë* lhes deram sabedoria para enxergar além do que é visível, pois lêem o pensamento dos “brancos” e vêem o quanto são maléficos. Então essa Associação que estão falando, vai, assim como os bons espíritos, clarear suas idéias, seus pensamentos, para defender a floresta, também vai ajudar com rádios para poderem falar com os parentes quando estiverem doentes na Casa do Índio em Boa Vista; e assim encerrou seu discurso naquela noite.

Seu filho G. Yanomami, agente indígena de saúde e também o mais jovem representante da comunidade, possui um discurso forte, linguagem articulada, fala português, lê e escreve em sua língua. Em seu discurso, recheado de palavras em português, colocou os problemas de saúde em sua comunidade, enumerando as crianças que se encontram com diarreia, gripe; explicou a partir das dificuldades vividas, a importância da Associação para fazer documentos para as autoridades. Defendeu a ideia de que a proximidade com os não-índios ser necessário para que fiquem mais esclarecidos e não cometerem os erros do passado. Chamou atenção para a falta de conhecimento dos velhos *pata pë* com relação aos não-índios, enfatizando sua habilidade com o português, que o qualifica para entender o pensamento dos “brancos”, requisito necessário para fazer uma Associação forte.

Retomando a fala, o *pata* T.Yanomami, após discurso de Gerson foi até a frente e rebateu suas críticas, afirmou sua sabedoria, embora não saiba português, conhece o pensamento dos não-índios, e que somente os homens sábios possuem essa habilidade, as crianças, os jovens, inexperientes e em fase de aprendizado, devem aprender com eles. Ao término da reunião, por volta do meio-dia, todos foram chamados para o almoço em que foram distribuídos peixes e muito caxiri. Os convidados das outras aldeias retornaram às suas respectivas casas. (CARVALHO, relatório de campo, setembro de 2005).

A dinâmica em que *pata thëpë* e jovens representantes ancoram seus discursos nas fontes diversas de conhecimentos. O discurso jovem ancora-se no conhecimento sobre o mundo *napë*, e buscam nesse tipo de conhecimento respaldo para sua representatividade.

Todavia, para os *pata thëpë*, de acordo com os critérios Yanomami, estes ainda estão em processo de formação. As fontes de conhecimento, tanto dos velhos quanto dos jovens, possuem um caráter híbrido, isto é, os jovens empoderados dos conhecimentos específicos dos *napë* inserem esses conhecimentos como ferramenta e leitura na defesa dos direitos dos Yanomami.

Os conhecimentos dos velhos ancoram-se na totalidade da vida social Yanomami, é sua primeira referência sob as quais produz a leitura do mundo *napë*. Ambos enfatizam a defesa dos direitos Yanomami, não se trata de uma ruptura, ou crise de gerações entre jovens e velhos, e sim de caminhos distintos de construção de referenciais por meio dos quais constroem a força do seu discurso.

As atividades constantemente realizadas no âmbito das relações com os não-índios começaram a ser entendidos pelos jovens como posição de liderança e de representação. Por dominarem a língua portuguesa e compreenderem melhor as concepções de mundo e mediar as relações Yanomami e não-índigenas em distintos contextos fora das aldeias, e com a ausência dos *pata thëpë*, os jovens passaram a assumir papéis como representantes dos Yanomami.

Dário Vitório Yanomami, V Fórum Pan Amazônico, Mesa Redonda: “Mineração as Veias Abertas da Terra”:

Bom dia a todos! Eu sou Dário Yanomami, filho de Davi Yanomami, vou falar o pensamento dos Yanomami sobre Mineração em nossas terras. A nossa terra indígena está localizada em Roraima e também no Amazonas. Tem Yanomami também na Venezuela. Nossa terra só foi homologada pelo presidente Fernando Collor, em 1992. A mineração na nossa terra ficou muito forte por que o Governo brasileiro fez o Projeto RADAMBRASIL e espalhou para os brancos que havia muito minério na terra dos Yanomami. Os garimpeiros invadiram nossa terra, fizeram muitas pistas de avião. Quarenta mil garimpeiros entraram em toda terra Yanomami, trouxeram as doenças dos brancos, e muitos Yanomami morreram de malária, e outras doenças. Nós sofremos muito. Atualmente, nós Yanomami voltamos a crescer, somos dezanove mil Yanomami, por isso, não queremos garimpo, nem mineradora em nossas terras. A Constituição Federal garante os nossos direitos; o artigo 232 da Constituição Federal garante nosso direito de território. Agora, os políticos, o Romero Jucá, querem fazer Lei de mineração nas terras indígenas, se isso acontecer, se os brancos invadirem nossa terra novamente, os Yanomami vão fazer guerra. Os brancos têm bombas, mas nós não temos medo, vamos fazer guerra usando arcos e flechas para defender nosso território. (CARVALHO, relatório novembro de 2010).

É possível constatar que os jovens estão atentos à escolha do que dizer, para quem dizer, e quando dizer. Atentam-se para as expectativas que os não índios projetam e constroem representações sobre o que é ser um Yanomami, nisso inclui-se as projeções dos Yanomami como um povo único e coeso.

De posse destas informações do mundo *napë*, os jovens Yanomami, com mais fluência na língua portuguesa, da Matemática, que sabem ir ao banco, contar dinheiro, fazer compras, ler e escrever impulsionou a produção de uma posição diferenciada dentro da sociedade Yanomami. Sua presença em assembleias, reuniões e eventos é vista pelos Yanomami e pelos não índios como necessária, por decodificar com mais habilidade, a construção do mundo dos não índios.

Esses atributos passaram a ser percebidas por estes jovens como adjetivos exclusivos que lhes garantem *status* diferenciado e os colocam em destaque e poder de filtrar, inclusive, a tradução do discurso dos *pata thëpë*, por supostamente deterem maior conhecimento sobre não índios, além disso, os jovens contribuem por meio de seus salários, com bens industrializados para a rede de relações intra e entre grupos locais.

Observa-se nos discursos das lideranças mais jovens (conforme citado anteriormente), uma fala que se adequa de acordo com os interlocutores. Nas assembleias locais, percebemos a estrutura tradicional do discurso forte, ao mesmo tempo, mesclam-se à fala nativa, expressões recheadas de palavras em português, sinalizando sua importância ao núcleo do discurso.

Entretanto, sabem que para adquirirem status de *pata* terão que aprender e cumprir todas as exigências para aquisição de uma sabedoria que só virá com o tempo e a maturidade.

A escolha dos jovens para assumir a diretoria da Hutukara não significa perda de poder dos velhos frente aos mais novos. Para os *pata thëpë* os jovens não se tornam chefes por ocuparem posto de diretoria, tesouraria da Hutukara, ao contrário, se distancia da vida Yanomami, na medida em que se envolvem cada vez mais com a vida dos *napë pë*.

Os velhos não se sentem ameaçados pelos jovens, pois os professores ainda são jovens para o exercício da chefia. Um jovem que permanece meses e meses na cidade se envolve constantemente com bebida alcoólica, que casa com mulher *napë* ou indígena de outro grupo, se distanciam das qualidades que definem um *pata*, e dificilmente serão reconhecidos pelos Yanomami como um grande chefe.

A comunidade observa quem é de confiança, quem não faz besteira ou se envolve com bebida alcoólica. Só assim é que podem ser representantes. Os representantes têm que ouvir os *pata thëpë* e obedecer, senão eles tiram, não vai mais representar os Yanomami.

Os *pata thëpë* cuidam dos jovens representantes quando estão na cidade, mandam os espíritos cuidarem de nós para não adoecermos, nos protegem para não pegarmos gripe. Eles aconselham nós jovens para termos juízo; quando viajar para a cidade não fazer filho com as mulheres *napë* nem com outras mulheres de outras etnias. Eles aconselham a comer pouco a comida dos *napë*, para evitar que nossa alma enfraqueça. Se comer muito a comida dos *napë*, futuramente, se quisermos ser xamãs, vamos sofrer muito.

Os *pata thëpë* nos aconselham para ficarmos até dois meses na cidade, no máximo três meses, depois devemos voltar para a floresta. É assim que os *pata thëpë* falam pra nós.

(Enio Mayanawa Yanomami, professor e diretor da Hutukara, novembro, 2011).

Considerações Finais

A questão inicial que instigou e despertou meu interesse, desde o início desta pesquisa, foi compreender o lugar da Associação na dinâmica sociopolítica Yanomami, a movimentação dos *pata thëpë* e os jovens líderes Yanomami dentro dessa dinâmica, e as implicações que esta forma de organização política, por operar politicamente por meio de representantes escolhidos.

O contato interétnico com diferentes agentes da sociedade nacional incluindo o estado, as diversas frente de expansão, e especialmente o trabalho das redes de apoio, gerou novos padrões de diálogos e construção de conhecimentos entre *pata thëpë* e

os jovens. Os jovens desenvolveram a fluência na língua portuguesa, aprenderam o conhecimento de Matemática, contar dinheiro, ir ao banco, fazer compras, ler e escrever em suas línguas e na língua portuguesa e conhecimentos de informática.

Considerando que os jovens exercem a representatividade e o poder de “falar em nome de”, “decidir em nome de”, “ser a boca que fala pelo outro”, ainda que tais práticas até então, estranhas à dinâmica política Yanomami, para quem a fala não se delega, isto é, não se fala em nome de alguém, ainda assim, os jovens não se intitulam lideranças e sim representantes, e suas escolhas a partir de critérios de conhecimento do mundo *napë* para assumir a diretoria da Hutukara não significa perda de poder dos velhos frente aos mais novos. Para os *pata thëpë* os jovens não se tornam chefes por ocuparem posto da diretoria da Hutukara, ao contrário, se distanciam da vida Yanomami, na medida em que se envolvem cada vez mais com a vida dos não índios. Os prolongados meses que permanecem na cidade, e afastamento das aldeias e do “mundo Yanomami”, constituem em ingredientes que os afastam cada vez mais da possibilidade de tornarem-se *pata*.

Tornar-se-á grandes *pata pë* quem aprender bem os cantos, as histórias de seus antepassados, constituírem família e fundarem aldeia. Os *pata thëpë* consideram os jovens em processo de formação, e que, ainda não possuem os ingredientes constitutivos do ser uma liderança. Entretanto, aos *pata thëpë* a presença dos jovens em assembleias, reuniões e eventos é vista como necessária, por decodificarem com mais habilidade, a construção do mundo dos não índios, e acolhem os conhecimentos destes jovens.

Os domínios, dos velhos e dos jovens estão conectados pelos mesmos princípios: a fala e conhecimento, e ambos enfatizam a defesa dos direitos Yanomami, por isso, não se trata de uma ruptura, ou crise de gerações entre jovens e velhos, e sim de caminhos distintos de construção de referenciais por meio dos quais constroem a força do seu discurso.

Referências Bibliográficas

ALBERT, Bruce; Gale Goodwin Gomez (Orgs). *Saúde Yanomami, um anual.*

etnolinguístico. Coleção Eduardo Galvão, Museu Goeldi, Belém – Pará, 1997.

_____. A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. Anuário

Antropológico/89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p. 151-189.

_____. *Introdução: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (eds.) *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000a. p. 9-21.

_____. *O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza*. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (eds.) *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000b. p. 239-270.

_____. *Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira*. Povos Indígenas no Brasil 1996/2000, Instituto Socioambiental.

_____. Os Yanomami. Povos Indígenas no Brasil, Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/website/epi/yanomami/yanomami.htm>>, acesso em: 20 ago. 2011.

ARRUDA, Rinaldo. Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: Que democracia? Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): 35-45 (2003).

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras, 2000, p. 25-27.

BECKER, B.K., M. MIRANDA e L.O. MACHADO. 1990. Fronteira Amazônica. Questões sobre a Gestão do Território. Brasília: Editora da UnB, Rio de Janeiro: UFRJ.

CARVALHO, Maria Auxiliadora. Relatório de campo. CCPY, 2002-2006

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado, 5ª edição, editora Francisco Alves, 1990.

_____. Arqueologia da violência - ensaios de antropologia política, editora brasiliense, 1982.

CCPY – Comissão Pró- Yanomami. Haximu: foi genocídio! Documentos Yanomami, nº 1 – 2001.

_____. Boletim Pró-Yanomami, Nº 83, 09 - Novembro – 2006.

_____. Fronteira agro-pecuária e Terra Indígena Yanomami, documentos Yanomami, nº 03 – julho 2003.

_____. Pesquisa e ética: o caso Yanomami, documentos Yanomami, nº 02 – julho 2002.

_____. Relatório do Programa Agroflorestal Yanomami, 2005.

DO PÁTEO, Rogério Duarte. Niyayu: relações de antagonismo e aliança entre os Yanomam da Serra das Surucucus (RR). Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Palavras e Performance. Cultura e Pensamento, ensaio publicado no site: www.cultura.gov.br/, em: agosto de 2006.

GALLOIS, Dominique Tilkin. “Nossas falas duras”: discurso político e autorepresentação Waiãpi. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (eds.) *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora da Unesp, 2000. p. 205-237.

HUTUKARA SOBRE MINERAÇÃO EM TERRA INDIGENA. Matéria publicada no site: <http://hutukara.org/>, em: agosto de 2011.

KROEMER, Gunter. Kunahãmade O povo do Veneno Sociedade e Cultura do Povo Zuruahá. Edições mensageiros, Conselho Indígena de Roraima, Belém, 1994.

LE TOURNEAU, François Michel. Colonização agrícola e áreas protegidas no Oeste de Roraima. Documentos Yanomami, nº 3 – 2003.

- MCCALLUM, Cecília. O corpo que sabe: da epistemologia kaxinawá para uma antropologia médica das terras baixas sul-americanas. In: ALVES, P. C. e RABELO, M. C. (org.) Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Editora FIOCRUZ, 1998. p. 215-245.
- _____. Alteridade e sociabilidade Kaxinawa : perspectivas de uma antropologia da vida diária. Rev. Bras. de Ci. Soc., São Paulo : Anpocs, v. 13, n. 38, out. 1998.
- NILSSON, Maurice Seiji Tomioka. Efeitos da mobilidade Yanomami sobre o ecossistema florestal de seu território. Dissertação de mestrado, Instituto de Pesquisa da Amazônia, Manaus 2010.
- OS ESPIRÍTOS XAPIRIPĚ. Matéria publicada no site: <http://pib.socioambiental.org>
- PACHECO, Oliveira. Ensaio em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro, UFRJ.
- SANTILLI, Paulo. Matéria publicada no site: <http://socioambiental.org/>, em: dezembro de 2004.
- PELEGRINI, Marcos Antônio. Discursos Dialógicos: Intertextualidade e Ação Política na Performance e Autobiografia de um Intérprete Yanomami no Conselho distrital de Saúde. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- RIVIÈRE, Peter. O indivíduo e a sociedade na Guiana, Edusp, 2001, p. 16.
- RAMALHO, Moisés. Os Yanomami e a Morte. Tese de Doutorado, 2006, USP.
- RAMIREZ, Henri. A prática Yanomami, CCPY, 1999.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. Políticas Públicas, Economia e Poder: O Estado de Roraima entre 1970 e 2000, Belém, 2004
- SILVA, Ângela Maria Moreira; MOREIRA. Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico-Científicos da UFRR. Editora UFRR – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista – 2007.
- SMLJANIC, Maria Inês. O corpo Cósmico: O Xamanismo entre os Yanomae do Alto Toototopi. Tese de doutorado, Unb, 1999.
- SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto e VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. Boletim do Museu Nacional, n. 32, p 2-19, 1979.
- VIVEIROS, Eduardo; DE CASTRO. O Nativo Relativo. Mana, abr 2002, V. 8, n.º.1 p. 113-148.
- _____. Amazônia Etnologia e História Indígena, editora USP, 1993.
- URIHI, A TERRA FLORESTA. Matéria publicada no site: <http://pib.socioambiental.org>, em: agosto, 2011.
- Urihi Saúde Yanomami, boletim 02/2000.

RACISMO, RE-VELADO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Introdução

No Brasil, a história de seus conflitos e problemas envolveram bem mais do que a formação de classes sociais distintas por sua condição material. Nas origens da sociedade colonial, o nosso país ficou marcado pela questão do racismo e, especificamente, pela exclusão dos negros. Mas que uma simples herança de nosso passado, essa problemática racial toca o nosso dia a dia de diferentes formas. As abordagens das relações interétnicas propõe o estudo das temáticas sobre o processo de enfrentamento do racismo. Neste contexto que a Lei nº 11645/08¹ (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena) surge. Até que ponto a criação de uma lei ou sistema de cotas se faz suficiente para acabar com o racismo no Brasil?

O presente artigo apresenta primeiramente uma breve contextualização histórica do povo brasileiro, buscando articular essas informações e como operam suas características biológicas. A segunda parte apresenta brevemente os preceitos legais ancorados na constituição de 88 que define o racismo como crime; na lei 11.645/08 que inclui a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar e a na lei 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais². Na terceira parte com base nos dados do censo 2010/IBGE, apresento a composição do povo brasileiro e do estado de Roraima com outros dados do censo de 1991, comparando-os. Na quarta parte apresento reflexões com base nas políticas afirmativas, tendo como pal-

1 Lei nº 11645/08 (que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena)

* Marlete-Mestranda do curso de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco UFPE. E-mail: marletelimap@yahoo.com.br

** Lidia-Mestranda do curso de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco UFPE. E-mail: lidiamontanha@yahoo.com.br

co o sistema de cotas. Destacando o recente debate sobre a constitucionalidade do Sistema de cotas no STF²/2012 e os sistemas Nacionais de Avaliação da Educação.

Por fim, levanto algumas reflexões o acesso decorrente desse processo formativo, apontando a sua relevância para a efetivação de uma história afrodescendente como aporte ao enfrentamento do racismo no país. Considerando a importância de políticas e espaços alternativos que favoreçam o exercício de conhecer o outro e de ter a possibilidade de refletir sobre o próprio modo de vida e o fortalecimento da sua identidade.

Trajetória histórica e característica biológica

Percebe-se que em todo processo histórico, do colonialismo aos dias atuais, poderíamos enumerar vários tipos de piadas, termos, desenhos que mostram como a distinção racial é algo presente em nosso cotidiano. Quando alguém se auto define que sua pele é negra, muitos se sentem deslocados parece ter sido dito algum tipo de termo extremista. Talvez chegassem a pensar que alguém só é negro quando tem pele “muito escura”. Com certeza, esse tipo de estranhamento e pensamento não é misteriosamente inexplicável. O desconforto, na verdade, denuncia nossa indefinição mediante a ideia da diversidade racial defrontar com o conceito de raça percebemos que é inconsistente para a amplitude da temática, já que do ponto de vista científico nenhum indivíduo da mesma espécie possui características biológicas. Diferenças estas que não é o bastante para constituir raças distintas.

De acordo com Segato (2006) da mesma forma, “afrodescendencia” não é no Brasil exclusividade das pessoas negras. Por isso apesar de se trata de um termo mais elegante que “negro”, afrodescendente não deve ser usado para beneficiários das políticas afirmativas baseadas em princípios de discriminação positivas, porque afrodescendente é a maior parte dos brasileiros com relação aos “brancos” em razão da demografia das raças extremamente desigual durante séculos (SEGATO, 2006, 218).

Desta forma a ênfase na distinção entre negros³, afrodescendente⁴ e brancos sem considerar a especificidade de cada um, pode incorrer no risco de propor uma análise estanque que promova a construção de estereótipos e preconceitos, tal como pode ocorrer com o emprego do termo “raça” (BRASIL, 1997, p.13) do mesmo modo que os conceitos de “raça” ou “etnia”, a “etnicidade” não é um conceito que

2 STF- Supremo tribunal Federal

3 Negro(s), (ê)adj. Preto 2. Diz-se do indivíduo que tem a pele muito pigmentada, indivíduo negro, sm. Bras. Pop.Nego. Dicionário Aurélio, p.576

4 Afrodescendente, adj. Diz-se de pessoa ou gênero descendente de africano, trazidos para a América como escravos. Dicionário Aurélio, p.100

estabeleça consenso. No plano internacional, e particularmente na França, as ciências sociais foram reticentes quanto o seu emprego porque seriam uma tentativa de “atualizar as teorias raciais do século passado” (MARTINIELLO, 1995, p.12).

Por outro lado a Segato (2006) diz que ser “negro como Identidade política”, pois faz referencia a consciência de fazer parte do grupo que compartilha as consequências de ser passível dessa leitura, de ser suporte para essa atribuição, e sofrer do mesmo processo de “outrificação” da nação (SEGATO, 2006, p.218).

De acordo com a afirmação acima o saber nacional nem sempre controla nossos valores e práticas culturais a fenotípi⁵ do indivíduo acaba formando uma série de distinções que surgem no movimento de experiências históricas que se configuraram ao longo dos anos. Seja no Brasil ou em qualquer sociedade, os valores da nossa cultura não reproduzem integralmente as ideias da nossa ciência .

Segato (2006) enfatiza que raça é “signo”, como tal depende de contextos definidos e delimitados para obter significação, definida como aquilo que é realmente relevante. Contextos estes que são localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação (SEGATO, 2006, p.222)

Dessa maneira, é no passado onde podemos levantar as questões sobre como o brasileiro lida com a questão racial. A escravidão africana instituída em solo brasileiro, mesmo sendo justificada por preceitos de ordem religiosa, perpetuou uma ideia corrente onde às tarefas braçais e subalternas são de responsabilidade dos negros. O branco, europeu e civilizado, tinha como papel, no ambiente colonial, liderar e conduzir as ações a serem desenvolvidas. Em outras palavras, uns (brancos) nasceram para o mando, e outros (negros) para a obediência.

O capitalismo e a modernidade também articulam signos e seria esta a razão pela qual, embora postulados como dispositivos puramente administrativos e formas de organização da economia e do direito, passam a comportar-se como se constituíssem uma cultura (SEGATO, 2006,p.227).

No entanto devemos levar em consideração que o nosso racismo veio acompanhado do contraditório: a miscigenação que pode ser apresentada como saída de foco por uns como uma estratégia de ocupação, a miscigenação questiona se realmente somos ou não pertencentes a uma cultura racista. Para outros, o mestiço definitivamente comprova que o enlace sexual entre os diferentes atesta que nosso país não é racista. Surge então o mito da chamada democracia racial. Sistematizado na obra de Freyre (2000), o conceito de democracia racial coloca a escravidão para

5 Fenotípi^a- Caracteres de organismo ou população, Ex: morfologia, desenvolvimento propriedades química ou fisiológicas e comportamento.

fora da simples ótica da dominação. A condição do escravo, nessa obra, é historicamente articulada com relatos e dados onde os escravos vivem situações diferentes do trabalho compulsório nas casas e lavouras entre outras relações sociais.

De fato, muitos escravos viveram situações em que desfrutavam de certo conforto material ou ocupavam posições de confiança e prestígio na hierarquia da sociedade colonial. Os próprios documentos utilizados na obra de Freyre (2000) apontam essa tendência. Mas também é sabido que este fator foi usufruído por um pequeno número de escravos como pode-se perceber nesta obra. porém, a miscigenação não exclui os preconceitos.

Para Costa (2006) o racismo deve ser tratado como “processo sócio político”, pois ele pode existir mesmo que não se possa falar em raça, no sentido biológico, entre os seres humanos (p.132). Daí surge o racismo Científico frente às novas etnicidades, negras e a politização da diferença, pois, para ele o que se busca hoje “... é a interpretação das próprias origens culturais por parte dos afro-brasileiros, ainda que tenha lugar em diferentes regiões do país, segue temporalidade e modelos particulares em cada lugar. O que há de comum, contudo é o esforço em estabelecer um vínculo coerente e orgânico entre o corpo negro e uma matriz africana vagamente definida como “cultura negra” (COSTA, 2006, p.137)”.

De acordo com Florestan (1965), a sociedade brasileira deixou o “negro” seguir seu próprio destino, colocando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e transformar-se para a sua inserção frágil na emergente sociedade de classe. O autor deixa bem claro que a sociedade brasileira não disponibilizou condições sociais, políticas para os ex-escravos se firmarem como homens livres com direitos e equidade racial.

Preceitos Legais

Na constituição de 1988, a discriminação racial é definida como um crime inafiançável. Entre nossas discussões proferimos, ao mesmo tempo, horror ao racismo e admitimos publicamente que o Brasil é um país racista. Tal contradição indica que nosso racismo é velado e, nem por isso, pulsante. Queremos ter um discurso sobre o negro, mas não vemos a urgência de algum tipo de mobilização a favor da resolução desse problema.

Existe a Lei nº11. 645/08 que está em vigor, direito este a igualdade já garantido pela constituição de 1988 que dispõe sobre os Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado,

no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações. Foi instituído o Decreto⁶ N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007; que: “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais”. PNPCT. O Art. 3º deste decreto define-se como Povos e comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (PNPCT, 2007).

Que no conjunto legal não podemos considerar como categorias iguais, pois nem sempre os povos tradicionais serão afrodescendentes.

A composição do povo brasileiro e o Estado de Roraima

A- POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL JÁ É DE 50,3%

Segundo fonte do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística IBGE⁷ o Brasil é sim o 2º país com mais habitantes negros em número, perdendo apenas para a Nigéria, tendo uma população de 6,3% da população negra, e 43,2% de pardos, mas se contarmos todos que são afrodescendentes com no mínimo 10% de sangue vindo da África, então falaremos de um número aproximado de 86% dos brasileiros, ou seja, apenas 14% dos brasileiros têm menos de 10%, e em sua maioria são descendentes de povos da Europa ou Orientais. Diante dessa representação será que podemos afirmar que o Brasil vem a ser o 2º país com mais habitantes negros frente ao processo de miscigenação da população e a grande influência europeia?

De acordo com o quadro acima, percebe-se que no Brasil especificamente na região Norte onde o Estado de Roraima esta localizado apresenta um percentual considerável de afrodescendentes com a somatória de 75,9% se levarmos em consideração os 4,7% que se identificam como negros e os 71,2% que se identificam como pardos (IBGE, 2012).

A partir do censo de 1991 passa a considerar a categoria indígena com índice de crescimento entre 3% e 5%, fato este que pode falsear os indicadores apresentados estatisticamente para o percentual de negros ou afrodescendentes, pois, pode não

6 Decreto N° 6.040, de 07 de fevereiro de 2007; que: “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e comunidades Tradicionais”. PNPCT.

7 IBGE- Instituto Brasileiro de geografia e Estatística/ 2010.

apresentar-se de forma tão clara onde um indígena pode dizer que é afrodescendente. Como representado no quadro onde aparecem as categorias preta, parda ou indígena. Com o Censo de 2010 o Brasil deixou de ser oficialmente predominantemente branco, claro que parte da explicação se deve ao crescimento demográfico entre os negros e pardos. Mas concordo com as análises que defendem que isso se deve ao fato de mais negros e pardos se assumirem como tais.

B- O BRASIL E SEUS EXTREMOS/ RORAIMA

Para esta reflexão levaremos em conta o Estado de Roraima com sua localização estrategicamente fronteira fazendo limite com a Venezuela e a Guiana, países estes com presença étnica de indígenas e negros. O Estado de Roraima está localizado no extremo norte do país, com população total, conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 450.479 habitantes. Possui uma extensão territorial de 224.301,040 quilômetros quadrados, divididos em 15 municípios.

Roraima é o estado menos populoso e menos povoado do Brasil; a densidade demográfica é de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado; apresenta crescimento demográfico de 3,4% ao ano. Sua população é composta por brancos (24%), negros (4%), pardos (61%) e indígenas (11%). De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a população indígena é formada por aproximadamente 46.106 pessoas, divididos da seguinte forma: Yanomamis (15.000); sendo que o Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang, Waimiri-Atroari, Wai-Wai e Wapixana totalizam (31.106).

Se somarmos o percentual das pessoas que se identificam negros e pardos de acordo com os dados do IBGE 2010, teremos um total de 65%, caracterizando assim sendo, a maioria desses roraimenses estão distribuídos e residem em áreas urbanas (76,6%), sendo o restante (23,4%) residente de áreas rurais. Aproximadamente 84,7% da população tem acesso à água tratada e 14,5% contam com serviço de rede de esgoto. Conforme o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima/TRE (2010), o estado possui 271.890 eleitores.

Boa Vista capital de Roraima é a cidade mais populosa do estado, com 284.313 habitantes em uma extensão territorial de 5.687 quilômetros quadrados, concentrando mais da metade da população já os municípios que possuem mais de 10 mil habitantes são: Rorainópolis (24.279), Caracarái (18.398), Alto Alegre (16.448), Mucajaí (14.792), Cantá (13.902), Bonfim (10.943) e Pacaraima (10.433). Considerando o estado de Roraima tem apresentado uma redução significativa na taxa de morta-

lidade infantil em um curto período, pois em 1990 essa taxa era de 42,7 óbitos para cada mil nascidos vivos atualmente são de 18,1 para a mesma quantidade de nascidos vivos, estando abaixo da média nacional, que é de 22. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) estadual é de 0,750, ocupa o 18º lugar no ranking nacional (IBGE, 2010). Mesmo assim bem distante dos indicadores nacionais.

Políticas Afirmativas

Como forma de reparação foi criada recentemente o sistema de cotas e a criação de um ministério voltado para essa única questão, demonstrando o tamanho do nosso problema, sem falar nas obras literárias que foram lançadas como material didático para ser trabalhada nas escolas como temática transdisciplinar, outro destaque e na mídia pessoas negras assumem o papel de protagonista em novelas, filmes, telejornais, espaço este anteriormente destinado as pessoas de cor branca.

Bem recente o debate STF/2012, os argumentos sobre a inconstitucionalidade das cotas giravam, basicamente, sobre três eixos: a) Os cidadãos são iguais perante a lei e as cotas violam esta a igualdade, constituindo-se em privilégios de determinada faixa da população às expensas de outras faixas; b) As cotas destroem o sistema meritocrático já que não premiam os esforços individuais, os melhores; c) O Brasil não é um país racista, ao contrario, somos tolerantes e cordiais. Em se instaurando as cotas raciais nas universidades, nos tornaremos racistas, um país segregado, à beira de uma guerra civil.

“Os argumentos sobre a constitucionalidade das cotas: a) O Brasil é um país extremamente injusto e preconceituoso, e isso nega direitos fundamentais às pessoas; b) A manutenção de tal situação é que atenta contra a igualdade de oportunidades, contra os esforços, contra o mérito pessoal; c) Sim, somos racistas e, mais que isso, a sociedade é tolerante com a segregação.”STF/2012.

Dessa discussão o que estava por traz da questão não era só a legalidade (e não obrigatoriedade) das cotas raciais nas universidades. Pois, outras cotas existem, outras ações afirmativas são aplicadas, sem tanto reboliço, sem a necessidade desta luta. Na realidade o que estava em questão, que seria o foco da decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal, era: O que é o Brasil, uma democracia racial, miscigenada, com igualdade plena de direitos entre seus cidadãos independente de cor, raça? Ou um país que mascara sua segregação racial, embaixo de si, um preconceito que condena milhões à exclusão?

Diante deste cenário de discussão recente no STF, torna-se difícil a distinção entre negro, moreno ou pardo, sendo um país que se a pele da população se apresenta

com vários matizes de cores, onde o último ocupa uma situação melhor que a do primeiro. Desta maneira, criamos a estranha situação onde “todos os outros podem ser racistas, menos eu... é claro!”. Isso nos indica que o alcance da democracia é um assunto tão difícil e complexo como a nossa relação com o negro no Brasil. O conceito afrodescendência “superaria as dificuldades para a definição de quem é negro no Brasil, devido às misturas étnicas que levaram à diluição do negro” (CUNHA, 1998, p.23)

Florestan (1965) enfatiza o ideal de embranquecimento em muito a ver com o valor que a mistura racial possui para a sociedade brasileira. Por isso ele tem como pressuposto a mistura das três raças, pode-se dizer que o povo brasileiro é formado por uma mistura de raças. Para Florestan (1952, p 28) o “negro não é visto como um sujeito capaz de interagir com as demandas políticas e ideológicas dos “brancos”. Interação esta que implicaria em um processo de reelaboração de sua identidade que pela necessidade da auto-declaração por si só apresenta-se como uma categoria frágil.

No Brasil assim como em Roraima, apresenta uma fragilidade de “identidade”, fato este presente durante a construção do povo brasileiro, por ser um traço que depende de como o indivíduo se identifica nesse contexto faz-se necessário um processo de autoafirmação de “identidade negra”.

Assim como a categoria raça e a de identidade no processo histórico perde a sua abrangência assim como a cultura também passa por este processo de reconfiguração, pois, na sua totalidade não mais corresponde à amplitude dos campos de pesquisa no foco da antropologia.

Diante desse fator histórico, surge o fator da miscigenação do povo brasileiro como forma para definir as várias tonalidades de pele, sendo fator diferenciador dos tipos de raças, para que possamos nos direcionar para a democratização racial levando em conta que a formação dos professores ainda vem a ser nesse momento em que o Brasil tem apresentado melhores índices de crescimento econômico, melhores indicadores de potencialidade econômica e maiores aplicações em políticas de educação, o melhor caminho para termos uma sociedade com mais equidade de direitos, deveres e relações sociais, perpassando não só pela educação como sistema escolar, mais direcionando como processo contínuo de formação para os profissionais que trabalham com educação. Fortalecendo assim o trato dos conteúdos como fatores isolados, mais na sua totalidade levando em conta as temáticas sociais presentes no currículo escolar de cada escola do estado.

Geertz (1989) relata que, cultura é uma questão pública, não está estampado em alguém, porém não é uma identidade oculta. E continua: “A análise cultural é (ou deveria ser) uma adivinhação dos significados, uma avaliação de conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas”. Muitas das manifestações culturais brasileiras estão identificadas com a população afrodescendentes como o samba, caboclinho, maracatu e a capoeira, são parte da grande contribuição para a cultura nacional (BRANDÃO, 2009). Dentro dessas diversidades a sociedade possui preconceitos, neste sentido:

A integração cultural não pode ser mais considerada com um fenômeno sui generis, fechado e apartado da vida comum do homem num mundo lógico próprio. E, o que talvez seja mais importante, ela não é assumida como um fenômeno abarcante, inteiramente difundido, ilimitado (GUEERTZ, 1989, p.180).

Por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais/ PCN, os conceitos de cultura, raça e etnia merecem destaque entre conhecimentos antropológicos, apontados como contribuições para o estudo da pluralidade cultural no âmbito escolar, portanto:

Em razão de um processo histórico que remonta à Idade Moderna, foi a Antropologia que desenvolveu de maneira sistemática e reflexão sobre a diversidade cultural, sendo fruto de necessidades humanas nascendo comprometida com o contexto histórico que a originou e que se transformou (VALENTE, 1997, p.18).

Preocupação de ter um estado capaz de solucionar os conflitos e suas problemáticas estabelecendo políticas de formação contínua e continuada para os professores e demais profissionais que atuam no sistema educacional do estado. Será que os professores na academia receberam informações e conhecimento prático de como lidar com a temática afrodescendente e os conflitos sociais e econômicos que estão envolto deste? Será que estão trabalhando os conteúdos e temas transversais de forma segura e clara possibilitando se estabelecer a democratização racial no espaço escolar, de forma a refletir em mudanças de posturas dos pares da sociedade? Para isso, se faz necessário desmistificarmos preconceito racial que aparece de várias formas na sociedade em geral, mas que pode e deve ser tratado de forma a combater e minimizando os efeitos maléficos que esse comportamento.

No contexto do Estado, Brasil e do Mundo, a educação tornou-se um vetor estratégico para o desenvolvimento sustentável e equitativo pelo seu papel politizado e o seu o seu papel social. Quando de acordo com a constituição de 88 preconiza que todos têm direito à educação. Será que o grau de escolaridade constitui-se em um fator importante de inclusão social e empregabilidade no Estado de Roraima? O

estado possui política específica para se promover a melhoria da qualidade do ensino ofertado? Sendo necessários profissionais mais competentes e qualificados para acompanhar as mudanças sociais e culturais do indivíduo.

O Sistema de cotas no Brasil surge como uma alternativa de minimizar a ausência do negro no sistema de ensino superior no Brasil, no ano de 2011, na Universidade Federal de Brasília esta política completa 10 anos, mesmo assim percebe-se que não tem sido suficiente para que se efetive uma prática docente onde o processo de reflexão-ação-reflexão esteja presente fortalecendo a criticidade e autonomia no trato da temática afrodescendente nas escolas públicas e universidades do país. Para Munanga (2005, p.11) “o racismo é tão radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistêmicos à prática do racismo”. Neste sentido, a discussão sobre os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e por extensão no sistema escolar é importantíssima.

As disparidades entre as escolas públicas e particulares são marcantes como confirma os resultados das avaliações que são aplicadas para verificar a qualidade do ensino no Brasil, Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Escolar/ ENADE⁸, que visa avaliar o ensino superior no país entre outros como o Sistema de Avaliação da Educação Básica/SAEB⁹, cujos maiores destaques são das escolas particulares.

Nenhum dos povos contemporâneos é formado de uma raça homogênea e isto não lhe impediu de formar uma nação, moral, política e socialmente (...). Se os indígenas, os africanos e seus descendentes não puderam “progredir aperfeiçoar-se” isto não se deve a qualquer incapacidade inata, mas o abandono em vida selvagem ou miserável, sem progresso possível (*apud* MUNANGA, 2004, p.61).

É fato o Sistema de Ensino Brasileiro não absorve a temática afrodescendente na sua dimensão, pois tem a necessidade de firma o dia 20 de novembro dia da “Consciência Negra”, como fator de fortalecimento do negro e do afrodescendente contra a submissão das políticas sociais traçadas para os brancos. Precisa estabelecer o Sistema de cotas para acesso ao ensino superior Sem respeitar a origem africana do povo brasileiro. É necessário mais que isso, que a história e a origem sejam respeitadas, como fator importante de crescimento social, cultural, político e econômico na constituição do povo brasileiro. E que o sistema de ensino brasileiro cumpra o seu papel social e de formação discutindo e respeitando a composição da população do país.

8 ENADE, Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Escolar.

9 SAEB, Sistema de Avaliação da Educação Básica.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. MEC/SEF. Brasília DF, 1997.
- BRASIL. Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana./MEC. Brasília DF, 2004.
- BRASIL. Formação Contínua de Professores: Boletim 13. Ministério da educação/MEC. Brasília DF, 2005.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 1988.
- BRASIL. Referenciais Curriculares Nacionais. MEC/SEF, 2001.
- BRANDÃO, Sérgio Vieira. A história dos povos indígenas e afro-brasileiro. Curitiba: Editora Gráfica Expoente, 2009.
- COSTA, SÉRGIO. A mestiçagem e seus Contrários: Etnicidade e Nacionalidade no Brasil Contemporâneo. Ver. Social. USP, São Paulo 13(1): 143-158, maio 2001.
- COSTA, SÉRGIO. Dois Atlânticos Teoria Social, antirracismo cosmopolitismo: Agonia do Brasil Mestiço. Cap. V. Editora UFMG. 2006.
- CUNHA JR. Henrique. Afrodescendência, pluralismo e educação. Pátio – revista pedagógica da Artmed. Porto Alegre, ano 2 nro. 6, p. 21-24, ago/out 1998.
- FERNANDES, Florestan. A organização Social da Sociedade Tupinambá. São Paulo, Museu Paulista, 1952.
- _____. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. São Paulo: Vol.1; Dominus, 1965.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala – Capítulo II – O Indígena na Formação da Família Brasileira. p.163 a p.252, 39ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GARCIA, Marcelo, C. Formación del profesorado para el cambio educativo. Barcelona, EUB, 1995.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Guanabara. 1989.
- IBGE, Disponível em: www.ibge.2010.com.br. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística, acesso em nov. 2011.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação permanente do professorado; Novas Tendências. Editora Cortez, São Paulo 2009.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- LDBEN, Disponível em: www.governofederal.gov.br. Lei de Diretrizes e bases, acesso em nov. 2011.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania: Ação Educativa, anped, USP, São Paulo, 2005 .
- MARTINIELLO, Marco. L'ethnicité das lês sciences sociales contemporaines. Paris: PUF.1995.

NÓVOA, A.(coord). Os professores e sua formação. Lisboa: Publicações Dom Quixote,2001.

PLANO ESTRATÉGICO/MEC-2008-2011.

SACRISTÁN, J.G & Pérez Gómez, A Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.1998.

SACRISTÁN, J.G. Poderes Instáveis em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 1999.

VALENTE, Ana Lúcia. Ser Negro no Brasil. Moderna São Paulo,1997.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENA E ARTICULAÇÃO DE SABERES: ASPECTOS DA LICENCIATURA INTERCULTURAL DO INSIRIKAN/UFRR NA COMUNIDADE DO CANAUANIM/RR

1 Introdução

Os poucos alunos que conseguem atingir o nível de escolaridade oferecida pela FUNAI (primeiro grau menor), são levados posteriormente a recorrer à rede oficial de ensino. Esses alunos já entram num sistema escolar marcados por diferenças sociais e econômicas muito profundas, além de carregarem o agravante da deficiência herdada do processo ensino e aprendizagem desenvolvidos nas escolas. Dessa forma a maioria deles volta para a comunidade com sentimento de frustração, e não consegue mais se adaptar por ter pedido padrões, tradições de sua cultura, acarretando a sua marginalização.

Essa marginalização tem dupla face: uma na nossa sociedade sentida através da discriminação social, e outra na comunidade, por não participar dos padrões tradicionais do grupo. A proposta de formar indígenas como professores para atuarem nas escolas de suas comunidades é, sem dúvida é a principal novidade que impulsiona os novos modelos de escola em comunidade

Com a inserção das escolas indígenas no sistema de ensino do País, com a modalidade de ensino e a criação da categoria escola indígena, difere a escola indígena de outras escolas existentes no sistema, e obriga as Instituições mantenedoras a se organizarem, a aprender a lidar com o novo contexto social da diversidade cultural, a prover novos instrumentos democráticos que garantam o atendimento dos direitos de cidadania (UNESCO, 2006, p.211).

A sociedade indígena vive um momento histórico peculiar quanto aos valores sociais postos em discussão no Brasil e no mundo. Vários são os movimentos sociais

* Licenciada em Pedagogia (UFRR). Mestre em Educação (Universidade de Alcalá). Assessora pedagógica da DIEJA/SECD/RR. Email: marlycadete_rr@hotmail.com

que buscam a solidificação do reconhecimento e a construção do espaço próprio dessas comunidades

Muitos professores, por falta de formação pedagógica específica para o magistério, recorrem à secretária de educação do estado e as autoridades responsáveis pelo controle do ensino na região, sem receberem qualquer orientação sobre a cultura e a situação do grupo com a qual vai atuar.

No entanto, esta população resiste, se defende, briga por seus direitos e, embora sendo múltipla se faz uma, para ganhar visibilidade e reivindicar terra, cidadania, saúde e, também, educação escolar. Assim, esta investigação trata da formação de professores indígenas em Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran da Universidade Federal de Roraima-UFRR, visando compreender como os docentes repassam os conhecimentos adquiridos, para articular os saberes culturais indígenas junto às suas comunidades, descrevendo como está acontecendo à formação de professores indígenas para a comunidade de Canauanim, como estudantes do Insikiran.

2 Breve histórico dos povos indígenas de Roraima e o aspecto educacional

Os povos indígenas das regiões das serras, campos/serrado e florestas que habitam historicamente as regiões de fronteiras, sofreram um duplo processo colonizador a partir de meados do século XVIII, quando seus territórios foram alvos de disputa entre os domínios coloniais de Portugal, Espanha e Holanda.

O intento de catequizar as populações indígenas do Rio Branco, a exemplo dos holandeses que alcançaram a região através de uma extensa rede de troca de manufaturados por escravos índios (FARAGE & SANTILLI, 1998, p. 268), foi impedido pelas iniciativas de Portugal através do aldeamento e estacionamento de colônias militares como estratégias utilizadas para evitar possíveis tentativas de invasão de seus domínios. Em 1924 são criadas mais quatro escolas nas aldeias Makuxi, na região das serras e lavrado, e Wapichana, nas regiões de lavrado. Devido ao trabalho sistemático e de longo tempo, foi possível o avanço do trabalho catequético.

3 Marco legal: As constituições e as LDBS

A primeira Constituição Imperial de 1824 trata a Educação como um processo de saber exclusivo da elite real, com raríssimas exceções, aos súditos do imperador, prejuízo histórico que é assumido pelas demais até a Constituição Federal de 1967, que incorpora uma educação aristocrática inovando. Antes disto, porém, houve a

criação da Lei nº. 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961, onde se introduziu no País a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nesse período a educação indígena é totalmente desconhecida. Suas citações são de um ensino autoritário e integracionista do indivíduo/cidadão indígena. A Lei nº. 4.024/61 trata a educação indígena como um prolongamento da educação escolar primária. Analisando-se a trajetória das Constituições brasileiras e da Lei de Diretrizes e Bases, percebe-se não haver grandes mudanças até a Constituição de 1967. A Lei nº. 4.024/61 é considerada para aquele período histórico um avanço para a educação do País.

A Constituição de 1969 representa um retrocesso no processo educacional brasileiro pelo autoritarismo que impunha a segunda LDB – a Lei nº. 5.692/71. Este é o momento do chamado “período de chumbo” conceituado por alguns historiadores como o governo do regime militar. A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação introduz a reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, a independência da Educação Superior, entre outros. A Educação Indígena é novamente sufocada e diluída nos moldes da educação formal sem nenhuma menção à sua diversidade e especificidade.

O estudioso e teórico das LDB's, Niskier (1996), comenta que:

Sob o ponto de vista técnico-educativo-formal, não se pode considerar a Lei 5.692 propriamente uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Primeiro, porque lhe faltava um sentido de inteireza. Tratava do ensino de forma espartaqueada, uma vez que focava somente da pré-escola e 1º e 2º Graus, deixando de lado o ensino superior. Depois, a substância educativa, energia verificadora de uma LDB, era substituída pela mera ‘razão técnica’, com inegáveis prejuízos para os aspectos de essencialidade do ‘processo educativo’. “Estes aspectos nunca podem ser sufocados pelos elementos de organização do ensino, sob pena de se oferecer uma sub-educação”. (NISKIER, 1996, p. 233).

Para garantir o cumprimento constitucional, foram necessárias mudanças no Poder Executivo através do Decreto 559/91, retirando as atribuições de Educação do Ministério do Interior via Fundação Nacional do Índio (FUNAI), para o Ministério da Educação (MEC) e por sua vez para as Secretarias Estaduais de Educação, onde, de acordo com este decreto é atribuição do MEC a coordenação das ações referentes à educação escolar indígena, além de também atribuir às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação a execução de ações referentes à educação escolar indígena, ouvindo a FUNAI.

Essa transferência de responsabilidade foi fundamental para permitir os avanços que vão ser materializados na Lei Darcy Ribeiro, em dezembro de 1996.

4 A LEI Nº. 9.394/96 E A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Partindo do art. 26 até o art. 81, a LDB clareia as definições de metodologia da oferta dessa modalidade de ensino, nomeada de Educação Escolar Indígena. Conceituando os princípios que serão pontos de definição nos sistemas de ensino regionais através de normativas, pareceres e resoluções, inclusive do sistema federal. Verifica-se em todo o processo do arcabouço da legislação indígena um modelo construtivista no sentido filosófico e pedagógico da Educação Indígena.

É inegável a contribuição da Educação Indígena no fortalecimento da qualidade da Educação Nacional contribuindo com as reflexões da Educação e produção de bibliografias específicas para o advento da pluralidade e o respeito às diferenças na vida e nas relações sociais, promovendo assim a diversidade cultural e lingüística da interculturalidade nacional. Como prevê o Plano Nacional de Educação em seus objetivos e metas para a década, o parecer do professor indígena, membro do Conselho Estadual de Educação de Roraima (CEE/RR), Enilton André da Silva, Wapichana, da Comunidade Três Corações, refletindo a participação e o reconhecimento da Educação Escolar Indígena, como direito a todos os cidadãos brasileiros expressa:

Com relação aos fundamentos gerais da educação escolar indígena, dou mérito pelo reconhecimento de que o Brasil é uma nação constituída por muitos povos de diferentes etnias, com histórias, saberes, culturas e línguas próprias; a existência de um grande número de povos indígenas no país; a consciência de que estes povos construíram, ao longo de sua história, suas organizações sociais, saberes e processos próprios de aprendizagem; o reconhecimento do direito dos povos indígenas à autodeterminação e a capacidade de autonomamente administrarem seus projetos de futuro; o reconhecimento dos direitos como cidadãos brasileiros a uma educação intercultural, específica e diferenciada (SILVA, 1998, p. 45).

Com as orientações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Sistemas Estaduais de Educação viram-se obrigados a legislar suas particularidades no que se refere à Educação Escolar Indígena, em consonância com a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº. 9.394/96 que define os elementos da Educação específica e diferenciada. No Estado a primeira manifestação deu-se através da Assembléia Legislativa com a aprovação da Lei Complementar nº. 041/01, sendo normatizada, em seguida, pela Resolução CEE/RR nº. 041/01, que orienta o funcionamento das escolas nas suas diferenças culturais, prosseguindo por decretos governamentais, resoluções e pareceres.

Com relação à Lei Complementar nº.041/01, tem-se que:

Art. 62 As escolas indígenas terão a incumbência de:

I – elaborar seus regimentos;

II – calendários escolares;

III – conteúdos programáticos adaptados às particularidades etnoculturais e lingüísticas próprias de cada povo indígena; e

IV – elaborar suas Propostas Pedagógicas.

Decreto nº. 7.973 – E de 30.05.07 – Dispõe sobre a regularização das Escolas Indígenas Yanomami da Rede Estadual de Ensino dos municípios de Alto Alegre, Amajari e Iracema em atividade e cadastradas no Censo Escolar.

A Legislação Estadual referente à Educação Escolar Indígena segue os princípios progressistas e construtivistas ligando o social ao político e o cultural à interculturalidade. Assim, segue as linhas filosóficas da Constituição Federal e da atual LDB.

O parecer da Câmara da Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 14 (1999, p.14-15), afirma que “a formação do professor indígena deve se dar em serviço e concomitantemente à sua própria escolarização, uma vez que boa parte do professorado indígena não possui a formação completa no ensino fundamental”, que felizmente não é o caso dessa demanda no Estado de Roraima. Isso, portanto nos compromete no sentido de oferecer formação em nível superior a esses professores.

5 A discussão da educação indígena

Educação indígena, no final da década de 1970, é tema de discussões promovidas por diferentes organizações não-governamentais, preocupadas com a defesa dos povos indígenas. Deste modo, foram realizados encontros de educação indígena promovidos por essas instituições voltados para à elaboração de projetos educacionais alternativos para as comunidades indígenas (GRUPIONI, 1991, p. 27). Estes encontros contaram com a participação de educadores, indigenistas, missionários, lingüistas e antropólogos.

Percebe-se uma clara preocupação com a sua autoformação, com a capacitação periódica para seu aprimoramento profissional, com o aprofundamento do estudo, bem como a elaboração de propostas curriculares e regimentais diferenciadas.

É nesses encontros que vai se tornando nítida a percepção de que os professores indígenas não querem uma escola como funciona para os brancos, mas sim uma

escola que faça com que o índio queira continuar ser índio e não ficar desejando abandonar a aldeia.

Várias Secretarias Estaduais de Educação criaram Núcleos de Educação Indígena, em geral, com a intenção de se dedicar ao acompanhamento da educação escolar das comunidades indígenas, à pesquisa, à produção e difusão de material didático, como também para a formação diferenciada e atualização de professores indígenas e não-indígenas.

6 Saberes profissionais ligados a formação docente

Pode-se chamar de saberes profissionais ao conjunto de saberes oferecidos pelas instituições de formação de professores (escolas normais ou faculdade de ciências da educação). O professor e o ensino constituem objetos de saber para as ciências humanas e para as ciências da educação. (TARDIF, 2006, p.36).

Em relação aos saberes podem-se identificar nos docentes, os saberes da formação profissional, os disciplinares, os currículos e os experienciais, conforme afirma Tardif (2006 p.36-38). As múltiplas articulações entre prática docente e os saberes fazem dos professores um grupo social e profissional cuja existência depende de sua capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes enquanto condições para sua prática.

Segundo Dewey apud Zeichner (1993, p. 18) definiu a ação reflexiva como sendo a ação que implica uma consideração ativa, persistente e cuidadosa daquilo em que se acredita ou que prática. A reflexão é uma maneira de ser professor, que também implica intuição, emoção e paixão.

7 A política educacional indígena em Roraima: Contexto evolutivo

A história da educação indígena e a luta dos grupos indígenas por uma educação diferenciada teve início a partir da década de 1970, com a insatisfação em relação à presença maciça de professores não indígenas que utilizavam métodos baseados no castigo e na violência e que supervalorizavam a cultura do “branco” e a língua portuguesa em detrimento das culturas e das línguas indígenas. Neste contexto, desencadeou-se uma ação conjunta de tuxauas e de organizações que reivindicavam a substituição dos professores não-indígenas, lotados em escolas indígenas, por professores indígenas, além de uma proposta de educação, voltada para a valorização e

o aprofundamento do conhecimento dos saberes locais, principalmente no que concernem as línguas indígenas inseridas nos programas e nos currículos das escolas.

Esse esforço resultou na criação do Núcleo de Educação Indígena - NEI, criado em 1986, pela Divisão de Educação Regular do Interior – DERI da Secretaria de Educação do Território de Roraima, atualmente transformado em Divisão de Ensino Indígena – DEI. A criação da Organização dos Povos Indígenas de Roraima- OPIR, em 1990, deu novo impulso ao movimento em prol de uma educação indígena diferenciada em Roraima. A formação dos professores indígenas em nível superior era uma das preocupações desta Organização, pois havia somente dois professores licenciados e trinta e oito em processo de formação. Desta forma, o magistério indígena e as demais modalidades de magistérios formaram aproximadamente 470 professores indígenas, possibilitando gradativamente a ocupação de espaços nas escolas indígenas, que passaram a ser exercidos por profissionais das próprias comunidades, bem como a direção e supervisão na Divisão de Educação Indígena da Secretaria Estadual de Educação.

Nesse sentido ocorreram dois Seminários sobre Ensino Superior Indígena com a participação de professores, lideranças e representantes indígenas, UFRR, FUNAI, MEC, SECD e assessores de outras universidades brasileiras objetivando discutir o projeto político-pedagógico de formação diferenciada em nível superior.

O Curso de Licenciatura Intercultural do Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena surge no cenário de cursos de Licenciatura no Brasil como uma inovação, tanto no que concerne à gestão, que assume uma feição partilhada e de co-responsabilidade entre os parceiros, quanto no que diz respeito à prática pedagógica, que visa antes à construção e a valorização de conhecimentos oriundos de diferentes esferas do conhecimento do que a simples reprodução de conteúdos, as mais das vezes distantes das realidades indígenas.

Frente a esta realidade, o curso tem como objetivo geral formar e habilitar professores indígenas em licenciatura plena com enfoque intercultural, com áreas de concentração em Ciências Sociais, em Comunicação e Artes ou em Ciências da Natureza de acordo com a legislação vigente.

8 Metodologia de pesquisa

A pesquisa neste trabalho tem como objetivo geral: Analisar a formação do professor indígena egresso do Curso de Licenciatura Intercultural junto a Comunidade do Canuanim. E como objetivos específicos os seguintes: averiguar a adequação

da metodologia do curso no processo de ensino-aprendizagem; analisar a relação entre a formação acadêmica e a prática de ensino na Comunidade de Canauanim; e verificar o nível de internalização dos conhecimentos adquiridos tendo em vista a valorização cultural da comunidade.

Para compreender como ocorre a formação dos professores foi aplicado questionário à direção, ao coordenador pedagógico, aos professores que trabalham no curso e aos acadêmicos do curso de licenciatura intercultural do Núcleo Insikiran. Participarão da pesquisa: 1(um) diretor (Gestor), 1 (um) coordenador pedagógico, 7 (sete) professores, perfazendo 50% da população e 18 (dezoito) acadêmicos.

9 Análise e discussão dos resultados

Sobre o Projeto Político Pedagógico do Curso, informou o gestor que ele contou com a participação conjunta dos professores efetivos do Núcleo Insikiran, e professores da Universidade federal de Roraima. Já em relação ao acervo da biblioteca, se ela atende a necessidade dos alunos em relação às pesquisas para o atendimento dos objetivos do curso, obteve-se como resposta que a bibliografia é selecionada de acordo com os temas contextuais contidas no Projeto Político Pedagógico, no sentido de atender ao aluno, não tendo o gestor até o presente momento encontrado nenhum problema.

Questionado sobre se o curso é destinado somente para os alunos que já são professores do sistema de ensino, obtivemos como resposta que sim. E sobre o processo seletivo de ingresso ao curso, as ofertas são realizadas de acordo com as demandas de alunos e a disponibilidade de professores.

Em relação à incidência de evasão, seu percentual e principais motivos, o gestor colocou que há incidência, os motivos elencados estão relacionados a problemas de saúde ou de afazeres junto à comunidade.

Questionado em seguida sobre a relação existente entre a formação acadêmica e sua prática junto à comunidade escolar, obteve-se como resposta que o domínio dos conhecimentos adquiridos durante as etapas do curso ajudam a comunidade na busca de sua autonomia política e social através da interação escola-comunidade. Em relação aos docentes habilitados para atuarem no curso, o gestor comentou que em face de ser um modelo de ensino recém implantado, ele necessita ainda de uma adaptação.

Por último, se questionou sobre a periodicidade das aulas e se elas são suficientes, ao que o gestor respondeu que as aulas ocorrem de janeiro a março e de julho a agosto de cada ano.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena é constituído por 18 discentes, distribuídos em três turmas. Ele é ministrado por treze professores efetivos do Núcleo Insikiran, dois cedidos e três substitutos, cedidos de outras entidades. Todos os professores possuem curso superior, a maioria deles com especialização no nível de mestrado e doutorado.

Com relação ao acesso ao Projeto Político Pedagógico do Curso, informou o Coordenador que todos os professores receberam um exemplar do livro, o qual é objeto de consulta permanente pelos docentes. Quando ao acervo da biblioteca atende às necessidades dos alunos, o coordenador informou que o acervo ainda está em fase de organização.

Questionou sobre se os professores conhecem o projeto político pedagógico do curso superior para os indígenas, 63,64% dos professores tem pleno conhecimento do PPP, uma parcela reduzida afirma que o conhece apenas em parte (36,36%).

10 Conclusão

A Educação, como um todo na história de nosso território institucional de colônia, império e república, é caracterizada por suas bases teóricas e arcabouços filosóficos e políticos das seguidas Constituições Brasileiras. Incorporando, ao longo do tempo, os anseios das diferentes matizes culturais da população indígena, esta pluralidade é sinônima de riqueza cultural entre os elementos étnicos que formam parte do povo brasileiro.

O Brasil teve oito Constituições Federais. A primeira data de 1824 e as demais, a saber: 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e a de 1988. Destas apenas as de 1891, 1934, 1946 e 1988 foram elaboradas por representantes do povo; a última contou com uma robusta participação e pressão social, mediante a mobilização de amplos segmentos da sociedade civil. O movimento indígena e sua luta por educação específica e diferenciada colocam importantes demandas para a educação escolar nacional.

Cada grupo étnico deve poder criar seu modelo escolar, a partir de sua situação de contato, priorizando a sua organização social e os seus valores culturais, não mais com a perspectiva de forjar o homem ideal, mas sim de produzir múltiplos homens.

O Projeto Político Pedagógico do Insikiran, construído no período de 2001 e 2002, contou com a participação de várias organizações indígenas como o CIR, OPIR, Associação dos Povos Indígenas do Estado de Roraima (APIRR), Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e instituições públicas federais do estado de Roraima como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Secretaria Educação, Cultura e Desportos (SECD). O

Projeto foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, CEPE/UFRR, em 06.12.2002, e vem sendo revisado desde sua implantação, ocorrida em meados de 2003.

Referências Bibliográficas

- CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil – leitura crítico-compreensivo artigo a artigo. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.
- CARVALHO, Fábio Almeida de; FERNANDES, Maria Luiza; REPETTO, Maxim. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural/Núcleo Insikiran/UFRR. Boa Vista – Roraima: Editora da UFRR, 2008.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Gráfica do Senado, 1989.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA. 1 ed. Roraima: Gráfica Cearense, 1991.
- DECRETO Nº559/91 QUE TRANSFERE A EDUCAÇÃO INDÍGENA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Brasília: Palácio do Planalto, 1991.
- FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. Estado de Sítio: Territórios e Identidades no Vale do Rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/SMC/ FAPESP, 1998.
- FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: REPENSANDO TRAJETÓRIAS. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.
- GRUPIONI, Luís D. B. A nova LDB e os índios: a rendição dos caras pálidas. In: MARI. Boletim de educação indígena do grupo de trabalho BONDE. São Paulo, (4):25-36, jun. 1991.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF/DPEF/CIP, 1998.
- HALL, S. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 10.ed. Rio de Janeiro: DP&, 2005.
- MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília:, 2002
- MEC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Referenciais para a Formação de Professores Indígenas. Brasília,2002.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne sawaya; 8ª Ed. São Paulo: Cortez, Brasília,DF:UNESCO,2003.Campo Grande/MS: UCDB.2004.
- NISKIER, Arnaldo. LDB a nova Lei da Educação: Uma Visão Crítica. Rio de Janeiro: Copyright, 1996.
- NÓVOA, Antônio. Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: Nóvoa A. (org.). Formação contínua de professores: realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

- PERRENOUD, P. *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- PIMENTA, S.G. *O Estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. 31. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- SILVA, Márcio Ferreira da. *A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil*. In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14 (63), jul./set. 1998.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e formação de professores*. São Paulo: Vozes, 2002.
- UNESCO, Ministério da Educação. Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. 2006. (coleção educação para todos).
- ZEICHNER, K. *A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas*. Lisboa: Educa, 1993.

CRÍTICAS AO NORTE, NORTES PELA CRÍTICA

Estudar Teoria Crítica tem nos sido fundamentalmente tentar entender a realidade em busca de caminhos possíveis para construção de um mundo com melhores possibilidades de realização da liberdade e da fraternidade. Como falava o Dr. Marcos Nobre em Mini Curso sobre Teoria Crítica realizado na Universidade Federal do Amazonas¹, o teórico crítico normalmente é um pessimista em sua leitura do mundo, porque está constantemente apontando problemas que devem ser atacados, mas é um otimista em suas ações, porque acredita que pode ajudar a construir uma sociedade cada dia melhor, cada dia mais justa.

É nesta perspectiva e a partir de um ainda incipiente estudo de trabalhos de Theodor Adorno e outros nomes da Teoria Crítica da escola de Frankfurt, e ainda com o ânimo adquirido com a palestra do Dr. Jorge de Almeida², que falava que esta corrente de pensamento só poderia ser bem entendida e explicada na medida em que suas ideias fossem confrontadas com a realidade, que resolvemos sistematizar pequenos ensaios sobre o Município de Presidente Figueiredo/AM, localizado no Norte do Estado do Amazonas, apresentando-os na forma deste artigo.

1 Minicurso de Teoria Crítica organizado pelos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA - & em Sociologia – PPGS – da Universidade Federal do Amazonas – UFAM – no âmbito do 1º encontro de ideias: Caminhos da Teoria Crítica, Foi realizados nos dias 3 e 4 de setembro de 2012. O professor Dr. Marcos Nobre é professor de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

2 Prof. Dr. do Departamento de Literatura Comparada da Universidade de São Paulo – USP, em evento parte do 1º Encontro de Ideias: Caminhos da Teoria Crítica, promovido pelo PPGSCA e PPGS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Palestras realizadas nos dias 14 e 15 de junho de 2012.

* Economista formado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM – e Mestrando no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM – com Bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – e vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira – NEPECAB.

Dois objetivos principais se buscam aqui: Primeiro o de vislumbrar algumas possibilidades da aplicação das contribuições desta vertente da Teoria Crítica para compreender uma realidade social concreta e presente; segundo refletir junto com a juventude daquele município sobre o ambiente em que vivemos.

Não foi uma preocupação fundamental ser exato na aplicação dos conceitos e teorias dos Frankfurteanos e, muitas vezes, a forma que são citados fazem com que as mesmas palavras adquiram outros significados. O que se procurou, e nisto sim pretendemos ser fiéis ao propósito da teoria crítica, é trazer uma contribuição para por as claras uma realidade permeada de repressão e violência, mas onde também ganham vida e florescem sonhos.

A análise se debruça sobre fatos que apareceram nos últimos meses em postagens feitas por pessoas da cidade em redes sociais na internet. Estas postagens revelam, além dos fatos em si, pensamentos e opiniões de sujeitos que lá vivem. Apenas cá e lá são referenciados fatos que não aparecem nestes bate-papos cibernéticos para que se compreenda o que está por traz das ideias expressas.

Este texto foi constituído como uma colcha de retalhos a partir de ensaios pensados e escritos, e depois acrescidos, à medida que fazíamos as leituras propostas na disciplina “Teoria Crítica: A Recepção de Theodor W. Adorno no Brasil”, ministrada pelo professor Dr. Renan de Freitas Pinto no primeiro semestre de 2012 no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM. Assim cada tópico foi inicialmente um ensaio independente ³.

A primeira parte, “Ao Norte, Entre Negar, Revelar e Reinterpretar a História”, traz um olhar sobre a história do município de Presidente Figueiredo depois da leitura do texto “Progresso” no livro “Palavras e Sinais” de Theodor W. Adorno⁴. Esta história está imbricada com as concepções de progresso. Tal como aponta Adorno, em Presidente Figueiredo é muito comum a fetichização do progresso que “fortalece o particularismo deste, sua limitação às técnicas”. O conceito que deveria levar à melhoria nas condições de vida acaba reforçando seu oposto, justificando a manutenção de ambientes de repressão e violência⁵.

3 Os textos iniciais estão publicados no Blog Casa da Cultura do Urubuí <<urubui.blogspot.com.br>>.

4 Tradução de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Editora Vozes: Petrópolis, 1995)

5 Para uma leitura sobre o processo de criação do município de Presidente Figueiredo veja-se o livro “Cidades na Selva”, de José Aldemir de Oliveira (2002); e sobre conflitos recentes decorrentes de processos históricos “Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado”, dissertação de mestrado. PPGCASA/UFAM, Tiago Maiká M. Schwade (2012).

Assim como as ideias de “progresso”, no processo dialético outros elementos são manipulados e usados de forma contraditória. O direito ao voto é também sintomático. É símbolo da democracia, mas muitas vezes passa a ser arma contra uma democracia efetiva na medida em que é usado para legitimar políticas de facções que conseguem vitória eleitoral, quase sempre mediante a força do poder econômico e da corrupção. Essa ideia é exposta em “Tragédia Recorrente”, segunda parte do artigo.

A terceira parte traz uma reflexão sobre a Festa do Cupuaçu após a leitura dos textos sobre “A Indústria Cultural”. A festa é vista como parte de um esquema onde a cultura é engolida pelo sistema político esclerosado.

Entende-se que o *pensamento negativo* pode se constituir em “destruição criadora”⁶. A denúncia e o evidenciar os problemas contribui para enxergar direções necessárias.

Ao Norte, Entre Negar, Revelar e Reinterpretar a História ⁷

O município de Presidente Figueiredo nasceu como parte de um processo de violência e saque, fundamentado em uma ideologia de progresso que se desvinculou por completo da ideia de homem; ou melhor, de uma fetichização ⁸ do progresso⁹ cristalizado na crença de que este é simples e puramente o avanço técnico e o ‘desbravamento da natureza’.

Em 1968, o Governo Militar invadiu com a rodovia BR-174, Manaus – Boa-Vista, o território Kiña (Waimiri-Atroari). Em 1975, pelo menos 2000 pessoas já haviam desaparecido [...]. Isso porque se opunham ao processo de invasão de seu território” [Egydio Schwade no Blog Casa da Cultura do Urubu].

Por isso a população que ali se instalou vive um dilema entre a negação desta história e a sua exortação como fundamento de sua origem.

O massacre dos indígenas Kiña (Waimiri-Atroari), conduzido junto com a abertura da rodovia BR-174, e que tinha como justificativa a instalação de grandes projetos, em especial o de mineração em Pitinga e a Hidroelétrica de Balbina, criou um

6 Tema tratado por José Guilherme Merquior já nas primeiras páginas da obra “Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1969.

7 Este texto dialoga com o ensaio sobre “Progresso”, inserido na obra “Palavras e Sinais” de Theodor Adorno. ADORNO, T. W. Palavras e Sinais – Modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Editora Vozes: Petrópolis, 1995.

8 “A Fetichização do progresso fortalece o particularismo deste, sua limitação às técnicas”. ADORNO, 1995, p. 61.

9 O termo ‘Desenvolvimento’ atualmente tem, na atualidade, usos que se aproximam muito dos usos de ‘Progresso’ no passado recente.

vácuo populacional. Um contingente expressivo de pessoas chegou então a esta região trazidos pelas forças desenvolvimentistas do Regime Militar ¹⁰.

O Governador do Amazonas, Danilo Areosa, pedia providências para garantir “a construção da estrada através do território indígena, a qualquer custo”, considerando o índio um inútil, que precisava “ser transformado em ser humano útil à Pátria”. E prosseguia: “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas de nosso Estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos”. (A Crítica/Manaus 27 de novembro de 1968). Seu colega, Governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, completou: “Sou de opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas travancando o seu desenvolvimento”. (Resist. Waimiri-Atroari / Marewa / Itacoatiaria / 1983, pg 6). [Egydio Schwade no Blog Casa da Cultura do Urubuí]

Os recursos financeiros provindos dos investimentos do Governo Federal e da arrecadação gerada por estes projetos atraíram também uma elite política aproveitadora¹¹ que ao mesmo tempo viabilizou – e viabiliza – projetos de exploração desordenados dos recursos naturais¹² e se beneficia da receita pública por meio de apropriação ilícita ou com uma licitude forjada.

Os agentes deste processo, nem sempre conscientes das consequências de suas ações ¹³, são também promotores do escamoteamento da história numa tentativa de camuflar os traços de violência e repressão que perduram. Concomitantemente constroem o discurso de que a população atual do município tem origem direta na instalação dos grandes projetos e que a violência é parte inevitável da sua constituição. Com isso tende a fazer as pessoas verem como algo natural o genocídio, o saque, os processos de desumanização e degradação ambiental. Por meio da confusão criada com o escamoteamento da história e a naturalização da violência, procura-se dissolver os movimentos de resistência e de criação de autonomias, enfraquecendo as lutas por maior participação política, o discurso de conservação ambiental e de

10 Veja sobre o tema o 1º Relatório do Comitê Estadual da verdade /AM: “O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari (2012).

11 Inclusive grande parte dos políticos não mora no município e escândalos de corrupção são constantes. O escândalo de corrupção de maior repercussão foi alvo de “Operação Albatroz”, realizada pela polícia federal.

12 Para exemplificar tome-se o caso da construção da hidrelétrica de Balbina que chegou a ser considerada um monumento a insanidade humana por ter causado impactos sociais e ambientais terríveis e uma produção energética relativamente muito baixa.

13 “De maneira simétrica, os agentes da repressão-extra não são necessariamente indivíduos conscientes da sua ação coatora; são tendências sociais, muitas vezes inconscientemente encarnadas pelos indivíduos” Marcuse apud MERQUIOR, 1969, p. 27.

melhoria dos espaços de vida ¹⁴. Este discurso é muitas vezes replicado nas redes sociais, como na passagem abaixo:

Embora seja comum a ideia de que o nome do município seja uma homenagem ao ex-presidente brasileiro João Batista de Oliveira Figueiredo, o nome do município homenageia João Figueiredo, presidente da província do Amazonas no tempo do império. Inicialmente a ideia era homenagear exatamente o presidente da República, contudo este não aceitou que o município recebesse seu nome. Daí lembram-se do ex-presidente do período colonial imperial, e o nome pôde ser oficializado. [Blog Terra das Cachoeiras].

Mas nem tudo é brutalidade avançada. Naquele vácuo criado se instalaram pessoas que procuravam um local para viver ou que se posicionavam contra este processo violento e repressivo. Muitos pequenos agricultores chegaram de outras zonas, às vezes expulsos dos locais de origem em conflitos gerados por processos de apropriação do território pelo capital ou, ainda, pessoas oriundas de zonas urbanas pobres e deprimidas que procuravam um refúgio, um lugar para se estabelecerem.

Em sua essência, portanto, são muito mais vítimas ou o oposto da perversidade dos grandes projetos que filhos destes projetos. Essa compreensão não pode ser apreendida a partir da fuga da história, mas ao contrário, nasce de seu enfrentamento.

Em favor da glorificação dos grandes projetos e da manutenção do *status quo* da gestão política e administrativa do município é sempre usado a ideia de ‘progresso’. Porém a ideologia de progresso por trás deste discurso se afasta completamente do verdadeiro significado de progresso. Tem este como um fim em si mesmo quando, como nos fala Adorno ¹⁵, em verdade “o progresso não é uma categoria conclusiva. Ele quer atrapalhar o triunfo do mal radical, não triunfar em si mesmo”. “Surgido socialmente, ele reclama uma confrontação crítica com a sociedade real” ¹⁶.

E a realidade poderia ser muito melhor. Com espaço para o desenvolvimento da criatividade e da liberdade da juventude; com a consolidação de identidade e cultura própria; com uma democracia participativa; com a manutenção dos espaços naturais; com a exploração e manejo dos recursos naturais apenas quando realmente levam a uma melhoria nas condições de vida das pessoas e não comprometem o bem estar das futuras gerações; com a criação e melhoramento dos espaços de vida.

Cabe então escancarar a história na esperança de que se perceba que “as instituições esclerosadas, as relações de produção não são pura e simplesmente um ser,

14 Tal qual falava Adorno (1986, p. 93). “Os que se opõe ao processo de repressão e destruição são acusados de ser anti-progresso”.

15 ADORNO, 1995, p. 61.

16 Idem: p. 44.

mas sim, embora como onipotentes, algo feito por pessoas, revogável”¹⁷. E neste sentido também a história começa a aparecer nas redes sociais, contada de forma fiel e crítica.

O nome Presidente Figueiredo foi dado em homenagem ao último Presidente da Ditadura Militar que governou. Isso se deu depois que, em seu governo, Figueiredo desmembrou parte da Terra Indígena Waimiri-Atroari em favor de multinacionais da mineração, em especial a Parapanema Internacional Indústria e Comércio que, criada no paraíso fiscal das Ilhas Caiman, era responsável pela comercialização do minério. Aliás, o próprio município foi criado para ajudar a viabilizar e encobrir o saque de minérios desta porção do território nacional. [Maurício Adu Schwade no Blog Casa da Cultura do Urubu]

Atualmente querem empurrar a versão de que se trata de uma homenagem ao Tenreiro Aranha, que entre seus vários nomes encontraram um Figueiredo. Mas pergunte a um historiador “Quem foi o Presidente Figueiredo na Província do Amazonas”, e ele responderá: “Quem? Há, você quer dizer o Tenreiro Aranha. Ele foi outra dessas figuras que contribuíram com a destruição de vários povos indígenas”. Mesmo assim, pareceu menos feio do que a homenagem prestada ao último General Presidente da República durante a Ditadura Militar. [Maiká Schwade no Blog Casa da Cultura do Urubu]

Infelizmente essa mania de obscurecer a História é uma prática constante, corriqueira, em nosso país. O discurso de que o brasileiro não tem memória parece se consolidar e se ergue como uma verdade inexorável. Essa falácia é reproduzida, principalmente, pelo nosso precário sistema educacional, e pelo viciado jogo político que parece querer anular a participação política da sociedade em geral, tentando propor uma idéia de que o poder cuida de nossos problemas em nosso lugar. Nosso papel enquanto cidadão parece estar relegado ao aconchego de nossos lares, com nossas televisões e futilidades diárias. Nada de debate político! [...] Como vítimas de coisas que nos são dadas de cima para baixo, acabamos por aceitar tais “verdades” de forma que não ter memória parece ser lugar comum e confortável. Esquecer o passado e viver o presente sem perspectiva de futuro parece ser nosso famigerado destino. Mas isso é o que “eles” nos querem fazer acreditar. Esquecendo as coisas estamos mais suscetíveis aos enganos. Somos direcionados a adotar verdades forjadas no calor de interesses escusos. Por isso é fácil acreditar que o Presidente Figueiredo a que se refere o nome de nosso município remonta a época da província. [André Luiz Passos no blog Casa da Cultura do Urubu]

É preciso, seguindo ainda o pensamento de Adorno, perceber que o conceito de progresso é filosófico na medida em que ao mesmo tempo em que articula o movimento da sociedade, se contrapõe a ele quando se afasta da busca por mitigar o sofrimento que ainda persiste¹⁸. Aí então os grandes projetos instalados em Presidente Figueiredo só serão visto como parte do nosso progresso na medida em que nos ajudarem a encontrar meios de evitá-los daqui para frente. Do contrário serão

17 Idem: p. 55.

18 Idem: p. 44

meras aberrações; monumentos a insanidade humana. Já o massacre dos Kiña jamais deverá ser pensado como algo necessário; será sempre apenas um crime contra a humanidade.

Tragédia Recorrente

Na manhã do dia 25 de maio de 2012 foi encontrado o corpo de uma jovem nas margens do Igarapé do Urubuí. Mais uma vez a cidade se surpreendia com o brutal assassinato de uma adolescente em Presidente Figueiredo, coisa que não é mais novidade. Mas uma vez a indignação tomava conta.

“Adolescente AGS, 16 anos, foi encontrada morta na manhã de hoje no igarapé do Urubuí, popularmente conhecido como Igarapé da CEAM, a última vez que foi vista com vida foi ontem as 22:00hs, pelo seu irmão no Ginásio da Quadra Coberta na Morada do Sol”. (Dizia uma chamada do Blog “Portal Terra das Cachoeiras” do dia 25 de maio).

Mas, e quando é que se parará para refletir? Não pensar no imediato, no calor da dor. Mas sim refletir profundamente sobre as causas; ir além da mera resposta fácil do bode expiatório, do criminoso da vez.

Que são monstros, é certo! Mas olhe-se com atenção as fotos. São jovens! São talvez tão vítimas quanto a jovem assassinada. Ela que não estará em meio a seus amigos, sorrindo e fazendo sorrir. Eles, coitados, condenados a uma morte viva. Condenados a morte social. Condenados a carregar em cada um dos seus passos na Terra o peso de tão grande crime.

Ela, Eles, Bárbara, Ferrugem, Itaituba ¹⁹, tantos outros, toda a população; Todos vítimas! Vítimas fatais; vítimas da angústia; vítimas do medo... Todos vítimas!!

Sim, vítimas, mas também quase todos culpados! Uns mais outros menos, mas culpados! Uns mais conscientes, outros menos, mas culpados!!

E para quem não pode ver sua culpa diga-se: certamente estás entre os menos conscientes, mas é possível que estejas entre os mais culpados! No entanto isso não cabe neste debate; se for feito corre-se o risco de mais uma vez se buscar bodes expiatórios.

Cabe, sim, começar a verificar os verdadeiros problemas.

O problema de se pensar, quando muito, em políticas para a juventude, e nunca políticas com a juventude. De se tratar a juventude como incapaz de pensar o futuro, de sonhar o futuro, de viver o futuro. De se impedir a juventude de criar as políticas

¹⁹ Ferrugem, Bárbara e Itaituba são pessoas cujo assassinato, cometidos em época e circunstâncias diferente, foram motivos de muito reboliço na cidade de Presidente Figueiredo.

públicas, pensar as políticas públicas, viver as políticas públicas. De se impedir que a juventude pense a cidade e a floresta, viva a cidade e a floresta, construa a cidade e a floresta cultural.

Destaque-se a juventude, mas isso não vale só para a juventude. Trata-se de uma sociedade de repressão, onde não se permite uma ampla participação. Uma falsa democracia, onde após um processo viciado de votação prevalece o silêncio, o jogo sujo, a humilhação, a submissão em troca de privilégios (vulgo puxasacoquismo) ²⁰.

O voto, símbolo da democracia, passou a ser uma das maiores armas contra a participação política efetiva, contra a democracia efetiva. As eleições são decididas por eleitores de Manaus ²¹, comprados a preço de banhos nas cachoeiras do município e de promessas de emprego. E com o argumento da derrota eleitoral, aos que lutam por políticas públicas e à maioria da população local é negada a participação. Como que se a democracia se resumisse ao processo de votação. “Senso crítico e competência são banidos como presunções de quem se crê superior aos outros” ²².

De nenhuma maneira seria absurdo dizer que não existe democracia em Presidente Figueiredo²³. Democracia como um ambiente onde se discute, critica, ouve, constrói coletivamente apesar das diferenças. Um ambiente onde se pense o futuro um pouco mais para frente; onde o medo de perder o emprego, ou a comodidade do privilégio em troca da submissão não impere, não impeça a ação, a denúncia, a crítica e a construção coletiva²⁴. Ideias de democracia como esta quase não conseguem penetrar no pensamento das pessoas tamanho é o estado de violência e repressão. Apenas se permite pensar em correr para chamar a polícia quando o sangue já se misturou às águas do Igarapé Urubú; Em bradar pela morte dos assassinos que são,

20 “a tirania deixa livre o corpo e investe diretamente contra a alma’...És livre em não pensares como eu, a tua vida, os teus bens, tudo te será deixado, mas, a partir deste instante, és um intruso entre nós”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 169.

21 Denúncias deste tipo têm sido feitas desde muito tempo. A Lei das Eleições – Lei número 9504/97, em seu artigo 92, fala que quando o eleitorado aumente em mais de 10% em um ano pode-se pedir revisão de eleitorado. Subentende-se que nestes casos há indício de fraude. Entre os anos de 2010 e 2012 o eleitorado subiu em mais 24%. Passando de 14.654 para 28.652 (fonte: TER-AM, 2012). Utilizando-se os dados populacionais do Cidades@ (IBGE, 2012), constata-se que a relação população-eleitores saltou de 53,9% nas eleições de 2010, quando eram disputados cargos estaduais e federais, para 63,62% nas eleições municipais de 2012.

22 Parafraseando Horkheimer e Adorno em “A Indústria Cultural”, 1969, P. 170.

23 “A impudência da pergunta retórica: ‘que é que a gente quer?’ consiste se dirigir as pessoas fingindo tratá-las como sujeitos pensantes, quando seu fito na verdade é o de desabilitá-las ao contato com a subjetividade”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 180.

24 “a repressão suplementar operava, historicamente, através do funcionamento normal do processo social, que obtém a submissão dos indivíduos por meio de mecanismos objetivos, como o receio de perder o emprego ou o status, etc”. Marcuse apud MERQUIOR, 1969, p. 27.

como estamos vendo, também vítimas. Não conseguimos pensar em como criar oportunidades de vida. Oportunidade de Vida, e não apenas de emprego como muito se pensa que é a solução. Oportunidade de Vida, de Criação, de Participação, de Envolvimento e de Compromisso com a Sociedade.

O processo eleitoral passou a ser um jogo entre grupos aproveitadores externos. O ganhar e o perder significa “arrumar as malas”. E isso é posto como algo natural. Perdeu, “arrume as malas”; ganhou, “faça as malas e estenda as lonas do circo para a farra de quatro anos”.

As posições defendidas não revelam uma tenção entre valores éticos e sim uma divergência de interesses. A disputa é personificada em pessoas, ofuscando por completo a necessidade de aportar em propostas de políticas públicas, em pensar o bem estar e o futuro. Corrupção é algo natural e o ruim é não estar na “panela”. Aí vale estar com políticos corruptos, desde que eles tenham poder financeiro e político para se manter no páreo. E neste sistema completamente viciado os próprios políticos também acabaram como prisioneiros ²⁵.

A Indústria Cultural do Cupuaçu

“A cultura que, de acordo com o seu próprio sentido, não somente obedecia aos homens, mas também sempre protestava contra a condição esclerosada na qual eles viviam, e nisto lhes fazia honra; essa cultura, por sua assimilação total aos homens, torna-se integrada a essa condição esclerosada; assim, ela avilta os homens ainda uma vez”. (ADORNO, 1986, p. 93)

A Festa do Cupuaçu, realizada anualmente em Presidente Figueiredo, é apresentada como “o principal evento cultural da cidade”. No entanto trata-se muito mais de um mecanismo de aviltção, controle e saque. A indústria cultural, nos termos postos por Adorno e Horkheimer²⁶, se mistura e se confunde com mecanismos de usurpação de recursos públicos.

Na festa os moradores não são reis nem nobres, não são os sujeitos como se tenta fazer crer, mas objetos²⁷. E sua participação é irrelevante, somem diante da

25 Cabe mas uma vez a citação já feita em outro texto: “os agentes da repressão-extra não são necessariamente indivíduos conscientes da sua ação coatora; são tendências sociais, muitas vezes inconscientemente encarnadas pelos indivíduos” Marcuse apud MERQUIOR, 1969, p. 27

26 HORKHEIMER & ADORNO, T. W. “A Indústria Cultural”, 1969. E ADORNO. T. W. A Indústria Cultural, 1986.

27 O consumidor não é rei, como a indústria cultural gostaria de fazer crer, ele não é o sujeito desta indústria, mas seu objeto. ADORNO, 1986, p. 93.

multidão de pessoas que chega a cidade. “Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar”²⁸.

Toda a estrutura montada para a festa é mega. Busca-se utilizar o máximo das possibilidades técnicas, utilizar plenamente as capacidades existentes para o consumo estético de massa. Diante dos mega-espetáculos poucos se lembram que isto faz parte do mesmo sistema político e econômico que se recusa a utilizar suas capacidades quando se trata de eliminar a fome, de criar condições para que todos tenham moradia, saneamento básico e assistência de saúde dignos²⁹.

A afinidade originária deste negócio de divertimento aparece no seu próprio significado: a apologia dos grupos dominantes: Divertir-se significa estar de acordo. Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra³⁰. E ela se mostra na violência que explode durante este período, na prostituição inclusive de menores, na bebedeira, na anulação do indivíduo, no lixo espalhado pela cidade.

Logo após a Festa do Cupuaçu do ano de 2012 uma jovem da cidade postou no facebook uma foto de muito lixo entorno da Corredeira do Urubuí³¹ e a pergunta: “O que faltou mesmo, lixeira ou educação do povo?”.

Não percebe ela, e a maioria, que não é a falta de educação o problema e sim a própria educação reproduzida. Entenda-se educação como a transferência de valores e conhecimentos pela sociedade e não apenas a escolarização que é apenas parte disto. Esta confusão entre o que seja educação e o que é escolarização tornou-se, inclusive, um mecanismo que separa o viver do pensar. E a educação que temos opõe o homem à natureza quando deixa em polos antagônicos meio ambiente e progresso. Educação que muitas vezes naturaliza o genocídio e o massacre cultural, o saque, os processos de desumanização, a degradação ambiental, a violência, a não participação política e a corrupção. E é ela que emburrece e embrutece os indivíduos para que, absolutamente incapazes de fazerem por si o que é necessário para uma

28 “A Indústria Cultural perfidamente realizou o homem como ser genérico, Cada um é apenas aquilo que qualquer outro pode substituir: coisa fungível, um exemplar. Ele mesmo como indivíduo é absolutamente substituível, o puro nada, e é isto que começa a experimentar quando, com o tempo, termina por perder a semelhança”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 181.

29 “A idéia de “exaurir” as possibilidades técnicas dadas, de utilizar plenamente as capacidades existentes para o consumo estético de massa, faz parte do sistema econômico que se recusa a utilizar suas capacidades quando se trata de eliminar a fome”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 175.

30 “Mas a afinidade originária de negócio e divertimento aparece no próprio significado deste: a apologia da sociedade: Divertir-se significa estar de acordo[...] Divertir-se significa que não devemos pensar, que devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra”. HORKHEIMER & ADORNO 1969, p. 180.

31 Urubuí é o Rio que margeia a cidade e uma de suas corredeiras é um importante balneário e palco de alguns eventos na Festa do Cupuaçu.

vida agradável, se submetam docilmente ao emprego, ao trabalho mandado qualquer que seja ³²; E aí, no currículo oculto dessa sociedade, que cria indivíduos dóceis e obedientes, as escolas de Presidente Figueiredo não são inocentes.

Assim como toda a megalomania contida na organização de shows, absurdos por seus custos e como parte de toda a estrutura montada para a festa, são erguidos imensos camarotes onde desfilam políticos e ‘autoridades’ da cidade com ‘os sues’. Trata-se de espaços de ostentação de poder e de cooptação. O acesso aos camarotes é um privilégio de quem faz parte ou, no mínimo, consente o grupo político.

Esta festa, assim como vários outros eventos organizados no mesmo estilo, se constitui por como um estratagema para apropriação dos recursos públicos pelos grupos no poder, a “panela”³³. A Secretaria de Cultura e Evento tem um dos maiores orçamentos. Corredeiras de dinheiro são – poderia ser dito gastos, mas o termo mais adequado ao que efetivamente se faz é pagos – são pagos a termo de serviços entorno de eventos supostamente culturais mas que em pouco se articulam a formação e fortalecimento da cultura local e, se não sem importância, que pelo menos não valem o dispêndio.

De quatro em quatro anos os políticos vão a domicílio com o coração do lado direito e da miséria socialmente reproduzida, fazem, com suas ofertas e promessas afáveis de homem para homem, com que os problemas pareçam casos particulares e curáveis por meio de um favor ou uma promessa de emprego ³⁴.

Neste contexto, a afirmação de Adorno ³⁵ de que “a cultura que, de acordo com o seu próprio sentido, não somente obedecia aos homens, mas também sempre protestava contra a condição esclerosada na qual eles viviam, e nisto lhes fazia honra; essa cultura, por sua assimilação total aos homens, torna-se integrada a essa

32 “Uma coisa é certa: a ideologia vazia de conteúdo não brinca em serviço quando se trata da previdência social. [...]. Ninguém deve dar conta oficialmente de que pensa. Em troca, todos são encerrados, do começo ao fim, em um sistema de instituições e relações, que formam um instrumento hipersensível de controle social. [...] Que em cada carreira, mas sobretudo nas profissões liberais, o conhecimento do ramo esteja geralmente ligado a uma atitude conformista, pode criar a ilusão que este seja o mero resultado de um conhecimento específico. Na realidade, faz parte da planificação irracional desta sociedade que ela, bem ou mal, apenas reproduz a vida de seus fiéis. [...] aquele que não se provê, é mandado para os campos de concentração, ou em todo caso ao inferno do trabalho mais humilde e para as favelas”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 184-185.

33 Assim são chamados no linguajar popular local os grupos políticos que se organizam entorno e com o objetivo de terem privilégios a custa dos recursos públicos.

34 “Mas a Indústria Cultural reflete a assistência [...], os assistentes sociais [...] e filósofos a domicílio com o coração do lado direito, que, da miséria socialmente reproduzida, fazem, com a sua intervenção afável de homem para homem, casos particulares e curáveis na medida que a depravação pessoal do sujeito não se oponha”. HORKHEIMER & ADORNO, 1969, p. 185-186.

35 ADORNO, 1986, p. 93.

condição esclerosada; assim, ela avilta os homens ainda uma vez”; essa afirmação não poderia ser mais verdadeira.

Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. A Indústria Cultural. Traduzido por: COHN, Amélia; KOTHE, Flavio R.; ONESTI, Aldo. In: COHN, Gabriel (Org.). Theodor W. Adorno – Sociologia. Editora Ática: São Paulo, 1986. p. 92-99

ADORNO, T. W.. Progresso. In Palavras e Sinais – Modelos críticos 2. Tradução de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. Editora Vozes: Petrópolis, 1995. p. 37-61.

Alô, Alô Figueiredo, Bota a Boca no Trombone. Grupo do Facebook. Consultas realizadas entre os dias 01 de abril e 30 de junho. www.facebook/groups/272521396129961/

Blog Casa da Cultura do Urubuí. Consultas realizadas entre os dias 01 de abril e 30 de junho. <http://urubui.blogspot.com.br/>

Blog Portal Terra das Cachoeiras. Consultas realizadas entre os dias 01 de abril e 30 de junho. <http://terra-dascachoeiras.blogspot.com.br/>

BRASIL. Lei das Eleições. Lei N. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Brasília, 1997.

COMITÊ ESTADUAL DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA/AM. 1º Relatório do Comitê Estadual da verdade: O Genocídio do Povo Waimiri-Atroari. Manaus, 2012. p. 93.

HORKHEIMER, Max; & ADORNO T. W. A Indústria Cultural. Em Teoria da Cultura de Massa. Introdução, Comentários e Seleção de Luiz Costa Lima. Editora Saga, 1969. P. 157-202.

IBGE. Cidades@. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> . Consulta realizada em 30 de outubro de 2012.

MARCUSE, Herbert. A Arte na Sociedade Unidimensional. Em Teoria da Cultura de Massa. Introdução, Comentários e Seleção de Luiz Costa Lima. Editora Saga, 1969. p. 243-254.

MERQUIOR, José Guilherme. Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin. Editora Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1969.

OLIVEIRA, José Aldemir. Cidades na Selva. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller Schwade. Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente Figueiredo – Amazonas. Dissertação de Mestrado. PPGCASA/UFAM: Manaus, 2012. 117 p.

TER-AM. Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. www.tre-am.jus.br . Consulta realizada em 30 de outubro de 2012.

A LÓGICA QUE SE ESCONDE NA PORTARIA ‘TOQUE DE RECOLHER’ BAIXADA PELO ESTADO-JUIZ

1 “Menores” só quando são problemas

Durante a primeira década de 2000, especialmente nas comarcas do interior do Brasil, magistrados preocupados com a violência praticada e sofrida por crianças e adolescentes¹ nas ruas, baixaram portarias² limitando o horário da permanência dos jovens nas vias públicas de suas cidades, na crença que tal medida pudesse ser a solução das causas desses problemas. Lamentavelmente, só nos lembramos dos “menores³” quando estes são problemas⁴.

As notícias veiculadas naquela época em diversos periódicos de nosso país, retratavam ações isoladas, ou o envolvimento de “menores” em grupos comandados por maiores, na prática de infrações bárbaras, deixando-nos cada vez mais perplexos e estarecidos pela crueldade e malvadeza que os caracterizavam.

Tais características de comportamento torna evidente que a delinquência juvenil no Brasil voltou a merecer reflexões aprofundadas e urgentes, que extrapolam questões jurídicas e soluções meramente legislativas de natureza repressiva⁵, para situar-se num campo mais amplo e diversificado, que possibilite ações concretas num combate ao problema em suas raízes.

1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 2º - Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade.

2 Denominada pelos meios de comunicação de “toque de recolher”.

3 O vocábulo menor será utilizado entre aspas em virtude de uma conotação jurídica inegável. Essa conotação construiu um rol social de menores abandonados, delinquentes e vítimas, assumindo um tom pejorativo popular e socialmente representado a esse termo.

4 Menor de rua, menor abandonado, menor infrator, menor drogado, menor prostituta, etc.

5 Redução da responsabilidade penal de 18 (dezoito) anos para 16 (dezesesseis), 14 (catorze) ou mesmo 12 (doze) anos de idade, aumento do prazo da internação, pena de morte e etc.

*

A proposta de limitar o horário de nossos jovens nas vias públicas, não será a solução para a diminuição da violência juvenil e da violência que esses sofrem. Todavia, a mesma abriu um grande debate em todos os setores da sociedade.

Apenas devemos ter cuidado para que tal debate não sirva como artifício para desviar a atenção das verdadeiras causas do problema e transmitir à sociedade uma sensação ilusória de momentânea segurança.

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos divulgou recentemente estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) informando que as crianças e adolescentes são vítimas de mais de 40% dos casos de homicídio no Brasil⁶.

Ao contrário do que a mídia propala, a delinquência juvenil representa no Brasil apenas 10% da criminalidade e a maioria dos atos infracionais praticados por adolescentes são contra o patrimônio, aproximadamente 73%, sendo que deste percentual 50% são furtos. A faixa etária de maior concentração de infratores está entre 15 e 17 anos, conforme dados do Instituto Latinoamericano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud)⁷.

Só no Estado de São Paulo, por exemplo, 91% destes jovens sequer concluíram o ensino fundamental, o que demonstra que o problema está longe de ser uma questão de polícia, mas tratar-se de uma questão de educação.

A sensação do crescente índice de infrações cometidas por adolescentes no país nada mais representa do que o reflexo da incapacidade do Poder Público em promover o reequilíbrio social.

É flagrante nos municípios a falta de políticas públicas eficazes que os jovens e suas famílias necessitam e que deveriam ser colocadas à disposição desses por parte do Poder Público e da própria sociedade, para que preventivamente evitassem o ingresso dos adolescentes na delinquência⁸.

A ausência de políticas públicas na área infanto-juvenil ou da qualidade do atendimento dos poucos programas que existem, está levando os adolescentes a adentrarem a passos largos no caminho da marginalidade, a olho nu da elite brasileira, fazendo de nossos jovens verdadeiros personagens da trágica dramaturgia, na qual só existem vítimas.

Quem tem a coragem de negar que a violência desses “menores”, nada mais reflete do que a violência do meio em que vivem? Vivemos num Estado que não foge

6 Fonte: www.levante.org.br.

7 Fonte: www.ilanud.org.br.

8 ECA, art. 86 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

à regra dos demais, onde o sistema social empurra os adolescentes para o caminho da delinquência cada vez mais cedo.

Esses “menores” geralmente não conseguiram concluir os estudos, não possuem qualquer formação profissional, têm ou tiveram envolvimento com algum tipo de droga e acabaram encontrando nas infrações contra o patrimônio uma forma rápida de ganhar dinheiro e de também protestar contra o modelo econômico concentrador de riqueza e de privilégios sociais, gerador da exclusão social, característica do Estado neoliberal⁹ de sistema capitalista¹⁰ que vivemos.

A desestruturação familiar, a falta de programas sociais e de políticas educacionais e de saúde, aliadas ao desemprego e à ausência de vontade política, somados às cenas de violência transmitidas cotidianamente pelos meios de comunicação, integram o conjunto dos principais vilões da geração da violência entre os jovens.

Assim, constitui-se em um desafio a mudança na ótica dos gestores públicos, para centrarem especial atenção às políticas governamentais da educação, da assistência social e da saúde, a fim de proporcionar eficiência, eficácia e legalidade nas ações.

Os adolescentes como verdadeiros atores do teatro da vida, ao subirem no palco, acabam exprimindo como resposta para esta mesma sociedade, os atos de violência que sofrem e convivem. Portanto o enfrentamento da violência infanto-juvenil deve estar calcado no entendimento que crianças e adolescentes são as primeiras e maiores vítimas.

Enfrentar a violência infanto-juvenil significa investir na vida dos jovens e no que ela exige para que tenha plenitude. Quanto mais violenta uma sociedade mais vulneráveis estarão as crianças e os adolescentes que efetivamente dependem do Estado no seu papel insubstituível de regulador das relações sociais.

Enquanto isso não ocorre, depositam-se as esperanças numa portaria judicial, para que se consiga ao recolher os jovens das ruas, mudar esse cenário não só para proteção do patrimônio do grupo dominante, como também para efetivar os direitos fundamentais de nossas crianças, segmento vulnerável e objeto de dominação.

A promoção dos Direitos Humanos específicos dos jovens será o caminho para a transformação de “menores” problemas para crianças e adolescentes cidadãos.

Portanto, o presente artigo procurará enfrentar a seguinte inquietação: que ideo-

9 Corrente político-social que surgiu em Paris, em 1938, numa reunião presidida pelo escritor W. Lippman, com a participação de economistas como F. Hayek, L. Von Mises, M. Rostow e I. Rueff. É a volta de um novo liberalismo econômico contra o Estado do Bem Estar, o dirigismo, o intervencionismo, o estatismo e as políticas Keynesianas.

10 Constituição da República do Brasil, art. 170.

logia se esconde por trás da portaria judicial denominada “toque de recolher”?

2 A lógica do controle formal dos menores de rua no século XIX

Entender a lógica do primeiro modelo legal para o controle de menores de rua no Brasil faz-nos remontar ao século XIX. Esta viagem no tempo facilita-nos compreender o porquê de acreditarmos ainda hoje que este controle deva ocorrer pelo aparelho repressor do Estado e não por meio de ações sociais de entidades governamentais e não-governamentais ou ainda por ações conjuntas entre estas.

Mediante um recorte temporal no processo histórico brasileiro apresentamos uma breve análise sobre alguns fatos ocorridos durante o século XIX que ao nosso sentir contribuíram para o desenvolvimento de uma mentalidade repressora aos menores de rua.

A construção desta mentalidade foi um processo que se iniciou com o término da euforia da mineração no século XVIII, passou pela chegada de numerosas famílias imigrantes jovens a partir de 1870 e pela abolição da escravidão em 1888, bem como pelo surgimento da indústria. Estes fatos históricos colaboraram para o crescimento urbano dos principais centros do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre e outros.

Como consequência, crianças encheram as ruas no século XIX. Jovens negros, filhos de imigrantes e de trabalhadores ligados à indústria e ao comércio perambulavam pelas ruas, vivendo de expedientes muitas vezes contrários aos nossos atuais “bicos” (PEREIRA, 2008). Viviam de pedir esmolas e de pequenos delitos contra o patrimônio. Eram menores abandonados e/ou infratores.

As Companhias dos Arsenais de Guerra e de Aprendizes Marinheiros, durante o governo imperial de D. Pedro II, recebiam a primeira, meninos dos colégios de órfãos e das casas de educandos, enquanto a segunda, meninos recolhidos nas ruas pelas polícias das capitais brasileiras (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Entre 1840 a 1888, as Companhias de Aprendizes Marinheiros forneceram 8.586 menores para o serviço de navios de guerra, contra 6.271 homens recrutados à força e 460 voluntários. Analisando estes dados, percebe-se que as Companhias durante o período imperial tiveram importante participação na “limpeza” das ruas das capitais brasileiras (NASCIMENTO, 1999).

Já na fase da República Velha foi o trabalho infante-juvenil o espelho fiel do baixo padrão de vida da família operária, pautado em salários insignificantes, e em índices de custo de vida extremamente elevados (DEL PRIORY, 1991).

A infância pobre que vivia pelas ruas durante a República Velha também era alvo de uma mentalidade repressora, ou seja, o Estado brasileiro intervia no espaço social por meio do seu aparelho repressor – a polícia. Era esta que agia no combate a causa da desordem física e moral e pela ordenação desta sob uma nova ordem (RIZZINI, 1990).

Surgem então os *pivettes*, termo francês que designava os jovens envolvidos com infrações como vadiagem, pequenos furtos, desordens, estupros e outros delitos. Assim, no início do período de industrialização do país, os menores de rua, genericamente apelidados de *pivettes*, foram vistos como o perigo das ruas e considerados vagabundos.

Não havia distinção entre menores abandonados e menores infratores. Todos eram menores de rua. O tratamento dispensado era o mesmo - natureza repressora com a intervenção policial. Da chegada dos colonizadores até o início do século XX não há registro na estrutura do Estado da presença de ações que pudessem ser caracterizadas como política social (COSTA, 1991).

Esta lógica refletiu-se nos documentos jurídicos produzidos nesta época. Estes incorporaram o chamado *caráter penal indiferenciado* até o século XX, quando foi adotada outra lógica, a de caráter tutelar/assistencialista (GARCIA MENDÉZ; BELOFF, 2001). Legalizava-se a intervenção policial/repressora do Poder Público às questões dos menores de rua. Esta mentalidade foi definitivamente integrada ao aparelho ideológico do Estado.

Dessa forma, no plano legal, foram as Ordenações Filipinas que no início do século XIX inauguraram o controle formal dos menores de rua ao estabelecer a responsabilidade penal aos vinte e um anos. Determinava a mencionada legislação que a partir dos sete anos de idade o menor poderia ser sancionado penalmente. Influência do Direito Canônico, para o qual sete anos era a idade da razão.

Então, aos menores compreendidos na faixa etária de sete a dezessete anos completos, mesmo que o crime cometido merecesse pena de morte, as Ordenações não a autorizava, porém, ficavam ao arbítrio do julgador dar-lhes outra menor pena.

Já entre dezessete e vinte anos, a legislação autorizava ao julgador condená-lo à pena de morte ou diminuir sua pena, conforme tivesse sido cometido o delito, as suas circunstâncias e a pessoa do menor, além do grau de malícia deste.

Obedecendo a Constituição Imperial, o Brasil aprovou em 1830 o seu primeiro Código Criminal que manteve o controle formal sobre os menores de rua e adotou o sistema biopsicológico para punição de crianças entre sete e quatorze anos que tivessem obrado com “discernimento”. Estes “menores” eram recolhidos às casas

de correção pelo prazo que ao juiz parecesse e não poderia exceder a idade de dezessete anos.

O que organizava este código era a “teoria de ação com discernimento” que imputava responsabilidade penal ao “menor” em função de uma pesquisa da sua consciência em relação à prática da ação criminosa (SILVA, 2008).

Contudo, o Código Penal Republicano de 1890 determinava não ser criminoso o “menor” de 9 anos completos. Manteve o mesmo critério do código anterior, pois o maior de 9 e menor de 14 anos estava submetido à avaliação do magistrado sobre a sua aptidão para distinguir o bem do mal, o reconhecimento de possuir ele relativa lucidez para orientar-se em face das alternativas do justo e do injusto, da moralidade e da imoralidade, do lícito e do ilícito e, assim, receber uma pena.

Dessa forma, os “menores” que agissem com “discernimento” na prática de crimes e caso fossem condenados à reclusão, deveriam cumpri-la em estabelecimentos disciplinares.

Ocorre que, embora a legislação penal cogitasse de prisões especiais para as crianças e adolescentes, estas não foram criadas, ao contrário, o governo instalou colônias correcionais para adultos e menores. A consequência disto foi que os jovens passaram a conviver nas mesmas celas com criminosos adultos. Dava-se início às escolas do crime.

Percebe-se que o Código Penal de 1890 delegava à polícia o papel de controlar a delinquência juvenil e também de conter a desordem e a vadiagem, não existindo qualquer preocupação com a intervenção educativa como forma de prevenção.

Em síntese, contra os “menores” pobres ou abandonados de rua a ação repressora do Estado ocorria da mesma forma que para os menores infratores, ou seja, por meio de suas delegacias de polícia, que tinham poderes para identificar, recolher, encaminhar e até mesmo desligá-los das instituições. Havia uma ausência de método científico no atendimento ao “menor”.

Não é à toa que ao discutirmos as questões que envolvem menores de rua, ainda escutamos vozes que os confundem com menores infratores, misturando pobreza com delinquência, o que faz acreditar na ação policial/repressora como solução para essas duas categorias distintas de menores.

Logo, o modelo de atendimento aos “menores” de rua no século XIX, de mentalidade penal, firma as bases de mitos conservadores que nos influenciam até hoje.

3 O caso Marie Anne e o reconhecimento de direitos da infância nos tribunais

Os historiadores do Direito apontam que o fato histórico que se tornou no mundo precedente da luta pelo reconhecimento de direitos da infância nos tribunais foi o chamado caso Marie Anne.

O episódio chegou ao conhecimento público ao final do século XIX, precisamente no ano de 1875, em Nova Iorque, devido à grande repercussão na imprensa e na opinião pública, onde Marie Anne, uma menininha de apenas nove anos sofria intensos maus-tratos impostos pelos seus genitores.

Na época os Estados Unidos não possuíam uma legislação especial para proteção dos menores e os pais se sentiam donos dos filhos e utilizavam todas as formas de castigos físicos para “educá-los”.

Esta ideologia estava refletida no Código de Napoleão, nos primeiros anos do século XIX, que fixou o marco do Direito Civil, inspirando o Código Civil brasileiro de 1916¹¹.

Do ponto de vista da responsabilidade civil por atos praticados por menores, do Código Napoleônico, passando pelo revogado Código Civil brasileiro ao vigente Código Civil pátrio¹², pode-se afirmar que a legislação civil não estabeleceu muita diferença entre uma criança e um cachorro (SARAIVA, 2005).

Estes Códigos responsabilizam civilmente o dono do animal pelo dano causado por este, como igualmente responsabilizam os genitores pelos atos do filho menor que esteja sob sua autoridade e em sua companhia¹³. Esta responsabilidade dos pais é decorrente dos deveres do poder familiar, independentemente do filho ser ou não imputável (DINIZ, 2002).

Logo, em ambas as hipóteses a responsabilidade civil é do dono, pois desde o Código Civil francês até os tempos atuais pouca distinção se fez entre um menor e um cachorro. Em outras palavras, a criança a partir do século XIX foi considerada como uma “coisa”, portanto, de propriedade de seus genitores.

Compreender esta ideia é entender o porquê que algumas pessoas até hoje utilizam o castigo físico como método educativo. As crianças, como os animais, eram propriedade de seus donos, ou seja, de seus pais, e assim aquelas poderiam ser “educadas” da maneira que estes entendessem conveniente.

No caso de Marie Anne a situação se tornou insuportável e o caso foi levado ao conhecimento da justiça americana. A instituição que ingressou em juízo para defesa

11 Lei nº 3.071, de 1º.01.1916, atualmente revogado pelo Novo Código Civil brasileiro (NCC).

12 Lei nº 10.406, de 1º.01.2002.

13 NCC, arts. 186, 927, 932, I e 933.

e proteção dos direitos da menina foi a Sociedade para a Proteção dos Animais de Nova Iorque.

Interessante registrar que na época não havia uma entidade preocupada com os direitos dos menores, porém já existia uma entidade protetora dos animais. A legitimidade para agir da entidade foi questionada, contudo os advogados argumentaram que se a menina fosse um cachorro, um gato ou um cavalo, que estivesse submetido àquele tratamento, a Sociedade para a Proteção dos Animais teria legitimidade, com mais razão por se tratar de um ser humano.

A Sociedade para a Proteção dos Animais sagrou-se vencedora na causa e conseguiu o afastamento de Marie Anne de seus agressores, ou seja, a retirada da guarda de seus pais pelas autoridades judiciais.

Consagrava-se a primeira intervenção do Estado no caso de uma criança vítima de maus-tratos por parte de seus genitores e também proporcionava um repensar acerca dos castigos físicos impostos pelos pais aos seus filhos, especialmente sob a justificativa de “educá-los”.

Neste contexto, a criança, que era tratada como “coisa”, passou no final do século XIX a reclamar ao menos a condição de objeto de proteção do Poder Público. Construía-se uma nova ideologia de caráter tutelar. Estava nascendo o Direito do Menor e virava-se a página da história quanto ao tratamento dispensado aos menores de conteúdo eminentemente retribucionista e de base penal. Terminava a primeira fase da trajetória do Direito da Criança e do Adolescente denominada de etapa de *caráter penal indiferenciado* (GARCIA MENDEZ, 2000).

Após este caso, membros da Sociedade Protetora dos Animais constituíram a primeira liga de proteção à infância, a *Save the Children of World*, que acabou se tornando um organismo internacional (HOPPE, 1996).

Poucos anos depois, em 1899, no Estado americano de Illinois, instalava-se o primeiro tribunal de menores do mundo. Em decorrência dessa experiência, os Estados Unidos acabaram influenciando diversos países europeus e americanos, que aderiram à criação daquele tribunal especializado.

Naquele momento histórico, o Estado passou a intervir nas questões dos menores por meio da Justiça. O mundo adulto mudava seu olhar. Quebrava-se um paradigma.

4 A culpabilização da família pelo estado de abandono do “menor”

O modelo do controle formal sobre os “menores” pobres ou abandonados desenvolvido no Brasil durante o século XIX, não só refletiu como legalizou a men-

talidade repressora e policialesca do Estado, que atuava da mesma maneira que para os menores infratores, pois não os diferenciava.

O nosso recorte temporal neste item será o início do século XX, onde a sociedade urbana ainda via o problema da infância pobre e desamparada como caso de polícia e repressão e não como uma questão de assistência e proteção.

A visão sobre a criança pobre e desvalida era relacionada com a ideia de delinquência e criminalidade e não como questão social, merecendo o encaminhamento desta para asilamento ou internação (CONSTANTINO, 2000).

Ocorre que este modelo não conseguiu atender ao controle dos menores de rua, pois não atacava a causa, ou melhor, as raízes do problema. Continuava a existir um grande número de menores vivendo à vontade nas ruas.

Crianças e adolescentes se avolumavam no cotidiano dos espaços públicos, gerando a possibilidade de se “contaminarem no vício”. Não possuíam ocupação e estavam sujeitas à má influência.

Tal situação era reflexo da ruptura no sistema pré-capitalista de produção. A economia cafeeira substituiu a mão de obra escrava por uma nova relação de trabalho, assalariada, com a vinda dos imigrantes estrangeiros.

Grandes transformações ocorreram nas principais cidades. A taxa populacional urbana aumentou consideravelmente em virtude da expansão industrial e da urbanização. Este crescimento provocou a formação de um extenso segmento proletário em condições de miséria, sem que o Estado tivesse um serviço social organizado.

No final do século XIX e início do XX a necessidade de um operariado industrial atraiu, para os centros urbanos, parcelas consideráveis da população em busca de melhores empregos e condições de vida.

Assim, em 1902, o governo de São Paulo preocupado com o enorme número de jovens perambulando por sua capital, criou procedimentos legais na ação contra a criminalidade e vadiagem infantil e juvenil, fundando instituições específicas destinadas a acolher a criança infratora. Também foram criados o Instituto Disciplinar para crianças de 9 a 14 anos e a Colônia Correccional para jovens de 14 a 21 anos (NETTO, 1989).

Esclarece o citado pesquisador que para o Instituto Disciplinar eram enviados os jovens infratores e abandonados e para a Colônia Correccional somente os jovens infratores, condenados especialmente pela infração de vadiagem. Os menores de 9 anos, em princípio tratados como crianças abandonadas, eram enviados às instituições de assistência.

Cabe registrar que neste período as instituições integrantes da estrutura do Poder Público que abrigavam os “menores” de rua da categoria abandonados, estavam vinculadas à polícia. Como exemplo, podemos citar o asilo de “menores” abandonados, criado no Rio de Janeiro, em 1907, pelo chefe da polícia carioca Alfredo Pinto Vieira de Mello, para abrigar crianças recolhidas nas ruas. Esta unidade foi administrada pela polícia até 1915, quando se integrou a um patronato de menores (entidade particular), devido à má gestão, passando a se chamar Casa de Preservação.

Segundo pesquisa de Ataulpho de Paiva sobre os asilos de menores, publicada em 1916¹⁴, as penas disciplinares infligidas aos menores nestas entidades eram “excessivas e desumanas”.

Dessa forma, o Estado começou gradualmente a se apropriar da questão da assistência. Todavia não apresentou uma mudança de enfoque do problema: continuou a considerar os indivíduos como causa da própria condição de pobreza e desamparo, mascarando a sua verdadeira origem, uma forma de organização social que separa os homens em classes (CONSTANTINO, 2000).

Os juristas brasileiros das primeiras décadas do século XX ao sofrerem influência das transformações doutrinárias e jurisprudenciais internacionais, buscaram nas legislações norte-americana e europeia, não só os exemplos do que deveriam ser as leis, como os modelos de instituições para “menores”.

Com efeito, ocorreram debates que se centraram na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, com a finalidade de melhor aparelhamento institucional para salvar a infância. As discussões foram subsidiadas pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica.

Neste contexto, os “menores” de rua passaram a ser considerados como afetados por circunstâncias individuais ou sociais, como a desagregação familiar e o contato com o vício, os quais presumivelmente os levariam ao crime. Mudava-se o eixo da causa do problema. Culpava-se a família pela situação da criança. Este novo olhar serviu aos interesses do Estado.

Juntamente com as representações negativas sobre as famílias que tinham seus filhos nas ruas nasceu a construção da assistência à infância no Brasil, cuja ideia de proteção à infância era antes de tudo proteção contra à família (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Complementam as pesquisadoras que foi na década de 1920, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância que as famílias das

14 Fonte: Justiça e assistência.

classes populares se tornaram alvo de estudos e formulação de teorias a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar os filhos.

O Estado passava a enxergar na criança a possibilidade de assegurar o futuro da sociedade capitalista. Assim, para se evitar o “mal” que as crianças abandonadas e marginalizadas representaram ao estarem expostas nas ruas, justificou-se a correção e a prevenção, fundadas em ações educadoras/disciplinadoras.

Portanto, as crianças abandonadas e marginalizadas foram retiradas das ruas e recolhidas em instituições para formação do caráter e da construção da nação republicana.

Hodiernamente esta mentalidade ainda permeia os debates em seminários, nas elaborações de ações para controlar a pobreza, o abandono, a exploração sexual, e o trabalho infantil, referentes aos “menores” de rua, onde ecoam propostas de recolhimento pela polícia das crianças pobres e desamparadas dos logradouros públicos mediante arrastões, toque de recolher, blitz nas periferias, etc., com seu conseqüente encaminhamento para abrigos ou instituições similares, para que recebam educação e disciplina.

5 A ideia das crianças serem o futuro da nação

O início da República Velha ficou marcado pelo surgimento no Brasil das primeiras ideias sobre a normatização de um Direito do Menor. Até então, a linha de pensamento estava baseada na doutrina do Direito Penal, concentrada nos Códigos Criminais de 1830 e 1890. Era a etapa do caráter penal indiferenciado. Portanto, o aparelho ideológico do Estado fundava suas ações no binômio repressão/polícia para atuar nas questões da infância.

Contudo, na virada do século XIX para o XX a sociedade atribuiu grande importância à infância abandonada e pobre, como a que praticava delitos, pois se revelava como um problema social e contrário ao projeto de construção de nação. Havia um consenso geral de que a infância estava em perigo. Denunciava-se a situação da infância nas ruas, nas famílias ou nos asilos.

Neste momento histórico, o significado social da infância estava circunscrito na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (RIZZINI, 2011).

Esse ideal era descrito como o de transformar o Brasil numa nação culta, moderna e civilizada, de acordo com os modelos de civilização da época tipificados pelas principais cidades europeias e norte-americanas, entre as quais se destacavam Paris, Londres e Nova Iorque.

Então, salvar as crianças era salvar o país - nascia à ideia das crianças serem o futuro da nação. A elite intelectual e política da época apropriaram-se deste discurso. José Lopes da Silva Trovão, em 1896, ao falar no Senado, disse que *“temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para emprender essa tarefa, que elemento mais ductil e moldavel a trabalhar do que a infancia?!...”*. *“São chegados os tempos”*, preconizava o Senador, *“de prepararmos na infancia a cellula de uma mocidade melhor, a genesis de uma humanidade mais perfeita”* (MONCORVO FILHO, 1926).

O projeto político ficava bem claro. A finalidade era transformar a criança pobre em elemento útil e produtivo para a nação. Justificava-se o combate à infância ociosa. Falando de forma franca e direta - era preciso proteger a criança como forma de defesa da própria sociedade e do desenvolvimento capitalista.

Dessa forma, no apagar das luzes do século XIX, foram importadas novas teorias e criadas novas técnicas que serviram de subsídio para a criação de leis e instituições que integraram um projeto de assistência social que ainda não estava organizado em termos de uma política social a ser seguida em nível nacional (PEREIRA, 2008).

As ciências, em especial a Medicina, a Psiquiatria, a Pedagogia e o Direito contribuíram para a formação de uma nova mentalidade de atendimento ao “menor”. O mundo acadêmico desenvolveu um novo olhar sobre a questão da infância pobre e abandonada e também quanto aos menores delinquentes.

Para os citados campos do conhecimento a infância deveria merecer atenção e cuidados. Atribuía-se as condições de extrema pobreza, baixa moralidade, a ausência de uma educação adequada e até doenças de seus genitores, à produção de uma infância potencialmente perigosa e moralmente abandonada.

Entendiam os especialistas que o Estado deveria reeducar o menor por meio de educação física, moral, instrucional e profissional, além de um tratamento de assistência. Neste momento a mentalidade repressora começa a ceder espaço para um novo paradigma de assistência à infância: um modelo calcado na racionalidade científica.

A elite chamada intelectual e representada principalmente por médicos, jornalistas, engenheiros, juízes e advogados, aderiu à denominada “causa da infância”. Este grupo atuava em sociedades filantrópicas e exercia grande influência na arena política, na imprensa e nas universidades.

Assim, as duas primeiras décadas do século XX foram importantes para a constituição do Direito do Menor no Brasil. O senador José Lopes da Silva Trovão foi o autor do primeiro projeto de lei sobre menores, no início da República, que defendia a ideia de preparar a infância (ISHIDA, 2009).

Lopes Trovão era médico e jornalista e já havia sido deputado federal, por dois mandatos, entre 1891 e 1895. Havia lutado contra a estrutura do Império, sendo um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870. Exerceu seu mandato no Senado de 1895 a 1902¹⁵. Era considerado um republicano ativo e ardente abolicionista.

Em seguida, em 21.10.1906, o jornalista e deputado federal Alcindo Guanabara arquitetou projeto de lei sobre menores e outro, como senador, em 21.08.1917, provocando, então, duas discussões sobre a elaboração de uma lei sobre a matéria (CARVALHO, 1970).

No governo de Epitácio Pessoa (de 1919 a 1922), o ministro da justiça Alfredo Pinto (de 1919 a 1921) convidou José Cândido de Albuquerque Mello Mattos para reestruturar o projeto de Alcindo Guanabara e apresentar um substitutivo.

Assim, a primeira legislação no Brasil sobre “menores” foi aprovada em 05.01.1921, era a Lei nº 4.242, que autorizava o Poder Público a organizar o serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente. Incluía o substitutivo de Mello Mattos. Esta Lei permitiu que no orçamento da União houvesse a previsão de gastos destinados a recuperar os menores.

Nesta lei ficava claro que o governo não queria priorizar investimento na educação ao acesso de todos, pois não era de interesse ao grupo de elite no poder. Optava-se por uma política excludente. A população não poderia ter consciência de seus direitos, uma vez que dificultaria o exercício arbitrário e violento do controle sobre a maioria que se exercia a época.

Portanto, a ideia de que na criança estava o futuro da nação, uma “verdade” construída pela elite intelectual e apropriada pelo aparelho ideológico do Estado, sustentou ações assistenciais no sentido de moldar a infância para manter a massa populacional arregimentada como no período da República Velha.

O governo concebia um novo paradigma, fundado num sistema que legitimava a intervenção na vida das famílias pobres, ditando-se medidas de vigilância e controle.

6 O primeiro Código de Menores do Brasil

A introdução no Brasil das ideias higienistas de saneamento básico e dos hábitos, a partir do início do século XX, acabou influenciando as políticas voltadas para a assistência à infância.

15 Fonte: http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1946&li=25&lcab=1900-1902&lf=25, in Portal dos senadores.

Estudos científicos apontavam como causas da criminalidade a influência do meio social e as características hereditárias dos delinquentes. Neste período o Brasil foi permeado ideologicamente por correntes de pensamento como o positivismo, o liberalismo, o anarquismo e o socialismo.

Vimos que o “menor” de rua, sob a lógica de que a infância representava o futuro da nação, precisava ser protegido em instituições educativas, com o objetivo de prevenir que ele se tornasse um criminoso. Aqui se construiu a lógica da institucionalização dos meninos de rua.

Assim, a educação e a assistência passaram a ser as formas propostas por juristas, filantropos, médicos, entre outros para resolver o problema da infância abandonada e da delinquência juvenil.

Neste cenário, a elite intelectual brasileira passou a lutar para que as questões referentes ao “menor” se tornassem objetos específicos de uma normatização, uma vez que a criminalidade aumentava e o tratamento repressivo do Código Penal de 1890 precisava ser revisto (SILVA, 2009).

Construída uma nova consciência política e jurídica, estruturada na ideia de se realizar uma intervenção educativa como forma de prevenção, deu-se no Brasil a criação do Direito do Menor. Este novo Direito deveria enfrentar as irregularidades comportamentais e vivenciais dos “menores”, levando em conta o valor e a visão do adulto.

Sob o imaginário da patologia social dos “menores” surgiu em 1927 o primeiro Código de Menores do Brasil, mediante o Decreto nº 17.943-A, instituído nos termos da autorização legislativa do então Presidente da República Washington Luiz Pereira de Souza, referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Vianna do Castello e consolidado pelo juiz Mello Mattos.

O projeto do Código de Menores de 1927 recebeu forte influência da nova legislação dos Estados Unidos e da Europa e teve a contribuição de pedagogos, higienistas, parlamentares e juristas brasileiros, destacando-se dentre estes José Cândido de Albuquerque Mello Mattos.

Mello Mattos era baiano¹⁶ e formou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1887, atuou como promotor de justiça, advogado criminal, professor e parlamentar¹⁷. Na década de 1920, passou a elaborar projetos que culminaram, em 1923, com a criação do primeiro Juizado de Menores do país, no Distrito Federal, do qual se tornou titular em fevereiro de 1924 (SILVA, 2009). Foi o primeiro juiz de menores do país.

16 Nasceu em 19.03.1864, na cidade de Salvador/BA.

17 Contribuiu para a campanha pela vacinação obrigatória, apoiando Oswaldo Cruz.

À frente do Juizado de Menores, Mello Mattos criou em 1924 a Escola Quinze de Novembro e a Escola João Luiz Alves para “menores” delinquentes e, no mesmo ano, a Casa Maternal Mello Mattos para dar assistência aos “menores” desamparados. Atuou neste Juizado até o início da década de 1930, quando foi convocado para integrar a Corte de Apelação do Distrito Federal¹⁸.

Apelidado de Código Mello Mattos, o Código de Menores de 1927 qualificou as crianças pobres de “menores” e os subdividiu em três categorias: os abandonados, para os que não tinham pais; os moralmente abandonados, para os que eram oriundos de famílias que não tinham condições financeiras e ou morais; e delinquentes, para os que praticavam atos “criminosos” ou contravenções¹⁹.

Sobre estes “menores” aplicava-se a nova lei, ou seja, ela era voltada para a infância pobre, abandonada e delinquente, cuja intervenção estatal fundava-se em assistência e prevenção.

O Código não garantiu o acesso à cidadania aos “menores” pobres, uma vez que não os reconhecia como sujeitos de direitos. Era uma lei que estabelecia o controle da pobreza. Suas normas adequavam-se a necessidade do “menor” ficar contido no seio de uma família capaz de seguir os parâmetros da moralidade estabelecida. Caso a família se mostrasse incapaz de educar e vigiar seus filhos poderiam os pais perder o pátrio-poder²⁰.

A legislação atribuiu deveres paternos, impôs obrigações ao Poder Público e propôs a criação de estruturas, estabelecendo um sistema de atendimento ao “menor” assentado nos efeitos sociais de um processo de industrialização que se beneficiava do trabalho infantil.

Foi com este Código que se extinguiu o sistema de “roda dos expostos²¹” e se estabeleceu a proteção dos “menores” abandonados passando estes à tutela do Estado.

18 Mello Mattos no início da década de 1930 foi eleito vice-presidente da Associação Internacional de Juizes de Menores, com sede em Bruxelas, na Bélgica. Teve reconhecimento internacional. Foi nomeado para integrar a comissão de reforma do sistema correcional português. Faleceu em 03.01.1934, no Rio de Janeiro.

19 O art. 26 do Código de Menores de 1927 criou as categorias de “menor” abandonado, “menor” vítima e “menor” delinquente.

20 Atualmente poder familiar, conforme art. 1.634, do Novo Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406/2002.

21 A roda dos expostos se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela das Santas Casas de Misericórdia, no qual eram colocadas as crianças abandonadas, sendo que ao girar a roda, elas eram conduzidas para dentro das dependências da instituição, sem que a pessoa que deixasse a criança pudesse ser vista pelo funcionário da Santa Casa.

Tratou também da responsabilidade penal dos “menores” a partir dos 14 anos de idade, que se submetiam a um processo especial²², vedando sua prisão comum²³. O “menor” delinquente com idade inferior a 14 anos não poderia se sujeitar a qualquer espécie de processo penal²⁴.

Com a promulgação do Código Mello Mattos, este foi submetido ao controle de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, tendo como principais argumentos contra sua aplicação o fato do Código resultar de uma delegação de poderes do Congresso Nacional ao Executivo e de conter disposições novas que alteravam os Códigos Civil e Penal. A Suprema Corte do país declarou a sua constitucionalidade.

Outra questão polêmica foi a introdução no Código de Menores de 1927 da medida proibitiva do ingresso indiscriminado de menores de 18 anos às apresentações de teatro de revista, o que acarretou discussões no contexto sócio-familiar, especialmente porque alguns pais consideravam uma intromissão exagerada ao exercício do pátrio poder.

Este tema foi levado ao Supremo Tribunal Federal que se mostrou favorável à validade do Código. Naquela época, estava em evidência a sociedade patriarcal, concentrando as decisões da relação familiar na figura do pai, sem a intervenção do Estado.

Em 1928, a polêmica se ampliou aos cinemas. A matéria foi apreciada pelo Supremo Tribunal Federal por meio de um *Habeas Corpus*, e mais uma vez foi reconhecida a constitucionalidade do Código, estendendo a todos os menores tal proibição, independentemente de sua condição familiar. A discussão ocorreu porque o Código de Menores se referia apenas aos “menores” abandonados, vítimas e delinquentes, enquanto o Código Civil aos menores “filhos de família”.

Dessa forma, com a vigência do Código de Menores iniciou-se no Brasil uma fase com maior interferência estatal no tratamento aos “menores” abandonados e delinquentes²⁵.

Com o advento do Estado Novo, a sociedade aguardava o endurecimento da lei penal referente à responsabilidade penal juvenil, em virtude do cenário político cercador de inúmeras regras democráticas que se instalava no país e do crescente índice de infrações praticadas por menores. Contudo, o que ocorreu foi o contrário pois o Código Penal de 1940, com vigência até os dias atuais, estabeleceu dezoito anos para a inimputabilidade penal.

22 CM 1927, art. 69.

23 CM 1927, art. 86.

24 CM 1927, art. 68.

25 CM 1927, art. 54.

No governo de Getúlio Vargas, entre 1940 e 1943, foram criados o Departamento Nacional da Criança (DNCr), o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social do Comércio (SESC) e a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com a finalidade de proteger os “menores” pobres e suas famílias. O apogeu da utilização dos internatos para os casos de “menores” delinquentes ocorreu no período de 1943 a 1964 (ALVIM, 1994).

Durante a década de 1960, na ditadura militar, a Lei nº 4.513/64 criou a Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM) que instituiu a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM). Com isto, extinguiu-se o SAM, cujo patrimônio e atribuições foram incorporados à FUNABEM.

A instituição do regime militar no Brasil marcou a fase de maior intensidade da doutrina da situação irregular, mediante o aumento da criminalização dos “menores” pobres, sob o manto da Política Nacional de Segurança. A PNBEM se adequava à Política Nacional de Segurança, pois escondia atrás de uma natureza reformista e modernizadora, ações meramente pragmáticas e imediatistas (VERONESE, 1999).

A FUNABEM e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) serviram nada mais que instrumento de controle da sociedade civil e não conseguiram combater de forma eficiente o crescimento do número de “menores” marginalizados ou mesmo proporcionar-lhes a educação (assistência).

No período do governo militar ou um recrudescimento na proteção dada aos “menores” e cita o Código Penal Militar que fixou a imputabilidade penal, frente a crimes militares, aos dezesseis anos, regra que só veio a ser revogada com a nova Constituição Federal de 1988 (SARAIVA, 2005).

7 Teoria do menor em situação irregular e o Código de Menores de 1979

O Código de Menores de 1979²⁶ introduziu a doutrina jurídica do menor em situação irregular²⁷. Esta doutrina representou um avanço em relação à doutrina anterior, pois ampliou os termos da tutela dos menores, exposta exaustivamente no art. 2º do Código, e limitou, por outro lado, os etiquetamentos de “menor” abandonado, infrator, delinquente, exposto, etc. (TEIXEIRA, 1989).

26 Lei 6.697/79

27 Embora já vigorasse a teoria da proteção integral, no plano internacional, fundada nos documentos de proteção à infância, como Declaração Universal Sobre os Direitos da Criança, seguida das Regras de Beijing, as Diretrizes de Riad, as Regras Mínimas para os Jovens Privados de Liberdade e a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança. Todos estes documentos, denominados de normativa internacional, foram de iniciativa das Nações Unidas.

O termo situação irregular era utilizado para definir as situações que fugiam ao padrão normal da sociedade, como a dos “menores” abandonados, vítimas de maus tratos, pobres, além dos infratores e com desvio de conduta. Somente nessas hipóteses os “menores” encontravam-se sob a tutela da legislação menorista, legitimando a intervenção estatal nestas circunstâncias.

“Menores” abandonados, expostos, mendigos, vadios ou vítimas saíam da tutela da família para a do juiz de menores. Este tinha o poder de decidir como e onde eles ficariam sem o devido processo legal, ou qualquer outra garantia de um Estado Democrático de Direito. Em síntese, tais “menores” ficavam nas mesmas instituições em que se colocavam os “menores” infratores.

A legislação menorista ampliou ainda mais as atribuições do juiz de menores encarregando-o de suprir as lacunas deixadas pelas políticas públicas no âmbito do “menor”. A Lei conferiu ainda à autoridade judiciária, através de portaria ou provimento, determinar, ao seu prudente arbítrio se demonstrada necessidade à assistência, proteção e vigilância do menor, outras medidas de ordem geral não previstas no próprio Código²⁸.

Este Código, elaborado numa época em que os direitos e garantias fundamentais estavam suspensos, incorporou a mentalidade de sua época. Sua base era a doutrina da situação irregular, sustentada em colunas cuja ideologia imposta à sociedade pautava-se no controle, na vigilância e na prevenção dos menores. Acreditava-se que o juiz de menores poderia resolver através de portarias e alvarás as mazelas sociais da infância e juventude.

Os “menores” em situação irregular, na verdade, eram declarados pela Lei com “desvio de conduta com grave inadaptação familiar” e tinham como resposta a “terapia” da internação, verdadeira privação de liberdade (pena), com prazo indeterminado, sob o fundamento do “superior interesse do menor”.

Esta legislação tratava do conflito instalado, ou melhor, era dirigida aos seus efeitos, como eram os Códigos Penal, Civil, Comercial e outros que vigoravam à época.

Não tratava da prevenção referente às causas profundas da anomalia social, por não caber à Lei e aos órgãos do Judiciário tal intervenção. O juiz de menores atuava na prevenção de conflitos através da polícia dos costumes, proibição de frequência em determinados lugares²⁹, casas de jogos, etc.

28 CM 1979, art. 8º.

29 Portarias baixadas pelos juizes de menores que limitavam o horário de permanência destes em determinados lugares (artigos 50 a 58 do CM 1979).

Portanto, a proteção estatal deveria dirigir-se à erradicação da irregularidade da situação, em que eventualmente se encontrasse o “menor” e buscar meios eficazes de prevenção, com a preocupação de assistência, proteção e vigilância aos menores (CAVALLIERI, 1986).

Esta doutrina jurídica de proteção ao menor em situação irregular passou a orientar o Direito do Menor, tornando-o um ramo da ciência jurídica voltado prioritariamente para o “menor” em situação irregular.

A doutrina da situação irregular aceita pelo Código de Menores de 1979 formou um imaginário social de justiça, baseado na lógica dos “menores” objetos fundando um Direito do Menor inquestionável e irresistível.

8 A proteção integral de crianças e o Estatuto da Criança e do Adolescente

Estudar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança e as demais Cartas fontes³⁰ é o primeiro caminho para se entender o novo Direito da Criança e do Adolescente, pois será por meio deste estudo que os atores sociais terão a possibilidade de compreender a doutrina sociojurídica da proteção integral.

Amaral e Silva, logo após a promulgação da Convenção pelo Presidente da República³¹ em 1990, chamava atenção em suas palestras para o fato de que *o espírito e a letra desses documentos internacionais constituem importante fonte de interpretação de que o exegeta do novo Direito não pode prescindir* (CURY; AMARAL E SILVA; GARCIA MENDÉZ, 1992). Isso porque, esses documentos serviram como base de sustentação para as políticas legislativas dos países que aprovaram a Convenção.

A inspiração de reconhecer uma proteção especial para criança não é nova. O primeiro documento internacional a determinar *a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial* foi a Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, datada de 1924.

Em seguida foi a vez da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, que em 1948 conclamou os Estados Partes ao *direito a cuidados e assistência especiais* de suas crianças.

A doutrina da proteção integral de crianças teve sua origem na Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959, que reconheceu em seu preâmbulo a ne-

30 V. item 27.

31 A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi aprovada pelo Congresso Nacional brasileiro em 14.09.1990, por meio do Decreto Legislativo 28. A ratificação ocorreu com a publicação do Decreto 99.710, em 21.11.1990, através do qual o Presidente da República promulgou a Convenção, quando a transformou em lei interna.

cessidade de um sistema de proteção diferenciado à criança³². Entretanto, nos dois primeiros princípios³³ dessa mesma Declaração se escreveu o cerne dessa doutrina.

No mesmo sentido foi a orientação constante na Convenção Americana sobre os Direitos Humanos de 1969³⁴, onde ficou alinhavado que *toda criança tem direito às medidas de proteção que na sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado*³⁵.

As enormes desigualdades sociais existentes entre crianças e o restante das sociedades na década de 1980 tornaram-se uma questão preocupante para todos os povos. Para mudar esse quadro, inseriu-se no preâmbulo da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, que estas estariam em primeiro plano na ordem de prioridades dos fins a que o Estado se propõe.

Ainda nesse preâmbulo, além de constar uma solene declaração de princípios, reconheceu-se que um substancial segmento da população mundial – conhecido como crianças passavam por um forte processo de exclusão nas sociedades. Este reconhecimento foi uma técnica legislativa para se fazer uma revolução nessa área.

A Convenção ao mesmo tempo reconheceu uma enorme gama de direitos às crianças. Esses direitos foram inseridos em três eixos. No primeiro eixo esculpíram-se os direitos à sobrevivência: direito à vida, direito à saúde e direito à alimentação. No segundo eixo referiram-se aos direitos ao desenvolvimento: direito à educação, direito ao esporte, direito ao lazer, direito à profissionalização, direito à cultura, direito à convivência familiar e comunitária e direito à dignidade, ao respeito e à liberdade. O último eixo foi o da proteção contra exploração, abuso, negligência e violência.

Uma nova moral foi criada pela Convenção dos Direitos da Criança na virada do século XX para o XXI, consistente no direito das crianças serem protegidas, de sobreviverem e de se desenvolverem, exigindo de todos nós³⁶ o dever de assumirmos

32 Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos da Criança: ...visto que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento...

33 Declaração Universal dos Direitos da Criança: Princípio 1º - A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família. Princípio 2º - A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição de leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

34 Também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica.

35 Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, art. 19.

36 Família, comunidade, sociedade e Estado.

uma responsabilidade coletiva pelo bem-estar de todas as crianças, em todas as circunstâncias e em todos os lugares³⁷.

O reconhecimento desse conjunto de direitos cria *um sistema segundo o qual não existe efetiva proteção sem que se garanta, não um direito específico, mas todos os direitos correlatos* e também *demonstra a proteção integral à criança* (SOUZA, 2001).

Logo, os direitos de todas as crianças devem ser universalmente reconhecidos, pois são direitos especiais e específicos, pela condição de pessoa em desenvolvimento. Define-se proteção integral *como aquela que abranja todas as necessidades de um ser humano para o pleno desenvolvimento de sua personalidade* (ELIAS, 1994).

Conforme se percebe dessa evolução histórica dos instrumentos internacionais de proteção à criança, passamos de normas esparsas inicialmente inseridas nos diversos pactos, que muitas vezes não tinham por finalidade maior tratar dos direitos da criança, para *um sistema compatível e aplicável às mais diversas culturas e sociedades prestigiando o estabelecimento de normas conceituais que, por fim acabaram por definir as bases do que se chamou doutrina da proteção integral da criança*³⁸ encampada, como visto, pela Convenção.

Assim, passou-se da proteção da criança em relação a determinadas situações para sua proteção de forma completa e integral. Proteger de forma integral é dar atenção diferenciada à criança e conseqüentemente romper com a isonomia puramente formal para estabelecer um sistema de normas que busque uma igualdade material.

Para um aprofundamento das observações quanto ao significado do termo proteção vale destacar que o vocábulo *proteção* implica um ser humano protegido e um ou mais seres humanos que o protegem. Essa palavra revela-nos, desde logo, a lógica da *proteção* que pressupõe um ser humano que tem necessidade de outro ser humano.

Na relação de *proteção* essa se desenvolve naturalmente entre os seres humanos, onde um deles deve ser mais forte, pois deverá ter a capacidade para proteger o mais fraco. *Trata-se de uma situação real baseada em uma condição existencial ineliminável*, segundo Paolo Vercellone³⁹ (CURY; AMARAL E SILVA; GARCIA MENDÉZ, 1992).

A literatura médica e pesquisas do campo biológico comprovam essa conclusão, pois o filhote humano é incapaz de crescer por si. Sua sobrevivência dependerá dos adultos de seu entorno para que o alimentem, o eduquem e cuidem de sua higiene, ou seja, que o criem. Tudo isso num tempo muito mais longo do que aquele de outras espécies não humanas.

37 Convenção sobre os Direitos da Criança, art. 29.

38 A Convenção não menciona em seus dispositivos o termo “proteção integral da criança”.

39 Juiz de Direito na Itália. Foi presidente da Associação Internacional de Juizes de Menores e de Família.

Defende o referido jurista italiano que *como corolário lógico, a proteção pressupõe uma desigualdade (um é mais forte que o outro) e uma redução real da liberdade do ser humano protegido: ele deve ater-se às instruções que o protetor lhe dá e é defendido contra terceiros (outros adultos e autoridade pública) pelo protetor* (CURY; AMARAL E SILVA; GARCIA MENDÉZ, 1992).

Entendido o significado de *proteção* necessário se faz nesse momento compreender os fundamentos da doutrina da proteção integral adotada pela Convenção. *A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento* (CURY; GARRIDO; MARÇURA, 2002).

Esta doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade do seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos (PEREIRA, 1992).

O objetivo da proteção integral de crianças é assegurar a essas seu pleno desenvolvimento, desde as exigências físicas e mentais até o aprimoramento moral, social e espiritual.

Colocar em prática a proteção integral de crianças significa, no plano internacional, o compromisso de acabar com a mortalidade infantil, a desnutrição, o abandono, o analfabetismo, a violência, o abuso e a exploração de crianças e adolescentes em qualquer canto desse planeta. É melhorar as condições de vida das crianças em todos os países, inclusive, mediante a cooperação internacional dos Estados Partes mais ricos àqueles mais pobres.

A doutrina da proteção integral propõe uma transformação do cenário mundial, ao pretender resgatar a dignidade e o respeito de milhões de crianças violadas cotidianamente em seus direitos fundamentais. Em síntese, ela quer que jamais esqueçamos de que crianças necessitam da infância e, portanto, elas têm direito à infância e o mundo adulto o dever de lhes garantir.

No horizonte dessa doutrina acha-se o amanhecer de uma ordem social, a qual possibilitará a construção de um novo mundo marcado pela justiça, solidariedade e pelo amor entre todos os povos.

9 A “desjudicialização” do atendimento social da criança e a lógica do poder

Com a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente⁴⁰ (ECA), em 1990, terminava a atuação do juiz “bom pai”, do juiz que dá conselhos e do juiz considerado, pejorativamente no mundo jurídico, como “de menor” importância (preconceito forense). O juiz deixava de ser um assistente social de toga, para ser um verdadeiro juiz de direito. De juiz de menores transformou-se em juiz da infância e da juventude, passando o conselho tutelar a ser o porto seguro para nossos jovens quanto ao atendimento de suas demandas sociais.

Virava-se a página da história. Crianças e adolescentes deixaram de ser objeto do direito e passaram a ser sujeitos de direitos. O magistrado recebeu novas competências, adequadas a sua formação jurídica e humanista.

Uma nova história passou a ser escrita. Agora o juiz da infância e da juventude julga ações que versem sobre violações aos direitos de nossas crianças e adolescentes, como as ações civis públicas, as garantias fundamentais, as ações civis referentes aos direitos humanos de crianças, as ações socioeducativas dos adolescentes autores de crimes ou contravenções penais, feitos de adoção, alimentos, guarda, tutela, destituição do poder familiar e tantos outros processos que resguardem a dignidade e o respeito desse segmento social.

Era o final de uma história fracassada da Justiça de Menores, pensada e criada no Código de 1979, que, em síntese, varria os problemas sociais, como os “menores” de rua, para dentro de depósitos (FEBEM), sob o falacioso discurso de que o recolhimento dos jovens em “educandários” seria a oportunidade que lhes fora negada para construir um projeto de vida, ou melhor, de poderem voltar a sonhar.

A partir da Constituição de 1988 ingressamos numa nova era. A era dos direitos⁴¹ e da cidadania, entendida esta como o direito a ter direitos⁴². Quebrou-se o paradigma anterior⁴³. Implantou-se a doutrina sócio-jurídica da proteção integral. Um novo olhar se impôs aos novos atores do sistema sobre as questões da infância e da juventude. Um reordenamento institucional tornou-se necessário.

O ECA, com duas décadas completas, representa o marco legal na tentativa de construir nas práticas sociais, a concepção de que os jovens são sujeitos de direitos.

Devemos lembrar que o ECA foi a primeira lei democrática aprovada após a ditadura militar e que se caracterizou por provocar profundo impacto “civilizatório”,

40 Lei nº 8.069/1990.

41 Norberto Bobbio.

42 Hannah Arendt, in *A condição humana*. São Paulo: Forense universitária, 2010.

43 Constituição Federal do Brasil, art. 227.

por conter uma enorme abrangência humanista e por ser a alavanca de dignificação da vida de crianças e adolescentes no Brasil. Ferramenta coletiva de resgate de uma longa dívida social para com os nossos meninos.

Por essa razão, uma linha divisória de atuação foi traçada pela atual legislação. Profissionalizaram-se os atendimentos e abandonaram o amadorismo, o assistencialismo, a caridade, o arbítrio e a politicagem. Para tanto, o controle da delinquência juvenil e o controle do atendimento social de nossos jovens passaram a ter atores diferentes e intervenções próprias.

Ao conselho tutelar⁴⁴, o papel insubstituível de atender as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, ou seja, aquelas que tiverem seus direitos humanos ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e, ainda, em razão de sua conduta⁴⁵.

À polícia, a atribuição de intervir somente quando a conduta da criança ou do adolescente configurar a prática de crime ou contravenção penal (ato infracional⁴⁶).

Por conseguinte, quebrou-se o modelo até então vigente. Romperam-se as amarras de uma ideologia fundada na assistência, na vigilância e na prevenção, que havia estruturado o Código de Menores de 1979 (situação irregular), para ingressarmos numa revolucionária doutrina de natureza “garantista” e “responsabilizante” (proteção integral).

Cunhou-se uma nova página no Direito da Criança. A cultura menorista, que autorizava a intervenção policial no sentido de retirar das ruas os meninos que ali sobreviviam e que seus atendimentos fossem feitos pelo juiz de menores fazem, agora, parte da história.

Construiu-se um novo paradigma. Optou-se em “desjudicializar” o atendimento social das crianças e adolescentes vulneráveis transferindo-o para uma nova estrutura – o conselho tutelar.

Findava-se o controle judicial da pobreza e de outras mazelas sociais envolvendo crianças e adolescentes. As figuras do juiz e do delegado perderam parcela de poder para novos atores, conselheiros tutelares e educadores de rua.

Assim, o ECA revolucionou ao estabelecer um modelo de pensar e de agir diferente do adotado pelo antigo Código de Menores de 1979. Por isto, podemos afirmar que a nova lei ainda está formando novos consensos culturais, tornando compreensivo encontrarmos ainda no cenário nacional atores do sistema judicial

44 ECA, art. 131.

45 ECA, art. 98.

46 ECA, art. 103.

atuando com conceitos e praxes construídos na cultura menorista (efeito paralisante do antigo paradigma⁴⁷).

Mesmo com uma nova lei progressista em vigor, segmentos da sociedade que exercem parcela de poder ainda não se desvincularam das representações conservadoras do antigo modelo de cunho repressivo-preventivo (punir para depois educar).

A inexistência de programas sociais que atendam a demanda de meninos de/na rua (rede social), somado à falta dos educadores sociais de rua (técnicos preparados para abordagem e estudo de caso) e de um conselho tutelar estruturado e composto por conselheiros treinados e capacitados à luz da doutrina sócio-jurídica da proteção integral, gera um vácuo de poder, tornando compreensível que juízes da infância e da juventude o ocupem, com as melhores intenções, baixando portarias denominadas “toque de recolher”.

10 “Toque de recolher” para menores é declarado ilegal pelo STJ⁴⁸

Em dezembro de 2011 o Superior Tribunal de Justiça apreciando o *habeas corpus* nº 207.720/SP, impetrado pela defensoria pública do Estado de São Paulo declarou a ilegalidade de portaria que implantava o “toque de recolher” no município de Cajuru, fato que reverberou na mídia nacional.

Afinal, o que significa esta medida, qual sua origem, seu conteúdo, sua justificativa? E qual a lógica que se esconde nela?

Começaremos pela origem do termo “toque de recolher” e seu significado. Em nossas pesquisas descobrimos que o termo deriva essencialmente de uma prática europeia ocorrida durante as guerras: ao soar uma sirene, após determinada hora, geralmente no início da noite, a população tinha que deixar as ruas para se recolher em abrigos ou em suas casas, a fim de se proteger dos bombardeios aéreos.

O “toque de recolher” também foi usado contra os judeus pelos nazistas na Alemanha entre 1933 e 1945. No mesmo período, os imigrantes japoneses e seus descendentes residentes na costa oeste dos Estados Unidos, especialmente, nas cidades dos estados da Califórnia, Oregon e Washington sofreram com os efeitos da mesma medida.

47 Thomas S. Khun, in A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2011.

48 Superior Tribunal de Justiça, também é chamado de Tribunal da Cidadania. Sua função primordial é zelar pela uniformidade de interpretações da legislação federal brasileira. É de responsabilidade do STJ julgar, em última instância, todas as matérias infra-constitucionais não-especializadas, que escapem à Justiça do Trabalho, Eleitoral e Militar, e não tratadas na Constituição Federal, como o julgamento de questões que se referem à aplicação de lei federal ou de divergência de interpretação jurisprudencial

Todavia outras fontes históricas indicam que o “toque de recolhe” tem sua origem nas Leis de Jim Crow, onde os cidadãos afro-americanos sofreram o mesmo tipo de restrição durante a vigência destas de 1876 a 1965. As leis mais importantes exigiam que as escolas e a maioria dos locais públicos tivessem instalações separadas para brancos e negros⁴⁹.

A história recente tem nos revelado que a medida ainda tem sido utilizada com caráter político, por governos legítimos ou não, nas mais variadas oportunidades. Quem não se recorda do toque de recolher” decretado por Israel contra civis palestinos nos territórios ocupados, ou mesmo em 2005, pelo governo francês para conter a insurreição nos subúrbios de Paris, e no ano seguinte, esta mesma medida foi baixada em Beirute, no Líbano.

De outra banda, a partir de 2008, no pequeno povoado de Caserío San Pedro, na Amazônia peruana, o dia passou a terminar cedo, por volta das 18 horas, obrigando os cerca de 350 moradores irem para suas casas e lá permanecerem até a manhã do dia seguinte. O “toque de recolher” foi baixado em virtude de um programa de combate à malária na região⁵⁰.

Já no campo da aviação civil, o termo é utilizado para o fechamento de aeroportos entre determinadas horas da noite, principalmente para respeitar a lei do silêncio em bairros residenciais vizinhos. Como exemplos, temos os aeroportos Internacional Kingsford Smith, em Sydney, na Austrália e o de LaGuardia, em New York, nos Estados Unidos.

E por falar novamente em Estados Unidos, a partir da década de 80, algumas de suas cidades proibiram menores de se reunirem em locais públicos durante o horário letivo. Dava-se mais um significado ao termo “toque de recolher”.

Cabe registrar que o termo equivalente em inglês, *curfew*, é usado pelos albergues, que não abrem 24 horas por dia, para indicar o horário-limite de ficar aberto. Após esse horário os hóspedes podem ser obrigados a dormir na rua até a reabertura na manhã seguinte⁵¹.

No Brasil o termo “toque de recolher” foi usado inicialmente para proibir menores de idade de frequentar casas noturnas e estabelecimentos que vendessem tabaco e bebidas alcoólicas, posteriormente foi utilizado na primeira década de 2000, por magistrados que limitaram o horário da permanência de crianças e adolescentes

49 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Leis_de_Jim_Crow.

50 Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,malaria-impoe-toque-de-recolher-no-eru,795043,0.htm>.

51 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Toque_de_recolher.

nas vias públicas de suas cidades, na crença que tal medida pudesse ser a solução da causa da violência sofrida e praticada por estes.

Foi a imprensa que apelidou as portarias judiciais de “toque de recolher”.

Como observado à medida possui diversos sentidos, mas todos representam um recolher obrigatório com pelo menos quatro elementos em comum, a saber: a existência de uma proibição; de um governo ou uma autoridade competente que baixa a medida; de um limite temporal e espacial da medida; e que a vedação recaia sobre a liberdade das pessoas ou de grupos.

Neste artigo adotamos o termo “toque de recolher” com o significado de limitação da circulação de crianças e adolescentes pelas vias públicas e em estabelecimentos até certo horário da noite e que a partir deste necessitam fazê-lo acompanhados de um maior responsável⁵².

Foi apreciando medida neste sentido que o Tribunal da Cidadania declarou sua ilegalidade. Através da portaria 01/2011 a vara da infância e da juventude da comarca de Cajuru, interior de São Paulo, determinou o recolhimento de crianças e adolescentes das ruas da cidade, que estivessem desacompanhados dos pais ou responsáveis nas seguintes hipóteses: “após as 23h; próximos a prostíbulos e pontos de venda de drogas; na companhia de adultos que estejam consumindo bebidas alcoólicas; mesmo que em companhia dos pais, quando estejam consumindo álcool ou na companhia de adultos que consumam entorpecentes”.

Cumprindo seu papel institucional, a defensoria pública da infância e da juventude de São Paulo impetrou *habeas corpus* em favor das crianças e adolescentes domiciliados ou que se achassem em caráter transitório dentro dos limites da comarca.

Os argumentos utilizados foram, em síntese, de que a portaria baixada pela justiça constituía-se em verdadeiro “toque de recolher”, ou seja, numa medida ilegal e de interferência arbitrária, já que não seria legal ou constitucional a imposição de restrição à livre circulação fixada por meio de portaria.

Na Câmara Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) o *habeas corpus* foi conhecido e negado. Inconformada com a decisão da Corte de Justiça paulista, a defensoria pública impetrou novo *habeas corpus* atacando no STJ a decisão denegatória da ordem do TJSP. A ação foi distribuída a Segunda Turma da Corte Superior.

Inicialmente o ministro relator Herman Benjamin entendeu que não seria o caso de concessão de liminar. Ao levar o caso à sessão de julgamento em 07.12.2011, o *habeas corpus* foi concedido por decisão unânime. A Segunda Turma do STJ declarou ilegal a portaria judicial que determinava o recolhimento de crianças e adolescentes

52 Fonte: <http://jus.com.br/revista/texto/18620/o-toque-de-recolher-e-o-direito-infanto-juvenil>, conceito de Aniêgela Sampaio Clarindo.

encontrados nas ruas, desacompanhados de pais ou responsáveis, após 23h e naquelas situações consideradas de risco.

O relator Herman Benjamin compreendeu que o ato contestado – a portaria da juíza de Cajuru ultrapassou os limites dos poderes normativos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente⁵³. Para o ministro o poder normativo da autoridade judiciária é delimitado pelo ECA, em comparação com a competência do Poder Legislativo sobre a matéria.

A decisão do STJ de forma acertada reconheceu que a medida de recolhimento obrigatório não pode ser arbitrariamente instituída com base simplesmente num suposto interesse público. As portarias que autorizam o “toque de recolher” tentam na verdade suprir a ineficiência estatal no combate à violência que praticam e sofrem os jovens. Elas remontam as fases da indiferença penal e da situação irregular.

Com efeito, foi com o Código Mello Mattos de 1927 que se criou no Brasil a ideia de “ação social do juízo de menores”. A praxe desse atendimento reforçou no imaginário coletivo que as atribuições dos juízes com atuação nessa área fossem de amparar, assistir, educar, instruir, cuidar do corpo e do espírito dos “menores”.

O Código de Menores seguinte, de 1979, incorporou a mentalidade da assistência, vigilância e prevenção, inaugurando as bases da doutrina da situação irregular, onde o juiz de menores poderia resolver através de portarias as mazelas sociais da infância e juventude.

Outra conclusão que podemos conferir à decisão do Tribunal da Cidadania é de que a medida “toque de recolher” representa a resposta desesperada e ineficaz da ausência de políticas públicas ou da precariedade dos programas de atendimentos existentes na área infanto-juvenil, como também a insuficiência dos aparatos de segurança pública e o sentimento de descompromisso em relação à proteção dos direitos infanto-juvenis que ainda permeia grande parte de nossa sociedade.

Esta decisão deve ser encarada como um novo marco e um novo olhar sobre o tratamento a ser dado aos meninos de rua. Quebram-se as lógicas das intervenções policial/repressiva e assistência/protetiva, iniciada no século XIX e desenvolvida até 1990, respectivamente, escondidas nas portarias judiciais “toque de recolher” para passarmos a um atendimento “garantista” dos direitos fundamentais daqueles jovens que vivem nas ruas de nossas cidades.

53 ECA, art. 149.

II Considerações finais

As portarias “toque de recolher” trazem uma taxação generalizada de periculosidade sobre os meninos de/na rua, a fim de legitimar ações estatais repressivas de caráter limitadoras dos direitos fundamentais, com a fixação de horário para crianças e adolescentes estarem nas ruas das cidades.

Essas ferramentas judiciais, na prática, lançaram na vala comum todos os jovens que após as 23h estejam em logradouros públicos desacompanhados de seus pais ou de responsável, antes que seus comportamentos violassem norma penal incriminadora (ato infracional). Elas atingem diretamente seus pensamentos.

A periculosidade lançada sobre todos os meninos de/na rua nada mais é que uma prognose. Relaciona-se a provável prática de um fato delituoso quando estiverem nas ruas, especialmente depois das 23h. Lógica esta que remonta ao século XIX e desenvolvida no século XX, até 1990, quando a doutrina da proteção integral quebrou tal modelo, mediante a vigência do ECA.

Aceitar tal medida é esconder, atrás do discurso da prevenção de ação futura, da vigilância e da assistência às crianças e adolescentes de/na rua, uma ideologia patrimonialista e, sobretudo, preconceituosa, para punir o jovem pelo que ele é e não pelo que ele fez.

A ordem judicial contida nas portarias “toque de recolher” estende o campo da incidência da responsabilidade penal fixada na Constituição Federal, na relação do sujeito com o fato punível para alcançar uma situação íntima do jovem – o seu modo de ser. Entra em pauta a própria relação entre o “ser” e o “dever-ser”, base estruturante do Direito.

Está claro que os órgãos repressivos do Estado foram chamados a intervir não como consequência da prática de um ato infracional, mas pelo modo da criança e do adolescente ser “assim” ou “assado”. Nesse caso os critérios de legalidade estrita deixaram de ser operacionais.

Portanto chegou a hora das defensorias públicas e das promotorias de justiça espalhadas por este imenso país, principalmente, onde ainda estejam vigorando as portarias “toque de recolher”, assumirem o compromisso de impetrar em nome das crianças e adolescentes os competentes *habeas corpus*, para que os Tribunais de Justiça possam restabelecer e garantir o sagrado direito de liberdade do ser humano, coluna fundamental do Estado Democrático de Direito.

12 Referências Bibliográficas

- ALVIM, R. Infância das classes populares: A constituição da infância como problema social no Brasil. In ABREU, A. R. de P., FONTE, E. G. da (org.) O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: JC Ed, 1994.
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- CARVALHO, Francisco Pereira de Bulhões. Reforma do código de menores. Rio de Janeiro: Borsoi, 1970.
- CAVALLIERI, Alyrio. Direito do menor. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De menor a cidadão: notas para uma história do novo Direito da Infância e da Juventude no Brasil. Brasília: CBIA – Ministério da Ação Social, 1991.
- CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte. Meninos institucionalizados: a construção de um caminho. São Paulo: Arte & Ciência, 2000. (Coleção Universidade Aberta).
- CURY, Munir. AMARAL E SILVA, Antônio Fernando do. GARCIA MENDÉZ, Emílio. Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais. 1ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1992.
- CURY, Munir. GARRIDO, Paulo Afonso. Marçura, Jurandir Noberto. Estatuto da criança e do adolescente anotado. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, v.7: responsabilidade civil. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ELIAS, Roberto João. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Saraiva, 1994.
- FERRAJOLI, Luigi. Democracia y garantismo. Madri: Editorial Trotta, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 29ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GARCIA MENDÉZ, Emílio. Adolescentes e responsabilidade penal: Um debate Latino-Americano. Porto Alegre: AJURIS, ESMP-RS, FESDEP-RS, 2000.
- GARCIA MENDÉZ, Emílio; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Das necessidade aos direitos. São Paulo: Malheiros, 1994. (Série direitos da criança; 4).
- GARCIA MENDEZ, Emílio. Infancia: de los derechos y de la justicia. 2ª ed. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.
- GARCIA MENDÉZ, Emílio; BELOFF, Mary (Org.). Infância, lei e democracia na américa latina: análise crítica do panorama legislativo no marco da Convenção Internacional sobre os direitos da criança 1990-1998. Blumenau: Edifurb, 2001. V. 1.
- GARCIA MENDÉZ, Emílio; CARRANZA, Elias (Org.). Del revies al derecho: la condicion jurídica de la infância em America Latina: bases para uma reforma legislativa. Buenos Aires: Galerna, 1992.
- GARCIA MENDÉZ, Emílio. Liberdade, respeito, dignidade. Brasília: UNICEF, 1991.
- HOPPE, Marcel Esquivel. A questão da violência, in Indiferença – derrube este muro. Anais do seminário de criança e do adolescente, Porto Alegre: Associação dos Procuradores do Município de Porto Alegre, 1996.

ISHIDA, Walter Kenji. A infração administrativa no estatuto da criança e do adolescente. São Paulo: Atlas, 2009.

MONCORVO FILHO, C. A. Histórico da protecção à creança no Brasil – 1500-1922. Rio de Janeiro: Departamento da Creança no Brasil, 1926.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A ressacada da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

NETTO, L. R. Por debaixo dos panos: a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930), Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 17, p. 129-41, set. 1988/fev. 1989.

PEREIRA, Tânia da Silva. Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. Natureza e implantação do novo direito da criança e do adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Estatuto da criança e do adolescente: Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos, Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

RASI, Mauricio Sponton. Criança e adolescência risco e protecção: estatuto da criança e do adolescente: doutrina e legislação. Leme: BH Editora e Distribuidora, 2008.

RIZZINI, Irene (Coord.). Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio, 2003.

_____. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”) - Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Fonte: http://www.lacan-brasil.com/lectura.php?auxiliar=tribuna/Psicanalise_e_direito/Irene.html.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem do século XX – da repressão à reeducação, Revista Fórum Educacional n° 2/90.

SARAIVA, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à protecção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SILVA, C. G. P. P. Código Mello Mattos: Um olhar sobre a assistência e a protecção aos menores. Em Debate (PUCRJ. Online), v. 8, p. 1, 2009.

SOUZA, Sérgio de. Os direitos da criança e os direitos humanos. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2001.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Direito e a justiça do menor. In Revista dos Tribunais. São Paulo: ano 78, vol. 650, T.12/20, dez./89.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Os direitos da criança e do adolescente. São Paulo: LTr, 1999.

DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES NA JURISPRUDÊNCIA CONSULTIVA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS¹

Introdução

Os direitos humanos têm sido objeto de diversas discussões na seara internacional, especialmente após a II Guerra Mundial. A Organização das Nações Unidas (ONU) teve papel fundamental no reconhecimento desses direitos. As organizações regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), por sua vez, evidenciam a relevância do tema.

Os direitos humanos dos migrantes, nesse contexto, têm adquirido espaço na agenda política internacional. Embora a migração não seja um fenômeno recente, as pessoas estão cada vez se locomovendo com maior intensidade, em razão da facilidade gerada pelos meios de transportes e de comunicação. Consequência lógica desse interesse, acordos internacionais¹ sobre o tema foram celebrados e organismos internacionais² foram criados visando sua proteção. No entanto, ainda são frequentes as violações aos direitos dessa população. Assim, os Tribunais Regionais de Direitos Humanos são primordiais na proteção desses direitos em face do poder estatal.

No contexto Americano, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CoIDH) já se pronunciou em várias oportunidades em Opiniões Consultivas, medidas provisórias e casos contenciosos. Uma de suas competências é, justamente, inter-

1 Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias; Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados.

2 Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (IOM).

1 Artigo apresentado à disciplina Transnacionalização e deslocamentos populacionais, ministrada pela Professora France Rodrigues, no Mestrado em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da UFRR. Especialista em Direito Civil e Processual Civil, pelo Centro Universitário UNISEB (Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior COC). Bacharel em Direito pela UFRR

pretar, sempre que consultada, as disposições da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH). Dessa forma, diante da obrigatoriedade dos países signatários seguirem as disposições da CADH, é de suma importância o estudo de seus posicionamentos anteriores, especialmente as Opiniões Consultivas.

Este trabalho se delimitará a analisar as Opiniões Consultivas 16 e 18, que tratam sobre direitos humanos de migrantes. Para tanto, é importante compreender que a definição de migração não é unânime na literatura. A definição da Organização das Nações Unidas (ONU), como explicam Renner e Patarra (1991, p. 237), é um referencial necessário nas pesquisas sobre o tema. As autoras explicam o posicionamento da seguinte forma:

A definição da ONU constitui um ponto de referência necessário ao estudo das migrações. Observando que o “o conceito (...) é aplicável somente no caso de populações relativamente estabelecidas no espaço”, migração é definida “como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Tal definição exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento de pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente.

Ainda segundo as autoras (1991, p. 237), migração acarreta “mudanças de residência que envolvem completa alteração e reajustamento dos vínculos associativos do indivíduo”. Em outras palavras, migração não é um conceito apenas territorial. Para configurar migração é necessário que o movimento acarrete uma alteração no local de residência, de trabalho, amizade, etc, ou seja, uma alteração nas relações sociais dos migrantes. Assim, a migração internacional seria entendida como aquela que acarreta mudança de residência, trabalho, vizinhança, etc, conseqüência da mobilidade entre o território de dois ou mais Estados.

Tal definição, no entanto, não abrange várias situações tão comuns na atualidade como os deslocamentos pendulares e a circularidade. Ocorre, contudo, que acerca desses conceitos, tampouco, há consenso. Alguns autores costumam definir movimentos circulares e pendulares como aqueles em que não há alteração de residência. Mas, por vezes, há, inclusive, uma sobreposição dos conceitos. Isso acarreta uma dificuldade em identificar a que categoria pertence determinado movimento.

Os autores que diferenciam a migração circular da pendular usam o tempo de permanência no local de destino como elemento caracterizador desses movimentos. Bilsborrow³ (1998 *apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011), por exemplo, entende que

3 BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: SYMPOSIUM ON INTERNAL MIGRATION AND URBANIZATION IN DEVELOPING COUNTRIES, 1., 1996, New York. Migration, urbanization and development: new directions and issues. New York: United Nations Population Fund - UNFPA; Norwell: Kluwer Academic Publishers, 1998.

circularidade é o movimento no qual, sem haver alteração de residência, a pessoa, em um tempo de 30 dias, permanece ausente de casa em função do trabalho ou de outras atividades. Enquanto considera a pendularidade como o movimento diário para trabalho e estudo. Seguindo essa linha de pensamento, Moura, Castelo Branco e Firkowski (2005) afirmam que, embora, tanto no movimento migratório quanto no deslocamento pendular haja fluxo de pessoas, neste há “um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência para ou fixação definitiva em outro lugar”.

Há, ainda, autores que definem pendularidade e circularidade a partir de tempos de permanência maiores. Chapman & Prothero⁴ (1985 *apud* MARQUES, 2009, p. 78), por exemplo, classificam os movimentos sem mudança de residência em pendularidade, oscilação e circularidade. Para os autores, a pendularidade se caracteriza quando a pessoa permanece ausente por, no mínimo, 5 horas e, no máximo, por 5 meses, de seu domicílio. Na “oscilação”, por sua vez, a ausência do domicílio ocorreria entre um dia e três meses. Já na “circularidade”, o tempo de ausência variaria de uma semana a 14 anos.

Apesar de não haver consenso acerca da definição de migração, é fundamental compreender que a migração internacional, além de um fenômeno social é também um fenômeno político, pois “advém da organização do mundo num conjunto de Estados soberanos mutuamente exclusivos, comumente chamado de sistema wespthaliano” (ZOLBERG, 1999, p. 81 *apud* REIS, 2004).

Para melhor compreender o tema, inicialmente far-se-á uma breve explanação da CADH e da CoIDH. Posteriormente, serão discutidas as teorias acerca da migração. Por fim, serão apresentadas as considerações da CIDH nas opiniões consultivas.

1 Convenção e corte interamericana de Direitos Humanos

A CADH, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, é um tratado internacional pactuado entre os Estados-Membros da OEA. Atualmente, todos os trinta e cinco países independentes da América fazem parte da OEA⁵ e vinte e cinco ratificaram a Convenção⁶.

A CADH dispõe que toda pessoa tem direitos essenciais que não derivam da

4 CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. Themes on circulation in the third world. In: PROTHERO, R.M.; CHAPMAN, M. Circulation in third world countries. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 1-26.

5 http://www.oas.org/dil/esp/tratados_A-41_Carta_de_la_Organizacion_de_los_Estados_Americanos_firmas.htm

6 http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm

condição de ser nacional de algum Estado, mas sim fundamentados nos atributos da pessoa humana. Essa Convenção também inaugura o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, formado pela CoIDH e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ambas “são competentes para conhecer de assuntos relacionados com o cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados-partes” na CADH (art. 33, da CADH).

Enquanto na CIDH “qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação da CADH por um Estado-parte” (artigo 44), na CoIDH apenas Estados-partes e a CIDH podem submeter um caso. Assim, um indivíduo ou grupo ou entidades não-governamentais não podem levar um caso à CoIDH, devendo submetê-lo apenas à CIDH.

A CoIDH é um órgão judicial autônomo, cuja função é interpretar e aplicar da CADH. Esta Convenção estabeleceu para a CoIDH duas competências: contenciosa e consultiva. Para haver a incidência da competência contenciosa os Estados deveriam reconhecer expressamente sua jurisdição, o que foi feito por 21 (vinte e um) países, incluindo o Brasil (CoIDH, 2011). De qualquer forma, indubitavelmente, a jurisprudência da CoIDH influencia nas políticas dos Estados-membros da OEA.

1.1 O DIREITO DE MIGRAÇÃO NA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

A CADH trata sobre o Direito de Migração em seu artigo 22, quando dispõe sobre o direito de circulação e de residência. Dentre as normas presentes neste artigo destacam-se:

2. Toda pessoa terá o direito de sair livremente de qualquer país, inclusive de seu próprio país.

[...]

5. Ninguém pode ser expulso do território do Estado do qual for nacional e nem ser privado do direito de nele entrar.

6. O estrangeiro que se encontre legalmente no território de um Estado-parte na presente Convenção só poderá dele ser expulso em decorrência de decisão adotada em conformidade com a lei.

[...]

9. É proibida a expulsão coletiva de estrangeiros.

Verificam-se nesses artigos duas facetas do mesmo direito. Primeiramente, há a garantia de entrar e sair do país de origem livremente. Resultado lógico da primeira, há a segunda faceta: a proteção ao direito de migrar internacionalmente.

Por outro lado, aos Estados é reconhecido o direito e o dever de controlar a entrada de estrangeiros em seu território. Nesse sentido, se manifestou a CIDH na Resolução 3/08, que dispõe sobre “Direitos Humanos dos Migrantes, Normas Internacionais e Diretiva Europeia sobre Retorno”. Nessa resolução, a CIDH fez a seguinte afirmativa:

O direito internacional dispõe que os países têm tanto o direito como a obrigação de criar mecanismos para controlar a entrada de estrangeiros em seu território bem como sua saída desse mesmo território. Dispõe também que as ações nesse sentido devem ser realizadas com o devido respeito aos direitos das pessoas afetadas e que a observância de princípios fundamentais como a não discriminação e o direito a integridade pessoal não pode subordinar-se à implementação dos objetivos das políticas públicas.

Tal documento ressalta ainda a responsabilidade dos Estados de origem, trânsito e destino e, conseqüentemente, a necessidade de soluções construtivas multidimensionais e multilaterais aos problemas resultantes da migração.

Para melhor compreender a importância do tema no contexto jurídico internacional, faz-se necessário uma breve explanação acerca das teorias sobre migração.

2 Migração

A migração é eminentemente social, por isso não é possível determinar a sua origem, vez que sempre presente na história da humanidade. Contudo, alguns eventos intensificaram os movimentos migratórios, como, por exemplo, das conquistas dos reinos europeus (PELLEGRINO, 2002).

Apesar disso, apenas a partir do século XX, devido à grande migração para os Estados Unidos, os sociólogos americanos passaram a estudá-la como um problema sociológico. A perspectiva, até então, era de que o grande número de população e à ausência de condições econômicas faziam as pessoas migrarem, isto é, seria uma consequência do capitalismo. De modo que a migração era um objeto de estudo secundário (SASAKI; ASSIS, 2000).

Atualmente, as estimativas demonstram que, desde 1960, no que se refere à migração internacional, o padrão é a mobilidade de pessoas das regiões menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas. Estas recebiam, de 2000 a 2010, 3,4 milhões de migrantes anualmente. Não obstante, há também fluxos migratórios

entre os países em desenvolvimento que não devem ser desprezados (UNITED NATIONS, 2011)⁷.

Em sentido contrário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento afirma que a maioria dos migrantes internacionais se desloca de um país em desenvolvimento para outro na mesma condição. Se for considerado que a maioria dos migrantes se deslocam dentro de seu próprio país, a migração internacional de um país em desenvolvimento para um desenvolvido é apenas uma pequena parte dos deslocamentos humanos. De qualquer forma, comumente, as pessoas se deslocam “para lugares com melhores condições. Mais de três quartos dos migrantes internacionais vão para um país com um nível mais elevado de desenvolvimento humano do que o do seu país de origem” (PNUD, 2009, p. 1-2).

Tais estimativas corroboram para ver a migração como um problema social. Os dados sugerem que fatores econômicos e sociais, incluindo a busca de emprego, salários maiores e melhoria das condições de vida, influenciam na decisão de migrar e na escolha do destino. Nesse sentido, desenvolvem-se as duas principais correntes acerca do fenômeno migratório: a corrente neoclássica e a estruturalista.

Para os neoclássicos, conforme Figueiredo (2005), o fator econômico é determinante, especialmente no que se refere ao trabalho. Segundo Lee (1980), adepto dessa corrente, a decisão de migrar ou não é racional e avalia o desenvolvimento econômico. Essa decisão considera fatores positivos, negativos e nulos tanto no local de origem como no local de destino, assim como os obstáculos e fatores pessoais.

7 “Estimates of net migration between the major development groups show that since 1960 the more developed regions have been net gainers of emigrants from the less developed regions (table IV.1). Furthermore, net migration to the more developed regions has been increasing steadily from 1960 to 2010. During 2000-2010, the more developed regions were gaining annually 3.4 million migrants. About 39% of that net flow was directed to Northern America (1.33 million annually). During 2000-2010, the level of net migration to the more developed regions as a whole changes moderately, reaching a peak of 3.4 million migrants annually. Over the rest of the projection period, net migration to the more developed regions is projected to decline smoothly to about 1.9 million per year during 2040-2050, of which 1.1 million are directed to Northern America.

[...]

At the country level, during 2000-2010, 32 of the 45 developed countries have been net receivers of international migrants. This group includes traditional countries of immigration such as Australia, Canada, New Zealand and the United States, most of the populous countries in Northern, Southern and Western Europe as well as the Russian Federation and Japan. The movement of people from less developed regions to more developed regions has dominated the world migration patterns for almost half a century, but flows among developing countries have also been important. Several developing countries or areas have been attracting migrants in large numbers, including, Israel, Kuwait, Malaysia, Qatar, Saudi Arabia, Singapore, South Africa, Thailand and the United Arab Emirates. Jordan and the Syrian Arab Republic have been the primary receivers of refugees from Iraq. Many African countries have been the destination of refugee flows from neighbouring countries”(UNITED NATIONS, p. 25, 2011).

Após essa análise, que o autor denomina “fatores do ato migratório”, é que o sujeito decide sobre a migração ou não e seu local de destino. Isto é, há uma análise racional do custo-benefício.

Para os estruturalistas, por sua vez, a decisão de migrar é social e não meramente individual. Nesse sentido, a migração seria parte de “um processo de transformação estrutural e de desenvolvimento da sociedade, incluindo as relações sociais de produção, todas elas reguladas por várias políticas institucionais” (SHRESTHA⁸, 1987 *apud* FIGUEIREDO, 2005). Isto é, o indivíduo não decidiria simplesmente migrar, mas seria induzido a isso por fatores condicionantes.

Singer (1980, p. 223-226), adepto do estruturalismo-histórico⁹, afirma que há fatores de expulsão e de atração:

Os fatores de expulsão que levam às migrações são de duas ordens: fatores de mudança, que decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego [...]; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terras aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários [...]

[...] Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida estas não apenas como a gerada pelas empresas industriais mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos.

Para o autor, os lugares de onde se originam os fluxos são determinados pelos fatores de expulsão, definidos principalmente pelas desigualdades regionais. Enquanto nos lugares de destino estão os fatores de atração, principalmente a oferta de trabalho. Assim, para Singer, a vontade do indivíduo pouco ou nada influencia na decisão de mudar. A motivação para migrar é de natureza social.

Constata-se, que ambas as teorias consideram os fatores econômicos e sociais relevantes para se compreender a migração. Contudo, enquanto a corrente neoclássica considera a migração uma decisão racional do indivíduo, para a teoria estruturalista, a migração é social, ou seja, o indivíduo é induzido a migrar.

8 Shrestha, N. (1987), Institutional Policies and Migration Behavior: A Selective Review, in: R. Cohen (ed.), Theories of Migration; Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

9 Os teóricos dessa corrente, ao falarem da migração, em geral, se referiam ao movimento rural-urbano, principalmente a migração do campo pra a cidade, não se preocupando com a migração internacional.

É importante destacar o posicionamento de Herrera Carassou¹⁰ (2006, p. 131), para quem “a decisão de migrar é uma resolução pessoal”. O autor explica que tal decisão é influenciada por vários “fatores, circunstâncias e condições” que definirão seu grau de autonomia. O indivíduo faz uma análise custo-benefício, na qual nem sempre a variável econômica é a única levada em consideração¹¹.

Nesse sentido, Olea (2004) afirma que muitas vezes a violação de direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais no país de origem é o motivo principal na decisão de migrar. Ocorre que o migrante frequentemente sofre violações de direitos humanos em trânsito e no país de destino. A autora continua afirmando que o migrante é colocado em uma situação de vulnerabilidade em razão de não ser nacional.

Verifica-se, pois, que independentemente da teoria adotada, os migrantes, em sua maioria, constituem uma população que busca melhores condições de vida e emprego. Isso não acarreta necessariamente um efeito desvantajoso dos deslocamentos humanos. Os dados do PNUD (2009) afirmam que a migração pode ser positiva e tende a estimular a produtividade econômica. Apesar disso, os migrantes, frequentemente, são vistos como prejudiciais.

Diante do exposto, a migração, especialmente a internacional e a não documentada, acarreta problemas sociais e jurídicos, muitas vezes incentivados por concepções equivocadas acerca desses deslocamentos e dos direitos assegurados aos migrantes. Por isso, a relevância dos direitos humanos dos migrantes tem adquirido cada vez mais importância nos Tribunais internacionais. Em especial, na CoIDH, o tema já foi objeto de dois pareceres consultivos, a seguir analisados.

3. A jurisprudência consultiva da corte interamericana de Direitos Humanos

Há na Jurisprudência da CoIDH, opiniões consultivas, medidas provisórias e casos contenciosos acerca do direito do migrante. Tais documentos são marcos de referência no estudo e aplicação desses direitos.

No que se referem às opiniões consultivas, ambas são de importância ímpar no direito internacional, particularmente no âmbito da OEA. Tanto a opinião Consultiva 16 como a 18 foram apresentadas pelo México, um país que tanto recebe migrantes, como é país de trânsito e perde população para os Estados Unidos da

¹⁰ O autor (2006, p. 131) explica que “o enfoque macroteórico privilegia as causas estruturais como o fator fundamental na decisão de migrar enquanto as motivações e valorações individuais para decidir o deslocamento é um elemento essencial da análise microconceitual” (tradução livre).

¹¹ Tradução livre.

América. Assim, não surpreende que tais pedidos de Opinião Consultiva tenham sido apresentados por este país.

3.1 Opinião Consultiva 16: o direito à informação sobre assistência consular como garantia ao devido processo legal

Em 1997, o México formulou doze perguntas acerca do direito do migrante à assistência consular no processo judicial, especialmente em condenações a pena de morte. Em síntese, o México alegou que alguns nacionais seus não haviam sido oportunamente informados sobre o direito de comunicar-se com as autoridades consulares e haviam sido sentenciados à pena de morte nos Estados Unidos da América (EUA) (COIDH, 1999).

Em sua petição, o México afirmou ainda que ambos os países são membros da OAE e signatários da Convenção de Viena sobre Relações Consulares. Também destacou que os EUA, embora não tenha ratificado a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, ratificou o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos da Organização das Nações Unidas (ONU) (COIDH, 1999).

A CoIDH (1999) entendeu, nessa opinião consultiva, que, embora na Convenção de Viena o direito de notificação e comunicação seja estatal, e não individual, tal outorga pode gerar direito fundamental. Entendeu que a palavra “particular” presente no preâmbulo se refere aos funcionários consulares e visa deixar claro o caráter funcional de suas prerrogativas e imunidades. Assim, embora a Convenção de Viena não pretenda gerar direito a indivíduos, sua norma configura um direito humano.

Ademais, a CoIDH (1999) ressaltou que o direito de comunicação com as autoridades consulares é norma do direito penal internacional. Além disso, esse direito a comunicação é também garantia aos funcionários consulares, vez que somente assim podem exercer adequadamente suas funções, conforme dispõe a Convenção de Viena.

Para a CoIDH (1999) não há exigência de prévia solicitação do Estado de origem, basta apenas que o migrante tenha a vontade de se comunicar com as autoridades consulares de seu país. Portanto, o Estado receptor deve informar ao preso estrangeiro, os direitos a que faz jus em face da condição de não nacional. Tal informação deve ser eficaz para garantir uma defesa adequada, de modo que deve ser feita antes de obtida declaração ou confissão. Destacou-se ainda que esse dever de informação independente da gravidade da conduta ou se poderá acarretar a aplicação da pena de morte.

A CoIDH (1999) entendeu que a comunicação consular é direito individual e deve ser reconhecido como garantia mínima para permitir ao preso estrangeiro uma defesa adequada e um julgamento justo. A não observância pelo Estado receptor do direito à comunicação consular acarreta violação ao devido processo legal. Assim, a CoIDH concluiu que a aplicação da pena de morte, em caso de não observância desse direito, é medida que viola o direito humano de não ser privado da vida arbitrariamente.

3.2 Opinião Consultiva 18: condição jurídica e direitos dos migrantes não documentados

Em 2002, o México apresentou nova consulta à CoIDH sobre os direitos dos trabalhadores migrantes não documentados. Nesta opinião consultiva, a Corte (2003, p. 108) destacou “a obrigação estatal geral de respeitar e garantir os direitos humanos”¹². Tais direitos são atributos da pessoa humana e são superiores ao poder do Estado, estando garantidos em diversos instrumentos internacionais. Assim, é dever do Estado criar mecanismos no direito interno que permitam a efetividade das normas internacionais, em particular àquelas ratificadas.

A CoIDH (2003) entendeu que os princípios da proteção igualitária e da não discriminação são fundamentais para proteger os direitos fundamentais. Deste modo, o Estado deve assegurar a aplicação desses princípios em seu ordenamento jurídico, abstando-se de ter normas discriminatórias, opondo-se a práticas discriminatórias e, inclusive, adotando medidas positivas. Tais princípios também protegem as pessoas migrantes, independentemente se sua situação regular ou não no país.

Assim, os direitos humanos, inclusive os de caráter trabalhista, devem ser assegurados e protegidos independentemente da condição de migrante regular ou não. Não significa dizer que o Estado esteja obrigado a garantir trabalho para o migrante irregular. Contudo, em havendo trabalho, ainda que irregular, o trabalhador migrante torna-se titular de tais direitos e o Estado tem o dever de garanti-los. Estes direitos são decorrentes da relação de trabalho e, portanto, subsistem mesmo em favor do migrante não documentado (COIDH, 2003).

É preciso esclarecer que a CoIDH (2003, p. 121) admite distinções entre migrantes documentados e não documentados e entre migrantes e nacionais, desde que o tratamento diferenciado seja “razoável, objetivo, proporcional e não lesione os

12 Tradução livre.

direitos humanos”¹³. Da mesma forma, admitem-se políticas de controle de entrada e permanência de estrangeiros, desde que tais medidas não violem direitos humanos.

Considerações Finais

Os pronunciamentos emitidos pela CoIDH devem servir de parâmetro para os Estados e, por isso, é necessária a compreensão de seu posicionamento. Neste trabalho as descrições dos entendimentos das Opiniões Consultivas confirmam o interesse em proteger os direitos dessas populações. Contudo, também, demonstram a situação de vulnerabilidade em que se encontram os migrantes, especialmente aqueles em situação irregular.

A Opinião Consultiva 18/1999 reconheceu como direito humano individual, o direito do réu estrangeiro, em especial do preso, à assistência consular, bastando para tanto a manifestação de seu interesse. Fator de importância primordial foi a afirmação de que é dever do Estado receptor informar ao acusado sobre esse direito e quaisquer outros derivados de sua condição de não nacional, juntamente com aqueles a que faz *jus* qualquer cidadão.

Ainda nessa Opinião Consultiva, a CoIDH emitiu o entendimento de que o não cumprimento do dever de informação ou a não notificação das autoridades consulares, caso assim tenha solicitado o acusado, acarreta infração ao devido processo legal e, diante disso, a pena, em especial, a de morte, é arbitrária.

Na Opinião Consultiva 18/2003, a CoIDH entendeu que o Estado receptor deve assegurar ao migrante, regularizado ou não, os direitos trabalhistas. Esclareceu-se que isso não acarreta a obrigação do Estado em fornecer trabalho ao migrante não documentado, mas que se este trabalha passa a ser titular de todos os direitos que a relação laboral induz.

As Opiniões Consultivas evidenciam o direito-dever do Estado em controlar a entrada de estrangeiros em seus territórios, sem, no entanto, desrespeitar os direitos humanos, particularmente aqueles reconhecidos por normas internas e em acordos internacionais. Trata-se de relativizar as prerrogativas dos Estados frente aos direitos humanos individuais, independentemente da nacionalidade.

Em outro sentido, a CoIDH, em particular pela Opinião Consultiva 18/2003, também reiterou o dever do Estado de proteger os direitos humanos dos migrantes frente aos particulares, especialmente ao reconhecer os direitos provenientes da relação de trabalho.

13 Tradução livre.

Resta evidente que os Estados são responsáveis por reconhecer os direitos humanos em seu ordenamento jurídico e aplicá-los, independentemente de sua origem estar em normas internas ou em acordos internacionais. No caso, tais direitos são aplicáveis independentemente de nacionalidade e distinções só devem ser feitas se razoáveis, proporcionais e assegurarem os direitos humanos. Em última análise, trata-se fazer valer o preâmbulo da CADH:

“ [...] os direitos essenciais da pessoa humana não derivam do fato de ser ela nacional de determinado Estado, mas sim do fato de ter como fundamento os atributos da pessoa humana, razão por que justificam uma proteção internacional, de natureza convencional, coadjuvante ou complementar da que oferece o direito interno dos Estados americanos”.

Por fim, verifica-se que a análise das Opiniões Consultivas, juntamente com os demais pronunciamentos (casos contenciosos e medidas provisórias), como também a jurisprudência de outros Tribunais Internacionais de Direitos Humanos devem servir de parâmetro para as políticas migratórias.

Referências Bibliográficas

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **B32**: Convenção Americana sobre Direitos Humanos. “PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA”. Assinada em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos. Disponível em: < http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif.htm>. Acesso em: 09 set. 2012.

_____. *Resolução 3/08*: Direitos Humanos dos Migrantes, Normas Internacionais e Diretiva Europeia sobre Retorno. 25 de julho de 2008. Disponível em:< <http://www.cidh.oas.org/Resoluciones/Resoluci%C3%B3n%2003-08%20PORT.pdf>>. Acesso em 17 set. 2012.

CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (COIDH). Opinión Consultiva OC-16/99, de 1 de octubre de 1999, solicitada por los Estados Unidos Mexicanos. El derecho a la información sobre la asistencia consular en el marco de las garantías del debido proceso legal. Disponível em:< http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_16_esp.pdf> Acesso em 10 set. 2012.

_____. *Opinión Consultiva OC-18/03*, de 17 de septiembre de 2003, solicitada por los Estados Unidos Mexicanos. Condición jurídica y derechos de los migrantes indocumentados. Disponível em:< http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_18_esp.pdf> Acesso em 10 set. 2012.

_____. *Relatório Anual 2011*. São José, Costa Rica: 2012. Disponível em< <http://www.scm.oas.org/pdfs/2012/CP28109P.pdf>>. Acesso em 10 maio 2012.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento*: Realidades compatíveis no contexto Europeu? Lisboa: 2005. Disponível em: < http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

HERRERA CARRASSOU, Roberto. *La perspectiva teórica em El estudio de las migraciones*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In: *Migração Interna: textos selecionados*. Tradução de Hélio A. de Moura. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980, p. 89-114. (Estudos Econômicos e Sociais, 4). (Traduzido do original: a Theory on migration).

MARQUES, Denise Helena França. *Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”*. Tese (Doutorado) em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2009. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2009/Denise%20Helena.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. São Paulo Perspec. [online]. 2005, vol.19, n.4, pp. 121-133. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a08.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

OLEA, Helena. Los derechos humanos de las personas migrantes: respuestas del Sistema Interamericano. In: INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. El Sistema interamericano de protección de derechos humanos y derechos de las poblaciones migrantes, las mujeres, los pueblos indígenas y niños, niñas y adolescentes. San José, CR: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2004. Disponível em: <http://www.iidh.ed.cr/BibliotecaWeb/Varios/Documentos/BD_1375160761/Sistema%20Interamericano.pdf>. Acesso em 12 set. 2012.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (org). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Coordenação de Geografia, Unidade Estadual de Minas Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 11-27

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Carta de la Organización de los Estados Americanos: Estado de Firmas y Ratificaciones*. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/esp/tratados_A-41_Carta_de_la_Organizacion_de_los_Estados_Americanos_firmas.htm>. Acesso em: 09 set. 2012.

PELLEGRINO, Adela. La migración internacional en América Latina. Tendencias y perfiles de los migrantes. In: CONFERENCIA HEMISFÉRICA SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL: DERECHOS HUMANOS Y TRATA DE PERSONAS, 35., 2002, Santiago de Chile. *Anais...* Santiago de Chile: CELADE, 2002. Disponível em: <http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/2/11302/APelegrino_definitivo.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2009: Ultrapassar Barreiras:

Mobilidade e Desenvolvimento Humanos, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2012.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 19, n. 55. Junho de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a09v1955.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2012.

RENNER, Cecília H.; PATARRA, Neide L. Migrações. In: SANTOS, Jair L.F.; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (org). Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise. Vol. 3. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1991. p. 236-260.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Glacia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. In: XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2012.

SINGER, Paul I. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: BNT. ETENE. *Migração interna*: textos selecionados. 1 t. Fortaleza: ETENE, 1980. p. 211-244. (Estudos Econômicos e Sociais,4).

UNITED NATIONS. *World population prospects: the 2010 revision: Highlights and Advance Tables*. New York: United Nations, 2011. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/wpp/Documentation/pdf/%20WPP2010_Highlights.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2012.

AS ESCOLAS INTERNACIONAIS BILÍNGUES NA FRONTEIRA BRASIL – VENEZUELA: CONTEXTO HISTÓRICO

1. Introdução

Em 2008, tomou-se conhecimento que o *Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira* seria implantado nas cidades de Pacaraima (Roraima - Brasil) e Santa Elena do Uairén (Bolívar - Venezuela). O projeto apresentava-se como parte do contexto de expansão do *Mercado Comum do Sul – Mercosul* e adiantava-se à iminente entrada da Venezuela no bloco de países. Pressupunha-se que o evento apresentaria uma oportunidade essencial e determinante para consolidar e ampliar o intercâmbio e a integração entre as duas cidades.

O projeto apresentava uma inovação. Tratava-se de ampliar o contato de línguas por meio de interações bilíngues entre os alunos e professores vindos de escolas dos dois lados da fronteira. O planejamento das aulas seria feito em conjunto e o intercâmbio de professores aconteceria duas vezes por semana.

Não seriam aulas de língua estrangeira, mas sim, aulas em língua estrangeira, proporcionando uma situação real de contato com a outra língua. O público ao qual se destinavam as ações do projeto estava constituído por alunos de primeira a quarta série do Ensino Fundamental. A metodologia escolhida foi a de desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Conforme havia sido anunciado, as atividades foram iniciadas no primeiro semestre de 2009, com a participação de uma escola brasileira e duas venezuelanas.

* UNIVIRR olendinabonet@hotmail.com

** (PUC – Minas) anacarolfaria@yahoo.com.br

*** (UERR) chucolima@hotmail.com

2. Localização geográfica dos Estados de Roraima (Brasil) e Bolívar (Venezuela)

Roraima localiza-se na região Norte do Brasil e é o estado mais setentrional do país, cuja capital, Boa Vista, localiza-se no Hemisfério Norte. Com uma área total de 224.298,280 km² (Anuário Estatístico de Roraima – 2009), ocupando 2,63% da área total do Brasil (8.514.876,599 km²) e 5,82% da área total da região Norte (3.853.327,229 km²), Roraima apresenta as fronteiras trinacionais entre Brasil, Venezuela e Guiana. Os limites, portanto, são os seguintes:

- norte: com a República Bolivariana da Venezuela;
- sul: com os estados brasileiros Amazonas e Pará;
- leste: com a República Cooperativista da Guiana;
- oeste: com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, com quem compartilha uma fronteira de 1.169 km.

O Estado Bolívar se localiza ao sul da República Bolivariana da Venezuela, possuindo as seguintes fronteiras:

- norte: com os estados venezuelanos Anzoátegui, Guárico, Monaguas e Delta Amacuro;
- sul: com o estado venezuelano denominado Amazonas e com o Brasil, especificamente o estado de Roraima;
- oeste: com o estado venezuelano Apure;
- leste: com a República Cooperativista da Guiana, sendo essa região de fronteira ainda assunto de discórdia entre os países vizinhos. A Venezuela trata a área, que possui cerca de 150.000 Km², como “Zona de Reclamação”, pois considera que por direito a região deve fazer parte de seu território e não da Guiana.

Bolívar é o maior estado venezuelano, possuindo 233.498 km², ou seja, 26% da área total do país (BETANCOURT, 2005; GOBIERNO EM LÍNEA, 2010) e sua capital denomina-se Ciudad Bolívar. Este estado está inserido em uma região conhecida como Guayana, localizada ao noroeste da América do Sul, compreendida entre o Oceano Atlântico e os rios Orinoco, Casiquiare, Negro e Amazonas. Esta região abrange, além do Bolívar, o estado venezuelano Amazonas e parte do Delta Amacuro, totalizando 420.000 km². A Guayana venezuelana apresenta grande riqueza natural, muitos rios importantes, como o Orinoco e o Caroní, bem como uma biodiversidade muito grande tanto da fauna quanto da flora.

3. *As línguas oficiais do Mercosul e as políticas linguísticas decorrentes*

A noção de língua oficial representa ou traduz significados e símbolos sociais formados na ideologia da classe dominante e legitimados na sociedade por meio das várias maneiras que esta classe intervém na realidade. A sequência de eventos que definiram o contexto das tomadas de decisões em relação ao projeto será apresentada a seguir.

Em 1988, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que fixava como meta, o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir.

Em 1991, a partir da adesão do Paraguai e do Uruguai, o Tratado de Assunção estabeleceu o Mercado Comum do Sul (em espanhol: *Mercado Común del Sur – Mercosur*), uma aliança comercial visando dinamizar a economia regional, movimentando entre si mercadorias, pessoas, força de trabalho e capitais.

O bloco reconhece como línguas oficiais o português para o Brasil, o espanhol para a Argentina e o Uruguai e o espanhol e o guarani para o Paraguai. Contudo, no artigo 17 do Protocolo de Adesão ao Mercosul, apenas o português e o espanhol são consideradas como as línguas oficiais do bloco (Tratado de Assunção, 1991).

Em 1994, é firmado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul, ficando conhecido como Protocolo de Ouro Preto. Este documento no seu artigo 46 declarava: “Os idiomas oficiais do Mercosul são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião” (PROTOCOLO DE OURO PRETO: Artigo 46, Ouro Preto, 17/12/1994).

Podemos dizer que, no contexto do Mercosul, esta noção de língua de trabalho está contida na noção de língua oficial e está diretamente focada na língua escrita. Assim, quando nos referimos a línguas oficiais e línguas de trabalho, estamos concordando com a terminologia dos tratados firmados entre os países do Mercosul, especificamente o Tratado de Assunção, de 1991, e o Protocolo de Ouro Preto, de 1994.

Em 1995, aconteceu em Ciudad del Este, Paraguai, uma reunião especializada em cultura. A Ata de Assunção, produzida na reunião, entre outras questões, resolveu aprovar o seguinte: i) declaração do guarani como uma das línguas históricas do Mercosul; ii) promoção do ensino do espanhol e português em todos os países e iii) consolidação dos programas integracionais sub-regionais de fronteira (ATA DE ASSUNÇÃO – resoluções 8 e 9, 1995).

Em 17 de dezembro de 1996 foi aprovado pelo Conselho do Mercado Comum do Sul, reunido em Fortaleza, Brasil, o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul. O Brasil, por meio de seu poder executivo, encaminhou o projeto de lei que cria, em caráter obrigatório, o ensino da língua espanhola nas escolas de primeiro e segundo grau.

Em 1997 foi criado o Grupo de Trabalho sobre Políticas Linguísticas do Mercosul Educativo – GTPL. O grupo reuniu-se apenas quatro vezes entre 1997 e 2001. Os relatórios oficiais destas reuniões mostram propostas muito bem articuladas, mas que, por diversas razões, não foram postas em prática.

Entretanto, o português e o espanhol permanecem como línguas oficiais e como línguas de ensino no bloco. A política de ensino dessas línguas ganha fortalecimento, em especial para a melhoria da formação de professores de português e espanhol e na elaboração de exames de proficiência nestas línguas (SAVEDRA, 2009a).

Em 2002, uma nova comissão ocupa-se do intercâmbio de profissionais, surtindo, em parte a escassez de professores de espanhol no Brasil e de português na Argentina, Uruguai e Paraguai. Buscava-se cumprir o compromisso da inclusão do espanhol no sistema educativo brasileiro e do português nos demais países do Mercosul. (SAVEDRA, 2009b)

Algumas ações de política para o ensino de línguas foram introduzidas no Mercosul dentre as quais, citam-se:

- a obrigatoriedade do ensino das línguas portuguesa e espanhola nos países membros, conforme consta já na legislação de países como Brasil e Argentina (Espanhol no Brasil - Lei nº 11.161 de 5 de agosto de 2005; Português na Argentina - ley nº 26.468 de 17 de dezembro de 2008);
- os programas de formação de professores nestas línguas realizados por várias universidades (por exemplo, formação de professores argentinos em Português LE promovida pela UFSC e IPOL-BR e de professores brasileiros em Espanhol LE pelo Lengua Vivas/AR);
- as políticas de certificação como o CELPE-Bras (Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros) concedido pelo Ministério da Educação do Brasil e o CELU (Certificado de Español Lengua y Uso) do Ministério de Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina. (THOMAZ, 2010a)

O projeto que institui escolas bilíngues nas fronteiras comuns do Mercosul é um exemplo de política linguística e de planejamento linguístico que visa promover o ensino bilíngue em português e espanhol.

4. O Projeto Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira

O projeto começou suas atividades em 2005, através de um acordo bilateral entre Brasil e Argentina. Em junho de 2006, foi pautado no setor educacional do Mercosul e torna-se um projeto multilateral. Em 2009, os outros países do bloco (Uruguai, Paraguai e Venezuela) começam a desenvolver as atividades do projeto em escolas de fronteira.

O projeto trabalha com a troca de professores, ou intercâmbio docente. A professora brasileira troca de lugar com a professora do outro lado da fronteira e ministra sua aula em português para crianças, neste caso, venezuelanas. Ao mesmo tempo, a professora venezuelana vem ministrar sua aula em espanhol para as crianças brasileiras.

Em vez de matérias ligadas aos métodos de ensino de língua estrangeira, previam-se escolas com docentes que, sem ser professores de segundas línguas, atuavam como portadores de cultura, ensinando na sua própria língua, seguindo planos de aula elaborados em parceria entre as duas escolas. Nesse método de ensino o bilinguismo está nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas duas línguas e não em uma grade curricular. (MEC y T, 2007)

Inicialmente, o projeto envolve apenas algumas escolas na região de fronteira do Brasil com a Argentina. Em 2009, com a ampliação do projeto, outras escolas de fronteira dos países integrantes do Mercosul (Uruguai, Paraguai e Venezuela) começaram a pôr em prática as atividades previstas no projeto, obtendo variados resultados. Segundo Savedra (2009) os países do bloco “tiveram a oportunidade de vivenciar a integração de culturas diferentes a partir do aprendizado do idioma do país vizinho”

O que vemos aqui é a evolução, ou expansão, de uma política linguística que tenta intervir em uma situação linguística existente com o objetivo de mudar uma função da língua dentro das sociedades de fronteira. É destinada a um público específico, os alunos das escolas públicas e antevê resultados a longo prazo.

A mudança é de língua objeto de ensino para língua de ensino. A língua como objeto de ensino é estudada como uma língua estrangeira. A língua de ensino é a língua do professor e parcialmente, em vários graus, dos alunos.

Assim, quando fazemos referência às políticas linguísticas do *Projeto Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira* estamos de acordo com Karina Mendes Thomaz (2010), que examina vários documentos oficiais e delinea um perfil das políticas linguísticas do Mercosul. A autora diz que em um mundo cada vez mais globalizado, existem políticas linguísticas das mais variadas. Não é diferente com o Mercosul, que tem políticas linguísticas diferentes para cada caso. Há uma política linguística para o bloco como um todo e uma específica para a área de fronteira. No caso do *Projeto Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira*, essa diferença, porém, não está bem explicada, pois há confusão, mesmo dentro do Projeto, entre uma política orientada para o ensino de língua estrangeira e uma para o ensino de segunda língua. De acordo com a autora, a falta de percepção dessa diferença tem se constituído em um entrave para o desenvolvimento do projeto (THOMAZ, 2010).

5. *Procedimentos Metodológico de Investigação*

A princípio, esta pesquisa estaria situada no âmbito da Sociolinguística, ao ter como objeto de estudo um determinado tipo de relação entre linguagem e sociedade, especificamente, aquela que têm origem nas políticas que promovem a unificação e padronização de alguns idiomas e nas decisões de planejamento linguístico necessárias à sua prática.

Roberto Gomes Camacho (2006:49) ao examinar diversos enfoques rotulados como Sociolinguística faz referência àquele “que lida com fatores sociais em grande escala, associados à linguagem”. O autor adverte, então, que esse tipo de enfoque é comumente chamado de Sociologia da Linguagem e “é, na realidade, um ramo das ciências sociais, na medida em que encara os sistemas linguísticos como instrumentais em relação às instituições sociais” (CAMACHO, 2006:49). Essa explicação indica que diversas disciplinas estão superpostas em pesquisas deste tipo, possibilitando o uso de várias ferramentas metodológicas.

A pesquisa foi realizada nas cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén e seu entorno, já que uma das escolas venezuelanas está localizada na comunidade indígena de San Antonio del Morichal.

As atividades da pesquisa tiveram início em meados de 2010, sendo desenvolvidas a partir do segundo semestre, e ao longo de 2011. Isso foi feito durante várias visitas à região da fronteira por meio de diversos contatos e entrevistas. Nas primeiras ocasiões foram feitos contatos com os prováveis informantes, bem como houve a comunicação sobre a realização da pesquisa às instituições envolvidas. Nesta mesma época, foram coletadas as primeiras cópias de documentos oficiais relacionados à

pesquisa, como, por exemplo, as atas das reuniões que antecederam a instalação do projeto. Em Santa Elena, ampliou-se a coleta de documentos relacionados ao projeto, somando-se estes aos outros já coletados.

A maior parte do tempo das visitas foi destinada ao exame de documentos e observação do ambiente, e as circunstâncias onde foram desenvolvidas as atividades do projeto. Isso foi feito com a intenção de aprimorar as suposições da pesquisa. O procedimento adotado para a coleta de dados foi organizado em duas partes: documentação indireta e documentação direta.

A documentação indireta foi obtida por meio de pesquisa documental (leis, sentenças, acordos, pareceres, portarias, etc.) e bibliográfica (livros, artigos, revistas, boletins, jornais, etc.). A documentação oficial referente ao projeto foi examinada em detalhe. A coleta dessa documentação foi feita por meio de solicitações informais, buscando-se sempre a prática da gentileza e da diplomacia, principalmente no tratamento destinado aos participantes do país vizinho.

A documentação direta foi obtida por meio de um trabalho de campo que envolveu duas atividades: 1) observação efetuada em visitas às escolas e aos órgãos envolvidos e; 2) entrevistas com os indivíduos da amostra selecionada.

As visitas às escolas visaram a obtenção de documentos relacionados ao projeto de escolas bilíngues e a seleção de participantes da entrevista. Nessa ocasião, em alguns casos, foram combinados os locais e as datas das entrevistas. As visitas foram úteis no sentido de melhor observar o espaço físico onde foram desenvolvidas as atividades do projeto. Foram observados não apenas as instalações da escola, mas também seu entorno e a comunidade a qual pertence. Nessa oportunidade foram feitas as medições das distâncias e de tempo de viagem entre as escolas.

5.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DOS DADOS

Com vistas à obtenção dos resultados previstos nos objetivos da pesquisa, os dados, tanto da documentação indireta como da documentação direta, foram considerados utilizando-se procedimentos característicos da metodologia de análise de conteúdo.

Segundo Roque Moraes (1999), a análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de qualquer tipo de documento ou texto. A metodologia “faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais”. De acordo com o autor, “essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, aju-

da a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999).

Qualquer material de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. pode ser analisado por meio desta metodologia. Os dados de diversas fontes são coletados em estado bruto e necessitam ser processados para facilitar o trabalho de análise. Ainda segundo Moraes:

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser enfocado em função de diferentes perspectivas. Por isso, um texto contém muitos significados (MORAES, 1999).

O mesmo autor chama atenção para o fato de que “os valores e a linguagem natural do entrevistado e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir”. Ainda de acordo com o autor, “a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação” (MORAES, 1999).

Há diversas maneiras de definir as categorias, mas, segundo Roque Moraes, historicamente são utilizadas seis categorias “levando em consideração os aspectos intrínsecos da matéria prima desta análise, do contexto a que as pesquisas se referem e das inferências pretendidas” (MORAES, 1999). Esta classificação tem como base uma definição original de Harold Lasswell¹, em que este caracteriza a comunicação a partir das seguintes questões:

- Quem fala?
- Para dizer o que?
- A quem?
- De que modo? Através de que canal?
- Com que finalidade? Com que intenções?
- Com que resultados? Com que efeito?

Os objetivos da análise de conteúdo são categorizados de acordo com o sentido que a pesquisa toma em relação a estas questões.

1 Harold Lasswell (1902 – 1978), cientista político e professor da Universidade de Yale – EUA, formulou um modelo teórico da comunicação no âmbito do que poderia ser uma “comunicação das idéias”. O modelo de Lasswell tem origem na Arte Retórica, de Aristóteles (384 – 322 a.C), a mais conhecida e citada caracterização do processo de comunicação.

“Quem fala?” investiga quem emite a mensagem. A partir da mensagem procura-se determinar características de quem fala ou escreve. Supõe-se que a mensagem exprime e representa o emissor. As conclusões a respeito do emissor são feitas a partir do texto. Esse processo tem o nome de “análise de mecanismos de controle” (*control analysis*).

“Para dizer o quê?” se direciona as características da mensagem propriamente dita, seu valor informacional, as palavras, argumentos e idéias nela expressos. É o que constitui uma análise temática ou análise de conteúdo, propriamente dita (*content analysis*).

“A quem?” focaliza o receptor da mensagem e procura deduzir suas características a partir do que lê ou ouve. Indicadores e características da mensagem dão origem a conclusões, ou generalizações, sobre quem a recebe. Esse processo é chamado de “análise das reações do público” (*audience analysis*).

“Como”, “De que modo”, “Através de que canal?” examina a maneira de como a comunicação é feita, seus códigos, seu estilo, a estrutura da linguagem e outras características do meio pelo qual a mensagem é transmitida (jornal, cinema, TV, rádio, etc.). A proposta desse tipo de estudo é uma “análise de mídia” (*media analysis*).

“Com que intenções”, “Com que finalidade?” questiona os objetivos de uma dada comunicação, sejam explícitos ou implícitos. O estudo examina outra vez o emissor da mensagem, mas no sentido de compreender os fins para que se emite a mensagem, fins esses aparentes ou ocultos.

“Com que efeitos”, “Com que resultados?” procura identificar e descrever os resultados efetivos de uma comunicação no meio dos receptores. Nem sempre a finalidade da comunicação coincide com os efeitos obtidos e, neste caso, o estudo trata de demonstrar a coerência, ou não, entre os fins e os resultados. Esse tipo de pesquisa é chamado de “análise dos efeitos proporcionados” (*effect analysis*). (MORAES, 1999)

Neste trabalho, o foco principal da análise tem como base a categoria que questiona a própria mensagem, fazendo a seguinte pergunta: “Para dizer o que?”, isto é, a pesquisa tem interesse e está direcionada para “o que está sendo dito”, tanto na documentação direta como na documentação indireta. As demais categorias serão mencionadas pontualmente, de acordo com informações pinçadas do texto.

Tendo como parâmetro a categoria “o que está sendo dito”, a análise foi conduzida buscando-se examinar não somente o conteúdo manifesto dos documentos e entrevistas, mas também o conteúdo latente. Roque Moraes (1999) explica estes conceitos da seguinte maneira:

A análise de conteúdo no nível manifesto restringe-se ao que é dito, sem buscar os significados ocultos. Ao nível latente, o pesquisador procura captar sentidos implícitos. Seguidamente a análise de conteúdo parte da informação manifesta no texto para então dirigir-se à intenção que o autor quis expressar, chegando, às vezes, a captar algo de que nem o autor tinha consciência plena (MORAES, 1999).

Ainda que a metodologia da análise de conteúdo seja utilizada, principalmente, no exame de textos destinados a comunicação de massa, isto não impede que este trabalho utilize idêntico processo e suas etapas.

6. Contexto Histórico – Cronograma da Implantação do Projeto na Fronteira Brasil-Venezuela

Apresenta-se aqui o contexto histórico na ordem de ocorrência dos fatos e/ou eventos do projeto, as atividades desenvolvidas até a implantação do projeto na Fronteira Brasil-Venezuela. A seção examina os documentos da fase anterior ao início das atividades.

Ao estabelecer uma ordem de ocorrência dos fatos, pode-se indicar que o processo de implantação do projeto das escolas bilíngues na zona de fronteira Brasil-Venezuela foi iniciado em Brasília, nos dias 26 e 27 de junho de 2008, durante uma reunião multilateral que teve a participação de representantes do ministério encarregado pela educação na Venezuela. Naquela ocasião surgiu a eventualidade de implantar o projeto nos municípios vizinhos de Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Esta informação está contida em um texto de correio eletrônico do Ministério da Educação do Brasil – MEC enviado para a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Pacaraima, o qual, estima-se, foi enviado na última semana de agosto ou primeira de setembro, já que na cópia disponibilizada pela prefeitura não consta a data da correspondência. Este mesmo documento contém um convite dirigido à Secretaria de Educação do município para o início de uma discussão a respeito do PEIBF, uma vez que o projeto é implementado diretamente com o município e não com o estado, à semelhança dos demais envolvidos. No convite, o ministério solicitava um representante da Prefeitura/ Secretaria de Educação em uma reunião a ser realizada em Foz do Iguaçu nos dias 15 e 16 de setembro de 2008. A mensagem avisava que as despesas da viagem ocorreriam por conta do MEC e enfatizava a importância da presença de um representante de Pacaraima. O documento também avisava que haveria um contato telefônico no dia 8 de setembro de 2008.

Destacamos que esta é a primeira vez que o projeto é mencionado na região da fronteira. Por isso, consideramos o envio desta mensagem do MEC à Prefeitura de Pacaraima como o início das atividades do projeto na fronteira Brasil-Venezuela.

O evento mencionado no convite foi a II Reunião do Grupo de Trabalho de Escolas Bilíngües de Fronteira Setor Educacional do Mercosul, que aconteceu como previsto. A representante da Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima participou do evento, como atesta o relatório apresentado, datado de 19 de setembro de 2008. O relatório destaca a participação em uma visita técnica de familiarização à cidade de Puerto Iguazu – Argentina, a escolas daquela localidade já participantes do projeto.

Em 18 de setembro de 2008, o MEC enviou a Pacaraima/Brasil e Santa Elena/Venezuela, por meio de correio eletrônico, o formulário do Diagnóstico Sócio-Institucional, organizado na reunião de Foz do Iguaçu, que deveria ser preenchido e devolvido ao Ministério até o 1º de outubro. A mensagem contém indicações precisas sobre como preencher e endereçar o formulário. Por outro lado, abria-se a possibilidade de acréscimo de qualquer informação que fosse considerada relevante. No documento é mencionada a existência de duas versões, uma em português e outra em espanhol.

Os formulários preenchidos descrevem vários itens que incluem informações institucionais, demográficas, geográficas e culturais, onde se destacam a estrutura física da escola e a caracterização da população escolar.

Importante notar uma contradição nas informações referentes à pergunta: A escola já teve contato com a escola do país vizinho? Enquanto se declara, do lado venezuelano, que não houve contato com as escolas brasileiras, uma das escolas brasileiras informa ter participado em um concurso literário promovido por uma das escolas venezuelanas, marcando esse evento com um contato prévio.

Em 29 de setembro de 2008, em mensagem eletrônica enviada de modo circular, o MEC lembrava aos destinatários acerca do prazo de entrega dos formulários, isto é, até o dia 1º de outubro de 2008.

Em 30 de setembro de 2008 foi assinada, pelos representantes das escolas que participariam do projeto, da Secretaria Municipal de Educação de Pacaraima, do Ministério de Educação da Venezuela, bem como outros representantes da educação, uma Ata de Compromisso para dar início ao projeto. O documento estabelece “como primeira fase o intercâmbio de docentes de ambos os países com o ensino do idioma oficial de cada país” (sic). No documento está anunciada uma reunião de trabalho, a ser realizada em 27 de outubro, “com o objetivo de realizar o diagnóstico

sociolinguístico das escolas que participarão do projeto, ficando pendente a nomeação dos responsáveis pelo projeto em cada uma das escolas envolvidas pela parte brasileira”.

No dia 14 de outubro o MEC enviou, para conhecimento e por via eletrônica, o questionário do Diagnóstico Sociolinguístico a ser aplicado às escolas. Nesta comunicação anuncia-se a vinda do assessor do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística – IPOL, “para ajudar na aplicação do questionário”. Indagava se os nomes das pessoas que “participarão do diagnóstico” já haviam sido definidos.

A partir desta data inicia-se frequente troca de correspondências, cuidando dos detalhes da vinda do assessor e da realização das reuniões. Entre os detalhes tratados está o cronograma de atividades, a tradução do questionário para o espanhol e a mobilização de pais de alunos. De acordo com o relatório do dia 31 de outubro, todas as atividades previstas no cronograma foram realizadas.

Entre os documentos produzidos, está o relatório das reuniões dos dias 27 e 28 de outubro, realizadas em Santa Elena e Pacaraima. Entre os vários itens da pauta destaca-se a discussão em torno do calendário escolar e as dificuldades de ajuste, já que o ano letivo no Brasil começa em fevereiro e termina em dezembro e na Venezuela começa em setembro e termina em julho. O assunto foi discutido nos dois dias de reunião e teve o subsídio da comunidade por meio dos pais dos alunos.

O calendário elaborado para o projeto prevê o intercâmbio de professores duas vezes por semana e carga horária de oito horas semanais. São previstas 62 (sessenta e duas) aulas efetivas para o projeto, com encontros quinzenais para planejamento conjunto.

Nesta ocasião determinou-se que seis turmas das escolas brasileiras participariam do projeto. O documento não deixa claro se haveria reciprocidade de turmas por parte das escolas venezuelanas.

Estabeleceu-se uma metodologia na qual o currículo escolar ficaria “diluído nos projetos de trabalhos [escolares]”. Seriam quatro trabalhos escolares com duração de um bimestre cada, iniciando-se em fevereiro e concluindo-se em dezembro de 2009.

Cada escola teria um coordenador do projeto e haveria um responsável pelo projeto nas instituições participantes. Estes últimos atuariam como mediadores para “sanar as necessidades do projeto” junto às instituições.

Foi esclarecido que “os órgãos municipais de ambos os países serão responsáveis pelo transporte e material de apoio”. Mencionou-se que “em contrapartida o MEC estaria investindo em pontos específicos como capacitação dos docentes e

coordenadores por meio de cursos e, no que couber e for possível, com materiais didáticos voltados para o projeto”. O assessor do MEC chamou atenção para a inexistência de verba específica para o projeto e advertiu que todas as despesas estariam por conta dos órgãos municipais de educação. Uma próxima reunião foi prevista para o “dia 4 de novembro do presente ano no mesmo horário e local, para apresentação das atividades desenvolvidas pelo grupo”.

De 5 a 7 de dezembro de 2008 aconteceu o 2º *Seminário Escolas de Fronteira*, em Porto Alegre/RS –Brasil. No dia 8 de dezembro de 2008, também em Porto Alegre, houve a *V Reunião Técnica do Projeto Escolas Bilingües de Fronteira*. Ambos os eventos contaram com a participação de representantes do município de Pacaraima.

O consultor do IPOL sugeriu que os países procurassem usar os recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM, visando gratificar os professores participantes no projeto. Ressaltou que isso ajudaria a institucionalizar o projeto. É registrado que “os recursos para transporte já estão equacionados pelos países envolvidos, exceto pela Venezuela, que deverá ser consultada antes do início dos trabalhos”.

Após os fatos ocorridos no ano de 2008, houve o recesso do ano letivo. Os participantes retornam aos contatos sobre as atividades do projeto em 3 de março de 2009, quando o MEC enviou um e-mail para a responsável do projeto em Pacaraima. Indaga-se sobre algumas mudanças feitas no projeto sem consulta ao MEC, que reclama do desvio no previamente acordado. É mais um indício de entrave que contribuiu para a paralisação do projeto. O fragmento a seguir demonstra este fato:

Tinha sido acertado que o [colégio] Alcides participaria com 1º ano e que o Casimiro participaria com o 2º ano. Não entendi a participação do 2º e 3º ano no Alcides e do 3º Casimiro (Cadê o 2º ano?). Por que vocês mudaram o acertado? Como ficou com a Venezuela? Eles entraram com novas séries também? Você já conseguiu conversar com a Raquel sobre o projeto? (E-mail enviado em 03/03/2009 do MEC para a Secretaria de Educação de Pacaraima, assunto: Relação das professoras.

A partir deste ponto, os documentos estão relacionados diretamente ao andamento do projeto.

7. Considerações Finais

As cidades de Pacaraima, no Brasil, e Santa Elena de Uairén, na Venezuela, não são contíguas. Diferentes de várias outras cidades que fazem fronteira com o Brasil, estas cidades estão separadas por 17 km. Contudo, essa distância não impede um vigoroso e variado intercâmbio, destacando-se o comércio e o turismo.

No ambiente onde o projeto foi desenvolvido há um plurilinguismo espontâneo de fronteira e os grupos sociais convivem em um ambiente linguístico dinâmico. É um ambiente que contém outras línguas, além do português e do espanhol, como, por exemplo, a língua indígena pemón ou taurepang, falada por uma considerável parte da população da fronteira.

As atividades do presente trabalho desenvolveram-se neste ambiente plural e na inevitável imersão nos idiomas. Nunca deixamos de admirar os aspectos subentendidos no idioma que refletem a cultura desses povos, seu humor, suas crenças, sua moral. As interjeições, os provérbios, as expressões idiomáticas, sorradeira ou abertamente, estão presentes nos documentos e nas entrevistas dos informantes, pois esta é a maneira de falar da fronteira.

O projeto das escolas bilíngues conforme mencionado teve seu início em 2005, através de um acordo bilateral entre Brasil e Argentina. Em junho de 2006, foi pausado no setor educacional do Mercosul e tornou-se um projeto multilateral. Em 2009 teve início nas cidades de Pacaraima e Santa Elena do Uairén, e no mesmo ano foi interrompido, ou seja, durou somente um semestre. Os motivos para esta curta duração foram tratados em outra parte da pesquisa.

Referências Bibliográficas

ATA DE ASSUNÇÃO / MERCOSUL – SEGUNDA REUNIÃO ESPECIALIZADA DE CULTURA – ATA 02/95 Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/mercosul/files/2007/05/ata-de-assuncao-mercosul-segunda-reuniao-especializada-de-cultura-ata-02-95.doc>. 23/05/20011.

CALVET, Louis-Jean. As políticas linguísticas. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007. (Na ponta da língua, vol.17)

CAMACHO R. G. Sociolinguística – Parte II. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Ana C. (org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. Vol.1. São Paulo: Cortez, 2006. (p.49-75)

FIORIN, José Luiz. Considerações em torno do projeto de lei de defesa, proteção, promoção e uso do idioma apresentado à câmara dos deputados pelo deputado Aldo Rebelo. Boletim ALAB – Associação de Linguística Aplicada do Brasil, ano 4 n°. 4, julho 2000. Disponível em: http://coralx.ufsm.br/desireemroth/algumas_publicacoes/textos/Boletim.pdf. Acesso em 9/maio/2011.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Ideologia. 8 ed. (rev. e atualizada). São Paulo; Ática, 2007.

MARCUSCHI, L.A. Análise da conversação. 2. ed., São Paulo : Ática, 1991.

MEGALE, Antonieta Heyden. Bilinguismo e educação bilíngue – discutindo conceitos. Revista Virtual de Estudos da Linguagem – REVEL. V. 3, n. 5, agosto de 2005. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]. Acesso em 10/maio/2011.

Política para una nueva frontera o como transformar una división en una suma. 1a ed. - Buenos Aires: Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología de la Nación, 2007. 92 p. (Contar pedagogias)

AVEDRA, Mônica Maria Guimarães. O Português no Mercosul. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n° 39, p. 175-184, 2009.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. 1982: *The Ethnography of Communication*,

Oxford, Basil Blackwell apud MORALIS, E. G. Dialetos em contato: um estudo sobre atitudes linguísticas. AVEPALAVRA: Revista de Letras, Campus de Alto Araguaia –UNEMAT- MT, pp 47-67, n° 2, 2000/2003. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avepalavra/EDICOES/02/artigos/MORALIS.pdf>. Acesso em 3/maio/2011.

THOMAZ, Karina Mendes. A política linguística do Projeto Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira do Mercosul: ensino de segunda língua para as áreas fronteiriças. Revista Línguas & Letras ISSN: 1981-4755 (eletrônica) — 1517-7238 (impressa) Vol. 11 – N° 21 – 2° Semestre de 2010. Disponível em: e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/download/3545/3462. Acesso em 2/maio/2011.

TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPUBLICA ARGENTINA, A REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPUBLICA DO PARAGUAI E A REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI (ASSUNÇÃO, 26/03/1991) Disponível em: http://www.classificadosmercosul.com.br/mercosul_info/mercosul01.htm Acesso em 09/05/2011.

IMPACTOS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NA FRONTEIRA BRASIL-GUIANA¹

Introdução

Os fluxos migratórios aqui apresentados têm naturezas muito distintas que, apesar de suas idiossincrasias, neste caso estão entrelaçadas entre si. A construção destes ciclos de migração tem três características fundamentais: as flutuações econômicas, políticas e sociais que envolveram tanto a República Federativa do Brasil quanto a República Cooperativista da Guiana no decorrer da História. Naturalmente, estes ciclos tiveram seus impactos nas duas nações e nos grupos fomentadores desta mobilidade na faixa de fronteira. No entanto, antes que seja possível apontar os impactos gerados pelos fluxos migratórios que foram realizados nesta região fronteiriça, faz-se necessário o estudo dos ciclos históricos que motivaram este processo.

Para tanto, este artigo será dividido em três partes: a primeira se dedicará à exposição da construção histórica por trás destes fluxos migratórios, dando uma pincelada em eventos relevantes para o movimento desta fronteira, particularmente a mudança do *status* de Roraima, de território federal para estado, e, antes disso, a Revolta do Rupununi (conflito armado de teor étnico e político ocorrido na Guiana que será explorado com maior afinco na segunda parte do corpo deste artigo), dentre outros que serão apresentados; e, por fim, as consequências atuais destes fluxos migratórios que foram construídos ao longo das décadas e que tem seu reflexo não apenas na questão identitária, mas também no funcionamento do serviço público oferecido na capital de Roraima, tema este brevemente explorado.

1 Para a realização deste artigo, houve apoio de Abílio Cunha Aguiar, acadêmico do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, na realização da pesquisa documental.

* Acadêmica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima e pesquisadora vinculada ao Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI). E-mail: lominha.oliveira@hotmail.com

O objetivo deste artigo reside em esclarecer um pouco do funcionamento desta fronteira tão escassamente utilizada como objeto de estudo de pesquisadores das ciências humanas e suscitar maior interesse da população acadêmica por esta região.

1. Uma construção histórica

Os impactos gerados pelo vizinho de raízes britânicas ao extremo norte do Brasil, mais especificamente no estado de Roraima, são uma realidade na região desde muito antes da dita Revolta do Rupununi, apesar de este ter sido um momento muito significativo também para a análise dos reflexos existentes na troca de experiências entre os dois países. Estes impactos remontam dos fins do século XIX e princípio do século XX, quando, sob o Laudo Arbitral de 1904 do rei da Itália, Vitório Emanuel III (a respeito do litígio fronteiriço que o Brasil sustentava com a Inglaterra desde 1840), foram estabelecidos os limites que demarcariam os territórios de ambos os países, dando fim à famigerada controvérsia conhecida como Questão Pirara. Entretanto, estes limites desrespeitaram o processo de aldeamento que fora estabelecido ainda pela coroa portuguesa na região¹, tida como de território português à época, ainda na segunda metade do século XVIII, dividindo, assim, as terras dos habitantes indígenas desta mesma região.

Após a definição de fronteira que fora realizada, no território brasileiro foram tomadas algumas iniciativas para que seus indígenas pudessem receber algum tipo de assistência. Duas agências foram instituídas com esta finalidade: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), situado na fazenda São Marcos e que, posteriormente, seria substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e a Missão Evangelizadora Beneditina, localizada no alto rio Surumu, vindo, com o passar do tempo, a ser substituída pela Ordem da Consolata (Santilli, 2001, p.39-40). Agências estas que muitas vezes se utilizavam de atos clientelistas no trato com os índios, e que marcaram esta época com a tentativa de transformar indígenas em trabalhadores nacionais, construindo em alguns índios, como ‘tuxauas’ ou demais líderes de suas respectivas aldeias, a figura de intermediários políticos que pudessem estabelecer contatos com estas agências, que também agiam como mediadoras entre os indígenas e os regionais e que, além disso, objetivavam a consolidação e legitimação destes líderes indígenas enquanto intermediários políticos (Santilli, 2001, p.40).

Após a delimitação da fronteira, a migração realizada pelos índios que adquiriram nacionalidade brasileira através desse processo aumentou sobremaneira. Ainda

1 Esses aldeamentos tinham o intuito de proteger o território de possíveis invasores, sinalizando o poderio português sobre a região. (Baines, 2012)

segundo Santilli, no ano de 1927 este processo migratório era tão acentuado que chegara a representar um problema para os estrategistas militares brasileiros. Dentre os motivos que levaram a esse fluxo migratório exacerbado, dois se destacam: a violência cometida por fazendeiros e garimpeiros que adentravam as terras indígenas, mais especificamente nas décadas de 1920/ 1930, responsável por um grande número de mortes de índios da região (fato este ressaltado por índios das etnias macuxi e wapixana); e a atração que a Guiana daqueles tempos, ainda sob circunscrição inglesa, exercia sobre os indígenas, por proporcionar melhor educação e saúde de maior qualidade que aquelas oferecidas pelo governo brasileiro. Mas o próprio Santilli afirma que “migração talvez não seja o termo mais exato para definir o processo”, visto que os deslocamentos eram feitos no interior do território que lhes pertencia tradicionalmente. Portanto, para os migrantes em questão, é muito provável que estes eventos não se caracterizem necessariamente como migração.

Esta realidade, no entanto, fora invertida a partir da década de 1960, após a independência guianense e, principalmente, após a Revolta de Rupununi, uma vez que a Guiana, em seus primeiros momentos enquanto nação soberana e politicamente independente, enfrentara fortes turbulências, tanto econômicas quanto políticas e sociais², das quais ainda não se recuperara. Estes conflitos multiétnicos³, que marcaram a história da Guiana em seu período pós-independente, dividiram o governo guianense, o que também conferiu ao Brasil uma imagem mais esperançosa, além do Estado brasileiro passar a oferecer, diante da decadência que envolveu a Guiana, melhores condições de vida para esta população do que sua pátria.

A preferência pelo Brasil, por parte dos povos indígenas guianenses, em detrimento do seu país de origem também envolve o imaginário criado pelos mesmos. Aqueles que optam, ainda hoje, por migrar para solos brasileiros tem, muitas vezes, uma visão superestimada da situação econômica do Brasil.

2 A Guiana recém independente era fortemente marcada por conflitos étnicos (entre afro-guianenses e indo-guianenses, além de forte teor de intolerância racial por parte dos brancos, particularmente direcionada aos negros daquele país) e políticos (principalmente entre os dois principais partidos, o People's Progressive Party – PPP - e o People's National Congress - PNC). É válido mencionar que, após a divisão ocorrida em 1955 do PPP (que resultou na fundação do PNC), a política partidária deixou de configurar aspectos ideológicos e passou a ser pautada primordialmente por questões étnicas. (Baines, 2012)

3 “A substituição da mão-de-obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do oeste da Índia. Isso dinamizou as relações entre os grupos étnicos ali existentes”. (Pereira, 2006). Sendo assim, a Guiana Inglesa se tornara uma colônia e, posteriormente, uma nação, composta por cinco grupos étnicos principais: os ex-escravos, os trabalhadores indianos, os brancos (de descendência europeia), os mixed (mistura de brancos com outra etnia) e os ditos Ameríndios (povos indígenas). (Silva, 2005)

“Muitos dos entrevistados indígenas em Lethem e na aldeia vizinha de Santo Ignácio manifestaram a opinião de que os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil, tomado como portador de grande sucesso econômico e como um caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país.” (Baines, 2012)

Na sua etnografia sobre essa fronteira, Mariana Pereira observa também que “a identidade de brasileiro, no interior da sociedade guianense, em Lethem, desfruta de alto grau de prestígio, pois essa identidade está associada à imagem positiva e até utópica sobre o Brasil” (2005, p.157). No entanto, embora a admiração devotada à nação brasileira por esses indígenas seja uma realidade, guianenses que moram na área de fronteira denotam espanto com o alarmante e progressivo aumento da violência no Brasil, o que demonstra que estes povos indígenas não estão alheios ao que ocorre para além das delimitações territoriais em que estão inseridos, mostrando interesse em questões internacionais.

A década de 1990 foi marcante também para o processo migratório nesta faixa de fronteira, em relação ao êxodo de indígenas, até então residentes em solo brasileiro, para o território guianense. O crescimento populacional⁴ e as consequências dele já eram perceptíveis na década de 1970, graças aos projetos de assentamento e de colonização agrícola⁵ que foram implantados a fim de atrair migrantes para Roraima, à época ainda território federal, devido o preocupante vácuo demográfico existente até então, e a intensificação do garimpo como atividade econômica da década de 1980. Apesar de estes momentos resultarem em uma mobilidade muito expressiva para esses povos indígenas, o início da década de 1990 se caracteriza como um período de grande migração desses povos.

O ano de 1988 marcou a história de Roraima, sendo este o ano de sua passagem de território federal para estado. Essa transformação atraiu rapidamente um grande

4 “Dois outros momentos de impulso de povoamento e instalações de infraestrutura ocorreram por volta de 1968 a 1978. Em 1968, chegou a Bonfim uma missão protestante para catequizar os índios da região. Com eles, a cidade ganhou uma igreja católica e uma escola primária. Entre 1969 e 1978, assentaram-se dezenas de famílias oriundas do Nordeste brasileiro em razão dos projetos de colonização da Amazônia, a exemplo do Calha Norte e Polo Amazônia, que abriram novas fronteiras agrícolas.” (Pereira, 2006)

5 “O período da expansão agrícola relaciona-se à presença de grandes fazendas de gado que atraiu e concretizou uma política de fomento ao empreendimento agropecuário predominante entre 1910 a 1960. Até essa última década, o comércio com a Guiana era favorável àquele país, mas voltou-se mais para o lado brasileiro da fronteira, no final de 1960, impulsionado por dois motivos: primeiro, a revolução guianense, porque se implementou a partir desse evento um comércio de bens de consumo alimentícios que perdura até hoje; e segundo, a instalação do 1º Pelotão Especial de Fronteira, que dinamizou ainda mais o comércio com a chegada das famílias dos militares. No entanto, desde os anos 1970, a construção das BR facilitou o acesso aos mercados de Boa Vista, Manaus e Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e isso tem diminuído a importância de Bonfim no setor comercial.” (Pereira, 2006)

numero de migrantes provenientes de diversos estados brasileiros, principalmente para a capital, Boa Vista, mas também para os interiores do estado. Por conta desse “boom” populacional, em 1991 houve, como nunca visto antes, significativo aumento na ocupação de terras indígenas efetuadas por pecuaristas, agroindustriais e garimpeiros⁶(Santilli, 2001), gerando uma onda de violência contra indígenas e desabrigoando vários deles, fazendo com que, agredidos, não se limitassem a linhas fronteiriças e passassem para o território nacional vizinho.

Outro momento importante nesses ciclos migratórios que já fora citado acima ganhará ênfase nesta segunda seção, a Revolta do Rupununi, e se fará compreensível a participação deste evento nestes ciclos que estão sendo traçados ao longo deste artigo.

2. O caso específico da Revolta do Rupununi: seus impactos migratórios

A Revolta do Rupununi, grande exemplo de como um modelo de colonização pode afetar estruturalmente um país gerando disputas étnicas, foi um movimento armado ocorrido em janeiro de 1969⁷ que envolveu fazendeiros e indígenas das regiões 9 e 10 da recém independente Guiana (região sul do país). Tinha como intuito a separação da região conhecida como Rupununi do restante do país, criando uma nova nação, e foi marcada por ser um conflito de escala internacional, por envolver países vizinhos, a saber, Brasil e Venezuela, e até mesmo personagens cubanos e, possivelmente, da CIA⁸. Apesar de tudo isso, se trata de um tema pouquíssimo explorado por pesquisadores estudiosos das relações internacionais.

Faz-se necessária uma contextualização histórica a respeito deste acontecimento para maior compreensão do que o mesmo representara para a análise aqui realizada. Forbes Burnham, ex-primeiro-ministro e então presidente da República Cooperativista da Guiana, que compactuava com ideais de cunho socialista, confiscara as terras da nova República Socialista, tornando-as posse do Estado, e garantira que os assentados tirassem uma licença de um ano para o usufruto da terra, mas esta não mais pertenceria a eles. Isso causou indignação, visto que fazendeiros podero-

6 Sobretudo com as operações de retirada de invasores da área indígena Yanomami (Santilli, 2001).

7 Há controvérsias em relação a esta data. Os raros livros e documentos que buscam relatar a respeito deste acontecimento várias vezes discordam quanto aos dias ou, até mesmo, o ano em que, de fato, ocorra esse evento histórico. Os relatos já registrados não se tornam mais esclarecedores, pelo contrário, geram uma maior confusão a respeito disto. No entanto, janeiro de 1969 é a data mais aceita como verdadeira para a dita Revolta do Rupununi.

8 SILVA, Carlos Alberto Borges da. A Revolta do Rupununi: Uma etnografia possível. 2005. 260 f. Tese de Doutorado (Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

sos, criadores de gado, seriam prejudicados com essa política. Então, estes incitaram índios, utilizando-se de um discurso de exclusão de *Amerindians* (que muitas vezes eram apolitizados ou desconheciam verdadeiramente a situação), a participarem juntamente com eles (os fazendeiros ou rancheiros) em uma revolta. Paralelo a isto, conseguiram apoio da Venezuela⁹ para esta Revolta. Venezuela se comprometeu com suporte de armamentos, pessoas e treinamentos para os revoltosos.

O interesse da Venezuela se justifica pelo fim principal dos fazendeiros, que seria a criação de um Estado Independente, livre das políticas socialistas de Burnham. O fato de o presidente ser negro também agravava a antipatia destes fazendeiros, que em sua maioria eram brancos e mestiços (ou seja, *mixed* - brancos com índios). Tratava-se de uma época de grande preconceito racial, e era inadmissível para alguns que houvesse uma autoridade de etnia diferente da convencional.

Para a Venezuela, era muito produtivo conceder ajuda aos revoltosos, visto que a região a ser criado este Estado Independente condizia com boa parte da região por eles tão reclamada, a de Essequibo. Pela lógica, é muito mais fácil dividir um Estado para conquistar a parte de interesse. Este pode ter sido o pensamento que levou autoridades venezuelanas a firmar este acordo de cooperação militar para com os revoltosos, caracterizando uma situação peculiar nas relações internacionais, onde um Estado-Nação estabelece um acordo de apoio militar com civis de outro país.

O discurso de exclusão dos *Amerindians*, utilizado pelos rancheiros para atrair os índios para a revolta, se fundamenta no fato de na Guiana, nesta época, haver uma política de inclusão social que abrangia os afroguianenses e os indoguianenses. No entanto, o então presidente Burnham (no que fora intitulado a Era Burnham) priorizou os afroguianenses em posições administrativas e relativas à segurança nacional, alegando que estes eram muito mais urbanizados do que os *Amerindians* e, portanto, mais capacitados para desenvolver este tipo de tarefa.

Essa priorização aos negros em algumas áreas do serviço público, como, por exemplo, nas forças de segurança daquele país, já era recorrente muito antes disso. Já na Primeira Guerra Mundial havia uma predominância de soldados negros em contraposição aos indígenas, por conta das condições físicas superiores que os negros apresentavam em detrimento à realidade do índio. Mesmo depois de ocorrida a independência, os negros continuavam sendo os que mais desempenhavam estas atividades, como soldados, o que seria resultado da ideologia do PNC, preservada

9 Os idealizadores da Revolta recorreram à Venezuela apenas após receber uma resposta negativa na tentativa de conseguir apoio por parte do Brasil. Este se recusara por motivos históricos que envolviam a Guiana (Questão Pirara) e não queria se envolver com qualquer ato contra o país para não prejudicar as relações diplomáticas entre si (Silva, 2005).

por Burnhan a fim de que fosse proliferada por toda a Guiana. (Silva, 2005, pg. 87). Sabendo desta situação de preferência a negros em detrimento aos índios na execução das políticas de Burnhan, os fazendeiros se aproveitaram de um discurso de exclusão daqueles que eram *Amerindians*¹⁰, para suscitar neles o sentimento de revolta que lhes favoreceria no final. O fato de o ser afro ou indoguianense estar crescentemente sendo encarado com tanta relevância naquela época prejudicava a imagem de fazendeiros como grupo social política e economicamente forte, diminuindo sua importância enquanto grupo social, o que certamente não lhes agradava.

A Revolta não tivera os resultados esperados. A ação fora rapidamente reprimida pela *Guyana Defense Force* e pelo exército brasileiro, que fora acionado para defender a região de fronteira da invasão dos revoltosos guianenses fugitivos e dos venezuelanos que planejavam dar suporte aos revoltosos chegando à Guiana através do território brasileiro, por dificuldades geográficas que encontrariam se tentassem ir diretamente para a Guiana. É bem verdade, entretanto, que o fato de o movimento ter sido realizado de forma pouco ordenada (pouco planejado e com um grupo atuante um tanto quanto duvidoso – adolescentes que nunca haviam pego em uma arma e faziam parte das famílias Melville e Hart¹¹ compunham esse grupo de revoltosos) e a falha no suporte prometido pelo governo venezuelano foram determinantes para o fracasso da Revolta.

A resposta do Brasil a este movimento fora imediata. A fronteira norte brasileira, que antes era carente quando o assunto era guarnição¹², fora reforçada devido a clara ameaça internacional que esta região sofria ainda no século XX. Em março de 1969 é criado, em Roraima, o *Comando de Fronteira de Roraima* e, no mesmo ano, a *9ª Companhia de Fronteira* é transformada em *2º Batalhão Especial de Fronteira*, com comando conjunto. Apenas em 1992 este comando teria a estrutura e o nome com a qual é conhecido atualmente: *7ª Brigada de Infantaria de Selva (7º BIS)*. A forte militarização de Bonfim, município de fronteira do lado brasileiro, nos momentos seguintes à Revolta também era reflexo da forte repressão, vigente à época, a movimentos insurgentes no Brasil, de forma que a presença militar serviria também para intimidar possíveis focos de irradiação que viessem a surgir como reflexo do que houvera no país vizinho.

10 Nomenclatura dada aos índios guianenses (Silva, 2005).

11 Os Melville e os Hart foram os principais envolvidos na Revolta, sendo eles próprios seus idealizadores (Donetto, 2010).

12 Dentre muitas outras carências facilmente detectadas.

A Revolta refletiu no processo migratório em três sentidos: os militares que vieram para Roraima por conta da criação do Comando de Fronteira, os revoltosos fugitivos e os indígenas que participaram da revolta.

“Uma parte permaneceu no Rio de Janeiro, e outra retornou para Boa Vista, posteriormente seguindo para Ciudad Bolívar com ajuda do governo venezuelano. Os que tinham ascendência americana, logo se transferiram para os Estados Unidos, os outros, sobretudo os Melville, ficaram na Venezuela onde vivem até os dias de hoje. Um grupo de índios que acompanhou os fazendeiros deixou San Ignacio de Yuruani e retornou para Roraima (na mesma ocasião em que Lawrence Hart também voltava para Boa Vista), criando a aldeia Raposa II, localizada no que é hoje o município de Normandia.” (Silva, 2005)

Além desses grupos, houve também um êxodo muito grande de negros para o lado brasileiro da fronteira, causada pela forte ação realizada pelos revoltosos contra eles. Há relatos de que muitos negros teriam sido assassinados no decorrer deste movimento separatista, devido o elevado grau de intolerância racial dos envolvidos e por a maior parte desses negros se tratarem de funcionários do governo de Burnhan. Não há, no entanto, acordo entre os pesquisadores a respeito do número de vítimas, havendo uma grande discrepância entre os depoimentos que foram levantados. O fato é que, no momento da militarização da cidade de Bonfim, esta teve sua cadeia lotada por afro-guianenses fugitivos dos males da Revolta. (Silva, 2005)

3. Consequências atuais dos processos migratórios

O município de Bonfim, do lado brasileiro da fronteira, possui hoje cerca de 70% de sua população composta por migrantes guianenses, segundo moradores e autoridades locais. Esses dados não podem ser confirmados pelo IBGE, dada a dificuldade que é encontrada quando é feito o censo dos moradores da região, por se tratar de uma área de fronteira. Assim, quando os moradores são contabilizados, não há prioridade quanto a nacionalidade destes, particularmente porque os guianenses que habitam neste município preferem não denunciar sua origem nacional, o que dificulta o acesso à informação da quantidade de guianenses, no total, que residem no estado de Roraima. Na capital (Boa Vista), não constam registros no Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH) de migrantes guianenses, mas o motivo para isso está que o serviço prestado por esse centro depende da disposição do próprio migrante em se fazer conhecido, o que dificilmente ocorre, muitas vezes pela ilegalidade de sua situação e o desejo de permanecer no país. No entanto, é possível encontrar muitas famílias provenientes da Guiana na região periférica da capital roraimense, como ressalta Carlos Alberto Borges da Silva (2005).

Para coleta de dados que culminariam em sua tese de doutorado intitulada *A Revolta de Rupununi: Uma etnografia possível*, defendida em 2005, o pesquisador Carlos Alberto Borges da Silva entrevistara o então diretor do IBGE de Roraima em exercício no ano de 2004, questionando a respeito do crescimento socioeconômico detectado em Roraima.

“A partir da independência da Guiana a coisa mudou bastante, inclusive a própria movimentação revolucionária na Guiana que abriu, de uma certa forma, as perspectivas do governo militar da época em povoar esta região. Por exemplo, a abertura da estrada 401 (que sai de Boa Vista a Bonfim), a construção da ponte dos Macuxis (porque nós estamos numa distância de cento e poucos quilômetros, é bastante perto da fronteira). E a movimentação toda que estava ocorrendo lá, de certa forma preocupava, a questão de segurança na nossa fronteira. E uma das medidas, entre várias outras, nesta mesma época houve a intensificação de recuperação de estradas, de abertura da estrada pra Manaus. Então, esse período foi um período que intensificou um pouco mais as atividades de investimentos federais em Roraima, em função disso.”, diz ele.

A divisão entre classes sociais no interior das aldeias guianenses tem impedido a criação de uma identidade pan-indígena, ou seja, uma identidade única que compreenda a todos os indígenas da mesma localização geográfica. Essa dificuldade de criar uma identidade e identificar uma ideologia comum também é encontrada quando comparados os índios de uma mesma etnia que vivem nos aldeamentos e os que são urbanizados e habitam em cidades de fronteira como Lethem e Bonfim. O posicionamento em questões políticas é perceptivelmente diferenciado entre esses dois grupos.

“Muacir Baretto, em janeiro de 2005, afirmou: ‘Os índios que moram nas cidades como Lethem e Bonfim têm uma perspectiva bem diferente daquela dos índios que habitam as aldeias. Muitos habitantes de Bonfim têm criticado a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.’” (Baines, 2012)

Uma forte e interessante característica dos indígenas dessa região é a posse de documento de identificação tanto do Estado brasileiro quanto guianense, conferindo à boa parte desses indígenas moradores dessa zona de fronteira a dupla nacionalidade e, muitas vezes, dois nomes diferentes para o mesmo indivíduo, um para cada registro de documentação. Segundo Cardoso de Oliveira, isso fortalece a tese de um processo de transnacionalização destes povos indígenas.

Com essas flutuações econômicas e políticas ao longo da história de ambos os países e a redução de recursos para as políticas públicas que atendem a esses grupos étnicos, há um aumento da ação de outros agentes além do Estado guianense ou brasileiro na região de trânsito desses povos indígenas. Segundo Stephen Grant Baines,

“ONGs indígenas, indigenistas e ambientais, nacionais e transnacionais, passaram a desempenhar um papel predominante, com frequente sobreposição de interesses”.

Ainda se encontra vigente a problemática da super lotação no principal hospital da Boa Vista, capital de Roraima (Hospital Geral de Roraima – HGR) devido à forte demanda vinda dos interiores, por conta de uma decadente rede de saúde pública disponibilizada para a população interiorana, assim como a alto número de guianenses, sejam eles indo-guianenses ou afro-guianenses, que adentram as fronteiras em busca de melhores atendimentos para o tratamento de suas doenças e, até mesmo, para o nascimento de seus filhos, provocando um caos em hospitais que não tem estrutura para atender toda a demanda deste gigantesco raio que o cerca, incluindo os próprios habitantes da capital.

Conclusão

Os processos históricos, econômicos e sociais no interior de ambos os países que compõem o foco de análise deste artigo foram definitivos para a formulação do quadro de fluxos migratórios da região de fronteira norte brasileira. A instabilidade encontrada tanto na República Cooperativista da Guiana quanto na República Federativa do Brasil, ainda que em momentos diferenciados da História, são capazes de formar ciclos nesse fluxo migratório, que ora pende para o Estado Guianense, ora para o Estado Brasileiro.

Pode-se entender que as semelhanças no recorte étnico no interior desses países encontra também suas peculiaridades. Ainda que no caso do Brasil, a ação contra os povos indígenas realizada pelos fazendeiros e garimpeiros da região também tivesse seu teor racial, este fato ainda se encontra mais velado do que no caso guianense. A disputa étnica encontrada nesta nação tem uma característica muito mais acentuada e estruturada na questão política, se comparado com aquilo que ocorrera em Roraima.

Esses processos migratórios refletem na constituição de uma identidade própria dos agentes desse fluxo, principalmente no caso dos indígenas, que não conseguem desenvolver uma identidade pan-amazônica. Dentro de uma mesma etnia, há grupos de costumes diferenciados, com inclinações e atuação política totalmente divergentes entre si, como no caso do posicionamento de índios em relação à homologação das terras indígenas da Raposa Serra do Sol, como fora exposto há algumas linhas, neste artigo. Além disso, há outros dois fatos que formam essa teia identitária um tanto quanto mais complexa: a negação da nacionalidade guianense por parte dos residentes na zona de fronteira brasileira provenientes daquele país, e a documen-

tação, brasileira e guianense, contendo nomes diferentes, que muitos dos migrantes possuem.

As implicações desse processo são visíveis ainda nos dias de hoje, principalmente quanto à superlotação dos hospitais da capital de Roraima sem que haja estrutura para tanto. Isso, dentre outros fatores, resulta em atendimento de má qualidade à população local, configurando um grave problema para a região.

Referências Bibliográficas

JUNIOR, Jorge Donetto. *Dissuasão convencional da América do Sul: O caso da tríplice fronteira Venezuela-Brasil-Guiana*. 2010. 146 f. Dissertação (Pós Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

DAVIES, John. *Guyana-Venezuela Border Conflict*. Center for International Development and Conflict Management, University of Maryland; 2002. Disponível em: <http://www.cidcm.umd.edu/pic/initiatives/guyana-venezuela/guyana~2.pdf>. Acessado em: 07 jun. 2012.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta do Rupununi: Uma etnografia possível*. 2005. 260 f. Tese de Doutorado (Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

BAINES, Stephen Grant. O Movimento Político Indígena em Roraima: Identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana. Caderno CRH, vol. 25, nº 64. 2012.

PEREIRA, Mariana Cunha. A memória de brasileiros e guianenses sobre a Revolta do Rupununi na fronteira Brasil-Guiana. Revista Textos e Debates, vol. 1, nº 14. 2008

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. *A Questão do Pirara (1829-1904)*. – FUNAG; Brasília, 2009.

“FAMILIARES DE ASSASSINADOS PEDEM JUSTIÇA. NOSSOS PARENTES NOS DEIXARAM, MAIS (SIC) A LUTA CONTINUA”. CONFLITOS VIOLENTOS NO CENÁRIO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – QUESTÕES ESPECÍFICAS DE RORAIMA

1. Introdução

Este artigo tem como finalidade apresentar algumas questões sobre conflitos violentos na Amazônia brasileira, mais especificamente em Roraima, como também contextualizar a partir das matrizes históricas as origens das ações violentas contra os povos indígenas, para isso é feita uma análise historiográfica dos conflitos envolvendo populações indígenas e os colonizadores desde as guerras justas aos levantes indígenas, como resistência as investidas dos conquistadores.

O segundo momento do artigo pretende fazer uma leitura dos acontecimentos violentos mais recentes com relação as populações indígenas de Roraima. São apresentados vários casos de conflitos e a luta na disputa pela terra envolvendo índios, rizicultores e fazendeiros, mineradores na área de interesse em questão a terra Raposa Serra do Sol.

Finaliza-se o artigo como uma discussão sobre conflitos versus desenvolvimento onde são expostos argumentos. Nesse tópico são refletidos como os modelos de desenvolvimento pensado a partir de uma ótica capitalista não se coadunam com a dinâmica das populações locais e isto tem sido o mote gerador de ações conflituosas e violentas.

2. Antecedentes históricos dos conflitos

A citação “Familiares de assassinados pedem justiça. nossos parentes nos deixaram, mais(sic) a luta continua”, expressa em uma faixa pelos índios Macuxi, em manifestação pública na cidade de Boa Vista, no mês de maio de 2012, solicitando justiça no julgamento dos acusados pela morte do indígena Aldo da Silva Mota,

* Mestrando em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. Email: psergio04@gmail.com

ocorrido em 2003, vítima de assassinato em uma fazenda localizada no município de Uiramutã, é o reflexo de centenas e centenas de anos de lutas sistemáticas e contínuas contra povos indígenas. Às raízes desses conflitos são históricas, percebe-se que na Amazônia os processos de colonização instaurados por portugueses, espanhóis nos séculos XVI e XVII aconteceram com muitos embates violentos, deixando muitos índios mortos.

Para iniciar a contextualização sobre violência contra índios na Amazônia parte-se de Santos (2002) que faz uma análise historiográfica dos conflitos envolvendo populações indígenas e os colonizadores, configuradas como guerras, como também destaca os levantes indígenas, como resistência às investidas dos conquistadores. As guerras ou os confrontos armados entre indígenas e portugueses podem ser compreendidos como estratégias dos habitantes locais à ocupação dos seus territórios pelos processos de colonização lusitana. Os vários levantes das populações indígenas e as fugas constantes dos “índios aldeados” demonstraram a insatisfação “à disciplina colonial europeia imposta nos aldeamentos” (SANTOS, 2002, p. 23) e tinha por objetivo punir aos “insultos” cometidos aos núcleos coloniais.

De muitos modos foram às práticas violentas utilizadas pelos colonizadores portugueses na Amazônia, uma dessas formas foram recrutamentos da força de trabalho indígena, nos *descimentos*. Curiosamente a Coroa Portuguesa utilizava-se dos serviços de missionários de várias congregações religiosas para que pela força do convencimento capturassem os índios forçando a “viverem como gente civilizadas”. Outra maneira violenta para o recrutamento foi a utilização da força e coação. Diz SANTOS (2002 p. 25): “Tal modalidade de recrutamento eram acompanhadas de massacres e aprisionamentos”.

A expansão territorial (SANTOS, 2002) e a formação das fronteiras na Amazônia (BOTÍA, 2010) ocorrerem tiveram como elementos constitutivos a tal fim os indígenas dessas regiões, utilizados contra seus próprios interesses foram subjugados aos objetivos expansionistas tanto da Coroa Portuguesa e com também Espanha, através da mão-de-obra escrava, foram aldeados, catequizados e guardaram as fronteiras. Além dos conflitos armados entre os indígenas e portugueses, consequência de muitas mortes de grupos étnicos outros fatores contribuíram para dizimar populações indígenas foram às doenças adquiridas pelos contatos com os colonizadores. No período colonial pode-se dizer que esses ocorridos, vitimaram milhares de indígenas, foram considerados como uma das maiores catástrofes da humanidade, na época (SANTOS, 2002).

Os processos da conquista para as definições das fronteiras na Amazônia foram de naturezas agressivas e conturbadas em relação aos populações indígenas de diversas etnias existentes na região, em que muitas delas foram extintas. Contudo, não se pode pensar que os indígenas sofreram passivamente às políticas para demarcação de fronteiras sem que tivessem reagidos a invasão de seus territórios. Um das reações foi o isolamento “voluntário”, etnias que participaram ativamente das expedições de delimitação dos espaços coloniais e nacionais na Amazônia com o objetivo de impor em toda a região o domínio da ocupação garantido pelas delimitações dos espaços territoriais (BOTÍA, 2010).

Nas raízes históricas das ações violentas contras as populações indígenas, na delimitação dos marcos fronteiriços, pode-se reportar ao século XVIII, quando às margens do Amazonas e os dominado foram estabelecidos constituído presencialmente pelas Missões religiosas e pelos Fontes militares. Essas duas instâncias fortes e missões, marcaram o início das cidades e assentamentos nas regiões ribeirinhas, consquentemente o asfatamento das populações indígenas para outras regiões. As diputas territoriais para garantir os limites dos espaços na Amazônia fizeram com que tanto por Portugal quanto por Espanha adotassem posturas diferenciadas. Enquanto as fronteiras delimitadas por Portugal eram guardadas por forças militares em suas fortalezas, já para os domínios espanhóis as missões religiosoas foram determinantes, muito mais que as forças militares (BOTÍA, 2010). Seja de um ou de outro modo os índios da região estiveram subjugados aos interesses tanta da Espanha quanto de Portugal, como corpo constitutivo da base de enfrentamento para as definições das fronteiras.

A exploração da mão de obra indígena de grupos foram incorporados aos trabalhos das expedições de fronteira, as aldeias das missões jesuítas do baixo Amazonas, formadas por povos nativos, foram recrutados a força, constituíram a base das expedições das demarcações. Aceresceta BOTÍA (2010, p. 11) que:

“Las expediciones necesitaban de su concurso para la construcción de las embarcaciones, la conducción y movilización de las mismas como remeros, las labores de guianza y otras actividades relativas a la logística y la subsistencia alimentaria de los expedicionarios”.

Se por um lado os índios foram determinantes para que Portugal e Espanha delimitassem as fronteiras a partir dos interesses políticos, por outro predominou o poderio das duas nações sobre tais populações, manipulando, escravizando, eliminando suas culturas e suas existências físicas.

O predomínio da força e das armas dos conquistadores espanhóis e portugueses não garantiu plenos poderes sobre os povos dessa região. Ao contrário do que

alguns historiadores,relutam em afirmar, sobre os processos de ocupação dos europeus como glamorosos e extremamente pacíficos, contudo a contra-história baseada no rigor metodológico e de documentos afirma que houve reação dos indígenas habitantes da Amazônia. Não aceitar participar das expedições foi uma das reações, como a recusa na construção de embarcações, apoio alimentar. Diz Botía (2010, p. 11): “Fueron ellos los primeros em abandonar los trabajos impuestos por las autoridades portuguesas que comandaban La expedición”.

A consciência da monopolização de alguns grupos indígenas possibilitaram reações violentas, mas nem sempre vitoriosas em relação aos oponentes europeus. Um dos casos mais emblemáticos evidenciado na história foi o da etnia Manaós, que ao enfrentar os portugueses tiveram mais de 20.000 indígenas mortos, isto na primeira metade do século XVIII. A justificativa da Coroa Portuguesa foi baseada na recusa dos índios em não participar dos trabalhos de “desbravamentos”, afirma Botía.

3. Ações violentas mais rescentementes

Voltando-separa uma historiografia mais recente, percebe-se atopotado de afirmações como: “brancos e índios sempre tiveram convivência pacífica” ou expressões que apontam uma situação pacífica de acordo com o interesse das coligações poderosas, como podemos ver em Miranda: “A população indígena, de forma inequívoca, diz sim à convivência pacífica de índios e não índios, com a demarcação da área indígena respeitando-se as cidades [...] E, contra fatos, certamente, não há argumentos”. (2002, p. 190). Em estudo coordenado por Miranda, Em 2003, o governador de Roraima Francisco Flamarion Portela instituiu pela Lei nº 373, 22/05/03 o Grupo Técnico Especializado de Estudos das Áreas Indígenas – GTE/RR, sob a coordenação de juiz Alcir Gursen De Miranda. O Art. 2º define a finalidade do Grupo:

“...a elaborar estudos jurídicos, antropológicos, etno-históricos, sociológicos, fundiários e cartográficos das áreas de terras identificadas, delimitadas, demarcadas e homologadas, com o objetivo de subsidiar o Governo do Estado na adoção de medidas administrativas e judiciais, no resguardo dos interesses do Estado”.

O grupo produziu um longo documento intitulado de Área Indígena Raposa/Serra do Sol: Visão Regional, o mito da convivência pacífica é exaltado mais uma vez: Do início do século XX até 1970, os índios viviam em clima de harmonia com os não-índios, segundo se aludiu inicialmente. Nesse período, houve uma integração social e até cultural. Os índios passaram a conhecer e utilizar os objetos e alguns equipamentos de produção trazidos pelos não índios, como terçado, enxada, macha-

do, serrote e outros. De 1970 a 2003, houve vários avanços positivos na população indígena com a implantação das escolas em várias comunidades pelo governo do ex-Território Federal de Roraima. Desde o início da década de 50, já existia a Escola Padre José de Anchieta, na Vila Pereira, situada na margem esquerda do rio Surumu, implantada pela Diocese de Roraima com o objetivo de alfabetizar e catequizar os habitantes da região, a qual, em princípio, funcionava em regime de internato. Ali, portanto, conviviam, harmoniosamente, índios e não índios. (MIRANDA, 2004, p. 113).

Também é comum afirmações de que as situações conflitantes entre brancos e índios datam a chegada dos jovens Missionários da Consolata na década de 60 e sua atuação junto aos povos indígenas¹. Para Miranda o que justifica a quebra da convivência pacífica foi à chegada dos padres especificamente Giorgio Dalben, Sabino, Bruno e Thiago. Também na década de 1970 a mudança de estratégia da Diocese em relação às questões indígenas com a implantação do programa “Vai ou Racha” alterou o humor dos indígenas antes amistosos e amigos dos não índios, agora inimigos que buscam a reconquista das terras supostamente tomadas pelos posseiros (MIRANDA, 2004, 115). Séculos de dominação, violência, violação das culturas existentes, extermínio de etnias, praticada contra grupos indígenas² são negados em muitos escritos historiográficos.

Roraima é um dos estados mais jovens da federação com uma das maiores populações indígenas, são mais de 45 mil no interior, somente na terra indígena Raposa Serra do Sol temos 20 mil e mais de 10 mil em Boa Vista a capital, onde vivem em bairros periféricos, sobrevivendo de subemprego com longas jornadas de trabalho. Alguns negão sua própria condição de índio como forma de se proteger e garantir sua sobrevivência.

Embora a terra indígena Raposa Serra do Sol tenha ganhado notoriedade nos últimos anos, tanto a nível nacional como internacional, ainda é uma região desconhecida dos brasileiros. Situada a nordeste do estado de Roraima, mapa 1, está encravada dentro dos municípios de Pacaraima, Normandia, Uiramutã. Vivem nesta área as etnias, Ingarico, Macuxi, Patamona, Wapixanas, Taurepangue. Compreende uma área de 1 milhão e 700 mil hectares. Esta localizada a 120 Km de Boa Vista, a ca-

1 A esse respeito o trabalho de VASCONCELOS, André dos Santos. Negação do Óbvio. A omissão da morte no conflito XunumuTamu nos jornais de Boa Vista, nas páginas 45 a 52, apresenta como a mídia local aborda a questão da violência tratando-se da Igreja Católica na história recente de Roraima.

2 Porém um novo discurso mostra que não foi tão amável a relação entre os dominadores e os habitantes indígenas no Rio Branco, como podemos citar os trabalhos de Farage (1991), Santilli (2003), Guilherme (2003).

pital de Roraima, com difícil acesso, pois inexistem estradas pavimentadas. Somente uma parte dela é coberta pela rede de telefonia fixa, como também pelas redes de televisão VIEIRA, SILVA, RAMALHO (2010).

Em Roraima, vários empresários ligados ao setor agropecuário ocupavam a terra indígena Raposa Serra Sol. Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente rizicultores. Estes últimos chegaram a região por volta de 1970, adquirindo posses, de antigos fazendeiros. Localizavam-se numa área de mais de 100 mil hectares com uma produção de 160 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, com mais de 30 mil cabeças de gado e de três mil hectares de plantação de soja. Estavam por assim dizer na melhor área da região para cultivo de arroz, terra fértil e água e abundância. Para o presidente da FUNAI, o historiador Márcio Meira, um dos principais fatores para uma nova onda de ataque as terras indígenas é expansão econômica, especialmente do agronegócio, em direção as regiões onde vivem os índios.

Foi a partir do acirramento pelo controle das terras indígenas em Roraima no final da década de 1960 que passamos a verificar, com mais intensidade, o aumento da violência contra os povos indígenas em especial, a etnia macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Foi o próprio aumento da violência que, levou boa parte dos povos indígenas, auxiliados pela Igreja Católica, a um processo de organização política, nos moldes dos não índios(VIEIRA, 2007).

Muitos já afirmaram que os índios de Roraima passaram a reunir-se na Missão São José, fundada em 1949, pela Consolata na vila Surumú, somente para tratar de assuntos religiosos. Contudo, Nagib Lima e vários dirigentes locais da FUNAI, haviam observado que as primeiras reuniões dos índios datam de 1968, momento em que a Igreja se preocupava somente em ministrar alguns cursos de cunho religioso. Porém, ao término dessas reuniões, afirma o autor, os índios tiravam algum tempo para discutir os problemas que enfrentavam nas suas regiões. Nessas conversas, a princípio informais,destacava-se a invasão de suas terras. Numa história mais recente de Roraima, os principais conflitos violentos contra os povos indígenas estão relacionados à ocupação da terra, principalmente por fazendeiros, rizicultores, garimpeiros, que acirram conflitos violentíssimos deixando vítimas de ambos os lados. Porém, é bom ressaltar que os conflitos sempre ocorreram de forma assimétrica prevalecendo à força das armas, das instituições, dos meios de comunicação entre outros (VIEIRA, SILVA, RAMALHO (2010)

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação

de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas, por meio da cooptação de suas lideranças; da força que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e posterior tomada das suas terras; e com acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do SPI ou da Funai.

Nas primeiras Assembleias, e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a falar mal dos fazendeiros, derrubar cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrada rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comunidades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, nas assembleias indígenas, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à Funai e a reivindicar por escrito desse órgão que para eles estava completamente desacreditado, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras (VIEIRA, 2007).

As ações violentas dos fazendeiros também tiveram como pano de fundo o não reconhecimento da organização indígena, visto como uma ameaça a sua presença nas terras que, por direito natural, não lhes pertenciam, mas, sim, aos povos indígenas. A partir do momento em que os povos indígenas dos lavrados despertaram para a criação de gado, foi necessário construir cercas, currais e barracos, o que fez vibrar como ameaça: “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, os rebanhos das comunidades iriam aumentar de maneira tal que não poderiam mais defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não têm criação” (CIDR, 1990, p. 47). A reação dos fazendeiros ao princípio de organização indígena passou a ser violento. As ações da organização indígena passaram a incomodar e isso para muitos ecoou como uma afronta. No entanto, a organização indígena, com o passar dos anos, ficou mais representativa na luta pelo direito a terra (SILVA, 2007). Organizados com informações coletadas a partir de 1970, mostra que os indígenas não ficaram passivos frente a ação dos invasores, reagiram de muitas maneiras como bloqueando pontes, ocupando fazendas, sequestrando não indígenas, destruição de propriedades, expulsão de garimpeiros, roubo de gados, ações na Justiça e protestos. A imagem constituída do indígena bom, apático, foi desconstruída com suas reações, muito embora o índio dos discursos de políticos roraimenses, não estavam nas mesmas condições de igualdade em relação aos não índios, uma espécie de fantoche incapaz de auto-determinar e sem

condições de conduzir-se por iniciativas próprias (LEAL, 2012).

Por outro lado os processos violentos contra as populações indígenas localizadas na área Raposa Serra do Sol se intensificam depois de uma forte expansão pecuarista, uma continuidade do garimpo além de muitos indígenas estarem submetidos a um regime de trabalho forçado num esquema de dívidas por troca de mercadorias. Fazendeiros passaram a queimar aldeias e a matar suas lideranças. Assim foram diversas as lideranças indígenas ou não que tombaram mortas, entre outros tipos de ações violentas entre os anos de 1970 a 2009, conforme documento do CIR:

“Durante a luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 21 (vinte e um) lideranças indígenas foram assassinadas, em muitos casos foi declinada a competência da Justiça Federal para a Justiça Comum Estadual processarem e julgarem os casos, o que nunca aconteceu. Também tem vários casos por tentativas de homicídio e ameaças, conforme o resumo: Crimes cometidos contra os povos indígenas da TI Raposa Serra do Sol: 21 homicídios, 54 ameaças de morte, 51 tentativas de homicídios, 80 casas destruídas, 71 prisões ilegais, 05 roças queimadas e 05 cárceres privados”. (p. 02)

Nesse processo de resistência a organização indígena que se intensificou a partir da década de 60 desempenhou um papel de destaque. Seja nas Assembléias organizadas pelos religiosos da Igreja Católica, ou através de documentos enviados a FUNAI e as autoridades federais os indígenas buscaram dar visibilidade aos problemas enfrentados em suas comunidades, como uma forma de combater a violência por eles sofrida (VIEIRA, 2007)

Um dos principais obstáculos que os indígenas tiveram que enfrentar para garantir o cumprimento de seus direitos, principalmente o direito a terra, foi o comprometimento de vários setores da sociedade roraimense com os interesses daqueles que ocupavam ilegalmente as terras indígenas.

A homologação da área Raposa Serra do Sol em abril de 2005 não significou o fim dos atos, como se esperava acontecer. Recentemente, isto é, em maio de 2012, em documento divulgado publicamente na cidade de Boa Vista pelo Conselho Indígena de Roraima – CIR ressalta o seguinte apelo:

“As lideranças e suas comunidades indígenas dos Povos Ingaricó, Macuxi, Taurepang, Patamona, Saporá, Wai-Wai, Wapixana, Yekuana e Yanomami exigem das autoridades justiça pelos sucessivos atos de violência contra os povos indígenas, que vêm aumentando assustadoramente a partir do reconhecimento dos seus direitos à terra”(grifo nosso) (CIR, 2012, p. 03).

Tais ações violentas não são exclusividade dos povos habitantes na área Raposa Serra do Sol, contudo outras etnias sofrem pressões sobre as terras indígenas e tem-se configurado uma constância. Estratégias ilegais têm sido adotadas por grupos

inescrupulosos para extração de ouros e outros minérios nas áreas indígenas de Roraima, mais precisamente na região do grupo étnico Yanomani. Operação realizada pela Polícia Federal em julho de 2012 desarticulou mais uma vez grupos de garimpeiros atuando ilegalmente nas terras dos povos Yanomami. São grupos criminosos, segundo a Polícia Federal, constituídos por grandes empresários do ramo de joalheria e grupos de garimpeiros que agem para extrair ouro, provocando sérios danos ao meio ambiente, além da transmissão de doenças aos yanomami. (TUROLLO JR, 2012)

O que pode motivar ações violentas de todas as naturezas aos povos indígenas na atualidade? Não há uma simples resposta para dar conta de toda a complexidade que envolve as causas indígenas, é possível que haja inúmeras explicações. Todavia, pode-se considerar, também, como um dos motivos das agressões aos índios e suas comunidades o fator econômico, agrupado a determinadas conveniências políticas de grupos oligárquicos. São motivos dessas ações violentas a ambição pelo apossamento das riquezas existentes nas áreas indígenas como minério, madeira, vegetais, fauna e acrescenta Dallari (2009, p. 52): “além dos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas, sem precisar pagar por isso e sem qualquer compromisso”.

O discurso da Amazônia sem índio perpassa pela a apropriação indevida e a qualquer custo dos bens naturais onde estão os indígenas, geralmente são grandes empresas ou pessoas, como empreenderas, investem grandes quantias financeiras para explorar a agropecuária, os minérios, madeiras e até em fauna e na flora brasileiras, por seu potencial econômico. (DALLARI, 2009). A violência contra os povos indígenas tem sido constantemente modificadas, se antes as práticas eram marcadas com confrontos diretos, escravidão, mortes por epidemias hoje além disso outros fatores foram agregados como a negação da presença indígena, negação dos direitos territoriais, discurso político anti-índio, ocupação das terras indígenas para a produtividade agrícola. Tem prevalecido a concepção de uma Amazônia sem índios e mecanismos diversos, contrários aos direitos indígenas, foram adotados para tal fim como medidas técnicas, legislativas, legais e até judiciais (NEVES, 2012).

Um dado importante chama a atenção nesse estudo sobre conflitos violentos na Amazônia é o modelo colonizador baseado na “predação dos recursos naturais espoliação das comunidades existentes, concentração da propriedade da terra e violência. 69% do total de conflitos por terra, 79,3% dos assassinatos, 85% das ameaças de morte, se deram na Amazônia”(CPT, 2011, p. 08).

Os objetivos econômicos orientam os interesses e estratégias sejam de grupos empresariais, fazendeiros, garimpeiros e outros na condução de ações que promovem a exploração dos povos indígenas, tendo como consequências os conflitos de

interesses, enquanto os grupos econômicos tentam impor as regras ditadas pela “lei do mercado” desprovidas ética e legitimidade democrática (DALLARI, 2009) por outros as comunidades indígenas em seus movimentos crescem em organização e mobilização, ameaçando interesses dos que promovem os abusos contra os povos indígenas, basta lembrar os mais de 30 anos de mobilização pela demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol. Assim, na condição de sujeitos históricos os índios são capazes de questionar, de lutar, de incomodar os grupos hegemônicos, interessados em seu desaparecimento, continuem tratando-os como “invisíveis” (JESUS, 2012).

4. Ações violentas versus desenvolvimento

O conceito desenvolvimento é carregado de muitas semânticas e podem não se aplicar em sua totalidade ao modo de vida das comunidades indígenas, já que desenvolver é perfazer o caminho da acumulação do capital, numa acepção as ideias do filósofo alemão Karl Marx (1818 - 1883). Na ótica antropológica o desenvolvimento é um conceito etnocêntrico e não se adéqua as realidades das comunidades indígenas, onde cada povo tem seus referenciais e conforme sua cultura, crescem e “desenvolvem-se” sob outras perspectivas. As formas de desenvolvimento capitalistas podem ser assimiladas pelos indígenas, disto eles não estão. Numa fala do índio tuxaua Abel Barbosa, ligado ao movimento SODIUR, foi reproduzida no Jornal Folha de Boa Vista, 19 de março de 2009, edição online, em ele afirma: “Somos aculturados, temos filhos estudando na cidade, fazendo faculdade. Queremos o desenvolvimento, não vivemos isolados. A gente quer criar, plantar, comprar e vender gado, produzir”.

O ponto nevrálgico para Dallari (2009) é a supervalorização do desenvolvimento econômico, motivo pelo qual faz sob pretexto ocasionar invasões de áreas indígenas. Também nessa compreensão de visualizar o crescimento econômico as terras ocupadas pelos índios seria um absurdo, pois não estariam a serviço dos grandes grupos econômicos com competência para desenvolver e produzir, daí o chavão “Pra que tanta terra para pouco índio?”.

Durante o período precedente e mesmo pós a homologação da área Raposa Serra do Sol os discursos ideológicos veiculados nas mídias impressas e televisionadas apregoavam que Roraima iria deixar de se desenvolver, com a perda da área indígena em questão. Contudo não era muito evidente para as pessoas menos esclarecidas o tipo de desenvolvimento em jogo em que 6 fazendeiros instalados por má fé na Raposa Serra do Sol, que tinham como base cultivo agrícola a monocultura do arroz produzido a base do envenenamento dos rios por agrotóxicos, por outro o futuro

de 9 grupos indígenas, equivalente a metade da população do estado de Roraima, lutavam para assegurar o direito originário da terra. (LOEBENS, 2008).

Brasil (2008) destaca que o desenvolvimento a partir dos padrões capitalistas projetados para ser executados na Amazônia, aplicando-se também as especificidades de Roraima, tende a serem geradores de conflitos intensos (BRASIL, 2008). O grande perigo na Amazônia, nos dizeres de Luiz Gonzaga Lessa, ex-comandante militar da Amazônia (Brasil 2008) é a inviabilização do desenvolvimento da região tendo em vista os amplos territórios destinados aos corredores ecológicos, às áreas de proteção ambiental e as terras indígenas. É necessário fazer crescer a região a qualquer custo, mesmo implicando em consequências de naturezas diversas, pois como bem afirma Araujo (2012) deve-se investir no agronegócio, pois só assim a região sairá do penúria em que se encontra.

Os modelos de desenvolvimento implantados ou em vias de implantados na Amazônia Brasileira trazem consigo conseqüências nefastas tanto ao ambiente quanto aos grupos sociais, motivo de muitos conflitos socioambientais. Os padrões agrários, fundados na lógica do agronegócio, são geradores de confrontos na região, pois envolve interesses de grandes grupos empresariais na disputa por territórios. (SILVA; SATO, 2012). Os discursos políticos sobre o desenvolvimentismo para a Amazônia têm a prevalência do ufanismo e que é necessário crescer. O dito desenvolvimento é concebido a partir de uma ótica do grande capital e de paradigma único, desconsiderando as peculiaridades de cada comunidade com o seu ritmo próprio de crescimento, inerente a sua matriz cultural. As atividades agrícolas de larga escala e em expansão têm sido adotado como sinônimo de desenvolvimento necessário, condição *sinequa non* da prosperidade empresarial, contudo: “Proibir que uma empresa que vai gerar quase mil empregos diretos num Estado que vive a política do contracheque, é o mesmo que decretar a falência desse Estado!” (ARAÚJO, 2012, pp. 02).

As demarcações das áreas indígenas são consideradas como uma afronta ao desenvolvimento do estado, que precisa crescer e gerar riquezas. Nessa ótica capitalistas demarcar é condição de atraso e os índios um entrave para o “progresso” do estado. Esses discursos estão presentes no imaginário consciente das pessoas, que o assim entendem e reproduz sem julgamento crítico. Escritos encontrados em obras sobre Roraima também endossam o discurso do atraso:

Nós, roraimenses, sabemos, pelos fatos que assistimos, que está em curso um processo visando inviabilizar esta terra como unidade da Federação. A interdição de enormes áreas, seja sob o regime de demarcação, atendendo reivindicações dos defensores da causa

indígena, seja sob o regime de delimitação de parques nacionais ou reservas ecológicas, produzirá pelo menos duas graves conseqüências: a condenação de Roraima como Estado, que tem nas vocações agropecuária e mineral suas principais características, impossibilitado que ficará de explorar esses recursos, além da incerteza que se abaterá sobre o futuro dessa minoria que forma um valioso patrimônio histórico e cultural da região. (BRASIL, 2001, p. 12)

Para o antropólogo Repetto da Universidade Federal de Roraima os conflitos em Roraima, especificamente nas áreas indígenas, são criados quando o conceito de ‘desenvolvimento’ chega com a determinação da implantação de projetos econômicos. É algo que se impõe alheamente ao universo cultural indígena:

Esse sensacionalismo atemoriza às pessoas, obrigando-as a aceitarem o ‘desenvolvimento’. Nessa ótica sensacionalista, os conflitos entre indígenas assumem uma forma grotesca. E isso, está de alguma forma relacionado à questão das terras e da cultura indígena. São conflitos, enfim, que parecem não ter cabo, que se mantêm latentes e afloram violentamente em certos períodos”. (REPETTO, 2008, p. 95)

Os conflitos na Amazônia tendem a se acentuar nos processos de transformações geopolítica, em que a custa do desenvolvimento econômico as demandas por água, energia, minérios, combustíveis e espaços territoriais, que pode ser percebido, nestes últimos anos, de modo mais intensificado com a implementação de hidrelétricas (Girau, Belo Monte), hidrovias, ferrovias, pavimentação de estradas, avança das fronteiras agrícolas. Vale ressaltar que todos os grandes projetos têm sido executados sem o devido planejamento, afirmam SILVA; SATO (2012) afetando o meio ambiente e as populações locais.

5. *Considerações Finais*

Ao finalizar o artigo os resultados esperados com a pesquisa chegaram as algumas conclusões em relação aos conflitos violentos na Amazônia brasileira, especificamente em Roraima. A primeira conclusão é que a adoção da violência contra os povos indígenas foram a partes das estratégias de utilizar a mão-de-obra dos índios para a implantação dos projetos coloniais na região; segundo, os conflitos violentos não foram uma via de mão única, os indígenas também reagiram violentamente às investidas dos colonizadores, não ficaram passivos as ações agressivas, muito embora em alguns momentos a assimetria da relação entre índios e não-índios favorecem os conquistadores; terceiro, modelo de desenvolvimento econômico, com base numa estruturação capitalista de acumulação de capital para a região Amazônia é quase sinônimo de conflitos entre interesses divergentes.

Outros resultados alcançados com a pesquisa possibilitou explicar que na atualidade são adotados muitos mecanismos para anular os índios da Amazônia, com mecanismos que envolvem questões de ordem jurídica, legais, ocupação de terras, modelos de desenvolvimento e outros, contribuindo para a “Amazônia sem índio”.

Por fim, o artigo contribuiu para um olhar sobre os vários interesses divergentes implicam em conflitos, pois não há como conciliar visões de mundo, visão de interesses, visões de negócios em uma mesma perspectiva em que os valores culturais, ideológicos são distintos.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, F. Zoneamento da cana-de-açúcar. Folha Web. Disponível em: http://folhabv.com.br/Noticia_Imprensa.php?id=132437.

BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate. Los pueblos indígenas en la formación de la frontera amazónica de Colombia y Brasil. Letícia-Colômbia, 2010. (impresso)

BRASIL, Amazonas. Amazônia: A estratégia dos conquistadores e as fragilidades da região. Pró-Roraima, 2001. (digitalizado)

BRASIL, Amazonas. Roraima e a questão fundiária. Boa Vista: Editora Folha de Boa Vista, 2008.

CANUTO, A. et. al. (orgs). Conflitos no Campo Brasil 2011. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=23&view=finish&cid=274&catid=43. Acessado em: 30 junho 2012.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DIOCESE DE RORAIMA. Índios e Brancos em Roraima. Brasília: Editora Gráfica Ltda, 1990 (Coleção histórico-antropológico Nº 2)

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA. Memorial Aldo da Silva Mota. Mobilização dos Povos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. (impresso)

DALLARI, Dalmo de Abreu. Os direitos humanos dos índios. In.: MIRAS, J.T. et al.(org.) Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os direitos constitucionais no Brasil. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões. Os povos indígenas no rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

JESUS, Zeneide Rios de. Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoZeneideRJ.pdf. Acessado em: 15 junho 2012.

JUSTIÇA JÁ – BASTA DE IMPUNIDADE! TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL. Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 14 de maio de 2012. Boa Vista. (impresso)

LEAL, Maria do Socorro Pereira. Raposa Serra do Sol no discurso político roraimense. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

LOEBENS, Francisco. Raposa Serra do Sol: uma elite sem argumentos. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/opiniaio/artigo_detail.cfm?id=267880. Acesso em: 4 nov. 2012.

NEVES, João de Neves. O discurso de construção de uma Amazônia sem índios (ou: o discurso anti-índio para a desconstrução da Amazônia indígena). In.: FÁRIA, I. E SILVA, R.S.P. da (Orgs.). Saberes indígenas: ensino superior, autonomia e território. Manaus/AM: UFAM/Piatam, 2010.

RABELO, Aldo. Raposa-Serra do Sol – o índio e a questão nacional. Brasília: Thesaurus, 2010.

REPETTO, M. Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. (Coleção Antropologia)

SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2 ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SILVA, MichellJaber da; SATO, MichèleTomoko. Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do Estado de Mato Grosso – Brasil. Ambient. soc. vol.15 no.1 Campinas jan./maio 2012. Disponível em: Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2012000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 julho 2012.

SILVA, P.S.R. A violência contra os povos indígenas no foco do Jornal Folha de Boa Vista-RR - período de 1996 a 2005. 2007, 109 f., Monografia - Universidade Federal de Roraima, Departamento de História, Boa Vista, 2007.

TUROLLO JR, Reynaldo. Operação da PF combate garimpo ilegal em terra indígena em Roraima. Folha de São Paulo (online) 13 de julho de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1119735-operacao-da-pf-combate-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-em-roraima.shtml>

VIEIRA, J. G. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

VIEIRA, J.G.; SILVA, P.S.R.da; RAMALHO, C.R. Roraima: a luta pela homologação da Raposa Serra do Sol e a violência gerada contra os índios entre 1970 e 2009. Revista Universidade e Sociedade, Ano XX, nº 46, junho de 2010. Brasília: Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Instituições de Ensino Superior.

AS FRONTEIRAS PROBLEMÁTICAS DO BRASIL COM A COLÔMBIA E OS PRONUNCIAMENTOS DOS POLÍTICOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Introdução

Falar de fronteira é remeter a várias possibilidades de significações. Não há apenas um sentido para o termo fronteira, mas múltiplas concepções conceituais podem ser desdobradas por quem pronuncia ou escreve sobre o tema. Na política, não é muito diferente, os atores que em nome dos seus representantes, dão as mais alteradas interpretações, que normalmente, são sobrecarregadas de ranços ideológicos ou por contextualizações superficiais. Porém, não significa que se deve abandonar os discursos políticos sobre as fronteiras, visto que, são pronunciamentos que remetem a questões pontuais, normalmente a problemas ocorridos e que por isso precisam ser analisados a partir dos momentos históricos.

Nesse sentido o texto apresenta dois momentos. No primeiro se discute o cenário internacional das últimas três décadas do século XX. Nele são lançadas as bases do mundo atual. Essas bases interferem na forma política de se pensar as fronteiras. No segundo momento são abordados os discursos políticos sobre Amazônia e os problemas fronteiriços entre Brasil e a Colômbia.

Fronteiras “indefinidas”: reflexões preliminares sobre a Amazônia colombiana na gestação do pós-guerra fria

As três últimas décadas do século XX processam um conjunto de relações econômicas, culturais, de identidades, internacionais, políticas e sociais que culminam

* Mestrando em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR. E-mail: psergio04@gmail.com.br

** Doutor em História – UNB. Professor do PPGSOF/ UFRR. E-mail:americoalyra@uol.com.br

em um mundo diferente daquele construído após a Segunda Grande Guerra¹. As pessoas comuns, os homens de Estado e os intelectuais presenciam novidades no campo das descobertas científicas e das novas tecnologias, as quais estão presentes no dia a dia dos indivíduos para auxiliá-los ou prejudicá-los econômica e socialmente. Esse período foi denominado de O Desmoronamento por Eric Hobsbawm (2008) e de Pós-Guerra Fria e globalização pelos historiadores Paulo Visentini e Analúcia Pereira (2008).

O período que compreende o final da década de 1960 e segue até o início dos anos 1990 é de desintegração da ordem estabelecida no Pós-Segunda Guerra, representando o começo da ruptura histórica com essa ordem. Essa ruptura se confirma a partir do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, e com a derrota do socialismo real² em 1991. De acordo com Visentini e Pereira (2008, p. 177), nesse contexto existia tendência à multipolaridade, com perda relativa de controle de Moscou e Washington sobre os seus aliados. Além do que, tem-se a desaceleração da economia mundial, que indica o desgaste do modelo fordista³, como também o desequilíbrio estratégico desfavorável à Washington com alterações bruscas de regimes e quatorze revoluções em apenas uma década.

Na historiografia tradicional das Relações Internacionais se convencionou denominar de *Détente*, ou maior flexibilidade nas relações entre Estados Unidos e União Soviética, o período compreendido entre 1969 e 1979. A flexibilidade aludida

1 Alude-se aos desdobramentos do Tratado de Yalta. O Tratado é celebrado entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, e as potências ocidentais. Por meio dele, proibi-se o uso de força militar para forçar recuo do lado oposto. O acordo alcança também a Ásia, como evidenciado pela ocupação militar do Japão e pela divisão da Coreia. Em síntese, Yalta é um acordo pós-guerra que garante a dominação soviética sobre um terço da Europa e a hegemonia americana sobre os outros dois terços. O acordo regula as relações internacionais desde 1945, introduzindo o conceito de superpotência que reduz o papel das potências coloniais européias e das potências derrotadas do Eixo. Através desse conceito, criou-se um cenário no qual a Europa, então dividida, não representa mais o centro do sistema internacional e o capitalismo mundial se integra sob o comando de Nova Iorque e Washington. O bloco soviético se torna um pólo regional e reativo aos Estados Unidos, com este representando o tipo ideal fordista-Keynesiano. Vale ressaltar que, paralelamente, acontece um forte processo de descolonização no mundo.

2 Conceito criado na década de 1970, período em que Leonid Brejnev ocupou o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, de 1977 a 1982 e a Presidência da URSS entre 1964 e 1982. A partir desse conceito, os grupos dirigentes dos Partidos Comunistas no poder expressavam a ideia de socialismo realmente existente ou socialismo realizado. Na linguagem política da época, esse conceito rivalizava com o de euro-comunismo, no qual se pretendia uma terceira via entre o modelo soviético e a socialdemocracia dos países pertencentes ao bloco socialista. A este respeito, ver texto artigo de Aldo Agosti registrado nas referências finais desse texto.

3 Modelo baseado na produção automobilística em massa, de Henry Ford. A proposição central do modelo está presente no seu método. Grosso modo, este consiste no aumento da eficiência e da produção para reduzir o preço de um produto. Por seu turno, o aumento de vendas do produto faz com que seu preço permaneça reduzido.

mostrou que a bipolaridade estava esgotada e outra ordem internacional surgia baseada em uma diversidade de interesses, sobretudo, no campo econômico. A Europa se integrava através dos tratados de Roma e, em janeiro de 1973, se compunha a Europa dos Nove. Segundo José Flávio Sombra Saraiva (2001, p. 73), a Europa dos Nove forneceu o núcleo de poder da União Européia, gestada duas décadas depois.

O Japão emerge como segunda economia mundial. O Estado japonês aproveita a presença estadunidense para elaborar seu projeto de inserção internacional que, discreto e eficiente, transcende sua condição de “arquipélago ocidental incrustado nas águas asiáticas” (SARAIVA, 2001, p. 81). Importante salientar que o primeiro-ministro Tanaka visita a China em setembro de 1972 e assina acordos de cooperação comercial e, em 1978, têm-se assinados tratados de paz e amizade entre Pequim e Tóquio.

China, Índia e Vietnã representam três outros importantes atores asiáticos no momento apreciado. A China se reinsere no sistema internacional, usando de sua importância econômica, demográfica e militar. Nesse sentido, em abril de 1971, os chineses apresentam uma nova política externa aproximando-se dos Estados Unidos e recusando a hegemonia soviética. Os resultados dessa política são sentidos com a visita de Nixon a Pequim em fevereiro de 1972 e de Pompidou em 1973. Com a entrada nas Nações Unidas e tendo assento permanente no Conselho de Segurança a partir de 26 de outubro de 1971, o Estado chinês dirige suas políticas para a África, América do Sul e Oriente Próximo, onde apóia a causa palestina.

A Índia apresenta relevância no jogo de poder internacional do período em função da sua população e pela tradição profissional das forças militares. Apesar de inclinada aos soviéticos, esse país tem autonomia relativa no jogo de poder e opta por não romper relações com o Ocidente. O Vietnã procura estender sua influência militar e política na região por meio de desafios dirigidos aos Estados Unidos e à China, com o objetivo de avançar seu poder para o sudeste asiático, mais precisamente o Camboja.

No âmbito da *Détente*, existe a “outra ponta do sistema internacional” que também se manifesta. O Terceiro Mundo reivindica participação mais ativa no sistema e, destarte, o faz por meio de unidade de interesses que une nações africanas e alguns países americanos e asiáticos. Eles procuram afirmar o conceito de Terceiro Mundo nas relações internacionais. Segundo Saraiva (2001, p. 82), nas primeiras sessões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctda), reclama-se o fato da acumulação da riqueza mundial estar concentrada em poucos

países. As nações do Terceiro Mundo se esforçam pela formulação de uma agenda internacional que irrompa uma ordem econômica e política menos injusta.

Pode-se afirmar que as nações do Terceiro Mundo buscaram a realização de seus propósitos apesar de não lograrem. Entende-se o não sucesso na realização desses propósitos como consequência da concentração de grande número de países, com interesses particulares, prejudicando uma coesão estratégica entre eles. Outra dificuldade se deve à dependência desses Estados em relação aos centros hegemônicos. Contudo, as suas diplomacias perseveraram no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, conquistando a declaração e o programa de ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei).

Nesse contexto, a América do Sul guarda uma peculiaridade em sua inserção internacional no momento em tela, qual seja: a experiência da contradição estabelecida no par oposto autonomia e dependência. Autonomia na perspectiva de parcerias estabelecidas no âmbito da cooperação Sul-Sul com África e Ásia ou nos acordos com a Europa Ocidental e Japão. Neste caso, com a última nação atenuando a importância relativa dos Estados Unidos no eixo econômico e político dos acordos externos. Dependência, almejada pelos estadunidenses, no sentido de vincular a América do Sul ao tratado de Tlatelolco para a criação de uma zona livre de armas nucleares na parte sul do continente.

Por fim, tem-se o tema da crise econômica que aponta desconfiar com a viabilidade do capitalismo. A crise do sistema financeiro, que se dá a partir da não sustentabilidade do padrão monetário do dólar, provoca o aumento das taxas de juros internacionais e indica que a economia dos Estados Unidos perde em importância. Para as economias vinculadas à opção do endividamento externo, os prejuízos são enormes. O pagamento da dívida externa, contraídas na década de 1970, dos países da África, América do Sul e Ásia inviabiliza o desenvolvimento de seus projetos nacionais.

Outra faceta da crise econômica se dá com o petróleo. Neste caso, têm-se dois choques de preço. O primeiro em 1973 e o último em 1979. A crise mostra a vulnerabilidade de projetos de desenvolvimento, mas, por outro lado, reordena o sistema internacional. Países periféricos e produtores de petróleo, em particular os árabes, apresentam-se em bloco para reivindicar participação no planejamento das atividades econômicas em escala global. Além do que, a crise provoca agentes produtivos a economizar hidrocarbonetos e a pesquisar fontes alternativas.

Entende-se que a ideia de um sistema internacional multipolar, gestando nas três últimas décadas o século XX, resta apresentada. Pretende-se, a partir dessas considerações, refletirem com maior foco, o caso sul-americano para compreender como a agenda internacional que surge nesse período, ainda influencia o Estado colombiano na sua relação com a fronteira amazônica.

As fronteiras da Amazônia nos discursos políticos

A Amazônia é por excelência o lócus privilegiado para os direcionamentos dos discursos sobre fronteiras. Os grandes desafios fronteiriços parecem ser apenas da Amazônia e não de outras regiões brasileiras. O que chama então a atenção para os políticos tomarem como palavras de ordem questões fundamentais das fronteiras brasileiras? Há algum interesse geopolítico nos discursos dos parlamentares? As muitas indagações somente encontram respostas se analisados as falas de modo acurado, partindo-se da lógica de quem pronuncia, isto é, o parlamentar, representa um partido, um grupo, uma linha ideológica.

Turner (1920) afirmava que a fronteira é o lugar da barbárie. Tal idéia é retomada ainda hoje, porém com alguns retoques próprios ao tempo atual. Se observado o que diz Cavalcanti (2000) as fronteiras da Amazônia são regiões abandonadas, são “terras de ninguém” e por isso, são áreas sujeitas a inúmeros problemas delicados entre os quais o narcotráfico:

“O estado de abandono da região, os problemas específicos e quase sempre delicados que ocorrem na faixa de fronteira, cujos desdobramentos têm, não raro, efeitos sistêmicos, como é o caso, por exemplo, do narcotráfico, o interesse em estreitar as relações com os países vizinhos e a convicção de que a ausência do estado naqueles longínquos rincões do País implica risco de vê-los confundidos com ‘terra de ninguém’ são apenas algumas das razões que levam à constatação de que o projeto de desenvolvimento do País abrange um projeto específico de desenvolvimento da Amazônia” (CAVALCANTI, 2000, p. 43)

A falta de políticas públicas definidas para regiões de fronteiras é outro fator recorrente na oratória política, se a região não é desenvolvida foi por falta da execução de ações voltadas para desenvolvimento, assim a ausência de investimentos adequados deixam as áreas fronteiriças sujeitas a um crescimento desordenado, as consequências são extremamente prejudiciais a população soberania (CAVALCANTI, 2000, p. 05).

Quando se fala da Amazônia, ainda predomina nos discursos de que a região é imensa e despovoada. Nessa concepção inexistem a presença histórica das populações indígenas. Para fazer-se presente nas regiões inabitadas o Estado brasileiro

deve implantar programas dirigidos à faixa de fronteira, como foi o Calha Norte, tendo em vista o agravamento de certas tendências presentes na região da Amazônia brasileira, como por exemplo, a intensificação dos ilícitos.

E o desenvolvimento dessas regiões? Sugere o parlamentar:

Cresce, igualmente, as necessidades de vigilância e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais, bem como torna-se mais urgente a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis” (CAVALCANTI, 2000, p. 44).

Se ainda não houve atenção para as regiões de fronteiras foi apenas por “erro estratégico” ou falta de priorização, contudo, procura-se concentrar o desenvolvimento nessas regiões considerando os dados demográficos existentes. Os grandes problemas fronteiriços somente serão solucionados quando intensificar de ações governamentais nessas regiões e quando as forças armadas se fizerem presentes de modo permanente.

Botelho (2007) partidário das mesmas orientações ideológicas conservadoras da política brasileira, confirma os discursos de Cavalcanti (2000) e ressalta a necessidade inquestionável na região de um contingente militar proporcional às suas dimensões territoriais da Amazônia. Sem tal presença militar: “corre um sério risco de expansão das atividades ilegais, já observadas atualmente, como o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de espécimes animais e de nossa flora, entre outros”.

As fronteiras da Amazônia brasileira representam o estado de abandono a qual por muitos anos a região ficou e com isso são regiões extremamente vulneráveis às práticas inescrupulosas de guerrilheiros, narcotraficantes e outros. A fronteira, quase sempre aparece nos discursos como regiões problemáticas e quase não aparece a fronteira como o espaço das trocas culturais, dos intercâmbios, do turismo, do lazer etc. A fronteira não é o espaço da integração (COELHO, 1992), segundo os políticos da Amazônia analisados neste artigo. Predomina ainda uma visão de fronteira política, isto é, delimitadas pelos acordos entre os países. Desse modo: “Os cuidados no sentido de manter íntegro o território brasileiro naquela faixa de fronteira deveriam ser condizentes com o valor atribuído internacionalmente à região” (BOTELHO, 2007).

5.1. O perigo da fronteira do Brasil com a Colômbia na retórica discursiva

Partido de uma premissa universal de que toda fronteira é problemática muitos parlamentares, principalmente aqueles que tem a Amazônia como berço, constroem seus argumentos mirando apenas as perspectivas das dificuldades, esquecendo as estéticas dos povos, as trocas, intercâmbios e os “empréstimos culturais”.

Nessa perspectiva das fronteiras problemáticas não se nega a existência dos fatos ocorridos entre Brasil e Colômbia, pois marcados historicamente, foram acontecimentos que se estabeleceram nessa região, seja por ausência do Estado ou mesmo pela ineficiência da atuação das forças armadas e polícia federal. Entretanto, pergunta-se: os discursos parlamentares dos senadores brasileiros conseguem refletir com intensidade o que as realidades fronteiriças apresentam ou ficam apenas na “epiderme” da retórica sem uma radicalização aos problemas?

Sendo assim, sem a pretensão de esgotar o assunto destacam-se algumas falas de dois senadores sobre o que pensam da fronteira Brasil e Colômbia. Primeiramente oportuniza-se uma ampla exposição dos pronunciamentos de Cavalcante, pelos vários discursos realizados sobre o tema e também porque fez parte, como presidente, da Comissão de Fronteiras da Amazônia.

Para Cavalcanti (2000, p. 289) a Colômbia é o lócus “onde grupos guerrilheiros e de narcotraficantes têm posto em risco a imensa fronteira brasileira com aqueles países...”. A Colômbia, assim como outros países fronteiriços, tem como principais problemas a existência de narcotráfico, de guerrilha, contrabando de armas. Como agravante, nessas regiões fronteiriças, são despovoadas e por isso, têm como pano de fundo a criação de imensas “reservas”, que farão com que permaneçam despovoadas, à mercê de apenas do crescimento da população indígena. Neste caso, os indígenas não contam como os “guardiões das fronteiras”, suas presenças nessas regiões são nulas, é necessário povoar com sujeitos não-indígenas, para garantir segurança da fronteira.

A fronteira entre Colômbia e Brasil, abalada pela crise, mostra a vulnerabilidade da região pela extensão Amazônia, e que por isso fica totalmente desamparada e desguarnecida. (CAVALCANTI, 2000, p. 153). Não se pode escamotear o descaso das fronteiras, assim como outros problemas existentes na Amazônia, todavia o parlamentar faz um alerta:

“A fronteira entre Brasil e Colômbia tem mais de 1.600 quilômetros. É aberta. Uns poucos soldados, com equipamentos ultrapassados, fazem vigilância da região. Recentemente começaram a funcionar quatro radares do Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), mas a Força Aérea Brasileira não tem autorização para derrubar aviões intrusos. É tudo muito fácil naquele trecho. O tráfico de drogas encontra avenida pavimentada à sua frente.”. (CAVALCANTI, 2000, p. 194)

Até aqui, percebe-se, algumas questões dos discursos político podem ser interpretadas como ideológicas, como o despovoamento das fronteiras, os indígenas como inexistentes e insignificantes na “proteção das fronteiras” e a criação das “reservas” indígenas em áreas de fronteiras como risco a segurança nacional.

Outra situação presente nos dizeres do parlamentar quanto as fronteiras problemáticas entre Brasil e Colômbia diz respeito às organizações não-governamentais (ONGS), como problema seriíssimo, já que o Estado não se faz presente: “Essa imensa fronteira desguarnecida está hoje praticamente nas mãos dessas organizações não-governamentais...” (CAVALCANTI, 2000, p. 438). As Ongs podem por em risco a soberania nacional, já que destituídas de nacionalidade estão atreladas a organizações internacionais.

No discurso de NETO (2008) a problemática da fronteira do Brasil e Colômbia é afetado pela presença das FARC, pois a mesma “cometem atitudes hediondas ao praticarem seqüestros e – mais do que proteger traficantes – serem, elas próprias, agentes do tráfico internacional a partir das bases que conquistaram em território colombiano”. (NETO, 2008, p. 05).

Considerações Finais

O discurso conservador apresentado pelos parlamentares reverberam concepções comuns de atores políticos da Amazônia, tais pronunciamentos descaracterizam o indígena de sua condição de brasileiro, percebe-se com isso pela inexistência, no discurso, da presença desses povos nas regiões de fronteiras.

O indígena, quando aparece nos discursos, é inimigo potencial, associado às Ongs representam um perigo para a soberania nacional. A presença das forças militares é, por excelência, a condição fundamental do Estado fazer-se presente nas regiões fronteiriças garantindo a preservação do território, isso nos discursos dos parlamentares.

Neste contexto a relação do Brasil e Colômbia é sempre problemática. Não existe nas falas dos parlamentares a cogitação da cooperação entre os dois países para a realização de ações em conjunto seja nas áreas militares, econômicas, educacionais.

Conclui-se que é fundamental aprofundar os estudos sobre os discursos políticos sobre áreas de fronteiras a partir das perspectivas analisadas.

Mais do que ver as fronteiras como problemáticas, pode-se entender como o espaço das cooperações, das trocas simbólicas, dos empréstimos culturais e da presença humana em suas diversidades.

Referências Bibliográficas

AGOSTI, Aldo. O socialismo real: um balanço. Revista de História, São Paulo, n. 148, jul. 2003. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092003000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 dez. 2012.

AUGUSTO Botelho: tráfico de armas e de drogas preocupa Roraima. Disponível em: http://www.senado.gov.br/senadores/senador/augustobotelho/detalha_noticias.asp?data=18/12/2007&codigo=35632. Acessado em: 10 out. 2012

CAVALCANTI, M. Discursos 1999/2000. Senado Federal: Brasília-DF, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NETO, A.V. Pronunciamentos – 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/ArthurVirgilio/discurso.asp?codigo=578>. Acesso em: 28 nov. 2012.

PINTO COELHO, Pedro Motta. Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

SARAIVA, José Flavio Sombra. “Détente, diversidade, intranqüilidade e ilusões igualitárias (1969-1979)” In Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: IBRI, 2001, Vol. 1

TURNER, F. J. The Frontier in American History. N. York, Henry Holt, 1920.

VISENTINE, Paulo G. Fagundes.; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

POR UMA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO ÀS ESCOLAS NO MÉDIO SOLIMÕES (MARAÃ- AMAZONAS) - RELATO DE EXPERIÊNCIA DO COTIDIANO ESCOLAR KANAMARI

Considerações Iniciais

O texto aqui apresentado trata de um relato de experiência das práticas cotidianas em uma escola indígena, considerando a realidade intercultural, concreta vivida entre os Kanamari do Rio Japurá, na zona rural de Maranhã, no estado do Amazonas.

O objetivo do estudo é descrever e analisar uma experiência prática de educação realizada junto à uma comunidade indígena brasileira no Amazonas. É também uma tentativa de amplificar a voz das pessoas e grupos sociais que historicamente não têm conseguido colocar-se de modo a serem ouvidos, bem como dos profissionais que cotidianamente trabalham para tornar concreto um dos direito previsto em lei para as populações indígenas: a educação.

Os dados gerados de forma qualitativa, se baseiam numa abordagem etnográfica, tendo em vista a utilização de caderno de campo, observação participante, já que nessa perspectiva o observador é parte do contexto sendo observado no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto. (Bruyn apud HAGGUET, 2000, p. 71).

A coleta dos dados da pesquisa é constituído de entrevistas, conversas informais e observações participante realizadas durante o cotidiano, pela gestora da Escola Kanamari, e durante visitas realizadas no mês de julho deste ano, bem como conversas com o graduando Tenório Gomes Ferreira, indígena Kanamari, morador

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA. Professora Substituta da DTF/FACED/UFAM. Professora Assistentes de Licenciatura em Pedagogia Intercultural da UEA. Especialista em Psicopedagogia. Pedagoga.

**Doutora em Ciências do Desporto, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA. Professora Doutora da Faculdade de Educação Física - FEFF da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

de outra comunidade na mesma região e que contribuiu sobre os processos próprios de aprendizagem e como a escola no formato tradicional tem sido recebida entre os Kanamaris. Complementarmente, foram utilizadas consulta aos diários de campo e relatórios das equipes da área de saúde e dos demais professores da Escola Kanamari.

1. Os Kanamari: Breves linhas

É na região dos tributários do alto-médio rio Juruá que estão localizados originalmente os Kanamaris. Ao longo dos anos, alguns grupos se estabeleceram nas proximidades de afluentes desse rio, como no alto Itaquai, afluente do Javari, e ainda em regiões mais distantes, como no médio Javari e no Japurá.

Nos dias atuais existem alguns grupos situados em diferentes Terras Indígenas (TIs): na TI Vale do Javari, onde ocupam os rios Curuçá, Javari, Itaquai e Jutai; na TI Mawetek contígua ao sul da TI Vale do Javari e que compreende os tributários da margem esquerda do médio Juruá; a TI Kanamari, situada nos tributários da margem direita do Juruá, rio abaixo da cidade de Eirunepé; e duas pequenas áreas no Japurá, Maraã e Parana do Paricá.

Os Kanamari falam uma língua da família lingüística Katukina. Existem algumas variações entre os dialetos dos diferentes subgrupos, que vêm se tornando menos acentuadas em razão de intercasamentos.

“Kanamari” não consiste em um etnônimo tradicional e a origem da palavra é obscura. Os Kanamari chamam a si mesmos, e a outros falantes de línguas Katukina, *tukuna*, um termo que significa “gente” e que exclui as etnias vizinhas de língua pano, arawá e tikuna.

Dois fatos complicaram a identificação dos “Kanamari”: o uso de termos como “Kanamari” e “Katukina” para se referir a grupos indígenas que não falam línguas katukina e as distinções feitas pelos primeiros viajantes e pelos próprios Kanamari entre os diferentes subgrupos –*dyapa*. Há ao menos um grupo chamado “Katukina” que fala uma língua da família Pano e vive no alto Juruá, no estado do Acre, conforme dados da FUNASA, 2010.

No levantamento etnográfico das Terras Indígenas do Complexo Tefé, organizado por OLIVEIRA e SALGADO (2008) argumenta que para a maioria dos primeiros exploradores brancos havia apenas dois “tipos” de indígenas no Juruá: os violentos “Kaxinawa”, que correspondiam principalmente a todos grupos Pano, e os pacíficos ‘Kanamari/Katukina/Kulina’, que geralmente correspondiam aos grupos Katukina e Arawá da região. Assim, algumas sociedades que não eram enquadradas

nesta última categoria, de acordo com um critério lingüístico, rapidamente aceitavam as denominações que as situavam no lado ‘pacífico’ da dicotomia, numa tentativa de evitar os massacres organizados por seus novos vizinhos não-indígenas.

Foi percebido pelo Instituto Socioambiental que os Kanamaris possuem uma população intensamente móvel assim, torna-se difícil divulgar números seguros quanto à sua população, contudo a FUNASA, estimou 1.654 pessoas em 2006 e em 2010 esse número chegou a 3.167 pessoas.

Os Kanamaris, como os demais povos da Região Amazônica, estrutura-se de acordo com o ciclo climático da região que divide-se em duas estações: a seca, de abril a setembro, e a chuvosa, de outubro a março. É durante o período da seca que são organizados os rituais, particularmente do *Pidab-pa* (‘Devir Jaguar’), ritual que marca a etapa final do período de luto. O *Kohana-pa* (‘Devir Kohana’), ritual em que os Kanamari recebem a visita dos mortos, também é mais frequente neste período. Esses rituais podem ser restritos, envolvendo apenas os moradores de uma única aldeia. Mas também podem, particularmente o *Pidab-pa*, incluir outras pessoas, especialmente quando se trata da etapa final de um rito funerário de um líder ou de um xamã renomado, servindo assim como mote para aglomerar as aldeias.

Durante a estação chuvosa, são feitas apenas pequenas viagens. A tendência das pessoas é ficar com os parentes mais próximos, caçando e comendo juntos, evitando o quanto possível o contato com aldeias vizinhas e, mais ainda, com aquelas mais distantes. Pequenas expedições para coletar frutas endêmicas são comuns. Mas é nessa época também que a pupunha (*tyo*) é extraída, geralmente em capoeiras ou em aldeias velhas, cuja ocupação promoveu uma abundância desse produto, assim como de açaí.

1.1 Contexto histórico do Contato

Durante o primeiro ciclo da borracha na Amazônia, a partir de meados do século XIX, ocorreu a redução dos territórios, a diminuição das populações indígenas e a desorganização de suas instituições sociais. Os povos indígenas sofreram “correrias”, expedições punitivas que eram organizadas pelos patrões seringalistas, que assim pretendiam eliminar tais obstáculos ao avanço das atividades extrativistas.

De acordo com os relatos históricos organizados por OLIVEIRA e SALGADO (2008) já no final daquele século, a exploração da borracha estendia-se por toda a bacia do Juruá. Não havia sequer um rio ou um igarapé fora do raio de ação dos seringueiros. Aliando resistência e adaptação. Os povos indígenas Kanamari, Kulina e Deni conseguiram sobreviver à forte dominação da empresa seringalista. Em certa

medida, integraram-se ao sistema extrativista e submeteram-se às relações de aviação, um tipo de comércio no qual os patrões dos seringais e os marreteiros entregam mercadorias em troca da produção de borracha. Nesse tipo de comércio tanto os seringueiros quanto os indígenas nunca conseguiram seus débitos com os patrões.

Apesar das adversidades que o século XX lhes trouxe, em particular a presença crescente e violenta de não-indígenas, na época da borracha, os Kanamari vêm conseguindo manter a riqueza e complexidade de sua língua, mitologia e rituais. Dois rituais, duas festas grandes, são muito importantes para o povo Kanamari: o *Pidab-pah*, *Ritual da Onça*, que marca a etapa final do período de luto e o *Kohana-pah*, ritual em que os Kanamari recebem a visita dos mortos.

1.2 Organização Social Kanamari em uma perspectiva histórica

Os Kanamari se dividem em subgrupos que recebem o nome de um animal seguido pelo sufixo *dyapa*, que antes eram associados a rios específicos e seus afluentes. Eles conhecem um número razoável de subgrupos nomeados, mas dizem que sempre pode haver mais subgrupos nos limites do território. Assim, a sociedade Kanamari não se concebe de forma totalizada, mas em sua fragmentação, pluralidade e dispersão.

Os Kanamari constituem uma população intensamente móvel, a qualquer momento suas aldeias podem se encher de visitantes, alguns que ficarão por mais tempo, outros que partirão em seguida. A mobilidade Kanamari serve assim a dois propósitos: ela acaba por aparentar pessoas que eles afirmam que antes não deveriam se aparentar, e também resiste a esse processo, levando pessoas que estão se aparentando para longe.

Os Kanamari, conforme os seus mitos, foram criados pelo herói cultural Tamah. Os outros povos foram criados pelo irmão de Tamah, Kirak¹.

1 Segundo os relatos dos Kanamari com o qual o pesquisador Luiz Costa tinha contato: “A divindade após criar os Kanamari, partiu para Manaus e os deixou vivendo nos afluentes do médio curso do rio Juruá, do qual eles são provavelmente os ocupantes mais antigos. Cada sub-grupo estaria localizado em um afluente ou trecho de afluente, casando-se preferencialmente de forma endogâmica e realizando visitas mútuas. Estes sub-grupos se encontravam sobre a liderança de um ou mais chefes, divididos em aldeias situadas não só na calha principal destes afluentes mas também em pequenos igarapés e se articulavam internamente por relações de consanguinidade e afinidade efetiva. Entre os sub-grupos, que falavam idiomas mutuamente compreensíveis, vigiam relações de *-tawari*, caracterizadas por parcerias comerciais, trocas rituais e, eventualmente, casamentos. Estas relações eram sempre e necessariamente ambíguas, podendo atualizar possíveis tensões entre os *-dyapa* e também servir como caminho para acusações de feitiçaria. Uma outra face desta ambiguidade aparecia nas brigas ritualizadas de couro de peixe-boi, praticadas principalmente entre pessoas de sub-grupos distintos. Tais lutas, porém, eram também praticadas contra os Kulina (Arawá) do Juruá, povo que dizem ter sido criado após um equívoco de Kirak, irmão *trickster* do Criador, e que são tidos como uma espécie de *-tawari* potencializados dos Kanamari. Nessas ocasiões,

A maior festa é chamada de *korana*, dura aproximadamente um mês. Primeiro se convida outras aldeias kanamari. Então, quando o pessoal chega todos ficam animados e se preparam para começar a festejar. Os homens se organizam e vão para o mato tirar o olho do buriti (uma espécie de palha, só que em vez de seca é verde) para fazerem as roupas para vestirem quanto forem dançar e cantar no terreiro.

O nome que os kanamari dão a essa roupa é *wakowama*. A vestimenta é formada de duas peças. Uma espécie de camisa vai da cabeça ao quadril. E outra vai dos quadris até os pés, uma espécie de saia. A vestimenta encobre praticamente todo o corpo. As mulheres confeccionam uma espécie de chapéu que chamam de *kitab*.

A noite reúnem-se no terreiro, dançam e cantam até começarem a surgir os primeiros raios de sol no horizonte. Dormem um pouco, mas logo voltam a atividade. As mulheres começam a preparar a caiçuma² e os homens vão para o mato, longe da aldeia, pescar. Quando pegaram bastante peixe tocam, bem alto, uma buzina para que as mulheres na aldeia saibam que os homens estão prontos.

Nisso, as mulheres começam a cantar e dançar na aldeia a espera dos homens. Quando estes estão próximos da aldeia, deixam seus paneiros ali mesmo no mato e vão para a aldeia, sem nada. Então, é a vez das mulheres irem buscar os peixes. Voltando à aldeia preparam a comida que é consumida por todos, conjuntamente. Depois de terminarem de comer as mulheres trazem a caiçuma que haviam preparado e toda a bebida é consumida; depois disso, colocam rapé no beíço inferior e vão banhar.

Quando o sol começa a se esconder, por volta das seis horas da tarde, recomeçam a dançar e cantar até que o sol ressurja no horizonte. Assim fazem todos os dias durante uma lua (um mês). Essa festa é realizada no período em que as águas na amazônia estão no seu limite mínimo, (período de julho a novembro) tendo assim uma maior abundância em peixes. O mês mais adequado, segundo os kanamari, é julho.

os sub-grupos reuniam-se para visitar aldeias kulina durante festas de cauinagem. Distantes dos Kulina, e a montante dos Kanamari, viviam os temíveis *Dyapa*, termo genérico para povos falantes de línguas pano, com os quais nenhuma relação social à exceção de guerra era possível.” Os Outros dos Outros: os Kanamari no Vale do Javari, Luiz Costa, Museu Nacional – UFRJ, Pesquisador Associado – CTI, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br>.

2 Bebida fermentada e preparada a partir da mandioca.

2. Revitalização dos Kanamari no Amazonas

Segundo Secchi e Silva (2010)³, muitos subgrupos *Djapa* desapareceram, alguns dos que restaram estabeleceram laços matrimoniais que determinaram uma nova configuração e foram denominados pelos regionais e reconhecidos oficialmente como Kanamari.

Apesar das várias mortes ocasionados pelas guerras inter-tribais e os massacres promovidos pelas frentes civilizatórias, apesar, sobretudo, das várias epidemias levadas proposital ou acidentalmente, os Kanamari do Rio Japurá conseguiram um considerável crescimento populacional. Calcula-se que este crescimento seja de aproximadamente, 64%, entre os anos de 1984 e 1997⁴.

Entre as aldeias/igarapés, muitas vezes uma teia de parentesco cria laços mais ou menos fortes; em geral há grande circulação e visitas mútuas, mas cada Kanamari tendo uma área restrita de circulação determinada pela residência de parentes próximos: irmão, mãe, cunhado; dificilmente vão andar por aldeias onde não tenham nenhum laço de parentesco.

O Tuxaua é uma das lideranças que contribui para a ordenação e a harmonização da vida cotidiana na aldeia, especialmente no que concerne às questões ligadas à subsistência. Esta instância do poder é atribuída a indivíduos das famílias mais tradicionais e requer perspicácia e capacidade estratégica. Entre os Kanamari, esta função é exercida cotidianamente, nos espaços domésticos, à beira do fogo, partilhando das refeições, nas rodadas vespertinas de caçuma no terreiro, isto é, no ambiente doméstico onde se tomam decisões das atividades cotidianas e do contato com o mundo não Kanamari.

A função de tuxaua sofreu modificações fundamentais com o advento da frente extrativista da seringa. Porém, tanto no período do contato quanto na atualidade, a liderança do tuxaua caracteriza-se pela forma consensual como é exercida. O chefe é antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades para a execução das tarefas cotidianas. Ele tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que, via de regra co-existem nas aldeias.

Não registramos nenhum caso em que o papel de tuxaua fosse atribuído de forma declarada a alguma mulher, no entanto a convivência no dia a dia das aldeias nos mostra que a liderança feminina se dá de forma constante.

3 Secchi, Darcy. Silva, Solange Pereira. Educação intercultural alternativa. Disponível em <http://www.trabalhosindigianistas.org.br>. Acesso em 15 de julho de 2012, as 20:45.

4 Dados adquiridos num estudo realizado com os participantes do II Curso de Formação para os Educadores Kanamari. 1997. Foram atualizados com Agentes Indígenas de Saúde, nas visitas à comunidade.

A liderança dos xamãs parece constituir-se no contraponto fundamental em relação ao tuxaua. O xamã agrega, através de seu trânsito entre os planos físico e metafísico, a capacidade de mover-se e manipular os mais diversos aspectos da vida Kanamari e para além desta. Por esta razão o xamã é um importante personagem nas definições das alianças políticas.

A Produção econômica Kanamari sustenta-se em quatro pilares básicos: agricultura, coleta, pesca e caça, sendo parte destes produtos trocados por mercadorias ou vendidos na cidade. A base do relacionamento social é o sistema de reciprocidade, em que a dádiva é o elemento que aquece a economia interna, compreendida aí a economia como a capacidade de produzir, distribuir e consumir.

Para os Kanamari o ato da partilha, da distribuição de bens e produtos é tão importante quanto o consumo e a subsistência. O sistema de reciprocidade mantém as relações entre os Kanamari nos seus grupos familiares e nas aldeias e destes com as entidades do sistema cosmológico. A fartura e a produção do excedente são meios para a manutenção dos laços de reciprocidade. A partilha garante o acesso universal aos meios de produção e os frutos do trabalho.

As festas são ocasiões das visitas entre os grupos locais Kanamari. As visitas, apesar de conterem um considerável grau de tensão fazem-se necessárias para que sejam reafirmados os laços de aliança política, pois a distância física entre os grupos locais deixa entre eles uma névoa de desconfiança. Nas ocasiões das visitas a comensalidade é a prova da confiança mútua, pois acreditam que muitos encantamentos se originam de comidas envenenadas.

As brincadeiras kanamari dinamizam a vida cotidiana e aquecem os encontros entre as aldeias em situação de festas. No extenso repertório das brincadeiras e das festas o pressuposto básico é que haja fartura de caça, pesca e frutos de coleta, bem como os alimentos produzidos nos roçados. Um dos jogos prediletos da Comunidade é o futebol, que durante a visita realizava-se uma partida, mesmo com o terreiro encharcado após a chuva.

Um ambiente sem epidemias ou *feitico* é um sinal da benevolência das entidades do sistema cosmológico. Desta forma faz sentido invocá-las ao terreiro e oferecer-lhes, através dos visitantes inclusive, a fartura e a animação do grupo.

3. Comunidade São Francisco – Terra Indígena Urubaxí – Maraã – AM

A Comunidade São Francisco esta situada na margem esquerda do Rio Japurá, pólo da terra indígena do Urubaxí. Ela se originou em março de 1982 com o nome

São Francisco, nome de um santo, dado pelo senhor prefeito Manoel Soares, tendo na época 8 famílias e 28 pessoas no total, entre crianças, jovens e adultos.

Com base no limite, a terra indígena tem aproximadamente 50 Km². Essa comunidade não era reconhecida como terra indígena, pois a mesma tinha somente uma declaração da prefeitura. Hoje a comunidade é uma área demarcada e homologada pelo Governo Federal e possui aproximadamente 48 Km², com sua população de 58 famílias e 380 pessoas no total.

O contato das pesquisadoras com esta comunidade deu-se no mês de julho deste ano, por ocasião do período letivo do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural promovido pela Universidade do Estado do Amazonas, para o qual uma das pesquisadoras foi deslocada a fim de ministrar aulas sobre Currículo e Organização da Escola Indígena, e por meio da Gestora da Escola Municipal Indígena Kanamari, Professora Miréia Solart, graduanda do curso, pode-se organizar algumas visitas e informações acerca desta Escola. A visita foi realizada no mês de julho, e nesse período, o Lago de Marãã, onde se localiza a Comunidade São Francisco, encontra-se no período de vazante.

As famílias dessa comunidade ocupavam-se da agricultura, onde os homens são responsáveis pela caça e pesca para o sustento da família. E as mulheres se ocupam do preparo da comida, e de cuidado dos filhos menores e da casa.

Como organizações sociais, estão estruturados: o grupo de agricultores onde os mesmos se juntam para trabalharem em equipes, e a associação de mulheres, as quais fazem artesanatos entre outras atividades.

Até determinado tempo, os Kanamaris desta Comunidade utilizavam como meio de transporte somente a canoa a remo, atualmente essa famílias utilizam o motor rabeta para se deslocarem da Comunidade até a sede do município e vice-versa. A comunidade conta também com uma lancha para o transporte escolar, uma voadeira da associação de mulheres, o que facilita muito sua locomoção.

A alimentação foi baseada, por muito tempo, somente no peixe e na farinha de mandioca. Hoje em dia se faz necessário uma alimentação balanceada, com vitaminas, carboidratos entre outros alimentos que ajudam no desenvolvimento cognitivo, físico e motor de todos, e com base nessas informações outros tipos de alimentos foram incorporados à alimentação cotidiana, contudo nem todas as incorporações podem ser consideradas benéficas, tais como os alimentos industrializados, enlatados, fabricados com corantes, açúcares, conservantes, e condimentos, o que desen-

cadeia problemas para a saúde, tais como: obesidade, hipertensão e diabetes, ainda em pequena escala, apresentando pequenos casos, mas já presente na comunidade⁵.

Na área da saúde, a comunidade conta com a atuação de 2 agentes indígenas de saúde (AIS), 1 agente indígena de saneamento básico (AISAM) que é responsável pelo tratamento da água consumida na comunidade, 1 técnico de laboratório, os Pajés, as parteiras, benzedoras e dirigentes da igreja. Existe também na comunidade um poço artesiano e um mini pólo de saúde em um flutuante, tendo no mesmo uma equipe de saúde muito importante, onde conta-se com 1 enfermeiro(a), 1 auxiliar de enfermagem e 2 agentes de saúde, atendendo toda a população da comunidade, com vacinações e consultas médicas. Essa equipe se revera de 15 em 15 dias.

O lixo da comunidade é totalmente recolhido e queimado ou enterrado em lugares bem distantes da área habitada. As doenças mais comuns são as gripes, infecções respiratórias e a malária, a qual esta com um percentual muito elevado no momento, sendo tratadas com muita responsabilidade pelas equipes de saúde, além do atendimento médico dos Agentes de Saúde, os remédios caseiros, e o conhecimento de ervas medicinais, são administrados pelos mais velhos, os quais tentam repassar esses conhecimentos para os mais jovens, um processo cuidadoso de perpetuação cultural.

4. Escola Municipal Indígena Kanamari: relato do cotidiano

Este artigo ocupa-se da descrição e análise de uma experiência prática de educação realizada junto à Comunidade São Francisco, em Marã – Amazonas. A prática educacional desenvolvida nessa comunidade tem como foco a população indígena ali estabelecida, contudo a escola é organizada e mantida pela Secretaria Municipal de Educação do município, desta forma o currículo, o material didático e os programas são organizados por esta secretaria.

Também é importante esclarecer que a educação aqui tratada é compreendida como processo político, intencional e em um contexto e espaços de saberes específicos, de conhecimentos disponibilizados pela situação de contato intercultural entre uma comunidade indígena e a sociedade regional. É preciso reconhecer naqueles contextos a existência de um sistema pedagógico próprio das sociedades indígenas que atende às necessidades de sobrevivência autônoma e ao dinamismo cultural necessário para a sua atualização, contudo, nem sempre, esses processos próprios são reconhecido pela escola, o que dificulta o diálogo.. Segundo Rosa Dias da Silva, tal processo educacional:

5 Dados da Secretaria de Saúde Municipal, 2012.

[...] ocorre de modos distintos e por meio de pedagogias e mecanismos próprios de cada cultura. Os povos indígenas possuem espaços e tempos educativos dos quais participam a pessoa, a família, a comunidade e todo o povo. Deste modo, a educação é assumida como responsabilidade coletiva. (SILVA, 2006, p.175).

A escola municipal indígena Kanamari foi criada no ano de 1982 somente para suprir a necessidade da época que se resumia apenas em 12 alunos, onde não havia uma preocupação em manter sua cultura.

Somente a partir da constituição de 1988 e da nova LDB 9394/96 que lhe assegura o direito a uma educação escolar diferenciada, bilíngüe e intercultural que tiveram autonomia para se organizarem e planejarem um currículo voltado para a sua realidade, anseios e necessidades.

A Escola Municipal Indígena Kanamari localizada na Comunidade Indígena São Francisco, que atualmente prima pela revitalização de sua língua materna, costumes e tradições, respeito a diversidade cultural e pela interculturalidade, legitimando idéias e práticas construídas pelos diversos atores sociais indígenas e seus assessores como parte de uma política pública para a educação escolar indígena.

Essa instituição de ensino, pública e gratuita, mantida pela prefeitura, SEMED e MEC, atendendo uma clientela de 180 alunos, sendo ofertada a Educação Infantil, com a fase de pré-escola, Ensino Fundamental, do 1º ao 6º ano, e Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1º segmento, os quais correspondem à todo o Ensino Fundamental, sendo 39 da ed. Infantil, 06 alunos de 1º ano, 22 alunos de 2º ano matutino, 20 do 3º ano, 23 do 4º ano, 15 do 5º ano, 23 do 6º ano vespertino, e 22 alunos de EJA 1º segmento concludente (correspondente à 4º e 5º anos) noturno. Com esta demanda a Escola funciona os três horários. Os demais anos do Ensino Fundamental são frequentados pelos alunos Kanamaris na sede do município, bem como o Ensino Médio.

Quanto ao espaço físico da escola, não supre as necessidades da demanda escolar, pois conta apenas com duas salas pequenas, dois banheiros, onde só funciona um, uma secretaria pequena que divide-se com a cozinha. Essa quantidade de salas não é suficiente, pois os turnos matutinos e vespertinos funcionam no centro comunitário ficando exposto ao sol e chuva.

Educar para outro Mundo Possível⁶, segundo Moacir Gadotti, é visibilizar, tornar visível o que foi escondido para oprimir, é dar voz aos que não são escutados. Embora o direito esteja sendo assegurado, o respeito aos processos próprios e a necessidade da interculturalidade, que se dá pelo contato contínuo com as práticas

6 Artigo veiculado pela Revista Fórum, ano 5. outubro de 2006, nº 43, p. 9.

cotidianas da sede do município, tem sido esvaziado, a superação das limitações humanas, e a rica vivência intercultural, ocasionará a transformação da realidade objetiva. Dom Pedro Casaldáliga⁷, reconhecido defensor dos direitos humanos, crê na utopia:

A verdadeira solidariedade é interpessoal e também intercultural; na reciprocidade; enriquecendo-se mutuamente as diferentes culturas. Somente a comunhão das alteridades pode construir a outra mundialidade que sonhamos.

Com o intuito de auxiliar na organização da Escola, há duas instituições escolares que são a Associação de Pais e Mestres e recursos da Escola Ativa, ambas estruturadas pela SEMED, contudo, a Associação de Pais e Mestres permite que a comunidade se expresse e comunique as suas necessidades educacionais dentro da escola.

No que tange aos seus aspectos curriculares e pedagógicos tende como proposta apenas o projeto político pedagógico e a grade curricular oferecida pelo MEC, o qual é pensada e (re)pensada, planejada e (re)planejada para a realidade local.

Com relação aos recursos humanos o corpo docente e discente conta com uma gestora cursando o 7^º período de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena, na UEA, três professores indígenas formados no Magistério Indígena⁸ e quatro não indígenas com nível médio e cursando pedagogia, pelo PARFOR, três auxiliares de serviços gerais, um em cada turno e dois catraieiros, um pela manhã e outra pela tarde

Nos últimos anos, os professores indígenas, a exemplo do que ocorre em muitas outras escolas do país, vêm insistentemente afirmando a necessidade de contarem com currículos mais próximos de sua realidade e mais condizentes com as novas demandas de seu povo. Esses professores reivindicam a construção de novas propostas curriculares para sua escola, em substituição àqueles modelos de educação, que ao longo da história, lhes vem sendo impostos, já que tais modelos nunca corresponderam a seus interesses políticos e os pedagógicos de sua cultura.

Os recursos que esses professores utilizavam, são semente que os mesmo usavam como materiais didáticos. Por parte da secretaria de educação, os materiais não atendem a demanda da escola, mesmo sendo poucos alunos. Assim como não atende até hoje.

Seus aspectos culturais eram os mitos, as lendas, os ritos populares, língua materna, festas culturais, esportes, músicas indígenas. Em 2012 foi promovida a 1^º festa

7 Entrevista ao CIMI, por ocasião do Júri Popular dos acusados da tortura e assassinato do Jesuíta Vicente Cañas, a quem ele chamava de Mártir das Causas Ameríndias. www.cimi.org.br. Acessado em 23/10/2006. 12:16h

8 Falar sobre o Magisterio Indígena

junina na comunidade, a qual contou com a participação de comunitários, alunos e todo corpo docente da escola.

O trabalho de retomada das tradições dentro da escola não possui uma ação efetiva, contudo algumas ações pontuais, como coleta de sementes, materiais para preparo de festejos, conversas informais com os anciãos da Comunidade, caracterizam a tentativa de retomada das práticas tradicionais.

5. A prática intercultural entre os Kanamari

Comungando com a professora Maria do Céu Bessa Freire (2009), o objetivo de desenvolver um trabalho sério, com compromisso, está presente entre das preocupações da gestora e dos professores da Escola, contudo algumas vezes o trabalho não consegue ser dimensionado adequadamente, devido os próprios limites de concepção e de ação, os quais são agravados pelas estruturas de trabalho oferecidas, como a falta de formação inicial e continuada, estrutura física e pedagógica, bem como estrutura para a vida cotidiana dos profissionais, tendo essa estrutura disponível, possibilita uma visão mais crítica da realidade e acompanhamento das questões pedagógicas, com uma perspectiva de práxis.

Quando se fala de interculturalidade faz-se necessário compreender que cada cultura possui uma lógica operante interna, e é justamente essa lógica que precisa ser conhecida, a fim de que as práticas, os costumes, as concepções e as transformações façam sentido.

O reconhecimento da diversidade cultural admite diferentes enfoques. É a partir da perspectiva do autor Reinaldo Matias Fleuri que se vai nortear a discussão. Assim, os termos multi ou pluricultural indicam uma situação em que grupos culturais diferentes coexistem um ao lado do outro sem necessariamente interagir entre si.

O autor Fleuri (2003) nos diz que o termo transcultural faz referência a elementos culturais comuns, aos chamados “traços universais”, aos “valores permanentes” nas diferentes culturas. Ou seja, a perspectiva transcultural identifica estruturas semelhantes de relação social ou de interpretação em culturas diferentes, sem que estas culturas interajam entre si.

Já a relação intercultural, Fleuri (2003), indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação. A ênfase na relação intencional entre sujeitos de diferentes culturas constitui o traço característico da relação intercultural. O que pressupõe opções e ações deliberadas, particularmente no campo da educação.

A perspectiva multicultural reconhece as diferenças étnicas, culturais e religiosas entre grupos que coabitam no mesmo contexto. O educador que assume uma perspectiva multicultural considera a diversidade cultural como um fato, do qual se toma consciência, procurando adaptar-lhe uma proposta educativa. Adaptar-se, neste sentido, significa limitar os danos sobre si e sobre os outros. Mas o educador passa da perspectiva multicultural a intercultural quando constrói um projeto educativo intencional para promover a relação entre pessoas de culturas diferentes.

Na perspectiva multicultural, entende-se, de modo geral, as culturas diferentes como objetos de estudo, como matéria a ser aprendida. Ao contrário, na perspectiva intercultural, os educadores e educandos não reduzem a outra cultura a um objeto de estudo a mais, mas a consideram como um modo próprio de um grupo social ver e interagir com a realidade. A relação entre culturas diferentes, entendidas como contextos complexos, produz confrontos entre visões de mundo diferentes.

A interação com uma cultura diferenciada contribui para que uma pessoa ou um grupo modifique o seu horizonte de compreensão da realidade, na medida em que lhe possibilita compreender ou assumir pontos de vista diferentes de interpretação da realidade ou de relação social.

Uma das principais características da educação intercultural, como refere Fleuri (2003), é à ênfase nos sujeitos da relação. Neste sentido, a educação intercultural desenvolve-se como relação entre pessoas de culturas diferentes, não simplesmente entre “culturas” entendidas de modo abstrato, valorizam-se prioritariamente os sujeitos que são os criadores e sustentadores das culturas.

As culturas não existem abstratamente, são saberes de grupos e de pessoas históricas, das quais jamais podem ser completamente separáveis. As pessoas são formadas em contextos culturais determinados mas, são as pessoas que fazem cultura. Nesta concepção, a estratégia intercultural consiste antes de tudo em promover a relação entre as pessoas, enquanto membros de sociedades históricas, caracterizadas culturalmente de modo muito variado, nas quais são sujeitos ativos.

A educação intercultural apresenta-se como um processo, ou seja, um caminho aberto, complexo e multidimensional, pois envolve uma multiplicidade de fatores e de dimensões: a pessoa e o grupo social, a cultura e a religião, a língua e a alimentação, os preconceitos e as expectativas.

A educação intercultural, de acordo com Fleuri (2003), não se reduz a uma simples relação de conhecimento: trata-se da interação entre sujeitos. Isto significa uma relação de troca e de reciprocidade entre pessoas vivas, com rostos e nomes próprios, reconhecendo reciprocamente seus direitos e sua dignidade. Uma relação que

vai além da dimensão individual dos sujeitos e envolve suas respectivas identidades culturais diferentes.

A educação intercultural se configura, conforme Fleuri (2003), como uma pedagogia do encontro até suas últimas conseqüências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro de narrativas diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito. No processo ambivalente da relação intercultural, é totalmente imprevisível seu desdobramento ou resultado final. Trata-se de verificar se ocorre, ou não, a “transitividade cognitiva”, ou seja, a interação cultural que produz efeitos na própria matriz cognitiva do sujeito; o que constitui uma particular oportunidade de crescimento da cultura pessoal de cada um, assim como de mudança das relações sociais, na perspectiva de mudar tudo aquilo que impede a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária.

Para Raúl Fornet-Betancourt, a interculturalidade, consiste nem um processo contextual-universal de capacitação para uma cultura de culturas, ou seja, uma capacitação para a diversidade cultural, que se relacionam e se transformam, consiste em uma dimensão da prática pedagógica dentro do contexto escolar.

E avançar para o interculturalismo, em que culturas se interpenetrem, se modificando sem perder suas identidades, torna o objeto mais desafiador e a descrição mais condizente com a complexidade da realidade envolvida (FREIRE apud Freire, 2009).

Ao pensar a interculturalidade, ousa-se pensar em um diálogo, uma conversa, uma via de mão dupla, em que ambos contam e são ouvidos, onde ambos ensinam e aprendem. E viver dentro de uma perspectiva intercultural possibilitará o diálogo e o respeito entre as culturas.

Entre os Kanamaris da Comunidade São Francisco, o processo de interculturalidade ocorre tanto pelas relações econômicas que se dar pela convivência com a sociedade envolvente, quanto pela convivência dos alunos de 7º ao 9º anos que estudam na sede do município, pelo fato de serem poucos alunos, ficou impossibilitada a oferta desses anos na Escola da Comunidade, o mesmo acontece com o Ensino Médio, que é ofertado no município em duas modalidades: o presencial e o tecnológico.

Essa convivência entre as culturas permite ao aluno e à sociedade a capacidade de entender o processo de constituição da história e, somente o diálogo intercultural poderá gerar condições para uma interação cultural, e rompe com o modelo monocultural em que está constituída a sociedade. (EMMEL, 2012).

E como já foi explicitado é a escola o veículo para construção deste espaço de diálogo, é ela o espaço sócio-cultural em que o diálogo intercultural pode possibilitar a interação humana, pode ser o caminho para reconhecer e valorizar as diferenças culturais que constituem a sociedade.

É justamente pelo reconhecimento das diferenças culturais que há a possibilidade da real inclusão do diferente, neste contexto, da inclusão da criança indígena na escola urbana, e esta inclusão não apenas limitada ao acesso ao espaço físico, mas sendo sujeito de direito de lugar, posicionamento e mediação no processo de interação, de diálogo, de interculturalidade.

Assim, ao quando se fala de inclusão torna-se necessário o rompimento com o modelo monocultural, o qual não possibilita a interação humana, o que dificulta com que os sujeitos que convivem conheçam seus outros, e assim, tornem-se sujeitos agentes e com pensamentos próprios.

O diálogo intercultural leva-nos a uma interação entre as diferenças culturais, e rompe com o monólogo que abafa, legitima, exclui e silencia. Nesta tentativa, experimentamos novas formas de compreensão das diferenças que constituem a sociedade e que, abalam as verdades e seguranças deixadas pelo monólogo.

Nessa perspectiva, para se pensar a escola é preciso vincular o processo educacional com a dimensão étnico-cultural dos alunos, pois a interculturalidade propiciar à escola como um espaço compartilhado e determinado pela convivência (BETANCOURT apud EMMEL, 2012).

Desta forma, Kreutz, estabelece como pressupostos para se pensar a escola em uma perspectiva intercultural:

“a busca de uma base de referências para a leitura dos processos educacionais a partir da dinâmica da interpenetração de grupos diferenciados que podem levar a um novo patamar de interações culturais ou reforçar processos educacionais presos a lubificações monoculturais. O perceber a herança múltipla, polifonia, das tradições culturais, redescobri-as, é o primeiro passo para uma nova postura frente ao desafio de entender como estas diferenciações foram sendo engendradas historicamente e que significações produziram na articulação de processos educacionais”. (Kreutz, 1998, p. 2)

Assim, a intercultural sugere uma nova estratégia educativa em que a escola seria estruturada dentro de um projeto político e cultural formado por um ideal democrático com a participação de todos.

Assim, é preciso que, os professores possibilitem aos alunos a construção de bases dialógicas, o que permite ao aluno a construção de conceitos e o reconhecimento de seus valores e práticas cotidianas e as suas experiências sociais e culturais.

A perspectiva intercultural da educação anuncia a diferença enquanto patrimônio a ser valorizado e denuncia a desigualdade e todas as formas de discriminação. Admite e incentiva o diálogo, buscando estratégias criativas para que as pessoas percebam-se enquanto agentes na administração dos conflitos decorrentes das relações de poder aí travadas.

Portanto, um educador, nesta visão, é aquele que considera a diversidade cultural como proposta mediadora do processo ensino-aprendizagem. Principalmente levando em consideração a complexidade da identidade do ser humano, sendo ele constituído de história e cultura, numa interação dinâmica entre os sujeitos, daí a importância da educação ser voltada para a interculturalidade, ou seja, o diálogo entre as culturas.

Considerações finais

Ser Kanamari, ver-se Kanamari, e conviver com a sociedade envolvente constitui-se um desafio, pois a interculturalidade impõem-se. E essa imposição dá-se devido o avanço das urbes, nesse caso Marã e Japurá, em direção ao espaço tradicionalmente ocupado e pertencente aos Kanamaris.

Com o intuito de estruturar um relato do cotidiano, e olhar a organização educacional da Comunidade, debruçando-se sobre a instituição escolar, organizou-se visitas à Comunidade São Francisco, nas quais por meio de observação participante e conversas informais, pode-se perceber que a interculturalidade, abandonou os estudos teóricos e impôs-se como prática cotidiana, a partir da adequação à escola e às práticas convencionadas pelo cotidiano cidadão.

Desta forma, ser Kanamari e autodenominar-se como tal ganha novos contornos e estrutura uma nova perspectiva identitária. Rendo em vista o reconhecimento e garantia de direitos, autodenominar-se faz-se necessário, contudo, as práticas tradicionais perderam-se ao longo dos anos, e os hábitos cotidianos mesclaram-se às práticas da sociedade envolvente.

E neste momento perdas e ganhos são somados, porém nesse momento sociohistórico ainda não é possível fazer um balanço, porém umas perdas ocorridas nesse caminho foi a língua materna, poucos são os falantes, e em sua grande parte soa os mais antigos, que se recusam em ensinar, pois acreditam que os mais novos não interessam-se em aprender.

Contudo, o cenário está mudando, atualmente com a formação dos professores pelo programa Magistério Indígena, do MEC, e os demais programas de forma-

ção de professores, os professores que atuam na escola Kanamari percebem a necessidade do resgate das práticas tradicionais e da língua materna.

Assim, revelações são feitas ao longo das conversas informais, tais como a estruturação de um processo próprio de produção e ressignificação cultural, já que estes sujeitos sociais não consistem apenas em reprodutores de uma cultura hegemônica, mas reelaboram e ressignificam a cultura envolvente, praticando uma interculturalidade inata.

A Escola tradicionalmente estabelecida tende a interferir nesse processo e promover um rompimento com as relações estabelecidas, gerando falhas nos processos de comunicação de construção identitária e cultural, contudo a Escola Kanamari já começa a repensar sua estrutura e sua função dentro da Comunidade. Tendo como referencia a ressignificação de uma igualdade que se constrói sob a perspectiva do respeito ao direito à diferença, e o diferente não pode ser compreendido como desigual, ou gerador de uma desigualdade, mas esse diferente precisa ser incluso, sob a lógica do novo paradigma, o da inclusão da complexidade.

Assim, uma prática pedagógica intercultural, estabelece um diálogo, a construção de uma cultura da diversidade no âmbito da escola, como política de inclusão. Silenciar, simplificar e excluir o diferente são práticas veladas e permanentes nas práticas escolares, que somente poderão ser mudadas a partir da mudança de concepção e paradigma.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Maria Rosário. Os Kanamari da Amazônia Ocidental – História e Etnografia. Tese de doutoramento apresentada ao PPGAS-USP-São Paulo. 1998

COSTA, Luiz. Museu Nacional – UFRJ, Pesquisador Associado – CTI, Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br>.

DIAS DA SILVA, Rosa Helena e COSTA, Valéria. Práticas pedagógicas em espaços alternativos de inclusão social: o caso da educação [escolar] indígena. Encontro Nacional de Didáticas e prática de Ensino (13º-2006: Recife, PE) Políticas Educacionais, tecnológicas e formação do educador: repercussões sobre a didática e as práticas de ensino / ENDIPE; (Org. Ainda Monteiro Silva [et. al.]. Recife: ENDIPE, 2006.

EMMEL, Sinara da Silva. Educação e diversidade cultural sob a perspectiva de interculturalidade. Disponível no site: <http://www.faustolevandoski.com.br/asafiti/trabalhos/Sinara%20da%20Silva%20Emmel.pdf>, acesso em 25 de maio de 2012, as 14:56.

FLEURI, Reinaldo Matias (org). educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Maria do Céu Bessa. A criança indígena na escola urbana. Manaus: EDUA, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educar para outro Mundo Possível. Revista Fórum, ano 5. outubro de 2006, nº 43, p. 9.

HAGUETTE, Teresa M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Kanamaris. Disponível em :<http://www.pib.socioambiental.org/pt/povo/kanamari/1742>. Acesso em 15 de julho de 2012, às 18:22.

LABIAK, Araci Maria. Frutos do Céu e Frutos da Terra: Aspectos da Cosmologia kanamari no Warapekom. Disponível em:<http://www.trabalhoindigenista.org.br>. Acesso em: 12 de julho de 2012, as 15:45.

OLIVEIRA, Vera Lúcia de; SALGADO, Carlos Antonio Bezerra. LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO DAS TERRAS INDÍGENAS DO COMPLEXO DE TEFÉ: Maraã/Urubaxi, Paraná do Paricá, Cuiu-Cuiu e Kumaru do Lago Ualá. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CONFIGURAÇÕES E DESLOCAMENTOS: RELAÇÕES DE GÊNERO NA CIDADE DE BOA VISTA (1987 – 1990)

Introdução

Esse trabalho reflete sobre as configurações, reconfigurações e deslocamentos de gênero na Cidade de Boa Vista, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, com o objetivo de revisitar a capital roraimense pela ótica de gênero a partir de imagens e textos temáticos como: “Mulher à procura da identidade”, “Ser pai por inteiro”, “Mulher rumo à liberdade”, publicados no jornal *Igreja a Caminho*¹, principalmente na página *Mulher na Sociedade*². Entre os textos escritos e os imagéticos procura-se fazer leituras sobre as relações de gênero nos discursos apresentados, procurando compreender os desafios e possibilidades da mulher contemporânea na capital roraimense.

1 Jornal da Diocese de Roraima que circulou entre 1984 a 1994, no início tinha a função de informativo paroquial e não tinha uma circulação regular, como aconteceu a partir de 1986, o qual passou a circular mensalmente, com algumas distribuições nacionais e até internacionais. Dentre suas funções, o referido periódico tinha por objetivo torna-se um veículo importante da Diocese de Roraima para divulgar e também solicitar apoio de organizações nacionais e internacionais sensíveis, principalmente a questão indígena, que era a principal bandeira da Diocese de Roraima. No âmbito local o jornal continuava com a função de divulgação das atividades pastorais da Igreja além da função de vanguarda cristã e fazer oposição frente ao poder local.

2 Trata-se de um espaço no Jornal *Igreja a Caminho* para discutir sobre os desafios da mulher contemporânea, circula mais regularmente entre 1986 a 1987, explorava diferentes assuntos referentes aos desafios enfrentados pela mulher como: mercado de trabalho, violência contra a mulher; participação política da mulher; debates sobre a mulher na Constituinte; perfis de comportamentos de homens e mulheres. Quanto à equipe responsável pela coluna, era constituída por grupo de mulheres ligadas às pastorais, principalmente à de comunicação que integrava uma equipe heterogenia - índios e não índios, religiosos italianos, migrantes de diferentes partes do Brasil (Informações retirada do Jornal *Igreja a Caminho*, setembro, 1986; Silva, 2003).

*Professora de História da Universidade Estadual de Roraima, Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Graduada em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Quanto ao campo teórico, trata-se da abordagem de gênero a partir da categoria de análise histórica de Joan Scott, entendendo gênero como uma categoria construída nas relações sociais baseada na diferença entre os sexos. Scott ressalta que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, é uma categoria relacional entre homens e mulheres, o que significa que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir por meio de um estudo que os considere totalmente separados. É também um termo dinâmico que faz variar os perfis masculinos e femininos, tanto no tempo quanto, no espaço (SCOTT, 1996).

Na perspectiva desta autora, estudar gênero não se limita apenas à análise das identidades, mas também as instituições, a política, a família, a economia e, ainda o gênero tomado nas suas interlocuções com classe, etnia, raça, geração, assim como o valor simbólico do gênero.

A exploração das fontes escritas e iconográficas construídas no referido jornal são significativas para a análise, visto que em seus argumentos, as imagens e as narrativas produzem ao mesmo tempo textos distintos, entretanto, na ótica de gênero nem sempre um reforça o outro, às vezes os discursos escritos até se opõem à imagem ou vice-versa. Por outro lado, ambos vão configurando diferentes personagens e cotidiano na Cidade de Boa Vista.

Este artigo faz parte da pesquisa maior sobre configurações e deslocamentos de gêneros nordestinos na capital roraimense nas duas últimas décadas do século XX pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujo objetivo é “Estudar a experiência migratória de nordestinos (as) na Cidade de Boa Vista nas décadas de 1980 a 1990.

1 - Subjetividade de gênero: dialogando com as fontes escritas e iconográficas

1.1– SER PAI POR INTEIRO

Entrando pelas temáticas selecionadas e começando pela paternidade, a discussão se dá por meio de uma entrevista com a psicóloga clínica Maria Lúcia O. Araujo que discute possibilidades e desafios de ser pai:

Junto com a mulher-mãe o homem-pai tem um papel importante a cumprir dentro da família e assim também na sociedade. É este papel, o de SER PAI POR INTEIRO, sem preconceitos, que falaremos neste espaço de mulher na sociedade.³

3 IGREJA A CAMINHO, agosto de 1987, p. 10.

A psicóloga Maria Lúcia Araujo ressalta a necessidade de repensar os papéis paternos por conta das mudanças nos espaços familiares: “O que mudou foi a concepção do que é a função materna e paterna, hoje existe uma nova dinâmica familiar com maior interação de papéis e maior liberdade para atuar, para se expressar dentro do lar”.⁴

A entrevista já começa problematizando as relações tradicionais no que diz respeito aos papéis maternos e paternos, ou seja, a ideia de papéis e lugares rígidos de ser mãe e ser pai, o da mãe cuidadora voltada para o espaço privado e o de pai provedor, direcionado para o espaço público. Essa perspectiva de modelo familiar parece não caber mais nas dinâmicas familiares que estavam se configurando, principalmente com as mudanças ocorridas na vida das mulheres.

Percebe-se no decorrer da reportagem que é ressaltada a dificuldade de repensar essas relações de forma mais livre devido a uma educação diferenciada para homens e mulheres, entretanto, as mudanças são argumentadas de forma positiva com sinalização de um nova concepção de maternidade e paternidade que supõe beneficiar a todos:

Ao que parece todos ganham muito com essas mudanças: o homem pode entrar mais em contato com ele mesmo e descobrir novas emoções dentro de si; a mulher se libertar de algumas imposições históricas, podendo também atuar mais livremente dentro e fora do lar e os filhos ganharam pais mais próximos, mais amigos e mais felizes e realizados como pessoas.⁵

O discurso é construído sutilmente sem enfrentar e nem problematizar mais diretamente as divisões de tarefas, a dupla jornada, a relação de poder entre homens e mulheres, entretanto, são argumentações sobre a reconstrução de outras relações com possibilidades de novas oportunidades para toda a família, pois, por um lado, o homem se dá o direito de sentir determinadas emoções e vivenciar espaços considerados mais femininos, por outro lado, a mulher também se dá oportunidade de experimentar outras experiências e liberdades que a educação rígida e tradicional não permitia, ou seja, famílias mais integradas entre si e com mais liberdade para conquistar outros espaços. Discurso hábil para problematizar a dinâmica da família patriarcal e os papéis rígidos de ser mulher e ser homem e ainda sinalizar traços relacionados à crise da masculinidade.

Segundo a antropóloga Maria Regina Lisboa, a discussão sobre masculinidade no Brasil é recente, se inicia na segunda metade da década de 1980, no primeiro simpósio sobre o homem. Diz a autora que o fato curioso do simpósio: “Foi a conclusão

4 ARAÚJO, Igreja a Caminho, 1987, p. 10.

5 IGREJA A CAMINHO, agosto, 1987, p. 10.

unânime dos participantes que os homens estavam em crise⁶”. Lisboa contextualiza aspectos que direcionam esta afirmação como fruto de transformações no comportamento da mulher, da moral sexual, e do questionamento da posição dominadora e patriarcal dos homens na sociedade e na família: “A crise é também consequência de uma constatação difícil: o carcereiro é também seu prisioneiro”⁷. Contudo, acredita-se que é um tema que ainda não chegou para a maioria dos homens, mesmo que talvez já vivenciem os dilemas dos atributos de ser homem.

Com relação à temática “masculinidade” em Boa Vista, acredita-se que os homens não tinham clareza desta crise, mas supõe-se que os sintomas já rondavam devido a algumas mudanças no comportamento das mulheres. Algo parece suscitar na imagem ilustrativa do texto sobre paternidade:



Imagem 1 – Paternidade: divisão de tarefas no espaço familiar⁸

O tema divisão de tarefa está posto de alguma forma, entretanto, a representação desconcertada como o homem (pai ou esposo) está engomando, não configura tanta felicidade em aprender e ocupar novos espaços. Pode-se observar pela reação do corpo, o jeito como pega a roupa e a sua expressão pesada. A imagem da mulher

6 LISBOA, Maria Regina 2005, p 131

7 *Idem*, p 131.

8 SILVA, Bartolomeu: IGREJA A CAMINHO, agosto, 1987, p.10.

preparando a comida, mas atenta ao trabalho do companheiro ou pai com aspecto que denuncia tensão e desconfiança das habilidades masculinas⁹, mais também permeia o processo de desconstrução de papéis tradicionais vistos ainda de forma deslocada para ambos os sexos ou talvez, fizesse parte de uma leitura atenta do autor do desenho¹⁰ sobre os dilemas das mudanças e permanências das relações cotidianas entre homens e mulheres na Cidade de Boa Vista. Pois, mesmo sendo muito sensível e criativo, o artista parece ter dificuldade de internalizar alterações nos papéis familiares, principalmente no que diz respeito às desconstruções de papéis tradicionais de homens e mulheres. Tema ainda em processo de elaboração até mesmo para segmentos de movimentos de mulheres durante a década de 1980.

1.2- EM DEFESA DA MULHER TRABALHADORA

Neste texto a discussão configurava representações e tensões de gênero com a possibilidade da mulher assumir novas posições enquanto sujeito político. A imagem selecionada desta temática faz parte da página “Mulher na Sociedade,” de novembro de 1989. Trata-se de uma entrevista com a presidente do Sindicato das Secretárias de Roraima intitulada, “Em defesa da mulher trabalhadora”. A entrevista tem um caráter informativo sobre os desafios do profissional deste ramo, além de divulgação do referido sindicato, na época recém-criado. A presidente destaca algumas bandeiras de lutas como “Unir a categoria, construir o respeito e a valorização da profissão e, acima de tudo, garantir ao profissional o seu espaço dentro da sociedade.”¹¹

9 Experiências que denotam mudanças de papéis concebidos como naturais exigem de ambos desconstruir conceitos e práticas cristalizadas não são naturais, mas construções sociais e culturais e dinâmicos que baseada em Scott, 1996, dependendo do contexto e do espaço, estão sempre em processo de reatualização.

10 Bartolomeu Silva – Artista indígena roraimense da etnia Makuxi da região de Maturuca na Raposa Serra do Sol, conhecido pelo nome de Bartô e autor da maioria dos desenhos do Jornal Igreja a Caminho.

11 IGREJA A CAMINHO, outubro, 1989, p. 14.



Imagem 2 – “Em defesa da mulher trabalhadora” – Produção de Paulo Ribeiro.¹²

A imagem denuncia um espaço pouco profissional uma vez que mostra configuração de relações autoritárias entre o chefe e a funcionária. Entretanto, por um lado, a aparente ingenuidade da secretária descuidada pode configurar jogos e táticas para burlar o poder masculino, por outro lado, o não reconhecimento da profissão de secretária carregado de sentidos estereotipados frente à proposta política defendida pela presidente da categoria na busca de valorização e sindicalização de mais membros, uma vez que em todo o território de Roraima no final da década de 1980 havia 4000 secretárias e apenas 400 eram sindicalizadas”¹³

Detendo-se no discurso construído na entrevista, observa-se que na imagem existe um processo de desconstrução da mulher profissional e sujeito político defendido na fala da presidente do sindicato. Percebe-se ainda, na imagem da secretária, a postura de submissão, o que pode representar poder de sedução das mulheres que nem sempre implica em ingenuidade, mas também pode conotar reação do discurso masculino de desqualificação da mulher no mercado de trabalho, até mesmo nos espaços considerados tradicionalmente, femininos. Portanto, não se trata de centrar a questão na relação de opressão e exploração, mas fazer leituras dos jogos e códigos de relação de poder entre feminilidades e virilidade, que às vezes, na pressa, passa despercebida.

12 Idem, p. 13.

13 Idem, p. 13.

1.3 – MULHER RUMO À LIBERDADE

A Terceira imagem trata da temática relacionada aos desafios e conquistas da mulher, intitulada “Mulher rumo à liberdade”, faz parte do editorial de março de 1990. Nesse ano, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB - elegeu como tema da Campanha da Fraternidade “A Fraternidade e a Mulher” e o Lema “Mulher e Homem a imagem e semelhança de Deus”.

Nesse editorial sobre a situação da mulher, o Bispo Dom Aldo Mongiano, Bispo da Diocese de Roraima, se dirige às mulheres com reconhecimento de suas atuações em diferentes espaços frente às mudanças atuais, mas também ressalta desafios e desigualdades das mesmas, principalmente no terceiro mundo. Afirma Mongiano:

O assunto é sem dúvida polêmico porque a discriminação contra a mulher é ainda marcante, principalmente em países de terceiro mundo como o Brasil. Sabemos da discriminação da mulher dentro e fora da casa, como também conhecemos o papel fundamental que ela desenvolve nos movimentos populares e na igreja, na política está ganhando cada vez mais espaço, como demonstraram nas eleições municipais em 1988. Porém, tem muito chão a percorrer pela frente, inclusive na Igreja.¹⁴

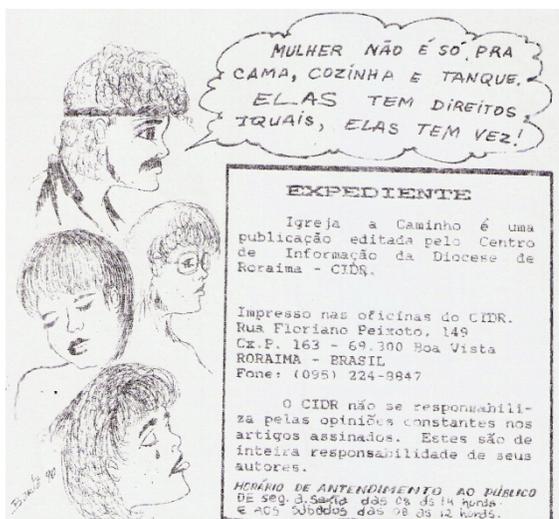


Imagem 3 – Mulher rumo á liberdade, de Bartolomeu Silva.¹⁵

14 IGREJA A CAMINHO, março, 1990, p. 2.

15 Idem, p. 02.

Na produção da imagem percebe-se a dificuldade de abstrair os desafios e possibilidades de igualdade das mulheres, visto que de imediato já interdita a busca por igualdade e autonomia, pois a imagem suscita quem tem poder de fala, é ele, o homem quem autoriza a mulher a pensar sobre sua emancipação.

Quanto à representação das mulheres, elas refletem gesto de distanciamento de suas próprias conquistas de olhos baixos, sem expressão de atitudes, apenas uma mostra perspectiva de direção que é resignificado pelo seu olhar fixo e pela sua postura. A imagem do homem está acima das mulheres, com os olhos bem abertos em posição de orientação da liberdade feminina.

As frases “A mulher não é só para cama, cozinha e mesa. Elas têm direitos iguais, elas têm vez!” Isso passa a ideia de que ele (o homem da imagem) ainda está internalizando a concepção de que a mulher tem direito e tem vez! Trata-se de uma exclamação! Portanto, a mensagem dá lugar à ideia de que ela (a mulher) permanece em posição tradicional, não deixa de ser objeto sexual e de desempenhar as funções ditas femininas nos espaços público e privado.

1.4 - Jovens em movimentos

Este tema que foi apresentado na página “Mulher na Sociedade”, do mês de março de 1987, expressa a visão de Paulo Freire sobre a mulher. O texto destaca algumas reflexões de Freire em direção à autonomia:

Eu sou 100% a favor da mulher. Evidentemente que eu não posso fazer a luta das mulheres, e eu não devo, porque a luta das mulheres tem que ser feita pelas mulheres. Mas eu concordo plenamente com a procura que as mulheres vêm fazendo no mundo todo, também no Brasil, a procura de serem elas mesmas. Eu acho que esse sentido da luta, esse combate a esse exagero machista brasileiro tem que ser feito¹⁶.

Freire coloca em discussão a questão da luta das mulheres, observando que esta deve ser um papel delas enquanto mulheres e que os homens não devem interferir. Aspectos fortes para ambos os sexos, pois por um lado, as mulheres são convidadas a refletir sobre sua situação e a lutar pelos seus direitos, deixando os papéis de vítimas que não contribuem para o processo de emancipação e, portanto, para a sua autonomia. Por outro lado, os homens são provocados a repensar as práticas e representações que denotam preconceitos e exclusão às mulheres, pois saber e poder não são sinônimos do sexo masculino. Aspecto que a citação acima também alerta aos homens a não interferir na luta das mulheres e, portanto, respeitá-las como seres pensantes, sujeitos políticos no processo de construção de sua cidadania.

16 Idem, p. 8.

Quanto à imagem, em poucas imagens no jornal Igreja a Caminho a mulher aparece como sujeito, às imagens geralmente são carregadas de sentidos sexistas. Embora algumas delas já apresentem certos avanços. A imagem vinculada ao texto de Freire apresenta alguns indícios de liberdade para os(as) jovens que se apresentam em movimento, em posições mais igualitárias, com olhares e posturas com mais perspectiva de atuação.



Imagem 4 - Jovens em movimento de Bartolomeu Silva.¹⁷

A referida imagem remete à subjetividade de papéis de gênero mais livre, uma vez que as imagens anteriores mostravam mulheres e homens carregados de sentidos de relações sexistas, mesmo quando se tratava de desconstrução de relação de poder entre os dois gêneros.

Nesta última imagem, nota-se um investimento da igreja no jovem, tanto no sentido de explorar o espírito de juventude para os engajamentos pastorais, como para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

Com relação à leitura de gênero, observa-se discursos iconográficos configurando homens e mulheres de forma mais equilibrada, afastando-se de uma simbologia iconográfica conservadora de mudanças nas relações de gênero e enquanto algo deslocado. Portanto, nesta imagem percebe-se que o debate de desconstrução das relações de poder foi, de certa forma, internalizada.

17 IGREJA A CAMINHO, março, 1987, p. 8.

Considerações Finais

Fazer a leituras de textos atenta as narrativas e imagens e narrativas na busca de sentidos e configurações de gênero na Cidade de Boa Vista proporcionou perceber nas entrevistas mulheres usando várias táticas para questionar o poder masculino. Sentiu-se o grito velado e o esforço das mulheres em desconstruir determinadas práticas tidas quase como naturais entre homens e mulheres. Dentre elas: a concepção de família, onde se colocou em debate a paternidade; a dupla jornada; a participação dos homens nas atividades domésticas como: educação dos filhos, divisões de tarefas entre homens e mulheres. Reivindicações que anseiam mais equilíbrio nas relações cotidianas e de gênero. Além do direito de participação política das mulheres. Este último é ponto de pauta da página, *Mulher na Sociedade*, percebida em quase todas as falas, visto que reivindicavam o direito de atuação política, de igualdade de oportunidade e reconhecimento do papel da mulher atual no grupo e na sociedade local.

A prática pedagógica do grupo de mulheres da página Mulher na Sociedade de apropriação e negação aos princípios feministas supõe que a dinâmica do cotidiano das mesmas, a experiência como profissionais, atuantes em movimentos contribuiu para se apropriarem das lutas feministas tendo como pano de fundo, ou mesmo base, a Teologia da Libertação. Além do processo de urbanização, migração, o debate sobre a Constituinte presente na imprensa local, nesta página inclusive e no Jornal Tribuna de Roraima, principalmente pela Coluna Mulher//Mulher que circulou entre 1986 e 1987, portanto contemporânea da coluna Mulher na Sociedade. Levaram a explorar mais questões relacionadas à afirmação e emancipação da mulher e do combate às relações desiguais entre homens e mulheres e, portanto, mais aproximadas às lutas feministas do que religiosa, uma vez que a Teologia da Libertação é mais aberta às questões sociais dentre estas incluem a busca de uma nova mulher e um novo homem.

Assim, sente-se que há mulheres na equipe consciente ou inconsciente disputando espaços com os homens e trabalhando no sentido de desconstruir determinadas práticas que as colocam em desvantagens, supõe-se que há tensões, silêncios e reações nas relações numa perspectiva de jogos de gênero. De forma sutil, numa linguagem não feminista, as mulheres deste grupo buscavam desconstruir os papéis de gênero vigentes e apontavam outras perspectivas mais igualitárias do que as que estavam postas. Isto acusa insatisfação por parte delas que, apesar de não se manifestarem em forma de enfrentamento, elas se manifestavam com argumentos, propostas de temas e reflexões. Aspecto que parecia não ser compreendido por

uma parcela do jornal, notado no discurso iconográfico pelos traços de resistência às mudanças nas relações cotidianas e de gênero, principalmente essa nova mulher que aparece nos discursos interferindo nas práticas cotidianas das fronteiras entre o público e o privado.

Esses jogos de relações de poder possibilitavam observar as configurações e reconfigurações de gênero, de mudanças e permanências, pois de um lado, as mulheres lutavam por espaços na política, no mercado de trabalho; exigindo igualdade de oportunidades, reconhecimento enquanto sujeito político, por outro lado, as manifestações masculinas acusam esta mudança onde elas aparecem como deslocadas no cotidiano deles, os quais mostraram resistência ou não entendiam as discussões sobre a mulher contemporânea, em especial no que implicava em alteração no seu cotidiano que os faziam repensar e atuar em outros lugares, antes vistos com exclusivo das mulheres.

Entretanto, não se pode dizer que o desejo da mudança é exclusivo das mulheres, e a resistência a ela pertence aos homens, isso não é biológico, é cultural. O próprio texto de Paulo Freire sobre a mulher e o editorial do Dom Aldo Mongiano relacionado à Campanha da Fraternidade “A Fraternidade e a Mulher” e o Lema “Mulher e Homem à imagem e semelhança de Deus” apontam para discussões mais abertas sobre a mulher e seus desafios atuais.

Portanto, olhar para a sociedade boavistense pela ótica de gênero na imprensa alternativa é tentar fazer leituras do movimento de configurações, reconfigurações e deslocamentos de homens e mulheres e captar esses indícios de mudanças no movimento das relações de gênero, no conjunto das relações, das representações que cada pessoa faz de si e do outro. Processo que possibilitar construir e reconstruir outras identidades.

Referências Bibliográficas

DIAS, Maria Odila Leite da Silva Novas subjetividades na pesquisa na história feminista: uma hermenêutica das diferenças. Rio de Janeiro: Centro internacional de Estudos contemporâneos – CIEC/ UFRJ, vol. 2, nov. 1998.

_____. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Revista Projeto História: trabalhos da memória, São Paulo: PUCSP, 1998.

FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Helien Gonçalves; LUCA, Tania Regina (Orgs). O historiador e o seu tempo: encontro com a história. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

- MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSP, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos; MORAES, Mirtes. Imagens e ações: gênero e família nas campanhas médicas. São Paulo: 1890 – 1940. *Artcultura: revista de história, cultura e arte*, vol. 9, nº14. Uberlândia: Universidade de Uberlândia instituto de História, 2007.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História* nº1, São Paulo, vol. 24, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatayh. *História & História Cultural*, 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- RAGO, Margaret. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Estudos Feministas*, n. 3, jun/jul. 2003.
- RAGO, Margareth; PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pilar. Masculino, feminino, plural na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulher, 1998.
- SILVA, Antonia Matos da. As representações de gênero feminino na década de 80 em Boa Vista – RR. Boa Vista. Boa Vista: UERR. TCC. MONO. GRA. História, 2010.
- SILVA, Raimunda Gomes. Reinventando um novo viver: Mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Social (PPGHIS/IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria de análise histórica. 3 ed, Recife: SOS CORPO, 1996.
- _____ A invisibilidade das diferenças. *Projeto História: revista do Programa de Estudos de Pós – Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* nº16 (fev 1998). São Paulo: EDUSC, 1998.
- SOIHET, Rachel. Preconceito nas charges de O pasquim: mulheres e luta pelo controle do corpo. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v.9, n.14, 2007 – Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.
- SOUZA, Carla Monteiro. Gaúchos em Roraima. Porto Alegre: EDIPURS, 2001.

Fontes

- Jornal Igreja a Caminho, Agosto de 1986,1987, 1989,1990,
- Censo de Roraima: 1980, 1991.
- Jornal Tribuna de Roraima, 1987.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO REGULAR DA ESCOLA ESTADUAL SÃO JOSÉ, BOA VISTA/RR

Introdução

Este artigo visa abordar ações desencadeadas ou aprimoradas nas escolas, onde demonstra a ação participativa dos docentes, em agregar todos os discentes, buscando condições de roupar os antigos modelos conservadores educacionais e quebrar certos paradigmas, onde integrasse os recursos utilizados em sala de aula normal em novo.

Nas últimas décadas, a universalização educacional constitui uma expansão na formação docente e promove a inclusão social, esse é um dos maiores desafios para o sistema educacional inclusivo. A Educação Especial (EE) é frequentada por discentes com e sem deficiência, caracterizado por um atendimento especializado, como apoio e complemento, num mesmo ambiente, destinado a oferecer aquilo que há de específico na formação de um discente com deficiência, sem impedi-lo de frequentar ambientes comuns de ensino, onde adquiram habilidades para construção de abordagens educacionais dinâmicas e inclusivas, acesso a oportunidades de aprendizagem e de participação na sala de aula, partindo do pressuposto que o “Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve estar disponível no ensino escolar” (BRASIL, 2008).

Mediante a essa perspectiva, o AEE deve ser oferecido dentro da escola comum, na Sala de Recursos Multifuncional (SRM), para que o discente seja encaminhado e instrumentalizado na sua caminhada escolar proporcionando a este acesso ao saber em igualdade e que seja partícipe dos seus saberes: “O Atendimento Educacional

* Graduanda no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN).

** Professor Doutor em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições específicas dos alunos não for possível a sua interação nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 2008, art. 59, inc. II).

Sobre esse pressuposto, ainda há um entendimento equivocado desse dispositivo que tem levado a conclusão de que é possível a substituição do Ensino Regular pelo Ensino Especial. A interpretação a ser adotada deve considerar que essa substituição não pode ser admitida em qualquer hipótese independente da idade do discente, mas, a interação à inclusão. Compreender que a Educação Inclusiva é dever do Estado, sendo uma mobilidade que disponibiliza conjunto de recursos e estratégias educacionais que proporciona um atendimento especializado para transformar pessoas especiais, visando o direito a educação e a igualdade sem discriminação indevida.

Deve-se valorizar a SRM existente nas escolas como instrumento de inclusão as necessidades dos discentes especiais na EE, através de práticas e recursos de ensino, onde o perfil e a aptidão de cada discentes de acordo com suas habilidades e deficiências são valorizadas, com isso reconhece-se a importância do AEE.

A metodologia recortada para o desenvolvimento desta pesquisa é a participante, aquela que permite a aproximação do pesquisador e o universo a ser estudado, para que se possa fazer uma relação com o referencial construído para este estudo. Portanto, esta será de cunho qualitativo e quantitativo. O qualitativo tem a preocupação de entender a inserção do educando e familiares, que possuem razões, sentimentos e emoções que não podem ser quantificados. Já o viés quantitativo vai apreender os níveis das habilidades adquiridos pelos discentes.

Sabe-se que a pesquisa bibliográfica torna-se imprescindível para o pesquisador, pois torna o trabalho eficaz, dando suporte para a sua pesquisa, possibilitando ao envolvido um amplo conhecimento sobre a temática abordada. Assim, o aporte teórico utilizado parte de pesquisas em sites relacionados com a temática, além de leis e autores como: Aranha, (2001), Garcia (2007), Lunardi (2004), Mantoam (1995), Mazzotta (1996), Müller; Villagran (2008), Skliar (2003), Siems (2010) e Werneck (1999).

Foram feitas pesquisas documentais na Secretaria de Educação Cultura e Desportos (SECD) do Estado de Roraima, onde se coletou dados e números dos matriculados nas escolas do Estado de Roraima, além de um trabalho empírico, buscando alguns diagnósticos, aplicados na Escola Estadual São José, com dados colhidos a partir da aplicabilidade do projeto na referida escola.

Desta forma o objetivo foi analisar e traçar os aspectos metodológicos no ensino para o AEE na SRM, do Ensino Regular; com devida averiguação da importância

dos papéis dos docentes quanto sua formação e de como se efetiva esse atendimento nas escolas e a efetivação da participação dos pais; pois a escola é um espaço de interação e comunicação proporcionado pela inclusão desses discentes, buscando entender de que forma contribuir para o aprendizado dos discentes “especiais”.

Portanto a temática abordada deu suporte necessário para o desenvolvimento dessa, no entanto, ressalta-se que na eleição que se fez, ao escolher a pesquisa documental, procurou-se que acontecesse uma maior interação sobre o assunto foi a opção pelo método indutivo, pois acredita-se da importância deste para o conhecimento comum, quanto para o conhecimento científico.

1 Educação inclusiva: novos paradigmas na educação

Quando pessoas consideradas diferentes, são vistas, algumas atitudes revelam não somente as crenças e os valores individuais, mas também o contexto social em que se vive, assim por meio de um condicionamento cultural, interioriza-se os preconceitos e reproduzem-se estíguas de acordo com cada momento histórico.

Em várias épocas da história, as pessoas com necessidades educacionais especiais eram abandonadas em locais de isolamentos, prisões, hospitais etc., sendo essa atitude justificada na cultura, local e momento histórico.

Na trajetória histórico-cultural do homem, indivíduos diferentes, que recebem o nome, hoje, de “pessoas com necessidades educacionais especiais”, reflete como se desenvolveram os valores da humanidade. Além disso, ajudam a entender os motivos pelos quais um dia, a humanidade condenou ao extermínio, sujeitos considerados imperfeitos e hoje, esta mesma sociedade está aprendendo a conviver com a diversidade.

A EE, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. O conceito de EE é dado da seguinte forma:

Modalidade da educação escolar. Processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 21).

Baseado em pesquisas, acredita-se que a inclusão, é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas com ne-

cessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Então, para pensar a escola que se frequenta, tem que pensá-la como fazendo parte de um todo, um meio em que valores são ressaltados, em detrimentos de outros.

Vive-se em uma cultura que valoriza mais as questões econômicas que as questões sociais. Quando não se reflete sobre estas questões, corre-se o risco de agir em conformidade com essas estratégias de “exclusão”, com as quais certamente não se pode concordar.

Faz-se necessário internalizar que a escola é para e da comunidade e que:

A escola inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com necessidades educativas especiais, incluindo os alunos com deficiência, são educados na escola do bairro, em ambientes de salas de aula regulares, apropriadas para a sua idade (cronológica), com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais (SKLIAR, 2003, p. 25).

Será necessário introduzir as mudanças na escolarização para o êxito das escolas integradoras, mudanças estas como programas de estudos, construções, organização da escola, pedagogia, avaliação, datação de pessoal, ética escolar e afetividade extra-escolar.

Criar escolas, que atendam a um grande número de discentes, requer a formulação de políticas claras e decisivas de integração e um adequado financiamento, com um esforço em nível de informação pública para lutar contra aos preconceitos e fomentar atitudes positivas, além de um extenso programa de orientação e de formação profissional, específicos para este fim, além dos necessários serviços de apoio.

A inclusão escolar prevê intervenções decisivas e incisivas, em ambos os lados da equação: no processo de desenvolvimento do sujeito e no processo de reajuste da realidade social. (...) Assim, além de se investir no processo de desenvolvimento do indivíduo, busca-se a criação imediata de condições que garantam o acesso e a participação da pessoa na vida comunitária, através da provisão de suportes físicos, psicológicos, sociais e instrumentais (ARANHA, 2001. p.141).

De acordo com a citação acima se pode dizer que a escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus discentes, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Constata-se, portanto, que a construção de uma escola inclusiva implica transformações no contexto educacional, transformações de ideias, de atitudes, e da prática das relações sociais, tanto no âmbito político, no administrativo, como no didá-

tico pedagógico e esse processo de mudança pode iniciar na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Werneck (2000, p. 108), aponta que essas transformações decorrem de mudanças efetivadas a partir do PPP.

As escolas inclusivas propõem um modo de se construir o sistema educacional que considera as necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois, não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professor, alunos, pessoal administrativo para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A simples aceitação das diferenças e a oportunidade de acesso à classe comum não determinam, nem contribuem de forma consistente para elaboração do PPP, não assegurando a inclusão escolar dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Assim, o processo de aprendizagem desses requer modificações, fazendo-se necessário uma análise crítica das relações interpessoais e intrapessoais vividas na escola, além de modificações espaço temporais, didáticas pedagógicas e organizacionais que garantam a promoção da aprendizagem e a adaptação desses discentes ao grupo mediante a modalidade de ensino.

Em suas considerações Mazzota, (1996, p. 81), cita quanto à modalidade:

O ensino se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especialmente organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA, 1996, p. 81).

Desse modo o papel da Educação Inclusiva frente a Lei nº 9394/96, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é explicitado numa perspectiva relacional entre as modalidades de educação escolar e os diferentes níveis de ensino, contemplando as interfaces necessárias com as políticas públicas de saúde, trabalho e assistência social.

Entende-se que a Educação Inclusiva vai além do que aponta os documentos, como uma modalidade de educação, que se caracteriza com um conjunto de recursos educacionais e técnicas devidamente organizadas e planejadas, no sentido de reconhecer necessidades educacionais diferenciadas. Nesse conjunto insere-se também na formação dos profissionais da educação e as condições de acessibilidade.

Portanto, no paradigma da Educação Inclusiva, que tange o conjunto de recursos e serviços educacionais, depara-se ao princípio de igualdade de direitos e à so-

cidade, torna-se inclusiva quando passa a considerar todos com igualdade de valor. Assim, entende-se que a inclusão escolar fundamenta-se no princípio de uma escola democrática para todos, sem discriminação.

Fato este que implica numa reorganização do sistema educacional, revendo certas concepções e paradigmas educacionais no sentido de propiciar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses discentes, garantindo não somente o egresso daquele com deficiência, mas a sua permanência no decorrer de toda a escolarização.

Vale ressaltar que as políticas públicas destinadas aos discentes portadores de necessidades educacionais especiais articularam um novo significado e uma forma particular de encarar a EE em nível nacional, com discussões a respeito do entendimento da proposta inclusiva, no seu verdadeiro sentido (integração escolar, inclusão e escola inclusiva), como visto na Constituição Federal (BRASIL, 2000):

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades.

No que diz respeito aos avanços alcançados quanto aos índices de matrículas iniciais no Ensino Fundamental, as ações organizadas ainda não deram conta de cumprir com os compromissos firmados na Constituição Federal de 1988, quais sejam: erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade de ensino, formação para o trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do País (BRASIL, 2000).

Quando o Estado e os pais cumprem seu papel, o direito à educação está assegurado. Mas, e quando um deles ou, até mesmo, os dois violam esse direito? Quais são, então, as alternativas existentes no campo da legislação para que se possa exigir o cumprimento da lei.

Segundo Skliar (2003), ao discorrer sobre os instrumentos viabilizadores do direito à educação, este explicita que o mandato de segurança coletivo, o mandato de injunção e a ação civil pública, são os que permitem uma melhor compreensão quanto aos programas de atendimento. Ainda, analisa que:

Sendo a educação especial uma modalidade de ensino, sua clara e precisa definição e operacionalização implica clareza e precisão no entendimento da educação escolar. O próprio sentido da educação pode aí ser clarificado e permitir a compreensão do significado da educação especial em outras situações de educação formal que não a escolar, como as que se dão muitas vezes, em programas ou serviços de habilitação e reabilitação de portadores de deficiência (SKLIAR, 2003, p. 74).

Nesse entendimento, ainda de acordo com o autor, há dois importantes pontos de análise, no que diz respeito ao Estado e as políticas públicas: a primeira é caracterizada pela natureza e abrangência das iniciativas oficiais e particulares isoladas e a segunda, marcada pelas iniciativas oficiais de âmbito nacional, evidenciando a ação governamental, instituindo campanhas específicas para o atendimento dos portadores de deficiência auditiva, visual e mental.

Conforme constatado, particularmente pelas ações do Ministério da Educação e Cultura (MEC) a destinação dos recursos financeiros públicos, toma uma tendência voltada para a política em EE com ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas.

Enquanto o Conselho Federal de Educação, em 1972, entendia a Educação Especial como “linha de escolarização”, portanto, como de educação escolar, o órgão específico do MEC sempre a interpretou como uma linha de atendimento assistencial e terapêutico ao invés de educacional escolar. O sentido clínico e/ ou terapêutico atribuído à Educação Especial norteia todas as decisões e ações altamente centralizadas do MEC, conforme está textualmente declarado na portaria interministerial nº 186/78, caracterizando o atendimento educacional aos excepcionais como seguindo uma linha preventiva e corretiva. (MAZZOTTA, 1996, p. 190-1).

Atualmente o MEC se refere ao discente da EE como sendo os portadores de necessidades educacionais especiais, tal expressão não passa de eufemismo para portadores de deficiências. A simples mudança de termos na legislação, nos planos educacionais e documentos oficiais, não têm sido acompanhados de qualquer alteração de significado.

2 Compreendendo a educação inclusiva através do AEE

Na Educação Inclusiva o AEE, garante que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada discente especial, onde o cumprimento do direito constitucional de qualquer criança o acesso ao ensino, ficando sobre responsabilidade da organização pedagógica da escola, a metodologia empregada na prática do ensino que atendam as diferenças entre os discentes, sem discriminação indevida, beneficiando a todos com o convívio e crescimento na pluralidade, de acordo com as diretrizes políticas do MEC.

Nesse contexto, segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva, do Governo Federal, o AEE cabe à EE realizá-la, através de serviços e recursos próprios e orientar discentes e docentes, quanto à

utilização destes serviços e recursos em sala de aula (BRASIL, 2008).

Tendo em vista as novas políticas públicas, acaba por se configurar como espaço privilegiado da EE e de responsabilidade da mesma, destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum. Neste sentido, tem caracterizado e delineado tanto os serviços como os docentes da EE que são atendidos neste espaço.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

A EE, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. É importante enfatizar a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, em turno inverso ao que o discente frequenta a classe comum, preferencialmente na própria escola em que está matriculado ou em centros especializados que realizem o atendimento educacional. Enfim, o AEE se apresenta como uma política pública na implementação e organização dos serviços em EE.

A tendência é que esse novo atendimento garanta a todos os discentes especiais, acesso a escola comum, removendo barreiras que impedem a frequência desse às turmas do Ensino Regular, sendo uma modalidade de ensino como complemento ou suplemento, todas as etapas e os níveis de ensino, considerando o grave fato de que a maioria das escolas comuns da rede regular diz está “despreparada” receber discentes com “deficiências” (SKLIAR, 2003, p.172).

A instituição especializada deve se adequar e oferecer apoio, conhecimentos e esclarecimentos aos docentes das escolas comuns em que estas crianças e adolescentes que estão estudando.

Ao reconhecer à importância da Educação Inclusiva e sua função de combate a exclusão educacional, as escolas, tem se esforçado para detectar o fator primordial de diferenciação que indica, a princípio, de atributo subjetivo do ser humano, segundo o qual todos devem ser tratados iguais levantando vários questionamentos: Há uma razoabilidade para doação desse tipo de tratamento diferenciado? Há uma

obrigatoriedade de aceitação no AEE? Ou trata-se de um tratamento diferenciado que implica pleno exercício separado de direito?

O fato que a presença desses discentes em sala de aula é um direito e também um dever do Estado e de seus responsáveis. A proposta de atender educandos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública implica atender para mudança no âmbito do sistema de ensino, das unidades escolares da prática do educador em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades. Alguns autores sustentam nesse sentido:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidade educacional especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário implica em uma reorganização do sistema educacional o que a carreta a revisão de antigos concepções e paradigmas educacionais, na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendo às suas necessidades (GARCIA, 2007, p. 181).

Há um princípio transformador da escola e das sociedades, onde se defende a Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do entendimento especializado para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva. Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, Garcia (2007, 181) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão está práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

2.1 Igualdade Quanto ao Processo de Inclusão

Mesmo havendo a constante garantia na Constituição em relação à igualdade, passaram a surgir convenções e tratados internacionais reafirmando o direito de todos os seres humanos à igualdade e dando especial ênfase a proibição de discriminação em virtude de raça, sexo, religião e deficiência. Inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola, provoca a melhoria da qualidade da educação básica, pois para que os discentes com deficiência possam exercer o direito a educação em sua plenitude, é indispensável que a escola aprimore suas práticas a fim de atender as diferenças. Assim sendo, ela deve ser encarada como um compromisso inadiável que a escola tem com a inclusão.

A igualdade de oportunidade é perversa quando garante o acesso de pessoas com deficiência, a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo e ponto de chegada, a esse propósito é fundamental que haja um olhar original sobre a igualdade: a igualdade não é um objetivo a atingir, mas um ponto de partida, uma suposição a ser mantida em qualquer circunstância.

Há uma desigualdade nas manifestações da inteligência, segundo a energia maior ou menor que a vontade de se comunicar, no entanto é através da interação, que se reduz essa diferença. A grande lição nesse contexto, embora enfoque a igual capacidade de conhecer, constitui no argumento de combinar igualdade com diferença e de se distanciar dos que apegam unicamente a cultura da igualdade, de oportunidade liberal e de mérito para defender a escola do seu caráter excludente, o certo, porém, é que os discentes jamais deverão ser desvalorizados e inferiorizados pelas suas diferenças.

Hoje é indiscutível o benefício que traz para qualquer criança, independente de sua condição física, intelectual ou emocional, a inclusão, pois esta tende a desenvolver as habilidades de acordo com cada deficiência, na promoção da aprendizagem, autonomia, valorização das diferenças; sobre formas de comunicação e expressão, interação e a socialização nas diversificadas práticas, sem discriminação, apenas com o propósito de buscar uma melhoria de qualidade no AEE.

Essa contribuição para melhor contornar os pressupostos que embasam a inclusão escolar, deve ser caracterizada como um processo, à medida que as soluções vão sendo estruturados para enfrentar as barreiras impostas à aprendizagem dos discentes. No âmbito particular de indicações para execução no plano de igualdade nas escolas, Mazzota (1996, p. 21-22) expõe que:

Há três componentes práticos interdependentes em busca da igualdade no ensino inclusivo. O primeiro é a rede de apoio, o componente organizacional, que envolve a coordenação de equipe e de indivíduos que apoiam um aos outros através de conexões formais e informais {...}: grupos de serviços baseados na escola e parcerias com as agências comunitárias. O segundo componente é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, o componente de procedimento, que envolve indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos para planejar e programar programas para diferentes alunos em ambiente integrados. O terceiro é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino, que está relacionado a criação de uma atmosfera de aprendizagem em sala de aula em que os alunos com vários interesses e habilidades pode atingir seu potencial.

Nesse contexto de ampliação a direito a igualdade uma das tarefas desenvolvidas, faz necessário identificar constantemente as ações desencadeadas ou aprimoradas, para que a escola se torne um espaço de aprendizagem e possa agregar todos os

discentes, inclusive os oriundos de outras escolas; isso exige novas elaborações no âmbito do PPP.

A importância da igualdade de direitos para todos é justificada pela Constituição Federal da integração quando afirma o direito dos discentes especiais a terem um atendimento especializado, não apenas em relação entre o homem como ser social, mas também da exploração do homem pelo homem; pois a sociedade se caracteriza por certa desigualdade social.

Nessa perspectiva e participação na relação com o meio, as crianças são interventores porque possuem culturas diversas, vivências, expectativas próprias e maneiras de entender o mundo. Nesse contexto a evolução das habilidades, em relação às diferentes deficiências, através de atividades lúdicas, informações e participação docente, constituem o seu conhecimento e o concebe como parte do processo inclusivo.

Portanto, quando a Constituição garante a educação para todos, significa que é para todos mesmo, em um mesmo ambiente e esse pode e deve ser o mais diverso possível, “como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania” (BRASIL, 2000, art. 205).

2.2 Formação Docente e o AEE

No que diz respeito a ação docente, deve-se enfatizar a formação continuada do educador, um compromisso do sistema de ensino, comprometido com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva deve assegurar que estes sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características do discentes com necessidades especiais.

Assim os docentes serão capazes de analisar os domínios do conhecimento atuais dos discentes, as diferentes necessidades no processo de aprendizagem, bem como elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliá-los.

Não há como mudar práticas de docentes sem que os mesmos tenham consciência de duas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional, pois, segundo Lunardi (2004) a pretensão é garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades deve-se assegurar a oferta de uma formação que possibilite aos docentes analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, dando conta das mais diversas diferenças existente entre seus discentes.

Contudo os conhecimentos sobre o ensino de discentes especiais não pode ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente para todos considerando que os atendimentos dos educandos em classes comuns é determinação privilegiada dos últimos anos.

Em síntese, a elaboração de política de formação de docentes, além de considerar essas indicações, também conta com algumas orientações legais, uma delas apresentadas no item “*Diretrizes*” da Política Nacional de Educação, que estabelece como prioridade, a formação de “recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos discentes especiais nas creches, pré-escolas, centros educacionais infantil, médio, superior, bem como em instituições especializados e outras instituições” (BRASIL, 2008, p. 10).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em seu art.58, inciso III são previstos docentes com especialização adequada em nível médio ou superior para o AEE, bem como docentes de Ensino Regular capacitado para a integração desses discentes nas classes comuns. Nesse sentido Mantoam (1997, p.19) considera que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

A formação continuada do docente deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus discentes, incluindo aquelas evidenciadas pelos com necessidades especiais, onde todos os procedimentos institucionais e das aprendizagens destes, estabelecendo assim um relacionamento entre docentes e discentes.

Faz-se necessário providenciar para que essa proposta não se configure em apenas retomadas de antigas propostas, que não foram realizadas na sua totalidade. Siems (2010, p. 25) contextualiza que “não parece estar claro, se o que nasce é uma negação superadora do velho ou uma radicalização de suas possibilidades não realizadas”.

Portanto para a autora, na perspectiva de formação continuada para diversidade afirma que:

caminheemos no sentido da construção de uma nova profissionalidade para docente uma formação que considere a diversidade, o múltiplo como fator de enriquecimento das relações humanas, em que o trabalho educacional atinja a todos que dele necessitam (SIEMS, 2010, p. 37).

3 Inclusão no estado de Roraima como processo de AEE nas escolas

Neste contexto, há um princípio transformador da escola e da sociedade no Estado de Roraima, aonde vem ocorrendo modificações e adequações nas escolas estaduais. Neste, defende-se a bandeira da Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do AEE para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva.

Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, Aranha (2001, p. 148) considera que:

No contexto da educação, o termo inclusão admite, atualmente, significados diversos. Para aqueles que desejam mais, ele significa uma reorganização fundamental do sistema educacional. Enfim, sob a bandeira da inclusão está práticas e pressupostos bastante distintos, o que garante um consenso apenas aparente e acomoda diferentes posições que, na prática, são extremamente divergentes.

A gestão da Educação Especial, no contexto da esfera estadual de Roraima, é organizada através do Eixo Pedagógico Inclusão sob a coordenação de docentes com formação em Educação Especial. Tal eixo tem como objetivo principal “articular as ações de forma integrada com todas as modalidades de ensino”, além disso, prevê “esclarecer, subsidiar e acompanhar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos discentes em todos os níveis, de acordo com suas peculiaridades, tendo como princípio básico o respeito à diversidade” (MÜLLER; VILLAGRAN, 2008, p. 5).

A Rede Estadual de Roraima em consonância com a legislação vigente e com as orientações de documentos nacionais e internacionais vem aderindo aos pressupostos da Educação Inclusiva desenvolvendo ações de formação e implementação de serviços que ampliem e qualifiquem as experiências inclusivas.

Analisando documentos, foi detectado que em 1975 foi criada uma Coordenação de Educação Especial, no antigo Território Federal de Roraima, com o início do atendimento aos discentes com deficiência mental e auditiva. No ano seguinte, instalou-se na Escola Estadual Monteiro Lobato, uma sala especial onde atendia 11 discentes, tendo, como professoras Carlota Marta de Figueiredo Rodrigues e Clotilde Parima Rodrigues, onde exerciam as mais variadas funções.

Vale salientar que no Estado de Roraima, atualmente há escolas, sediada em municípios, distantes da sede administrativa, que estão se adequando a Educação Inclusiva e o relevante AEE, atendendo as normas e leis amparadas pela Constituição Federal.

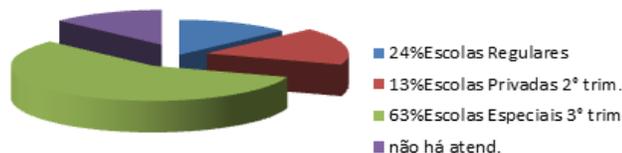
Em todo o estado existe um montante de 37 escolas (25 de Ensino Fundamental e 12 de Ensino Médio) com AEE. Este serviço é realizado por profissional habilitado na área e em salas equipadas com recursos específicos para este fim. Na esteira das ações desenvolvidas pelo governo estadual pode-se destacar a ampliação progressiva de recursos humanos, com a nomeação através de concurso público e com a ampliação do número de matrículas de alunos em situação de inclusão.

Em 2007, houve a implementação, na Secretaria de Educação Cultura e Desporto do Estado de Roraima (SECAD) de uma Assessoria Pedagógica Especializada, no setor de Divisão de Educação Especial com o objetivo de prestar orientação, assessoria, disponibilizar material e bibliografia para todas as escolas da rede estadual de ensino referente à área de Educação Especial. É função deste setor o devido encaminhamento dos discentes com deficiência às escolas, a partir de avaliações realizadas pelo seu núcleo de triagem e avaliação.

Esta consta ainda com centros de apoio como o Centro de Apoio Pedagógico ao aluno surdo ou de baixa audição (CAS) e o Centro de Apoio aos alunos cegos e de baixa visão (CAP). A Divisão de Educação Especial do estado faz o monitoramento do AEE nas escolas, oferecendo palestras, encontros, reuniões e cursos de formação continuada.

Dados coletados na referida secretaria apresentam os discentes com necessidades educacionais especiais em classe comum matriculados nas escolas do Ensino Regular, todavia não se obteve mais informações sobre a quantitativa correta de quantas pessoas nunca tiveram acesso a nenhuma dessas formas e atendimento (Figura 1).

Figura 1 – Matrículas na rede de ensino em Roraima: 2012.



Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p. 51

A maioria dos discentes são matriculados na Instituição Viva Comunidade, pertencente a esfera estadual. Essa instituição atende todos os alunos especiais com diferentes patologias, possuindo especialistas em cada área, monitores e profissionais atuantes.

Os dados apresentados são suficientes para indicar quanto ainda o estado se encontra distante dos objetivos para que aconteça de fato a inclusão estabelecida pela Constituição Brasileira e LDB. Porém dados quantitativos, aqui apresentados exigem acréscimo de outros indicadores de qualidades para que sejam acumulados, elementos para aferir a oferta de condições adequadas de ensino, compreendidos como processo de desenvolvimento da capacidade física intelectual e moral do educando; visando a sua melhor integração individual e social.

Informações preciosas referentes a cada necessidade educacional especial, nas categorias visual, auditiva, física, mental, múltiplas altas habilidades / superdotação, condutas típicas e outras, são importante para que o estado atue diretamente na problemática. Ressalta-se a importância que assume a obtenção desses dados para elaboração de um trabalho com planejamento e um atendimento especializado, para a que através da avaliação das ações implantadas, possa assim caracterizar ações da política que envolve a proposta curricular da escola e a ação do docente.

Portanto, a inclusão escolar tem se restringido no âmbito das práticas, como já assinalado, através da oferta de vagas aos discentes com necessidades educacionais especiais em classes comuns, onde as distorções conceituais são as que têm se configurado de fato como um dos principais obstáculos a concretização da tão conclamada educação para todos.

A instituição escolar ao reproduzir o modelo tradicional não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças, nem de promover aprendizagens necessárias a vida em sociedade. Mesmo com tanto entraves físicos e burocráticos, as escolas do estado vem gradativamente cumprindo esse pressuposto configurando o espaço educativo, enquadrando discentes especiais no sistema de Ensino Regular.

3.1 AEE NA SRM

3.1.1 AEE na SRM na Escola Estadual São José

A SRM surge na necessidade de um atendimento diferenciado e específico aos discentes com necessidades educacionais especiais nas escolas estaduais e privadas,

Sua atividade diversificada visa a complementação de uma formação, a inclusão educacional e social. O AEE proporcionado pela SRM fundamenta-se na Política Nacional de Educação Especial, visando uma complementação de sua formação e não a substituição ao Ensino Regular.

Nessa pesquisa constatou-se um processo que iniciou lento, porém, gradual e firme de redirecionamento nas práticas pedagógicas, para melhor qualidade de ensino no AEE, muitos foram os entraves, mas em favor de uma escola inclusiva de qualidade de ensino.

No início do ano letivo de 2011 observou-se, na Escola Estadual São José, uma evolução lenta no rendimento escolar dos discentes, que paulatinamente foram evoluindo. Muitos apresentavam um comportamento introspectivo, ausência de interação comunicativa e na socialização; dentro dessas características procurou-se desenvolver habilidades, mediante ao plano do AEE; e levando em consideração as características apresentadas por cada deficiência trabalhou-se as habilidades intermediando entre o estímulo da linguagem expressiva; função cognitiva; e percepção através das cores, além de inúmeras atividades realizadas com os discentes, que vão da estimulação das funções cognitivas, sócio afetivas, interação social e comunicativa através da linguagem compreensiva e expressiva até aprendizagem através do lúdico.

Nesse contexto utilizou-se da conversa informal e formal nomeação de figuras, repetição de palavras, jogos lúdicos e construção de um diário, que relatava tudo o que havia ocorrido durante a aula e por fim um diálogo aberto.

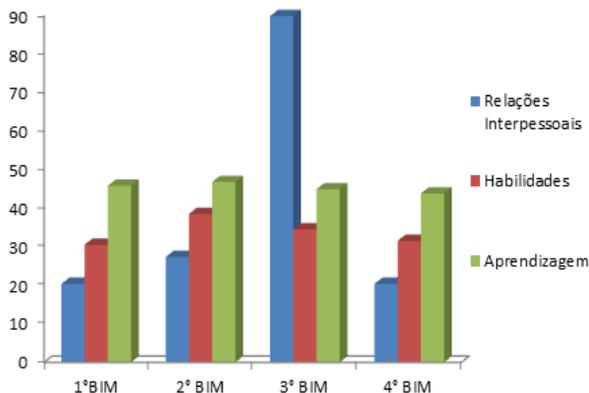
O diálogo foi o melhor caminho para transitar por essas fronteiras difusas que de forma geral preocupa os educadores e a sociedade. Foi através do diálogo que se tornou possível buscar o equilíbrio entre interesses particulares e antagônicos que sustentam as disciplinas e os campos específicos de conhecimento no Ensino Regular e da Educação Especial.

A família teve seu papel primordial na orientação desses discentes das mais explícitas até as sistemáticas do AEE, essa dinâmica foi focada no relacionamento interpessoal, autoestima, autoconfiança, tomada de iniciativa, aspectos motivacionais dos discentes; cujo enfoque foi o lúdico-pedagógico, onde todos os familiares participaram de forma indireta no transcorrer do ano letivo.

Houveram alguns encontros e os familiares que participaram dos encontros aprenderam técnicas para o manejo dos comportamentos frequentes dos discentes especiais, apresentada por cada patologia. Os resultados positivos das dinâmicas desenvolvidas nos encontros, durante o ano de 2011, pode ser observada, comparando

na sequência bimestral no ano letivo na escola Estadual São José, diretamente na SRM (Figura 2).

Figura 2 – Desempenho dos discentes no AEE em Roraima: 2011¹.



Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p. 27.

É notório observar através da Tabela 3, a evolução dos discentes durante o processo de acompanhamento na SRM com AEE, Escola Estadual São José, porém houve uma queda brusca no quarto bimestre nas relações interpessoais, pois alguns discentes saíram da SRM, para ingressar em outra instituição criada pelo Governo do Estado, em decorrência a esse fator houve uma diminuição dos rendimentos dos discentes em todo o processo educacional.

1 Resultados do ano de 2012, somente serão divulgados após término do ano letivo.

Figura 3 - Quadro anual do desempenho dos alunos no AEE Escola Estadual São José: 2011

EVOLUÇÃO DOS ALUNOS	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4 Bim.
Relacionais Interpessoais	20,4	27,4	90	20,4
Aprendizagem	45,9	46,9	45,9	43,9
Habilidades	30,6	38,6	34,6	31,6

Fonte: Adaptado do Roraima, 2011, p. 30.

É inegável o valor dessas ações na escola, principalmente o trabalho realizado na SRM, pois se tornaram exemplares nesse novo desafio, encorajando outras escolas a aderirem e se adequarem para receber esses discentes, resultando em mais oferta de vagas no sistema de ensino, fortalecendo a Educação Inclusiva a integração escolar.

Vale ressaltar que o objetivo inerente a esse processo inclusivo era ajudar os discentes com deficiência a obterem uma existência tão próxima ao normal possível e eles disponibilizassem de padrões e condições de vida cotidiana vivida nas escolas regulares, mais próximas a padrões da sociedade. Sua efetivação ocorreu quando foi garantido o direito desses discentes a ingressarem no Ensino Regular, ocupando os mesmos espaços sociais com os demais, podendo usufruir dos mesmos recursos disponíveis no sistema de ensino.

Portanto, as escolas tem um papel ativo, onde os discursos da prática se legitimam quanto ao processo de inclusão educativa, pois efetiva a inclusão seria o primeiro passo e isso já vem acontecendo em alguns espaço dentro do Estado de Roraima. Posteriormente à medida que se conseguem pequenas metas, novas atuações poderão ser introduzidas, pois a Educação Inclusiva não se faz em um ano, é percorrida em longo prazo, um processo inacabado, no qual continuamente seja necessário ser revisado, reconhecendo a diversidade como oportunidade, como um valor onde a participação de todos se faz necessária.

Enfim, pensar que para amenizar a distância entre qualidade na educação de discentes com necessidades especiais que tem e que se almeja, depende exclusivamente de cada um na sociedade, na mudança de olhares e de ações.

Considerações Finais

É inegável o valor das ações que vem se efetivando nas escolas, da esfera estadual, ao se tornaram exemplares nesse novo desafio para outras, encorajando a aderirem

e se adequarem para receber esses discentes, resultando em mais oferta de vagas no sistema de ensino, fortalecendo a Educação Inclusiva a integração escolar; pois o objetivo inerente a esse processo inclusivo é ajudar os discentes com deficiência a obterem uma existência tão próxima ao normal possível e eles disponibilizassem de padrões e condições de vida cotidiana vivida nas escolas regulares, mais próximas a padrões da sociedade.

A efetivação dessa ação ocorre no momento em que é garantido o direito desses discentes a ingressarem no Ensino Regular, ocupando os mesmos espaços sociais com os demais educandos, podendo usufruir dos mesmos recursos disponíveis no sistema de ensino. A implantação de projetos que incluam todos no sistema de ensino e nas demais esferas educacionais da vida pública se torna imprescindível, enquanto política pública, não só de inserção social e econômica, mas também de estímulo à participação política.

A participação da família nesse processo inclusivo tem seu papel primordial na orientação desses discentes das mais explícitas até as sistemáticas do AEE, com acompanhamento do docente da SRM, essa dinâmica foca-se no relacionamento interpessoal, autoestima, autoconfiança, tomada de iniciativa, aspectos motivacionais dos discentes; cujo enfoque é o lúdico-pedagógico, onde todos inclusive, familiares, participam de forma direta e indireta no transcorrer do ano letivo, pois muitos aprendem técnicas para o manejo dos comportamentos frequentes dos discentes especiais, apresentada pela patologia específica de cada.

Nesse contexto, no Estado de Roraima vem ocorrendo modificações e adequações nas escolas estaduais; defendendo-se a bandeira da Educação Inclusiva como processo gradual de ampliação do AEE para discentes em classes comuns e dentre esses aspectos, se construir a participação contínua e intensiva.

Ainda marcando as divergências na forma de conceber a Educação Inclusiva, a formação continuada do docente deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, já que são comprometidos com a qualidade do ensino, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus discentes especiais, incluindo aquelas necessidades evidenciadas por eles.

Dessa forma, os procedimentos institucionais de aprendizagem estabelecem um relacionamento entre discentes e docentes, pois não se deve esquecer que a inclusão de indivíduos com necessidade educacional especial na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles neces-

sitem, mas implica em uma reorganização do sistema educacional o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais, na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses discentes, respeitando suas diferenças e atendo às suas necessidades.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Salete Fabio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: Revista do Ministério Público do Trabalho. ano XI, n. 21, mar. 2001. p. 146-150.
- BRASIL. Constituição 1998. Texto Constitucional de 05 de outubro de 1998, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 20/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. ed. atual. 2000. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000. 393p.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares para a Educação Especial. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2001.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva. Inclusão. In: Revista da Educação Especial. Brasília, MEC/SEESP, v. 4, 2008, p. 7-17.
- GARCIA, R. M. C. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão escolar. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. B.; VICTOR, S. L. (Orgs.). Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, 340p.
- LUNARDI, Márcia Lise. Pedagogia da diversidade: normalizar o outro e familiarizar o estranho. In: Anais... 27ª Reunião Anual da ANPEd: Sociedade, Democracia e Educação: Qual Universidade? GT: Educação Especial. (CDRoom) Caxambu: 21 a 24 de novembro de 2004.
- MANTOAM, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 1995. 189p.
- MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira, Educação Especial no Brasil: historia e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996, 270p.
- MÜLLER, M.; VILLAGRAN, V. Educação Inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria. Revista Eletrônica Educação Cidadã. v.1, n.1. Santa Maria: Secretaria do Município de Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/index.php?>>. Acesso em: 05 set. 2012.
- RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Educação e Desporto do Estado de Roraima. Relatório. Desenvolvimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas estaduais. 2011, 387p.
- SKLIAR, Carlos. Pedagogia da diferença: e se outro não tivesse aí?. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SIEMS, Maria Edith Romano. Educação Especial em tempos de Educação Inclusiva: identidade docente em questão. São Carlos: Pedr&João editores, 2010, 189p.
- WERNECK, Claudia. Sociedade inclusiva: quem sabe no seu todos? Rio de Janeiro: WVA, 1999.

GEOGRAFIA DO TURISMO E O TEPEQUÉM DIANTE DAS REDES INTERNACIONAIS DE ECOTURISMO

1 Caracterização da rede internacional de ecoturismo

Dados recentes apontam que o número de turistas ao redor do mundo saltou de 436 milhões de pessoas em 1990 para 922 milhões em 2008, mais do que dobrando, portanto. Muito desse movimento ainda se faz intramuros nos países desenvolvidos, mas já começa a haver uma maior disseminação da demanda turística em busca de novas tendências e destinos.

Dentre todas as modalidades de turismo, o ecoturismo é o segmento que proporcionalmente mais cresce no mundo, enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo está crescendo entre 15 a 25% por ano. A Organização Mundial de Turismo (OMT) estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda o turismo voltado para a natureza.

O faturamento anual do ecoturismo, a nível mundial, é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropria de cerca de US\$ 70 milhões, meros 2,6%¹. O faturamento das empresas de turismo de aventura e ecoturismo no Brasil, por exemplo, aumentou 21% só entre os anos de 2008 e 2009, onde passou de R\$ 491,5 milhões para R\$ 515,9 milhões. Inclusive, diversos eventos importantes, tanto na-

1 Dados da Organização Mundial do Turismo, disponível na página do Ministério do Turismo do Brasil em www.brasil.org, acessado em 10/11/2012

* Turismólogo, especialista em Educação, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRR, bolsista CAPES. E-mail: rodrigobaldin@yahoo.com.br

**Economista e cientista político, especialista, mestre, doutor e pos-doutorando em Ciências Jurídicas. Professor de graduação e mestrado da UFRR. Email: eloisenhoras@gmail.com

cionais como internacionais tem marcado presença no país para tratar desse nicho de mercado².

Segundo o relatório de impacto do Programa Aventura Segura do Ministério do Turismo (MTur), em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), anualmente, o segmento atende a 5,4 milhões de turistas em busca de atividades ao ar-livre.

Tal situação leva o ecoturismo ao segundo lugar dentre as motivações de viagem no país, com 26,9% - um crescimento de 7,6 pontos percentuais de 2004 para 2010. Os dados também mostram que o ecoturista tem gastado mais no país. Em 2009, o gasto médio dos aventureiros foi de R\$ 293,00, crescimento de 165% em relação a 2008, quando foram registrados R\$ 112,00.

Hoje, estima-se que existam 2.067 empresas relacionadas ao segmento de turismo de aventura e ecoturismo no Brasil. Essas empresas empregam 11.637 pessoas diretamente, chegando, na alta temporada, a mais de 18.000.

Por vincular-se a um tipo de uso que minimiza os impactos negativos no meio ambiente e na população local, apropriando-se de espaços naturais, o ecoturismo contribui para a conservação e gestão de áreas legalmente protegidas e outras áreas naturais, abundantes no Brasil e em Roraima e relativamente escassas no mundo atual.

Tal fato, para além de ampliar a consciência e a compreensão em relação aos sistemas naturais e culturais das áreas envolvidas e o conseqüente participação dos visitantes nas questões que afetam esses sistemas, tende a colocar o Brasil em lugar de muito maior destaque no cenário internacional do ecoturismo.

2 Características básicas do Tepequém

A serra do Tepequém está localizada no município brasileiro de Amajari, no norte do Estado de Roraima, distando 210 Km da capital, Boa Vista. Este município conta com uma população de 9.330 habitantes distribuídos em uma área de 28.472 km², o que resulta numa densidade demográfica de 0,33 hab/km², baixa até para os padrões de Roraima, estado menos populoso e com menor densidade demográfica do país.

Neste oceano de terras pouco habitadas de Amajari, como ademais são os outros municípios de Roraima à exceção parcial de Boa Vista (2ª capital menos populosa do país, à frente apenas de Palmas/TO), temos uma serra famosa por seu garimpo

2 A exemplo do Abeta Summit, o maior encontro de turismo de aventura e ecoturismo da América Latina realizado em São Paulo em Setembro/2011.

e hoje visada pelo seu potencial turístico, a Serra do Tepequém, cuja aglomeração principal, a vila do Paiva, conta com apenas 60 residências, aproximadamente.

Nos últimos anos tem se verificado um aumento espontâneo no fluxo de turistas ao Tepequém, especialmente aqueles vindos da capital, levando a criação de fixos operacionais do turismo, como pousadas e restaurantes. Em alguns casos até, observa-se a venda de residências por parte dos moradores mais antigos, que recebem propostas consideradas elevadas e não têm, por outro lado, a garantia do registro dos seus imóveis.

A falta de planejamento e de uma política do turismo no Tepequém, agravada pelas questões de se ter um meio ambiente restrito e escassa comunidade de moradores, carentes de um maior engajamento e conscientização dos prós e contras do turismo, quadro que já está apresentando frutos indesejáveis, como acúmulo de lixo nos atrativos, poluição sonora e agravamento do quadro erosivo e de assoreamento de determinadas áreas pela ação antrópica.

Busca-se, então, levantar o sistema de fixos e fluxos do ecoturismo local no Tepequém, ou, como trata a teoria do turismo, o sistema turístico (SISTUR), com o intuito não só de ajudar na descrição da realidade atual, algo estática como uma fotografia, mas, principalmente com a prospecção de alternativas, à maneira de proposições para o futuro filme que está se construindo.

Para tanto usaremos, como base metodológica calcada na dialética, o conceito de lugar tirado da geografia, por suas características se adequarem ao estudo, e sua posição diante da rede internacional de agentes ligados ecoturismo.

Portanto, o objetivo principal deste estudo, para além da mera descrição, está na proposição de alternativas que favoreçam o desenvolvimento sustentável do Tepequém, necessariamente longe do turismo de massa e próximo dos usos qualificados e pontuais que sua realidade permite a longo prazo.

3 Fixos e fluxos do ecoturismo no Tepequém

Chega a haver, por parte de certas regiões e cidades, uma dependência quase total do turismo para gerar emprego e renda, seja pela vocação local, seja pela falta de alternativas de aproveitamento econômico. Uma verdadeira *monocultura do turismo*, que, como todas as monoculturas, deve ser evitada sob pena de se criar uma dependência estrategicamente nociva.

Deve-se atentar para os aspectos fundamentais que cercam a prática do ecotu-

rismo e, nesse sentido, tem-se o conceito oficial adotado pela Organização Mundial de Turismo (OMT):

O ecoturismo é o turismo na natureza, de baixo impacto e que contribui diretamente para a conservação ambiental e produção de rendimentos para as comunidades locais. Baseiam-se em princípios do desenvolvimento sustentável. (World Tourism Barometer / 2009)

Em que pese as polêmicas que se criaram à análise deste enunciado, como a que trata do desenvolvimento sustentável, este conceito tem a vantagem de sublinhar os pontos principais ligados ao ecoturismo. São eles: a) o contato com a natureza, b) geração de emprego e renda, e c) Baixo custo (capital, social e ambiental).

Inicialmente, enquadra-se o turismo na realidade social do Tepequém por haver deslocamento incitado por uma motivação não ligada à moradia, como se observa em processos migratórios. Contudo, como se verá mais à frente, a condição de permanência é algo a ser tratado com cuidado pela gestão do turismo, uma vez que se observa uma demanda turística de lazer, sem pernoite no local.

O ecoturismo, segundo a EMBRATUR, é um “segmento de atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.

Atualmente, existem dois programas com o objetivo de promover o desenvolvimento do ecoturismo que são o Programa Nacional de Ecoturismo da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS/MMA) e o Programa de Visitação nos Parques Nacionais da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/ MMA, 2006). Ambos têm por objetivo de fomentar a participação das comunidades tradicionais em atividades de desenvolvimento ecoturístico brasileiro.

Assim, no que tange ao estudo regional do turismo e dentro dos poucos dados disponíveis, e à semelhança do que se observa nacionalmente, há um déficit de legalização na atividade turística em Roraima, com um número muito baixo de profissionais, equipamentos e serviços cadastrados no Ministério do Turismo (Indicadores Turísticos de Roraima, 2010). Isso confere um caráter empírico às análises empreendidas, alheias muitas vezes à teoria e à prática adequadas.

O Tepequém possui nítida entrada líquida de turistas, constatáveis pela crescente presença de equipamentos turísticos como pousadas e restaurantes, além do crescente interesse da população local pela atividade. As condicionantes dos fixos do turismo, que são a oferta diferencial, a oferta técnica e o acesso, no Tepequém são bastante favoráveis, em linhas gerais.

Tal atribuição se dá pelo conjunto da sua beleza cênica, pela presença de cacho-

eiras abertas ao banho, a facilidade de acesso à vila por rodovias asfaltadas e pela existência de equipamentos mínimos de estrutura e serviços. Contudo, resta muito a ser feito ou aprimorado para uma efetiva consolidação do potencial turístico do Tepequém, como se verá adiante.

Para começar, por *oferta diferencial* tem-se o conjunto de todos atrativos³ presentes em uma localidade que possa, individualmente ou em conjunto, constituir fator de atração de turistas. Esta oferta diferencial permeia todas as esferas da sociedade, a ambiental, a cultural, histórica, a política, a religiosa; enfim, a sociedade como um todo orgânico e plural.

Sem esquecer a necessidade imperiosa de se realizar um inventário turístico completo, podemos elencar os seguintes atrativos turísticos da região: Cachoeiras do Paiva, Barata, Sobral, Funil, Laje Preta, Platô (ponto mais alto do Tepequém, que chega a 1022m de altitude), Paraíso das Araras, Enseada da Anta (uma área conservada onde pode-se observar facilmente vários animais, aves e insetos), caminho da Pedra Sabão (local que os moradores retiram a pedra sabão para a criação de peças artesanais), a vila do Cabo Sobral (onde ainda se encontrada casas antigas e resquícios do garimpo) e as grunas ou grutas subterrâneas.

Por conta da altitude elevada, o microclima, combinado com as características hídricas do local, apresenta-se mais aprazível do que aquele, por exemplo, de Boa Vista, razão de atração de moradores desta cidade nos finais de semana, feriados e férias, especialmente para os banhos nas cachoeiras. Este uso, porém, pode carregar malefícios, por se tratar, muitas vezes, de turistas “gafanhotos”, que devoram as paisagens, sujam os ambientes e vão embora sem deixar recursos significativos (KRIPPENDORF, 1978).

Já a *oferta técnica* vem a ser o conjunto de todas as instalações, equipamentos, tecnologias e serviços à disposição dos turistas. Existem, hoje, quatro restaurantes que servem café da manhã, almoço e jantar, a saber: Restaurante da Helena, Restaurante da Irmã Regina, Restaurante do Sr. Godim e o Restaurante da Pousada PSJ.

No quesito hospedagem, conta-se várias pousadas na subida da Serra, a mais significativa delas sendo a Estância Ecológica do SESC, único equipamento, aliás, que poderia, talvez, se encaixar na Deliberação Normativa 429/2002 da EMBRATUR⁴, reguladora dos meios de hospedagem no país, além de outras na própria Vila

3 Ainda se encontra referência a atrações com o mesmo sentido de atrativos em algumas publicações, até mesmo oficiais. Tal referência é um equívoco conceitual na medida em que se usa atrações para elencar ofertas de eventos, entretenimento ou afins, e não no sentido apresentado no texto.

4 Vale notar, em especial, o artigo 7º da referida Deliberação, que trata dos padrões comuns a todos os meios de hospedagem.

do Paiva (Pousada Tepequém, Pousada PSJ, Pousada Lauro Godim, dentre outras pousadas menores e áreas de camping).

Ainda que a capacidade hoteleira instalada seja suficiente para atender a demanda nominal por pernoites no Tepequém, à exceção, talvez, de períodos de festas e eventos⁵, sua formação operacional deixa a desejar. As pousadas são administradas no contexto familiar, sem controle, recepção ou serviços agregados à hospedagem. Inexiste centro de informações ao turista, à maneira de um *visitor's bureau* convencional, que poderia agregar diversas demandas dos turistas em um único lugar, além de catalisar as demandas da população local quanto à atividade turística.

Por fim, *o acesso é a soma das vias de acesso propriamente dito com os meios de transporte*. O acesso se dá partindo de Boa Vista pela BR-174 até o km 100, depois seguindo pela RR 203 até o trevo do Trairão, passando pela sede do município de Amajari e seguindo mais 4 km serra acima com subida bastante íngreme. Todos os trechos dessas estradas estão bem asfaltados, com sinalização razoável, mas se encontram permeadas por algumas inexplicáveis pontes de madeira em estado precário, em particular o trecho final até a Vila do Paiva.

O meio de transporte mais usado é o automóvel particular, uma vez que, por ora, são pouco freqüentes os ônibus turísticos e as excursões, até pelas dimensões dos atrativos e dos serviços no Tepequém. O acesso aos atrativos, como as cachoeiras e o platô, é feito por estrada de barro, com alguns trechos de baixa trafegabilidade e sem sinalização alguma.

Como se pode notar pelo esquema básico de um sistema turístico (Figura 1), reatualizado e que parte das comunidades locais, o Tepequém reúne as condições básicas para o desenvolvimento de um sistema turístico.

5 Existe, inclusive, um calendário de eventos consolidado para o segundo semestre de 2011, com um evento de porte por mês organizado por associações locais, como a Associação de Empreendedores em Turismo do Tepequém e a Rádio Caxiri na Cuia, dentre outros.

Figura 1- Sistema Turístico no Tepequém



Fonte: Elaboração própria. Baseada em BENI (2002).

Primeiramente, é mister salientar as relações fundamentais que a demanda turística tem com a oferta, formando um núcleo duro e indispensável para a existência do turismo, presente no caso em estudo.

Na sequência, dentre todas as engrenagens do modelo apresentado, a que menos parece ter uma participação proativa e relevante no sistema turístico do Tepequém é o Estado, enquanto reunião dos entes públicos responsáveis. A oferta turística, como vimos, é aceitável, ao lado de uma demanda que, se não traz grandes recursos e carece, ao menos, de melhor educação ambiental, também não comprometeu (ainda) a integridade socioambiental do lugar.

Também parece haver um princípio de tomada de consciência da população local com a atividade turística, com o calendário de eventos coordenado por diversas instituições locais como prova dessa intencionalidade. Destaque-se o papel da comunidade acadêmica nesse sentido, em particular a UFRR, por seus trabalhos de campo e por sua integração com lideranças da comunidade (Informações colhidas em trabalho de campo do autor, agosto de 2011).

O Estado, *contrario sensu*, se faz muito pouco presente nesse sistema. Não existem órgãos específicos de turismo no governo estadual nem na prefeitura local, da mesma forma que não existe concurso público para a entrada de profissionais da área nessas instâncias. O zoneamento econômico segue indefinido, com o governo indicando a área da Serra do Tepequém como zona de utilização “limitada condicionada a estudos específicos” (Mapa de uso potencial da terra do Município de Amajari, RORAIMA, 2007). Dessa forma, sinteticamente, pode-se qualificar o sistema de fixos e fluxos do turismo (SISTUR) no Tepequém como se segue na tabela 2:

Quadro 1 - Qualificação do Sistema Turístico Básico do Tepequém

Grupo	Exemplos	Conceito	Observações
<i>Oferta Diferencial</i>	Cachoeiras, Platô, Vila	Bom	Inexiste sinalização turística. Necessidade de um inventário detalhado dos atrativos, com formas de uso e capacidade de carga (natural e social).
<i>Oferta Técnica</i>	P o u s a d a s , Restaurantes	Regular	Falta de serviços agregados. Serviço de comunicação precário. Necessidade de treinamento e qualificação da mão de obra
<i>Acesso</i>	BR174, RR 203, estradas locais	Bom	Reparos e sinalização são necessários, especialmente nas estradas locais
<i>Demanda Turística</i>	Boa Vista, primordialmente	Regular	Presença de turistas “gafanhotos” e baixa rentabilidade do turismo local.
<i>Estado</i>	Estado de R o r a i m a , Prefeitura de Amajari	Ruim	Inexistem órgãos específicos de planejamento do turismo. Falta de planejamento integrado, com dados escassos e/ou desconexos.
<i>Órgãos de Classe</i>	Associação de Empreendedores em Turismo do Tepequém, Rádio Caxiri na Cua	Regular	Falta de um órgão aglutinador da oferta e demanda do turismo (<i>visitor’s bureau</i>). Começo da conscientização sobre a atividade.

Fonte: Elaboração própria.

4 Lugar como conceito-chave no ecoturismo do Tepequém

A princípio, como vimos, o Tepequém reúne as condições para a dinamização do seu ecoturismo, pois seu sistema turístico possui energia suficiente para levar a cabo a atividade, apesar do nanismo estatal. Trata-se agora de contextualizar a sua geografia do turismo, e para tanto usar-se-á a categoria de análise que melhor se enquadra à realidade em questão: o conceito de lugar, pois:

A globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa

dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades. (CARLOS, 2007).

Assim, esta contextualização não pode deixar de levar em conta os aspectos socio-históricos do Tepequém, bem como sua condição atual, que imprimem forte sentimento de pertencimento ao espaço, que se quer aqui lugar, em seu sentido relacional e afetivo.

Mais uma vez, vale ressaltar que o lugar é o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. Nessa relação entre o homem e o meio, especialmente o natural, é que está a chave para a correta e duradoura inserção do ecoturismo na vida social.

O aporte da reflexão geográfica enquanto ciência do estudo das relações entre o homem e o meio, mostra íntima relação da população local com o meio, particularmente por este apresentar questões críticas ligadas ao meio natural, e, talvez mais importante, ao aproveitamento e acesso social aos resultados da exploração econômica realizada.

Com uma ocupação maciça nos tempos do garimpo na região, a contar da década de 1930, intensificada nos anos 1980 e ladeada por períodos de retorno e abandono da atividade, a Serra do Tepequém exhibe as marcas desses períodos, marcado pelo descuido com as questões ambientais.

Encontra-se com facilidade os sinais dessa realidade de outrora, ao passar por áreas fortemente assoreadas, algumas instalações abandonadas ou mesmo na constatação de que a Cachoeira do Funil, um dos fortes atrativos locais, teve seu curso alterado pela dinamitação de áreas para o garimpo.

Dentre as aproximadamente 60 casas que compõem a população residente atualmente no Tepequém, bem distante das 5.000 pessoas que ali viveram no auge do garimpo (segundo relatos não oficiais), há forte apego ao espaço vivido. Como visto, tal fato caracteriza o conceito de lugar e faz com que se pense o Tepequém como *estância* turística, limitada por uso e dimensões e, principalmente, longe do turismo de *massa*.

Urge resgatar essa história, que se encontra totalmente negligenciada, utilizando o instrumental das práticas mais modernas de Interpretação do Patrimônio Natural e Social, não apenas como tributo aos moradores testemunhos dessa época, mas também como forma de (re)criação de valor social, componente importante do turismo cultural. Neste sentido:

O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, op.cit.)

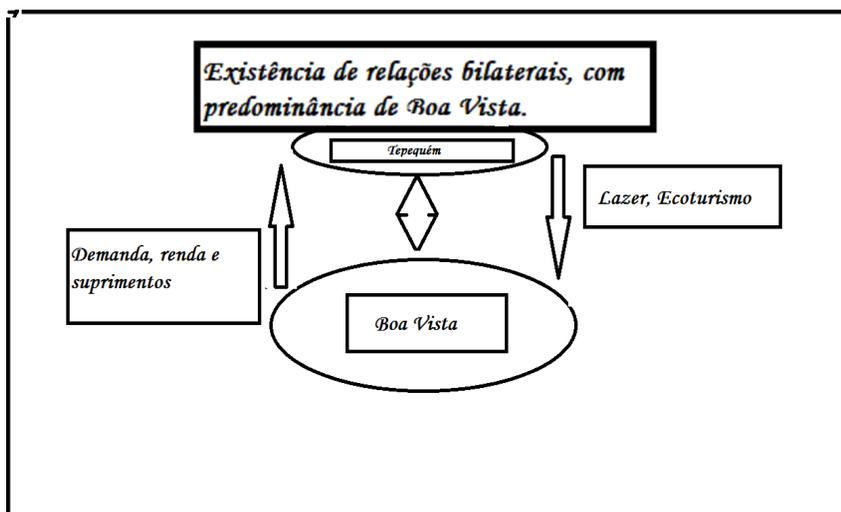
Ainda no que tange ao conceito de lugar, fica claro que a relevância do seu estudo é intrínseca aos lugares em si, como é o caso aqui do Tepequém, dentro das suas matrizes socioeconômicas e culturais e das suas redes de relações, e não, como querem alguns analistas de gabinete, a partir de uma visão apartada e distante.

Em termos práticos, voltando ao sistema turístico do lugar Tepequém, o componente acesso merece atenção diferenciada na conformação da teia de relações da geografia do turismo no Tepequém. Pertencente à esfera de influência de Boa Vista, tal acesso relativamente rápido e seguro faz com que se crie condições de satisfação das demandas de turismo dos moradores da capital, notadamente o turismo de lazer.

Satisfaz-se uma demanda em nome da conformação do Tepequém como lugar de lazer, ou mesmo de refúgio. Perigosa tendência se observa em casos semelhantes, em que lugares se criam como verdadeiras válvulas de escape dos centros urbanos e ficam alheios ao seu próprio destino, alienados pelo crescimento desordenado da atividade turística, que traz a reboque o agravamento dos impactos socioambientais e a perda de autonomia sobre o uso e a ocupação do solo, drenado pela especulação externa.

Tal é a circunstância que, guardada as devidas proporções, pode-se falar atualmente em um sistema de relações à moda de um sistema entre um planeta e um satélite, criando relações de dependência através de um centro de mandar – Boa Vista e outro centro de fazer - Tepequém (SANTOS, 1995) como se pode observar na figura 2:

Figura 2 - O Sistema de relações turísticas do Tepequém



Fonte: Elaboração própria.

5 Problemas e potencialidades do ecoturismo no Tepequém

Com o intuito de se diversificar a atividade turística, evitando a monocultura e a passagem arqueogênica pernicioso em todos os sentidos, cumpre agora apontar os problemas e as potencialidades do ecoturismo no Tepequém, colocando em primeiro plano a realização de um inventário qualificado do sistema turístico local, que foi antes tão somente citado dentro de um rol enumerativo.

Assim, para estabelecer o necessário rol taxativo deve-se proceder ao levantamento detalhado de todos os atrativos existentes, suas formas de uso atual, sua qualificação e diferenciação por níveis de conforto, segurança e fruição, dentre outros critérios que se queira adotar.

Em paralelo, verifica-se a necessidade de um levantamento da capacidade de carga natural e social do sistema turístico, como citado anteriormente, em particular nos ambientes naturais, como as cachoeiras. Infelizmente, já se pode observar a inadequação da coleta de lixo em alguns atrativos, conforme mostra a foto 1:

Foto 1- Lixo na entrada e na trilha da Cachoeira do Barata



Fonte: Arquivo pessoal, agosto de 2011.

Dentro de um rol meramente exemplificativo, as atividades que podem ser desenvolvidas no Tepequém estão: *Trekking* (caminhada), *eco-bike*, rapel, banho em cachoeiras, turismo científico (Geoturismo, por exemplo), trilhas de moto e carros 4x4, observação da fauna e flora (*birdwatching*, por exemplo), exploração de grutas, turismo de eventos e, por fim, turismo de negócios (a depender de implantação de estrutura).

Esta é uma lista de atividades em geral consideradas dentro do ecoturismo, lembrando que devem seguir os pressupostos enunciados acima, caso contrário não podem se enquadrar nesta definição. Têm em comum o fato de serem praticadas em meio ao ambiente natural; no entanto, algumas têm suficiente impacto ambiental para não serem consideradas boas práticas pelos ecologista

Destas possibilidades, percebe-se uma clara concentração na modalidade de lazer ligada ao banho nas cachoeiras. Essa tendência, comum em destinos similares, à exemplo, para citar apenas um caso, da cidade de Lençóis/BA na Chapada Diamantina, traz problemas de uso excessivo dos recursos naturais, além de deixar poucos recursos para a comunidade.

Por fim, dentro de uma rol exemplificativo de problemas do turismo no Tepequém tem-se: infraestrutura turística precária, baixo valor agregado (falta interpretação do patrimônio social e ambiental), falta de treinamento das pessoas para a

atividade, empirismo das análises oficiais, dada a pouca presença estatal nessa área,

Tal lista mostra uma realidade até certo ponto administrável quando se observa o estágio em que se encontra o turismo no Tepequém. É de se esperar, inclusive, que esses problemas não “desapareçam da noite pro dia” como alguns vendedores de sonhos ideólogos do turismo como panacéia algumas vezes querem nos fazer acreditar.

Cabe, isso sim, apoderar ao máximo a comunidade local para que ela, de fato, seja protagonista do seu destino, ao passo em que se deve também exorcizar o mito do desenvolvimento a qualquer custo, pois suas bases de recursos ilimitados na teoria já se provaram falsas na prática (RODRIGUEZ, 2010, pág.34).

6 Conclusão

Este estudo buscou mostrar os aspectos gerais da geografia do ecoturismo Tepequém, sua caracterização pelo conceito de lugar e sua posição na rede internacional ligada ao ecoturismo. A partir da apresentação das condições contemporâneas do ecoturismo, incluindo seu conceito, buscou-se apresentar as nuances indicativas da oferta e demanda específicas do local face à rede internacional, para, daí, traçar as linhas do seu Sistema Turístico (Sistur).

Dessa forma, chegou-se ao levantamento que indica uma complementaridade com os sistemas de Boa Vista, do lado da demanda e os atrativos do Tepequém, do lado da oferta. Entretanto, dada a dinâmica e a volatilidade da atividade turística, esse quadro pode mudar rapidamente, em especial quando se observa que algumas condicionantes atuais, como as condições da preservação ambiental do Tepequém, podem sofrer ingerências alheias ao atores envolvidos.

Por fim, para melhor caracterizar a geografia do ecoturismo no Tepequém deve-se passar, necessariamente, por uma decisão política de aumentar e melhorar a infraestrutura (hoteleira, gastronômica e de serviços, dentre outras), além de incluir a devida capacitação técnica da mão de obra e, talvez mais importante, a plena participação da comunidade nos rumos da atividade turística.

7 Referências Bibliográficas

- BARRETO, M. Planejamento Responsável do Turismo. São Paulo: Papyrus Editora, 2009.
- BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo: SENAC, 2002.
- BRASIL. EMBRATUR. Deliberação Normativa n.º 429/02. Brasília: MTur, 2011.
- CARLOS, A. O lugar do/no Mundo. São Paulo: Edição Eletrônica/ LABUR, 2007.
- CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CRUZ, R. C. A. Introdução à Geografia do Turismo. São Paulo: Roca, 2003.
- KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LOHMANN, Gill., PANOSSO NETTO, A. Teoria do Turismo: Conceitos, Modelos e Sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.
- MONTEJANO, J. M. Estrutura do mercado turístico. São Paulo: Roca, 2001.
- OMT – Organização Mundial Turismo. World Tourism Barometer, vol. 7, n. 2, junho, 2009.
- RODRIGUEZ, J.; SILVA, E. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- SANTOS, M. Por Uma Geografia Nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2004.

PROJETO DO GADO - “UMA VACA PARA O ÍNDIO”: PROCESSO HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E LUTA PELO TERRITÓRIO. RORAIMA:1980 - 2009

Introdução

A produção do espaço na Amazônia brasileira, classicamente dividida em ciclos, sofreu perceptíveis mudanças na sua dinâmica social, pressionada por forças de produção externas, que inicialmente se materializou com o extrativismo - drogas do sertão e o látex. Com o final do ciclo da borracha, preocupado com a soberania territorial e organização do espaço amazônico, o governo militar instituiu o II Plano de Integração e Desenvolvimento da Amazônia na década de 70. Progressivamente a pecuária se destacou e passou a ter um papel fundamental na dinâmica econômica, constituindo a base material na paisagem rural da região. O gado bovino foi usado como objeto e subterfúgio territorial: posse e manutenção da terra, contribuindo para a identidade do espaço. A propriedade passa a ser valorizada, não por sua extensão, potencialidade agrícola ou riqueza geomorfológica, mais pelo número de gado que se possui. A revolução tecnológica se fez presente no desenvolver das atividades econômicas com o foco no lucro, investimento do grande capital, o que agravou os problemas sociais em função das condições de apropriação desigual dos modos de produção. Um caso clássico desses problemas é o latifundiário: disputa pela terra entre índios, posseiros, mineradoras e fazendeiros.

No desenrolar do processo colonizador, os indígenas perdiam e/ou remodelavam seus territórios e conseqüentemente, ré elaboravam seus espaços tradicionais e empurrados pela necessidade se sujeitavam a forma de produção dos não índios e como conseqüência inevitável, além das terras, descaracterizava-se suas identidades

* Graduado em História-UFRR, Especialização em Educação Infantil - UFRR, Especialização em Pedagogia Escolar – FACINTER/IBEPEX. Professor da Educação Básica da rede pública estadual de ensino. Presidiu a Comissão de Implantação e Fortalecimento dos Conselhos Escolares no Sistema Público de Ensino de Boa Vista-RR. e-mail : ronilson3@gmail.com

étnico cultural. Entretanto, a estratégia do colonizador, a de usar o gado como objeto-meio para ocupação territorial, tinha sido absorvida. Os indígenas do noroeste de Roraima utilizaram o mesmo elemento justificador da extensão territorial, segundo o modo capitalista de produção para garantia da terra. Este objeto significativo de territorialidade provocou tal movimento espalhou – se e atualmente se encontra em 08 regiões indígenas: Serras, Baixo Cotingo, Surumu, Raposa, Taiano, Amajari, Serra da Lua e São Marcos, numa produção extensiva, segundo a FUNAI (2009) com mais de 40 mil reses.

O papel do gado na organização do espaço em Roraima

Durante séculos a colonização portuguesa usou várias estratégias para garantir a posse da Coroa no Vale do Rio Branco, dentre elas, as fortificações e os aldeamentos, projetos que acabaram cumprindo seu papel naquele momento, mas que não teve continuidade. Na empreitada portuguesa, o gado fora usado como objeto de apoio, um exemplo disso foram as fundações das fazendas reais; São Marcos, São José e São Bento, em 1787, onde visava-se a utilizações destes na manutenção do Forte São Joaquim - Construído entre os anos 1775 a 1776, além de servir de base para o abastecimento do comércio de carne bovina na província do Rio Negro. “Esse projeto, como os dos aldeamentos, objetivavam consolidar as fronteiras ao norte e reafirmar de forma mais intensiva a presença portuguesa na região” (VIEIRA, 2007, p.32). A dinâmica produtiva organizou o espaço dando condições materiais para o latifúndio baseado na pecuária, Viera (2007) também afirma que no último século, duas das fazendas nacionais (São Bento e São José), estavam sob a tutela de 150 fazendeiros, latifundiários dos quais nem conheciam os limites exatos de suas terras e a ela dava valor de acordo com as cabeças de gado existentes. “A implantação das fazendas nos campos dessa região atendia um dos programas governamentais do Brasil-Português de valorização econômica da terra, garantindo-lhes a ocupação, alimento e defesa [...]”, (OLIVEIRA, 2003, p.83).

O trabalho indígena, na região, foi usado, pois era à mão de obra existente e disponível na época. Esse trabalho, em alguns casos, foi obtido de maneira compulsória. “Comerciantes e fazendeiros chegaram a retirar a força de arma em punho, os índios das malocas para trabalhar nas fazendas e no comércio” (CIRINO, 2000, p.82). Porém, o domínio e apropriação da mão de obra indígena não se deram sem reação, “Nesse contexto o número reduzido de brancos não impedia as dispersões dos índios que fugiam das aldeias missionárias e povoados, deslocando-se para o interior da selva” (OLIVEIRA, 2003, p.79). A mão de obra indígena foi bastante

difundida na região, onde diante da escassez cada vez maior da caça e da pesca, os indígenas se sujeitava aos trabalhos do trato com o gado. “A história da absorção dos povos indígenas da região do Rio Branco, principalmente os Macuxi e Wapixana, está intimamente ligada á expansão da pecuária que necessitou não só do trabalho indígena, mas também utilizou grandes extensões de terra”. Cirino, (2000, p.43). Ainda sobre a questão do uso do trabalho na colonização roraimense, temos.

Dessa forma, não é difícil concluir que as fazendas de gado, ao menos em Roraima. Não apresentava grandes diferenças da grande lavoura existente no restante do país, pois [...] empregavam trabalhadores escravos como forma predominante de trabalho, sendo que esta se utilizava a mão-de-obra negra e aquela da mão-de-obra indígena, apenas aparentemente livre. (VIEIRA, 2007, p.38)

Um das formas de pagamento ao índio era ‘a quarta’ - no tempo da ferra, quatro reses eram laçadas e separadas, três iam para o dono da fazenda e uma para o vaqueiro, que depois tinha que prestar conta com os barracões da fazenda – lugar onde o fazendeiro vendia no avarejo, geralmente com preços inflacionados. As compras de gêneros alimentícios, de higiene e vestimentas, em geral eram feitas a fiados. Em alguns casos depois da ferra e abatido o valor do fiado nos barracões, o vaqueiro ficava devendo para o fazendeiro e se comprometia quitar os débitos na próxima ferra. Pra Santos (2008, p.132) “A divisão do trabalho pode, também ser vista como processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente”. Nesse sentido a colonização não tinha grandes opções se não usar a força de trabalho dos colonos e dos indígenas, impondo sua condição remuneratória ilusória, sobre isso Vieira (2007, p.54) comenta:

Essa era então uma forma de relação de trabalho típica de uma economia não monetária, mas a de maior rentabilidade de acordo com o tipo de cultura e a oferta da mão de obra [...], Poderíamos afirmar que esse tipo de pagamento era a forma de atrair mão de obra, mesmo havendo aí uma exploração do vaqueiro que se dava de duas maneiras: primeiro pela subavaliação dos bezerros e, segundo, por que os preços dos aviamentos eram sempre mais caros nos barracões das fazendas.

O espaço construído já dava conta de caracterizar a divisão social do trabalho, estratificando a sociedade local em classes, modelo tradicionalmente constituída pelo capitalismo, com a apropriação compulsória da mão de obra indígena e/ou pagamentos com valores aquém do real correspondente a produção, esta relação também se estendia aos colonos que aqui chegavam e só possuíam sua força de trabalho, relações estas, firmadas sob a aparente harmonia entre dominados e dominantes.

A utilização do gado como estratégia de posse da terra, foi sem dúvida usada pelo colonizador, que ao chegar e não encontrado resistência, começava a criação

bovina mantendo uma boa relação com os índios. Em muitos casos até se tornava ‘compadre’ destes. Quando os conflitos judiciais pela terra eram inevitáveis, não era incomum a decisão de o estado legalista beneficiar o invasor, diante da apatia dos donatários nativos. A sociedade dominante organizava o espaço baseada na estrutura filosófica do capitalismo e se apropria dos instrumentos do estado para manter sua hegemonia sobre os dominados. Castro (2010, p.80) citando Engels, define estado como produto da sociedade em determinado grau de desenvolvimento e que a própria existência dele é o reconhecimento que a sociedade se estruturou de forma contraditória. Para existir a possibilidade de convivência entre as classes “um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-los no limite da ordem [...]”. O discurso ideológico do estado se faz por vezes ecoar nos atores e instituições pertencentes à classe hegemônica. A despeito disso, Vieira (2007, p.52), exemplifica:

Um caso de apropriação indevida de terras indígenas ocorreu em 1979, na maloca da barata, região do Taiano, onde vivem os Wapixana. Um senhor chamado Epitácio Andrade de Lucena possuía uma fazenda denominada Triunfo. Para aumentar suas posses, diz ter comprado do tuxaua José Lourenço uma barraca (benfeitoria) numa área denominada de Campo Maior, com 700 hectares de terra, pela quantia de Cem Cruzeiros, em 1961. Em 1971, o fazendeiro entrou na justiça, por intermédio do seu filho, promotor Hitler de Lucena, e do escritório de advocacia do senhor Alcir da Rocha, alegando que a fazenda Triunfo tinha necessidade de ampliar seus campos de pastagem, considerados insuficientes para alimentar 500 cabeças de gado. O documento é finalizado pelo Juiz Eutáquio, depois de ouvir quatro testemunhas favoráveis ao proprietário da fazenda, manda despejar o tuxaua da área em litígio.

No final do século XX, o gado já fazia parte do da cultura produtiva indígena, mas sempre com foco operacional, mão de obra a serviço do fazendeiro. Na disputa territorial, os indígenas compreenderam que fora esse objeto produtivo que proporcionara a desterritorialização, retalhando suas terras, minando-as com fazendas particulares. “Assim, de um lado empurrados pela necessidade e de outro pela consciência de que, só seguindo o exemplo dos invasores a luta poderia ter sucesso, os índios começaram a comprar gados e porcos”. (CIDR, 1990, p.46). Agora este objeto estaria sendo usado como estratégia aprendida, para oportunizar autonomia sócia política e econômica, e fortalecer a organização em defesa da terra, ou seja, uma verdadeira ‘patada do boi’, “A criação de gado selvagem é, ao mesmo tempo, maldição e benção para Roraima: instrumento de ocupação das terras e opressão dos fazendeiros; caminho de resgate nas mãos das comunidades indígenas” (MON- GIANO, 2011, p.47).

De modo geral os indígenas de Roraima nas décadas de 70 a 90, sofriam fortes reflexos da colonização: transformação do espaço devido o trato com o gado, além da presença do garimpo (ouro e diamante) e conseqüentemente a gradativa eliminação de fortes elementos culturais, a despeito disso Santilli (2001, p.99) reforça, “finalmente a grande invasão da área [Raposa Serra do Sol] de proporções nunca antes alcançadas, e a instalação maciça de garimpeiros só ocorreram recentemente, isto é, desde 1990”. Os índios do lavrado viviam, nesse momento, dependentes dos serviços dos garimpos e dos fazendeiros. A base material constituída fortalecia a sociedade envolvente e deixava as comunidades indígenas dentro de um sistema de dependência com os não índios.

Ao que tudo indica, estava selada a sorte dos vários grupos indígenas da região Rio Branco. Muitos desses grupos já desapareceram, principalmente depois da intensificação dos contatos, no final do século XIX, com o avanço da pecuária e da mineração. [...] os índios de Roraima e suas terras foram sendo incorporadas com mais intensidade somente a partir das últimas três décadas do século XX. Isso ocorreu devido ao avanço das diversas frentes de expansão baseadas na pecuária e na mineração, quase três séculos depois, especialmente após a abertura da rodovia Manaus – Boa Vista em 1977 (BR 174) e com o início da construção do trecho roraimense da Perimetral Norte (BR 210), período em que o fluxo de migração para o território aumentou consideravelmente. (VIEIRA, 2007, p56.).

Foi em Maturuca¹, comunidade localizada próxima ao Rio Mau, que se originou uma das estratégias mais eficazes na organização e defesa dos direitos indígenas, o Projeto do gado, criação extensiva com caráter exclusivamente comunitário. Inicialmente o projeto intitulou-se “Uma vaca para o índio”² que visava arrecadar das comunidades católicas na Europa, um capital de giro para compra de matrizes, com o objetivo de fomentar a criação de gado nas comunidades indígenas das serras de Roraima. “A Itália foi o país mais generoso: chegaram doações de paróquias, de comunidades, de escolas, de universidades, de padres, de bispos e até do Papa João Paulo II” (MONGIANO, 2011, p.61).

Desde o início o projeto contou com a simpatia e a ajuda do Mons. Ersílio Tonini Arcebispo de Ravenna - Itália, figura estratégica que muito contribuiu para o sucesso da iniciativa. Mons. Tonini chegou mesmo a lançar uma campanha no jornal “Avverire” e na revista “Famiglia Cristiana” para a arrecadação de fundos, Diocese

1 No ano de 1980, a aldeia Maturuca, chamada pelos índios de Coração da Raposa Serra do Sol, recebeu o primeiro lote de gado. Após duas décadas, somando o gado comunitário e individual, a comunidade (formada por 339 pessoas) tem mais de 600 animais. Disponível: <<http://www.cir.org.br/portal/projetodogado>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2012.

2 Projeto ONG/13/89/17. “Uma vaca para o índio”, Co - financiado: CEE - (Comunidade Econômica Européia), MSP - (Moviment Siviluppo e Pace), Itália pela Conferência Episcopal Italiana e Diocese de Roraima.

de Roraima (1989), tendo visitado o projeto do gado em duas oportunidades, uma em 1990 e outra no ano seguinte. O resultado da campanha foi a compra de 5.924 cabeças de gado³, doadas através de projetos para as comunidades indígenas. O primeiro lote foi comprado em 1979, em Surumu e recebeu o ferro com as iniciais M e + (cruz), respectivamente alusivos a comunidade de Maturuca e Diocese de Roraima. Após a compra, os rebanhos eram repassados diretamente para as comunidades indígenas. Para otimizar o investimento a Diocese operacionalizou 02 (dois) depósitos de gado em Surumu, que tinham a finalidade de melhorar o rebanho para que o repasse às comunidades fossem de qualidade. A partir de 2002, os projetos foram todos distribuídos para regiões, ficando os depósitos desativados.

Segundo Mongiano (2011, p.60), bispo da Diocese de Roraima e na ocasião, elenco dessa trama, Pe. Jorge Dal Bem Bem foi o mentor do projeto do gado M+ “[...] me apresentou um projeto bem articulado, que ele mesmo redigiu [...] o projeto foi apresentado ao delegado da FUNAI que o aprovou”. Entretanto, esse modo produtivo não começou sem base experimental, outras iniciativas, utilizando a produção extensiva do gado, já haviam sido testadas. É o caso, por exemplo, das comunidades de Santa Inês e Guariba na região do Amajari, que receberam respectivamente vinte e vinte e sete reses, estando esta última sob a orientação do padre Lírio Girardi, e que não teve os mesmos elementos essenciais do projeto do gado das Serras, Diocese de Roraima (1984).

A Fundação Nacional do índio, também fez parecido investimento produtivo, porém com princípios-objetivos diferentes ao do projeto do gado M+. Para esta instituição, o gado deveria beneficiar as comunidades indígenas, resolvendo exclusivamente o problema de a segurança alimentar. Nesse mesmo sentido, os então governadores, Getulio Aberto de Souza Cruz e Neudo Ribeiro Campos implantaram outros projetos do gado subsidiado pelo Estado, porém estas iniciativas não tiveram grandes êxitos. No jornal de Boa Vista (1991) de 14 de abril, temos a seguinte matéria:

A FUNAI iniciara no dia 25 de abril o repasse de 495 bovinos entre reprodutores e matrizes para quatorze comunidades indígenas do estado. A primeira etapa será na região do Amajari [...] comunidades do Araçá, Ponta da Serra, Ouro e Boqueirão [...], Sorocaima I, Mangueira, São Francisco e Cajueiro que serão beneficiadas recebendo reprodutores e matrizes, [...] o prazo concedido pela FUNAI para que a devolução dos animais fosse feita foi inicialmente de cinco anos, mas por solicitação dos tuxauas foi mudada para oito e até mesmo dez anos.

3 Fonte: Revista Missionária, “FAMIGLI CRISTIANA” (Família Cristã) Nº 16-18 Abril de 1990.

Essa mesma região como vemos, recebeu vários projetos. Em 2009, Amajari possuía 4.904 reses entre machos e fêmeas, FUNAI (2009), ficando com o quarto lugar entre as regiões indígenas, na produção de gado bovino. Entretanto, dos projetos implantados, o promovido pela instituição religiosa, possuía um apelo ideológico de fortalecimento e união dos povos indígenas em processo de definição territorial ou consolidação dos mesmos. Esta afirmação pode ser comprovada pelo documento encaminhado a Comissão de gado M+ da região do Amajari pelo tuxaua Peres (2003), “[...] viemos pela presente solicitar o segundo ciclo do Projeto de gado M+ [...], é nosso interesse aumentar a produção de gado para ocupar a terra, e também suprir [suprir] nossas necessidades de auto-sustentação [...]”.

Maturuca, efetivamente só recebeu seu projeto em 04 de fevereiro de 1980. Foram 52 cabeças de gado e dois reprodutores, sob responsabilidade do Conselho Comunitário da maloca, além da própria Missão. Para celebrar a entrega do gado foi assinado o documento - Termo de Compromisso, em três cópias. Essa era uma das condições burocráticas para o recebimento do projeto. Dessa forma assinou o documento, a maloca premiada com o projeto, no caso Maturuca, a FUNAI e a própria Igreja Católica. “Os fazendeiros começaram a não gostar disso. Perceberam que se este processo continuasse nas malocas, o rebanho das comunidades iria aumentar de maneira tal, que não poderiam defender a tese de que os índios não precisam de terra porque não tem criação”. (CIDR, 1990, p.47). Começava ali, uma lenta e progressiva organização das comunidades indígenas que mudaria os rumos das relações políticas com a sociedade envolvente. Uma organização baseada na união das comunidades, orientada pela Diocese de Roraima que buscava a territorialização dos seus espaços.

O gado, objeto do processo produtivo colonialista, remodelador do território, agora assumiria um significado historicamente adverso, daquele inserido pelos não índios. “são as ações que [...] definem os objetos, dando-lhes sentido [...], as duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento devem ser tratadas unitariamente.” (SANTOS, 2008, p.86). Souto no lavrado o gado justificaria a extensão territorial nos moldes capitalista de produção, fortalecendo os princípios da propriedade privada. A estratégia era anular o discurso dos fazendeiros, que justificavam o direito pela posse da terra devido à necessidade de pasto para o gado. Como vemos, o gado, objeto produtivo e ordenador do espaço amazônico, foi resultado dos sistemas de ações da colonização. Na base produtiva pecuarista inúmeros atos políticos, jurídicos e administrativos se implantaram, formando o caráter sócio estrutural do espaço roraimense e com ele se modelaram historicamente os territórios.

Podemos afirmar que a nova direção de ação, assumida pela Igreja Católica para América Latina e consequentemente no Brasil, refletiu sua opção preferencial pelos indígenas em processo de desterritorialização. Conforme Haesbaert (2011), o termo desterritorialização toma seu sentido a partir do significado de território que se propõe, portanto, estamos nos referindo a território como espaço apropriado pelo poder político. O argumento ideológico repassados aos indígenas era “se nós tivermos o gado a terra é nossa”, lema que se contrapunha ao discurso dos fazendeiros: “Terra sem gado não tem dono”.

Na busca pela definição territorial, os indígenas aos poucos foram se organizando, primeiro por meios de encontros regionais e posteriormente em assembleias gerais, além da temática religiosa, se tratava das existenciais. As primeiras reuniões aconteceram na comunidade de Moscow, posteriormente, Maturuca sediava os encontros, que segundo Mongiano (2011) passou a ser a local oficial das assembleias. Os resultados das reflexões apontaram as condições precárias em que a comunidades se encontravam, e estas estavam associadas às condições de desorganização e o uso excessivo da bebida alcoólica. Dos encaminhamentos tirados, a mais substancial naquele momento foi à postura constituída de dar um basta à bebida alcoólica. Nesse processo de reorganização espacial foi realizada uma nova eleição para o cargo de tuxaua, tendo naquela ocasião sido eleito o Senhor Jaci José de Souza. O lema que alimentava a reação indígena era “ou vai ou racha”. Mais que um lema, essa expressão vinha de encontro a uma situação, já insuportável para os indígenas. O sentido do lema foi assumido por grande parte da comunidade e sem dúvida foi um marco histórico para a mudança de postura daquelas gentes. Mongiano (2011, p.64) “[Falando de Pe. Jorge Dal Ben] educou os índios numa total dedicação à causa e introduziu o lema: “ou vai ou racha”, que ainda hoje continua sendo um estímulo na organização indígena”.

Para incentivar os índios na organização da luta e reestruturação étnico social, comunidade de Maturuca usou um elemento cultural próprio dos índios, o “Ajuri”, uma espécie de mutirão, onde o índio dono de, por exemplo, uma roça, convida os parentes para ajudá-lo no trabalho da derrubada ou colheita, e em troca oferece comida e o caxiri, bebida tradicional, fermentada com teor alcoólico feito a partir da mandioca, arroz ou batata. Entretanto, orientado pelos missionários, o ajuri foi trocado pelo ‘trabalho de união’, o que não foi apenas uma modificação ao nome dado aquele tipo de mutirão, mas uma nova concepção comunitária baseada na ajuda

mútua e sem ter que se ofertar algo em troca, pelo ao menos em caráter imediatista, principalmente, a bebida alcoólica.

Objetivamente várias atividades foram encaminhadas e efetivadas, como abertura de roças, implantação de posto médico, escolas, atividades de lazer, corte e costura entre outros. Dessa organização funcional construiu-se o Conselho Indígena da comunidade, formado por homens e mulheres. Na frente deste trabalho interventivo, destacou-se o padre Jorge Dal Ben, figura emblemática na defesa enfática das causas indígenas. Oliveira chama atenção para uma ruptura temporal, se não total, mas parcial entre o estado e a igreja.

O período de 1975 a 2000 foi assinalado por vários conflitos entre o Estado e a Igreja Católica na disputa de poder sobre o índio. Por sua vez, o índio se organizava em Assembleias e Conselhos, ganhando apoio de ONGs nacionais e internacionais, solidárias as sua causa. A Igreja, representada pela Diocese de Roraima, adotou novas normas internacionais enunciadas pela convenção de Genebra Nº. 107 da OIT (1957), das revisões parciais da Convenção Nº. 169 (1991) e das recomendações relativas às populações “aborígenes e tribais”, além de outros instrumentos internacionais referentes à discriminação dos povos indígenas, que foram elaborados entre os anos de 1950 e 1980. (OLIVEIRA, 2003, p.137).

Posteriormente surgiram os conselhos regionais em cada uma das regiões, compostos pelos tuxauas das respectivas áreas, estes buscavam alternativas políticas econômicas frente a uma forte situação de violência e opressão por parte de fazendeiros e garimpeiros que ocupavam suas terras tradicionais. A organização se constituía na filosofia solidária, com forte apelo de união, chegou-se a colocar um feixe de varas de madeira nativa no altar da igreja de Surumun, era o símbolo da resistência, os gravetos eram frágeis facilmente quebráveis, mas juntos formavam um feixe resistente, declarando abertamente a estratégia escolhida pelos seus pares.

As malocas isoladas eram vulneráveis: só unidas podiam resistir, Por isso, durante as reuniões, ficava exposto um feixe de varinhas amarradas com um laço de vimes, confeccionado pela comunidade de Maturuca, para simbolizar a união das comunidades na luta. (MONGIANO, 2011, p. 64).

Em 1987, após uma assembléia geral realizada no Surumu, surge o Conselho Indígena de Roraima – CIR⁴, que a princípio chamava-se Conselho indígena do território federal de Roraima – CINTER. O conselho hoje gerencia a política da organização dos direitos indígenas em aproximadamente 300 comunidades, entre os povos Macuxi, Wapichana, Patamona, Sapara, Taurepang, Wai-wai, Yanomami, Igaricó e

4 No Conselho são tomadas decisões participativas e se desenvolvem diversas atividades e projetos cujo objetivo é fortalecer a identidade indígena, organizar uma sempre maior capacidade de articulação interna e externa e alcançar uma real autonomia econômica dos índios. Disponível <http://www.socioambiental.org/nsa/doc/cir_raposa.html> Acesso em: 25 de outubro de 2012.

Yekuana, com mais 22 mil indígenas sob sua tutela. Em sua estrutura hierárquica, tem-se a figura de um coordenador geral, tirado dentre dos tuxauas ou pessoa Líder de uma Comunidade. Para participar dessa entidade, as comunidades interessadas têm que ser aderentes ao seu projeto político. Atualmente o CIR esta presente em dez regiões, são elas: Serras, Baixo Cotingo, Surumu, Raposa, Serra da Lua, Amajari, Taiano, São Marcos, Wai-wai e Yanomami.

Estavam criadas as condições para se realizarem as contradições promovidas pelo modo de produção do espaço, historicamente constituído. A disputa territorial era também de classe, o conceito de território em voga interessado pelos indígenas e fazendeiros é o mesmo Ratzeliano, sobretudo de caráter político, Santos (2009, p.79) citando Sun Tzu no seu clássico livro a '*A arte da guerra*', "[...] a propósito da conformação do terreno [...] este *leitmotiv* traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais [...] uma vez que território é essencialmente um instrumento de exercício de poder”.

A atuação da Igreja Católica em Roraima, nesse momento, se distanciava da 'catequese de desobriga', antiga forma de evangelização a partir de novos valores externos que escondia o interesse de dominação do colonizador. A nova diretriz para a Igreja local seguia a orientação do Concílio Vaticano II, detalhada pelas Conferencias Gerais do Episcopado Latino Americano, deliberadas em Medellín (1968) e depois em Puebla (1979). Em São Domingues, Mais tarde, foi realiza a 4ª Conferência Geral dos Bispos da América Latina, que confirmou as diretrizes já tomadas anteriormente, na qual a Igreja reafirmava sua opção preferencial pelos pobres e em Roraima, especialmente pelos índios.

Este é o caso específico da região amazônica, onde, de um Clero extremamente conservado, surgiu um Clero combativo, em favor dessas populações. Esse é também o caso da Igreja de Roraima que, a partir do final da década de sessenta, portanto anterior a criação do CIMI, deixou de estar comprometida com fazendeiros, passando a reunir os índios, a denunciar e combater invasão das terras e principalmente a contribuir para organizá-los politicamente, com o objetivo de conseguirem a demarcação definitiva de suas terras. Esse processo inaugurou uma nova mentalidade, uma nova atitude e também uma nova direção na Diocese de Roraima ante a questão indígena no ex-território, projeto que tem sua continuidade até os dias atuais pelos membros da Consolata. (VIEIRA, 2007, p.151).

A postura da sociedade local, no geral, recebeu com estranheza o discurso da Igreja a favor das demarcações das terras indígenas, “Essa tomada de consciência por parte da Igreja, com relação à questão indígena, não esteve separada do projeto de desenvolvimento econômico e político dos militares ao qual foi

submetida toda região Norte do país, em especial a Amazônia, a partir de 1968, [...]”. Vieira (2007, p.143.).

O posicionamento da Igreja de Roraima frente à realidade indígena não aconteceu sem uma reação dos fazendeiros e da elite local. Um exemplo disso foi uma carta aberta publicada num jornal de grande circulação, na época em Roraima, dirigida a D. Aldo Mongiano, após este ter publicado um documento religioso, pedindo providências quanto às demarcações das terras indígenas. O artigo de Magalhães⁵ (1978, p.14) traduz essa ideologia:

[...] Essa afirmativa excelência é da maior gravidade, a que poderá trazer tristes conseqüências, conforme veremos a seguir. Não creio digníssimo pastor, ser possível um serviço de complexidade ser executado apressadamente. A pressa é inimiga da perfeição. Entretanto o documento tem o reconhecido mérito de levar a questão ao debate público, pois dele o povo tomou conhecimento, por cuja causa estou escrevendo-lhe a presente missiva. [...] a maioria absoluta das terras indígenas consideradas invadidas, não foram ocupadas pela força, não foram propriamente invadidas, se considerarmos fatos reais e humanos. Na maioria houve consentimento dos nativos que anuindo à entrada do fazendeiro, passaram a serem seus empregados, vaqueiros, seus sócios.

O discurso ora apresentado demonstra claramente a defesa de uma classe colonizadora dominante em detrimento da dominada. Coloca a questão do problema litigioso da terra, como uma mera situação “natural” e inevitável. Apresenta o contato entre índios e não índios ritmados pela harmonia social e aceitação das partes contatadas, sem conflitos sócios culturais significativos. Estava, pois, estabelecida a luta de classe, envolvendo a territorialidade. Tal embate ideológico, na questão litigiosa da terra esbarrava-se sempre na premissa última fomentada pela elite local, onde esta questionava sempre, a necessidade do índio no usufruto de grandes extensões de terras. Naquele momento para a classe dominante, a efetivação das demarcações das terras indígenas nos moldes solicitados por aqueles, seria uma aquisição injustificável, do ponto de vista econômico. É o que afirma Magalhães (1978, p.14) na continuação da carta aberta a Dom Aldo Mongiano “[...], todavia posso garantir-lhe honestamente que na forma de serem conciliados os interesses gerais, bastando que os estudos sejam conscienciosos, pois as áreas são imensas e de grande parte dela não necessitam os índios.”

A questão latifundiária, base material do capitalismo primitivo, determinou durante séculos, a posição na pirâmide social em Roraima. A disputa pela terra é uma clara demonstração da luta de classe, latente desde o tempo da colonização portuguesa, com a desterritorialização imposta e favorecida pela produção extensiva

5 Dorval de Magalhães foi escritor e poeta local, escreveu esta Carta Aberta a D. Aldo Mongiano em 16/08/1978 no Jornal Boa Vista.

do gado. Segundo Haesbaert (2011), quando acontecesse a desterritorialização é por que este movimento esta se reconstruindo em outras bases. Esse novo modelo produtivo indígena mexeu substancialmente com os fazendeiros locais que pareciam predestinar as consequências futuras, resultantes dessa iniciativa. Sem dúvida esse modo de produção fortaleceu a luta, contribuindo para a redefinição territorial. É de se notar que os conflitos tornaram-se mais freqüentes com a implantação do Projeto do gado, onde a reação dos fazendeiros não se fez esperar. “Inicialmente de acordo com a polícia militar, tentaram expulsar o padre da região das Serras, acusando-o de comunista, subversivo e levando-o à delegacia de Surumu para ser interrogado.” (CIDR, 1990, p.48).

O que está por detrás dessa estratégia é algo fundamentalmente importante, o estado legalista vê na propriedade privada o fundamento ideológico do sistema capitalista. Mexer na propriedade privada é colocar em cheque um precedente ideológico que desrespeitaria o discurso do capitalismo, e isso seria inaceitável. Produzir gado nas terras em litígio foi uma estratégia inteligente, além de eficiente, e no caso indígena, tem-se uma complexidade de conceito aparentemente contraditória, este objeto produtivo é ao mesmo tempo meio de produção, um elemento econômico privado, e neste caso, também empregado com caráter coletivo.

A Igreja Católica juntamente com as lideranças indígenas, adeptos do direito coletivo indígena, passaram a denunciar o não cumprimento dos direitos constitucionais. O discurso da elite local era de que antes das demarcações das terras indígenas, a convivência com os não índios era pacífica. Dias (1995, p.27) Senador por Roraima na época, corrobora com o discurso. “[...] Por esta simples Portaria [Portaria nº 1.149/90], permutando tão somente a denominação de colônia agrícola para área indígena, não permitirá mais a convivência pacífica e harmoniosa de que se tem notícia há mais de cem anos entre o índio e o não índio”. O estado, representante da classe hegemônica, nos momentos de conflitos se faz operar. Noutro discurso (DIAS, 1991, p.29), percebidamente imbuído no conceito de território como espaço de ação política, revela uma preocupação com o novo modelo de produção do espaço, característico da nova globalização que fragiliza o papel do estado. “[...] Não posso admitir que uma área de verdadeira produção de riquezas através da agropecuária seja reduzida a reservas intocáveis, para guardá-las para um futuro, quicá os próprios brasileiros venham a usá-las e explorá-las. Segundo as premissas ratzeliana, o estado não existe sem o solo, sendo que a “[...] ela [desterritorialização] claramente legitima a fluidez global dos circuitos do capital, especialmente do capital financeiro, num mundo em que o ideal a ser alcançado seria o desaparecimento do Estado, delegando

todo poder às forças do mercado. (HAESBAERT, 2005, p.6790). Na disputa pela posse da terra, em vários momentos, o estado, construído para atender interesses das classes dominantes, detentora do poder econômico e, dona por sua vez, dos meios de produção, age institucionalmente.

Entre estes, inúmeros episódios tratados de forma parciais pela mídia local, podem descrever no enredo a disputa pela terra em Roraima. O discurso ideológico da elite local contribuiria para constituição do imaginário roraimense, enquanto inúmeros episódios em reação a luta indígena ia acontecendo. “Agosto de 1989, Tuxaua da Maloca de Sorocaima é preso pela polícia militar por defender as terras da sua maloca da invasão de posseiros. [...] Dezembro de 1989, Fazendeiro leva soldados da PM na Maloca Makuxi do Táxi, para amedrontar os índios.”⁶ (CIDR, 1990, pp. 71 a 72). A dinâmica do espaço produzido pela colonização através deste objeto produtivo, agora se reorganiza, devolvendo a aqueles, o domínio dos modos de produção, isto é a terra, numa clara demonstração do movimento do espaço no tempo. Com a introdução do gado nas comunidades indígenas, aumentaram o fluxo, e a partir dele, modificou-se a paisagem e o lugar. A despeito dessa afirmativa, corrobora Claval (2006, p.127) “[...] por detrás dos movimentos materiais de bem e deslocação de pessoas, há fluxo de informação”.

Estrutura e funcionamento do projeto do gado

O projeto do gado consiste em proporcionar às comunidades indígenas, no primeiro momento, sob forma de empréstimo, a aquisição de 50 vacas e 02 reprodutores, e depois no segundo momento, em caráter definitivo, a produção bovina excedente do número inicial recebido. Entende-se que o gado capital é de propriedade dos indígenas através de suas organizações. Após cinco anos, a comunidade beneficiada teria que repassar o rebanho para outra comunidade indicada pelo Conselho Regional de acordo com critérios de seleção deste e se comprometendo em assessorar, na questão do manejo, a nova comunidade recebedora. Por sua vez a comunidade que recebe o Projeto se compromete em sua manutenção: cuidados com o gado construção de currais vacinas e reprodução. Criou-se assim, o Termo de Compromisso do projeto. Na Clausula 3^a, essa obrigação com relação os cuidados com o trato do gado é bem objetiva – “A comunidade tomará conta do gado, à própria custa se responsabilizado pelo trato, conservação, vacinação, curral e outros cuidados que se fizerem necessários”. O termo de compromisso, instrumento burocrá-

6 CIDR nº 2, tirado da parte, Cronologia dos principais acontecimentos nas Malocas Makuxi e Wapixana, 1983 – 1989.

tico regulamentador era sempre assinado pelos tuxauas da região, mais no começo do Projeto, além deles, assinava reconhecendo o acordo, o Bispo D. Aldo Mongiano.

Em uma reunião de avaliação onde estavam presentes missionários das diversas regiões, ficou claro o objetivo da investidura, “o projeto do gado é um projeto da organização indígena, mais que um projeto econômico, ou de gado. Tem uma mística de luta e compromisso.” (DIOCESE DE RORAIMA, 2001). E ainda em outra realizada na Casa Paulo V, coordenada por Frei Arthur e pe. Jorge, o relatório afirma, se ferindo a região do Amajari “Na região há 6 projetos M+, fazendas foram ocupadas, o projeto atuou bem, realizando seu objetivo de ocupar a terra” Diocese de Roraima (2001, p.3). Reforça essa máxima o documento de uma das reuniões do projeto, Diocese e Roraima (1989, p.1) “A campanha a favor dos índios, realizada na Itália, durante o ano de 1988, tinha dois objetivos [...] ajudar os índios Macuxi e Wapixana a defender e recuperar a terra invadida ao longo de 40 anos por fazendeiros, a través da compra de gado”.

Qualquer Comunidade podia receber, além do primeiro ciclo - o primeiro projeto, outros ciclos, dependendo da análise da direção do projeto. Para operacionalizar o Projeto, inicialmente se escolhia um vaqueiro comunitário, mas no processo, se consolidaram dois tipos: Um fixo e outro temporário. O vaqueiro fixo cuidava o gado por tempo indeterminado, já o temporário mudava anualmente, numa espécie de rotatividade. Na região do Amajari, por exemplo, outras experiências de vaqueiros comunitários foram experimentadas, como a utilização de vaqueiros rotativos, ou seja, cada mês um representante de uma cada família, trabalha no manejo com o gado. Essa experiência aconteceu na comunidade Ponta da Serra, na década de noventa.

Outra experiência com vaqueiros ocorreu na comunidade do Araçá, para não ter que pagar um vaqueiro à quarta, o filho do tuxaua, na época, cuidava o gado, sob responsabilidade do próprio tuxaua. No geral o vaqueiro faz uso do leite do rebanho, tem direito a certo número de reses por ano, quantidade esta, combinada com a comunidade e representada pelo tuxaua. No abate de um animal, o vaqueiro também fica com um pedaço que pode ser carne, miúdo ou pele. A comunidade, além disso, se compromete em ajudar o vaqueiro em suas atividades de agricultura, como na derrubada, o aceiro e colheita da roça. O uso do leite, quando da implantação do projeto foi bastante absolvido pelas comunidades, que viram nesse alimento uma forma de sobrevivência. Algumas comunidades preferem deixar o leite só para os bezerros, com o propósito de deixá-los mais fortes e saudáveis. A princípio a comunidade que recebia o gado não podia matar ou vendê-lo num período de cinco anos,

o que nem sempre aconteceu. O objetivo da proposta é aumentar o rebanho bovino, construindo um patrimônio visível e representativo, uma reserva de valor perante a sociedade não índia, justificando o direito de posse sobre suas terras.

Como o projeto inicial do gado foi um sucesso, sentiu-se por parte das comunidades indígenas e da Diocese, a necessidade de uma organização maior e mais estruturada. Assim criou-se uma Comissão Estadual com a finalidade de organizá-lo. A Comissão Estadual do Projeto foi formada por representantes do CIR - este aos poucos assumiu a função de repassar os Projetos e depois de controlar. Esta Direção tinha caráter administrativo sendo um órgão de serviço, responsável pelos projetos juntos às entidades que ajudam os índios, com repasse de verbas. Além das representações citadas, a direção do projeto contava com as Equipes de Apoio, que existiram por pouco tempo. A Direção do projeto, também analisa os pedidos das malocas apresentados ao CIR pelo Conselho Regional e dá seu parecer. Ela também anima e estimula as organizações indígenas nas comunidades para que o projeto dê certo. Depois de decidir a região, o conselho da mesma, formado pelos Tuxauas das respectivas regiões, juntamente com o missionário responsável, indica a comunidade contemplada. Para estar apta ao recebimento do projeto do gado, a comunidade, tem que estar engajada na luta em defesa da terra e disposta a interagir com as comunidades irmãs.

Em 04 de novembro 1985 foi organizado o estatuto do Projeto do gado M+, com finalidade de regulamentar a iniciativa, ficando a Diocese com a supervisão do mesmo. Diocese de Roraima (1985, p.3):

Se inicialmente, por falta de organização comunitária indígena o Projeto M+ surgiu como uma proposta direta da Diocese à maloca Maturuca com o seu tuxaua, agora é um projeto econômico entregue na sua totalidade à responsabilidade das comunidades indígenas. Tendo em consideração que presentemente toda a área indígena do norte do estado foi dividida pelos tuxauas em regiões e que para cada região foi eleito um conselho regional, formado por certo número de índios, fica estabelecido que estes Conselhos entram a fazer parte da direção do presente projeto.

Na implantação do Projeto **M+**, as mulheres tomaram a frente em todo o processo, Maturuca, por exemplo, o primeiro vaqueiro comunitário foi mulher, ocupou o cargo a Senhora Luzete de Souza. Como consequência do engajamento das mulheres, nasceram oficinas de corte e costura, demonstrando que a liderança feminina assumira um caráter de virilidade, experiência e força materna. A participação feminina na reação indígena também se fez presente na escola, espaço estratégico para

formação de opinião das crianças indígenas. “*Quando chegou o Projeto de gado, ajudou nós a lutar por nossa terra. Porque tendo o gado para ocupar a terra, a gente conseguiria nossa demarcação*” - professora Rosilda da Silva - Escola de Maturuca, (CIR, 1998).

O Próprio CIR tem na organização um espaço relevante para as mulheres. Na região do Amajari, por exemplo, não é incomum encontrar mulheres tuxauas ou até mesmo vaqueiras. Em 2007, nessa região na comunidade de Aningal, quem coordenava o Projeto do gado, era o Movimento das Mulheres, que mesmo pegando um projeto comprometido, que já havia passado por outras comunidades (no caso São Francisco, Urucuri e depois Mutamba) e que não deram certo, souberam administrar e fazer produzir de maneira satisfatória. No percurso de execução, não era incomum as comunidades receberem projetos incompletos e ter que esperar uns anos para se completar o rebanho. No caso de Aningal, o gado recebido foi no número de 42 reses, e passados a partir daí cinco anos, a produção excedente foi de 13 reses. No geral as comunidades buscavam os projetos de gado direto dos depósitos de Surumu, pois o lote recebido era sempre de melhor qualidade, vejamos carta endereçada ao CIR (2001) “O que estamos necessitando é um projeto de gado diretamente do depósito. Onde o objetivo será para atender a necessidade da comunidade, e escola. Oferecendo leite para ajudar na merenda escolar, e esterco para adubação de terrenos, de roças e horta.”.

O projeto M+ realizou-se na maior complexidade de dificuldades que se possa imaginar: inexperiência em algumas localidades com o trato com o gado, desconfiança, seca, roubos, doenças, dificuldades de fluxo. Mas de acordo com os resultados, homologação das terras e organização sócio espacial, o projeto demonstra ter alcançado seus objetivos ideológicos.

Considerações Preliminares

Atrevemo-nos a afirmar que o nível de organização social espacial comunitária dos índios se movimentou. Também se percebeu uma mudança nas relações sociais entre seus pares, promovida pela nova divisão do trabalho, estimulado pela necessidade da reorganização interna sócia estrutural das comunidades, como consequência dessa nova forma produtiva. Deixamos aqui uma especulação científica, a de que o objeto produtivo introduzido poderá, em longo prazo, reorganizar o espaço e impor uma nova forma de ordenamento estrutural nas comunidades inseridas, acirrando a luta de classe. O indicativo pode ser percebido no fato registrado e ocorrido em março de 1999 na região do Amajari “o tuxaua não aceitou esperar [se reportando a coordenação do projeto] e disse que na comunidade dele quem manda é ele. Ali

mataram muito gado, e o que ficou o tuxaua quer dividir entre os pais de família” (WEBER, 1999). Porém, uma análise mais profunda e sistemática sobre esse fenômeno espacial carece de averiguação.

As condições de conflitos e as negociações políticas se dão de acordo a constituição do espaço e pela posse dos meios de produção. Os índios precisavam da terra que faz parte o seu imaginário cultural de produção coletiva, sem a qual possuirá apenas sua força de trabalho desqualificada para atender a sociedade que chega e impõe seu ritmo econômico. Logo a criação de mecanismos produtivos, no caso o Projeto do gado, proporcionou certa autonomia política econômica aos indígenas, perante os envolventes e contribui diretamente para a organização e resistência na defesa do território. O conceito de território proposto como já alertamos é o definido por (HAESBAERT, 2011, p.18) “[...] focado numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, como processo de domínio (político científico) e/ou apropriação (simbólico cultural) do espaço pelos grupos humanos”.

O projeto do gado M+ deu a base material necessária para sustentar a luta pela terra, além de ter contribuído para uma mudança de mentalidade, introduzida ideologicamente pelos não índios, a de que eles representam um entrave para o desenvolvimento do Estado, devido sua incapacidade produtiva, o que na verdade escondia o real motivo ideológico de tal criação conceitual pelos dominantes, a territorialização do espaço indígena.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Igná Elias de. Geografia política: território, escalas de ação e instituições. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

CIDR. Índios de Roraima: makuxi, taurepang, ingarikó e wapixana, (Col. Histórica Antropológica nº1), Boa Vista, Diocese de Roraima, 1988.

_____. Índios e Brancos de Roraima. (Col. Histórica Antropológica nº 2) Boa Vista, Diocese de Roraima, 1989.

CIRINO, Carlos Alberto Marinho. A “Boa Nova” na língua indígena, contornos da evangelização dos wapixana no século XX. Tese de doutorado em ciências sociais. PUC, São Paulo, 2000.

Retirar a palavra ‘CIR’. Ou vai ou racha! : Vinte anos de luta Programa norueguês para Povos Indígenas, Vídeos nas aldeias, São Paulo, 1998. DNUPPNPI, fita, 31 min, col., son., VHS, fita de vídeo.

CLAVAL, Paul. História da Geografia. Edições 70 LTDA. Lisboa – Portugal, 2006.

CNBB. Santo Domingo: prioridades e compromissos pastorais. PAULUS, São Paulo, 1993. (Coleção Estudos nº 67). ‘ACRESCENTAR’ AQUI.

COMUNIDADE CAMPO ALEGRE. Carta ao coordenado do projeto M+. Região São Marcos – (mimeo), Boa Vista-RR, 01 de maio de 2001.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 - USP, p.6790. Disponível: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf> Acesso em: 28 de novembro de 2012.

DIAS, César. Roraima precisa ter oportunidades. . Brasília, 1991.

DIOCESE DE RORAIMA. Estatuto do Projeto do Gado: “Uma vaca para o índio”. (mimeo), assinado entre a FUNAI e Diocese, pp.3-5, Boa Vista-RR, novembro de 1985.

_____. Instituto Missões Consolata. (Doc. Org. Aldo Mongiano). Avaliação da Campanha a favor dos povos indígenas de Roraima realizado na Itália. (mimeo), pp.5, Boa Vista-RR, maio de 1989.

_____. Pastoral Indigenista. (Doc. Org. Pe. Antônio Fernandes). Reunião de avaliação do Projeto do Gado. Boa Vista - RR, maio de 2001.

_____. Termo de doação e responsabilidade. (mimeo), Missão de Normandia e a Comunidade Indígena do Guariba, Roraima, 1984.

_____. Pastoral Indígena. Reunião do Projeto do Gado. Boa Vista - RR, junho de 2001.

Amazonia Ritorna La Vita - Famigli Cristiana: Revista Missionária Cristã - Itália, Abril, Itália, 1990, Nº 16-18, pp. 90-97.

FUNAI. Rebanho bovino das comunidades indígenas. Quadro 2: (mimeo). Dados levantados durante a 2ª etapa da Campanha de vacinação contra Febre Aftosa, realizado pela Fundação Nacional do Índio. Boa Vista - RR, outubro de 2009.

JORNAL BOA VISTA. A FUNAI iniciara no dia 25 de abril o repasse de 495 bovinos. p. 07, Boa Vista – RR 14 de abril, , 1991.

MAGALHÃES, Dorval. Carta aberta a Dom Aldo Mongiano. Jornal Boa Vista: Boa Vista-RR 16 de agosto, 1978, p.14.

MONGIANO, Aldo. Roraima entre a profecia e o martírio. [trad Pe.Schizzerotto], Diocese de Roraima, Boa Vista -RR, 2011.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2003.

PERES. João Cícero. Documento de pedido de Projeto de gado. (mimeo), Comunidade Anaro, 22 de junho de 2003.

PROJETO DO GADO. Disponível.<<http://www.cir.org.br/portal/projetodogado>>. Acesso em 30 de janeiro de 2012.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnicas e tempo. Razão e emoção. 4ª ed.. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DIREÇÃO DO PROJETO DO GADO. Termo de Compromisso - supervisionado pela Diocese de Roraima. (mimeo.) Boa Vista - RR, 1985.

SANTILLI, Paulo. Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito, São Paulo, Ed. UNESP 2001.

VIEIRA, Jaci Guilherme. Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: A Disputa pela Terra-1777 a 1980, Boa Vista -RR, ed. UFRR, 2007.

WEBER, Sirley Fátima (irmã missionária). Relatório do Projeto do Gado, região do Amajari.(mimeo), Boa Vista, março de 1999.

PRÁTICA PEDAGÓGICA: UMA POSSIBILIDADE PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA

1. Introdução

O Estado de Roraima tem como uma característica marcante por ser um Estado de tríplice fronteira e reunir uma variedade étnico-cultural. A Secretaria de Estado da Educação atende 363 escolas, dessas 60 estão na capital Boa Vista, e 222 estão divididas em terras indígenas e em 15 municípios. Tem-se a necessidade de fomentar uma formação voltada para atender professores indígenas, pautado no bilingüismo-língua materna e língua portuguesa. Na visão antropológica, faz-se necessário trabalhar de forma interdisciplinar os conhecimentos indígenas e associados às especificidades de cada área do conhecimento.

Nesse contexto, possibilitando uma política de formação de docentes indígenas onde se busca a valorização profissional e a prática pedagógica. Desde 2004 a Secretaria Estadual de Educação Cultura e Desporto (SECD) vem implementando Propostas de Formação para Professores, voltadas para atendimento de docentes que atuam nas comunidades indígenas do estado.

Nesse sentido a formação de docentes indígenas deve contemplar um caráter de formação de professores capazes de transmitir conteúdos, e acima de tudo capazes de dirigir a prática pedagógica de construção de conhecimento. É verdade que a realidade dos povos indígenas no Brasil e, não é diferente no estado de Roraima vive um constante conflito entre cultura indígena e a não indígena. E o professor é visto em sua sociedade (comunidade) como canal de construção de conhecimento, preservação de cultura, valores e hábitos, dessa forma vive o dilema das contradições e com isso tem a difícil missão do equilíbrio. Sua função nesse meio é a de agente

* Aluna Especial/ PPGSOF

** Aluna Especial/PPGSOF

educador numa situação de conflito e transformação, por isso sua formação deve está comprometida com a defesa dos valores, da história e da cultura de seu povo.

A possibilidade do magistério indígena de formação em nível médio se concebe na perspectiva de colaborar e diminuir as desigualdades existentes no processo de formação indígena no Estado. Será um curso profissionalizante de formação específica bilíngüe e multicultural, tendo como base legal os pareceres nº 19/04, CEE/RR, nº 14/99/CNE e as leis n 9.394/96, nº 1.172/01 e relatório da convenção de nº 169/02 da Organização Nacional do Trabalho-OIT, da qual o Brasil é membro e tem assento permanente no conselho de administração. Portanto de acordo com as organizações indígenas e as comunidades o curso representará uma importante ferramenta política na luta por uma educação compromissada com a autonomia dos povos indígenas.

Nesse projeto temos como objetivo geral contribuir para que se efetive a autonomia dos Povos Indígenas, com formação em Nível Magistério específico e diferenciado, constituindo assim, um quadro de docentes capazes de desenvolver escolas indígenas multilíngües, fundamentadas nos processos próprios de aprendizagem.

Assim, a proposta de formação docente indígena tem um papel importante no desenvolvimento dos povos indígenas do Estado no momento em que busca contribuir para autonomia desses, qualificando a partir dos princípios da diversidade e multiculturalidade, de forma contextualizada e específica.

2. A formação

A necessidade de formar e habilitar professor em nível médio Magistério é um dos anseios atuais e futuro dos povos indígenas. A formação de professores indígenas é uma das maneiras de garantir a participação das comunidades indígenas na gestão escolar, pois possibilitará a formação de um corpo docente constituído por indígenas que além de resultar em ganho político, se traduz em ganho metodológico, pois contribuirá com a melhoria na qualidade do serviço prestado nas escolas indígenas, uma vez que os professores indígenas lançarão mão de metodologias mais apropriadas ao ensino, à prática pedagógica e ao padrão de intercomunicação, próprios da cultura indígena.

Os alunos das escolas indígenas, em sua grande maioria, não dominam a língua portuguesa, porém são falantes das línguas maternas. O domínio da língua materna por parte do professor é imprescindível para um ensino de qualidade, e por esse motivo também a necessidade de que a docência seja exercida pelos próprios indígenas.

A formação de professores indígenas possibilitará que as atividades escolares tenham continuidade, já que é praticamente impossível ao Estado manter professores que não sejam indígenas nessas escolas da floresta, tendo em vista o expressivo número de escolas nas comunidades indígenas.

Por fim, o Projeto possibilitará ainda a criação de um modelo de educação e de formação específica para os povos indígenas que poderá ser utilizado como referência para formação de professores em diversas etnias e outras regiões que ainda estão sem atividade escolar.

Ao cumprir os objetivos espera-se que a formação possibilite ao professor-cursista uma aprendizagem com bases próprias de ensino e aprendizagem, fomente a revitalização e valorização das línguas maternas, diálogo intercultural, assim como, a socialização das tradições e conhecimentos.

2.1 INGRESSOS DO PROFESSOR-CURSISTA

O ingresso do professor indígena será através de edital de seleção com critérios específicos para professores indígenas, devem ser: professor da rede estadual, indígena, e apresentar carta de indicação da comunidade em que ele atua, ou seja, deve ter o aval do tuxaua (líder), pois representará por meio da indicação os interesses de seu povo, portanto terá sempre que prestar contas de suas atividades. Ressaltando que todos os critérios devam ser anteriormente discutidos com as lideranças indígenas e organizações que os representam.

A estrutura curricular será adequada em consonância com a Legislação em vigor, sendo uma parceria entre a SECD e a Universidade Estadual de Roraima – UERR, ocorrerá de forma presencial e multipresencial. Com a carga-horária de 3.120 horas total, sendo que dessas 420 são de estágio supervisionado.

2.1.2 Etapa Presencial

Acontecerá quando os professores-cursistas estiverem encontros com os professores formadores, podendo ser esses encontros na Capital Boa Vista ou em uma comunidade que esteja localizada próxima a outras comunidades. O curso será realizado em período de férias, de janeiro a março e julho a setembro, para possibilitar a saída dos professores-cursistas e professores formadores. Ao fim de cada etapa o professor-cursista volta a sua comunidade com missão de realizar pesquisa de acordo com orientações metodológicas recebidas e com o objetivo de diagnosticar e

levantar dados que os guiaram nas temáticas das etapas subsequente e nas construções de seus projetos.

2.1.3 Etapa Multipresencial

Esta etapa é composta por estudos orientados a partir de projetos de intervenção, memorial, pesquisa, produção de material, onde o professor- cursista relata suas memórias desde o início do curso e participações em planejamento escolar, reuniões comunitárias e assembleias. Tem com objetivo associar teoria e prática e promover a reflexão acerca dos problemas nos quais as comunidades e alunos estão inseridos, bem com, desenvolver o espírito crítico e prepará-lo para o exercício da cidadania.

2.2 PERFIL DO PROFESSOR FORMADOR

O professor formador para atuar junto a esse projeto, deverá apresentar o seguinte perfil:

- a) Ter conhecimento acerca dos povos indígenas, valorizando sua cultura, identidades, especialmente sua educação específica e diferenciada;
- b) Ter nível superior com Licenciatura Plena nas áreas de conhecimentos; Ser profissional e ser motivado para aprender e ensinar em situações interculturais e multilíngües;
- c) Ser capaz de criar propostas inovadoras dentro da proposta político-pedagógica dos cursos e demais situações de formação;
- d) Ser auto-didata investindo na própria formação, como assessor em contexto de Educação Escolar Indígena (cursos, seminários, oficinas, visitas e outros projetos);
- e) Ter capacidade e estímulo ao uso cotidiano, ensino e desenvolvimento das línguas indígenas e/ou do português nos cursos e na prática escolar;
- f) Gostar da etno-investigação, do aprofundamento dos conhecimentos relevantes ao currículo do curso, junto às lideranças indígenas, idosos, mães e demais colegas assessores;
- g) Respeitar os direitos e conhecimentos indígenas (saberes) como válidos e diferenciados;
- h) Planejar, executar e analisar sua prática pedagógica constantemente, disponibilizando tempo para as atividades e reflexões conjuntas com a Equipe Pedagógica e os docentes. Ao mesmo tempo, que esteja disposto a compartilhar a responsabilidade do planejamento com seus alunos;

- i) Ter disponibilidade para viajar nos períodos de execução do curso (terra indígena) etapa presencial, participar das reuniões pedagógicas e assembléias indígenas.

2.3 MATRIZ CURRICULAR

As disciplinas serão ofertadas e organizadas de acordo com os eixos temáticos estruturantes e seu aprofundamento se dará com as necessidades, podendo buscar auxílio em outras áreas do conhecimento. Portanto a matriz será composta pela base comum, a parte diversificada, formação profissional e o estágio supervisionado. Possuem 3.120 horas, são divididas em disciplinas Presenciais, etapas presenciais, etapa multipresencial (Pesquisa, estudos orientados, produção de material) memorial e estágio supervisionado. As disciplinas presenciais possuem carga horária total de 2.700 divididas em base Nacional comum com 1.470, parte diversificada com 280h, Formação profissional magistério com 860h e Núcleo Específico com 90h. E o Estágio supervisionado possui 420 h.

Bases Nacionais Comum, possui três áreas de conhecimento: Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias, com as disciplinas de Língua Portuguesa com carga horária de 360h, Educação Física com carga horária de 120h e artes com carga horária de 40h; Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com as disciplinas de Matemática com carga horária de 250h, Biologia com carga horária de 120h, Física com carga horária de 110h e Química com carga horária de 110h ; Ciências Humanas e suas Tecnologias, com as disciplinas de Geografia 120h, História 120h, Sociologia 60h, Filosofia 60h, com carga Horária total de 1.470. Formação Profissional Magistério com as disciplinas: Didática da Alfabetização com carga horária de 70h, Didática da Língua Portuguesa e Indígena com 80h, Didática Geral com 40h, Estrutura e Funcionamento do Ensino com 60h, Filosofia da Educação com 40h, Fundamentos e Metodologia da EJA com 40h, Fundamentos e Metodologia da Educação Especial com 30h, Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil com 30h, História da Educação com 30h, Iniciação a Metodologia da Pesquisa (Etno – Pesquisa) com 60h, Noções Básicas de Antropologia com 60h, Noções Básicas de Linguística com 60h, Psicologia da Educação com 40h, Pesquisa e Ensino de Línguas com 60h, Pesquisa e Ensino de Artes com 40h, Pesquisa e Ensino de Matemática com 80h e Sociologia da Educação com 40h totalizando 860 horas. No Núcleo Específico tem-se duas disciplinas: Gestão da Educação Escolar Indígena com 60h e História da Educação Escolar Indígena com 30h, totalizando 90 horas. Na parte diversificada

com Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias, com as disciplina L. E. M. Espanhol com 120h, Introdução à informática com 40h e Língua materna Indígena com 120 h, carga horária total de 280.

3. Desafios da formação

Fazer formação de professores se constitui em um grande desafio educacional, é tanto que é objeto constante de pesquisas e de pesquisadores da educação, pois, mesmo num mundo globalizado o professor ainda, exerce papel primordial no desenvolvimento dos indivíduos.

Segundo Chalita (2001, p.151):

A alma de qualquer instituição de ensino é o professor. Por mais que se invista na equipagem das escolas, em laboratórios, bibliotecas, anfiteatros, quadras esportivas, piscinas, campos de futebol - sem negar a importância de todo esse instrumental -, tudo isso não se configura mais do que aspectos materiais se comparados ao papel e à importância do professor.

E em si tratando de formação de professores indígenas o desafio aumenta, primeiro pela ausência de uma política de formação clara e objetiva, com diretrizes bem definidas, há diretrizes para educação escolar indígena, com uma gama de recomendações, que teoricamente são executáveis, porém na prática começam as dificuldades.

O Artigo 210 da Constituição Federal (1988) assegura às comunidades indígenas a educação escolar com o direito da utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem. A legislação fala de uma formação específica, diferenciada e bilíngüe e aí começam os viés e contradições.

Uma formação de professores com objetivo de promover a autonomia dos povos indígenas deve acima de tudo primar pela preservação e/ou revitalização das línguas, e essa é uma situação complexa, pois por muitas vezes não se tem o professor formador para atuar na área, algumas línguas tem somente alguns falantes e não há registro formal das mesmas é a realidade nas etnias locais.

Outro desafio para realização do curso é professores com experiência em formação de professores indígenas ou com atuação em áreas e comunidades indígenas. Por si tratar de uma formação diferenciada e específica o professor-formador além do conhecimento deve apresentar um perfil compatível com o contexto, assim, é importante que este tenha compromisso com a causa indígena, respeite e valorize as diferenças culturais, hábitos e costumes, e também, goste da etno-investigação e acate os direitos dos povos indígenas.

Há também a dificuldade de uma base antropológica e sociológica dos professores-formadores o que representa um complicador. As pesquisas estão nas mãos das organizações não - governamentais e no geral os professores formadores, não dispõe desses estudos. Dentro do contexto local acadêmico e principalmente nos cursos de licenciaturas.

4. Considerações Finais

Um dos maiores desafios da formação de professores indígenas no Estado consiste na capacidade de qualificar um quadro local para que estes atuem como intermediário permanentes no processo de formação dos professores da rede de ensino estadual que atuam nas comunidades e áreas indígenas, ou seja, faz-se necessário antes de tudo formar um grupo de formadores, sendo esta ação inicial o grande sustentáculo para um Projeto de Formação Indígena. Na perspectiva de que a formação de professores não seja um fim em si, mas uma oportunidade para que estes dêem continuidade na sua escolarização.

O referido projeto buscará cumprir sua missão e atingirá seu objetivo que é um ensino centrado no bilingüismo-língua materna e língua portuguesa, no ensino bilíngüe, no mediar das situações de conflito de culturas na perspectiva antropológica, trabalhar de forma interdisciplinar os conhecimentos indígenas e associando às especificidades das outras áreas do conhecimento. Além da preocupação em forma um professor educador, ou seja, aquele professor capaz de transmitir conteúdo, e, também com capacidade de dirigir um processo de práticas pedagógicas na construção de conhecimentos.

A formação de professores é o calcanhar de Aquiles dos sistemas, portanto formar professores de um modo geral é um grande desafio, e para uma educação diferenciada e específica mais ainda. No caso de cursos de formação para professores indígenas, a formação deve centra-se basicamente na articulação entre teoria e prática, a partir do mento que esta tem como aporte trabalhar valores, atitudes e comportamentos dos povos indígena e prepô-los para transitar na sociedade dos não-indígenas na perspectiva de uma nova ordem mundial, transformadora, emancipadora, consubstanciada na expectativa crítica de educação para a cidadania. Visto que, o professor indígena tem grande importância no contexto de sua sociedade, pois ele é uma referência, uma liderança indicada pelas famílias da comunidade e que participa de todos os processos de tomada de decisões.

5. Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da educação. Plano nacional de educação (PNE). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 01 Julho de 2011.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001, 267p. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível na Internet via <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=2117&z=pnad&o=5&i=p>> Arquivo capturado em 30 de março de 2010.

MULLER, Gilvan. O desafio de formar professores indígenas. Bacharel em Linguística pela UEC, mestre em Linguística Teórica Filosofia e História - Universität Konstanz e doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2004).

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA Disponível em: http://www.portal.rr.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1660&Itemid=165. Acesso em 26 junho de 2011.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA ESCOLAS INDÍGENAS. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília MEC/SEF, 1998.

SECD/RR - Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos; CEFORR - Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima, 2011.

UNESCO. Ministério da Educação. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Formação de Professores Indígenas. Repensando trajetórias. 2006 (Coleção educação para todos, vol. 8).

ABORDAGENS TEÓRICAS AOS ILÍCITOS TRANSNACIONAIS: O CASO DO NARCOTRÁFICO NA AMAZÔNIA

1 Introdução

O presente artigo objetiva discutir abordagens teóricas com relação à evolução de ilícitos transnacionais, como sendo o resultado das dinâmicas de globalização¹ a partir das últimas décadas e permeados, também, pelos reflexos do pós Guerra Fria, as quais serão abordadas por meio de revisão bibliográfica, livros, artigos, consulta a organismos governamentais e supranacionais, oportunizando a discussão a respeito do narcotráfico, principalmente nos países amazônicos.

Aspectos tais como o avanço nos meios de comunicações e transportes, o aumento no fluxo de capitais nas transações comerciais entre países, a troca de informações, ou seja, a expectativa que após o conflito bipolar os Estados, fossem por meio das organizações internacionais, proporcionassem esforços conjuntos para combater o subdesenvolvimento, ao pugnar pela elevação do bem estar social de todos os habitantes do planeta, no entanto, tais expectativas arrefeceram, emergindo, no lugar das tradicionais forças transnacionais, o mundo paralelo ocupado pelos ilícitos transnacionais, que trazem em sua essência o desrespeito aos direitos humanos, intromissão na autodeterminação dos povos, interferência no cotidiano social interno e a consolidação de novas formas de poder (PROCÓPIO, 1999).

Torna-se difícil precisar se tais transformações se devem ao progresso tecnológico ou, ao contrário, se são os avanços científicos que produzem o progresso econômico, mas é incontestável que, ao longo do século XX, esse fatores produ-

1 Não é intenção discutir profundamente a categoria “globalização”. Para o presente artigo, esta pode ser compreendida não apenas do ponto de vista econômico, mas, também, das mudanças ocorridas no comportamento social, na estrutura dos Estados, nas condições de trabalho, nas relações internacionais, no aumento da informação, do fluxo financeiro e comercial e das tecnologias, sobretudo pós anos 1990.

* Mestranda em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.

ziram evoluções comerciais, tanto representados por novos instrumentos quanto por novos caminhos para o comércio internacional, que, utilizados indevidamente, produziram uma nova criminalidade (CERQUEIRA, 2002).

Com o fenômeno da globalização a produção, a moeda, as línguas, as classes sociais, e os partidos políticos mobilizam-se como se transcendessem sobre as fronteiras políticas, como se tudo estivesse desterritorializado. Este conceito engloba, além de companhias transnacionais e mercados financeiros, as ideologias, grupos sociais, étnicos e movimentos sociais, que tende a desenraizar ideias, pessoas, informações etc. (VIEIRA, 1999).

Nesse sentido, a temática dos ilícitos transnacionais emerge como uma das principais questões da agenda internacional - reflexos de temas que até então não eram discutidos pelos Estados e organismos internacionais -, em que a cooperação internacional surge como condição relevante para o combate adequado e eficiente frente aos desafios de segurança pública do novo século.

2 Transnacionalidade: contextualização e bases conceituais

Ao discorrermos acerca dos ilícitos transnacionais faz-se necessário uma breve reflexão inicial destinada ao entendimento conceitual e de caracterização acerca do transnacional.

Parte-se da hipótese principal de que profundas mudanças ocorridas com o fenômeno da globalização e os reflexos advindos com o fim da Guerra Fria solaparam as bases teóricas do modelo estatal moderno, recaindo até mesmo em sua soberania.

Da mesma forma, a liberalização do mercado mundial, com a mobilidade do capital, progrediu e acelerou o sistema industrial, tendo em vista sua modificação do modo de produção de massa, passando a se adequar às necessidades da flexibilidade pós-fordista. Com os mercados cada vez mais globalizados, o equilíbrio alterou-se prejudicando claramente a autonomia e a capacidade de ação político-econômica dos estados constitucionais modernos (HABERMAS, 2001).

Assim sendo, o espaço nacional não se limita somente a critérios objetivos estabelecidos que remonte somente a concepção de território, de língua ou de soberania. A ideia de transnacional propõe que a estrutura pública perpassa vários Estados, denotando, ainda a possibilidade da emergência de instituições multidimensionais, produzindo resultados mais satisfatórios aos fenômenos globais contemporâneos.

A categoria ou o termo “transnacional” não tem uma definição fixa. Estudiosos das mais diversas áreas, como sociólogos, economistas, geógrafos, cientistas políticos, antropólogos, internacionalistas e juristas, bem como os Estados e os orga-

nismos internacionais, utilizam a palavra para explicar diferentes contextos ou situações. A base teórica constituída possibilitará uma visão ampla para que se possa compreender a categoria “ilícitos transnacionais”. Vejamos alguns entendimentos:

Ulrich Beck se manifesta, ao escrever que a transnacionalização é uma conexão forte entre os espaços nacionais, inclusive de modo que não seja pensado internacionalmente, e sim no surgimento de algo novo, de um espaço transpassante que já não se encaixa nas velhas categorias modernas (apud CRUZ; BODNAR, s/d).

Para Gustavo Lins Ribeiro:

O aparecimento de novas formas de relacionar espaço, território e política (o Estado-nação, por exemplo) geralmente coloca em risco as pré-existentes. Mas o transnacionalismo não obedece à mesma lógica de inclusividade como as antigas formas o fazem. Ele recorta, como eixo transversal, os diferentes níveis de integração, de tal maneira que é altamente difícil, se não impossível, relacionar positivamente transnacionalidade a um território circunscrito. Assim, seu espaço só pode ser concebido como difuso ou disseminado em uma malha ou rede. Pode-se dizer, então, que um nível de integração transnacional não corresponde a realidades espaciais e territoriais do mesmo modo que os outros níveis. De fato, a transnacionalidade corresponde a uma articulação diferente entre o espaço real e a criação de um novo domínio de contestação política e ambiência cultural que não são equivalentes ao espaço tal qual o experimentamos (RIBEIRO, 2000, p. 173).

O transnacionalismo, em seu sentido mais genérico, “*se refiere a actividades, organizaciones, ideas, identidades y relaciones económicas y sociales que con frecuencia atraviesan y trascienden fronteras nacionales* (Levitt, 2001; Portes *et al.*, 1999; Peterson, Vasquez y Williams, 2001)” (apud STEIGENGA; PALMA; GIRÓN, 2008).

O jurista Wilson Lavorenti, ao discorrer acerca do crime organizado, permite-nos o entendimento da transnacionalidade sob outra perspectiva:

Tem caráter transnacional na medida que não respeita as fronteiras de cada país; detém um extraordinário poder em estratégia global e numa estrutura organizativa que lhe permite aproveitar das fraquezas estruturais do sistema penal; tem grande força de expansão com condutas sem vítimas ou estas difusas; dispõe de meios instrumentais de moderna tecnologia; apresenta um esquema de conexões com outros grupos delinqüenciais e uma rede de ligações com quadros sociais, económicos e políticos da sociedade, além de fragilizar os poderes do Estado (LAVORENTI, Wilson, 2000, p. 18).

Transnacional significa algo que se realiza além das fronteiras, denotando um movimento a) físico de objetos incluindo populações humanas, b) de informações e ideias e c) de dinheiro e de créditos (EVANS; NEWNHAM apud WERNER, 2009).

Importa compreender neste ensaio a noção da categoria “transnacional”, ou seja, a transnacionalidade como algo que exorbita as fronteiras do Estado-nação, isto é, que vai além das tradicionais formas de se pensar o Estado-nação, que se mo-

biliza a partir dos fatores que desencadearam o fenômeno da globalização² e, acima de tudo, que desencadeia na organização de um mundo paralelo à ordem política, inserindo no contexto global uma “nova ordem”: o ilícito transnacional.

3 Ilícitos transnacionais: considerações acerca do narcotráfico na Amazônia

Parte-se do pressuposto que o maior motivador que permeia o surgimento dos ilícitos transnacionais é o lucro: a economia em torno das atividades ilícitas.

Convém lembrar que o comércio ilícito não é um fenômeno moderno. A história nos demonstra o contrário. O comércio ilícito é antigo, tendo como seu ancestral – o contrabando – que remonta à Antiguidade e, muitos “mercados de ladrões” sobreviveram nos grandes centros comerciais do mundo antigo (NAIM, 2006).

Do mesmo modo, a pirataria sempre foi um problema para os poderes estabelecidos, como sendo atividade muito antiga e, historicamente, tem-se mantido como um desafio e uma alternativa aos modos predominantes de vida, trabalho e comércio. A produção de cópias não autorizadas é uma atividade milenar (RIBEIRO, 2012).

Para Angus Konstam:

Apesar do grande risco da pessoa ser capturada e executada pelos seus feitos, a pirataria foi uma alternativa atraente a morrer de fome, tornar-se um mendigo ou ladrão, ou servir, em condições extenuantes, em um barco sem nenhuma chance de recompensa financeira substancial (KONSTAM, 2002, p. 9).

A pirataria é hoje expressão que remonta a ideia de reprodução e venda de cópias não autorizadas de mercadorias que, na maioria das vezes, são altamente valorizados pelos consumidores contemporâneos, especialmente porque reproduzem produtos com alto valor agregado no mercado global, configuradores de verdadeira “identidade social”.

A diferença entre os ilícitos cometidos em épocas distintas, como a Antiguidade ou a Idade Moderna e os ilícitos atuais reside, principalmente, no modo articulado como eles se apresentam nesse cenário proporcionado pela globalização, configurando um verdadeiro recrudescimento, tendo em vista que os criminosos globalizam suas atividades, buscando as mesmas razões que as corporações legítimas para a efetividade do negócio.

2 As novas tecnologias, a abertura das fronteiras (tidas por alguns autores como porosas), a comunicação de alta qualidade, a queda no custo dos transportes, a facilitação do comércio internacional etc.

Acerca dos ilícitos transnacionais³, atemo-nos ao objetivo do trabalho, ao analisá-los a partir das importantes transformações do mundo nas últimas décadas, em que a vida política e econômica dos países sofreu mudanças positivas, principalmente, introduzidas pela chegada de tecnologias revolucionárias que oportunizaram a troca de informações e o comércio transnacional, porém, paralelamente, desencadeando práticas negativas que beneficiam redes e organizações criminosas globais e o nascimento de novos tipos penais que ultrapassam as barreiras internas dos países.

O aumento dessas práticas tornou possível a expansão de ilícitos para além das fronteiras nacionais. A tecnologia expandiu o mercado, não apenas geograficamente, mas também ao tornar possível o comércio de uma vasta gama de produtos que não existiam anteriormente, como *softwares* piratas, maconha transgênica, comércio de rins humanos, comércio ilegal de espécies em extinção, roubo de obras de arte e de antiguidades, narcotráfico, biopirataria, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro etc.

Na verdade, muitas dessas atividades criminosas surgiram e se tornaram globais a partir dos anos 1990. Mas pensar no comércio ilícito internacional como outra manifestação do comportamento apenas do criminoso é desconsiderar uma questão mais ampla e conseqüente, qual seja, a de que os crimes globais estão transformando o sistema internacional. (RIBEIRO, 2006).

Nesse sentido, a problemática dos ilícitos não é mais apenas regulada, jurídica ou costumeiramente, no âmbito interno de cada país, tendo em vista que perpassa a ideia de fronteira, território ou, até mesmo, de soberania, e sofre as transformações emanadas da globalização. O Estado, então, vai perdendo sua autonomia decisória, e vê comprometida a sua jurisdição na medida em que suas barreiras geográficas vão sendo superadas pela expansão da informática, da comunicação, dos transportes etc.

Essas transformações emanadas de um novo cenário, uma “nova ordem mundial”, retratam uma fase posterior à internacionalização e à multinacionalização, que delas se diferencia por anunciar o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas (SANTOS, 2002).

O professor Alberto Silva Franco expõe acerca dos delitos enquadrados como sendo da macrocriminalidade (ou como classifica de “criminalidade dos poderosos”):

De um lado, não se pode deixar de reconhecer que o modelo globalizador produziu novas formas de criminalidade que se caracterizam, fundamentalmente, por ser uma criminali-

3 É importante destacar que cada país tem sua própria legislação penal, podendo ocorrer de maneira semelhante a conceituação dos crimes ou contravenções penais, porém, sem retirar-lhe a essência da natureza jurídica delituosa. Contudo, diversos instrumentos normativos internacionais, como tratados ou convenções, definem alguns ilícitos transnacionais.

dade supranacional, sem fronteiras limitadoras, por ser uma criminalidade organizada no sentido de que possui uma estrutura hierarquizada, quer em forma de empresas lícitas, quer em forma de organização criminosas, e por ser uma criminalidade que permite a separação tempo-espaço entre a ação das pessoas que atuam no plano criminoso e a danosidade social provocada. Tal criminalidade, desvinculada do espaço geográfico fechado de um Estado, espalha-se por vários outros e se distancia nitidamente dos padrões de criminalidade que tinham sido até então objeto de consideração penal. A criminalidade econômica, a criminalidade das drogas, a criminalidade ecológica, a criminalidade organizada etc., enfim, os crimes *of the powerful* dependem, em face das várias fases de sua operacionalidade, de um número elevado de ações delituosas, que podem até ser devidamente caracterizadas; (FRANCO, 2000. p. 120).

Nesse aspecto, delitos da macrocriminalidade e ilícitos transnacionais são sinônimos, ou seja, nada mais é do que a delinquência em um bloco conexo e compacto, a qual está incluída no próprio contexto social, seja de modo pouco transparente, como o crime organizado, seja sob rotulagem econômica lícita, como os crimes do colarinho branco. (PIMENTEL, 1973).

Os ilícitos transnacionais são uma ameaça às instituições democráticas, transformando-se em um verdadeiro desafio ao ordenamento jurídico interno e externo, tendo em vista que os criminosos agem paralelamente, de modo organizado e, por vezes, conivente com o Estado, por meio das práticas de corrupção.

Alguns ilícitos transnacionais são identificados por órgãos governamentais. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, as atividades ilícitas transnacionais podem ser divididas em dois grandes grupos: a dos crimes contra a pessoa, compreendendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o tráfico de pessoas (principalmente para fins sexuais) e o contrabando de migrantes; e a dos crimes financeiros, tais como a lavagem de dinheiro e a corrupção. Destaca-se, ainda, o crime cibernético, como manifestação da abrangência global e a crescente complexidade técnica das atividades delitivas e o terrorismo, como sendo uma das mais sérias ameaças à paz e à segurança internacionais (BRASIL, 2012).

Outros ilícitos transnacionais podem ser identificados, quais sejam: a extorsão mediante sequestro, o contrabando transnacional, os crimes ambientais, a pirataria, a biopirataria, a pedofilia praticada pela *internet*, o suborno e a corrupção internacional.

Não é finalidade discorrer acerca de todos os ilícitos transnacionais acima identificados. Contudo, entendo ser relevante abordar a evolução e as peculiaridades daquele que considero um dos mais importantes, tendo em vista o impacto negativo diretamente estabelecido na ordem política, na soberania, na sociedade e na segurança dos Estados, formando um verdadeiro “Estado dentro do Estado”, com sua normatização, organização e exército próprios, qual seja: o narcotráfico.

Fenômeno essencialmente transnacional, o narcotráfico possui tradicional dinâmica regrada pelas leis da oferta e da procura, alimentando-se das debilidades da ordem político-econômica e do enfraquecimento da solidariedade humana levando à intensificação do hedonismo, dos egoísmos nacionais e dos abusos de poder, nas formas interna e externa (PROCÓPIO, 2003).

Peru, Bolívia, Equador e, principalmente, Colômbia⁴ são os países que mais que cultivam a coca - matéria-prima da cocaína. Juntos são os responsáveis pela produção de mais de mil toneladas de cocaína por ano, movimentando uma economia global de bilhões de dólares.

O fato é que sempre existiu na história da humanidade o consumo de drogas, porém, a sua utilização servia para fins religiosos, terapêuticos e alimentares. Podemos encontrar relatos de que a região da Amazônia andina se desenvolveu tendo como principal fonte de alimento a folha da coca. Esta folha contém propriedades altamente nutritivas. Ocorre que, com a composição da pasta base, a folha foi transformada em cocaína, sendo esta considerada droga por diversos organismos internacionais e órgãos de saúde pública.

No entanto, a partir dos anos 1970 e, marcadamente nos anos 1980, o comércio ilegal das drogas tomou um rumo incontrolável e, o aumento da demanda, principalmente, maconha, haxixe e cocaína nos Estados Unidos da América e na Europa alimentou ainda mais a organização de cartéis mafiosos na América Latina, iniciando-se, assim, o ciclo contemporâneo da história do narcotráfico.

A partir desse cenário, a economia do tráfico cada vez aumentava, assumindo um novo circuito. Os países tradicionais no plantio da folha, como Peru e Bolívia, aumentaram ainda mais o cultivo para o comércio ilícito. A produção era repassada a vendedores colombianos, que modificavam a droga para a pasta base de cocaína, iniciando-se um ciclo comercial das drogas ilícitas, principalmente, aos seus principais consumidores: EUA e América Latina.

Na América, o narconegócio, ou a economia das drogas, já movimentava um comércio relevante desde 1970, sendo que, até 1973, encontrava-se restrito ao Chile. Com ascensão de Augusto Pinochet ao poder, muitos traficantes foram presos e alguns deportados, passando a atividade lucrativa, quase imediatamente, para a Colômbia, liderados pelos narcotraficantes Caros Enrique Rivas, Pablo Escobar-Gavira, Jorge Luiz Ochoa Vasques e José Gonçalo Rodrigues Gacha que, nos últimos anos

4 Em 2004, aproximadamente 90% do cloridrato de cocaína produzia-se em terras colombianas. “Tal fato deu àquele país o título de campeão invicto de produtor mundial da citada droga” (PROCÓPIO, 2009, p. 263).

80, controlavam mais da metade de toda a droga comercializada nos EUA, com um negócio lucrativo de mais de 2 bilhões de dólares (LUNDE apud WERNER, 2009).

Outros países também são responsáveis pela oferta do negócio, como o México e o Afeganistão. Quanto a este país, houve rápida expansão do cultivo da papoula, matéria prima da heroína, principalmente após a guerra que expulsou o Talibã, vindo a ser produzida em locais desconhecidos, tal qual ocorreu na Colômbia.

Como dito, a maior demanda pelo consumo provém dos Estados Unidos. Contudo, paradoxalmente, esse país é o responsável pela reação global, geralmente, através do emprego de forças políticas e militares além de suas fronteiras, a serviço de sua estratégia de combate às drogas (NAÍM, 2006). O Brasil é o segundo país, desde os anos 1990, a consumir drogas ilícitas, ameaçando até a posição do maior consumidor mundial.

Segundo o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime - UNODC⁵ os lucros estimados das redes do crime organizado transnacional é de 870 bilhões de dólares, o que corresponde a 1,5% do PIB mundial ou a 7% das exportações mundiais de mercadorias. O narcotráfico é o negócio ilícito mais lucrativo, com um custo estimado em 320 bilhões de dólares (ONU/BRASIL, 2012).

Nos anos 1980, houve grande ofensiva contra o narcotráfico, objetivando, principalmente, o desmanche dos laboratórios de refino, a prisão de líderes e a deportação de inúmeros traficantes. O combate atuava diretamente no desmantelamento das lideranças, tendo em vista que, a forma de organização da época se constituía na hierarquia vertical, consistindo na cadeia de produção, refino da droga e sua distribuição.

Entretanto, como consequências dessas operações, principalmente fomentadas pelos norte-americanos, os narcotraficantes desencadearam novas formas de organização. Ao invés da clássica hierarquia vertical, passaram a adotar um modelo baseado nas redes difusas de atuação econômica, com o fim de dificultar as investigações e garantir a integridade dos seus líderes (WERNER, 2009).

Mais recentemente, como estratégia de combate às drogas na região amazônica, podemos citar o Plano Colômbia⁶. Financiado pelos Estados Unidos e, principal-

5 No Relatório publicado em junho de 2012, a UNODC chama atenção para outra problemática: o custo humano associado ao crime organizado transnacional, tendo em vista que todos os anos inúmeras vidas são perdidas com essa atividade (BRASIL, 2012).

6 Mais que resultados positivos, o Plano Colômbia, criado às avessas dos países amazônicos, traz consequências devastadoras, tendo em vista que os desmanches nas regiões das lavouras para o plantio da coca são feitos a partir da fumigação de um veneno altamente prejudicial ao meio ambiente, atingindo indistintamente a agricultura de subsistência, bem como a saúde das populações dessas regiões (PROCÓ-

mente, pelo Fundo Monetário Internacional, o Plano Colômbia, em vigor desde os anos 2000, tem como objetivo o combate ao narcotráfico e aos grupos esquerdistas, como as Forças Revolucionárias da Colômbia/FARC e o Exército de Libertação Nacional/ELN e, em parceria com a Colômbia, constitui-se de ardiloso exército unipolar na Amazônia, tanto sob perspectiva estratégica, quanto política (PROCÓPIO, 2005).

Com o fenômeno da globalização, diversos são os mecanismos utilizados pelos criminosos para alavancar as tradicionais dinâmicas, como, por exemplo, a utilização da própria lavagem de dinheiro em que empresas trabalham utilizando como fachada os restaurantes, hotéis, fazendas, instituições de caridade, agência de turismo, negócios imobiliários etc. (id., 2003).

Complementa o autor:

A transnacionalização do crime organizado acompanha a crescente onda da globalização da produção, dos mercados, da liberalização do fluxo de bens, dos serviços, dos fatores de produção e da formação de áreas economicamente integradas, como é o caso da União Européia e do Mercosul. (...) A persistência de um quadro de pobreza generalizado, a perversa distribuição de renda e o desemprego crescente vinculado às transformações no plano da produção internacional afetam as economias de países tanto industrializados como em desenvolvimento. A intensificação do fenômeno da exclusão social constitui fator extremamente favorável à expansão e à diversificação do comércio de drogas ilícitas (PROCÓPIO, 2003, p. 35).

Espaços fronteiriços representam aos narcotraficantes oportunidades de gerir o negócio. No caso dos espaços transfronteiriços amazônicos, a situação se agrava mais ainda, considerando a extensão geográfica das fronteiras, a localização dos principais países fornecedores mundiais de drogas ilícitas e o descaso dos governos pela segurança nesses espaços. Mobilizam-se verdadeiros “mercados”, movimentados, sobretudo, pela falta de estratégias governamentais visando privilegiar a justiça social.

O narcotráfico na região amazônica gera consequências que assolam as sociedades amazônicas. A questão da segurança, do desemprego, que cada vez mais contribui com o acesso aos grupos organizados, do impacto na economia e a da falta de políticas públicas são fatores determinantes para o aumento desse ilícito, a exemplo do que ocorre com os milhares de jovens que se associam às FARC, na expectativa de obter melhores condições de vida.

O fato é que todos os países da região amazônica (Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Bolívia) estão com suas economias ligadas

PIO, 2005).

de forma intrínseca à economia internacional pelos laços da dívida, pela economia das drogas ilícitas e pelas pressões do modelo agroexportador que se alavanca em detrimento das estruturas familiares existentes nessa região (PROCÓPIO, 2005). Apesar de fazer parte da Amazônia, a Guiana Francesa apresenta peculiaridades distintas dos demais amazônicos, principalmente por ser extensão territorial da França, ou seja, um Departamento francês.

A Colômbia é o principal país amazônico exportador das drogas ilícitas. A informalidade existente nas diversas cadeias produtivas de ilícitos transnacionais dos oito países da Amazônia teve na Colômbia o seu primeiro aprendizado para alavancar essa economia. O país é o segundo lugar na América do Sul com a maior população e com 41% de seu território⁷ localizado na bacia amazônica, contendo a maior fronteira terrestre sem conectá-la ao Brasil, facilitando ainda mais o comércio ilegal, tendo em vista a inexistência da longa manus estatal.

Não se pode esquecer que os narcotraficantes, em comunhão a outros crimes organizados, como as máfias italianas, russas, estadunidenses, ucranianas, polonesas, japonesas e colombianas, ampliaram suas táticas, o que permitiu ao crime organizado expandir cada vez mais a sua atuação. (id., 2003).

Com isso, infere-se que há no narcotráfico, tal qual se apresenta hoje, o desdobramento de várias condutas, que abarca a conjugação ou interação com outras formas ilícitas. É o que ocorre com os lucros advindos desse ilícito transnacional que são levados a outros países para serem “lavados” e legitimados como se lícitos fossem.

Os narcotraficantes estão envolvidos nos mais variados crimes, tais como roubos de carros, bancos, caixas eletrônicos, tráfico de armas, crianças, órgãos humanos, prostituição, pornografia infantil, sequestros⁸, financiamento de campanhas políticas, dentre outros, o que agrava mais ainda a situação do controle estatal.

Quanto a este controle, os narcotraficantes se aproveitam das debilidades estatais para legitimar o dinheiro com a utilização da lavagem de dinheiro. Convém discorrer brevemente acerca desse ilícito transnacional que contribui ainda mais para o aumento do narcotráfico.

Para entendermos a profusão de oportunidades para lavagem do dinheiro nos dias atuais, convém discorrer acerca do cenário que proporcionou esse quadro. Mais uma vez, toma-se como parâmetro a globalização.

7 Quase metade das terras produtivas na Colômbia servem, direta ou indiretamente, aos negócios do narcotráfico (PROCÓPIO, 2005).

8 O sequestro é uma das formas mais utilizadas nos negócios narcoterroristas.

O sistema financeiro global é hoje radicalmente diferente do que era há 15 anos. Aumentam-se não somente os fluxos monetários internacionais, mas também a problemática deles advindos.

Os países abriram as suas economias, desregulamentaram os setores financeiros e permitiram que os sistemas financeiros domésticos se unissem, por meio de parcerias, a outros países. Como consequência desse crescimento, os países encontraram barreiras ao monitorar e regular suas operações, cenário que proporcionou a consolidação da lavagem do dinheiro advindo das economias ilícitas (NAIM, 2006).

Conclui o autor:

“O declínio da importância das distâncias e das fronteiras nacionais como obstáculos à circulação monetária internacional foi incentivado por várias mudanças políticas que se tornaram moda entre os governos durante os anos 90. Quatro dessas reformas financeiras eram relevantes para a lavagem de dinheiro: em primeiro lugar, muitos países abandonaram o controle cambial. Não era mais necessário obter uma autorização do governo para converter a moeda local em uma estrangeira, e vice-versa. (...) Consequentemente, o volume global diário das trocas cambiais foi às alturas, passando de 590 bilhões de dólares diários em 1989 para 1,88 trilhão em 2004, enquanto alguns países unificaram suas moedas – o euro, obviamente – e outros adotaram o dólar ou o euro como segunda moeda semi-oficial. (...) Em segundo lugar, as conversões cambiais livres originaram, na maior parte das nações, mercados de capital mais livres na região. (...) Essa mudança de direção colocou vastas somas de dinheiro em circulação: desde 1990, o portfólio internacional de investimentos passou de menos de cinco bilhões de dólares ao ano para quase 50 bilhões em 2000; o investimento direto anual de estrangeiros em projetos e empresas de base cresceu de 209 bilhões de dólares em 1990 para 560 bilhões em 2003. Isso também é bom para a lavagem de dinheiro. (...) Em terceiro lugar, a marca das finanças globais é uma competição por capital – entre países e empresas que lançam ações na bolsa de valores, mas também entre bancos, corretoras, serviços de transferência eletrônica, administradoras de bens e todos os demais intermediários que competem por uma oportunidade para levar o capital a seu destino. (...) Finalmente, a transformação do mercado financeiro internacional deve muito à revolução da informática” (NAIM, 2006, p. 129 e 130).

Por meio de breve contextualização, é possível identificar a evolução da lavagem de dinheiro como sendo um ilícito essencialmente transnacional que, agindo de forma organizada (cadeia/rede local e mundial conectados), beneficiada pela inserção de novas tecnologias, amparadas por modos de constituição legalmente aceitos, como as empresas de fachada e, ainda, alimentada pela necessidade de legalizar o capital de outros ilícitos transnacionais, como é o caso do narcotráfico, teve sua inserção no mundo global paralelo proporcionado por um cenário macroeconômico, em que o mundo abria as portas de suas fronteiras oficiais para que o dinheiro sujo fosse lavado em transações financeiras sem obstáculos.

Com a interconectividade da lavagem de dinheiro com outros ilícitos nacionais e transnacionais e, com o aparato do crime organizado, injeta-se na economia global lucros bilionários oriundos das atividades ilegais, configurando um verdadeiro sistema econômico paralelo que necessita, entretanto, entrar em circulação de forma legal, sendo imprescindível a utilização de expedientes que “lavem” o dinheiro⁹.

Diante desse panorama, profundamente alterado pelo desenvolvimento tecnológico e científico, transfere-se o poder legítimo do Estado-nação aos grandes conglomerados empresariais, gerando um novo sistema, por assim dizer, ilegítimo (VELLOSO, 2007).

Atualmente, a lavagem de dinheiro assombra todos os governos, em razão de ser ilícito que tem ligação (in)direta com, praticamente, quase todos os crimes transnacionais - narcotráfico, terrorismo, tráfico de armas etc., sendo pauta imprescindível das relações internacionais entre os Estados. Verdadeiras estruturas são organizadas para que se consiga lavar o dinheiro ilícito, que vão desde a participação de empresas que atuam no âmbito internacional, até agentes profissionais, tais como contadores, advogados e corretores.

Além das debilidades estatais para o controle e a fiscalização das transações financeiras internacionais, a corrupção funcional e o tráfico de influência também são fatores que preocupam os Estados e os organismos internacionais⁹, como a Organização das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, tendo em vista que os agentes funcionais, ao cometerem tais crimes, prejudicam o progresso das nações e debilitam a moral das instituições públicas.

Outra problemática também é preocupante no que diz respeito à economia das drogas e o instrumento para legitimá-la: a lavagem de dinheiro do narcotráfico como financiadora de campanhas com elevados custos, principalmente na realidade vivenciada pelos países amazônicos.

Como bem lembra Procópio: “A lavagem de dinheiro ampara o sistema eleitoral que permite a realização de campanhas com altos custos; obriga a população a respirar a atmosfera ambígua da democracia negociada por poucos e repleta de ciladas.” (PROCÓPIO, 2009, p. 261).

Importante destacar ainda de que, por meio das atividades lucrativas e negócios legalmente constituídos, abre-se a possibilidade de mecanismos de

⁹ Sobre a corrupção e o tráfico de influência internacionais ver: JESUS, Damásio de. Crimes de corrupção ativa e tráfico de influência nas transações comerciais internacionais. São Paulo: Saraiva, 2003, 120 p.

lavagem de dinheiro e evasão fiscal em paraísos fiscais e centros financeiros *offshore*¹⁰ disponibilizarem capitais no mercado global, dificultando ainda mais o monitoramento e a regulação por parte dos Estados.

4 A cooperação transnacional

Como dito alhures, a temática dos ilícitos transnacionais se encontra na pauta das discussões das agendas dos Estados e dos organismos internacionais, por se tratar de questão inerente à segurança humana.

Antes do novo cenário imposto pela transnacionalização, os Estados legislavam as hipóteses de infrações penais¹¹ no âmbito de seu território. Poucas iniciativas conjuntas eram estabelecidas entre governos, e até mesmo com organismos internacionais, objetivando a prevenção e o combate.

Frente à necessidade de estabelecer uma cooperação internacional, a Organização das Nações Unidas, em 2000, promoveu a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, mais conhecida como Convenção de Palermo, no qual é signatário o Brasil e mais 122 países, objetivando o combate ao crime organizado transnacional.

A assinatura dessa Convenção pelos Estados estabeleceu pela primeira vez normas de caráter global a uma série de delitos relacionados ao comércio ilícito. O Artigo 3, item 2, da Convenção de Palermo nos traz a ideia do caráter de infração transnacional:

2. Para efeitos do parágrafo 1 do presente Artigo, a infração será de caráter transnacional se:

- a) For cometida em mais de um Estado;
- b) For cometida num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planejamento, direção e controle tenha lugar em outro Estado;
- c) For cometida num só Estado, mas envolva a participação de um grupo criminoso organizado que pratique atividades criminosas em mais de um Estado; ou
- d) For cometida num só Estado, mas produza efeitos substanciais noutro Estado.

10 Termo em inglês que designa qualquer organização financeira sediada fora dos Estados Unidos. Assim, por exemplo, um banco sediado no Panamá é considerado um *offshore* e suas operações são submetidas a uma legislação especial nos Estados Unidos (SANDRONI, 2004, p. 429).

11 Infração (ou delito) é um termo genérico. O Brasil adota a classificação dicotômica na definição de infrações penais, ou seja, a nossa legislação pátria faz uma diferenciação entre crime e contravenção penal.

Antes de 2000, somente um grande acordo internacional celebrado em 1912 – Convenção Internacional do Ópio -, abordou, como prioridade, a questão do tráfico. Foi quando nos anos 1980, o mundo se voltava para a dramática expansão do comércio de narcóticos, chamando atenção de políticos, especialistas e autoridades judiciárias. Surgiu, então, um novo conceito no mundo – o crime transnacional, este podendo ser considerado como a atividade criminosa por, ao menos, dois países (NAIM, 2006).

Outros mecanismos internacionais normativos como, por exemplo, a Resolução 1.373/01 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ratificada por diversos países, intensificam a troca de informações operacionais, incluindo o controle de documentos perdidos ou falsificados, explosivos e armas, além de prover assistência jurídica mútua.

Quanto à lavagem de dinheiro, antes dos países debaterem a questão a nível mundial, algumas normas eram encontradas, por exemplo, na Europa, com a Recomendação R80¹², a legislação alemã¹³ de 28/07/1981 e a Declaração da Basiléia que versava acerca de normas de supervisão das movimentações bancárias.

Contudo, foi na Convenção das Nações Unidas¹⁴, realizada em Viena de 1988, que os países trataram pela primeira vez do assunto, versando sobre o combate ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, por meio da prevenção e repressão dos processos de lavagem de dinheiro, tendo como principais pontos:

“a obrigação de cada país em criminalizar a lavagem de dinheiro derivada do tráfico de entupefacientes, a criação de normas para facilitar a cooperação judicial e a extradição, o confisco de bens oriundos do tráfico de entorpecentes, dentre outras” (VELLOSO, 2007, p. 256).

Após a Convenção de Viena, outros instrumentos normativos internacionais foram formulados, como por exemplo, a Recomendação da Organização dos Estados Americanos em 1990, a Convenção de Basiléia de 1990 e 1993 e, mais recentemente, o Conselho da União Européia, em 2001, adotou medidas contra a lavagem de di-

12 Oriunda do Conselho da Europa a respeito das medidas contra a transferência e a guarda de fundos de origem criminosa.

13 A legislação alemã foi após a constatação de redes de pizzas na lavagem de dinheiro, em território alemão. A Declaração de Basiléia é um código de conduta destinado às instituições financeiras de todo o mundo (cf. VELLOSO, 2007).

14 A Convenção de Viena - ou Convenção contra o tráfico ilícito de entorpecentes e de substâncias psicotrópicas - é o primeiro instrumento jurídico internacional a definir como crime a operação de lavagem de dinheiro.

neiro, ampliando o rol de crimes para o terrorismo e fraudes contra o orçamento da Comunidade.

Além das iniciativas internas para o combate à lavagem de dinheiro¹⁵, o Brasil aderiu plenamente ao GAFI/FATF – Grupo de Ação Financeira Internacional, ao Grupo de Egmont, participação no Mecanismo de Avaliação Multilateral da CI-CAD/OEA - Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas e a implementação de medidas no cumprimento da Resolução 1373/2001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil, por meio do Ministério das Relações Exteriores¹⁶, criou, em 2001, a Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, objetivando propor diretrizes de política externa para a prevenção e combate aos ilícitos transnacionais e coordenar as atividades de cooperação internacional entre os órgãos governamentais brasileiros e seus congêneres estrangeiros nas áreas de prevenção e combate ao crime organizado transnacional, inclusive o tráfico de drogas ilícitas, de armas, de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e de migrantes; o tráfico de órgãos; a corrupção, o suborno, a lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo; o terrorismo internacional; e o crime cibernético (BRASIL, 2012).

A criação de instrumentos normativos internacionais visando combater os ilícitos transnacionais tem sido uma tarefa arduosa e maçante, tendo em vista que, apenas recentemente, os Estados-nação converteram sua atenção a outras questões que não fossem somente voltadas às suas relações, como um reflexo das relações internacionais do pós Segunda Guerra, mas sim aos indivíduos envolvidos nos crimes transnacionais, visando estabelecer padrões globais de ação conjunta ao combate a esses ilícitos. (NAIM, 2006).

E, ainda assim, “a eficácia desses padrões é limitada pela ferramenta mais utilizada para cultuá-las - tratado internacional” (Id., 2006, p.175), em razão dos conflitos

15 Em 2004, o Ministério da Justiça brasileiro reuniu-se com diversos órgãos e agentes públicos para coordenar a atuação estratégica e operacional no combate à lavagem de dinheiro, tendo como produto da reunião o ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, criando o Gabinete de Gestão Integrada de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro – GGI-LD e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional – DRCI. Há no Brasil, algumas varas especializadas em matéria de lavagem de dinheiro, no âmbito do poder judiciário (BRASIL, 2012).

16 O Ministério da Justiça criou um programa que envolve a cooperação jurídica internacional, desenvolvido pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, cujo objetivo é a cooperação jurídica entre outros países, no âmbito penal e civil. Quanto à cooperação jurídica penal internacional ver: Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos: cooperação em matéria penal. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, 1 ed. Brasília: 2009.

internos existentes nos países ao se codificar acordos objetivando o enfretamento e os métodos de ação de determinadas situações.

Lia Osório Machado chama atenção para outra problemática: os elevados lucros advindos da economia dos ilícitos transnacionais. Ainda mais quando, ao contrário das demais cadeias produtivas permitidas, a vantagem principal é o não pagamento de imposto, a liquidez nas vendas de varejo, e o encobrimento das operações (BRASIL, 2010), o que retrata a perda de controle por parte dos Estados.

O Tratado de Cooperação Amazônica - TCA, criado desde 1978, atuando por meio de sua organização, serviria aos oito países amazônicos como um poderoso instrumento normativo internacional visando combater os ilícitos transnacionais na Amazônia. Somente com iniciativas conjuntas dos países signatários é que se consegue obliterar cada vez mais as mazelas que atingem essas sociedades, quais sejam: o desemprego, a falta de segurança humana, a degradação ambiental, a violência e, principalmente, o desrespeito aos direitos humanos dos povos que ali se encontram.

Considerações finais

Infere-se que a consolidação das práticas ilícitas transnacionais é cada vez mais alimentada pelos fatores advindos da globalização, ou seja, as novas tecnologias, a abertura das fronteiras, a comunicação de alta qualidade, a queda no custo dos transportes, a facilitação do comércio internacional etc., desenvolvendo-se verdadeiro poder paralelo ao Estado.

Mesmo com o fim do conflito bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética, marcado, principalmente, pela derrubada do muro de Berlim, o mundo nunca teve tão instável como antes. A revolução tecnológica, a porosidade das fronteiras nacionais, o aumento da transmigração, o fluxo das operações comerciais e financeiras, enfim, o aparecimento de novos fenômenos que até então não existiam no contexto interno e externo dos países, proporcionou também no aparecimento de novas ameaças à paz e à segurança humana.

Compreendeu-se que os ilícitos transnacionais representam estruturas ou redes de abrangência global e que, por meio de um recrudescimento, inserem-se no contexto mundial levando em conta as características inerentes ao entendimento da categoria transnacional brevemente abordada no presente artigo.

Os Estados-nação encontram dificuldades no combate à criminalidade transnacional. A porosidade das fronteiras, associada à limitada fiscalização facilita a prática de ilícitos transnacionais e crimes conexos, além de proporcionar a determinados grupos a possibilidade de perturbar a ordem política e soberana dos Estados. No

caso da Amazônia, a problemática se acentua, tendo em vista a extensão territorial, a localização dos principais países provedores do narcotráfico, a falta de fiscalização de suas fronteiras e, no contexto das relações internacionais, a carência de ações conjuntas no combate a esses ilícitos.

Os ilícitos transnacionais são uma ameaça às instituições democráticas, transformando-se em um verdadeiro desafio ao ordenamento jurídico interno e externo, tendo em vista que os criminosos agem paralelamente, de modo organizado e, por vezes, conivente com o Estado, por meio das práticas de corrupção.

O narcotráfico, ilícito transnacional abordado com mais ênfase neste artigo, representa um desafio constante aos poderes legalmente constituídos, que requer antes de tudo o esforço conjunto das nações. No caso amazônico, a problemática requer esforço dobrado, sobretudo quanto os fatores históricos contribuem para a inexistência de um multilateralismo, de um esforço conjunto, objetivando o combate ao narcotráfico e a promoção da segurança humana dos países da Hiléia.

A cooperação internacional para o combate aos ilícitos transnacionais não é somente tarefa dos Estados ou organismos internacionais, como apresentada por meio de alguns instrumentos normativos, mas também de toda a sociedade, pois somente com a conscientização pela ruptura da ordem estabelecida por meio desses crimes, é que haverá a mudança almejada pela paz dos povos do mundo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto n.º 5015, de 12 de março de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em 03 de julho de 2012.

BRASIL. MACHADO, Lia Osório. A estratégia nacional de defesa, a geografia do tráfico de drogas ilícitas e a bacia Amazônica sul-americana. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. In: Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (1.: 2010:Rio de Janeiro, RJ). ECEME, 18 de agosto de 2010. 154 p.; 98 il.; 1ª Ed.2011. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/index.php/producao/eventos/a-estrategia-nacional-de-defesa-a-geografia-do-trafico-de-drogas-ilicitas-e-a-bacia-amazonica-sul-americana/>. Acesso em: 03 de julho de 2012.

BRASIL. Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos: cooperação em matéria penal. Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Secretaria Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, 1 ed. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Temas multilaterais de combate aos ilícitos transnacionais. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/3.2.19-temas-multilaterais-combate-aos-ilicitos-transnacionais>. Acesso em 21 de março de 2012.

BRASIL. Organização das Nações Unidas no Brasil. Crime organizado transnacional gera 870 bilhões de dólares por ano, alerta campanha do UNODC. Disponível em: <http://www.onu.org.br/crime-organizado-transnacional-gera-870-bilhoes-de-dolares-por-ano-alerta-campanha-do-unodc/>. Acesso em: 18 de julho de 2012.

- CERQUEIRA, Atuo Antonio. *Direito penal garantista & a nova criminalidade*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 53.
- CRUZ, Paulo Márcio; BODNAR, Zenildo. A transnacionalidade e a emergência do estado e do direito transnacionais. In: BECK, Ulrich. *Liberdade ou capitalismo*. Trad. de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Littera Mundi, 2001, p. 100. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cejur/article/view/15054>. Acesso em: 02 de julho de 2012.
- FRANCO, Alberto Silva. Globalização e criminalidade dos poderosos. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, a. 8, n. 31. jul/set. 2000. p. 120.
- HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional*. Trad. de Márcio Selligmann-Silva. São Paulo: Litera Mundi, 2001, p. 99.
- JESUS, Damásio de. Crimes de corrupção ativa e tráfico de influência nas transações comerciais internacionais. São Paulo: Saraiva, 2003, 120 p.
- KONSTAM, Angus. *The history of the pirates*. Guilford, Connecticut, The Globe Pequot Press: 2002, p. 9.
- LAVORENTI, Wilson. *Crime organizado na atualidade*. Campinas: Bookseller, 2000. p. 18.
- NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 174-175.
- PIMENTEL, Manoel Pedra. *Direito penal econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973, p. 5-6.
- PROCÓPIO, Argemiro (org.). *Narcotráfico e segurança humana*. São Paulo: LTr, 1999, 207 p.
- _____. (2003). *Novas ameaças e o multilateralismo na Amazônia*. In: Argemiro Procópio (org.). *Brasil: Novos Desafios*. 1 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, v. 1, 120 p.
- _____. (2009). *Subdesenvolvimento sustentável*. 4 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009. 368 p.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico*. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.25 no.74 São Paulo Oct. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000300002. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.
- _____. (2000). *Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. 320 p.
- SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2004. 14 ed.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Linha de Horizonte*: In: *A globalização e as ciências sociais*. Boaventura de Sousa Santos (org.) 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 26.
- STEIGENGA, Timothy J; PALMA, Irene S; GIRÓN, Carol L. *El transnacionalismo y la movilización colectiva de la comunidad maya en Júpiter, Florida. Ambigüedades en la identidad transnacional y la religión vivida*. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-89062008000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 de julho de 2012.
- VELLOSO, Ricardo Ribeiro (org.). *Crimes tributários e econômicos*. VELLOSO, Ricardo Ribeiro. *Problemas penais atuais quanto à lavagem de dinheiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- VIEIRA, Carlos Alberto Adi “et.al”. *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 1999, p. 72.

O USO E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NA GESTÃO AMBIENTAL DA ATIVIDADE PECUÁRIA BOVINA: O CASO PARAGOMINAS/PA

1 Introdução

Motivações recentes como exigências para exportação, aquisição de linhas de crédito, pressão por regularização ambiental, e direitos trabalhistas, têm conduzido a pecuária bovina para uma mudança no seu processo de produção em razão da utilização de recursos naturais em áreas de grande biodiversidade. A região amazônica, particularmente, é enfatizada pelo alto índice de desmatamento provocado pela atividade. A tais reivindicações o segmento respondeu com a *pecuária verde*, entendida no ambiente da agropecuária como produção sustentável do bovino de corte.

O modelo de produção sustentável implica no uso e manejo dos recursos naturais de forma a, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura–FAO, atender as necessidades humanas sem degradar o ambiente, com tecnologias apropriadas, viabilidade econômica e com aceitação pela sociedade (licença social para operar), de tal modo que garanta os recursos para gerações futuras. Tais recursos naturais utilizados pela pecuária envolvem não somente a água, terra e solo, mas todos os fatores bióticos e abióticos que compõem o ecossistema e que se relacionam de forma harmoniosa. A complexidade desse ambiente sugere uma gestão ambiental que articule os processos da natureza e atividade humana com os efeitos do modo de produção.

Uma leitura da produção sustentável do gado bovino tem sido divulgada nos resultados do projeto da *pecuária verde* implementado desde 2008 em Paragominas-PA e está servindo como modelo para multiplicação em outros municípios da região e em outros estados. Levando em conta que o tempo decorrido para medir esses resultados é extremamente curto para se pensar em sustentabilidade, uma vez que

* Professora do Departamento de Secretariado Executivo – Cecaaj, da Universidade Federal de Roraima. Mestre em Educação pela Universidad “Camilo Cienfuego” – Cuba. <teresinha.fonseca1@gmail.com.br>

esta sugere a construção de um conhecimento da relação natureza-sociedade que se constitui de processos dinâmicos que se inter-relacionam ao longo do tempo, pode-se afirmar que, aparentemente, o que se pode garantir o mesmo resultado divulgado para Paragominas é a história comum do processo de expansão pecuária dessas novas regiões.

Os pensamentos de Ademar Romeiro, base para este texto, demonstram a incompatibilidade entre o modelo teórico da eficiência ecológica e a sustentabilidade no que diz respeito a garantir às gerações futuras as condições e acesso aos recursos naturais necessários à produção de seus bens.

As iniciativas no que se refere a uma produção sustentável da pecuária têm se preocupado com resultados imediatos e, dessa forma, enfatizam a saúde e o bem estar animal visando ao mercado nacional e internacional e, recentemente, com a regularização ambiental visando à obtenção de créditos. Esse comportamento é indicativo de um modelo de sustentabilidade baseado na eficiência ecológica que se fundamenta na busca na ciência e nas inovações tecnológicas somadas a uma gestão social para garantir o acesso aos recursos naturais, a fim de atender necessidades presentes e de gerações futuras.

O espaço entre o início da implementação do Projeto Paragominas e os resultados apurados e divulgados é muito curto para se afirmar Sustentabilidade. Aparentemente, pode-se afirmar que o empreendimento Paragominas trata-se de um projeto de recuperação e de inovação no processo produtivo como ponto de partida para um verdadeiro projeto de Sustentabilidade. A replicação de um projeto com resultados tão imediatos indica o embasamento ainda na racionalidade econômica, sem a exploração de um caminho para uma racionalidade ambiental. Essa postura provavelmente arrastará os mesmos equívocos para, em conjunto, constituir mais um engodo no processo de transformação para um modelo de desenvolvimento que traga justiça social e respeito ao meio ambiente.

Este trabalho se utiliza de textos de Ademar Ribeiro Romeiro, dando ênfase à perspectiva teórica do Desenvolvimento Sustentável, para analisar o contexto da gestão ambiental da *pecuária verde* implementada em Paragominas/PA a partir de 2008, e que tem sido divulgada com resultados econômicos e ambientais positivos, sob a égide da sustentabilidade.

2 Paragominas/PA - A pecuária verde e sustentabilidade

2.1 Paragominas/PA – A Pecuária Verde¹

Com o projeto da rodovia BR-010 (Belém-Brasília), em 1958, agropecuaristas de origem dos estados de Minas Gerais e Goiás, com incentivo do governo federal, criaram o município de Paragominas, como infraestrutura às suas fazendas, dando origem à atividade no local e tornando-a, rapidamente, a economia da região. Em cinquenta anos (até 2008) o desmatamento atingiu área em torno de 8.473 km², ou seja, 43% da área. Em 2009 desmatou mais uma área de 125,25 Km² (dados do Imazon, 2012). A intensidade do desmatamento no município, com uma área de 19.341,858 Km² do bioma amazônico, o levou, nos primeiros anos de 2000, à Lista Negra² criada pelo Ministério do Meio Ambiente como um dos municípios, senão o primeiro, que mais desmatava no país e, conseqüentemente, com embargo ao crédito. Outro problema marcante foi o alto índice de violência, que somou na decisão política de mudar o contexto.

Paragominas/PA³, hoje, é tida como modelo de município verde. O projeto “Pecuária Verde: adequação socioambiental e produtiva”, implantado em Paragominas, em parceria com pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz- Esalq-USP e da Universidade do Estado de São Paulo- Unesp, e com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia- Imazon mudou o contexto, conforme o governo municipal pretendeu. O monitoramento feito pelo Imazon concluiu uma redução de 43% em 2008 e 86% em 2009. A redução de área para a alimentação do gado e a própria saúde animal são vantagens econômicas anunciadas por pecuaristas. E, como vantagens ambientais, divulgam a condição de não necessitarem de abertura de novos pastos, e a compensação de produção de oxigênio com consumo de CO₂ pelo capim em constante crescimento.

1 Pecuária verde é termo derivado do polêmico conceito de Economia verde, defendido pela ONU como oportunidade para tirar milhões de pessoas da pobreza, e rechaçado por Organizações Não Governamentais internacionais, que a vê como o novo Consenso de Washington.

2 Lista Negra criada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem como função castigar quem derruba floresta. A punição é o embargo ao crédito. Na prática, é como se uma cidade inteira estivesse com o nome sujo na praça.

3 Cidade que originou da Rodovia BR 010 (uma das estradas para ligar Brasília ao resto do país), com incentivos do governo federal (JK) para a formação de fazendas e terras doadas pelo governo do estado. Em 2010 possuía 97.819 habitantes, e densidade demográfica de 5,06 hab/Km², segundo dados do IBGE.

A *Pecuária Verde* integra o programa Municípios Verdes, que segundo o Imazon⁴, tem como objetivos “apoiar a redução do desmatamento e degradação florestal, promover uma nova economia rural com base na floresta e no uso intensivo da agropecuária e melhorar a governança local criando legalidade e sustentabilidade” (WEB, 2012). Por sua vez, o programa Municípios Verdes está sendo vinculado à mídia como um processo de transformação de uma economia de degradação ambiental para uma economia de manejo florestal. Trata-se de uma gestão feita em parceria com governo, setor privado, sociedade, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, sindicatos e Ministério Público; cabendo a cada um o papel específico. Conforme já posicionado na Introdução deste ensaio, esta reação decorre das pressões do Ministério Público que responsabilizou toda a cadeia produtiva pelos danos provocados no ambiente e nas condições de trabalho, pressão do mercado e pressão do consumidor.

2.2 *Perspectiva Teórica da Sustentabilidade*

O conceito de desenvolvimento sustentável surge nos anos 1970 com o nome de ecodesenvolvimento expressando a preocupação com o modelo econômico que degrada o ambiente levando-o à exaustão, sem que se resolva a questão da miséria e desigualdades sociais.

Autores como Glandwin, Kennely, Krause (1995) e Montibeller-Filho (2004, p.27), consideram a definição de desenvolvimento sustentável divulgado pelo Relatório Brundtland⁵ muito imprecisa, ampla e vaga, pois permite a diferentes grupos interpretá-la de acordo com seus interesses.

De acordo com Leff (2002, p. 125)., “o conceito de sustentabilidade surgiu do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção”; e afirma que a sustentabilidade aparece como uma necessidade de restaurar a natureza na teoria econômica e nas práticas do desenvolvimento, com práticas ecológicas de produção que garantam a sobrevivência e um futuro para a humanidade. Para Foladori (2001), “as relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento em relação ao meio ambiente que lhes são particulares.” E nisso estão os limites do desenvolvimento sustentável. A produção ilimitada não é natural

4 Imazon: instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia. In:<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/municipios-verdes-caminhos-para-a-sustentabilidade-1#APRESENTAÇÃO> >. Acesso em 13 de novembro de 2012.

5 “Our Common Future”, publicado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD, em 1987

do ser humano, e sim particular à produção capitalista; a geração de população excedente também é particular, próprio dos possuidores ou proprietários. “Não existiu organização econômica na história da humanidade que gerasse população excedente como algo natural e necessário”(idem) Os problemas não são ambientais e sim provenientes de contradições sociais.

Pertinente à agropecuária, Faladori (loc. cit) entende a degradação do solo como uma das manifestações mais alarmantes da crise ambiental e a explica como resultado da sobreexploração do solo e do avanço do solo virgem. Para o autor, o problema não é a falta de técnica nem de conhecimento para trabalhar a terra de modo a não levar à degradação, mas sim de cunho social. São muitas as contribuições na tentativa de responder à crise. Entre elas, destaca-se a racionalidade ambiental como alternativa à racionalidade econômica dominante, conforme defendido por Leff : a questão ambiental [...] propõe a transformação dos sistemas de produção, de valores e de conhecimento da sociedade, para construir uma racionalidade produtiva alternativa.” (loc. cit).

No texto de Ademar Romeiro (2010, p.5 a 26) se esclarece as correntes de pensamento no debate acadêmico em economia do meio ambiente dando suporte ao propósito deste artigo. Dessa forma, à luz desse autor, descreve-se a seguir as duas correntes principais: a economia ambiental (sustentabilidade fraca) e a economia ecológica (sustentabilidade forte).

2.2.1 A economia ambiental

A economia ambiental ou o *mainstream* neoclássico acredita que os recursos naturais não representam, a longo prazo, limite à expansão da economia. As percepções de Robert Solow têm sido uma referência na literatura convencional, com argumentos teóricos para o conceito de sustentabilidade, argumentam Ademar Romeiro e Henrique Earp (2012, p. 2), esclarecendo que a questão principal que ele propôs para lidar com utilização de recursos naturais para a produção de bens de consumo não foi a exaustão dos recursos naturais em si mesmo como um limite para o processo econômico, mas uma gestão social ideal de reservas de recursos não renováveis e essenciais

De uma economia em que não se considerava os recursos naturais na função de produção $\{P = f(K; H; L)\}$, com o tempo estes são, mas, de acordo com Romeiro “mantendo a sua forma multiplicativa, o que significa a substitutibilidade⁶

6 Um conceito-chave entre os economistas para a possibilidade de substituir recursos naturais por capital, por exemplo, e o de elasticidade-substituição (Nordhaus & Tobin, 1972; Stiglitz, 1979). Esta fornece a mudança percentual na razão entre os insumos provocada por uma mudança percentual no preço relativo

perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais” (2010, p. 7) . O que significa que o progresso científico e tecnológico resolve o problema das restrições que a disponibilidade de recursos naturais impõe à expansão econômica, como se a ciência e a tecnologia fossem a “variável-chave para garantir que esse processo de substituição não limite o crescimento econômico a longo prazo” (idem). A ideia subjacente ao modelo da sustentabilidade fraca é que o investimento compensa as gerações futuras, ideia esta que tem sido criticada “tanto em termos das hipóteses assumidas como de sua inconsistência metodológica” (idem) . Ou seja, “a impossibilidade de o capital produzido pelo homem substituir os serviços vitais fornecidos por algumas categorias de recursos naturais (...) o consumo de capital natural pode ser irreversível, e a agregação simples com o capital produzido pode não ser sentido”(idem, p.7-8). A inconsistência metodológica pode ser resumida na questão da circularidade do sistema econômico do paradigma neoclássico que não leva em conta inúmeros aspectos ambientais para o sistema de preços.

2.2.2 A economia ecológica

O texto de Romeiro (2010, p.11-14) esclarece que essa corrente de pensamento “vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão”. Capital construído e capital natural são complementares e o progresso científico e tecnológico “é fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral”, renováveis e não renováveis. Para essa corrente, a sustentabilidade do sistema econômico, a longo prazo, depende da estabilização dos “níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade de carga do planeta.” Cabe à sociedade “decidir sobre o uso desses recursos de modo a evitar perdas irreversíveis potencialmente catastróficas.” Romeiro enfatiza justamente que a questão central dessa corrente é “como fazer com que a economia funcione considerando a existência desses limites”.

A capacidade de carga, no contexto da sustentabilidade, indica a capacidade máxima de punção dos recursos naturais que a Terra pode suportar. O conceito tem sido utilizado para medir pressão da população sobre os recursos. Segundo Inglis *et al.* (2000, apud Iracema Silva et al, 2009), a capacidade de carga mede a relação entre o tamanho da população que utiliza os recursos e as alterações causadas nestes recursos por esta mesma população. O conceito sofre muitas críticas, mas no conceito

entre eles. Ou seja, se o preço de um recurso natural aumenta, sua participação relativa no processo produtivo diminui. Na visão neoclássica isso é considerado como substituição de recursos naturais por capital. (CECHIN, 2010, p.445)

da UNESCO pode se ter uma ideia bem ampliada:

A capacidade de suporte expressa o nível de população que pode ser sustentado por um país em um dado nível de bem-estar. Mais precisamente, ela pode ser definida como o número de pessoas compartilhando um dado território que podem sustentar, de uma forma que seja viável no futuro, um dado padrão material de vida utilizando-se de energia e de outros recursos (incluindo terra, ar, água e minérios), bem como de espírito empresarial e de qualificações técnicas e organizacionais... (É) um conceito dinâmico que pode ser estendido ou restringido de inúmeras maneiras: em razão de mudanças nos valores culturais, de descobertas tecnológicas, de melhorias agrícolas ou dos sistemas de distribuição de terra, de mudanças nos sistemas educacionais, de modificações fiscais e legais, de descobertas de novos recursos minerais, ou do surgimento de uma nova vontade política. Nunca há uma solução única para a equação população/recursos naturais, pois não é somente a população que determina a pressão sobre os recursos (e os potenciais efeitos ecológicos associados) mas também o consumo individual que, por sua vez, é determinado pelo sistema de valores e pelas percepções de estilo de vida. (apud Daniel Joseph Hogan, 1993)

Dentre os críticos, pode-se recorrer à economista Ester Boserup que afirma que a taxa de fornecimento de alimentos pode variar, mas nunca atinge a sua capacidade de carga, porque cada vez que está chegando perto, há uma invenção ou desenvolvimento que provoca o fornecimento de alimentos para cima.

Os recursos naturais renováveis são aqueles em que seus “ciclos de recomposição são compatíveis com o horizonte da vida do homem”, descreve Maria Amélia da Silva (2010, p. 34), como os solos, o ar, as águas, as florestas, a fauna e a flora, e é necessário que se considere o esgotamento desses recursos. Os recursos não renováveis, ou exauríveis, ou esgotáveis, ou ainda, não reprodutíveis são finitos e o uso desses recursos envolve decisões intertemporais, o que implica opções feitas no presente, mas que apresentam consequência no futuro. Ou seja, esses recursos estão vinculados à relação tempo em que os mesmos são reabastecidos por processos naturais.

2.2.3 Convicções e divergências

O texto de Romeiro (2010) afirma que os dois pensamentos compartilham da possibilidade de uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos que sejam capaz de aumentar imensamente a eficiência na utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis. E discordam fundamentalmente “em relação à capacidade de superação indefinida dos limites ambientais globais”.

A economia ambiental supõe a possibilidade de substituição ilimitada dos recursos escassos pelo que Romeiro chama “recursos abundantes”. Os insumos materiais

e energéticos transacionados no mercado, de acordo com esse pensamento, têm seu preço elevado o que chama por inovações tecnológicas para substituí-los por outros recursos em estoque. Recorrendo a Daly (1996), Romeiro postula que “os preços refletem a disponibilidade de cada recurso independentemente de estoque total de recursos, o que impede que eles possam servir para sinalizar um processo de extração ótima do ponto de vista da sustentabilidade.”

É forte o argumento contra o cálculo utilizado pela economia ambiental. Sobre os serviços ambientais não transacionados no mercado, o cálculo de custo e benefício “feito pelos agentes econômicos visando a alocação de recursos entre investimentos em controle da poluição e pagamentos de taxas por poluir de modo a minimizar o custo total (...)” (idem), e o cálculo das taxas “baseado num conjunto de metodologias de valoração econômica que mensuram direta ou a pagar dos indivíduos por bens e serviços ambientais” (idem) não levam em conta princípios ecológicos fundamentais para garantir a sustentabilidade, uma vez que nesse processo a poluição permanece. No cálculo geral, somente são levadas em conta suas consequências de segunda ordem, “isto é, aquelas que afetam o nível de bem-estar, a curto prazo, (...)” (idem)

A determinação de uma escala sustentável, para Romeiro, envolve:

valores outros que a busca individual de maximização do ganho ou bem-estar, como a solidariedade inter-gerações, valores esses que têm de se afirmar em um contexto de controvérsias e incertezas científicas decorrentes da complexidade dos problemas ambientais globais (...) só pode ser realizada através de processos coletivos de tomada de decisão.

Sem isso o mecanismo de ajuste se limita à degradação com efeitos a curto prazo no bem-estar e não alcança aquela “cujos efeitos envolvem custos mais dispersivos e de longo prazo” (idem). A polêmica se resume em que o ponto de equilíbrio é econômico e não ecológico. Romeiro acredita ser possível transformar a natureza com equilíbrio ecológico, desde que se atente para os limites impostos pela capacidade de carga do planeta.

3 Considerações Finais

O projeto da pecuária verde em Paragominas, baseia-se em solução para os problemas mais complexos na região: o desflorestamento, a irregularidade dos imóveis rurais, e os passivos sócio-ambientais. Trata-se de gerir um negócio de acordo com uma gestão ambiental da região onde se está inserido, e através de pactos entre os diversos atores sociais, ambientais e econômicos. O município verde, onde a pecuária verde se constitui remete à gestão social ideal proposta por Solow para lidar

com a sustentabilidade. A intervenção pública para abrandar e alongar a exploração do conjunto de recursos.

Gestão ambiental com manejo florestal, regularização dos imóveis rurais e dos passivos ambientais, procedimentos de programa de bem estar de bovinos como: melhorias na infraestrutura e nas instalações, protocolos de boas práticas de manejo animal, como também o incentivo à atividade agropecuária, apresentados como bases da pecuária verde são fatores que levam a uma leitura da sustentabilidade sugerida pelo modelo da *eficiência ecológica de produção*, o qual garante a sustentabilidade através de tecnologias inovadoras para poupar recursos naturais, reduzindo perdas durante o processo, somadas à substituição de recursos não renováveis por outros fatores de produção. Constata-se aqui as duas condições apontadas por Solow (ADEMAR ROMEIRO E HENRIQUE EARP, 2012) para garantir a equidade no acesso ao conjunto de recursos não renováveis entre gerações ao longo do caminho: primeiro, as inovações tecnológicas para reduzir recursos, e segundo, a substituição de recursos por outros fatores de produção, especialmente trabalho e capital.

Informações inviabilizadas impedem a apuração do ganho marginal efetivo do processo, o que seria importante para complementar as considerações. O fato leva a necessidade de estender e aprofundar esse texto nos fatores que levaram Romeiro e Earp a defenderem que a natureza irreversível dos processos termodinâmicos implicam conclusão contrária à sustentabilidade do sistema de produção a longo prazo, independentemente de quaisquer inovações possíveis, a partir do estágio atual da criatividade humana e que qualquer trajetória sustentável do processo econômico, que permita a mera manutenção do nosso atual regime de produção, e permita muito menos o crescimento de sua escala de massa-energia escala, não é apenas baseada na inovação, mas limitado pelo seu exato ganho marginal efetivo em qualquer determinado tempo dado (2012, p.6, tradução livre). Essa defesa está fundamentada no axioma de que a atividade econômica humana toma lugar no Universo físico, por isso seu processo é delimitado pelas leis da Física.

Referências Bibliográficas

- FOLADORI, G. (2001). Limites do Desenvolvimento sustentável. Campinas: Unicamp
- HOGAN, Daniel Joseph. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. Lua Nova, São Paulo, n. 31, Dec. 1993. Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300004&lng=en&nrm=i>. access on 30 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000300004>.
- Instituto do Homem e do Meio ambiente da Amazônia. Municípios Verdes Disponível em <http://www.imazon.org.br/>. Acesso em 13 de novembro de 2012.
- Instituto do Homem e do Meio ambiente da Amazônia. Boletim de desmatamento. Disponível em <http://www.imazon.org.br/>. Acesso em 30 de novembro de 2012.
- LEFF, E. (2001). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes.
- MONTIBELLER FILHO, G. (2004). O mito do desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: EDUFSC.
- PELLIZZOLI, M. (1999). A Emergência do Paradigma Ecológico. Petrópolis: Vozes.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. Pp. 1 a 29. In: Economia do Meio ambiente: Teoria e prática. MAY, Herman Peter, et al r(org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- ROMEIRO, Ademar R.; EARP_Henrique N. Sá. The entropy law and the impossibility of perpetual economic growth. Textos para Discussão. Instituto de Economia Unicamp. Agosto de 2012. Disponível em: <<www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3198&tp=a>>. Acesso em setembro/2012.
- SANTOS. Sandra Aparecida et. al. (2002). Princípios Básicos para a Produção Sustentável de Bovinos de Corte no Pantanal (Documento 37). Corumbá: Embrapa Pantanal.
- SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. Economia dos Recursos Naturais. Pp. 33 a 60. In: Economia do Meio ambiente: Teoria e prática. MAY, Herman Peter, et al r(org.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CRIMES TRANSNACIONAIS E A FAIXA DE FRONTEIRA: REFLEXÕES ACERCA DO PAPEL DO PODER PÚBLICO

1. Introdução

Não há dúvidas que a dissolução da União Soviética significou um câmbio nas relações internacionais de poder que influenciaram o mundo durante 40 anos. A queda do muro de Berlim representou a decadência de uma barreira que não somente separou uma nação, mas que representou, também, um vergonhoso símbolo metafórico da divisão mundial entre o capitalismo americano e o comunismo soviético.

Como única potência sobrevivente ao caos da Guerra Fria, o sistema capitalista americano alçou-se como modo de produção econômico mundial, não se precavendo, entretanto, em moldar-se como poder controlador dos conflitos mundiais, criando, ironicamente, um cenário no qual o crime organizado transnacional encontrou as vezes de se desenvolver.

As formas culturalmente assentadas de produção e distribuição de bens e serviços considerados ilícitos é um fenômeno já antigo e sedimentado, a qualquer nível geográfico que se esteja analisando. Apesar de seu histórico de existência, algumas realidades e configurações internacionais propiciaram formas inovadoras de crimes, que, somadas à ideologia de mercado livre e a diminuição da intervenção estatal, acabaram por criar grupos articulados internacionalmente, desafiando, a contragosto, o poder estatal.

Como resultado da queda do sistema comunista e posterior prevalência do regime capitalista, uma vez desreguladas as rédeas do controle de conflitos mundiais, surgiram os conflitos regionais e a necessidade de armas e mão-de-obra, equipamentos estes muitas vezes atrelados às atividades criminosas transnacionais¹, as quais o

1 SANDRONI, Gabriela Araújo. A Convenção de Palermo e o crime organizado transnacional. Uni-

* UFRR

poder estatal há muito tenta, infrutiferamente, controlar e regular.

A mudança no sistema de regimes, o descontrole quanto às contendas regionais e o favorecimento mundial de uma sociedade globalizada criaram cenário comum a qualquer área do globo, não escapando a esta realidade o cenário latino, imerso no contrabando de produtos, do tráfico de armas, de drogas e de pessoas. A criminalidade visível nas cidades latinas reflete a experiência geral com a globalização e o desenvolvimento da criminalidade transnacional, levando, também, às zonas rurais, um contexto de importância singular no controle e regulação de redes que ajudam a compor o circuito internacional que compõem tal criminalidade.

É por esta e para esta realidade que surge a postura denunciatória quanto ao problema do crime organizado transnacional, à medida que o modo de exposição de tal criminalidade toma vertentes sensacionalistas sobre as quais não se pode deixar de criticar. Entender o problema à partir da análise local de determinada incidência criminosa é olvidar, por trás da globalização da criminalidade transnacional, da existência de verdadeiras conexões que acontecem, simultaneamente, em nível internacional.²

Esse é o ponto crucial de análise do caso ora em apreço: antes da individualização da conduta criminosa, bem como do estudo quanto à forma de defesa e repressão quanto ao fenômeno analisado, é preciso a conscientização do problema como um todo sistemático, entendido a partir de um estudo que leve em conta as redes de relacionamento sócio-político que terminam por trilhar tal ilicitude.

Partindo-se da análise sistemática da ilicitude do crime organizado transnacional, é preciso enfrentá-lo a partir da ótica internacionalista – viabilizada pela dimensão de impacto dos crimes transnacionais nos sistemas estatais –, junto à uma ótica histórica quanto à construção de tal fenômeno e sua relação com a entidade estatal. A análise da evolução dos movimentos de conflito, junto à consolidação de um bloco de violência que acabou por dominar o cenário da globalização, e somados, ainda, às discussões sobre legitimidade, soberania e capacidade do aparelho estatal nortearão a constituição deste artigo.

O tema não é assentado como assunto unânime e consolidado, seja conceitual ou empiricamente. O necessário na construção deste artigo é a delimitação da realidade fática da ocorrência de tal ilicitude transnacional, bem como as dificuldades de acompanhamento e repressão do aparelho estatal.

versidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus Franca.

2 PEREIRA, Paulo R. (2008). Crime Organizado Transnacional: definições a partir da política e da teoria. Departamento de Política da Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo.

2. *Evolução política do crime transnacional organizado*

A derrocada da União Soviética, somada à emergência dos novos Estados consoantes ao Leste Europeu gerou desenvolvimentos políticos e econômicos na órbita internacional que acabaram por despertar o interesse acadêmico e político acerca da transnacionalidade do crime organizado. O grande mistério social deu-se com o andar despreparado da sociedade pós-guerra fria, à medida que a expectativa de evolução política, na consubstanciação de um sistema mais harmônico, deu lugar à novas ameaças submersas em formas até então pouco conhecidas.

Apesar de consolidarem-se como grande potência sobrevivente ao caos que se tornou a Guerra Fria, e apesar também da tentativa de erigir o regime capitalista como principal modo de produção a nível mundial, os Estados Unidos perderam as rédeas dos mecanismos de controle das contendas mundiais, trazendo uma nova realidade a ser vivenciada e analisada: o sistema mundial estava sendo mergulhado em uma nova realidade social, em que se notava claramente a ausência da autoridade estatal reguladora da paz mundial.

Apesar do esforço político e acadêmico, é preciso determinados cuidados quanto às particularidades inerentes à análise do comércio ilícito internacional, estudo este que ainda padece, na visão de NAÍM (2006) de três grandes equívocos: a) a ilusão de que este é um fenômeno antigo e já estudado e analisado em sua complexidade total, valendo-se como fenômeno presente no convívio social desde que se impôs controles aos intercâmbios entre as nações; b) a caracterização do problema do comércio lícito tão-somente a partir de uma órbita criminal; c) a crença de que o comércio ilícito é fruto do submundo social, sendo originário nas classes excluídas e destinando-se a manter-se entre elas.³

Inicialmente, é crucial salientar que o fenômeno da transnacionalidade criminosa é um evento recente, fruto das evoluções políticas e desdobramentos sociais das relações oriundas da Guerra Fria. O liberalismo mercantil tirou do governo o poder de regulamentação e fiscalização, deixando à mercê da sociedade os limites de controle fronteiriço e financeiro e, conseqüentemente, o comércio ilegal decorrente dos atos que este engendra. A junção de esforços multinacionais motivados quanto ao combate ao crime transnacional organizado acabaram por causar, como consequência natural, certo atrito nas relações econômicas entre os Estados, acabando por criar uma sociedade doutrinariamente chamada de “estrutura de oportunidade”,

3 C.f. NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.9-12.

para quem quer participar dos mercados criminalizados, não só nos países periféricos, mas também nos países centrais e desenvolvidos.⁴

É esse sistema anárquico que define o cenário de nascimento do crime organizado transnacional que, nos dizeres da jornalista Claire Serling, “...was transformed when the Soviet Empire crashed, and what it a world order that had kept mankind more or less in line for the previous half-century”⁵. É essa teia de relacionamentos que formou a grade de relações que nota-se hodiernamente, na qual a preocupação comportamental, uma vez que se encontram imersos em relações de interconexão econômico-político-cultural, impede atitudes extremadas. Dentro desta teia de relacionamentos, a tecnologia tem um papel essencial no intercâmbio financeiro e no fluxo de informação: diminui o espaço mundial, possibilitando um contato mais complexo entre os seres humanos. Tal fenômeno, comumente designado como o processo de globalização, tornou-se irreversível e cada vez mais impactante na sociedade moderna, acabando por tornar-se, nos dizeres de Henry Kissinger, o cenário mundial do século XXI: “The international system of the twenty-first century will be marked by a seeming contradiction: on the one hand, fragmentation; on the other growing globalization”⁶.

Em relação ao segundo equívoco, salutar lembrar que, sob a ótica jurídica, qualquer análise obedece ordem sistemática da qual a dialética não pode se esquivar... aceitar e tratar o comércio ilícito tão-somente sob um olhar criminal é deixar de lado características de consequência de tal fenômeno e que afetam substancialmente a política entre Estados. É preciso analisar o fato sob um enfoque criminal, desde que, conjuntamente, se analise, também, a estrutura normativa que rege o relacionamento entre Estados, bem como suas estratégias de interação e combate frente ao novo inimigo social.

Por fim, rotular o crime organizado transnacional como um produto “*de guetos*” é fechar os olhos ao processo globalizador que toma conta rapidamente das realidades sociais. Os limites entre os extremos sociais – cidadão e criminoso, dinheiro sujo ou limpo, etc. – encontram-se cada vez mais tênues, e as tentativas nebulosas de distinção e designação classificatória tendem a dificultar um processo que naturalmente promete encaixar-se aos moldes da pesquisa analítica. A dificuldade na distinção

4 TAYLOR, Ian. Los mercados liberales y la Republica de Europa: contextualización del crecimiento de crimen transnacional organizado. In: BERDAL, Mats & SERRANO, Mónica. Crimen Transnacional Organizado y seguridad Internacional. Cambio y Continuidad. México: FCE, 2005. p.186.

5 STERLING, Claire. Thieves’: the threat of the new global network organized crime. Simon & Schuster. P. 14.

6 Cf. KISSINGER, Henry. Diplomacy. New York: Simon & Schuster, 1994.

entre tais fatores sociais e sua congruência nas atividades sociais modernas é uma das marcas mais fortes do processo da transnacionalidade criminosa internacional.

3. Globalização e o enfraquecimento estatal

De acordo com o pesquisador Huseyin Durmaz, quando de sua análise acerca das causas para acessão do crime organizado transnacional, a globalização e o crescimento econômico dos países desenvolvidos e em desenvolvimento possibilitaram, com a criação de oportunidades para as atividades se desenvolverem livremente, o aquecimento da demanda por bens e serviços, inclusive ilícitos auxiliado pelo desenvolvimento das comunicações.⁷

É evidente que sem o aprimoramento da tecnologia e o espírito capitalista não haveria tal fenômeno. De acordo com a pesquisadora Louise Shelley:

“A globalização caminha junto com a ideologia de livres mercados e livre comércio e com a diminuição da intervenção estatal. Conforme os defensores da globalização, a redução das regulamentações e barreiras internacionais às transações comerciais e aos investimentos aumentará o comércio e o desenvolvimento”.⁸

Apesar disso, a globalização alcanço vertentes um pouco além daquelas mencionadas à título econômico e cultural, na medida em que os atores estatais, imbuídos das interações que lhes são peculiares, favorecem o enfraquecimento da fronteira estatal, tornando um desafio para um país monitorar todos seus fluxos internacionais. Nos estados mais ‘desfavorecidos’ a consequência tornou-se mais evidente, uma vez que a incapacidade de controlar a força emergente das relações de interação estatal tornou-os obrigados a limiar sua característica de defesa à entes privados, comprometendo sua autonomia e poder de decisão.

A liberdade de movimentação trouxe mudanças significativas na natureza do Estado, e o cenário marcado pela corrupção governamental contribuiu ainda mais para o aumento da violência. Sabe-se que onde a autoridade estatal é fraca, o terrorismo e o crime organizado são intrínsecos. Uma declaração que sustenta essa tese foi dada pela já citada Louise Shelley:

7 DURMAZ, Huseyin (2005). International Police Cooperation as a Response to transnacional organized crime in Europe, Improvements in Extradition – Thesis Master of Science – University of North Texas.

8 In <http://www.ime.usp.br/~cesar/projects/lowtech/poderdaidentidade/cap5.htm>

“Grupos criminosos e terroristas têm explorado o grande declínio nas regulamentações, o afrouxamento dos controles de fronteiras e a maior liberdade resultante para ampliar suas atividades nas fronteiras e em novas regiões do mundo. Esses contatos têm se tornado mais freqüentes e a velocidade na qual ocorrem, mais acelerada.”⁹

WERNER é categórico quanto às causas prováveis da transnacionalização do crime organizado e o seu avanço no plano supranacional, pedindo-se a devida *venia* para transcrever seu pensamento, à medida que toma-se como causa: a globalização compreendida não apenas sob a perspectiva do ponto de vista econômico, mas como uma forma de mudança do comportamento social, gerando uma profunda mudança nas estruturas dos Estados, nas condições de trabalho, e nas relações internacionais, em uma constituição da própria subjetividade coletiva; e o enfraquecimento da atuação dos Estados, influenciadas pela abertura política que promoveu o enriquecimento no controle do tráfico internacional de pessoas e mercadorias, corrupção fomentada pelos grandes fluxos de capitais ilícitos, e a impossibilidade de compartilhamento dos valores entre as civilizações ocidentais e orientais, tratando-se de causas complementares responsáveis pelo enriquecimento da atuação dos Estados.¹⁰

O crime organizado cada vez mais aumenta seu poder e se fortifica enquanto a democracia é fragilizada. É nessa configuração que o crime organizado usufruiu da globalização e tornou-se uma ameaça transnacional. Por isso é plausível afirmar que o desenvolvimento tecnológico e o crescimento do comércio internacional foram fatores precípuos na ascensão do crime organizado transnacional, transformando o cenário da interdependência complexa dos Estados em um ambiente perfeito para a proliferação das atividades criminosas altamente sofisticadas.

4. Conceito e características

Uma vez avaliadas as circunstâncias do surgimento do crime organizado transnacional, e analisadas às particularidades inerentes ao seu funcionamento, é preciso iniciar a delimitação de pontos comuns e singularidades que nos permitam traçar uma definição acerca de crime organizado. Quanto à importância de tal metodologia, defende Adriano Oliveira que através dela possibilita-se a definição de grupos variáveis quanto às características de prática dos atos ilícitos. Na sua visão, é necessário observar o *modus operandi*, as estruturas de sustentação e ramificação do grupo,

9 In: <http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0206/ijgp/shelley.htm>

10 WERNER, Guilherme Cunha (2009). O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo.

as divisões de tarefas e seu tempo de existência; além do mais, é preciso também estabelecer parâmetros de avaliação quanto às dimensões de atuação, seja em nível local, âmbito nacional e por fim, no cenário internacional.¹¹

Segundo Donald R. Cressey, o crime organizado “*é uma organização voltada para a maximização dos lucros com a venda de bens e serviços ilícitos, tendo a intenção criminoso como elemento definidor da estrutura do crime organizado*”¹² Ainda segundo este autor, a organização totalitária, a busca da imunidade e da proteção da lei pela corrupção, a prática de atividades lucrativas de risco relativo, ousadia de medo contra as vítimas e sócio, a chantagem contra os sócios públicos, o contínuo ataque ao poder legal constituído, isolamento dos líderes, bem como o estabelecimento de disciplina rígida e hierarquia de grau são algumas das características mais importantes da atividade ilícita organizada transnacional.¹³

O crime organizado transnacional acabou-se por definir, após sofrer as influências das caracterizações econômicas e sociais do mundo moderno, como uma manifestação de organizações criminosas que apresentam algumas características gerais: composição de duas pessoas ou mais, atuando por um certo período de tempo e especializadas em determinado tipo de tarefa ou ação. O objetivo geral, materializado pela busca do ganho ilícito e do poder, bem como de hierarquia vertical e a possibilidade de ditar regras e criar organizações, acabou por levar o crime a ultrapassar fronteiras, envolvendo mais de uma nação, tanto em seu planejamento como em sua execução.

As mudanças são facilmente perceptíveis quando o assunto a tratar é a definição formal da transnacionalidade do crime organizado. Deixadas de lado as singularidades inerentes à áreas geograficamente específicas, um panorama mundial tomou conta da mutação do processo da transnacionalidade, à medida em que a ascensão capitalista deu a oportunidade de tais grupos aproveitarem a situação da queda da União Soviética e o desmoronamento das antigas fronteiras, passando a atuar em redes e em caráter internacional, tirando proveito das oportunidades de negócios lícitos e ilícitos.

No mundo contemporâneo em que se vive hoje, segundo Guilherme Werner, é importante analisar o crime organizado através de algumas perspectivas: a primeira é

11 OLIVEIRA, Adriano. Crime Organizado: é possível definir? Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/034/34coliveira.htm>. Acesso em 01/12/2012.

12 CRESSEY, Donald R. *Theft of the Nation: The Structure and Operations of Organized Crime in America*. New York: Harper, 1969. Apud: WERNER, Guilherme Cunha. *O Crime Organizado Transnacional e as Redes Criminosas: Presença e Influência nas Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. p. 38.

13 *Ibidem*, p. 38.

política, onde o crime organizado transnacional é a resultante de uma estrutura estatal fraca, com baixo grau de representatividade e articulação das instituições públicas. A segunda é a econômica, devido à demanda do mercado por bens e serviços ilícitos. E uma terceira seria a social, através da identificação da existência dos elementos sociais, culturais e étnicos, onde em alguns casos, a ausência do Estado é suprida por um chefe ou traficante poderoso.¹⁴

Como adendo final, nota-se a ‘atividade ilícita’ como característica mais marcante desse fenômeno transnacional; tais atividades, uma vez caracterizadas ilícitas, antijurídicas e tipificadas pelo Direito, acabam por contribuir substancialmente para a composição do crime organizado transnacional. De forma simples, a atividade ilícita, habitual e exercida por um grupo composto por três ou mais indivíduos, organizada de maneira hierárquica, imiscuída de corrupção e nexos de internacionalidade é caracterizada como atividade precípua do crime organizado transnacional.

5. Poder Público e a segurança nacional

A realidade brasileira quanto à ingerência do crime organizado transnacional criou vertentes de combate e repressão que buscam, em suma, analisar e gerir informações acerca de tal fenômeno, a fim de propiciar uma melhor preparação preventiva. Fato é que, conforme expõe WERNER (2005), as facilidades bancárias e de comunicação, aliadas à vasta extensão territorial e proximidade geográfica com os países produtores de drogas, agregadas ainda à permeabilidade da faixa de fronteiras e a densa malha viária, hidroviária e aeroportuária tornam o Brasil um território fértil à atuação do crime organizado transnacional.¹⁵

A tentativa brasileira da análise de soluções para o fenômeno, devidamente atreladas aos conceitos de segurança e de justiça, demonstram a elaboração de políticas públicas deficientes e propícias ao erro. A ideia de justiça disseminada no direito brasileiro, estritamente voltada, hoje, à questão de rendas, destoa em sua totalidade do direcionamento que pretende se prear ao conceito de segurança. Poderia ainda pensar-se acerca dos ideais europeus, diretamente abrangentes e totalmente voltados ao conjunto social, significando segurança, saúde, acesso à informação, etc.

14 WERNER, Guilherme Cunha (2009). O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo

15 WERNER, Guilherme Cunha (2005). Crime Transnacional e Lavagem de Dinheiro: A agenda internacional e a tomada de posição do Brasil. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo FFLCH/USP.

Os estudos da segurança humana tende a ser mais abrangente no tocante a outras formas de criminalidade igualmente prejudiciais como tráfico de pessoas e de armas, exploração da prostituição, comércio ilegal de produtos contrafeitos e contrabandeados; bem como em conjunto com os estudos das implicações da segurança humana na segurança nacional, conforme proposto por CEPIK (2001a, 2001b).

O debate da segurança pública que permeou toda a abertura política e a redemocratização, conforme atualmente analisado, baseou-se em uma mudança do paradigma e no abandono da doutrina de segurança nacional, cujo objeto de proteção jurídica encontrava-se identificado com os objetivos nacionais permanentes de paz pública e prosperidade nacional, com um viés antidemocrático. Entretanto, tal abordagem deve referir-se a nação como um todo, em seu conjunto, e ter por objetivo a própria existência e sobrevivência do Estado, sua interdependência em relação aos outros países, sua soberania, não se confundindo com a segurança do governo ou com a ordem política e social.

Não obstante, o uso legítimo da força deve ser utilizado com moderação e na exata medida e proporção da gravidade da infração, em consonância com o objetivo legítimo a ser atingido, com o escopo de minimizar os danos e ferimentos e ainda preservar a vida humana. Entretanto, a própria ordem internacional, por meio do Pacto de Direitos Civis e Políticos de 1966, possibilitou a derrogação das garantias dos direitos humanos por motivos de segurança nacional, estabelecendo um justo equilíbrio a ser observado na busca da garantia dos bens relativos à todas as nações no compromisso pela busca a preservação da vida e da segurança dos seus cidadãos.

Como ponto de partida para a consolidação de um pensamento embasado nos ideias de combate ao crime organizado transnacional, é preciso interpretar o Estado como ator primário e preferencial quanto à manutenção da segurança nacional, uma vez que a sua própria existência é uma condição necessária e indispensável para a realização de qualquer valor individual ou coletivo no plano interno e internacional.

É somente deste ponto que pode se falar, ainda que de forma precavida, em identificação da segurança nacional junto a segurança estatal, não havendo necessidade de hipocrisia ao tentar olvidar que qualquer estado, em sua ordem de governo, tem como preocupação fundamental a continuidade de sua existência organizacional, a manutenção de sua integridade territorial, a sobrevivência de sua população e a independência em relação aos outros governos.

Qualquer estado, na construção de seu modelo estrutural e de sua ordem normativa de seguimento, uma vez que planeje a busca pretensiosa da lealdade e obediência de seus cidadãos, precisa do elemento mínimo de julgamento, materializado

na conservação do ente estatal e da figura do estado, através de seu desempenho no provimento da ordem pública e da defesa nacional. Entretanto, o Estado como garantidor da segurança não atenua a tensão com a segurança individual, levando-se ainda em conta as eventuais diferenças de regimes políticos que garantam uma definição precisa da noção de segurança nacional. (Cepik, 2001a: 6-8)

6. Faixa de Fronteira Amazônia e a atuação estatal

A faixa de fronteira consiste numa porção de terra de 150 quilômetros, abrangendo 588 municípios e estendendo-se por aproximadamente 17 mil quilômetros, sendo habitada por 10 milhões de brasileiros, restando considerada como área fundamental para a defesa do território nacional e submetida a regime jurídico diferenciado, fundado no binômio segurança e desenvolvimento.

Quanto aos países limítrofes, a situação cria um cenário propício à ocorrência do fenômeno estudado: fazendo fronteira com os três maiores produtores mundiais de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia – e o segundo maior produtor mundial de maconha – o Paraguai, acaba por apresentar diversos crimes de frequência comum na área: tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando e descaminho, tráfico de pessoas, crimes financeiros, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos e crimes ambientais.

Tais organizações criminosas, assim como as primeiras que lhe deram origem, aprenderam a adaptar-se às particularidades inerentes à região e, conseqüentemente, às facilidades de entrada e de execução de seus atos ilícitos. Estabelecidas há 30, 40 anos, tais organizações iniciaram praticando contrabando e descaminho, mas hoje são dedicadas ao tráfico de drogas e de armas.

Os reflexos criminosos da prática do crime organizado internacional, na figura dos atos típicos da região fronteira amazônica, trazem à realidade consequência desagradáveis, como crimes conexos; o Brasil como eixo de escoamento e atualmente como consumo também; o aumento da violência; prejuízos à saúde pública; cooptação das Forças Armadas e órgãos de segurança pública presentes na faixa, etc.

Além disso, notório que, uma vez imersa a zona de fronteira no mundo criminoso de tais organizações, lógico se faz um grande inter-relacionamento entre as organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico, à título de exemplo, e as ligadas ao tráfico de armas e de munição, com desdobramentos em vários outros crimes. Nesse interim, ao menos no caso concreto, o emprego das Forças Armadas nesse processo tem amparo na Política de Defesa Nacional, estabelecendo que a vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e

a proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região.

É de competência da Estratégia Nacional de Defesa de 2008 traçar as diretrizes de prevenção e repressão de tais atos criminosos nas fronteiras amazônicas, restando estas fundadas em três eixos estruturantes: monitoramento e controle, mobilidade e presença. Apesar da precariedade da localização geográfica da área, bem como da estruturação militar destinada a tais estratégias de defesa, age o Estado através de algumas ações desenvolvidas pelas Forças Armadas: vigilância nas faixas de fronteiras por meio de patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais; estabelecimentos de postos de bloqueio na calha dos rios e nas principais rodovias; operações especiais; atividades logísticas e de comunicações; ações cívico-sociais; e a integração e coordenação com outros órgãos de segurança pública, agentes de saúde e organizações não-governamentais em apoio às populações da área de fronteira.

Os projetos de integração de centros regionais, comandos militares, brigadas, batalhões, companhias, pelotões especiais de fronteira e até patrulhas realizadas em um único comando, que devem ser desenvolvido no Comando de Operações Terrestres do Exército, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, ainda é uma realidade distante e que confirma a precariedade do Estado na execução de sua função reguladora e garantidora da segurança nacional.

O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento, aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil, possibilitando, assim, uma conjectura onde se torne possível a idealização de modelos de repressão e fiscalização da atividade ilícita transnacional.

7. Conclusão

Os debates nacionais e internacionais relativos à matéria analisada demonstram-se escassos e cada vez mais fadados à análises sem fim. Tais debates encontram, ao menos quanto a segurança pública no Brasil, forte barreira analítica quanto à polêmica da segurança nacional e da atuação dos órgãos policiais e ao Poder Judiciário dentro do complexo democrático.

Fato é que, uma vez inserido tal fenômeno como problema latente no seio da sociedade contemporânea, é preciso dispendiar a devida atenção a sua consecução e consequências nos entes estatais, somente havendo que se falar em análise e reflexão

de tal problema uma vez já superada as questões paradigmáticas acerca do conceito de segurança nacional, bem como a aceitação de novos paradigmas de adaptação do modelo antigo aos contextos normativos atuais voltados à segurança humana.

A criação de uma ordem normativa voltada às particularidades do crime organizado internacional mostra-se necessária e válida, desde que sincronizada na cooperação entre os órgãos de Estado, na busca pela prevenção e repressão do ilícito. Tal necessidade, ao menos em parte, vem sendo materializada no Brasil através de seu sistema legislativo, junto a importantes instrumentos do combate ao crime transnacional, como a Convenção de Viena contra o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1998, Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, entre outros.

7. Referências Bibliográficas

BORGES, Paulo. Crime Organizado. Ed. UNESP.

BROOME, John. (2000). Transnational Organized Crime in the twenty-first century. Paper presented at Transnational Crime Conference covered by The Australian Institute of Criminology Canberra: 9-10 Maio 2000.

CEPIK, Marco. (2001a). Segurança Humana Nacional e Segurança Humana: problema Conceituais e Consequências Políticas. Security and Defense Review Vol. 1 01:19 Spring 2011.

_____. (2001b). Serviços de Inteligência; Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. (1997). Crime organizado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro. (1999) Narcotráfico e Segurança Humana. 1 ed. Argemiro Procópio (Org.). São Paulo: Editora LTr.

UNITED NATIONS (1990). United Nations Basic Principles on the use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials adopted in 1990 by the Treatment of Offenders (CCPCJ), Havana, Cuba, 27 de agosto à 7 de setembro de 1990.